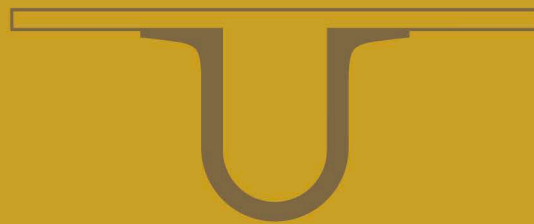




UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Joana Capela de Campos

CANDIDATURA A PATRIMÓNIO MUNDIAL
COMO OPERADOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
O CASO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – ALTA E SOFIA

Tese no âmbito do Doutoramento em Arquitetura,
orientada pelo Professor Doutor Vítor Manuel Bairrada Murtinho
e apresentada ao Departamento de Arquitetura a Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Agosto de 2018

Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra

Candidatura a Património Mundial como operador de desenvolvimento urbano: O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia.

Joana Cristina Capela de Campos

Tese de Doutoramento na área científica de Arquitetura orientada pelo Senhor Professor Doutor Vítor Manuel Bairrada Murinho e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Agosto de 2018



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Agradecimentos

A realização desta tese de doutoramento contou com o apoio de várias pessoas e entidades a quem gostaria de expressar os meus agradecimentos:

O primeiro agradecimento é dedicado ao meu orientador, o Professor Doutor Vítor Murtinho, que aceitou este desafio desde o primeiro momento, mantendo-se presente em todas as ocasiões, com entusiasmo e interesse. O percurso caracterizou-se pela partilha e presença que, de modo continuado, foi sendo realizada, desde as conversas à produção científica, desde a confiança à exigência, desde a atividade académica à amizade;

Um agradecimento muito especial é devido à senhora Doutora Matilde Sousa Franco e ao senhor Dr. José de Andrade Branquinho de Carvalho, dois conhecedores e defensores do património de Coimbra que demonstraram interesse por esta investigação com imensa generosidade, gentileza e disponibilidade para as conversas realizadas, pela partilha e cedência de informações, bem como à permissão de acesso aos seus arquivos pessoais e, sobretudo, pelas manifestações de amizade;

Ao Gabinete das Novas Instalações da Reitoria da Universidade de Coimbra, particularmente, ao engenheiro Fernando Marques e ao arquiteto César Cerqueira, pela disponibilidade, partilha de informações e incentivo para a realização desta investigação;

À RUAS – Associação Univer(s)cidade, particularmente, à arquiteta Cátia Marques;

Ao Gabinete do Centro Histórico de Coimbra, da Câmara Municipal de Coimbra, particularmente, ao engenheiro Sidónio Simões, ao arquiteto Eduardo Mota, à Dra. Lúcia Martins e à Sra. Teresa Matos Beja, pelo acesso aos arquivos sobre as candidaturas de Coimbra a Património Mundial e pelas informações;

À Fundação Marques da Silva, pelo acesso ao espólio do arquiteto Fernando Távora;

À Biblioteca Francisco Keil do Amaral, da Ordem dos Arquitetos Secção Regional Sul, particularmente, à Dra. Fátima Coelho, pela generosidade, gentileza e companhia em muitos momentos dedicados à pesquisa para a elaboração desta investigação;

Ao Arquivo da Universidade de Coimbra, em especial à Dra. Ana Maria Bandeira e Lúcia Rodrigues, pelo apoio na pesquisa documental;

Ao SIPA – Forte de Sacavém, da Direção-Geral do Património Cultural, pelo acesso ao espólio dos arquitetos Raúl Lino, Luís Benavente e João Filipe Vaz Martins, bem como do património arquitetónico da Universidade de Coimbra, da Igreja de São Domingos, da Capela do Tesoureiro e do Museu Nacional de Machado de Castro;

À Direção Regional de Cultura do Centro, pelo acesso e informação sobre o procedimento de desclassificação da Igreja de São Domingos;

Um agradecimento à arcoarquitectos, por me ter permitido conjugar a atividade científica com a profissional, entre 2012 e 2016;

Um agradecimento ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, a minha escola:

Aos professores e colegas do curso doutoral, que nos permitiram ampliar os nossos conhecimentos, pelos temas e debates propostos; de modo especial, ao Professor Doutor Mário Krüger, pela exigência e incentivo ao estudo; ao Prof. Doutor António Lousa, por nos ter recebido e orientado no Estágio Docente no Ensino Superior, na disciplina de Projeto IV, do 1º Ano do Mestrado Integrado em Arquitetura, durante o 1º semestre do ano letivo 2013/2014, no âmbito das atividades complementares à investigação de doutoramento; um agradecimento especial às Profs. Doutoras Graça Simões e Cristina Freitas, pelo apoio e orientação do nosso desenho de metodologia mas, sobretudo, pelo incentivo para a realização desta investigação;

Ao Prof. Doutor Adelino Gonçalves, pelo convite para colaborar na disciplina de Projeto Urbano II, do 1º Ano do Mestrado Integrado em Arquitetura, durante o 2º semestre do ano letivo 2013/2014;

À Secretaria do DARQ, Dra. Vanessa França, Dra. Sílvia Damas e Sra. Lurdes Figueiredo, pelo apoio e incentivo constante;

À Biblioteca do DARQ, particularmente, à Sra. Lurdes Eufrásio, pelo apoio e incentivo constante, desde o primeiro ano de licenciatura;

Ao Nina, pelo apoio técnico;

Aos nossos colegas que, ao longo desta investigação, partilharam conversas e momentos, em especial à Cátia Ramos e ao Pedro Tavares;

Pela particularidade da nossa produção científica, pela qual esta investigação é caracterizada, devemos agradecer a todos os revisores pelos pareceres emitidos sobre cada uma das nossas submissões de artigos, realizados durante as fases de revisões cegas por pares, pelo rigor e exigência demonstrado, permitindo-nos melhorar e evoluir enquanto investigadora;

Agradecemos, de modo especial, ao CEI – Centro de Estudos Ibéricos e à Universidad de Salamanca, pelo acolhimento nos Cursos de Verão, em especial ao Prof. Dr. Rui Jacinto (Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território – FLUC), ao Professor Doutor Valentín Cabero Diéguez e Prof.s Doutores Maria Isabel Martin Jimenez e Ignacio Izquierdo (Facultad Geografía y Historia, Universidad de Salamanca) e às Dra.s Alexandra Isidro, Ana Margarida Proença e Ana Sofia Martins;

Também de modo especial, um agradecimento ao Doutor Pedro Fidalgo, do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pelo convite para integrar a Comissão Científica de I Colóquio Ibérico de Paisagem “O estudo e a construção da Paisagem como problema metodológico”, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa, em 16 e 17 de março de 2017 e pelo convite para integrar a Comissão Organizadora de I Congresso Ibero Americano em Estudos de Paisagem “Conhecer para proteger, gerir e ordenar sustentavelmente”, realizado no Centro Cultural Olga Cadaval em Sintra, em 5 e 6 de abril de 2018;

Agradeço a todas as minhas amigas e a todos os meus amigos que me incentivaram e apoiaram na realização deste trabalho;

Ao meu amigo Manuel Bastos de Matos, pelo apoio fundamental;

À minha família, aos meus irmãos e à minha mãe,

Muito obrigada.

N.B. – Um agradecimento é devido ao júri da prova de doutoramento, decorrente da sessão de provas públicas de defesa desta tese de doutoramento em arquitetura, realizada pelas 14:30 horas do dia 10 de abril de 2019, na Sala dos Capelos da Reitoria da UC, constituído pelo presidente, Senhor Professor Doutor Paulo Eduardo Aragão Aleixo e Neves de Oliveira e pelos vogais, Senhores Professores Doutores António Nuno Rosmaninho Rolo, José Manuel Aguiar Portela da Costa, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos Correia, Rui Pedro Mexia Lobo e Vítor Manuel Bairrada Murinho, pela exceção, rigor, pertinência e exigência das arguências concretizadas, das quais beneficiou o presente trabalho.

Resumo

Candidatura a Património Mundial como operador de desenvolvimento urbano: o caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia

O propósito da presente tese de doutoramento em arquitetura procura analisar e compreender de que modo, para o caso de Coimbra, a candidatura da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) a Património Mundial (PM) se constituiu como um operador de desenvolvimento urbano.

Partindo da premissa que a candidatura da UC-AS a PM se assumia como estratégia para a promoção de desenvolvimento urbano, referenciada à proteção e valorização do património universitário e à revitalização e reabilitação urbana das suas áreas de referência, através do restabelecimento da inter-relação univer(sc)idade, a nossa problemática ancorava-se à compreensão de ‘como’ ou ‘de que modo’ uma candidatura a PM se concretiza como um operador de desenvolvimento para o seu contexto urbano.

Tendo em conta o interesse pela compreensão desse fenómeno – ou seja, o processo de candidatura na sua emergência, no seu sistema de gestão e na sua concretização – sobre o seu espaço de referência, o objetivo principal deste trabalho traduz-se em analisar e compreender o processo transformativo que o fenómeno da candidatura UC-AS a PM vem imprimindo ao desenvolvimento do seu contexto urbano – a Alta, a Sofia e a sua respetiva área de proteção.

Com efeito, a UC-AS era inscrita na Lista do PM (LPM) em 22 de junho de 2013, finalizando o seu processo documental, cuja formalização se constituía a partir da sua inscrição na Lista Indicativa dos Bens Portugueses ao PM da UNESCO, em 2004. A abrangência da nossa investigação concretiza-se, não só na componente burocrática e documental do processo, mas, sobretudo, ao nível do seu conteúdo, cujas estratégia política e estratégia de intervenção já colhiam resultados mesmo antes da inscrição da UC-AS na LPM, evidenciando a capacidade do processo de candidatura em imprimir uma dinâmica de transformação sobre o seu território de influência, com dados recolhidos até ao fim de 2017.

Para cumprirmos o propósito de investigação, desenvolvemos uma investigação qualitativa, baseada no estudo de caso da candidatura da UC-AS a PM, caracterizado por uma abordagem exploratória e, evolutivamente, explanatória, sendo apoiada em métodos analíticos, interpretativos e explanatórios. Para tal, a investigação recorreu aos suportes documentais que serviram para desenvolver a candidatura da UC-AS a PM, tanto na sua formalização pelo *dossier* de candidatura, como na sua concretização pelas intervenções qualificadas sobre o património universitário e sobre o património urbano, sendo contrastadas com uma revisão bibliográfica continuada.

Em função do nosso propósito, desenvolvemos a investigação a partir da articulação entre os domínios espaciais considerados para referenciar o espaço da candidatura – a UNESCO, o bem e o contexto urbano – e as perspetivas de leitura consideradas para referenciar as estratégias, de qualificação teórico-prática inerentes à política e à intervenção, assumidas pela candidatura – a própria candidatura a PM, a gestão do património e o desenvolvimento urbano, gerando as possibilidades de abordagem entre os domínios e as perspetivas de leitura.

Por um lado, investiga-se o enquadramento político-cultural internacional que caracteriza o âmbito da UNESCO, através dos conceitos, dos discursos e do papel das entidades que interferem com os propósitos das candidaturas a PM, com a gestão do património dos bens e dos sítios inscritos na LPM e, por inerência, com as estratégias de desenvolvimento assumidas, na esfera da política nacional e local, para cada um desses bens na LPM, tendo em conta a especialidade, especificidade e complexidade destes processos. Paralelamente, esta análise era contrastada com as críticas ao discurso do PM e da UNESCO.

Por outro lado, investiga-se o carácter circunstancial do bem UC-AS, enquanto candidato a PM e como PM, na sua condição de mediador entre a UNESCO e o seu contexto urbano. Primeiramente, investiga-se os desígnios e intenções de candidatura e, de modo particular, a problemática inerente à construção da Cidade Universitária de Coimbra, na Alta, em função da destruição e da construção de património e do papel dos arquitetos para o desenho de cidade. Depois, investiga-se o sistema de gestão da UC-AS (o plano, o agente e os instrumentos), as questões de propriedade inerentes à autonomia de gestão do património, bem como, as políticas e práticas de intervenção sobre o património assumidas no âmbito da gestão nacional e local, como o caso da desclassificação da Igreja de São Domingos, na Rua da Sofia.

Por fim, investiga-se as influências e concretizações da candidatura sobre o contexto urbano da UC-AS, a partir do restabelecimento do laço univer(sc)idade e da capacidade de negociação entre os dois agentes implicados em todo o processo, a UC e a Câmara Municipal de Coimbra.

Esta investigação tem uma particularidade: os seus resultados parciais foram sendo comunicados ou publicados, por artigos científicos, depois de terem sido sujeitos a revisão por pares. Desse ponto de vista, o resultado da tese que se apresenta constitui-se na evolução crítica sobre essa produção e os resultados obtidos levaram-nos a concretizar três sínteses conclusivas: a primeira explica a eminente componente política atribuída a estes processos; a segunda distingue a componente da especificidade técnico-científica atribuída a estes processos, sendo que, o caso da candidatura da UC-AS se determina ancorada ao campo disciplinar da arquitetura; e a terceira considera que uma candidatura a PM deve ser um ativo para a gestão integrada da área candidata e do desenvolvimento urbano da sua área de influência, em função da sustentabilidade do sistema. Adicionalmente, a partir dos seus resultados e interpretações, esta investigação lança novas perspetivas sobre os argumentos utilizados pelo discurso ‘anti-UNESCO’.

PALAVRAS-CHAVE: candidatura da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia a Património Mundial, Lista do Património Mundial, UNESCO, proteção do património, Cidade Universitária de Coimbra, gestão do património, desenvolvimento urbano, território de influência, Paisagem Urbana Histórica.

Abstract

World Heritage nomination as an operator of urban development: the case of University of Coimbra – Alta and Sofia

This PhD in Architecture research seeks to analyse and understand the World Heritage nomination of the University of Coimbra – Alta and Sofia (WHN UC-AS) as an operator of urban development, for Coimbra. The starting research premise is that the WHN UC-AS was a strategy to promote the urban development through the reimplementation of the bond encountered in the univer(sc)ity. This urban development, based on safeguarding and valorising the architectural heritage of the UC and on the revitalisation and rehabilitation of the nominated urban areas is central to our study, which seeks to understand ‘why’ and ‘how’ a WHN process can be implemented as an operator of urban development.

Taking into account the interest in understanding of this phenomenon – that is, the WHN process in its emergence, with its management system and its implementation – in regards to its reference space, the main purpose of this research is to analyse and understand the transformative process, which was initiated by this nomination process and the consequences of its implementation on the urban development of its urban context, the Alta (uptown), the Sofia (downtown) and its buffer zone.

The UC-AS, has been a WH site since June 22nd 2013. Its documental process ended on that date, although it had been formalised when the UC reached the point of being taken into consideration as suitable for a nomination for the WH List and had been added to the Tentative List of Portugal already in 2004. The scope of our research is based not only on the documental process, but also, and in particular, in its content. There, a political strategy and an architectural intervention strategy have been achieving results before the date of inscription, suggesting that the capacity of the WHN UC-AS process was promoting a dynamic of transformation over its surrounding area for data collected up to the year 2017.

To achieve our main purpose, we used a case study of the WHN UC-AS process as a qualitative research strategy. Firstly an exploratory approach, which through the application of an analytic, interpretative and explanatory study turned into an explanatory approach with qualitative methods. This case study investigation was supported with documents that were used, produced and developed for the nomination process. Those were concerning the formalisation of the nomination *dossier* as well as the implementation of qualified projects regarding architectural intervention in the UC heritage and in the urban heritage, which then were being constantly contrasted by a literature review. According to our intent of articulating the space field considered with regards to the space (conceptual and material) of the WHN UC-AS process – UNESCO, the property and its urban context – as well as the perspectives of interpretation considered relating the strategies (a political and an architectural intervention) assumed in the WHN UC-AS process – the WHN UC-AS, the heritage management and urban development and the methodology generated approach possibilities and/or evidences to study.

On the one hand, this research investigated the international framework of the political and cultural scope which characterises UNESCO. This was achieved through the concepts, the discourses and the role of the advisory bodies, that interfere within the WHN’s purposes, the heritage management of World Heritage

sites and, consequently, the assumed strategies for development by each nomination process, on a national and local political level, considering the expertise, the specificity and the complexity of these processes. In parallel, this analysis was contrasted with the critical discourse against UNESCO policies.

On the other hand, this research investigated the circumstances of the property, as a nominated property and as a WH site, considering its role of spatial mediator between the UNESCO and its urban context. Firstly, it approached the purposes and intentions of Coimbra's nomination process, particularly, the problematic topic of the construction of the University City of Coimbra, in Alta, taking into account the destruction of heritage and construction of new heritage and the role of architects for the plan of the city. Then, this study investigated the Property management system (the management plan, model and instruments) and the property issues, like ownership surveys that may threaten the autonomy of the management system of the property. Under this perspective, it investigated as well the policies and practices at a national level of the heritage management, like the case of declassification decision concerning the Church of São Domingos (Sofia).

Finally, this research investigated the influences and the implementations of the nomination process over the urban context of the UC-AS, beginning with the reconstruction of the bond univer(sc)ity and the negotiation ability between the main stakeholders concerning the nomination process, the UC and the Municipality of Coimbra.

This research is formulated by one particular aspect: its partial results had been communicated or published through scientific papers, after a peer-review process. In that sense, this final document can be considered the evaluated critical evolution over the cumulative results and outcomes, which carry out three conclusive ideas: the first explains the eminent political role of these processes; the second distinguishes the characteristics of its specificity based on technical-scientific applications and elucidates that the case of WHN UC-AS was developed within the field of architecture; the third considers that these nomination processes should be an influence for the integrated management of the nominated area within the urban development of its buffer zone, in order to guarantee the sustainability of the urban system. Furthermore, this PhD research contributes to discuss the arguments utilised by an 'anti-UNESCO' discourse.

KEYWORDS: World Heritage Nomination of the University of Coimbra – Alta and Sofia, World Heritage List, UNESCO, heritage protection, University City of Coimbra, heritage management, urban development, territory of influence, Historic Urban Landscape.

Lista de acrónimos, siglas e abreviaturas

ACMC	Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra
AP-JABC	Arquivo pessoal de José Andrade de Branquinho de Carvalho
AP-MSF	Arquivo pessoal de Matilde Sousa Franco
AUC	Arquivo da Universidade de Coimbra
CAPOCUC	Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra
CAPOIZMB	Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império e da Zona Marginal de Belém
CECUC	Comissão de estudo para reformular e construir a Cidade Universitária de Coimbra
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CMC	Câmara Municipal de Coimbra
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CNC	Conselho Nacional de Cultura
COISPCN	Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural
CPCI2003	Convenção do Património Cultural Imaterial (UNESCO, Paris, 2003)
CPM1972	Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, Paris, 1972)
CUC	Cidade Universitária de Coimbra
CUL	Cidade Universitária de Lisboa
CUM	Cidade Universitária de Madrid
CUR	Cidade Universitária de Roma
DARQ	Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
DGEEI	Divisão de Gestão de Edifícios, Equipamentos e Infraestruturas (Universidade de Coimbra)
DGEMN	Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
DGESBA	Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes
DGPC	Direção Geral do Património Cultural
DRCC	Direção Regional de Cultura do Centro
EMP	Exposição do Mundo Português
FCTUC	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
FDUC	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
FEUC	Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
FLUC	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

FMUC	Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
GCU	Gabinete de Candidatura à UNESCO (Universidade de Coimbra)
GNI	Gabinete para as Novas Instalações da Reitoria (Universidade de Coimbra)
GPE	Gabinete Paço das Escolas (Universidade de Coimbra)
ICCROM	Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais de Roma (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property)
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (International Council of Monuments and Sites)
IIP	Imóvel de Interesse Público
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza (International Union for Conservation of Nature)
LPM	Lista do Património Mundial
MM	Movimento Moderno
MN	Monumento Nacional
MNE-DGNP	Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direção-Geral dos Negócios Políticos
MNMC	Museu Nacional de Machado de Castro
MOPC	Ministério das Obras Públicas e Comunicações
OG	Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention
PM	Património Mundial
PUH (HUL)	Paisagem Urbana Histórica (Historic Urban Landscape)
RUAS	RUAS - Associação Univer(s)idade
SCDSMN	Secção do Centro da Direção dos Serviços dos Monumentos Nacionais
SEC	Secretaria de Estado da Cultura
SRU	Coimbra Viva, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, S.A.
UAH	Universidade de Alcalá de Henares
UC	Universidade de Coimbra
UC-AS	Universidade de Coimbra – Alta e Sofia
UPM	Universidades Património Mundial
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)
URHAH	Universidade e Recinto Histórico de Alcalá de Henares
VUE (OUV)	Valor Universal Excepcional (Outstanding Universal Value)
ZEP	Zona Especial de Proteção

Lista de figuras

- Figura 01 Planta “A Alta de Coimbra e a sua envolvente”, no *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial*, da CMC, 1997. p. 114
- Figura 02 Colóquios “Construir Univer(sc)idade”, da UC: “Os Colégios da Sofia” (1999), “A Alta de volta” (2000) e “Coimbra Capital de Cultura” e “Os segredos do Paço” (2002). p. 119
- Figura 03 Capa do Projecto de Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, da UC e planta “Limites da Candidatura”, 2005. p. 124
- Figura 04 Fotografias da exposição “Alta entre Vistas”, na UC: fachada do Colégio de São Bento com a identificação da exposição; inauguração, com o arquiteto Nuno Ribeiro Lopes (à esquerda), o ministro da Educação Mariano Gago (ao centro) e o reitor Fernando Seabra Santos (à direita); maquete dos projetos para a Casa das Caldeiras e Laboratório Químico; arquiteto Álvaro Siza Vieira (à esquerda) e arquiteto Nuno Ribeiro Lopes (à direita); galeria do Museu Antropológico.
- Fotografia: GCU, UC, 2006. p. 127
- Figura 05 Pórtico central da Via Latina antes da intervenção de restauro (2006); patologias, segunda fase, cartografia de alterações das superfícies arquitetónicas no pórtico central e grupo escultórico da Via Latina, alçado completo, projeto de Fernando Marques; pórtico central da Via Latina depois da intervenção de restauro (2009).
- Fotografia: Luís Ferreira Alves, UC, 2006; Manuel Ribeiro, UC, 2009. p. 129
- Figura 06 Imagem da candidatura da UC-AS a PM: logotipo de candidatura e capas de sete volumes do *dossier* de candidatura da UC-AS a PM, 2012. p. 132
- Figura 07 Planta das áreas candidatas da UC-AS a PM e zona de proteção, 2012. p. 146
- Figura 08 Planta de inscrição dos limites da área URHAH PM e da sua zona de proteção, candidatura 876-Espanha (1998). p. 153
- Figura 09 Plano urbano de Alcalá de Henares, entre os séculos XVI e XVII. p. 155
- Figura 10 Plano urbano de Alcalá de Henares, desenhado por Francisco Coello, de 1853. p. 156
- Figura 11 Planta de inscrição dos limites da área UC-AS PM e da sua zona de proteção, candidatura 1387-Portugal (2013). p. 159
- Figura 12 “Mappa Topografico da Cidade de Coimbra com a divizão das antigas Freguezias”, IGP, sem data. p. 162
- Figura 13 Painéis representativos da vida académica na cidade de Coimbra, de João Abel Manta, na fachada nordeste do Teatro Académico de Gil Vicente.
- Fotografia: GCU, UC, 2006. p. 166
- Figura 14 Esquícios para a biblioteca da FDUC, de Álvaro Siza; maquete de projeto; maquete do projeto exposta na exposição “Alta entre Vistas”, na Galeria do Museu Antropológico da UC, em 2006.
- Fotografia: GCU, UC, 2006. p. 169
- Figura 15 Vista sobre Coimbra para sul do complexo do Paço das Escolas.
- Fotografia: Joana Capela de Campos (JCC), 2017. p. 170
- Figura 16 A Alta Universitária antes das intervenções urbanas do Estado Novo: fotografia aérea de 1932.

	Fotografia: Serviço de Documentação da Força Aérea Portuguesa/Arquivo Histórico, GCU, UC, 1932.	p. 186
Figura 17	Plano de conjunto da Cidade Universitárias e das zonas circunvizinhas, Comissão Administrativa das Obras da Cidade Universitária de Coimbra, arquitetura de Cristino da Silva, desenhada por Cunha Fernandes, em 1959. Referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta A05.	p. 189
Figura 18	Demolições na Alta: vista sobre a Rua Larga, da Torre da UC, antes e depois das demolições para a construção da CUC.	
	Fotografia: Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra (AAEC).	p. 190
Figura 19	Plano de Pormenor da Alta Universitária de Coimbra (2001), por Gonçalo Byrne: existente em 1996 e proposta final de 2001.	p. 191
Figura 20	Vista da Torre da UC, sobre o topo sul do Pátio das Escolas.	
	Fotografia: Fernando Guerra + Sérgio Guerra (FG+SG), GNI, UC.	p. 195
Figura 21	Rua Larga: durante a construção da CUC e em 2006.	
	Fotografia: AAEC e GCU, UC.	p. 196
Figura 22	Vista aérea sobre a Alta Universitária.	
	Fotografia: Filipe Jorge, GCU, UC.	p. 197
Figura 23	Planta da Alta Universitária, da planta de Coimbra, executada por Izidoro Emílio da Expectação Baptista, em 1845 (Referência: ACMC); plano de obras da CUC, de 1942, de Cottinelli Telmo, apresentado na obra de Maximino Correia, <i>Ao serviço da Universidade de Coimbra: 1939-1960</i> , sob a legenda “ <i>planta inicial da Cidade Universitária de Coimbra</i> ”; exposição do plano da CAPOCUC, na Encadernação de António Maria Correia, na Alta demolida (Fotografia: AAEC).	p. 204
Figura 24	Maquete da Exposição do Mundo Português, exposta na sede do Comissariado da EMP, em 1939: vista sobre o designado Monumento das Descobertas, no primeiro plano; vista sobre os pavilhões de Etnografia Metropolitana, aldeias portuguesas e Praça do Império com os Jerónimos no topo norte.	p. 206
Figura 25	Maquete do Plano de Obras da CUC realizada à escala 1:500, encomendada pela CAPOCUC e executada pelo modelador Ticiano Violante Torres, na década de 40 do século XX.	
	Fotografia: Rogério Figueira, GCU, UC.	p. 207
Figura 26	Plano da Cidade Universitária de Madrid (1928/1940), de López Otero e plano da Cidade Universitária de Roma (1932), de Marcello Piacentini.	p. 210
Figura 27	Fotografia da maquete para Berlim, do plano de Albert Speer.	
	Fotografia: Albert Speer, Deutsches Bundesarchiv.	p. 212
Figura 28	Vista aérea sobre a Alta, onde se visualiza o eixo ordenador da CUC, com prolongamento para a cidade.	
	Fotografia: Filipe Jorge, GCU, UC, 2006.	p. 212
Figura 29	Plano de conjunto para a CUC, de 1939, assinado por Luís Benavente.	p. 219
Figura 30	Plano de obras da CUC, de 1942, de Cottinelli Telmo, apresentado na obra de Maximino Correia, <i>Ao serviço da Universidade de Coimbra: 1939-1960</i> , sob a legenda “ <i>planta inicial da Cidade Universitária de Coimbra</i> ”.	p. 221
Figura 31	Planos das demolições necessárias a realizar: planeamento das secções a demolir desde 30 de abril de 1949 até 1950; secções a demolir em 15 de maio de 1949; secções a demolir em março de 1950; levantamento da situação da propriedade dos prédios a demolir (a vermelho, propriedade do Estado; a azul, propriedade privada), em dezembro de 1950; anotações manuscritas da situação de propriedade.	p. 222

- Referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta CUC 2008-103.
- Figura 32 Demolições da Alta em várias ruas: Ruas das Colchas, do Rego de Água, do Marco da Feira and dos Lóios (setores G, H e L); levantamento das demolições da Alta.
Fotografia: AAEC. p. 222
- Figura 33 Intervenções na Alta: Museu Machado de Castro, Largo da Feira e nova Cidade Universitária de Coimbra.
Referência: IHRU-SIPA, IPA. 00005683. p. 223
- Figura 34 Levantamento de Luís Cristino da Silva, de junho de 1954, com a proposta de desenho sobre o Bairro de Sousa Pinto e com a tracejado das casas junto do aqueduto de São Sebastião, que seriam para demolir: desenho “Cidade Universitária de Coimbra. Planta parcial da cidade. Escala 1/1000. Instalações da Associação Académica de Coimbra – Estado actual”.
Referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 364. p. 225
- Figura 35 Alçado nascente (parcial) da CUC, mostrando o acesso à Praça D. Dinis e os edifícios do Hospital da Universidade (1ª fase), desenhado por Cunha Fernandes, sem data.
Referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta CUC 2008-136. p. 226
- Figura 36 Desenho da Escadaria Monumental da CUC, de 1943, de Cottinelli Telmo, mostrando o acesso à Praça D. Dinis; maquete do Plano de Obras da CUC realizada à escala 1:500, encomendada pela CAPOCUC (fotografia: Rogério Figueira, GCU, UC); planta de expropriações, para a construção das Monumentais (referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 212). p. 226
- Figura 37 Imagens do *Dossier 8*, no AUC.
Referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: *Dossier 8*. p. 235
- Figura 38 Planta geral da Exposição do Mundo Português, de 1939, de Cottinelli Telmo p. 250
- Figura 39 Planta parcial da cidade de Coimbra com a implantação do plano de Cristino da Silva para a CUC, desenhada por Cunha Fernandes, de 1964: no contorno vermelho, as instalações afetas à CUC e atividades académicas.
Referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta CUC 2008-142.
Fotografia: Manuel Ribeiro, UC, 2009. p. 262
- Figura 40 Identificação dos edifícios da FLUC (1) e da AAC (2), sobre o plano de conjunto da Cidade Universitárias e das zonas circunvizinhas, de Cristino da Silva, desenhada por Cunha Fernandes, em 1959. p. 262
- Figura 41 Conjunto da CUC, alçados desenhados por Cunha Fernandes, em 1966: em cima, corte por Rua de S. Pedro, Praça da Porta Férrea, Rua de Sá de Miranda (antiga Rua de S. João) e Rua do Arco do Bispo, mostrando o Arquivo da UC, a Biblioteca Geral, o Paço das Escolas, a FLUC e o Museu Nacional de Machado de Castro; em baixo, corte por Pátio das Escolas, Praça da Porta Férrea, Rua Larga, Praça de D. Dinis e Escadas Monumentais, mostrando o Paço das Escolas, a FLUC, a Faculdade de Medicina e o Hospital Escolar (não construído).
Referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC. p. 266
- Figura 42 Vistas sobre a FLUC: Largo da Porta Férrea e entrada principal da FLUC; vista da Sé Nova sobre a Rua de Sá de Miranda, definida pela Faculdade de Medicina (à esquerda) e pela FLUC (à direita); vista da Sé Nova sobre a FLUC.
Fotografia: Manuel Ribeiro, GCU, UC, 2009 e 2006. p. 267
- Figura 43 Duas fases de construção da FLUC. p. 268
- Figura 44 Painéis representativos da vida académica na cidade de Coimbra, de João Abel Manta, nos jardins da AAC.

	Fotografia: GCU, UC, 2006.	p. 270
Figura 45	AAC e a sua evolução, localizada no contexto da área candidata a PM, na Alta: projeto de Alberto Pessoa e de João Abel Manta para as instalações académicas, com desenho sobreposto com o Ninho dos Pequenos; levantamento do existente, em 2005, por Gonçalo Byrne; proposta de intervenção de Gonçalo Byrne.	
	Referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 326; Gonçalo Byrne, GCU, UC.	p. 271
Figura 46	Rua da Sofia: planta parcial da Rua da Sofia com a localização do Convento de São Domingos e do Colégio de São Tomás, executada por Izidoro Emílio da Expectação Baptista, em 1845; vista aérea da Rua da Sofia sobre a antiga Igreja do Convento de São Domingos, em 2006.	
	Referência: ACMC.	
	Fotografia: Filipe Jorge, GCU, UC, 2006.	p. 282
Figura 47	Planta da zona baixa da cidade, com a proposta de Abel Dias Urbano sobreposta à malha da cidade existente, datada de 18 de dezembro de 1928, sendo assinalada a localização da Igreja de São Domingos, que passaria a definir uma esquina pelo desenho dos novos arruamentos.	p.286
Figura 48	Rua da Sofia, antes da abertura da Rua João de Ruão: edifício de três pisos existente e demolido para se executar a abertura da nova rua.	
	Fotografia: Coleção de José Andrade de Branquinho de Carvalho.	p. 287
Figura 49	Planta (parcial) da Igreja de São Domingos, com a indicação da demolição do edifício a norte do corpo da igreja, para abertura da rua aberta pela Câmara Municipal, batizada como Rua João de Ruão.	
	Referência: IHRU-SIPA, IPA.00002794.	p. 288
Figura 50	Corte A-B, pelo transepto da Igreja de São Domingos, com vista para a Capela-mor, evidenciando a localização da Capela do Tesoureiro e a abertura de rua nova.	
	Referência: IHRU-SIPA, IPA.00002794.	p. 288
Figura 51	Execução da abertura de rua nova a norte da Igreja de São Domingos e perpendicular à Rua da Sofia.	
	Referência: IHRU-SIPA, IPA.00002794.	p. 289
Figura 52	Centro Comercial da Rua da Sofia: Rua da Sofia; cruzamento da Rua João de Ruão com a Rua da Sofia; interior do Centro Comercial da Rua da Sofia (antiga Capela de Jesus ou do Verouneiro).	
	Fotografia: Vítor Murtinho, 2015.	p. 304
Figura 53	Capela do Tesoureiro, no Museu Nacional de Machado de Castro: vista do conjunto; pormenor da CT; pormenor do retábulo e da abóbada.	
	Fotografia: Vítor Murtinho, 2015; JCC, 2016; VM, 2015.	p. 313
Figura 54	Interior da Igreja de São Domingos, com as instalações de escritórios e garagem de automóveis.	
	Referência: IHRU-SIPA, IPA.00002794.	p. 317
Figura 55	Planta do Piso 0 do Museu Nacional de Machado de Castro, anexada à Memória Descritiva do Plano Geral de Reconstrução da Capela do Tesoureiro, de 3 de setembro de 1965, elaborada pelo arquiteto Amoroso Lopes, com a indicação da sua localização futura.	p. 320
Figura 56	Reconstrução da Capela do Tesoureiro no MNMC, em 1967 e 1968.	
	Referência: IHRU-SIPA, IPA. 00005683.	p. 321
Figura 57	Vista aérea da Baixinha da cidade de Coimbra, com a Igreja do Mosteiro de Santa Cruz em	

	evidência pelo ‘desafogamento’, da massa construída, na Praça 8 de Maio.	
	Fotografia: Filipe Jorge, GCU, UC, 2003.	p. 328
Figura 58	Plano de Conjunto para a Baixa de Coimbra, apresentado pelo arquiteto Fernando Távora, em 1992.	p. 329
Figura 59	Mosteiro de Santa Cruz, com os colégios de Santo Agostinho e de São João Baptista, desenho de José Carlos Magne, 1796.	
	Referência: MNMC, GCU, UC.	p. 332
Figura 60	Planta de trabalho com a marcação das pré-existências, constante no processo de projeto para a Praça 8 de Maio, do arquiteto Fernando Távora, de Março de 1993.	
	Referência: Fundação Instituto Marques da Silva.	p. 335
Figura 61	Vista aérea sobre a área urbana da Baixinha, entre a Praça 8 de Maio e a Praça do Bota-Abaixo.	
	Fotografia: Filipe Jorge, GCU, UC, 2003.	p. 336
Figura 62	Vista aérea sobre a área urbana da Baixinha, entre a Praça 8 de Maio e o Largo da Portagem, evidenciando a ligação à Rua Visconde da Luz.	
	Fotografia: Filipe Jorge, GCU, UC, 2003.	p. 337
Figura 63	Praça 8 de Maio e Igreja de Santa Cruz.	
	Fotografia: JCC, 2018.	p. 340
Figura 64	Áreas de Reabilitação Urbana: ARU-Alta, ARU-Baixa e ARU-Baixa-Rio.	p. 349
Figura 65	Enquadramento e sobreposição das áreas definidas pelos principais instrumentos legais de proteção do bem UC-AS.	p. 349
Figura 66	Levantamento do direito de propriedade, nas áreas candidatas UC-AS.	p. 350
Figura 67	Organigrama da RUAS.	p. 352
Figura 68	<i>Poster</i> “A World Heritage Application as an opportunity for urban intervention: the case of Coimbra” apresentado na sessão <i>poster</i> do tema 5: Emerging tools for conservation practice, da 18ª Assembleia Geral e Simpósio Científico do ICOMOS: Património e Paisagem como valores humanos, em novembro de 2014, em Florença (Itália).	p. 368
Figura 69	Paço das Escolas.	
	Fotografia: FG+SG, GNI, UC, 2013.	p. 372
Figura 70	Esquízo e plantas para a intervenção no Pátio das Escolas, de Gonçalo Byrne.	
	Referência: GCU, UC.	p. 374
Figura 71	Referência da paisagem urbana histórica de Coimbra.	
	Fotografia: JCC, 2016.	p. 387
Figura 72	Localização da área UC-AS e zona de proteção, na LPM.	
	Referência: Hugo Andrade, GNI, UC.	p. 388
Figura 73	Bacia de visibilidade: amplitude de visibilidade para vários pontos e para a Torre da UC.	
	Referência: RUAS, UC.	p. 392
Figura 74	Vista do Choupalinho, sobre a colina central da <i>Lusa Atenas</i> .	
	Fotografia: Manuel Ribeiro, GCU, UC.	p. 393

Figura 75	Pátio das Escolas. Fotografia: JCC, 2018.	p. 397
Figura 76	Baixa de Coimbra, Rua Ferreira Borges. Fotografia: JCC, 2017.	p. 398
Figura 77	A Porta Férrea e o seu largo. Fotografia: JCC, 2016.	p. 401
Figura 78	Colégio de São Pedro, no Pátio das Escolas. Fotografia: JCC, 2017.	p. 402
Figura 79	Colégio da Santíssima Trindade, pormenor do pórtico de entrada. Fotografia: JCC, 2016.	p. 402
Figura 80	Colégio da Graça. Fotografia: PM, GCU, UC.	p. 404
Figura 81	Estufas Tropicais do Jardim Botânico da UC. Fotografia: JCC, 2017.	p. 405
Figura 82	Vista da Biblioteca Joanina. Fotografia: JCC, 2017.	p. 408
Figura 83	Vista aérea da Alta. Fotografia: Filipe Jorge, GCU, UC.	p. 409
Figura 84	Convento de São Francisco, Centro Cultural e de Congressos. Fotografia: JCC, 2017.	p. 411
Figura 85	Turistas na cidade. Casa dos Melos, UC. Fotografia: GNI, UC.	p. 411
Figura 86	Baixa, Rua Ferreira Borges. Fotografia: JCC, 2017.	p. 412
Figura 87	Alta de Coimbra, Escadas do Quebra-Costas/Rua Joaquim António de Aguiar. Fotografia: JCC, 2017.	p. 413
Figura 88	Baixinha, Rua do Paço do Conde. Fotografia: JCC, 2016.	p. 413
Figura 89	Quebra-Costas. Fotografia: JCC, 2016.	p. 414
Figura 90	Caminhos, Pátio das Escolas. Fotografia: FG+SG, GNI, UC, 2013.	p. 416

Sumário

Agradecimentos	3
Resumo	5
Abstract.....	7
Lista de acrónimos, siglas e abreviaturas.....	9
Lista de figuras	11
Sumário	17
Capítulo 1: Introdução.....	19
1.1 Apresentação e contextualização do tema.....	19
Pertinência	21
Problemática	24
Objetivos	26
1.2 O desenho da investigação: a constituição de um percurso metodológico	30
1.3 O projeto do discurso: a constituição de uma matriz teórica	49
Parte I – OPORTUNIDADE	85
Capítulo 2: Conceitos, textos fundamentais e entidades	87
2.1 Património Mundial: democracia e diversidade	87
Parte II – CANDIDATURA	101
Capítulo 3: Candidatura a Património Mundial: Univer(sc)idade de Coimbra [Alta e Sofia]	103
3.1 Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade	103
3.2 A ‘classificação’ Património Mundial na problemática disciplinar da arquitetura: o caso de Coimbra	140
3.3 Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos	148
Capítulo 4: Cidade Universitária de Coimbra Património Mundial.....	172
4.1 A lógica dual do património no campo disciplinar da arquitetura	172
4.2 O poder da imagem no processo de projeto da Cidade Universitária de Coimbra.....	199
4.3 Cidade Universitária de Coimbra, a <i>tabula rasa</i> como metodologia de projeto	215
4.4 <i>Seguindo o fio de Ariadne</i> I: a Cidade Universitária de Coimbra como património glocal.....	229
4.5 <i>Seguindo o fio de Ariadne</i> II: o Atelier de Belém	245

4.6 Um exercício dual Património Mundial: a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) e a Associação Académica de Coimbra (AAC)	259
Parte III – ESTRATÉGIA	275
Capítulo 5: Gestão do Património	277
5.1 Crónica de uma morte anunciada. Ou quando um Monumento Nacional perde o seu <i>status</i>	277
5.2 A conservação pela transformação: a Capela do Tesoureiro da autoria de João de Ruão.....	310
5.3 A recuperação dos valores: a Praça 8 de Maio em Coimbra.....	325
Capítulo 6: Agentes	341
6.1 Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: Agentes de gestão	341
Capítulo 7: Candidatura a Património Mundial como estratégia de intervenção e de desenvolvimento urbano	357
7.1 Candidatura a Património Mundial como oportunidade para a intervenção urbana: o caso de Coimbra	357
7.2 De Paço Real a Paço Real das Escolas: do dever da memória ao imperativo da renovação	369
7.3 A paisagem urbana histórica como valor de projeto urbano	377
7.4 Paisagem Urbana Histórica, a <i>Lusa Atenas</i> como matriz cultural de Coimbra.....	378
7.5 O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial	396
Parte IV – TÍTULO	417
Capítulo 8: Conclusões	419
8.1 Síntese de resultados finais	419
8.2 Síntese conclusiva global	423
Anexos	435
Referências Bibliográficas	446
Fontes documentais.....	487
Arquivos institucionais	487
Arquivos Pessoais	491
Sítios	492

Capítulo 1: Introdução

O especialista do passado é frequentemente um adversário do presente.

*No entanto, a existência de um monumento histórico
não deve fossilizar a sua envolvente imediata;
o dever de memória não deve paralisar o pensamento criativo.*

Roland Recht, 1998¹

1.1 Apresentação e contextualização do tema

Esta tese de doutoramento em arquitetura procura investigar de que modo uma candidatura a Património Mundial (PM) se pode concretizar como operador urbano do seu contexto urbano de referência. Nesse sentido, sob a abordagem de um estudo de caso, o propósito desta investigação coloca-se em compreender o processo transformativo que o fenómeno da candidatura da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) a PM imprimiu e continua a imprimir ao desenvolvimento do seu contexto urbano.

O património cultural tem vindo a exercer muitas funções para a sociedade contemporânea, principalmente, no que concerne, por um lado, à tomada de consciência, cada vez maior, da necessidade de centrar o homem e os valores humanos, para serem geridos os projetos de futuro, por outro lado, à capacidade de unir a comunidade e os seus representantes para garantir a proteção de um bem com valor reconhecido e comum a todos.

Embora o enfoque temático sobre *património* já tenha sido alvo de muitos estudos e diversas abordagens e especificidades², a sua dinâmica enquanto *valor humano* permanece disponível como elemento de combate à indiferença, à ignorância e ao esquecimento porque, como dizia Guilherme d'Oliveira Martins, “*a cidadania, que se liga à polis, à cidade, ao lugar de encontro (...) permite-nos (...) despertar para a liberdade, para a emancipação e para a responsabilidade*” (2009b, p. 108). Deste modo, pensar o património, no âmbito disciplinar da arquitetura, deveria ser fundamento para questionar, problematizar, complementar ou subscrever leituras interpretativas ou propositivas prévias, precisamente, pela capacidade operativa disciplinar de não subjugar qualquer espaço ou tempo a outros, porque todos coexistem na contemporaneidade do presente, mesmo aqueles que só existam como *coisa mental* (Távora in Figueira, 1992).

Sob estes argumentos, se entende que qualquer iniciativa formal de patrimonialização seja caracterizada por um desígnio de se querer transmitir valores que, por sua vez, se constituem importantes para a constância da construção de uma identidade comum, enquanto premissa necessária ao delineamento de um projeto

¹ Tradução nossa. Cf. (Recht, 1998, p. 15).

² Ao longo do nosso trabalho vamos ter oportunidade de referenciar e citar muitos desses estudos e contributos, sobre diversas perspetivas e abordagens.

comum de futuro. Guilherme d'Oliveira Martins defendia que temos “o dever de não esquecer” (G. d'Oliveira Martins, 2009b, p. 32), contudo, essa transmissão depende do que se quer e como se quer transmitir e tal condição implica uma seleção, uma política. Walter Rossa dizia que “a valorização, desenvolvimento, reciclagem ou destruição de património é sempre um ato com expressão cultural que condiciona o futuro da civilização” (Rossa, 2012, p. 5) e, dessa perspetiva, a regulação de qualquer iniciativa que vise classificar um bem constitui-se sempre como uma manifestação de uma vontade política para futuro, que deveria ser enquadrada numa reflexão coletiva sobre o seu significado.

Assim se enquadra, previamente, o desígnio da candidatura da UC-AS para inscrição na Lista do Património Mundial (LPM), da UNESCO, cujo objetivo era alcançado em 22 de junho de 2013. Sob o desafio de justificar o declarado Valor Universal Excepcional³ (VUE) da UC-AS, perante a comunidade internacional, o Estado Português assumia compromissos e responsabilidades sobre a sua proteção futura, enquanto reflexo da história multissecular da UC, do seu contributo para a cidade, para o país e para o mundo.

Sedeada na Alta de Coimbra, a *arquitetura da UC* concretiza-se pela cidade, sendo geradora de forma urbana que, através da construção dos diversos complexos de edifícios, equipamentos e espaços universitários e académicos, sob a insígnia da Sapiência⁴, se determina ligada ao desenvolvimento de conhecimento, ciência e cultura. Um processo que vem acompanhando o tempo longo do desenho da cidade, com a qual estabeleceu uma relação, por vezes, *turbulenta*⁵, pese embora a sua inevitabilidade.

O projeto da candidatura da UC-AS a PM, na sua possibilidade de futuro, havia sido delineado sobre o valor patrimonial da UC, tanto material como imaterial, através de estratégias de desenvolvimento, que visavam concorrer, por um lado, para uma consolidação na prática da intervenção e da reabilitação do património universitário e, em simultâneo, reestabelecer o laço necessário para uma inter-relação *univer(sc)idade*. O laço reestabelecia-se na descida da Alta à Sofia, um regresso simbólico da universidade tanto ao seu Polo 0, como à cidade. Todavia, o tempo era novo e, como esclarecia o reitor Fernando Seabra Santos, a candidatura não se concretizava apenas no reforço da “*luminosidade de uma inesquecível viagem ao passado*”⁶, mas também em “*prevenir a agressão patrimonial e a dispersão da memória colectiva*”⁷. Esta concepção de candidatura sublinhava o caminho, *mobilizando a comunidade*⁸, porque havia chegado “*o tempo da centralidade regressar ao centro histórico e ao território tradicional da Universidade, contrariando monofuncionalidades*”⁹.

Formalmente, a candidatura da Universidade de Coimbra garantia o acesso à LPM, com a sua inscrição na Lista Indicativa dos Bens Portugueses ao Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, através do parecer emitido pela Comissão Nacional da UNESCO (CNU), em 14 de maio de 2004. Pese embora, o desígnio de uma candidatura de Coimbra ao PM reportasse uma história precedente, desde os inícios dos anos 80 do século XX, o nosso objeto de estudo delimitava-se ao processo de candidatura da UC-AS a PM,

³ Para a presente tese, entende-se VUE conforme a sua definição, no instrumento técnico do Comité do PM, *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention* (OG), realizada no parágrafo 49, nos seguintes termos: “*Outstanding Universal Value means cultural and/or natural significance which is so exceptional as to transcend national boundaries and to be of common importance for present and future generations of all humanity. As such, the permanent protection of this heritage is of the highest importance to the international community as a whole*” (World Heritage Committee, 2017b, p. 19).

⁴ Cf. (Madahil, 1937).

⁵ Cf. (Universidade de Coimbra, 2005, p. 38).

⁶ Cf. (Santos in Universidade de Coimbra, 2005, p. 5).

⁷ Cf. (Santos in Universidade de Coimbra, 2005, p. 5).

⁸ Cf. (Santos in Universidade de Coimbra, 2005, p. 5).

⁹ Apresentação “Projecto de Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO”, do pró-reitor Raimundo Mendes da Silva, em 22 de setembro de 2005, na Conferência Internacional “A imagem dos Centros Históricos – bases para a sua salvaguarda”. Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

sobretudo, na abrangência do seu conteúdo, enquadrado sob as exigências e protocolos da *Convenção sobre a protecção do Património Cultural e Natural Mundial* (CPM1972), da UNESCO, de 1972, para se poder alcançar o objetivo traçado.

Em setembro de 2012, data de início do nosso curso doutoral em arquitetura, o processo de apreciação e de avaliação da candidatura estava a decorrer, uma vez que o Estado Português havia submetido o *dossier* da candidatura da UC-AS para inscrição na LPM em 30 de janeiro desse ano. Setembro seria um mês dedicado à visita, apreciação e avaliação técnica realizada pelo ICOMOS, enquanto conselheiro do Comité do PM e entidade avaliadora das candidaturas de património cultural para inscrição na LPM, cujo parecer seria enviado ao Comité do PM da UNESCO. Independentemente, do resultado que adviesse desse processo de avaliação, o processo de candidatura da UC-AS a PM já se constituía numa força motriz de transformações verificadas no espaço da UC e de outras dinâmicas verificadas na cidade, sobretudo, na área urbana de influência da UC.

No entanto, a oportunidade desta investigação acolheu, em tempo útil, a validação internacional dos propósitos submetidos pela candidatura da UC-AS a PM, pela sua efetiva inscrição na LPM, em 22 de junho de 2013. Por esse facto, o processo de candidatura terminava, na sua formalização, estabilizando o material documental, pese embora os seus desígnios fundamentais continuassem operativos, porque se constituíam como projetos de futuro. Deste modo, a abrangência da nossa investigação não se concretizava, somente, na componente burocrática e documental do processo, mas, sobretudo, ao nível do seu conteúdo, cujas estratégia política e estratégia de intervenção já colhiam resultados mesmo antes da inscrição da UC-AS na LPM. Estas observações empíricas reportavam uma realidade que evidenciava a capacidade do processo de candidatura em imprimir uma dinâmica de transformação sobre o património universitário e sobre as suas áreas de influência, a Alta, a Sofia e a respetiva zona de proteção. Particularmente, no âmbito da intervenção sobre o património universitário, esta ação tem sido uma constante, mesmo depois da inscrição da UC-AS na LPM, de acordo com os dados recolhidos até ao final de 2017.

Desse ponto de vista, a investigação do processo de candidatura da UC-AS a PM permitia esclarecer a sua emergência, o seu sistema de gestão e a sua concretização, ou seja, compreender o motivo pelo qual foi tomada a decisão, de que modo a decisão foi implementada e quais os seus resultados, referenciados ao seu contexto urbano, com especial incidência, nas áreas candidatas – e depois inscritas na LPM –, Alta, Sofia e respetiva zona de proteção. Por conseguinte, importava verificar, analisar e compreender este fenómeno contemporâneo impulsionado pela UC e investigar as suas influências e implicações, a sua capacidade de negociação com a cidade e os possíveis conflitos gerados, dentro do seu contexto real – a cidade.

Pertinência

Conforme a ideia de Vittorio Gregotti, o carácter estrutural da nossa disciplina, enquanto prática artística, é de trabalhar com as condições empíricas como materiais “*inelimináveis*” do projeto, (Gregotti, 1991). Neste sentido, a nossa investigação considera-se oportuna e pertinente, sob várias leituras.

Primeiramente sob uma leitura académica e disciplinar, por se ancorar à transversalidade multidisciplinar da arquitetura, que consideramos ser uma condição necessária para nos permitir recalcularmos o próprio conceito de património a partir do carácter evolutivo do desenho e dos processos de arquitetura que transformaram os protocolos físicos e culturais da universidade. Esse processo transformativo evolutivo, por indissociabilidade, concorre com o desenvolvimento urbano da cidade de Coimbra, pela instalação

definitiva da UC no território urbano, material e imaterial. Pela experiência histórica, este caso da candidatura da UC-AS a PM pode não se constituir numa exceção.

Seguidamente sob uma leitura do espaço, pelo objeto de estudo em si próprio, enquanto fenómeno contemporâneo, cuja valência operativa se estabelece na sua área de referência e se prolonga no tempo, apesar do seu término formal, em 22 de junho de 2013. Como explicámos, mais do que avaliar o processo de uma candidatura a PM em si própria, interessa perceber as suas dinâmicas e interferências com a realidade do espaço ao qual se referencia, sendo esta a perspetiva de leitura utilizada para conhecer, analisar e compreender o nosso objeto de estudo – a candidatura da UC-AS a PM.

Finalmente sob uma leitura do tempo, na sua contemporaneidade. Ernesto Nathan Rogers lançava esperança para a capacidade de resposta das gerações futuras, afirmando que cada presente permitia sempre, por princípio, possibilidades mais sábias do que no passado, perante as *continuidades sem solução existentes em cada tempo*, uma vez que, mesmo com os saltos e os elos temporais, o fluxo da experiência humana continuará, sendo este o sentido traduzido para a experiência da arquitetura (Rogers in Rogers & Semerani, 1999, p. 62).

Atualmente têm vindo a surgir novas preocupações – ou novas reinterpretações de problemas – associadas a estes espaços dos núcleos antigos, que acusam maior fragilidade quando confrontados com ameaças causadas voluntária ou involuntariamente, nomeadamente, aquelas relacionadas com o turismo de massas, tanto pelo aumento de carga nos espaços e edifícios, como pela excessiva intervenção em objetos urbanos mais frágeis (como sugerem os números relativos ao que acontece nos bairros mais antigos¹⁰, em Lisboa e no Porto ou no caso de Veneza, que prevê a intervenção direta do governo italiano na regulação do acesso à Laguna¹¹); com o aumento do vandalismo e graffiti associados às áreas urbanas mais frágeis e aos núcleos antigos (como se tem verificado na Alta e Baixa de Coimbra¹²); as preocupações decorrentes dos atos de terrorismo e de violência urbana, que têm ocorrido, de forma continuada, particularmente, no espaço europeu¹³; e, ainda, aquelas relativas aos resultados e níveis de poluição que têm vindo a ser atingidos nas

¹⁰ Cf. (Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2018; Ribeiro, 2017); Sampaio, G. (02/02/2018) – *O processo de gentrificação em curso nas cidades (e periferias) de Lisboa e Porto*. [online] Disponível em <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/o-processo-de-gentrificacao-em-curso-nas-cidades-e-periferias-de-lisboa-e-porto-264850>, acessado em 06/08/2018; Mendonça, B., Viana, G., Figueiredo, J., Henriques, M. (16/09/2017) – *Que Lisboa é esta?* [online] Disponível em <https://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-09-16-Que-Lisboa-e-esta-#gs.gWuOzZl>, acessado em 06/08/2018.

¹¹ Cf. Observador (30/04/2018) – *Veneza está a controlar a entrada de turistas com torniquetes. E a polémica estalou*. [online] Disponível em <https://observador.pt/2018/04/30/veneza-esta-a-controlar-a-entrada-de-turistas-com-torniquetes-e-a-polemica-estalou/>, acessado em 06/08/2018; Observador (06/08/2018) – *Veneza endurece leis do turismo: 48 horas de expulsão e torniquetes à entrada da cidade*. [online] Disponível em <https://observador.pt/2018/08/06/veneza-endurece-leis-do-turismo-48-horas-de-expulsao-e-torniquetes-a-entrada-da-cidade/>, acessado em 06/08/2018; Panorama (07/08/2017) – *Non solo Venezia: il turismo insostenibile per l'Italia*. [online] Disponível em <https://www.panorama.it/news/cronaca/non-solo-venezias-il-turismo-insostenibile-per-litalia/>, acessado em 06/08/2018.

¹² Cf. Cunha, T. (06/06/2018) – *João Paulo Barbosa de Melo: “Pichagens são uma vergonha para Coimbra”*. [online] Disponível em <https://www.ruc.pt/2018/06/06/joao-paulo-barbosa-de-melo-pichagens-sao-uma-vergonha-para-coimbra/>, acessado em 06/08/2018.

¹³ Quando se estava a desenvolver a pesquisa e investigação para ultimar os preparativos da nossa comunicação no XVII Curso de Verão de 2017, organizado pelo Centro de Estudos Ibéricos, surgia mais uma notícia de um ataque ocorrido em Manchester, após um concerto de música da cantora Ariana Grande, onde a maioria do público seria constituída por crianças acompanhadas pelos pais, adolescentes e jovens. A título de exemplo, lembram-se alguns casos de classificados como ‘atentados terroristas’ mais recentes (2015, 2016, 2017 e 2018) ocorridos no território Europeu e que tiveram uma cobertura mediática expressiva:

FRANÇA: em 7 de janeiro de 2015, ocorreu um atentado sobre as instalações do jornal *Charlie Hebdo*, em Paris, conhecido pela sátira, com o propósito de ser uma retaliação em relação a uma publicação prévia sobre o profeta Maomé; foram 12 as vítimas mortais, sendo a maioria parte da equipa de *cartoonistas* do jornal;

DINAMARCA: em dois dias, ocorreram dois atentados, em Copenhaga, realizados pelo mesmo atirador – o primeiro, em 14 de fevereiro de 2015, no Centro Cultural Krudttønden, a propósito de um seminário que pretendia debater “Arte, Blasfémia e Liberdade de Expressão” e homenagear as vítimas do atentado no jornal francês *Charlie Hebdo*; e o segundo, na manhã de 15 de fevereiro de 2015, em frente à Grande Sinagoga de Copenhaga, em Krystalgade; morreram três pessoas (incluindo o atirador, abatido pela polícia) e ficaram feridas quase uma dezena de pessoas;

FRANÇA: na noite de 13 de novembro de 2015, ocorreram cinco atentados em série, em Paris (nas imediações do Stade de France, em Saint-Denis; em restaurantes das Rue Bichat e Rue Alibert; em outro restaurante na Rue de la Fontaine au Roi; na Boulevard Voltaire, nas imediações do Teatro Bataclan; no teatro Bataclan, ficando conhecido como o massacre de Bataclan; e, num outro restaurante na Rue de Charonne), tendo sido reivindicados, em 14 de novembro, pelo Daesh (também designado por autoproclamado Estado Islâmico); estes ataques constituíram-se por explosões e fuzilamentos em massa, dos quais resultaram cerca de 130 mortos,

últimas décadas e que ameaçam as condições de ambiente necessárias à conservação do património construído e da qualidade de vida da população em geral¹⁴.

No entanto, o processo de candidatura da UC-AS a PM era desenvolvido num domínio específico. Importa evidenciar, sobre o domínio do PM, uma polarização de discursos entre a UNESCO e os que assumem uma crítica às atuações da UNESCO e com especial crítica à LPM, sob diversas abordagens. Estes que assumem uma posição ‘anti-UNESCO’ tendem a tornar-se ‘lugar-comum’, por atribuírem à atuação da UNESCO, através do PM, a implementação de um *projeto político cosmopolita* globalizante que, através do mapeamento de diversas geografias que ganham a distinção sob uma gramática instituída a nível global, vai instituindo uma produção de cultura globalizada (Turtinen, 2000). Conforme Turtinen argumentava, não se tratava apenas de gerar significados do ponto de vista comunicacional, mas, sobretudo, exercitar o poder, neste caso da UNESCO, a nível transnacional (Turtinen, 2000). Nesse sentido, o PM passava a ser um promotor de agentes e de economias locais e nacionais, uma vez que o património era utilizado como um meio de atingir determinados objetivos económicos, deturpando os princípios do discurso da UNESCO (Turtinen, 2000). Por outro lado, no âmbito da Bienal de Veneza de 2010, Koolhaas questionava o crescimento da área do mundo declarada imutável através de vários regimes de preservação, os quais se encontravam fora dos limites, eram desconhecidos e sobre os quais não se teorizava e não se influenciava (Koolhaas & OMA, 2010b). Todavia, estes discursos baseiam-se em estudos e opiniões *genéricas*, sobretudo, por incidirem sobre atos de gestão urbana de sítios e cidades que apresentam a valência da inscrição de uma área na LPM, em vez de se basearem em investigação direcionada aos processos de candidatura desses sítios a PM, tendo em conta que utilizam argumentos de causa-efeito a partir do PM.

Deste modo, importa estudar e aprofundar a investigação dos casos que compõem a LPM, porque todos apresentam variações intrínsecas ao lugar e às suas condicionantes. A partir do momento que se conhecer a emergência, o sistema de gestão e a concretização de cada processo de candidatura a PM, cuja particularidade está sempre presente porque específica de um lugar, poderá ser possível realizar um estudo de caracterização sobre os resultados das inscrições na LPM. Até lá, continuaremos nas especulações e opiniões. Sob este argumento, a nossa investigação demonstra ser pertinente e oportuna, uma vez que contribui para reduzir a lacuna que Marc Askew evidenciava, quando assinalava os poucos estudos académicos sobre os processos de candidatura a PM, as suas negociações e os seus conflitos (Askew, 2010, p. 33). Adicionalmente, esta investigação sobre a candidatura da UC-AS a PM contribui com os seus

mais de três centenas de feridos e vários prejuízos materiais; em consequência foram decretadas medidas urgentes de segurança como o controlo temporário de fronteiras e o ‘toque de recolha’ a ordenar a saída das pessoas das ruas (medida que não era posta em prática desde 1944, durante a II Guerra Mundial);

BÉLGICA: em 22 de março de 2016, ocorreram dois ataques suicidas e reclamados pelo Daesh, em Bruxelas, no aeroporto em Zaventem e na estação de metro em Maelbeek; morreram mais de três dezenas de pessoas e ficaram feridas mais de trezentas pessoas;

ALEMANHA: em 19 de dezembro de 2016, ocorreu um atentado com um camião (roubado na Polónia), em Berlim; o ataque efetivou-se com o condutor a atirar o camião contra as pessoas que visitavam uma feira de Natal, morrendo 12 pessoas e ficando 48 pessoas feridas;

REINO UNIDO: em 22 de março de 2017, ocorreu um ataque em Westminster, em Londres, iniciado na ponte e terminando no parlamento; o ataque concretizou-se com um dos atacantes a atirar um veículo automóvel contra as pessoas, sobre a ponte e terminando nas barreiras do Parlamento de Westminster; um outro indivíduo atacava um grupo de pessoas, apunhalando-as, tendo morrido 6 pessoas e ficando dezenas de feridos;

REINO UNIDO: em 22 de maio de 2017, ocorreu um ataque suicida com explosivos, reivindicado pelo Daesh, em Manchester, no exterior da Manchester Arena, no final de um concerto de música, causando mais de duas dezenas de mortos e mais de seis dezenas de feridos;

FRANÇA: em 23 de março de 2018, ocorreu um ataque a um contingente do exército francês e a um supermercado, reivindicado pelo Daesh, em Trèbes, Carcassone; o ataque a um regimento de paraquedistas, por atropelamento com um automóvel, realizou-se depois do automóvel ter sido roubado com violência nas imediações da base militar, por um indivíduo, refugiando-se em seguida num supermercado, onde usou os clientes e trabalhadores como reféns, causando alguns mortos e feridos graves;

REINO UNIDO: em 14 de agosto de 2018, ocorreu um ataque em Westminster, em Londres, numa tentativa de replicar, simbolicamente, o ataque de 22 de março de 2017, embora as medidas de segurança, entretanto adotadas, evitassem maiores prejuízos, resultando em três feridos sem perigo de vida.

¹⁴ Cf. Robrecht, H. (24/05/2018) – *As alterações climáticas e as cidades*. [online] Disponível em <https://www.eea.europa.eu/pt/sinai-da-aea/sinai-2015/entrevista/as-alteracoes-climaticas-e-as-cidades>, acedido em 06/08/2018.

resultados e interpretações que lançam novas perspectivas sobre os argumentos utilizados pelo discurso anti-UNESCO e, desse ponto de vista, concordamos com a evidente lacuna existente nesta área de investigação, assinalada por Askew.

Temos as vantagens da neutralidade e da autonomia em relação ao processo de candidatura da UC-AS a PM. Essas vantagens, do nosso ponto de vista, permite-nos estudar a candidatura da UC-AS, o seu conteúdo, o seu desenvolvimento e as suas possibilidades de leitura, sem nenhuma pré-conformação ou pré-conceito estipulado e promovem uma garantia da nossa distância necessária e operativa para desenvolver uma investigação sobre este objeto de estudo.

Problemática

DE QUE MODO UMA CANDIDATURA A PATRIMÓNIO MUNDIAL SE CONCRETIZA COMO UM OPERADOR DE DESENVOLVIMENTO PARA O SEU CONTEXTO URBANO?

Uma candidatura a Património Mundial constitui-se como um processo especializado, específico e complexo, com o objetivo de inscrever um património ou bem na LPM, mediante o reconhecimento do seu VUE. Nesse sentido, é especializado porque condicionado à justificação de uma declaração de VUE; é específico porque referente a um património ou bem existente singular, com determinada localização e circunstância; e é complexo porque desenvolvido sob uma política da esfera local, ratificada e assumida pela política da esfera nacional em relação ao património em causa e, conseqüentemente, refletindo as responsabilidades assumidas pelo Estado-parte da CPM1972, da UNESCO, no plano das relações internacionais e da política externa.

Por conseguinte, uma candidatura a PM torna-se também, cada vez mais, um processo complexificado, uma vez que, tendo em conta a evolução filosófico-concetual e das práticas sobre a proteção e a salvaguarda de património, se caracteriza pelo recurso a uma transversalidade disciplinar, de modo a responder às exigências das normas e orientações técnicas às quais estão sujeitos.

Adicionalmente, uma candidatura a PM constitui-se como um processo singular e original, a partir do momento em que se assume uma estratégia política focada numa ação de proteção sobre determinado património. A sua singularidade e a sua originalidade são perspetivadas sob vários encadeamentos vectoriais, designadamente, pelo entendimento do valor do património em causa, a partir do qual se define uma intenção da operação que se pretende executar, em função dos resultados que se pretendem atingir. Deste modo, se compreende que as candidaturas a PM, por norma, são assumidas como uma estratégia política de ação sobre esse património, independentemente, dos objetivos que cada Estado-parte pretenda atingir com essa inscrição na LPM.

Subordinado a esta linha de leitura, o reitor Fernando Seabra Santos não deixava margem para dúvidas, quando, em relação à candidatura da UC-AS a PM, explicitava que esta não se limitava “*a uma mera pretensão contemplativa, antes significa um desejo de transformação do espaço físico e valorização do património intangível e uma profunda determinação na mudança das mentalidades e atitudes*” (Santos in Universidade de Coimbra, 2005, p. 5).

Não obstante, uma outra questão se colocava em relação aos propósitos de uma candidatura a PM da UC, nos moldes em que fora concebida, concretamente, se a política manifestada pelo *desejo de transformação*, com incidência sobre o património universitário, também era extensível ao seu contexto urbano, em função da condição urbana do bem delimitado UC-AS. Ou seja, esta equação coloca-se a partir do momento em

que a candidatura a PM estabelece uma área delimitada para inscrição na LPM, referenciada à Alta e à Sofia. Por um lado, esta delimitação espacial urbana concorre para uma ótica disciplinar da arquitetura da UC, reportando à sua evolução histórica de implementação na cidade. No entanto, por outro lado, concorre para uma ótica de gestão urbanística¹⁵ ao ser referenciada a um espaço urbano, sobre o qual a UC não tem direito de propriedade, verificado com particular incidência sobre a área delimitada à Sofia. Sob este argumento, a candidatura da UC-AS a PM também nos esclarece nos seguintes termos: “*a candidatura a Património Mundial é protagonizada pela Universidade de Coimbra. Contudo, esta é, desde o início, uma candidatura da própria cidade. (...) O sucesso da candidatura dependerá, em muito, da cooperação efectiva entre as instituições actuais nesta cidade. Este será sempre um projecto comum, recurso valioso para o desenvolvimento sustentado da cidade, da região e não só da Universidade de Coimbra*” (Universidade de Coimbra, 2005, p. 38).

Se mais alguma dúvida houvesse, a candidatura da UC-AS a PM reforçava os argumentos sobre como ser um *recurso valioso para o desenvolvimento sustentado da cidade e da região*, designadamente, pela “*criação de instrumentos capazes de promover o conhecimento, garantir a conservação e assegurar o futuro do bem que se pretende classificar e da área envolvente*”, através da elaboração de “*um Plano de Ordenamento/Salvaguarda, em colaboração com a Câmara Municipal de Coimbra e o IPPAR*” e de um Plano de Gestão (Universidade de Coimbra, 2005, p. 39). Concludentemente, compreende-se que a candidatura da UC-AS a PM se constituiu como uma estratégia política de desenvolvimento urbano, referenciada à importância da proteção e salvaguarda do património universitário e, conseqüentemente, influenciada por esta, em função da expansão da área delimitada candidata integrar a área da Sofia, sendo que, este movimento de integração espacial é revelador da vontade de envolvimento da cidade no processo de candidatura.

Subordinada a esta linha de argumentos, assumimos uma premissa de investigação: uma candidatura a PM pode ser entendida, teoricamente, como uma estratégia para promover o desenvolvimento urbano da sua área de referência e que, essa estratégia se assume sob duas formas, como estratégia política e como estratégia de intervenção. Por um lado, uma estratégia política estabelece-se no campo das decisões, designadamente, para possibilitar ações operacionais que possam alcançar os desígnios objetivados para a concretização do projeto iniciado pela candidatura sobre o património em causa. Por outro lado, uma estratégia de intervenção estabelece-se no campo das ações e das práticas tanto de proteção e de salvaguarda do bem patrimonial, como de intervenção urbana. Para o caso da candidatura da UC-AS consideramos a pertinência da oportunidade da coincidência entre o património a candidatar e as áreas urbanas centrais da cidade, uma vez que, a promoção da revitalização e da regeneração destas áreas, com problemáticas comuns no quadro nacional e comumente designadas por ‘centros históricos’, havia “*estado muito ligada ao papel dos atores públicos e ao aproveitamento de programas e outras (raras) oportunidades de financiamento*” (J. R. Fernandes, Chamusca, & Pinto, 2013, p. 233).

Assim a nossa problemática questiona, partindo da premissa que uma candidatura a PM se assume como estratégia de desenvolvimento urbano, de que modo uma candidatura a PM se concretiza como um operador de desenvolvimento para o seu contexto urbano?

¹⁵ Conforme Fernanda Paula Oliveira coloca, “*falar em gestão urbanística significa falar na execução de planos municipais, (...) assente em instrumentos de planeamento*” (Oliveira, 2011, p. 235).

Objetivos

Tendo em conta a profundidade e a ampliação do conhecimento pretendido sobre o que estava subordinado ao processo de candidatura da UC-AS a PM, ou seja, a compreensão desse fenómeno sobre o seu contexto urbano, a partir da nossa pergunta de investigação e de modo a construir as necessárias interpretações, traçámos o nosso objetivo geral, assim,

OBJETIVO GERAL: ANALISAR E COMPREENDER O PROCESSO TRANSFORMATIVO QUE O FENÓMENO DA CANDIDATURA UC-AS A PM IMPRIMIU/IMPRIME AO DESENVOLVIMENTO DO SEU CONTEXTO URBANO.

Todavia, o processo de candidatura da UC-AS a PM constituiu-se por uma complexidade poliédrica desde o primeiro momento em que tivemos contacto com os dados. Desta forma, para cumprirmos o nosso objetivo geral, tivemos que formalizar outros objetivos específicos que, do ponto de vista operativo, seriam capazes de nos permitir selecionar informação e dados para esta investigação, em função da obtenção de resultados específicos sobre as diversas problemáticas que emergiam do processo de candidatura.

Nessa linha de pensamento, interessava, de modo operativo e basilar, proceder à caracterização do processo de candidatura, designadamente, à sua reconstituição e contextualização. Desta forma, seria possível estabelecer as relações existentes entre os agentes, os circuitos, os contextos e as problemáticas que, em cada momento, se equacionaram no desenrolar do processo. A sistematização necessária de compreensão do processo de candidatura permite, por sua vez, estabilizar, nesta tese, não só a cadência dos acontecimentos verificados ao longo do processo, mas também, as suas inter-relações, circunstâncias e consequências. Consequentemente, esta primeira fase da nossa investigação permitia equacionar problemáticas e as suas circunstâncias específicas e intrínsecas ao processo de candidatura, através das possíveis articulações de que o processo nos dava para investigar. Este objetivo específico contribuía para compreender a candidatura da UC-AS a PM, na sua emergência, no seu sistema de gestão e na sua concretização. Assim, delineámos

OBJETIVO ESPECÍFICO 1: RECONSTITUIR E CONTEXTUALIZAR O PROCESSO DE CANDIDATURA DA UC-AS A PM.

Seguidamente e, pelo que já referenciámos, interessava estudar a especificidade do âmbito PM, em função dos seus conceitos, os discursos e as entidades, uma vez que este se constitui no enquadramento ao qual o processo de candidatura da UC-AS a PM está subordinado. Nessa perspetiva interessava compreender os protocolos exigidos nesta condicionante, tendo em conta os argumentos veiculados pela literatura, sobretudo, aqueles que criticavam e alertavam sobre a imutabilidade subordinada ao regime de preservação das áreas a partir do momento em que efetivavam a inscrição de um bem ou sítio na LPM. Adicionalmente, importava estudar a evolução do discurso do PM, para perspetivar algumas das problemáticas decorrentes do processo de candidatura de Coimbra a PM, desde a sua primeira fase até à inscrição da UC-AS na PM. Este objetivo específico contribuía para compreender a candidatura da UC-AS a PM, sobretudo, na sua emergência. Assim, definimos

OBJETIVO ESPECÍFICO 2: ANALISAR E COMPREENDER A ESPECIFICIDADE DE UMA CANDIDATURA A PM.

No encadeamento deste objetivo específico 2, interessava estabelecer uma analogia comparativa entre o processo do nosso objeto de estudo com outros da LPM – antes, durante e depois da inscrição na LPM –, para averiguar a sua originalidade e especificidade. Este propósito respondia a uma consideração, onde

cada caso que submete candidatura para inscrição de um bem na LPM, se constitui intrínseco ao seu bem patrimonial, à sua circunstância e sua condição local, pese embora sujeito às regras e orientações comuns a todos e à categorização tipológica dentro da LPM, a abordagem, a justificação e os conteúdos produzidos para o *dossier* de candidatura. No entanto, para este objetivo específico, tivemos que proceder a uma seleção mediante as possibilidades, cada uma com as suas vantagens e desvantagens.

Das possibilidades a considerar, estabeleciam-se dois grupos em função das características do nosso caso de estudo e passíveis de ser estabelecida uma analogia operativa para o nosso propósito, designadamente, os casos inscritos na LPM subordinados à categoria ‘Universidade PM’ (UPN)¹⁶ e os casos nacionais inscritos na LPM¹⁷ com características urbanas equiparáveis a Coimbra. Se ao primeiro grupo era reconhecido a vantagem da equivalência da categoria universidade entre os bens inscritos, ao segundo grupo era reconhecido a vantagem da legislação nacional comum a todos.

Nesse sentido, o primeiro grupo das UPM era constituído por Monticello e a Universidade de Virgínia, inscrita em 1987, sob os critérios (i), (iv) e (vi); Universidade e Recinto Histórico de Alcalá de Henares, inscrita em 1998, sob os critérios (ii), (iv) e (vi); Cidade Universitária de Caracas, inscrita em 2000, sob os critérios (i) e (iv); e Campus da Cidade Universitária Central da Universidade Nacional Autónoma do México, inscrito em 2007, sob os critérios (i), (ii) e (vi). Estabelecendo uma correlação entre os processos evolutivos da história de cada universidade e das suas geografias, a analogia Coimbra – Alcalá de Henares destacava-se por ser considerada a mais privilegiada, por se equacionarem valores de grandeza iguais, relacionadas diretamente com a inscrição PM, embora levantasse questões de outras naturezas, nomeadamente, a data de inscrição (Alcalá em 1998, Coimbra em 2013) e os regulamentos urbanos de gestão urbanística pelos regimes jurídicos diferentes (legislação espanhola e legislação portuguesa).

Para o segundo grupo, estabelecíamos a categoria ‘centro histórico’ como a mais operativa para a analogia com o caso da UC-AS. No entanto, convinha ressaltar que as justificações sobre o VUE são condicionadas ao bem em causa e, desse ponto de vista, os critérios justificativos já não poderiam constituir-se parâmetro de analogia. Desta forma, o segundo grupo era constituído por Centro Histórico de Angra do Heroísmo, inscrito em 1983; Centro Histórico de Évora, inscrito em 1986; Centro Histórico do Porto, inscrito em 1996; e Centro Histórico de Guimarães, inscrito em 2001. Tendo em conta que o caso de Angra era o único caso de condição insular neste grupo, para além de ter sido inscrito na LPM em 1983 (que reportava ao período da primeira intenção de inscrição do Centro Histórico de Coimbra na LPM, pela mão de Matilde Sousa Franco), a analogia entre Coimbra e Angra mostrava desvantagens perante as outras analogias possíveis. As analogias Coimbra – Évora, Coimbra – Porto e Coimbra – Guimarães poderiam ser abordadas, sendo apenas considerada a questão da gestão urbana e, para tal, necessário referir as contaminações existentes entre cada candidatura, os agentes, os instrumentos e os respetivos planos de gestão dos Centros Históricos e da UC, ou seja, o sistema de gestão de cada bem. Todavia, estas analogias apresentavam uma maior desvantagem em relação ao objeto de candidatura, alterando o seu foco principal na estruturação da concepção e dos procedimentos inerentes a cada processo de candidatura – ou seja, para Coimbra, o foco principal constitui-se a UC, para os outros casos, Évora, Porto e Guimarães, o foco principal é a cidade.

Por conseguinte, tendo em conta o processo de candidatura e o nosso propósito, a maior vantagem revelava-se na analogia Coimbra – Alcalá de Henares¹⁸, uma vez que, tendo em conta a outra possibilidade,

¹⁶ Conferir “Quadro 1 – Relação dos bens inscritos na categoria UPM, na LPM”, em Anexos, na presente tese.

¹⁷ Conferir “Quadro 2 – Relação dos bens portugueses inscritos na LPM”, em Anexos, na presente tese.

¹⁸ Conferir o nosso artigo “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromissos de futuro em dois contextos ibéricos”, no capítulo 3, da presente tese.

a desvantagem da data de inscrição não tinha efeito, pese embora ficasse estipulado que as outras analogias deveriam ser equacionadas, em determinadas circunstâncias e de modo complementar, sempre que se achasse pertinente para o alcance de algum propósito particular. Este objetivo específico contribuía para compreender a candidatura da UC-AS a PM, na sua emergência, no seu sistema de gestão e na sua concretização. Assim, formalizámos,

OBJETIVO ESPECÍFICO 3: COMPARAR O FENÓMENO DE CANDIDATURA DA UC-AS COM O CASO HOMÓLOGO DA UNIVERSIDADE E RECINTO HISTÓRICO DE ALCALÁ DE HENARES A PM, POR UMA PERSPETIVA EVOLUTIVA.

Um quarto objetivo específico era equacionado, em função da profundidade e a ampliação do conhecimento pretendido sobre a compreensão do fenómeno de uma candidatura a PM, sobre o seu lugar de referência, durante o processo de candidatura e depois da inscrição do bem na LPM (com dados recolhidos até ao fim de 2017). Este objetivo específico contribuía para compreender a candidatura da UC-AS a PM, no seu sistema de gestão e na sua concretização. Assim, enunciámos

OBJETIVO ESPECÍFICO 4: IDENTIFICAR, ANALISAR E COMPREENDER O FENÓMENO DE CANDIDATURA DA UC-AS A PM (ANTES E DEPOIS DA INSCRIÇÃO DO BEM NA LPM) SOBRE O CONTEXTO URBANO AO NÍVEL DAS DECISÕES, DO SISTEMA DE GESTÃO E DAS INTERVENÇÕES.

Para cumprirmos este objetivo específico tivemos que formalizar subtópicos de abordagem, tendo em conta as especificidades do contexto urbano abrangido – a Alta, a Sofia e a zona de proteção – e das problemáticas que eram geradas no âmbito do processo de candidatura da UC-AS a PM, designadamente, sob a consideração replicada às problemáticas mais evidentes nessas áreas e com maior interesse científico, para alcançarmos o nosso objetivo geral, em função da compreensão do processo de candidatura da UC-AS a PM. Este objetivo específico contribuía para compreender a candidatura da UC-AS a PM, na sua emergência e na sua concretização.

Assim, identificámos algumas problemáticas inerentes à construção da Cidade Universitária de Coimbra (CUC), para abordarmos e compreendermos o espaço referencial da Alta, de modo particular:

OBJETIVO ESPECÍFICO 4.1: ANALISAR E COMPREENDER O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DA CUC, ENQUANTO PROBLEMÁTICA ESPECÍFICA DENTRO DA CANDIDATURA DA UC-AS A PM, REFERENCIADO À ALTA.

Subordinado ao tópico da gestão do património, identificámos uma problemática inerente aos agentes de gestão do património, decorrente das suas ações perante a realidade dos acontecimentos, por vezes promovidos pelos próprios, outras vezes herdadas de diversas circunstâncias. Este objetivo específico contribuía para compreender a candidatura da UC-AS a PM, no seu sistema de gestão. Assim, equacionámos a investigação do processo de desclassificação da Igreja de São Domingos, localizada na Rua da Sofia, cujo procedimento de abertura de desclassificação era iniciado antes da publicitação, em Diário da República, da classificação como Monumento Nacional da UC-AS PM, de modo particular:

OBJETIVO ESPECÍFICO 4.2: ANALISAR E COMPREENDER O PROCESSO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO DOMINGOS, ENQUANTO PROBLEMÁTICA ESPECÍFICA INERENTE AO PROCESSO DE CANDIDATURA DA UC-AS A PM, REFERENCIADO À SOFIA.

Para cumprirmos o nosso objetivo específico 4, ainda formalizámos outros dois propósitos, em função dos projetos de arquitetura que estavam em desenvolvimento e da intervenção que estava a ser concretizada, antes e depois da inscrição do bem na LPM. Estes objetivos específicos contribuían para analisar e compreender a candidatura da UC-AS a PM, sobretudo, na sua concretização. Assim, formalizámos

OBJETIVO ESPECÍFICO 4.3: IDENTIFICAR AS INTERVENÇÕES REALIZADAS SOBRE O PATRIMÓNIO UNIVERSITÁRIO.

OBJETIVO ESPECÍFICO 4.4: IDENTIFICAR AS INTERVENÇÕES REALIZADAS SOBRE PATRIMÓNIO URBANO.

O desenho destes objetivos não pode ser compreendido, na sua totalidade, se forem desligados dos procedimentos e das fases, pelos quais, o processo da nossa investigação passou. Desta forma, devem ser complementados, com as explanações constantes na nossa metodologia em “O desenho da investigação: a constituição de um percurso metodológico”¹⁹.

¹⁹ Conferir a nossa metodologia, no presente capítulo 1.

1.2 O desenho da investigação: a constituição de um percurso metodológico

Como já referimos na nossa apresentação, à data de início do nosso curso doutoral em arquitetura, em setembro de 2012, o bem Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) ainda tinha a sua candidatura para inscrição na Lista do Património Mundial (LPM) em fase de apreciação. No entanto, o processo de candidatura da UC-AS a PM já se verificava como força operativa de transformação, tanto no território da UC, como na sua área de influência. Ou seja, partíamos para uma investigação de abordagem teórica qualitativa, cujo objetivo geral nos conduzia para uma investigação exploratória ou explanatória/explicativa, embora com alguma precaução sobre o método de investigação, uma vez que, o nosso objeto de estudo ainda se encontrava em processo de desenvolvimento e sobre o qual não tínhamos qualquer tipo de controlo. Em princípio e à partida, o nosso método poderia ser enquadrado num estudo de caso (Yin, 2003, p. 28), embora ainda sem certezas.

Esta primeira equação tornava-se problemática em si própria, para o delineamento do projeto de investigação, uma vez que o objetivo geral já estava traçado, embora tanto a definição e delimitação do objeto de estudo como a recolha de dados e de informação pudessem induzir à utilização de vários métodos de investigação. Por conseguinte, de uma perspetiva empírica, a primeira fase de investigação direcionou-se, necessariamente, para a compreensão do processo de candidatura da UC-AS a PM.

Primeira fase de investigação: definir e delimitar o objeto de estudo

A nossa primeira fase de investigação visou recolher informações e dados, num primeiro momento e analisá-los e interpretá-los, num segundo momento, para definir e delimitar o nosso objeto de estudo. Com efeito, ficava traçado o nosso primeiro objetivo específico: reconstituir e contextualizar o processo de candidatura da UC-AS a PM. Segundo uma aproximação teórica ao tema, com recurso a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, esta primeira fase caracterizou-se por ser exploratória, com uma abordagem analítica e interpretativa.

Tendo em conta a natureza e a condição do objeto de estudo – o processo de candidatura da UC-AS a PM – tivemos que desenvolver ações que permitissem compreender a sua constituição, o seu processo, a sua cronologia e historiografia, com as suas características e circunstâncias, bem como com os seus desígnios, protagonistas, condicionantes, influências, propostas e ações.

Para concretizar a contextualização do objeto de estudo, recorreu-se a três técnicas de recolha de dados, a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e a entrevistas, sendo dada primazia às fontes primárias. Inicialmente, para efetuar a identificação dos acontecimentos, dos agentes e dos conteúdos de candidatura, estabeleceu-se contacto com o Gabinete para as Novas Instalações da Reitoria da UC, enquanto guardião do arquivo e espólio do Gabinete de Candidatura à UNESCO da UC, dando início à nossa pesquisa documental. Depois de ser organizada cronologicamente a informação e os dados recolhidos, bem como a historiografia do processo, estabeleceu-se contacto com o Museu Nacional de Machado de Castro, que de imediato nos remeteu para contacto com Matilde de Sousa Franco; adicionalmente, estabeleceu-se contacto com a Câmara Municipal de Coimbra, em particular, com o Gabinete para o Centro Histórico. Nestas primeiras ações, ainda se demonstrou importante a recolha de informações e dados efetuada nos arquivos

do Património Mundial, cuja documentação oficial do processo de candidatura da UC-AS está, democraticamente, disponível e acessível *online*, a partir do *website*²⁰ do Centro do Património Mundial.

Metodologicamente, procedeu-se a uma análise de conteúdo documental que, paralelamente, ia sendo informado, referenciado e contrastado teoricamente através da revisão bibliográfica, permitindo-nos estruturar e categorizar as informações e os dados. As entrevistas foram realizadas a vários interlocutores, na sequência das pesquisas documentais em arquivos, tendo um carácter informal e espontâneo, com o objetivo de recolher informações e orientações que nos ajudassem a constituir o processo. No fundo, estas entrevistas permitiam-nos, por um lado, contrastar e reforçar a pesquisa documental e, por outro, enriquecer a mesma, complementando-a com outros dados e informações. Alguns dos nossos interlocutores representariam um papel-chave para a evolução da nossa investigação, não só nesta fase inicial, como também noutras fases posteriores, por serem fonte de informação sobre diversos temas.

A partir da sistematização da informação e dados recolhidos, dos seus cruzamentos e análises, desenhamos uma matriz de relações para análise de conteúdos, entre os agentes, os circuitos, os contextos e as problemáticas que, em cada momento, se equacionaram no desenrolar do processo. No fundo, tentámos perceber a cadência dos acontecimentos verificados ao longo do processo e as suas possíveis articulações, permitindo-nos trabalhar o processo como um objeto de estudo, para além da necessária instrumentalização das informações e dados recolhidos.

A compreensão do processo de candidatura da UC-AS a PM permitiu-nos atingir o nosso primeiro objetivo específico. Com efeito, os resultados²¹ demonstraram que a história do processo de candidatura de Coimbra a PM havia sido iniciada em 1982 e era composta por múltiplas intenções, múltiplos agentes, abordagens e conteúdos, definindo 3 fases. Os resultados esclareceram que uma primeira fase do processo de candidatura de Coimbra a PM, considerada entre 1982 e 1998, apresentava várias intenções e propostas de candidaturas, vários agentes, vários conteúdos e abordagens; que uma segunda fase, considerada entre 1998 e 2003, era assumida pela produção de conhecimentos, protagonizada pela UC e pela Câmara Municipal de Coimbra; e que uma terceira fase, considerada entre 2004 e 2013, caracterizava-se por ter um conteúdo e uma abordagem, protagonizado pela UC (com parcerias de outros agentes), sendo exclusivamente votada à candidatura da UC-AS a PM.

Por conseguinte, verificou-se que a terceira fase era a mais consistente, informada e consolidada, tendo sido reconhecida e assumida pelo Estado Português – condição fundamental da CPM1972, da UNESCO. Lógica e consequentemente, tal diferenciação direcionou-nos a validar a nossa escolha do objeto de estudo, sendo reforçada uma maior concentração e foco de investigação sobre a terceira fase processual liderada pela atuação da UC. Por tais factos, o nosso objeto de estudo permanecia o mesmo, embora mais complexificado, uma vez que era possível estipular as influências sofridas do decorrer das suas fases antecedentes.

Segunda fase de investigação: momento epistémico

A nossa segunda fase de investigação foi determinada por um acontecimento-chave: 22/06/2013, inscrição da UC-AS na Lista do Património Mundial (LPM). Esta segunda fase caracterizou-se por ser, por um lado, exploratória, por outro, explanatória, com uma abordagem analítica, interpretativa e explanatória, segundo uma aproximação teórica ao tema, com recurso a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

²⁰ Cf. <http://whc.unesco.org/>

²¹ Os resultados desta primeira fase de investigação foram explanados nos artigos “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade” e “A ‘classificação’ Património Mundial na problemática disciplinar da arquitetura: o caso de Coimbra”, no capítulo 3, na parte II, da presente tese.

Para o desenho da investigação, a data de 22 de junho de 2013 simbolizou a validade do processo de candidatura da UC-AS a PM, não deixando de ser um reconhecimento internacional do valor do bem, ao qual o seu processo reportava, sendo que, oficialmente, a UC-AS passava a integrar uma lista de representações do Valor Universal Excepcional, segundo a UNESCO. Todavia, para a nossa investigação, este facto introduzia um novo dado – a inscrição do bem UC-AS na LPM – e, portanto, a partir dessa data o bem deixava de ser candidato e passava a ser PM efetivo, sendo, portanto, necessário repensar, reequacionar ou ajustar o que, até esse momento, considerávamos que fosse o nosso objeto de estudo.

Até esta data, o processo de candidatura (em si próprio) era um objeto de estudo em aberto: conhecíamos o seu início, reportado à abertura oficial do processo de candidatura da UC-AS, pese embora não tivéssemos garantias de um término do processo burocrático-documental. A abrangência da nossa investigação não se concretizava, somente, na componente burocrática e documental do processo (cujo início havia ficado definido em 2004), mas, sobretudo, na sua componente ao nível do seu conteúdo, sendo esta a componente privilegiada para se alcançar o objetivo geral estipulado.

Todavia, independentemente do resultado que adviesse do desenvolvimento da candidatura para atingir o seu objetivo – ou a sua concretização efetivada pela inscrição na LPM, ou a sua não concretização em tempo útil para a nossa investigação –, as transformações sobre o património universitário e sobre as suas áreas de influência (Alta, Sofia e zona de proteção) já podiam ser verificadas, porque decorrentes do processo de candidatura (de acordo com a sua estratégia política e com a sua estratégia de intervenção) e não do seu resultado. Além desta complexidade multifacetada do processo de candidatura da UC-AS a PM, este ainda beneficiava das influências de um processo prévio composto por múltiplas propostas de candidatura promovidas por múltiplos agentes, abordagens e conteúdos, conforme já referimos.

Desse ponto de vista, houve uma necessidade de se traçar essas ligações operativas que se foram estabelecendo ao longo do tempo, entre as três fases de candidatura de Coimbra a PM. Sob esta perspetiva, tornou-se pertinente analisar e demonstrar a especificidade do Património Mundial (tendo em conta os conceitos, os discursos e as entidades), definindo-se, deste modo, um segundo objetivo específico²². Este estudo caracterizou-se por ser explanatório, enquadrando-se numa abordagem analítica, interpretativa e explanatória, com recurso a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Adicionalmente, para se verificar que o processo da UC-AS se constituía como um caso singular e não como uma repetição de uma aplicação processual, com carácter burocrático-administrativo, tendo em conta que uma candidatura a PM deve obedecer a parâmetros estipulados pelas orientações técnicas do Comité do PM (*Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*), estabelecemos um estudo equacionando, entre outros propósitos, a análise comparativa entre os conteúdos dos processos a PM da UC e da Universidade de Alcalá de Henares²³. Com efeito, esta análise comparativa dava o mote para ser equacionado o nosso terceiro objetivo específico. Este estudo caracterizou-se por ser exploratório, enquadrando-se numa abordagem analítica e interpretativa, com recurso a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

Tais factos e argumentos obrigavam-nos a reequacionar a investigação sobre o objeto de estudo à luz do novo dado. Por um lado, o processo de candidatura burocrático-administrativo conhecia o seu fim, pese embora a estratégia de candidatura continuasse operativa e em aberto – o que promovia, com efeito e objetivamente, a sustentação do nosso propósito de investigação. Por outro lado, a candidatura da UC-AS a

²² O estudo desenvolvido para se alcançar este objetivo específico ficaria explanado no artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, da presente tese.

²³ Este estudo e o seu resultado ficaria explanado no artigo “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromissos de futuro em dois contextos ibéricos”, no capítulo 3, da presente tese.

PM diferenciava-se das outras precedentes, por ter sido validada primeiro, ao nível nacional e, depois, internacionalmente. Deste modo, a partir do momento que a inscrição do bem candidato à LPM se efetivava (22/06/2013), havia uma alteração de estatuto sobre o nosso objeto de estudo. Adicionalmente e de acordo com Robert Yin, um estudo de caso caracteriza-se por ser *“uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos”* (Yin, 2003, p. 32) – uma definição que retratava o propósito, a circunstância e o percurso da nossa investigação.

Sob estes argumentos e estes factos, estaríamos perante um estudo de caso (Yin, 2003) devido à experiência única e irrepetível, verificada e gerada com e a partir do processo de candidatura da UC-AS, cujo estudo *“pode significar uma importante contribuição à base de conhecimento e à construção da teoria”* (Yin, 2003, p. 62) ou até *“nos ajudar a redirecionar investigações futuras”* (Yin, 2003, p. 62).

Terceira fase de investigação: desenho do protocolo de investigação

A nossa terceira fase de investigação clarificava a nossa metodologia de investigação com base em um estudo de caso. Com efeito, a escolha da metodologia para desenvolver a nossa investigação não havia sido uma premissa de partida, mas seria uma escolha decorrente do nosso posicionamento em relação ao nosso objeto de estudo, conforme a sugestão de Robert Stake (1995). O interesse em aprofundar e ampliar o conhecimento sobre o processo de candidatura da UC-AS a PM continuava firme, a partir de uma perspetiva analítica, interpretativa e explanatória sobre o fenómeno identificado, a sua contextualização e as suas circunstâncias, bem como a sua implicação ou influência na realidade do seu meio. Esta terceira fase caracterizava-se por ser explanatória, com uma abordagem analítica, interpretativa e explanatória, com recurso a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento de campo.

Pese embora a investigação continuasse a caracterizar-se por uma abordagem teórica qualitativa, a clarificação da metodologia passava a exigir um desenho de protocolo de investigação, capaz de orientar o estudo de caso, através da definição de ações operativas de investigação, tendo como propósito atingir o nosso objetivo geral.

Metodologicamente, o desenho do protocolo de investigação passaria a ser o primeiro passo, para esta fase. Não obstante, tínhamos que definir princípios para o desenhar.

Com efeito este procedimento estipulava algumas ações operativas de orientação para o desenvolvimento da nossa investigação, que deveriam ser dinâmicas e flexíveis para poderem ser trabalhadas ao longo do tempo e, principalmente, que pudessem ser correlacionadas entre si. Estas ações operativas deveriam ancorar todas as atividades de investigação que seriam realizadas ao longo do tempo – como recolhas de dados, análises e interpretações e resultados –, de modo a alcançar o objetivo geral.

Todavia, seria necessário garantir algum controlo sobre estas atividades, designadamente, nas condições de validação dessas atividades, para poderem ser utilizadas e consideradas para se alcançar o nosso objetivo geral. Consequentemente estipulámos uma condição simples para a validação das atividades de investigação: ser subordinados às três ações operativas, em simultâneo. Este princípio ajudou-nos a garantir que cada realização de atividade de investigação validada seria mais um passo na evolução da investigação e, por conseguinte, devia ser refletida por ajuste, incorporação, adaptação, revisão ou correção nas três ações operativas. Deste modo, cada ação operativa estaria em continuada construção, uma vez que os resultados parciais e/ou específicos das atividades seriam sempre acrescentados, mediante a sua validação. Em contrapartida, se alguma das atividades realizadas não fosse validada, então não seria considerada para a evolução da investigação e seria rejeitada nessa condição.

Deste modo, tornou-se necessário definir as três ações operativas de orientação para o desenvolvimento da nossa investigação, designadamente: 1) estruturar e organizar a *visão geral do projeto do estudo de caso*²⁴; 2) analisar os conteúdos; 3) definir a estratégia de produção científica.

AÇÃO OPERATIVA 1: ESTRUTURAR E ORGANIZAR A VISÃO GERAL DO PROJETO DO ESTUDO DE CASO

Recorrendo à memória disciplinar da arquitetura, que nos ensinava a articular os conceitos de *estrutura e ordem* – “*o padrão de relações espaciais depende do modo como os espaços se organizam localmente e se estruturam globalmente*” (Heitor, 2001, pp. 22–23), considerámos que devíamos estruturar e organizar a nossa investigação e o seu processo.

Por um lado, importava definir um possível esboço de estrutura que pudesse ancorar as atividades de investigação desenvolvidas ao longo do tempo, considerando a delimitação do processo de candidatura da UC-AS a PM referenciada à problemática e tendo em conta o alcance do objetivo geral formulado.

Por outro lado, importava estabelecer um referencial que sustentasse o enquadramento teórico das nossas atividades de investigação e que, simultaneamente, pudesse ser um instrumento operativo para a nossa produção científica.

Para esta ação operativa, o conhecimento e a compreensão do processo tornava-se fundamental, porque do nosso ponto de vista, o processo de candidatura apresentava referências explícitas a um processo de investigação em arquitetura, desde logo, pela sua designação concetual que reportava a localização espacial, referenciada na cidade, onde o bem patrimonial se implantava. Nesse sentido, considerámos que a nossa primeira fase de investigação se transformava na produção oportuna da nossa *informação prévia*²⁵, ou seja, a contextualização do processo não pretendia criar uma teoria em si, embora se reconhecesse uma complexidade multifacetada inerente à natureza e especificidade do objeto de estudo, mas antes, tornar essa produção num instrumento operativo e indispensável para uma compreensão do fenómeno.

A partir deste momento, formulávamos a nossa premissa de investigação, com base na compreensão do nosso objeto de estudo. Com a premissa formulada, uma forma de estrutura geral de investigação já começava a ser delineada; por conseguinte, a nossa orientação de estudo podia seguir o exemplo do nosso objeto de estudo, ou seja, a nossa abordagem temática seria referenciada espacialmente, à Alta, à Sofia e ao contexto urbano do bem UC-AS.

Também estipulámos que, por ser um fenómeno que ainda estava a decorrer e que havia conhecido um momento de sucesso internacional (a inscrição na LPM em 22/06/2013), nos interessava, sobretudo, debruçarmo-nos sobre os factos, provas e evidências decorrentes do processo, do que em testemunhos que pudessem refletir o momento em vez do processo.

Um planeamento de atividades seria operativo, no sentido em que obrigava a uma ‘inventariação’ da *informação prévia*, constituída pela organização e sistematização dos dados recolhidos, da sistematização de leituras e revisão bibliográfica e dos resultados que já estavam disponíveis. Todavia, as relações cronológicas do estudo de caso passavam a ser secundarizadas, para o desenvolvimento das atividades de

²⁴ De acordo com Robert Yin, a visão geral do projeto do estudo de caso “*deve incluir as informações prévias sobre o projeto, as questões imperativas que estão sendo estudadas e as leituras relevantes a essas questões*” (Yin, 2003, p. 92). Todavia, para o nosso projeto de investigação, estes parâmetros foram adequados aos nossos propósitos e circunstâncias.

²⁵ Na área disciplinar da arquitetura, explicitamente, na prática profissional, uma *Informação Prévia* ou *Pedido de Informação Prévia* (PIP) constitui-se como um procedimento de operação urbanística, com o objetivo de obtenção de título prévio sobre a viabilidade da realização dessa operação urbanística, exigido para controlo público prévio, tendo em vista a garantia do exercício de “*respeito intransigente dos interesses públicos urbanísticos e ambientais*”, de acordo com o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, pela sua Retificação n.º 46-A/2014, de 10 de novembro e pela Lei n.º 79/2017, de 18 de agosto, ao abrigo do seu artigo 14.º, com processo instruído de acordo com a Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril. No contexto deste desenho de investigação, a nossa *informação prévia* refere-se aos resultados da nossa primeira fase de investigação.

investigação, uma vez que essa informação já estava reportada na nossa *Informação Prévia*; importava, sobretudo, estabelecer as lógicas de relação entre causa-efeito, a partir dos factos, acontecimentos e ocorrências, contribuindo para uma explicação/explanação do fenómeno e com isso, atingir o objetivo geral.

Adicionalmente, considerámos que seria oportuno realizar um levantamento, por pesquisa e consulta exploratória, de investigações realizadas dentro da mesma lógica temática e/ou equivalência de estudo de caso, que nos pudessem orientar para o desenho de uma matriz de investigação. As investigações mais atualizadas, para a nossa especificidade, encontram-se dentro do âmbito da UNESCO²⁶ ou, sobre os casos constituídos por bens inscritos na LPM; todavia, embora as investigações realizadas (e por nós consultadas) apontassem pistas e importantes referenciais de possibilidades metodológicas para o nosso desenho de investigação, não deixavam de ter condicionantes prévias para os seus próprios desenhos de investigação, nomeadamente, a especificidade do local (todos, casos inscritos na LPM) e a especificidade dos objetivos de cada investigação. Consequentemente, para alguns casos consultados, os protocolos de investigação estipulados não se verificaram válidos para o nosso desenho de investigação. Em todo o caso, esta ação permitia-nos conhecer as questões que estavam a ser ou que já haviam sido investigadas e estabelecer alguns referenciais teóricos comuns (sobretudo, aqueles dentro do âmbito da UNESCO).

AÇÃO OPERATIVA 2: DESENHAR UMA MATRIZ GERAL DE RELAÇÕES (ANÁLISE DE CONTEÚDOS)

Para a segunda ação operativa, importava estabelecer uma estratégia analítica que nos pudesse orientar nas atividades de investigação e na gestão e análise das evidências do nosso estudo de caso. Tendo em conta a complexidade multifacetada do objeto de estudo e em função da nossa premissa de investigação, partimos para o desenho de uma matriz geral de relações que pudesse concretizar uma análise de conteúdos, ao estabelecer possíveis correlações entre todas as fases, atividades e ações operativas, através da categorização, classificação, conjugação e/ou combinação dessas evidências. Desta forma, a nossa matriz geral de relações seria referenciada a categorias e subcategorias que nos permitiam ancorar, por sua vez, todas as atividades de investigação realizadas.

Consequentemente, as categorias de análise foram consideradas em função do nosso objetivo geral e reportando a nossa premissa de investigação. Assim, para categorias de análise definimos os domínios (referência ao espaço) e as perspetivas de leitura (referência de estratégias). De modo mais específico, estabelecemos três subcategorias de análise, para cada uma das categorias, que nos permitiam especializar não só a referenciação da recolha de dados, como também, a sua interpretação e a sua compreensão posteriores. Em conformidade com estas premissas, as subcategorias foram estabelecidas considerando três domínios espaciais presentes na candidatura da UC-AS a PM, designadamente, a UNESCO (espaço teórico), o bem patrimonial e o seu contexto urbano e, simultaneamente, considerando três perspetivas de leitura que nos interessavam abordar, designadamente, o processo de candidatura, a gestão do património e o desenvolvimento urbano. Se aos domínios estávamos a atribuir uma qualificação espacial, desde a especificidade do âmbito do Património Mundial da UNESCO até à área do bem patrimonial (UC-AS) que, por sua vez, se assume como espaço mediador entre o universo da UNESCO e o seu contexto urbano (área

²⁶ Importa esclarecer que, o *âmbito da UNESCO* se refere, não de modo exclusivo, ao campo de ação da UNESCO e do seu Centro e Comité do Património Mundial, mas também, de modo extensível, aos campos de ação de todos os seus parceiros e conselheiros oficiais, designadamente, o ICCROM, o ICOMOS e a IUCN, bem como, de todos os outros centros de investigação e investigadores, cujos estudos e investigações estão ou em parceria ou em associação com os objetivos e as finalidades da UNESCO, sendo, geralmente, financiados e/ou publicados pela UNESCO.

de influência da UC-AS); às perspetivas de leitura atribuíamos a qualificação teórico-prática inerente à política e à intervenção, enquanto estratégias determinantes para este caso.

A articulação promovida entre os vários domínios e as perspetivas de leitura, sendo desenhados a partir da análise dos dados, bem como das observações realizadas sobre as intervenções que estavam em curso ou já concluídas sobre o património universitário (previstas a partir das intenções da candidatura da UC-AS a PM), não estariam desprovidas do enquadramento político e técnico da especificidade do universo Património Mundial que, para a nossa investigação, se constituía determinante para se verificarem as lógicas de decisão e de estratégia de nível local, nacional e internacional. Por tal motivo, tornava-se pertinente correlacionar essa especificidade com os conteúdos documentais, de modo a clarificar as verificações e as suas conseqüentes interpretações. Adicionalmente, considerámos acrescentar outra técnica de análise que nos permitia ir orientando as nossas atividades de investigação, bem como a composição da matriz de relações do estudo de caso, ou seja, definimos questões e temas específicos de orientação. Assim, equacionámos

1. Como se caracteriza uma candidatura a PM?
2. Como se constitui a LPM?
3. Como se equacionam as universidades PM?
4. De que modo a evolução do discurso do PM se manifesta sobre as filosofias e as práticas de gestão do património?
5. Que implicações da evolução do discurso do PM se verificam na prática de intervenção urbana?
6. Que metodologias e abordagens de gestão de bens (em contexto urbano) são utilizadas e/ou propostas pelo PM?
7. Quais as diferenças entre as várias candidaturas existentes em Coimbra (áreas, limites, abordagens, propostas, conseqüências e agentes)?
8. Como se entendem os conceitos do PM, no caso da UC?
9. Autonomia de gestão de um bem quando se verificam vários agentes implicados (questões de propriedade e responsabilidade de gestão)
10. Políticas e práticas de intervenção sobre o património (UC)
11. Arquiteturas e arquitetos: o desenho de cidade, suas influências e suas conseqüências
12. CUC: a destruição de património, a construção de património e a leitura de PM
13. Como se define a candidatura da UC a PM na relação entre a UC e a cidade?
14. Que protocolos de intervenção sobre o património se podem estabelecer da candidatura da UC?
15. Que influências, transformações e conseqüências se verificam no contexto urbano, a partir da candidatura da UC-AS a PM?

De modo a ancorar, as atividades de investigação realizadas e previstas bem como garantir as validações exigidas pelo nosso protocolo de investigação, a nossa matriz geral de relações devia considerar os dois momentos que definem qualquer atividade de investigação – o seu início e a sua conclusão – obrigando-nos a desdobrar a nossa matriz geral de relações em duas. Assim, para o momento inicial de uma atividade de investigação era desenhada a matriz 0 e para o momento final dessa atividade de investigação era desenhada a matriz 1, conforme se verifica nestas ilustrações:

Categorias e subcategorias		Perspetiva de leitura (P)		
		Candidatura PM (P1)	Gestão do património (P2)	Desenvolvimento urbano (P3)
Domínio (D)	UNESCO (D1)	Evidências (D1,P1)	Evidências (D1,P2)	Evidências (D1,P3)
	Bem patrimonial (D2)	Evidências (D2,P1)	Evidências (D2,P2)	Evidências (D2,P3)
	Contexto urbano (D3)	Evidências (D3,P1)	Evidências (D3,P2)	Evidências (D3,P3)

Matriz 0 – Matriz de possibilidades geral utilizada no nosso processo de investigação, no momento inicial de uma atividade de investigação, articulando as categorias (D, P) e subcategorias (D1, D2, D3; P1, P2, P3) de análise definidas e estabelecendo as evidências ou as possibilidades de abordagem temático-conceitual (D1, P1; D1, P2; D1, P3; D2, P1; D2, P2; D2, P3; D3, P1; D3, P2; D3, P3), referenciadas ao nosso estudo de caso.

Categorias e subcategorias		Perspetiva de leitura (P)		
		Candidatura PM (P1)	Gestão do património (P2)	Desenvolvimento urbano (P3)
Domínio (D)	UNESCO (D1)	Evidências validadas (D1,P1)	Evidências validadas (D1,P2)	Evidências validadas (D1,P3)
	Bem patrimonial (D2)	Evidências validadas (D2,P1)	Evidências validadas (D2,P2)	Evidências validadas (D2,P3)
	Contexto urbano (D3)	Evidências validadas (D3,P1)	Evidências validadas (D3,P2)	Evidências validadas (D3,P3)

Matriz 1 – Matriz de síntese geral utilizada no nosso processo de investigação, no momento final de uma atividade de investigação e após validação conforme o protocolo de investigação, articulando as categorias (D, P) e subcategorias (D1, D2, D3; P1, P2, P3) de análise definidas e estabelecendo as evidências ou as possibilidades de abordagem temático-concetual (D1, P1; D1, P2; D1, P3; D2, P1; D2, P2; D2, P3; D3, P1; D3, P2; D3, P3), referenciadas ao nosso estudo de caso.

A matriz de possibilidades geral (Matriz 0) estabelecia, operativamente, o universo das evidências que podiam ser as articulações, as variações e as possibilidades de abordagem temático-concetual que, de modo transversal e dinâmico, permitiam investigar novas relações que fossem estabelecidas, a partir da sistematização e revisão de leituras, de pesquisa documental, de pesquisa bibliográfica, de observações e de resultados parciais. Deste modo, em qualquer momento inicial de uma atividade de investigação, as evidências ou possibilidades de abordagem temático-concetual eram acrescentadas à matriz de possibilidades geral (Matriz 0); se a atividade de investigação fosse validada, de acordo com o nosso protocolo de investigação, então essa evidência ou possibilidade transformava-se em evidência validada e era acrescentada a uma matriz de síntese geral (Matriz 1), que até à sua composição final, de acordo com o estipulado no nosso protocolo de investigação, estavam sujeitas a revisão. Cada nova incorporação de evidência validada, na matriz de síntese geral (Matriz 1), já refletia, pela correlação entre as ações operativas e pela interseção entre as atividades de investigação, entretanto, disciplinadas às várias técnicas de análise e, os nossos resultados parciais que iam sendo, evolutivamente, alcançados (desde a nossa *informação prévia* até às respostas aos nossos temas e questões específicos). Por conseguinte, de modo evolutivo, cada desenho da nossa matriz de síntese geral (Matriz 1) estabelecia, operativamente, as evidências validadas que, no fundo, já se enquadravam como resultados parciais e que, de modo transversal e dinâmico, refletia o desenvolvimento e abrangência da nossa investigação, permitindo-nos alcançar o objetivo geral.

Com efeito, a nossa matriz base, que serviu de Matriz 0 para a primeira atividade de investigação do estudo de caso, já incluía os resultados parciais constantes da nossa *Informação Prévia*, sendo por tal facto a primeira matriz de síntese geral, a Matriz 1 do momento inicial do estudo de caso (T 0) e geradora de todas as outras, que lhe foram sequenciais, de modo que

T 0 (estudo de caso) = Matriz 1 (Informação Prévia),

T 1 (início da atividade de investigação 1) = Matriz 0 (Matriz 1 do estudo de caso + evidências da atividade 1),

T 2 (fim da atividade de investigação 1) = Matriz 1 (Matriz 1 do estudo de caso + evidências validadas da atividade 1),

T 3 (início da atividade de investigação 2) = Matriz 0 (Matriz 1 da atividade 1 + evidências da atividade 2),

T 4 (fim da atividade de investigação 2) = Matriz 1 (Matriz 1 da atividade 1 + evidências validadas da atividade 2),

T 5 (início da atividade de investigação 3) = Matriz 0 (Matriz 1 da atividade 2 + evidências da atividade 3),

e assim, sucessivamente, até à composição da matriz de síntese geral final.

Deste modo, as nossas Matriz 0 e Matriz 1 constituíram-se como um instrumento operativo fundamental para a investigação, ancorando toda a produção científica à concretização do objetivo geral, que foi sendo construído, paulatinamente, ao longo das necessidades próprias do projeto de investigação. O desenho final

da matriz de síntese geral – o qual designámos por Matriz de Síntese Global²⁷ –, constitui-se num resultado final desta tese, refletindo a evolução da sua investigação, desde a compreensão dos conteúdos documentais (a partir da nossa *informação prévia*), com o contraste da revisão bibliográfica, referenciadas às categorias de análise, até às observações que se iam realizando sobre a evolução das intervenções sobre o património arquitetónico e/ou sobre o seu contexto urbano de referência, bem como as interpretações e as considerações explanatórias que iam sendo realizadas.

AÇÃO OPERATIVA 3: DEFINIR A ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Para a terceira ação operativa, importava estabelecer uma estratégia de produção científica que pudesse relatar todas as atividades de investigação, ao longo do tempo e que, conforme o nosso protocolo de investigação, fosse correlacionando todas as fases, atividades e ações operativas, evidenciando a evolução da investigação. De modo estratégico, definimos que cada atividade de investigação – recolhas de dados, análises e interpretações e resultados – teria que ser reportada, individualmente ou em associação; adicionalmente, também definimos que cada relatório ou módulo de produção destas atividades de investigação deviam ser avaliadas, com revisão científica, devido à especialização e especificidade de algumas questões, evidências ou contextos, mas também, porque o resultado final desta investigação inseria-se no âmbito de uma investigação de doutoramento.

Por conseguinte, foi definido que cada um destes relatórios seria determinado por artigo científico, permitindo-nos ter o controlo possível, na definição e na planificação das atividades de investigação a desempenhar, para alcançarmos o nosso objetivo geral, com a melhor rendibilização de tempo e de recursos disponíveis. Adicionalmente, considerámos ser esta a nossa unidade de produção científica, que podia ser, mais facilmente adaptável à nossa estrutura geral de investigação, que se ia estabelecendo, com maior precisão, ao longo do tempo e refletindo a evolução da investigação.

Todavia, os artigos científicos estão, geralmente, sujeitos a limitações e a dimensões previamente estipuladas e a uma capacidade de síntese, tendo em conta que pretendem responder a linhas temáticas estabelecidas por comissões editoriais de publicações científicas e/ou por comissões científicas ou organizadoras de congressos internacionais. Neste sentido, a nossa estrutura geral de investigação e a matriz de relações para cada início de atividade seriam, operativamente, instrumentos de referência interna à nossa investigação, dando-nos a liberdade para gerir os tempos necessários e oportunos para a realização de cada unidade de produção científica.

Quarta fase de investigação: desenvolvimento e produção

A nossa quarta fase de investigação visou realizar as atividades de investigação tendo em conta que a nossa unidade de produção científica era o artigo científico. Esta quarta fase caracterizava-se por ser explanatória, com uma abordagem analítica, interpretativa e explanatória, com recurso a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento de campo.

Os artigos científicos foram desenvolvidos ao longo da investigação e de acordo com o delineamento de uma estrutura geral de pensamento, que se equacionava desde a primeira ação operativa, estipulada pelo protocolo de investigação, referenciada à Alta, à Sofia e ao contexto urbano do bem UC-AS. A estrutura geral seria orientadora para a realização das atividades de investigação, tendo em conta que essas atividades, para além de todas as correlações exigidas pelo protocolo de investigação, teriam que reportar resultados para se alcançar o objetivo geral. Partindo deste princípio assumíamos a estrutura geral como

²⁷ Conferir a Matriz de Síntese Global na nossa “Síntese de resultados finais”, no capítulo 8, da presente tese.

uma estratégia para o desenvolvimento da nossa investigação, mas que visava já uma possibilidade de construção e de comunicação para uma fase futura de apresentação de resultados.

Deste modo, a estrutura geral devia ser concretizada pela composição de partes – Alta, Sofia e contexto urbano do bem UC-AS. Embora podendo ser trabalhadas independentemente, enquanto partes autónomas, não podiam deixar de se relacionarem entre si, de modo operativo e garantindo uma constante referência ao propósito geral da investigação, conforme o exemplo concetual do nosso objeto de estudo. Assim, para cada parte tornou-se imperativo, a seleção do(s) tema(s) ou problemáticas de investigação para a realização das atividades de investigação. Esta atividade deveria ser constituída pela lógica que nos vinha a acompanhar desde o início, a referência às problemáticas evidenciadas a partir do processo de candidatura da UC-AS a PM.

Para esta atividade específica da nossa investigação, ajudou ter sido estipulado uma pergunta simples e replicada a cada área: qual foi (foram) a(s) problemática(s) mais evidente(s), no processo de candidatura a PM, para a Alta/Sofia/contexto urbano do bem UC-AS? Cada resposta foi referenciada ao nosso objetivo geral, à nossa premissa de investigação e à pertinência considerada que cada uma teria para a transversalidade operativa dos temas desenvolvidos. Adicionalmente e como em todas as atividades de investigação do nosso estudo de caso, cada resposta teria que ser validada protocolarmente.

Naturalmente, o desenho da nossa investigação teria que reportar esta dinâmica: o todo (estrutura geral), a parte, a unidade (artigo científico). O desenho foi sendo adaptado e ajustado, ao longo do nosso próprio processo de investigação, pese embora, tendo sempre a consciência da necessidade de garantir uma consistência na linha de leitura global de investigação que, explícita e implicitamente, inter-relacionava todas as partes e os artigos científicos.

Quinta fase de investigação: apresentação de resultados

A nossa quinta fase de investigação visou estabilizar o desenho da estrutura do documento de tese, realizar as revisões necessárias aos artigos científicos e apresentar os resultados finais. Esta quinta fase caracterizava-se por ser explanatória, com uma abordagem, sobretudo, interpretativa e explanatória, com recurso a revisão bibliográfica.

Formalmente e depois de muitos reajustes e reformulações, a estrutura global do documento de tese foi organizada em quatro partes que pretendem ser dinâmicas entre si – na sua transversalidade – ao combinar e enquadrar três princípios de orientação de investigação: o primeiro, a compreensão do nosso objeto de estudo referenciado ao nosso objetivo geral; o segundo, a estrutura geral de investigação, que nos orientou para o estudo das temáticas referenciadas aos três domínios espaciais considerados – Alta, Sofia e contexto urbano do bem UC-AS; e, o terceiro, as técnicas de análise definidas no protocolo de investigação que foram a estratégia de ancoragem para todas as realizações de atividades de investigação, com especial incidência nas categorias e subcategorias de análise (geral e particulares). Deste modo, estabilizou-se o desenho da estrutura global do documento de tese, ao qual seria subordinada a organização dos artigos científicos.

ESTRUTURA GLOBAL DO DOCUMENTO DE TESE

A presente tese pretende ser dinâmica e transversal sobre a investigação da candidatura da UC-AS a PM e capaz de refletir a complexidade multifacetada do objeto de estudo. Dentro desse delineamento, cada parte e cada capítulo foram delineadas para que cada um tivesse a sua autonomia própria, capaz de ser operativa

ao longo do desenvolvimento da investigação e permitir a investigação e a produção científica consoante a disponibilidade de dados e de tempo para a sua execução.

Por conseguinte, o primeiro capítulo tem como objetivo ser introdutório de todo o trabalho de investigação e surge constituído pela introdução, metodologia e estado da arte. A introdução compôs-se pela apresentação do tema de investigação, da sua pertinência e dos seus objetivos, estipulando a abrangência da investigação que foi realizada ao longo do curso doutoral em arquitetura entre os anos letivos 2012/2013 e 2017/2018. Devido à especificidade tanto da metodologia, como do estado da arte, estes tópicos são desenvolvidos em texto próprio, sequenciais e complementares ao da introdução.

A *Parte I: Oportunidade* foi direcionada ao enquadramento da evolução dos conceitos, do discurso e das políticas do universo PM da UNESCO, sendo constituída por um capítulo, intitulado *Capítulo 2 – Conceitos, discursos e entidades*. O artigo que investigou²⁸, especificamente, esta abordagem temática foi desenvolvido no enquadramento da celebração do quadragésimo aniversário do instrumento que tem sido o reflexo dessa evolução, as *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention* e cuja primeira edição reportava ao ano de 1977.

A *Parte II: Candidatura* foi definida para estudar, caracterizar e equacionar as problemáticas do processo da candidatura da UC-AS a PM, a sua contextualização através de uma historiografia, desde o início de um processo constituído por um somatório de várias candidaturas e intenções de candidaturas de Coimbra (suas definições, seus contextos e suas intenções para o futuro) e, ainda, estudar as problemáticas inerentes à evolução do bem, que a partir de 22 de junho de 2013 foi inscrito na LPM, sobretudo, aquele que – entendido na sua totalidade como objeto – é a grande área de gestão de património da UC. Deste modo, esta parte foi direcionada ao enquadramento do bem patrimonial e constituiu-se por dois capítulos.

O *Capítulo 3 – Candidatura a Património Mundial: Univer(sc)idade de Coimbra [Alta e Sofia]*, constituído por três artigos²⁹, espelhou a análise do processo, desde 1982 até 2013, promovendo a sua caracterização, estruturação e faseamento, verificando as suas influências para a gestão urbana. Adicionalmente, foi estabelecida a analogia entre os desígnios orientadores e políticos, definidos e estipulados na candidatura da Universidade de Coimbra, com a candidatura da sua par, a Universidade de Alcalá de Henares, cujos desígnios possibilitaram o estabelecimento de uma plataforma de leitura justificada no património universitário, enquanto espaço mediador entre o universo UNESCO e a(s) cidade(s).

Sob este argumento, importava equacionar algumas problemáticas, inerentes e específicas ao espaço universitário da Alta – o mais representativo da UC-AS, em termos de dimensão, com 29 hectares³⁰ – e que, essencialmente, se assumia de gestão exclusiva da UC. Para tal, foi criado um capítulo exclusivo, para esta especificidade, o *Capítulo 4 – Cidade Universitária de Coimbra Património Mundial*, constituído por seis artigos³¹ e que pelo título, evidencia a problemática subjacente à construção da CUC, pelo Estado Novo, a partir da destruição e da demolição de cidade consolidada. O seu propósito pretende aprofundar o estudo do momento espacial da Alta – enquanto espaço referencial a todas as candidaturas de Coimbra a PM – que mais problemática gerou na consideração pela sua (des)necessária integração nas diversas propostas de

²⁸ Nomeadamente, “Património Mundial: democracia e diversidade”.

²⁹ Nomeadamente, “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade”, “A ‘classificação’ Património Mundial na problemática disciplinar da arquitetura: o caso de Coimbra” e “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos”.

³⁰ Relembramos que, para efeitos de inscrição na LPM, a UC-AS inscreveu 29 hectares da Alta, 6,5 hectares da Sofia e, ainda, 81,5 hectares de zona de proteção (*buffer zone*), perfazendo um total de 117 hectares.

³¹ Nomeadamente, “A lógica dual do património no campo disciplinar da arquitetura”, “O poder da imagem no processo de projeto da Cidade Universitária de Coimbra”, “Cidade Universitária de Coimbra, a *tabula rasa* como metodologia de projeto”, “Seguindo o fio de Ariadne I: a Cidade Universitária de Coimbra como património global”, “Seguindo o fio de Ariadne II: o Atelier de Belém” e “Um exercício dual Património Mundial: a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e a Associação Académica de Coimbra”.

áreas a candidatar. Adicionalmente, este espaço da Alta Universitária de Coimbra constitui-se no espaço referencial da propriedade da UC e, por esse facto, aquele onde a UC assume maior protagonismo de liderança nos processos de intervenção sobre o património universitário. Sob este foco, o capítulo em si, pretendia esclarecer e clarificar algumas dinâmicas ocorridas a partir dos acontecimentos e encadeamentos inerentes aos processos de arquitetura, que se verificaram durante as intervenções do Estado Novo, que se constituíram como mais um período de transformação urbana potenciado pela implementação da universidade na cidade, problematizando e acompanhando algumas leituras prévias e contribuindo com novas leituras e abordagens. Este capítulo pretendia informar-nos, num outro nível, a propósito dos pressupostos equacionados e compreendidos para o estabelecimento de um processo de candidatura à UNESCO, assentes nas condições patrimoniais existentes, a partir da leitura evolutiva, teórica e prática, dos processos de arquitetura, que se estabelecem essenciais para a configuração e composição de espaço urbano, bem como, da leitura sobre as influências externas aos projetos, que se evidenciam consequentes para esses espaços e lugares de ‘hoje’, que se tornam patrimónios de amanhã.

A *Parte III: Estratégia* foi considerada para enquadrar as estratégias – aquelas que foram assumidas, as verificadas e aquelas que se podem inferir –, que se estabeleceram sob o protocolo da proteção e salvaguarda do património, dentro dos seus contextos urbanos, sendo, por sua vez, direcionada ao domínio do contexto urbano do bem patrimonial e constituída por três capítulos.

O *Capítulo 5 – Gestão do património*, constituído por três artigos³², pretendeu averiguar alguns episódios que ocorreram dentro da área que viria a ser inscrita na LPM e que, pela sua particularidade de ação de tutela, importavam investigar, designadamente, o processo de desclassificação da Igreja de São Domingos, na Rua da Sofia, cuja conclusão ocorreu já depois da inscrição da UC-AS na LPM. Este capítulo foi delineado para se investigar a atuação dos agentes responsáveis pela gestão dos bens classificados e as consequências das suas decisões, podendo constituir-se como um referencial de possibilidades a equacionar perante as circunstâncias.

O *Capítulo 6 – Agentes*, constituído por um artigo³³, pretendeu investigar as circunstâncias formais entre a propriedade do bem patrimonial com a sua efetiva gestão posterior, à luz das exigências da UNESCO, incidindo, sobre a solução política apresentada pela candidatura da UC-AS a PM.

Por fim, o *Capítulo 7 – Candidatura patrimonial como estratégia de intervenção e de desenvolvimento urbano*, constituído por cinco artigos³⁴, para além de correlacionar, transversalmente e de modo operativo, os três domínios considerados no objeto de estudo, foi definido para equacionar, não só as dinâmicas urbanas decorrentes do caso de Coimbra, como as abordagens propostas pela UNESCO, nos casos de gestão de bem patrimonial em contexto urbano. Deste modo, este capítulo pretendeu refletir as consequências das alterações de usos e de interesses, definidos pelos modos e padrões de vida contemporânea, que acabam por ser absorvidos e refletidos no espaço urbano, pondo em causa a resistência daqueles mais suscetíveis de sofrer maior pressão e com maior cunho de identidade local.

A *Parte IV: Título*, constituída pelo último *Capítulo 8 – Conclusões*, foi desenhada, em exclusivo, para apresentar os resultados finais e equacionar as considerações finais, refletindo os posicionamentos e as considerações que foram sendo veiculadas sobre os fenómenos verificados e interpretados, ao longo da

³² Nomeadamente, “Crónica de uma morte anunciada. Ou quando um Monumento Nacional perde o seu *status*”, “A conservação pela transformação: a Capela do Tesoureiro da autoria de João de Ruão” e “A recuperação dos valores: a Praça 8 de Maio em Coimbra”.

³³ Nomeadamente, “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: agentes de gestão”.

³⁴ Nomeadamente, “Candidatura a Património Mundial como oportunidade para a intervenção urbana: o caso de Coimbra”, “De Paço Real a Paço Real das Escolas: do dever da memória ao imperativo da renovação”, “A paisagem urbana histórica como valor de projeto urbano”, “Paisagem Urbana Histórica, a *Lusa Atenas* como matriz cultural de Coimbra” e “O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial”.

investigação, produzindo a discussão integrada de todos os resultados entre si. De modo operativo, considerou-se aberto o processo de investigação que, embora fechando um ciclo com a formalização da tese de doutoramento, não deixa de ser operativo e propositivo com novas propostas de leitura, para futuro, a partir daquelas que aqui tiveram lugar.

Adicionalmente e de modo complementar, esta estrutura global foi adjuvada por resumo, agradecimentos, listagem de siglas, acrónimos e abreviaturas, referências de imagens e sumário e uma Parte V com o propósito de reunir anexos, e bibliografia especificada para cada capítulo.

UNIDADE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA: O ARTIGO CIENTÍFICO

O exercício de abordagem às variáveis temático-concetuais e/ou às possibilidades de articulação entre os domínios e as perspetivas foi sendo realizado, com maior ou menor transversalidade e maior ou menor inter-relação, conforme a nossa opção de desenvolvimento de tópicos correlacionada com a temática estipulada pelas diversas submissões de artigos às quais respondemos. Com efeito, estes exercícios foram considerados, por sua vez, uma experimentação em relação à validade, interesse, pertinência e oportunidade da nossa investigação, que ia sendo realizada de modo parcelar.

Por outro lado, esta opção pelo artigo, como unidade de produção científica, criava a oportunidade de reajustar e redesenhar a evolução da própria estrutura geral de pensamento e de investigação, permitindo que, a estrutura global do documento de tese formalizada pudesse compilar o dinamismo criado na correlação entre a variedade de abordagem e a evolução da investigação. Esta oportunidade foi criada, pela constante apreciação, quase sempre justificada de modo crítico e pertinente, que fomos recolhendo ao longo das várias submissões de artigo que íamos realizando, no âmbito de diversos *call for papers*³⁵ (CFP).

Alguns dos resultados das CFP, por vezes foram positivos e, por outras, negativos. Se, de alguma forma, os resultados positivos – que no nosso caso, significavam que tínhamos conseguido, pertinente e justificadamente, enquadrar o nosso propósito de investigação à linha temática de desenvolvimento da CFP – se constituíram numa mais-valia enriquecedora para o nosso trabalho, do ponto de vista evolutivo, os resultados negativos – aqueles onde o nosso enquadramento entre um e outro propósito, não se demonstrou justificado ou pertinente – não deixaram de ser operativos. Neste caso, quando não se avançava uma submissão de CFP, por qualquer motivo, essa atividade de investigação ou era readequada, reajustada e/ou reenquadrada, dentro da evolução da nossa investigação, para uma nova submissão de CFP, ou então era rejeitada protocolarmente. Outros casos de artigos surgiram, a partir do momento em que se tornou necessário investigar uma nova linha de abordagem ou leitura gerada a partir de artigos publicados previamente; com esta dinâmica, a maior articulação sequencial e de complementaridade entre artigos verifica-se no capítulo 4.

Deste modo, o resultado final desta tese de doutoramento assumiu-se pela compilação estruturada de artigos científicos que foram ou submetidos a revisão cega por pares (*blind peer review*) ou a revisão por comissões científicas, apresentados em encontros científicos nacionais e internacionais e publicados em atas e/ou em publicações científicas, referenciados às articulações operativas para o nosso propósito.

Todavia, por uma questão de coerência e de interesse do conteúdo deste documento, foi verificada a necessidade de aprofundar algumas abordagens da produção já apresentada ou publicada e que foi sendo feita ao longo da nossa investigação, consequência que observava três limitações essenciais no desenvolvimento de artigos científicos: a sua especificidade, a sua dimensão e o seu interesse temático. A

³⁵ Todos os CFP, considerados oportunos para desenvolver as nossas variáveis temático-concetuais ou possibilidades de articulação entre os vários domínios e perspetivas, enquadravam-se ou no âmbito temático do património e/ou no âmbito disciplinar da arquitetura.

primeira limitação decorreu, precisamente, da especificidade do artigo científico; os artigos submetidos, no âmbito de CFP, pretendiam responder a linhas temáticas estabelecidas por comissões editoriais de publicações científicas ou organizadoras de congressos internacionais. A segunda limitação decorreu da dimensão própria do artigo científico; a questão da imposição do limite de extensão aplicada à produção científica, de um modo geral, onde os artigos apelavam (e continuam a apelar) à capacidade de objetividade de conteúdo e de síntese dimensional³⁶. A terceira limitação decorreu do facto de alguns conteúdos terem sido abordados de modo sintético, tendo em conta o interesse da informação nos seus contextos de debate.

Desta forma, todas as submissões realizadas, se bem que, assumindo como princípio de ética científica, o maior rigor na resposta à CFP, tinham como premissa prévia o enquadramento estratégico na estrutura geral da presente investigação e, conseqüentemente, na estrutura global desta tese.

Para a inclusão dos artigos científicos, na presente estrutura global de tese, também foram estabelecidos alguns princípios orientadores: o primeiro princípio obrigava à revisão das matérias; o segundo obrigava à atualização de dados e de informações; o terceiro obrigava à correção de informações, exposições e ou análises; e o quarto princípio obrigava à adição de informações, de dados e/ou leituras decorrentes dessas revisões.

Adicionalmente, considerámos que algumas linhas de pensamento ou de abordagem, no contexto da nossa investigação, mereciam maior destaque, devendo ser esclarecidas, aprofundadas, clarificadas e/ou acrescentadas com novas informações e novos dados, o que, por norma, se verificou ser mais do que uma nota de rodapé. Além disso, os artigos comunicados ou publicados em língua estrangeira (inglês) foram traduzidos para o português por uma questão de unidade formal deste documento, permitindo, adicionalmente, estabilizar os conceitos e as ideias ao longo de todo o documento de tese.

Todavia, não quisemos desvirtuar a estrutura dos artigos aceites, comunicados e/ou publicados previamente, precisamente, porque os havíamos definido como unidades de produção científica, para o desenvolvimento dos conteúdos de investigação. Os artigos que sofreram alterações estruturais e/ou expansão dimensional significativa foram aqueles intitulados “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade”, no capítulo 3 e “Crónica de uma morte anunciada. Ou quando um Monumento Nacional perde o seu status”, no capítulo 5, uma vez que, por uma questão de oportunidade, optámos por acrescentar e sistematizar toda a informação e dados, recolhidos, cruzados e analisados, desde os inícios dos respetivos processos até à sua concretização. Para as restantes unidades de investigação científica, a presente compilação final procedeu à sua revisão, correção, atualização e adição, sempre que se achou necessário e pertinente.

Aproximação teórica ao tema

Dentro daquele que se constituiu como sendo a primeira ação operativa de orientação para o desenvolvimento da nossa investigação de estudo de caso – estruturar e organizar a visão geral do projeto do estudo de caso –, foi realizada uma aproximação teórica ao tema para recolha de dados, como já se referiu, com recurso a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. A partir de recolha de dados, das suas análises e dos seus cruzamentos e ainda tendo em conta a nossa *Informação Prévia*, desenhou-se a primeira matriz de síntese geral que, tendo como princípio de investigação, ser operativa para estruturar o nosso pensamento. Assim, a partir dessa Matriz 1/geradora, o referencial teórico poderia ser dilatado e ajustado à medida da evolução do próprio processo de investigação.

³⁶ Por norma é estabelecido um limite de cinquenta mil caracteres ou dez mil palavras e, noutros casos, o limite estipulado é inferior.

Esta atividade de investigação começava a introduzir uma complexidade própria ao desenvolvimento do trabalho e das tarefas. Por um lado, tendo em conta a sequência cronológica do encadeamento dos acontecimentos, inerente ao processo de candidatura, cuja abordagem conferia à pesquisa uma vertente diacrónica; por outro lado, tendo em conta a possibilidade de análise temática, a sua abordagem conferia uma vertente sincrónica. A gestão entre estas duas abordagens foi sendo realizada, de forma integrante e abrangente, sobre as problemáticas que foram sendo estabelecidas e consideradas, ao longo do desenvolvimento do processo de candidatura da UC-AS a PM – que foram alvo de referência – e, em simultâneo, sobre as relações entre os agentes, os circuitos, os contextos e as problemáticas inerentes ao processo. Por conseguinte, verificou-se que o processo não se fechava em si próprio, enquanto objeto de estudo, como também se promovia, enquanto gerador de tópicos para investigação. Deste modo, a reflexão crítica destes enquadramentos múltiplos constituiu-se como um dos instrumentos indispensáveis ao próprio processo de investigação, cuja perspetiva teórica nos permitiu trabalhar sobre a delimitação da investigação, circunscrevendo determinados aspetos ou abordagens do problema de estudo.

A multiplicidade de possibilidades consideradas obrigou-nos a estipular diretivas temáticas, referenciadas ao nosso protocolo de investigação como já referimos, que nos permitissem identificar, não somente os trabalhos e estudos que, de algum modo, se haviam debruçado sobre o tema, com os mesmos interesses e/ou as mesmas concordâncias, mas sobretudo, que nos permitissem identificar as lacunas, as dificuldades de consensos, os temas fraturantes, as descontinuidades e as contingências existentes. Logo, do modo mais objetivo possível procurou-se constituir o âmbito de enquadramento e o seu mapeamento, estabelecendo referenciais teóricos para que determinados princípios, se pudessem desenvolver. Nesse sentido e tendo em conta o desenvolvimento da investigação por unidades de produção científica foi considerada operativa uma perspetiva geral e uma particular.

A perspetiva geral estabeleceu os referenciais teóricos que acompanharam todo o desenvolvimento da investigação, mesmo quando não, explicitamente, citados ou referidos. A perspetiva particular estabeleceu os vários referenciais teóricos direcionados a cada parte, capítulo e/ou artigo, constituindo-se num *núcleo duro* de leituras e interpretações teóricas sobre o estudo, em particular ou de forma direcionada.

PERSPETIVA GERAL

A perspetiva geral definiu os referenciais teóricos que abrangeram toda a investigação. O âmbito do tema geral *Património* foi, paulatinamente, especificado no domínio de conhecimento do Património Mundial. Embora tenha sido necessário recorrer às teorias e filosofias do *Património*, em geral, sendo também frequente a necessidade de abordar, especificamente, determinados autores, teorias, subtópicos e/ou abordagens, considerámos não ser este o espaço, para se delinear a historiografia do Património, uma vez que esta já se encontra amplamente realizada, por diversos autores e sob diversas leituras disciplinares – as quais investigámos e referenciámos sempre que necessário. No entanto, a nossa revisão bibliográfica verificou uma dificuldade em encontrar, fora do âmbito da UNESCO, contributos para o estudo de análise, reflexões críticas ou, ainda, sistematização de leituras, sobre a nossa premissa de investigação incidindo sobre o fenómeno, que concorram para a esfera de uma recomendável discussão sobre a problemática teórica e prática equacionadas, nesta especificidade de domínio.

Dentro do campo de ação da UNESCO, a produção científica é direcionada a uma variedade de temas e problemáticas, desde os seus princípios filosófico-concetuais até à sua aplicabilidade, desde a teoria à

prática e, apresenta-se muito consistente³⁷, designadamente, pela incidência de levantamentos, inquéritos, análises, investigações e reflexão crítica, submetidos a casos de estudo, tanto de modo singular, como por analogia entre casos simples, múltiplos ou compostos. Em contrapartida, fora do âmbito da UNESCO, os estudos de análise e as reflexões críticas existentes colocam-se sob uma perspetiva de discurso tendencialmente acusatório, dentro de uma lógica ‘anti-UNESCO’, pese embora, a pertinência considerada em alguns dos argumentos que apresentam, sobre alguns casos e sob algumas perspetivas.

Todavia, o nosso levantamento para desenvolver a nossa perspetiva teórica de abordagem – sobre qual o contributo que uma candidatura patrimonial, com a especificidade atribuída pelo domínio da UNESCO, promove para o desenvolvimento do seu contexto urbano – enquanto fenómeno, demonstra uma quase inexistência de estudos gerais, precisamente, pela complexidade inerente a cada caso onde tal foi verificado. Por conseguinte, verifica-se a existência de investigações direcionadas a ou a partir de casos específicos, designadamente, sobre aqueles que já se encontram inscritos na LPM ou, ainda, sobre aqueles submetidos a determinadas abordagens, nomeadamente, as investigações (algumas em desenvolvimento) sobre a possibilidade da aplicabilidade da Recomendação sobre a PUH (também, sobre casos PM e dentro do âmbito da UNESCO).

Deste modo, também por estes motivos, a nossa investigação – não enquadrada no campo de ação da UNESCO – concorreu para acrescentar e reforçar o interesse científico nesta temática, possibilitando novas leituras e interpretações sobre e a partir de um objeto de estudo que, em 22 de junho de 2013, foi inscrito na LPM e que se constituiu no nosso estudo de caso.

PERSPETIVA PARTICULAR

A perspetiva particular, como já referido, definiu os referenciais teóricos direcionados à especificidade e à particularidade de alguns casos e problemáticas inerentes do processo de candidatura, que pretendiam informar a linha geral de investigação, assumindo a sua valência intrínseca ao caso de estudo. Similarmente ao que tínhamos estabelecido para o protocolo de investigação, considerámos oportuno replicar os mesmos procedimentos-chave para trabalhar as problemáticas e temáticas intrínsecas às respostas que havíamos dado para definir as temáticas de abordagem das áreas de referência da estrutura geral de investigação – a Alta, a Sofia e o contexto urbano do bem UC-AS. Designadamente, o protocolo de investigação (geral) devia continuar a ser referência para todas as necessidades das atividades de investigação direcionadas à investigação mais específica. A única variação passou pela composição da matriz de relações (Matriz 0 + Matriz 1), que necessariamente, deixava de ser ‘geral’ e devia ser reajustada a cada especificidade, sempre que necessário.

Nesse sentido, as técnicas de análise seriam equacionadas para cada situação específica, no sentido em que as possibilidades de articulação entre os domínios e as perspetivas de leitura direcionadas aos objetos de estudo específicos e particulares passavam a definir o desenvolvimento e abrangência destas novas linhas de investigação específica. Tendo em consideração esta situação particular, tivemos que estipular novas subcategorias de análise que, embora enquadrados dentro da mesma lógica de abordagem e dentro dos mesmos protocolos gerais de investigação, foram redimensionados e direcionados para dois casos considerados específicos e únicos dentro do nosso estudo de caso: o processo de construção da CUC (Alta) e o processo de desclassificação da Igreja de São Domingos (Sofia).

³⁷ Especialmente, a diversidade de documentos, relatórios, publicações, estudos, atas de encontros/simpósios/colóquios/conferências nacionais/internacionais/inter-regionais/intercontinentais, cartas, recomendações e outros textos, realizados dentro do âmbito da UNESCO.

Categorias e subcategorias		Perspetiva de leitura (P)		
		(P1)	(P2)	(P3)
Domínio (D)	(D1)	Evidências (D1,P1)	Evidências (D1,P2)	Evidências (D1,P3)
	(D2)	Evidências (D2,P1)	Evidências (D2,P2)	Evidências (D2,P3)
	(D3)	Evidências (D3,P1)	Evidências (D3,P2)	Evidências (D3,P3)

Matriz 0 – Matriz de possibilidades específica utilizada no nosso processo de investigação, no momento inicial de uma atividade de investigação específica, articulando as categorias (D, P) e subcategorias (D1, D2, D3; P1, P2, P3) de análise definidas e estabelecendo as evidências ou as possibilidades de abordagem temático-concetual (D1, P1; D1, P2; D1, P3; D2, P1; D2, P2; D2, P3; D3, P1; D3, P2; D3, P3), referenciadas ao nosso objeto de estudo específico.

Categorias e subcategorias		Perspetiva de leitura (P)		
		(P1)	(P2)	(P3)
Domínio (D)	(D1)	Evidências validadas (D1,P1)	Evidências validadas (D1,P2)	Evidências validadas (D1,P3)
	(D2)	Evidências validadas (D2,P1)	Evidências validadas (D2,P2)	Evidências validadas (D2,P3)
	(D3)	Evidências validadas (D3,P1)	Evidências validadas (D3,P2)	Evidências validadas (D3,P3)

Matriz 1 – Matriz de síntese específica utilizada no nosso processo de investigação, no momento final de uma atividade de investigação específica e após validação conforme o protocolo de investigação, articulando as categorias (D, P) e subcategorias (D1, D2, D3; P1, P2, P3) de análise definidas e estabelecendo as evidências ou as possibilidades de abordagem temático-concetual (D1, P1; D1, P2; D1, P3; D2, P1; D2, P2; D2, P3; D3, P1; D3, P2; D3, P3), referenciadas ao nosso objeto de estudo específico.

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CUC (ALTA)

Categorias de análise: domínio (D) e perspetivas de leitura (P)

Subcategorias de análise: CUC (D1), espaço nacional (D2), espaço internacional (D3); arquitetura (P1), protagonistas (P2), Estado (P3)

Sob uma complexa rede de ligações e influências entre os domínios e as perspetivas, por vezes intercruzadas e transversais, desenhamos uma matriz de relações particular que nos permitiu desenvolver pensamento crítico e conteúdos, capazes de estimular o debate sobre este objeto de estudo – a Cidade Universitária de Coimbra (CUC). Da triangulação de dados potenciada, havia três níveis de domínio que importavam evidenciar, nomeadamente, a produção intelectual sobre a CUC (de modo específico), aquela sobre o *país* (de modo mais abrangente) e, posteriormente, aquela sobre a realidade internacional, a partir das quais se podiam cruzar as referências, as leituras e as fontes relativas às categorias das perspetivas, *arquitetura, protagonistas e Estado*.

Ainda assim, ao nível do domínio de conhecimento sobre a CUC, a proposta de referenciais teóricos, selecionados para o nosso estado da arte, propunha uma base operativa de debate, sob variadas abordagens. Para alcançar tal propósito, recorreu-se a fontes primárias e secundárias. As fontes primárias constituíam-se na produção realizada ao longo do processo de construção da CUC, ou seja, todas as referências, leituras e fontes produzidas pelos intervenientes, no âmbito do processo de construção da CUC, sendo investigadas através de pesquisa documental e bibliográfica, a partir do Fundo documental da CAPOCUC, no Arquivo da UC. As fontes secundárias constituíam-se na produção realizada sobre as primárias, ou seja, as referências, leituras e interpretações produzidas por autores, investigadores e académicos, cujo âmbito de estudo incidia sobre o enquadramento do processo de construção da CUC e sob diversas abordagens

disciplinares, sendo investigadas através de pesquisa bibliográfica. Do mesmo modo que obtivemos um resultado final para a investigação global, obtivemos um resultado específico para este caso particular³⁸.

PROCESSO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO DOMINGOS (SOFIA)

Categorias de análise: domínio (D) e perspectivas de leitura (P)

Subcategorias de análise: construção (D1), classificação (D2), desclassificação (D3); arquitetura (P1), protagonistas (P2), Estado (P3)

Similarmente ao que foi estipulado para o caso particular sobre a construção da CUC, para o outro caso particular identificado no nosso objeto de estudo – o processo de desclassificação da Igreja de São Domingos –, desenhamos uma matriz de relações particular que nos permitiu desenvolver o estudo diacrónico do seu processo, desde o século XVI, com a sua construção na Rua da Sofia, até ao século XXI, com o procedimento de desclassificação patrimonial. Sob uma sistematização de leituras, para recolher informações e dados, procedemos às ações de análise e de triangulação de dados, para correlacionar três níveis de domínio considerados sequenciais, designadamente, a fase de construção, a fase de classificação e, posteriormente, a fase de desclassificação com as categorias das perspectivas, *arquitetura*, *protagonistas* e *Estado*, resultando em variáveis temático-concetuais de abordagem.

Paralelamente aos protocolos assumidos pela investigação geral e tendo em conta o alcance dos propósitos estipulados para esta investigação particular, recorreu-se a fontes primárias e secundárias. As fontes primárias foram investigadas através de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, recorrendo aos arquivos e espólios do Forte de Sacavém (muito dos documentos, disponibilizados *online*³⁹), da Câmara Municipal de Coimbra, da Direção Regional de Cultura do Centro e Arquivo da Universidade de Coimbra e, ainda, dos arquivos pessoais de Matilde de Sousa Franco e de José Andrade de Branquinho de Carvalho. Estas fontes, coadjuvadas por fontes secundárias investigadas por pesquisa bibliográfica, permitiram delinear o fio condutor das crónicas do processo, sobretudo, a partir do século XX. Este fio condutor foi tecido sobre a pesquisa bibliográfica referenciada a uma variedade de abordagens e de disciplinas, tentando encontrar um desenho conciliador, traçado com o maior rigor possível, sobre o cruzamento das referências, das leituras e das interpretações produzidas por autores, investigadores e académicos, que dedicaram algum estudo ou às nossas variáveis temático-concetuais (enquanto objetos de estudo) ou a outros aspetos particulares das nossas variáveis. Do mesmo modo que obtivemos um resultado final para a investigação global e um resultado específico para o processo de construção da CUC, obtivemos um resultado específico para este caso particular⁴⁰.

Contrariamente ao caso particular anterior, embora se tenha articulado os factos e decisões tomadas no processo, sobretudo, aqueles ocorridos durante o século XX, com os textos e cartas coevos que espelhavam a tónica concetual da proteção e salvaguarda do património, ao nível internacional, o objetivo subjacente ao enquadramento desta unidade de produção científica constituía-se na gestão do património.

³⁸ Conferir a Matriz de Síntese Particular: Processo de construção da CUC (Alta) na nossa “Síntese de resultados finais”, no capítulo 8, da presente tese.

³⁹ Ver as nossas referências em Arquivos institucionais, nas Fontes documentais, da parte V desta tese.

⁴⁰ Conferir a Matriz de Síntese Particular – Processo de desclassificação da Igreja de S. Domingos (Sofia) na nossa “Síntese de resultados finais”, no capítulo 8, da presente tese.

Condicionantes da investigação

A estratégia assumida ao longo de todo o processo de investigação foi consequente com uma determinante prévia – a qual era impossível de contornar –, que se prendia com o limite de tempo semanal que tínhamos disponível para a necessária investigação. Deste modo, todo esse tempo disponível teria, necessariamente, que ser bem gerido, para garantir uma desejada evolução sobre o processo de investigação que pretendia compreender e dominar a problemática equacionada, para atingir o objetivo geral. Ainda sobre esta limitação de tempo, importa referir, que esta não teve uma relevância excessiva no decorrer da investigação, em muito devido ao grau extremo de compreensão e de presença do nosso orientador, com quem debatemos e partilhámos cada passo desta ‘viagem’. Também por isso, a limitação de tempo inicial, que se constituía numa desvantagem em si própria para o processo de investigação, talvez tenha potenciado a sua maior possibilidade estratégica de realização final.

1.3 O projeto do discurso: a constituição de uma matriz teórica

As referências culturais sobre as quais se construiu o pensamento desta dissertação de doutoramento são muito vastas. Com a maior precisão possível, procura-se constituir o âmbito de enquadramento e o seu mapeamento, em que determinados princípios se podem desenvolver. Deste modo, a concepção teórica da abordagem, que se apresenta neste texto, tenta trabalhar a diversidade e a complexidade do próprio tema, estabelecendo-se sob duas perspetivas, uma geral e outra particular. A perspetiva geral pretende expor as referências que acompanharam, teoricamente, toda a estrutura do trabalho, mesmo quando não citadas ou referidas explicitamente, para além da necessária enunciação dos enquadramentos aos conceitos e definições, com os quais se trabalha ao longo da dissertação e que importam contextualizar e esclarecer. A particular, pelo contrário, direciona-se às referências que, em cada parte, capítulo e/ou artigo, se constituíram num *núcleo duro* de leituras e interpretações teóricas sobre o objeto de estudo. Com esse fim, cada perspetiva particular constituía-se determinante para que as análises e avaliações relativas às abordagens de investigação pudessem ser, conseqüentemente, consideradas e estipuladas, quer por acompanhamento, por verificação, por complementaridade ou, por recusa, mediante a conjunção dessas leituras, dessas perspetivas e dessas construções teóricas.

Deste ponto de vista, a matriz teórica desenhada e equacionada ressalva, estruturalmente, não só a especificidade científica da temática direcionada a cada parte, capítulo e/ou artigo, como também se assume pertinente para informar as possibilidades interpretativas associadas ao fenómeno de uma candidatura patrimonial em contexto urbano, como se pretende com a presente investigação; e sublinha, formalmente, o princípio inclusivo à participação de todos, que Guilherme d'Oliveira Martins estabelecia – o “*património como valor humano*” (2011a).

Da generalidade do objeto de estudo

Partindo de um exercício disciplinar, onde a reflexão crítica do projeto não pretende criar uma teoria em si, constituindo-se, pelo contrário, como um dos instrumentos indispensáveis ao próprio projeto, como explicava Gregotti (1991), esta parte pretende discutir a abordagem ao *património* em contexto urbano, com outros contributos, para além daqueles que, de alguma forma, se regem no âmbito institucional relacionados com o tema ou próximos a essa realidade⁴¹.

O início de um pensamento patrimonial global começou a figurar nos discursos académicos, durante os anos 20 do século XX. Em 1922, na Universidade de Turim, o professor de História de Arte, Lionello Venturi, defendia que *falar de arte medieval e moderna não era, simplesmente, falar de arte italiana, mas sim abraçar todas as atividades artísticas, pintura, escultura, arquitetura, etc., de todos os povos ocidentais e orientais, como forma de aquisição de conhecimento sobre esses povos e os seus modos de vida* (Macco, 1996), assumindo a arte como expressão da vida do criador individual e coletivo e instrumento de conhecimento. No entanto, o conceito começou a ganhar densidade ideológica e conformação no texto da *Carta de Atenas de 1931*, onde se exprimia que “*les monuments historiques sont évoqués en termes de «patrimoine artistique et archéologique de l’humanité»*” e que interessam à

⁴¹ A título de exemplo, consulte-se sobre o tema, entre outros, Francesco Bandarin, Maurizio Di Stefano, Jukka Jokilehto, Ron van Oers, Ana Pereira Roders, Mechtild Rössler, Loes Veldpaus, Sílvio Zancheti, Ana Paula Amendoeira, Jorge Custódio e, ainda, as produções próprias da UNESCO, do ICOMOS e do ICCROM (Amendoeira, 2013; Bandarin, 2010; Bandarin, Hosagrahar, & Albernaz, 2011; Bandarin & Oers, 2012; Chanthalangsy, 2013; Custódio, 2011a; Di Stefano, 2015; Jokilehto, 2005; Lacerda & Zancheti, 2012; Oers & Roders, 2012, 2013; Rössler, 2015; UNESCO, 1992, 2014; UNESCO World Heritage Centre, 2016; Veldpaus & Roders, 2013; Veldpaus, Roders, & Colenbrander, 2013).

“*communauté des États, gardiens de la civilization*” (Choay, 2002, pp. 8–9). No entanto, *Património Mundial* só se constituía reconhecido em 1972, formalmente, na Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural (CPM1972) (UNESCO World Heritage Centre, 2016), também designada como *Declaração de Paris* da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura⁴² (UNESCO), de 1972.

No nosso trabalho, enunciamos *Património Mundial* como sendo o ‘título’ atribuído a um bem que seja inscrito na Lista do Património Mundial (LPM), pelo Comité do PM, da UNESCO, de acordo com o que é estipulado pela CPM1972⁴³. Deste modo, torna-se oportuno referir que, salvaguardando o que acontece na tradição em Espanha, onde se prefere, no geral, a designação do título como *Património da Humanidade* – por uma *questão enfática e de respeito em relação às gentes que o geravam e o utilizam*, conforme explicava Javier Rivera Blanco (2014, p. 33) – o título exato e que deve ser utilizado para referir os bens inscritos na LPM é aquele que é designado na respetiva lista de inscrição, ou seja, Património Mundial⁴⁴. Diferente, ainda, se constitui o universo do Património Cultural Imaterial (ou Intangível) da Humanidade que se define na constituição da Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, de acordo com o que é estipulado pela Convenção do Património Cultural Imaterial de 2003 (CPCI2003) (C. B. Cabral, 2011; UNESCO Intangible Cultural Heritage Section, 2016). Sendo assim, admitimos que o universo abrangido pelo Património Mundial se reporta aos bens inscritos na LPM e que o universo abrangido pelo Património da Humanidade se reporta ao Património Cultural Imaterial inscrito na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade.

A historiografia subordinada ao tema património permite estipular que o período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais (1918-1939) se caracterizou por um constante alargamento da noção de *património*, que apostava noutros limites, tanto do ponto de vista qualitativo como do quantitativo (Béghain, 1998; Bercé, 2000; Choay, 2008b, 2008c, 2008a, 2011; Custódio, 2011a; Guillaume, 1980; Jokilehto, 2005; Leniaud, 1992, 2002; Mohen, 1999; Nora, 2011; Pane, 2009; Urbani, 2000). Todavia, esse alargamento do enquadramento concetual não deixava de ter um forte cunho interpretativo a partir das realidades nacionais e eurocêntricas, tendo em conta que a evolução concetual patrimonial dominante foi sendo determinada pelos acontecimentos decorridos em alguns países (sobretudo) europeus e pela evolução das teorias produzidas por aqueles que viviam nesse espaço. De facto, os momentos de crise – a título de exemplo enunciam-se aqueles decorrentes de um conflito armado, de doenças ou aqueles resultantes de catástrofes naturais – constituem-se como os mais propícios à proposição da resolução dos problemas; primeiramente, porque obrigam à consciência da fragilidade da condição, das capacidades e das limitações do homem e do seu meio; e, seguidamente, porque oferecem a oportunidade de uma readaptação à nova realidade, trabalhando a resiliência do sistema homem-território ao longo das vicissitudes da história. As destruições e os períodos após as várias guerras, intercalados pelo episódio de 1929, do *crash* da bolsa, em Nova Iorque, clarificavam a perceção de uma noção de *contaminação global* que os efeitos passariam a representar na vida das pessoas. Nesse sentido, os períodos de crise apelavam, precisamente, a essa capacidade de consciencialização das afetações e dos problemas introduzidos na vida das pessoas, sendo acompanhados de grande produção e debate teórico-propositivo para alcançar uma melhoria nas condições

⁴² *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*.

⁴³ Sobre a especificidade deste assunto, consultar o artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, da Parte I, da presente dissertação.

⁴⁴ Adicionalmente, pelo facto de se constituir como uma designação distintiva de um nome, acusamos a preferência formal por Património Mundial, em vez de, património mundial.

de vida, mesmo que as propostas derivassem de abordagens dicotômicas, como se verificara com os casos das Cartas de Atenas, de 1931⁴⁵ e de 1933⁴⁶.

Tais cenários de destruição e perda de identidade dos sítios despertavam a necessidade de se estabelecerem medidas de proteção dos bens patrimoniais da cidade e dos conjuntos arquitetónicos que a caracterizavam. Uma lista extensa de cidades bombardeadas e destruídas⁴⁷ incitava a emergência política e psicológica da sua reconstrução, para alojar milhões de pessoas e alavancar o relançamento económico da Europa (Jokilehto, 2005). A reconstrução destas cidades dava origem a um debate sobre o modo de intervir em cidades de escombros, cuja imagem da perda permanecia na memória coletiva da população. Adicionalmente, a reconstrução dessas cidades era, em alguns casos como Varsóvia, essencial para ultrapassar o drama nacional de perda de identidade causado pelos atos de guerra. Para além das perdas de

⁴⁵ Nome pelo qual são conhecidas as atas do Congresso Internacional dos Especialistas para a proteção e conservação dos monumentos de arte e históricos, organizado pelo *International Museums Office* (que foi o antecessor do *International Council of Museums* – ICOM – a partir de 1946), realizado entre 21 e 30 de outubro de 1931, em Atenas (Choay, 2002). Na sequência dos interesses relativos à conservação dos monumentos, era criado em 1926, o *International Museums Office* ou *Office International des Musées*, precedendo o *International Council of Museums* (ICOM), fundado em 1946, já depois da Segunda Guerra Mundial. Jorge Custódio sublinhava a importância do Serviço Internacional dos Museus, na aquisição do princípio universal do direito ao património, pela cooperação diplomática internacional, nomeadamente, através de congressos internacionais promovidos pela organização em Roma (1930), Atenas (1931), Madrid (1934) e Cairo (1937) (Custódio, 2011c, p. 132). Na sequência da redação do texto da Carta de Atenas de 1931, para a qual, a proposta de Gustavo Giovannoni havia sido decisiva (*La teoria del diradamento dei vecchi centri. Il quartiere del Rinascimento in Roma*, 1913), também as atas do segundo Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos em Monumentos e Edifícios Históricos, ocorrido entre 25 e 31 de maio de 1964, em Veneza, cuja redação passaria a ser designada por Carta de Veneza de 1964 ou por *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios* (ICOMOS, 1965), cujo texto seria adotado pelo ICOMOS, desempenharia o papel de herdeiro dos pressupostos de 1931 e incentivava uma consolidação institucional entre as entidades transnacionais e internacionais, como a UNESCO e os seus parceiros, com os Estados individuais. Esta Carta de Atenas constituía-se pioneira na prática das definições e normas convencionais, com carácter internacional, numa diversidade relativa à normalização legal a introduzir em cada país. Em Itália, seria adaptada a *Carta Italiana do Restauro* de 1932, sob o título “Norme per il restauro dei monumenti”, a *Carta Italiana do Restauro* foi redigida pelo Conselho Superior para a Antiguidade e as Belas Artes, publicada no *Bolletino d'Arte*, em janeiro de 1932, pelo Ministério da Educação Nacional (Contorni, 1993, p. 10). Em Portugal, seriam adotadas algumas conclusões em legislação de 1932, designadamente, no Decreto-lei n.º 20925, de 7 de março e no Decreto-lei n.º 21875, de 18 de novembro de 1932, no primeiro caso, com particular enfoque nas bases legais das servidões administrativas e, no segundo, a redação legislativa sobre a valorização tanto de monumentos, como das respetivas zonas de proteção (Custódio, 2011c, p. 134). Em Espanha, seria adaptada a *Lei do Património Histórico Espanhol* de 1933, para a qual, além de ter sido considerada a Lei do restauro italiana de 1932, também seriam consideradas como base teórico-metodológica, as propostas de Boito (*Questioni pratiche di Belle Arti*, 1893, Milão) e de Giovannoni (*Questioni d'architettura*, 1924, Roma; *Il restauro dei monumenti*, s.d., publicado em 1945, Roma), que haviam dado origem ao texto da Carta de Atenas de 1931; a lei espanhola vigorou até 1985, sendo redigida por seguidores dos dois italianos, designadamente, Manuel Gómez Moreno, Alejandro Ferrant, Leopoldo Torres Balbás, tendo este último sido, inclusivamente, assistente na redação da Carta de Atenas de 1931 e mestre de uma geração dedicada ao restauro e conservação em Espanha (Rivera Blanco, 2002, p. 395).

⁴⁶ Nome pelo qual são conhecidas as atas do quarto Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM 4), realizado entre 2 e 9 de agosto de 1933, a bordo do navio Patris II, num cruzeiro de Marselha até Atenas e com regresso a Marselha, com o tema *A Cidade Funcional*. Determinado pelo afastamento dos arquitetos russos com o ideal dos CIAM (E. Mumford, 2009), acabariam por ser as conclusões do próprio congresso a ganharem uma notoriedade excecional. A Carta de Atenas de 1933, não obstante ser um dos textos fundamentais para o pensamento da teoria da arquitetura, do urbanismo e da intervenção na cidade do século XX, que viria a influenciar e a condicionar muitas intervenções urbanas, não deixava de estar envolta em especulações criadas pelos seus próprios autores. Segundo Rebeca Scherer (1993), eram conhecidas quatro versões da Carta de Atenas: a primeira publicação oficial correspondia à Ata do Congresso, inscrita nos Anais Técnicos, órgão oficial da Câmara Técnica de Atenas, tendo sido publicada “em grego e francês em número tripló 44, 45 e 46, reunido na edição de novembro de 1933” (Scherer, 1993); em 1941 (ou 1942), sob anonimato, as conclusões dos trabalhos intituladas *A Carta de Atenas* eram publicadas – o enredo deste episódio, contava com a intervenção de Le Corbusier que, alegadamente, seria o responsável pela publicação, acrescentando “tópicos e ênfases que refletiam a sua maneira de encarar a questão” (Scherer, 1993) e, ainda, “avec un discours liminaire de Jean Giraudoux”; outra versão seria publicada em 1942, por Josep Lluís Sert, como síntese dos congressos CIAM 4 e CIAM 5, na obra *Can our cities survive?*; teria sido, ainda, publicada uma terceira versão do texto original, em holandês, onde eram confrontados o texto original, das Atas do CIAM 4, com a versão de Le Corbusier. Scherer esclarecia que as versões de Le Corbusier e de Sert apresentavam diferenças entre si e “nenhuma das duas correspondia exatamente às Atas do IV CIAM” (Scherer, 1993). Em 1957, Le Corbusier assumia a autoria da versão de 1941/42, conforme referia no prefácio da nova edição, bem como a necessidade de reformular e reajustar alguns dos pontos que tinham sido constituídos para as conclusões dos trabalhos do CIAM 4, designadamente, era preciso falar, redigir, coordenar, pôr nas mãos do público uma matéria complexa, de forma anónima para não comprometer (era um tempo turbulento para arquitetos) com um nome reprovado como o de Le Corbusier (Le Corbusier, 1957a, p. 10). De acordo com Rebeca Scherer, “mais do que apresentar um relatório de trabalho, Le Corbusier pretendia fazer do texto a contribuição específica do CIAM-França à sociedade francesa”, sendo, portanto, um texto direcionado a um contexto político-económico-sócio-cultural “refletindo a condição peculiar da França” (Scherer, 1993). Adicionalmente, era dentro dos próprios CIAM que a referência teórica da Carta de Atenas de 1933 seria colocada em causa, de forma crescente a partir do fim da guerra, embora de modo evidente desde o CIAM 8 (*The heart of the city*, 1951, Hoddesdon) até ao CIAM 10 (Dubrovnik, 1956) (Marchi, 2016), sendo as suas valências colocadas em causa durante o CIAM 9 (*The Charter of habitat*, Aix-en-Provence, 1953), por Alison e Peter Smithson (E. Mumford, 2009, p. 225).

⁴⁷ Madrid e Alcalá de Henares foram alvo de bombardeamentos e ataques durante a Guerra Civil Espanhola que ocorreu entre 1936 e 1939. Cidades como Varsóvia, Florença, Bolonha, Génova, Nápoles, Roma, Verona, Ruão, Bruxelas, Londres, Colónia, Berlim, entre outras, foram bombardeadas durante a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945. Cf. (Echeverría Valiente, 2005; Jokilehto, 2005).

vidas humanas, as populações tinham perdido as suas cidades, os seus espaços de apropriação da rotina diária, essenciais para retomarem as suas vidas. O imperativo era seguir com a vida, sendo que a prioridade, como reconhecia Leonardo Benevolo, constituía-se na “*estabilidade da relação entre a população e o ambiente construído, ou seja, a reconciliação entre o homem e o seu ambiente*” (Benevolo, 1995, p. 230). Deste modo, no desenrolar da cultura urbana europeia, a dicotomia existente entre estas duas linhas de pensamento para a intervenção na cidade herdada, conhecia a sua síntese num ponto-chave: a clivagem na abordagem projetual expressada pelas duas Cartas de Atenas – a de 1931 e a de 1933⁴⁸. A diferença entre as *palavras* Atenas (1931) e Atenas (1933) constituía-se como base de influência do pensamento disciplinar da arquitetura e do urbanismo, no século XX, com repercussões nas práticas de intervenção e de projeto para o espaço da cidade. A dicotomia entre “*construir no construído*” e “*construir o novo*” (E. Almeida, 2010) passaria a ser colocada, permanentemente, desde então, aos arquitetos e urbanistas, para além de ser um tema insistente e muito especulado pelo nível de destruição consequente dos períodos de guerra. Por conseguinte, estas duas *palavras* tornavam-se fundamentais pela abordagem e interpretação que potenciavam. Por um lado, a influência do texto da Carta de Atenas de 1931 constituía-se basilar por acentuar o entendimento da valorização do património urbano, tanto pela promoção da salvaguarda, da proteção e da conservação, como assumindo a cidade como um todo coerente. Por outro lado, a influência do texto da Carta de Atenas de 1933 tornava visível a valorização do desenvolvimento urbano em contexto territorial⁴⁹, que viria a ser potenciado pelas políticas públicas urbanas, com a implementação de planos reguladores e de instrumentos de gestão e controlo das operações urbanísticas realizadas na cidade. Adicionalmente, Ana Pinho constatava que estas duas abordagens criaram tensões difíceis de gerir quando confrontadas porque a cidade seria o palco de representação dessas clivagens, cujos resultados ora se apresentavam num espaço fragmentado, ora desconectado, ora retalhado, sendo que, no pior dos cenários, se apresentavam num espaço abandonado (Pinho, 2009).

O cenário de destruição das cidades europeias vinha acicatar o desejo de estabelecer normas vinculativas na proteção do património urbano⁵⁰ (F. Lopes, 2012; F. Lopes & Correia, 2004); em contrapartida, abria brechas na defesa teórica da cidade moderna até então equacionada. Choay atribuía à leitura de Gustavo

⁴⁸ Cf. (Choay, 2002; CIAM-França, 1948a, 1948b, 1948c, 1948d, 1948e, 1948f, 1948g, 1949a, 1949b, 1949c, 1949d, 1949e; Le Corbusier, 1957b).

⁴⁹ Tendo em conta o tema do CIAM 4 – a *cidade funcional* – e o seu primeiro ponto geral, que estabelecia a cidade como *apenas uma parte das componentes económica, social e política que constituem a região* (Le Corbusier, 1957b, p. 19).

⁵⁰ Em 16/11/1945, era fundada a UNESCO, integrando a Organização das Nações Unidas (ONU); em 05/05/1949, era constituído o Conselho da Europa, com sede em Estrasburgo; em 19/12/1954, o Conselho da Europa promovia a *Primeira Convenção Cultural Europeia*; no mesmo ano de 1954, era promovida pela UNESCO, a *Convenção de Haia*, para a *Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado*, revista e renovada em 1999; em 25/03/1957, era fundada, pelo *Tratado de Roma*, a Comunidade Económica Europeia (CEE); ainda de 6 a 11/05/1957, era realizado, em Paris, o Primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos e Edifícios Históricos; em 1959, a UNESCO desenvolvia uma campanha internacional de debate e angariação de fundos para salvaguardar os templos de Abu Simbel e Filae, no Egipto, face à construção da barragem de Assuão; ainda no ano de 1959, era criado o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e o Restauro dos Bens Culturais (ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and the Restoration of Cultural Property), com sede em Roma; em 1962, a UNESCO promovia a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Beleza e do Carácter das Paisagens e dos Sítios*; ainda em 04/08/1962, surgia a *Lei dos Secteurs Sauvegardés* ou *Lei Malraux*, em França, a primeira lei, que previa a salvaguarda de núcleos urbanos, os *secteurs sauvegardés*, considerados de valor e qualidade excepcional que pudessem ser considerados património nacional, impondo medidas de proteção semelhantes às equacionadas para os monumentos nacionais; de 25 a 31/05/1964, realizava-se, em Veneza, o Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos e Edifícios Históricos, cujo texto da primeira resolução adotada resultaria na *Carta Internacional do Restauro*, mais conhecida como *Carta de Veneza*; ainda em 1965, e de acordo com a segunda resolução do Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos e Edifícios Históricos, era criado o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS – International Council of Monuments and Sites), com sede em Paris; em 16/11/1972, a UNESCO promovia a *Convenção da Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, em Paris, mais conhecido como *Convenção do Património Mundial*, instituindo a Lista oficial do Património Mundial; em 1975, o Conselho da Europa declarava o Ano Europeu do Património Arquitetónico, e promovia a *Carta Europeia do Património Arquitetónico*, também conhecida como a *Declaração de Amsterdão*; em 1976, a UNESCO desenvolvia a *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea*, durante a 19ª sessão da Assembleia Geral, realizada entre 26/10 e 30/11/1976, em Nairobi (Quênia); e, em 1981, o Conselho Europeu declarava o Ano Internacional de Recuperação das Cidades Históricas. Cf. (Aguiar, 2005; Jokilehto, 2005; F. Lopes & Correia, 2004; L. A. Lopes, 1983; Roders, 2007; UNESCO World Heritage Centre, 2017); ICOMOS Documentation Centre e UNESCO-WHC [online].

Giovannoni⁵¹ sobre a cidade – que estava na origem das várias legislações sobre património a partir da Carta de Atenas de 1931 –, uma componente de antecipação visionária e esclarecedora do processo de desconstrução da cidade tradicional, por não se ter limitado a analisar a cidade com a escala de proximidade, mas por ter permitido verificar a cidade no seu contexto territorial, a escala mais próxima da ordenação do território (Choay, 2008b). No entanto, o discurso de Giovannoni iniciava um debate, a partir do momento em que a defesa do entendimento da cidade como um todo (Giovannoni, 1998) assumia contornos especiais, uma vez que o valor cultural das áreas urbanas consolidadas, sobretudo aquelas áreas mais antigas, se constituía, de facto, como *património urbano*. Adicionalmente, o pós-guerra instituiu uma carga direcionada ao entendimento do espaço como *valor social*.

Francisco Louçã referia que a cultura, de um modo geral, enquanto produtora de signos, de sinais e de significados, alterava o paradigma da sua influência na vida da sociedade, a partir de meados do século XX, “*para ser a parte essencial, o modo de legitimação, como componente da mercadorização e difusão das imagens, dos símbolos, da informação, do saber e da consciência*” (Louçã, 2004, p. 85). Sob esta perspetiva, a *questão da globalização*⁵² assume uma posição de relevo na estruturação do nosso discurso, sendo este o fator que imprime o maior desafio para futuro. Em retrospectiva e paralelamente aos *destruidores* do século de Hugo, também o século XX havia conhecido os seus “*predadores modernos do património*” (Béghain, 1998, p. 18), que viam na destruição e na *tabula rasa* uma possibilidade de renovação e de realização de um projeto para um *mundo novo* e um *homem novo*. Deste modo, a *palavra* e a *arte da destruição* constituíam-se aliadas para alcançar essa condição utópica sobre a cidade existente, exponenciada no texto da Carta de Atenas de 1933 e classificada como “*urbanismo progressista*” (Choay, 1965, p. 207). Por oposição a este contexto, também o seu reverso, assente numa perspetiva “*culturalista*” (Choay, 1965, p. 257), ficava estabelecido a partir da evolução teórico-concetual sobre a capacidade de permanência estipulado pelo desenho de cidade. A determinação pelo reconhecimento da importância da constituição de uma *política pública do património, considerada não mais e somente como um valor ideológico*, mas como um *desejo de desenvolvimento económico e de coesão* da cidade e, de modo mais abrangente, do seu território (Béghain, 1998, p. 20), lançava as suas bases com o texto da Carta de Atenas de 1931.

Tal enunciado torna-se relevante, para uma Europa que era palco principal, não de uma, mas de duas Guerras Mundiais, num curto espaço de tempo, onde a imagem da destruição estava presente. Todavia, os

⁵¹ Giovannoni concentrou-se na investigação do tema do planeamento urbano, sobre Roma, tendo demonstrado particular interesse desde 1908, quando havia sido apresentado o plano geral da cidade e, sobre o qual, apresentara uma atitude crítica, no seu texto de julho de 1913, “*La teoria del diradamento dei vecchi centri. Il quartiere del Rinascimento in Roma*” (Jokilehto, 1986, p. 351–352 e 368). A ‘cidade eterna’ proporcionava-lhe um entendimento sobre a dinâmica e contraste entre a *prosa da arquitetura* e os seus monumentos ou edifícios notáveis, percebendo que estes, sem o enquadramento dado por aquela que viria a ser designada como ‘arquitetura menor’, ficavam ‘mutilados’ do seu ambiente e da sua configuração espacial, perdendo parte do seu interesse. Como notava Jukka Jokilehto (2005), pela primeira vez, *havia um entendimento da cidade como um todo*, havendo, na abordagem de Giovannoni, a renúncia da ideia de ‘centro histórico’, enquanto bolha estanque e protegida dentro do todo; pelo contrário, toda a cidade devia ser desenhada e pensada para não haver lugar à segregação de espaços urbanos, integrando e aglutinando espaços de ligação, até então, problemáticos (Aguiar, 2009). Giovannoni pensava a intervenção da cidade existente de modo direcionado – tendo utilizado a analogia do desbaste florestal, “*il diradamento*”, por oposição à ação de ‘esvembramento’ (Choay, 2008c, pp. 211–212; Giovannoni, 1931, 1998) –, onde cada intervenção se assumia como capilar e sob duas vertentes: por um lado numa atitude analítica, usando a história como instrumento operativo de projeto, numa abordagem de interpretação teórica e histórica do tema da cidade e de levantamento e pesquisa dos modelos, das técnicas e das soluções prévias, pese embora não ser, necessariamente, uma condicionante prévia para a finalidade prática; por outro lado, a defesa pela valorização do objeto de intervenção, que sendo um legado do passado para o futuro, deveria ser ajustado ao desenvolvimento contemporâneo da própria cidade. A interpretação das questões urbanas que a vida coloca, diariamente, deveriam considerar a complexidade do todo e a particularidade do lugar. Esta premissa era equacionada por Giovannoni, na conferência proferida em Florença, em 1929, intitulada “*La figura artistica e professionale dell’architetto*” (Zucconi, 1997, p. 28), sob a reclamação de um ‘*método positivo*’ para a prática da arquitetura – disciplina que Giovannoni entendia ser uma *síntese entre a arte e a técnica* –, considerando que a profissão de arquiteto, na sua complexidade, deveria ser capaz de absorver uma grande amplitude de matérias no seu método analítico – isto é, para ter melhores resultados, o projeto devia ter uma abordagem plural (Zucconi, 1997, p. 28).

⁵² Cf. (Choay, 2008a, pp. 112–115).

palcos de guerra não se limitavam ao espaço europeu e os efeitos das guerras tinham obrigado ao redesenhar das geografias, das geometrias e das estratégias políticas de reorganização da paz mundial. Se bem que os tons fossem de exagero, Louçã tirava a fotografia mundial: “*a Primeira Guerra Mundial reescreveu o mapa da política*” e a Segunda Guerra Mundial “*redesenhou o mapa da geografia*” (Louçã, 2004, p. 92).

Depois da Segunda Guerra Mundial, caberia à recém-constituída UNESCO – a partir de 16 de novembro de 1945, em Londres (UNESCO, 2014, pp. 5–18) –, juntamente com os seus parceiros ICCROM⁵³, ICOMOS⁵⁴ e IUCN⁵⁵, um papel decisivo na consolidação da noção do património, tendo particular destaque no âmbito do *Património Mundial* (UNESCO World Heritage Centre, 2016). Em paralelo à atuação da UNESCO, também o Conselho da Europa se revelava num parceiro para a promoção de uma transformação e difusão de um discurso, onde o património se encarava como tema estratégico-político pela união em torno de uma identidade comum – no caso, europeia –, tendo em conta o texto da sua primeira *Convenção Cultural Europeia*, de 19 de dezembro de 1954 (Conselho da Europa, 1954). Os discursos políticos de paz pareciam ter encontrado, no património, uma plataforma de trabalho, onde todos, sem exceção, podiam ser chamados a participar – *gesto que significa ‘dar’ e ‘receber’* (Lacroix, 1997, p. 105) – na compreensão mútua entre povos e na criação de laços interculturais, com o objetivo de construir um mundo melhor, designadamente, pela partilha de ideais e princípios comuns e sem conflitos (G. d’Oliveira Martins, 2009b). Álvaro Siza Vieira notava, no entanto, que “*o carácter da participação depende (...) dos conflitos sociais e das especificidades culturais*” (Siza, 2000, p. 113) e que, em grande medida, caberia às autoridades promover e apoiar o ato da participação como uma constante e enquanto ato cívico.

A disponibilidade para a viagem da descoberta do outro passaria a ser fundamental para nos descobrirmos a nós próprios; e, a UNESCO desenvolveria esta leitura, a nível mundial, através da plataforma ‘património’ que, mais do que evidenciar a diferença de mentalidades e de culturas, promovia a política da união, da tolerância e da aceitação por essa diferença. Deste modo, o *património* constituía-se no aspeto diferenciador de uma cultura para outra, pese embora passasse a ser considerado como um fator aglutinador e um promotor de cultura de paz entre os povos. Maria Calado destacaria a importância da Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural (CPM1972), da UNESCO, aprovada em 16 de novembro de 1972, em Paris, tendo em conta que a sua constituição se tornaria num “*marco histórico determinante, não só no que se refere à Salvaguarda e Valorização do Património, mas também no que diz respeito ao Planeamento (regional e urbano) e à resolução integrada das diversas questões que se relacionam com estas problemáticas*” (Calado in UNESCO, 1992, p. 5).

No entanto, também as matrizes constituintes do discurso PM eram alvo de evolução, promovida pelas diversas iniciativas, estudos e encontros internacionais, com uma componente técnico-científica muito

⁵³ O ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property) foi criado em 1956, na 9ª sessão da Assembleia Geral da UNESCO, realizada em Nova Deli, sob a proposta de ser criado um centro de investigação intergovernamental com o objetivo de estudar e propor novas metodologias de restauro, tendo sido estabelecida em Roma em 1959, sob proposta aprovada no primeiro Congresso de Arquitetos e Especialistas de Edifícios Históricos, realizado em Paris, em 1957. Cf. ICCROM – *History*. [Online] Disponível em <https://www.iccrom.org/about/overview/history>, acessado em 28/06/2018.

⁵⁴ O ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) foi criado em 1965, a partir das resoluções do segundo Congresso de Arquitetos e Técnicos em Monumentos e Edifícios Históricos, realizado em Veneza, entre 25 e 31 de maio de 1964 – a Primeira Carta Internacional do Restauro, mais conhecida como Carta de Veneza (ICOMOS, 1965) – com o objetivo de estudar e promover a conservação, a proteção e salvaguarda de monumentos e sítios, constituindo-se, desde o primeiro momento, como uma organização não-governamental associada e consultora da UNESCO, designadamente, para a implementação da CPM1972.

⁵⁵ A IUCN (International Union for Conservation of Nature) foi criada em 5 de outubro de 1948, em França, com os objetivos de estudar e monitorizar os impactes que a atividade humana exercia sobre a natureza e promover a sua proteção, através de metodologias equacionadas para o efeito. Cf. IUCN – *IUCN – A brief history*. [Online] Disponível em <https://www.iucn.org/about/iucn-brief-history>, acessado em 28/06/2018.

intensa por parte das entidades⁵⁶ ligadas a esta nova abordagem de gestão política internacional, resultando na proliferação de cartas internacionais, recomendações e convenções. Nesse sentido, as diretivas e propostas da UNESCO, que promoviam a defesa por uma maior inclusão da diversidade cultural, ganhavam visibilidade e poder de argumentação discursiva, uma vez que exploravam uma maior conexão, não só entre cada comunidade e o seu património, mas também entre comunidades e os seus respetivos patrimónios. Por conseguinte, *património* promovia o encontro, a coexistência e a partilha entre comunidades, criando laços de tolerância interculturais constituintes de uma disponibilidade e abertura para a criação de diálogo entre comunidades.

Não obstante todas as complexidades inerentes ao património material, a discussão em torno do conceito ganhava uma especificidade tal, que se lhe acrescentava a vertente imaterial ou intangível, com a CPC2003 (C. B. Cabral, 2011; UNESCO Intangible Cultural Heritage Section, 2016), uma consequência da discussão sobre a questão da *autenticidade*, que se clarificava a partir da proposta da *Carta de Nara* de 1994 (Cristinelli & Foramitti, 2000; ICOMOS, 1994; Jokilehto, 2006; Labadi, 2010; Stovel, 2008). Bianca Gioia Marino investigava o cruzamento da noção concetual de autenticidade com o seu reconhecimento no património arquitetónico, recorrendo à análise de princípios que foram tutelando as ações e as práticas de intervenção no património, em oitocentos e novecentos (Marino, 2006). Adicionalmente, traçava o percurso da evolução concetual sobre ‘autenticidade’, nos textos⁵⁷ e discursos do âmbito PM, designadamente, a CPM1972; o Relatório final do Comité Intergovernamental da proteção do Património Mundial Cultural e Natural, de 1977; as orientações técnicas para implementação da CPM1972 (*Operational Guidelines*), de 1994; o Documento de Nara sobre a autenticidade, de 1994; a Declaração de Santo António (Texas, Estados Unidos da América), do *Interamericano Simpósio sobre Autenticidade na Conservação e Gestão do Património Cultural*, do ICOMOS, de 1996; o Relatório do Comité do PM, de 1998, reunido em Quioto, com a declaração da Grécia sobre autenticidade; e, as *Operational Guidelines*, de 2005 (Marino, 2006).

Sophia Labadi considerava que o conceito autenticidade era dos mais “*escorregadios*”, na conservação e proteção do património (Labadi, 2010, p. 66), precisamente, pela dificuldade de se conjugar uma definição do conceito, para todas as culturas, em simultâneo. Em 1994, da Conferência de Nara, ficara reconhecido que, apesar do termo não existir em todas as línguas, o conceito em si existia, sob uma compreensão de ‘ser verdadeiro e/ou genuíno’, no entanto, não deixava de ser relativo, uma vez que podia variar de cultura para cultura e até mesmo dentro da mesma. Desse ponto de vista, a importância Documento de Nara sobre a autenticidade assentava no reconhecimento da relação estrita entre o entendimento de autenticidade e o seu contexto sociocultural, partilhando e pertencendo a determinados valores, não podendo, por tal motivo, a autenticidade ser avaliada fora desse contexto⁵⁸. Bianca Gioia Marino propunha que, numa tradução livre nossa, a autenticidade refletia o território de existência/implantação de um bem e a sua consciência surgia a partir do momento em que se possibilitava uma correspondência entre a realidade do bem com a sua leitura interpretativa, que estaria sempre sujeita a uma variedade e a uma evolução, tanto por adição e integração de novas formas e perspetivas de leitura (Marino, 2006, p. 15).

⁵⁶ A título de exemplo e sem pretender ter um carácter exaustivo, sublinham-se algumas reuniões e encontros realizados, pelo ICOMOS, de modo a se promover uma reflexão sobre os conceitos *autenticidade* e *integridade* e a sua evolução desde a Carta de Veneza de 1964: em 1994 – Nara, Bergen, Nápoles e Canadá; em 1995 – Finlândia, Polónia, República Checa; e, em 1996 – Austrália. Cf. (Mohen, 1999, pp. 273–274).

⁵⁷ Pese embora a sua circunstância seja prévia à concretização do âmbito PM, entende-se pertinente adicionar, a esta listagem, a *Carta Internacional para a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios*, geralmente, designada como Carta de Veneza de 1964 (ICOMOS, 1965, p. Document 1).

⁵⁸ Consequentemente, a melhor solução encontrada para serem consideradas todas as possibilidades, as *Operational Guidelines* de 2017, estabelecem uma diversidade de atributos, como forma e conceção, materiais e substância, uso e função, tradições, técnicas e sistemas de gestão, localização e enquadramento, língua e outras formas de património imaterial, espírito e sentimentos e outros fatores intrínsecos e extrínsecos que, tendo em conta a especificidade de cada bem, devem ser utilizados para justificar a verificação e as condições da sua autenticidade (parágrafo 82 in World Heritage Committee, 2017a, p. 27).

Entre as duas convenções políticas de abordagens aos patrimónios e as suas diversidades, a CPM1972 e a CPCI2003, estabelecia-se uma diferença fundamental: enquanto na CPM1972, quem ditava as regras, para que um bem fosse considerado património, eram os especialistas e agentes técnicos, na CPCI2003, quem assumia o papel principal no estabelecimento do processo de patrimonialização eram as comunidades. Desse ponto de vista, a questão da *autenticidade*, no caso da CPCI2003, não seria determinante, uma vez que, por princípio, se constituía intrínseco ao bem imaterial e, por isso mesmo, reconhecido pela comunidade. Em contrapartida, o elo necessário para a classificação patrimonial passaria a ser as emoções coletivas sobre o bem, invocando, inequivocamente, a participação da comunidade, no processo de patrimonialização. Associando *património imaterial* e *desenvolvimento sustentável* de modo participado, dentro da compreensão do fenómeno da patrimonialização, Jadé estabelecia um suporte para a abordagem à CPCI2003 (Jadé, 2006), partindo de uma abordagem crítica, assente no percurso histórico do pensamento filosófico inerente à noção de *património*, confrontando os textos, as recomendações e convenções internacionais, para promover uma aproximação filosófica do património como *fenómeno humano* e, portanto, do interesse de todos os povos do mundo.

Todavia, no último quarto do século XX, intensificava-se o desenvolvimento de uma consciencialização de que *o valor do património cultural era inestimável e não renovável*, não só respeitante a um país, a uma região, mas ao mundo, conforme Jorge Henrique Pais da Silva estipulava (J. H. P. da Silva, 1984, p. 11). Partilhando este entendimento, já no novo milénio, José Maria Lobo de Carvalho defendia que, além de o *património construído* se constituir como *recurso da sociedade e um ativo das comunidades*, ainda possuía *uma dimensão económica que não podia ser ignorada* (J. M. L. de Carvalho, 2007, p. i). Uma *nova legitimidade* constituía-se, deste modo, sobre o *património*, por via de uma argumentação económica ou de uma “*engenharia cultural*”, *metamorfoseando o valor de utilização em valor económico* (Choay, 2008c, p. 226). Esta visão confrontava, em certa medida, o *lugar social* do património, sob o aspeto do *direito de acesso ao bem* e acrescentava, a este universo, uma maior complexificação, onde o turismo absorveria grande atenção. No entanto, dentro de uma lógica de gestão, Lobo de Carvalho defendia que o património devia ser pensado segundo “*uma política de conservação programada, através de uma atenção contínua aos imóveis históricos, de carácter preventivo, em oposição a uma prática tradicionalmente reactiva, pontual e irregular*” (J. M. L. de Carvalho, 2007, p. i).

Esta perspetiva apresenta-se como uma outra abordagem de pensar o *património*. Num período onde a sofisticação tecnológica e a destruição andam de mãos dadas, residem maiores desafios e responsabilidades para os agentes do património, para quem os processos de globalização podem ser úteis, se entendidos como oportunidades para se pensar “*como um processo multidimensional nos ajuda a identificar e compreender melhor algumas questões estruturais do sistema mundial contemporâneo*” (A. S. Silva, 2016, p. 9). As transformações, impostas por variação de utilização ou criação de novos contextos, constituíam-se em preocupações permanentes para quem tem a responsabilidade da gestão do bem ao qual era reconhecido um valor. Tal facto espelha, na contemporaneidade, a problemática associada aos bens culturais, sobretudo, porque o último contexto do bem consiste na sua relação com os seus utilizadores nas suas variadas dimensões sociais – como cidadãos, moradores, usufrutuários, visitantes, turistas, enfim, público-utilizador, no geral. Todavia, esta leitura não deixa de realçar um aspeto que subverte a lógica que designamos por *transformar em continuidade*, a partir do momento em que a prioridade estipulada se constitui na resposta

às necessidades do turismo, desprezando-se a necessidade de uma permanência habitacional que, de facto, permite garantir a utilização do espaço urbano numa cadência quotidiana⁵⁹.

Alessandra Melucco Vaccaro refletia sobre este aspeto, a propósito das *novas* preocupações que iam surgindo nas cidades, utilizando, como exemplo, a abordagem excessiva de reconstrução de edifícios antigos, para dar resposta às exigências do turismo (1996). O elenco de preocupações estabelecia-se desde o efeito provocado pelo avanço tecnológico, ao vandalismo e decadência urbana que atacavam as áreas mais frágeis e antigas das cidades, aos atos de terrorismo e, ainda, pela poluição que, nas últimas décadas, tem vindo a alcançar resultados que não deveriam ser menosprezados (Vaccaro, 1996, p. 204). Por conseguinte, Vaccaro defendia que nenhuma teoria da conservação ou de intervenção, nestes contextos, poderia ser eficaz se não considerasse a sustentabilidade das ações, designadamente, tanto pelo uso e pela utilização, como pela qualidade do seu enquadramento, conforme havia advertido Cesare Brandi, na sua obra original de 1963, *Teoria del Restauro* (Brandi, 2006), embora também reconhecesse que *uma intervenção que não eliminasse a causa da deterioração, tornava-se inútil e ineficaz*⁶⁰ (Vaccaro, 1996, p. 204).

No entanto, embora existam todas estas preocupações contemporâneas, não se deixava de perspetivar a complexidade inerente à intervenção sobre o património, em que as causas de deterioração poderiam não ser fáceis de eliminar, até porque tais causas poderiam não estar sob alçada das autoridades responsáveis pela conservação. Todavia, esta nova condição da relação entre o património e o seu público-utilizador levava Vaccaro a considerar que, a promoção da exclusão ou eliminação desta relação não deveria ser, contudo, uma solução generalizada. Por conseguinte, defendia o que considerava mais difícil de alcançar, precisamente, o encontro equilibrado entre as demandas da conservação e os direitos de utilização pelo público, expressando não ter dúvidas quanto à urgência da necessidade do seu alcance (Vaccaro, 1996, p. 206).

Conquanto o valor do património esteja reconhecido e considerado como *realidade dinâmica*⁶¹, oficialmente, pelo menos na Europa, de acordo com o que fora estipulado na *Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade*, assinada em Faro a 27 de outubro de 2005 (G. d'Oliveira Martins, 2009a), as práticas verificadas, a título de exemplo, com valorização de prioridades, sobretudo, ligadas ao setor do turismo e em alguns casos, tendem a demonstrar o contrário. Como referia Guilherme d'Oliveira Martins, "*património cultural (...) é considerado um activo na promoção da coesão, da inclusão, mas também na participação cívica e na consideração da ética da responsabilidade*" (2011b, p. 33), realçando a articulação que devia ser promovida e potenciada entre os valores intrínsecos da proteção e salvaguarda do património, em *solidariedade universal* com as dimensões institucionais, instrumentais e económicas. Este reconhecimento, talvez, seja a demanda de futuro, no entanto, usamos a palavra de Pais da Silva, pois "*cremos que vale bem a pena manter a luta, até porque*

⁵⁹ Sobre este tópico, temos assistido ao debate legislativo produzido em Portugal, sobre a reabilitação urbana nos centros antigos das cidades e da problemática gerada, particularmente, pela perspetiva de uma das finalidades mais pulsantes a que tais ações se destinam, designadamente, à maior tendência de exploração turística dos espaços e a consequente expulsão das comunidades residentes e locais.

⁶⁰ A este propósito Brandi referia ser claro que "*se o bem que o imperativo da conservação se dirija genericamente à obra de arte na sua complexa estrutura, tem especialmente a ver com a consistência material na qual se manifesta a imagem. Por esta consistência material deverão ser feitos todos os esforços e investigações para que possa durar o mais longo tempo possível*" (Brandi, 2006, p. 4). Ainda assim, Brandi acrescentava que a diferença de atuação no caso da arquitetura, que gozava "*da dupla e indivisível natureza de documento (monumento) histórico e de obra de arte*" (Brandi, 2006, p. 91), não se estabelecia na "*essência diversa entre a arquitetura e a obra de arte*" (Brandi, 2006, p. 91), mas na espacialidade própria do objeto arquitetónico e na coexistência com o seu espaço ambiente, sendo um problema urbanístico.

⁶¹ Nos termos da Convenção de Faro de 2005, a definição de património cultural constitui-se como "*um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução*", incluindo "*todos os aspectos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo*" (G. d'Oliveira Martins, 2009a, p. 159). Adicionalmente, de modo a complementar o sentido do sistema, ainda se estabelecia a definição de comunidade patrimonial, como sendo aquela que se compunha "*por pessoas que valorizam determinados aspectos do Património cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras*" (G. d'Oliveira Martins, 2009a, p. 160).

essa luta reveste, sem qualquer dúvida, do mais elevado e nobre humanismo, no sentido de construir importantíssimo fator de paz” (J. H. P. da Silva, 1984, p. 11).

CANDIDATURAS PATRIMONIAIS

O grande mérito da CPM1972 estabelecia-se por introduzir, no léxico, no debate e no discurso patrimonial internacional, novos conceitos e noções adaptadas e evoluídas de outros conceitos – como *Património Mundial, Lista do Património Mundial, Valor Universal Excepcional, autenticidade, integridade* (Bandarin & Oers, 2012; ICOMOS, 1965, 1994, 2013; Jokilehto, 2006; Labadi, 2010; Stovel, 2000, 2008; UNESCO World Heritage Centre, 2016) –, que passariam a constituir as matrizes de um discurso político que, paulatinamente, se enraizava por todo o mundo.

A UNESCO constitui-se na entidade transgovernamental mais abrangente de representação política, ao nível mundial, com 207 Estados (195 Estados-membro, 11 Estados-associado e 1 Estado-observador); a Organização das Nações Unidas constitui-se com 193 Estados-membro, assumindo o Estado da Palestina e o da Santa Sé como Estados-não-membro (embora com estatuto de observadores permanentes); e, a CPM1972, enquanto instrumento político da UNESCO, através do Património Mundial (PM), alcançaria o mesmo sucesso de representação política, ao longo dos últimos quarenta anos, com 193 Estados-parte⁶² tendo ratificado, aceitado ou aderido à Convenção. Consideramos que, de facto, este *poder* só se efetivava a partir do momento em que a LPM se assumia como palco de ação principal, o que só ocorreria em 1978, com as suas primeiras inscrições (doze, no total).

Todavia, esse mérito seria, paralelamente, questionado e alvo de posições críticas, divergentes e polarizadas por uma atitude ‘anti-UNESCO’, uma vez que, inequivocamente, havia contribuído para que o domínio do *património* se constituísse numa *mundialização de valores* (Choay, 2008c, p. 223). Sob esses argumentos, Turtinen criticava as atitudes e as decisões da UNESCO, por contribuir para a implementação de um *projeto político cosmopolita* globalizante, cuja agenda política permitia exercer o seu poder, a nível transnacional (Turtinen, 2000). Nessa linha de argumentos alguns discursos críticos à UNESCO referenciavam a LPM como um ‘*palco de poder*’ e de ‘*status global*’, que promoviam uma concorrência entre os Estados-parte e das suas agendas implícitas de desenvolvimento económico sob o escudo da proteção do património, como demonstra o estudo de Marc Askew (2010). Adicionalmente, Askew sublinhava que a intervenção da UNESCO na atuação e gestão da vida local era limitada, embora reconhecesse que, noutras questões do foro político, designadamente, na implementação de um discurso de legitimação nacional através do património (e a consequente exclusão física e simbólica de minorias) realizada por alguns Estados-parte, a neutralidade assumida pela UNESCO podia ser uma subversão dos seus propósitos através da promoção dessas agendas desses Estados-parte (Askew, 2010).

Marco D’Eramo acusava a UNESCO de um *urbanicídio em nome do bem*, num artigo de opinião ‘provocador’ e composto por imagens, onde qualificava a UNESCO de *serial-killer* e culpabilizava a *etiqueta do Património Mundial* por se constituir numa “*sentença de morte*” para as cidades (D’Eramo, 2014). D’Eramo declarava que aquela que considerava ser a *marcação a ferro* do PM sobre a *agonia*⁶³ das cidades, se estabelecia em Paris, a partir do conforto dos escritórios da UNESCO e de modo letal. A imagem das ações praticadas pela atividade de criação de gado servia de metáfora, para julgar e condenar

⁶² Sendo 192 Estados-membro da UNESCO, exceto Nauru, Somália e Tuvalu e o Estado-observador da UNESCO, a Santa Sé.

⁶³ D’Eramo descrevia o quadro que via das cidades, na contemporaneidade: cidades a definhar, cada vez menos povoadas e reduzidas a cenários de teatro, sobre os quais uma pantomima sem sangue era executada; verificava ainda que, onde a vida quotidiana outrora palpitava, atualmente, residia a proliferação de negócios de ‘especialidades’ mercantilizadas globalmente e omnipresentes que, convenientemente, eram listado em folhetos de viagem (D’Eramo, 2014).

as ações da UNESCO sobre as cidades, acrescentando, ainda, que a estas apenas restava a *taxidermia*, a partir do momento que *fossem marcadas a ferros* (D’Eramo, 2014), dando exemplos de San Gimignano (Itália), Luang Prabang (Laos) e Porto (Portugal). No entanto, ironicamente, D’Eramo informava que todas as operações eram realizadas *em nome do bem da humanidade*, mesmo que tal significasse o regresso ao “*cheiro de naftalina*”, por a cidade se ir esvaziando de vida (D’Eramo, 2014).

Pese embora o discurso ‘anti-UNESCO’ fosse claro, pela nossa leitura, o argumento principal de D’Eramo não se constituía contra a UNESCO; e a prova para tal evidência residia no momento em que D’Eramo tirava a ‘*selfie do mundo*’, reconhecendo que, na contemporaneidade, o turismo tem vindo a assumir um papel central como a grande indústria que faz mover o mundo – naquilo que denominava “*Tourism production system*” (D’Eramo, 2017, p. 11). Adicionalmente, nesta *selfie do mundo*, o autor reconhecia, ao turismo, a capacidade para transformar as cidades em economias monofuncionais, ilustrando as suas perspetivas com exemplos como Las Vegas, Nova Iorque, Veneza e Paris (D’Eramo, 2017). O sociólogo e jornalista italiano esclarecia, ainda, que a transformação não se verificava só de um ponto de vista económico, uma vez que, em simultâneo, também alterava a fisionomia das próprias cidades, pela necessidade constante de resposta infraestrutural e logística para albergar um cada vez maior número de turistas, nos destinos mais ‘apetecíveis’ e publicitados pelas agências de turismo.

Em *Cronocaos*, na Bienal de Veneza de 2010, Rem Koolhaas reconhecia *arrogância aos Movimentos Moderno e Pós-moderno*, por não terem contribuído para a discussão em torno da ‘preservação’ e, inclusivamente, advogava não reconhecer contributos nesse sentido, depois das teorias de Ruskin e de Viollet-le-Duc. Provocadora e subliminarmente, na proposta do ‘*buraco negro*’ (representativo da inexistência de pensamento sobre preservação), para além de lançar uma *tabula rasa* sobre o debate teórico-concetual existente no século XX, eliminava a dicotomia verificada no pensamento arquitetónico sobre como intervir na cidade existente e, ainda, reformulava essa dicotomia negada, para a instituir como agenda de coexistência para o século XXI, entre o que definia como a *mudança radical* e a *imobilidade radical*. Por outras palavras, a proposta de Koolhaas trabalhava a negociação da coexistência dicotómica entre a ação radical – ação propositiva sobre a cidade – e a *não ação radical* – associando à atuação da UNESCO e do propósito da Lista do Património Mundial –, assumindo que a premissa fundamental de futuro se associava à urgência da preservação da mudança (Koolhaas & OMA, 2010b, 2010a).

A responsabilidade que D’Eramo e Koolhaas atribuíam à UNESCO seria recusada por Michiel van Iersel, que utilizava a plataforma de um artigo de opinião, para refutar as alegações do autor italiano e esclarecer que a *UNESCO não era o ISIS*⁶⁴ (Iersel, 2014). O urbanista holandês sublinhava, naquele que classificava como *discurso hiperbólico* de D’Eramo, os ecos das declarações de Rem Koolhaas, apresentadas na Bienal de Veneza de 2010, a propósito dos argumentos tecidos sobre o universo UNESCO e os seus instrumentos de atuação, declarando que *cerca de 12% do planeta estaria em regimes desconhecidos de preservação natural e cultural* (Koolhaas & OMA, 2010b). Na avaliação de Iersel, D’Eramo atribuía à *preservação* dos centros das cidades a imagem do ‘*beijo da morte*’, por transformar esses espaços em *museus ao ar livre super-regulados e sem vida*.

Pese embora já tivesse aplaudido o coro anti-UNESCO – quando estabelecia uma analogia entre o crescimento das inscrições na LPM e a proliferação dos *Starbucks*, chegando a declarar que a *UNESCO seria o Starbucks do património* ou, ao escrever “*People can’t live in Museums*” (Iersel, 2007) –, Iersel reconhecia, no entanto, que caberia a cada Estado e, portanto, aos seus cidadãos, definirem o que, de facto, interessava para a comunidade, sendo certo que, a possibilidade de desenvolvimento de outros tópicos,

⁶⁴ Acrónimo para o autoproclamado Estado Islâmico ou Daesh, na língua inglesa.

nomeadamente, os económicos, não deveriam usar o escudo do património, para escamotear outros propósitos (Iersel, 2014). Estudos mais recentes, realizados ou coordenados por Lynn Meskell, permitiam aprofundar o conhecimento sobre a própria UNESCO e os seus desígnios políticos e intelectuais, a partir do PM, equacionando as problemáticas do mundo atual (Meskell, 2015), designadamente, colocando em perspetiva a própria UNESCO e os seus propósitos, perante os episódios de destruição de sítios e bens PM, como em Palmira e Alepo, na Síria ou Sanaa, no Iémen, entre outros (Meskell, 2018).

Deste modo, a abordagem sobre a questão de uma candidatura patrimonial deveria colocar o ónus do reconhecimento do valor na qualidade do lugar, como premissa de projeto de aspiração sociocultural comum para futuro, sem esquecer a advertência de Nuno Portas, quando defendia que, para garantir o sucesso de qualquer política de salvaguarda de património urbano, era imperativo dar *consciência do valor do espaço urbano aos cidadãos* (Portas, 1983, p. 11).

A candidatura da UC-AS à UNESCO foi definida e gerida pelo Gabinete de Candidatura à UNESCO, da UC, cuja coordenação era liderada por Nuno Ribeiro Lopes, que definia princípios estratégicos de contaminação positiva no *território tradicional da universidade*, num “*tempo de intervir metodicamente no centro histórico, estabelecendo metodologias e critérios que, de vez, impossibilitem a destruição, o fachadismo, a musealização, a especialização social e física, a monofuncionalidade*” (N. R. Lopes, 2012, p. 63), defendendo que, estas ações de reabilitação do parque construído eram *obrigações culturais e exigência de sustentabilidade*, tendo em conta os valores comuns que fundamentam estes espaços de identificação transgeracional. No fundo e de modo geral, Ribeiro Lopes propunha potenciar *as mais-valias da urbanidade* do lugar, promover *a fixação e a miscigenação da população*, reintroduzir *equipamentos públicos, modernizar as infraestruturas e requalificar o espaço público*, ou seja, uma opção de investimento público como implementação estratégica no apoio ao investimento privado de reabilitação, replicando, de algum modo, o procedimento validado e consumado pelo processo assumido em Guimarães (Monteiro, 2006). José António Bandeirinha acrescentava que a candidatura era “*um passo decisivo num processo de aquisição da auto-estima necessária à prossecução de um trabalho imenso, em qualidade e em quantidade*” (J. A. Bandeirinha, 2007, p. 58), a propósito da requalificação dos espaços universitários, um processo que decorria a partir do concurso de ideias lançado pelo Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Darq-FCTUC) e aprovado pelo Senado da Universidade em 1995 (Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1997; D. Tavares, 1998).

Das teses académicas já realizadas sobre o bem UC-AS e os (possíveis) impactes perspetivados, ao nível urbano e ao nível das atividades comerciais relacionadas com o setor do turismo e decorrentes da inscrição na LPM, sublinhamos a proposta de Joana Alves Martins, no âmbito do mestrado integrado em arquitetura, em 2013, a propósito de realizar a “*análise da classificação da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” como Património Mundial da Humanidade*”, “*depois do carimbo*” (J. A. Martins, 2013), tendo o intuito de “*prever os efeitos dessa classificação no desenvolvimento urbano da cidade de Coimbra*” (J. A. Martins, 2013, p. 9) – sublinhamos o levantamento dos regulamentos e das normativas legais, estipulados como instrumentos de salvaguarda do bem UC-AS – e, ainda, o estudo de Mauro Martins, no âmbito do mestrado em economia, em 2014, a propósito dos *impactes no turismo na perspetiva do comércio local*, já com o pressuposto da inscrição da UC-AS, na LPM, ocorrido em 22 de junho de 2013 (M. A. S. Martins, 2014).

Das possibilidades de transformação e dinâmicas culturais que a diversidade dos processos globais vão imprimindo em contexto urbano, sublinhamos os levantamentos e análises realizados em cinco cidades portuguesas, por Carlos Fortuna e Paulo Peixoto (2002), onde Coimbra se constitui como um dos estudos

de caso. Dando conta dos “referentes culturais que vão marcando a história das cidades e o modo como elas se vão estruturando material e simbolicamente ao longo do tempo” (Fortuna & Peixoto, 2002, p. 19), permitiam trabalhar e equacionar novas abordagens e leituras, aos novos usos, necessidades e realidades que, de um modo generalizado, vão sendo assimiladas pelos contextos urbanos, globalmente, embora possa haver (ou não) uma componente local que permita referenciar essas novas dinâmicas ao lugar e, assim, reestabelecer e recriar as imagens estipuladas e fixadas ao longo do tempo.

Seguindo o fio condutor dos processos de transformação e readaptação de espaços, em contexto urbano, Adalberto Dias acrescentava e alertava para o que considerava ser a mais-valia à noção de património, “as dimensões social e temporal do nosso quotidiano” (A. Dias, 2002, p. 114). Uma leitura complementar à opção de Francisco Keil do Amaral, quando estipulava que o essencial na intervenção de um espaço existente, não passava por reconstruir os ‘edifícios antigos’, “que o tempo, ou as vicissitudes da História, danificam, ou desactualizaram” (F. K. do Amaral, 1970, p. 202), mas antes reconhecer a necessidade do respeito que o espaço exige, “na sua verdade histórica e ambiental” (F. K. do Amaral, 1970, p. 203).

Desta forma, as mudanças e transformações associadas ao conceito, também evoluíam para as perceções e metodologias de intervenção no património, onde trabalhar no património já não era, somente, sinónimo de “reutilização, conservação ou manutenção do edificado e da sua envolvente”, mas também, “cada vez mais de resolver os momentos de descontinuidade e de desequilíbrio – do já ausente” (A. Dias, 2002, p. 114). Nesta linha de abordagem, Vítor Murtinho e Joana Capela de Campos direcionavam o estudo às transformações verificadas no edifício do Colégio da Trindade⁶⁵, com a assinatura dos arquitetos Aires Mateus: um espaço pertencente à área inscrita na LPM, cuja intervenção se desenvolveu a acompanhar o processo de candidatura da UC-AS a PM (Murtinho & Capela de Campos, 2018) e que se tornou numa oportunidade de resolução de algumas descontinuidades e desequilíbrios que se vinham a verificar, tanto ao nível do complexo edificado, como nas suas relações espaciais com as suas adjacências urbanas, designadamente, com o espaço universitário (tendo especial destaque na sua relação com o Pátio das Escolas) e com a sua envolvência urbana habitacional.

A revisão de conceitos e de estratégias, a partir dos processos e dinâmicas de patrimónios em contextos urbanos, vão adquirindo novas possibilidades a partir de outras abordagens, designadamente, a mais-valia territorial e a urbanística. Em 2000, Alberto Magnaghi fazia a proposta de um *projeto local* (Magnaghi, 2010) que, pensando ao nível do valor do território como património, trabalhava a consciência e a construção do *estatuto do lugar*, que entendia ser uma componente fundamental para o restabelecimento da inter-relação identitária e cultural, entre a comunidade e o seu território, que, de acordo com a sua análise, vinha a ser desconsiderada e desenraizada pelas ações globalizadas de pressão sobre os territórios, devido às novas exigências da vida contemporânea. A proposta de Magnaghi assumia uma vertente assente em cinco princípios de sustentabilidade para o desenvolvimento do território, o social, o económico, o ecológico, o espacial e o cultural⁶⁶. Magnaghi estabelecia o conceito *património territorial*, entendido como *código genético do desenvolvimento local autossustentável* (Magnaghi, 1998) e, propunha uma abordagem

⁶⁵ De ressaltar que a cerimónia de inauguração da Casa da Jurisprudência da Faculdade de Direito da UC se realizou no dia 25 de outubro de 2017 (J. G. Silva, Murtinho, Mateus, Marcos, & Moniz, 2018). Esta intervenção, sobre aquela que era considerada a *última ruína da Alta universitária* (Murtinho & Capela de Campos, 2018, p. 19), permitiu a reabilitação do Colégio da Trindade, onde a premissa para projeto, conforme esclarecia Manuel Aires Mateus, partia “do facto de que o edifício encerra o testemunho do *fluir do tempo*, cujas marcas constituem já parte da sua identidade” (M. A. Mateus, 2018, p. 33).

⁶⁶ Magnaghi adaptava as *cinco dimensões do ecodesenvolvimento*, definidas por Ignacy Sachs, que deveriam ser consideradas em simultâneo em qualquer ação de gestão e de planeamento, assentes nos princípios de sustentabilidade social, económica, ecológica, espacial e cultural (Sachs, 1993, pp. 37–38), apresentadas no Simpósio de Haia, sobre “Desenvolvimento Sustentável: do conceito à ação”, realizado de 25 a 27 de novembro de 1991 e publicado pela UNESCO em 1992, em *Nature and Resources*, vol. 28, nº 1, sob o título “Transition strategies for the 21st century”; Sachs acrescentaria, posteriormente, mais três dimensões às cinco primeiras, assentes nos princípios de sustentabilidade ambiental, política nacional e política internacional, a partir de uma lógica de desenvolvimento local (Sachs, 2002).

de forma extensiva e integrada, referindo-se, diretamente, aos valores do ambiente físico, construído e antrópico, interpretados na sua relação co-evolutiva (Magnaghi, 2001, p. 2). Neste sentido, caberia ao arquiteto a componente da gestão transdisciplinar (enquanto gestão de sinergias de futuro, que redimensiona e equilibra as estratégias económicas, culturais, sociais e ambientais) e multidisciplinar (enquanto gestão das várias abordagens setoriais, demonstrando a interdependência entre todas para a sustentabilidade do desenvolvimento), através do *desenho da transformação ecológica do território*, absorvendo e coordenando os diversos saberes disciplinares (geografia, ecologia, ciências da terra, economia, história...) (Magnaghi, 2001, p. 37).

De modo complementar a esta visão, em 2012, no âmbito de doutoramento em arquitetura, Adelino Gonçalves equacionava a *problemática da salvaguarda do património arquitetónico e urbano*, questionando as políticas subjacentes às práticas de intervenção direcionadas, quase em exclusividade, ao quadro físico das áreas mais antigas (A. Gonçalves, 2012). Para a nossa leitura, a grande valência desta proposta assentava na possibilidade de transformação da visão corrente e institucionalizada, pela consideração urbanística do património urbano radicar em mais “*um dos planos da cascata de instrumentos de gestão territorial*” (A. Gonçalves, 2012, p. 10) – que por norma têm vindo a conduzir à sua consequente inércia, como se reconhece no texto, embora haja novos sinais de reorientação de políticas urbanas (A. Gonçalves, 2012, p. 7) –, numa outra visão de futuro, em que as práticas de gestão assumam “*abordagens dinâmicas e transversais a todos os níveis de planeamento urbanístico*” (A. Gonçalves, 2012, p. 10).

A partir desta premissa, Gonçalves diferenciava os princípios e as metodologias de salvaguarda e de gestão do património de *dimensão urbana* do de *dimensão arquitetónica*, sintetizando as duas dimensões no património de valor cultural, recuperando o contributo de Gustavo Giovannoni, para uma “*definição de princípios e metodologias de gestão que assegurassem um desenvolvimento coeso da “cidade integral”*” (A. Gonçalves, 2013). Deste modo, alertava para a urgência na implementação de estratégias flexíveis e dinâmicas ao nível do planeamento urbano, sobretudo, àquelas que estipulavam a rigidez de uma imposição de medida de proteção balizada em 50 metros (A. Gonçalves, 2010, p. 86), de modo que a cidade passasse a ser considerada como um todo, num *sistema de continuidades* (A. Gonçalves, 2010, p. 80).

Esta perspetiva também era equacionada por Andrea Pane⁶⁷, quando defendia *que uma intervenção real e consciente do problema existente, só poderia ser concretizada com o conhecimento real de cada parcela e elemento da cidade*, a propósito do trabalho realizado em Nápoles e a partir dos escritos do seu avô, Roberto Pane que, em 1958, escrevia “*Napoli d’oggi*”, no *Documento su Napoli: Edilizia e urbanistica*, onde expunha as intervenções/demolições que estavam a ser realizadas no centro de Nápoles. Sob o mote de uma intervenção capilar, ou seja, a partir de levantamentos caso-a-caso, a metodologia utilizada para a gestão do centro de Nápoles, Andrea Pane informava haver propostas para áreas específicas e muito estudadas que permitiam ser reabilitadas para especulação, dentro das normas estabelecidas pela gestão urbana e de modo que não fosse colocado em causa todo o trabalho de coesão urbana já realizado. Adicionalmente, Pane informava que, dentro da lógica desta gestão urbana assumida e na sua consequência, a municipalidade decidira duplicar a área considerada Centro Histórico de Nápoles, que fora inscrita na LPM, em 1995, expandindo a área de forma integrada e permitindo estabelecer a leitura sobre as continuidades existentes na própria cidade.

⁶⁷ Em 26/01/2017, no âmbito do PACT – Património, Arquitectura, Cidade e Território, organizada pelo Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Andrea Pane abordaria vários temas, a partir das suas próprias experiências teórico-científicas e práticas em Nápoles, numa conferência intitulada “De velhas cidades a centros históricos. A dimensão urbana da salvaguarda em Itália entre história e actualidade”.

Walter Rossa também fazia essa leitura, a propósito do benefício para centros da identidade urbana das cidades, pensar na intervenção “*parcela a parcela*” (Rossa, 2012), considerando que essas intervenções, “*independentemente da permeabilidade de usos, funções, fogos*” (Rossa, 2012, p. 7), permitem garantir a necessária *preservação da paisagem urbana*, com a composição das suas formas, dos seus ritmos, das suas volumetrias, coberturas e alçados.

Estas abordagens desenvolviam-se de forma paralela àquela que, no âmbito da UNESCO, ganhava forma a partir da transição do milénio, pelas mesmas razões invocadas de pressão dos processos de globalização, pelas novas necessidades de desenvolvimento associadas a novos padrões de vida contemporâneos e, que era verificada sobre contextos urbanos, no geral, mas sobre as cidades, em particular, sob a *Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica* que, em 2011, ganhava contornos para uma gestão patrimonial integrada (Bandarin & Oers, 2012, 2015; Jokilehto, 2010; Rössler, 2015; Sonkoly, 2011, 2012, UNESCO, 2011, 2012, pp. 50–55; UNESCO & WHITRAP, 2016; Veldpaus, 2015; Veldpaus & Roders, 2013; Zancheti & Loretto, 2015).

A articulação de equilíbrio na relação entre os requerimentos globais e as circunstâncias locais, passou a configurar um papel central nas reflexões sobre as possibilidades e modos de abordagem à gestão das cidades que já se encontravam inscritas na LPM, conquanto as considerações pudessem ser consideradas na generalidade dos casos. Pese embora a equação sobre a integração de várias componentes do desenvolvimento urbano permanecesse presente nas discussões e propostas da UNESCO desde os anos 60 – desde a *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios*, de 1962 (UNESCO, 1963), onde estipulava algumas preocupações quanto à proteção e salvaguarda destes patrimónios sujeitos a transformações com uma grande componente irreversível –, o caso de Viena⁶⁸ terá sido o motivo da primeira conferência específica da UNESCO, sobre o tema “Património Mundial e arquitetura contemporânea”, em 2005 e realizado em Viena, constituindo-se, também por esse facto, como paradigmático e lançando um alerta de uma realidade entre o desenvolvimento das cidades e a prática da arquitetura contemporânea.

Como notava Gábor Sonkoly, a maioria dos bens da LPM era património cultural em contexto urbano, o que colocava pertinência na questão relativa à sua futura gestão e manutenção, tendo em conta o próprio desenvolvimento urbano, que ia ganhando dinamismo através de vários setores económicos (Sonkoly, 2012, p. 20) e protagonismo nos debates internacionais sobre os centros urbanos e as cidades e criava impacte político nas suas dinâmicas de gestão e de desenvolvimento (Rössler, 2015). A conferência da UNESCO em Viena dava origem ao texto *Vienna Memorandum* (World Heritage Committee, 2005), que era considerado como a primeira tentativa de definição de abordagem ao conceito de *Paisagem Urbana Histórica*⁶⁹ (Bandarin & Oers, 2012; Sonkoly, 2011; Veldpaus, 2015; Veldpaus & Roders, 2013).

Mais uma vez, a problemática sobre a intervenção na cidade existente voltava para a ribalta, a propósito da *ética de responsabilidade* subjacente ao papel de relevo que o património representa para a sociedade contemporânea (G. d’Oliveira Martins, 2011b, p. 33) e cabe aos arquitetos discutir estas premissas. A este propósito, Siza verificava que qualquer obra devia “*estar disponível para alterações e transformações, mas não para a deliberada intenção de destruir*” (Siza, 2000, p. 124), uma vez que, algumas intervenções

⁶⁸ Em 2001, Viena inscrevia o seu Centro Histórico na LPM e, em simultâneo, pretendia reabilitar da sua plataforma intermodal de transportes urbanos, a partir da antiga estação de comboios, necessitando, para tal, de construir o *Wien-Mitte*: de modo geral, o problema em questão equacionava a abordagem e a linguagem do desenho proposto, de sobreposição ao lugar, redefinindo uma nova estrutura, uma nova organização e uma nova imagem para a cidade, sem equacionar a cidade existente, as suas particularidades e as suas especificidades.

⁶⁹ A *Recomendação sobre a PUH*, aprovada em 10 de novembro de 2011, por aclamação, define o conceito como “*the urban area understood as the result of a historic layering of cultural and natural values and attributes, extending beyond the notion of “historic centre” or “ensemble” to include the broader urban context and its geographical setting*” (UNESCO, 2011, p. 3, 2012, p. 52).

podiam quebrar a *resistência* da cidade, a partir de determinado limite. À ânsia que parece grassar em alguns meios, em ambicionar a cidade perfeita, para ‘agora’, Siza respondia com o *tempo criador* – “*essa coisa preciosíssima – que Alberti retorna ao referir-se ao processo de concepção em arquitectura*” (Krüger, 2014, p. 274): “*o tempo, com muitos arquitectos e inúmeros habitantes, permite esta densidade e esta beleza que vemos quase com desespero nas cidades antigas e que hoje nos parece inatingível*” (Siza, 2000, p. 124).

FONTES PRIMÁRIAS

A atenção direcionada para este estado da arte não se estabelecia apenas nas leituras e interpretações que temos vindo a elencar. As fontes primárias, por seu turno, tornaram-se elucidativas da dimensão temporal e documental do processo de candidatura de Coimbra a Património Mundial, iniciado em 1982, por uma ação de Matilde de Sousa Franco (Franco, 1983a, 1984), cujo arquivo pessoal demonstraria ser essencial para a presente investigação, assim como todas as conversas e contactos estabelecidos, com o intuito de clarificar, sistematizar e constituir os ‘passos perdidos’ no tempo, da primeira fase processual e que da qual não resistem muitos documentos. Nesse sentido, o arquivo do Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra também se revelou essencial, para o delineamento do processo, desde o retomar da ideia de Matilde de Sousa Franco até àquela fase, definida por esta investigação como sendo a terceira fase do processo, em que a Universidade de Coimbra assumia o controlo sobre os destinos da candidatura. Para o delineamento e para o escrutínio desta fase processual, o espólio – documental e digital – avolumado pelas ações de coordenação do Gabinete de Candidatura à UNESCO e arquivado pelo Gabinete para as Novas Instalações, da Reitoria da Universidade de Coimbra, torna-se prova de si mesmo, ou seja, demonstra a complexidade do processo, quer do ponto de vista qualitativo, quer do quantitativo, onde o próprio *dossier* de candidatura à UNESCO, constituído por 8 volumes, evidenciava o resultado final, paulatinamente apurado, do processo de candidatura da UC-AS, desta terceira fase do processo geral (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, 2012e, 2012h, 2012d, 2012f, 2012c, 2012i, 2012a, 2012g).

Da particularidade do objeto de estudo

Na candidatura da UC-AS para inscrição na LPM da UNESCO (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, 2012e, 2012h, 2012d, 2012f, 2012c, 2012i, 2012a, 2012g), os compromissos e responsabilidades de futuro, assumidos pelo Estado Português perante a comunidade mundial, estabeleciam-se como catalisadores de eixos estratégicos de desenvolvimento, tanto pela aspiração de uma consolidação na prática da reabilitação do património universitário (J. M. da Silva & Lopes, 2014; J. M. da Silva, Lopes, & Marques, 2014; Silva & Aguiar, 2016), como também, pela necessidade de uma inter-relação *univer(sc)idade*, por um “*regresso em simultâneo da cidade à Alta e da Universidade à Sofia e à cidade*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, p. 9).

Nesse sentido, importa perceber e enquadrar alguns episódios da história da universidade na cidade, cuja implementação nem sempre se verificou de modo pacífico e, conseqüentemente, refletir sobre essa desejada inter-relação de ‘regresso simultâneo’. Além disso, do ponto de vista da abordagem à candidatura da UC-AS à UNESCO, explicitada nos *dossiers* de candidatura, efetiva-se, imediatamente, duas equações espaciais: a Alta e a Sofia. Com efeito, para responder ao propósito do desenho da investigação, neste espaço, abordam-se os seus três ‘objetos’ recorrentes – a universidade na cidade, a Cidade Universitária de Coimbra (Alta) e a cidade (Sofia).

A UNIVERSIDADE NA CIDADE

Tendo em conta a leitura de Ernesto Nathan Rogers, sobre o *sentido da história* (Rogers & Semerani, 1999) e, tendo em conta a leitura de Mark Wigley a propósito da interdisciplinaridade entre história e arquitetura, na definição dos limites de uma estabelecidos pela outra (Wigley, 1994, p. 115), sobre a relação entre a história e a arquitetura da universidade na cidade, importa referir alguns textos basilares, que desenham o seu percurso, nem sempre pacífico, de implementação, como já referido. Para tal desígnio, enquadram-se as premissas sob três momentos transformativos, estipulados pela universidade na cidade e considerados por Pedro Dias (1994), uma vez que, conforme refletia, *a universidade havia penetrado “profundamente no tecido urbano, durante o primeiro século da sua vida em Coimbra, depois da transferência definitiva”*, verificando que, a partir de 1537, a cidade e a universidade fundiam-se, *“diversamente do que aconteceu noutros casos contemporâneos”* (P. Dias, 1994, pp. 11–12). Deste modo, reconhece-se a valência operativa da estipulação de Dias, quando considerava que, o primeiro momento se estabelecia enquadrado pela transformação da cidade em *campus universitário*, com a abertura da Rua de Santa Sofia; o segundo momento estava associado à transformação decorrente da reforma pombalina; e, o terceiro momento estabelecia-se na transformação imposta pelas intervenções do Estado Novo à Alta universitária.

De modo geral e transversal a toda a história da UC, em 1912, António Vasconcelos dava conhecimento público de um documento original, que classificava de *documento precioso*. O documento em causa constituía-se no *“diploma dionisiano de fundação da universidade portuguesa”* (Vasconcelos, 1937b, p. 11), estudando, a partir desse momento, a história da universidade em Coimbra, a partir das suas circunstâncias intercalares entre Lisboa e Coimbra, o seu estabelecimento definitivo, as suas dependências, os seus colégios e as suas reformas. Também Mário Brandão (1937) e Manuel Lopes de Almeida (1937) traçavam esse percurso, bem como os estudos desenvolvidos no âmbito do Boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra, o *Arquivo Coimbrão*, designadamente, os estudos de José Branquinho de Carvalho sobre a evolução de Coimbra (Branquinho de Carvalho, 1958).

Uma oportunidade de testemunho coevo das intervenções na Alta universitária são os estudos de Vergílio Correia (1946), que ao refletir sobre *“Coimbra e a sua Universidade”*, começa por esclarecer que *“Coimbra não é a sua Universidade, nem a Universidade é Coimbra”* (V. Correia, 1946, p. 125), lembrando a história da cidade que mostrava crescimento e estabilidade urbana, aquando os períodos da universidade em Lisboa, pese embora, em *“Cidade Universitária”*, declarasse que *“Cidade Universitária é, desde há vários séculos, Coimbra. Para Portugal Coimbra continua mesmo a ser, por antonomásia, a Cidade Universitária. – Hoje como no passado”* (V. Correia, 1946, p. 191).

Na mesma linha de pensamento, Pedro Dias defendia que *“a Universidade de Coimbra é, mais do que uma universidade histórica, uma Universidade-emblema, cujo prestígio, nem sempre justificado a tornam um símbolo nacional e um polo de interesse internacional”* (P. Dias, 1994, p. 19), dando conta da *“pulverização das Faculdades, departamentos e institutos, bem como residências estudantis, por todo o perímetro urbano”* (P. Dias, 1994, pp. 18–19). Adicionalmente, também os estudos de Walter Rossa (2001) e de António Filipe Pimentel (2005) se constituem como contributos para a leitura do reforço da imagem da univer(sc)idade: em 2001, no âmbito de doutoramento em arquitetura, Rossa apresentava um estudo da urbanografia do espaço de Coimbra, através do seu processo evolutivo, quer do seu espaço urbano quer do âmbito político-cultural, até ao estabelecimento definitivo da universidade, em 1537 (Rossa, 2001); e, em 2003, no âmbito de doutoramento em história da arte, Pimentel apresentava o estudo do palácio-documento que, em 13 de outubro de 1537, passaria de residência real a morada da sabedoria, definitivamente (Pimentel, 2005).

A título de esclarecimento importa referir que, para além das investigações direcionadas e dos estudos monográficos em concreto, por princípio de cruzamento e de confirmação de dados, sempre que houve necessidade de pesquisa sobre um determinado assunto ou momento, para o qual tivesse havido influência, cunho ou determinação real, a nossa opção recaiu pela sistematização das leituras a partir das biografias da coleção Reis de Portugal, publicada pela editora Círculo de Leitores, particularmente, de D. Manuel (J. P. O. e Costa, 2005), D. João III (Buescu, 2005) e D. Sebastião (M. A. L. Cruz, 2006); pelo princípio invocado, sempre que houve necessidade de pesquisa sobre alguma especificidade relativa ao Estado Novo, a nossa opção recaiu pela leitura e recolha de informações, a partir das entradas específicas nos dicionários da especialidade, designadamente, nos dois volumes do *Dicionário de história do Estado Novo* (F. Rosas, Brito, & Rollo, 1996a, 1996b) e, ainda, sempre que houve necessidade de pesquisa sobre determinado arquiteto, a nossa opção recaiu sobre o *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses* (Viterbo, 1988) e o *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal, do século I à actualidade* (Pedreirinho, 1994).

PRIMEIRO MOMENTO TRANSFORMATIVO

Sobre a concretização do estudo do primeiro momento, a partir da equação régia joanina de transferência da universidade para a cidade, considera-se a investigação de Rui Lobo, no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, em 1999 e, no âmbito de doutoramento em arquitetura, em 2010. No seu estudo, Lobo estabelecia a proposta de leitura sobre a feitura de cidade sobre a definição do colégio universitário como equipamento tipológico que desenhava novo espaço urbano de expansão – a Rua da Sofia (R. P. Lobo, 1999, 2006a) –, estabelecendo algumas pontes de ligação e de influência com outras cidades universitárias ibéricas, nomeadamente, com Alcalá de Henares (R. P. Lobo, 2010). De modo complementar, o contributo de Madalena Cunha Matos para o *estudo dos territórios universitários em Portugal*, estabelecia uma analogia entre *as cidades e os campi universitários* (Matos, 2000), bem como, o catálogo da exposição sobre os colégios universitários (Arquivo da Universidade de Coimbra, 1987), cuja realização foi integrada no 450º aniversário da transferência definitiva da universidade para Coimbra (1537-1587) e, adicionalmente, enquadrada no âmbito do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, em outubro de 1987.

Para além dos textos transversais à história da UC já citados, outros estudos de António de Vasconcelos, sobre os colégios universitários, investigavam a especificidade e os seus enquadramentos na reformulação da cidade universitária quinhentista (Vasconcelos, 1937a, 1938); outros estudos de Vergílio Correia foram considerados pertinentes para este tópico, designadamente, aquele sobre as trocas epistolares de frei Brás de Braga com Santa Cruz (V. Correia, 1932); também era considerado o estudo de Branquinho de Carvalho, sobre *Coimbra quinhentista*, considerando a transferência definitiva em 1537 como uma *pedra angular*, para o desenvolvimento da cidade (Branquinho de Carvalho, 1947a, 1948, p. 23), além de relatar a dinâmica das ordens religiosas na disputa dos terrenos para a futura construção dos colégios e os melhoramentos urbanos estratégicos e necessários, para garantir as necessidades da instalação universitária na Alta, como a reconstrução do aqueduto ou ‘cano real’ de São Sebastião, cujas obras foram concluídas em 1573 (Branquinho de Carvalho, 1948, pp. 27–28), havendo sido iniciada em 1570, por ordem de D. Sebastião, neto e sucessor de D. João III (Rossa, 2002, pp. 127–129).

Ainda neste tópico, poderiam ser enquadradas as referências ao caso específico da construção do convento de São Domingos, na Rua da Sofia, todavia, por uma coerência estrutural e de oportunidade, esta abordagem será realizada no tópico relativo à SOFIA.

SEGUNDO MOMENTO TRANSFORMATIVO

Sobre a concretização do estudo do segundo momento, considera-se que, a publicação de António de Vasconcelos sobre o diário do que se passou em Coimbra, de 22 de setembro a 24 de outubro de 1772, a propósito da visita do Marquês de Pombal para supervisionar a reforma na universidade (Vasconcelos, 1917), demonstrava o enquadramento político cultural vivido e o empenho pessoal do autor/mentor que implementava a reforma universitária. Adicionalmente, também se considerava a pertinência da publicação de Matilde Sousa Franco, realizada em 1983, a propósito da exposição dos *riscos das obras* da UC, dando conta dos “*quatro volumes complementares, da década de 70 do século XVIII, manuscritos (três deles com desenhos assinados), relativos aos edifícios projectados por ocasião da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*” (1983b, p. 3), sendo que a publicação em causa dizia respeito ao volume mais desconhecido, por pertencer a particulares, conquanto já tivesse sido considerado “*«importante, valiosíssimo e único»*” por Manuel dos Santos em 1916 (Franco, 1983b, p. 4); todavia, com a citada divulgação, assumia um alcance público inédito, designadamente, para acesso de especialistas (Franco, 1983b, p. 4). O interesse de Franco nesta temática da história da UC (em particular) e da história da arte (em geral) permitiu que desenvolvesse investigação referente a William Elsdon (Franco, 2014), contribuindo para o estudo da sua obra e da sua relevância no domínio da arquitetura e da arte no período da reforma pombalina. Neste âmbito temático, de modo complementar, foram considerados os estudos de Maria de Lurdes Craveiro, sobre o arquiteto Manuel Alves Macomboia (1990), de Luísa Trindade, sobre a reforma pombalina (1998) e, ainda, o contributo de Rossa sobre a reflexão que realiza sobre este episódio (Rossa, 2002, pp. 326–330).

TERCEIRO MOMENTO TRANSFORMATIVO

Sobre a concretização do estudo do terceiro momento de transformação da cidade, potenciado pela universidade, transfere-se a devida consideração, deste espaço, para aquele que traça o desenho do estado da arte sobre a especificidade da intervenção do Estado Novo, para a construção de uma Cidade Universitária de Coimbra na Alta, definido para o efeito, ou seja, para o tópico designado e relativo à ALTA.

ALTA

Para abordar o valor da Alta, importava perceber os desígnios e os trâmites que designaram a implantação de um plano ambicioso que, se por um lado, destruíra uma área de cidade consolidada que caracterizava séculos de apropriações, abordagens, construções e adaptações, por outro lado, introduzia um novo valor e uma nova ordem. Pese embora, o plano de obras não tenha sido executado na sua plenitude – tendo em conta as várias fases e propostas que conheceu –, a sua imposição sobre a escala do lugar estabelecia-se através de uma tentativa de cerzidura entre o novo e o existente, uma vez que, o plano não deixava de estabelecer relações com o património considerado com maior valor, além de ainda prever a requalificação desse mesmo património. A base desta intervenção era suportada por uma opção política do Estado Novo que, assumindo o estabelecimento de uma nova hierarquia espaço-social liderada pela universidade, assinalava a coroação definitiva do ‘lugar’ *mítico* designado por ‘Lusa Atenas’ – que outrora havia sido a moradia do poder real e passava a ser a, inquestionável, moradia do poder da sabedoria.

O tema da Cidade Universitária de Coimbra tem sido, paulatinamente, alvo de estudo, sobretudo, nos campos disciplinares da História Contemporânea e da História da Arte. Algumas leituras tornam-se, por tal facto, incontornáveis, sendo um ponto de partida oportuno, capaz de sintetizar, de modo abrangente, a leitura do processo de construção da CUC, durante os anos 40 do século XX, tendo em conta a investigação direcionada a um conjunto arquitetónico, que pelas suas características se assume como objeto.

Nuno Rosmaninho é uma referência basilar e essencial, pelas suas investigações sequenciais, de mestrado (em 1993) e de doutoramento (em 2002) em história contemporânea. Durante a investigação de doutoramento, num primeiro momento, o autor propunha estudar *o princípio de uma revolução urbanística*, que seria expectável, a partir do momento da decisão política da construção da CUC (Rosmaninho, 1996). A partir do programa ambicioso, complexo e exigente de reestruturação e reorganização das dependências da universidade, Rosmaninho traçava o perfil das duas comissões pluridisciplinares e responsáveis pelas obras, entre 1934 e 1940, das quais se destacavam os projetistas responsáveis pelo plano, os arquitetos Raúl Lino e Luís Benavente. Num segundo momento, Rosmaninho abordava o episódio da definição do projeto que viria, efetivamente, a ganhar forma, sob o pulso da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra (CAPOCUC), constituída em 1941 e, cuja equipa era liderada pelo engenheiro Manuel de Sá e Mello e pelo arquiteto José Ângelo Cottinelli Telmo, com supervisão direta do ministro das Obras Públicas e Comunicações, o engenheiro Duarte Pacheco (Rosmaninho, 2002, 2006). O desenho da investigação albergava todos os períodos e transformações que a CAPOCUC sofreria até ao final das obras, em 1975, tecendo ainda uma abrangência das suas influências, metodologias e críticas, tanto ao nível político-social, como arquitetónico e artístico, dentro do *espaço disponível* (Rosmaninho, 1998).

Também Sandra Vaz Costa desenvolvia uma investigação de mestrado em história da arte contemporânea, sobre a implementação deste conjunto, pretendendo dar *uma visão sistematizada e crítica das condicionantes políticas, sociais e culturais*, que estiveram subjacentes ao desígnio de edificação de uma cidade universitária em Coimbra (S. V. Costa, 1998a). Depois de retratar a cidade existente e de abordar a cronologia das propostas dos planos para a CUC, realçava o papel do ministro das Obras Públicas no desenvolvimento do empreendimento. Costa enquadrava as obras da CUC numa política de urbanização e de planeamento do território, com abrangência nacional, adquirindo as pistas para o seu posterior contributo sobre Duarte Pacheco (S. V. Costa, 2016). Adicionalmente, ainda sublinhava *o impacto urbanístico e os problemas sociais* decorrentes dos processos de expropriação e demolição necessários à realização das obras da CUC, reforçando a valência do *braço da lei* utilizada pelo ministro, para resolver a obrigatoriedade imposta do ‘êxodo’ da população residente da Alta para os novos bairros sociais. Sobre este assunto, estabelecia um paralelo com as ocorrências em Belém, reportando o caso da implementação do plano da Exposição do Mundo Português. De modo pertinente, ainda estipulava as *linhas de força* da conjuntura simultânea da candidatura da Alta de Coimbra para inscrição na Lista do Património Mundial (que até 1998 esteve sob a alçada da Câmara Municipal de Coimbra) e do plano do arquiteto Gonçalo Byrne para a Alta, processos dos quais a autora referia ter parca informação (S. V. Costa, 1998a).

O plano em questão era um dos quatro planos apresentados pelos arquitetos Alexandre Alves Costa, Fernando Távora, Gonçalo Byrne e Raúl Hestnes Ferreira, no concurso de ideias para o plano de reconversão dos espaços universitários da Alta, designadamente, os espaços dos Colégios de São Jerónimo, das Artes, o Laboratório Químico e área envolvente (encosta nascente até à cota baixa) e as instalações da Associação Académica de Coimbra, sugerido pelo Darq-FCTUC e promovido pela Reitoria da Universidade de Coimbra. Este concurso foi precedido de um estudo de reorganização dos espaços da

Universidade de Coimbra, aprovado pelo Senado em julho de 1995 (Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1997).

OUTRAS CONSTRUÇÕES UNIVERSITÁRIAS EM PORTUGAL E NO ESTRANGEIRO

A acompanhar as leituras sobre a construção da CUC, também os estudos sobre o Instituto Superior Técnico (IST) e a Cidade Universitária de Lisboa (CUL), com o traço do arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, se tornam pertinentes para um enquadramento do panorama das construções universitárias em Portugal, sob a alçada direta de Duarte Pacheco – no primeiro caso, enquanto membro da direção do IST e, no segundo caso, já a desempenhar o cargo de ministro das Obras Públicas.

Conforme Jorge Calado referia (1994), havia sido por iniciativa do engenheiro que, em 1927, o IST adquiria terrenos para construção das futuras instalações do IST. O projeto da escola de formação e de início de carreira profissional de Duarte Pacheco havia sido atribuído ao arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, embora o próprio Duarte Pacheco tivesse contribuído ativamente no projeto, acrescentando mais uma perspectiva à dimensão de um dos protagonistas da construção da CUC. Sobre a construção da CUL, Patrícia Santos Pedrosa desenvolvia um estudo sobre a territorialização da universidade (Pedrosa, 2009) e Ana Pascoal desenvolvia a sua tese de mestrado sobre o *núcleo fundador* da CUL (Pascoal, 2010).

No entanto, Alexandre Persitz lançava em junho de 1936, na revista *L'architecture d'aujourd'hui*, elementos de pesquisa e investigação, no artigo "Les Cités Universitaires", dedicado às Cidades Universitárias de Roma, Montreal, Atenas, Madrid, Oslo e Paris (Persitz, 1936). Estes levantamentos ficavam disponibilizados à consulta pública, transformando, este texto, numa realidade particular. Se por um lado, o artigo faz parte do estado da arte deste tema, por outro lado e de forma mais significativa, constituiu-se numa fonte de investigação da arquitetura para as construções universitárias e para os arquitetos portugueses, numa fase inicial da prática do projeto dos processos de construção da CUL e, mais tarde, da CUC; e, em Portugal, a *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, sob a direção de Alberto José Pessoa e João Simões como editor, embora visada pela Comissão de Censura, lançava em fevereiro de 1956, um número duplo com quatro artigos, sobre cidades universitárias, escritos pelos arquitetos José Huertas Lobo (1956), Keil do Amaral (1956), Manuel Taíña (1956) e José R. Botelho e Celestino Castro (1956), cujo artigo incidia sobre um confronto entre a análise das novas instalações universitárias do Instituto Superior Técnico e da CUC.

Em 1988, o *Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid* e a *Universidad Complutense de Madrid* editavam uma coletânea de estudos sobre a Cidade Universitária de Madrid (CUM), que nas palavras de Antonio Bonet Correa, o projeto geral do arquiteto Modesto López-Otero *exprimía una tensión entre modernidade e classicismo*, tendo sido considerada desde o início, do ponto de vista cultural, como a “*nova Atenas*”, cidade platónica do saber, do templo e da sabedoria (Correa in *Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid*, 1988, p. 1), conquanto verificasse que “*en realidad la nueva Ciudad Universitaria madrileña era una forma moderna de retomar la tradición cisneriana perdida*” (Correa in *Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid*, 1988, p. 4). No entanto, o exemplo de Madrid, que saía de um desígnio real com o intuito de modernizar a Espanha, estendia-se por uma área de 320 hectares a noroeste de Madrid e, em 1930, via os primeiros trabalhos de construção a serem realizados (Fernández Alba in *Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid*, 1988, p. 151).

Depois da Guerra Civil de Espanha, entre 1936 e 1939, a CUM passava a ser símbolo de resistência do exército do General Franco, cuja vontade de reconstrução e renovação da CUM se verificava, não só ao

nível arquitetónico-urbanístico, como também, ao nível moral (Diéguez Patao in Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid, 1988, p. 55). Já Pilar Chías Navarro lembrava as viagens de estudo realizadas pelo grupo de arquitetos que compunham a Junta da Cidade Universitária, às Universidades de Leiden, Amsterdão, Utrecht, Estrasburgo, Colónia, Lyon, Hamburgo, Berlin, Yale, Harvard, Boston, Toronto, Michigan, Rochester, Washington, Baltimore, New York e Montreal, cujas conclusões foram determinantes para estruturar a abordagem conceptual do plano da CUM (Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid, 1988, p. 178). No seu contributo, Chías Navarro citava as palavras do arquiteto López-Otero, nas suas notas “*La Ciudad Universitaria y la Arquitectura Biotécnica*”, referindo que “*la Ciudad Universitaria debe ser un refugio como lo era el claustro de la Edad Media, para El estudio y la meditación. El carácter público de la Ciudad Universitaria puede haber sido un gran inconveniente: el error ha sido interpolar otras circulaciones...*” (Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid, 1988, p. 185).

OS PROTAGONISTAS

Outros contributos se tornavam, complementarmente, pertinentes, designadamente, aqueles que, de modo direcionado, colocavam outras perspetivas de análise, embora necessárias, para se compreender o fenómeno com a maior abrangência possível. Nesse sentido, o estudo das biografias dos protagonistas do processo seriam essenciais, uma vez que, determinadas opções só podem ser avaliadas, quando se acrescenta a dimensão de quem as decidiu.

Desse ponto de vista, a investigação de Sandra Vaz Costa esclarece-nos sobre a vida e obra de Duarte Pacheco, cuja determinação e ímpeto propositivo acompanharam a sua carreira profissional e política, permitindo *desenhar o país a régua e esquadro* através de um *plano metódico* (S. V. Costa, 2016), que se tornava leitura-chave na decisão da construção da CUC. Numa conjuntura pouco favorável economicamente, a qualidade da obra final do ministro não seria colocada em causa, tendo em conta que “*a obra material é imensa: em todos os sectores das obras públicas e das comunicações onde havia que reformar, reconstruir, emprender, abrir novos caminhos à actividade e progresso da Nação, para vencer atrasos, forçar actualizações, satisfazer necessidades crescentes, ele pôde delinear, rasgar caboucos, erguer construções, firmar princípios de orientação, com a largueza de horizontes que em raros homens se encontra*” (A. de O. Salazar, 1953, p. 6), conforme o presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar referia no discurso de elogio proferido na inauguração de um monumento, em 1953, que assinalava os dez anos sobre a morte prematura de Duarte Pacheco. Todavia, tal não acontecia com o seu *modus operandi* (S. V. Costa, 2016, p. 25), que escudado no braço forte da lei, implementava a modernização de um país.

No mesmo alinhamento, João Paulo Martins, no âmbito de mestrado em história da arte contemporânea, investigava a vida e obra do arquiteto Cottinelli Telmo, figura tutelar da arquitetura da CUC (J. P. Martins, 1995), dando especial ênfase à sua consagração como arquiteto-chefe da Exposição do Mundo Português, realizada em 1940, ao dar “*corpo a uma encenação oficial do regime que se tornaria referência fundamental da imagem do Estado Novo*” (J. P. Martins, 1998, p. 6). Sob o propósito de esclarecer e explorar a versatilidade multifacetada de Cottinelli Telmo, entre 7 de dezembro de 2014 e 28 de fevereiro de 2015 esteve aberta ao público, no Padrão dos Descobrimentos, em Belém, uma exposição intitulada *Os arquitectos são poetas também | Cottinelli Telmo 1897-1948*, com coordenação de Margarida Kol de Carvalho e Maria Cecília Cameira, onde alguns desenhos do processo da CUC estiveram em destaque (Kol de Carvalho, Cameira, & Martins, 2015). Adicionalmente, também a Direção-Geral do Património Cultural

disponibiliza um levantamento biográfico de Cottinelli Telmo, com a enumeração das suas obras, um trabalho desenvolvido por Maria João Reis Martins (2014) e, ainda, era realizado com o mesmo propósito, uma publicação da Cinemateca Portuguesa com a colaboração de João Paulo Martins (J. P. Martins, 1998). A vida e obra dos arquitetos responsáveis das duas primeiras comissões, Raúl Lino e Luís Benavente, também mereceram atenção, designadamente, através do estudo desenvolvido por Paulo Manta Pereira (2012), no âmbito de doutoramento em arquitetura, delineava a vida e obra de Raúl Lino e, o Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo apresentava o catálogo da exposição do espólio documental do arquiteto Luís Benavente, que havia sido doado ao Instituto pela sua viúva, reunindo alguns textos e testemunhos de vários autores que haviam tido contacto pessoal ou institucional com o arquiteto, incluindo um texto autobiográfico do próprio (IAN-TT, 1997). Ainda de modo complementar, foi considerada pertinente o estudo sobre o arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, de João Vieira Caldas (1997) e, a dissertação de João Pardal Monteiro (2012) que, no âmbito de doutoramento em *design*, caracterizava a prática do *atelier* Pardal Monteiro, uma vez que, apesar de não ter relação com a CUC, tinha relação direta, de amizade, profissional e institucional, com alguns intervenientes da CUC, designadamente, Luís Benavente (J. M. Fernandes, 1997) e Duarte Pacheco (Calado, 1994). Ainda neste tópico a *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, publicada a partir de fevereiro de 1938, tendo Cottinelli Telmo como seu diretor e Adelino dos Santos como editor, constitui-se como uma sólida base de pesquisa sobre os escritos de alguns protagonistas destes processos (A. dos Santos, 1938a e ss.).

Nesta mesma abordagem, o estudo de Margarida Souza Lobo, sobre os *planos de urbanização*, desenvolvidos na *época de Duarte Pacheco* (M. de S. Lobo, 1995), seria um oportuno contributo, uma vez que, como esclarecia, o urbanismo promoveu-se como *uma prática social* com Duarte Pacheco, em que a imagem urbana de transformação dos aglomerados se assumia como característica fundamental do próprio regime (M. de S. Lobo, 1995, p. 34). Para tal, contribuía a criação da figura e do programa dos Planos Gerais de Urbanização, em 1934, cujo objetivo se pautava pela “*transformação do país pela efectiva criação de uma imagem urbana com que o regime se identificasse*” (M. de S. Lobo, 1995, p. 35).

Adicionalmente, a investigação de Lina Alves Madeira sobre os meandros da diplomacia nacional externa, designadamente, no caso de Veiga Simão (Madeira, 2005), um diplomata enviado por Salazar para Berlim, durante o período pujante da incrementação do nazismo na Alemanha, entre 1933 e 1940, torna-se pertinente, por estabelecer algumas linhas de matriz na atuação metodológica e de controlo nas relações externas estipuladas por Salazar e desvendando alguns pormenores esclarecedores dessas premissas.

ARTE E ARQUITETURA DO PERÍODO DO ESTADO NOVO

Para além dos estudos biográficos sobre os protagonistas, os textos que, de algum modo, tentavam compreender o fenómeno arquitetónico e que têm vindo a desenvolver leituras transdisciplinares, tornam-se pertinentes, na medida em que caracterizavam o enquadramento da arte e da arquitetura produzida no período do Estado Novo, explorando as problemáticas, não só estilísticas, como também, as ideológico-políticas.

Sob este tópico, as reflexões de José-Augusto França tornavam-se no impulso necessário para se pensar a arte e a arquitetura, no período de atuação do Estado Novo. Na obra *A arte em Portugal no século XX (1911-1961)* (França, 1974) inaugurava a temática, para depois a explorar, com mais profusão, em “1930-1948, le fascisme pur et dur” (França, 1976), na revista francesa *L’architecture d’aujourd’hui* que, como o próprio autor esclarece, era “*o primeiro estudo específico incidindo sobre a arquitectura do Fascismo em Portugal*” (França, 1981, p. 18), na revisão do artigo que fez para a portuguesa *Arquitectura, Revista de*

Arte e Construção, sob o título *Arquitectura do Estado Novo 1930-1948*. Realçamos, todavia, que um quarto de século antes da constituição desta problemática, Victor Palla avançava com uma crítica expressiva, ao que considerava ser uma arquitetura fazedora de cenários cinematográficos, defendida, ideologicamente, por uma política de controlo e de recriação da imagem “*de patriotismo, de raça, de tradição*” (Palla, 1949, p. 4), imposta pelo Estado – que, através de propaganda e de uma instrumentalização da imagem, promovia a sua instrução por uma *campanha do bom gosto* (Secretariado de Propaganda Nacional, 1941). Concludentemente, Palla esclarecia que “*a tradição é coisa muito mais séria do que um cartaz de propaganda*” e que “*a verdadeira cultura é um remédio*” (Palla, 1949, p. 5).

Outros contributos seguiram a investigação da problemática relacional entre o Estado Novo e as artes, designadamente, os estudos de Nuno Portas que apresentava *uma interpretação da evolução da arquitetura moderna em Portugal* (Portas, 1978), propondo uma chave de análise e de abordagem para uma leitura dos acontecimentos, teorias, propostas e divergências, esclarecendo que “*entre nós o movimento moderno na arquitectura foi identificado como uma corrente, um método conceptual, e sobretudo um vocabulário*” (Portas, 1970, p. 8), para além de considerar um *desastre* a intervenção na *nova acrópole coimbrã* (Portas, 1978, p. 719); os estudos de José Manuel Pedreirinho sobre a relação entre *arquitetura e fascismo*, em Portugal (Pedreirinho, 1979) e sobre a *arquitetura do Estado Novo* (Pedreirinho, 1982); os estudos de Artur Portela Filho que, em 1982, traçava o perfil da relação entre o circuito de poder de Salazar, particularmente, o triângulo Salazar, Ferro e Pacheco, com as ações e práticas artísticas, dando especial ênfase à realização da Exposição do Mundo Português e aos seus contornos políticos (Portela Filho, 1987); os estudos de Fernando Gonçalves sobre a legislação urbanística portuguesa entre 1926 e 1974, permitiam-lhe traçar o perfil da *urbanística à Duarte Pacheco* (F. Gonçalves, 1981), texto que explorava a dinâmica e a abrangência das atuações e proposições do ministro das Obras Públicas, as suas influências externas, a sua biografia e formação, as suas metodologias e processos de trabalho e ainda, as suas opções disciplinares de ordenamento do território, analisadas sobretudo para o caso de Lisboa.

A década de 80 conhecia a gradual necessidade de debate que, embora emotivo num período pós-revolucionário, paulatinamente, ganhava contornos de análise e interpretação retrospectiva com uma devida assimilação do tempo, sendo permitido um salutar confronto de ideias, interpretações e testemunhos, por alguns arquitetos, académicos e investigadores, designadamente, com os estudos de Nuno Teotónio Pereira sobre a *arquitetura do fascismo em Portugal* (com colaboração de José Manuel Fernandes), reconhecendo a transversalidade da aplicação da linguagem da arquitetura, por determinações contemporâneas e instrumentalizadas pelas determinações ideológicas, debatidos no colóquio *O Fascismo em Portugal*, realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em março de 1980 e publicado no periódico *Arquitectura* em 1981 (N. T. Pereira & Fernandes, 1981, 1982) e os de Manuel Villaverde Cabral que, no mesmo colóquio, apresentava o *fascismo português numa perspetiva comparada*, sobretudo, com o fascismo de Mussolini (M. V. Cabral, 1982). Novamente, em circunstância de colóquio, realizado em Lisboa de 4 a 6 de novembro de 1986, sob o título *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia 1926-1959*, Teotónio Pereira e José Manuel Fernandes, expunham argumentos sobre a *arquitetura do Estado Novo* (N. T. Pereira & Fernandes, 1987) e Jorge Ramos do Ó, debatia o binómio modernidade e tradição, através do caso emblemático da Exposição do Mundo Português de 1940 (Ó, 1987). Sérgio Fernandez, no seu *percurso* de revisitação dos temas da arquitetura portuguesa entre 1930 e 1974 (Fernandez, 1988), considerava a intervenção sobre a Alta de Coimbra como um “*corolário de toda uma acção disciplinadora no domínio da arquitectura*” (Fernandez, 1988, p. 34), “*onde a necessidade de afirmação da Ordem Nova sobrepe-se à valorização dos elementos históricos*” (Fernandez, 1988, p. 34), como forma de afirmação de poder.

O contributo de José Manuel Fernandes foi vasto e diversificado, pese embora, incontornável, pela sua análise do *português suave* (J. M. Fernandes, 2003). Num conjunto de quatro artigos sequenciais, publicados entre 1979 e 1980, no periódico *Arquitectura*, estabelecia alguns princípios *para o estudo da arquitetura modernista em Portugal*, através de uma análise de situações *urbano-arquitetónicas* em que considerava ser “*evidente a existência ou a procura duma nova linguagem estilística (com todas as alterações formais e espaciais que isso implique)*” (J. M. Fernandes, 1979a, p. 55, 1979b, 1980a, 1980b). Ao abordar os temas da *arquitetura portuguesa*, explicava que havia “*conexões, ambiguidades e interpenetrações entre os conceitos de “arquitetura moderna” (praticada no pós-II Guerra Mundial, derivando no “Estilo Internacional”), “modernista” (a arquitetura tentativamente moderna, nos anos 1910-1930), e “movimento moderno” (arquitetura como acção política e social, defendida por uma dimensão teórica e ideológica)*” (J. M. Fernandes, 2005, pp. 99–100). Colaborava com Pedro Vieira de Almeida, para reforçar o conteúdo da *história da arte em Portugal*, no desenho dos capítulos necessários a uma compreensão da arquitetura moderna, através dos seus episódios e protagonistas, designadamente, com as secções sobre *Cristino da Silva, Pardal Monteiro, Cottinelli Telmo, Duarte Pacheco e António Ferro e a Exposição dos Centenários* (P. V. de Almeida & Fernandes, 1986).

Pedro Vieira de Almeida que, no seu estudo sobre a arquitetura do Estado Novo projetada para os concursos públicos, concluía “*não ter havido de facto uma arquitetura do Estado Novo*” (P. V. de Almeida, 2002, p. 39). Conforme explicava num artigo de 1994, a questão do ‘passado’ nunca havia sido colocada verdadeiramente, nem assumida nas suas vertentes operativas teórica e prática; por outro lado, a condição do arquiteto era questionada perante a *impotência* de uma “*consciência profissional da época*” e, nesse sentido, os arquitetos das décadas de 30-40-50 viviam um drama dicotómico assente na “*vontade de firme rejeição ideológica do podar político*” apesar da “*conflitual mas aliás inevitável dependência do Estado*” (P. V. de Almeida, 1994, p. 53), considerando, por essa análise, a atribuição do epíteto “*arquitetura de crise*”, àquela produzida no período do Estado Novo. Insistia, ainda, no reforço da leitura, ao verificar as “*preferências localizadas por departamentos do Estado, sem que houvesse o predomínio aceite de qualquer tendência globalizante*” e sublinhando não ter existido “*uma linha privilegiada de representação do Estado*” (P. V. de Almeida, 1997, p. 96).

Na obra organizada por Becker, Tostões e Wang, de 1997, eram reunidos textos e propostas de leitura, sobre a arquitetura do século XX em Portugal, de Teotónio Pereira (1997), Ana Tostões (1997a), José-Augusto França (1997), Pedro Vieira de Almeida (1997) e Paulo Pereira (1997), entre outros, com grande incidência na articulação entre as influências diretas e indiretas entre a arquitetura praticada e a política e atuação do Estado Novo. Tostões contribuía, ainda, para o debate sobre o *modernismo* e a *arquitetura de regime*, no seu estudo sobre a arquitetura portuguesa do século XX (Tostões, 2008a), abordando *o advento do Estado Novo, as obras públicas e os anos 40 celebrativos*; e, com Sandra Vaz Costa, coordenava uma antologia de escritos de vários autores, sobre a arquitetura moderna portuguesa produzida no período entre 1920 e 1970 (Tostões & Costa, 2004).

Ao nível do estudo da filosofia das ideias políticas e culturais, Manuel Braga da Cruz lançava pistas sobre a abordagem e estruturação política de Salazar (M. B. da Cruz, 1988); Luís Reis Torgal propunha o estudo relacional entre a UC e o Estado Novo entre 1926 e 1961 (Torgal, 1999, 2010), questionava o conceito ‘cidade universitária’ assumido no caso de Coimbra (Torgal, 1998) e, de modo mais sistemático, refletia a consideração sobre o Estado Novo, enquanto “*epílogo de várias ideologias políticas que apontavam para uma nova concepção de Estado*” (Torgal, 2009, p. 48); e, Fernando Rosas acrescentava uma amplitude geral da história, do pensamento, dos acontecimentos do período do Estado Novo (F. Rosas, 1990, 1994,

1994, 2001, F. Rosas et al., 1996a, 1996b), acrescentando as interpretações sobre *a arte de saber durar*, pela “*mais longa ditadura da Europa do século XX*” (F. Rosas, 2015, p. 13).

Em 1991, no âmbito de doutoramento em história da arte contemporânea, Margarida Acciaiuoli desenvolvia investigação sobre o país, o regime e as artes, nos episódios comemorativos dos anos 40, com particular destaque para a Exposição do Mundo Português de 1940 (Acciaiuoli, 1991), alargando depois a outras exposições nacionais e internacionais prévias (Acciaiuoli, 1998), traçando o panorama das possibilidades programáticas e da conceção espacial da arquitetura para resolver a necessidade política e de imagem de um país, em contextos efémeros, conquanto amplamente carregados de intenção e de publicidade, numa lógica de informação e demonstração de poder nos palcos nacionais e internacionais. Adicionalmente, sobre a Exposição do Mundo Português, as considerações sobre a organização e a realização da exposição, com levantamentos fotográficos das celebrações, tornava-se pertinente na leitura de Gustavo de Matos Sequeira, que havia participado na equipa (Secretariado Nacional de Informação, 1956); e, ainda, na leitura de Margarida Magalhães Ramalho e Margarida Cunha Belém, *a explicação do lugar* tornava-se numa premissa de investigação (Ramalho & Belém, 2016).

Complementarmente, Maria Fernanda Rollo apresentava as implicações políticas e operacionais inerentes ao primeiro Congresso Nacional dos Engenheiros em 1931, designadamente, a implementação nos circuitos de poder da classe, com a ascensão de Duarte Pacheco à tutela do Ministério das Obras Públicas (Rollo, 2010). No mesmo plano de informação, Ana Tostões apresentava a importância do debate disciplinar realizado no primeiro *Congresso Nacional de Arquitectura*, realizado em 1948 durante o grande evento dos *15 Anos de Obras Públicas*, pese embora as condicionantes e circunstâncias verificadas em congresso, revelassem uma clivagem de pensamento diferenciado daquele inerente ao evento, uma vez que, “*no final da década de 40, (...) a afirmação da arquitectura moderna transformava-se em problema político. Passava pela resolução do problema da habitação e estendia-se ao desenho da cidade, ao ordenamento do território*” (Tostões in Congresso Nacional de Arquitectura & Tostões, 2008, p. 11).

A investigação científica do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC problematizava a arquitetura do Estado Novo, numa dualidade de intervenção arquitetónica fomentada pelo próprio. O título do discurso de António de Oliveira Salazar, “Era de restauração, Era de engrandecimento”, proferido em 28 de maio de 1936, em Lisboa, na inauguração da exposição comemorativa do décimo aniversário da *revolução nacional* (A. de O. Salazar, 1945, pp. 145–149), explicitava, precisamente, a dualidade das práticas verificadas sobre o património existente e sobre os novos empreendimentos, a propósito dos binómios passado/futuro e recebido/transmitido, cujas dimensões eram balizada pelos dois ministros António Ferro e Duarte Pacheco (P. V. de Almeida, 2002).

Em 1996, José António Bandeirinha publicava uma proposta de leitura, realizada no âmbito da prova de aptidão e capacidade científica, sobre as formas da comemoração entre a Exposição do Mundo Português, em Lisboa e o Portugal dos Pequenitos, em Coimbra, com o traço do arquiteto Cassiano Branco (1996); no âmbito de prova final, em 1999, Sílvia Benedito questionava a categorização de uma *expressão fascista* na arquitetura da CUC, enquanto arte política (Benedito, 1999), em 2000, Carla Paulo estudava *a institucionalização de uma política urbanística* imposta pelo Estado Novo (Paulo, 2000), em 2005, Roberto Brazão Machado estabelecia uma analogia entre a prática resultante entre o Portugal dos Pequenitos e a CUC (Machado, 2005) e, em 2008, Marta Baptista, propunha a leitura da *arquitetura como instrumento na construção de uma imagem do Estado Novo* (Baptista, 2008). Sob proposta da evolução do traçado da Rua Larga, Rúben Boas não deixou de caracterizar a intervenção do Estado Novo, dentro da construção da CUC (Boas, 2010). Sob outro caso tipológico, também Maria Helena Costa, em 2001, apresentava a arquitetura

dos edifícios dos correios do Estado Novo, como motivo para balizar o confronto teórico entre *o modernismo de Adelino Nunes e o culturismo de Raúl Lino* (M. H. Costa, 2001), dando pistas das teorias subjacentes à prática da arquitetura, durante a construção da CUC, sobretudo, na visão de Lino, que interveio no processo em vários momentos e sob diversos cargos. Em 2015, Luís Miguel Correia, no âmbito de doutoramento em arquitetura, recuperava a instrumentalização da recriação da imagem, como elemento-chave na atuação do Estado Novo – partindo de uma lógica de *construção da identidade do território a partir dos monumentos* (L. M. M. de V. Correia, 2011) –, pela instituição de um “*projeto do salazarismo*”, como designara, concretizado na intervenção da DGEMN nos monumentos nacionais, parte de um plano geral de *domesticação do território* através da redefinição e da restauração de uma *identidade nacional*, ideologicamente, estruturada e definida pelo Estado Novo (L. M. M. de V. Correia, 2015).

O campo disciplinar da história da arte seria a base para que outros estudos, pese embora direcionados a outras problemáticas de atuação do Estado Novo, não deixassem de se constituir uma base teórica pertinente, sobre as suas práticas e metodologias estipuladas para a maior capacidade de controlo sobre todas as áreas estratégicas do país. Na especificidade da abordagem direcionada à filosofia teórico-concettual sobre a prática das intervenções no património, em 1995, Lúcia Rosas, em âmbito de doutoramento, traçava o perfil de enquadramento prévio à atuação do Estado Novo, através da tónica dos *monumentos pátrios* (L. Rosas, 1995); em 1996, Maria João Neto, também, no âmbito de doutoramento, estabelecia a correlação entre a evolução das políticas e filosofias sobre a intervenção no património, ao nível internacional, com as suas influências e/ou divergências naquelas que eram assumidas pelos parâmetros de atuação da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, no caso português (Neto, 2001); em 1997, Miguel Tomé, no âmbito de mestrado em história da arte portuguesa, estudava a abordagem às intervenções sobre o património, tanto do ponto de vista do projeto e da ação transformativa como da interpretação e opção artística, em muitos casos, com forte impregnação de argumentos ideológico-políticos e de propaganda (Tomé, 2002), dando especial enfoque à instrumentalização das ações de conservação e de restauro de património, para a criação de uma imagem do território nacional, que encenava “*uma pretensa objectividade na tradução de uma transformação*” (Tomé, 2011, p. 167) entre o Portugal rural e bucólico e o Portugal renovado e modernizado.

Ainda no mesmo campo disciplinar, Joana Brites questionava a relação entre o *poder da arte* e a *arte do poder*, na arquitetura das décadas de 1920 a 1940 (Brites, 2005), estudando, mais tarde e com aprofundado detalhe no âmbito de mestrado e doutoramento, a tipificação de modelo aplicado para responder à especificidade programática das agências e filiais da Caixa Gerais de Depósito, Crédito e Previdência (Brites, 2014a) ou o *capital da arquitetura* (Brites, 2014b); e, ainda, a *diversidade de linguagens estéticas* aplicadas à prática nacional atestando uma “*lógica inclusiva que os fascismos praticaram no campo artístico*” (Brites, 2017, p. 106) que, apesar das suas especificidades locais, não deixavam de ser o reflexo da tensão produzida no processo de “*conciliação entre tradição e modernidade*”, característico do fenómeno do modernismo (Brites, 2017, p. 111).

Do ponto de vista internacional, a investigação de Bruno Zevi trazia uma interpretação consolidada através das suas leituras, designadamente, a incontornável história da arquitetura moderna que conhecia a luz da estampa em 1950 e trabalhava o conceito “*modernismo monumental*” (Zevi, 1970, p. 208), o estudo sobre a *linguagem moderna da arquitetura* (Zevi, 1984) e, ainda, referia que os arquitetos modernos, enquanto criadores de novas linguagens, necessitavam, ciclicamente, de uma condição para tal aspiração. Esta premissa levava Zevi a equacionar o “*grau zero*” enquanto valor necessário ao estágio da criação e *um valor essencial e constante do movimento modernista*, esclarecendo que, “*quando aplicado à arquitectura,*

o Grau Zero é uma mitologia da linguagem arquitectónica. É por isso de grande relevância, pois é um desafio permanente, um ideal que não pode ser completamente realizado, mas não deveria nunca ser abandonado” (Zevi, 1982, p. 41). Também Charles Jencks abordaria este tema da arquitetura produzida durante os regimes fascista e nazi, sob o que considerava ser uma “*tradição auto-consciente*” (Jencks, 1992, p. 49), dando o exemplo do caso da utilização de um “*classicismo monumental*” que se transformava na assinatura do regime italiano, para refletir “*a glória dos Césares, a imortalidade e a universalidade do classicismo*” (Jencks, 1992, p. 49).

Franco Borsi fez a análise da década entre 1929, assinalado pelo crash da Bolsa e, 1939, assinalado pela invasão da Polónia por Hitler, dando o panorama geral da *era monumental* das produções arquitetónicas europeias, sob vários moldes, desde concursos às execuções de obra (Borsi, 1987); e, Lawrence J. Vale desenhava as relações entre a arquitetura, o poder e a identidade nacional (Vale, 1992).

SECÇÕES E ESPECIFICIDADES DA CUC

Referenciamos, ainda, os estudos e investigações que, de modo específico, abordaram secções temáticas da CUC por unidade ou conjunto, designadamente, os edifícios, as peças de arte e as intervenções específicas, por acrescentarem outras especificidades e focos de leitura que, pelo pormenor, podem trazer confirmações ou contradições, dentro do objeto CUC.

De referir a publicação Monumentos 8 (Alçada, 1998), com a compilação de estudos sobre a UC, destacando-se a investigação direcionada à CUC, de Rosmaninho (1998) a propor a leitura do *espaço disponível*; Costa (1998b) a abranger a escultura monumental; Bandeirinha (1998) a rever os projetos do arquiteto Alberto Pessoa, Abel Manta e Norberto Correia (em algumas fases) para o núcleo académico; Domingos Tavares (1998) a refletir sobre a responsabilidade da academia, enquanto “*entidade significativa da cultura contemporânea*” (D. Tavares, 1998, p. 89), no lançamento de concurso de ideias para a requalificação da Alta universitária; Alexandre Alves Costa (1998) a estabelecer uma leitura de relação diacrónica entre a universidade e a cidade; e, a equipa liderada por Emília Marques Pires (Pires et al., 1998) a estipular a problemática em torno da prática de intervenção nos diversos espaços universitários, suas especificidades e metodologias. Em 2003, Marco Daniel Duarte apresentava uma interpretação sobre a Faculdade de Letras enquanto ícone de poder (M. D. Duarte, 2003). Em 2008, Daniel Beirão de Carvalho, no âmbito de mestrado em arquitetura, abordava a intervenção da CAPOCUC sob o conceito de *monumentalidade* (D. B. de Carvalho, 2008). Em 2016, João Pedro da Costa apresentava um estudo sobre o edifício da Biblioteca Geral, da autoria de Alberto Pessoa com direção de Cottinelli Telmo (J. P. C. G. da Costa, 2016).

No âmbito da exposição intitulada “O respeito e a disciplina que a todos se impõe: mobiliário para edifícios públicos em Portugal 1934-1974”, com curadoria de João Paulo Martins, realizada entre 24 de julho e 9 de novembro de 2014, no MUDE-Museu do Design e da Moda, em Lisboa, Susana Lobo apresentava um estudo sobre uma componente da “*obra total*”, que caracterizava a obra pública da CUC, designadamente, sobre o mobiliário e a sua concepção para os diversos espaços dos novos edifícios da CUC, argumentando que estes se constituíam numa *extensão indissociável* da própria estrutura arquitetónica que os suportava e que enfatizavam, por sua vez, a *lógica do sistema espacial*, tanto pela sua organização, pela sua composição e pela sua estética (S. Lobo, 2015).

Também relevante se mostram os testemunhos daqueles que viveram as particularidades do processo da construção da CUC e que se encontram refletidos em alguns escritos e publicações. O álbum comemorativo das bodas de prata da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra torna-se num incontornável complemento para a interpretação espacial da *Velha Alta desaparecida* (AAEC, 1991). Os encontros e colóquios promovidos pelo Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1988, 1995) demonstraram-se espaços de debate sobre os acontecimentos durante a intervenção do Estado Novo, pelos testemunhos comunicados (Andrade, 1988; Arnaut, 1988; J. C. Duarte, 1988; Simões, 1988), mas também sobre a realidade subsequente, que se constituía como um novo território disponível ao estudo, efetuado pelas novas interpretações e caracterizações do espaço sob diversas abordagens (Cravidão, 1988; M. da C. Lobo, 1988; Margarido, 1988; Queirós & Margarido, 1988; Lusitano dos Santos, 1988). Sob este tópico de abordagem, ainda se considera pertinente a caracterização da *evolução do espaço físico de Coimbra*, uma exposição realizada pela Câmara Municipal de Coimbra em 2004, no Pavilhão Centro de Portugal (Rebelo & Faria, 2006).

Outra abordagem de estudo depreende-se com as referências sobre a própria cidade que, em alguma medida, contribuíram para acrescentar, confirmar ou divergir daquelas mais direcionadas. Nessa perspetiva, a leitura de Armando Carneiro da Silva, nos Anais do Município, refere que uma de duas coisas teria que acontecer à zona da Alta, caso não se tivessem feito as obras da CUC, “*ou demolida como foi, ou totalmente saneada e reconstruída*”, acrescentando ainda que “*a maioria das casas seriam hoje inadiáveis porque numerosas delas nem saneamento tinham, e quando tinham era uma cloaca na escada que servia vários andares*” (A. C. da Silva, 1981, p. III). Apesar de todas críticas de que foi alvo, Carneiro da Silva verificava que a construção da CUC seria a responsável pelo *mote e o impulso para a expansão da urbanização da cidade*.

Em 1991, Carlos de Almeida publicava o seu *Crónicon Conimbrigense*, dando conta de alguns *vultos e coisas de Coimbra*, particularmente, a sua leitura sobre a visão que Salazar detinha na possibilidade de construção de uma cidade com função exclusivamente universitária, qual “*“cidade d opereta vienense”, onde mestres e intelectuais se arrumariam – quais fetos em formol – em silenciosas mansões rodeadas de jardins*” (C. de Almeida, 1991, p. 173), cujo resultado final – a construção da CUC, ao qual Almeida designava de “*a tragédia de Coimbra*” (C. de Almeida, 1991, p. 200) – havia sido, comparado por Salazar, a ‘*uma fábrica de chocolates*’ (C. de Almeida, 1991, p. 200).

Em julho de 1993, Pedro Dias apresentava uma comunicação ao congresso *La ciudad del saber: ciudad, universidade y utopia*, em Alcalá de Henares, analisando a história de Coimbra, sob três momentos de transformação fundamentais, sendo que o último momento considerava ser as intervenções na Alta, promovidas pelo Estado Novo, com a consequente alteração espaço-sócio-cultural e com a construção de bairros de expansão para realojar a população deslocada da Alta (P. Dias, 1994). Em 2005, Pedro Graveto, no âmbito de mestrado em arquitetura, estudava a *zona histórica de Coimbra enquanto património permanências e transformações* (Graveto, 2005).

FONTES PRIMÁRIAS

As leituras e interpretações que têm vindo a ser firmadas, puderam ser testadas a partir da componente arquivística, que para este caso, se constituía fundamental. Tal premissa observa, em si mesma, a particularidade de uma leitura disciplinar, até porque, desse ponto de vista, pode haver variações de interesse e pertinência sobre os factos, documentos e ordenações, para a história da arte, a história

contemporânea e a arquitetura. Dessa perspectiva, tornava-se fulcral consultar o espólio produzido pela CAPOCUC, encontrado em 1993, em Lisboa (Torgal in Rosmaninho, 1996, pp. 6–7) e incorporado nos Fundos documentais do Arquivo da Universidade de Coimbra entre 1994 e 1995 (A. M. L. Bandeira, 1995, 1997, 2015). Levantamentos topográficos e urbanos, planos gerais e de núcleos, projetos de edifícios e de espaço público, projetos de pormenorização técnica, memórias descritivas, relatórios de viagem, fotografias, ofícios e trocas de correspondência, processos administrativos, pedidos e solicitação de informações internas e externas à CAPOCUC, despachos ministeriais, recortes e notícias de jornais permanecem à disposição para consulta, num Fundo CAPOCUC, cujo espólio constitui-se, em si próprio, património da universidade. Ainda no AUC, foram consultados os livros das atas do Senado Universitário, cuja sessão de 23 de maio de 1934 seria marcada pela intervenção do reitor João Duarte de Oliveira e de Mário de Figueiredo (Diretor da Faculdade de Direito da UC), fora da ordem de trabalhos agendada, relativa à questão das instalações universitárias (Senado da Universidade de Coimbra, 1929, pp. 153–156). Nesta linha de pensamento, o espólio de arquitetura de Cristino da Silva, na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, bem como, o espólio de António Oliveira Salazar e o de Luís Benavente na Torre do Tombo e, ainda, a consulta dos processos no acervo arquivístico da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), no Forte de Sacavém, também se constituíram determinantes, para cruzar informações com os percursos dos arquitetos Raúl Lino e Luís Benavente com as suas ligações às 1ª e 2ª CECUC e, do arquiteto João Filipe Vaz Martins, com a CAPOCUC.

Sobre os escritos dos vários intervenientes e protagonistas do processo, realizados durante o processo de construção da CUC, destacam-se os *discursos* e *notas políticas* do presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo, António de Oliveira Salazar (A. de O. Salazar, 1945, 1948, 1959); do reitor da UC e presidente da CAPOCUC, Maximino Correia, que fez uma apresentação do empreendimento e investimento público da construção da UC, na *Exposição dos 15 anos de Obras Públicas* (1947), realizou uma reflexão da sua dedicação ao serviço da universidade entre 1939 e 1960 (1963), para além de estudar e publicar a obra de Ribeiro Sanches, que havia proposto a reforma da universidade portuguesa entre 1759 e 1763 (M. Correia, 1937; Ribeiro Sanches, 1959); alguns escritos de Cottinelli Telmo, enquanto arquiteto de empreendimentos públicos e diretor da *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, entre 1938 e 1942, com 14 números e o primeiro número publicado em fevereiro de 1938 (A. dos Santos, 1938a) e a sua interpretação sobre os *edifícios públicos* (Telmo, 1936), a *arquitetura efémera* (Telmo, 1938) e a *Exposição do Mundo Português* (Telmo, 1939); e, alguns discursos e pensamentos que estipulavam uma análise prévia da possibilidade futura de uma CUC, como o caso da conferência proferida por José Ramos Bandeira, sobre cidades universitárias, em 5 de agosto de 1941, no IV Curso de Férias da Escola de Farmácia da UC (J. R. Bandeira, 1943).

Sobre a construção por fases e etapas dos vários edifícios que compunham o plano de obras da CUC, destacam-se as publicações oficiais do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), que com a CAPOCUC e a Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias (CANIU), desenvolvia livretos de apresentação das obras universitárias de Coimbra (Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, s.d.b, s.d.a, 1956, 1969) e Lisboa (Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias, 1943, 1958, 1961), respetivamente, uma vez que, as obras de uma e de outra avançavam paralelamente.

A *Revista dos Centenários*, uma edição da Comissão Nacional dos Centenários e da Secção de Propaganda e Recepção, considera-se com particular interesse, sobretudo, pela exposição de informação relevante da constituição, projeto e execução da Exposição do Mundo Português de 1940, pese embora a sua

característica propagandística (Comissão Executiva dos Centenários, 1939a e ss.), bem como a explicação da *finalidade nacional* do evento dada por Augusto de Castro, comissário-geral da Exposição do Mundo Português (A. de Castro, 1940).

Outras fontes privilegiadas constituíram-se nos escritos de protagonistas fundamentais de outras geografias, designadamente, Adolf Hitler (1998) e Albert Speer (1970a, 1970b), bem como o catálogo da exposição da moderna arquitetura alemã (Speer, 1941), editado por Speer enquanto Inspetor-Geral do Urbanismo de Berlim, sobre a exposição realizada em Lisboa, em 1941, que terá sido devidamente apreciada por Cristino da Silva, segundo Teotónio Pereira (J. M. Fernandes, 2015, p. 120).

SOFIA

Em contraste com a perspetiva utilizada para a Alta, para abordar o valor da Sofia, importava assumir o mote da *univer(sc)idade*, cuja relação universidade-cidade gera espaço urbano e faz cidade. Tendo em conta a estrutura da investigação e as suas abrangências, importava perceber as linhas de força que poderiam constituir uma rede teórica, capaz de informar e enquadrar, de modo pertinente e com interesse científico, a perspetiva abordada.

Sob esta linha de pensamento demonstrava-se pertinente o propósito estipulado pelo diretor-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Vasco Martins Costa, para a revista *Monumentos 25* (Alçada, 2006). Em colaboração com o Gabinete de Candidatura à UNESCO da Universidade de Coimbra, esse propósito era dedicado ao estudo das relações entre a Rua da Sofia e a universidade com Baixa de Coimbra, antecipando “*as preocupações relativas à cidade e à qualidade de vida do habitat, na justa medida do entendimento (...) do alargamento do conceito Património (...) pertença do cidadão que diariamente com ele interage*” (Costa in Alçada, 2006, p. 3). Nesta publicação destacam-se os estudos e linhas de investigação, sobre a evolução morfológica da Rua da Sofia (R. P. Lobo, 2006c; Rossa, 2006), a sua seriação tipológica através do colégio (R. P. Lobo, 2006b) e sobre alguns espaços urbanos estruturais para a cidade e organizadores de outros espaços adjacentes, como a Praça 8 de Maio (J. A. Bandeirinha, 2006) e a Avenida Central (Figueira, 2006).

Neste tópico, ainda se equaciona a pertinência dos estudos de Marta Macedo, a propósito da ensanche oitocentista da cidade que, *conquistando* os terrenos da antiga cerca do mosteiro de Santa Cruz, transformaria a imagem e a forma de Coimbra (M. Macedo, 2006); e, ainda, de José Santiago Faria a propósito dos estudos urbanísticos para a Baixa de Coimbra, durante o século XX, contemplando as propostas de planos de Abel Dias Urbano de 1928, de Luís Benavente de 1936, de Etienne De Gröer de 1940, de Antão de Almeida Garrett de 1955, de Alberto Pessoa de 1956, de Januário Godinho de 1970, de Manuel da Costa Lobo de 1971 e de Fernando Távora, sem, contudo, deixar de perspetivar a “*fatalidade em vias de concretização... da futura Avenida Central*”, prevista para os inícios do século XXI, com os argumentos de “*uma ‘nova reabilitação’ com base na destruição total*” (Faria, 2006, p. 136).

Complementarmente a estes estudos, sob uma perspetiva mais alargada dos acontecimentos e dinâmicas que, em consequência, iam ocorrendo na cidade, Margarida Relvão Calmeiro delineava a paisagem urbana oitocentista (2013) e depois, no âmbito de doutoramento em arquitetura, abordava as linhas fortes do urbanismo da cidade, no século da extinção das ordens religiosas e, cumulativamente, século esse, anterior à criação das figuras dos planos de urbanização, ou seja, entre 1834 e 1934 (Calmeiro, 2014); e, Mário Gonçalves Fernandes (2017) estabelecia a diacronia das intenções, dos planos e projetos de atravessamento para a Baixa de Coimbra, desde a intenção de se elaborar um plano de melhoramentos de 1865 até ao

estudo urbanístico para o eixo Santa Cruz/Bota Abaixo/Rio Mondego, do arquiteto Fernando Távora de 1992.

Um conjunto de perspetivas mais contemporâneas e com variações espaciais diferenciadas, sobre a performance de inter-relação *univer(sc)idade*, foram debatidas, oportunamente, a propósito do *Seminário Internacional CidadeSofia*, realizado no âmbito de *Coimbra 2003 – Capital Nacional da Cultura*, levantando questões pertinentes e persistentes em cidades com universidades, como Salamanca, Alcalá de Henares, Santiago de Compostela, Leuven, Grenoble, Bolonha, Maastricht, Cambridge, Aveiro e Coimbra, quer ao nível das relações institucionais, quer ao nível das relações urbanas, onde a cidade se apresenta como *território de produção e projeção do saber contemporâneo* (Grande & Lobo, 2005). Tendo em conta a especificidade do nosso objeto de estudo, o caso de Alcalá de Henares afigura-se pertinente, do ponto de vista comparativo com o nosso caso, uma vez que o resultado alcançado do processo de candidatura da Universidade e Recinto Histórico de Alcalá de Henares à LPM, em 2 de dezembro de 1998 (World Heritage Committee, 1999, p. 31), se constitui equivalente ao resultado do processo de candidatura da UC-AS alcançado em 22 de junho de 2013 (World Heritage Committee, 2013, p. 208).

Desse ponto de vista, o processo de candidatura de Alcalá tornou-se numa fonte de conhecimento do património universitário em causa, sua história, suas condicionantes e, principalmente, sobre as transformações urbanas que foram determinadas pelo processo evolutivo da construção da universidade alcalaína, naquela que se considera *a primeira cidade universitária dos tempos modernos* (Vallhonrat, 1997). A obra coletiva de investigadores e académicos, como o reitor Fernando Galván, Javier Rivera Blanco, Ernesto Echeverría Valiente, Pilar Chías Navarro, Fernando da Casa Martín e Andrés García Bodega, Carlos Clemente San Román e José Luis de la Quintana Gordon, Manuel Pérez Jiménez e Jaime Contreras Contreras, coordenada por Javier Rivera Blanco, *Universidad de Alcala – Patrimonio de la Humanidad*, já conhece algumas edições, todas elas significativas: a primeira edição data de 2012, e constitui-se na edição do tempo em que só a Universidade de Alcalá era a representante europeia das Universidades Património Mundial (Rivera Blanco, 2012); a segunda edição, ampliada e corrigida, era publicada no início do ano letivo de 2014/2015, a acompanhar as comemorações dos quinhentos anos da impressão da *Bíblia Poliglota*, do cardeal Cisneros, para além de já incluir a informação relativa ao caso de Coimbra (Rivera Blanco & Universidad de Alcalá, 2014); e, a terceira, publicada em 2016, dava conta de algumas atualizações entretanto ocorridas (Rivera Blanco & Universidad de Alcalá, 2016). Neste campo, a investigação apresentada por Ernesto Echeverría Valiente, em âmbito de doutoramento em arquitetura, permitia conhecer, através dos planos da cidade, os traços mais vincados que foram sendo determinantes, pela sua influência, tanto no desenho urbano da cidade de Alcalá, como no funcionamento e conexão entre o património arquitetónico e urbano (universitário ou não) com a valência sociocultural, verificados no *campus universitário* de Alcalá de Henares (Echeverría Valiente, 2005).

Como complemento, considerámos os estudos coordenados por Rio Fernandes, sobre a influência da candidatura do Porto a PM na problematização da leitura das várias centralidades da cidade (J. R. Fernandes, 2003, 2012) e da subsequente inversão paradigmática de uma maior procura da sua área urbana classificada e de uma maior intervenção qualificada com o decréscimo da população residente, sublinhada pelo desequilíbrio na *“relação dos instrumentos de planeamento e política com a gestão temporal dos territórios”* (J. R. Fernandes et al., 2013, p. 234) e, em contraste, o caso da candidatura de Guimarães a PM parecia-nos oportuno pela relação entre o desígnio político e a metodologia de intervenção aplicada à área urbana candidata (Aguiar, 1998; Gesta, 1998; Monteiro, 2006; Távora & Ferreira, 1980).

Para o estudo do primeiro caso, importava desenhar as *crónicas* do seu processo, desde o projeto de concepção, no século XVI, até à sua desclassificação patrimonial, realçando a particularidade da reconstrução de um elemento caracterizador do seu espaço – a Capela do Tesoureiro –, num outro local – no Museu Nacional de Machado de Castro –, sob a alçada das entidades competentes, sem contudo, deixar de se reconhecer que, neste estudo, muitos detalhes permanecem incógnitos e disponíveis à investigação. Nesse sentido, a obra de Prudêncio Quintino Garcia demonstrou ser uma base pertinente para se dar início à problemática associada à autoria do projeto quer do convento de São Domingos, quer do próprio edifício da igreja do convento, pela apresentação do Documento nº 210, de 07/11/1567, intitulado “*Isidoro d’Almeida – Traça da Capella-mór da egreja de S. Domingos*” (Garcia, 1923, pp. 305–310) referente à transcrição da escritura de contrato de cedência da capela-mor, firmado entre o convento de São Domingos com o duque de Aveiro, para aí estabelecer o seu jazigo familiar. Esta obra vinha no seguimento de uma prévia, onde Garcia contribuía com a transcrição de documentos para a biografia dedicada a João de Ruão (Garcia, 1913).

Complementarmente, outros estudos e produção científica se verificou essencial, para se estabelecerem as referências e os cruzamentos de dados, para uma constituição histórica, nem sempre muito evidente, sobre o convento, o colégio e a igreja de São Domingos (na Rua da Sofia) e sobre a Capela do Tesoureiro (na referida igreja e depois no MNMC), designadamente, as obras de António de Vasconcelos (Vasconcelos, 1937a); de António Nogueira Gonçalves (A. N. Gonçalves, 1963a, 1963a, 1963b, 1963c, 1963d, 1963e, 1982, 1984a, 1984c), com Vergílio Correia (V. Correia & Gonçalves, 1947) e com Pedro Dias (P. Dias & Gonçalves, 2004); de Nelson Correia Borges (Borges, 1980a, 1980b, 1981); de Maria Helena Almeida (M. H. da C. Almeida, 1979); de Maria Helena Coelho e João José Matos (Coelho & Matos, 1986); de frei Luís de Sousa (Cacegas, 1767; F. L. de Sousa, 1844, 1866); de Sara Almeida, Ricardo Silva, Vítor Dias e João Perpétuo (S. Almeida, Silva, Dias, & Perpétuo, 2012); e, ainda, as atas dos encontros sobre história dominicana (Arquivo Histórico Português Dominicano, 1979, 1984, 1989, 1991).

Em 1984, findando a sua função de diretora do MNMC, Matilde Sousa Franco prestava contas do principal exercício que havia desenvolvido, desde a posse do cargo em 14 de maio de 1980 até 31 de março de 1984, cujo contributo assumia a forma de ‘relatório de atividade’, estruturado em cinco capítulos, tendo como princípio de atuação, a preocupação “*não só com o património que contém, mas com todo o património que lhe for possível salvaguardar e desenvolver*” (Franco, 1984, p. 133). Adicionalmente aos contributos publicados, o Arquivo Pessoal Matilde Sousa Franco tornava-se numa fonte de dados fundamentais, designadamente, pelos escritos de Franco e pelas peças documentais que foi colecionando ao longo do seu percurso académico e profissional, com um sentido profundo de interesse nas questões de defesa do património, enquanto valor comum. Na mesma linha de ação, José Andrade de Branquinho de Carvalho, para além, do testemunho pessoal enquanto outrora residente no Pátio da Inquisição e de estudante da Escola de Santa Cruz, de ensino primário e localizada na Rua da Sofia, reflete um profundo interesse pelo património da cidade de Coimbra (e a sua evolução) e o seu arquivo pessoal constitui-se numa fonte de documentos escritos e fotográficos, bem como, de publicações referentes a diversos estudos realizados sobre a cidade de Coimbra.

Outras fontes foram consideradas, designadamente, os diversos espólios arquivísticos relativos ao convento e Igreja de São Domingos de Coimbra e da Capela do Tesoureiro no Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, no Forte de Sacavém e, também, no Arquivo da Universidade de Coimbra (J. Ramos & Dias, 2015); o espólio relativo ao *Processo de licenciamento do Centro Comercial Sofia, na Rua*

da Sofia, nº 149, no Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra; e, ainda, o espólio relativo ao processo de “Proposta de eventual desclassificação da Igreja de S. Domingos (capela-mor) inacabada, sita em Coimbra, na Rua da Sofia, freguesia de Santa Cruz, concelho e distrito de Coimbra”, na Direção Regional de Cultura do Centro. Em 2016, Duarte Manuel Freitas apresentava um *memorial do complexo arquitetónico* do Museu Nacional de Machado de Castro (MNMC), dedicando um capítulo à *consolidação da dualidade museu/monumento*, abordando, para tal, a solução encontrada para a Capela do Tesoureiro (Freitas, 2016, pp. 295–323), cuja maior validade, para a nossa investigação, se estabelece nas pistas arquivísticas utilizadas para a compreensão do seu processo de reconstrução no MNMC.

Para o estudo do segundo caso, importava verificar a criação de valor no processo de projeto da Praça 8 de Maio, da autoria do arquiteto Fernando Távora, desde a concepção até à execução, no sentido de equacionar e confrontar a prática da gestão municipal a partir do espaço público, com as práticas verificadas no caso anterior. Nesse sentido, a decisão municipal, aprovada por unanimidade, em adjudicar a requalificação da Praça 8 de Maio, por ajuste direto, ao arquiteto Távora, permitia trabalhar algumas premissas de relação entre política de cidade e prática da arquitetura. Consequentemente, os estudos e reflexões de Fernando Távora sobre *as lições das constantes* (Távora, 1993d) e as várias possibilidades de atuação para a *organização do espaço* (Leoni, 2001; Távora, 2008), na sua *modernidade permanente* (J. A. Bandeirinha, 2012; J. M. Rodrigues, 2013), foram basilares para a especificidade deste caso (J. A. Bandeirinha, 2006; C. Ramos, 2013; Távora, 1993c). O acesso ao espólio do arquiteto Távora, na Fundação Marques da Silva, no Porto, demonstrou-se num dos caminhos válidos para a investigação, uma vez que, a partir das suas peças escritas e desenhadas, aliado a recolhas de documentos e artigos de periódicos da altura, que Távora ia colecionando, era possível delinear o panorama de enquadramento do caso, suas circunstâncias, suas condicionantes, suas limitações e os seus desígnios. Pelo desenho, Távora introduzia a noção do tempo no espaço, estabelecia hierarquias e voltava a clarificar os valores determinantes do espaço, porque, como referiu no contexto da aula de História da Arte e Cultura Clássica, lecionada em 12 de novembro de 1998, ao 1º ano do Curso de Arquitetura, no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Darq-FCTUC), “*a informação deve ser dada pelo desenho*”.

Para além das necessárias analogias com outras intervenções, designadamente, naquelas onde a importância da história assumia um papel fundamental para a prática da arquitetura (Távora, 1994), como em Guimarães (Aguiar, 1998; Ferrão & Afonso, 1996; Gesta, 1998; Monteiro, 2006; Távora, 1993a; Távora & Ferreira, 1980), a questão da *ação política e social do arquiteto* e da *sua ética do projetar* (Botta, 1996; Murtinho & Tavares, 1999), também deveriam ser equacionados. Neste caso, a oportunidade de pensar as práticas e o âmbito da arquitetura (P. V. de Almeida, 2005), *a coisa mental* (Figueira, 1992) e as suas relações com a construção do lugar, a partir das permanências decorrentes da partilha intergeracional numa memória coletiva (Halbwachs, 1971, 1992; Murtinho, 2012; M. S. Santos, 2012).

Mais uma vez, *a lição das constantes* assume um papel central para informar, historicamente, o traço do arquiteto no *Plano de Conjunto*, sob a forma de uma planta de síntese, apresentado em outubro de 1992 e classificado por José António Bandeirinha como documento *embrionário* no desejo “*de cerzir áreas urbanas em pleno estado de decomposição*” (J. A. Bandeirinha, 2006, p. 150), desde Santa Cruz até ao Bota-Abaixo, como era ambição de Coimbra – desde os planos de Abel Augusto Dias Urbano, para melhoramentos e novos arruamentos da Baixa (Urbano, 1928), como já referido –, pese embora, Bandeirinha esclareça que, só o desenho da Praça 8 de Maio tenha sido desenvolvido, entre 1992 e 1997, por Fernando Távora. Adicional e complementarmente, este tópico constituía-se oportuno para pensar a conexão *univer(sc)idade* a partir da plataforma de debate teórico-crítico, de discussão e geradora de

propostas para a cidade, que se estabelecia pela ação do Darq-FCTUC, no *limiar do claustro* (R. Bandeirinha, 2013), entre a escola e a cidade, espaço, no qual, Távora exercia uma ação fundadora.

FONTES PRIMÁRIAS

Mais uma vez, nem só de leituras e abordagens se constrói as linhas que tecem o pensamento e para estes casos, a pesquisa sobre os vários espólios disponíveis em diversos arquivos demonstrou ser fundamental. Para o desenho das crónicas do primeiro caso, recorreu-se a três espólios nucleares: os vários processos do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, no Forte de Sacavém, que referenciavam documentos, ofícios, fotografias, projetos, memórias descritivas, tanto da Igreja de São Domingos, como da Capela do Tesoureiro ou, ainda, do Museu Nacional de Machado de Castro; o processo de licenciamento do Centro Comercial Sofia, na Rua da Sofia, no Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra⁷⁰; bem como, o processo que referenciava a proposta de desclassificação da Igreja de São Domingos, na Direção Regional da Cultura do Centro. De modo complementar, identifica-se a relevância dos arquivos pessoais de Matilde de Sousa Franco e de José Andrade de Branquinho de Carvalho. No primeiro caso, sublinha-se a relevância dos elementos arquivados, relativamente à reconstrução da Capela do Tesoureiro no MNMC, bem como, outras diligências da sua então diretora; e, no segundo, sublinha-se a coleção de imagens e de fotografias, que o autor tem vindo a construir, sobre Coimbra. Para o segundo caso de estudo, designadamente, sobre a Praça 8 de Maio, evidencia-se o espólio pessoal do arquiteto Fernando Távora, na Fundação Instituto Marques da Silva, no Porto, com a devida sistematização e seriação das peças desenhadas, das peças escritas e outros elementos que constituíram o processo de projeto do arquiteto e que, em simultâneo, se constituíram num instrumento de autocrítica e construção processual, dando pistas das ideias, das hesitações e das certezas que, cumulativamente, também fazem parte de um projeto de arquitetura.

⁷⁰ Em 29/09/2016, entregámos um requerimento, no âmbito do direito à informação, para consulta de processo relativo à abertura da Rua de João de Ruão (1939-1940), recebido pelos serviços de atendimento da CMC, sob o nº 73491, de 29/09/2016, ao qual ainda não obtivemos resposta.

Oportunidade

*Since wars begin in the minds of men,
it is in the minds of men that the defences of peace must be constructed.
UNESCO, 16 novembro de 1945⁷¹*

⁷¹ Cf. (UNESCO, 2018, p. 5).

Capítulo 2: Conceitos, textos fundamentais e entidades

2.1 Património Mundial: democracia e diversidade⁷²

Resumo

A Convenção do Património Mundial, de 1972, é considerada como um dos mais bem-sucedidos instrumentos políticos da história. E alguns textos sugerem que o Património Mundial, em si mesmo, tem capacidade para ser um modelo de democratização do património.

O propósito deste artigo é verificar essa pretensão, através do seu discurso oficial. Para isso, recorre-se ao que está estabelecido nos seus textos, que acompanham e estabelecem o carácter evolutivo do discurso, pelas dinâmicas gerada em torno dos resultados da Lista do Património Mundial.

Assim, propõe-se traçar o perfil evolutivo da sua filosofia concetual e política presente nas *Operational Guidelines*. Para além da construção do próprio discurso, que reflete a constante avaliação sobre os resultados da Lista, também é possível verificar as influências dos debates, ações e práticas que iam sendo realizados sobre o tema.

Verifica-se que o discurso assume a determinação em promover o equilíbrio, a credibilidade e a equidade de representação, quer das regiões mundiais quer da diversidade dos patrimónios, permitindo que a sua leitura como um modelo de democracia patrimonial, à escala global, possa ser feita, pela capacidade de promoção da democratização do património, tanto na diversidade cultural, como no acesso livre entre as comunidades e o património.

Palavras-chave: Lista do Património Mundial, diversidade cultural, modelo de democracia patrimonial, *Operational Guidelines*.

Introdução

O património cultural assume um papel cada vez mais central na vida das comunidades. A maior consciência e reconhecimento do seu valor, enquanto refúgio de uma identidade coletiva, tem contribuído para essa afirmação. Adicionalmente a esta dimensão, verifica-se uma outra na contemporaneidade, capaz de potenciar dinâmicas e sinergias em torno de um recurso que se tornou num eixo estruturante e estratégico para o desenvolvimento sustentável do território.

A cultura é uma questão transversal a todos os domínios de desenvolvimento humano, não sendo *compreensível nem realizável* sem o reconhecimento da importância do património cultural, nas suas

⁷² Este texto tem por base o artigo publicado em 2017, no número 17 da revista Estudos do Século XX, uma publicação do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, com sistema de arbitragem científica, intitulado “Património Mundial: democracia e diversidade”. Cf. (Capela de Campos & Murtinho, 2017d).

vertentes material e imaterial, enquanto *realidade dinâmica* que possibilita a criação de uma plataforma de diálogo entre gerações (G. d'Oliveira Martins, 2009b). Tal assunção decorre do valor que foi legado e que deve ser protegido e salvaguardado, mas também, daquele que vai sendo acrescentado e desenvolvido pelas gerações que o vão usando.

Nesse sentido, a proteção e salvaguarda do património cultural assumem contornos de luta de direitos dos cidadãos associados à liberdade e identidade de cada indivíduo, dentro de uma comunidade mais abrangente que, pelo somatório de todas as partes, adquire, também ela, a sua própria identidade. É nessa identidade coletiva – caracterizada enquanto uma diversidade de soluções e respostas resultantes dos processos de relação criados pelas tensões e diálogos permanentes entre o homem e o seu espaço – que se define o poder da comunidade (Smith, 2006), enquanto grupo, por ser delineado o valor comum.

No entanto, o património cultural não define identidades estáticas. Ao incorporar e assumir as novas realidades e os novos modos de uso, com base nas dinâmicas de reconhecimento e de apropriação, vão sendo criados laços emotivos de pertença de modo gradual, entre as comunidades e os patrimónios, garantindo, assim, uma continuidade na utilização das *máquinas de memória* (Guillaume, 1980), quer no tempo presente, quer para futuro.

Com o propósito de uma – cada vez maior – democratização do património de e para todos, em que na sua diversidade reside a garantia da sua maior riqueza, há entidades que, paulatinamente, se vêm afirmando como incontornáveis. A nível mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) tem genericamente cumprido essa missão. A partir das reflexões e práticas do seu Centro para o Património Mundial (PM), de um modo mais concreto e específico, este órgão tem como conselheiros o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais de Roma (ICCROM), o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

Por uma questão de oportunidade, importa referir e reconhecer que, de modo paralelo e em consonância com a posição da UNESCO, embora num contexto territorial mais específico, deve ser considerado o Conselho da Europa⁷³, que desde a promoção da sua primeira *Convenção Cultural Europeia*, a 19/12/1954, tem encarado este tema como estratégico pela união em torno de uma identidade comum europeia. Desta forma, o Conselho da Europa tem sido parceiro da UNESCO no debate das preocupações relativas ao risco de uma homogeneização global do património, aferindo a sua importância como uma realidade dinâmica e assegurando a necessidade de preservar a diversidade e o pluralismo cultural, na construção de uma Europa democrática e inclusiva para uma cidadania aberta. O património cultural como apologia ao respeito pela diferença, através da promoção do diálogo, conhecimento e compreensão entre comunidades, tem vindo a ser assumido e declarado como uma garantia para a construção de uma *cultura de paz*⁷⁴. Já a preocupação pela proteção e conservação do património, por parte da UNESCO, surgia a partir de episódios decorrentes de destruições que tiveram, sobretudo, origem em conflitos armados⁷⁵, além das transformações que as condições sociais e económicas sofreram, em particular no território mais flagelado pelas destruições da Segunda Guerra Mundial – a Europa central. Adicionalmente e completando a conjuntura internacional, tal preocupação também se firmava a partir de decisões governativas e pedidos de auxílio internacional⁷⁶.

⁷³ A propósito das posições assumidas sobre esta temática ver o texto da Convenção-Quadro do Conselho da Europa, relativa ao valor do património cultural para a sociedade, assinada em 27/10/2005, em Faro. Cf. (G. d'Oliveira Martins, 2009b, pp. 157–191).

⁷⁴ *Idem – ibidem*.

⁷⁵ Em 14/05/1954, a UNESCO avança com o primeiro protocolo da Convenção de Haia, para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado.

⁷⁶ Em 1959, a UNESCO promove um movimento internacional de debate e angariação de fundos para uma Campanha na Núbia (Egito), de modo a salvaguardar o complexo dos Templos de Abu Simbel, de ficar submerso nas águas do Nilo, face à construção da barragem de Assuão. A partir deste episódio e a pedido dos países de origem do bem, a UNESCO estabeleceu uma campanha global,

Experiências de um planeamento integrado, sobretudo na Europa do pós-guerra, no contexto da gestão e do projeto urbano, permitiam voltar a pensar sobre os destinos da cidade e os seus espaços urbanos, enquanto territórios de identidade e de representação da comunidade⁷⁷. A consciência política assente no património cultural ia sendo desenvolvida, permitindo que a participação cívica fosse sendo promovida e debatida como uma parte de um processo democrático de gestão urbana. Esta dinâmica caracterizava-se por ser um período de conjugação de esforços disciplinares da arquitetura, da construção, das artes, da história, da arqueologia – das ciências sociais em geral – na forte produção teórica e concetual em torno do património, tendo como objetivo contribuir para o debate da sua proteção e salvaguarda, refletindo os novos modos de vida e, conseqüentemente, as novas formas de gerir os espaços urbanos⁷⁸.

Estas novas equações tiveram grande impacto nas atividades e preocupações da UNESCO. Neste contexto, em 1972, era adotada a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (CPM1972), um instrumento político internacional que fizesse aumentar a predisposição já demonstrada noutros textos pelo mundo, como a própria UNESCO reconhece (UNESCO World Heritage Centre, 2016, p. 2), assente na importância da proteção e salvaguarda de um património estratégico para toda a comunidade mundial. A maior consciência e o reconhecimento da sua responsabilidade internacional possibilitavam que a posição da UNESCO se assumisse incontornável. Por um lado, tal dimensão da UNESCO ficava explícita na mediação de políticas externas, promovidas pelas pontes diplomáticas que lançava através da distinção de um Valor Universal Excecional (VUE) como património de todos. Por outro lado, possibilitava que a UNESCO ditasse a agenda política internacional ao fazer a gestão de um discurso abrangente, baseado em boas práticas sobre a proteção e salvaguarda desse património de todos – e, por isso, considerado como Património Mundial (PM) –, que os Estados iam conhecendo, aceitando, incorporando e promovendo nas dinâmicas de gestão e organização internas sobre o património. Um outro aspeto desta agenda política internacional passava por causar um desejo nos diversos países de quererem pertencer à comunidade PM da UNESCO, de modo a poderem vir a ser reconhecidos pelo seu património enquanto valor distintivo e, em simultâneo, garantes de um património de todos, conferindo um carácter globalizante a toda esta dinâmica política e processo classificativo.

Alguns textos sugerem a hipótese do PM constituir, em si mesmo, a capacidade de ser um modelo de democratização do património (Amendoeira, 2013; Custódio, 2011b; Folgado, 2011), onde o reconhecimento internacional de um VUE, com a inscrição de um bem na Lista do Património Mundial (LPM), passa a ser um fator de construção de ligação e de paz entre os povos, garantindo o direito ao exercício de cidadania, a cada indivíduo dentro da comunidade global. Nesse sentido, o VUE constituía-se como um valor positivo e a LPM como um instrumento de gestão desse valor. Em teoria, tanto o reconhecimento de um VUE como a inscrição na LPM eram acessíveis, em circunstâncias de igualdade e

onde diversos monumentos e complexos arqueológicos foram alvo de intervenção para a sua proteção e salvaguarda. Casos exemplos disso foram as intervenções realizadas em Veneza e na sua Laguna (1966, Itália), no Templo de Borobudur (1972, Indonésia), nas ruínas arqueológicas de Moenjodaro (1974, Paquistão), em vários monumentos de Katmandu (1979, Nepal), no Palácio Dar Adyel de Fez (1980, Marrocos), mas também, casos mais recentes como no parque arqueológico de Angkor (1993, Camboja), na antiga ponte de Mostar (1995, Bosnia and Herzegovina), ou no vale arqueológico de Bamiyan (2003, Afeganistão). Cf. (UNESCO - Division of Public Information, 2010, p. 36).

⁷⁷ Relembre-se a problematização sobre a reconstrução dos centros urbanos destruídos pelos bombardeamentos da guerra, como o caso de Varsóvia (Polónia); ou sobre a normativa legal, como o caso da *Lei dos Secteurs Sauvegardés* ou *Lei Malraux* de 04/08/1962, a primeira lei em França, que previa a salvaguarda de núcleos urbanos considerados de valor e qualidade excecional que pudessem ser considerados património nacional e onde se impunham medidas de proteção semelhantes às equacionadas para os monumentos nacionais; ou ainda o debate disciplinar realizado durante o *II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos em Edifícios Antigos*, de 25 a 31 de Maio de 1964, cujo texto da 1ª resolução adotada resulta na *Carta Internacional do Restauro*, mais conhecido como *Carta de Veneza*. Cf. (Bandarin & Oers, 2012; Jokilehto, 2005).

⁷⁸ Verifique-se as experiências italianas, cuja cultura arquitetónica, desde 1965, se pautava por estudar as relações entre a tipologia dos edifícios e a morfologia urbana deixando cair o edifício, enquanto único objeto de estudo. Cf. (Aymonino, 1984; Rossi, 2001).

liberdade, a todos os seus Estados-parte⁷⁹, garantindo o acesso da comunidade global ao próprio bem. A ser assim, o PM pode ser considerado um modelo de democracia⁸⁰ patrimonial a uma escala global; ou pelo menos, ser uma forma de consolidação de uma cultura democrática como eixo estruturante para a implementação de uma paz global, assente em torno do património e do seu valor para a comunidade e, também, da sua gestão integrada e participativa.

Todavia, há autores que fazem outras leituras⁸¹, acusando as ações da UNESCO e dos seus conselheiros como uma *imposição de uma gramática globalizada para a criação de culturas*, de modo a responder a vários interesses e perspetivas regionais (Turtinen, 2000) e acusando o PM de ser responsável pela imutabilidade conferida pelo regime de preservação que a inscrição na LPM obriga às áreas do bem e da respetiva área de proteção (Koolhaas & OMA, 2010b).

Deste modo, importa verificar as bases concetuais e teóricas dos procedimentos e regras que estão associadas aos processos de candidatura de um bem para inscrição na LPM, explanadas nas orientações técnicas do Comité do PM, as *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*⁸² (OG), que se constituem no seu instrumento técnico de implementação da convenção; bem como, a sua evolução ao longo dos tempos; e, como se traduzem para os resultados da LPM.

Em 2018, comemoram-se os quarenta anos das primeiras inscrições na LPM e, as expectativas da UNESCO, em torno dos seus atuais resultados, estão mais determinadas em promover a equidade de representação, quer das regiões mundiais quer da diversidade dos patrimónios. Resta perceber, se os resultados expressos na LPM refletem, de facto, a capacidade atribuída ao PM, em contribuir positivamente para uma democratização do património e para a promoção da diversidade cultural.

A Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972

No texto do ato constitutivo da UNESCO, adotado a 16/11/1945, em Londres (UNESCO, 2014, pp. 5–18), era explicitado que, *a ignorância e a falta de conhecimento, entre as diferenças culturais* e modos de vida entre povos ou comunidades, foram *um grande motivo gerador de guerras*, ao longo do relato da história. Além disso, este documento declarava que a 2ª Guerra Mundial, então terminada, só havia sido possível devido à negação dos princípios democráticos de dignidade, de igualdade e de mútuo respeito entre os homens.

Por esse motivo, a UNESCO acreditava que a igualdade de oportunidades para a educação e uma aceitação da diversidade cultural eram basilares e essenciais para garantir o direito à dignidade humana. Em conformidade com este princípio, era declarado que um dos seus propósitos – através dos seus pilares da educação, da ciência e da cultura – seria promover a igualdade para todos na defesa da diversidade cultural e, ainda, *assegurar a conservação e a proteção de toda a herança mundial de livros a obras de arte e monumentos de história e de ciência*, para alcançar a paz mundial (UNESCO, 2014, p. 6). Nesse sentido, o movimento para a proteção e conservação de um património comum servia também para estabelecer uma

⁷⁹ Para clarificação entenda-se que ‘Estado-membro’ se reporta àqueles Estados que sendo membros da Organização das Nações Unidas, têm o direito de serem membros ou fazer parte da Constituição da UNESCO e Estados-parte, aqueles que, por ratificação, aceitação ou adesão, fazem parte da CPM1972.

⁸⁰ A propósito de democracia, Karsten Struhl questionava o seu entendimento enquanto valor universal, aferindo não haver impedimento para essa possibilidade de leitura (Struhl, 2007, pp. 13–14); todavia, esclarecia que, tal como todos os valores, principalmente, este – em particular – precisava de ser fundado e enraizado, historicamente, pelas comunidades ou nações, por não poder ser um valor exterior ao domínio da própria identidade (Struhl, 2007).

⁸¹ Cf. (Askew, 2010).

⁸² Todos os documentos das OG estão disponíveis e acessíveis na página do Centro do PM. A nossa referência para este trabalho constitui-se nas OG2016 – conferir o tópico “Caracterização evolutiva das OG e análise de resultados da LPM”. Cf. UNESCO – World Heritage Centre (1977-2017). *Operational Guidelines. Historical Development*. Paris: WHC. In <http://whc.unesco.org/en/guidelines/>.

ponte no diálogo e diversidade multiculturais e, desta forma, contribuir para a diminuição de fronteiras no conhecimento, entre as diferentes formas de viver e de estar no mundo, passadas e presentes.

Após decisão da sessão da 16ª Conferência Geral, ocorrida em Paris, em 1970, a UNESCO assumia que o assunto seria alvo de uma convenção internacional. Precisamente, 27 anos depois do seu ato constitutivo, em 16/11/1972, era adotada a CPM1972, dando-se simbolicamente início a uma nova era para o património, que seria comparável ao mito da *Arca de Noé* (Lacroix, 1997).

De 17 a 22/11/1972, era realizada a 17ª Conferência Geral, sob a presidência de Toru Hagiwara (Japão), onde se discutiram os moldes e ajustes do texto da CPM1972. O texto ficava firmado a 23/11/1972, em dois exemplares autenticados, com a assinatura do presidente da sessão e, depositados nos arquivos da UNESCO. Seriam enviadas cópias autenticadas a todos os Estados-membro da UNESCO, de acordo com o seu ponto 1, do artigo 31º, ficando aberta a possibilidade de adesão à Convenção de qualquer Estado não-membro da UNESCO, conforme estabelece o ponto 1, do artigo 32º. Para tal, era obrigatório o depósito, junto do diretor-geral da UNESCO, dos instrumentos de ratificação ou aceitação pelos Estados-membro, de acordo com o ponto 2, do artigo 31º da CPM1972 ou os instrumentos de adesão, pelos Estados-não-membro, como estipulava o ponto 2, do seu artigo 32º, sendo que, só passados três meses depois desse depósito, a Convenção entraria em vigor nesse Estado-membro, que passava a ser Estado-parte. Deste modo, a partir de 23/11/1972, qualquer Estado podia aderir ao texto da CPM1972. Contudo, para a CPM1972 entrar, de facto, em vigor era necessária a vinculação de vinte Estados-parte por ratificação, aceitação ou adesão ao documento, conforme o seu artigo 33º. Nesta sequência formal, a CPM1972 entrava em vigor em 17/12/1975 e, consequencialmente, o Comité do PM era criado em 1976.

O Comité do PM passava a assumir toda a responsabilidade e toda a gestão de qualquer assunto relativo ao PM e, a partir de 1977, estabelecia as definições das instruções, orientações e esclarecimentos, nas *Operational Guidelines* (OG), sobre a filosofia, os conceitos e a política para uma implementação da CPM1972. Tais medidas tinham como objetivo principal definir os parâmetros de inscrição de bens com VUE na LPM, que começaram a ser realizadas em 1978, com a inscrição de 12 bens na LPM.

Nas OG, os conceitos da CPM1972, como *Património Mundial*, *Lista do Património Mundial*, *Valor Universal Excepcional*⁸³, *autenticidade*⁸⁴, *integridade*⁸⁵, começavam a ser instituídos como matrizes de um discurso que fez quarenta anos (junho de 2017) e que era, constantemente, alvo de atualizações para contemplar a maior diversidade possível de casos, na mais abrangente representação mundial possível, refletindo os debates que iam sendo realizados nesse sentido.

A inclusão de partes representativas de uma diversidade cultural abrangente permitia que a LPM se assumisse como instrumento de gestão pública de política internacional. Tal assunção decorria do princípio estabelecido na CPM1972, em que o Comité do PM considerava que uma candidatura de um bem, para integrar a LPM, era uma candidatura internacional com responsabilidade nacional. Esta leitura mantém-se

⁸³ Conforme definido nas OG2016, parágrafo 49: “*Outstanding Universal Value means cultural and/or natural significance which is so exceptional as to transcend national boundaries and to be of common importance for present and future generations of all humanity. As such, the permanent protection of this heritage is of the highest importance to the international community as a whole*” (World Heritage Committee, 2016, p. 11).

⁸⁴ Conforme considerada nas OG2016, dos parágrafos 79 ao 86: “*Depending on the type of cultural heritage, and its cultural context, properties may be understood to meet the conditions of authenticity if their cultural values (as recognized in the nomination criteria proposed) are truthfully and credibly expressed through a variety of attributes including: form and design; materials and substance; use and function; traditions, techniques and management systems; location and setting; language, and other forms of intangible heritage; spirit and feeling; and other internal and external factors*” (paragraph 82, World Heritage Committee, 2016, p. 18).

⁸⁵ Conforme definido nas OG2016, parágrafo 88: “*Integrity is a measure of the wholeness and intactness of the natural and/or cultural heritage and its attributes. Examining the conditions of integrity, therefore requires assessing the extent to which the property: a) includes all elements necessary to express its Outstanding Universal Value; b) is of adequate size to ensure the complete representation of the features and processes which convey the property’s significance; c) suffers from adverse effects of development and/or neglect*” (World Heritage Committee, 2016, p. 19). Conforme o parágrafo 87, das OG2016, todos os bens candidatos à inscrição na LPM devem satisfazer as condições de integridade (World Heritage Committee, 2016, p. 19).

válida e reforçada e, concludentemente, é o Estado-parte, ou o conjunto de Estados-parte (existem 37⁸⁶ casos de bens inscritos na LPM, por dois ou mais Estados-parte), o(s) proponente(s) dessa candidatura internacional.

Esta exigência garante ao Comité a presunção de que é um Estado-parte a autoridade máxima ao assumir a responsabilidade política da salvaguarda e da proteção de um bem, ao declarar o seu VUE, a sua autenticidade e a sua integridade, no plano internacional, pese embora a fundamentação da avaliação das entidades externas na qualidade de consultores do Comité – o ICOMOS, a UICN e o ICCROM. Deste modo, se tal não se verificar, o Comité do PM tem autoridade para pedir responsabilidades ao Estado-parte, propor a sua inscrição na LPM em Perigo⁸⁷ ou, em última análise, decidir pela saída do bem da LPM. Ora, dos 1092⁸⁸ bens inscritos na LPM, desde 1978, e em quase quatro décadas, só dois casos foram retirados da LPM, em 2007 e 2009, sendo um procedimento, não recorrente.

A LPM aspira ser um instrumento de gestão de uma cultura democrática sobre o património, contando com 1092 bens inscritos, distribuídos por 167 Estados-parte. Essa sugestão também se verifica, pelo considerável número de 193 Estados que procederam à ratificação, aceitação ou adesão da CPM1972, até 05/07/2018.

Todavia existe um outro número significativo que não deve ser desprezado para se considerar toda a equação e que contribui para aferir essa sugestão. O número em causa diz respeito às Listas Indicativas de bens suscetíveis de poder vir a ser reconhecido o seu VUE. Estas Listas Indicativas constituem uma ‘espécie’ de estágio preliminar para uma possível candidatura a PM, uma vez que, nem todas as tentativas de inscrição de um bem na LPM são, de facto, efetuadas. Essas Listas Indicativas são uma oportunidade de gestão territorial de um Estado-parte, enquanto instrumento de avaliação e de planeamento relativo a todos os bens, no seu território, suscetíveis da possibilidade de serem reconhecido o seu VUE, para se considerar uma futura candidatura oficial de determinado bem à LPM⁸⁹.

Em 05/07/2018⁹⁰, existiam 1695 bens inscritos nas Listas Indicativas, submetidas por 177 Estados-parte da CPM1972. Dos 193 Estados-parte signatários da CPM1972, 183 submeteram pelo menos, uma Lista Indicativa com, pelo menos, uma indicação de inscrição de um bem na LPM, ao longo da sua história.

Os 1695 bens inscritos nas Listas Indicativas em vigor e suscetíveis de virem a ser considerados para inscrição na LPM, sugerem o sucesso na implementação da CPM1972, uma vez que, pela maior dificuldade e complexidade do processo, patente nas OG e pelo continuado crescente interesse demonstrado nestes quarenta anos, os Estados-parte demonstram ter a expectativa de superar a duplicação do número de bens inscritos na LPM.

Apesar de não ser estabelecido um limite máximo ao número total de inscrições na LPM, logo na primeira década de inscrições, era reconhecida a necessidade de estabelecer regras, cada vez mais específicas e restritivas, para um bem integrar a LPM, nomeadamente, na quantidade de inscrições por ano.

Os processos de candidatura a PM tornavam-se cada vez mais complexos, desde logo pela justificação de um VUE, de uma autenticidade e integridade, sendo que *Património Mundial* é a designação patrimonial mais reconhecida na esfera internacional, apenas atribuída quando há o reconhecimento desses valores num

⁸⁶ Os dados apresentados nesta parte, foram atualizados na revisão do artigo, em 05/07/2018, depois da realização da sessão 42ª do Comité para o PM, em Manama, Bahrain, de 24 de junho a 4 de julho de 2018. Por conseguinte, tendo em conta as reuniões anuais do Comité para o PM, estes dados referentes à LPM devem ser verificados e atualizados todos os anos.

⁸⁷ Este procedimento permite ao Comité sinalizar qualquer bem inscrito na LPM cujo VUE, pela sua avaliação, esteja ameaçado por algum perigo grave ou específico, ou ainda, quando o bem necessita de uma intervenção considerável, para a sua salvaguarda. Em 05/07/2018, 54 bens estavam inscritos na LPM em Perigo.

⁸⁸ Número atualizado depois da realização da sessão 42ª do Comité para o PM supra citada.

⁸⁹ A título de exemplo, a Lista Indicativa de Portugal apresenta 21 bens, tendo sido a última revisão em 06/06/2017. Informação verificada em 05/07/2018.

⁹⁰ Número atualizado depois da realização da sessão 42ª do Comité para o PM supra citada.

bem. Assim, qualquer classificação *Património Mundial* deve corresponder a uma classificação patrimonial referente ao Estado-parte, que assume, deste modo, o seu empenho no processo de proteção, salvaguarda e gestão do bem classificado.

A decisão política assumida pelo Estado-parte, que decide candidatar um bem, obrigava, também, à introdução de parâmetros legais com características definidoras e controladoras, no domínio da intervenção e da futura gestão do bem, subjacentes aos princípios da CPM1972, de modo a garantir a proteção e salvaguarda do seu valor patrimonial. Deste ponto de vista, assumir a responsabilidade de uma classificação PM, não só acrescentava mais exigência económico-formal ao processo de candidatura, como também era uma declaração de aceitação dos princípios da CPM1972 e, de forma mais específica e incisiva, das OG.

Se, ao nível local, essa decisão política se revelava de vital importância para a sustentabilidade cultural e económica da comunidade em que o bem classificado estava inserido, ao nível internacional, a decisão política assumia contornos mediáticos, pelo aumento do número de visitantes, coincidente com a sua inscrição na LPM, conforme sugerem alguns estudos (Rebanks Consulting Ltd & Trends Business Research Ltd, 2009a; N. B. Salazar, 2010). De outro modo, se tem havido crítica severa à globalização dos processos no âmbito do PM, esta exprime-se, precisamente, pela homogeneização processual enquanto *projeto político cosmopolita* e por tais processos serem considerados um recurso de dinamização de economias locais nos paradigmas ocidentais, sobretudo, contribuindo para a concorrência entre os Estados-parte pela aquisição do *status* PM (Askew, 2010; Turtinen, 2000). Por outro lado, a circunstância do reconhecimento de um bem inscrito na LPM tem induzido, de um modo geral, pressões sobre os espaços, obrigando a equacionar a necessidade de se garantir a sustentabilidade do próprio bem. Na realidade, as próprias Nações Unidas, em 1987, por via da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, introduzem a extrema necessidade de existência de um desenvolvimento duradouro, possibilitando uma lógica de que os usufrutuários presentes não ponham em causa os direitos das gerações futuras (Rusillo, Francés, & Colina, 2016, p. 15).

No entanto, não são conhecidas posições externas à UNESCO que rebatem os textos referentes ao PM, ou que proponham outras soluções, porque as críticas existentes ao *projeto político cosmopolita* são apontadas, não à inscrição de bens na e à LPM em si, mas a ações e procedimentos de globalização e de homogeneização dos processos patrimoniais, por parte do Comité do PM. Adicionalmente, as críticas também são apontadas às dinâmicas de apropriação e interpretação dos textos pelos Estados-parte, que podem, eventualmente, considerar utilizar o património como um meio de atingir determinado *status* global, tendo por objetivo, dar resposta a qualquer outro ponto na agenda económico-política local, que não o da proteção e salvaguarda do património cultural (Askew, 2010; Turtinen, 2000).

Não obstante, pelos números dos bens inscritos e daqueles com pretensão a virem a sê-lo, é passível de ser aferido o sucesso da filosofia concetual e política do PM, explícita na CPM1972 e colocada em prática, pelas OG.

As instruções e orientações operacionais: reflexo evolutivo dos conceitos e critérios

As *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention* (OG) são um instrumento de orientação técnica de tudo o que é relativo ao PM.

De modo resumido, sublinham-se as partes integrantes e constituintes da estrutura das OG2016⁹¹, elencadas através de onze pontos a que acresce um conjunto de anexos com modelos para formalização de candidaturas e ainda uma lista bibliográfica temática sobre PM.

Depois de uma introdução e notas explicativas de alguns parâmetros fundamentais da CPM1972, de organização e de relações externas, é identificada a filosofia do conceito de PM, através da definição de conceitos e de políticas inerentes quer à sua implementação, quer à gestão da LPM. Na parte referente ao ponto III são elencados parâmetros administrativos dos procedimentos, expondo conteúdos exigíveis para os processos, promovendo-se apresentações sistematizadas de conteúdos e calendarizações. Sequencialmente, são estabelecidos os processos conducentes à inscrição de bens e, após a sua inclusão, são definidos os processos de acompanhamento do estado de conservação. Para esse fim, torna-se crucial a apresentação regular de relatórios que indiquem ações de monitorização e de preservação ou restauro do bem. Nesta estratégia, é relevante a divulgação e a promoção tendo em vista o desenvolvimento de ações incentivando a educação e a investigação, promovendo a cooperação entre comunidades e a assunção de proteção e de salvaguarda do património. No ponto VII são estabelecidas as bases de financiamento e procedimento para uma assistência internacional, preferencialmente, a um bem PM inscrito na LPM em Perigo. Em seguida, fica esclarecido e salvaguardado o direito de utilização do emblema do PM – a questão da imagem do PM, quer institucional, quer promocional – com a indicação do protocolo e das circunstâncias da utilização da imagem do emblema PM, que não figura na CPM1972, tendo apenas sido definido no âmbito da 2ª sessão do Comité do PM em Washington, realizada em 1978. O ponto IX assume um estatuto estratégico na reunião de bases atualizadas de dados, constituindo-se uma fonte de informação da atividade do Centro para o PM, realizada pelo seu Secretariado, sendo que, a maior parte da documentação produzida está disponível para consulta livre. Uma das políticas do Centro do PM e da UNESCO, em geral, é garantir o livre acesso a toda a informação e aos dados, precisamente, para estimular e contribuir para a democratização do acesso ao conhecimento sobre o PM. Os *Anexos* são subdivididos em 14 itens específicos, onde estão disponibilizados modelos e minutas a utilizar nos processos administrativos, os formatos de candidaturas para proposta de inscrição na LPM ou na LPM em Perigo e, relatórios que devam ser submetidos ao Comité. Para finalizar, as OG apresentam uma bibliografia organizada com base na teoria relevante, por temas, para a implementação da CPM1972.

As OG apresentam-se como um manual detalhado e organizado, de modo a orientar qualquer processo de candidatura, para uma formalização e sistematização de conteúdos, de forma precisa, clara e concisa. Sendo objetivo, de cada candidatura, justificar o VUE do bem candidato para proceder à sua inscrição na LPM, conforme está previsto na CPM1972, esta orientação para a homogeneização processual, a nível administrativo e de conteúdos, vai permitir, ao órgão deliberativo – o Comité do PM – bem como às entidades externas consultivas – ICOMOS, IUCN e ICCROM – que seja dada a exclusiva atenção ao conteúdo de cada processo, para além de garantir uma base geral de parâmetros equivalentes entre todas as candidaturas, no processo de avaliação.

Quarenta anos após o rascunho de trabalho, de 30/06/1977 e a sua primeira versão oficial, de 20/10/1977, as OG já conheceram quarenta documentos⁹², entre vinte e duas revisões e atualizações e dezoito traduções,

⁹¹ As partes constituintes da estrutura das OG2016 (World Heritage Committee, 2016): I – Introdução; II – Lista do Património Mundial; III – Processo de inscrição de bens na Lista do Património Mundial; IV – Processo de acompanhamento do estado de conservação dos bens do Património Mundial; V – Apresentação de relatórios periódicos sobre a aplicação da convenção do Património Mundial; VI – Promover o apoio à Convenção do Património Mundial; VII – Fundo do Património Mundial e assistência internacional; VIII – Emblema do Património Mundial; IX – Fontes de informação; para finalizar, Anexos; e ainda, Bibliografia selecionada sobre o Património Mundial. De um modo específico, a versão portuguesa das OG ainda acrescenta a relação da legislação sobre o património, em vigor, em Portugal.

considerando o documento na língua inglesa como sendo o original, uma vez que nos primeiros anos a versão do documento só estava redigido nessa língua.

Atualizadas e adaptadas às necessidades e conjunturas subjacentes a cada contemporaneidade, ao longo dos anos, as OG são um meio privilegiado de verificação quer da evolução concetual inerente ao património cultural esplanadas na CPM1972, quer do estágio das próprias diretivas e normas de acesso à LPM, mas também, à qualidade dos processos de candidatura PM.

Caracterização evolutiva das OG e análise de resultados da LPM

Do ponto de vista metodológico, interessa aqui, por questões de abordagem que se pretende sobretudo qualitativa, analisar a evolução do conteúdo das OG, tendo as OG2016 como referência atual.

Foram consideradas duas vertentes para o estudo, os conceitos fundamentais da CPM1972, como *Património Mundial* e *Valor Universal Excecional*, e aqueles que foram sendo introduzidos pelas OG, como *autenticidade*, *integridade*, *representatividade*, *equilíbrio* e *credibilidade*. Como estes conjuntos foram evoluindo, ajustando e atualizando em relação às exigências de cada contemporaneidade, nomeadamente, a democratização do património e a diversidade cultural e, assim, posicionar o discurso oficial do PM. Ao longo de quarenta anos de OG (1977-2017), o conteúdo evolutivo permite observar, em primeiro lugar, a organização e a construção do discurso oficial do Comité do PM, bem como a incorporação das influências dos debates sobre a proteção e salvaguarda do património e a sua representatividade na LPM.

Como já se referiu, a análise destes temas permite traçar o perfil evolutivo dos conceitos e das políticas de gestão que foram sendo tidos como relevantes e pertinentes pelo Comité do PM e, assim, serem estabelecidos como atualizações da CPM1972. Para tal, recorre-se apenas aos documentos das versões originais das OG⁹³, na língua inglesa, para os termos e expressões linguísticas não sofrerem qualquer interferência acrescida. Deste modo, para esta caracterização evolutiva, são consideradas todas as versões originais e oficiais das OG, desde as OG1977-2⁹⁴, consideradas como versão preliminar oficial, até à última em vigor, as OG2016⁹⁵, ou seja, 20 documentos. Perante quarenta anos da evolução do conteúdo e do contexto de um documento, considera-se que o período temporal, por década, se pode traduzir num escalonamento operativo do detalhe evolutivo dos temas, já que permite verificar as possíveis influências dos debates teóricos que foram ocorrendo dentro e fora do âmbito do PM.

⁹² As quarenta versões das OG, desde textos originais, revisões, atualizações e traduções, foram publicadas em 30/06/1977, 20/10/1977, 09/1978, 21/04/1980, 17/07/1980, 10/1980, 11/1983, 01/1984, 01/1987, 12/1988, 27/03/1992, 02/1994, 02/1995, 02/1996, 02/1997 (publicadas, novamente, em 02/1998), 03/1999, 07/2002, 02/2005, 01/2008, 07/2010, 05/2011, 05/2012, 07/2012, 06/2013, 07/2015, 10/2016. Todas as versões são disponibilizadas pelo Centro do PM, exceto as revisões das OG de 21/04/1980 e 17/07/1980. Cf. <http://whc.unesco.org/en/guidelines/>, acessado em 01/06/2017.

⁹³ Por uma questão de identificação da versão das OG, a sua representação será feita com o anexo do ano de produção do texto em causa, como o exemplo, OG2016. A haver várias versões no mesmo ano, na língua inglesa, a identificação é feita consoante o número da versão, que é atribuído cronologicamente, por exemplo, OG1977-1 para as primeiras (30/06/1977) e OG1977-2 para as segundas (20/10/1977).

⁹⁴ Porque se trata de uma caracterização qualitativa, considerou-se que o primeiro rascunho do texto das OG1977-1 de 30/06/1977, apesar de não ser um texto oficial, deveria ser contemplado para análise. No entanto, as OG1977-1, preparadas durante a realização da 1ª sessão de Comité do PM realizada em Paris, entre 27 de junho e 1 de julho de 1977, por uma comissão de trabalho específica para a conceção das OG e constituída pelo próprio Comité, pelo ICOMOS, pelo ICCROM e pela IUCN, não apresentam a inclusão dos parágrafos 8 a 14, correspondentes aos pontos B e C, do tema *I – Establishment of the World Heritage List*. Esses pontos *B – Criteria for the inclusion of cultural properties in the World Heritage List* e *C – Criteria for the inclusion of natural properties in the World Heritage List* foram desenvolvidos pelos dois grupos de trabalho consultivos. O ponto B foi desenvolvido pelo ICOMOS, que trabalhou sobre a noção do VUE e pelo ICCROM, que fez uma análise do VUE para os bens culturais e o ponto C foi desenvolvido pela IUCN, que fez proposta idêntica sobre o VUE para os bens naturais. Consequentemente, só com a inclusão dos pontos B e C no texto final, em 20/10/1977, é que as OG1977-2 passam a ser consideradas como versão preliminar oficial.

⁹⁵ À data da realização desta investigação já tinha sido disponibilizada e apresentada a versão OG2017 pelo Secretariado do PM, para ser discutida para aprovação na sessão 41ª do Comité para o PM, realizada entre 2 e 12 de julho de 2017. Pese embora, houvesse proposta de alteração de texto, tal proposta não produzia nenhuma alteração aos pontos e assuntos em causa. Adicionalmente, pela lógica de agrupamento dos textos, as OG2017 seriam o primeiro texto constituinte da quinta década de OG. Por estes motivos, o documento das OG2017 não era considerado para o presente estudo.

O primeiro texto das OG1977-2 sofreu muitas transformações e atualizações durante o tempo que o separa da redação do texto das OG2016. Mas este processo evolutivo de constante aprendizagem e ajuste, pelo debate e pela experiência, permite verificar a abertura gradual do Comité do PM, para a inclusão de patrimónios, nas suas mais diversificadas manifestações culturais materiais, que também refletem os vários modos de vida, de ocupação e inter-relação com o território.

Se o primeiro texto teve por base direta de influência o texto da CPM1972, há três premissas concetuais que importam referenciar e que vão sendo incontornáveis durante a história das OG: a articulação do *PM* em duas diferenciações possíveis, o *património cultural* e o *património natural* e, ainda o *Valor Universal Excepcional*, que qualquer património deve justificar para poder ser inscrito na LPM. A partir desta base, estes conceitos vão sofrendo alargamentos, especificações, desdobramentos e, porventura, condicionantes, mas nunca se vão perder. Com a redação das OG são acrescentados mais dois conceitos essenciais no discurso do PM, a *autenticidade* e a *integridade*. Curiosamente, até às OG1992, os bens culturais deviam fazer prova da sua *autenticidade*, para atestar o seu VUE e, os bens naturais deviam fazer prova da sua *integridade*, para atestar o seu VUE. Ou seja, até às OG1992, a autenticidade e a integridade eram equiparadas aos critérios para justificar o VUE, mas enquanto, que os critérios eram escolhidos em função da especificidade de um bem em causa, a autenticidade era obrigatória para qualquer candidatura de bem cultural e a integridade era obrigatória para qualquer candidatura de bem natural.

DÉCADA 1977-1986 (OG1977-2, OG1978, OG1980-3, OG1983 e OG1984):

A primeira década (1977-1986) pode ser caracterizada por ser uma abordagem de ajuste constante, quer da estrutura do texto, quer do seu conteúdo concetual e teórico, aos resultados que iam definindo a LPM.

A primeira grande introdução para justificar o VUE de um bem passível de ingressar na LPM passou pela definição de dez critérios, seis dedicados ao VUE de património cultural e quatro dedicados ao VUE de património natural, introduzida nas OG1977-2. Estes critérios teriam que ser abrangentes o suficiente para poderem justificar, quer individualmente, quer em associação com outros critérios, a inscrição de diferentes patrimónios, para cada caso, no debate entre o Estado-parte e o Comité do PM, em que se torna um processo de candidatura a PM.

Outra constatação, decorrente dos resultados da LPM⁹⁶, prende-se na necessidade de alargar o espectro de abrangência do património. Se no primeiro ano, houve 12 inscrições na LPM, 8 culturais e 4 naturais, distribuídos por 7 Estados-parte, no segundo ano verifica-se um aumento destes números. Em 1979, há 34 novas inscrições de bens culturais, 8 de bens naturais e 3 de bens considerados culturais e naturais, finalizando um total de 45 novas inscrições na LPM. Ora, logo no segundo ano de LPM, fica demonstrada essa necessidade para incluir aqueles patrimónios que eram uma mistura de bem cultural com bem natural.

Também a partir destes resultados, as OG1980 introduzem um novo tema, que já aponta para a necessidade de estabelecer um equilíbrio representativo entre os bens culturais e naturais inscritos na LPM, abrindo a oportunidade para a sua discussão e investigação, nos anos seguintes.

Do ponto de vista formal para o enquadramento da submissão de candidaturas para inscrição na LPM, nesta primeira década de OG, evidencia-se a exigência de apresentação de detalhes de medidas de proteção administrativas e legais; diagnósticos do estado de conservação e de preservação do bem; a definição dos responsáveis tutelares do bem, sua propriedade e gestão, nos planos nacional, regional e local; planos de gestão ou propostas para esses planos; planos diretores locais e/ou regionais de desenvolvimento urbano.

⁹⁶ Conferir “Quadro 3 – Lista do Património Mundial em números (década 1977-1986)” e “Quadro 4 – Lista do Património Mundial em números (década 1977-1986): relação do número de Estados-parte que inscreveram bens na LPM, por região”, em Anexos, na presente tese.

DÉCADA 1987-1996 (OG1987, OG1988, OG1992, OG1994 e OG1996):

A segunda década (1987-1996) assume contornos particulares, porque é influenciada pelo estudo desenvolvido pelo ICOMOS⁹⁷, entre 1987 e 1993, subordinado à reflexão da diversidade cultural que a LPM deveria assumir, para se tornar representativa dessa diversidade. O estudo evidenciava as lacunas, deficiências e desequilíbrios da LPM, nomeadamente a elevada representação de bens na Europa e de categorias patrimoniais, como *idades históricas, monumentos religiosos, períodos históricos ou arquiteturas de elite* (por contraponto à arquitetura popular), enquanto outras regiões do mundo e *culturas vivas e/ou tradicionais* estavam sub-representadas. Nas OG1988, o Comité já sugeria aos Estados-parte a reduzirem, por iniciativa própria, as candidaturas de bens culturais, numa tentativa de equilibrar os resultados da LPM.

A LPM representava, sobretudo, o conceito monumental do património cultural, *ignorando o facto de que não é só o conhecimento científico, mas também as atitudes teórico-intelectuais sobre a extensão da noção de património cultural*, aliado com a perceção e conhecimento da história das sociedades que havia mudado nos últimos 20 anos. Em 1993, dos 410 bens inscritos, 305 eram bens culturais, 86 bens naturais e 19 mistos⁹⁸, sendo que a maioria se localizava na Europa, nas categorias assinaladas.

Se em 1972, a noção de património estava delimitada, sobretudo, por uma abordagem de arquitetura monumental, em 1994, essa delimitação tinha-se alargado à sua relação com a sociedade, os seus valores comuns e até às relações com outros modos de vida e culturas. O património passa a ser um produto social, porque representativo de um valor de grupo com contexto multidimensional, pela complexidade das diversidades de modos de vida, crenças, tradições e sistemas de conhecimento.

Assim, em dezembro de 1994, o Comité adota uma Estratégia Global, visando garantir uma LPM *representativa, equilibrada e credível*, reflexo da diversidade cultural existente, com reflexos na OG1996. O objetivo passava por alargar a abrangência da LPM e, além disso, o Comité do PM também pretendia sistematizar os processos e as metodologias de implementação da Convenção, que contava já com 139 Estados-parte. Esta sistematização promovia junto dos Estados-parte a importância da preparação das Listas Indicativas como instrumento de gestão dos patrimónios nacionais, numa lógica de se passar a equacionar candidaturas patrimoniais de categorias e de regiões que não estivessem tão representadas na LPM.

Mas este ano de 1994 produziu um outro debate, que foi traçando ligações de influência para a Estratégia Global. Da Conferência de Nara, realizada entre 1 e 6 de novembro de 1994, surge o Documento de Nara sobre autenticidade, reportando a evolução do conceito e a diferença do seu entendimento e, por isso, da sua aplicabilidade, conforme a realidade cultural de abordagem.

Do ponto de vista formal para a submissão de candidaturas, verifica-se uma evolução na abordagem à gestão do bem. Evidencia-se a exigência de apresentação de previsões de aplicação de medidas preventivas e de contraordenações em cenários de transformação do contexto urbano, nomeadamente, do aumento da altura, cêrcea e volumetria dos edifícios e da potencial especulação imobiliária; bem como a obrigatoriedade de apresentação de elementos visuais, com recurso a levantamentos fotográficos, que mostrassem especificamente a vista aérea, a vista dos monumentos, vistas panorâmicas do perímetro externo do bem proposto, com diferentes ângulos e direções, sob o propósito de se avaliar tanto a *skyline* do contexto urbano do bem, como a vista que a partir do bem se teria sobre o enquadramento e paisagem urbana (*townscape*).

DÉCADA 1997-2006 (OG1997, OG1999, OG2002 e OG2005):

Já a terceira década de OG (1997-2006) pautou-se pelo balanço que foi feito da implementação da Estratégia Global, em 2004, ou seja, dez anos após a sua adoção. Esse balanço foi fundamentado com os relatórios que foram sendo produzidos de análises realizadas aos resultados da LPM, pelo ICOMOS e pela IUCN. O ICOMOS apresentou duas razões para as falhas encontradas na LPM. Uma estrutural, relacionada com os processos de candidatura, com a gestão e a proteção patrimonial. Outra, qualitativa, relacionada

⁹⁷ Este estudo do ICOMOS volta a ser abordado no artigo “Paisagem Urbana Histórica, a *Lusa Atenas* como matriz cultural de Coimbra”, no capítulo 7, da Parte III, da presente tese.

⁹⁸ Conferir “Quadro 5 – Lista do Património Mundial em números (década 1987-1996)” e “Quadro 6 – Lista do Património Mundial em números (década 1987-1996): relação do número de Estados-parte que inscreveram bens na LPM, por região”, em Anexos, na presente tese.

com o conteúdo justificativo e a forma de realização das candidaturas, com implicações diretas, nas suas análises e avaliações. A IUCN considerava que, quer os bens naturais, quer os mistos se encontravam equilibrados na representação e distribuição global, apesar do grande desequilíbrio para os bens culturais⁹⁹, e apontava as categorias sub-representadas na LPM, como os pastos tropicais/temperados, as savanas, sistemas de lagos, tundras e sistemas polares e desertos gelados.

A partir do balanço realizado, o Comité teceu esforços no sentido de amenizar e controlar as falhas verificadas, como a criação de novas categorias patrimoniais (paisagens culturais, itinerários, património industrial, desertos, costas marítimas e ilhas pequenas), para além de organizar conferências e eventos internacionais em África, Pacífico, Países Árabes, Caraíbas e Ásia, que de acordo com o Comité, acolheu resultados positivos para a implementação da CPM1972, nessas regiões. Uma outra medida adotada foi o aumento da triagem e pré-seleção de candidaturas e a limitação do número de candidaturas, quer para avaliação do Comité do PM¹⁰⁰, quer para submissão de cada Estado-parte (World Heritage Committee, 1994).

A propósito das comemorações dos 30 anos de CPM1972, o Comité do PM adota a Declaração de Budapeste de 2002, a identificar os 5 objetivos estratégicos do Comité, conhecidos como os 5 Cs, credibilidade, conservação, competências, comunicação e comunidades; em 2003, adota a Convenção para a proteção do Património Cultural Imaterial (C. B. Cabral, 2011; UNESCO Intangible Cultural Heritage Section, 2016), alargando a escala de reconhecimento patrimonial, assente na diversidade das manifestações culturais à escala global, recentrando a inter-relação ser humano/comunidade/património; e, em 2005, adota a Convenção para a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais.

Esta década, permitiu que fossem feitos o reconhecimento e a promoção da mais-valia da multiculturalidade na assunção da diversidade cultural mundial. Assumindo que todas as culturas são manifestações da inter-relação entre as comunidades e o território, foi estabelecida uma prioridade de investimento no esforço pedagógico estratégico, através de programas educativos sobre este tema, muitos direcionados às novas gerações e através do reforço e promoção da investigação científica. Se um dos motivos apontados pela UNESCO para o desenvolvimento dos períodos de guerra, ao longo da história, era a falta de conhecimento e, conseqüentemente, a falta de tolerância para com o outro, na negação do princípio democrático pela igualdade de direitos entre os homens, então a proposta para a próxima etapa do PM colocava-se na realização de ações para comunicação, cooperação e criação de competências, de forma a atingir os objetivos propostos pelos 5 Cs.

Quanto à formalização de submissão de candidaturas, a evolução verificada depreende-se da estruturação e da maior especificação de todas as exigências até aí impostas, incutindo um procedimento burocrático sistematizado capaz de uniformizar os processos. Dos itens exigidos para submissão encontravam-se a identificação, a justificação da candidatura, a descrição, a gestão, os fatores de afetação do bem, a monitorização e outra documentação relevante para o enquadramento do bem, nomeadamente, para resposta aos itens exigidos nas décadas anteriores.

DÉCADA 2007-2016 (OG2008, OG2011, OG2012, OG2013, OG2015 e OG2016):

A última década (2007-2016), que culminava com as OG2016, caracterizava-se pelo reforço da investigação, cada vez mais específica, sobre os vários temas, de modo que a LPM pudesse promover a diversidade cultural como uma mais-valia para o desenvolvimento do ser humano, enquanto ator numa comunidade global, pelo exercício de identificação dos bens com VUE, representativos de todos os povos e culturas de todo o mundo.

À semelhança das décadas anteriores, a discussão sobre o VUE e a sua aplicabilidade, através dos seus critérios justificativos, tornava-se central. A equação era colocada ao nível da qualidade e da quantidade de requisitos exigíveis, para cada critério poder ser aceite na justificação do VUE de um bem candidato à LPM, assim como, ao nível da qualidade da própria justificação dada pelo Estado-parte, que podia não ser

⁹⁹ Conferir “Quadro 7 – Lista do Património Mundial em números (década 1997-2006)” e “Quadro 8 – Lista do Património Mundial em números (década 1997-2006): relação do número de Estados-parte que inscreveram bens na LPM, por região”, em Anexos, na presente tese.

¹⁰⁰ O Comité do PM deverá analisar até 45 candidaturas de bens, por ano, até 01/02/2018, tendo em conta alguns parâmetros de prioridades definidas no caso de esse número ser superior, conforme alíneas b e c, do parágrafo 61, do ponto II-B, das OG2016. A partir dessa data, o número de candidaturas avaliadas por ano será reduzida para 35.

precisa ou até nem descrever a situação em causa, como sugeriam alguns relatórios apensos às decisões do Comité do PM, disponibilizados *online*. Além disso, o debate continuava sob a perspetiva de identificar o maior número possível de casos, em que se poderiam verificar os dez critérios, quer por representação geográfica, quer por categoria de património¹⁰¹ (Quadros 9 e 10).

Perspetivando a capacidade de crescimento do número de Estados-parte da CPM1972, para atestar a sua credibilidade, o Comité do PM já só tem mais duas angariações possíveis. De acordo com a sua informação, a Organização das Nações Unidas (ONU) é constituída por 193 Estados-membro, sendo considerados a Santa Sé (Vaticano) e o Estado da Palestina como Estados-não-membro, embora com estatuto de Estados-observador-permanente. A UNESCO, por seu turno, é constituída por 195 Estados-membro (iguais direitos e deveres), por 11 Estados-associado¹⁰² (UNESCO, 2018, pp. 215–220) e um Estado-observador (Santa Sé), transformando-se, efetivamente, na entidade transgovernamental mais abrangente de representação política, ao nível mundial e, a CPM1972, enquanto instrumento político¹⁰³ da UNESCO, alcançaria o mesmo sucesso, ao longo dos últimos quarenta anos, tendo 193 Estados-parte recorrido às figuras da ratificação, aceitação ou adesão para implementar a CPM1972¹⁰⁴. Consideramos que, de facto, este *poder* de representação e este sucesso, só se efetivavam a partir do momento em que a LPM se assumia como palco de ação principal da implementação da CPM1972¹⁰⁵, o que só ocorreria em 1978, com as suas primeiras inscrições (doze, no total). Sendo assim, a CPM1972 ainda pode crescer, já que os Estados reconhecidos pela UNESCO (Estados-membro e Estados-observador) podem ratificar, aceitar ou aderir à CPM1972. Ainda assim, em 31/01/2017, 28 Estados-parte da CPM1972 não apresentavam inscrições de bens na LPM, sendo que 7¹⁰⁶ desses Estados-parte não perspetivavam inscrições de bens na respetiva Lista Indicativa. Ou seja, 186 Estados-parte da CPM1972 ou já efetuaram, pelo menos, uma inscrição na LPM, ou assumem a perspetiva de inscrição futura¹⁰⁷.

Por tudo isto, as OG, enquanto ‘texto vivo’, já são, só por si e, em conjunto com a CPM1972, património do PM, pelo seu estatuto operativo e pela sua constante avaliação, atualização e reformulação. No entanto, perspetiva-se que o próximo estágio da estratégia da criação de sinergias, para uma divulgação e um acesso global entre as várias comunidades e patrimónios do mundo, tem que sofrer uma variação na ambição para garantir uma democracia patrimonial à escala global. A nova estratégia terá que passar, claramente, por assumir a promoção de uma cooperação intercultural, pela lógica do estabelecimento de laços emotivos entre as comunidades e as diversidades do património, pela promoção do seu conhecimento e da sua compreensão.

¹⁰¹ Conferir “Quadro 9 – Lista do Património Mundial em números (década 2007-2016), até 31/01/2017” e “Quadro 10 – Lista do Património Mundial em números (década 2007-2016): relação do número de Estados-parte que inscreveram bens na LPM, por região”, em Anexos, na presente tese.

¹⁰² São considerados Estados-associado aqueles que não são responsáveis pela condução das relações internacionais subjacentes aos seus territórios, de acordo com o ponto 3, do artigo 2º da Constituição da UNESCO (UNESCO, 2018, p. 7). Dos 11 Estados-associado fazem parte: Anguilla, Aruba, Curaçau, Ilhas Virgem Britânicas, Ilhas Caimão, Monserrate e São Martinho (Caraíbas); Ilhas Faroé (Europa); Macau (China); Nova Caledónia (Melanésia); e, Tokelau (Nova Zelândia).

¹⁰³ Existem três tipos de instrumentos legais para exposição de princípios e políticas de alcance internacional, à disposição da UNESCO a Convenção (sujeita a ratificação, aceitação ou adesão), a Recomendação e a Declaração, de acordo com a Constituição da UNESCO. Cf. (UNESCO, 2014).

¹⁰⁴ Dos 193 Estados-parte da CPM1972 (por ratificação, aceitação ou adesão), 192 são Estados-membro da UNESCO (exceto Nauru, Somália e Tuvalu) e 1 é a Santa Sé. A título de exemplo, veja-se os dois casos Estados-não-membro da ONU, a Santa Sé e o Estado Palestino (por Resolução A/RES/67/19 de 29/11/2012, da Assembleia Geral): a Santa Sé (Vaticano), que não se constitui como Estado-membro da UNESCO, aderiu em 07/10/1982 à CPM1972; e, o Estado da Palestina, enquanto Estado-membro da UNESCO (desde 23/11/2011), decidiu ratificar a CPM1972 em 08/12/2011.

¹⁰⁵ Conferir “Quadro 11 – Lista do Património Mundial em números (década 2007-2016), até 31/01/2017”, “Quadro 12 – Lista do Património Mundial em números (década 2007-2016): relação do número de Estados-parte que inscreveram bens na LPM, por região”, “Quadro 13 – Lista do Património Mundial em números: síntese da relação do número de Estados-parte sem inscrição de bens na LPM, por região, até 31/01/2017” e “Quadro 14 – Lista do Património Mundial em números: síntese da relação do número de Estados-parte sem inscrição de bens na Lista Indicativa, por região, em 31/01/2017”, em Anexos, na presente tese.

¹⁰⁶ Designadamente, Guiné Equatorial, Ruanda, São Tomé e Príncipe e Sudão do Sul (África); Ilhas Cook, Niue e Timor Leste (Oceânia).

¹⁰⁷ Os Estados-parte Angola e Eritreia (África) fizeram a inscrição do primeiro bem na LPM em 2017, pelas decisões adotadas durante a 41ª sessão do Comité do PM, em Cracóvia, entre 2 e 12 de julho.

Considerações finais

Tendo em conta os pilares fundamentais da base de atuação da UNESCO, educação, ciência e cultura, postos em ação por abordagens diplomáticas e, tendo o património como recurso de um determinado local e de determinada identidade cultural, parece claro, a UNESCO assumir que uma das formas de contribuir para a paz entre os povos é através da promoção mundial desse património, da sua proteção e salvaguarda, assumindo-o como património de todos os povos do mundo.

Importa, por isso, abarcar a maior diversidade possível de patrimónios que, tal como a arca de Noé, pretende ser o inventário mais credível dessa diversidade cultural. Assim, as OG são um instrumento técnico essencial para se traçar o perfil evolutivo do discurso político oficial do PM, patente na CPM1972, com a sua filosofia abrangente e integradora de patrimónios representativos da diversidade cultural existente, como forma de garantir uma maior acessibilidade, em dois vetores: na abertura processual e metodológica dos múltiplos patrimónios às sinergias produzidas pelos resultados de uma inscrição na LPM e, ainda, no acesso dos cidadãos do mundo ao próprio património, pela divulgação e comunicação dos resultados.

Estas tentativas de democratização do acesso à LPM e do reforço da sua, cada vez, maior representatividade, em novas categorias que permitem integrar uma maior diversidade de bens, foi sendo feita, tendo um rol de críticas ao Comité do PM, aos seus Estados-parte e aos procedimentos de ambos. No entanto, os resultados da implementação da CPM1972 falam por si. Tendo em conta que a identidade coletiva se define no poder de representação da comunidade (enquanto grupo), então a CPM1972 (instrumento político da UNESCO) constitui-se como a identidade coletiva do grupo (UNESCO), onde se desenha o valor comum assente na promoção de paz mundial, através da proteção e salvaguarda de um património que é de todos. Neste caso, a comunidade PM é representada por 193 Estados-parte da CPM1972, conforme se verifica pelo exposto nos Quadros¹⁰⁸ 4, 6, 8, 10, 12 e 13. Este facto torna o PM mais democrático, porque cada vez mais acessível em liberdade, a qualquer cidadão do mundo e, como sugerem os textos citados, estabelecendo-se como uma democracia patrimonial global.

Todas as evidências representativas dos vários campos, que uma comunidade opta por incorporar, manter, acrescentar ao seu espaço de atuação territorial, são representativas, também, da reciprocidade relacional entre comunidade e espaço, manifestando-se no seu contexto material e imaterial. Mas, muitas vezes, o maior entrave ao entendimento da dimensão patrimonial que determinado bem representa para uma comunidade, está nas mentalidades e falta de conhecimento intercultural. E talvez seja esse o desafio para a nova década de OG: promover as relações interculturais para consolidar uma democracia patrimonial global.

¹⁰⁸ Conferir “Quadro 4 – Lista do Património Mundial em números (década 1977-1986): relação do número de Estados-parte que inscreveram bens na LPM, por região”, “Quadro 6 – Lista do Património Mundial em números (década 1987-1996): relação do número de Estados-parte que inscreveram bens na LPM, por região”, “Quadro 8 – Lista do Património Mundial em números (década 1997-2006): relação do número de Estados-parte que inscreveram bens na LPM, por região”, “Quadro 10 – Lista do Património Mundial em números (década 2007-2016): relação do número de Estados-parte que inscreveram bens na LPM, por região”, “Quadro 12 – Lista do Património Mundial em números (década 2007-2016): relação do número de Estados-parte que inscreveram bens na LPM, por região” e “Quadro 13 – Lista do Património Mundial em números: síntese da relação do número de Estados-parte sem inscrição de bens na LPM, por região, até 31/01/2017”, em Anexos, na presente tese.

Candidatura

*[Na cidade] é preciso trabalhar com um tempo mais dilatado.
Se se está continuamente a negar o que anteriormente se fez,
a cidade não beneficia, perde-se o fio condutor.
Gonçalo Byrne, 2006¹⁰⁹*

¹⁰⁹ Cf. (Byrne, 2006, p. 73).

Capítulo 3: Candidatura a Património Mundial: Univer(sc)idade de Coimbra [Alta e Sofia]

3.1 Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade¹¹⁰

Resumo

Em 22 de Junho de 2013, o bem Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) era inscrito na Lista do Património Mundial (LPM), na 37ª sessão da Convenção para a Proteção do Património Mundial, decorrida no Camboja. Todavia, o processo de candidatura de Coimbra submetido à UNESCO começaria no início da década de 80 do século XX, com contornos diferentes do que agora era considerado para inscrição na Lista do Património Mundial, podendo ser diferenciadas três fases que se vão interligando, pela cadência dos acontecimentos.

O propósito deste trabalho constituía-se por evidenciar as fases deste processo, que seria uma das primeiras iniciativas nacionais para obtenção do título da UNESCO, incidindo, particularmente, na última fase de candidatura protagonizada pela Universidade de Coimbra e realçando a valência das leituras diacrónica e sincrónica para a sua construção e para a valorização patrimonial dos conteúdos a classificar.

Este caso permite dar uma perceção do entendimento do processo submetido à UNESCO, cuja evolução culminava com a proposição da componente material associada à imaterial, que do ponto de vista estratégico classificativo, se traduzia numa inovação em relação às demais candidaturas.

Palavras-chave: processo de candidatura a Património Mundial, Coimbra, património, Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, UNESCO.

¹¹⁰ Este texto tem por base o artigo submetido e aceite para comunicação realizada e enquadrada no tema *Contemporaneidade e valores do património*, no Encontro *Patrimonialização e sustentabilidade do património: reflexão e prospectiva*, realizado em Lisboa, entre 27 e 29 de novembro de 2014, organizado pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, cuja comissão organizadora era composta por Graça Filipe (IHC-FCSH-UNL), Fernanda Rollo (IHC-FCSH-UNL), Paula Godinho (IELT-FCSH-UNL), Raquel Henriques da Silva (IHA-FCSH-UNL) e José Picas do Vale (IHC-FCSH-UNL). O artigo referente à comunicação foi publicado, em 2018, no *e-book* das atas do Encontro. Cf. (Capela & Murtinho, 2018).

Introdução

“A chuva caiu sobre a terra durante quarenta dias e quarenta noites (Gênesis, 7: 12)

todos os seres que tinham sopro de vida e viviam na terra firme morreram (Gênesis, 7: 22).

Desapareceram da face da terra, excepto Noé e os que se encontravam com ele na arca (Gênesis, 7: 23).¹¹¹

Depois de uma era da transformação dos pináculos em chaminés e de uma fase de destruição, subjacente aos períodos de Guerras Mundiais, transnacionais e civis, o mundo entrava numa outra, sob o mito de Noé, que tal como defendia Michel Lacroix (1997), seria uma era de salvaguarda e conservação de tudo o que tem valor para transmitir às gerações futuras. Uma candidatura patrimonial enquadrava-se nesse desígnio de se querer transmitir valores que foram importantes para a construção de uma identidade, que continuam a ser e que continuarão a ser importantes no futuro: a transmissão depende do que se quer e como se quer transmitir, o que, necessariamente, implica uma seleção e uma política. Sophia Labadi e Colin Long esclareciam que, cada vez mais, as políticas do âmbito do património assumiam um papel visível, ativo e estratégico para o desenvolvimento socioeconómico de uma comunidade (Labadi & Long, 2010). Nesse sentido, acerca da importância que o domínio património tem vindo a adquirir na vida da sociedade contemporânea, Lacroix defendia que, na contemporaneidade, as ações de proteção e salvaguarda do património se enquadravam segundo *o princípio de Noé* (Lacroix, 1997). Para tal tem vindo a contribuir a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), fundada em 16 de novembro de 1945, para integrar a Organização das Nações Unidas (ONU), no período pós-Segunda Guerra Mundial, com as suas políticas direcionadas à construção de discursos de paz, através de ações de valorização, proteção e salvaguarda, que assentavam numa base propositiva de incentivo de práticas e ações, que visavam responsabilizar, internacionalmente, os Estados e a incitá-los a serem os guardiães de um património que era comum a toda a humanidade, conforme já avançava o texto da *Carta de Atenas*¹¹², de 1931.

Uma candidatura a Património Mundial (PM) concorre dentro dos pressupostos políticos estabilizados pela UNESCO, na Declaração de Paris – a *Convenção sobre a protecção do Património Cultural e Natural Mundial*, de 1972¹¹³ (CPM1972) e em conformidade com as indicações técnicas estipuladas pelas *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention* (OG)¹¹⁴. Tais pressupostos designavam que uma candidatura a PM se constitui numa candidatura nacional, ou seja, a responsabilidade da candidatura recai sobre o Estado-parte, que declara o Valor Universal Excecional do bem e que tem tutela jurídica sobre o bem a classificar (artigo 4º) com vista a ser inscrito na Lista do Património Mundial (artigo 11º, CPM1972); adicionalmente, o bem proposto tem que integrar uma das duas categorias definidas, património cultural (artigo 1º, CPM1972; ponto 45, OG) ou património natural (artigo 2º, CPM1972; ponto 45, OG), ou misto cultural e natural (ponto 46, OG), ou paisagens culturais

¹¹¹ Cf. (Alves, Couto, & Mendonça, 2013, pp. 33–35).

¹¹² O conceito ‘Património Mundial’ começava a ganhar forma no texto da Carta de Atenas de 1931, onde se exprimia que “*les monuments historiques sont évoqués en termes de «patrimoine artistique et archéologique de l’humanité»*” (Choay, 2002, pp. 8–9) e que interessavam à “*communauté des États, gardiens de la civilisation*” (Choay, 2002, pp. 8–9). Formalmente, o conceito era reconhecido em 1972, na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (CPM1972), pela UNESCO, em Paris. Para uma leitura mais aprofundada sobre o conceito PM consultar o estado da arte “O projeto do discurso: a constituição de uma matriz teórica”, no capítulo 1 e, sobre a CPM1972 ver o artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, da Parte I, da presente tese.

¹¹³ A República Portuguesa ratificou a CPM1972, pelo Decreto nº 49/79, publicado no Diário da República, 1ª série, nº 130, de 06/06/1979, p. 1259-1272, depois de ter sido aprovada a respetiva decisão, em 18/04/1979, pelo Conselho de Ministros e, em 11/05/1979, pelo Presidente da República. A República Portuguesa depositava o seu instrumento de ratificação em 02/10/1980, conforme Aviso publicado no Diário da República nº 264, I série, de 14/11/1980 (MNE-DGNP, 1980), entrando em vigor no dia 02/01/1981, conforme os termos do artigo 33º, da CPM1972. De acordo com a informação cedida pela UNESCO e o Centro do PM, o instrumento de ratificação foi depositado junto do secretário-geral da UNESCO, pelo representante de Portugal na UNESCO, em 30/09/1980.

¹¹⁴ Sobre este tópico, consultar o artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, da Parte I, da presente tese.

(ponto 47, OG); cabendo ao Estado-parte declarar o seu Valor Universal Excepcional (VUE) (pontos 49 a 53, OG), justificando-o através dos dez critérios possíveis (ponto 77, OG) e, ainda, a sua autenticidade (pontos 79 a 86, OG) e integridade (pontos 87 a 95, OG) (UNESCO World Heritage Centre, 2017).

A Lista do Património Mundial (LPM) (artigo 11º, CPM1972), qual *Arca de Noé*, era inaugurada pelo Comité do Património Mundial, em 1978, com a inscrição dos primeiros 12 bens de declarado VUE, conforme estava previsto na CPM1972, que havia entrado em vigor, em 17 de dezembro de 1975¹¹⁵ (UNESCO World Heritage Centre, 2017).

Coimbra Património Mundial: o processo de candidatura

Em 22 de junho de 2013, a Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC – AS) via reconhecido o seu VUE e era inscrita na LPM (World Heritage Committee, 2013, pp. 208–209), na 37ª sessão da Convenção para a Proteção do Património Mundial, decorrida em Phnom Penh no Camboja.

No entanto, Coimbra havia sido protagonista de um desígnio de aspiração ao universo do PM, nos inícios da década de 80 do século XX, com o pedido de abertura de um processo de candidatura para ser submetida à UNESCO, com contornos diferentes daquele que conhecia sucesso em 2013. Ao longo do processo sequencial das propostas de candidatura de Coimbra à UNESCO, podiam ser diferenciadas três fases que se iam interligando, pela cadência dos acontecimentos. Um desígnio que foi evoluindo ao longo do tempo e do espaço, conforme as políticas e os entendimentos implementados e os intervenientes no processo.

As primeiras inscrições na LPM, em 1978, consumavam-se no rescaldo de décadas produtivas de debate teórico e iniciativas de regulamentação normativa internacional¹¹⁶, como se verificara nas décadas após a Segunda Guerra Mundial, bem como, de propostas de intervenção em contexto urbano destruído¹¹⁷ ou consolidado¹¹⁸, que contribuíram para a aclamação de temas, denominações e conceitos, entre os quais o debate realizado sobre o tema/conceito *Centro Histórico*¹¹⁹. A prática da intervenção sobre o património urbano adicionava complexidade ao debate internacional, sobretudo, pela assunção da ideia de *centro*

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Sublinham-se alguns exemplos como: em 1954, a UNESCO promovia a Convenção de Haia para a *Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado*; em 1959, a UNESCO desenvolvia uma campanha internacional de debate e angariação de fundos para salvar os templos de Abu Simbel e Filae (Egipto), face à construção da barragem de Assuão e, ainda nesse ano, era criado o *Centro Internacional de Estudos para a Conservação e o Restauro dos Bens Culturais* (ICCROM), com sede em Roma; em 1962, em França era aprovada a *Lei Malraux* ou a *Loi des Secteurs Sauvegardés*, que previa a salvaguarda de núcleos urbanos considerados detentores de *valor e qualidade excepcional*, impondo medidas de proteção equivalentes às dos monumentos nacionais e, ainda em 1962, a UNESCO promovia a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Beleza e do Carácter das Paisagens e dos Sítios*; em 1964, surgia a redação da Carta de Veneza, de acordo com a primeira resolução do Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos e Edifícios Antigos e cuja segunda resolução previa a criação do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), que seria efetivada em 1965, com sede em Paris. Para mais informações relativas a estas iniciativas, consultar o *estado da arte*, sob o título “O projeto do discurso: a constituição de uma matriz teórica”, no capítulo 1, da presente tese.

¹¹⁷ Varsóvia, Londres, Berlim, Florença, Roma, Verona, Ruão, mais uma lista infindável de cidades, bombardeadas e destruídas, durante a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, sentiram a necessidade política e psicológica da sua reconstrução, para alojar milhões de pessoas e alavancar o relançamento económico da Europa. A reconstrução destas cidades iniciava um debate sobre o modo de intervir em cidades de escombros, cuja imagem permanecia na memória coletiva da população e era, em alguns casos, como Varsóvia, essencial para ultrapassar o drama nacional de perda de identidade causado pela destruição. Para além das perdas de vidas humanas, as populações tinham perdido as suas cidades, os seus espaços de apropriação da rotina diária das suas vidas. Cf. (Jokilehto, 2005).

¹¹⁸ A década de 1960 seria pautada com várias iniciativas que implementavam políticas urbanas, onde a proteção e a salvaguarda do património construído era assumido como premissa de projeto urbano qualificado para a cidade. Alguns casos espalhados pela Europa podem ser exemplos destas iniciativas que não assumiam, propriamente, designações ou realizações comuns, mas enquadravam-se numa política de cidade, onde as ações sobre o património urbano eram integradas nas ações de desenvolvimento e gestão dos espaços: como a *Lei dos Secteurs Sauvegardés ou Lei Malraux*, de 04/08/1962 (França); como as ações de implementação das *conservation areas*, como Bath, Chester, Chichester, York (Reino Unido); ou, como o caso de Bolonha (Itália), em 1969, por Campos Venuti e Leonardo Benevolo, numa primeira fase e, depois, por Pier Luigi Cervellati e Scannavinni numa segunda fase. Cf. (Buchanan & Ministry of Housing and Local Government, 1968; Burrows & Ministry of Housing and Local Government, 1968; Esher & Ministry of Housing and Local Government, 1968; Gabrielli, 1992; Insall & Ministry of Housing and Local Government, 1968; Jokilehto, 2005).

¹¹⁹ Não havia definição para centro histórico. Aliás, o conceito era negado em si – “*c’è il senso di una attività convergente intorno a certi spazi, a certi essenze, e naturalmente, anche di certi spazi e certi immagini, un certo aspetto e una certa figura della città... il centro storico è in realtà la città preindustriale*” (Argan, 1991, pp. 15–16).

histórico – não só o debate ocorria sobre a questão espacial, como também sobre a questão concetual. Em 1982, Giulio Carlo Argan defendia que o conceito *centro histórico* não exista¹²⁰, justificando que, enquanto conceito, era negado em si próprio, embora não houvesse uma outra expressão linguística capaz de expressar a ideia que se pretendia; em contrapartida, o termo pretendia enquadrar-se como “*il senso di una attività convergente intorno a certi spazi, a certi essenze, e naturalmente, anche di certi spazi e certi immagini, un certo aspetto e una certa figura della città... il centro storico è in realtà la città preindustriale*” (Argan, 1991, pp. 15–16). Este tópico convergia para a necessidade justificada de enquadramento, de ‘Centro histórico’ e de ‘cidade histórica’, por se constituírem categorias altamente concorridas no âmbito das candidaturas para inscrição de bens na LPM, à semelhança daquelas que foram consideradas nas primeiras ideias e propostas realizadas em Coimbra.

FASE 1 (1982-1998)

Sob o desafio proposto pelo programa organizado pelo Museu Nacional Machado de Castro (MNMC), *Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos*, entre 1981 e 1983, foram realizadas diversas iniciativas, no sentido de comemorar o septuagésimo aniversário da criação do museu em 1911, promovendo a abertura deste à cidade e à comunidade (LOPES, 1983), sob a declaração do *Ano Internacional de Recuperação das Cidades Históricas* (1981) pelo Conselho Europeu. Inicialmente, a previsão das comemorações apenas contemplavam uma agenda para o ano de 1981. A iniciativa, “*considerada pioneira*” (Franco, 1983a, p. 5), foi prolongada por 1982, sofrendo um novo prolongamento em 1983, que seria o septuagésimo aniversário da abertura do museu ao público. A Associação dos Arquitectos Portugueses, na sua circular informativa nº 4/4, de 20 de abril de 1981, anunciava esta iniciativa como sendo a “*única actividade relacionada com o Ano Internacional de Recuperação das Cidades Históricas*” (Franco, 1984, p. 134).

O propósito principal do programa dedicado ao património cultural constituía-se em “*abrir o museu à cidade, à comunidade*” (Franco, 1983a, p. 4). Todavia, um outro objetivo ficava projetado no programa, promover “*um debate tendente a definir centro histórico*” (Franco, 1983a, p. 4), através de *ideias, textos, projetos e realizações*. Conforme a diretora do MNMC, Matilde Sousa Franco¹²¹, referia, o país ainda não acompanhava as ações realizadas noutros países, designadamente, sobre a “*recuperação do património cultural em geral e, neste caso concreto, dos centros históricos (...) que na nossa legislação ainda nem sequer está definido*” (Franco, 1983a, p. 4). De facto, grande parte do programa estava direcionado para essa finalidade, tendo sido realizados diversos debates, conferências, seminários, exposições, visitas guiadas, projeção de filmes, concurso de fotografia e outras atividades. Por se considerar relevante a pertinência das atividades, enunciam-se algumas¹²²:

Em 1981: de 24 de março a 22 de abril, exposição “Monumentos Históricos e a sua conservação na República Federal da Alemanha”, com visita guiada pelo presidente do ICOMOS-Alemanha, Werner Bornheim; em 26 de maio, debate “Vivificação dos Centros Históricos”, com os arquitetos Fernando Távora, Álvaro Siza Vieira, Eduardo Souto de Moura, Alexandre Alves Costa e Hans-Jürgen Franke, o geógrafo José Pereira de Oliveira e a diretora do MNMC Matilde Pessoa de Figueiredo (Sousa Franco, era o nome contraído por matrimónio); em 27 de maio, conferências “Reabilitação dos Centros Históricos”,

¹²⁰ Em 1988, seria Stefano Musso que voltava a ponderar sobre a validade do conceito ‘centro histórico’, confrontando as linhas de argumento pró e contra (Musso, 1988); no entanto, as propostas de candidatura de núcleos urbanos, aos quais eram atribuídos as categorias ‘centro histórico’ ou ‘cidade histórica’ da LPM, continuavam a concorrer para inscrição de bens.

¹²¹ Matilde de Sousa Franco assumia o cargo de diretora do MNMC, em 14/05/1980 e deixava o cargo em abril de 1984 (Franco, 1984, p. D).

¹²² Cf. (Franco, 1983a, 1984, pp. 67–89).

pelo arquiteto Nuno Portas e “Experiências inter-nações no domínio do restauro de monumentos e conservação de Municípios”, pelo arquiteto Hans-Jürgen Franke; em 19 de junho, conferência “Zonas de proteção a imóveis classificados – procura de processos de classificação e controlo”, pelo engenheiro Manuel da Costa Lobo; em 2 de julho, conferência “O património cultural construído”, pela arquiteta Margarida Coelho; em 9 de julho, conferência “A alteração da pedra em monumentos e as ações da Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais”, pelo arquiteto Luís Amoroso Lopes; em 23 de outubro, conferência “A recriação da imagem de Coimbra e os seus valores culturais”, pelo engenheiro Manuel da Costa Lobo; em 28 de outubro, conferência “Centros Históricos e desenvolvimento urbano”, pelo arquiteto Duarte Castel-Branco; em 30 de outubro, conferência “Condições de vivificação dos Centros Históricos e classificação e reabilitação dos seus espaços urbanos e edifícios”, pelo arquiteto Duarte Nuno Simões; em 9 de dezembro, debate “Passado e Futuro da Praça do Comércio de Coimbra”, na Igreja de São Bartolomeu, com a diretora do MNMC Matilde Pessoa de Figueiredo, o arquiteto Santiago Faria e o historiador Paulino Mota Tavares;

Em 1982: em 21 de janeiro, conferência “A cidade e o meio ambiente”, pelo engenheiro Lusitano dos Santos; em 9 de março, conferência “Do conceito de cidade histórica e suas implicações sócio-culturais”, pelo geógrafo José Pereira de Oliveira; em 15, 16 e 17 de março, ciclo de conferências, debates e seminário “Recuperação dos Centros Históricos” (conservação de Cheving e da Catedral de King’s Lynn, a recuperação da cidade de Chester e vivificação da cidade de Coimbra), pelo arquiteto Donald Insall; em 16 e 17 de abril, seminário e visita guiada “Os monumentos em Coimbra”, orientado pelo historiador António Nogueira Gonçalves; em 20 de abril, em 4 de maio e 25 de maio, três conferências “Planos de urbanização para a cidade de Coimbra” (o Plano de Gröer – 1940, o Plano Almeida Garrett – anos 50 e o Plano Costa Lobo – anos 70), pelo engenheiro Lusitano dos Santos;

Em 1983: em 27 de julho, debate “Vivificação da Baixa de Coimbra”, na Praça do Comércio, com a diretora do MNMC Matilde Pessoa de Figueiredo, o arquiteto Santiago Faria e o historiador Paulino Mota Tavares.

Uma dessas iniciativas, o ciclo de conferências, debates e seminário “Recuperação dos Centros Históricos”, realizada entre 15 e 17 de março de 1982, estava a cargo do arquiteto Donald Insall¹²³, consultor da UNESCO e do Conselho da Europa e constituir-se-ia fundamental.

Em 17 de março de 1982¹²⁴, Matilde de Sousa Franco, propunha o ‘Centro Histórico de Coimbra’¹²⁵ como bem a inscrever na LPM (Franco, 1983a, pp. 5, 10–11, 1984, pp. 134, 142), assinalado por alguns edifícios

¹²³ O convite ao arquiteto inglês havia sido preparado com alguma antecedência; em 26/10/1981, sob o n.º 593 (arquivado em 28/10/1981), Matilde Sousa Franco recebia o currículo do arquiteto Insall, cedido pelo diretor do Instituto Britânico (British Council), James Herbert; o arquiteto Insall constituir-se-ia numa escolha pessoal da diretora do MNMC, devido ao seu mérito curricular, destacando-se o (mais recente) Prémio Europeu para a Preservação de Monumentos Históricos, atribuído nesse ano (1981), pelo Programa de Conservação de Chester. Cf. PT/AP-MSF.

¹²⁴ Nos finais de 1980 e inícios de 1981 – coincidente com a entrada em vigor da CPM1972 em Portugal – Matilde Sousa Franco sugeria, ao Instituto Português do Património Cultural, a colaboração da UNESCO para a “*prosecução das escavações do criptopórtico romano*” (Diário de Coimbra, 1982d) e do ICOMOS, em ofícios enviados, em 26/11/1981, para Environnement pour l’Établissement Socio-Culturel, da UNESCO (ofício n.º 623/81) e para ICOMOS (ofício n.º 622/81) (Franco, 1984, p. 12). O ofício n.º 623/81, de 26/11/1981 (duplicado, 2 folhas), enviado a Wolf Tocheman, da UNESCO – Environnement pour l’Établissement Socio-Culturel, Matilde Sousa Franco informava que no início de 1981, havia sugerido ao IPPC a solicitação de colaboração da UNESCO, para se prosseguirem as escavações do criptopórtico romano; adicionalmente, informava que havia escrito, nesse sentido, a François Leblanc, do ICOMOS e, que havia sido o arquiteto Francesco Marconi (que estaria a colaborar, ou em vias de, com a UNESCO, na recuperação de um quarteirão do centro histórico de Évora) a ceder o nome e o contacto da UNESCO. A cópia do ofício com referência RKK/24, de 11/01/1982, de François Leblanc, diretor do Secretariado Internacional do ICOMOS, para Matilde Sousa Franco, diretora do MNMC (recebido pelo MNMC sob o n.º 89, liv.º 2, de 05/02/1982), informava da receção do ofício de 26/11/1981, felicitando-a pela ação empreendida e remetendo a colaboração para o Comité Nacional do ICOMOS, em Portugal, que seria a comissão responsável pelas ações e decisões a realizar em Portugal, tendo, para tal, enviado o solicitado pela diretora do MNMC, para o seu presidente, M. C. de Castro Freire. Documentos constantes em PT/AP-MSF.

¹²⁵ Com efeito, em 01/01/1982, o *Diário de Coimbra* publicava a notícia “Documento do GGU afirma ser via para solução de problemas”, sobre o documento apresentado pelo engenheiro José Simões, do Gabinete de Gestão Urbanística (GGU), ao Executivo

notáveis¹²⁶. Conforme explicitava, o ‘Centro Histórico’ referido compreendia uma área alargada da cidade, designadamente, englobando “a Universidade, o Museu Nacional de Machado de Castro (com o criptórtico), a Sé Velha, a Sé Nova, Santa Cruz, o Jardim Botânico” (Franco, 1984, p. 142) – como defendera Insall, no seminário desse dia, “o mais importante seria proteger a silhueta da cidade”¹²⁷, concordando “inteiramente com a proposta” (Franco, 1984, p. 142).

Em 7 de junho de 1982, o Secretário de Estado da Cultura dava despacho favorável à pretensão (Franco, 1983a, p. 11, 1984, p. 134), no entanto, segundo Matilde de Sousa Franco, esta intenção seria inviabilizada pelo Instituto Português do Património Cultural (IPPC) *sem haver justificação válida*¹²⁸, uma vez que, em 7 de dezembro de 1983, Angra do Heroísmo fora inscrita na LPM e, em 1984, a análise do pedido de Coimbra ainda se encontrava retida no IPPC, alegadamente, “por ser necessário fazer o cadastro individual de cada edifício da zona” (Franco, 1984, p. 134). Com efeito, havia sido em 22 de junho de 1982, que a Comissão Nacional da UNESCO apresentava ao Estado Português, a Lista Indicativa de sete bens candidatas a PM – “Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Convento de Cristo, Castelo dos Templários, Mosteiro da Batalha, a zona monumental de Coimbra e a parte central da cidade de Angra do Heroísmo” (M. Nunes, 2006) – tendo em vista a possibilidade de realização de candidatura de inscrição de cada bem na LPM¹²⁹, para submeter ao Comité do Património Mundial da UNESCO.

Municipal, onde fazia uma análise do primeiro ano de vida do GGU, traçando um programa de ação e definindo áreas prioritárias de intervenção (Diário de Coimbra, 1982a).

Na sua edição de 18/01/1982, o *Diário de Coimbra* publicava a notícia ““Formação ecológica” e “A cidade” debatidos em Coimbra”, sobre as iniciativas de debate sobre a cidade que tinham ocorrido em 16 e 17 de janeiro; destacamos a intervenção de Lusitano dos Santos, na conferência “Defesa do ambiente base da qualidade de vida”, promovida pelo GAAC, onde a tónica do discurso foi apontada para a “abertura mais geral e integral de conservação do Património Cultural e Ambiental”, bem como, “a congestão do tráfego, poluição do ar do solo e da água, dentro das cidades, contraposto a uma escolha criteriosa da localização e expansão da cidade” e a intervenção de Mário Nunes, vice presidente do GAAC, que “disse ter que haver “um equilíbrio entre o imperativo da preservação dos bens do passado e o imperativo de responder às exigências sérias da vida contemporânea e do futuro da comunidade”” (Diário de Coimbra, 1982b).

Na sua edição de 19/02/1982, o *Diário de Coimbra* publicava a notícia “Recuperação do Centro Histórico de Coimbra será objecto de seminário a realizar em Outubro próximo”, que seria promovido pelos Serviços Municipais de Cultura e Turismo, que tendo como propósito de conhecer, debater e propor metodologias sobre a questão da salvaguarda do património arquitetónico do Centro Histórico de Coimbra, apontava para discussão os tópicos relativos aos “instrumentos legais” – indicando a classificação do Centro Histórico como Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público ou Valor Concelhio; à obrigatoriedade da conservação de imóveis classificados, que recaía sobre os proprietários; às possibilidades de expropriação; à noção de Conjunto de Interesse Arquitetónico e a sua classificação global; e às medidas cautelares como solução, na inexistência de projetos adequados de recuperação, relativas aos problemas económicos (no caso de o proprietário ser o ocupante, saber da possível debilidade económica; os planos PRID; o apoio da administração central à recuperação e outros); aos problemas técnicos, tanto ao nível de levantamento como da execução de projetos; e, à sensibilização a população para a importância da salvaguarda do património edificado (Diário de Coimbra, 1982c).

Em agosto de 1982, o *Jornal dos Arquitectos* publicava o “Regulamento do Centro Histórico da Cidade de Coimbra”, na secção de legislação, informando que o regulamento havia sido “aprovado pelo Conselho Municipal de Salvaguarda do Património Arquitetónico e Paisagístico, em 2 de Fevereiro de 1982, pelo executivo camarário em 22/3/1982, e pela Assembleia Municipal em 11/5/1982”; o regulamento delimitava a área onde se pretendia “fazer um controlo mais apertado, quer das novas construções, quer da remodelação das antigas, tendo em conta o interesse histórico-arquitetónico e arqueológico do centro histórico” e esclarecia que esse controlo pretendia estimular “projectos de melhor qualidade e não uma listagem de limitações formais ou de utilização de materiais” (Jornal Arquitectos, 1982).

¹²⁶ Nos dias seguintes, o *Diário de Coimbra* informava desta intenção (Diário de Coimbra, 1982d; Luís Santos, 1982).

¹²⁷ Durante a sua última conferência realizada em Coimbra, Donald Insall, depois de apresentar o exemplo de Chester (dia 16/03/1982), dedicava a sua última intervenção à cidade de Coimbra. Os apontamentos de Matilde de Sousa Franco, sobre a intervenção de Insall, assinalavam ①, por cima de “silhueta” e os apontamentos sequenciais referiam “Muralla – Couraça de Lisboa – deitada abaixo s/ autorização do IPPC de Lisboa | o que dá a [ilegível] a sua identidade – rio ②, colina ③, subidas ruas laterais p^a peões ④ | Em [ilegível] eram as galerias a 2 níveis, a muralha e o rio | Biblioteca, Criptórtico, S^{ta} Cruz | Cidade no seu conjunto – cidade dos edifícios | [ilegível] [ilegível], atenção constante”. Informação cedida por Matilde de Sousa Franco e constante em documento manuscrito pela própria, sem data, embora pelas informações contidas, tenha sido redigido em 17/03/1982, durante a última conferência de Donald Insall e, que faz parte do seu arquivo pessoal. Cf. PT/AP-MSF.

¹²⁸ Com efeito, a categoria de inscrição de Angra do Heroísmo seria equivalente à proposta de Coimbra, nesse sentido, entende-se a perspectiva de Matilde de Sousa Franco, quando declarava que *não havia justificação válida*, em conversa, em Lisboa, realizada em 28/11/2014.

¹²⁹ Num documento manuscrito, sem autor, intitulado “Outubro de 91 – conversa com [ilegível] Monteiro”, os apontamentos referem que havia sido “apresentada candidatura em 1983 – pelo PDM ao IPPC (que não aprova). A candidatura teve parecer prévio do Governo”, em referência a um presumível primeiro *dossier* de candidatura que, segundo a informação constante nos apontamentos, Monteiro teria indicado três considerações sobre o referido *dossier*, “custos na preparação do dossier”, “inoporuno” e “sem repercussões”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

Depois de alguns ajustes, apenas Coimbra, não seria contemplada para concretizar uma candidatura justificada para o referido fim, apesar de ter sido, uma das primeiras iniciativas nacionais a solicitar a realização de candidatura: em 18 de março de 1982, seria feito o pedido de inscrição da zona central de Angra do Heroísmo; e, em 20 de dezembro de 1982, seriam efetivadas três candidaturas à UNESCO, dos bens Convento de Cristo (Tomar), Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém (Lisboa) e Mosteiro da Batalha (Batalha), sendo efetivada a candidatura de Angra do Heroísmo (Açores) em 1983 (M. Nunes, 2006). Em 7 de dezembro de 1983, durante a 7ª sessão do Comité do PM, realizada entre 5 e 9 de dezembro de 1983, em Florença, era declarada a inscrição da Zona central da Cidade de Angra do Heroísmo (Açores), do Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém (Lisboa), Mosteiro da Batalha (Batalha) e do Convento de Cristo (Tomar), na LPM (World Heritage Committee, 1984, p. 9).

Em 1987 – ano em que o bem Monticello e Universidade de Virginia em Charlottesville (Estados Unidos da América) concretizava a inscrição na LPM (World Heritage Committee, 1988, p. 9) –, a Câmara Municipal de Coimbra (CMC) começava a trabalhar no sentido de se desenvolver uma candidatura a PM, *“aprofundando todos os aspetos práticos e técnicos que implica tal classificação desde as questões de salvaguarda e preservação, até aos aspetos técnico-burocráticos inerentes”*¹³⁰.

Em 27 de março de 1987, Manuel da Costa Lobo apresentava um estudo para deferimento de proposta de classificação da Área Central Monumental da Cidade de Coimbra¹³¹ – ou seja, a Alta como uma unidade urbana¹³² –, *como conjunto de grande valor histórico, cultural, arquitetónico e ambiental*, referindo que *“a proposta de unificação das zonas de proteção da Alta de Coimbra já constava do Plano de Urbanização da Cidade, que recebeu uma aprovação de princípio, mas não nos consta que a situação tivesse sido concretizada”*, referindo-se ao Plano Costa Lobo, que havia proposto nos anos 1970-1971. Em 15 de junho de 1987, a CMC aprovava, em reunião, a proposta de classificação da *Área Monumental da Cidade de Coimbra e suas zonas de proteção*¹³³, estabelecendo um limite e incluindo cinco zonas de proteção (a área central monumental da cidade, os imóveis e sítios do Parque de Santa Cruz ao Penedo da Saudade, a Igreja

¹³⁰ Conforme era explicitado na página 12 do anexo 2, texto intitulado “Coimbra Património Mundial e da Humanidade”, com 13 páginas, na informação interna em ofício nº 231/DDSD-DiRCH, de 24/05/2000, do processo nº 1672/00, de Ana Paula Albuquerque (Departamento de Desenvolvimento Social – Divisão de Recuperação do Centro Histórico), para o Chefe da Divisão de Recuperação do Centro Histórico (DiRCH), com o assunto “Cedência de informações acerca do Processo “Património Mundial” para divulgação na internet”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹³¹ Costa Lobo argumentava que era *“tempo de acabar com indefinições e complexidades relativa aos imóveis classificados do Centro Histórico de Coimbra”*, depois de algumas *“situações equívocas e lamentáveis de que resultou prejuízo para o património da Cidade e que interessa não perpetuar”*, na informação interna em ofício SOU-DPU-PDM nº 56/87, de 27/03/1987, de Manuel da Costa Lobo (Gabinete/Secção PDM), para o vereador Coronel Álvaro Seco, com o assunto “Zonas de Proteção”, onde apresentava planos, em anexo (que não se encontram apenas ao ofício), tendo em vista as classificações: desenho A – “Proposta de classificação da área central monumental da Cidade de Coimbra”; desenho B – “Proposta para a área de protecção coordenada dos imóveis e sítios classificados do Parque de Santa Cruz ao Penedo da Saudade, ou seja, a Área Envolvente a montante da Área Central Monumental da cidade de Coimbra”; desenho C – “Zona de Protecção à Igreja de Santo António dos Olivais”; desenho D – Área Monumental de Santa Clara”; desenho E – “Zona de Protecção à Lapa dos Esteiros”. Cf. PT/CMC/GCH/Processo PM 495-02-GCH: Pasta 1/03: documentação cedida pelo IPPAR. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹³² No debate realizado no primeiro dia do I Encontro sobre a Alta de Coimbra, em 23 de outubro de 1987, Costa Lobo esclarecia que havia muitas zonas classificadas na Alta e que o Gabinete do PDM estava a desenvolver a *“proposta para a classificação integral da Alta, já que o que faltava para classificar eram uns triângulos absolutamente ridículos que ficavam de fora, todo o resto já era zona de protecção de alguma coisa”* (GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1988, pp. 64–65).

¹³³ Conforme o ofício nº 12352/87, de 24/11/1987, do presidente da CMC, António Monteiro dos Santos Moreira, para o presidente do Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR), com o assunto “Proposta de classificação da Área Monumental da Cidade de Coimbra e suas Zonas de proteção”, informando que havia sido *“aprovado na reunião de Câmara de 15/06/1987, “a proposta de classificação da Área Monumental da Cidade de Coimbra e suas Zonas de Protecção, dividindo-as da seguinte forma, de acordo com o estudo elaborado pelo Prof. Costa Lobo e tendo em consideração as zonas de protecção existentes”* e, adicionalmente, que em sessão de 27/10/1987, a Assembleia Municipal de Coimbra (AMC) também aprovava *“o presente projecto, decidindo igualmente apoiar as diligências da Câmara Municipal no sentido da Área Monumental de Coimbra ser considerada Património Mundial, o que implica um rigoroso levantamento técnico e social que fundamente a pretensão”* (PT/CMC/GCH/Processo PM 495-02-GCH: Pasta 1/03: documentação cedida pelo IPPAR), corroborado pelas cópias autenticadas das Atas das Sessões da Assembleia Municipal de Coimbra, de 09/10/1987 (no Livro de Actas, nº 8, p. 25-25 verso) e de 27/10/1987 (no Livro de Actas, nº 8, p. 26-28). Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

de Santo António dos Olivais, a área monumental de Santa Clara e a Lapa dos Esteiros)¹³⁴, de acordo com a proposta de Costa Lobo. Seria sob esta ideia que, em 26 de setembro de 1989, a CMC solicitava, a classificação da Alta de Coimbra como Imóvel de Interesse Público ao Instituto Português do Património Cultural (IPPC), contendo os bens classificados e respetivas Zonas Especiais de Proteção (ZEP)¹³⁵, as áreas de enclave não protegidas e a área da Cidade Universitária, esclarecendo no ofício nº 10372, de 26/09/1989, que a área central monumental correspondia à Alta de Coimbra, embora, sendo acrescentada com uma “área nova” correspondente à intervenção do Estado Novo, que pela redação do texto, teria ficado de fora da proposta inicial¹³⁶.

Em paralelo, entre 23 e 28 de outubro de 1987, aquando a realização do *I Encontro sobre a Alta de Coimbra*, organizado pelo Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC), o objetivo principal era a promoção da importância da Alta de Coimbra, enquanto “*repositório de valores, (...) manancial de riquezas, (...) património de Coimbra, de Portugal e do Mundo*” (M. Nunes, 1988a, p. 339), com vista à formalização de uma candidatura a PM (M. Nunes, 1988a, p. 339, 1988b, p. 218), convergindo os esforços e reforçando a ideia da CMC, que estudava leituras sobre os princípios a observar para a sua zona de proteção, com limites mais abrangentes.

Em 24 de novembro de 1987, a CMC solicitava ao IPPC, classificar a respetiva Área Monumental (a Alta) e zonas de proteção, tendo em vista “*não só amparar a pretensão da Área Monumental de Coimbra vir a ser considerada Património Mundial, como também disciplinar a apreciação de processos de construção cujo impacto possa prejudicar valores que constituem testemunhos da nossa herança histórica e cultural*”¹³⁷.

Em setembro de 1991, a CMC recebia documentação, enviada pela Câmara Municipal de Évora (CME), depois de uma prévia solicitação de informações referentes ao seu processo de candidatura a PM¹³⁸, cujo Centro Histórico de Évora havia sido inscrito na LPM em 1986, durante a 10ª sessão do Comité do PM, realizada entre 24 e 28 de novembro de 1986, em Paris (World Heritage Committee, 1986, p. 6). Estes contactos e troca de informações entre as duas Câmaras seria prolongado, tendo em conta a intenção da CMC em conhecer os procedimentos e metodologias aplicados para a concretização dos objetivos do

¹³⁴ No ponto sete da Ata da sessão da AMC, de 09/10/1987, sobre a “*proposta de classificação da área monumental da cidade de Coimbra como património mundial*”, informava-se que o presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais, Pignatelli Queirós, depois de análise e avaliação da proposta, propunha que a AMC “*aprovasse uma recomendação ao Executivo para que o “Mosteiro de Celas”, com a sua actual área de protecção, fosse incluído nas áreas a integrar na classificação da Área Monumental da Cidade como Património Mundial, bem assim como o denominado “Burgo de Celas” com extensão à Capela de Nossa Senhora da Piedade, também o Hospital Pediátrico e todo o Largo de Celas e edifícios que dele fazem parte*” – proposta aprovada “*como recomendação ao Executivo e todo o processo foi devolvido à Câmara, devendo o mais rapidamente voltar à Assembleia para uma decisão final*”. No ponto sete da Ata da sessão da AMC, de 27/10/1987, sobre a “*conclusão da discussão e votação da Proposta de Classificação da Área Monumental da Cidade de Coimbra, com vista à sua classificação como Património Mundial*”, o presidente da Mesa da AMC informava que “*o Executivo, na sua última reunião, deliberou por unanimidade e em minuta, incluir o citado Mosteiro e a sua Área envolvente, na proposta de classificação da área Monumental da Cidade de Coimbra*”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹³⁵ Sobre as ZEP, consultar (F. Lopes, 2013).

¹³⁶ Em ofício nº 10372, de 26/09/1989, sob o assunto “*Proposta de classificação da Alta como imóvel de Interesse Público*”, era referido que “*em novembro de 1987, pelo nosso ofício nº 12352 foi solicitado o estabelecimento de uma zona conjunta para os imóveis classificados da Alta de Coimbra de forma a protegê-la inteiramente. Não tendo havido resposta e admitindo-se que haja dificuldades para superar os condicionalismos legais, propõe-se que a Alta seja classificada, como um todo, como imóvel de interesse público, contendo: 1) Áreas já protegidas e imóveis classificados correspondentes; 2) Áreas não protegidas (enclaves e zona leste) e edifícios ou espaços classificáveis mas que ainda o não foram; 3) Área nova da Cidade Universitária que logicamente faz parte do conjunto implantado sobre a antiga colina*”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹³⁷ Ofício nº 12352/87, de 24/11/1987, cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹³⁸ O contacto da CMC à CME está subjacente ao envio de documentação específica sobre a candidatura à UNESCO, da CME para a CMC, conforme a informação constante no documento *Memorando Processual*, que era o Anexo (3 folhas), do ofício nº 180/99/DDS-DiRCH, de 21/04/1999, do processo nº 1393/99, de Ana Paula Albuquerque (DDS-DiRCH), para o Chefe da DiRCH, com o assunto “*Candidatura a Património Mundial: proposta de solicitação de um ponto de situação do processo à Divisão dos Recursos Humanos*”, constante em PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

processo de candidatura à UNESCO da CME, pelo menos até 1993¹³⁹. Todavia, dez anos depois do primeiro desígnio e depois do conhecimento de informações enviadas pela CME, surgia uma nova possibilidade de proposta de candidatura desenvolvida pela CMC, em 1992, sobre uma área intitulada como *Núcleo Histórico da Cidade de Coimbra a Património Mundial*¹⁴⁰, que também não teria consequência.

No entanto, em 10 de fevereiro de 1994, era solicitada à Comissão Nacional da UNESCO (CNU), a sua colaboração, no sentido de informar a CMC de “*outras técnicas e formas de dar conhecer o Património Cultural de Coimbra, para além do preenchimento do formulário da candidatura*”, de acordo com o documento *Memorando Processual*, manifestando a intenção de proceder à candidatura de Coimbra a PM¹⁴¹. Em resposta ao solicitado, em março de 1994, a CNU enviaria documentação considerada útil para o empreendimento da tarefa, informando a CMC da constituição de “*um grupo de trabalho para a coordenação das candidaturas de Bens Portugueses Culturais e Naturais para a Classificação e Integração na Lista do Património Mundial da UNESCO*”, passando este grupo a ser o único canal para qualquer realização desse tipo¹⁴². Em outubro desse ano, seriam propostas duas hipóteses de trabalho, delimitando as áreas a considerar, elaboradas pela Divisão de Recuperação do Centro Histórico¹⁴³, que vinham a ser consideradas desde os primeiros meses de 1994 – a Alta e a Baixa¹⁴⁴. Nesse mesmo mês, era realizado o *II Encontro sobre a Alta* (GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1995), constituindo-se numa outra oportunidade e estímulo para se avançar com a candidatura da Alta de Coimbra a PM, sob o impulso de Mário Nunes, presidente do GAAC.

Uma segunda fase dos trabalhos para a classificação da Alta de Coimbra a PM, começaria a ser desenvolvida em 1995¹⁴⁵, de acordo com as várias informações de trabalho da CMC, com a referida intenção, sublinhando-se algumas das ações realizadas:

¹³⁹ Em ofício nº NCHE/241-00297, de 06/03/1993, do responsável pelo Núcleo do Centro Histórico de Évora, José Emílio Guerreiro (CME), para Ana Paula Albuquerque (CMC), recebido pelos serviços da CMC sob o nº 09559, de 19/03/1993, com assunto referente a “envio de documentação”, era anexado o texto da CPM1972 (anexo 1, com 12 folhas), correspondência entre a Divisão do Património Cultural da UNESCO e a Embaixada de Portugal na UNESCO, de 26/06/1986 e um relatório de 2 folhas, com o parecer do ICOMOS de abril de 1986 (anexo 2, com 31 folhas) e incluía uma informação da CME, para proposta da classificação do Centro Histórico de Évora como PM, de 30/10/1984. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹⁴⁰ Em informação interna em ofício nº 180/99/DDS-DiRCH, de 21/04/1999, do processo nº 1393/99, de Ana Paula Albuquerque (DDS-DiRCH), para o chefe da DiRCH, com o assunto “Candidatura a Património Mundial: proposta de solicitação de um ponto de situação do processo à Divisão dos Recursos Humanos”, era feita a constituição cronológica das ações realizadas tendo em vista a concretização da candidatura da Alta de Coimbra à inscrição na LPM. Essa descrição dos acontecimentos, por ordem cronológica era realizada em anexo ao ofício, sob o título “Memorando Processual”, um documento com três folhas, iniciando a descrição a partir do ato de aprovação da CMC da “*proposta de classificação da área monumental da cidade de Coimbra e suas respectivas zonas de protecção*”, em junho de 1987; o *Memorando Processual* informava ainda que, em fevereiro de 1992, “*o Ministério dos Negócios Estrangeiros acusa a recepção de carta enviada pela CMC relativa ao desejo de formular a candidatura do “Núcleo Histórico da Cidade de Coimbra” a Património Mundial*”, tendo enviado documentação e formulários de candidatura, para que se pudesse cumprir tal propósito. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹⁴¹ Informação em *Memorando Processual* (supra citado) e fotocópia com valor de certidão, autenticada com carimbo e selo branco da CMC, de 21/01/2001, emitida pelo Departamento de Administração Geral da CMC, cuja folha nº 2 era referente ao ofício nº 2056/PA-GRZH-CMC (Projecto Almedina – Gabinete de Recuperação da Zona Histórica – Câmara Municipal de Coimbra), de 10/02/1994, do diretor do Departamento de Desenvolvimento Social da CMC, José Neves, para a presidente da CNU, Maria Helena Vaz da Silva, com o assunto “*Candidatura a Património Mundial*”, onde era apresentada a “*intenção de candidatar Coimbra a Património Mundial da UNESCO solicitando informação para a concretização e correcta instrução do pedido de classificação*”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹⁴² Informação em *Memorando Processual* (supra citado). Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹⁴³ Idem. Ibidem.

¹⁴⁴ Conforme era esclarecido, após observação das zonas de Coimbra entendidas como “*candidatáveis*”, a DiRCH considerava “*que das zonas históricas de Coimbra que reúnem maiores condições designadamente pelas suas características urbanas e pela concentração de imóveis classificados cujas áreas de protecção formam um continuum, são a “Alta” e a “Baixa de Coimbra”*”, na informação técnica prestada por ofício nº 98/95/DDS-DiRCH, de 06/04/1995, de Ana Paula Albuquerque, para o vereador Henrique Fernandes, com o assunto “*Candidatura de Coimbra a Património Mundial: proposta de metodologia a adoptar*”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹⁴⁵ Em ofício nº 85/96/DDS-DiRCH, de 11/06/1996, de Ana Paula Albuquerque (DDS-DiRCH), para o vereador Henrique Fernandes, com o assunto “*Candidatura a Património Mundial: ponto de situação*”, informava-se dos contactos e das reuniões de trabalho, bem como da compilação de informação, desenvolvidos, estabelecidos e realizados entre novembro de 1995 até 17/05/1996; era dada a informação da necessidade de realização de um *dossier*, entendido como uma pré-candidatura, capaz de avaliar e testar os princípios, os objetivos e as determinações definidas, considerando-se que “*após a obtenção de um parecer positivo pela UNESCO, e da consequente vinda a Coimbra dos seus técnicos, começará a fase da elaboração da candidatura que, de acordo com o que já havia*

- Em março de 1995, o grupo parlamentar do Partido Socialista enviava à CMC, para se efetuar uma apreciação, a proposta que o deputado João Rui de Almeida tencionava enviar à Assembleia da República, requerendo “algumas informações à Secretaria de Estado da Cultura” (Memorando Processual);

- Em abril de 1995, a DiRCH elaborava uma proposta sobre a metodologia a adotar na realização da candidatura de Coimbra a PM (ofício nº 98/95/DDS-DiRCH, de 06/04/1995);

- Em 14 de junho de 1995, era realizada uma reunião de trabalho, entre a DiRCH e a diretora do MNMC, sobre o processo (ofício nº 170/95/DDS-DiRCH, de 20/06/1995¹⁴⁶);

- Em novembro de 1995, seria realizada uma reunião abrangente, entre a CMC e várias associações e entidades de Coimbra, tais que, a Associação de Defesa da Alta de Coimbra (ADAC), o Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC), o Ateneu de Coimbra e a Junta de Freguesia de Almedina, no sentido de serem conjugados esforços numa “*recolha documental eficaz*” (ofício nº 85/96/DDS-DiRCH, de 11/06/1996);

- Em 3 de março de 1996, seria realizada reunião com Pedro Dias, presidente do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (IHA-FLUC), subjugada ao mesmo objetivo (ofício nº 85/96/DDS-DiRCH, de 11/06/1996);

- Em 7 de março de 1996, seria realizada uma reunião com a ADAC, o GAAC, o Ateneu de Coimbra, a Junta de Freguesia de Almedina e a Junta de Freguesia de Sá Nova, para colaboração institucional e discussão de delimitação da área a candidatar (ofício nº 85/96/DDS-DiRCH, de 11/06/1996);

- Em 13 de março, em reunião com Pedro Dias, ficaria acordado a entrega de um texto sobre a Alta, sendo realçadas as “*suas características, potencialidades e estrangulamentos*”, pelo presidente do IHA-FLUC, até ao fim do mês, que seria a “*base de trabalho que definiria a estratégia e filosofia de candidatura*” – que não seria entregue, “*apesar de inúmeras insistências telefónicas*” (ofício nº 85/96/DDS-DiRCH, de 11/06/1996);

- Em 14 de maio, era realizada uma reunião na Delegação de Coimbra do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), com a sua diretora, engenheira Manuela Barata, com o vereador da CMC, Henrique Fernandes e com técnicos municipais, tendo por objetivo alcançar a “*cooperação entre técnicos do IPPAR e CMC para levantamento e recolha de informação histórica e arquitectónica da Alta de Coimbra*”, sendo a segunda parte da reunião continuada em 28/05/1996 (ofício nº 85/96/DDS-DiRCH, de 11/06/1996);

- Em 15 de maio, realizava-se uma reunião na CNU, tendo o presidente da CNU informado “*que o processo de candidatura a Património Mundial tem vindo a ser complexificado e mais selectivo devido ao crescente número de municípios que demonstram tal pretensão*”, embora, se tenha comprometido “*a avaliar as reais possibilidades de Coimbra*”, sendo considerado, para tal, a necessidade da “*elaboração de um dossier que retractasse Coimbra – património construído, cultural, humanístico e artístico*” (ofício nº 85/96/DDS-DiRCH, de 11/06/1996);

- Em 17 de maio de 1996, era realizada uma reunião de trabalho, entre o vereador Henrique Fernandes, Ana Paula Albuquerque, a arquiteta Cristina Osório e o director de Departamento de Cultura, Vasco Pereira da Costa, ficando decidido que “*o Departamento de Cultura realizaria três textos que retractassem Coimbra em três vertentes – História da Arte, História da Literatura, História das Ideias Políticas – para mostrar que Coimbra tem tanto de património cultural e artístico como de construído*” e o Departamento de Desenvolvimento Social, em colaboração com os técnicos do IPPAR, fariam o levantamento de cartografia, de alçados e de memórias descritivas do património edificado a preservar, que seria constituído como base de trabalho a partir do qual se procederia à “*indicação da melhor área a classificar*” e, em

sido informado na informação nº 237/PA/94 de 04/10/1994, seria desejável constituir uma equipa pluridisciplinar”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹⁴⁶ Ofício nº 170/95/DDS-DiRCH, de 20/06/1995, de Ana Paula Albuquerque (DDS-DiRCH), para o vereador Henrique Fernandes, com o assunto “Instrução de processo de Candidatura de Coimbra a Património Mundial: contactos com Entidades”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

simultâneo, deveria ser elaborado um “*dossier fotográfico que reproduzisse a riqueza da Alta*” (ofício nº 85/96/DDS-DiRCH, de 11/06/1996);

- Em 11 de junho de 1996, era elaborado um “*ponto da situação*” relativo ao processo de candidatura a PM (ofício nº 85/96/DDS-DiRCH, de 11/06/1996); em julho seguinte, surgia a proposta de manifestação formal e oficial de intenção de candidatura, através de “*um dossier de caracterização sumária da Alta de Coimbra*” – preparado pela DiRCH, com a colaboração de outras entidades (*Memorando Processual*).

Com efeito, a primeira candidatura formal apresentada à Comissão Nacional da UNESCO (CNU) era concretizada em 17 de março de 1997, sendo designada como *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial*¹⁴⁷, fundamentada “*tanto no conjunto de bens patrimoniais existentes nesta área da cidade de Coimbra, quanto no carácter único de vivência e relacionamento entre a cidade e a sua Universidade, ao longo dos tempos*”¹⁴⁸. Este documento enviado à CNU – “*que na prática, consistiu na 1ª manifestação formal de intenção de candidatura*”, conforme referia o ofício nº 4926, de 17/03/1997 –, havia sido coordenado por Mário Nunes¹⁴⁹ e era “*constituído por dois tipos de elementos textos e elementos gráficos caracterizadores dos imóveis classificados ou em vias de classificação na Alta de Coimbra*” e pretendia inscrever “*a colina onde nasceu a cidade e a sua envolvente*”¹⁵⁰. O *Documento Preliminar de Candidatura* constituía-se por textos elaborados por Mário Nunes¹⁵¹, presidente do GAAC, Isabel Ponce de Leão Policarpo¹⁵², Historiadora de Arte na Delegação Regional de Coimbra – IPPAR e, Nuno Rosmaninho¹⁵³, da Universidade de Aveiro, Mestre em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra (estando a realizar a tese de doutoramento pela UC, à data) e acompanhado de cartografia, fichas técnicas, fotografias e textos caracterizadores dos imóveis com valor patrimonial da Alta de Coimbra.

Ainda no referido ofício nº 4926, de 17/03/1997, o presidente da CMC concretizava um convite para a CNU visitar Coimbra, com vista a verificarem a potencialidade do bem a classificar e acertarem questões formais de candidatura, bem como a respetiva área de delimitação (Fig. 01). O convite seria acolhido, pela

¹⁴⁷ Em fotocópia com valor de certidão, autenticada com carimbo e selo branco da CMC, de 21/01/2001, emitida pelo Departamento de Administração Geral da CMC, cuja folha nº 3 era referente ao ofício nº 4926, de 17/03/1997, do presidente da CMC, Manuel Machado, para o presidente da CNU, com o assunto “Candidatura de Coimbra a Património Mundial – envio do Documento Preliminar de Candidatura”, onde era apresentado um *dossier* documental que justificava e evidenciava a pretensão de classificar a Alta de Coimbra e a sua envolvente. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial – Coimbra, 1997* e Pasta 3/8.

¹⁴⁸ Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial – Coimbra, 1997*.

¹⁴⁹ Textos e documentos vários serviram de base à realização do referido *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial*: de Nuno Rosmaninho, o texto “A Alta de Coimbra: Património Cultural”, de 08/07/1996, 5 folhas; de Carlos Santarém (da CMC), a 1ª versão do texto “A evolução mental de Coimbra”, sem data, 4 folhas; de Vasco Pereira da Costa (da CMC), o texto “Coimbra e a literatura”, sem data, 1 folha; da CMC, uma planta à escala 1:2000, com a sobreposição das áreas de proteção, sem data, 1 folha (Fig. 01); do IPPAR – Direção Regional de Coimbra, fichas técnicas várias, sem data, 83 folhas e fichas técnicas dos imóveis classificados, sem data, 6 folhas. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial – Coimbra, 1997* e Pasta 3/8.

¹⁵⁰ Conforme as disposições na folha 2, do Documento Preliminar de Candidatura. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial – Coimbra, 1997*.

¹⁵¹ Mário Nunes desenvolveu o seu texto pelos tópicos que considerava mais relevantes: “Nota introdutória” (fl. 3), “Coimbra: das origens aos nossos dias” (fl. 4), “Património Construído” (fl. 8), “Actividades económicas da Alta de Coimbra: artesanato e comércio a retalho” (fl. 11), “A Universidade” (fl. 11), “A vocação cultural de Coimbra” (fl. 14), “Tradições, costumes e festas” (fl. 15) e “Conclusão” (fl. 17). Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial – Coimbra, 1997*.

¹⁵² Isabel Ponce de Leão Policarpo também desenvolveu o seu texto por tópicos: “A “Alta de Coimbra” e alguns dos seus marcos mais importantes” e “1 – Resenha histórica da cidade de Coimbra” (fl. 18), “2 – A Sé Velha e o seu largo: respectiva integração na evolução urbana da “Alta de Coimbra”” (fl. 19), “3 – A “Alta de Coimbra”: condicionalismos da sua implantação” (fl. 20), “4 – A “Alta de Coimbra” como envolvente do largo da Sé Velha: evolução e cronologia dos principais acontecimentos” (fl. 21), “5 – Largo da Sé Velha: usos e tradições na “Alta de Coimbra”” (fl. 23) e “6 – A Sé Velha e a Universidade: dois marcos na história da “Alta de Coimbra”” (fl. 25). Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial – Coimbra, 1997*.

¹⁵³ Nuno Rosmaninho desenvolveu o texto “A Alta de Coimbra: património cultural” (fls. 29-32), que como o próprio indica, foi um “*texto revisto por Luís Reis Torgal, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Neste texto usámos algumas passagens do nosso trabalho O princípio de uma «revolução urbanística» no Estado Novo. Os primeiros programas da cidade universitária de Coimbra (1934-1940), Coimbra, Minerva Editora, 1996*”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial – Coimbra, 1997*.

CNU, de acordo com um ofício de dezembro de 1997¹⁵⁴, enviado à CMC¹⁵⁵, embora a visita não tivesse chegado a ser concretizada, no imediato¹⁵⁶. Não obstante, um exemplar do *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial* seria entregue ao Ministro da Cultura, aquando da sua visita Coimbra¹⁵⁷, posteriormente.

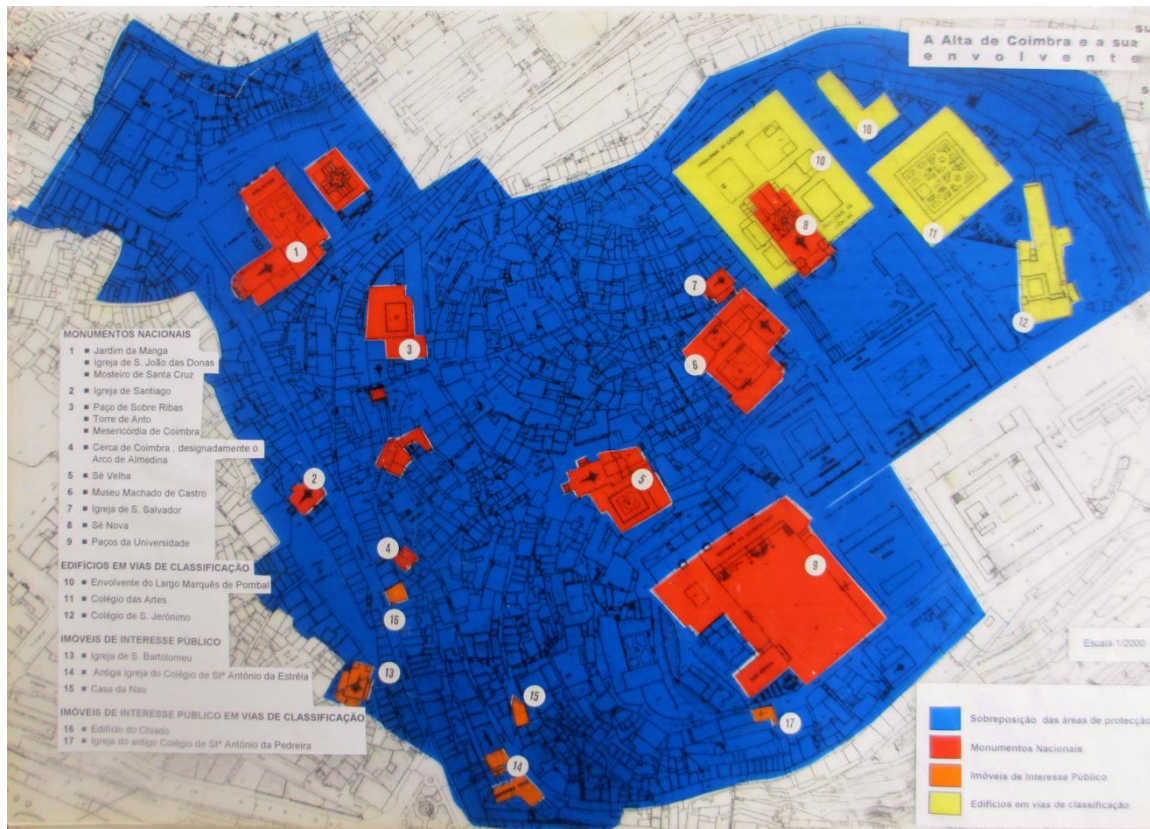


Fig. 01 – Planta “A Alta de Coimbra e a sua envolvente”, no *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial*, da CMC, 1997¹⁵⁸.

Outros esforços seriam refletidos noutros contactos realizados pela CMC e, em 7 de outubro de 1997, dava entrada, nos serviços da CMC, um ofício da Câmara Municipal de Sintra¹⁵⁹ a reportar a bibliografia utilizada no processo de elaboração do *dossier* da respetiva candidatura a PM, cuja Paisagem Cultural de Sintra havia sido inscrita na LPM em 1995 (World Heritage Committee, 1996, p. 48).

¹⁵⁴ Depois do reforço efetuado, por ofício n.º 17691, de 06/10/1997, do vereador Henrique Fernandes, para o presidente da CNU, com o assunto “Candidatura de Coimbra a Património Mundial”, onde era considerado “*pertinente anexar ao primeiro conteúdo parte da extensa obra produzida sobre Coimbra sob a perspectiva da Candidatura a Património Mundial*”, sendo enviadas cinco obras sob este propósito, designadamente, *Coimbra Arte e História*, de Pedro Dias, *Coimbra e Região*, de Nelson Correia Borges, *O princípio de uma “revolução urbanística”*, de Nuno Rosmaninho, *Urbanismo Anos 90*, da CMC e *Alta de Coimbra História-Arte-Tradição*, do GAAC. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹⁵⁵ Informação em *Memorando Processual* (supra citado), folha 3. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹⁵⁶ Com efeito, o presidente da CNU visitaria Coimbra em 29 de junho de 2000, conforme informação constante em ofício n.º 292/DDS-DiRCH, de 28/06/2000, Processo n.º 2065/2000, de Ana Paula Albuquerque, para o chefe da DiRCH, com o assunto “Proposta de organização da visita a Coimbra do Presidente da CNU” e em ofício n.º 338/DDS-DiRCH, de 02/07/2001, do processo n.º 2461/2000, de Ana Paula Albuquerque, para o chefe da DiRCH, com o assunto “Exposição “Conhecer o Passado, Definir o futuro””: resposta ao convite efectuado ao Prof. Reis Torgal”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 4/8.

¹⁵⁷ De acordo com a informação constante na página 13 do anexo 2, texto intitulado “Coimbra Património Mundial e da Humanidade”, com 13 páginas, na informação interna em ofício n.º 231/DDS-DiRCH, de 24/05/2000, do processo n.º 1672/00, de Ana Paula Albuquerque, para o chefe da DiRCH, com o assunto “Cedência de informações acerca do Processo “Património Mundial” para divulgação na internet”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹⁵⁸ Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial – Coimbra, 1997.

¹⁵⁹ Em ofício n.º 91/43/C-4/1-97, de 01/10/1997, recebido pela CMC sob o n.º 35914, de 07/10/1997, do vereador da Câmara Municipal de Sintra, Rui Pereira, para o diretor do DDS-DiRCH, o engenheiro Jorge Carvalho, com o assunto “Bibliografia de Dossiê da Candidatura a PM”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

No entanto, mais uma vez, Coimbra via gorada a sua intenção de reconhecimento internacional, tendo em conta as justificações avançadas pela CNU¹⁶⁰, relatadas na resposta da CNU à CMC, em 10 de janeiro de 2001¹⁶¹, sendo referido que, “*em termos de princípio, dificilmente exequível a listagem da Alta de Coimbra como bem PM, pese embora os constantes esforços realizados na sua reabilitação e requalificação patrimoniais*”, tendo sido invocadas as razões de descaracterização da Alta, pelas “*intervenções já efectuadas, tal como as previstas*” e, por esse motivo, “*lhe terem retirado a autenticidade plena, exigida aos bens Património Mundial*”. No ofício de resposta da CNU, era acrescentado que “*a Alta de Coimbra constitui um conjunto heterogéneo do ponto de vista histórico-arquitectónico, e do ponto de vista arqueológico e associativo, nomeadamente pela descaracterização de que foi objecto na década de 40-50 com a instalação dos novos edifícios das Faculdades. É, além disso, de considerar o facto de o edifício da Universidade, um dos monumentos de maior relevo na Alta, ter também ele sido sujeito a sucessivas alterações e modificações no seu miolo, retirando-lhe a autenticidade plena. Por outro lado, há que atender ao facto de a Alta ser potencialmente – e positivamente – alvo de futuras operações de requalificação de grande porte que poderão, no entanto, dificultar a sua apreciação a curto e médio prazo, designadamente a recuperação e ampliação do Museu Machado de Castro*”, embora o GTI considerasse, “*em contrapartida, que na Alta de Coimbra sobrepõem em importância imóveis isolados, de entre os quais se destacam a Biblioteca Joanina, elemento edificado cuja tipologia é única, quer no que respeita à sua estrutura e implantação, quer ainda no que se traduz da sua implantação em termos de morfologia urbana setecentista, mas sobretudo pelo seu importantíssimo recheio*”.

No ano em que a Universidade de Alcalá de Henares concretizava a inscrição na LPM (World Heritage Committee, 1999, p. 31) –, em 21 de abril de 1998¹⁶², a DiRCH propunha uma metodologia de trabalho, para a organização do processo, chegando à conclusão que, “*dada a especificidade deste processo, além da sua componente técnica há uma componente científica que deve ser assegurada*”, era necessária a designação de dois coordenadores, para a elaboração do *dossier* de candidatura, um coordenador técnico interno à CMC e um coordenador científico externo, sendo pertinente a consideração de “*preferência da área da História de Arte*”¹⁶³; adicionalmente e em paralelo aos trabalhos de preparação do *dossier* de candidatura, “*dever-se-ia promover uma série de iniciativas que promovessem Coimbra (enquanto cidade “classificável”) quer no território nacional, quer internacionalmente*” (ofício nº 171/98/DDS-DiRCH, de 21/04/1998). Em consequência desta proposta, “*que mereceu a concordância*” do presidente da CMC, o

¹⁶⁰ As conclusões haviam sido propostas pelo “*Grupo de Trabalho Interministerial para a Coordenação e Acompanhamento das Candidaturas de Bens Portugueses à lista do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO – ofício com registo interno nº 000015, que deu entrada a 10/01/2001, na CMC*”, informação constante no ofício nº 74/DDS-DiRCH, de 13/12/2002, processo nº 2462/00, de Ana Paula Albuquerque, para o chefe da DiRCH, com o assunto “*Comissão Nacional da UNESCO: resposta à solicitação da CMC no âmbito do Processo de Candidatura a Património Mundial*” e em ofício nº CNU:781.1.1.5, MNE-000015, 10/01/2001, recebido pela CMC sob o nº 001829, de 15/01/2001, do presidente da CNU, Diogo Pires Aurélio, para o presidente da CMC, Manuel Machado, com o assunto “*Resposta aos ofícios 12120 e 32081 de 19/04 e 23/11*”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 4/8.

¹⁶¹ Conforme a informação prestada em ofício nº 74/DDS-DiRCH, de 13/12/2002 (supra citado) e em ofício nº CNU:781.1.1.5, MNE-000015, 10/01/2001, do presidente da CNU (supra citado). O conteúdo da resposta da CNU à CMC, de 10/01/2001, realçava algumas determinações assumidas pelo Comité do PM, tendo em conta a diversidade e representatividade do património na LPM, uma vez que, “*foram dados importantes sinais de uma eventual conduta mais restritiva por parte do CPM no que respeita à aceitação e consequente apreciação de candidaturas de Centros Históricos, mormente europeus, atendendo à considerável sobre-representação destes no conjunto dos cerca de 700 bens já incorporados na referida lista. Foi debatida, inclusivamente, a limitação a título experimental, de uma lista de apenas 30 bens a classificar (ou listar) anualmente. Este aspecto condicionará, no futuro, a apresentação de candidaturas e a sua defesa no que respeita aos Estados-membros*”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 4/8.

¹⁶² Em ofício nº 171/98/DDS-DiRCH, de 21/04/1998, de Ana Paula Albuquerque, para o chefe da DiRCH, o engenheiro Sidónio Simões, com o assunto “*Processo de candidatura a Património Mundial: proposta de condução dos trabalhos*”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹⁶³ No ofício nº 171/98/DDS-DiRCH, de 21/04/1998 (supra citado), Ana Paula Albuquerque propunha que Pedro Dias fosse convidado para exercer o cargo de coordenador científico, pela sua experiência e currículo, não só do processo, mas também de pequenas publicações informativas relativas à história e cultura da cidade, cuja imagem interessava promover. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

processo deveria seguir os seus trâmites normais, designadamente, na prossecução da contratação de Pedro Dias, para o cargo de coordenador científico na elaboração da candidatura (*Memorando Processual*). Nesse sentido, o processo *Coimbra Património Mundial* da CMC era enviado, em 25 de setembro de 1998, da DiRCH, para a Divisão dos Recursos Humanos, sendo recebido a 28 de setembro de 1998¹⁶⁴. Em 7 de outubro, o IPPAR solicitava informações à CMC, a propósito do “*ponto de situação do processo de candidatura de Coimbra a Património Mundial*”¹⁶⁵ (anexo 1, do ofício n° 510/98/DDS-DiRCH, de 19/10/1998). Dando cumprimento ao despacho do chefe da DiRCH, de 15 de outubro, no sentido de responder ao solicitado pelo IPPAR, Ana Paula Albuquerque iniciava as diligências necessárias para concretizar a tarefa (ofício n° 510/98/DDS-DiRCH, de 19/10/1998). Em 19 de outubro de 1998¹⁶⁶, o chefe da DiRCH, engenheiro Sidónio Simões, era informado, oficialmente, que “*o processo havia desaparecido das instalações*” da Divisão dos Recursos Humanos e que “*de tal facto havia já sido dado conhecimento aos seus legítimos superiores hierárquicos, para que fossem tomadas medidas consideradas pertinentes*”, cuja informação havia sido dada por Zulmira Gonçalves, chefe de Repartição de Pessoal daquela Divisão, telefonicamente, a Ana Paula Albuquerque (ofício n° 510/98/DDS-DiRCH, de 19/10/1998).

Com o desaparecimento do processo terminava uma primeira fase de intenções, propostas, tentativas, experiências e hipóteses de classificação de áreas urbanas, que embora diferentes entre si, apontavam para a classificação de uma área centrada na área fundacional da cidade de Coimbra – a Alta.

FASE 2 (1995-1998-2003)

Esta segunda fase definia-se por um período de trabalho de *bastidores* protagonizado, paralelamente, pelas duas entidades fundamentais do processo global, a CMC e a UC, permitindo que se aproximassem e estabelecessem relações e sinergias de cooperação assentes em ações de proteção e salvaguarda do património.

Após o episódio do desaparecimento do processo de candidatura a PM, a CMC tentava recuperar o ânimo através de várias iniciativas. A primeira passava por reconstituir o processo perdido¹⁶⁷, no sentido de documentar e informar, uma nova possibilidade de processo para elaborar um novo *dossier* de candidatura. De qualquer modo, esta possibilidade não seria prioritária e, apesar de terem existido esforços para a reconstituição do processo, era assumido, na sessão da Assembleia Municipal de Coimbra de 4 de outubro de 2002, pelo presidente da CMC que “*Coimbra está atrasada pelo menos dez anos em relação à recuperação patrimonial do seu centro histórico e em comparação com outras, é uma vergonha. Assim, e deste modo não é possível candidaturas da cidade a Património da Humanidade*”¹⁶⁸. No final de 2002, o desenvolvimento de uma candidatura a PM seria relegado para segundo plano, “*atendendo aos processos*

¹⁶⁴ Como comprovam os documentos de protocolo interno da CMC, referidos nas informações constantes em ofício n° 637/99/DDS-DiRCH, de 30/12/1999, do processo n° 1393/99, de Ana Paula Albuquerque, para o chefe da DiRCH, engenheiro Sidónio Simões, com o assunto “Candidatura a Património Mundial: definição de estratégias para o próximo ano”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹⁶⁵ A Divisão do Património Integrado, do IPPAR, enviara um ofício n° 3625641, de 07/10/1998, de duas páginas, por telefax à CMC, recebido sob o registo de correspondência n° 37775, de 07/10/1998, com o assunto “Pedido de informações acerca do processo de candidatura da Alta de Coimbra a Património da Humanidade, UNESCO”, anexado ao ofício n° 510/98/DDS-DiRCH, de 19/10/1998, do processo n° 1393/99, de Ana Paula Albuquerque, para o chefe da DiRCH, engenheiro Sidónio Simões, com o assunto “Resposta à solicitação do IPPAR, no sentido de disponibilizar informações acerca do Processo de Candidatura de Coimbra a Património Mundial e da Humanidade”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹⁶⁶ Em ofício n° 510/98/DDS-DiRCH, de 19/10/1998, do processo n° 1393/99, supra citado. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹⁶⁷ De acordo com as informações constantes em ofício n° 190/DDS-DiRCH, de 21/04/1999, do processo n° 1393/99, de Ana Paula Albuquerque, para o chefe da DiRCH, supra citado. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 3/8.

¹⁶⁸ No ponto seis, intitulado “Declaração e delimitação da área crítica de recuperação e reconversão urbanística – Centro Histórico – Regulamento”, da Ata da AMC, de 04/10/2002, que se constitui no anexo A2, do ofício n° 017138-03-5-21, de 21/05/2003, com o assunto “Declaração da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do Centro Histórico da Cidade de Coimbra”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 1/8.

actualmente em curso nesta Câmara Municipal que visam a reabilitação urbana da Alta de Coimbra (constituição de um GTL, candidatura ao UrbCom e eventual declaração como área crítica), propomos que os contactos com a UNESCO sejam retomados apenas quando estas operações de recuperação e salvaguarda estiverem em pleno curso e, designadamente, quando estiver aprovado e em vigor um regulamento/plano de intervenção para a área urbana (já que é um dos instrumentos imprescindíveis à obtenção da classificação como Património Mundial)”¹⁶⁹.

Outras iniciativas assumiam destaque prioritário, nesta fase, centrando-se na promoção e na criação de instrumentos legais e equipas técnicas, com o objetivo de concretizar operações e ações para a reconversão e recuperação urbanística da área urbana designada como ‘Centro Histórico’. Nesse âmbito, foram criadas equipas de trabalho, como a constituição do *Gabinete Técnico Local da Alta de Coimbra*, em 24 de janeiro de 2002¹⁷⁰ e do *Gabinete para o Centro Histórico*, em 27 de maio de 2002¹⁷¹. No mesmo alinhamento, conseqüentemente, eram desenvolvidos os instrumentos necessários a essa concretização, como a elaboração do *Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área Crítica do Centro Histórico Intramuros da Cidade de Coimbra*, que seria publicado em 2002¹⁷² e a criação da *Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística a Zona Histórica Intramuros da Cidade de Coimbra*, publicada em 2003¹⁷³. Com este instrumento legal, era permitido à CMC a aquisição de imóveis degradados e a sua recuperação com comparticipação do programa RECRUA¹⁷⁴, na condição de os imóveis estarem em zona declarada como ‘área crítica’ e integrada no programa REHABITA¹⁷⁵. Para Costa Lobo, era mais importante apostar num processo de recuperação e reabilitação urbana¹⁷⁶ para a zona da Alta, do que avançar, primeiramente, para um processo a PM (Marques, 2003a).

¹⁶⁹ Conforme a informação prestada em ofício nº 74/DDS-DiRCH, de 13/12/2002, processo nº 2462/00, supra citado. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 4/8.

¹⁷⁰ Constituído por protocolo entre a CMC, a Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e a Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Centro, para a constituição do GTL-Alta, uma ideia que vinha dos anos 90. Ao GTL-Alta caberia fazer o levantamento e o diagnóstico para o Plano de Pormenor, na sequência do projeto-piloto de intervenção no quarteirão de Almedina, de 1990, com apoio do Programa de Apoio à Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), tendo para isso, a disponibilidade de vários programas de apoio, como o PRAUD, RECRUA, PRU e RECRIPH. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 2/8; (Marques, 2003a).

¹⁷¹ Que de acordo com o Regulamento Orgânico da CMC, uma das oito competências atribuídas ao GCH constituía-se em “acompanhar o desenvolvimento de todas as iniciativas tendentes ao alcançar do objectivo último de preparação da candidatura de Coimbra a património da humanidade”. In http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=191&Itemid=455, acessado em 25/10/2013.

¹⁷² Depois de ter sido aprovado, em 23/09/2002, pela CMC e, em 04/10/2002, pela AMC, era publicado em Diário da República, II série, apêndice nº 4, de 07/01/2003, Edital nº 14/2003 (II série). Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 2/8; CMC-presidente Carlos da Encarnação (13/11/2002) – *Edital n.º 14/ 2003 (2ª série de 7 de janeiro de 2003) - AP - Regulamento Municipal de edificação, recuperação e reconversão urbanística da área crítica do Centro Histórico da cidade de Coimbra (Minuta de proposta de regulamento)*. [Online] Disponível em <https://www.cm-coimbra.pt>, acessado em 25/10/2013.

¹⁷³ Decreto nº 44/2003, publicado em Diário da República nº 221, I série-B, de 24/09/2003. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 2/8.

¹⁷⁴ O RECRUA (Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados) era um programa de apoio para financiamento à execução de obras de conservação e beneficiação em imóveis degradados, com concessão realizada pelos municípios (40%) e pelo Estado (60%), sendo enquadrado pelo Decreto-Lei nº 329-C/2000, de 22 de dezembro (alteração aos Decreto-lei nº 197/92, de 22 de setembro e Decreto-lei nº 104/96, de 31 de julho). Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 1/8.; CMC/PLHC - Programa Local de Habitação Coimbra – *RECRUA – Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados*. [Online] Disponível em <http://plh.cm-coimbra.pt/programas-de-apoio-a-habitacao/recrua-regime-especial-de-comparticipacao-na-recuperacao-de-imoveis-arrendados/>, acessado em 17/07/2018.

¹⁷⁵ O REHABITA (Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas) era uma extensão do programa RECRUA, sendo enquadrado pelo Decreto-lei nº 105/96, de 31 de julho e constituía-se num programa de apoio à recuperação habitacional em áreas urbanas antigas ou áreas críticas, com duas vantagens sobre os demais, de acordo com o presidente da CMC, Carlos Encarnação: *a comparticipação direta para as obras seria mais alta e a legitimação das expropriações seria flexibilizada e facilitada*, pela atribuição do direito de preferência na alienação de imóveis situados nas declaradas áreas críticas, pelo preço constante na escritura (Marques, 2003b, 2003a). Esse pressuposto de vantagem sobre os demais, apoiava-se nas informações solicitadas ao Instituto Nacional de Habitação, conforme informação técnica do GCH, constante em ofício nº 1195/GCH, de 22/09/2003, do diretor do Gabinete para o Centro Histórico, Sidónio Simões, para o presidente da CMC, Carlos Encarnação, com o assunto “Declaração da Área Crítica da Zona Histórica da Cidade de Coimbra – Decreto nº 44/2003, de 24 de setembro/esclarecimentos solicitados ao INH”. Cf. PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH – Pasta 1/8.

¹⁷⁶ Adelino Gonçalves tem dedicado parte do seu estudo a esta temática, considerando que “*todo este conjunto de iniciativas foi, e é será insuficiente para uma reabilitação urbana integrada que precisamos, por oposição à prática dominante de reabilitação urbana*

De modo paralelo a esta dinâmica municipal em concentrar esforços, estrategicamente, sobre a área mais sensível às transformações do tempo e do homem, outros pensamentos e ideias surgiam a partir da universidade. Em bom rigor, talvez seja pertinente recuperar o momento em que a UC ultrapassava um estado de pesada herança, decorrente do resultado da construção da Cidade Universitária de Coimbra, através de um *mea culpa* libertador, e voltava a ‘olhar’ para si própria.

Com efeito, caberia ao recém-criado Departamento de Arquitetura¹⁷⁷ (DARQ) da Faculdade de Ciências e Tecnologia desafiar a secular UC, a pensar numa nova intervenção – pelo juízo feito, considerada *necessária e prioritária* no âmbito das instalações da UC – sobre aquela que havia sido realizada pelo Estado Novo, assumindo-se como um seu contraponto, que deveria “*resultar de uma reflexão aprofundada sobre a envolvimento histórico-cultural do lugar e a sua perspectiva de desenvolvimento futuro*” (Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1997, p. 9), conforme esclarecia o presidente do DARQ, José Carlos Teixeira. O desafio, acolhido pela Reitoria, considerava-se oportuno para pensar as condições das instalações universitárias na Alta que se apresentavam muito degradadas, numa altura em que alguns departamentos transitavam para as novas instalações do Polo II, no Pinhal de Marrocos, junto ao rio Mondego e dedicado às ciências e tecnologias e, mais tarde, para o Polo III, dedicado às ciências da saúde e junto às (‘novas’) instalações do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra. Sob a figura de um concurso de ideias para o Plano de Reconversão dos Espaços dos Colégios de S. Jerónimo e das Artes, Laboratório Químico e área envolvente, o convite da Reitoria seria direcionado aos professores do seu próprio DARQ, Alexandre Alves Costa, Fernando Távora, Gonçalo Byrne e Raúl Hestnes Ferreira. A proposta de Gonçalo Byrne sairia vencedora¹⁷⁸, no entanto, esta ação de autoscopia realizada pela UC constituía-se numa “*peça importante da política de valorização do património construído da Universidade*” (Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1997, p. 11), como era assumido pela vice-reitora da UC, Maria Teresa Mendes e pelo arquiteto autor do programa preliminar do concurso, Camilo Cortesão.

Consequentemente, a UC dava início a outras ações de introspeção, produzindo conhecimento de e para si própria, segundo a abordagem da importância do papel que a Universidade desempenhara na cidade, no país e no mundo. Produções académicas acrescentavam ou problematizavam o saber de momentos, de áreas e de acontecimentos marcantes, que pautavam a história secular da universidade, que de dois em dois séculos, grosso modo, vem conhecendo um período de transformação urbana¹⁷⁹ – a reforma joanina, no século XVI, a reforma pombalina, no século XVIII e, a reforma do Estado Novo, no século XX. Com efeito, começavam a sair dos prelos, estudos sobre as intervenções do Estado Novo em Coimbra, permitindo abrir o caminho para o conhecimento da última fase de transformação espacial, na história da UC¹⁸⁰.

difusa que temos” (A. Gonçalves, 2006, p. 44) e alertando para uma consciência sobre o arco temporal em que um processo de reabilitação urbana se deve inscrever – o longo prazo (A. Gonçalves, 2006, p. 50).

¹⁷⁷ O curso em Arquitetura teria início no ano letivo 1988/1989, depois da licenciatura em Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra ter sido criada pela Portaria 448/88, de 8 de julho, sem instalações próprias. Cf. (R. Bandeirinha, 2013, pp. 151–179). O Darq seria instalado no Colégio das Artes, depois da saída definitiva dos Hospitais da UC das instalações conhecidas como “Hospital Velho”, em 1987, para a nova instalação, em Celas, junto ao atual Polo III das Ciências da Saúde. Cf. UC – *Marcos históricos, séculos XX e XXI*. [Online] Disponível em https://www.uc.pt/sobrenos/historia/marcoshistoricos_xx_xxi, acedido em 17/07/2018.

¹⁷⁸ Para uma leitura mais aprofundada sobre este tópico, consultar o artigo “A lógica dual do património no campo disciplinar da arquitetura”, no capítulo 4, da presente tese.

¹⁷⁹ Uma leitura mais desenvolvida sobre este tópico é realizada no artigo “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos”, no presente capítulo.

¹⁸⁰ Sobre este tópico, consultar para além do texto do estado da arte, intitulado “O projeto do discurso: a constituição de uma matriz teórica” e o capítulo 4 “Cidade Universitária de Coimbra Património Mundial”, da presente tese.

Outras iniciativas de debate e discussão foram sendo promovidas pela Reitoria, através de estudos, conferências, colóquios e seminários subordinados ao mote “Construir Univer(sc)idade” (Fig. 02). Em 1999, durante a Semana da Mostra Cultural da UC e para assinalar o dia da universidade, a Reitoria e a CMC organizaram, um colóquio intitulado “Os Colégios da Sofia, Construir Univer(sc)idade”¹⁸¹, realizado a 1 de março, no Teatro Académico de Gil Vicente. Em 2000, a Reitoria organizava o colóquio “A Alta de volta, Construir Univer(sc)idade”¹⁸², realizado em 29 de fevereiro, no Auditório da Reitoria. Em 2002, durante a Semana da Mostra Cultural da UC, a Reitoria organizava dois colóquios, um intitulado “Coimbra Capital de Cultura, Construir Univer(sc)idade”¹⁸³ e outro intitulado “Os segredos do Paço, Construir Univer(sc)idade”¹⁸⁴, realizados no Auditório da Reitoria, o primeiro em 4 de março e o segundo em 8 de março. Estas temáticas antecipavam e exploravam perspetivas de abordagem de uma possibilidade de candidatura da UC a PM.



Fig. 02 – Colóquios “Construir Univer(sc)idade”, da UC: “Os Colégios da Sofia” (1999), “A Alta de volta” (2000) e “Coimbra Capital de Cultura” e “Os segredos do Paço” (2002)¹⁸⁵.

Em novembro de 2002 – ano em que a Cidade Universitária de Caracas (Venezuela) concretizava a inscrição na LPM (World Heritage Committee, 2001, p. 50) –, terminavam as obras do Auditório da Faculdade de Direito, do arquiteto Fernando Távora. O DARQ passava a protagonizar momentos de intervenção na UC e na cidade, principalmente, em 2003, quando Coimbra se constituía Capital Nacional da Cultura, ficando responsável pela programação “Cidade e Arquitectura”, no âmbito do ano Coimbra 2003 Capital Nacional da Cultura (Coimbra2003-CNC).

Em fevereiro, era avançado um Estudo Prévio para o atravessamento da Baixa de Coimbra, com o objetivo de introduzir um metro ligeiro de superfície, um projeto de autoria dos arquitetos Gonçalo Byrne, Nuno Grande, Rui Lobo e Armando Rabaça, realizado no âmbito do Centro de Estudos de Arquitetura do Darq (CEARQ), para a empresa Metro-Mondego SA. Em março era lançado o concurso público de ideias para a Reabilitação da Rua da Sofia (cujo caderno de encargos e programa, fora desenvolvido pelos docentes do Darq, Alexandre Alves Costa, Rui Lobo e Adelino Gonçalves, procurando “*retomar uma plataforma de reflexão e debate que permitisse demonstrar a viabilidade e a vantagem de uma intervenção global e estruturada sobre as inúmeras ações avulsas que têm vindo a diluir progressivamente o carácter unitário daquela rua quinhentista e a integridade de alguns edifícios de inequívoco valor patrimonial*” (A. A. Costa, 2004, p. 6). Ainda, no âmbito de Coimbra2003-CNC, era realizado o Seminário Internacional

¹⁸¹ Este colóquio surgia a partir dos ‘rumores’ lançados em 1998 sobre a “existência de projectos municipais para a Sofia e, sobretudo para os terrenos expectantes dos vastos logradouros dos seus colégios” (A. A. Costa, 2004, p. 6), tendo sido realizada “a apresentação de alguns esquemas realizados na Câmara Municipal, para ocupação dos referidos terrenos” (A. A. Costa, 2004, p. 6), que teriam provocado “justificado pânico” (A. A. Costa, 2004, p. 6).

¹⁸² Para o qual teria contribuído a proposta do Darq à Reitoria, no sentido de pensar sobre as exigências do espaço na Alta, na contemporaneidade, a partir das intervenções do Estado Novo, redesenhando o existente para a sua reabilitação, conforme já referido.

¹⁸³ Antecipando algumas propostas de reflexão para o ano seguinte, destinado à Coimbra 2003 Capital Nacional da Cultura.

¹⁸⁴ A partir das experiências da primeira campanha de prospeção geofísica no Pátio das Escolas, realizada em dezembro de 1999 e das campanhas de escavações arqueológicas, que se realizaram, a primeira em junho de 2000 e a segunda entre agosto e novembro de 2001, sendo que, em 6 de novembro de 2001, os automóveis abandonavam o coração do núcleo emblemático do Paço das Escolas. Consequentemente, e já depois do colóquio, foi realizada em agosto de 2002, a terceira campanha de escavações arqueológicas, no Pátio das Escolas.

¹⁸⁵ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

“*CidadeSofia*: a cidade como território de produção e projecção do saber contemporâneo”, coordenado pelos docentes do DARQ, Nuno Grande e Rui Lobo, onde se debateram e equacionaram leituras de várias cidades universitárias (algumas PM), nacionais e internacionais a partir da relação estabelecida entre a cidade e a universidade. Os conferencistas e comentadores¹⁸⁶ foram convidados a equacionarem as dinâmicas exigidas, na contemporaneidade, à dinâmica entre cidade e conhecimento, a partir de territórios com implantação de universidades europeias, designadamente, a partir dos casos de Salamanca, Alcalá de Henares, Santiago de Compostela, Leuven, Grenoble, Bolonha, Maastricht, Cambridge, Aveiro e Coimbra. O local da realização das conferências e debates ‘obrigava’ a UC a regressar ao espaço material e simbólico do seu Polo 0, construído durante o século XVI – as igrejas dos Colégios da Graça, do Carmo e de São Pedro, na Rua da Sofia.

Todavia, sob a parceria de sete instituições, designadamente, a CMC, a UC, o Politécnico de Coimbra, a Fundação Bissaya Barreto, a Associação Comercial e Industrial de Coimbra, a Comissão de Coordenação da Região Centro e a equipa nomeada pelo MC, o presidente de Coimbra2003-CNC, Abílio Hernandez explicava a dificuldade em gerir o evento, embora ressaltasse a o sucesso do evento (Vieira, 2003). Esta lição sobre a inadequação do modelo de gestão seria para mais tarde recordar, noutra contexto.

O ano de 2003 seria o ano da oficialização da intenção da UC numa candidatura à UNESCO.

Em junho, a Reitoria lançava o Caderno da Rua Larga nº 1, intitulado “O Paço das Escolas revisitado”; e, em julho de 2003, a Reitoria da UC lançava a edição de “Universidade de Coimbra, Património Mundial”, um livro de capa preta – talvez numa homenagem ao estudante de Coimbra –, coordenada pelo pró-reitor João Gouveia Monteiro, com uma introdução do reitor Seabra Santos e textos de Carlos Serra, António Resende de Oliveira, José Antunes, Clarinda Maia e António Filipe Pimentel, constituindo-se na formalização da apresentação de intenção de uma candidatura da UC a PM, concretizada pelo reitor, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, baseada na leitura do VUE da UC.

FASE 3 (2004-22/06/2013)¹⁸⁷

A última fase corresponderia à formalização e desenvolvimento do processo de candidatura da UC a PM, terminando com a inscrição do bem UC-AS na LPM, pela UNESCO.

Ainda antes desse momento chave do processo, em 27 de março de 2004, Ana Paula Amendoeira (ICOMOS-Portugal e CNU), apoiada pelo Centro do PM da UNESCO, enviava uma carta onde convidava a UC a organizar em parceria, o Encontro Internacional do Património Mundial de Origem Portuguesa.

Em 2 de abril, o engenheiro Fernando Marques enviava para o pró-reitor Raimundo Mendes da Silva, uma informação técnica interna¹⁸⁸, prestando um contributo para uma gestão integrada do património histórico, arquitetónico e artístico do Paço das Escolas, tendo em conta o processo de candidatura a PM. A gestão integrada do património universitário, designadamente, daquele do complexo do Paço das Escolas, deveria ser entendida enquanto conceito operativo de orientação metodológica para a prática do serviço técnico – o Gabinete do Paço das Escolas (conquanto pudesse ser extensível a todo a abrangência da UC) – e deveria

¹⁸⁶ Participaram Emílio Sanchez Gil, Ignacio Berdugo, Paulo Varela Gomes, Joaquin Ibañez, Manuel Gala, Walter Rossa, Juan-Luis Dalda, Anxel Viña, Manuel Fernandes de Sá, Marcel Smets, Bart Massart, Gonçalo Byrne, Bernard Pouyet, Pierre Kermen, José Reis, Giampiero Cuppini, Piero Paolo Cavalcoli, Nuno Portas, Jo Coenen, Co., Hub Winkens, Álvaro Domingues, Marcial Echenique, John Durrant, Mário Krüger, Nuno Portas, Alberto Souto, Alexandre Alves Costa, Gonçalo Byrne, Mercês Vieira, Carlos Encarnação, Fernando Seabra Santos e José António Bandeirinha (Grande & Lobo, 2005).

¹⁸⁷ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial e PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

¹⁸⁸ Cf. Informação nº GPE/02-2004, de 02/04/2004, de Fernando Marques (Gabinete do Paço das Escolas), para Raimundo Mendes da Silva (pró-reitor UC), com o assunto “Contributo para o arranque de uma gestão integrada do património histórico, arquitetónico e artístico do Paço das Escolas da Universidade de Coimbra”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial: Informações 2004|2005 2006|2007.

ser baseada em quatro princípios principais: de pedagogia, de cumplicidade, de formação e de normativa. Pelo princípio de pedagogia, Fernando Marques apelava à aplicação de ações de promoção e de esclarecimento dos conceitos de proteção e salvaguarda do património histórico-artístico, arquitetónico, arqueológico e ambiental no seu conjunto, através de ações de prevenção e de um trabalho pluridisciplinar que estivessem em conformidade com as práticas internacionais, sendo, em simultâneo, uma oportunidade de atuar, pedagogicamente, com ações de sensibilização junto da comunidade universitária. Pelo princípio de cumplicidade, Fernando Marques atribuía importância ao “*reforço de confiança entre Reitoria, faculdade(s), DGEEI¹⁸⁹, GPE e demais intervenientes na gestão e utilização dos edifícios e dos seus espaços*”, sendo necessário apostar na qualidade da intervenção no edifício, com particular cuidado ao nível do conforto e segurança, “*transformando as naturais resistências dos intervenientes, em contributos imprescindíveis à valorização do processo*”. Pelo princípio de formação, Fernando Marques reclamava uma endogeneização de competências, através de formação dos quadros técnicos dos serviços da UC, com especial incidência no âmbito da conservação de edifícios históricos, ao nível do estudo, do projeto e das ações de fiscalização e acompanhamento de intervenções. Pelo princípio de normativa, Fernando Marques propunha “*a criação de mecanismos internos de apreciação e controlo das intervenções*”, como metodologia de trabalho, garantindo uma organização das práticas de atuação e de intervenção, tendo em vista “*evitar a agressão física dos edifícios*”, que pelo somatório de ações e intervenções “*pontuais*” e “*urgentes*” culminava na descaracterização dos edifícios, com “*prejuízo da autenticidade nos seus vários aspectos*”.

Em 14 de maio de 2004, a CNU emitia um parecer apresentando a Lista Indicativa dos Bens Portugueses ao Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, nomeadamente, a Arrábida, a Baixa Pombalina de Lisboa, o Bussaco, a Costa Sudoeste, as Fortificações de Elvas, Palácio-Convento e Tapada de Mafra e a Universidade de Coimbra. A Lista Indicativa seria divulgada no I Encontro Ibérico de Gestão do Património Mundial, realizado entre 14 e 15 de maio de 2004, em Lisboa. A proposta de inscrição na Lista Indicativa, referente à UC, justificava o VUE do bem pelos critérios (ii), (iv) e (vi), avançando similaridades e comparações com outros bens, designadamente, com as universidades inscritas na LPM, individualmente ou integradas em cidades/conjuntos/centros históricos.

Em outubro constituía-se o Gabinete de Candidatura à UNESCO (GCU)¹⁹⁰, diretamente, ligado à Reitoria, sendo uma equipa interdisciplinar que fora designada para desenvolver a candidatura da universidade a PM, com o estatuto institucional de ‘Projeto Especial’; e, em 22 de dezembro, o reitor formalizava os convites para a constituição da comissão científica¹⁹¹ da candidatura.

¹⁸⁹ DGEEI – Divisão de Gestão de Edifícios, Equipamentos e Infraestruturas, da UC.

¹⁹⁰ Constituição do GCU: reitores da UC, Fernando Seabra Santos (2003-2011) e João Gabriel Silva (2011-2013); pró-reitores José Raimundo Mendes da Silva (2003-2011), João Gouveia Monteiro (2003-2007) e António Filipe Pimentel (2007-2009) e vice-reitores, Clara de Almeida Santos e Henrique Madeira (2011-2013); coordenador executivo e de candidatura, arquiteto Nuno Ribeiro Lopes; apoio à coordenação, Catarina Fernandes e João Paulo Dias (2004-2006) e João Marujo (2006-2011); equipa pluridisciplinar (fase inicial), arqueóloga Sónia Filipe, arquiteto Rogério Figueira, arquiteto Victor Mestre, engenheiro civil Fernando Marques, historiador Carlos Serra, historiador de arte Milton Pacheco, informático Jonatan Pedrosa, sociólogo João Paulo Dias; alargamento da equipa pluridisciplinar, arqueóloga Constança Santos, arqueóloga Elisa Albuquerque, arqueóloga Sara Almeida, arqueóloga Vera Santos, arquiteta Amália Freitas, arquiteta Cátia Marques, arquiteta Filipa Figueiredo, arquiteta Joana Abrantes, arquiteto Nuno Salgueiro, arquiteto Paulo Ricardo, arquiteto Rui Stanzani, arquiteta Sandra Pinto, arquiteta Sofia Sobral Ramos, conservadora Raquel Misarela, engenheiro civil Vítor Conceição, engenheiro geólogo Paulo Morgado, historiadora Joana Damasceno, historiadora de arte Joana Brites, historiador de arte Carlos Alves, informático Pedro Bastos, informático Marco Moura, informático Paulo Barreiras.

¹⁹¹ Depois de convite endereçado pelo reitor, em 22/12/2004, a comissão científica ficava constituída, nos finais de 2004 e início de 2005, por Alexandre Alves Costa (Darq-FCTUC), Aníbal Pinto de Castro (BG/FLUC), António Filipe Pimentel (Faculdade de Letras da UC), António Nuno Rosmaninho Rolo (Universidade de Aveiro), Arsélio Pato de Carvalho (Museu de Zoologia da UC), Boaventura de Sousa Santos (CES/FEUC), Carlos Fiolhais (BGUC), Carlos Fortuna (CES/FEUC), Clarinda Maia (FLUC), Cláudio Torres (Campo de Mértola/ICOMOS-Portugal), Fernando Rebelo (ex-reitor UC/FLUC), Fernando Taveira da Fonseca (FLUC), Gonçalo Byrne (Darq-FCTUC), Helena Catarino (FLUC), Helena Freitas (JBUC), Joaquim Gomes Canotilho (FDUC), Jorge Alarcão (arqueólogo), Jorge Custódio (Convento de Cristo Tomar), José António Bandeirinha (Darq-FCTUC), José Nascimento da Costa (HUC), Luís Reis Torgal (CEIS20-UC), Maria José Azevedo Santos (AUC), Paulo da Gama Mota (Museu de Ciências da UC), Paulo

Numa fase inicial e preparatória¹⁹², o coordenador executivo, o arquiteto Nuno Ribeiro Lopes, estabelecia as metas para os primeiros seis meses, no sentido de equacionar o desenho da organização do próprio gabinete e equipa técnica e, paralelamente, o desenho da estrutura concetual da candidatura, nomeadamente, da delimitação do bem e zona de proteção, de acordo com o estabelecido pela UNESCO. Para esta última meta preparatória, seriam realizados estudos e planos de ação direcionados à história da UC, suas “*fases de expansão, retração e reorganização, em ligação com o exercício de poder político do Estado*”, “*procurando estabelecer os diferentes níveis de intervenção nos edifícios ou no território*”.

Sob o título “Arquitectura do conhecimento da UC”¹⁹³, Nuno Ribeiro Lopes revelava uma sumarização orientadora para a fase de produção e execução da candidatura, com referência à *definição do âmbito da candidatura, organização da candidatura, calendarização e gabinete de candidatura*. No ponto “Definição do âmbito da candidatura”, Ribeiro Lopes considerava a questão do limite da área de candidatura, com proposta “*igual à apresentada em 2003 mas com alterações*”. Efetivamente, a proposta considerava a “*um conjunto de edifícios candidatos, dentro de uma área que abrange parte da Alta de Coimbra*”¹⁹⁴, embora alertasse para uma questão pertinente, referida à ancoragem do limite da área candidata com a justificação utilizada para os critérios do VUE. Esta observação verificava-se porque estavam a ser utilizados argumentos justificativos a partir de edifícios ou conjuntos, como por exemplo, da Escola e do Mosteiro de Santa Cruz, “*como antecedentes da Universidade e da cidade do saber*”. Sobre esta questão, Ribeiro Lopes assumia um princípio muito claro: “*a manterem-se, terão que fazer parte do conjunto candidato*”. Este momento, abria a possibilidade de uma área de *âmbito mais alargado* e sublinhava e relançava a Sofia, como área da universidade – a partir de Santa Cruz e dos Colégios do Carmo e da Graça e, eventualmente, a Inquisição (Colégio das Artes), mimetizando o ciclo da história do estabelecimento definitivo da UC¹⁹⁵ – e, conseqüentemente, da candidatura a PM.

Pereira (IPPAR/Universidade Técnica de Lisboa), Rui de Alarcão (ex-reitor/FDUC), Teresa Veloso (FLUC) e Vítor Abrantes (FCTUC). Com o desenvolvimento do processo e tendo em conta a evolução concetual e formal da candidatura, o reitor convidaria outras individualidades, em 06/10/2005, ficando a comissão mais abrangente, com a aceitação de Jorge Cravo (Canção de Coimbra/Casa Municipal da Cultura), José Manuel Pureza (FEUC), Matilde Sousa Franco (ex-diretora MNMC/deputada da Assembleia da República) e Walter Rossa (Darq-FCTUC).

¹⁹² Em documento intitulado “Candidatura da UC à inclusão na Lista do Património Mundial da UNESCO”, de Nuno Ribeiro Lopes, sem data, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial: Programação da Candidatura, Ribeiro Lopes apresentava um relatório que, embora sujeito a constantes atualizações e/ou alterações, seria um documento orientador para três tópicos: “*1ª fase (ações a desenvolver nos próximos seis meses)*”; “*Processo de planificação para a elaboração de planos de gestão/conservação (a adaptar durante a fase de candidatura)*”; “*Arquitectura do conhecimento da UC (8 pgs) | Proposta de Metodologia de Intervenção da zona candidata a Património da Humanidade (complemento à proposta entregue anteriormente)*”. Consideramos que, este documento terá sido produzido, possivelmente, entre outubro e novembro de 2004 – embora, haja outras versões, com variações pontuais, pela introdução de uma ou outra informação de calendarização –, precisamente, pela indicação temporal dos ‘seis meses’ para desenvolver a fase inicial, uma vez que a apresentação pública do *Projecto de Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO* ocorreu em abril de 2005.

¹⁹³ Em documento intitulado “Candidatura da UC à inclusão na Lista do Património Mundial da UNESCO”, de Nuno Ribeiro Lopes, sem data, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial: Programação da Candidatura.

¹⁹⁴ Num âmbito alargado, Nuno Ribeiro Lopes referia: “*Edifícios propostos: Paço das Escolas, Biblioteca, Colégios (São Jerónimo, São Bento e o Jardim Botânico, Trindade > na Alta) (Carmo, Graça > na Baixa/Sofia) (Santo Agostinho), Sé Nova e Colégio de Jesus, Igreja de Santa Cruz, o Jardim da Manga e o Jardim da Sereia, Laboratório Químico, Sé Velha, as Repúblicas da Alta; Edifícios do século XX (Matemáticas, Letras, Medicina, Biblioteca Geral, Arquivo, Físicas e Químicas); Edifícios em dívida: Museu Nacional de Machado de Castro, Igreja de São João de Almedina, Antiga Inquisição (Colégio das Artes, Palácio de Sub-Ripas (Instituto de Arqueologia))*”. Num âmbito restrito, Ribeiro Lopes referia: “*Edifícios propostos: Paço das Escolas, Biblioteca, Colégios (São Bento e o Jardim Botânico, Trindade), Sé Nova e Colégio de Jesus, Laboratório Químico, Edifícios do século XX (Matemáticas, Letras, Medicina, Biblioteca Geral, Arquivo, Físicas e Químicas), as Repúblicas da Alta; Edifícios em dívida (devido aos projectos em curso): São Jerónimo, Artes, Palácio de Sub-Ripas*”. Em documento intitulado “Candidatura da UC à inclusão na Lista do Património Mundial da UNESCO”, de Nuno Ribeiro Lopes, sem data, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial: Programação da Candidatura.

¹⁹⁵ Para mais informações sobre esta particularidade histórica, consultar o nosso artigo “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos”, no presente capítulo.

A “Arquitectura do conhecimento da UC”¹⁹⁶ previa que, ainda em 2004, começassem a ser realizados projetos, levantamentos e estudos, coordenados pelo GCU, uma vez que, o sucesso da candidatura dependia, com particular relevância, “*das acções já realizadas ou a realizar (por ex., na área urbana incluída na zona tampão e que se apresenta hoje bastante degradada)*”¹⁹⁷. Depois de ser definida a área de candidatura (áreas candidata e tampão), ação prevista para esse ano de 2004, deviam ser definidos os estudos para trabalhos de conservação, prevendo levantamentos, análises e diagnósticos, bem como projetos de reabilitação e adaptação em edifícios universitários, adicionando volume de intervenção ao que já estava em curso e em fase de projeto de execução, sobre os edifícios universitários. O objetivo da gestão do GCU passava por garantir que o lançamento das empreitadas iniciavam de acordo com a calendarização da candidatura, uma vez que estava previsto que a decisão da UNESCO, sobre a candidatura da UC, seria em 2009. A propósito desta informação, Nuno Ribeiro Lopes esclarecia em nota que: “*Outubro de 2006 como data para apresentação ao Governo Português da Candidatura, não se nos afigura viável dado não ter decorrido tempo suficiente para que as medidas adoptadas em plano sejam visíveis, nem o número de edifícios recuperados suficiente*”¹⁹⁸.

Ainda no final de 2004, a UC dava início a uma vasta componente protocolar com diversas instituições¹⁹⁹, assinando com a CMC, em 2 de dezembro, um protocolo de colaboração, cujo âmbito era em sentido abrangente, “*procurando contribuir para a elaboração da candidatura de acordo com as disponibilidades e possibilidades nas áreas e actividades consideradas pertinentes e indispensáveis para a concretização desse objetivo comum*”. Das áreas e atividades pertinentes sublinhavam-se “*a harmonização dos critérios de intervenção*”, ao nível do edificado e do planeamento urbano, tendo em conta a reabilitação, preservação e valorização na zona de proteção exigida pela UNESCO – à data, estava considerada a Alta de Coimbra; “*o intercâmbio de informação privilegiada*”, tendo em conta a produção de conteúdos para contribuírem na justificação da candidatura; e, por último, “*a colaboração na organização de eventos científicos e culturais (...) e na produção, edição e divulgação de materiais*” relacionados com a candidatura.

O ano de 2005 seria considerado o “*arranque oficial de candidatura*”, no sentido da sua efetiva concretização sobre o património universitário, designadamente, pela elaboração de planos, execução de projetos e os levantamentos, estudos e trabalhos de conservação continuavam operacionais; adicionalmente, também estava previsto o lançamento de concursos e alguns inícios de obra²⁰⁰.

Em 2005, pela primeira vez, em 9 de março, reunia a Comissão Científica de acompanhamento da candidatura à UNESCO²⁰¹, na Reitoria da UC, sendo dado a conhecer aos presentes, o trabalho da CNU e

¹⁹⁶ Em documento intitulado “Candidatura da UC à inclusão na Lista do Património Mundial da UNESCO”, de Nuno Ribeiro Lopes, sem data, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial: Programação da Candidatura.

¹⁹⁷ Em documento intitulado “Candidatura da UC à inclusão na Lista do Património Mundial da UNESCO”, de Nuno Ribeiro Lopes, sem data, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial: Programação da Candidatura.

¹⁹⁸ Em documento intitulado “Candidatura da UC à inclusão na Lista do Património Mundial da UNESCO”, de Nuno Ribeiro Lopes, sem data, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial: Programação da Candidatura.

¹⁹⁹ A UC assinava protocolos de colaboração com o IPPAR (22/12/2004), a Fundação Ricardo Espírito Santo (12/01/2005), a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (14/02/2005), a Região de Turismo do Centro (21/04/2005), a Diocese de Coimbra (26/04/2005), a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra (29/04/2005), o Instituto Português dos Museus (01/07/2005), o Instituto Português de Arqueologia (29/07/2005) e a Associação Académica de Coimbra (15/09/2005).

²⁰⁰ Em documento intitulado “Candidatura da UC à inclusão na Lista do Património Mundial da UNESCO”, de Nuno Ribeiro Lopes, sem data, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial: Programação da Candidatura.

²⁰¹ Informação constante em documento de trabalho, sem autor, sem data, com 17 páginas, intitulado “Proposta de inscrição na Lista Indicativa do Património Mundial – Universidade de Coimbra – Reunião com a Comissão Científica de acompanhamento da candidatura à UNESCO. Reitoria, 9 de Março 2005”, que pelo conteúdo se atribui a um guião de condução de reunião, possivelmente, do reitor ou pró-reitor. Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial: Pró-Reitoria Cultura | Universidade VIVA | Cultura 2000 | 2004/2005.

do Grupo Interministerial para a coordenação e acompanhamento das candidaturas de bens portugueses à LPM, nomeadamente, durante a constituição da Lista Indicativa, como condição indispensável para qualquer concretização de candidatura. Este tópico tornava-se fundamental para esclarecimento dos presentes, uma vez que a partir de 2006, tendo em conta as alterações introduzidas pelo Centro do PM da UNESCO, haveria mais dificuldade em concretizar o objetivo²⁰².

Em 19 de abril de 2005, o reitor Fernando Seabra Santos fazia a apresentação pública de um *guião*²⁰³, naquele que se constituía “*no primeiro momento de um grande projecto da Universidade de Coimbra: a sua candidatura a Património Mundial da UNESCO*” (Santos in Universidade de Coimbra, 2005, p. 5), na Biblioteca Joanina, intitulado *Projecto de Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO* (Fig. 02). O designado *guião de candidatura* sintetizava os principais argumentos de candidatura, definia os limites físicos da área candidata e apresentava a estratégia de execução da candidatura. Naquele que podemos designar como o *preâmbulo* de Fernando Seabra Santos, no designado *guião de candidatura*, determinava o conceito de *responsabilidade e compromisso de futuro*²⁰⁴, assumidamente, local, nacional e internacional (Santos in Universidade de Coimbra, 2005, p. 5) e acompanharia vários eventos e publicações da e sobre a candidatura da UC-AS a PM, ao longo do tempo.



Fig. 03 – Capa do *Projecto de Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO*, da UC e planta “Limites da Candidatura”, 2005²⁰⁵.

Entre 21 e 23 de setembro, realizava-se a Conferência Internacional “A imagem dos Centros Históricos – bases para a sua salvaguarda”, realizado no auditório da Reitoria da UC, promovido pelo GCH-CMC. A intervenção da UC ficara a cargo do pró-reitor Raimundo Mendes da Silva, agendada para dia 22 de setembro, que aproveitava a oportunidade de divulgação do projeto de candidatura da universidade à UNESCO, onde “*mais do que criticar o passado, importa conhecer, analisar, dialogar, para melhor*

²⁰² A propósito da evolução das orientações técnicas para aplicação da CPM1972, consultar o nosso artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, da presente tese.

²⁰³ Com efeito, *guião de candidatura* era o nome atribuído a este documento *Projecto de Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO*, nas referências constantes em documentos de trabalho e também na gravação do documento digital, no arquivo do GCU. Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental e digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²⁰⁴ Sobre o desenvolvimento desta ideia-chave da candidatura da UC-AS a PM, ‘responsabilidade e compromisso de futuro’, assumido pelo reitor da UC em 2005, consultar o artigo “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos”, no presente capítulo.

²⁰⁵ Cf. (Universidade de Coimbra, 2005, p. 59).

*projectar o futuro*²⁰⁶. Esta particularidade assumia a candidatura como “*um projecto comum, recurso valioso e estratégico para o desenvolvimento sustentado da cidade, da região, e não apenas da Universidade de Coimbra*”²⁰⁷, promovendo o património da UC como uma construção cultural secular. Raimundo Mendes da Silva insistia na ideia de responsabilidade e compromisso de futuro, quando referia que o projeto da candidatura da UC a PM era, efetivamente, um “*contrato de futuro, este contrato de longo prazo, este contrato de fidelidade, em que, pondo-nos na mão do mundo, aceitamos a responsabilidade de preservar o legado que a história nos entregou*”²⁰⁸ e que deveria ser assinado a partir do momento em que a UC visse o seu VUE reconhecido internacionalmente.

Uma antecipação que já refletia os princípios e conteúdos que incorporavam, no debate, as noções concetuais e de alargamento sobre ‘património’ e que haviam de ser firmados pela Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do Património Cultural para a sociedade²⁰⁹, em 27 de outubro de 2005, em Faro, atribuindo responsabilidades e obrigações aos Estados europeus, na proteção, salvaguarda e estudo do património, sendo que “*pela primeira vez se reconhece que o Património cultural é uma realidade dinâmica, envolvendo monumentos, tradições e criação contemporânea*” (G. d’Oliveira Martins, 2009b, p. 8). Com efeito, o texto da Convenção-Quadro sobre o património cultural alargava o conceito ‘património’, que deveria ser considerado a partir de três perspetivas, pela sua componente histórica, como criação cultural e entendido a partir do seu contexto cultural, referenciado ao meio ambiente, usos e tradições. A diversidade cultural e o pluralismo passavam a ser considerados para as ações de proteção e salvaguarda sobre o “*património comum europeu*” (G. d’Oliveira Martins, 2009b, p. 8).

De realçar, ainda, em 26 de outubro era feito o pedido de recuperação da maquete do projeto da construção da Cidade Universitária de Coimbra, construída a partir da década de 40 do século XX, cujo modelo havia sido cedido pela Direção Regional de Educação do Centro; e, a partir da assinatura dos protocolos com as várias instituições, em 2005, seria constituída a Comissão Técnica Mista, composta por técnicos do GCU da UC, do GCH e GTL da CMC, da DRCC (com competências resultantes da fusão entre o IPPAR – Delegação do Centro e a Direção Regional dos Edifícios e Monumentos Nacionais) e da Sociedade de Reabilitação Urbana – Coimbra Viva (SRU).

No final de 2005, em 28 de dezembro, o GCU solicitava o *dossier* de candidatura do Porto a PM, tendo sido acedido, em 20 de janeiro, pelo Departamento Municipal de Reabilitação e Conservação do Centro Histórico da Câmara Municipal do Porto, que enviava o respetivo *dossier* de candidatura ao GCU²¹⁰.

Para 2006, Nuno Ribeiro Lopes tinha previsto a conclusão dos planos e a continuação da elaboração de projetos de arquitetura para os edifícios e espaços exteriores, assim como seriam continuadas as obras já em

²⁰⁶ Apresentação “Projecto de Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO”, do pró-reitor Raimundo Mendes da Silva, em 22 de setembro de 2005, na Conferência Internacional “A imagem dos Centros Históricos – bases para a sua salvaguarda”. Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Guilherme d’Oliveira Martins disponibilizava o texto da Convenção de Faro, de 2005 e a sua redação aprovada pela Resolução da Assembleia da República Portuguesa nº 47/2008, de 12 de setembro, publicada no Diário da República nº 177, I série, de 12/09/2008 (G. d’Oliveira Martins, 2009b, pp. 157–191).

²¹⁰ Em ofício nº 02/06/DMRCCH, de 20/01/2006, do diretor do Departamento Municipal de Reabilitação e Conservação do Centro Histórico da Câmara Municipal do Porto, engenheiro António Bruno, para o GCU, da UC, com o assunto “cedência de Dossier de Candidatura do Porto a Património Mundial da UNESCO”, em resposta ao ofício nº1293/GR de 2005/12/28-GCU, do GCU, para o diretor do DMRCCH-CMP. Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial: Correspondência recebida 2006.

curso²¹¹ e, ainda, novas aberturas de novas empreitadas²¹², bem como a continuada relação de trabalho e cooperação com a CMC²¹³.

Em 2 de fevereiro, o presidente do IPPAR, por despacho, decidia a abertura do procedimento administrativo relativo à eventual classificação do conjunto arquitetónico constituído pelos edifícios da Associação Académica de Coimbra (AAC), jardins e Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV), dos arquitetos Alberto José Pessoa e João Abel Manta²¹⁴ e cantinas da UC, como Imóvel de Interesse Público. A classificação do conjunto seria aprovada por despacho de homologação, da ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, em 28 de janeiro de 2008, com a respetiva delimitação da Zona Especial de Proteção (ZEP)²¹⁵.

Em 22 de fevereiro era realizada a segunda reunião da Comissão Científica de acompanhamento da candidatura da UC a PM, na Reitoria da UC, já com a presença dos novos elementos.

Em 2006, entre 27 e 29 de abril²¹⁶, a UC acolhia o I Encontro Internacional do Património Mundial de Origem Portuguesa (WHPO – World Heritage of Portuguese Origin), promovido pela UC, pelo IPPAR e pela CNU, com a participação de Angola, Bahrein, Benin, Brasil, Cabo Verde, Gana, Guiné-Bissau, Índia, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Paraguai, Quénia, São Tomé e Príncipe, Tanzânia, Timor-Leste, Uruguai e a Região Administrativa de Macau (China), dos vinte e nove identificados como detentores de património cultural de origem portuguesa. O objetivo deste encontro de trabalho constituía-se em contribuir para a criação de uma rede internacional de especialistas dos países com património de origem portuguesa, no sentido de se estabelecerem ações de cooperação e de articulação entre os diversos modos de gestão e valorização desse património, designadamente, através do conhecimento das práticas de proteção e salvaguarda do património. Tal objetivo permitiria traçar a coesão desta rede para uma disponibilidade de troca de conhecimentos²¹⁷ na definição estratégica e linhas de ação para a elaboração de Listas Indicativas

²¹¹ Em 5 de dezembro de 2006, seria realizada a inauguração do Museu da Ciência da UC, no Laboratório Químico, com projeto de arquitetura de João Mendes Ribeiro, Carlos Antunes e Désirée Pedro e projeto de conservação e restauro da pedra de Fernando Marques (Universidade de Coimbra – Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c, p. 161).

²¹² Em documento intitulado “Candidatura da UC à inclusão na Lista do Património Mundial da UNESCO”, de Nuno Ribeiro Lopes, sem data, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial: Programação da Candidatura.

²¹³ Um exemplo dessa cooperação é demonstrada pelo *e-mail* de trabalho enviado em 20/04/2006, pelo diretor do GCH-CMC, o engenheiro Sidónio Simões, para o GCU, com o assunto “Regulamento de Área Crítica”, com a proposta de alteração do regulamento da área crítica, realizada pelos técnicos do GCH e GTL, anotada e comentada. Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial: Correspondência recebida 2006.

²¹⁴ A propósito deste conjunto da AAC, enquadrado na problemática da construção da Cidade Universitária de Coimbra (CUC), consultar o artigo “Um *exercício dual* Património Mundial: a FLUC e a AAC”, no capítulo 4, da presente tese.

²¹⁵ Informação prestada no ofício nº 1161/08, do processo nº 04/06-03-25(XIX), de 15/05/2008, do diretor regional da Cultura do Centro, António Pedro Pita, para o reitor da UC, com o assunto “Classificação como IIP e delimitação da Zona Especial de Proteção (ZEP) do conjunto arquitetónico constituído pelos edifícios da AAC e jardins, TAGV e cantinas da Universidade de Coimbra, sito na Rua Padre António Vieira, Avenida Sá da Bandeira e Rua Oliveira Matos, em Coimbra, freguesia da Sé Nova, concelho e distrito de Coimbra”, com os anexos cópia das informações nº 432-DRC/DS/07, parecer do Conselho Consultivo de 20/12/2006, despacho e planta de localização, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial: Correspondência recebida 2007|2009.

²¹⁶ A sessão inaugural, no Auditório da Faculdade de Direito, contava com as presenças do reitor da UC, Fernando Seabra Santos, do secretário de Estado da Cultura, Mário Vieira de Carvalho, da secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Raquel Freitas, da representante do Centro do PM da UNESCO e chefe da Unidade Africana, Elizabeth Wangari, do presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Carlos Encarnação e do embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO, Ramalho Ortigão, tendo sido proferidas as conferências “Sinais e significados da cultura portuguesa no Património Mundial”, de José Mattoso e “Património edificado de origem portuguesa”, de Pedro Dias. Durante a programação do I WHPO, em 28 de abril, seria inaugurada a exposição “A Fundação Calouste Gulbenkian e o Património Histórico Português no Estrangeiro”, na Galeria do Museu Antropológico, ficando aberta até 21 de maio de 2006.

²¹⁷ Nesse sentido, foram organizados grupos assentes em cinco temas de trabalho determinados para promover o intercâmbio das experiências: 1) elaboração de Listas Indicativas e candidaturas, moderado por Francisco Lopez Morales, do México, geógrafo, professor na Universidade da Cidade do México e membro do Comité Executivo do ICOMOS Internacional; 2) Acesso às fontes históricas, moderado por Paulo Pereira, de Portugal, historiador e professor na Universidade Técnica de Lisboa; 3) Recuperação e restauro de sítios do Património, moderado por Carlos Ternaut, da Argentina, arquiteto, professor na Universidade de Buenos Aires e membro do Comité Executivo do ICOMOS Internacional; 4) Gestão e promoção de sítios do património, moderado por Victor Salinas Fernandez, de Espanha, geógrafo, professor na Universidade de Sevilha e vice-presidente do ICOMOS-Espanha; 5) Modelos e mecanismos de cooperação internacional, moderado por Suzanna Sampaio, do Brasil, jurista e membro do Comité Executivo do ICOMOS Internacional.

de cada um dos países (Estados-membro da UNESCO e Estados-parte da CPM1972), bem como de candidaturas à LPM pelos Estados-parte menos representados na LPM. Este momento constituía-se como uma promoção da candidatura da UC, uma vez que o evento contara com a participação de mais de cinco centenas de participantes de diferentes países e entidades.

De 21 de setembro a 9 de novembro de 2006, era realizada uma exposição “Alta entre Vistas”, na Galeria do Museu Antropológico da UC, organizada pela Reitoria da UC e pelo GCU, apresentando alguns dos projetos que estavam em desenvolvimento, possibilitando dar a conhecer ao público as iniciativas de promovidas no âmbito da candidatura à UNESCO (Fig. 04). A exposição referenciava, através de fotografias, documentação gráfica, maquete e vídeo, os projetos e execução, da autoria do engenheiro Fernando Marques, relativos à reabilitação da Via Latina e do Paço das Escolas e à conservação do seu grupo escultórico, do pórtico central e da escadaria; os projetos, da autoria do arquiteto João Mendes Ribeiro, relativos à requalificação do Laboratório Químico, com os arquitetos Carlos Antunes e Désirée Pedro e do Teatro Paulo Quintela da Faculdade de Letras da UC, à reconversão da Casa das Caldeiras; os projetos, da autoria dos arquitetos Gonçalo Byrne e José Barra, relativos à construção do parque de estacionamento no Largo D. Dinis e do Centro de Informação e Divulgação da UC, à requalificação do edifício da Associação Académica de Coimbra e do Pátio das Escolas; o projeto, da autoria dos arquitetos Álvaro Siza Vieira e António Madureira, relativo à construção da Biblioteca da Faculdade de Direito da UC; o projeto do GCU, da autoria do arquiteto Vítor Mestre, relativo à requalificação do Auditório da Reitoria e do pátio das Químicas e Físicas, da FCTUC. O evento contava, ainda, com sessões de apresentação com os arquitetos responsáveis pelos projetos que faziam parte do conteúdo expositivo – em 28 de setembro com João Mendes Ribeiro, em 11 de outubro com Gonçalo Byrne, em 26 de outubro com Vítor Mestre e em 9 de novembro com Álvaro Siza Vieira.



Fig. 04 – Fotografias da exposição “Alta entre Vistas”, na UC: fachada do Colégio de São Bento com a identificação da exposição; inauguração, com o arquiteto Nuno Ribeiro Lopes (à esquerda), o ministro da Educação Mariano Gago (ao centro) e o reitor Fernando Seabra Santos (à direita); maquete dos projetos para a Casa das Caldeiras e Laboratório Químico; arquiteto Álvaro Siza Vieira (à esquerda) e arquiteto Nuno Ribeiro Lopes (à direita); galeria do Museu Antropológico. Fotografia: GCU, UC, 2006²¹⁸.

Em 2007 – ano em que o Campus da Cidade Universitária Central da Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM), Cidade do México (México) concretizava a sua inscrição na LPM (World Heritage Committee, 2007, pp. 173–174) –, seria o ano em que estava previsto ser apresentada ao Governo o *dossier* de candidatura da UC a PM²¹⁹, uma previsão que se demonstrava impossível de concretizar, à medida que o processo de candidatura avançava. Todavia, era dada continuidade às obras em curso, estando também previstos lançamentos de novas empreitadas nas diversas frentes de intervenção da UC. O ano de 2007 ficaria, ainda, marcado pelos diversos apoios públicos à candidatura.

²¹⁸ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²¹⁹ Em documento intitulado “Candidatura da UC à inclusão na Lista do Património Mundial da UNESCO”, de Nuno Ribeiro Lopes, sem data, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial: Programação da Candidatura.

Em 2007, a exposição “Alta entre Vistas” faria um périplo com o objetivo de dar a conhecer a candidatura da UC à UNESCO, sendo apresentada, entre 22 de janeiro²²⁰ a 12 de março, na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto; entre 26 de abril²²¹ a 24 de maio, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa; entre 14 de setembro²²² a 13 de outubro, no Centro Cultural Gonçalves Sapinho, do Externato Cooperativo da Benedita, em Alcobaça.

Em 29 e 30 de novembro de 2007, era realizado o Encontro “Universidade de Coimbra: Univer(sc)idade – desafios e propostas de uma candidatura a património da humanidade”, organizado pelo GCU, CMC e ICOMOS-Portugal, com o propósito de estabelecer uma metodologia para a intervenção sobre o património, a partir do conhecimento e debate sobre a diversidade de métodos, técnicas e práticas utilizadas nas ações de reabilitação e salvaguarda do património, que pudesse ser utilizada tanto nas ações sobre o património universitário, pela UC, como pelas ações sobre o património urbano, da responsabilidade da CMC.

Em 21 de janeiro de 2008, a Presidência da República apoiava oficialmente a candidatura da UC-AS a PM, através do discurso do Presidente, Aníbal Cavaco Silva, no âmbito do “Roteiro para o Património”, numa sessão realizada no Museu da Ciência, onde manifestava esperança no sucesso da candidatura, *“tornando assim ainda mais visível, não só a qualidade arquitectónica do lugar e dos bens aqui preservados, mas também a sua implantação na geografia e na história desse outro bem, imaterial e imprescindível, que é o saber”*²²³.

O ano de 2008 ficava ainda marcado pelo o início das obras de intervenção na Torre da UC, com supervisão técnica e coordenação dos trabalhos de conservação sob a responsabilidade do engenheiro Fernando Marques, com coordenação da arquitetura da responsabilidade do arquiteto Victor Mestre (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c, pp. 52–85), abrangido pelo protocolo entre a UC e o Governo Português, em que este se comprometia a apoiar, materialmente, o Programa de Requalificação da Alta Universitária de Coimbra (PRAUC), celebrado em 24 de maio de 2008²²⁴.

²²⁰ O evento contava com uma sessão inaugural com a presença do pró-reitor da UC, Raimundo Mendes da Silva, do coordenador do GCU, Nuno Ribeiro Lopes e dos arquitetos responsáveis pelos projetos em exposição.

²²¹ Idem.

²²² A sessão inaugural do evento contava com a presença do pró-reitor da UC, Raimundo Mendes da Silva e do coordenador do GCU, Nuno Ribeiro Lopes.

²²³ Cf. Presidência da República Portuguesa - Arquivo - Aníbal Cavaco Silva - 2006-2016 – *Intervenção do Presidente da República na Universidade de Coimbra, Coimbra, 21 de Janeiro de 2008*. [Online] Disponível em <http://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=22&idi=12501>, acessado em 12/07/2018.

²²⁴ Estava previsto desenvolver diversas candidaturas aos fundos estruturais do Quadro de Referência Estratégico Nacional definido para o período 2007 e 2013 (QREN 2007-2013), a partir de 2008, para os projetos das intervenções no âmbito do PRAUC: 1) Polo 0 (Sofia), na componente ensino/investigação – no Colégio da Graça para o Centro de Estudos Sociais e Centro de Documentação 25 de Abril; 2) Polo 1 (Alta), na componente ensino/investigação – no Auditório do Centro de Investigação, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, no Colégio da Trindade para albergar o Tribunal Universitário Judicial Europeu, na Casa dos Melos para a construção da Biblioteca da Faculdade de Direito, nos Edifícios do Estado Novo (AUC, BG, Departamento de Matemática, Departamentos de Física e Química, FLUC, FMUC), nos Edifícios dos Colégios Universitários (Colégio das Artes, Colégio de Santa Rita/Grilos, Colégio de São Bento), na FLUC para o Teatro Paulo Quintela; 3) Polo 1 (Alta), na componente cultura/turismo – na construção do Centro de Interpretação e Divulgação da Universidade de Coimbra (CIDUC), no Espaço do Auditório da Reitoria e requalificação de espaços exteriores, no Jardim Botânico, no Colégio de Jesus para o Museu da Ciência da UC, Museu da Universidade de Coimbra (1ª e 2ª fases), no Paço das Escolas (Biblioteca Joanina, Capela de São Miguel, Gerais, Porta Férrea e Colégio São Pedro, Via Latina e Antiga Reitoria), no Pátio das Escolas e Escadas de Minerva e na Torre da UC; 4) Polo 1 (Alta), na componente espaços públicos/estruturas de apoio – na Associação Académica de Coimbra, em espaços públicos e infraestruturas (Largo da Feira, Largo dos Colégios, Rua de São Pedro, Rua São João e Couraça dos Apóstolos, Rua dos Estudos, Largo Marquês de Pombal, Rua Inácio Duarte, Rua Larga e Largo da Porta Férrea), no estacionamento no Largo D. Dinis, em Repúblicas Universitárias e nas Escadas Monumentais para construção do restaurante universitário. Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental e digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial. Sobre a variação dos programas que o Colégio da Trindade conheceu, ao longo do desenvolvimento do projeto de arquitetura pelos arquitetos Aires Mateus, consultar o artigo “O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial”, no capítulo 7, da presente tese.

Em 27 de novembro de 2008, era concretizada a Declaração dos Reitores e representantes das cinquenta Universidades brasileiras fundadoras do Grupo Coimbra das Universidades Brasileiras de apoio à candidatura da UC (palácio de S. Marcos)

Em 2009, sublinha-se a distinção atribuída à UC, pelo Prémio da União Europeia para o Património Cultural – *Europa Nostra 2009*, pela intervenção de conservação na Via Latina (Fig. 05), no Paço das Escolas, uma intervenção da responsabilidade do engenheiro Fernando Marques (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c, pp. 16–51).

Em 18 de abril de 2009, a propósito da comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios sob o tema “O Património e a Ciência”, era realizada a conferência “O Património como oportunidade e desígnio: Ciência, Sociedade e Cultura”, organizada pela UC, IGESPAR, ICOMOS-Portugal e a Plataforma pelo Património Cultural (PP-Cult), no auditório da Faculdade de Direito.

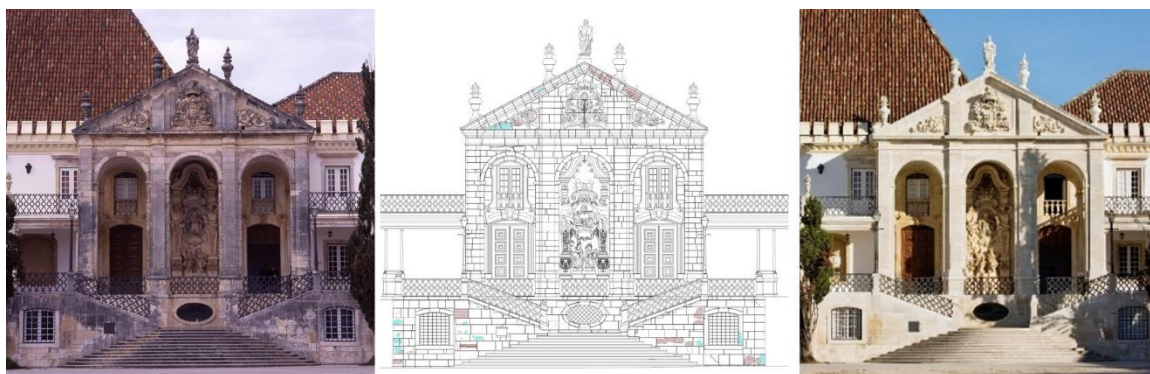


Fig. 05 – Pórtico central da Via Latina antes da intervenção de restauro (2006); patologias, segunda fase, cartografia de alterações das superfícies arquitetónicas no pórtico central e grupo escultórico da Via Latina, alçado completo, projeto de Fernando Marques; pórtico central da Via Latina depois da intervenção de restauro (2009). Fotografia: Luís Ferreira Alves, UC, 2006; Manuel Ribeiro, UC, 2009²²⁵.

No ano de 2010, para além da Torre da Universidade começar a ser restaurada, numa intervenção realizada de fevereiro a dezembro²²⁶, a diplomacia portuguesa aproveitava a oportunidade para apresentar, na 34ª sessão do Comité do PM, decorrida entre 25 de julho a 3 de agosto de 2010, em Brasília, o WHPO, divulgando os seus princípios e propósitos assentes na ideia de cooperação entre Estados-membro da UNESCO, a partir do PM de origem portuguesa.

Em 2010, entre 23 e 26 de outubro, a UC acolhia, precisamente, o II Encontro Internacional WHPO, depois de o primeiro encontro ter sido considerado “*pioneiro na história da cooperação cultural portuguesa*”²²⁷, organizado e promovido pela UC, pela CNU, pelo IGESPAR (Ministério da Cultura) e pelo ICOMOS-Portugal, tendo o patrocínio do presidente da República e contando com a participação de Angola, Argentina, Brasil, Benin, Cabo Verde, China (Macau), Espanha, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné –Bissau, Índia, Marrocos, México, Moçambique, Paraguai, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sri Lanka, Tanzânia, Timor-Leste e Uruguai. O principal objetivo deste segundo encontro era constituir a Rede WHPO (Rede de cooperação para o Património Mundial entre países com património cultural de influência portuguesa), adotando as conclusões apontadas pelos cinco grupos de trabalho do primeiro encontro.

²²⁵ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²²⁶ Em Relatório Anual da RUAS, de 2012 a maio de 2013, intitulado “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia: Relatório anual de acompanhamento do plano de gestão e monitorização do bem – 2012: Maio 2013”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²²⁷ A justificação era baseada “*no facto de pela primeira vez se desenvolverem esforços para juntar os países que têm património cultural de influência portuguesa e discutir formas de cooperação efectiva para o acesso e a gestão do património mundial, nos moldes propostos pela Estratégia Global da UNESCO*”. Cf. WHPO – World Heritage Portuguese Origin. [Online] Disponível em <https://www.uc.pt/whpo>, acedido em 18/04/2017.

Em dezembro de 2010, era concretizada a entrega formal da candidatura Universidade de Coimbra – Alta e Sofia ao Governo Português, na sua primeira versão, sendo o *dossier* de candidatura entregue ao presidente da CNU, Fernando Andresen Guimarães. Em 16 de dezembro, o embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO, Pedro de Sousa Abreu, oficializava a entrega da candidatura da UC-AS a PM, no Centro do PM, da UNESCO em Paris. O *dossier* de candidatura de Universidade de Coimbra – Alta e Sofia a PM²²⁸ constituía-se por sete volumes: UC-AS candidatura a Património Mundial (Livro 1), UC-AS plano de gestão (Livro 2)²²⁹, UC-AS textos gerais (Livro 3), UC-AS influências (Livro 4), UC-AS planos diretores (Livro 5), UC-AS execução (Livro 6), UC-AS zona de proteção (Livro 7).

Em 1 de março de 2011, o diretor do Centro do PM, Francesco Bandarin, acusava a receção da candidatura do “Centro Histórico de Coimbra (Universidade, Alta e Sofia)” – claramente, um erro nas traduções administrativas – e declarava a sua não aceitação, uma vez que não cumpria com todas as determinações administrativas exigidas aos processos formais, conforme o parágrafo 140 das *Operational Guidelines* (OG), sendo declarada incompleta²³⁰. Adicionalmente, Bandarin informava os pontos que haviam sido focados para a rejeição da candidatura: os processos formais estavam sujeitos ao formato exigido pelo Anexo 5, das OG; o texto da candidatura não abordava a *integridade do bem*²³¹, que era condição de justificação do VUE, em contraste com a abordagem à sua *autenticidade*, que estava amplamente apreciada em termos de *usos e funções, forma e concepção/projeto, material e substância*²³²; não tinha sido providenciado um *Sumário Executivo*; sublinhava-se a necessária revisão na abordagem e conclusão relativas às análises comparativas realizadas; para finalizar, era referido o argumento mais importante para a rejeição – a não apresentação da assinatura do Estado-parte. Seguidamente, Bandarin encorajava a revisão e alteração do *dossier*, lembrando a data limite para submissão de candidaturas para o ano seguinte – 1 de fevereiro de 2012 –, bem como a data limite para submissão de versões ‘draft’ de candidaturas, para apreciação do Centro do PM, até 30 de setembro, permitindo ao *Estado-parte concretizar qualquer alteração necessária*²³³.

Deste modo, o período entre 2011 e 2013 seria marcado pelas realizações de procedimentos, no sentido de melhorar o documento final e de desenvolvimento de estudos técnicos de acordo com as conversações e pareceres emitidos pelos enviados do ICOMOS, enquanto entidade que faria a avaliação técnica para a

²²⁸ Entre os autores do documento e das peças que compõem o documento encontram-se Álvaro Siza Vieira, Alice Santiago Faria, Amândio Coxito, Amélia Freitas, Ana Paula Amendoeira, António Filipe Pimentel, António Madureira, António Resende de Oliveira, António Nunes, António Taveira da Fonseca, Artur Ribeiro, Carlos Alves, Carlos Antunes, Carlos Fiolhais, Carlos Guimarães, Carlos Serra, Cátia Marques, Catarina Pires, Cátia Marques, Clarinda Maia, Cláudia Santos Silva, Décio Ruiivo Martins, Désirée Pedro, Fernando Marques, Fernando Seabra Santos, Fernando Taveira da Fonseca, Filipa Figueiredo, Gonçalo Byrne, Helena Freitas, Hugo Andrade, Joana Abrantes, Joana Brites, Joana Damasceno, João Fernandes, João Marujo, João Mendes Ribeiro, João Nunes, Jorge Cravo, Jorge Paiva, José Carlos Seabra Pereira, José Paulo dos Santos, Luís Soares Carneiro, Luis Reis Torgal, Lurdes Craveiro, Maria da Graça Miguel, Milton Pacheco, Nuno Ribeiro Lopes, Nuno Salgueiro, Paulo Gama Mota, Paulo Morgado, Paulo Peixoto, Paulo Ricardo, Paulo Varela Gomes, Pedro Casaleiro, Raimundo Mendes da Silva, Rui Fausto, Sandra Pinto, Sara Almeida, Sofia Sobral Ramos, Sónia Filipe, Teresa Mónica Monteiro, Teresa Silvestre, Victor Mestre e Walter Rossa.

²²⁹ Uma leitura mais aprofundada sobre este Livro 2 foi realizada no artigo “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: Agentes de gestão”, no capítulo 6.

²³⁰ Em ofício n.º WHC/POL/EUR/3740/AB/LS/PT, de 01/03/2011, enviado pelo diretor do Centro do PM, Francesco Bandarin, ao embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO, Pedro de Sousa Abreu, sob o assunto “Nomination of Coimbra Historical Centre (University, Uptown and Sofia) (Portugal) for inscription on the World Heritage List (C 1387)”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²³¹ Definido pelas OG como sendo uma medida do todo e do grau de alteração do bem natural (das OG1977 até às OG1992) e cultural (a partir das OG1992) e dos seus atributos. Para mais detalhes sobre a evolução das OG, consultar o artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, deste documento.

²³² Para mais detalhes sobre a consideração nas OG, sobre a autenticidade, consultar o artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, deste documento. Para uma referência sobre os estudos sobre a autenticidade, consultar o nosso estado da arte “O projeto do discurso: a constituição de uma matriz teórica”, no capítulo 1, deste documento.

²³³ Esta apreciação – no original, “this will permit the Centre to respond in ample time to allow the State Party to make any necessary changes”, em ofício n.º WHC/POL/EUR/3740/AB/LS/PT, de 01/03/2011, supra citado – focava, claramente, a questão da responsabilidade da candidatura sob a alçada do Estado-parte. Sobre esta temática, consultar o artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, da presente tese.

verificação, análise e avaliação do processo de candidatura; adicionalmente, seria um período de elevada clarificação regulamentar.

Em 13 de abril de 2011, o presidente do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. (IGESPAR), Gonçalo Couceiro, autorizava a abertura do procedimento de classificação, no grau de interesse nacional, da Universidade de Coimbra — Alta e Sofia, com a fixação da respetiva ZEP provisória, publicado em Diário da República, em 20 de abril²³⁴.

Em setembro de 2011, a candidatura da UC-AS a PM seguia a sugestão de Bandarin e enviava uma versão *draft* do *dossier* de candidatura reformulado, cuja resposta chegava em 5 de dezembro, com a respetiva apreciação da versão *draft*.

Em 24 de outubro de 2011, a CMC aprovava o “Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afectada à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, incluindo a zona de protecção”²³⁵, dando início a um período de discussão pública²³⁶, com publicação em Diário da República, em 4 de novembro²³⁷.

Em 29 de dezembro de 2011²³⁸, por escritura em cerimónia pública, constituía-se a RUAS – Associação Univer(s)idade²³⁹, a partir do acrónimo RUAS (Recrutar a Universidade, Alta e Sofia), sendo seus associados fundadores a UC, a CMC, a DRCC e a SRU, tendo como principal propósito, garantir a responsabilidade da gestão integrada das áreas constituintes do bem candidato à LPM, numa entidade que também reunia a responsabilidade da representação institucional do bem. A partir de 2012, seria a RUAS a responsável pela gestão do bem candidato, passando a desenvolver e a gerir, no âmbito da candidatura da UC-AS a PM, as interações com o ICOMOS²⁴⁰.

Em 9 de janeiro de 2012, a CMC aprovava “Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afectada à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, incluindo a zona de protecção”, sendo aprovado pela AMC em 17 de janeiro e publicado em Diário da República, em 10 de fevereiro²⁴¹, entrando em vigor a partir de 3 de março, na perspectiva de consolidar as medidas legais e regulamentares sobre as áreas do bem candidato – a Alta, a Sofia e a zona de protecção.

Em 20 de janeiro, numa cerimónia pública realizada na Biblioteca Joanina, era oficializada a entrega do *dossier* de candidatura ao Governo Português, recebido pelo Secretário de Estado da Cultura, Francisco José Viegas²⁴² e, em 30 de janeiro de 2012, era concretizada a entrega formal da candidatura Universidade

²³⁴ Em Anúncio nº 5286/2011 publicado em Diário da República nº 78, II série, de 20/04/2011, p. 17887.

²³⁵ Conforme ficava explícito, “*com vista a possibilitar a adopção de medidas que permitam a manutenção das características mais relevantes do ponto de vista cultural, natural e paisagístico e a fomentar a prática da conservação e restauro, foi elaborada pela Comissão Técnica Mista, (...), Regulamento de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afectada à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, incluindo a zona de protecção Municipal*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, p. 227).

²³⁶ Em Edital nº 347/2011, de 27/10/2011, afixado nos Paços do Município e no sítio eletrónico do Município.

²³⁷ Em Aviso nº 21915/2011, de 27/10/2011, publicado em Diário da República nº 212, II série, de 04/11/2011, p. 43922.

²³⁸ Em Relatório Anual da RUAS, de 2012 a maio de 2013 (supra citado).

²³⁹ Cf. (RUAS - Associação Univer(s)idade, 2011).

²⁴⁰ De acordo com a informação do seu Relatório Anual, de 2012 a maio de 2013 (supra citado), nas páginas 19 e 20, teve como atividades principais, a “*preparação e acompanhamento da visita de avaliação da Candidatura pelo técnico do ICOMOS (agosto / setembro 2012)*”, a “*preparação de Informação Adicional solicitada pelo ICOMOS para avaliação da Candidatura (setembro / outubro 2012)*” e a “*preparação de 2ª Informação Adicional solicitada pelo ICOMOS para avaliação da Candidatura (dezembro 2012 a fevereiro 2013)*”.

²⁴¹ Em Aviso nº 2129/2012 publicado em Diário da República nº 30, II série, de 10/02/2012, p. 5089.

²⁴² Conforme a declaração do Estado Português que “*ao apresentar a candidatura “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” para inscrição na lista de bens do património mundial assume um imperativo de responsabilidade cultural, um imperativo de cidadania mundial, um imperativo que se coloca a um país que teve a ventura de acolher e desenvolver durante estes séculos uma tal experiência*”, datado de 20/01/2012, com assinatura do secretário de Estado da Cultura, em documento de duas páginas, intitulado “*Declaração do Estado Português*”. Em UC – Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: Documentos oficiais: Declaração do Estado Português. [online] Disponível em <https://issuu.com/unescouc/docs/declaracao-estado-portugues>, acedido em 20/09/2014.

de Coimbra – Alta e Sofia, ao Centro do PM, na sua versão final²⁴³ (Fig. 06), pelo embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO, Francisco Seixas da Costa, ao Centro do PM, em Paris. Em 1 de março de 2012, o diretor do Centro do PM, Kishore Rao, acusava a receção da candidatura da UC-AS e declarava a sua aceitação, uma vez que cumpria com todas as determinações administrativas exigidas aos processos formais; adicionalmente, também informava que o processo estaria sujeito a avaliação técnica e que essa avaliação seria realizada pelo ICOMOS²⁴⁴.

Em 25 de maio²⁴⁵ e depois em 13 de agosto de 2012²⁴⁶, a diretora do Programa PM do ICOMOS, Regina Durghello, informava o embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO, da visita de avaliação, a ser realizada pelo ICOMOS, conforme a informação do Centro do PM, a informar que a visita devia ser realizada antes do fim de setembro, uma vez que a visita seria apenas um dos procedimentos de um processo de avaliação. Além disso, o perito do ICOMOS que realizasse a visita teria que transmitir as suas avaliações a uma comissão técnica que faria o relatório final de recomendações ao Comité do PM e, em qualquer circunstância, o perito do ICOMOS deveria dar a sua avaliação ou formular opinião sobre as condições do bem, da sua autenticidade e integridade, sem ser à comissão técnica do ICOMOS. Com efeito, a visita de avaliação técnica sobre a candidatura da UC-AS a PM, realizava-se entre 17 e 23 de setembro, em Coimbra.



Fig. 06 – Imagem da candidatura da UC-AS a PM: logotipo de candidatura e capas de sete volumes do *dossier* de candidatura da UC-AS a PM, 2012²⁴⁷.

Durante a visita de avaliação técnica, em 20 de setembro de 2012²⁴⁸, o ICOMOS solicitava, a Portugal, elementos adicionais de análise para avaliação, sobre sete pontos, relativos a “*nomination/identification*”, “*justification*”, “*comparative analysis*”, “*integrity/boundaries*”, “*conservation*”, “*protection/ownership*” e “*protection/management*”. A resposta ao solicitado seria recebida pelo ICOMOS em 19 de outubro²⁴⁹.

Também referido em Relatório Anual da RUAS, de 2012 a maio de 2013, intitulado “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia: Relatório anual de acompanhamento do plano de gestão e monitorização do bem – 2012: Maio 2013”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²⁴³ Sobre o *dossier* de candidatura entregue em 30/01/2012 ao PM, consultar o nosso artigo “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: agentes de gestão”, no capítulo 6, na parte III, da presente tese.

²⁴⁴ Em ofício n.º CLT/WHC/PSM/12/AB/57, de 01/03/2012, enviado pelo diretor do Centro do PM, Kishore Rao, ao embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO, Francisco Seixas da Costa, sob o assunto “Nomination of University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal) for inscription on the World Heritage List (C 1387)”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²⁴⁵ Em ofício n.º GB/MA 1387, de 25/05/2012, enviado pela diretora do Programa PM do ICOMOS, Regina Durghello, ao embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO, Francisco Seixas da Costa, sob o assunto “World Heritage List 2013: University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal)”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²⁴⁶ Em ofício n.º GB/MA 1387, de 13/08/2012, enviado em nome da diretora do Programa PM do ICOMOS, Regina Durghello, ao embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO, Francisco Seixas da Costa, sob o assunto “World Heritage List: ICOMOS Evaluation Missions 2013”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²⁴⁷ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²⁴⁸ Em ofício n.º GB/MA 1387, de 20/09/2012, enviado pela diretora do Programa PM do ICOMOS, Regina Durghello, ao embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO, Francisco Seixas da Costa, sob o assunto “World Heritage List 2013: University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal)”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²⁴⁹ Em ofício de resposta ao ofício n.º GB/MA 1387 (20/09/2012), de 18/10/2012, de Associação RUAS – Universidade de Coimbra (por Raimundo Mendes da Silva), sob o título “University of Coimbra – Alta and Sofia, World Heritage Nomination: Additional Information (requested by ICOMOS): October 2012”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

Entretanto, em 20 de dezembro de 2012²⁵⁰, o ICOMOS solicitava elementos adicionais para a avaliação final, cuja resposta de Portugal seria recebida pelo ICOMOS em 27 de fevereiro de 2013²⁵¹. Estas informações e elementos adicionais seriam alvo de análise para avaliação, a partir das dúvidas suscitadas pelos peritos do ICOMOS durante o processo de avaliação que estava em curso. No entanto, essas novas informações seriam consideradas e incorporadas no relatório de avaliação final do ICOMOS, cuja seção de Coimbra era intitulada “Coimbra University (Portugal) No 1387”, sendo aprovado em 6 de março de 2013, para posterior envio ao Comité do PM com as devidas recomendações²⁵². Em 30 de abril de 2013²⁵³, o Centro do PM enviava o relatório de avaliação final ao Estado-parte, para se pronunciar e outro ofício seria enviado por Portugal, em 17 de maio de 2013²⁵⁴, constituindo-se na indicação dos erros factuais constantes no relatório de avaliação e a sua explanação.

As recomendações sobre a candidatura da UC-AS a PM, feitas no relatório final do ICOMOS relativo à justificação da candidatura e sobre a sua autenticidade e a sua integridade, em linhas gerais, referiam que o ICOMOS reconhecia a importância que a UC havia tido como centro de promoção de conhecimento por todo o mundo português, sublinhando que os valores históricos da UC, enquanto instituição que fora evoluindo ao longo do tempo, estavam bem argumentados. O ICOMOS considerava que a UC era um exemplo excepcional, relativamente, à sua influência, inspiração e referência no desenvolvimento das universidades do mundo lusófono, do ponto de vista institucional e arquitetónico, assim como pela promoção constante da tradição do uso da língua portuguesa, embora o ICOMOS considerasse que este argumento apenas poderia ser considerado se essa influência fosse evidente na manifestação material do bem, ou seja, no seu espaço físico, urbano e arquitetónico. Adicionalmente, considerava que a análise comparativa realizada ilustrava a UC como um excelente exemplo de uma cidade universitária integrada, refletindo uma tipologia urbana específica pela interdependência entre a cidade e a universidade, que não poderia ser encontrada noutros exemplos comparativos, sendo relevante e significativo que as relações funcionais e visuais entre a universidade e a cidade, estivessem salvaguardadas pelo seu plano de gestão²⁵⁵. Sobre a integridade da área candidata, o ICOMOS considerava que o VUE do bem poderia sofrer um grande impacto pela proposta de implementação da linha de metro urbano, desde a beira-rio até à Rua da Sofia, a norte de Santa Cruz, atravessando a área candidata e em plena zona de proteção e, na Alta, pela proposta da construção do CIDUC, pela proposta de construção da nova biblioteca da FDUC, pelas novas instalações para as coleções do Museu da Ciência, no Colégio de Jesus e pela construção do parque de estacionamento subterrâneo, na Praça D. Dinis; sobre tais considerações, o ICOMOS recomendava um

²⁵⁰ Em ofício n.º GB/MA 1387, de 20/12/2012, enviado pela diretora do Programa PM do ICOMOS, Regina Durghello, ao embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO, Francisco Seixas da Costa, sob o assunto “World Heritage List 2013: University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal) – Additional information (II)”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²⁵¹ Em ofício de resposta ao ofício n.º GB/MA 1387 (20/12/2012), de 25/02/2013, de Associação RUAS – Universidade de Coimbra (por Raimundo Mendes da Silva), sob o título “University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal): World Heritage List 2013: Additional Information (II) requested by ICOMOS: February 2013”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²⁵² Em documento referente à avaliação técnica do ICOMOS à candidatura da UC-AS a PM, aprovada em 06/03/2013, constante em parte do relatório final do ICOMOS, das páginas 198 a 206 mais 3 páginas de imagens, intitulado “Coimbra University (Portugal) No 1387”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²⁵³ Em ofício n.º CLT/WHC/6453/PT/KM/PT, de 30/04/2013, enviado pelo Centro do PM, ao embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO, sob o assunto “Evaluation Report [Coimbra University (Portugal) No 1387]”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²⁵⁴ Em ofício de resposta ao ofício do Centro do PM n.º CLT/WHC/6453/PT/KM/PT (30/04/2013), de 17/05/2013, de Associação RUAS – Universidade de Coimbra (por Raimundo Mendes da Silva), sob o título “University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal): Evaluation of the Nomination for inscription on the World Heritage List: Factual Error Letter: May 2013”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²⁵⁵ Sobre esta questão consultar os nossos artigos “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: agentes de gestão”, no capítulo 6 e “Candidatura a Património Mundial como oportunidade para a intervenção urbana: o caso de Coimbra”, no capítulo 7, da parte III da presente tese.

estudo de avaliação de impacto sobre o património, para os bens culturais PM, sob a sua supervisão, com o objetivo de prevenir qualquer impacto negativo sobre o VUE da UC-AS, uma vez que a integridade futura do bem poderia estar vulnerável, pelo desenvolvimento destas intervenções. Sobre a autenticidade da área candidata, o ICOMOS considerava que estava assegurada, nas suas dimensões de forma e concepção/projeto, de material e substâncias, de implantação, de espírito e sentimentos, embora os edifícios sem utilização e a alteração da propriedade de alguns edifícios poderiam afetar a autenticidade na sua dimensão do uso e função, assim como a sua gestão tradicional. Sobre os critérios propostos (ii), (iii), (iv) e (vi), por Portugal, para justificar o VUE, o ICOMOS considerava que os critérios (ii) e (iv) estavam bem justificados e demonstrados, que o critério (iii) não estava justificado e que o critério (iv) não se verificava. Adicionalmente, sobre a proteção legal do bem e sobre as medidas de proteção e salvaguarda do bem, o ICOMOS considerava que ficariam completamente garantidas a partir do momento da implementação da revisão do Plano Diretor Municipal (que se encontrava em revisão com expectativa de entrar em vigor em novembro de 2013²⁵⁶).

Por todos estes argumentos sumarizados, o ICOMOS recomendava que a candidatura fosse devolvida ao Estado-parte, para poder ser melhorada na consolidação de medidas de proteção sobre o impacto das vistas sobre e a partir do bem, para assegurar que todo o bem estivesse classificado como Monumento Nacional, para garantir a entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, para estender os estudos de avaliação de impacto sobre o património às intervenções previstas, para aumentar as medidas e procedimentos de monitorização sobre o bem e, ainda, uma recomendação para o Estado-parte alargar à comunidade a possibilidade de integrar uma comissão de consulta para consolidar laços de cooperação entre a gestão do bem e a comunidade que o vive. Ou seja, com este parecer, o ICOMOS recomendava que a candidatura da UC-AS a PM, não fosse concretizada nesse ano de 2013, sendo o processo de avaliação pelo ICOMOS, em 30 de abril, declarado concluído²⁵⁷.

Pese embora a recomendação de não concretização do objetivo da candidatura da UC-AS a PM, pelo ICOMOS, em 22 de junho de 2013, durante a realização da sessão 37ª Conferência Geral do Comité do PM, decorrida em Phnom Penh, no Camboja, depois de debate sobre a recomendação, a UC-AS via reconhecido o seu VUE e era inscrita na LPM, sob os critérios (ii), (iv) e (vi), bem como sob o reconhecimento sobre sua autenticidade e integridade²⁵⁸ (World Heritage Committee, 2013, pp. 208–209). Em momento sequencial de celebração e perante a comunidade internacional, o presidente da CMC, João Paulo Barbosa de Melo, aproveitava a oportunidade para *reafirmar o compromisso e a responsabilidade assumidos*, em continuar *a cuidar de um património que era de toda a humanidade*²⁵⁹.

²⁵⁶ Com efeito, a proposta de aprovação da 1ª revisão ao PDM de Coimbra, era realizada por Deliberação nº 437/2014, de 14 de abril, da CMC à AMC, que em 7 de maio de 2014, aprovou a redação, sendo publicitada por Aviso nº 7635/2014 publicado em Diário da República nº 124, II série, de 01/06/2014, p. 17016-17040.

²⁵⁷ Em ofício nº CLT/WHC/6453/PT/KM/PT, de 30/04/2013, enviado pelo diretor do Centro do PM, Kishore Rao, ao embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO, José Moraes Cabral, sob o assunto “Evaluation of the nomination of University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal) for inscription on the World Heritage List”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

²⁵⁸ Os embaixadores delegados-permanente na UNESCO, das delegações da Colômbia, do México, da Índia, da Tailândia, da Rússia e da Estónia, sobretudo, enquanto Estados-parte constituintes do Comité do PM, foram determinantes para rebater esta avaliação do ICOMOS, durante a sessão de discussão da candidatura da UC-AS a PM. Cf. WHC – 37th session of the Committee: Phnom Penh, Cambodia: 17-27 June 2013: Records: 22-Jun-2013 - 14:00:00 Afternoon. [online] Disponível em <https://whc.unesco.org/en/sessions/37COM/records/?day=2013-06-22#t2jmdjT97SIE0>, acedido em 25/07/2018.

²⁵⁹ A sessão de discussão sobre a inscrição do bem na LPM e a sua consequente efetivação pode ser visionada a partir da disponibilização do seu vídeo, pelo Comité do PM. Cf. WHC – 37th session of the Committee: Phnom Penh, Cambodia: 17-27 June 2013: Records: 22-Jun-2013 - 14:00:00 Afternoon. [online] Disponível em <https://whc.unesco.org/en/sessions/37COM/records/?day=2013-06-22#t2jmdjT97SIE0>, acedido em 25/07/2018.

Do desígnio à realidade

Desde o primeiro desígnio de candidatar Coimbra a PM, em 1982, até à sua concretização em 2013, o processo demonstrou-se longo, verificando-se uma variação concetual, ao longo do tempo, quanto ao espaço da cidade considerado com valor patrimonial e com potencialidades para ser considerado no palco internacional da UNESCO. Com efeito, essa variação concetual seria mais amplamente verificada e evidenciada entre 1982 e 1998, surgindo espaços e denominações de forma contínua e consecutiva entendíveis com valor patrimonial de nível internacional e, por tais argumentos, considerámos que todas as intenções e iniciativas de candidatura de Coimbra a PM constituíam a primeira fase do processo global.

Num primeiro momento, em 1982, uma área considerada como Centro Histórico era apresentado pelo MNMC, sob o impulso de Matilde Sousa Franco, para garantir o sucesso junto da UNESCO; uns anos mais tarde, em 1987, era considerada a Alta de Coimbra, pelo GAAC, como o espaço da cidade privilegiado para tal, apesar da CMC e a AMC assumirem a preferência pela Área Monumental da Cidade e sua zona de proteção; já em 1992, a CMC havia reavaliado a sua proposta e considerava que o Núcleo Histórico da Cidade de Coimbra era a área da cidade com argumentos válidos para ser candidata à UNESCO; e, em 1995, a mesma CMC admitia ser a Alta de Coimbra, a melhor opção para candidatar à inscrição na LPM, chegando a concretizar o *dossier* de candidatura, ao enviar o *Documento Preliminar de Candidatura* à CNU, em 1997²⁶⁰.

Devemos sublinhar, contudo, dois acontecimentos externos ao processo mas que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento crítico na área disciplinar da arquitetura na cidade de Coimbra, durante esta primeira fase. Apontamos o primeiro acontecimento, ocorrido em 1988, com a abertura do DARQ, que como já se referiu, desempenharia um papel determinante, para a UC e para a cidade²⁶¹, pelo desafio à UC em lançar um concurso de ideias para a Alta Universitária e pelas intervenções que os seus protagonistas concretizaram na cidade. Adicionalmente, o aumento da produção científica na área disciplinar da arquitetura, tendo a cidade de Coimbra como objeto de estudo, veio colmatar uma lacuna até então verificada, sobretudo, a partir de 1993/1994, o ano dos primeiros finalistas do curso. No entanto, esta lacuna poderá ser apontada como explicação para muitas das ‘hesitações’ verificadas na primeira fase do processo de candidatura de Coimbra a PM. O segundo acontecimento, ocorrido em 1994, foi a implementação do Plano Director Municipal de Coimbra, que veio estabilizar a área considerada e denominada como Centro Histórico, compreendendo as áreas entendidas com valor para a cidade, propostas e discutidas para a classificação a PM, durante a primeira fase referenciada às intenções e candidaturas de Coimbra a PM.

Estes acontecimentos e contributos sequenciais permitiram que se questionasse a cidade – com mais profundidade a partir da década de 90 do século XX –, sobre o seu espaço urbano fundacional, o designado Centro Histórico, com particular interesse e evidência, sobre a área da Alta, enquanto espaço de identidade comum a todas as intenções, desígnios, propostas e concretizações de candidatura a PM – muitas vezes, não considerando o espaço universitário definido pela construção da Cidade Universitária de Coimbra (CUC), sob política do Estado Novo –, dando um impulso e influenciando as fases seguintes do processo de candidatura de Coimbra a PM. Esta reflexão sobre a cidade permitia à Universidade ganhar protagonismo

²⁶⁰ No ofício n.º 4926, de 17/03/1997, enviado por Manuel Machado, presidente da CMC, à CNU, com o assunto “*Candidatura de Coimbra a Património Mundial – envio do Documento Preliminar de Candidatura*”. Cf. PT/CMC/GCH/Processo 2014/CH.chDCH/3 – GCH: Pasta 3/8.

²⁶¹ A partir de 1992, com o projeto de Fernando Távora, para a requalificação da Baixa e da Praça 8 de Maio (RAMOS, 2013) e, também em 1995, quer com os ‘míticos’ *Encontros de Tomar*, encontros dos docentes do DARQ, para debater o ensino da arquitetura no departamento, tendo sido o primeiro realizado em Tomar, em março de 1995, onde se assumia que o objeto de trabalho privilegiado da escola era a cidade de Coimbra (Encontros de Tomar, 1997, p. 20).

no processo, sendo ainda coadjuvada por alguns acontecimentos externos, com algum relevo teórico para a terceira fase de candidatura da UC à UNESCO: em 1998, a Universidade de Alcalá de Henares era classificada PM e em 2003, a UNESCO, com a CPCI2003, possibilitava que os símbolos caracterizadores da diversidade cultural pudessem, também, ser classificados PM.

Assim, o ano de 2003 assumia-se como um ano charneira no processo de candidatura de Coimbra à UNESCO, ou se se preferir, o ano zero da candidatura da UC a PM, sendo propulsor duma nova fase que assentava na originalidade do processo da candidatura da UC a PM. O caso da inscrição da UC-AS na LPM via declarado o seu VUE, sob os critérios (ii), (iv) e (vi), reconhecida a sua autenticidade e integridade, enquanto bem cultural, nas suas dimensões material e imaterial²⁶², em território nacional que, para Portugal se constituía no primeiro caso português ou de influência portuguesa a alcançar a conjugação desta particularidade. Pese embora a vivência dos vários costumes, usos e tradições da vida académica, como as festas e os cerimoniais académicos, a Canção de Coimbra ou as Repúblicas, tornem grande parte da vertente imaterial desta candidatura, numa vivência espacial, sobretudo, ao longo do espaço urbano correspondente à área do bem e de proteção do bem, o critério (vi) era particularmente atribuído à influência da UC na construção de um mundo lusófono, de construções mentais, ideais, linguísticas, arquitetónicas e de usos e tradições, cuja abrangência ainda hoje é verificada, da Ásia às Américas.

A classificação vem, ainda, reforçar um carácter de exceção do contexto ibérico na Europa, uma vez que a Universidade de Alcalá de Henares²⁶³, fundada em 1293 e PM desde 1998, com os mesmos critérios de classificação da UC (ii), (iv) e (vi), era a única universidade europeia, a título individual, na LPM até 2013. No entanto, uma distinção com estatuto de reconhecimento internacional, como uma inscrição na LPM, não abrange apenas o bem em causa, do ponto de vista local; ela torna-se extensível à sua cidade e, por influência, ao seu contexto territorial, bem como, ao Estado-parte, do ponto de vista nacional. Conquanto que, neste caso, pensar a UC implica pensar o seu contexto urbano; o contrário seria negar a história da própria cidade, já que *“Coimbra é, aliás, um caso raro, senão mesmo único, do urbanismo português, em que no seu conjunto uma cidade se transformou numa estrutura mono-funcional, quase um equipamento por alguns séculos”*, como havia observado Walter Rossa (2001, p. 11). Adicionalmente, este caso representa uma realidade que teve influência nas geometrias de gestão (espacial) da cidade, do país e do mundo, no passado e que se torna promotor da dinâmica de recuperação e requalificação dos espaços patrimoniais submetidos à área da candidatura da UC-AS a PM.

Considerações finais

A cidade (e a sua imagem) constitui-se como uma herança cultural europeia e, também, um recurso económico, como havia sido apontado pelo Conselho da União Europeia (2014), que deveria ser equacionada estrategicamente numa lógica de sustentabilidade de desenvolvimento urbano.

A identidade de Coimbra durante muitos séculos havia sido consolidada na imagem da Universidade e na sua capacidade para estipular os protocolos de organização do território, de tal modo que, se torna possível

²⁶² Portugal apresenta-se representado com quinze bens inscritos na LPM: catorze bens Património Cultural e um Património Natural. Dos catorze Património Cultural, quatro são referentes a Centro Histórico, quatro são referentes à categoria monumento, cinco são referentes a paisagem cultural e um referente a universidade. A UC-AS PM constitui-se como património material e imaterial, adquirindo as duas valências. O Fado foi inscrito na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, em 27/11/2011, no VI Comité Intergovernamental da UNESCO, em Bali (Indonésia).

²⁶³ O Estudo Geral de Alcalá de Henares, assim como o Estudo Geral Português (mais tarde de Coimbra), foi fundado no final do século XIII (1293), tendo sofrido reformas profundas de reestruturação física e científica, a partir do final do século XV (1499), com o cardeal Cisneros. O arquiteto Pedro Gumiel desenvolveu um plano de cidade universitária, baseado no ideal de Cisneros, concretizando-o a oriente da muralha medieval da cidade, dando origem à primeira cidade universitária ocidental planificada. Este tópico foi desenvolvido, com mais pormenor, no nosso artigo *“Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos”*, no presente capítulo.

identificar a cidade, pelo contributo político-cultural que a UC lhe imprimiu, com rigor, não só na cidade, como no país e no mundo, principalmente, pela estabilização dessa imagem ao longo dos tempos e pela sua contribuição no desenvolvimento do mundo lusófono. Este legado cultural da imagem de Coimbra referenciada à sua universidade, entendido não só do ponto de vista material, como também do imaterial, tem sido condicionante da forma urbana e, ao mesmo tempo, condicionado por ela, ao longo do tempo. A implementação evolutiva do espaço da universidade na cidade foi uma das ideias-chave que concorreu para a justificação do seu VUE apresentado ao Comité do PM da UNESCO, para inscrição na LPM.

Em simultâneo, pudemos verificar as várias contribuições que as sucessivas intenções ou propostas de candidatura tiveram para o desenvolvimento do processo, refletindo tanto o rescaldo de décadas de debate, através de uma evolução concetual, dentro do âmbito do património e do seu valor, mas também a assimilação (pela compreensão) do fenómeno da história (à altura) recente da destruição do património urbano da Alta e a conseqüente construção de um novo referencial universitário. Essa perspectiva deve ser o *layer* da leitura, que permite verificar o desenho de uma variação espacial da cidade de Coimbra, entendida com valor de património comum, precisamente, decorrente dessa reflexão.

A primeira fase (1982-1998) caracteriza-se por fazer sobressair a evolução concetual dos entendimentos da área da cidade, que se considerava ter valor de património, protagonizada por várias instituições. A segunda (1998-2003) caracteriza-se por ser protagonizada pela UC e pela CMC; e, onde a UC liderava, com sentido de introspeção, a produção de conhecimento de e para si própria. A terceira fase (2004-2013), marcadamente assumida pela UC, caracteriza-se pela construção e formalização da candidatura que acolherá o sucesso junto do Comité do PM da UNESCO.

Este estudo sobre a candidatura da Universidade de Coimbra a PM, na sua cronologia histórica e com os seus antecedentes, permite-nos ter uma perceção do entendimento do processo que se assume sob o desígnio de se querer inscrever um bem na LPM. O caso de Coimbra demonstra, por um lado, a morosidade destes processos associada à complexidade do bem – a partir do momento fundamental sobre a sua compreensão –, por outro lado evidencia a importância de uma estratégia política de futuro sobre esse bem, a partir do momento em que esse bem se compreende nas suas múltiplas dimensões.

A primeira iniciativa surgia pela mão de Matilde Sousa Franco, em 17 de março de 1982, com o objetivo de se candidatar uma área designada como Centro Histórico, quando, formalmente, este ainda não existia. Em 1987, Costa Lobo, no âmbito da secção do PDM, da CMC, desenvolvia um estudo da Alta, designada como Área Monumental da Cidade de Coimbra e suas zonas de proteção, tendo como propósito, numa primeira fase, classificar a Alta de Coimbra como Imóvel de Interesse Público, no sentido em que toda a sua estrutura devia ser lida como um todo numa unidade urbana, incluindo as construções do Estado Novo e, numa fase posterior, depois da realização do I Encontro sobre a Alta (cujo objetivo passava por candidatar a Alta a PM), o propósito da CMC dilatava para candidatar a Alta de Coimbra a PM. Depois da Alta, surgia a intenção de candidatar o designado Núcleo Histórico da Cidade de Coimbra, em 1992, que não seria desenvolvido. Em 1994, o PDM entrava em vigor e era estimulada uma nova possibilidade de candidatar Coimbra à UNESCO. Todavia, a área a candidatar tornava-se no primeiro obstáculo a ultrapassar. Dos estudos realizados pela CMC, duas possibilidades de proposta eram equacionados: a Alta seria considerada novamente e, a outra hipótese passava por incluir a Baixa, pela leitura de continuidade urbana e de enquadramento. Depois da contribuição do GAAC, pela realização do II Encontro sobre a Alta, em 1995 a CMC optava, novamente, pela Alta de Coimbra a PM. Com efeito, em 1997, o *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial* era enviado à CNU, formalizando a candidatura da Alta a PM. Em síntese, podemos assinalar duas características comuns a todas as intenções, possibilidades e propostas de

candidatura de Coimbra a PM, nesta fase: por um lado, como maior ou menor rigor na delimitação da área candidata, todas assumiam a Alta como área ‘candidável’ a PM; por outro lado, todas as intenções, possibilidades e propostas de candidatura de Coimbra a PM equacionavam (ou não) a integração da área da Cidade Universitária na área candidata, em função das estratégias e lógicas de proteção, salvaguarda e preservação do património e dos espaços existentes, até porque, a memória das intervenções na Alta Universitária, ainda eram recentes para os seus protagonistas.

Depois deste processo multifacetado, prolongado desde os anos 80 até ao final do milénio, seria a especificidade estratégica o garante do sucesso da candidatura referenciada à universidade. No entanto, na sua evolução cronológica, há leituras de análise que devem ser sublinhadas, por conseguirem construir um arco de continuidade, entre um desígnio e uma realidade. Desde logo, pelas iniciativas promovidas de e para a UC, a partir do momento que consegue ultrapassar um estado de ‘*mea culpa*’.

Como Labadi e Long afirmavam, o património e os sítios classificados desempenham várias funções para as suas comunidades (Labadi & Long, 2010): *o processo da classificação patrimonial tornava possível estabelecer estratégias de marketing, não só para atrair turistas mas também para fomentar a recriação da identidade local*²⁶⁴. Em Coimbra, mais uma vez, o contributo do envolvimento da cidade no processo para potenciar a salvaguarda e a proteção do espaço urbano com valores de identidade comuns, passava pelo impulso criado pela UC, nessa tentativa de se (re)apresentar ao mundo e de (re)assumir um desígnio que também era da cidade.

Destacam-se, por conseguinte, quatro momentos basilares para o desenvolvimento da candidatura da UC-AS a PM, que delinearam a sua concepção e as suas metas e estabeleceram as diretrizes de ação.

O primeiro momento constituiu-se no contributo para uma gestão integrada do património universitário, proposta por Fernando Marques, em 2 de abril de 2004, enquanto conceito operativo de orientação metodológica, sob quatro princípios gerais de pedagogia, de cumplicidade, de formação e de normativa, iniciando a estruturação de um projeto de candidatura, referenciada à função de uma universidade.

O segundo momento constituiu-se na metodologia proposta por Nuno Ribeiro Lopes, para desenhar a estratégia de candidatura, sob uma “Arquitectura do conhecimento da UC”, a partir de outubro de 2004. Com efeito, a proposta parafraseava a *arquitetura da cidade* de Aldo Rossi, quando Nuno Ribeiro Lopes procurava a *arquitetura do conhecimento da UC*, no sentido de referenciar, espacialmente, os acontecimentos e a evolução da sua história. ‘Trabalhando’ a UC como *facto urbano* (Rossi, 2001), a candidatura a PM ganhava dimensão, não só no espaço como também no tempo, por se expandir da Alta para a Sofia.

O terceiro momento constituiu-se no ‘preâmbulo’ político e estratégico de futuro de Fernando Seabra Santos, o reitor do projeto da candidatura da UC a PM, que dava o mote para a apresentação do guião de candidatura, em 19 de abril de 2005 e assumia um compromisso e responsabilidade de futuro, a partir da proteção e salvaguarda do património universitário.

O quarto momento constituiu-se no reforço da ideia preambular, através de um “contrato de futuro”, assumido por Raimundo Mendes da Silva, na sua intervenção para apresentação e divulgação da candidatura da UC a PM, em 22 de setembro de 2005, na conferência internacional “A imagem dos Centros Históricos – base para a sua salvaguarda”.

O desígnio da construção do arco, a partir destes quatro momentos basilares da construção da candidatura, seria uma realidade no dia em que a UC-AS fosse inscrita na LPM. O contrato de futuro fora assinado,

²⁶⁴ “Heritage is also seen as an important element, (...), to place marketing strategies, not only to attract tourists but also to help in the re-creation of local identities” (Labadi & Long, 2010, p. 7).

dando início ao seu propósito de arquitetura, que se prolonga no uso. Ao entrar na LPM, a nova ‘Arca de Noé’, a UC e a cidade aceitavam um contrato de responsabilidade e compromisso para com as gerações futuras: legar uma herança recebida, considerada válida e atual, não só ao nível da promoção do desenvolvimento cultural e científico, como também ao nível do desenvolvimento urbano. Sob esta perspetiva, este caso da candidatura da UC-AS a PM permite que o seu estudo possa ser mais uma oportunidade, para que se discuta a cidade que queremos para o futuro, na assunção de que será melhor do que aquela que temos hoje.

3.2 A 'classificação' Património Mundial na problemática disciplinar da arquitetura: o caso de Coimbra²⁶⁵

Resumo

Em 22 de junho de 2013, a Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) foi inscrita na Lista do Património Mundial (LPM). No entanto, o seu processo de candidatura prolongou-se ao longo da última década, embora outras referências espaciais da cidade de Coimbra tenham sido alvo de intenção de inscrição na LPM, da UNESCO, previamente.

As leituras sobre o espaço urbano e as suas compreensões permitiam que, ao longo de mais de trinta anos, uma variedade de valores patrimoniais fossem sendo atribuídos ao longo desse espaço, sob múltiplas perspetivas. Todavia, dentro da multiplicidade e da variedade encontrava-se uma referência comum: o espaço fundacional da cidade. Em simultâneo a estas leituras, que não deixavam de ser críticas a partir de análises sobre o existente e as condicionantes próprias do lugar, a criação de instrumentos de gestão do espaço urbano e municipal iam, paulatinamente, incorporando e/ou estimulando esse debate crítico sobre a cidade existente.

Este trabalho propõe estabelecer a dinâmica entre o desenvolvimento de um processo de candidatura da UC-AS com as práticas de gestão do espaço urbano que vão regular as práticas de intervenção sobre esse espaço. A partir da leitura sumária da contextualização cronológica do processo de candidatura da UC-AS torna-se possível, definir os momentos em que houve uma influência do seu desenvolvimento para as determinações políticas municipais, através da criação ou do reforço de instrumentos de gestão urbana. Esta verificação assume-se a partir de uma expectativa – que um processo de candidatura a Património Mundial (PM) referenciado à cidade e ao seu espaço urbano, desenvolvido ao longo de trinta anos (grosso modo) tem, necessariamente, que reportar essas influências a partir de articulações estratégicas ou das trocas de conhecimento, entre o processo de candidatura a PM e a própria cidade.

Palavras-Chave: património, Património Mundial, candidatura da UC-AS a PM, gestão urbana, valores do património.

Introdução

A inscrição de bens patrimoniais na LPM, tutelada pelo Comité do PM da UNESCO, tem-se revelado como um motivo de interesse estratégico para o desenvolvimento dos territórios desses bens patrimoniais, assumidos pelas políticas públicas nacionais dos Estados-parte da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, de 1972 (CPM1972). A apresentação de um plano de gestão desses bens patrimoniais torna-se uma exigência feita pelo Comité do PM, sob a perspetiva de serem garantidas medidas de proteção e de salvaguarda dos valores intrínsecos a esses bens, designadamente, aqueles que são reconhecidos pelo PM aquando a inscrição do bem na LPM.

²⁶⁵ Este texto tem por base o artigo submetido e aceite para comunicação, realizada e enquadrada na linha temática 9, intitulada “Patrimónios, Artes e Arquiteturas: memórias e transformação”, do *IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES: dialogar com os tempos e os lugares do(s) mundo(s)*, realizado na FEUC, entre 6 e 7 de dezembro de 2013. A coordenação do *IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES* era da responsabilidade do Centro de Estudos Sociais, da UC. Com efeito, o texto original enquadrava-se no primeiro momento de apresentação pública de alguns resultados iniciais (já depois da inscrição da UC-AS na LPM), decorrentes desta investigação que ainda estava no seu início – consultar a nossa metodologia intitulada “O desenho da investigação: a constituição de um percurso metodológico”. No entanto, apesar da sua revisão, correção e adição de informação conforme o nosso protocolo de investigação previa, a comunicação teve o mérito de sublinhar a síntese das relações formuladas pelos acontecimentos, ao longo do tempo longo do processo de candidatura de Coimbra a Património Mundial, com especial relevância para a gestão urbana da cidade. Cf. (Capela, 2013).

Muitas vezes, estes protocolos de ‘exigência’ são uma oportunidade para o Estado-parte se autoavaliar sobre uma efetiva proteção e salvaguarda do património. Ao nível local, especialmente, ao nível da gestão territorial de enquadramento do bem, essa oportunidade também deve ser aproveitada para que mecanismos e instrumentos regulamentares possam ser definidos, tendo em vista a necessária garantia da proteção e salvaguarda desses valores reconhecidos aos bens patrimoniais.

Em 22 de Junho de 2013, a Universidade de Coimbra – Alta e Sofia era inscrita na LPM²⁶⁶, na sessão 37ª do Comité do PM, decorrida em Phnom Penh, no Camboja, sendo reconhecido o seu VUE, sob os critérios (ii), (iv e (vi), bem como a condição da sua autenticidade e da sua integridade. Deste modo, interessava verificar estas premissas, sobre a necessidade de criação ou de reforço dos mecanismos e instrumentos regulamentares de efetiva proteção e salvaguarda do património reconhecido, a partir da leitura do seu processo de candidatura a PM, refletindo a sua pertinência na estratégia das práticas de gestão e de intervenção urbana para a cidade. Com efeito, o reconhecimento internacional do PM não se traduz sobre o bem distinguido, com exclusividade. Tal reconhecimento vai ser repercutido, em particular, no perímetro urbano definido como zona de proteção do bem e, por extensão e influência, em toda a cidade.

Torna-se essencial ter presente que, há uma problemática, em torno desta nova realidade, associada ao campo disciplinar da arquitetura, pela introdução de conceitos de ‘valor’ sobre os espaços urbanos. Estes conceitos, designadamente, os que são definidos a partir da constituição da CPM1972, têm sofrido uma constante evolução²⁶⁷. Por conseguinte, as suas interpretações também têm assumido uma evolução, reequacionando a prática projetual e a intervenção em espaço urbano classificado e/ou protegido legalmente. De acordo com a legislação portuguesa, nomeadamente, a lei que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural – a Lei nº 107/2001, de 8 de setembro –, “os bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial integram, para todos os efeitos e na respectiva categoria, a lista dos bens classificados como de interesse nacional”²⁶⁸. Desta forma, a partir de 22 de junho de 2013, a UC-AS constituía-se como bem de interesse nacional, como consequência ‘automática’ da sua inscrição na LPM, sendo o procedimento de classificação concluído com a sua publicitação em Diário da República, em 5 de dezembro de 2013²⁶⁹.

Em Coimbra, o grande promotor de transformações urbanas havia sido a Universidade ao longo dos tempos e a propósito desta leitura, Walter Rossa dizia-nos que “Coimbra é, aliás, um caso raro, senão mesmo único, do urbanismo português, em que no seu conjunto uma cidade se transformou numa estrutura mono-funcional, quase um equipamento por alguns séculos” (Rossa, 2001, p. 11). Ou seja, as principais políticas estratégicas de crescimento urbano, implementadas na cidade, tiveram como protocolo vinculativo a Universidade e o seu espaço fundacional. Rossa fazia, portanto, um reforço temporal da imagem da cidade, ao ponto de ser possível identificar a cidade pelo contributo político-cultural, que a Universidade de Coimbra (UC) imprimira à cidade e, principalmente, pela estabilização dessa imagem ao longo dos tempos. O património universitário, que tem sido legado de geração em geração, constituía-se numa condicionante da forma urbana e, ao mesmo tempo, condicionado por ela. Adicionalmente, todos os momentos de decisão

²⁶⁶ Decisão 37 COM 8B.38 adotada pelo Comité do PM (World Heritage Committee, 2013, pp. 208–209).

²⁶⁷ Para uma leitura mais aprofundada sobre este tema consultar o artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, da presente tese.

²⁶⁸ Pela redação do número 7, do artigo 15º, da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro publicada em Diário da República nº 209, I série-A, de 08/09/2001, p. 5808-5829.

²⁶⁹ Pelo Aviso nº 14917/2013, de 26/11/2013, publicado em Diário da República nº 236, II série, de 05/12/2013, p. 35172-35173, sobre o qual, já tinham sido publicados o Anúncio nº 5286/2011, de 13/04/2011 publicado em Diário da República nº 78, II série, de 20/04/2011, p. 17887, relativo à abertura do procedimento de classificação do bem UC-AS no grau de interesse nacional, com a fixação da respetiva ZEP provisória e, o Anúncio nº 175/2013, de 30/04/2013 publicado em Diário da República nº 93, II série, de 15/05/2013, p. 15403-15404, relativo ao projeto de decisão positiva, sobre a classificação como conjunto de interesse nacional (Monumento Nacional) do conjunto da UC-AS, com a respetiva ZEP, ficando sob o estatuto “em vias de classificação”.

política sobre o futuro da UC refletiam-se pela influência e pelas transformações²⁷⁰ verificadas na evolução diacrónica que o desenho e a construção dos espaços universitários tiveram na conformação da malha urbana da cidade de Coimbra²⁷¹. O último acontecimento, que vem reforçar esta leitura, constitui-se na efetiva classificação de Monumento Nacional, a partir da inscrição da UC-AS na LPM, que foi o corolário de um processo longo, cuja origem se reporta ao início da década de 80 do século XX, tendo acompanhado, em correlação, a evolução urbana da cidade.

Através da leitura sobre os acontecimentos e os factos relevantes, internos ou externos, ao processo de candidatura, o propósito deste estudo estipulava a verificação da influência do processo de candidatura a PM, na prática e nos princípios políticos da gestão urbana e urbanística, que se refletem nos instrumentos legais disponíveis ao planeamento e ordenamento do território municipal e, em particular, do seu espaço urbano.

O processo de candidatura²⁷² e a gestão urbana

Como já se referiu, em 22 de junho de 2013, a UC-AS foi inscrita na LPM. No entanto, a sua candidatura à UNESCO não havia sido pioneira, no contexto da cidade de Coimbra. Com efeito, previamente, ao processo do desenvolvimento da candidatura da universidade, tinha havido outras tentativas de candidatar Coimbra à inscrição na LPM. Diferenciando três fases, o processo global de intenções dum distinção ou dum reconhecimento de Coimbra, pela UNESCO, começava no início da década de 80 do século XX, com contornos diferentes em relação ao bem que agora foi classificado.

A primeira fase começava sob o desafio proposto pelo programa organizado pelo Museu Nacional Machado de Castro (MNMC), *Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos*, entre 1981 e 1983²⁷³, onde eram realizadas algumas iniciativas²⁷⁴, para comemorar os 70 anos do MNMC, criado em 1911. Uma dessas iniciativas – o Seminário Recuperação dos Centros Históricos (Franco, 1983a, p. 10) – estava a cargo do arquiteto Donald Insall (consultor da UNESCO e escolha pessoal de Matilde Sousa Franco), cuja apresentação e debate, permitia abrir a porta, à discussão do valor do ‘centro histórico’ de Coimbra, compreendendo toda a zona monumental, desde a Rua da Sofia, Baixa, Alta até ao Jardim Botânico. Em 17 de março de 1982, a diretora do museu, Matilde Sousa Franco, conseqüente com o resultado da colaboração de Donald Insall, fazia o pedido para a “*inscrição do Centro Histórico de Coimbra na lista do património mundial, como candidato à bandeira de honra da UNESCO*” (Franco in L. A. Lopes, 1983, p. 9), ao Estado Português, tendo em vista o seu desenvolvimento futuro para submissão de candidatura a PM (Franco, 1983a, pp. 5, 10–11, 1984, pp. 134, 142). Esta primeira iniciativa não conhecera concretizações objetivas, no entanto tivera a capacidade de introduzir, nos debates, uma ideia de projeto

²⁷⁰ Pedro Dias reconhecia três datas-chave em que a UC operava transformações no seu contexto urbano (P. Dias, 1994): 1537, com a implementação definitiva da universidade em Coimbra e com a abertura da Rua da Sofia, transformando a cidade em *campus universitário*; 1772, com as reformas pombalinas sobre os espaços universitários e sobre as pedagogias, métodos científicos e estatutos universitários, após expulsão dos jesuítas que dominavam o ensino universitário; e, 1940, com as intervenções do Estado Novo, sobre a Alta universitária, deslocando a população para outros bairros construídos para o propósito.

²⁷¹ A propósito da conjugação da evolução diacrónica do desenho da cidade e do desenvolvimento dos espaços universitários, consultar (M. L. de Almeida, 1937; Brandão, 1937; R. P. Lobo, 2006c, 2010; Pimentel, 2005; Rosmaninho, 2006; Rossa, 2006; Vasconcelos, 1937b, 1938).

²⁷² Para uma leitura mais pormenorizada sobre o processo de candidatura da UC-AS e das suas fases precedentes, consultar o artigo “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade”, no presente capítulo.

²⁷³ Estava previsto que o programa *Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos* decorresse entre março e dezembro de 1981; devido à sua pertinência, “*considerada pioneira*” (Franco, 1983a, p. 5), foi prolongado por 1982, sofrendo um novo prolongamento em 1983. Cf. (Franco, 1983a).

²⁷⁴ Iniciativas e atividades do programa descritas sob temas: 1) Exposições, 2) Conferências, 3) Debates, 4) Seminários, 5) Visitas guiadas, 6) Pedido de inscrição do Centro Histórico de Coimbra na lista do Património Mundial da Unesco, 7) Projeção de filmes, 8) Concurso de fotografia, 9) Algumas das intervenções Museu em prol do património cultural conimbricense, 10) Publicações e 11) Outras iniciativas e atividades. Adicionalmente, um dos objetivos a que o programa se propunha era contribuir para uma definição de *centro histórico* para a criação de instrumentos normativo-legais (Franco, 1983a, p. 4).

comum para a cidade – a partir da discussão a ideia do Centro Histórico de Coimbra, que estava a ser discutida em sede de desenvolvimento de instrumentos de gestão urbana, surgia a proposta de candidatar a sua área mais significativa à LPM.

Em março de 1987, sob estudo desenvolvido por Manuel da Costa Lobo, do Gabinete do PDM da Câmara Municipal de Coimbra (CMC), era definida a *Área Monumental da Cidade de Coimbra e suas zonas de proteção*, ou seja, a Alta, que passava a ser considerada como uma unidade urbana por inteiro, inclusivamente, a área das construções do Estado Novo, sendo pedido a sua classificação como Imóvel de Interesse Público, ao Instituto Português do Património Cultural, em setembro seguinte. Em outubro de 1987, realizava-se o *I Encontro sobre a Alta de Coimbra*, organizado pelo Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, tendo o seu presidente, Mário Nunes, definido o objetivo principal do Encontro, na promoção da importância da Alta de Coimbra com vista à formalização de uma candidatura da Alta a PM. Em novembro de 1987, a CMC que ainda não tinha recebido resposta sobre a classificação da Alta, reforçava o pedido de procedimento de classificação, ao IPPC, com a intenção de posterior desenvolvimento de candidatura da Alta a PM.

Dez anos depois do primeiro desígnio, em 1992, a CMC propunha uma candidatura a PM, sobre a área designada como *Núcleo Histórico da Cidade de Coimbra a Património Mundial*, cuja ressalva mais evidente assentava na não consideração de inclusão do espaço universitário construído pelo Estado Novo, na área a candidatar. Por vários motivos, principalmente, pelos inúmeros pedidos de classificação de cidades históricas que o Centro do PM recebia, mas também por erros de leitura e de compreensão do bem a candidatar, a candidatura do *Núcleo Histórico da Cidade de Coimbra a PM*, não teria consequências.

Em 1994, a CMC trabalhava sob duas possibilidades de candidatura, uma referenciada à Alta, a outra referenciada à conjugação espacial da Alta e da Baixa, numa leitura de enquadramento da continuidade espacial urbana; em paralelo, em outubro de 1994, era realizado o *II Encontro sobre a Alta* (GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1995), com um reforço da intenção do primeiro encontro, sobre a candidatura da Alta a PM. Em 1995, a CMC optava pela primeira hipótese de trabalho que reunia um maior consenso.

Com efeito, a primeira candidatura formal era apresentada à Comissão Nacional da UNESCO (CNU), em 17 de março de 1997, precisamente, quinze anos volvidos sobre a primeira intenção de candidatar Coimbra a PM. Ficando conhecido como *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial*: o documento enviado à CNU, tinha sido coordenado por Mário Nunes, tendo a colaboração de Isabel Ponce de Leão Policarpo, Historiadora de Arte e de Nuno Rosmaninho, que estava a realizar a sua tese de doutoramento pela UC, à data. No entanto, em 1998, o processo desaparecia da Divisão de Recuperação do Centro Histórico de Coimbra, sendo dado início a um procedimento de reconstituição do processo. A resposta da CNU chegaria em 10 de janeiro de 2001, com as justificações da não concretização do desenvolvimento da candidatura, referindo que, “*em termos de princípio, dificilmente exequível a listagem da Alta de Coimbra como bem PM, pese embora os constantes esforços realizados na sua reabilitação e requalificação patrimoniais*”, em simultâneo, eram invocados argumentos sobre a descaracterização da Alta.

Pontuamos nesta primeira fase – dedicada às não concretizações das intenções e das propostas –, a entrada em vigor do Plano Diretor Municipal (PDM), em 1994, que estabelecia as estratégias de gestão do uso do solo, regulando o planeamento e ordenamento do território municipal de Coimbra e definindo o limite da área central da cidade, o Centro Histórico de Coimbra, com 3 graus de proteção e a listagem dos

Monumentos Nacionais, Imóveis de Interesse Público e Valores Concelhios²⁷⁵, que vinha a ser desenvolvido desde 1983.

Consideramos a fase seguinte como sendo, sobretudo, um período de trabalho de bastidores, que vai de 1998²⁷⁶ a 2003, sendo caracterizada por uma nova abordagem à importância do papel que a universidade desempenhara na cidade, no país e no mundo – embora se verifiquem sobreposições relevantes de datas, entre esta fase e a sua precedente, pelos acontecimentos que ocorreram e que consideramos pertinentes para a leitura transversal do processo, a partir da análise da sua contextualização cronológica.

Foram desenvolvidas discussões subordinadas ao tema geral “Construir a Univer(sc)idade”, baseados em estudos e em debates sobre a UC e a sua ligação com a cidade, através de quatro Colóquios: o primeiro em 1999, sobre “Os Colégios da Sofia”; o segundo em 2000, abordando o tema “A Alta de Volta”; e, em 2002, um colóquio sobre “Coimbra Capital de Cultura” e outro sobre “Os Segredos do Paço”. Com efeito, desde 1995, que algumas questões se equacionavam subordinadas ao concurso de ideias para o plano de reconversão dos espaços dos colégios de S. Jerónimo, das Artes, do Laboratório Químico e área envolvente, sob proposta do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC (DARQ), no âmbito da construção dos novos Polos Universitários e da consequente deslocalização de serviços, recursos humanos e estudantes universitários para outras áreas da cidade.

Paralelamente, assinalamos o reforço municipal na criação de instrumentos legais e equipas técnicas para a reconversão e recuperação urbanística do designado centro histórico, como a constituição do Gabinete Técnico Local da Alta de Coimbra, em 24 de janeiro de 2002²⁷⁷ e do Gabinete para o Centro Histórico, em 27 de maio de 2002²⁷⁸; o Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área Crítica do Centro Histórico da Cidade de Coimbra, em 2002²⁷⁹ e a criação da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística a Zona Histórica Intramuros da Cidade de Coimbra, em 2003²⁸⁰.

Em 2003, são vários os acontecimentos que oficializam a intenção de uma candidatura da UC a PM da UNESCO: em abril, a Reitoria editava “Universidade de Coimbra, Património Mundial”; em junho era lançado o Caderno da Rua Larga nº 1, intitulado “O Paço das Escolas revisitado”; e, em julho, o reitor da UC, Fernando Seabra Santos, apresentava o desígnio de candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em paralelo, no âmbito de Coimbra 2003 – Capital Nacional da Cultura, mais uma vez o DARQ contribuía para o debate sobre a relação entre a universidade e a cidade, a partir de exemplos nacionais e internacionais de cidades universitárias (Grande & Lobo, 2005). O Seminário Internacional “*CidadeSofia*: a cidade como território de produção e projecção do saber contemporâneo”, coordenado pelos docentes do DARQ, Nuno Grande e Rui Lobo, fora realizado, nas igrejas dos Colégios da Graça, do Carmo e de São Pedro, na Rua da Sofia, marcando, simbolicamente, o regresso da universidade à Sofia.

A última fase caracterizava-se pela formalização, desenvolvimento da candidatura da UC a PM, bem como pela execução de ações e de intervenções sobre o património universitário, no sentido de se atingir o sucesso do processo, que se estabelecia a partir de 2004 até 2013.

²⁷⁵ Artigo 14º, da Secção II – Património Cultural, do PDM, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 24/94, republicada em Diário da República nº 94, I série-B, de 22/04/1994.

²⁷⁶ Sem esquecermos que a Universidade de Alcalá de Henares e o seu recinto histórico foram inscritos na LPM, em 1998.

²⁷⁷ Constituído por protocolo entre a Câmara Municipal de Coimbra, a Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) e a Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Centro (DRAOTC).

²⁷⁸ Que de acordo com o Regulamento Orgânico da CMC, uma das competências atribuídas ao GCH constituía “acompanhar o desenvolvimento de todas as iniciativas tendentes ao alcançar do objectivo último de preparação da candidatura de Coimbra a património da humanidade” [online], disponível em http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=191&Itemid=455, acedido em 25/10/2013.

²⁷⁹ Edital nº 278/2002 do Município de Coimbra [online], disponível em www.cm-coimbra.pt, acedido em 25/10/2013.

²⁸⁰ Decreto nº 44/2003, republicado em Diário da República nº 221, I série- B, de 24/09/2003.

O ano de 2004 seria o marco formal do processo de candidatura, ao nível nacional, uma vez que, em 14 de maio de 2004, a CNU incluía a UC, na Lista Indicativa dos Bens Portugueses ao Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, sendo esta uma condição fundamental para qualquer candidatura a PM. A partir deste evento, em outubro era constituído o Gabinete de Candidatura à UNESCO (GCU) e a partir de dezembro, o reitor formalizava os convites para a constituição da Comissão Científica de acompanhamento da candidatura à UNESCO, que reunia pela primeira vez em 9 de março de 2005.

Em 19 de abril de 2005, era apresentada oficialmente a candidatura, numa cerimónia decorrida na Biblioteca Joanina. Entre 2005 e 2008, a UC empenhava-se numa vasta componente protocolar com diversas instituições²⁸¹, estabelecendo relações de cooperação. Entre 27 e 29 de abril de 2006, era realizado o I Encontro Internacional do Património Mundial de Origem Portuguesa (WHPO – World Heritage of Portuguese Origin), um desafio lançado, em 27 de março de 2004, por Ana Paula Amendoeira (ICOMOS-Portugal e CNU), apoiada pelo Centro do PM da UNESCO, onde convidava a UC a juntar-se à parceria de organização do evento, com o IPPAR e a CNU.

De 21 de setembro a 9 de novembro de 2007, era realizada a exposição “Alta entre Vistas”, organizada pela Reitoria da UC e pelo GCU, apresentando alguns dos projetos que estavam em desenvolvimento, no âmbito da candidatura à UNESCO e, em 29 e 30 de novembro, era realizado o Encontro “Universidade de Coimbra: Univer(sc)idade – desafios e propostas de uma candidatura a património da humanidade”, organizado pelo GCU, CMC e ICOMOS-Portugal. Em 2008, as manifestações de apoio público, à candidatura da UC-AS a PM, chegavam da Presidência da República e do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras.

Em 2009, a UC recebia a distinção do Prémio da União Europeia para o Património Cultural – *Europa Nostra 2009*, atribuída pela intervenção na Via Latina. No início de 2010, a Torre da Universidade começava a ser restaurada e, entre 23 e 26 de outubro, era realizado o II Encontro Internacional WHPO. Esse ano seria marcado, ainda, pela entrega formal da candidatura *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* ao Governo Português, no início de dezembro de 2010 e, no dia 16 desse mês, o *dossier* de candidatura era entregue no Centro do PM, em Paris. Todavia, a entrega formal da candidatura Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, ao Centro do PM, na sua versão final, seria concretizada em 30 de janeiro de 2012, pelo embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO.

De 2010 a 2013, desenvolvia-se uma fase de procedimentos e estudos técnicos para esclarecimento de questões e dúvidas colocadas ou pelo Centro do PM ou pelo ICOMOS, enquanto entidade responsável de realizar a avaliação prévia do *dossier* de candidatura, para enviar o respetivo parecer de avaliação ao Comité do PM. Com efeito, o parecer do ICOMOS não seria favorável às pretensões de Portugal, no entanto, depois de discussão sobre a avaliação do ICOMOS à candidatura da UC-AS a PM, o Comité do PM decidia, pela inscrição do bem na LPM, em 22 de junho de 2013 (Fig. 07).

Paralelamente, em 2004, ao nível da gestão urbana, devem ser assinaladas algumas iniciativas como a constituição da Sociedade de Reabilitação Urbana – Coimbra Viva (SRU)²⁸², com o propósito de concretizar o desenvolvimento de planos estratégicos para uma intervenção e reabilitação urbana.

Em 20 de abril de 2011, como já se referiu, todos os edifícios dentro das áreas candidatas adquiriam o estatuto “*em vias de classificação*”²⁸³, de acordo com o número 5, do artigo 25º, da Lei nº 107/2001, de 8

²⁸¹ Como por exemplo, a CMC, o Governo Português, o Episcopado de Coimbra, a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, o Instituto Português de Museus, o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), a Região de Turismo do Centro, a Associação Académica de Coimbra (AAC).

²⁸² De acordo com o Decreto-Lei nº 104/2004, de 7 de Maio.

de Setembro. Sublinha-se, a constituição da RUAS – Associação Univer(s)cidade (Recriar a Universidade, Alta e Sofia), em 29 de dezembro de 2011, sob o propósito de se reunir, numa entidade, a responsabilidade de gestão do bem candidato, a UC-AS, sendo integrada pelos seus fundadores, todos intervenientes com responsabilidade na gestão urbana do enquadramento do bem, a UC, a CMC, Direção Regional de Cultura do Centro e a SRU.

Em 3 de março de 2012, entrava em vigor o “Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afectada à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, incluindo a zona de protecção”, na perspectiva de consolidar as medidas legais e regulamentares sobre as áreas do bem candidato. Adicionalmente, estava em desenvolvimento a primeira revisão do PDM.



Fig. 07 – Planta das áreas candidatas da UC-AS a PM e zona de protecção, 2012²⁸⁴.

Considerações finais

Fazendo sobressair a evolução concetual dos entendimentos da área patrimonial da cidade, nos diversos momentos do processo da candidatura global, verifica-se que na primeira intenção de candidatar Coimbra a PM, o valor patrimonial se referenciava a uma área designada como ‘Centro Histórico’ – compreendendo a área urbana Rua da Sofia/Baixa/Alta/Jardim Botânico –, numa altura em que, formalmente, não existia a concretização dessa definição para a cidade – o que nos permite estabelecer, neste ponto, uma primeira relação verificada: a partir da leitura crítica da cidade e do valor intrínseco da sua área central, surgia a primeira intenção de candidatura a PM para a cidade.

Seguidamente, salienta-se o protagonismo assumido pela CMC, na liderança do desenvolvimento do processo de candidatar Coimbra a PM, passando a ser um objetivo político comum a toda a cidade. Com efeito, partia dos estudos desenvolvidos, no âmbito dos serviços da CMC, sobre as metodologias de intervenção sobre o parque edificado e urbano, com valor de património cultural e arquitetónico, fazendo sucessivas leituras críticas sobre as suas condicionantes morfológicas e urbanísticas. Com efeito, a Alta de

²⁸³ Com a seguinte redação: “*um bem considera-se em vias de classificação a partir da notificação ou publicação do acto que determine a abertura do respectivo procedimento, nos termos do n.º 1 do presente artigo, no prazo máximo de 60 dias úteis após a entrada do respectivo pedido*”.

²⁸⁴ Cf. (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, p. 220).

Coimbra seria a síntese da referência espacial que todas as intenções, possibilidades e propostas de candidatura a PM contemplavam, com mais ou menos áreas (como a CUC, que em algumas considerações, não era incluída) ou com uma área mais ou menos abrangente.

No entanto, caberia à UC desempenhar a função, que pelos ciclos da história, lhe pertencia: desafiar o futuro através de si própria. Nesse sentido, a candidatura da UC-AS a PM constituía-se num processo dedicado ao sucesso. Através da leitura da evolução histórica do seu estabelecimento urbano na cidade, respondia ao objetivo político comum a toda a cidade, apresentando-se nos palcos da UNESCO, como um património local que estabeleceu influências únicas no desenvolvimento de um mundo lusófono global, ao longo de cinco séculos consecutivos. Todavia, era o lugar do estabelecimento da UC – a Alta e a Sofia – a base de concepção do documento de candidatura e que devia ser exemplo de garantia de proteção dos valores que se queriam ver reconhecidos, designadamente, o seu VUE.

Por um lado, tornava-se essencial ter presente que, há uma problemática, em torno desta nova realidade associada ao campo disciplinar da arquitetura, pese embora a realidade da classificação não fosse nova, uma vez que, como se verificou, toda a área ‘classificada’ como PM era uma consequência de um somatório e sobreposição de áreas classificadas, previamente, como (ou em vias de ser) Monumento Nacional. Através do exercício de sobreposição dos limites resultantes da classificação Monumento Nacional mais as respetivas ZEP com o limite da ‘classificação’ PM, podemos verificar uma correspondência, em que toda a área classificada está contida no perímetro definido para a área PM. No fundo, a proposta de candidatura estabilizava e unificava numa área, todo o rendilhado de ZEPs que se verificava ao longo do espaço urbano da Alta e da Sofia.

Por outro lado, o processo de candidatura, na sua globalidade, também vem alertar a prática do projeto e da intervenção em espaço urbano classificado, pela introdução de conceitos que tendem a pontuar os discursos sobre a proteção e salvaguarda do património, principalmente, sobre os lugares PM. Conceitos que resultam de uma evolução de décadas de debate teórico, grandemente, impulsionado pela UNESCO e pelos seus conselheiros, bem como de iniciativas de intervenção em espaços urbanos que ou haviam ficado irreversivelmente destruídos com os bombardeamentos da Segunda Guerra Mundial ou apresentavam níveis de degradação pronunciados. Pelo estudo e análise que têm vindo a ser realizados, interessa sublinhar, até pelo que foi referido até aqui, que há um período de transição em que se verifica a mudança de paradigma nas políticas de intervenção urbana para a cidade de Coimbra, estabelecendo uma correspondência com o desenvolvimento do processo de candidatura de Coimbra a PM.

Fernando Távora dizia-nos, em 1954, que *“para avaliar uma cidade como espaço organizado, apenas uma solução: percorrê-la, vivê-la, deambular pelas suas ruas, descer as suas encostas, subir aos seus pontos mais altos, habitar as suas casas, senti-la como um organismo vivo que não para, que dia a dia se altera”* (J. A. Bandeirinha, 2012, p. 59). A cidade nasce e renasce a cada dia. É preciso estar presente, para se acompanhar essa transformação do nosso ambiente natural, tanto pela construção da memória coletiva, como pela construção da cultura urbana de um determinado lugar, que os desígnios político-sócio-culturais coletivos vão implementando.

Estes constituíam-se nos pontos que pretendíamos enfatizar através dos acontecimentos e dos factos relevantes que contribuíram para a mais recente ‘classificação’ Património Mundial de Portugal: primeiramente, verificando o processo de candidatura e em paralelo, enunciando os instrumentos legais de gestão urbana que foram sendo produzidos desde o início do processo, tendo a esperança que esta seja mais uma oportunidade de pensar a cidade que queremos para o amanhã, na assunção que será melhor do que aquela que temos hoje.

3.3 Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos²⁸⁵

Resumo

Este trabalho pretende refletir sobre o contributo que uma candidatura patrimonial em contexto urbano pode significar para efeito do desenvolvimento urbano e para a gestão de uma cidade. Metodologicamente, recorre-se à analogia entre dois estudos de caso inscritos na Lista do Património Mundial (LPM): a Universidade e Recinto Histórico de Alcalá de Henares (URHAH) (Espanha) e a Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) (Portugal).

Localizados em diferentes contextos territoriais, estes casos sublinham a importância do papel da Península Ibérica, na história cultural europeia e mundial, por verem este património universitário único ser reconhecido internacionalmente. Além disso, a partir do delineamento estratégico que orientou cada uma das candidaturas, verificam-se os parâmetros que foram estabelecidos como responsabilidade e compromisso de futuro e as suas respetivas influências no desenvolvimento de dinâmicas socioculturais e económicas dentro do seu contexto urbano.

O resultado do reconhecimento do estatuto de Património Mundial (PM) deve, do nosso ponto de vista, induzir a uma continuada reflexão e ação, ao nível do planeamento, por ser expectável, que o reconhecimento internacional se traduza numa dinâmica geradora de desenvolvimento, não só ao nível do bem classificado, mas também, para a promoção da coesão do seu território de influência.

Palavras-chave: Universidade de Alcalá de Henares (UAH), Universidade de Coimbra (UC), candidatura a Património Mundial, património em contexto urbano, dinâmicas urbanas.

Introdução

Numa candidatura patrimonial de um bem em contexto urbano, quando entendida como um ativo para a gestão e para o desenvolvimento urbano, assume-se que o valor atribuído a esse bem se constitui como uma parte integrante do seu contexto e que, conseqüentemente, a sua gestão deve ser equacionada de forma integrada, promovendo uma continuidade dentro do ambiente urbano.

Nesse sentido, desenvolver uma candidatura patrimonial será assumir uma responsabilidade e um compromisso de futuro. Por um lado, a responsabilidade assumiria uma produção de conteúdos, que promovessem o estudo e o conhecimento do bem proposto, que deveria estar disponibilizado às suas populações, pelas entidades que o gerem, ativando uma lógica de *conhecer para compreender*, dentro das práticas de proteção e salvaguarda do património. Por outro lado, o compromisso de futuro seria traduzido por um processo de candidatura que se estabelecesse a partir de um projeto político com intenções e estratégia de intervenção tanto para a área com um valor reconhecido, como para o seu contexto urbano e, no limite, para o seu território de influência, mesmo que a apresentação da candidatura não viesse a colher

²⁸⁵ Este texto constitui-se na revisão e atualização do artigo submetido e aceite para publicação, intitulado “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos” referente à comunicação realizada e enquadrada no tema I: *Paisagens, patrimónios, turismo: recursos do território e sustentabilidade*, do XVII Curso de Verão: *Lugares e territórios: novas fronteiras, outros diálogos*, realizado na Guarda, entre 28 de junho a 1 de julho de 2017, organizado pelo Centro de Estudos Ibéricos e pela Universidade de Salamanca, com coordenação de Rui Jacinto (CED), Valentín Cabero Diéguez, Ignacio Izquierdo e Maria Isabel Martín Jimenez (Universidade de Salamanca). Cf. (Capela de Campos & Murtinho, 2018a).

os resultados esperados. Desta forma, pensar o património cultural, não como uma memória do passado, mas antes um ativo da contemporaneidade para o futuro, permitia promover essa responsabilidade e esse compromisso, estabilizando-os numa plataforma de diálogo entre gerações, que iriam recebendo, usando, e acrescentando valor ao existente.

Por estes enunciados, as candidaturas patrimoniais deveriam ter alta importância para a gestão futura dos bens e dos recursos patrimoniais, constituindo-se como uma identificação e uma seleção de valores comuns à comunidade. Valores esses que, sendo herdados das gerações anteriores, em muitos dos casos se mantinham em vigor e, a que deveriam ser acrescentados os de matriz contemporânea, por fazerem parte de uma vivência e de uma cultura atual. Assim, se entende que, pensar o património não deveria ser sinónimo de estagnação temporal. Pelo contrário, pensar o património na sua vertente material e na sua vertente imaterial deveria ser uma *performance cultural* (Smith, 2017, p. 16), onde a necessidade de afirmação cultural tem vindo a ser cada vez mais reconhecida pela sua importância na vida quotidiana contemporânea. Mais do que se pensar no passado, o património seria uma questão de presente com perspetiva de futuro, onde o passado seria apenas uma lição pronta a ser usada em cada contemporaneidade.

Além disso, alguns estudos têm vindo a sugerir que as políticas de reconhecimento do binómio património-identidade têm sido assentadas na diversidade e na representação de valores essenciais para o indivíduo e/ou comunidade, possibilitando novas leituras sobre o valor social do património, nomeadamente, na promoção da cidadania (Smith, 2017). Enquanto valor identificado para uma representação política e ética da comunidade, o património cultural estabelecia o direito a essa identidade, porque apesar de esta poder ser uma questão emotiva, seria, antes de mais, uma questão absorvida como fundamental para induzir um juízo de valor comum.

Na Europa e no Mundo, o ano de 2018 seria um período de comemorações sobre o património cultural²⁸⁶ e, conseqüentemente seria promovido um reforço do seu papel e da sua importância na criação dos discursos de paz que devem ser, ininterruptamente, promovidos pela tolerância na diversidade cultural e por relações interculturais entre todos os cidadãos do mundo²⁸⁷.

Para além desta perspetiva, também seria perceptível que um processo de candidatura patrimonial iria potenciar e incentivar uma dinâmica de desenvolvimento económico gerada a partir da oportunidade da atribuição de um título, sobretudo, se as entidades envolvidas tiverem influência internacional, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), através do PM ou, ainda, como o Conselho da Europa. Nesse sentido, estudos têm vindo a apontar para a existência de uma coincidência entre cada inscrição na LPM – devido ao mediatismo que era gerado à sua volta – e o aumento do número de visitantes desse sítio²⁸⁸. Conseqüentemente seria expectável que qualquer inscrição na LPM se traduzisse numa dinâmica geradora de desenvolvimento, não só, ao nível do bem classificado e dos seus perímetros definidos como zona de proteção, mas também, naquela que poderia ser considerada a sua área de influência territorial, onde diversas atividades económicas poderiam ser potenciadas. Quando os bens classificados se localizassem num contexto urbano, então o desenvolvimento potenciado também se assumiria como tal. Dentro do contexto urbano material ou físico – na área do património classificado, sua zona de proteção e área de influência urbana – seria verificado um desenvolvimento baseado, sobretudo, na proteção e salvaguarda do património e na reabilitação urbana, tanto ao nível do parque edificado como dos espaços públicos; dentro do contexto urbano imaterial – nas dinâmicas quotidianas da vida e dos usos

²⁸⁶ Cf. “Paisagem Urbana Histórica, a *Lusa Atenas* como matriz cultural de Coimbra”, no capítulo 7, da Parte III, da presente tese.

²⁸⁷ Para uma abordagem mais abrangente sobre este tema ver o artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, da Parte I, da presente tese.

²⁸⁸ Cf. (Rebanks Consulting Ltd & Trends Business Research Ltd, 2009c; N. B. Salazar, 2010).

espaciais (que se manifestam na vertente material do contexto urbano) – o desenvolvimento urbano seria verificado nas atividades turístico-culturais e novas formas de consumo da sociedade contemporânea²⁸⁹.

Este trabalho pretendia, por todas estas considerações, refletir sobre o contributo que uma candidatura patrimonial em contexto urbano podia acrescentar para o desenvolvimento e para a gestão de uma cidade, através das sinergias geradas pela sua circunstância e que iam influenciando, potenciando, estabelecendo e transformando algumas dinâmicas socioeconómicas, no seu território de influência. A abordagem metodológica era qualitativa e realizada com recurso a uma analogia entre dois estudos de casos localizados em diferentes contextos territoriais, nomeadamente, os casos ibéricos inscritos especificamente na categoria das Universidades Património Mundial (UPM), da LPM: a Universidade e Recinto Histórico de Alcalá de Henares (URHAH) e a Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS).

Embora as datas de inscrição dos dois casos pudessem ter alguma influência nos resultados – pela evolução que o próprio discurso filosófico-concetuual no âmbito do PM tinha vindo a sofrer no período entre as datas de inscrição de uma e outra na LPM, 1998 e 2013²⁹⁰ –, as práticas processuais e a linguagem padronizada e promovidas pela inscrição dos bens na LPM eram as mesmas. Ou seja, os dois casos foram inscritos na mesma categoria patrimonial e foram atribuídos os mesmos critérios de justificação de Valor Universal Excepcional (VUE) do bem, pela UNESCO. Sobre esta particularidade da candidatura dos dois casos de estudo, num primeiro momento, seria feito um esclarecimento sumário desta condição, com o objetivo de melhor explicitar e enquadrar os dois casos de estudo.

Todavia, cada um dos casos tinha o seu contexto geográfico, histórico, político, social, económico e cultural, acrescentando ainda as suas próprias trajetórias evolutivas antes e depois da inscrição na LPM. Desta forma, considerava-se pertinente enunciar os parâmetros e justificações que haviam sido estabelecidos como responsabilidade e compromisso de futuro, nas respetivas candidaturas a PM de Espanha e de Portugal. Com este tópico pretendia-se aferir de que modo, tais enunciados se traduziam em contributos ativos para a promoção da coesão do território de influência de cada caso de estudo, tendo em conta os aspetos evolutivos de contextualização para cada uma das universidades em estudo. Por fim, verificavam-se as variações entre os dois casos, resultantes na realidade dos seus contextos urbanos, pelas influências diretas ou indiretas do processo de candidatura e da consequente inscrição dos bens na LPM.

O reconhecimento de um estatuto de PM deveria induzir a uma continuada reflexão e ação, no plano da sua gestão e planeamento integrados num contexto mais abrangente, para que estes pudessem constituir-se como fatores críticos e estratégicos da promoção da coesão territorial, ao serem consideradas as transformações necessárias para responder às novas exigências dos modos de vida, dos usos e das dinâmicas socioculturais.

A categoria Universidades na Lista do Património Mundial

A LPM constituía-se como um instrumento de gestão patrimonial ao nível da política internacional, pela inscrição de patrimónios, com VUE justificado – conforme era estipulado na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972 (CPM1972)²⁹¹ – e, também, representativos da diversidade cultural de todo o mundo, desde 1978 (ano das primeiras inscrições na LPM). Em 1994, o Comité do PM

²⁸⁹ Para uma leitura mais aprofundada sobre esta perspetiva ver o artigo “O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial”, no capítulo 7, da Parte III, da presente tese.

²⁹⁰ Cf. (Capela de Campos & Murinho, 2017d).

²⁹¹ A CPM1972 considera dez critérios justificativos do VUE, sendo que, os primeiros seis (i, ii, iii, iv, v e vi) correspondem à justificação de bens culturais e os últimos quatro (vii, viii, ix e x) correspondem à justificação de bens naturais. Cf. (UNESCO World Heritage Centre, 2016).

adotava uma *Estratégia Global*²⁹² cujo principal objetivo seria alcançar uma LPM representativa, equilibrada e credível, que refletisse essa diversidade cultural.

Os estudos de caso abrangidos por este trabalho – a URHAH (World Heritage Committee, 1999, p. 31) e a UC-AS (World Heritage Committee, 2013, pp. 208–209) – foram inscritos na LPM pelo reconhecimento dos respetivos VUE e sob a categoria UPM, uma das categorias mais sub-representadas na LPM em quarenta anos, com apenas cinco bens inscritos²⁹³. As cinco UPM são Monticello e a Universidade da Virgínia²⁹⁴, em Charlottesville (Estados Unidos da América); a URHAH, em Alcalá de Henares (Espanha); a Cidade Universitária de Caracas²⁹⁵, em Caracas (Venezuela); o Campus da Cidade Universitária Central da Universidade Nacional Autónoma do México²⁹⁶, na Cidade do México (México); e UC-AS, em Coimbra (Portugal).

Dos 1092²⁹⁷ bens inscritos na LPM até 2018 e distribuídos por 167 países, só cinco seriam inscritos sob a categoria Universidades, sendo este detalhe, a causa da distinção que permitia diferenciar estes casos. Todos os outros exemplos de universidades presentes na LPM estavam dissimulados em contextos urbanos mais vastos e inscritos sob outras categorias²⁹⁸, sendo essas categorias designadas como *Cidades históricas ou Centros históricos*, entre outras. Desta forma, todas as outras instituições de ensino superior faziam parte integrante de um valor diferenciável do valor específico atribuído às universidades por si só. Esta variação na compreensão das várias categorias patrimoniais, se por um lado potenciava uma maior capacidade de abranger uma maior diversidade de bens culturais, naturais e mistos, conforme estipulado pela CPM1972, por outro lado, estimulava uma maior exigência na justificação do VUE, precisamente, pela maior especificidade atribuída pela diferenciação de categoria. Por esta formulação, considerava-se pertinente fazer a analogia dos dois casos específicos das universidades europeias e ibéricas inscritas sob a categoria UPM – a URHAH e a UC-AS – às quais havia sido reconhecido um VUE, justificado segundo os mesmos critérios (ii), (iv) e (vi)²⁹⁹, tanto pelos contributos e influências que tiveram ao longo dos séculos como também, por aqueles que continuam a ter, tanto numa escala local, como numa escala global.

O critério (ii) justificava o VUE, pelo facto de, as universidades testemunharem *uma troca de influências considerável, durante um determinado período ou numa área cultural específica do mundo, no desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia ou das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens* (UNESCO World Heritage Centre, 2016, p. 41). Este critério assumia que o bem podia ser um gerador urbano, não só fundamental para a evolução morfológica da cidade e do seu

²⁹² Uma das propostas equacionadas passava pelo incentivo de se inscreverem bens em novas categorias patrimoniais ou em categorias sub-representadas, para além daquelas que seriam recorrentemente abrangidas, como *Cidades/Centros Históricos* ou *Monumentos*. Sobre a problemática relacionada com a diversidade da LPM ver o artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, da Parte I, da presente tese.

²⁹³ Conferir “Quadro 1 – Relação dos bens inscritos na categoria UPM, na LPM”, em Anexos, na presente tese.

²⁹⁴ Inscrita em 1987, sob os critérios (i) (iv) (vi). Cf. (World Heritage Committee, 1988, p. 9).

²⁹⁵ Inscrita em 2000, sob os critérios (i) (iv). Cf. (World Heritage Committee, 2001, p. 50).

²⁹⁶ Inscrito em 2007, sob os critérios (i) (ii) (vi). Cf. (World Heritage Committee, 2007, pp. 173–174).

²⁹⁷ Os dados apresentados nesta parte, foram atualizados na revisão do artigo, em 17/07/2018, depois da realização da sessão 42^a do Comité para o PM, em Manama, Bahrain, de 24 de junho a 4 de julho de 2018. Por conseguinte, tendo em conta as reuniões anuais do Comité para o PM, estes dados referentes à LPM devem ser verificados e atualizados todos os anos, conforme já referimos no artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, da presente tese.

²⁹⁸ De vinte e seis universidades identificadas na LPM, em atividade ou não, vinte e uma fazem parte de bens mais vastos e inscritos sob as categorias: Centro histórico (8), Cidade histórica (6), Cidade colonial (1), Conjunto histórico (1), Conjunto religioso (1), Conjunto monumental de época (1), Sítio arqueológico (1), Monumento (1) e Jardim botânico (1). No caso ibérico, para além da URHAH e da UC-AS, foram inscritas: em 1985, a Universidade de Santiago de Compostela inserida na área PM denominada Cidade Histórica de Santiago de Compostela (Espanha); em 1986, a Universidade do Espírito Santo inserida na área Centro Histórico de Évora (Portugal); em 1988, a Universidade de Salamanca inserida na área Cidade Histórica de Salamanca (Espanha); e, em 2003, a Universidade Internacional da Andaluzia inserida na área Conjunto Monumental Renascentista de Úbeda e Baeza (Espanha), de acordo com os dados de 2017.

²⁹⁹ Conferir “Quadro 1 – Relação dos bens inscritos na categoria UPM, na LPM”, em Anexos, na presente tese.

território, através do plano da cidade e da sua *paisagem urbana histórica*³⁰⁰, mas também, da sua área cultural: Alcalá de Henares era a primeira cidade planificada para albergar uma universidade, da idade moderna, cujo desenho servira de modelo para outros centros universitários e, Coimbra era a única universidade portuguesa e do mundo lusófono, uma condição prolongada durante séculos.

A temática cultural, nestes casos ibéricos, abrangia uma área global, decorrente dos seus períodos históricos referentes aos descobrimentos marítimos. No caso espanhol, tal era mais evidente e concentrado pelas américas; no caso português, a área de influência era mais diversificada e pontuada pelo mundo. Teria sido, portanto, nos períodos de expansão territorial, que as suas influências mais se fizeram sentir sob diversas geografias, tendo em conta as suas práticas de expansão e de urbanização, que eram contemporâneas à implantação e estabelecimento definitivo das duas universidades ibéricas nos seus espaços (que ainda lhes são atuais).

Em simultâneo, o critério (iv) avaliava um *exemplo excepcional de um tipo de construção ou de um conjunto arquitetónico ou tecnológico ou de uma paisagem, ilustrando um ou vários períodos da história humana* (UNESCO World Heritage Centre, 2016, p. 41). Este critério era suportado, no caso de Alcalá, pelo campo concetual do desenho da cidade ideal, tendo na imagem da Cidade de Deus a sua inspiração para a criação de um modelo urbano, que depois seria disseminado pelo mundo. No caso português, o critério (iv) era suportado pela miscigenação urbana entre a universidade e a cidade, verificada durante sete séculos, onde a evolução de uma se plasmava pelo reflexo da outra e, por conseguinte, no reflexo da história da arquitetura, da universidade, da cidade, do país, da europa e do mundo.

Por fim e em simultâneo com os anteriores, o critério (vi) implicava *estar, direta ou materialmente, associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças, ou a obras artísticas e literárias, com significado universal excepcional* (UNESCO World Heritage Centre, 2016, p. 41). O caso de Alcalá representava a cidade do saber e das artes como centro de influência na língua espanhola, aliada ao facto de ser berço de Miguel de Cervantes e da sua obra-prima D. Quixote. No caso de Coimbra, a sua universidade contribuía para formar *elites* de todo o mundo lusófono, das artes às humanidades e às ciências, tendo várias das suas tradições seculares sido adotadas por outras universidades, para além de ser detentora de um espólio académico e universitário único.

Pela enunciação sumária dos critérios justificativos do VUE de cada um dos bens, se depreendia que, apesar de serem os mesmos para os dois casos, cada critério se constituía lato, o suficiente, para poder ser adaptável a cada caso. Nesse sentido, a capacidade de demonstração e de justificação do VUE do bem era, assumidamente, uma responsabilidade do Estado-parte proponente da candidatura e decorria da própria circunstância e condição do bem em causa³⁰¹.

Candidatura a Património Mundial: compromisso e responsabilidade para o futuro

O património cultural já havia assumido vários desempenhos, ao longo das sucessivas contemporaneidades. Nesse sentido, a capacidade que uma candidatura à UNESCO permitia desenvolver sobre as sinergias criadas a partir da proteção e salvaguarda do património, para potenciar o desenvolvimento urbano e económico de uma cidade, era uma conclusão apontada em vários estudos e amplamente reconhecida, sobretudo pelas dinâmicas turístico-culturais que se iam intensificando sobre a área patrimonial (Rebanks Consulting Ltd & Trends Business Research Ltd, 2009c; N. B. Salazar, 2010). Tal realidade transformava

³⁰⁰ Para uma leitura mais aprofundada sobre a Paisagem Urbana Histórica e a sua abordagem ver o artigo “Paisagem Urbana Histórica, a *Lusa Atenas* como matriz cultural de Coimbra”, no capítulo 9, da Parte III, da presente tese.

³⁰¹ Quanto à especificidade apresentada nos documentos de candidatura à UNESCO referentes aos bens URHAH e UC-AS, cf. (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012a; Vallhonrat, 1997).

os processos de submissão de candidaturas para inscrição de bens na LPM numa competição global (Askew, 2010), explicitando o volume desproporcionado de submissões de candidaturas de bens em contexto urbano, para atribuição do título da UNESCO³⁰².

Nas respetivas candidaturas de Espanha (URHAH) (Fig. 8) e de Portugal (UC-AS) (Fig. 11) à UNESCO, para a aferição do VUE, da autenticidade e da integridade que tornavam cada caso único e distintivo, seriam assumidos compromissos e responsabilidades sobre a proteção e salvaguarda do bem e a sua gestão de futuro, suportados pelas circunstâncias e condicionantes da evolução dos próprios bens e da sua ligação com os seus contextos urbanos.

ALCALÁ DE HENARES

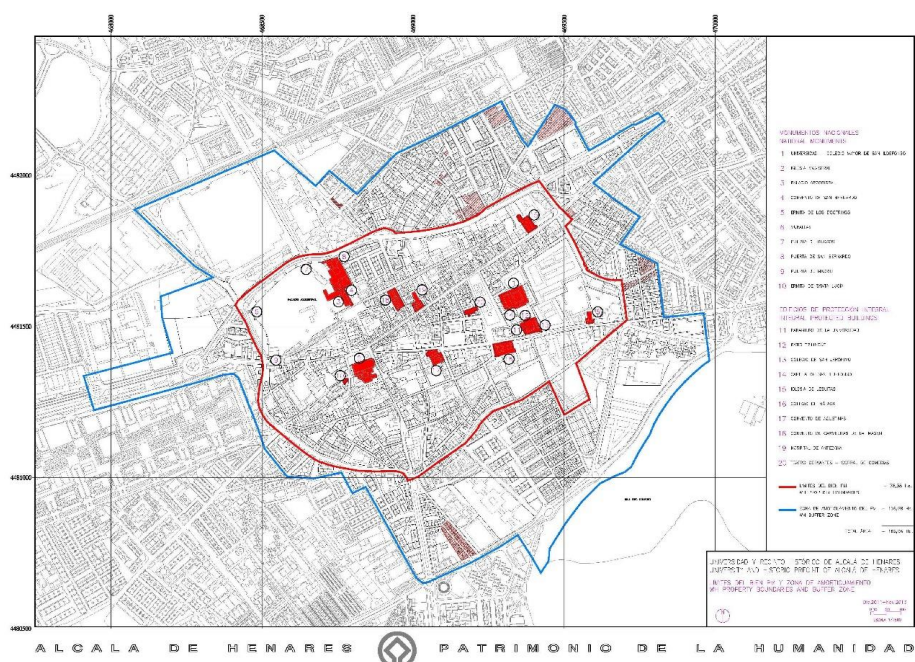


Fig. 08 – Planta de inscrição dos limites da área URHAH PM e da sua zona de proteção, candidatura 876-Espanha (1998)³⁰³.

A instituição Universidade de Alcalá (UA), conhecida como Universidade Complutensis – herança do nome de Alcalá romana, *Complutum* – era a quarta universidade a ser criada em Espanha³⁰⁴, com o alto patrocínio do arcebispo de Toledo Gonzalo Pérez Gudiel e do rei D. Sancho IV, *o Bravo* de cognome. Os Estudos Gerais, criados em 20 de Maio de 1293, seguiam o modelo das Universidades de Paris e de Salamanca e reuniam algumas características das de Bolonha e de Lovaina (Rivera Blanco, 2016, p. 21). Todavia, seria no final da Idade Média que conheceria um novo ímpeto institucional e urbano (Galván, 2016).

Em 13 de abril de 1499, o cardeal Francisco Jiménez de Cisneros refundava a instituição por bula papal assinada pelo Papa Alexandre VI (o espanhol Alexandre Bórgia), dotando aos Estudos Gerais a

³⁰² A propósito da problemática relacionada com a diversidade da LPM, ver o artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, da Parte I, da presente tese.

³⁰³ Cf. WHC-UNESCO (2015) – ES-876-item54: *Universidad y Recinto Histórico de Alcalá de Henares/University and Historic Precinct of Alcalá de Henares: Límites del bien pm y zona de amortiguamiento/WH Property boundaries and buffer zone, clarification*. [online] Disponível em <http://whc.unesco.org/document/135581>, acessado em 23/06/2017.

³⁰⁴ Palencia teria sido a primeira universidade criada em Espanha, em 1212, desaparecida entretanto; a segunda era a Universidade de Salamanca, em 1218; e, a terceira era a Universidade de Valladolid, em 1241 (Rivera Blanco, 2016, p. 20).

denominação de Universidade³⁰⁵. Esta etapa na história de Alcalá constituía-se com a visão reformista de Cisneros, centrada nos ideais renascentistas e humanistas e alterando a estrutura física não só da UA – que chegou até aos nossos dias – mas também, da cidade que era dotada com uma nova estrutura e organização urbana. Neste sentido, o desenho da nova universidade era expandido à própria cidade, que se encontrava desprovida de vida urbana³⁰⁶, ao contrário do que acontecia em Bolonha, Oxford, Paris e Salamanca, onde as universidades se iam adaptando e incorporando na realidade urbana estabelecida.

Assim, *a primeira cidade universitária dos tempos modernos* (Vallhonrat, 1997), idealizada por Cisneros segundo a imagem da *Civitas Dei*, transformava-se numa *ensanche* quinhentista, concretizada e planificada na área oriental da cidade medieval muralhada, com a colaboração do arquiteto de Alcalá de Henares, Pedro Gumiel (Rivera Blanco, 2016, p. 28).

O plano idealizado por Cisneros, concetualmente, era baseado na imagem da *Cidade de Deus*, não só física, como também espiritual, constituindo-se pela construção de: um *Colégio Mayor*, dedicado a Santo Ildefonso patrono da diocese de Toledo, em representação da Casa do Saber e do Templo da Sabedoria pela imagem de Jesus; de doze *Colégios Menores*, cada um dedicado aos apóstolos e de mais seis *Colégios Menores* dedicados aos discípulos³⁰⁷. Os objetivos de Cisneros passavam por abraçar as novas ideias europeias, retornar às fontes – à Bíblia escrita – e, por fim, romper com a Escolástica, cuja metodologia era considerada atrasada. Deste modo, garantia uma reforma educativa assente nas premissas da qualidade moral religiosa e, ainda, garantia a abertura dos estudos religiosos às camadas mais humildes da sociedade. Na prática, o plano cisneriano assumia a divisão entre a propriedade universitária do resto da cidade, por uma linha norte-sul orientada pela Torre de Santa Maria (extremo sul da *Plaza del Mercado*, atual *Plaza Mayor* ou *de Cervantes*), o plano cisneriano desenvolvia-se para oriente, a partir da *Plaza del Mercado/Mayor/de Cervantes*, dentro da cerca medieval expandida pelo Bispo Carrillo. O plano idealizado e traçado previa o prolongamento e o alargamento de duas ruas que derivavam do centro medieval para oriente: a *Calle Mayor* (prolongada com a *Calle dos Libreros* ou *de Guadalajara*, orientada a nordeste) e a *Calle de los Escritorios* (prolongada com a *Calle de Santa Ursula* e com a *Calle de las Tenerías* ou *de Roma* ou *de los Monasterios/Colegios*, orientada a este), regularizando as suas larguras e pavimentos e fechando-as nas *Puertas de Guadalajara* (ou *de los Mártires*) e *Aguadores* (à altura, denominada *Puerta de las Tenerías Viejas*). O local resultante da interseção da *Plaza del Mercado* com a *Calle Mayor*, a norte e, com a *Calle de los Escritorios*, a sul, anteriormente ocupado pelo bairro judeu, era o sítio escolhido para implantar a *Manzana Fundacional Cisneriana*³⁰⁸. Deste modo, o plano da cidade universitária cisneriana era desenvolvido por dezoito quarteirões, também designados por *manzanas* ou *ilhas* universitárias,

³⁰⁵ Em 14 de Abril de 1499, Cisneros lançava a primeira pedra do Colégio Mayor de Santo Ildefonso, dando início simbólico e formal à nova Universidade Complutensis, cuja Constituição seria promulgada em 1510 (Rivera Blanco, 2016, p. 21). Há, contudo, registo de outras datas, nomeadamente, em 1495 a aquisição dos terrenos para a construção do Colégio Mayor e, em 1498, o início dos trabalhos dirigidos por Pedro Gumiel (R. P. Lobo, 2006c, p. 31).

³⁰⁶ Metade da cidade estava sem uso e abandonada devido à expulsão dos judeus de Espanha, realizada a partir de 1496, sendo que, por esse motivo, a atividade comercial tenha conhecido um declínio. A nova realidade permitia que Cisneros utilizasse a área urbana abandonada para instalar uma verdadeira cidade universitária. Cf. (Rivera Blanco, 2016; Vallhonrat, 1997).

³⁰⁷ Os Colégios Menores, construídos no século XVI eram: o de São Pedro e São Paulo, o da Mãe de Deus, o de Santa Balbina, o de Santo Eugénio e Santo Isidoro e o de Santa Catarina, o Trilingue, o de S. Leandro (gramáticas), o Hospital de São Lucas e São Nicolau, o dos Agostinhos Calçados, o Máximo dos Jesuítas, o de Mínimos e Convento, o do Rei e o de León e o Convento dos Dominicanos Recolhidos. Todos os outros Colégios Menores eram posteriores, tendo sido construídos durante o século XVII: o de Aragão, o dos Trinitários Descalços, o dos Trinitários Calçados, o de Artistas e Físicos, o de Caracciolo, o dos Mercedários Descalços, o de São Borromeu, o dos Basílios, o dos Filipenses, o dos Irlandeses, o da Casa de Lizana, o dos Verdes, o dos Manchegos. Cf. (Rivera Blanco, 2014, 2016; Vallhonrat, 1997).

³⁰⁸ A construção da *Manzana Fundacional Cisneriana* (uma representação da cidade bíblica do novo testamento) começava com o lançamento da primeira pedra para a construção do Colégio Mayor de Santo Ildefonso, em 1499 e duraria até 1513. Constituíam-se por cinco Colégios (o Colégio Mayor de Santo Ildefonso, o Colégio de Teólogos da Mãe de Deus, o Colégio de São Pedro e São Paulo, o Colégio Trilingue e o Colégio de Santa Catarina dos Físicos), pela igreja universitária, o Pátio de Filósofos ou de *Continuos*, o teatro universitário *Paraninfo*, o hospital e a prisão universitária. Uma estrutura compactada e organizada por doze claustros e pátios que conservam o traçado cisneriano (Rivera Blanco & Universidad de Alcalá, 2016, pp. 136–137).

ocupando o espaço novo da ensanche quinhentista e algumas parcelas e solares da cidade antiga (Rivera Blanco, 2016, p. 22), onde para além, dos espaços de uso académico, deveriam ser construídos ou adaptados estabelecimentos e residências para uso da comunidade universitária. Outros exemplos, como a abertura de imprensas³⁰⁹, permitiam que a Universidade de Alcalá se tornasse num centro de desenvolvimento linguístico de influência cultural, com repercussões não só em Espanha, como pela Europa e pela América.

ALCALÁ DE HENARES EN LOS SIGLOS XVI Y XVII

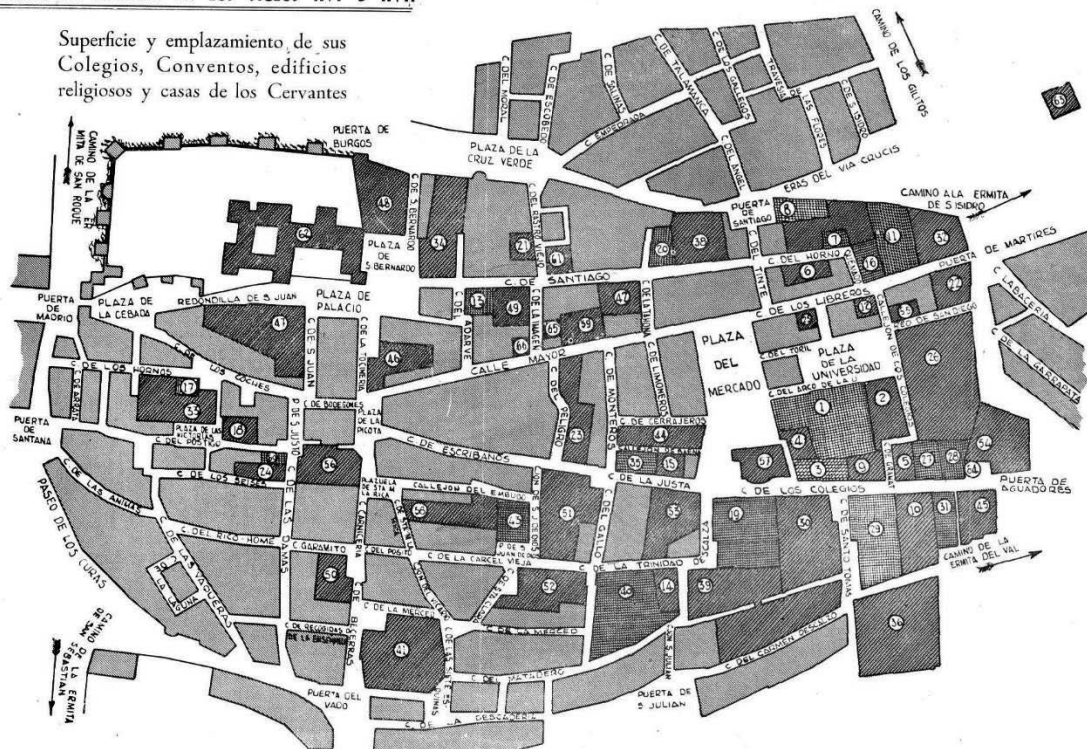


Fig. 09 – Plano urbano de Alcalá de Henares, entre os séculos XVI e XVII³¹⁰.

O grande tesouro de Alcalá era baseado nesta reforma cisneriana, onde o novo espaço físico modelava e era delineado pelo novo uso e comportamento sociocultural, promovendo uma integração de todas as camadas da sociedade. Com a implantação de uma Cidade do Saber, Cisneros introduzia uma filosofia humanista, não só pelos novos métodos de ensino, mas sobretudo, no convívio entre a comunidade académica e a cidade, permitindo abrir a todos, deste modo, os limites comumente impostos pela via intelectual. Se a Universidade era escola para reis e nobres, também o seria para as camadas mais desfavorecidas, que tinham acesso aos Colégios Menores. A cidade de Alcalá de Henares, impulsionada pelo desenho e desempenho da sua universidade, transformava-se, paulatinamente, num centro de desenvolvimento científico e cultural, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII com novas implantações, alterações, transformações, construções, reformas e atualizações do seu espaço universitário (Figs 09 e 10).

³⁰⁹ A abertura de imprensas permitiram a impressão da *Biblia Poliglota Complutense*, em 1514-17, considerada como um monumento da tipografia moderna, tendo como suporte a obra-prima de Elio Antonio de Nebrija, a *Gramática de la Lengua Castellana*, publicada em 1492 (Contreras, 2016), bem como outros textos do professor das Universidades de Alcalá e Salamanca, como o *Vocabulario español-latino*, *Diccionario latino-español* e *Reglas de ortografía de la lengua castellana*, publicadas pela imprensa de Alcalá (Vallhonrat, 1997, p. 40). Além disso, Alcalá era o berço de nomes maiores das letras e das artes, destacando-se Miguel de Cervantes Saavedra com a sua obra-prima *El ingenioso Hidalgo Don Quijote de La Mancha*, de 1605. Cervantes seria batizado em 09/10/1547 na Igreja Paroquial de Santa María Maior, que limitava a *Plaza de Cervantes* a sul, perto do sítio onde teria passado a infância (Astrana Marín, 1948b; Vallhonrat, 1997, p. 40).

³¹⁰ Cf. (Astrana Marín, 1948a).

Todavía, sería no século XVIII³¹¹ que a universidade começara a entrar num período de decadência arrastando a cidade pelo mesmo caminho. Em 1821, era criada a Universidade Central em Madrid, antecipando o fecho da universidade cisneriana, que apesar do seu prestígio e da sua importância para as artes, a língua e a cultura espanholas, era encerrada em 1836³¹². Todos os serviços da UAH (recursos humanos, universitários e pedagógicos) seriam transferidos para Madrid e a maior parte dos edifícios e bens seriam vendidos para pagar dívidas do Estado, outros seriam pilhados e outros seriam demolidos³¹³.

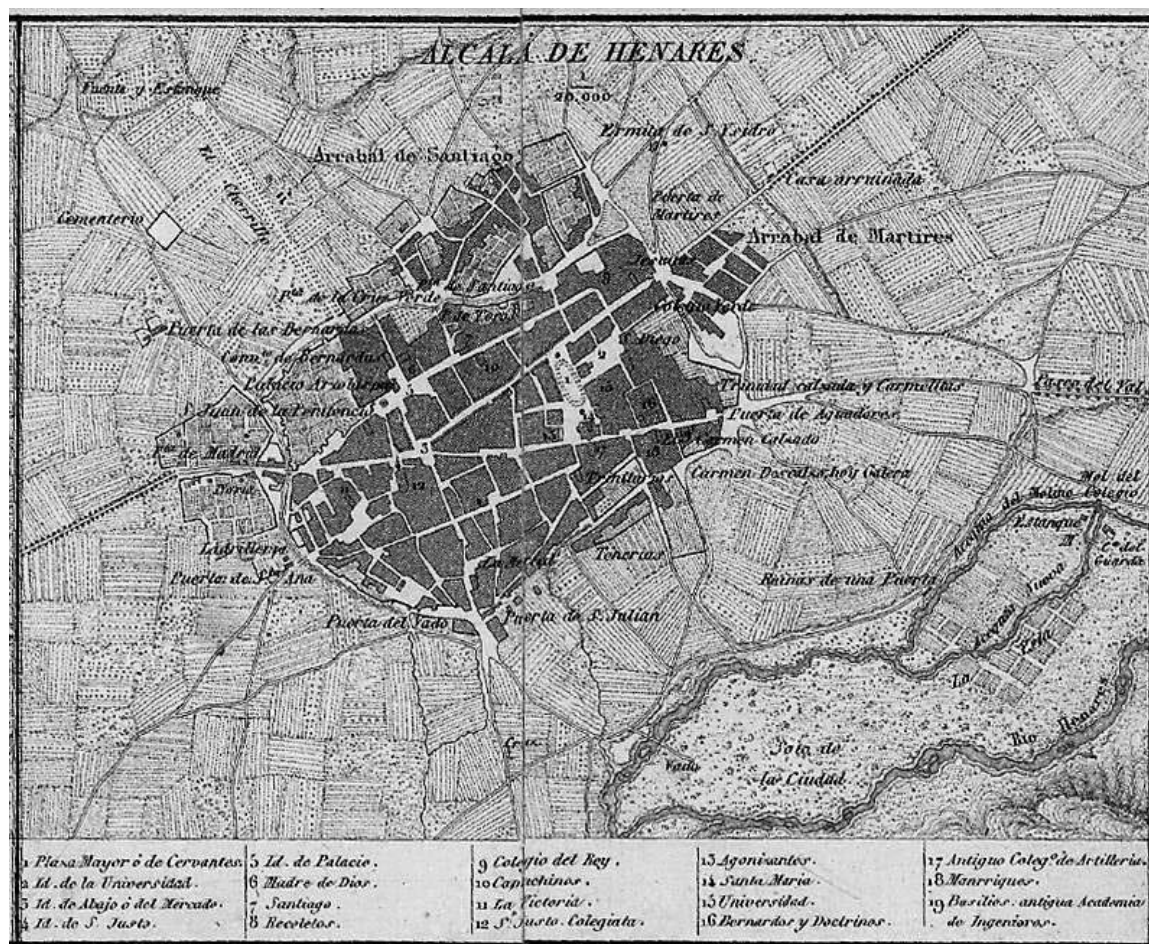


Fig. 10 – Plano urbano de Alcalá de Henares, desenhado por Francisco Coello, de 1853³¹⁴.

Em 1851 acontecia o caso, que Rivera Blanco classificava como, *insólito na história de Espanha* (2016, p. 23) e que a candidatura da URHAH à UNESCO classificava como *único na história das cidades* (Vallhonrat, 1997, p. 19): um grupo de cidadãos de Alcalá juntava-se e constituía a *Sociedad de Condueños de los Edifícios que fueron Universidad*. Alguns dos seus elementos vinham a adquirir um conjunto de edifícios na expectativa do futuro retorno da universidade, onde a própria *Manzana Fundacional Cisneriana* ou o núcleo original renascentista havia sido adquirido por estes privados, a partir de 1846. A partir desse momento, esta Sociedade de Condóminos passava a gerir os bens constituintes da propriedade,

³¹¹ Em 1770, era instituída a supressão dos Colégios Menores, levando à ruína e abandono muitos dos edifícios associados a usos e funções complementares aos académicos.

³¹² Depois de implementado o Decreto de Mendizábal, de 1835, que previa o encerramento de conventos, colégios e instituições religiosas, com patrocínios de varões, em todo o país. Cf. (Rivera Blanco, 2016, p. 23).

³¹³ Dos Colégios demolidos contavam-se: o de São Diego, o de Santa Balbina e o Manriques (Echeverría Valiente, 2005).

³¹⁴ Cf. (Coello, Madoz, Raynaud, Alabern, & Bacot, 1853).

alugando ou cedendo os edifícios a instituições³¹⁵ e a privados, na condição da sua conservação e manutenção. Por este motivo, os espaços sofreriam transformações e alterações para responder às novas funções que lhes eram exigidas, passando a converter-se em vivendas³¹⁶, colégios públicos e religiosos, quartéis militares³¹⁷, hospedarias, grupos desportivos e culturais (Fig. 10). Todavia, as alterações, transformações e reformas impostas aos edifícios, tinham o intuito último, de os salvar da ruína, já que, a falta de uso tornaria a sua manutenção insustentável³¹⁸. Este episódio da história de Alcalá revelava-se único e sem paralelo, na forma como os seus cidadãos reconheciam o valor do seu património arquitetónico universitário e lhe atribuíam uma conotação de *guardião da sua memória cultural coletiva* e da sua *identidade como comunidade de Alcalá* (Vallhonrat, 1997, p. 19).

O início do século XX trazia, a Espanha, a necessidade de se proceder à declaração formal do estatuto patrimonial dos bens e de se prosseguir com a sua catalogação, que já estava a ser feita desde o século anterior (Martín Jiménez, 2016). Nesse âmbito, o Colégio Mayor de Santo Ildefonso era classificado Monumento Nacional, em 1914. O século XX tinha-se revelado, porém, agitado e conturbado por todo o território europeu. Com essas condicionantes, só a partir da década de 70 do século XX, prolongando-se para a década de 80, haveria uma significativa expansão universitária em Espanha, promovendo-se a abertura de colégios e faculdades para além das universidades já existentes. A Universidade Central de Madrid, com necessidades de expansão espacial, ampliava para Alcalá de Henares, em 1975, dependências universitárias para estudos de Ciências Económicas. Deste modo, a Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais instalava-se no Colégio dos Mínimos, em pleno centro urbano cisneriano, relançando o regresso da universidade a Alcalá.

Este era o momento de Alcalá voltar a sentir o pulsar universitário na cidade. Num primeiro momento, esta instalação era apenas um polo de ampliação da Universidade Complutense³¹⁹ de Madrid; contudo, dois anos mais tarde, em 1977, a UA era refundada por decreto real. A partir de 1985, sob o lema “*Al futuro con el pasado*”, a UA ganhava autonomia académica. O lema da universidade seria também escolhido pelo Reitor da UA, Manuel Gala, para o título do prólogo do livro publicado pelo Colégio Oficial de Arquitetos de Madrid, em 1990 – *La Universidad de Alcalá* – e pretendia representar o projeto de recuperação do passado, através da recuperação e reabilitação do património universitário numa área total de 185 hectares, para ir construindo um projeto de futuro, nesta nova etapa da universidade cisneriana (Echeverría Valiente, 2016, pp. 39–40).

³¹⁵ Dos Colégios reutilizados por instituições contavam-se: o dos Agonizantes (exército), o da Mãe de Deus e o de Mínimos (exército). Cf. (Echeverría Valiente, 2005).

³¹⁶ Dos Colégios transformados em vivendas contavam-se: o da Casa de Lizana, o de León, o dos Verdes, o do Rei, o de Físicos, o de Santo Ildefonso e o Hospital de São Lucas. Cf. (Echeverría Valiente, 2005).

³¹⁷ Dos Colégios transformados em quartéis, hospitais, prisões e outros equipamentos, para uso militar, contavam-se: o Caracciolo, o de Santo Agostinho (prisão masculina), o dos Agonizantes (Quartel da Milícia Nacional e Guarda Civil), o dos Trinitários Descalços (Escola de Oficiais de Cavalaria), o dos Mercedários Descalços (Escola de Equitação e de Trompete), o dos Jesuítas (Quartel de Mendigoria), o de São Cirílio (prisão feminina), o dos Carmelitas Calçados (Quartel de Cavalaria), o dos Carmelitas Descalços (Quartel de Cavalaria), o dos Clérigos Menores (Quartel de Cavalaria), o de São Tomás (prisão masculina), o dos Basílios (Quartel de Cavalaria e prisão militar), o de Mínimos (Hospital Militar), o de Sementales, o Galera (prisão feminina), o de Antonio de Solís, o da Conceição (antigo Quartel da Guarda Civil), o Convento de Santa Clara, o Convento de Santa Úrsula, o Convento de São Felipe, o Convento das Monjas de Fora, o Convento de Santa Catalina, o Convento das Bernardas (Escola de Ferradores), a própria *Manzana Fundacional Cisneriana* e, ainda, outros edifícios como o Casino da Praça de Cervantes, o Asilo da Trindade, o Manicómio, o palácio Arcebispo e o Círculo de Contribuintes. As dependências militares, para uso do exército, localizadas no lote do Mosteiro de São Diego dos Franciscanos Menores (destruído) a este da *manzana* cisneriana, eram denominadas *del Príncipe* e *de Lepanto* e contaram com a construção do Quartel de Cavalaria de São Diego; no lote do Colégio de Manriques, que também havia sido destruído, foi construída uma prisão masculina. Cf. (Echeverría Valiente, 2005).

³¹⁸ Cf. (Clemente San Román & Quintana Gordon, 2016; Echeverría Valiente, 2005; Vallhonrat, 1997).

³¹⁹ No processo, a Universidade Central de Madrid, que havia substituído por completo a Universidade de Alcalá a partir da data do seu encerramento, assumia a denominação Universidade Complutense de Madrid como reconhecimento, por um lado, da sua *alma mater* cisneriana, mas por outro, como homenagem àquela que havia tido um papel tão importante e influente para a cultura e artes espanholas, europeias e americanas (Clemente San Román & Quintana Gordon, 2016, pp. 78–79).

No entanto, já desde 1979, que a Direção Geral de Arquitetura do Ministério de Obras Públicas e Urbanismo prosseguia com esse processo de recuperação do património universitário alcalaíno. O projeto promovia a catalogação e estudo planimétrico do conjunto de edifícios históricos de Alcalá, dirigido pelo arquiteto José Maria Pérez González “Peridis” (Rivera Blanco, 2016, p. 32). Este ato dava origem àquela que seria a base de intervenção sobre o património universitário cisneriano, entre 1982 e 1984, sob direção do arquiteto Carlos Clemente – uma atuação interdisciplinar entre entidade e comissões técnicas locais e regionais de coordenação de aspetos arquitetónicos, artísticos, construtivos, científicos e académicos – depois de serem recuperadas as propriedades ou os usufrutos dos edifícios históricos, um ato designado, em 1985, Convénio Alcalá. Metodologicamente, numa primeira fase era feito o reconhecimento, o levantamento e a análise do património, para depois ser avaliado e, posteriormente, serem definidos os possíveis usos contemporâneos compatíveis com a organização e a tipologia do edifício. Deste modo, era possível proceder à integração de novas funções académicas e administrativas nos diversos espaços, sem que para tal fosse necessário recorrer a transformações e alterações que pusessem em causa a identidade do próprio edifício. Esta forma de atuação coadjuvava a recuperação e a reabilitação do património universitário com a intervenção realizada ao nível da estrutura urbana que o suportava, ou seja, a cidade. Este modelo de intervenção em património era denominado, por Rivera Blanco, como “*projeto Alcalá*” – um modelo paradigmático de intervenção que desenvolveu um método “*basado en la fuerza del proyecto y el método o el proceso de la arquitectura*” (1995, p. 191), definindo os critérios de utilização de património com funções universitárias.

A sinergia de pró-atividade entre as várias entidades e grupos de cidadãos, criada em torno da recuperação da cidade e da sua universidade, num processo liderado pela Universidade e pela Municipalidade de Alcalá de Henares, seria reconhecida nos palcos nacionais e internacionais com prémios e distinções³²⁰, pelos resultados e pelo mérito da iniciativa. No seguimento desta colaboração estreita entre cidade e universidade era desenvolvido o processo de candidatura à UNESCO, para inscrição do bem URHAH na LPM, o que se verificaria, com efeito, em 2 de dezembro de 1998³²¹ (Rivera Blanco, 2016, p. 34).

O regresso da universidade à cidade de Alcalá permitia que se começasse a inverter o ciclo de decadência urbana. A UAH não tinha acabado porque a comunidade local se identificava com o seu valor patrimonial, que também era o seu valor urbano. O projeto cisneriano constituía-se, neste sentido, como uma matriz cultural do território de Alcalá, sendo na sua integridade como um todo coerente que se permitia conhecer, reconhecer e compreender o território, toda a sua evolução e o seu desenvolvimento. Este enquadramento permitia que o processo PM fosse assumido sob a perspetiva da continuidade, estabelecendo-se, para o efeito, um percurso pedagógico de negociações entre a cidade e o governo. Deste modo, o regresso da

³²⁰ Os prémios e distinções obtidos pela intervenção no património universitário cisneriano e na cidade de Alcalá de Henares seriam: em 1983, a Distinção por ser o único projeto espanhol de recuperação de uma cidade; em 1984, a Distinção de Projeto Piloto da Comunidade Económica Europeia; e Distinção pelo Estudo de Renovação Integrada; em 1990, o Prémio Nacional de Arquitetura – Faculdade de Farmácia; em 1992, a Declaração de Projeto de Interesse Europeu (Conselho da Europa) – projetos do Convénio Multidepartamental 1985-1992; e, o Prémio CEOE – reabilitação da Faculdade de Direito; em 1993, o Prémio Alcarria – reabilitação da Igreja dos Remédios, Parainfo; em 1994, o Prémio Europa Nostra – reabilitação do Colégio Maior de Santo Ildefonso e dos Colégios Menores de Málaga (Santa Paula), dos Basílios, dos Jesuítas, dos Trinitários, dos Irlandeses e de Santo Cirílio; em 1996, o Prémio do Ano do Meio Ambiente (União Europeia) – plano parcial do Campus externo e Jardim Botânico; em 1998, inscrição na LPM (UNESCO) – URHAH; em 2005, a Distinção de Honra do Colégio Oficial de Arquitetos de Castela-La Mancha – Escola Universitária de Arquitetura Técnica; em 2010, o Prémio ATEG – Armazém de Gazes; em 2011, o Prémio Geotecnia – Edifício Polivalente; o Prémio ENOR – Armazém de Gazes; e o 2º Prémio BIGMAT – Armazém de Gazes; várias edições do Prémio Ciudad de Alcalá de Património – (2002) Edifício Departamental Politécnico, (2004) reabilitação do Colégio dos Carmelitas Calçados, (2005) reabilitação da Hospedaria do Colégio Maior, (2011) reabilitação do Colégio da Trindade Calçada; e, ainda, várias edições do Prémio Ciudad Alcalá de Investigação Histórica – (1984) “*Colégio dos Irlandeses*”, (1987) “*Colégio de Málaga 1611-1843*”, (1995) “*Manuel Laredo, artista romântico em Alcalá de Henares*”, (2000) “*Colégio-Convento de Carmelitas Descalços 1570-1835 História e projeção na Nova Espanha de uma instituição educativa*”. Cf. (Rivera Blanco, 2014, 2016; Vallhonrat, 1997).

³²¹ Na 22ª sessão do Comité do PM, realizada em Quioto entre 30 de novembro e 5 de dezembro de 1998, a URHAH era inscrita na LPM, sob os critérios (ii), (iv) e (vi) (World Heritage Committee, 1999, p. 31).

universidade à cidade servia de mote que, tendo a proteção e a salvaguarda de património como ação principal, alavancava o desenvolvimento local, como seu complemento fundamental para garantir o sucesso da ação.

COIMBRA

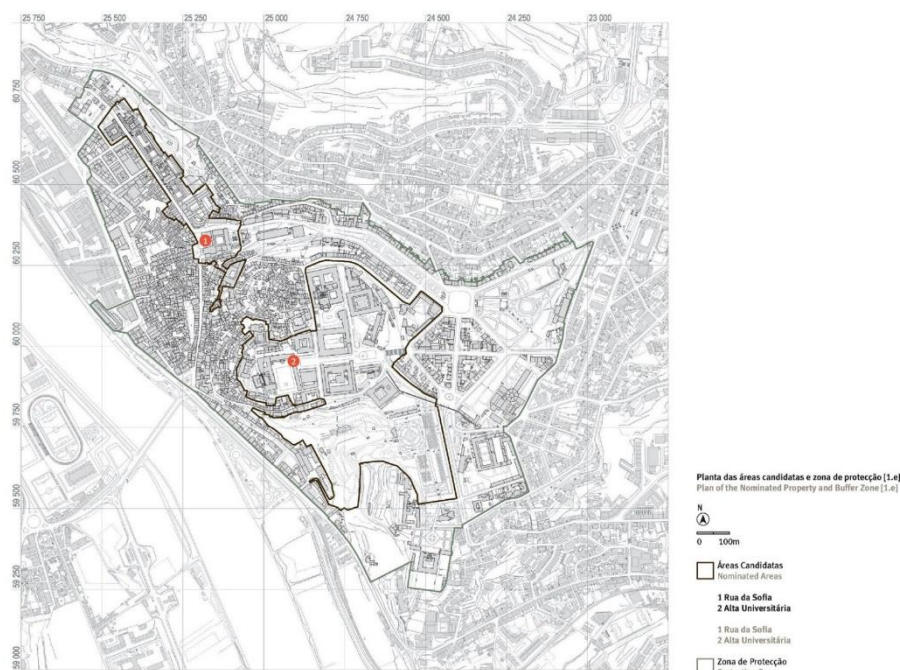


Fig. 11 – Planta de inscrição dos limites da área UC-AS PM e da sua zona de proteção, candidatura 1387-Portugal (2013)³²².

No caso português, as circunstâncias e condicionantes da evolução da universidade com o seu contexto urbano seria semelhante ao desenvolvimento da sua congénere castelhana³²³, a partir do momento em que D. João III decidira sedear a universidade portuguesa, definitivamente, em Coimbra³²⁴. A partir desse momento, em Coimbra, a universidade não encerrara e a cidade não conhecia decadência urbana resultante dessa conjuntura³²⁵. De um modo resumido e como verificava Pedro Dias, a influência que a universidade

³²² Cf. WHC-UNESCO (2013) – *1387-Portugal: University of Coimbra – Alta and Sofia - map of inscribed property*. [online] Disponível em <http://whc.unesco.org/document/123800>, acessado em 23/06/2017.

³²³ Com exceção da fase que promulgava o encerramento da universidade alcalaína, em 1836, e que, como já se referiu, arrastaria a cidade de Alcalá por um período de decadência urbana até ao período pós-Segunda Guerra Mundial.

³²⁴ Em 1912, António de Vasconcelos dava conhecimento público de um diploma descoberto “*escondido num pulverulento armário de castanho dum arquivo familiar*” (Vasconcelos, 1937b, p. 12), classificando-o de “*um Documento precioso*” (Vasconcelos, 1937b, pp. 11–63). Esse documento precioso era, precisamente, o diploma original expedido por D. Dinis da cidade de Leiria, assinado em 1 de março de 1290. Ou seja, o diploma intitulado *Sciéntiae thesaurus mirabilis* (Vasconcelos, 1937b, p. 111) constituía-se como o marco fundacional da universidade portuguesa, criando o Estudo Geral na cidade de Lisboa e “*organizando-o com cópia de doutores de tôdas as artes ou faculdades, e reborando-o com muitos privilégios*” (Vasconcelos, 1937b, p. 13). Walter Rossa entendia que existia, sobretudo, “*uma vontade aliada a uma constatação de necessidade cultural, política e estratégica*” (Rossa, 2001, p. 495), do que, propriamente, “*uma apetência para a criação da universidade*” (Rossa, 2001, p. 495). Não obstante, a universidade seria transferida várias vezes, alternando entre Lisboa (1290-1308; 1338-1354; 1377-1537) e Coimbra (1308-1338; 1354-1377; a partir de 1537, o estabelecimento definitivo da UC). Em 9 de agosto de 1290, Eugénio IV assinava a bula papal *De statu regni Portugaliae*, a confirmar a instituição e as suas faculdades – Artes, Cânones, Leis e Medicina. Em 1308 era iniciado o primeiro período de transferência da universidade, para Coimbra – “*o grande pólo cultural português*” (Rossa, 2001, p. 495) –, por ordem de D. Dinis, pelo facto inquestionável da influência exercida pelo Mosteiro de Santa Cruz e, ainda, pelos Conventos de S. Domingos e de S. Francisco. Em 1338, a universidade voltava para Lisboa, por ordem de D. Afonso IV, por um período curto de dezasseis anos. Em 1354, porém, o mesmo rei voltava a transferir os Estudos Gerais para Coimbra, onde permaneceram por um período de vinte e três anos. Em 1377, já com D. Fernando, a universidade conhecia o último e mais longo período de transferência para Lisboa, até 1537, quando D. João III fixava a morada definitiva da Universidade de Coimbra. Cf. (Brandão, 1937; R. P. Lobo, 2010; Pimentel, 2005; Rossa, 2001; Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b; Vasconcelos, 1937b).

³²⁵ Em bom rigor, a cidade de Coimbra atravessaria momentos de decadência urbana, sobretudo na Alta, depois da transferência da universidade para Lisboa em 1377, obrigando o rei D. Fernando a promulgar leis de obrigação de povoamento do Bairro de Almedina

incutira no plano do desenvolvimento da cidade, projetava-se em três momentos fundamentais, com reflexo direto no desenho urbano (P. Dias, 1994): 1537 – a transformação de Coimbra em cidade universitária; 1772 – a reforma pombalina; e, 1941 – a construção da Cidade Universitária do Estado Novo.

Com efeito, o primeiro momento de transformação urbana era resultado do processo que culminaria com a fixação definitiva da universidade na cidade, em 1537. Todavia, este processo era iniciado no embalo de alguns episódios prévios de impulso urbanístico, como notava Walter Rossa, com a referência da passagem de D. Manuel pela cidade em 1502, a propósito de uma viagem de peregrinação a Santiago de Compostela, onde era dado grande destaque tanto à reforma de Santa Cruz³²⁶ como à reforma do Paço Real – de modo a reforçar a dimensão mítica da fundação do reino³²⁷ –, para além de outros episódios (Rossa, 2001, pp. 531–611).

No entanto, era já sob o signo régio de D. João III³²⁸ que, se efetivava a reforma do Mosteiro de Santa Cruz, a partir de 1527³²⁹, pelo pulso do monge jerónimo frei Brás de Barros (ou de Braga, de onde era oriundo), através de uma ensanche quinhentista para norte do mosteiro – a abertura da Rua de Santa Sofia³³⁰ (R. P.

(Alta). Para garantir o cumprimento de tal disposição, era dada ordem para a abertura de uma feira e, inclusivamente, para a redefinição do percurso de tráfego norte-sul, dentro da cidade, com evidente prejuízo para quem o efetuava (Rossa, 2001, p. 512). Em sequência, o Quatrocentos mostrava ser outro período de decadência urbana, merecendo o epíteto de uma Coimbra *Adormecida* (Branquinho de Carvalho, 1947b), sobretudo, a partir da morte do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, em 1449, tendo a cidade regressado à *normalidade para qualquer cidade afastada da dinâmica do progresso* (Rossa, 2001, p. 531). Todavia, este período da decadência urbana de Coimbra correspondia ao último período da universidade em Lisboa, ou seja, ainda Coimbra não tinha conhecido a influência de desenvolvimento e dinamismo, quer urbano, quer económico, quer sociocultural, que a universidade radicada na cidade proporcionaria, a partir de 1537.

³²⁶ Para tal, tinha sido relevante o hábil desígnio manuelino de reformar Santa Cruz, com o recurso aos seus próprios recursos e evitando, deste modo, que os mesmos fossem desviados para Itália, sob ordem do Papa Júlio II. Esta iniciativa manuelina criava as condições necessárias que permitiam, ao seu filho, D. João III, elaborar o seu próprio desígnio de reforma educativa do reino – enquadrando-se num primeiro momento, a intenção de constituir uma escola preparatória do ensino superior em Santa Cruz, ou seja, uma escola de Artes (Rossa, 2001, p. 631) – e, mais tarde, com o sucessivo acumular de acontecimentos, avançar com a reforma da instituição universidade.

³²⁷ A viagem de peregrinação a Santiago de Compostela havia sido classificada como “*curto capítulo*” na vida do monarca, por Damião de Góis, tendo em conta a sua breve duração de dois meses. No entanto, como refere Oliveira e Costa, D. Manuel terá aproveitado a viagem de itinerância régia para visitar várias cidades, algumas “*que nunca conhecera antes e outras em que só estivera antes de ser rei*” (2005, p. 123), destacando-se Tomar, Coimbra, Montemor-o-Velho, Aveiro, Porto e Valença do Minho (J. P. O. e Costa, 2005, pp. 122–123). Todavia, nessa viagem, durante a sua estadia em Coimbra, o rei daria ordem de reforma, não só do edifício panteão e dos túmulos do rei fundador D. Afonso Henriques e D. Sancho I – a Igreja do Mosteiro de Santa Cruz, projeto entregue ao arquiteto Diogo de Castilho em 1518 –, como também do Paço Real e da Capela de S. Miguel Arcanjo – padroeiro do fundador, projeto entregue ao mestre Marcos Pires e, depois da sua morte em 1524, a Diogo de Castilho (Rossa, 2001, p. 638). A temática da fundação seria evocada, também, pelo aspeto místico associado ao milagre e à batalha de Ourique, para justificar o próprio reinado manuelino – quase improvável – como destino traçado do reino. D. Manuel estaria, de resto, em Coimbra, para assistir às celebrações de trasladação dos corpos reais para os novos túmulos em Santa Cruz, nas cerimónias ocorridas em 25 de outubro de 1520. A cidade do Mondego era uma das urbes que mais transformações e transfigurações tinha sofrido, durante este reinado (J. P. O. e Costa, 2005; Rossa, 2001).

³²⁸ Sobre este monarca importava referir que, devido à sua ação governativa, lhe eram reconhecidos méritos e atos positivos, nomeadamente, pelo apoio às artes e à reforma do ensino, sobretudo, preparatório e superior, bem como pela reforma administrativa que potenciaría um verdadeiro conhecimento e organização do território nacional. Disso nos informava Ana Isabel Buescu, quando referia a carta-circular expedida por D. João III, datada de 17 de julho de 1527, para todas as comarcas do reino, subordinada ao propósito de ser realizado um levantamento geral da população do reino, cujas iniciativas se prolongariam até 1532. Se nos reinados de D. João I, D. Afonso V ou D. João II, o objetivo do conhecimento populacional do território era “*de ordem fiscal e tributária ou para efeitos de recrutamento militar*”, sendo realizadas, para o efeito, contagens parciais de população, “*com o numeramento de 1527, pelo contrário, o objectivo era o de fazer uma contagem da totalidade dos moradores do reino*” (Buescu, 2005, p. 191). Sem considerar esta iniciativa como um censo, pelo menos no seu entendimento moderno, Buescu aferia que “*o numeramento de 1527 constitui uma iniciativa de vital importância para o conhecimento do Portugal do século XVI, quer sob o ponto de vista demográfico quer administrativo*” (Buescu, 2005, p. 191), uma vez que estava a ser equacionada uma reorganização do reino, tanto territorial como administrativa, com ajustes e correções na delimitação das várias comarcas. Todavia, este monarca também seria responsável pela introdução da inquisição no território nacional, em 1536, ficando este episódio negro da nossa história, para sempre, assinado sob o seu selo. De resto, para o presente trabalho, importava utilizar a história como instrumento operativo sobre a decisão de D. João III de fixar a residência da universidade em Coimbra, em 1537.

³²⁹ Neste ano, a corte estava em Coimbra fugida da peste que fustigava Lisboa, desde 1523, tendo permanecido na cidade do Mondego entre o início de julho a meados de dezembro. Cf. (Buescu, 2005; Rossa, 2001).

³³⁰ Designação da rua nova – clarificando o *carácter* e a *identidade programática* daquela que ia receber as construções dos colégios para o ensino preparatório e superior – cuja abertura era feita para norte do *tabuleiro da praça*, em referência ao “*pavimento lajeado, sobrelevado em relação à Praça de Sanção (actual 8 de Maio), que se estabeleceu efectivamente defronte dos dois primeiros colégios, o de Todos-os-Santos, mais recuado para nascente (erguido a partir de 1536), e o de São Miguel, o primeiro efectivamente sobre a nova rua, cuja construção acabaria por avançar mais tardiamente, não antes de 1541*” (Lobo, 2006, p. 24). No entanto, apesar deste seu carácter ideológico e funcional atribuído ao plano inicial, a sua materialização não se concretizou, por iniciativa régia, ficando, de

Lobo, 2006c). Este empreendimento, onde seriam construídos colégios, teria como propósito reintroduzir “os estudos no mosteiro crúzio (...) e com a eventual mudança da Universidade para Coimbra”³³¹ (Buescu, 2005, p. 199), facto que acabaria por se concretizar em 1 de março de 1537. Buescu enfatizava que o processo de reforma do Mosteiro de Santa Cruz devia ser articulado com o plano de reformas e iniciativas joaninas, que contribuíam para a caracterização do reinado em estabelecer uma rede institucional, conseqüentemente, mais consolidada, por intensificar o “crescimento e complexificação de uma máquina administrativa e de um corpo de funcionários e oficiais” (2005, p. 190). Desse ímpeto reformista administrativo joanino, Rossa informava sobre a solicitação de um relatório completo e detalhado sobre o estado das obras e reformas manuelinas que estavam a ser levadas a cabo em Santa Cruz de Coimbra, da situação financeira e do prejuízo da possível cessação de cada empreitada, “logo após a sua subida ao trono” (2001, p. 635).

Todavia, Rossa também esclarecia que, a reforma do mosteiro crúzio não decorria “segundo um plano global detalhado e previamente estabelecido, mas sim por aproximações sucessivas em planos sectoriais a uma solução global que se ignorava no início” (2001, p. 619). Se o plano inicial para a abertura da *Rua de Santa Sofia* era gizado para albergar as instalações universitárias, Walter Rossa esclarecia que, “em rigor, a universidade nunca chegou a estar na Rua da Sofia” (Rossa, 2006, p. 18), uma vez que, em 1537, o rei decidia “que, afinal, a universidade propriamente dita – os estudos ou os gerais – ficavam na Alta e que na rua nova da Baixa se fixariam os colégios de religiosos e habitações” (Rossa, 2006, p. 18). Deste modo, a estabilização do ensino superior em Coimbra implicava a revisão do plano inicial, não deixando de ter em conta, outros parâmetros de substancial relevância urbana e urbanística, nomeadamente, o conseqüente aumento da população que tal decisão implicava³³².

Sobre a transferência da universidade de Lisboa para Coimbra, importava aqui fazer um parêntesis, sob o âmbito da prática da gestão territorial, disciplinarmente, relevante para o tema em estudo e, referir algumas chaves de leitura para uma contextualização dos momentos e dos motivos que poderiam ter sido considerados significativos, na influência de uma decisão régia joanina, sobre essa matéria.

Dos momentos constavam aqueles que diziam respeito à deferência da universidade na declaração da proteção régia. Quando subira ao trono, em 1495, D. Manuel seria eleito protetor da universidade, “de que lhe fez aviso pelo seu próprio Reytor” (Leitão Ferreira, 1729, p. 427). Contrariamente do que havia acontecido, com a aclamação de D. Manuel, Buescu informava que Lisboa declinara – por presumível ‘esquecimento’ – a eleição do novo monarca D. João III, em 1521 (após o falecimento de D. Manuel), como protetor da universidade (Buescu, 2005). Esta condição da proteção régia só ficava concretizada, em 1523, por pressão do próprio rei. Tal facto tem vindo a acalentar discussões sobre os reais motivos da decisão da transferência: se ressentimento ou se motivos ideológicos de real (no duplo sentido, verdadeiro e régio) controlo da instituição. No entanto e, porque um motivo complementava o outro, talvez esta conjugação de factos esteja na origem da real – a efetiva e a régia – decisão da saída da universidade de Lisboa.

resto, a qualidade da “sua materialidade arquitectónica e urbanística, pelo seu papel de *ensanche* de uma cidade atrofiada” (Rossa, 2006, p. 19).

³³¹ Buescu (2005) avançava que, em 1533, a decisão da transferência da universidade de Lisboa estava tomada, apesar da forte contestação por Lisboa. Não obstante, as dúvidas existentes colocavam-se quanto ao futuro destino da instituição – Coimbra ou Évora –, tendo sido apresentados argumentos favoráveis de uma e outra, nas Cortes de Évora, em 1535. No entanto, seria Évora a cidade que melhor se posicionava na linha de preferência do monarca, pelo menos desde 1525, de acordo com o conteúdo de uma carta dirigida ao Papa com esse propósito nesse ano (Rossa, 2001, p. 628).

³³² Num quarto de século, a população de Coimbra que rondava os cinco mil habitantes passou a doze mil, ultrapassando todas as expectativas iniciais de D. João III que, consecutivamente, teria que gizar soluções e respostas ao sucessivo aumento das necessidades residenciais e logísticas disponíveis, bem como, dotar a universidade de mais espaços para estudantes e mestres (Rossa, 2006).

Pese embora houvesse desconhecimento oficial sobre as razões régias, existiam os motivos ou justificações da escolha de Coimbra (em detrimento de Évora) e, por consequência, os “oficiais” (por omissão) da transferência da universidade de Lisboa, que haviam sido elencados por André de Resende – “*mestre do Colégio das Artes, em Coimbra, (...) pregador da Corte, mestre de príncipes e recebeu dádivas e honrarias de D. João III, seu grande amigo*” (Domingues, 1982, p. 8) – no discurso proferido em 1551³³³, no Colégio das Artes. Este discurso de André de Resende era considerado por Gabriel de Paiva Domingues “*um documento valioso*” (Domingues, 1982, p. 151), para se discutir as duas perspetivas em simultâneo, uma vez que essa discussão não teria sido realizada por mais nenhum autor contemporâneo³³⁴.

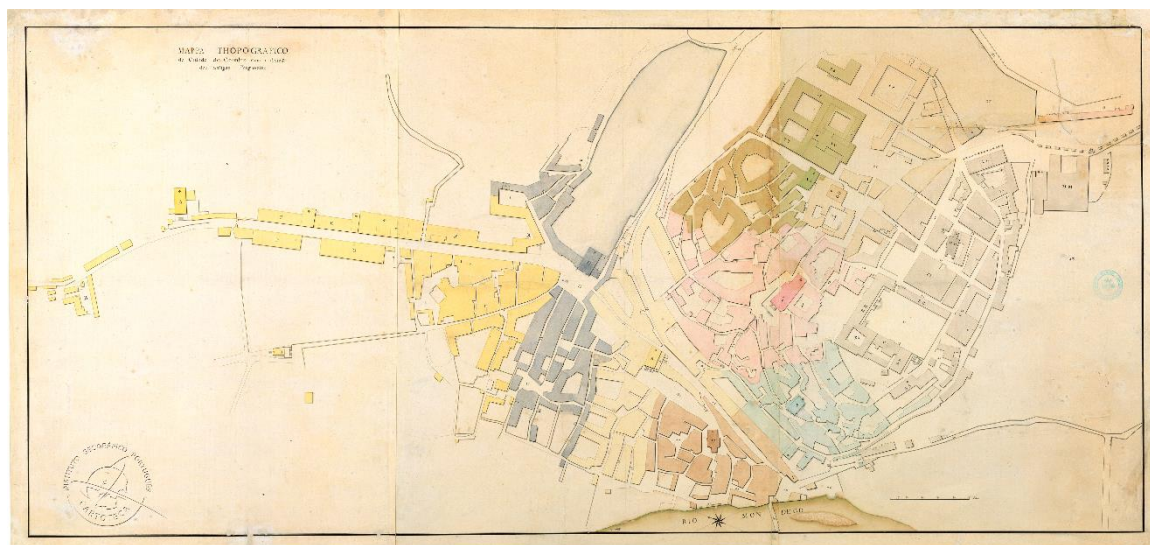


Fig. 12 – “Mapa Topografico da Cidade de Coimbra com a divizão das antigas Freguezias”, IGP, sem data³³⁵.

Dos motivos que tinham sido, presumivelmente, considerados pelo rei, de modo que recaísse sobre Coimbra a escolha “*para nela colocar o assento e domicílio da sabedoria*” (Domingues, 1982, p. 74), eram referidos, por Resende, alguns do âmbito geográfico: “*ou porque se encontra no centro de Portugal ou porque, situada num lugar e com um clima nada dado a intempéries, só muito raramente está sujeita aos malefícios de uma atmosfera particularmente carregada*” (Domingues, 1982, p. 74). Em todo o caso, não deviam ser desconsiderados aqueles que, do ponto de vista político e institucional, elevavam Coimbra à escolha ‘evidente’, para honrar a cidade que “*desde o início da nação lusitana era considerada a sua capital e a residência dos reis*”³³⁶ (Domingues, 1982, p. 74). Adicionalmente, motivos de ordem económico-financeira tinham sido considerados por D. João III, para garantir o cumprimento do seu projeto político da refundação da universidade, uma vez que “*para conseguir a cultura do espírito geralmente era necessário ir ao estrangeiro*” (Domingues, 1982, p. 73). Tal facto contribuía para aumentar as despesas régias que promoviam uma forte política de bolseiros³³⁷, que era entendida como discriminatória para todos

³³³ Esse discurso era intitulado “L. Andr. Resendii Oratio habita Conimbricae, in Gymnasio regio, anniversario dedicationis eius Quarto Calendas Iulij – M. D. L. I.” (Domingues, 1982, p. 3), cuja tradução era realizada, por Gabriel de Paiva Domingues, na obra citada.

³³⁴ Em todo o caso, Domingues esclarecia que Resende não aludia “*diretamente a qualquer motivo da transferência, sendo, porém, o único autor verdadeiramente coevo que fala das razões da escolha de Coimbra*” (Domingues, 1982, p. 151), sugerindo que as razões evocadas para Coimbra, seriam as que Lisboa não verificava.

³³⁵ Cf. (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012i, p. 16).

³³⁶ Sobre este motivo, André de Resende evocava o aspeto mítico do destino da nação, em que Coimbra tinha tido um papel fundamental, donde saíam “*legiões armadas*” (Domingues, 1982, p. 74) para a conquista e organização territorial e fundação nacional e que, a partir da refundação da universidade, passava a sair “*a legião do espírito, armada para afugentar a barbárie*” (Domingues, 1982, p. 19).

³³⁷ No reinado de D. João II, no de D. Manuel e, mais intensamente, no de D. João III, havia a atribuição de bolsas régias para que estudantes universitários pudessem estudar nas universidades europeias. Esta política de bolseiros instituía-se como um autêntico

“aqueles a quem faltassem meios próprios” (Domingues, 1982, p. 73) e ainda, contribuía para não distinguir a posição que D. João III defendia para um acesso ao ensino superior liberalizado³³⁸, à semelhança do que já acontecia em Alcalá de Henares.

O segundo momento de *refundação* da universidade correspondia com a Reforma Pombalina do ensino, depois do episódio da estadia em Coimbra, entre 22 de setembro a 24 de outubro de 1772, do *Marquês Vizitador* (Vasconcelos, 1917, p. 24), conforme o ministro Sebastião José Carvalho e Melo assinava aquando a sua passagem³³⁹. Esta reforma do ensino beneficiava, contudo, de algumas implementações prévias levadas a termo por D. João V (Fig. 12) – alimentadas pelo fluxo de ouro e de pedras preciosas vindas do Brasil –, nomeadamente, aquela que Germain Bazin considerava como *a biblioteca mais faustosa que jamais tinha visto*³⁴⁰, a Biblioteca Joanina construída entre 1717 e 1728. Este exemplo aliado à construção da Biblioteca de Mafra e a outras iniciativas régias constituíam uma tentativa consciente do rei em diminuir o atraso nacional em relação a uma Europa que já havia entrado no século das Luzes.

A *Nova Fundação da Universidade* (Trindade, 1998, p. 54) impunha-se, porém, com a constituição do processo da sua reforma, a partir de 1770 com mais labor (coincidindo com o ano de atribuição do título de Marquês de Pombal), com a avaliação das diretrizes programáticas, estatutárias e normativas do funcionamento da instituição, cujo resultado efetivava a suspensão dos velhos estatutos em 1771. Nesse âmbito, em 1772 seriam criados e apresentados os *Novos Estatutos da Universidade* (Universidade de Coimbra, 1972a, 1972b, 1972c), onde ficavam explanadas as novas reformas sobre as faculdades subsequentes à extinção do ensino do *Methodo* escolástico ministrado pela Companhia de Jesus³⁴¹. De modo mais evidente, a reforma pombalina incidia sobre dois vetores principais de atuação: o primeiro, resultando em ações de renovação estrutural das dimensões pedagógica e científica, tendo como consequência a valorização das ciências exatas e naturais e dos métodos de observação e de experimentação (R. de Carvalho, 1996); e o segundo, sobre a dimensão material necessária para garantir o sucesso das aplicações das novas metodologias e práticas de ensino³⁴². Pese embora houvesse, de facto, criação de

instrumento régio de controlo do saber, do conhecimento e da formação dos estudantes. Por um lado, garantia o acesso e o contacto permanente com as posturas culturais de *feição humanista* em vigor na Europa, diminuindo as distâncias com a introdução das tendências no reino geograficamente periférico. No reinado do Príncipe Perfeito, “*o destino preferencial dos estudantes portugueses era a Itália, sobretudo Bolonha e Florença*” (Buescu, 2005, p. 199). Já no reinado do Venturoso, “*as escolas preferidas passaram a ser as de Paris e Lovaina*” (Buescu, 2005, p. 199). Com o reinado do Piedoso, a predileção recaía sobre as escolas de Paris, Salamanca e Alcalá de Henares (Buescu, 2005, p. 199). Por outro lado, era exercido um controlo sobre as elites e quem poderia ocupar os cargos de maior relevo e de destaque na administração do reino, que paulatinamente se ia complexificando.

³³⁸ “*Tão excelente e poderoso rei, fundador e pai desta Academia*” (Domingues, 1982, p. 55) não tolerava “que por mais tempo estivéssemos privados deste bem” (Domingues, 1982, p. 73) tendo, para tal, fundado “*uma nova Academia, quanto de cultura, elegância e línguas mais prezadas estavam espalhadas por toda a parte, tudo isso trouxe conjuntamente, para o seu reino*” (Domingues, 1982, p. 73), chamando “*de todos os lados homens escolhidos, notáveis pela sua excelente erudição, oferecendo-lhes grandes ordenados e honras*” (Domingues, 1982, p. 73).

³³⁹ Sobre este assunto, António de Vasconcelos informava da existência de um *Diário de Visita*, no Arquivo da Universidade de Coimbra. Esse *Diário* teria sido escrito por Miguel Carlos da Mota e Silva, secretário da universidade, à data, que havia sido nomeado para o exercício de tais funções, por Aviso-régio de 16/07/1772. Deste modo, era garantido que, este *homem de confiança do Marquês* estaria no cargo, aquando a sua visita (Vasconcelos, 1917). A ‘visita’, para além da componente de ordem prática da autorização necessária aos atos para o estabelecimento da reforma, instituiu-se “*também de suma dignidade*” (M. L. de Almeida, 1937, p. 97).

³⁴⁰ Germain Bazin era conservador chefe do Museu do Louvre e historiador de arte, tendo tido especial destaque no estudo do período barroco. A frase referida correspondia ao título de artigo publicado por Bazin, após a sua visita à Biblioteca da Universidade de Coimbra (Bazin, 1960).

³⁴¹ “*A expulsão da Companhia de Jesus, de quem dependia a quase totalidade do ensino público*” (Trindade, 1998, p. 53), ocorrera em 1759 e, conseqüentemente, o espólio jesuíta era incorporado nos bens da coroa.

³⁴² Para este vetor de abordagem era válido o contributo da disponibilidade de espaço decorrente da expulsão dos jesuítas e tal facto devia ser equacionado para serem equacionadas as novas instalações. Sobre este aspeto, Vasconcelos transcrevia o *Documento n.º 11*, do *Diário de Visita* do Marquês a Coimbra, constituído por uma carta do Rei D. José para o Marquês de Pombal, escrita no Palácio de Mafra em 11 de outubro de 1772; na missiva real, recebida pelo Marquês, em Coimbra, o rei dava plenos poderes ao “*Marq.º de Pombal do Con.º d’Estado d’ElRey meu S.r seu Lugar Tenente e Plenipotenciario na fundaçam da Vniverd.º de Coimbra*” (Vasconcelos, 1917, p. 32) para dispor do edifício do Colégio de Jesus, *podendo fazer dele o que bem entendesse, desde as divisões às aplicações mais úteis*. Adicionalmente, o rei sugeria o terreno onde se encontravam as ruínas do castelo “*e nos amplos terrenos, q se acham no Recinto delles, ha todas as comodid.ºs, p.º se estabelecer o observatorio, e p.º se fabricarem todas as cazas, e offiças necessarias p.º a habitaçam do Proffessor d’Astronomia, e dos seos Adjuntos, e p.º a guarda dos instrum.ºs opticos*” (Vasconcelos, 1917, p. 32).

novas relações urbanas e dinâmicas espaciais estabelecidas pela construção dos novos equipamentos universitários, pesava, contudo, sobre a reforma ao nível do ensino, o pulso que mais contribuía para a evolução da UC.

Para tal propósito reformista, do ponto de vista concetual, tinha contribuído a obra de António Nunes Ribeiro Sanches³⁴³ que, em 1758, propunha um manuscrito com um plano gizado de reforma para os estudos médicos, sob encomenda do Estado, intitulado *Método de aprender e estudar a medicina*, que era aprovado, sendo, posteriormente, terminado em 1761 e publicado em 1763. Na sequência da encomenda e, de modo equacionar a educação civil e política da mocidade portuguesa, Ribeiro Sanchez apresentava, em 19 de dezembro de 1759, algumas considerações sobre o estado do ensino em Portugal, sobretudo da Universidade de Coimbra, que até esse ano tinha estado subjogado à influência da Escolástica. Na leitura do autor, essa influência tinha-se caracterizado por imprimir danos no desenvolvimento do país, uma vez que o investimento e patrocínio do ensino superior eram da responsabilidade do Estado.

No texto *Cartas sobre a educação da Mocidade*, Ribeiro Sanches levava à consideração do rei, a proposta para a construção de vários tipos de escolas, capazes de responder às necessidades técnico-civis do país e, em particular, uma Escola Real Portuguesa (também denominada Colégio dos Nobres), à semelhança da Escola Real Militar estabelecida em 1751 em Paris (Diderot & D’Alembert, 1750). O objetivo denunciava a má impressão que Ribeiro Sanches havia absorvido, na sua passagem pelo Colégio das Artes e pelo curso de Direito Civil, na Universidade de Coimbra, de 1716 a 1720³⁴⁴, devido à indisciplina dos estudantes universitários, cuja maioria seria filho da nobreza e da fidalguia nacional. A demonstração do interesse pelo zelo da causa público-civil insidia sob a preocupação pela formação, sobretudo, das elites que iriam desempenhar os altos cargos da nação e, que, de acordo com os seus argumentos, não estaria a ser considerada nem salvaguardada (Ribeiro Sanches, 2003). Consequentemente, apresentava, em 1763, *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente*, onde reiterava a tipologia que considerava propícia ao “*estabelecimento de huma Universidade Real que tenha por ultimo fim ensinar as Sciencias uteis ao Estado, e a virtude civil*” (Ribeiro Sanches, 1959, p. 113).

Mantendo a leitura sobre o papel da universidade para formar *elites*, como um instrumento de Estado, o Marquês de Pombal aprovava a reformulação de espaços e a construção de novos equipamentos³⁴⁵ para uso escolar, cujo maior ímpeto e volume de obras seriam empreendidos entre 1772 e 1777. Adicionalmente a estas obras da universidade, eram realizadas outras como a regularização de ruas e eixos de acesso à Alta – pela demolição parcial das muralhas e abrindo o espaço às Couraças – assim como, redesenho de frentes de rua (Rossa, 2002, pp. 327–328) e o arranjo urbanístico do Largo da Feira que ficava independente do Colégio.

³⁴³ Outros autores teriam contribuído, concetualmente, para o propósito evocado, nomeadamente, Luís António Verney, Jacob de Castro Sarmiento, D. Luís da Cunha e Martinho Mendonça (Franco, 2014, p. 183; Trindade, 1998, p. 53).

³⁴⁴ Posteriormente, de 1720 a 1724, Ribeiro Sanches ingressava no curso de Medicina, na Universidade de Salamanca. Após acabar o curso, em 5 de abril de 1724, optava regressar a Benavente para exercer a profissão, após declinar o convite de lecionar na Faculdade de Medicina da Universidade de Salamanca. Para uma leitura aprofundada da vida deste médico português que, pelo seu reconhecido mérito, recebia honras pela Europa, consultar a informação sobre a sua biografia, em Centro de Estudos Judaicos da Universidade da Beira Interior, http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_biografia.html, acedido em 15/07/2017.

³⁴⁵ A título de exemplo, sublinham-se as obras, maioritariamente delineadas por Elsdén, que promoviam a reforma das faculdades de Matemática, Filosofia e Medicina e doutros serviços da universidade: 1) a construção do Laboratório Químico, do Observatório Astronómico (primeiramente, sobre o Castelo e a partir de 1777, sob projeto de Manuel Alves Macombóia, no topo sul do Pátio das Escolas), do Jardim Botânico (na cerca do convento de S. Bento), do Museu de História Natural, da Via Latina e da segunda Biblioteca do Pátio das Escolas (idêntica à Biblioteca Joanina); 2) a reabilitação e reformulação dos Gerais e da Capela de S. Miguel ladeado pelas bibliotecas (Pátio das Escolas); 3) a reorganização do Colégio de Jesus para se instalarem o hospital (transferido da Praça Velha), o Teatro Anatómico, o Dispensatório Farmacêutico – da Faculdade de Medicina e os Gabinetes de Física Experimental e de História Natural – da Faculdade de Filosofia, do Colégio das Artes para receber o Colégio dos Nobres; 4) a transferência da Imprensa da universidade para o claustro da Sé Velha e casas adjacentes. (P. Dias & Gonçalves, sem data, pp. 97–114; Franco, 1983b, 2014, pp. 185–186; Trindade, 1998).

Dois séculos após a reforma joanina, Coimbra voltava à condição de estaleiro de obras, construindo “*sobre a antiga malha corporativa de imundices e privilégios imemoriais, uma instituição de ensino moderna e esclarecida, (...) submetida administrativa e pedagogicamente à estratégia de Estado superiormente determinada*” (Pimentel, 2000, p. 265). Para a direção e delineamento dos *riscos das obras da universidade* (Franco, 1983b), era chamado o inglês William Elsdén, militar de carreira (tenente-coronel), que desempenhava funções de lente de matemática na Academia Militar da Corte, arquiteto e engenheiro em Portugal, desde 1760³⁴⁶ (Franco, 2014, p. 192). Outros nomes eram chamados ao cumprimento desta reforma, tais que, José Carlos Magne, José do Couto Santos Leal e Manuel Alves Macomboia, pese embora a sua dimensão se tivesse ficado, sobretudo, ao nível do projeto. A ‘viradeira’ acalmaria, de resto, os ânimos reformistas e empreendedores, sendo que, devido aos esforços e diligências do reitor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho – acérrimo defensor da reforma para a qual tinha contribuído em *simbiose perfeita*, no plano ideológico e no artístico, com o Marquês de Pombal (Trindade, 1998, p. 57; Vasconcelos, 1917) –, esta não acabava em *ruína* (Franco, 2014, p. 189).

Disciplinarmente, todavia, nem todas as iniciativas para as novas instalações académicas podiam ser considerados bons exemplos da ‘escola de urbanismo’ do plano nacional. O caso mais evidente e, conseqüentemente, o mais prejudicial para a valorização do existente, no estabelecimento dessas novas relações urbanas, implantava-se no topo sul do Pátio das Escolas, com a solução de recurso equacionada para a construção do Observatório Astronómico, que reduzia a ligação visual intrínseca entre o Pátio das Escolas e o Mondego, cujo projeto havia sido traçado pelo arquiteto Manuel Alves Macomboia (Craveiro, 1990).

O terceiro momento de grande impacto na universidade e na cidade, com evidente transformação urbana e urbanística (e social), prendia-se com as intervenções do Estado Novo de 1941 a 1975³⁴⁷. Apesar de Portugal se ter mantido distante das dinâmicas e conseqüências da Segunda Guerra Mundial, a cidade sentia um duro golpe com a construção da Cidade Universitária de Coimbra, na Alta, principalmente, porque pendia sobre a universidade a exigência de tal intervenção. Recorrendo à *tábula rasa como método de projeto*, este impunha-se sobre o existente, sem equacionar a relação de escala – tanto construtiva como urbana –, que alterava o contexto urbano sócio-morfológico e, prejudicava continuidades espaciais – sentidas, ainda, nos dias de hoje – naquela que faria parte da área inscrita na LPM, em 2013.

Todavia, em 1995, por necessidade de expansão para acomodar as engenharias e a saúde, a UC avançava com um concurso de ideias para a requalificação dos seus espaços na Alta, onde um dos seus principais objetivos se constituía por reestabelecer as conexões e os laços com a cidade antiga e existente, procurando minimizar as fronteiras impostas.

A universidade assumia, contudo, em 2003, o seu papel de liderança na responsabilidade e compromisso com a cidade e, depois com o mundo, pelo seu protagonismo no processo de candidatura a PM³⁴⁸, que ia acontecendo em Coimbra desde 1982. O enquadramento estratégico da candidatura assumia um dever e um

³⁴⁶ Matilde Sousa Franco dava nota da possibilidade de William Elsdén ter vindo para Portugal, antes desse ano, no âmbito das obras de reconstrução de Lisboa, após o terramoto de 1 de novembro de 1755 (Franco, 2014, p. 192).

³⁴⁷ Para uma leitura mais aprofundada sobre as intervenções do Estado Novo para a construção da Cidade Universitária de Coimbra, ver os artigos do capítulo 4, da Parte II, da presente tese, intitulados “A lógica dual do património no campo disciplinar da arquitetura”, “O poder da imagem no processo de projeto da Cidade Universitária de Coimbra” e “Cidade Universitária de Coimbra, a *tábula rasa* como metodologia de projeto”.

³⁴⁸ Com efeito, era com Fernando Seabra Santos eleito Reitor da UC em 20/01/2003 e reeleito em 15/01/2007 que, por sua iniciativa, se oficializava a intenção para que a UC fosse o bem candidato à UNESCO, pedido que era realizado em julho de 2003 ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 14/05/2004, a UC era inscrita na Lista Indicativa de Bens, pela Comissão Nacional da UNESCO, dando início à última fase do processo de Coimbra a PM e deixava para a história os sucessivos e falhados projetos de candidatura de outras áreas da cidade. Sobre o processo de candidatura de Coimbra a Património Mundial ver os artigos intitulados “A ‘classificação’ Património Mundial na problemática disciplinar da arquitetura: o caso de Coimbra” e “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade”, no capítulo 3, da Parte II, da presente tese.

compromisso geracional, que segundo as palavras de Seabra Santos se justificavam num “*fortíssimo sentido de futuro: o de prevenir a agressão patrimonial e a dispersão da memória colectiva*” (Santos in Universidade de Coimbra, 2005, p. 5). Adicionalmente, no discurso de abertura do Encontro Internacional de Património Mundial de Origem Portuguesa, realizado na UC entre 27 e 29 de abril de 2006, Seabra Santos definia que almejar a classificação de PM não se limitava “*a uma mera pretensão contemplativa*”, todavia, significava, com efeito, “*um desejo de transformação do espaço físico e de valorização do património intangível, e uma profunda determinação na mudança de mentalidades e das atitudes*” (F. S. Santos, 2006, p. 7).

De certa forma, a Universidade, que havia sido responsável pelas intervenções do Estado Novo, fazia um *mea culpa* e devolvia à cidade um estatuto de reconhecimento no seu valor material e imaterial (Fig. 13). Este processo potenciava e promovia várias intervenções de requalificação e reabilitação do seu património físico e contaminava processos de reabilitação urbana, dentro da sua área de influência urbana. Neste caso, ao contrário da candidatura da URHAH, a perspectiva da candidatura à UNESCO assumia-se, sobretudo, como um eixo estratégico de desenvolvimento, assente na proteção e salvaguarda do património e, portanto, propulsora de dinâmicas de desenvolvimento urbano³⁴⁹, em que a transformação sofrida seria exigida e sentida por quem vive a cidade, no dia-a-dia quotidiano e, ainda, “*por aqueles que, mesmo estando longe, sentem a Universidade de Coimbra como um legado comum da Humanidade*” (F. S. Santos, 2006, p. 7).



Fig. 13 – Painéis representativos da vida académica na cidade de Coimbra, de João Abel Manta, na fachada nordeste do Teatro Académico de Gil Vicente. Fotografia: GCU, UC, 2006³⁵⁰.

A influência das candidaturas nas dinâmicas urbanas

A oportunidade de serem assumidos compromissos e responsabilidades para o futuro equacionava-se sob a perspectiva de uma proteção, salvaguarda e gestão integrada dos bens patrimoniais para uso da universidade, numa primeira instância, mas também de desenvolvimento dos seus contextos urbanos. Além dessas atuações principais, as sinergias, criadas a partir desta realidade patrimonial inserida em contexto urbano, permitiam contigiar outras atividades, nomeadamente, a reabilitação urbana e as atividades turísticas, que sendo potenciadas e aproveitadas podiam canalizar alguma influência urbana para um planeamento mais amplo e equilibrado sobre o território.

Por um lado, na candidatura da URHAH à UNESCO, tais compromissos e responsabilidades de futuro equacionavam-se como um processo de continuidade sobre aquilo que vinha a ser realizado desde o regresso da universidade à cidade. Por outro lado, na candidatura da UC-AS, tais compromissos e responsabilidades de futuro eram equacionados como catalisadores de eixos estratégicos de desenvolvimento, tanto ao nível da reabilitação do património universitário como da necessidade de uma inter-relação *univer(sc)idade*, por um “*regresso em simultâneo da cidade à Alta e da Universidade à Sofia e à cidade*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, p. 9). Deste modo, tornava-se pertinente ilustrar de que forma estas perspectivas, assumidas pelas duas candidaturas, tinham

³⁴⁹ Sobre estas dinâmicas ver o artigo intitulado “O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial”, no capítulo 7, da Parte III, da presente tese.

³⁵⁰ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

sido equacionadas e traduzidas para a realidade urbana dos dois casos ibéricos e também para o seu contexto territorial.

No caso de Alcalá, não se podia deixar de referir algumas particularidades derivadas de outros acontecimentos que também haviam contribuído para a realidade urbana contemporânea, para além daqueles já equacionados.

A predominância e a disponibilidade da tipologia de colégio³⁵¹ aliadas ao facto da proximidade de Alcalá com Madrid (uma distância de 30 Km) permitiam que as operações urbanas mais relevantes, depois do encerramento da UA, tivessem acontecido com recurso a alterações e transformações dos edifícios universitários (colégios) em quartéis, prisões, hospitais e armazéns, a partir, sobretudo, do século XIX. Ou seja, a Alcalá universitária havia sido transformada numa *cidade militar*, que garantia a defesa estratégica do quadrante nordeste do território de Madrid. Também a construção da estação de caminho-de-ferro levava algum crescimento urbano, a norte e a este da cidade, que reinvestia na direção, tradicionalmente, privilegiada com Guadalajara (Clemente San Román & Quintana Gordon, 2016, p. 77; Echeverría Valiente, 2005; Vallhonrat, 1997, p. 71). Todavia estes episódios não haviam conseguido impedir o escalar de decadência urbana, que se acentuava com as destruições dos bombardeamentos da Guerra Civil de Espanha (1936-1939) e que se prolongaram até o período do pós Segunda Grande Guerra (1939-1945).

Não obstante estas condições particulares, a partir de 1960, a legislação municipal sofria alterações, no sentido de potenciar o crescimento urbano e, assim, reverter a tendência que vinha a ser verificada desde o encerramento da UAH. Para este processo, também a proximidade com Madrid havia contribuído, ao acentuar uma desordem urbanística que ameaçava, sobretudo, o casco urbano antigo e a estagnação da restante cidade, pelo conseqüente êxodo da população. A mudança legislativa passava a ser responsável por uma crescente e forte especulação imobiliária, que se baseava, precisamente, na proximidade a Madrid. Esta medida, inicialmente considerada urgente, rapidamente se revelava avassaladora para a conformação morfológica da malha urbana, pelas alterações e transformações de lotes e de quarteirões que introduzia. Com o propósito de se travar esta nova realidade, em 1968 era aprovado o plano que declarava o Centro Histórico de Alcalá como Conjunto Histórico, permitindo afastar ou, pelo menos, minimizar os efeitos que ameaçavam a área do centro urbano medieval e cisneriano, mais sensível e já bastante sofrida com as destruições das guerras.

Todas estas circunstâncias e contingências levavam a universidade a encontrar uma área de 185 hectares bastante danificada, destruída ou em ruína, aquando o seu regresso à cidade e ao seu espaço fundacional. Todavia, era pelo grande investimento na requalificação do património universitário, que a UAH tem vindo a ser merecedora de vários prémios e distinções nacionais e internacionais, destacando-se a entrega do Prémio Cervantes que atribuída, anualmente, o galardão maior da literatura de língua espanhola, sendo que desde 1983, o local dessa cerimónia era realizada a partir do Paraninfo, que havia sido um dos espaços reabilitados.

Contudo, as ações de reabilitação e recuperação do património edificado não haviam ficado concentradas, somente, no casco histórico da universidade em Alcalá de Henares. Com efeito, nesta nova etapa da universidade, esta também estendia o seu espectro de recuperação de património à região de Guadalajara

³⁵¹ A propósito da distinção, arquitetonicamente falando, entre colégio e sede universitária, Rui Lobo esclarecia que, enquanto um colégio dispunha de espaços capazes de responder às necessidades funcionais de ensino e de residência (com as dependências necessárias para tal uso, nomeadamente, câmaras do reitor, quartos para os colegiais e refeitório), uma sede universitária não integrava o uso residencial (R. P. Lobo, 2010). Não obstante considerar que o Colégio Mayor de Santo Ildefonso tinha características e especificidades próprias – *não sendo um colégio comum* – Lobo considerava-o pertinente para ilustrar a distinção tipológica entre um colégio e uma sede universitária, verificando que o Colégio Mayor de Santo Ildefonso, “*para além de albergar uma comunidade de colegiais, (...), constituía simultaneamente a sede da universidade, onde decorriam as aulas principais das várias faculdades, e onde tinham lugar os actos académicos*” (R. P. Lobo, 2010, p. 750).

(Comunidade Autónoma de Castilla-La Mancha), onde tinha vindo a adquirir, a partir de 1979, edifícios com valor histórico – em Pastrana e em Sigüenza –, alargando, deste modo, a oferta académica e cultural. Esta condição tornava este caso particular na realidade espanhola, em que uma universidade se estendia geograficamente por duas Comunidades Autónomas, Madrid e Castilla-La Mancha (Casa Martín & Garcia Bodega, 2014).

Além desta abertura territorial, a UAH apostava, também, na construção de um Campus Científico-Tecnológico como uma lógica de expansão universitária dentro da cidade de Alcalá, tirando partido do terreno ocupado pelas instalações do campo de aviação e paraquedismo de uso militar, localizado a norte da cidade e adjacente ao «S» histórico da Via Complutense (Chías Navarro, 2014). Este investimento no crescimento e expansão da universidade era acompanhado pelo reabilitação do parque edificado que, adicionalmente à consolidação do património universitário, estabelecia e potenciava a criação de dinâmicas socioeconómicas, assentes no seu paradigma de *Univer(sc)idade do saber da cultura, das artes e das letras*, permitindo estabilizar uma população de 200 mil habitantes e, assim, decuplicando-a desde o final da Segunda Grande Guerra.

No caso de Coimbra, a própria universidade constituía-se como agente de ação no desenvolvimento de práticas de intervenção sobre o património, promovendo a sua proteção e salvaguarda. Essas ações e operações sobre o património estabeleciam-se através de uma *integridade dinâmica*³⁵² (Zancheti & Loretto, 2015), que tinha vindo a ser desenvolvida desde os últimos anos da última fase de candidatura.

A pertinência desta especificidade, no caso de Coimbra, assentava no estatuto paradigmático que alguns dos espaços inseridos na UC-AS PM (22/06/2013) assumiam, independentemente da sua realidade – tanto se se encontrassem em ruína, em fase de projeto ou em fase de obras. Com efeito, algumas intervenções em espaços PM, só seriam terminadas depois da data de inscrição do bem na LPM, criando uma lógica de acrescentar valor ao existente pela requalificação dos espaços. Esta característica da dinâmica do processo de intervenção predispunha, também, uma leitura de continuidade assente nos atributos capazes de expressar todo o processo evolutivo e transformativo do próprio espaço, sem dependência exclusiva da memória coletiva, da avaliação de valor ou da condição de existência inerente ao espaço. Assim, o património universitário da Universidade de Coimbra, que *antes de ser, já era* – ou seja, *antes de ser inscrito na LPM, o bem em si próprio, já era considerado património* – para além de todas as leituras e abordagens conhecidas no âmbito do património, acrescentava mais uma – a fase de projeto. De facto, neste caso da UC-AS, eram inscritos espaços na LPM, que apenas estavam equacionados em projeto – com todas as condicionantes e contingências que lhe podem estar associadas, inclusivamente, a sua não realização – como o exemplo, do projeto para a biblioteca de Direito, projeto da autoria do arquiteto Álvaro Siza Vieira (Fig. 14).

Independentemente da fase de cada intervenção, a transformação do espaço ia sendo assumida para a sua adaptação às exigências dos novos modos de ensino e de usos académicos contemporâneos, permitindo que

³⁵² O conceito ‘integridade dinâmica’, equacionado por Sílvio Mendes Zancheti e Rosane Piccolo Loretto, era desenvolvido para avaliar o próprio conceito ‘integridade’, usado até à discussão em torno da abordagem da paisagem urbana histórica. O conceito ‘integridade’ encontrava-se desadequado sob os novos enquadramentos e abordagens, no âmbito patrimonial, conseqüente com a maior complexificação dos processos e, sobretudo, dos entendimentos e da qualidade dos atributos associados ao património. Deste modo, a ‘integridade dinâmica’ assumia a transformação e a mudança como contexto associado à própria vida e não como pressão de novas dinâmicas económico-tecnológicas globais sobre os sítios e bens patrimoniais, enfatizando, assim, os processos de continuidade estabelecidos, ao longo do tempo, num contexto urbano. Para além dessa leitura, os autores pretendiam, adicionalmente, contribuir com um conceito-chave, mais operativo para a abordagem à paisagem urbana histórica (Zancheti & Loretto, 2015). Sobre esta abordagem, ver o artigo “Paisagem Urbana Histórica, a *Lusa Atenas* como matriz cultural de Coimbra”, no capítulo 7, da Parte III, da presente tese.

a continuidade no uso pudesse ser enfatizada como recurso eficaz de manutenção³⁵³. Cumulativamente, era necessário garantir a conservação e manutenção dos espaços académicos para o normal funcionamento das suas atividades e, ainda, considerar a afluência dos visitantes, que segundo os dados disponíveis, tinha vindo a aumentar³⁵⁴.



Fig. 14 – Esquícios para a biblioteca da FDUC, de Álvaro Siza; maquete de projeto; maquete do projeto exposta na exposição “Alta entre Vistas”, na Galeria do Museu Antropológico da UC, em 2006. Fotografia: GCU, UC, 2006³⁵⁵.

Em estudos já realizados, sobre as dinâmicas de intervenção da UC-AS e do seu contágio sobre outros agentes e espaços urbanos, onde se procurava fazer “*um balanço sobre o processo transformativo visível e consequente da candidatura e título PM*” (Capela de Campos & Murtinho, 2017a, 2017b), eram verificadas algumas considerações, nomeadamente, o paralelismo e a complementaridade entre os processos de proteção e salvaguarda do património com o desenvolvimento urbano na área urbana de influência do bem³⁵⁶. A oportunidade gerada a partir de uma candidatura patrimonial era assumida como um propulsor de algumas atividades económicas, como o turismo ou a construção, sendo que, seja expectável por contaminação, um investimento na reabilitação e requalificação urbana geradas por novas vivências, usos e comportamentos socioculturais urbanos, tanto pelo setor público como pelo privado. Esta realidade traduzia-se no investimento verificado na área urbana considerada, ao nível do setor público, pela requalificação dos espaços públicos, de infraestruturas e de equipamentos socioculturais, fortemente impulsionados pela municipalidade. Adicionalmente, também o setor privado tinha vindo a acompanhar esta evolução no investimento dos recursos, sobretudo pelas dinâmicas da requalificação urbana que se verificavam sobre a reabilitação do parque habitacional e sobre o desenvolvimento de serviços, sobretudo, direcionados ao setor turístico (Fig. 15).

Além disso, verificava-se que a oportunidade gerada pela inscrição da UC-AS na LPM, ou seja, pela valorização de um VUE com um mediatismo internacional próprio nestas dinâmicas e que potenciavam um aumento do número de visitantes nesses lugares PM (Salazar, 2010), tinha sido aproveitada e gerida,

³⁵³ Eram disso exemplos, as intervenções realizadas: 1) na Alta – no complexo do Paço das Escolas, no Laboratório Químico (Museu da Ciência), no Colégio da Santíssima Trindade (Casa da Jurisprudência da Faculdade de Direito) ou nas Estufas do Jardim Botânico; 2) na Baixa – no Colégio da Graça (Centro de Documentação 25 de Abril e Centro de Estudos Sociais), entre outros.

³⁵⁴ A título de exemplo, os dados até 31/12/2016 informavam que tinha havido 442 510 visitantes aos vários espaços turístico da UC, com maior incidência, sobretudo, na Biblioteca Joanina no complexo do Paço das Escolas (Capela de Campos & Murtinho, 2017a; C. O. Moreira, 2017). Esta realidade, acrescida de publicidades mediáticas e cinematográficas (nomeadamente, pela utilização do modelo da Biblioteca Joanina no filme *A Bela e o Monstro* (2017), do realizador Bill Condon e produção da Disney), deverá ser considerada para uma gestão equilibrada destes números sobre estes espaços, tendo em conta o seu impacto sobre o património, nomeadamente, aquele que é mais suscetível de perdas irreparáveis, pela sua especificidade e pelas suas condicionantes e circunstâncias, como é o caso da Biblioteca Joanina.

³⁵⁵ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

³⁵⁶ Sobre este assunto ver o artigo intitulado “O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial”, no capítulo 7, da Parte III, da presente tese.

também por uma perspetiva regional e territorial, como evidenciavam alguns projetos do Turismo do Centro, que estava a apostar nos quatro Lugares Património Mundial do Centro de Portugal³⁵⁷.



Fig. 15 – Vista sobre Coimbra para sul do complexo do Paço das Escolas. Fotografia: Joana Capela de Campos, 2017.

Considerações finais

Pensar o património, não como uma memória do passado, mas antes um ativo da contemporaneidade para o futuro, permitia estabilizar uma plataforma de diálogo entre gerações, que iam recebendo, usando, e acrescentando valor ao existente. Desta forma, conhecer cada caso, contextualizando e enquadrando a sua evolução antes e depois de um processo de candidatura, permitia compreender os critérios evocados para a justificação de um valor reconhecido. Neste trabalho era sublinhada a importância do papel da Península Ibérica na história cultural europeia e mundial, por ser detentora de um património universitário único, reconhecido internacionalmente.

Por outro lado, o conhecimento produzido sobre cada caso, inerente a um processo de candidatura, permitia equacionar as várias prioridades numa gestão integrada, sobre o património, como também, sobre o seu contexto urbano, numa ideia de continuidade da fruição do património inserido em contexto urbano. Deste modo, era possível deduzir que o reconhecimento de um VUE no âmbito da UNESCO, tanto pela comunidade como pelas entidades locais, nacionais e internacionais, devia ser considerado um ativo, quer para uma gestão sustentável de um sítio PM, quer pelo seu contributo na participação em protocolos de planeamento e gestão integrada tendo em vista uma maior coesão territorial.

³⁵⁷ Já em 2009, a Direção Geral do Património Cultural promovia um projeto denominado *Rota dos Mosteiros Património da Humanidade da Região Centro*, aprovado no âmbito do eixo estratégico da valorização do espaço regional do Programa Operacional Regional do Centro – *MaisCentro*, dentro do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) de 2007 a 2013, onde estruturava apoios de intervenção sobre os então três casos PM do Centro: o Mosteiro da Batalha e o Convento de Cristo em Tomar (1983) e o Mosteiro de Alcobaça (1989). Cf. (R. Martins & Franca, 2017).

No domínio e âmbito do PM verificava-se que as ações de proteção e salvaguarda, sobre um património reconhecido pelos diversos agentes, potenciavam uma transformação nas dinâmicas socioeconómicas dentro do seu território de influência. A pertinência no estudo destes exemplos justificava-se na articulação do entendimento e do conhecimento da conformação espacial com os protocolos de gestão destes bens, dominados pelas relações espaço-sociais subordinadas às diversas geografias e, por isso, cheias de especificidades próprias do lugar e de cada território.

Este trabalho pretendia, assim, estabelecer uma reflexão, baseada na analogia entre os dois exemplos ibéricos inscritos na categoria das Universidades, na LPM – URHAH e UC-AS –, a partir do delineamento estratégico que orientara as duas candidaturas e as suas respetivas influências no desenvolvimento de dinâmicas socioculturais e económicas, nos seus territórios de influência.

Num primeiro momento, contextualizava-se cada um dos bens, no âmbito da UNESCO, informando que Alcalá de Henares e Coimbra assumiam um compromisso e uma responsabilidade num plano internacional, ao afirmarem a proteção e a salvaguarda do património como projeto de futuro. Este tópico permitia aferir as convergências formais entre os dois casos de estudo: os mesmos critérios de justificação do VUE; a mesma categoria de inscrição; e o mesmo desígnio de proteção e salvaguarda do património.

Todavia, num segundo tópico, verificava-se que os dois casos apresentavam divergências intrínsecas, decorrentes de acontecimentos e dinâmicas próprias, enquadrados pelas valências históricas, geográficas, políticas e socioculturais únicas e específicas de cada caso. Ainda assim, seria sobre o mesmo desígnio de proteção e salvaguarda do património que teciam as suas diretrizes para estabelecerem o compromisso e a responsabilidade de futuro. Todavia, essas diretrizes eram estipuladas, no caso espanhol, num processo de continuidade com aquilo que já vinha a ser feito e, no caso português, como eixo estratégico e, portanto, gerador de dinâmicas de desenvolvimento urbano.

Para finalizar, verificava-se que se a influência das candidaturas nas dinâmicas urbanas era consequente num plano material inerente a dinâmicas de reabilitação e requalificação dos vários espaços públicos e privados, também o era num plano imaterial subjacente a dinâmicas estipuladas por novas práticas socioculturais, de uso e de apropriação do espaço, próprias da contemporaneidade.

A produção de conhecimento sobre estes casos, onde o bem patrimonial estava inserido num contexto urbano, podia ser considerado um estímulo para que, cada vez mais, fosse possível uma participação ativa de todos os intervenientes em relação àquilo que, por princípio, era e é de todos. Por conseguinte, esta analogia pretendia, também, ser um contributo para se conhecer melhor estes exemplos, que viam reconhecido um VUE, não só pela sua qualidade no passado, mas, sobretudo, pela sua possibilidade de futuro, como centros dinamizadores de cultura e de *idades do saber*, por uma inter-relação de continuidade do paradigma *univer(sc)idade*.

Capítulo 4: Cidade Universitária de Coimbra Património Mundial

4.1 A lógica dual do património no campo disciplinar da arquitetura³⁵⁸

Resumo

No campo disciplinar da arquitetura, uma candidatura patrimonial atribui e define um contexto explícito para as intervenções urbanas, desde o ponto de vista concetual do processo de projeto, passando pela fase de execução, até ao uso posterior do espaço. Conquanto o património se tenha instituído como uma dinâmica de relevante ação estratégica em alguns campos da sociedade contemporânea, como os sociais e os económicos, não deixa de (ainda) ser um tema controverso.

A maior dicotomia de posições em relação ao tema era verificada nas duas Cartas de Atenas, nos princípios da década de 30 do século XX, em que arquitetos discutiam sobre património e a sua importância para a vida contemporânea, conduzindo a visões contrastantes, que foram sendo mantidas ao longo do século. Por um lado, tínhamos um grupo que assumia o campo do património como estratégico, na oportunidade de um desenvolvimento urbano, de forma sustentável; por outro lado, tínhamos um grupo que defendia que a perspetiva sobre a salvaguarda do património se constituía pouco válida quando necessário pensar o desenvolvimento urbano. Todavia, mesmo o segundo grupo, determinado na grande influência do Movimento Moderno, sobretudo, do pensamento de Le Corbusier, começava a considerar outra possibilidade, a partir da Segunda Guerra Mundial.

O propósito deste trabalho assentava em contribuir para a discussão em torno desta temática, num contexto inerente a uma candidatura patrimonial, designadamente, para perceber como tal contexto pode ser reconhecido e aceite, como mais uma possibilidade de melhorar as práticas de desenvolvimento urbano, em particular, da qualidade de vida urbana, por aqueles que lidam, continuamente, com os projetos e a gestão do espaço urbano. Para tal, este artigo sublinhava a ligação entre as opções do processo de candidatura da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia a Património Mundial (UC-AS PM), com os planos e projetos

³⁵⁸ Este texto tem por base a tradução e revisão acrescentada do artigo publicado em *Personas y comunidades: Actas del Segundo Congreso Internacional de Buenas Prácticas en Patrimonio Mundial: (29 -30 de abril, 1 y 2 de mayo de 2015)* | *People and communities: Proceedings of Second International Conference on Best Practices in World Heritage: (29th - 30th April, 1st and 2nd May, 2015)*, referente à comunicação “The dual logic of heritage in the field of architecture”, realizada e enquadrada na sessão I: *Percepción e interpretación* | *Perception and interpretation*, do 2º Congresso Internacional de Boas Práticas em Património Mundial, realizado em Menorca, organizado pelo Conselho Insular de Menorca e pela Universidad Complutense de Madrid, no âmbito da candidatura de Menorca Talayótica a Património Mundial. Cf. (Capela & Murtinho, 2015a).

estratégicos para a Cidade Universitária de Coimbra (CUC), de vários arquitetos. Neste caso de estudo, definido pela CUC, assumia-se que esta área da cidade de Coimbra havia tido o seu próprio Plan Voisin, de Le Corbusier, a partir da década de 40 do século XX.

No entanto, toda esta intervenção urbana controversa foi considerada parte de um Valor Universal Excecional e a candidatura de Coimbra a PM alcançava o resultado esperado, sendo o bem UC-AS inscrito na Lista do Património Mundial, em 22 de junho de 2013. Este caso revelava-se pertinente, uma vez que, pensar nas perspetivas e nos projetos dos arquitetos, sobre determinadas áreas da cidade, constituem-se como oportunidades de repensar a cidade que se quer para o futuro, na expectativa de ser melhor do que aquela que existe.

Palavras-chave: candidatura de Coimbra a Património Mundial, arquitetos, Cidade Universitária de Coimbra, arquitetura, Cartas de Atenas, Valor Universal Excecional.

Introdução

Como Sophia Labadi e Colin Long consideravam, o património tem vindo a desempenhar muitas funções nas comunidades contemporâneas, tendo em conta os processos de conservação sobre património; tal facto, também funcionaria como *estratégia de marketing, não só para atrair turistas mas também para ajudar a implementar e re-criar as identidades locais* (Labadi & Long, 2010, p. 7). Adicionalmente, o Conselho da União Europeia havia defendido que a cidade e a sua imagem se constituíam património europeu e um recurso valioso, que deveria ser considerado em diversos campos da vida contemporânea e nas definições de políticas de desenvolvimento e sustentabilidade para o futuro (Conselho da União Europeia, 2014).

No campo disciplinar da arquitetura, uma candidatura patrimonial atribui uma delimitação explícita ao contexto da intervenção urbana, desde o conceito, desenvolvido ao longo do processo de projeto, até à realidade e ao uso posterior do espaço, ou seja, a cidade existente. Conquanto se tenha instituído como uma dinâmica de relevante ação estratégica em alguns campos da sociedade contemporânea, como os sociais e os económicos, o património não deixa de (ainda) ser um tema controverso. Nesse sentido, tornava-se pertinente estudar as perspetivas e entendimentos daqueles que contribuem para a leitura do que é classificado como ‘património’, isto é, os arquitetos e as suas influências. Sob este enquadramento, o contributo deste artigo enquadrava-se na discussão sobre as candidaturas patrimoniais, em particular, no modo como estas podiam (podem) ser entendidas, reconhecidas e aceites como mais uma oportunidade de melhorar as práticas de desenvolvimento urbano, em particular, da qualidade de vida daqueles que usam, no seu quotidiano, o espaço urbano projetado e, por aqueles que lidam, continuamente, com a sua concepção e a sua gestão, como acontece com os arquitetos.

As duas grandes influências teóricas para as abordagens ao planeamento da cidade, as Cartas de Atenas, de 1931 e de 1933³⁵⁹ – que, de um modo geral, se equacionaram na arquitetura, durante o século XX –, eram equacionadas quando o projeto era confrontado com a possibilidade de continuação da cidade existente ou com a possibilidade de construção de cidade nova. Tal equação desenhava a pertinência das influências e das experiências dos arquitetos, enquanto determinantes nas definições e estruturas concetuais do pensamento dos arquitetos sobre a cidade e, conseqüentemente, sobre os seus traços, quando projetavam e construíam espaço urbano.

Deste modo, este estudo pretende ser um contributo para o conhecimento e entendimento das diferentes abordagens de planeamento da CUC que, na Alta, foram sendo propostas e executadas, desde a elaboração

³⁵⁹ Cf. (Choay, 2002; CIAM-França, 1948a, 1948b, 1948c, 1948d, 1948e, 1948f, 1948g, 1949a, 1949b, 1949c, 1949d, 1949e; Le Corbusier, 1957b).

das Cartas de Atenas, nos princípios da década de 30 do século XX, que se revelavam tema referente na recente história de intervenção em cidades europeias. A maior transformação da morfologia urbana, em Coimbra, realizava-se com a intervenção do Estado Novo, na década seguinte ao desenvolvimento das Cartas de Atenas. Tal facto parece ser relevante, uma vez que, toda essa área de transformação e renovação de cidade passou a fazer parte da LPM (desde 2013), sendo, para tal, justificado o seu VUE – na candidatura de Coimbra a PM – através dos seus aspetos evolutivos, com influência na história do ocidente, associado com o desenvolvimento e transmissão dos aspetos culturais e dos educacionais (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012a). Todavia, depois da sua própria abordagem da *tabula rasa*, era afirmado que um dos seus mais recentes objetivos, dentro do *desenvolvimento e transmissão cultural, com importância nacional* e internacional, constituía-se no seu reconhecimento enquanto “referência no âmbito da intervenção e salvaguarda do património” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012g, p. 6). Este objetivo podia ser enquadrado na aceitação madura da história recente, em que “na verdade, candidatar um bem vivo e em permanente uso ao longo do tempo obriga, em si mesmo, a assumir algumas fragilidades decorrentes das próprias ações de transformação e de ajustamento impostas por emergentes condições políticas, sócio-económicas e culturais, fruto da passagem do tempo” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012g, pp. 7–8).

As duas Cartas de Atenas (1931 e 1933): breve contextualização

A performance tecnológica, ocorrida desde a revolução industrial, ansiava pela capacidade de transformar a realidade espaço-temporal: a introdução dos engenhos da máquina a vapor alteraria toda a concepção do modo de vida e, conseqüentemente, dos paradigmas de logística urbana. A cidade europeia passava a ter uma densidade populacional muito elevada dentro dos seus limites estabelecidos. Questões de ordem, de segurança e de saúde pública exigiam uma resposta efetiva e operativa aos problemas associados ao crescimento populacional dentro da cidade. Desta forma, surgiria a necessidade de serem construídos grandes equipamentos públicos, como hospitais, quartéis de bombeiro e de polícia, prisões e lares, bem como a necessidade de implementar regulamentos urbanos, capazes de definir protocolos legais no estabelecimento de hierarquia nos interesses da cidade.

A cidade ganhava, assim, novos polos e centralidade alterando o seu perfil urbano; a aquisição de território tornava-se possível pela acumulação de espaços de desenvolvimento urbano, geralmente, associados a um grande equipamento³⁶⁰, numa lógica de expansão quase sem controlo³⁶¹: na Europa, os pináculos davam, paulatinamente, lugar às chaminés e ao fumo, potenciando uma dinâmica urbana diferenciada da até então estabelecida, essencialmente, de cariz medieval (Benevolo, 1995).

Estas transformações traduziam-se numa nova vivência das comunidades no espaço da cidade: se até então a cadência do tempo associado aos acontecimentos era lenta, a partir desta fase, de desenvolvimento científico e tecnológico, conhecia um outro ritmo. A construção destes novos elementos proporcionava uma nova experiência de entendimento da cidade: por um lado, a resposta a um determinado objetivo ou necessidade através da construção de um equipamento representativo de um poder regulador ou prestador

³⁶⁰ A construção destes equipamentos, fora dos limites estabelecidos da cidade, proporcionava novos núcleos expansivos de cidade.

³⁶¹ Victor Hugo, no artigo “Guerre aux démolisseurs”, de 1825 e publicado em 1832 na *Revue des Deux Mondes*, em Paris, exprimia a sua insatisfação com as demolições que estavam a ser promovidas sobre a *velha França*, sob uma implacabilidade e um vandalismo *nunca dantes visto* (Hugo, 1832, p. 607); este artigo realçava uma postura nostálgica em relação à cidade que estaria a desaparecer, segundo a opinião do autor, que lançava farpas à ignorância sobre monumentos, ironizando com a possibilidade de se *vender o Pártenon ao preço da pedra devido à ignorância do seu proprietário* (Hugo, 1832, p. 621). Choay interpretava o paralelismo da crítica de Hugo com as de Viollet-le-Duc e de John Ruskin, por acompanhar as suas abordagens pelas mesmas preocupações, se bem que diferentes entre si (Choay, 2008c).

de serviços; por outro lado, esta acumulação de um novo espaço vinha potenciar uma dinâmica urbana diferenciada da até então estabelecida e, essencialmente, de cariz medieval, na Europa.

A coexistência entre estes momentos de composição urbana representados por estas *máquinas urbanas*, porque geradoras de novos núcleos de expansão e, o traçado herdado, abria cicatrizes nalguns conflitos espaciais de ligação, dando origem a um tempo de descentralização espacial urbana³⁶². A arquitetura era pensada e reutilizada como um mecanismo de poder, capaz de responder, de modo eficaz, às exigências expostas pela sociedade no virar de século, enquanto força criadora da forma que iria transformar o mundo. Estes acontecimentos, que já vinham a ser potenciados desde a revolução industrial (sobretudo, a partir da segunda metade de oitocentos), iam permitindo que o pensamento crítico sobre as políticas urbanas fosse sendo desenvolvido. Os problemas que assolavam a cidade europeia, com uma profunda e cada vez maior decadência urbana, como as condições de higiene e salubridade dos bairros habitacionais, refletiam-se nos comportamentos e modos de vida das comunidades, tornando-se numa reivindicação e numa exigência urgentes para a vida das cidades, na Europa. Adicionalmente, as destruições inerentes à Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e a redefinição de fronteiras permitiram que a disponibilidade de espaço fizesse emergir toda uma nova ideologia para a cidade e para o território.

Por contraste, nos Estados Unidos da América, os acontecimentos adquiriam uma velocidade³⁶³, largamente, superior àquela que era verificada na Europa. No âmbito de uma viagem realizada aos Estados Unidos³⁶⁴, Le Corbusier esclarecia a noção de tempo, do outro lado do Atlântico: “*time is money*” (Le Corbusier, 1937, p. 183), muito impulsionado pela necessidade de se controlar, constantemente, o espaço através de uma performance tecnológica³⁶⁵. Sem uma identidade cultural capaz de estruturar o pensamento social da nação, as cidades norte-americanas desenvolviam-se ao ritmo dos negócios dos solos, onde se ofereciam serviços mínimos aos habitantes, em troca de trabalho nas fábricas, que proliferavam pelas cidades.

Em paralelo, desenvolvia-se nas classes mais baixas da sociedade, uma necessidade de expressão de liberdade intrínseca ao ser humano que ‘apenas’ ousaria ansiar por uma vida feliz; seria através da capacidade de expressão artística que se iria enfrentar e caracterizar o modo de vida popular norte-americana³⁶⁶. Muitas destas performances chegaram a ser tão procuradas e aclamadas, que começaram a

³⁶² Este período teve consequências para os centros urbanos que adquiriam, nesta contemporaneidade, uma preferência político-sócio-económica pela expansão. Como lembrava Carlo Aymonino, a cidade era representativo do exercício de poder, onde a cidade era “*portanto um lugar artificial de história no qual cada época – todas as sociedades acabam por se diversificar da que as precedera – tentam, mediante a representação de si própria nos monumentos arquitectónicos, o impossível: assinalar aquele tempo determinado, para além das necessidades e dos motivos contingentes porque os edifícios foram construídos*” (Aymonino, 1984, p. 11). Desse ponto de vista, os centros antigos, paulatinamente, iam sendo dotados ao abandono – ação que se prolongaria pelos anos e ganhando ainda maior ênfase nas décadas subsequentes da Segunda Guerra Mundial, com repercussões sentidas a vários níveis, desde a decadência urbana pelo abandono social, passando pela crise de identidade da comunidade, que viam, nos novos polos urbanos, as respostas às questões de necessidade populacional.

³⁶³ Em 1914, Henry Ford, implementava a primeira linha de montagem, na Fábrica Ford, em Detroit, para potenciar a montagem do modelo *Ford T*, criado em 1908. De 1908 a 1927, foram produzidas 15 milhões de unidades do modelo *Ford T*, só sendo superado em 1972, pelo modelo *Volkswagen Fusca*. Desenvolver a mecanização do trabalho para potenciar a rapidez na produção, permitindo ganhar tempo livre para as pessoas viverem a vida e serem felizes, era a base ideológica de um novo advento industrial. Esta abordagem mecânica do trabalho em série, do modelo *Ford T*, ia revolucionar a produção automóvel a nível mundial: um carro com preço acessível a qualquer americano, uma vez que, por consequência de alguns anos de implementação e de melhoramentos introduzidos nas linhas de montagem, se conseguia reduzir o preço de produção da unidade.

³⁶⁴ Cf. (Bacon, 2001).

³⁶⁵ O espaço do território era pensado a todas as escalas, como disso era exemplo a *Land Ordinance*, de Thomas Jefferson, em 1785 (Bacon, 2001).

³⁶⁶ Nas diferentes expressões artísticas populares na produção musical, assistia-se à evolução dos cânticos entoados pelos descendentes dos escravos negros, numa exultação à libertação da própria condição; o jazz e a música *soul* desenvolviam-se nas camadas mais baixas da sociedade, de e para si próprias, tendo nomes, como Josephine-Baker e Louis Armstrong, a alimentar o imaginário da classe desfavorecida que chegava à condição de artista, passando a ser venerados pelas elites. Assistia-se ao desenvolvimento da rádio. No cinema, em 1918, Charlie Chaplin fazia sucesso em *O Vagabundo*; e, Laurel & Hardy eram personagens que representavam a classe desfavorecida que, através de algumas aventuras cómicas, conseguia mostrar o lado humano do proletariado, até então entendido como necessário mas não valorizado; em 1928, Walt Disney criava o Rato Mortimer, rebaptizado para Rato Mickey, originando uma produção intensa de histórias de desenhos animados, que, ainda hoje, inspiraram adultos e crianças; a ilustração era desenvolvida e

gerar uma produção artística popular para as massas, potenciando a origem daquilo que, hoje, é uma indústria bastante lucrativa. Todos esses registos de uma cultura popular como resposta a um crescente foco de interesse, principalmente, por revelar a assunção do povo, ou da classe operária como propulsor de cultura para as massas, chegavam à Europa, que ansiava comandar o seu próprio destino, através da democratização do sistema, dos serviços, da educação e da arte. Com as novidades vindas do outro lado do atlântico, essa esperança ganhava novo fôlego.

O Movimento Moderno³⁶⁷ (MM), rompendo com a tradição formal neoclássica, propunha uma nova postura para a cidade existente, dando lugar a uma visão progressista que adotaria a *tabula rasa* como uma premissa de projeto para a cidade nova e que, no limite, seria a única solução capaz de responder às exigências higienistas, sociais e morais da cidade europeia³⁶⁸. Essa nova postura abraçava o advento da máquina como um novo tempo, capaz de transformar toda a realidade existente, que se apresentava decadente e insalubre e, sobretudo, capaz de produzir uma nova condição para o ‘homem novo’ que se aspirava para o ‘mundo novo’, com uma maior democratização dos serviços, das artes e da educação. Ideais perigosos para aqueles que queriam dominar as massas, pela imposição do pensamento único, realidade que a Europa vinha a conhecer, desde o pós-Primeira Guerra Mundial, com a subida ao poder de vários regimes totalitários e ditatoriais.

No entanto, a realidade teórico-prática das primeiras décadas do século XX demonstrava que o projeto moderno, que vinha a ser potenciado desde a revolução industrial, seria apenas uma reinvenção de propostas do passado. Estes exercícios inspiravam-se naquele que se constituía como um paradigma de intervenção para a cidade moderna, o plano Haussmann para Paris³⁶⁹ – com novas linguagens, novos materiais, novos programas e novas expressões e que, não considerava as características inerentes e pré-existentes. A intervenção de Haussmann em Paris instituiu “*os capítulos das «obras públicas» que se tornarão habituais em todas as cidades europeias*” (Benevolo, 1995, p. 188) e que seria uma ação inspiradora para outras tentativas, nem tanto pelo resultado de linguagem, mas antes pela ação propositiva e

usada em colunas de jornais – a banda desenhada – nos finais do século XIX, promovendo um ciclo de expressão artística e democrática, entendida por todos, pretendendo despertar consciências e, em simultâneo, ser uma afirmação de cultura.

³⁶⁷ Se para Leonardo Benevolo, a origem do Movimento Moderno se constituía com o início da Bauhaus, em 1919, liderada por Walter Gropius (1883-1969) até ao ano da sua saída dos destinos da escola alemã, em 1927 (Benevolo, 1990), para outros autores, a personagem fundamental é, sobretudo, Le Corbusier (1887-1965), com toda a sua produção e teoria arquitetónicas, não deixando, porém, de ser atribuída a importância devida aos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), que começaram com o CIAM I em junho de 1928, no Castelo de La Sarraz, na Suíça, e terminaram com o CIAM 10 em 1959, em Otterlo, nos Países Baixos (E. P. Mumford, 2000). Pedro Vieira de Almeida, para além de considerar Le Corbusier como a *pedra angular da teoria do MM*, também defendia que, a história do próprio MM, enquanto paradigma para o campo disciplinar da arquitetura, devia ser revisto, uma vez que, segundo a sua leitura, afirmava que podia ser verificado “*que o Movimento Moderno resulta ser afinal, quase tanto uma criação de Gropius, Le Corbusier e outros, como uma criação de Sigfried Giedion, enquanto crítico e historiador*” (P. V. de Almeida, 2000, p. 33).

³⁶⁸ Não obstante toda a influência da técnica e da engenharia no traçados das cidades, que extremaria as posições de influência entre arquitetos e engenheiros, em 1943, Le Corbusier afirmaria que o período da Primeira Grande Guerra tinha sido desperdiçado, já que: “*...ora, técnica e consciência são duas alavancas da arquitectura, nas quais se apoia a arte de construir. Assistiu-se à fractura, à derrocada de valores seculares, milenares. (...) Reparem no que se passou antes de 1914: tinha-se torcido o pescoço ao “estilo moderno”. No entanto, durante uma geração inteira, não foram poucos os que o abraçaram de todo o coração! E quando chegou a altura da tarefa seguinte, a reconstrução das regiões libertadas da guerra de 1914-1918, viu-se aonde nos tinha conduzido o espírito de negação: um dos mais gigantescos empreendimentos da França apenas pôde inscrever no seu balanço o número zero. Esta ocasião soberana não serviu senão o vil metal*” (Le Corbusier, 2003, pp. 24–25).

³⁶⁹ Não obstante a França já ter uma lei muito desenvolvida e avançada quanto às expropriações, desde a implementação do caminho-de-ferro, o barão Haussmann, prefeito do Sena entre 1853-1869 com o apoio de Napoleão III (Bonaparte), pretendia implementar com base na lei, uma requalificação urbana, capaz de desafogar toda a *malha caótica* da cidade industrial que se apresentava com um fraco teor infraestrutural e urbanístico, desde a falta de esgotos, de transportes públicos, de equipamentos, de salubridade, de condições de habitabilidade e com uma população em franco crescimento (Benevolo, 1995, pp. 186–188). Com o desenvolvimento urbano de Paris, Haussmann avançava com a destruição da área da cidade medieval, para implementar o rasgamento de grandes avenidas e boulevards, relegando ao isolamento um ou outro elemento que fosse considerado monumento, para comemorar os triunfos militares e para procissões e passeios imperiais (Vale, 1992, p. 19). Choay considerava três casos que haviam estabelecido a transformação da cidade medieval/pré-industrial em cidades onde passavam a existir novos paradigmas de civilização, nomeadamente, o movimento e velocidade e a comunicação, através da implementação de planos reguladores urbanos tipo: para além de Paris de Haussmann, ainda considerava Viena de Otto Wagner (1893) e Barcelona de Cerdà (1859) (Choay, 2008b).

impositiva de demonstração de poder, através do desenho do espaço da cidade, com o propósito de responder a um programa.

Nesse sentido, Lawrence J. Vale sublinhava que a iconografia arquitetónica da cidade moderna mantinha um *coração medieval* e que o espaço urbano de intervenção moderna denotava a sua nova hierarquia policêntrica, recorrendo aos recursos *haussmannianos*³⁷⁰ (1992, p. 19). Não obstante os exemplos se constituírem numa base de regulação urbana efetiva, na Europa, o plano Haussmann não deixava de se constituir como um modelo de inspiração para as intervenções de reforma urbana do ‘mundo novo’, como em Buenos Aires (Torquato de Alvear), no Rio de Janeiro (Pereira Passos) ou em Nova Iorque (Robert Moses). Nesse sentido, a afirmação de José de Almada Negreiros de 1921, contemporâneo a estes acontecimentos, “*nós não somos do século d’inventar as palavras. As palavras já foram inventadas. Nós somos do século d’inventar outra vez as palavras que já foram inventadas*” (Negreiros, 2005, p. 20) constituía-se de uma perspicaz lucidez, refletindo o ciclo da história.

Todavia, o pensamento teórico e crítico, produzido pelo MM e feito à intervenção urbana corrente, assumia uma crescente divergência do mundo académico, que era o defensor das *Beaux-Arts* e da tradição formal neoclássica³⁷¹, tendo Le Corbusier (1887-1965) como um dos seus maiores expoentes. A rotura com a tradição *Beaux-Arts* obrigava a que o projeto começasse a desenvolver premissas formais, capazes de proporcionar uma solução consciente das necessidades impostas pelo exponencial crescimento da industrialização do mundo ocidental, que o MM se propunha resolver. A teoria desenvolvida no contexto da Bauhaus e, depois, dos CIAM, seria colocada em causa, com a subida ao poder dos regimes totalitários, por ser considerada reivindicativa das políticas socialistas soviéticas³⁷². Como lembrava Kenneth Frampton, “*os CIAM afirmaram, de modo explícito, que a arquitetura estava inevitavelmente sujeita às necessidades mais amplas da política e da economia, e que, longe de estar distante das realidades do mundo industrializado, teria que depender, em termos de seu nível geral de qualidade, não do trabalho artesanal, mas da adoção universal de métodos racionais de produção*” (2000, p. 327).

Por toda a conjuntura política europeia (no período entre guerras), muitos arquitetos, com medo de represálias e perseguições, emigravam, principalmente, para os Estados Unidos da América, tornando essas viagens míticas, pela capacidade de reinvenção que o encontro e o choque entre as duas culturas

³⁷⁰ No periódico *L’Illustration*, de 9 de março de 1929 (alguns meses depois da realização do CIAM I e apenas alguns meses antes do *crash* da Bolsa de Nova Iorque), era apresentado um debate revelador das grandes questões do tempo do advento do automóvel, entre a Europa e os Estados Unidos da América, sobre o modo de pensar e construir uma garagem para os tempos ‘modernos’, na cidade consolidada. A propósito dos problemas de circulação verificados em Paris, o jornal colocava em evidência o projeto para um parque de estacionamento subterrâneo, no artigo “Un plan d’ensemble de rues et de garages souterrains a Paris” (Ghilini, 1929, pp. 247–249). O projeto do arquiteto L. Plousey e do engenheiro L. Rank seria desenvolvido sob uma grande extensão de terreno, recorrendo a rampas que dariam acesso a 6 pisos subterrâneos para o estacionamento, sendo uma estrutura que consideraria um anel de ligações circundantes à Ópera de Paris, implantado desde St. Augustin, à Praça da Madalena com ligação à Praça da Concórdia, passando pela Praça Vêndome, pelo Palácio Real, pela Praça da Vitória, pela Bolsa, pela Trinité, voltando, novamente, a St. Augustin para fechar o anel. Em contraponto, no texto “Le garage en gratte-ciel” é apresentado, com um esquema em corte e com foto, um arranha-céus construído em Nova Iorque, “*récement*” (Ghilini, 1929, p. 251), com 26 andares e totalmente eletrificado. Os automóveis seriam deslocados por elevador de plataforma com grande rapidez e, pela descrição realizada, a operação seria efetuada por um operador de manobras especializado. O jornal questionava se uma proposta, como a solução de Nova Iorque, não seria possível e preferível para Paris, devido quer à grande área de intervenção, quer à maior facilidade de execução, uma vez que a solução apresentada era um projeto colossal para uma zona emblemática da capital francesa, com uma extensão superior a 2 km². A resposta francesa, à possibilidade de se optar por uma solução como a de Nova Iorque, pautava-se pela liminar negação devido à *altura desmesurada do edifício* que, numa cidade como Paris, não seria adequada (Ghilini, 1929).

³⁷¹ A esse propósito Le Corbusier afirmaria que “arrastado pela defesa do direito à invenção, chamei o passado a testemunhar, esse passado que foi o meu único mestre, que continua a ser o meu permanente conselheiro” (Le Corbusier, 2003, p. 62), justificando a reinterpretção formal arquitetónica e recusando a cópia de resultado neoclássico.

³⁷² A propósito desta perspetiva, numa conferência intitulada “Town and revolution: Russia/USSR/Russia-1917/1967/2017”, proferida no auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, em 14/12/2017, Jean-Louis Cohen esclarecia que – pese embora o estudo da arquitetura da revolução seja um fenómeno recente, tendo estado *deturpado e entendido como arquitetura menor* – a sua pesquisa e investigação baseava-se nos pressupostos que o MM reclamava, verificando que os cinco pontos da arquitetura moderna, de Le Corbusier, tinham sido testados, experimentados e potenciados pela experiência russa, em grande escala, enquanto o próprio Le Corbusier se baseava e ‘contentava’ a fazer *casas-villas*, antes de realizar a sua verdadeira experiência com o bloco de Marselha (L’unité d’habitation) e Chandigarh.

proporcionava, na evolução e desenvolvimento do pensamento moderno. Nesse sentido, 1933 seria um ano chave: a Bauhaus era encerrada, com a subida de Hitler ao poder e, o quarto CIAM³⁷³ (CIAM 4) tornava-se num marco para a história da arquitetura. O CIAM 4 havia sido equacionado para ser realizado em Moscovo; todavia, tal não aconteceu, devido às incompatibilidades teóricas evidenciadas pelo resultado do concurso internacional para o Palácio dos Sovietes³⁷⁴ (1931-33). Com o afastamento dos arquitetos russos com o ideal dos CIAM (E. Mumford, 2009), o CIAM 4 realizava-se de 2 a 9 de agosto de 1933, a bordo do navio *Patris II*, num cruzeiro pelo Mediterrâneo (de Marselha até Atenas e com regresso a Marselha). As conclusões do próprio congresso, sob o tema *A Cidade Funcional*, constituíam-se num dos textos mais icónicos da história da arquitetura do século XX, ficando conhecido por *Carta de Atenas* (de 1933).

O postulado da teoria do MM seria testado, sobretudo, depois da Segunda Guerra Mundial, nas diversas propostas que foram sendo desenvolvidas e realizadas, mesmo sob os auspícios políticos dos regimes que reordenavam a esfera pública europeia. Le Corbusier, Mies van der Rohe (1886-1969), Rietveld (1888-1964), Gropius, não sendo os únicos, eram arquitetos que desenvolveriam propostas que evidenciavam os pressupostos teóricos do MM (na assunção de uma melhor qualidade de vida para os cidadãos, postulado que ganhara dimensão, desde o período do pós-Primeira Guerra Mundial). Em países como Itália, que era dominado pelo regime fascista de Mussolini, era possível utilizar os mesmos pressupostos de projeto: para Franco Borsi, “*the quality of Italian architecture, despite the régime under which it was built, was not inferior to that in the rest of Europe*” (1987, p. 24). Este autor defendia, ainda, que seria difícil para os historiadores italianos distinguir argumentos bons e maus sobre o Movimento Moderno, assim como, tecer críticas e avaliações sobre os próprios arquitetos, que de alguma forma e apesar das posições contrárias, respondiam às demandas estéticas e funcionais do MM. Piacentini, Pagano, Terragni e Vaccaro eram arquitetos que usaram a linguagem formal advogada pelo MM, na definição e organização espacial, mesmo com a invocação de justificações opostas (Borsi, 1987, p. 24).

Em paralelo a estas premissas da construção da cidade nova, era desenvolvido o contraponto da assunção do ideal programático do MM, sendo assumida uma visão de entendimento da cidade no seu conjunto, com todas as suas permanências, como premissa fundamental de projeto urbano. Os princípios e movimentos pela preservação pela salvaguarda do património urbano, na cidade, desenvolvidos desde o período da revolução francesa, ficaram contextualizados pela premência do desaparecimento da cidade antiga para dar lugar a uma nova, com novos princípios, novos contextos urbanos e novas formas de ocupação espacial – o grande contributo espaço-identitário-cultural que a Europa tinha prestado ao mundo, pela estabilização espacial da imagem da cidade por diversos séculos, estava em risco de se perder com todas as alterações, atrás reportadas. Neste contexto, há lugar para uma evolução conceptual em torno do património urbano, enquanto elo de ligação entre as várias gerações, passadas, presentes e futuras.

³⁷³ Os CIAM foram fundados no CIAM 1, realizado em La Sarraz (Suíça), em 1928, por Le Corbusier, Siegfried Giedion e Hélène de Mandrot e presidido por Karl Moser. No CIAM 2, de 1929, realizado em Frankfurt (Alemanha), o tema para debate assentava sobre a unidade mínima de habitação (*Die wohnung fur das existenzminimum*). No CIAM 3, de 1930, realizado em Bruxelas (Bélgica), o tema debatido assentava sobre o desenvolvimento racional do lote (*Rationelle bebaungsweisen*). No CIAM 4, de 1933, realizado em Atenas (Grécia), o tema debruçava-se sobre a cidade funcional (*The functional city*), com a redação da Carta de Atenas (de 1933). No CIAM 5, de 1937, realizado em Paris (França), o tema incidia sobre a moradia e recreação (*Dwelling and recreation*). No CIAM 6, de 1947, realizado em Bridgwater (Inglaterra), o congresso reafirmava os seus objetivos sob a questão se as nossas cidades podiam sobreviver (*Can our cities survive?*), para além de se pensar numa nova monumentalidade (*New monumentality*). No CIAM 7, de 1949, realizado em Bérghamo (Itália), o tema refletia sobre a cultura arquitetónica (*Concerning architectural culture*). No CIAM 8, de 1951, realizado em Hoddesdon (Inglaterra), o debate incidia sobre o coração da cidade (*The heart of the city*). No CIAM 9, de 1953, realizado em Aix-en-Provence (França), o tema discutia a carta da habitação (*The Charter of habitat*), sendo questionada a valência da Carta de Atenas de 1933. No CIAM 10, de 1956, realizado em Dubrovnik (Croácia, antiga Jugoslávia), anunciava-se o fim dos CIAM, já sem a presença do seu fundador Le Corbusier (que enviaria uma mensagem para ser lida na abertura do congresso). Cf. (E. P. Mumford, 2000).

³⁷⁴ Entre 1931 e 1933, decorria um concurso internacional para o Palácio dos Sovietes. Vários arquitetos responderam ao concurso, nomeadamente, Le Corbusier e Walter Gropius (que já tinham concorrido ao concurso do Palácio das Nações, em 1926). Contudo, a decisão do júri recairia sobre a proposta de Boris Iofan, que ganhava o concurso internacional para o edifício (Frampton, 2000).

A experiência italiana vinha contribuir para essa postura perante a cidade, devido às ações de intervenção no existente que, a partir de 1861³⁷⁵, início do período da unificação de Itália ou *risorgimento*, passava a conhecer algumas propostas urbanas, através da figura dos planos reguladores para cidades como Florença (capital do reino de 1865 a 1870), Roma (capital a partir de 1870), Bolonha, Bari, Bérnago ou Nápoles, cujo propósito político se constituía em dotar, às cidades, uma imagem representativa do novo período histórico, através da criação de uma imagem de representação nacional. A título de exemplo, Nápoles contava com um plano de intervenção urbana com o carácter e as características *haussmannianas*, considerado de tal forma violento que, em 1874, era instituída uma Comissão Municipal para a Conservação do Património, contando com nomes como Camillo Boito (1836-1914), Luca Beltrami (1854-1933), Gaetano Moretti (1860-1938), Giacomo Boni (1859-1925), Corrado Ricci (1858-1934) e Pompeo Molmenti (1852-1928), para travar o intuito de destruição da área antiga da cidade, que hoje é o Centro Histórico de Nápoles³⁷⁶.

A partir destas experiências, Camillo Boito propunha uma nova forma de pensar a intervenção no património³⁷⁷, assumido como legado das gerações anteriores e, abrindo a possibilidade a que uma nova geração de arquitetos pudesse desenvolver uma prática de intervenção sobre o construído, mais consciente do pormenor preexistente. Em 1883, Camillo Boito, no III Congresso dos Arquitetos e Engenheiros Italianos, realizado em Roma, criticava a forma de intervenção que vinha a ser realizada e desenvolvida sobre a cidade. Nesse sentido, propunha sete princípios de intervenção³⁷⁸, que seriam aprovados em congresso, bem como, a defesa da figura do arquiteto e da importância do desenvolvimento das escolas de arquitetura (Pane, 2009). Boito considerava que cada caso devia ser estudado, antes de ser intervencionado, justificando-se na complexidade inerente a cada caso e que, por sua vez, devia ser tida em consideração, para qualquer intervenção posterior do arquiteto. Caberia ao arquiteto, portanto, a decisão final, tendo em conta a sua responsabilidade pela mediação entre a teoria (por um questionamento constante) e a prática (pela opção). Desse ponto de vista, Boito considerava a prática da conservação como “*um esforço que consome o cérebro e nunca deixa a alma em paz*”, sendo necessário “*manter o equilíbrio*” e “*fazer escolhas*” (Boito apud Casanova, 2014, p. 25), devendo o arquiteto, por conseguinte, basear a sua grande responsabilidade, numa metodologia de rigor e procura de conhecimento histórico e técnico capaz de ser uma mais-valia para documentar qualquer decisão final.

Na sequência, em 1889, com a sua obra, *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen* (A arte de construir a cidade, a urbanística segundo os seus princípios artísticos) (Sitte, 1990), seria a vez do austríaco Camillo Sitte (1843-1903), denunciar e criticar a sobrevalorização do desenvolvimento do desenho

³⁷⁵ A 17 de março de 1861, Vittorio Emanuele I era aclamado rei de Itália, após declarada vitória das guerras do *risorgimento* ou da unificação italiana, período que duraria de 1815 até 1861.

³⁷⁶ Andrea Pane abordaria este tema, a partir das suas próprias experiências teórico-científicas e práticas em Nápoles, numa conferência sob o título “De velhas cidades a centros históricos. A dimensão urbana da salvaguarda em Itália entre história e actualidade”, no âmbito do PACT – Património, Arquitectura, Cidade e Território, organizada pelo Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, em 26/01/2017.

³⁷⁷ Boito considerava que cada caso era único e, por isso, conseguia criar um equilíbrio entre as teorias dogmáticas antecedentes de Ruskin, preferindo manter a patine do tempo no objeto e, de Viollet-le-Duc, por não se inibir de retirar acrescentos ou de acrescentar elementos para permitir uma leitura clarificada e harmoniosa do conjunto (Casanova, 2014; Pane, 2009).

³⁷⁸ O artigo referido foi apresentado, por Camillo Boito, em congresso e serviria de esboço para a primeira Carta Italiana da Conservação, nas *Risoluzione del III Congresso degli ingegneri ed architetti*, em Roma, em 1883 (Jokilehto, 1986, p. 360). Esta primeira versão da Carta seria revista por Boito e, publicada em 1893, acrescentando um oitavo princípio aos primeiros. Todavia, na Exposição de Turim de 1884, apresentava o seu famoso texto *I Restauratori*, numa conferência proferida em 07/06/1884, onde discutia os conceitos e as abordagens à ‘conservação’ e ao ‘restauro’ e enunciava os princípios que considerava pertinentes e indispensáveis: 1) aos trabalhos de conservação em escultura – *não restaurar*; 2) aos trabalhos de restauro em pintura – *parar a tempo! A sabedoria reside em ficar satisfeito com o menos possível!*; e, 3) em arquitetura, sob um ditado chinês que gostava de enunciar (“*vergogna ingannare i contemporanei, vergogna anche maggiore ingannare i posteri*”) (Jokilehto, 1986, p. 361), preferia os trabalhos de conservação, insistindo que a *conservação das obras de arte era uma obrigação, não só de qualquer governo civilizado, como também das autoridades locais, instituições e de todo o homem que não seja ignorante ou vil* (Boito, 2000; Jokilehto, 1986, pp. 335–338).

infraestrutural e funcional, que passava a ser o desenho matriz da cidade, “*fortemente influenciados por objetivos de eficácia, higiene e ordem*” (M. de S. Lobo, 1995, p. 13), tão característicos de oitocentos. Deste modo, Sitte posicionava-se em contraponto ao que considerava ser a prática comum – a incompatibilidade da integração da cidade antiga, na lógica do traçado regular e racional da infraestrutura. Consequentemente, Sitte propunha que a estética e a beleza da cidade não mais fossem relegadas para segundo ou terceiro plano, de modo a permitir que o acontecimento urbano, individual e irregular – aquele que dava ênfase à imagem e identidade única de cada cidade –, passasse a ser o fator indispensável à própria cidade. Dessa perspectiva, para Sitte, a cidade antiga era uma lição de estrutura e organização a partir do espaço público, designadamente, da praça urbana (Choay, 2008c, p. 197; Collins, Collins, & Sitte, 1980; Sitte, 1990). À semelhança de Boito, também Sitte evidenciava a luta crescente entre a classe dos arquitetos e a classe dos engenheiros, uma vez que estes últimos passavam a ganhar maior importância e influência nos traçados urbanos e que advogavam responder às exigências dos novos tempos e necessidades, relegando o papel do arquiteto para a arte decorativa e do embelezamento da rua.

Já em 1893, a crítica seria proferida por Charles Buls (1837-1914), na sua obra *Esthétique des Villes* (publicada em Bruxelas em 1894) que, segundo Bruno Notteboom, não conhecia a obra de Sitte, enquanto desenvolvia a sua própria teoria (2011, p. 76). Buls criticava o isolamento dos monumentos, enquanto estratégia de uma *haussmannização* de intervenção na cidade, característica da segunda metade e oitocentos, assumindo a defesa da manutenção do seu contexto urbano, enquanto espaço de interação privilegiado para a ocorrência da vida urbana. Deste modo, o monumento histórico era entendido como um facto urbano operativo e dinamizador do tecido urbano, capaz de proporcionar emoções ao cidadão-utilizador, que percorria a cidade, valorizando, assim, a relação emotiva do indivíduo com a cidade.

Em 1903, em Viena, surgia a obra do austríaco Alöis Riegl (1858-1905), *Der moderne Denkmalkultus*³⁷⁹ (O culto moderno dos monumentos) (Riegl, 1984), a defender a preservação e a conservação dos edifícios, sem destruir a patine do tempo, enquanto característica que ia sendo adquirida e que passava a configurar a identidade do objeto. Riegl esclarecia que esse *layer* de leitura atribuído pela patine do tempo, ou o valor de antiguidade histórica, permitia que cada vez um maior número de pessoas conseguisse perceber o valor intrínseco aos edifícios e monumentos, entendendo que as destruições eram uma imposição arbitrária na lei natural das coisas.

Beatriz Kühl entendia que, Riegl havia-se afastado da discussão, comumente, argumentada com *considerações histórico-artísticas* sobre os monumentos históricos, “*passando a considerar também as formas de recepção, de percepção e de fruição dos monumentos, através dos “valores” por ele explicitados*” (Kühl, 2006, p. 20). Deste modo, Riegl introduzia uma autonomia disciplinar na preservação dos bens culturais e, desse ponto de vista, estava a ser capaz de “*oferecer contribuições para a própria historiografia e para a criação artística contemporânea*” (Kühl, 2006, p. 20). Adicionalmente, a sua proposta acrescentava *proposições prospetivas*, que segundo Kühl, “*permanecem válidas ainda hoje, contendo elementos que podem ser continuamente explorados*” (2006, p. 20).

Considerando que, na contemporaneidade, a proposta do sistema dos valores de Riegl, embora válida e operativa, já não era suficiente, Mohen entendia que o fenómeno do esquema de valores sobre o património melhor se estabelecia na complementaridade da leitura do texto de Riegl com o texto de Régis Debray,

³⁷⁹ Esta obra, encomendada pela presidência da Comissão Central Imperial e Real de Monumentos Históricos e Artísticos, tinha por o objetivo, esboçar um plano de reorganização da conservação dos monumentos públicos da Áustria. A comissão entenderia ser operativo tornar o relatório de trabalho acessível ao público, uma vez que considerava tratar-se de uma obra com valor próprio, independente das práticas que dela pudessem advir (Riegl, 1984).

*Transmettre*³⁸⁰, de 1997 (Mohen, 1999, pp. 52–55). Deste modo, Mohen atribuía responsabilidade às políticas assumidas, tanto ao nível institucional como ao nível do cidadão, pela escolha de ser ou não considerada uma vertente educacional e pedagógica, na dinâmica entre o sistema dos valores e a sua transmissão (Mohen, 1999, p. 56), ou seja, no processo da consciencialização da importância do património para a vida contemporânea, mais do que transmitir os seus valores tornava-se essencial estabelecer políticas sobre o modo dessa transmissão³⁸¹.

Sequencialmente, neste ambiente da escola vienense, em 1916, Max Dvorak³⁸² (1874-1921) surgia com um artigo, *Katechismus der Denkmalpflege* (Dvorak, 1971), que podia ser entendido como sendo um guião de intervenção em monumentos e obras de arte. Este guião assumia a sua pertinência na intervenção urbana, por defender a importância de uma tutela, que tivesse ao seu dispor conteúdos e conhecimentos sobre o património, produzidos por profissionais, para poder decidir, de modo eficaz e com competência, sobre a gestão e manutenção do património, alertando ainda para que, mais grave do que os atentados ao património, seria a destruição do seu contexto, essencial para os seus corretos enquadramento e leitura. Embora Dvorak se referisse aos problemas austríacos e checos da época, o seu guião podia ser extravasado, segundo uma lógica de contaminação teórica que viria a ser absorvida, de modo geral por toda a Europa e, sobretudo, depois das destruições da I Grande Guerra.

Todavia, a partir de 1912, Gustavo Giovannoni (1873-1947) passaria a invocar a importância e relevo disciplinar de Boito. Na apresentação de “Il restauro dei monumenti” ao *Primo Convegno degli Ispettori Onorari dei Monumenti e Scavi*, sob o tema *La tutela delle opere d’arte in Italia*, realizado em Roma entre 22 e 25 de outubro de 1912, realçava a continuidade das teorias do mestre milanês³⁸³, num texto que depois seria publicado em 1913, como explicitava Andrea Pane (2009). Até esses anos, Giovannoni havia manifestado pareceres favoráveis ao complemento dos monumentos, citando, explicitamente, Viollet-le-Duc, em oposição à orientação e à prática redigidas nas conclusões do Segundo Congresso Internacional de Ciência Histórica, cujo debate se centrava na questão da conclusão da fachada do *Duomo* de Milão. Ainda assim, Giovannoni assumia a necessidade de uma classificação efetiva dos diversos tipos de restauro, para se perceber as aplicações práticas e operativas das várias teorias, sendo este o contexto da evocação de Boito, ou seja, a propósito da finalização da fachada do *Duomo* milanês.

Pane verificava cinco aspetos e evidências que confirmavam, aparentemente, a tese de uma *substancial continuidade natural* entre Boito e Giovannoni, tradicionalmente referida não somente pela prática do restauro, mas sobretudo na prática e teoria da arquitetura, tais que: 1) o empenho público em questões do restauro, tendo por finalidade a redação das normas a aplicar a todo o território italiano; 2) o papel desempenhado na defesa da promoção da figura do arquiteto e no desenvolvimento das escolas de arquitetura; 3) a defesa do binómio história-restauro, promovendo a história da arquitetura como campo de estudo e ferramenta operativa para a prática; 4) a defesa do discurso assente no binómio história-projeto, sob o argumento atribuído a qualquer intervenção, para futuro, cujo resultado deveria promover a

³⁸⁰ Cf. (Debray, 1997).

³⁸¹ Sobre esta posição defendida, importa referir que o ênfase atribuído, por Jean-Pierre Mohen, a esta lógica da vertente educacional e pedagógica, certamente, refletia o resultado das suas pesquisas, investigações e experiências profissionais e académicas, uma vez que desempenhava o cargo de conservador-geral do património nacional, a partir de 1990 e, de diretor do Laboratório Científico e do Centro de Pesquisa dos Museus de França, no Louvre, entre 1994 e 2005.

³⁸² Max Dvorak, de origem checa, havia concluído os estudos em Viena, tornando-se num dos pilares da escola vienense, com *Geistesgeschichte*, a sua metodologia para o problema da conservação e restauro dos monumentos, baseada na história

³⁸³ Pane apontava que, provavelmente, as particularidades e vicissitudes ocorridas durante o *Primo Convegno degli Ispettori Onorari dei Monumenti e Scavi*, cuja organização se havia mostrado complexa, possa ter influenciado Giovannoni para essa tomada de posição. Pela troca de correspondência entre Boito e Corrado Ricci, diretor do primeiro *Convegno*, verificava-se que partira de Boito a iniciativa da sugestão do nome de Giovannoni como orador convidado, uma vez que considerava *o studioso romano* como um *homem que sabia como fazer e sabia como dizer*, sendo ainda *sensato e franco, experiente e jovem* e, depois, do próprio Boito se recusar a ser o único orador para a conferência (Pane, 2009, p. 145).

continuidade do passado, sendo, por conseguinte, necessário conhecê-lo; 5) a recorrente contradição entre teoria e prática que distingue a obra dos dois autores, no momento em que se cimentaram na prática de intervenção e do restauro em monumentos, pelos contextos culturais distintos.

Todavia, Andrea Pane acrescentava uma nova abordagem a esta *leitura tradicional*, uma vez que atribuía relevo ao episódio de bastidores da organização do congresso de Roma de 1912, que coincidia com a assimilação e incorporação da teoria e importância disciplinar do mestre milanês, na teoria de Giovannoni, sendo só a partir dessa coincidência que o arquiteto romano passaria a desenvolver a teoria de Boito (Pane, 2009). Esta passagem de bastidores ajudava a perceber os significados ‘adicionais’ ao peso atribuído a Boito, por Giovannoni. O pensamento do mestre milanês seria introduzido no final da longa resenha histórica dedicada à origem do conceito ‘restauro’, sem que Giovannoni descurasse de abordar, primeiramente, uma reflexão sobre a relação com as preexistências, desde a antiguidade clássica até ao século XVIII, indo ao encontro com a teoria de Viollet-le-Duc (Viollet-le-Duc, 1875) e de Boito (Pane, 2009, pp. 145–146).

Deste modo, Gustavo Giovannoni desenvolveria algumas das teorias de Camillo Boito, nos anos seguintes, aliadas, com especial incidência, ao planeamento urbano³⁸⁴, alocado ao seu caso de estudo privilegiado, Roma e, introduzia a teoria do *diradamento*³⁸⁵ para as considerações de intervenção na cidade. A analogia do desbaste florestal – “*il diradamento*” –, por oposição às ações de ‘arrasamento’ ou ‘esventramento’, abria o debate sobre a intervenção na cidade existente, cuja riqueza se verificava na relação das diversas contemporaneidades.

Portanto, a partir da década de 1920, as críticas a propósito da esquematização e da formalização patente nas propostas urbanas que se desenvolviam pela Europa, refletindo a nova tendência da cidade moderna e progressista (que viriam a ter grande repercussão até ao período da Segunda Guerra Mundial), começavam a incidir na valência da formação dos arquitetos, como uma resposta efetiva aos problemas que a cidade europeia passava a refletir, designadamente, o confronto entre *o existente* e *o novo*³⁸⁶.

O desenvolvimento desta linha de pensamento – estruturado por um movimento sócio-cultural-intelectual, protagonizada por arquitetos, urbanistas, historiadores de arte, pensadores e académicos europeus, como referiam Francesco Bandarin e Ron Van Oers (2012, p. 14) – permitia que houvesse uma disposição para uma evolução concetual em torno do património urbano, enquanto elo de ligação das vivências quotidianas entre as várias gerações, passadas, presentes e futuras. Deste modo, sublinha-se que o tema do património era uma preocupação transversal a várias nacionalidades europeias, não sendo, portanto, uma questão intrínseca a uma qualquer nação ou decorrente de qualquer episódio específico, conforme se verifica com a enunciação prévia de alguns autores que contribuíram com as suas teorias para a evolução e desenvolvimento do pensamento teórico e concetual sobre este tema e que foram precedentes ao documento que ficaria conhecido como a Carta de Atenas (de 1931).

³⁸⁴ O texto “*La teoria del diradamento dei vecchi centri. Il quartiere del Rinascimento in Roma*”, de julho de 1913, de Giovannoni, surgia como crítica ao plano geral da cidade de Roma, que havia sido apresentado, em 1908. Este acontecimento teria interessado Giovannoni, uma vez que passava a dedicar as suas investigações sobre planeamento urbano, à cidade eterna (Jokilehto, 1986, p. 351–352 e 368).

³⁸⁵ Françoise Choay utilizava as palavras do arquiteto romano para explicar que “*Giovannoni utiliza a bela metáfora do diradamento, (...) para designar as operações que servem para eliminar todas as construções parasitas, acidentais, supérfluas: «a reabilitação dos bairros antigos obtém-se, sobretudo, mais a partir do interior do que do exterior das ilhotas, em especial ao restabelecer casas e ilhotas em condições tão próximas das condições originais quanto possível, já que a habitação tem a sua ordem, a sua lógica, a sua higiene e a sua dignidade próprias»*” (Choay, 2008c, pp. 211–212).

³⁸⁶ Sobre este tópico, importa relembrar que Giovannoni e Marcello Piacentini (1881-1960) fundavam a revista *Architettura e Arti Decorative*, em 1921 e, em 1924, o *Istituto di Studi Romani* (Jokilehto, 1986, p. 351). As suas atividades próximas do arquiteto da Cidade Universitária de Roma (CUR), não interferiam com a crítica produzida por Giovannoni, em relação às propostas de intervenção urbana de Piacentini, como no caso da Via de la Conciliazione, em Roma.

Entre 21 e 30 de outubro de 1931, era realizado o Primeiro Congresso Internacional dos Especialistas para a proteção e conservação dos monumentos de arte e históricos, em Atenas, organizado pelo International Museums Office (que seria o antecessor do International Council of Museums – ICOM – a partir de 1946), onde Giovannoni assumira um papel decisivo para a redação do texto das atas, que adquiriam a designação de Carta de Atenas. Os princípios e ações para preservar a cidade como património cultural – primeiramente, os seus monumentos, depois, os seus edifícios de interesse e, por fim, a cidade – desenvolviam-se desde a tomada de consciência sobre as destruições realizadas, durante a Revolução Francesa, numa abordagem que se assumia, inicialmente, *como oposição à demanda da modernização*, como referiam Francesco Bandarin e Ron van Oers (2012, p. 6), embora, tivessem evoluído para uma teoria e proposta de intervenção sobre a cidade existente.

A via do “*urbanismo culturalista*” (Choay, 1965, p. 257) ou deste ‘movimento intelectual’ (Bandarin & Oers, 2012, p. 17) surgia como contraponto à ação desenvolvida pelos círculos do poder e considerava que a imagem da cidade deveria ser entendida como o maior contributo cultural, de identidade e espacial, que a Europa havia dado ao mundo, enquanto os princípios do MM defendiam o contrário (Bandarin & Oers, 2012). Durante os últimos séculos, esta temática assumia o centro da discussão sobre as políticas para a cidade e, tendo em conta o crescimento da adesão e da implementação das teorias pró-modernização, a questão do património urbano corria o risco de se perder e ficar bloqueada pelo contra-argumento e, consequentemente, o património urbano passava a ser considerado como um conceito evolutivo e um elo entre as gerações do passado, do presente e do futuro. Nesse sentido, a grande clivagem teórica era assumida na redação das duas Cartas de Atenas, representativas dos respetivos argumentos, configurando a dicotomia plasmada nas ideias assumidas, principalmente, pelos arquitetos, sobre o património e a sua importância para a vida contemporânea.

O confronto teórico seria inevitável, tendo em conta a disponibilidade de intervenção nas cidades europeias. A problemática residia nas políticas e nas metodologias de intervenção, tendo em conta a urgente reconstrução dos espaços urbanos, que haviam ficado destruídos em consequência do período da Primeira Guerra Mundial. Ora, tais ações seriam liderada pelos diversos Estados europeus. A primeira, a Carta de Atenas de 1931, assumia-se, nesse contexto, como um documento de consenso baseado nas teorias e propostas de Giovannoni, entre os arquitetos e os peritos em monumentos (todos europeus), tivera repercussões normativas e legais em vários países. A segunda, a Carta de Atenas de 1933, assumia-se como um documento direcionado ao planeamento urbano, estipulando que o património deveria ser considerado, “se” pudesse contribuir para o desenvolvimento urbano (Le Corbusier, 1957b).

Esta dicotomia influenciaria as consecutivas gerações de arquitetos. Enquanto os primeiros, considerados ‘culturalistas’, trabalhavam com o mote da cidade existente e as suas constantes que foram resistindo ao tempo, a verdade parece mostrar que, a teoria do MM aparecia mais apelativa, num contexto de aspiração de um ‘homem novo’ para um ‘mundo novo’, em que novas ideologias, metodologias e imagens nas artes, se entendiam como bem comum. Todavia, mesmo os defensores iniciais da ideologia do MM, fortemente, moldados pela teoria corbusiana, evoluíam com as exigências dos tempos e das circunstâncias. A partir da Segunda Guerra Mundial, as reações ao património já não se enquadravam nos mesmos moldes, alterando o paradigma – o que antes era novo e moderno, passava a ser património de amanhã – portanto, reabilitar e preservar arquitetura moderna passava a ser considerada uma ação de proteção e salvaguarda de património, como o DOCOMOMO³⁸⁷ propõe.

³⁸⁷ DOCOMOMO, International Committee for Documentation and Conservation of the Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement.

Coimbra entre as duas Cartas de Atenas

Coimbra seria palco de uma grande transformação do seu espaço urbano, com início na década de 40 do século XX, embora o processo de concepção dessa transformação tivesse sido iniciada na década anterior e com uma abordagem diferente daquela que seria executada. Três anos após a redação da primeira Carta de Atenas (1931) e um ano após a segunda (1933), o governo português decidia reformular a ‘velha’ Universidade de Coimbra (UC) em 1934. Por Portaria de 4 de dezembro de 1934, mandava o Governo, através do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (Tostões, 1996a), nomear os arquitetos Raúl Lino e Luís Benavente, “*para estudarem um projecto de urbanização em torno do núcleo das actuais instalações universitárias de Coimbra*” (MOPC, 1934a) e integrarem a Comissão de estudo para reformular e construir uma Cidade Universitária de Coimbra (CECUC). Adicionalmente, o objetivo do Governo para tal projeto parecia bastante claro, uma vez que estipulava no texto legal, que a intervenção abrangia “*a área necessária à sua conveniente expansão e ao seu perfeito isolamento de edificações privadas*” (MOPC, 1934a). O reforço desta ideia seria feito pelo presidente do Governo, António de Oliveira Salazar, num discurso de 1937, que desejava “*isolar a colina sagrada, só activa para o estudo na doce e calma atmosfera coimbrã*” (A. de O. Salazar, 1945, p. XX).

A escolha recaída sobre estes dois arquitetos não teria sido inconsequente. Raúl Lino já tinha experiência nessas funções, uma vez que, em 1918, o governo de Sidónio Pais o nomeara, por Portaria de 4 de julho, para integrar “*uma comissão para escolher o terreno e apresentar no mais curto prazo o projecto e o orçamento*” (Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias, 1961, p. 7), juntamente com o engenheiro Augusto Vieira da Silva, para a construção dos edifícios da Reitoria e das Faculdades de Letras e de Direito da Universidade de Lisboa. Luís Benavente, por sua vez, também adquirira experiência com construções escolares, de 1931 a 1933, em colaboração com o arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, no Instituto Superior Técnico³⁸⁸ – chefiando o *atelier* durante 3 anos (Benavente, 1997, p. 51) – e com o arquiteto Luís Cristino da Silva, no liceu de Beja³⁸⁹ (J. M. Fernandes, 1997).

Tanto Lino como Benavente conheciam e tinham trabalhado em Coimbra³⁹⁰, conhecendo bem o espaço da intervenção, na Alta Universitária. Luís Benavente estava a colaborar na ampliação das instalações hospitalares da Alta Universitária, à data da nomeação para a primeira CECUC e, por isso, conhecia muito bem as condicionantes do lugar, o seu contexto urbano, físico e social, a sua imagem e a sua paisagem urbana. De 1934 a 1938, enquanto delegado do MOPC destacado em Coimbra, esteve ligado aos projetos do plano da CECUC (1934-1939), da recuperação e enquadramento do Claustro da Manga (1934), do arranjo do Museu Machado de Castro e da praia fluvial do Mondego (1935) e do Hospital Sobral Cid (1936) (IAN-TT, 1997). Em 1938, por ordens do Ministério, regressava a Lisboa, o que lhe retirava oportunidade de continuar os trabalhos sobre o estudo da CUC, nos mesmos termos com que até esse período havia realizado.

Parece, no entanto, não haver dúvidas quanto à disponibilidade de cada arquiteto na realização da função para a qual tinham sido nomeados em 1934, sendo atribuído a Benavente a permanência nessa tarefa, subentendendo-se do relatório da própria comissão, que Lino havia ficado “*durante meses, impedidos noutros serviços públicos, preferenciais*” (Rosmaninho, 1996, p. 212). De facto, assim parece ser verdade.

³⁸⁸ O projeto do IST teve início em 1927 e a construção das instalações tiveram início em 1929 (Benedito, 1999; Calado, 1994; S. V. Costa, 2016; J. M. Fernandes, 2013).

³⁸⁹ O projeto do liceu de Beja teve início em 1930 e a construção das instalações tiveram início em 1931 (Becker, Tostões, & Wang, 1997; Benedito, 1999; J. M. Fernandes, 2013, 2015; Moniz, 2004; Tostões, Costa, Figueiredo, & Folgado, 2004).

³⁹⁰ A propósito da atividade de Raúl Lino em Coimbra, cf. (Craveiro, 1983; P. M. Pereira, 2012).

A justificativa, para uma eventual e esporádica participação de Raúl Lino nos trabalhos da primeira CECUC, pode ser apreendida pelo relato e descrição dos cargos públicos que Lino assumira³⁹¹, no âmbito da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), tendo sido, em alguns casos, por nomeação legal, sob forma de Portaria. Ainda assim, o arquiteto Raúl Lino, ao emitir um parecer sobre projeto da Clínica Psiquiátrica para a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, datado de 18/11/1937³⁹², que seria da responsabilidade da *Comissão de Estudo da Urbanização da Universidade de Coimbra* (sendo este nome que Lino identificava a primeira CECUC), acrescentava uma nota no fim de página, nos seguintes termos: “*NOTA – Conquanto o signatário haja feito parte desta mesma Comissão, em virtude de residir fora de Coimbra não estou bem corrente no andamento dos referidos trabalhos*”, assumindo o seu alheamento do processo.

A justificativa, para a ausência de Raúl Lino nos trabalhos da primeira CECUC, poderia ser apreendida pela hipótese da dimensão e do volume dos trabalhos associados aos cargos públicos desempenhados, no âmbito da DGEMN, bem como, aos projetos desenvolvidos por Raúl Lino, muitas vezes, propostos pelo próprio; também o seu testemunho, no parecer de 1937, verificava a ideia da sua não participação efetiva no delineamento de uma planta datada de 1935, apresentada e apensa ao relatório da primeira CECUC, que teria sido assinada apenas por Luís Benavente³⁹³ (Rosmaninho, 1996, p. 74).

Todavia, devemos assinalar que, se qualquer possibilidade de projeto estava a adquirir prioridade, sobre o desenvolvimento do estudo para a futura CUC, tal facto, não pode ser desprezado, pois acrescenta um sublinhado significativo no real reduzido interesse, por parte do arquiteto Raúl Lino, em participar no desenvolvimento do projeto para a futura CUC.

³⁹¹ De forma breve, enunciamos as atividades realizadas e cargos exercidos por Lino, durante o período que se resume à primeira Comissão de Obras (1934-1936): em 09/04/1934 (antes da constituição da 1ª Comissão), havia sido contratado pela DGEMN, para incorporar o serviço das Casas Económicas, onde desenvolveu trabalhos de estudo prévio para implantação e realização de obras para Bairros de Casas Económicas em Lisboa, Porto e Portimão, tendo desenvolvido, nesse âmbito, o plano dos três primeiros bairros e os seus edifícios residenciais, construídos em Lisboa (P. M. Pereira, 2012, p. 183), tendo sido aprovada a execução desses bairros a 15/12/1934 (P. M. Pereira, 2012, p. 185), a mesma data da publicação da Portaria que o nomeava arquiteto para desenvolver os trabalhos de arquitetura na 1ª CECUC; em 30/10/1934, era nomeado por portaria assinada pelo ministro Duarte Pacheco, para elaborar o projeto de reconstrução do Palácio Nacional da Ajuda, que se prolongaria até 1936 (P. M. Pereira, 2012, p. 188); em 16/11/1934, era nomeado, por portaria assinada pelo ministro das Obras Públicas, para fazer parte da comissão responsável pela elaboração do programa e anteprojeto das obras de adaptação do edifício anexo ao Mosteiro dos Jerónimos, para ser instalado o Museu Naval Português, curiosamente, a portaria era publicada a 04/12/1934 (PT/SIPA/DGEMN: DSARH-PESSOAL-0572/01 – Raúl Lino (1934), Processo 9, pp. 34-37); em 04/12/1934, era nomeado, com Luís Benavente, no âmbito da primeira CECUC (MOPC, 1934a); em 11/12/1934, Lino propunha-se para “*executar todos os trabalhos necessários para a implantação dos bairros económicos em Lisboa*”, em ofício endereçado ao Director dos Serviços de Construção de Casas Económicas (PT/SIPA/DGEMN: DSARH-PESSOAL-0572/01 – Raúl Lino (1934), Processo 9, p. 40); em 27/12/1934, foi deferida a proposta de Raúl Lino para inspecionar os trabalhos de obra nº 1 da construção de 100 casas económicas em Portimão, pelo Director dos Serviços de Construção de Casas Económicas (PT/SIPA/DGEMN: DSARH-PESSOAL-0572/01 – Raúl Lino (1934), Processo 9, pp. 43-46); em 15/01/1935, propunha-se para “*executar trabalhos de estudo de implantação e distribuição de obras a realizar nos grupos de casas económicas a erigir na cidade do Porto*”, em ofício endereçado ao Director dos Serviços de Construção de Casas Económicas (PT/SIPA/DGEMN: DSARH-PESSOAL-0572/01 – Raúl Lino (1934), Processo 9, p. 38); em 1935, apresentava, juntamente com António Duarte, proposta para o Concurso de Sagre “Campanha do Infante” (P. V. de Almeida, 2002, p. 56); em 1935, realizava uma viagem ao Brasil, da qual, publica o livro *Auriverde Jornada: recordações de uma viagem ao Brasil*, em 1937; em 21/06/1935, era nomeado, por Portaria (publicada em Diário do Governo nº 157, II série, de 09/07/1935), para integrar a comissão responsável pelo estudo do plano de conjunto de obras do Museu Regional de Évora e Biblioteca Pública e Arquivo Distrital (PT/SIPA/DGEMN: DSARH-PESSOAL-0572/01 – Raúl Lino (1934), Processo 9, p. 53); em 03/07/1935, o Director Geral das Obras Públicas, enviava um ofício ao ministro das Obras Públicas, a reportar a receção dos projetos de Escolas Infantis, elaborados pelo arquiteto Raúl Lino (PT/SIPA/DGEMN: DSARH-PESSOAL-0572/01 – Raúl Lino (1934), Processo 9, p. 52); em 19/12/1935, era proposto por nomeação para Chefe da Repartição de Estudos e Obras de Monumentos da DGEMN, pelo Director Geral da DGEMN (PT/SIPA/DGEMN: DSARH-PESSOAL-0572/01 – Raúl Lino (1934), Processo 9, p. 54); em 02/04/1936, em ofício assinado pelo director geral da DGEMN, era informado o ministro das OPC, que a Comissão dos Padrões da Grande Guerra solicitava a presença do arquiteto Lino, na qualidade de Chefe da Repartição de Estudos e Obras de Monumentos, para se deslocar a Ponta Delgada por 15 dias, para dirigir os trabalhos finais da colocação de um padrão a erigir nessa cidade (PT/SIPA/DGEMN: DSARH-PESSOAL-0572/01 – Raúl Lino (1934), Processo 9, p. 60); em 11/04/1936, assumia as suas funções como Vogal da Secção de Belas-Artes da Junta Nacional de Educação, afeta ao Ministério da Educação Nacional, para prestar pareceres no âmbito das artes plásticas, dos museus e dos monumentos nacionais (P. M. Pereira, 2012, p. 187); e ainda, em 1936, desenvolvia um projeto, com o título “Cavaleiros de Cristo”, cuja Memória Descritiva datava de 15/09/1936, para apresentar no concurso do Pavilhão de Portugal à Exposição Internacional de Paris, a realizar em 1937 (P. M. Pereira, 2012, p. 196).

³⁹² Cf. PT/SIPA/DGEMN: DSMN-0288/01 – Pareceres do Arquitecto Raúl Lino (1937), p. 4.

³⁹³ O próprio Luís Benavente, num ‘silêncio’ revelador, não refere a participação de Raúl Lino, na realização do plano de estudo para a ‘nova’ CUC (Benavente, 1997, pp. 52–53).

Sob esta perspetiva, podia ser permitida uma outra leitura, pela correlação entre os factos e outros discursos de Lino, para o seu desinteresse no projeto. Anos mais tarde, a propósito da conferência “Quatro palavras sobre urbanização”, proferida no Teatro Sá da Bandeira, em Viana do Castelo, em 16 de abril de 1945, Lino iria assumir a crítica ao esquematismo e à geometrização da cidade de seu tempo³⁹⁴, promovida pelo regime de Salazar e na qual se incluía o plano da CAPOCUC, desenhado a partir de 1942. Esta crítica direcionada poderia atestar a verdadeira razão pela falta de interesse de Lino, no projeto da CUC durante a primeira CECUC, designadamente, a sua incompatibilidade com as exigências da solução necessária para responder ao programa exigido e para o espaço escolhido, que devido à sua anterior experiência – relativa à Universidade de Lisboa, em 1918 e as propostas que se lhe seguiram, tanto para a CUL como para o IST – lhe proporcionava uma antevisão do que para Coimbra seria expectável.

Raúl Lino enquadrava-se numa perspetiva cultural e intelectual de pensar a arquitetura, sem menosprezar o contexto urbano, uma posição estabelecida de forma paralela ao estabelecido na proposta da Carta de Atenas de 1931 (Bandarin & Oers, 2012, p. 14; Choay, 1965, p. 257). Para o momento de concepção da ‘nova’ CUC na Alta coimbrã, as pré-existências e a sua importância para a identidade do lugar eram muito fortes e demasiado evidentes, para que qualquer um dos arquitetos pudesse equacionar projetar uma CUC, no local escolhido, sem que houvesse grande interferência com o existente.

Como explicava Vergílio Correia, “*Cidade Universitária é, desde há vários séculos, Coimbra. Para Portugal Coimbra continua mesmo a ser, por antonomásia, a Cidade Universitária. – Hoje como no passado*” (V. Correia, 1946, p. 191). Não seria de estranhar, portanto, que António de Oliveira Salazar, ‘chefe’³⁹⁵ do Governo, desse prioridade às obras da Universidade de Coimbra, em relação a outras, uma vez que haviam sido “*incluídas no programa das comemorações do Duplo Centenário de 1940*” (Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias, 1961, p. 9), reforçando o seu caráter de símbolo nacional e dos territórios ultramarinos (Fig. 16).



Fig. 16 – A Alta Universitária antes das intervenções urbanas do Estado Novo: fotografia aérea de 1932. Fotografia: Serviço de Documentação da Força Aérea Portuguesa/Arquivo Histórico, GCU, UC, 1932³⁹⁶.

³⁹⁴ Raúl Lino, no seu discurso, criticava a “*direitura rigorosa, a todo o transe, nas vias públicas, avenidas descabidas, desnecessário desafogo dos edifícios, preocupação desnecessária de simetria, de onde resulta muitas vezes imperdoável destruição de construções ou conjuntos de carácter artístico, quer sejam obras de arquitectura, quer sejam trechos de paisagem. (...) Os planos de urbanização, sobretudo a reforma urbanística de cidades e vilas existentes, não podem depender, em primeiro lugar, da régua e do esquadro. Não é friamente, no estirador do técnico, que se deve delinear qualquer plano de reforma urbanística, principalmente, quando se trata de uma terra de carácter marcado, com feição regional ou elementos de interesse especial. Está bem que se trate em primeiro lugar dos problemas sociais, técnicos e sanitários das povoações, mas o que nunca devemos esquecer é a tese artística, que tem em consideração o carácter da terra, o seu aspecto particular, a linha tradicional da sua evolução*” (Lino, 1945, p. 8).

³⁹⁵ A propósito da utilização da expressão de ‘chefe’, esta referia-se à caracterização realizada por Fernando Rosas, de Salazar, “*este «Chefe» distante, esfíngico e fechado*” (F. Rosas, 2007, p. XXXVII), estabelecendo uma ligação paralela, com a referência ao *duce*, utilizado por Mussolini, que era entendido como modelo ou referente de estilo e regime para o governante português (F. Rosas, 2015).

³⁹⁶ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

Luís Benavente, seduzido pelo contexto urbano da cidade dos estudantes e “*pelo ambiente histórico que o rodeia*” (Benavente, 1997, p. 52), expressava os princípios que deviam orientar a intervenção: “*o da beneficiação que conduza a uma harmonia que valorize por completo o qualificado património universitário existente. Sem intromissões que lhe sejam prejudiciais, nem obra nova que com ele não esteja de acordo. Não utilizar espaços onde construções venham prejudicar a perspectiva sobre espécies de valor legadas pelos séculos*” (Benavente, 1997, pp. 52–53). Salazar acompanharia esta perspetiva, defendendo os mesmos argumentos no seu discurso de 1937, reafirmando que a Alta era “*obra dos nossos antepassados, uma grandiosa cidade universitária*” (A. de O. Salazar, 1945, p. XX) que, nas palavras do chefe do Governo, só necessitava de ser realçada e valorizada, com a libertação de incrustações construtivas dos edifícios fundamentais.

Sílvia Benedito dava a indicação de duas peças desenhadas, “Planta com a indicação dos edifícios existentes, a demolir, e com os novos a construir” e “Plano de apresentação”, ambos de 1935 e sem assinaturas (Benedito, 1999, pp. 227–228), estarem relacionadas com o relatório apresentado ao Governo³⁹⁷ e assinado pelo presidente e vogais da CECUC³⁹⁸.

Na sequência da incorporação da renovação da UC nas comemorações dos centenários, como já referido, seria nomeada uma segunda comissão, por Portaria de 28 de agosto de 1939, tendo por base o relatório da primeira CECUC (MOPC, 1939). Esta segunda comissão, sequencial da primeira, era constituída³⁹⁹ para dar seguimento ao mesmo propósito, “*para elaborar o programa das obras a executar em ordem à realização da Cidade Universitária*” (Rosmaninho, 1996, p. 281). Não era nomeado nenhum arquiteto, embora Benavente tenha dado algum apoio técnico, tendo em conta as peças desenhadas que foram assinadas pelo arquiteto⁴⁰⁰. A peça desenhada “Cidade Universitária de Coimbra, Plano de Conjunto”, de Luís Benavente, de 1939 (IAN-TT, 1997, p. 21), que acompanhava o relatório da segunda comissão, revelava a evolução do processo de projeto entre 1934 e 1939 do arquiteto que, pela evolução dos desenhos de estudo e dos planos realizados, mostrava o reflexo das suas análises e ideias que se vão desvelando, ao longo do traço, entre a cidade existente e o programa exigido, resultando num *projeto híbrido e pouco consequente*, como Rosmaninho considerava (Rosmaninho, 2006, pp. 68–69). Consequentemente, a perspetiva de Benavente não encontraria acolhimento para a sua realização, por parte de Duarte Pacheco, que estava direcionado para uma outra realidade, dimensão e conceito⁴⁰¹.

A terceira comissão seria constituída em 1941 e a escolha do ministro Duarte Pacheco sobre o arquiteto, para liderar os trabalhos de arquitetura e o Plano de Obras da CUC, recaía em José Ângelo Cottinelli Telmo, que havia sido o responsável pelo plano geral da Exposição do Mundo Português, realizada em 1940, em Lisboa. Arquiteto, compositor, realizador e artista, Cottinelli Telmo seria o responsável pela nova

³⁹⁷ Maximino Correia dava a indicação que o relatório havia sido entregue ao ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco e que este havia considerado a proposta definida pela primeira CECUC como “*insuficiente*” (M. Correia, 1947, p. 142). Ora, de 05/07/1932 a 18/01/1936, Duarte Pacheco assumia o Ministério das Obras Públicas (abarcando a mudança de governo, que daria início ao Estado Novo, em 11/04/1933); de 18/01/1936 a 23/05/1938, com uma reforma ministerial, a pasta das obras públicas era atribuída a Joaquim Abranches; por dois dias, foi seu sucessor Manuel Rodrigues; regressando à pasta, Duarte Pacheco, de 25/05/1938 até 16/11/1943, dia da sua morte. Portanto, acompanhamos a leitura de Rosmaninho quando coloca reservas quanto a esta possibilidade, uma vez que os períodos e os acontecimentos em causa, designadamente, a demissão de Eugénio de Castro da CECUC, em 27/03/1936 (cujo ofício fica explicitado no relatório da CECUC) e a morte do presidente da comissão, Luís Carriso, em 06/06/1937 (Rosmaninho, 1996, pp. 55–56), estão mencionados no relatório entregue a Duarte Pacheco e são posteriores a 1935. Na introdução da segunda comissão, referia-se a entrega do relatório da CECUC *ao Governo*, não havendo especificação do serviço ou tutela (Rosmaninho, 1996, p. 281).

³⁹⁸ Respetivamente, Luís Wittnich Carriso, Mário de Figueiredo e António Morais Sarmiento (Rosmaninho, 1996, pp. 209–280).

³⁹⁹ A segunda comissão constituía-se pelo presidente, António Morais Sarmiento e, pelos vogais, José Alberto Reis, Anselmo Ferraz de Carvalho e Aristides Amorim Girão, cujo relatório seria entregue ao presidente do Conselho de Ministros e ao ministro das Obras Públicas em 28 de fevereiro de 1940. Cf. (Sarmiento, 1941, p. 27).

⁴⁰⁰ Cf. (Benedito, 1999; IAN-TT, 1997; Rosmaninho, 1996, 2006).

⁴⁰¹ Para uma leitura mais aprofundada e pormenorizada sobre esta temática, consultar os artigos seguintes, designadamente, “O poder da imagem no processo de projeto da Cidade Universitária de Coimbra”, “Cidade Universitária de Coimbra, a *tabula rasa* como metodologia de projeto”, “Seguindo o fio de Ariadne I: a Cidade Universitária de Coimbra como património glocal” e “Seguindo o fio de Ariadne II: o Atelier de Belém”.

imagem a implementar no delineamento da CUC, utilizando para tal a composição geométrica, sobretudo, composições ortogonais, numa linguagem de *ordem, disciplina e rigor*⁴⁰², que seria capaz de traduzir o conceito desejado para a acrópole coimbrã.

A nova comissão, denominada Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra (CAPOCUC), era nomeada pelo Decreto-lei nº 31576, de 15 de outubro de 1941⁴⁰³ que estabelecia um presidente (cargo atribuído ao reitor da UC), um diretor-delegado (com a função executiva), um arquiteto e um secretário (MOPC, 1941). O enunciado dos propósitos ficava exposto no texto legal, sem deixar margem para dúvidas, devendo a CAPOCUC, tendo por base os relatórios prévios, organizar “*os programas definitivos que hão-de definir as obras a realizar e promoverá a elaboração dos projectos das obras e trabalhos a executar, submetendo-os à aprovação do Ministro das Obras Públicas e Comunicações*” (MOPC, 1941, p. 910). Todavia, Duarte Pacheco e Cottinelli Telmo eram imunes à tradicional visão sentimental da cidade dos estudantes. Adicionalmente, tinham terminado um evento de grande sucesso, a Exposição do Mundo Português, realizada nas margens do Tejo, em Belém, onde a expressão criativa revelava a importância da criação de cenários, espaços, dimensões, volumetrias, perspetivas e simetrias. A seu tempo, a Alta universitária transformar-se-ia numa nova realidade.

Grande parte da área da Alta seria destruída e transformada, tendo por objetivo alcançar o espaço necessário para a construção dos novos equipamentos universitários e académicos (Fig. 17). Seria, desse ponto de vista, uma adaptação própria aos preceitos definidos pela Carta de Atenas de 1933, conforme Le Corbusier tinha definido (Le Corbusier, 1957b, pp. 87–89): no seu princípio 66º defendia-se que, se os valores arquitetónicos revelassem uma expressão de uma cultura pré-existente e importante para o interesse geral da cidade, então, poderiam ser salvaguardados, embora, o princípio 67º expusesse que, tais ações de conservação e salvaguarda não poderiam interferir com a justiça social desejada, não sendo por isso um fator de insalubridade nas condições de vida das populações, que deveriam ser consideradas em primeiro lugar; ainda assim, no princípio 68º clarificava que, havia sacrifícios que se deviam fazer, quando uma cidade chegava a um impasse incompatível, isto é, ou se desenvolvia ou se preservava o património. Este ponto fulcral da Carta de Atenas de 1933 (versão Le Corbusier) estabelecia a dicotomia entre as duas Cartas de Atenas, pela clivagem de posições assumidas, em que, neste caso da Carta de Atenas de 1933, se propunham medidas radicais em relação ao património urbano – cuja ‘presença’ na cidade passava a ser “*prejudicial*” –, quando o ‘progresso chegava à porta’, designadamente, com propostas de desvio pronunciado de vias de circulação e até considerar a deslocação de centros urbanos do lugar original (Le Corbusier, 1957b, pp. 87–89).

O conjunto do Paço das Escolas seria poupado à demanda demolidora, sendo considerado com particular atenção, devido aos trabalhos de remodelação e conservação que foram realizados; adicionalmente, a demolição do edifício do observatório, construído no topo sul do pátio, para além de restituir a relação visual do pátio sobre a paisagem, respondia aos desígnios de Salazar, quando em 1937, desejava “*deitar abaixo aquela excrescência do Observatório Astronómico para deixar intacto aos olhos encantados o panorama maravilhoso do Mondego, das Lágrimas, da quinta das Canas, do Seminário, das encostas de tristes oliveiras, com a serra no horizonte longínquo*” (A. de O. Salazar, 1945, pp. XX–XXI). No entanto, os colégios, palácios e demais contexto urbano seria considerado dispensável e apto para a demolição, tendo em conta a meta estabelecida para a ‘refundação’ de uma CUC, desenhada por Cottinelli Telmo e aprovada por Duarte Pacheco. Como havia sido definido pela teoria subjacente ao *Plano Voisin* para

⁴⁰² Este atributos foram utilizados nas determinações atribuídas por António Ferro, à *lição de Salazar*, quando o “*via debruçado «sobre a planta da Pátria, com uma régua, um esquadro e um compasso»*” (F. Rosas, 2007, p. XXXVII).

⁴⁰³ Publicado em Diário do Governo nº 241, II série, de 15/10/1941, p. 910-911.

Paris⁴⁰⁴, desenvolvido por Le Corbusier em 1925, o objetivo determinava-se por garantir o espaço necessário para construir uma nova imagem para a cidade, desenvolvendo um novo ideal. Nesse sentido, os planos da CUC seriam uma aplicação da disciplina doutrinada pela Carta de Atenas de 1933 e das ideias *corbusianas* referentes à *tabula rasa* – conceito operativo de projeto, assumido por Le Corbusier, para expressar o melhor modo para construir uma nova cidade sobre as ruínas da existente (considerada tradicional), através de um *zonamento*, enquanto área urbana destinada a determinadas funções.

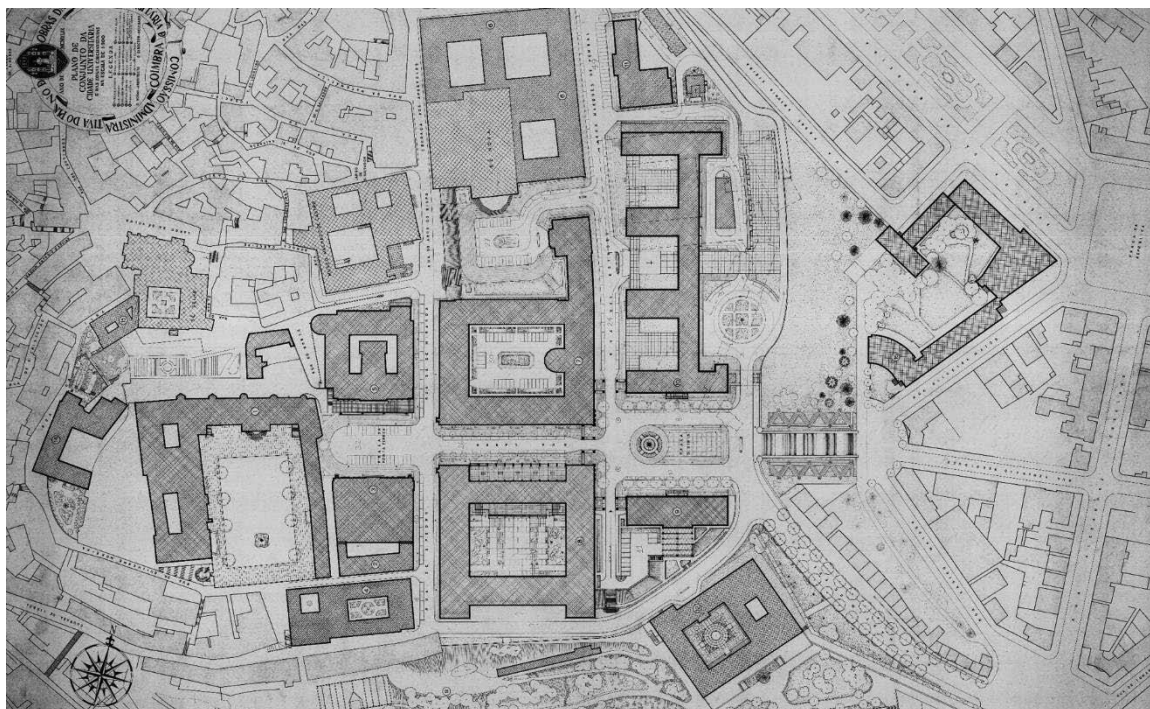


Fig. 17 – Plano de conjunto da Cidade Universitárias e das zonas circunvizinhas, Comissão Administrativa das Obras da Cidade Universitária de Coimbra, arquitetura de Cristino da Silva, desenhada por Cunha Fernandes, em 1959. Referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta A05⁴⁰⁵.

O plano assumia alguns paralelismos com os planos das Cidades Universitárias de Roma e de Madrid⁴⁰⁶, impondo uma volumetria supra dimensionada em relação à escala da área de intervenção da Alta, nomeadamente, pela transformação das relações espaciais, da escala, das proporções e dos enquadramentos que eram estabelecidos pela disposição dos antigos edifícios e equipamentos universitários, dentro da malha construída, conferindo-lhes um enquadramento urbano. Com efeito, a estrutura e a organização da cidade universitária não sofriram tão pesada transformação⁴⁰⁷, desde a reforma pombalina realizada no século XVIII. A monumentalidade da nova arquitetura modificaria o uso do espaço urbano, sendo os residentes da ‘velha’ Alta demolida, realojados em novos bairros construídos para esse propósito.

Processo de candidatura de Coimbra a Património Mundial

Nos inícios dos anos 80 do século XX, Matilde de Sousa Franco, que desempenhava o cargo de diretora do Museu Nacional de Machado de Castro (MNNM), lançava o repto de um processo que se prolongaria por trinta anos, pedindo à Secretaria de Estado da Cultura para dar início ao processo de inscrição da Alta de

⁴⁰⁴ “Le “Plan Voisin” n’a pas la prétention d’apporter la solution exacte au cas du centre de Paris. Mais il peut servir à élever la discussion à un niveau conforme à l’époque et à poser le problème à une saine échelle” (Le Corbusier, s.d., p. 273).

⁴⁰⁵ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁴⁰⁶ A propósito dos planos destas cidades universitárias consultar (Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid, 1988; Persitz, 1936).

⁴⁰⁷ Cf. (P. Dias, 1994).

Coimbra na Lista do Património Mundial, designadamente, a área que tinha sido poupada às intervenções do Estado Novo.

A paisagem urbana histórica⁴⁰⁸ da cidade – definida pelo epíteto ‘Lusa Atenas’, estipulado pela escolha que desde sempre foi imaginada pelos artistas, para ser a representação da imagem da cidade, como um valor-refúgio de identidade de Coimbra –, enquanto “*construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo*” (Lynch, 1989, p. 11), a partir das intervenções do Estado Novo, havia mudado para sempre (Fig. 18). Várias evidências de transformação corroboravam esta tese: a transformação morfológica, que se explanava na área urbana demolida para construir a nova *cidadela*⁴⁰⁹ universitária; a transformação social, que se verificava nos movimentos migratórios realizados, pela obrigatoriedade dos residentes da Alta abandonarem os seus espaços de habitação e de vivência diária, dando início a um período de expansão urbana, com a construção dos bairros residenciais noutros espaços da cidade, para os realojar; e, a transformação demográfica, cuja população residente sofria uma redução dos seus efetivos, devido aos processos de expropriação e de realojamento noutros locais.



Fig. 18 – Demolições na Alta: vista sobre a Rua Larga, da Torre da UC, antes e depois das demolições para a construção da CUC. Fotografia: Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra⁴¹⁰.

Nessa perspetiva, a candidatura seria uma forma de demonstrar o valor e a memória da área que deveria ser salvaguardada para o futuro. Contudo, para um período pós-revolução do 25 de abril, a intervenção do Estado Novo, considerada como ‘*crime de lesa pátria*’ ou “*crime de lesa património*” (J. M. A. e Silva, 1988, p. 142), ainda estava muito recente e presente na memória da comunidade, uma vez que, o resultado da *tabula rasa* da Alta, não teria sido aceite pela comunidade, sobretudo, do ponto de vista sentimental e emocional – uma realidade que viria a esbater-se, paulatinamente, no tempo.

Nesse sentido, o arquiteto Donald Insall, durante a sua visita a Coimbra realizada em 1982⁴¹¹, a convite de Matilde de Sousa Franco, considerava que tão importante quanto a área a candidatar, seria garantir a salvaguarda da sua área de proteção e de enquadramento. Esta observação apoiava-se na análise que o arquiteto havia feito, durante a visita ao local, realçando a privilegiada condição da colina da Alta. Deste modo, Insall propunha que a candidatura da Alta deveria ser considerada em duas escalas de abordagem – a do património e a urbana – tendo em conta os edifícios notáveis como o Paço das Escolas, a Biblioteca Joanina, as Sés, os Colégios de São Jerónimo e das Artes e o MNMC, que revelavam, na sua opinião, um valor universal excecional dentro do seu contexto urbano.

⁴⁰⁸ Sobre este tópico, consultar os artigos do capítulo 7, designadamente, “A paisagem urbana histórica como valor de projeto urbano” e “Paisagem urbana histórica, a Lusa Atenas como matriz cultural de Coimbra”.

⁴⁰⁹ Para uma leitura mais aprofundada e pormenorizada sobre a aplicação deste conceito, consultar o artigo “Cidade Universitária de Coimbra, a *tabula rasa* como metodologia de projeto”, no presente capítulo.

⁴¹⁰ Cf. (AAEC, 1991, p. 5 e 49).

⁴¹¹ Sobre este tópico, consultar os artigos “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: do designio à realidade” e “A ‘classificação’ Património Mundial na problemática disciplinar da arquitetura: o caso de Coimbra”, no capítulo 3, da presente tese.

Seguindo este primeiro momento de intenção de candidatura, a Câmara Municipal de Coimbra (CMC) chamava a si a liderança do processo. Diversas variações seriam equacionadas, nomeadamente, as denominações do bem, os seus limites e, conseqüentemente, as suas áreas de proteção. Todavia, pese embora a área da Alta estivesse sempre como condição de candidatura, todas as iniciativas de candidatura seriam rejeitadas, ao longo dos anos e por diferentes razões. Por estes acontecimentos, o período destes primeiros ensaios de candidatura, realizados entre 1982 a 1998, seria considerado como a primeira fase do processo de candidatura de Coimbra a PM.

O crescimento da universidade fazia antever, ainda durante as obras da CUC, que o *espaço disponível*⁴¹² para as instalações universitárias era reduzido. A partir de 1995, com a construção dos novos polos universitários, para as ciências da saúde e para as ciências e tecnologia, a UC promovia um concurso de ideias⁴¹³, sob proposta do seu Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC (Darq), com o propósito de pensar a sua reorganização na Alta. Encarando uma possível intervenção como sendo uma reabilitação de conjunto da Alta universitária, que se apresentava em continuada degradação, esta também seria uma oportunidade para tentar reequacionar e reestabelecer o diálogo com a cidade pré-existente, que havia sido quebrado durante as intervenções do Estado Novo.

Com a mudança dos cursos para os novos Polos II e III, muitos dos espaços na Alta perdiam volume de utilização, podendo ser requalificados e reorganizados, dando resposta a uma crescente necessidade de reorganização de serviços, de espaços e de usos. A proposta do arquiteto Gonçalo Byrne vencia o concurso e dava origem ao Plano de Pormenor do Pólo I da UC, em 1996 – Estudo de Revitalização do Antigo Pólo da Alta Universitária de Coimbra, concluído em 2001 e designado por Plano de Pormenor da Alta Universitária de Coimbra (Fig. 19). Este plano apresentava algumas estratégias para reinstalar as funções urbanas perdidas, como residências, serviços e comércio, no espaço universitário e, adicionalmente, reequacionava o espaço público, designadamente, ao nível do desenho de pavimentação, dos estacionamento e das vias de circulação automóvel e de transportes coletivos; ou seja, a cidade voltava a estabelecer-se na acrópole universitária da Lusa Atenas.



Fig. 19 – Plano de Pormenor da Alta Universitária de Coimbra (2001), por Gonçalo Byrne: existente em 1996 e proposta final de 2001⁴¹⁴.

⁴¹² Expressão usada por Rosmaninho (1998).

⁴¹³ O concurso de ideias para o plano de reconversão dos espaços universitários – Colégios de São Jerónimo, das Artes, Laboratório Químico e área envolvente, designadamente, a encosta nascente e, à cota baixa, as instalações da Associação Académica de Coimbra (AAC) – havia sido sugerido pelo Departamento de Arquitectura e promovido pela Reitoria da Universidade de Coimbra, sendo precedido de um estudo de reorganização dos espaços da Universidade de Coimbra e aprovado pelo Senado em julho de 1995. Os arquitetos Alexandre Alves Costa, Fernando Távora, Gonçalo Byrne e Hestnes Ferreira, professores no Darq, desenvolveriam as propostas de resposta ao programa definido pela UC. Cf. (Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1997).

⁴¹⁴ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

Esta alteração do paradigma da cidadela universitária despertava a UC para o seu papel de liderança e social dentro da comunidade, bem como as suas responsabilidades, nos desígnios e aspirações de representação e de reconhecimento, que a cidade vinha a demonstrar nos últimos anos. De 1998 até 2003, uma nova fase era estabelecida no processo de candidatura de Coimbra a PM, passando a universidade a ser considerada o centro da ação e do propósito a candidatar à UNESCO. A UC conhecia um período de desenvolvimento de estratégias, estudos, debates e congressos, promovendo o conhecimento de si, para si e sobre si⁴¹⁵, numa ação libertadora da carga pesada que havia assumido pela transformação da Alta coimbrã: um momento de bastidores que se revelava num projeto prévio de uma futura candidatura a PM.

Em consequência, o momento seguinte conhecia o início do projeto⁴¹⁶ da UC à UNESCO, com o ato de inscrição da UC na Lista Indicativa de Bens Portugueses para Património Mundial, ocorrido em 14 de maio de 2004, pela Comissão Nacional da UNESCO, formalizando a iniciativa de candidatar a UC à LPM. Um momento que se efetivava em 22 de junho de 2013, com a inscrição do bem Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, na LPM (World Heritage Committee, 2013, pp. 208–209) (Fig. 11).

Estratégias, projetos e políticas da candidatura UC-AS a PM

Coimbra esteve relacionada com aspetos particulares da vida universitária, desde os primeiros tempos da universidade em Portugal, em especial, a área da Alta. A realidade urbana constituía-se num desses aspetos da vida universitária, designadamente, com os atributos que conferia ao próprio contexto urbano. Exemplos dessa inter-relação eram as residências de estudantes, as *repúblicas*, que se estabeleciam lado-a-lado com as propriedades privadas, permanecendo cerca de trinta em função (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012h, pp. 226–233). Muitos serviços e comércio adquiriam características direcionadas ao público universitário, interagindo e dependendo dele e das suas manifestações tradicionais e culturais públicas, como as festas académicas⁴¹⁷, a Canção de Coimbra⁴¹⁸, as serenatas e a vida boémia. Paulatinamente, estas tradições académicas foram sendo incorporadas e adequadas às festividades da própria cidade e da sua memória coletiva. No entanto, com as intervenções do Estado Novo, toda a vivência e o imaginário, recriados à volta desta atmosfera concorrida entre o urbano e o universitário, sofreria as consequências dessa transformação da Alta (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012h, pp. 135–149).

Em 2003, o Comité do PM adotava a Convenção para a proteção do Património Cultural Imaterial (C. B. Cabral, 2011). A partir deste momento, a valorização dos aspetos imateriais associados a Coimbra, seriam entendidos como mais uma oportunidade de distinguir a dimensão da UC como um valor universal excecional, amplamente reconhecido, ao longo dos tempos, do Brasil à Ásia, pelo papel preponderante desempenhado na construção do espaço da lusofonia (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012d).

⁴¹⁵ Sob o tema Construir a Univer(sc)idade, foram realizadas quatro colóquios com especial relevo: “Os Colégios da Sofia”, em 1999; “A Alta de volta”, em 2000; e, “Coimbra Capital de Cultura” e “Os segredos do Paço”, em 2002 (Fig. 02). Adicionalmente, no âmbito de Coimbra 2003 – Capital da Cultura, foi realizado o encontro internacional “Cidade Sofia”, em 2003. Estes momentos votados ao conhecimento sobre a UC para todos, proporcionaram a concepção e a definição do valor da UC, enquanto património de todos com real valor universal excecional.

⁴¹⁶ Sobre este tópico, consultar os artigos do capítulo 3, da presente tese.

⁴¹⁷ Nas principais cerimónias académicas, como “a tomada de posse do Reitor, os doutoramentos solenes e a abertura das aulas – radicam, com as necessárias adaptações, no “Estudo Geral” da Idade Média ou dos inícios da Época Moderna. O cortejo universitário que acompanha as grandes ocasiões é, por excelência, a demonstração do poder e da ordem interna da corporação. Os docentes, situados no cortejo segundo a hierarquia das Faculdades e, dentro destas, por ordem de obtenção do grau de doutor, usam a sua veste doutoral e respectivas insígnias” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012h, pp. 130–131).

⁴¹⁸ A Canção de Coimbra constituía-se “fruto de uma sociabilidade urbana própria de uma cidade universitária, a população e os estudantes souberam criar uma individualidade musical regional e local específica” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012h, p. 211).

No entanto, vários trabalhos de intervenção realizados sobre o património universitário garantiam que os espaços e edifícios universitários pudessem ser utilizados para desempenharem as suas funções privilegiadas de ensino e institucionais. A intervenção mais reconhecida estabeleceu-se nos trabalhos de conservação na Via Latina (Fig. 05), no Paço das Escolas, com supervisão técnica e coordenação dos trabalhos de conservação sob a responsabilidade do engenheiro Fernando Marques (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c, pp. 16–51); intervenção que ganharia o Prémio *Europa Nostra*, em 2009, um ano após o início das obras de intervenção na Torre da UC, com supervisão técnica e coordenação dos trabalhos de conservação sob a responsabilidade do engenheiro Fernando Marques e, com coordenação da arquitetura da responsabilidade do arquiteto Victor Mestre (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c, pp. 52–85).

Alguns nomes de relevo para a arquitetura portuguesa eram “chamados”, no sentido de colaborarem com a Reitoria da UC⁴¹⁹, por concurso ou convite, dando os seus contributos no delineamento de propostas, para a concretização do desenvolvimento do plano do arquiteto Byrne, através de projetos e obras de reabilitação de espaços e edifícios da UC (Silva & Aguiar, 2016).

O arquiteto Álvaro Siza Vieira desenvolveria o projeto de arquitetura para a instalação da biblioteca da Faculdade de Direito, na Casa dos Melos (Fig. 14), as antigas instalações da Faculdade das Ciências Farmacêuticas que haviam sido cedidas, aquando a sua mudança para o Polo III, para a expansão das instalações da Faculdade de Direito (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c, pp. 202–231).

Os arquitetos Aires Mateus desenvolveriam o projeto para a reabilitação da ruína do Colégio da Santíssima Trindade, inicialmente, para albergar o Tribunal Universitário Judicial Europeu (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c, pp. 182–201), embora devido às várias alterações de programa se tivesse constituído como a Casa da Jurisprudência da Faculdade de Direito⁴²⁰ (Murtinho & Capela de Campos, 2018; J. G. Silva, Murtinho, Mateus, Marcos, & Moniz, 2018).

O arquiteto José Paulo dos Santos desenvolveria o projeto de reabilitação e requalificação do Colégio de Nossa Senhora da Graça, na Rua da Sofia, para instalar o Centro de Documentação 25 de Abril e algumas dependências do Centro de Estudos Sociais, marcando o regresso simbólico e material da UC à Sofia⁴²¹ (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c, pp. 274–293).

O arquiteto João Mendes Ribeiro desenvolveria a coordenação de vários projetos: da reabilitação do Laboratório Químico, para albergar o Museu da Ciência da UC, juntamente, com os arquitetos Carlos Antunes e Désirée Pedro (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c, pp. 130–161); da Casa das Caldeiras, em conjunto com a arquiteta Cristina Alves Guedes, inicialmente, para albergar o Centro de Estudo de Fotografia, depois, para albergar o Instituto de Estudos Artísticos da Faculdade de Letras (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c, pp. 162–183), tendo ficado o espaço destinado para outras funções e serviços; e a recuperação do Teatro Paulo Quintela da Faculdade de Letras (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c, pp. 294–307).

⁴¹⁹ Muitos projetos estavam sob a alçada da Reitoria, destacando-se os projetos do arquiteto Nuno Ribeiro Lopes, coordenador do processo de candidatura, que desenvolveria projeto de arquitetura para a adequação do Museu da Ciência, no Colégio de Jesus, com coordenação de restauro e conservação sob a responsabilidade dos engenheiros Mário Carvalho e Pedro Cordeiro (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c, pp. 250–273); e dos arquitetos Cláudia Santos Silva e Hugo Andrade, com colaboração da arquiteta Teresa Silvestre, desenvolveriam projeto de arquitetura para a reabilitação e requalificação da Biblioteca de Línguas e Literatura da Faculdade de Letras (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c, pp. 308–313).

⁴²⁰ Sobre esta intervenção, consultar o artigo “O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial”, no capítulo 7, da presente tese.

⁴²¹ Para uma leitura mais aprofundada sobre esta intervenção, consultar o artigo “O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial”, no capítulo 7, da presente tese.

O arquiteto Gonçalo Byrne desenvolveria vários projetos de arquitetura: da repavimentação do Pátio das Escolas⁴²² (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c, pp. 106–113); da remodelação das instalações do complexo de edifícios da Associação Académica de Coimbra (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c, pp. 232–249); e do Centro de Interpretação e Divulgação da UC, previsto no Plano de Pormenor da Alta Universitária, dentro da proposta estabelecida para requalificar o largo dos Colégios (das Artes e de São Jerónimo) (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c, pp. 328–345).

Estas intervenções realizavam-se enquanto propósitos de intervenções qualificadas, abrindo a UC a novas abordagens e enquadradas pelos objetivos equacionados na elaboração da candidatura, tendo em conta “*uma nova atitude, de abertura à comunidade e de respeito sobre a sua própria história*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012f, p. 5).

Sob esta dinâmica de obra, introduzida pela candidatura da UC-AS a PM, uma nova oportunidade começava a ser desenhada para estimular o desenvolvimento urbano e alguns setores de atividades, que lhes estavam adjacentes, nomeadamente, da construção civil, da cultural e da turística⁴²³; e a universidade, a cidade e os agentes económicos sabiam e tinham consciência desse impulso para uma nova realidade, sendo comum ouvir-se, como referia José Aguiar (durante a condução de entrevista ao reitor Seabra Santos) que, “*no mundo da Arquitetura e da Indústria da Construção que Coimbra vai ser, nos próximos anos, o grande estaleiro da Conservação em Portugal*” (Aguiar, Correia, & Silva, 2011, p. 5). Esta questão apresentava-se em concordância com a premissa de Sophia Labadi e Colin Long, assumindo que as intervenções sobre a proteção e salvaguarda do património não são, simplesmente, questões sobre o passado, mas são cada vez mais entendidas como estratégias de futuro (Labadi & Long, 2010, p. 2). Esta seria uma responsabilidade que deveria encorajar os agentes da gestão urbana a definir os protocolos e as sinergias necessárias para serem atingidos objetivos de desenvolvimento urbano sustentável, assente no património enquanto mais-valia e, consequentemente, na sua proteção e salvaguarda.

Em 10 de novembro de 2011, a UNESCO adotava a Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica (PUH), enquanto instrumento político para uma gestão patrimonial integrada⁴²⁴, definindo a PUH através da definição de uma área urbana que compreendia o resultado de sucessivos *layers* históricos, culturais e naturais, enquadrada num contexto urbano mais alargado na sua condição geográfica⁴²⁵. Tal abordagem permitia equacionar a PUH como uma compreensão territorial do sítio e bem património, com as suas particularidades, precisamente, codificadas pelos *layers* de realizações materiais, dos seus usos e funções e dos seus utilizadores. Tais leituras podem refletir as práticas sociais e culturais estabelecidas e realizadas, na estrutura do próprio espaço urbano, pela assimilação e adequação ao longo do tempo; tais reflexões teriam em consideração as hierarquias referenciadas à organização do espaço, introduzindo, por sua vez, uma nova leitura de dimensão imaterial, sobre a memória coletiva construída e transmitida, sobre e a partir do espaço apropriado e com valor de identidade, para o grupo em cada contemporaneidade⁴²⁶ (Fig. 20).

⁴²² Para uma leitura mais aprofundada deste projeto, consultar o artigo “De Paço Real a Paço das Escolas: do dever da memória ao imperativo da renovação”, no capítulo 7, desta tese.

⁴²³ Sobre este tópico, consultar o artigo “O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial”, no capítulo 7, da presente tese.

⁴²⁴ Sobre o desenvolvimento deste tópico, consultar os artigos “O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial”, “A paisagem urbana histórica como valor de projeto urbano” e “Paisagem Urbana Histórica, a Lusa Atenas como matriz cultural de Coimbra”, no capítulo 7, da presente tese.

⁴²⁵ Cf. (UNESCO, 2011, p. 3, 2012, p. 52).

⁴²⁶ Cf. (Oers & Roders, 2012).



Fig. 20 – Vista da Torre da UC, sobre o topo sul do Pátio das Escolas. Fotografia: Fernando Guerra + Sérgio Guerra, GNI, UC⁴²⁷.

Luís Benavente havia argumentado que as perspetivas visuais históricas eram essenciais para o entendimento do valor do ambiente urbano universitário da Alta, durante a sua colaboração nas primeiras comissões, entre 1934 e 1939. Na mesma linha de análise, Donald Insall também havia considerado este aspeto da circunstância territorial da colina da Alta, propondo o alargamento da área de proteção do bem a candidatar⁴²⁸, na primeira fase do processo de Coimbra a PM, tendo a CMC considerado essa leitura na adequação da definição da área designada como Centro Histórico de Coimbra. Em qualquer passeio deambulante pela cidade esta equação pode ser apreciada, não só ao nível visual, como também ao nível físico, nessa *Coimbra que sobe e desce*, como caracterizava José Saramago (1981, p. 90).

A Lusa Atenas, coroada pela Universidade, constituía-se na PUH de Coimbra como se houvesse um protocolo territorial entre a universidade e o seu contexto urbano. Esta paisagem icónica também era considerada para estabelecer a leitura da autenticidade do bem a candidatar. Pese embora fosse considerado como um conceito, dos mais *escorregadios*⁴²⁹ do âmbito da proteção do património, a autenticidade fizera sempre parte dos critérios base de justificação para que, qualquer bem candidato pudesse ser inscrito na LPM.

No caso de Coimbra, a evolução histórica e o desenvolvimento da UC constituía-se como um dos elementos justificativos da sua autenticidade. A sequência dos eventos, em cada contemporaneidade, desde a sua implantação e formas iniciais, até ao uso dos espaços, no presente, depois das qualificadas intervenções, algumas com propostas transformativas necessárias para adequação de espaços às necessidades, tornavam-se no contributo fundamental para a leitura do Valor Universal Excecional (VUE)

⁴²⁷ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁴²⁸ A partir da consulta do AP-MSF e das informações de Matilde Sousa Franco, em 28/11/2014: Donald Insall considerava que a zona de proteção da Alta, que era o bem equacionado a candidatar (1982), deveria ser expandida para a área definida pelas linhas de cumeeira que cercavam a colina da Alta.

⁴²⁹ Cf. (Labadi, 2010, p. 66).

atribuído à UC-AS. O processo criativo e construtivo do bem proporcionava mais conhecimento e informações sobre a história da sua arquitetura, do que se de um processo de criopreservação, no sentido de congelamento do material original, se tratasse. A vida não se assume como uma realidade estática, nem o ambiente onde a vida se desenvolve, o deve ser. A permanência da continuidade no uso da propriedade sublinhava a sua importância, para a comunidade que a suporta, que a utiliza, que a recria, vezes sem conta (Fig. 21).



Fig. 21 – Rua Larga: durante a construção da CUC e em 2006. Fotografia: AAEC e GCU, UC⁴³⁰.

Os arquitetos têm a consciência do mote “as pessoas moldam os espaços e os espaços moldam as pessoas”⁴³¹. Conforme era realçado no *Sumário Executivo*, do *dossier* de candidatura, o VUE da UC verifica-se “do seu carácter evolutivo que reside a maior força da Universidade de Coimbra — Alta e Sofia, pois está-se em presença de um Bem, onde o conjunto, por representar as sucessivas fases, tem uma importância maior do que a mera soma das partes” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012g, p. 7). Esse valor estava interligado com o desenvolvimento cultural, nacional e internacional, ao longo de sete séculos, constituindo-se num testemunho de sucessivos períodos “da história humana ocidental, nas suas vertentes espaciais, arquitectónicas, construtivas, tecnológicas e paisagísticas” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012g, p. 6). O Plano de Pormenor da Alta Universitária, de Gonçalo Byrne, era delineado com base nesta particularidade da dimensão evolutiva da UC.

Um projeto de arquitetura com introdução de elemento novo, não deveria ser um estigma num lugar, sítio ou bem PM, quando esse elemento novo contribui para clarificar e valorizar o património legado pelas gerações anteriores. O plano de Byrne desenvolvia-se, sobre algumas diretrizes estratégicas: primeiramente, contribuir para a requalificação do espaço urbano; depois, contribuir para a conservação do património construído; seguidamente, criar condições de sustentabilidade para a revitalização do espaço; e, por fim, promover o turismo, assente nos aspetos culturais e científicos. Adicionalmente, a abordagem de projeto assumia a relação territorial privilegiada que a UC detinha na sua circunstância, o que permitia desenvolver equilíbrios pensados, estrategicamente, para a promoção da proteção patrimonial, designadamente, em dotar grande atenção ao espaço público, enquanto meio de restabelecimento da continuidade espacial original. Nesse sentido e, contrariamente, à leitura do estigma, essa atitude de valorização do existente, através da arquitetura qualificada, constituía-se numa possibilidade de foco, para a reinterpretação do VUE

⁴³⁰ Cf. (AAEC, 1991, p. 48); PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁴³¹ Referência à frase proferida por Winston Churchill, “we shape our buildings, thereafter they shape us”, que revelava a importância da concepção do espaço, em arquitetura, para uma comunidade estabelecer os seus comportamentos sociais e relações de solidariedade (Heitor, 2001).

da UC, considerando que o espaço universitário fazia parte integrante da Alta da cidade e que essa valorização permitia reestabelecer o laço urbano perdido entre a Alta e a Alta universitária (Fig. 22).



Fig. 22 – Vista aérea sobre a Alta Universitária. Fotografia: Filipe Jorge, GCU, UC⁴³².

Considerações finais

Este estudo clarifica como diferentes abordagens e perspetivas, daqueles que definem o espaço e contribuem para o delineamento e construção da cidade, através de políticas, de decisões, de projetos e de obras, podem interferir na qualidade de vida dos que nela vivem.

Os conflitos e equívocos criados sobre o espaço da Alta de Coimbra, a partir das ações de transformação da Alta de Coimbra, nos anos 40 do século XX, podiam ser equacionados sobre várias possibilidades de interpretação. Nesse sentido, interessava abordar, com alguma atenção, as determinações, as considerações e as influências dos vários arquitetos, que trabalharam sobre os planos da CUC. Paralelamente, interessava abordar, também, a relação estratégica estabelecida pelas opções de candidatura da UC-AS com a própria universidade, recorrendo para tal aos projetos e intervenções sobre o património da UC, considerados estratégicos para futuro.

As perspetivas de conflito traduziam-se nas propostas de clivagem que os arquitetos Luís Benavente e Cottinelli Telmo apresentavam para a reorganização das instalações universitárias na Alta, refletindo as posições e metodologias apresentadas nas redações dos textos das Cartas de Atenas de 1931 e de 1933, respetivamente. Esta dicotomia tem existido desde a consciencialização dos fenómenos de destruição de património urbano e das suas influências para a vida das comunidades, sendo debatida desde então, inclusivamente, no meio académico. O património tem vindo a desempenhar múltiplas funções na vida contemporânea, todavia, também se verifica a sua maior ou menor aceitação conforme as tendências de referência e, até a arquitetura do Movimento Moderno se constitui património para o futuro e, por conseguinte, promovendo a atribuição destas classificações.

Neste sentido, Coimbra encontrava-se no meio destas duas visões de planeamento urbano. Por um lado, a circunstância urbana da Alta Universitária conduzia a determinados aspetos históricos e culturais dos usos e costumes da vida quotidiana. Essa escrita coletiva resultava numa criação de uma imagem de cidade, representativa dessa paisagem urbana vivida e lembrada – a Lusa Atenas –, que tinha vindo a ser, repetidamente, evocada e reproduzida pelos artistas, ao longo dos séculos, em representações do elo urbano entre a universidade e a cidade e da particularidade cultural da sua vida académica. Esta circunstância estava na base do entendimento “culturalista” de Benavente, durante o seu processo de concepção do plano,

⁴³² Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

embora tivesse que responder a um programa de grande dimensão. Por outro lado, a agenda política do Estado Novo impunha uma imagem nova assente numa dimensão de monumentalidade espacial, para recriar e celebrar o próprio regime, ainda no rescaldo da Exposição do Mundo Português de 1940. Esta opção pelo desenho de Cottinelli Telmo, que viria a ser executado pela CAPOCUC, estava na base de um progresso desejado para a nação, assumidamente, pela linha de atuação de Duarte Pacheco.

As intervenções da CAPOCUC transformariam, não só a Alta como a cidade toda. Enquanto na Europa, os centros das cidades, como Varsóvia, estavam a ser arrasados e destruídos em função dos bombardeamentos de guerra que estavam a ser executados, Coimbra estava a ser demolida pela CAPOCUC e pelo Estado Novo. O objetivo passava por atribuir à UC, enquanto símbolo da nação ultramarina, uma nova imagem de modernização, tendo por aspiração constituir-se maior do que aquilo que demonstrava, para construção de um novo espaço de ordem, disciplina e rigor, votado ao isolamento para o estudo. A proposta de Cottinelli desenvolvia-se sobre a ação da *tabula rasa*, em concepção paralela, à proposta do *Pan Voisin* de Le Corbusier, para Paris, com a diferença de Le Corbusier não ter um Duarte Pacheco que o apoiasse.

A cidade e a população de Coimbra sofreria as consequências da imposição da régua e esquadro do Estado Novo; a destruição não se verificava apenas ao nível do espaço urbano, mas também ao nível identitário e emocional da população, prolongando-se pelo tempo. Era demanda urgente um apaziguamento entre a cidade e a universidade. Com o tempo, parecia estar, no reconhecimento internacional do valor patrimonial, a melhor opção para restaurar o laço emocional entre a cidade e a comunidade e a universidade. O reconhecimento não fora imediato, mas o laço, paulatinamente, estava a ser recuperado.

Caberia à UC, admitindo em jeito de *'mea culpa'*, defender a sua posição de líder no processo de apaziguamento com a cidade, preparando uma candidatura a PM, com a colaboração da CMC, assumindo a responsabilidade na proteção de um património secular, material e imaterial, que sempre estivera no centro da sua relação com a cidade. Um novo plano seria delineado por Gonçalo Byrne, no fim do milénio, reestabelecendo a ligação urbana da universidade com a cidade, estrategicamente, considerando a continuidade espacial dos diversos espaços. A inscrição na LPM, há muito aguardada, chegava em 22 de junho de 2013 e a UC-AS via reconhecido, nos palcos internacionais, o seu VUE. Neste caso, a análise dos desígnios e perspetivas dos arquitetos que trabalharam no desenho da UC, numa fase de implementação de transformações urbanas, tornava-se importante e pertinente, para melhor informar o desenho da UC na cidade e a sua compreensão, na contemporaneidade, constituindo-se em mais uma oportunidade de se pensar a cidade que queremos para amanhã, na expectativa de ser melhor do que aquela que temos hoje.

4.2 O poder da imagem no processo de projeto da Cidade Universitária de Coimbra⁴³³

Resumo

O presente trabalho propunha-se fazer um estudo sobre a influência da imagem enquanto instrumento operativo de um projeto de arquitetura.

Para esse efeito, seria considerada a intervenção do Estado Novo na Cidade Universitária de Coimbra, para se determinar a relação entre as referências concetuais de projeto – decorrentes de um contexto nacional – e o material solicitado e recebido de outras cidades universitárias estrangeiras – enquanto modo de se conhecer intervenções similares e estabelecer uma aproximação ao estado da arte internacional sobre a tipologia referida.

Sublinhando as influências assumidas pelas imagens recebidas, podia ser concluído que a imagem foi um instrumento operativo no processo criativo de projeto utilizado pelos arquitetos da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, para responder aos preceitos arquitetónicos e ideológicos do programa, sobretudo como um recurso de inspiração estética.

Palavras-chave: Cidade Universitária de Coimbra; imagem; instrumento operativo de projeto.

Introdução

A cidade foi sempre um palco privilegiado de *exercício de poder* (Aymonino, 1984, p. 10). Tal premissa é pertinente, sobretudo para o estudo sobre uma Europa do período do pós-Primeira Guerra Mundial, onde vários regimes totalitários e ditatoriais subiram ao poder, num contexto político e socioeconómico particular: o redesenho de fronteiras e o período da Grande Depressão, acentuado pelo *crash* da bolsa de Nova Iorque, em 1929.

Esta circunstância, que só foi superada a partir do final da Segunda Guerra Mundial, potenciou a política das obras públicas que, recorrendo à dinâmica económica promovida pelo setor da construção, passou a ser uma “*técnica política*’ que os ‘*regimes de recuperação*’ pós-*crash* de 1929 igualmente aplicavam nos seus espaços, desde Roosevelt a Hitler” (J. M. Fernandes, 2013, p. 111). Esta técnica política foi amplamente aproveitada, concetualmente, pelos regimes totalitários e ditatoriais, principalmente, pela introdução de um novo paradigma de pensar a cidade, impulsionado pelo Movimento Moderno. As performances onde “*todos os absolutismos políticos geometrizam, ordenam a estrutura urbana em eixos e mais eixos paralelos e ortogonais*” (Zevi, 1984, p. 30) passavam a ser assumidas como uma tónica comum nos grandes centros urbanos europeus, no período do pós-Primeira Guerra Mundial. Encontrar o equilíbrio entre a própria determinação cultural e a modernidade internacional, que assumia um papel cada vez mais influente na sociedade civil, era o grande desafio que os Estados encontravam para o seu desenvolvimento (Geertz, 1978). Todavia, em 1969, Albert Speer esclarecia que a arquitetura praticada no período entre guerras⁴³⁴ possuía um pensamento característico à época, tendo-se verificado uma coincidência estilística quer em

⁴³³ Este texto tem por base a revisão acrescentada do artigo publicado em *Comunicação Pública*, volume 12, número 23 (edição online), em 15 de dezembro de 2017, com sistema de arbitragem científica cega, intitulado “O poder da imagem no processo de projeto da Cidade Universitária de Coimbra” (Capela de Campos & Murtinho, 2017c).

⁴³⁴ Speer havia mostrado surpresa quando se deu conta que França, também, se inclinava para a utilização do “*neoclassicismo nos seus edifícios públicos*” (Speer, 1970a, p. 140), referindo-se à intervenção de August Perret – que considerava um *famoso artista da vanguarda* –, no Museu de Obras Públicas, em Paris, que Speer teve oportunidade de visitar aquando a sua estadia na cidade, para a realização da Exposição Mundial de Paris, de 1937.

Washington, Londres, Paris, Roma, Moscovo ou Berlim, não sendo, por tal facto, uma exclusividade dos regimes totalitários (Speer, 1970a, p. 140).

Paulatinamente, a arquitetura tornava-se num meio de propaganda de Estado: para os responsáveis políticos, o recurso à obra pública refletia tanto um desejo de reconhecimento na responsabilidade da construção de um Estado eficiente, dinâmico e moderno, como também, uma procura de uma identidade que tivesse lugar no mundo, capaz de influenciar outros lugares na esfera da política internacional. Além disso, Rudolf Wolters defendia, no prefácio dedicado ao catálogo da Exposição da Moderna Arquitectura Alemã, realizada em Lisboa, em 1941, que a arquitetura era uma “*necessidade natural*” em todos os “*períodos de grandeza*” (Wolters, 1941, p. 6), assumindo que a resposta pelos novos e modernos modelos de arquitetura alemã era uma ‘exigência’ da reestruturação política e social dos tempos que corriam na Europa.

A intencionalidade ideológica de um regime refletia-se, desta forma, na arquitetura que o mesmo promovia; como observava Bruno Zevi, *os edifícios simétricos podiam não ser retóricos, mas todos os edifícios que traduziam uma ideologia autoritária eram simétricos* (Zevi, 1984). Todavia, era sobretudo à escala da cidade que a imposição e interferência de um regime totalitário se verificava, como se observava nos exemplos das construções de Adolf Hitler, em Berlim, ou nas de Benito Mussolini, em Roma. A decisão de construir um novo complexo urbano, com cunho governamental, era sempre tão *tentadora* como *significativa* (Vale, 1992, p. 10). Por esta razão, também era significativa⁴³⁵ a *mensagem* que se queria transmitir, bem como, o modo da sua transmissão.

Neste contexto, a fotografia ganhava um estatuto de instrumento privilegiado de comunicação, de difusão e de propaganda da arquitetura, assumindo, em simultâneo, um papel determinante, com o objetivo de influenciar uma educação visual que transmitisse os valores do regime, os quais se pretendiam acessíveis e disseminados a todos – internamente, ao nível nacional e, externamente, ao nível internacional. Logo, para além da difusão da informação selecionada – que demonstrava o poder e a capacidade do Estado –, era possível incutir à população, em geral, a sensação da experiência de participação nos múltiplos eventos propagandeados, graças à ilusão da imagem que refletia os valores considerados fundamentais e defendidos pelos vários regimes. Desta forma, a fotografia era, não só a explanação de uma gramática da imagem, mas sobretudo uma imposição de uma ‘ética da visão’, ao ensinar “*um novo código visual*” (Sontag, 1986, p. 13), capaz de transformar e ampliar as ideias que o Estado pretendia que fossem apreendidas.

Portugal, não obstante ser um país ‘periférico’ no palco internacional europeu, revelava uma predisposição empreendedora, na implementação destes pressupostos internacionais, coerentes com a sua situação política *ditatorial*. No caso português, também através das obras públicas, a ação urbanística e arquitetónica do regime seria evidenciada, tendo havido uma grande aposta na construção de equipamentos e infraestruturas, para além do investimento no parque habitacional (J. M. Fernandes, 2013, p. 112). Se é verdade que grande parte das intervenções tenha sido projetada para Lisboa, a capital do país, não é menos verdade que, de norte a sul de Portugal, também tenham sido realizadas intervenções sob a chancela do regime, algumas de grande envergadura.

Desse facto, não constituía exceção Coimbra; e, deste modo se compreende que, as políticas e decisões que foram tomadas para responder às perspetivas do regime se tornaram incontornáveis e determinantes no contexto contemporâneo do século XXI, pois resultaram na imagem e na transformação urbana de uma

⁴³⁵ A este propósito, Borsi lembra as palavras de Marcello Piacentini, no seu livro de 1930, *Architettura d’oggi*, onde dizia: “*I see our contemporary architecture in a setting of great composure and perfect measure. It will accept the new proportions permitted by new materials, while always subordinating them to that divine harmony which is the essence of all our arts and our spirit. It will agree more and more to renounce empty formulae and colourless repetitions and embrace absolute simplicity an sincerity of form, but it will not always be able to reject as a matter of principle the caress of a suitable decoration*” (Piacentini apud Borsi, 1987, p. 25).

parte importante da cidade existente, com a implementação e construção do plano da Cidade Universitária de Coimbra (CUC), a partir dos anos 40 do século XX. A zona da cidade que correspondia àquela designada como Alta Universitária resultava da imposição dessa intervenção mais significativa, com a materialização espacial das aspirações políticas de um Estado Novo pujante, com o poder de regular a ordem ao nível da cidade e a vida dos seus habitantes, através de um plano de obras (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, pp. 91–97). Nesse instrumento, a implantação da CUC era assumida com uma forte pronúncia da simetria, dos eixos e da escala monumental, referenciados aos espaços, aos edifícios e às artes visuais que, por sua vez, se tornavam elementos fundamentais para a composição do espaço, de acordo com traço de Cottinelli Telmo, esboçado desde o primeiro estudo de plano, de 1942.

Cidades universitárias: Estrutura e imagem como símbolos ideológicos do regime

Apesar de a arquitetura construída e promovida pelos regimes totalitários durante o século XX apresentar, entre si, as mesmas características formais e estéticas, tal não significava que estas lhe eram exclusivas⁴³⁶, muito pelo contrário.

A modernização dos serviços e dos espaços estatais constituía-se numa questão imperativa, obrigando a uma permanente necessidade de conhecimento sobre os processos e protocolos urbanos desenvolvidos pelos diversos regimes e Estados, com o propósito de se tomar consciência da condição da arquitetura, das suas linguagens e das suas formas e dimensões. Tratava-se de perspetivas que se haviam tornado globais através de concursos⁴³⁷, exposições e publicações internacionais⁴³⁸, bem como pelas inúmeras viagens realizadas por arquitetos, assumindo-se improvável que uma solução ou proposta para determinado programa fosse, exclusivamente, de influência local ou devido à exclusividade de qualquer ato criativo. Tal pressuposto seria assumido a partir do momento em que – quando a escala de intervenção era a escala da cidade – havia uma tendência para se fazer sentir uma forte influência internacional, depois de uma análise do *estado da arte*, como havia referido Vale (1992, p. 52). O *estado da arte* seria um instrumento operativo para o processo de projeto, tendo em conta a necessidade de se estudar os protocolos precedentes ao nível

⁴³⁶ A propósito desta premissa verificada por Speer (1970a, p. 140), consultar a abordagem da linguagem utilizada no projeto de arquitetura, para dois exercícios da CUC, no artigo intitulado “Um *exercício dual* Património Mundial: a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e a Associação Académica de Coimbra”, no presente capítulo, desta tese.

⁴³⁷ A título de exemplo, lembramos que, em 1926, era aberto um concurso internacional de arquitetura para a construção do Palácio das Sociedades das Nações, com o seguinte ponto: “*The Palais, whose construction is the object of the competition, is intended to house all the organs of the League of Nations in Geneva. It should be designed in such a way as to allow these organs to work, to preside and to hold discussions, independently and easily in the calm atmosphere which should prevail when dealing with problems of an international dimension*”. Foram submetidos 377 projetos para avaliação. Por causa do elevado volume de participantes, o júri decidiu não ter capacidade para chegar a um consenso e, como consequência, decidia nomear os arquitetos Carlo Broggi (Itália), Julian Fleggenheimer (Suíça), Camille Lefèvre e Henri-Paul Nénot (França) e Joseph Vago (Hungria) para desenvolverem um plano, em conjunto. A pedra de fundação seria lançada em 7 de setembro de 1929. Cf. The United Nations office at Geneva – *Construction of the Palais des Nations*. [online] Disponível em <[http://www.unog.ch/80256EE600581D0E/\(httpPages\)/306A6D6505098824C12579BC0041A4A7?OpenDocument](http://www.unog.ch/80256EE600581D0E/(httpPages)/306A6D6505098824C12579BC0041A4A7?OpenDocument)>, acessado em 10/02/2017.

Lembramos, também, que era aberto um concurso internacional para o Palácio dos Soviéticos, processo que decorreria entre 1931 e 1933, ao qual vários arquitetos europeus responderam, designadamente, Le Corbusier e Walter Gropius (que já tinham concorrido ao concurso do Palácio das Nações); todavia, o projeto escolhido seria aquele que fora apresentado por Boris Iofan, acabando por ser o arquiteto russo a ganhar o concurso internacional (Frampton, 2000). Este resultado teria várias implicações para o Movimento Moderno, em que a mais imediata, se verificava na demonstração do afastamento dos arquitetos russos com o ideal moderno; em consequência, a localização do congresso dos CIAM IV de 1933, que estaria previsto para se realizar em Moscovo, era alterada devido às incompatibilidades teóricas evidenciadas pelo resultado do concurso, acabando por ser realizado num cruzeiro entre Marselha e Atenas (E. Mumford, 2009).

⁴³⁸ No século XX, durante o período entre as duas Guerras Mundiais, foram realizadas as Exposições Internacionais do Rio de Janeiro (1922), das Artes Decorativas de Paris (1925), de Barcelona (1929), de Chicago (1933), de Bruxelas (1935), de Paris (1937), de Nova Iorque e de São Francisco (1939). Algumas, apesar de programadas, acabariam por não se realizar, como a Exposição especial de Colónia, com o tema “Transportes e Comunicações: estrada, caminho-de-ferro, água” (1940) ou, a Exposição de Roma, a E42 (1942). Cf. Acciaiuoli, 1998; Galopin & Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, 1997).

do desenho, da estrutura urbana e da organização espacial e, paralelamente, tendo em conta a necessidade de se estudar as questões ao nível dos sistemas construtivos, das tecnologias e dos materiais.

Deste modo, estes acontecimentos constituíam-se como uma plataforma de divulgação e de difusão, não só das ideias teóricas e políticas, como também do desenvolvimento técnico construtivo, demonstrando a capacidade de modernização de cada país participante. Estes acontecimentos, designadamente, as exposições e os concursos internacionais que, desde o século XIX, foram tendo lugar em várias cidades, caracterizavam-se pela promoção do debate, da crítica e do confronto entre diversas correntes, ideologias e movimentos. Conforme escreveria a revista *L'Architecture d'Aujourd'hui*, em 1937, eram as exposições internacionais as grandes promotoras dos eventos que “*sempre exprimiram a plástica do seu tempo, (...) uma certa moda no seu apogeu com alguns corajosos ensaios vanguardistas e algumas reminiscências de modas do passado*” (Galopin & Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, 1997, p. 191).

Nesse sentido, a obra de arquitetura, a maioria das vezes ‘efémera’ (Telmo, 1938), seria o objeto-símbolo de um país; objeto-símbolo este que, como toda a propaganda e publicidade, seria representativo do que de melhor então se praticava na vertente nacional. Portugal, consciente desta janela de oportunidade, participou nas exposições internacionais de Paris (1937), de Nova Iorque (1939) e de São Francisco (1939), tendo desenvolvido concursos internos para escolher cada pavilhão nacional a apresentar nos palcos internacionais (Acciaiuoli, 1998). O regime de Salazar, apesar de “*se autoconsiderar neutro*”⁴³⁹ em relação às opções políticas que iam sendo tomadas pela Europa⁴⁴⁰, não deixava, porém, de sofrer algumas influências externas, uma vez que ia sendo informado, regularmente, pelas embaixadas ou corpos diplomáticos destacados junto dos diversos governos estrangeiros, sendo dado especial destaque para o regime nazi⁴⁴¹ e o fascista⁴⁴², para além das influências geradas a partir dos grandes acontecimentos e contactos pessoais e institucionais que se iam concretizando⁴⁴³.

Nesse sentido, as universidades, por se constituírem num palco privilegiado para uma troca de influências, aprendizagens e conteúdos, tanto dos desenvolvimentos científicos e técnicos, como também dos domínios programático-políticos, seriam alvo de atenção, fazendo parte, também, dos investimentos de modernização. Nesse sentido, a atualização dos seus equipamentos mereciam um maior cuidado, quer no planeamento, quer na construção. Em vários países da Europa, núcleos de cidades universitárias tinham sido ou estavam a ser construídos, utilizando uma linguagem comum, designada como “*classicismo monumental*” (Jencks, 1992, p. 49), com o intuito de serem redefinidos os parâmetros modernos de uma abordagem clássica, utilizando a simetria, a axialidade, a monumentalidade e a grande imagem cénica, para tal. Parâmetros esses de uma arquitetura internacional, que se propunha global porque comum a todos, não só aos regimes totalitários, como também, àqueles que utilizaram a dinâmica das obras públicas como resposta a uma crise económica generalizada, a partir do *crash* da bolsa de Nova Iorque. A única diferença entre uns e outros era evidenciada pelas atuações e pelos propósitos; os regimes totalitários ou ditatoriais pretendiam desenvolver, com a nova linguagem arquitetónica, um novo paradigma de ordem e de modelo

⁴³⁹ Em entrevista ao *Daily Telegraph*, reproduzida pelo *Diário da Manhã* de 06/08/1936, Salazar declarava, inclusivamente, o afastamento ideológico do regime nazi (P. V. de Almeida, 2002, p. 209; M. B. da Cruz, 1988, p. 51).

⁴⁴⁰ De acordo com Salazar, a neutralidade serviria como estratégia de preservação nacional das “*questões alheias*” (A. de O. Salazar, 1945, p. XVIII) de uma “*Europa perturbada, amargurada, ansiosa*” (A. de O. Salazar, 1945, p. XVII).

⁴⁴¹ Para uma leitura mais aprofundada sobre este tópico, consultar a leitura relativa à atividade de Veiga Simões, diplomata português na Alemanha do *III Reich* (Madeira, 2005).

⁴⁴² Luís Miguel Correia apresentava a fotografia do *duce* Mussolini exposta na secretária de trabalho de Salazar, a propósito da sua ‘preferência’ pelo fascismo italiano (L. M. M. de V. Correia, 2015, p. 48).

⁴⁴³ Designadamente, os contactos desenvolvidos entre as publicações e os seus correspondentes ou, ainda, entre os membros de reuniões, grupos ou congressos internacionais, como se verificam nos casos dos arquitetos Porfírio Pardal Monteiro ou Cottinelli Telmo, entre outros (J. P. Martins, 2004).

moral de sociedade, obedecendo a uma hierarquia de valores, cujo preceito mais alto era demanda do Estado.

Em 1934, através de impulso de lei⁴⁴⁴, o Governo de Portugal decidia reformular a Universidade de Coimbra (UC), após pressão exercida pelo próprio Senado Universitário, que manifestava a sua incompreensão, a abordagem do reitor João Duarte de Oliveira e no discurso de Mário de Figueiredo, pelo facto de Lisboa ser alvo de preferência do governo para a construção “*de aparelhagem material que serviria de base à futura cidade universitária*” (Figueiredo in Senado da Universidade de Coimbra, 1929, p. 155). O diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra relembra que a UC era “*a única onde se verificam requisitos de ambiente, tradição, etc., indispensáveis à existência de uma cidade universitária – naquilo que ela tem de moralmente superior – tem o direito e o dever de reclamar para si essa mesma aparelhagem, ou antes, a valorização daquela que já possui*” (Figueiredo in Senado da Universidade de Coimbra, 1929, pp. 155–156). Todavia, Mário de Figueiredo também esclarecia que Coimbra não tinha “*que pedir a fundação de uma cidade universitária, mas, apenas, a valorização material da que já existe, de forma a habilitá-la a cumprir completamente a sua função cultural e educativa*” (Figueiredo in Senado da Universidade de Coimbra, 1929, p. 156). A justificação do Senado da UC pressupunha que a UC tinha sido a universidade de Portugal, durante séculos, cuja importância se constituía tanto ao nível de uma dimensão nacional, como também se constituía na sua dimensão ultramarina, por excelência.

Depois de duas primeiras comissões não consequentes – a primeira de 1934-36 e a segunda de 1939-40 (Rosmaninho, 1996) – e de diversas vicissitudes e condicionantes, seria em 1941⁴⁴⁵ que, de facto, arrancavam com ímpeto impositivo, os estudos para a nova Cidade Universitária de Coimbra (CUC), sob a liderança do arquiteto-chefe Cottinelli Telmo⁴⁴⁶, da Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra (CAPOCUC), nomeado pelo ministro das Obras Públicas e Comunicações (OPC), Duarte Pacheco. Deste modo, o primeiro esboço do plano de obras da CUC surgia em 1942, com o título “Ensaio de conjunto de massas conciliando os vários dados do problema”, que surgia após uma conversa do ministro Duarte Pacheco com, presumivelmente, Cottinelli Telmo, como apontava Nuno Rosmaninho (2006, p. 75). Queriam os desígnios que a imagem da proposta apresentada para a CUC – cantada como a eterna ‘lusa Atenas’ – fosse buscar a descrição realizada para “*uma acrópole de Lisboa*” (Telmo, 1936, p. 25), em 12 de dezembro de 1934, no discurso “Os novos edifícios públicos”, proferido por Cottinelli Telmo, como sendo a imagem do que se considerava ser uma cidade moderna⁴⁴⁷.

Os arquitetos modernos, enquanto criadores de novas linguagens, necessitavam, em determinados momentos, de uma condição para obter o ‘grau zero’ ou a ‘folha em branco’, enquanto valor necessário ao

⁴⁴⁴ A Portaria de 04/12/1934 nomeava a comissão de estudo para reformular e construir a CUC e a Portaria de 11/12/1934 definia o programa para a realização do estudo; ambas eram publicadas em Diário do Governo nº 294, II série, de 15/12/1934, p. 5413.

⁴⁴⁵ Entre 1941 e 1969, era constituída a CAPOCUC (Decreto-Lei nº 31576/1941, publicado em Diário do Governo nº 241, I série, de 15/10/1941, p. 910-911; e extinguida por Decreto-Lei nº 49169/1969, publicado em Diário do Governo nº 182, I série, de 05/08/1969, p. 981-983). Os arquitetos responsáveis pela fase ascendente e propositiva da CAPOCUC seriam os mais significativos: José Ângelo Cottinelli Telmo, entre 1941 até 08/09/1948 (dia do seu falecimento precoce), foi o impulsionador do plano geral da CAPOCUC; e Luís Cristino da Silva, que asseguraria a realização e evolução do plano, oficialmente, a partir de 1949 até 1966, ano em que atingia a idade legal de reforma.

⁴⁴⁶ Essa função já lhe havia sido atribuída pelo ministro, noutras situações de Comissão Administrativa do Plano de Obras, como no caso da Exposição do Mundo Português, que tinha sido realizada a propósito da comemoração dos centenários da nação, em 1940 e, ainda, no caso da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império e Zona Marginal de Belém, entre 1941 e 1945. Consultar o artigo intitulado “Seguindo o fio de Ariadne II: o Atelier de Belém”, neste capítulo 4.

⁴⁴⁷ “*Um edifício novo e bom não basta: é preciso que haja um lugar para êle e êle esteja no seu lugar. Onde está êsse lugar, se a cidade tem que sofrer uma transformação que ainda não sabemos qual é? E façam-se demolições. Não alimentemos sentimentos mal definidos, piéguices, nem demos fôrça à hesitação, à timidez, ao preconceito. Uma das coisas que mais nos embaraça é o pitoresco!... (...) A expressão da arquitectura dos nossos dias não nasceu dum desejo de fazer diferente nem pobre, nasceu antes de mais nada duma reacção natural contra a desordem, contra o falso pitoresco, o insignificante pitoresco das construções do século passado e do começo dêste – e, por acaso, veio ao encontro das dificuldades da época que atravessamos. (...) Chegámos ao “caixote” como depreciativamente se diz: é facto: mas que intenção nobre não há na renúncia a todos os postigos, na busca da pureza máxima! (...) Será êste o estilo dos futuros edifícios públicos*” (Telmo, 1936, pp. 19–24).

estágio da criação, porque, “quando aplicado à arquitectura, o Grau Zero é uma mitologia da linguagem arquitectónica” (Zevi, 1982: 41). Tal valor não deveria ser abandonado enquanto desafio permanente à criação em arquitetura, pese embora toda a realidade contextual de qualquer projeto para construção.

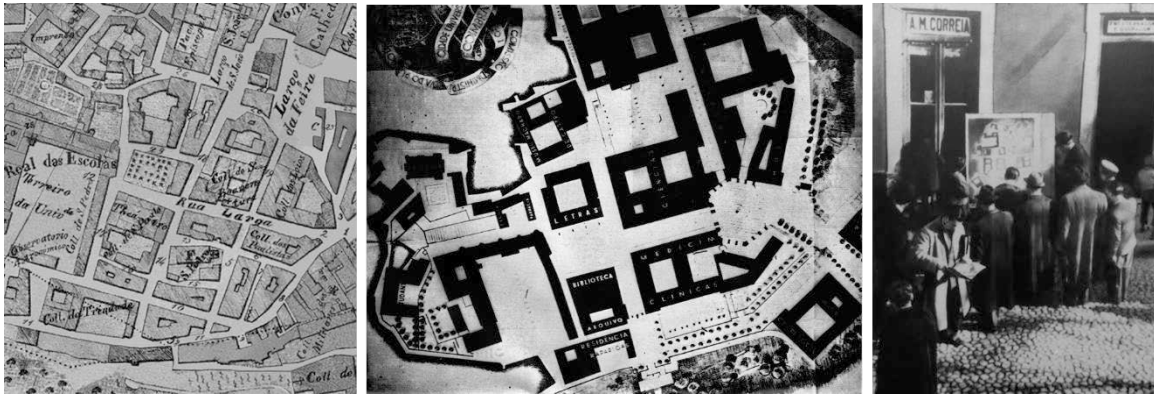


Fig. 23 – Planta da Alta Universitária, da planta de Coimbra, executada por Izidoro Emílio da Expectação Baptista, em 1845 (Referência: ACMC)⁴⁴⁸; plano de obras da CUC, de 1942, de Cottinelli Telmo, apresentado na obra de Maximino Correia, *Ao serviço da Universidade de Coimbra: 1939-1960*, sob a legenda “planta inicial da Cidade Universitária de Coimbra”⁴⁴⁹; exposição do plano da CAPOCUC, na Encadernação de António Maria Correia, na Alta demolida (Fotografia: AAEC)⁴⁵⁰.

Em Coimbra, o regime optava pelo “*monumentalismo classicista*” (Zevi, 1989, p. 17) para definir a nova imagem da acrópole universitária, a ‘lusa Atenas’, destinada ao isolamento, de modo a propiciar uma vida académica ordenada⁴⁵¹ sem interferências que perturbassem o desejável recolhimento para o estudo das futuras “*camadas selectas*” da nação (A. de O. Salazar, 1945, p. XXII). Nesse sentido, a Alta universitária constituía-se num palco privilegiado para a imposição de uma linguagem geométrica, traçada a “*régua e esquadro*” (S. V. Costa, 2016), que não se mostrava sensível às características da estrutura urbana ou à vivência sócio-espacial do lugar (Fig. 23). Não deixaria, todavia, de ter que se reajustar ao espaço que lhe estava disponível (Rosmaninho, 1998), bem como às condicionantes locais, topográficas e patrimoniais – resultado que, em algumas situações, se verificavam soluções forçadas e não resolvidas – que ainda hoje se equacionam – como um cunho particular, inerente ao local. No entanto, esta tal conjuntura só se proporcionava possível, de facto, por ter sido facultado, à equipa, um quase ‘grau zero’ para a implementação do plano.

CUC: A procura da imagem apropriada

Das várias influências que se devem ter em consideração, para além das tendências e gostos pessoais que os vários intervenientes poderiam ter, são as escolhas e opções oficiais para o estudo e conhecimento de determinadas arquiteturas que as construções do Estado Novo foram absorvendo e assimilando nas respostas aos diversos programas e aos seus locais de implantação. A experiência através de eventos nacionais e internacionais, como as exposições internacionais (já referidas) e as comemorações dos centenários – que tiveram na Exposição do Mundo Português (1940) o acontecimento central⁴⁵² – criaria

⁴⁴⁸ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁴⁴⁹ Cf. (M. Correia, 1963).

⁴⁵⁰ Cf. (AAEC, 1991, p. 27).

⁴⁵¹ Giuseppe Pagano, arquiteto da equipa de Piacentini para a Cidade Universitária de Roma (CUR), evocava o livro *Génesis* para justificar a ‘ordem’, “*il primo atto di Dio come un atto di ordine: la divisione tra le tenebre e la luce*” (Pagano, 1938, p. 2), fazendo, também, uma apologia do ângulo reto, para a construção de um ideal de novo mundo “*ordinato e geometrico*” (Pagano, 1938, p. 3).

⁴⁵² “*A exposição de 1940 marcou um ponto de inflexão, cujo carácter simbólico não pode ser ignorado. (...) Mas outro elemento deve aqui ser assinalado: a exposição da ‘Arquitectura Moderna Alemã’ realizada em Lisboa em 1941 pelo III Reich, que enviou a Lisboa*

uma dinâmica aliada a um ímpeto construtivo, aplicada a todo o país. Tal dinâmica não desapareceria sem culminar na Exposição de Obras Públicas⁴⁵³, entre maio e novembro de 1948⁴⁵⁴.

Tendo em conta estas premissas, alguns acontecimentos determinavam-se basilares para a modelação da abordagem ao desenho da CAPOCUC, no traço do arquiteto Cottinelli Telmo⁴⁵⁵, numa primeira fase, e do arquiteto Luís Cristino da Silva, numa fase seguinte⁴⁵⁶. Por ser considerada a ‘universidade-símbolo’ portuguesa, as obras de construção da CUC, que haviam sido “*incluídas no programa das comemorações do Duplo Centenário de 1940*” (Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias, 1961, p. 10), foram consideradas prioritárias. De tal modo seria importante a sua construção, em termos político-promocionais nacionais e, também, ao nível externo e ultramarino, que a organização da CAPOCUC foi associada a mais duas comissões administrativas, que tinham as instalações executivas na Praça do Império, em Belém e que geriam a Exposição do Mundo Português (Fig. 24), pelo menos desde 1938⁴⁵⁷ e o Plano de Obras da Praça do Império e Zona Marginal de Belém (PIZMB), a partir de 1941.

A CAPOCUC ‘herdava’ o arquiteto-chefe das duas comissões executivas/administrativas prévias, bem como a própria equipa executiva (salvaguardando o cargo de presidente que seria atribuído ao reitor da universidade⁴⁵⁸) e as instalações oficiais, na Praça do Império, em Belém. As três equipas executivas dos três planos de obra – da Exposição do Mundo Português (1938-1940), da Urbanização da PIZMB (1941-1945) e da CUC (1941-1969) – tiveram como arquiteto responsável Cottinelli Telmo, que seria substituído nas últimas comissões administrativas – a CAPOIZMB e CAPOCUC –, pelo arquiteto Luís Cristino da Silva, aquando da morte do primeiro, em 1948. A primeira equipa, o Commissariado Executivo da Exposição do Mundo Português – que determinou o caráter efetivo das CAPO seguintes –, teria um mandato

o seu ministro A. Speer. O ministro português Duarte Pacheco foi profundamente impressionado pelos símbolos de ordem e de duração que se desprendia dos empreendimentos hitlerianos, sensível à ‘cruzada cultural’ que representavam” (França, 1981, p. 19).

⁴⁵³ Esta exposição expressava, pelo seu número de visitantes, o interesse que esta vertente suscitava no público nacional e estrangeiro, de acordo com os discursos oficiais publicados na revista de novembro de 1948, *Defesa Nacional* n.º 175, alusiva à Exposição de Obras Públicas. A revista, patrocinada pela Presidência do Conselho, era “*fiel ao seu programa político*”, como se afirma em muitos ofícios, para além de que, “*tôda a correspondência*” sobre qualquer assunto deveria “*ser dirigida aos Serviços de Propaganda*”, como afirmava em *N.B.* no final dos documentos (cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta CUC 2008-75) e, portanto, deverá ser feita uma ressalva quanto aos conteúdos apresentados.

⁴⁵⁴ Neste âmbito foi realizado o primeiro Congresso Nacional de Arquitetura, em Lisboa, de 28 de maio a 4 de junho de 1948, sendo Cottinelli Telmo o presidente da Comissão Executiva (Congresso Nacional de Arquitectura & Tostões, 2008).

⁴⁵⁵ A propósito das diretrizes assumidas no desenho do plano geral da CUC, Cottinelli Telmo já havia clarificado a sua leitura de uma intervenção estatal, no discurso “Os novos edifícios públicos”, em 1936, antes de apresentar o “Ensaio de conjunto de massas conciliando os vários dados do problema”, em 1942.

⁴⁵⁶ Sem deixar de referir João Filipe Vaz Martins, que foi nomeado vogal-arquiteto da CAPOCUC, de 1967 a 1969, identificamos, sobretudo, o arquiteto responsável pelo traço dos vários planos gerais, Cottinelli Telmo, de 1941 a 1948, e o seu sucessor, o arquiteto Luís Cristino da Silva, de 1949 a 1966, que permitira a continuação da construção das obras segundo as diretrizes do plano de Cottinelli e continuaria com o ímpeto propositivo de caráter ‘monumentalista’. Só estes seriam os responsáveis pelas diretrizes e indicações gerais que foram sendo assimiladas nos projetos específicos, onde muitos arquitetos foram chamados a intervir, como Alberto José Pessoa, Baltazar de Castro, Lucínio Guia da Cruz, Walter Distel e o próprio Cristino da Silva.

⁴⁵⁷ Em Portaria de 11/04/1938, há a nomeação da Comissão Nacional dos Centenários (Comissão Executiva dos Centenários, 1939c); todavia, em 28/10/1938, seria constituída uma equipa executiva, saída da primeira, a Comissão Executiva dos Centenários, que ficaria responsável pelas diretrizes e as várias secções da exposição e, ainda, seria constituído um ‘núcleo duro’, executivo, para a construção da exposição, o Commissariado, constituído por um comissário-geral, o embaixador Augusto de Castro, que tomaria posse do cargo em 28/12/1938, um comissário-adjunto, o engenheiro Manuel de Sá e Mello e um arquiteto-chefe, Cottinelli Telmo, ambos nomeados em 04/01/1939 (Comissão Executiva dos Centenários, 1939d, p. 5; Presidência do Conselho, 1938, p. 1440).

⁴⁵⁸ Apesar de ser atribuída ao diretor-delegado, o engenheiro Manuel de Sá e Mello (comissário-adjunto da Exposição do Mundo Português e presidente da CAPOIZMB), a responsabilidade máxima da comissão executiva, de acordo com o ponto 1 do artigo 2.º do Decreto-lei 31576, de 15/10/1941, a presidência da CAPOCUC era assumida pelos reitores da UC, António Luís de Moraes Sarmiento (de 1939 a 1941), Maximino José de Moraes Correia (de 1943 a 1960), Guilherme Braga da Cruz (de 1961 a 1962) e António Jorge Andrade de Gouveia (de 28/06/1963 a 1970). Cf. Universidade de Coimbra – *Correia, Maximino José de Moraes (1893-1969)*. [Online] Disponível em https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/CORREIAMaximinoJoseDemoraes, acessado em 12/03/2017; Universidade de Coimbra – *Gouveia, António Jorge Andrade de (1905-?)*. [Online] Disponível em http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/GOUVEIA_antoniojorge_andradede, acessado em 12/03/2017; Universidade de Coimbra – *Reitores dos séculos XX a XXI*. [Online] Disponível em http://www.uc.pt/sobrenos/historia/reitores_xx_xxi, acessado em 12/03/2017.

‘efêmero’, próprio de uma exposição, enquanto as outras duas tiveram um funcionamento mais prolongado e adequado aos programas urbanos em causa.

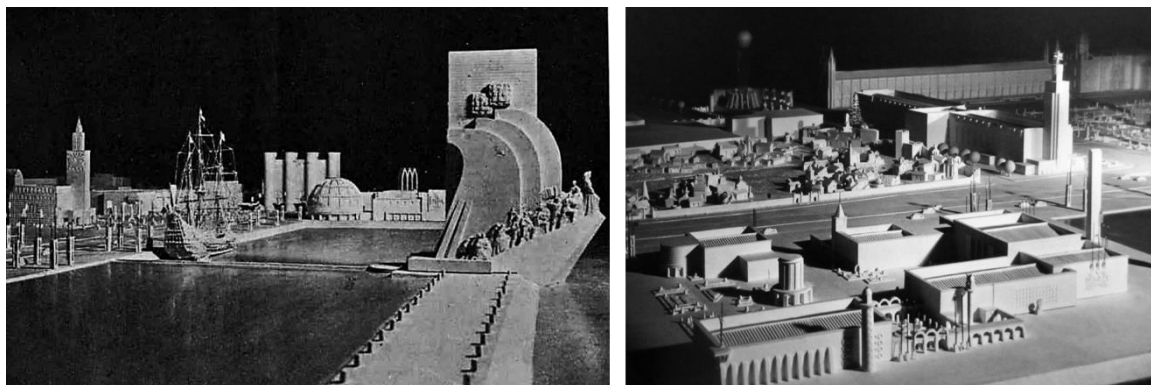


Fig. 24 – Maquete da Exposição do Mundo Português, exposta na sede do Comissariado da EMP, em 1939: vista sobre o designado Monumento das Descobertas, no primeiro plano; vista sobre os pavilhões de Etnografia Metropolitana, aldeias portuguesas e Praça do Império com os Jerónimos no topo norte⁴⁵⁹.

Todavia, verifica-se inegável a similaridade metodológica e concetual na abordagem e na escolha dos conceitos-diretrizes de projeto escolhidos por Cottinelli Telmo, na análise dos três planos – porque os três exemplos são declarações convictas de que “*a linha recta não morrerá, porque é o símbolo da ordem, da orientação, da finalidade atingida, do aprumo, da dignidade*” (Telmo, 1936, p. 24). Deste modo, os arquitetos do *atelier* da Praça do Império de Belém (o qual passaremos a denominar ‘Atelier de Belém’⁴⁶⁰) impunham, pelo lineamento dos vários projetos, a transformação dos próprios conceitos-diretrizes – *ordem, monumentalidade e axialidade* – em conceitos operativos, para responder ao desígnio de projeto. Com uma imposição geométrica e a criação de uma imagem cenográfica sobre o existente, dito desordenado, esse desígnio seria capaz de dotar a cidade com a restituição da dignidade considerada perdida para o ‘pitoresco’ (Telmo, 1936). A sinergia e as dinâmicas de projeto entre os três planos de obras verificavam-se tão evidentes e naturais que até o papel timbrado da Exposição do Mundo Português serviria para formalizar alguma desta correspondência entre a CAPOCUC e outras entidades, conforme alguns ofícios existentes no processo da CAPOCUC, no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), o demonstram⁴⁶¹.

Quanto a influências ou inspirações para a realização do plano da CUC, também poderão ser detetadas várias ações de pesquisa de conteúdos e de conhecimentos a nível internacional, bem como várias viagens de estudo ao estrangeiro que foram realizadas e relatadas por vários professores e arquitetos da CAPOCUC⁴⁶², havendo, portanto, um levantamento sistemático dos centros universitários europeus existentes, realizado *in loco*. Estas visitas sempre se constituíram, historicamente, como fundamentais para os arquitetos⁴⁶³, pois pela experiência do lugar, faziam uma melhor apreensão da estrutura e da organização

⁴⁵⁹ Cf. (O Século, 1939, p. 14 e 15).

⁴⁶⁰ Sobre o *Atelier de Belém*, consultar o artigo intitulado “Seguindo o fio de Ariadne II: o Atelier de Belém”, no presente capítulo.

⁴⁶¹ Nomeadamente, o ofício nº 835, de 11/07/1942, do secretário da CAPOCUC, para a secção de livraria da firma Pimentel & Casquilho, Lda – Engenheiros, a propósito de faturas de material e livros técnicos, tendo sido utilizado um papel timbrado com a inscrição “*Exposição Histórica do Mundo Português | Comissário Geral | Lisboa – Praça do Império – telefones – 81856 e 81857*”, assim como o ofício nº 869, de 12/08/1942, em tudo semelhante. Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta CUC 2008-75.

⁴⁶² Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pastas 46, 271, 361, 471-471C e 514; (Rosmaninho, 2006, p. 82–86). Das várias viagens realizadas, contam-se as visitas a universidades, centros de investigação e residências universitárias de Madrid, Salamanca, Barcelona, Roma, Bolonha, Milão, Florença, Paris, Lyon, Estrasburgo, Londres, Oxford, Cambridge, Estocolmo, Uppsala, Noruega, Bruxelas, Gante, Lovaina, Delft, Leiden, Dinamarca, Frankfurt, Berna, Zurique, Genebra, Neuchâtel, Friburgo e Basileia. Em ofício, de 24/09/1946, é reforçado que, devido à guerra, os estabelecimentos universitários alemães de Heidelberg, Göttingen, não seriam visitados e que a Universidade de Munique havia sido destruída.

⁴⁶³ Desde pelo menos os célebres desenhos de Piranesi até Frank Lloyd Wright, Le Corbusier ou mesmo Fernando Távora, a viagem evidenciava-se como um recurso inigualável para a formação dos arquitetos. Cf. (Mesquita, 2007).

espacial dos espaços. Para além deste aspeto, também se podia verificar outros aspetos essenciais ao projeto, relacionados com a luz, a orientação, a escala, a densidade, a pormenorização técnica material e construtiva, a plasticidade, a conjugação de obras de arte (sobretudo, escultura e pintura) e o seu significado, ou ainda, a estética concetual do objeto arquitetónico e urbano. Ou seja, para efeitos de arquitetura constitui-se muito importante o ambiente gerado em torno dos espaços, designadamente, os aspetos imateriais ou outros que não são identificáveis ou verificáveis através da análise e do estudo dos projetos e que, só mediante a perceção e verificação, *in loco*, podem ser conhecidos, compreendidos e recriados (Fig. 25).



Fig. 25 – Maquete do Plano de Obras da CUC realizada à escala 1:500, encomendada pela CAPOCUC e executada pelo modelador Ticiano Violante Torres, na década de 40 do século XX⁴⁶⁴. Fotografia: Rogério Figueira, GCU, UC⁴⁶⁵.

Se uma fotografia pode mostrar os códigos e a gramática da linguagem arquitetónica, fornecendo as “*provas*” do existente (Sontag, 1986, p. 15), não pode ser, contudo, uma experiência espacial. Nesse sentido, para o processo de projeto, não só a ‘prova’ seria um instrumento fundamental para o ato inerente à criação espacial, como um meio de “*acesso à experiência, a uma ilusão de participação*” (Sontag, 1986, p. 20), capaz de ir criando um arquivo de memória de conteúdos previamente definidos, à medida que vai sendo recolhida. Também a aquisição dessa ‘prova’ se tornava num processo de construção de referências, adquiridas pela própria experiência espacial, como foi sendo evidenciado pelas experiências do *Grand Tour* ou por aquelas que pretendiam “*coleccionar o mundo*” (Sontag, 1986, p. 13). Parece-nos óbvio que, no contexto do projeto, a imagem vale, sobretudo, como possibilidade de referente para um determinado espaço; contudo, o seu valor não teria a ver com situações de mimetismo, embora qualquer transferência de uma aparência real para uma película seja um modo eficaz de tornar presente uma solução, que se torna útil para o desenvolvimento de qualquer proposta de projeto.

Adicionalmente às referências das viagens realizadas, diversas correspondências trocadas, entre o ministro das OPC José Frederico Ulrich⁴⁶⁶ ou o diretor-delegado da CAPOCUC, engenheiro Manuel de Sá e Mello e os diversos Consulados, Embaixadas e Representações diplomáticas de Portugal pelo mundo, atestavam os pedidos e solicitações, quer de planos e projetos, imagens e fotografias das respetivas cidades universitárias, quer de livros e revistas especializadas. Desta forma, informação variada chegava ao Atelier de Belém pelo desenho, mas também – e sobretudo – pela fotografia, que se apresentava como um meio eficaz de divulgação do existente, sem, contudo, deixar de querer transmitir os conceitos e programas aplicados ao objeto construído.

Como os exemplos eram muitos, em 1944, Sá e Mello remetia um ofício⁴⁶⁷ ao ministro das OPC, explanando os resultados obtidos em vários estudos e relatórios produzidos, para melhor se analisar as

⁴⁶⁴ Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pastas 8 e 8A.

⁴⁶⁵ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁴⁶⁶ José Frederico Ulrich tomou posse do cargo em 04/02/1947.

⁴⁶⁷ Ofício de 08/06/1944, de Sá e Mello para o ministro das OPC, onde era assumida a relação proporcional direta, entre a CUC com a CUR (cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 3). Rosmaninho verificava a escolha desta opção, quando Maximino

opções a considerar para a CUC, evidenciando duas soluções de abordagem projetual. No primeiro exemplo, referia-se às ‘cidades universitárias em superfície’ – “*ocupando áreas muito extensas, solução adoptada nos países novos e de grandes recursos materiais*” –, como as universidades na Argentina, Brasil, Estados Unidos e Madrid; no segundo, refere as ‘cidades universitárias com áreas reduzidas e os serviços concentrados’, uma solução europeia – “*devido, quer à tradição e convivência do aproveitamento dos edifícios existentes, quer à falta de recursos e de terrenos disponíveis com a área necessária*” –, verificada em Roma, Oslo, Berna e Atenas. Depois de analisadas as duas hipóteses de abordagem de projeto, Sá e Mello assumia a segunda como sendo a melhor para Coimbra, sublinhando os resultados da Cidade Universitária de Roma (CUR), quer em área de implantação, quer em número de alunos, como sendo o dobro dos números reais e disponíveis de Coimbra e, por isso, os mais ajustados⁴⁶⁸.

Não seria, por isso, indiferente ao Atelier de Belém o poder da imagem da CUR, quer pelos desenhos de projeto, quer pelas próprias construções realizadas, quer pelas imagens capturadas e divulgadas dos edifícios erigidos, através dos vários meios mencionados (fotografias e desenhos enviados pelas delegações portuguesas em Itália, publicações periódicas e publicitárias e ainda visitas de estudo e de levantamento aos locais). Também não deve ser desprezado o impacto de admiração produzido na perceção do ministro das OPC Duarte Pacheco, quando realizou uma viagem a Roma, em 1937, onde os trabalhos para enaltecer a figura do *duce* estavam em realce por toda a cidade. A viagem, em causa, havia sido realizada a Paris e a Roma, em 1937, na companhia do arquiteto Porfírio Pardal Monteiro (J. P. Martins, 2004, p. 160; Pardal Monteiro, 2012, p. 68; Pedrosa, 2009, p. 87). Tendo em conta que Pardal Monteiro estava a desenvolver projeto para as novas instalações da Cidade Universitária de Lisboa, esta viagem constituía-se numa *missão de estudo*, uma vez que teria como objetivo, visitar as respetivas cidades universitárias. Todavia, a viagem a Roma e à CUR, em particular, teria sido motivo para sublinhar a impressão bastante agradável do ministro Duarte Pacheco, durante a visita (Bento, 1991, p. 315). Da visita que realizou à CUR, resultaria um convite ao arquiteto Marcello Piacentini, responsável pela concepção do seu plano, para ser consultor e orientar o desenvolvimento do Plano Geral de Urbanização do Porto, no ano de 1938, para trabalhar com os Serviços Técnicos Camarários, em dezembro desse ano (Garrett, 1975; M. de S. Lobo, 1995, p. 67).

O poder da imagem no processo de projeto

Em termos formais e de concepção do espaço – e portanto, ao nível do desenho, imagem, escala e organização espacial –, a CUC assumia uma influência direta da CUR, embora, sem se poder dizer que a influência do traço mental de López Otero⁴⁶⁹ ou dos conceitos diretrizes de Speer, não estivessem presentes no ato de concepção da CUC, tendo em conta que o fenómeno de concepção em arquitetura não se entende como algo estanque a múltiplas influências de vária ordem.

A Cidade Universitária de Madrid⁴⁷⁰ (CUM) nascia por iniciativa do rei Alfonso XIII, por decreto real de 17 de maio de 1927, com o objetivo de ser um exemplo de desenho que se traduzisse num sistema unitário,

Correia afirmava (na sua obra *Ao serviço da Universidade de Coimbra: 1939-1960* (M. Correia, 1963)) que o plano da CUC havia sido “*concebido em moldes idênticos ao de Roma*” (Rosmaninho, 2006, p. 85).

⁴⁶⁸ No ofício de 08/06/1944, Sá e Mello esclarecia que, no que dizia respeito à área a ocupar e de implantação, “a Cidade Universitária de Coimbra, para a instalação de quatro Faculdades e uma Escola Superior e os seus dois mil estudantes ocupa – 16 hectares, excluindo o Jardim Botânico – 11, 5 hectares, área que está em relação com a de Roma 22 hectares para doze faculdades e duas Escolas Superiores – e 7500 estudantes”. Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 3.

⁴⁶⁹ Rosmaninho informava que, em 02/06/1944, López Otero havia ficado “*satisfeitíssimo com o novo diploma de sócio do Instituto de Coimbra*”, de acordo com a carta enviado por João Pedro Dias a Sá e Mello, de 29/05/1944, já que o seu primeiro diploma havia sido destruído durante a guerra civil espanhola (Rosmaninho, 2006, p. 85), aferindo as boas relações – que haviam sido iniciadas antes de 1936 – entre a UC/CAPOCUC e o arquiteto da CUM.

⁴⁷⁰ A CUM foi declarada conjunto Histórico-Artístico, em 1983, sendo considerado pelo reitor Villapalos, “*un exponente cultural de la Nación desde el punto de vista docente, científico, urbanístico, medio ambiental y arquitectónico, sin ahorrar esfuerzos para realzar*

com o intuito de ser criada uma universidade modelo, localizada no parque da Moncloa – cedido pela coroa para o efeito, como referia o reitor da Universidad Complutense de Madrid, Gustavo Villapalos (Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid, 1988, p. XI). Pilar Chías Navarro esclarecia que o primeiro projeto de conjunto surgia em 1928, pelo traço do arquiteto López Otero (Chías Navarro, 1993), pese embora, essa ideia viesse a ser considerada desde 1911, quando havia sido tornada pública a motivação de melhorar as condições sanitárias e as de assistência social na capital (Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid, 1988, p. 163). A situação de decadência dos edifícios universitários madrilenos resultava do tempo decorrido desde a sua implementação e adaptação, em 1836, aquando a transferência da Universidade de Alcalá de Henares para Madrid⁴⁷¹, sem que tivesse havido lugar a um planeamento de organização espacial e/ou institucional; conseqüentemente, muitos casos eram o resultado decorrente de soluções improvisadas e de transição que, paulatinamente, se foram transformando em soluções permanentes.

Nas palavras de Antonio Bonet Correa, o projeto geral do arquiteto Modesto López Otero exprimia uma tensão entre *modernidade* e *classicismo*, tendo sido considerada desde o início, do ponto de vista cultural, como a “nova Atenas”, a cidade platónica do saber, do templo e da sabedoria (Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid, 1988, p. 1). Construída em terreno amplo, trazia para Espanha a novidade do modelo do *campus* universitário norte-americano, uma realidade diferente daquela das universidades europeias, comumente, inseridas nos centros urbanos e, por esse facto, mais compactadas e condensadas na apropriação do espaço. Pese embora a formalidade do conjunto da CUM, Bonet Correa lembrava, no entanto, que a solução não seria uma novidade teórica. Nessa perspectiva, eram lembrados os casos de Salamanca, cidade universitária fortemente votada para as funções do estudo e da docência e, sobretudo, de Alcalá de Henares, modelo de cidade universitária isolada em si própria, com todas as funções urbanas inerentes a uma cidade, mas vocacionada, em exclusivo, às atividades universitárias, que havia sido planificada pelo Cardeal Cisneros, em terrenos livres e adquiridos para tal propósito. Sob estes argumentos, Bonet Correa afirmava que “*en realidad la nueva Ciudad Universitaria madrileña era una forma moderna de retomar la tradición cisneriana perdida*” (Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid, 1988, p. 4).

Antonio Fernández Alba esclarecia que, o exemplo de Madrid, que saía de um desígnio real de modernizar a Espanha, estendia-se por uma área de 320 hectares, a noroeste de Madrid, vendo os primeiros trabalhos de construção a serem realizados, em 1930 (Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid, 1988, p. 151). Complementarmente, Carlos Flores López lembrava o ambiente cultural da primeira fase da CUM, designadamente, entre 1925 e 1929, um período dominado por uma crescente percentagem de construção modernista: pavilhão do *l'esprit nouveau*, de Le Corbusier (1925), o pavilhão da URSS, de Melnikov (1925), os edifícios da Bauhaus, de Gropius (1926), o projeto para a Sociedade das Nações de Le Corbusier (1927), ou o pavilhão da Alemanha de Mies van der Rohe (1929), em Barcelona, como outros de Taut, Rietveld, J.P.Oud, Mendelsohn, Dudock, Schauroun – demonstrando que, “*al menos desde un punto de vista formal y espacial, las diversas corrientes de una nueva vanguardia arquitectónica se hallaban suficientemente establecidas*” (Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid, 1988, p. 121).

su importancia como parque urbano edificado” (Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid, 1988, p. XI).

⁴⁷¹ Para uma leitura mais aprofundada sobre este tema, consultar o artigo “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos”, no capítulo 3, da presente tese.

Todavia, de acordo com Sofía Diéguez Patao, com a queda da monarquia e a ascensão de Franco ao poder, a CUM seria um dos palcos da guerra civil, ocorrida entre 17/18 de julho de 1936 e 1 de abril de 1939, tendo a destruição sido calculada em 40% do construído. Desta forma, a CUM passaria a ser símbolo de resistência do exército de Franco, que havia designado uma vontade de reconstrução e renovação da CUM, não só ao nível arquitectónico-urbanístico, como também, ao nível moral (Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid, 1988, p. 55).

Em 10 de fevereiro de 1940, conseqüentemente, era criada a Junta de la Ciudad Universitaria, presidida pelo próprio General Franco, sendo nomeado o arquiteto López Otero para director. Imediatamente, Lopez Otero delineava um plano geral de reconstrução e renovação da CUM (Fig. 26), dando início a uma revisão dos projetos iniciais do pré-guerra civil, para garantir a sua continuidade. Pilar Chías Navarro lembrava as viagens de estudo realizadas pelo grupo de arquitetos que compunham a Junta, às Universidades de Leiden, Amsterdão, Utrecht, Estrasburgo, Colónia, Lyon, Hamburgo, Berlin, Yale, Harvard, Boston, Toronto, Michigan, Rochester, Washington, Baltimore, New York e Montréal (Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid, 1988, p. 178), cujos relatórios e conclusões se demonstraram determinantes para estruturar a abordagem concetual do plano da CUM.

No entanto, seria ao nível da concepção do lugar, que a influência do desenho da CUM (Chías Navarro, 1993) mais se evidenciava para o delineamento mental da CUC, tendo em conta a citação evocada, por Chías Navarro, de López Otero, retirada das notas do arquiteto, intituladas “La Ciudad Universitaria y la Arquitectura Biotécnica”, ao referir que “*la Ciudad Universitaria debe ser un refugio como lo era el claustro de la Edad Media, para El estudio y la meditación. El carácter público de la Ciudad Universitaria puede haber sido un gran inconveniente: el error ha sido intercalar otras circulaciones*” (Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid, 1988, p. 185).

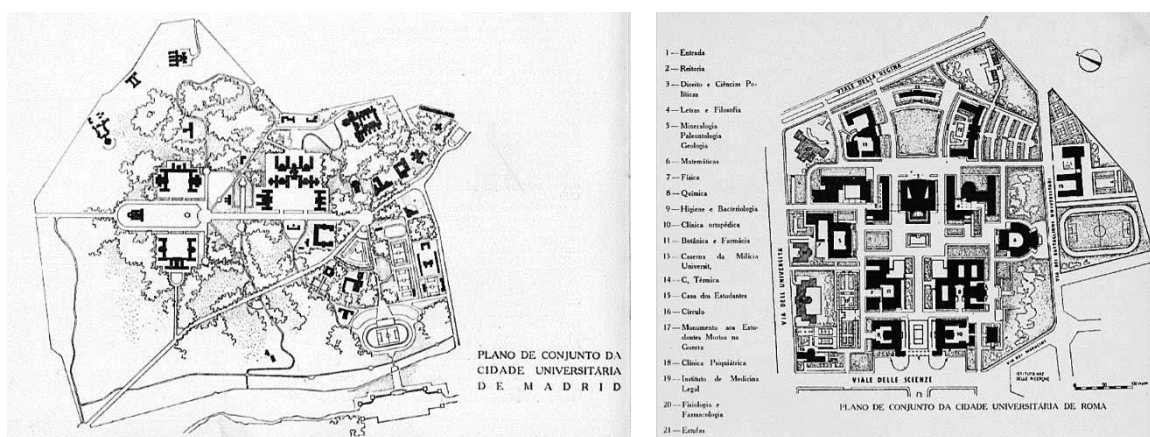


Fig. 26 – Plano da Cidade Universitária de Madrid (1928/1940), de López Otero e plano da Cidade Universitária de Roma (1932), de Marcello Piacentini⁴⁷².

A Cidade Universitária de Roma (CUR) conhecia o início da sua concepção, a partir do plano de obras da CUR havia sido atribuído ao arquiteto Marcello Piacentini, em 1932 (Frampton, 2000). Nove arquitetos trabalhariam sob as suas diretrizes, “*através da repetição de elementos simples, os rudimentos do estilo fascista oficial*” (Frampton, 2000, p. 249), para a construção daquele espaço universitário, numa perspectiva de abordagem à arquitetura contemporânea que se exprimia pela ‘*imagem*’, pela ‘*medida*’ e pela

⁴⁷² Cf. (K. Amaral, 1956, p. 6 e 9).

‘composição’ como ‘princípios de simplicidade e sinceridade da forma’, que Piacentini havia assumido no seu livro de 1930, *Architettura d’oggi*⁴⁷³.

Piacentini justificava, na memória descritiva, que o tema de arquitetura da construção da CUR se baseava em três aspetos – ‘urbanos’, ‘técnicos’ e ‘económicos’ – os quais, considerava não serem simples de conjugar (Persitz, 1936, pp. 12–20). Apesar de a forma do terreno ser retangular, a disposição das edificações assentava numa hierarquia pré-estabelecida, onde a Reitoria se constituía como edifício principal, tornando-se no elemento orientador do plano. Contrariamente ao que tinha sido construído em Madrid, onde considerava ter havido uma dispersão casuística dos edifícios por um vasto território e aglomerados em núcleos direccionados às várias faculdades e, contrariamente, a outros casos de disposição linear, Piacentini afirmava que o objetivo, para a CUR, era trabalhar um tema recorrente da arquitetura italiana, onde o espaço era construído por uma composição arquitetónica e volumétrica bem definida, recorrendo a diferentes formas e construções – evocando a conceção da *agora* e do *forum* ou de praças e espaços dos séculos XV e XVI, enquanto espaços fundamentais da memória disciplinar da arquitetura italiana, desde a Antiguidade ao Renascimento – uma expressão completa e complexa traduzida para as formas modernas⁴⁷⁴ (Persitz, 1936, pp. 12–20).

Neste modelo italiano, a importância não era só dada ao edifício, que podia ser o marco simbólico da estrutura construída. Também o espaço entre edifícios se revelava como princípio concetual da conformidade do espaço, contribuindo para a leitura de um conjunto, que apesar de estar inserido no perímetro urbano, se pretendia autónomo e revelador de si próprio, para criar a sua própria imagem. Esta característica unitária e autónoma do projeto da CUR podia ser decalcada para o contexto, para o desenho e para a imagem da CUC (Fig. 26).

Todavia, não eram só as imagens, os conceitos e os planos das cidades universitárias que eram tidos em conta pelo Atelier de Belém. A influência teórica e geométrica da grande axialidade dos planos de Speer⁴⁷⁵, que assumiam a expressão monumental da ideologia alemã (Fig. 27), também se apresenta possível de equacionar, pelos resultados do processo criativo de Cottinelli Telmo para a construção da CUC, sobretudo, pela extensão da axialidade. Esta referência era colocada no desejo manifestado por Duarte Pacheco, em conversa com Cottinelli Telmo, em expandir o eixo orientador do plano da CUC⁴⁷⁶. Duarte Pacheco havia percebido a limitação formal do eixo do plano da CUC, que seria essencial para a sua monumentalidade e imagem. As condicionantes locais do terreno, marcadas pelo acentuado declive que a encosta nascente e

⁴⁷³ Cf. (Piacentini apud Borsi, 1987, p. 25).

⁴⁷⁴ “*J’ai donc voulu entreprendre, dans un thème très moderne, la conception de la meilleure tradition urbanistique qui nous provient de l’Antiquité gréco-romaine et de notre Renaissance. (...) c’est-à-dire l’expression complète et complexe de notre construction urbaine qui se traduit dans ce nouvel organisme et perpétue, sous des formes modernes, l’esprit de la civilisation ancienne*” (Piacentini apud Persitz, 1936, p. 15).

⁴⁷⁵ Relembramos a admiração da arquitetura de Albert Speer e do *III Reich*, demonstrada por Duarte Pacheco (França, 1981, p. 19), por Cottinelli Telmo (França, 2002, p. 69) e por Cristino da Silva, segundo Teotónio Pereira (J. M. Fernandes, 2015, p. 120).

⁴⁷⁶ De acordo com um texto manuscrito (talvez um rascunho para relatório ou memória descritiva), sem data, sem autor, com 8 páginas, transcrito para documento dactilografado (correspondente ao manuscrito, sem as rasuras, sem data, sem autor, 4 páginas) que, pelas informações prestadas, seja certa a autoria de Cottinelli Telmo, a dar conta do ponto de situação do processo de obras da CUC, intitulado “Cidade Universitária de Coimbra – Determinações, desejos e ideias do Senhor Ministro das Obras Públicas e Comunicações. O que está feito e o que está por fazer” (PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 103). Depois de relembrar a primeira reunião que tivera com o ministro, sobre a construção da CUC, o autor informava que “*desta primeira conversa nasceu um primeiro plano de conjunto que se foi alterando até ao actual que é, salvo erro, o quarto. As principais alterações deram-se na grande praça à entrada da Cidade Universitária, que o Arquitecto da Comissão começou por conceber circular, depois poligonal e por último rectangular. O Senhor Ministro conhece o último projecto e a “maquete” desta praça que mereceram a sua inteira aprovação. A ideia da grande escadaria que antecede a dita Praça de D. Diniz, pertence-lhe. Da conversa, uma noite, lastimávamo-nos que o eixo principal da Cidade Universitária não pudesse ser mais extenso, ou prolongado – e foi por ter mandado vir a planta da Cidade de Coimbra que sua Excelência se lembrou da possibilidade de lançar uma grande escadaria que satisfaria o objectivo apontado ao mesmo tempo que contribuiria para a grandeza do conjunto. Existe uma “maquete” da escadaria e há já vários estudos dela*” (documento manuscrito, página 1, sublinhados existentes). Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 103.

adjacente àquela que seria a praça de entrada na CUC, a Praça D. Dinis, proporcionavam um impedimento topográfico pela grande diferença de cotas⁴⁷⁷.



Fig. 27 – Fotografia da maquete para Berlim, do plano de Albert Speer. Fotografia: Albert Speer, Deutsches Bundesarchiv⁴⁷⁸.

Para traduzir uma maior extensão do eixo ordenador da CUC, composto pela praça da Porta Férrea – Rua Larga – Praça D. Dinis – mesmo que de modo empírico e concetual, apenas visível no traçado – determinava-se a introdução das Escadas Monumentais (Fig. 28). A sua implementação no projeto, mais do que responder a um aspeto prático de diferença de cotas, tentava responder, sobretudo, ao prolongamento axial da estrutura ordenadora do sistema. Este eixo, quer visual quer planimetricamente, desenvolvia-se para além das Monumentais e prolongava-se até à Rua Venâncio Rodrigues. Era (e é) possível observar a torre da Universidade, ao cimo desta artéria, junto à penitenciária, através de um eixo visual.

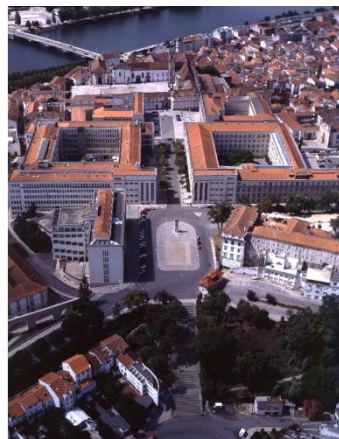


Fig. 28 – Vista aérea sobre a Alta, onde se visualiza o eixo ordenador da CUC, com prolongamento para a cidade. Fotografia: Filipe Jorge, GCU, UC, 2006⁴⁷⁹.

Todo este conjunto cénico idealizado e desenvolvido pela dupla Duarte Pacheco/Cottinelli Telmo, carregado de simbologia, inspirava-se na perspetiva cinematográfica do espaço – tão cara a Cottinelli⁴⁸⁰ – presente na concepção do plano de Speer para Berlim, onde, uma vez mais, havia um decalque teórico para

⁴⁷⁷ Sandra Vaz Costa e Nuno Rosmaninho defendem que o ‘espaço disponível’ para a construção da CUC era ‘exíguo’ para se criar a monumentalidade pretendida (S. V. Costa, 1998b, p. 79; Rosmaninho, 1998, p. 75).

⁴⁷⁸ Cf. Deutsches Bundesarchiv (1939-1944) – Bild 146III-373: Berlin. Umgestaltung der Reichshauptstadt Berlin (Planung für die "Welthauptstadt Germania") von Albert Speer. Blick vom geplanten Südbahnhof über den Triumphbogen bis zur Großen Halle (Nord-Süd-Achse). Foto aus dem Nachlass Albert Speer. [online] Disponível em [https://www.bild.bundesarchiv.de/cross-search/search/_1534950136/?search\[view\]=detail&search\[focus\]=6](https://www.bild.bundesarchiv.de/cross-search/search/_1534950136/?search[view]=detail&search[focus]=6), acessado em 14/05/2018.

⁴⁷⁹ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁴⁸⁰ Cottinelli Telmo era, também, cineasta e realizou o filme *A Canção de Lisboa*, em 1933 (J. P. Martins, 1995, 1998; M. J. R. Martins, 2014).

a concepção do espaço da CUC, através dos conceitos diretrizes que guiavam o Atelier de Belém: *ordem, monumentalidade e axialidade*.

Considerações finais

Este artigo propôs-se pensar a imagem como instrumento operativo de um projeto de arquitetura. A procura por imagens colecionáveis, capazes de criarem um arquivo de memória do mundo, sempre foi pertinente para o processo de projeto, por ser um meio privilegiado de comunicação e de influência, quer na receção, quer na transmissão dos conceitos e conteúdos produzidos.

A CUC constitui-se como parte integrante da área classificada da ‘Universidade de Coimbra – Alta e Sofia’, inscrita na Lista do Património Mundial da UNESCO, a 22 de Junho de 2013 e, adicionalmente, como um ativo do património arquitetónico local, nacional e mundial, representante de um estágio da evolução histórica, política, económica e social da Universidade, de Coimbra, de Portugal e do mundo. Também por este facto, o caso de Coimbra foi reconhecido como um património cuja evolução é o maior elemento de autenticidade e cujo processo evolutivo é uma fonte de ensino sobre a história da arquitetura, dos sistemas construtivos e da própria cidade.

Nesse sentido, importava estudar os princípios de atuação para a definição da intervenção do Estado Novo em Coimbra, na idealização e construção de uma cidade universitária que se defendia ser uma universidade-símbolo nacional, com projeção internacional e, sobretudo, ultramarina. Por este motivo, a CAPOCUC constituiu-se a partir de outras duas, de grande relevância para os desígnios de propaganda nacional, como a Exposição do Mundo Português e o Plano de Obras da PIZMB, dando volume e peso ao Atelier de Belém, que poderá ter sido um dos maiores centros estratégicos de decisão e de planeamento urbano, subordinado direto do ministro das OPC, neste período. Assim, perceber que relações existiram, que contactos foram realizados, que referências teórico-ideológicas foram tidas em conta para a concepção de projeto da CUC é perceber, também, os princípios ideológicos de atuação no processo de projeto de arquitetura, desde as influências e escolhas à concepção e à construção do espaço, inerentes ao Atelier de Belém e, por conseguinte, ao próprio Governo.

Foram enumeradas várias contingências e condicionantes de várias ordens, decorrentes de um período entre guerras, que, pese embora tenham sido determinantes internacionais, não deixaram de ter o cunho geográfico nacional; mas também foram enunciadas as técnicas-construtivas, espaciais e morfológicas, próprias de uma época, que contribuíram para o resultado que alterou a imagem urbana de Coimbra. Numa escala internacional, onde os processos conceituais e construtivos se conjugaram para uma arquitetura com abordagem comum a todos, a CUC teve o seu contributo, ao assimilar essa tendência globalizada nos seus próprios processos, que já vinham a ser replicados desde a participação de Portugal nas exposições e eventos internacionais.

Por tais circunstâncias e contingências, esses acontecimentos efémeros nacionais e internacionais, foram essenciais para moldar a imagem pretendida, por serem o reflexo do estado da arte internacional; assim como também foram determinantes os exemplos, previamente selecionados, de universidades estrangeiras, pela troca de correspondência e informações com várias delegações portuguesas no estrangeiro e entidades estrangeiras sediadas em Portugal.

Esse material solicitado e recebido, de várias cidades universitárias da Europa e da América, pretendia estabelecer uma aproximação ao estado da arte internacional. Sublinhando as influências assumidas pelas imagens recebidas, através de diversos suportes, pode ser aferido que a imagem, identificadora de uma ideia de projeto, foi um instrumento utilizado para responder aos preceitos arquitetónicos e ideológicos do

programa. Além disso, verificou-se que a imagem da CUC foi definida tendo por base, sobretudo, paralelismos e contornos similares à CUR, e, ainda, influências teóricas do plano urbano de Berlim, de Speer, promovendo um ‘monumentalismo classicista’, para responder tanto à equação programática, como à equação ideológica. Ou seja, no caso de Coimbra, para o projeto urbanístico e desenhos de alguns dos edifícios da CUC, foi determinante o conhecimento de outras intervenções congêneres. Nesse contexto, a recolha de informação desenhada e fotográfica foi crucial para o estágio de criação dos projetistas e fatores auxiliares de decisão por parte das entidades intervenientes.

A arquitetura e os seus processos e linguagens podem traduzir aspetos de uma identidade definida, ao refletirem nos seus exercícios de organização do espaço os conceitos que a definem. Com a troca de experiências espaciais, o Atelier de Belém delineou o espaço como desígnio de uma imagem idealizada pela ordem, monumentalidade e axialidade que correspondesse aos desígnios de um ‘tempo novo’. Ora, é neste paradigma que resulta a maior ironia da utilização dos conceitos e “*arquétipos do pensamento moderno*” (Jencks, 1992, p. 50): salvaguardando as diferenças ideológicas, estéticas e decorativas, os resultados eram considerados todos iguais.

4.3 Cidade Universitária de Coimbra, a *tabula rasa* como metodologia de projeto⁴⁸¹

Resumo

Em Portugal, durante as décadas de 30 e 40 do século XX, o país e a sua imagem seriam alvos de um processo de refundação promovida por uma propaganda ideológica que se exprimia – entre outros aspetos – numa intensa intervenção e regulação urbana, promovidas pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

À semelhança do que ia acontecendo no país, a Universidade de Coimbra, enquanto símbolo nacional e de intercâmbio cultural ultramarino, deveria acompanhar o esforço de modernização, representativo da capacidade empreendedora nacional, mas também, ser uma evidência de força e poder no palco político de influência internacional.

Assumindo-se como uma *ciudadela monofuncional*, uma grande parte da Alta de Coimbra sofreu grandes transformações, decorrentes de um processo que se estendeu entre 1934 e 1975. No entanto, foi só a partir da década de 40, que essas transformações se iniciaram, propiciadas pelas demolições necessárias para a implementação do seu Plano de Obras, aprovado para a expansão da área funcional da universidade.

O propósito deste trabalho visava evidenciar e relacionar os pressupostos e objetivos de projeto que foram sendo utilizados e conjugados ao longo do processo de transformação da Alta em CUC, desde 1934 a 1975, tendo em conta a influência que o espaço público adquiriu na reorganização do espaço urbano. Através da análise dos vários planos da CUC, podemos verificar o nível de intersecção e da fusão entre a *ciudadela universitária* e a cidade, ou seja, entre o espaço universitário e o seu contexto urbano consolidado.

Ao contrário do que pela Europa se verificava, pelas destruições da guerra, em Portugal, a *tabula rasa* fez parte do próprio processo de projeto, enquanto método de abordagem para a sua concretização. Esta premissa foi particularmente evidente no caso da construção da Cidade Universitária de Coimbra, evidenciando que a garantia da “folha branca”, tão cara ao processo criativo, só foi possível e verificada por uma assunção e exercício de poder.

Introdução

Qualquer intervenção na cidade existente constitui-se como uma ação que deve ser consciente não só das condicionantes do espaço destinado à intervenção, mas também, do seu contexto urbano, tendo em conta as transformações que vai refletindo e, em simultâneo, absorvendo, ao longo do tempo. Nesse sentido, o espaço urbano pode ser lido como um texto evolutivo e representativo das políticas de intervenção na cidade, que vão absorvendo as práticas e dinâmicas socioculturais, bem como, o conhecimento técnico, significativos de cada contemporaneidade. Deste modo, o espaço urbano pode ser compreendido como um resultado não só de uma evolução morfológica do seu espaço físico, mas também, de uma evolução sociocultural que vai estabelecendo dinâmicas de apropriação, de transformação e de desenvolvimento, nesse mesmo espaço.

⁴⁸¹ Este texto é a versão traduzida, revista e acrescentada do artigo publicado em versão impressa em dezembro de 2017 e em versão digital em janeiro de 2018, no número 8 da revista *Joelho – Revista de Cultura Arquitectónica: Ideas and Practices for the European city*, co-editado por José António Bandeirinha (CES, DARQ, UC) Luís Miguel Correia (CEIS20, DARQ, UC) e Nelson Mota (TU Delft), uma publicação do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, com sistema de arbitragem científica, intitulado “University City of Coimbra, ‘tabula rasa’ as a project methodology” (Capela de Campos & Murtinho, 2017e).

Os acontecimentos que nos permitem pensar em novos caminhos são, sobretudo, aqueles que se colocam no âmbito da perda, voluntária ou não, de ligações, de hábitos, de laços emocionais que o ser humano vai estabelecendo no seu meio e espaço de conforto, mesmo que muitas vezes associados a acontecimentos traumáticos. Os acontecimentos do século XX demonstraram ser basilares para a aquisição dessa consciência sobre o legado cultural que é a cidade existente, sobretudo, a europeia, com a consequência da perda adquirida a partir das destruições que as guerras infligiram em vários territórios.

Em Coimbra, porém, essa consciência foi contrariada e rebatida quando o governo de Salazar decidiu construir uma Cidade Universitária, sobre aquela urbana que, já desde o século XVI, desempenhava essas funções. A Cidade Universitária de Coimbra (CUC) foi concebida como um espaço isolado da restante cidade mas sobranceiro sobre esta, tal como uma cidadela que vigia, que protege e que, em última instância, se pode tornar refúgio, pese embora, enquanto núcleo autónomo dentro da cidade, tenha estabelecido um limite próprio, invisível, mas real, ao mesmo tempo.

Deste modo, considera-se a contextualização do processo de decisão que imprimiu a grande transformação urbana da Alta de Coimbra e, ainda, o processo da transformação em si, desde os planos de intervenção realizados ente 1934-1942, até à finalização da construção em 1975.

Este caso permite pensar, em simultâneo, na influência que uma decisão, com política própria, tem sobre a cidade e o seu tempo, bem como, na capacidade de resiliência da cidade, ao absorver a intervenção pela pátina do tempo. Se cada decisão política sobre a cidade – que é tomada num determinado momento da história, para um espaço particular, com todas as suas condicionantes e contingências associadas – imprime consequências urbanas ao seu contexto espacial, então, este caso pode ser considerado pertinente, porque as decisões tomadas, para além de refletirem algumas teorias urbanas exploradas durante o século XX, também permitiram alterar o paradigma do entendimento da própria cidade.

Coimbra entre Atenas e Atenas

Quando em 1934, foi estabelecida a deliberação governamental, defendida particularmente pelo ministro Duarte Pacheco, para a construção de uma Cidade Universitária em Lisboa, Coimbra insurge-se e exige também um investimento estatal para a construção de uma Cidade Universitária de Coimbra (V. Correia, 1946; Rosmaninho, 2006).

O período da implementação da decisão de construir uma área delimitada e destinada exclusivamente à função universitária assume-se de 1934 até 1975, e podem ser verificados dois momentos, coincidentes com a dicotomia teórica entre as Cartas de Atenas – a de 1931 e a de 1933 –, sobretudo pelos grupos de arquitetos escolhidos para responderem ao programa.

O primeiro momento abarcava a primeira Comissão de estudo da Cidade Universitária de Coimbra (CECUC) e a segunda, desde 1934 até 1940 e caracteriza-se por uma abordagem na linha da posição teórica de ‘construir no construído’, considerando que o contexto urbano era uma premissa fundamental para o projeto, uma posição derivada da Carta de Atenas de 1931⁴⁸².

A primeira CECUC seria nomeada pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), através de impulso de lei⁴⁸³, por portaria de 4 de dezembro de 1934 (MOPC, 1934a; Rosmaninho, 1996, 2006), decidindo reformular a Universidade de Coimbra (MOPC, 1934b), após pressão do próprio Senado que, na

⁴⁸² Para complementar a leitura sobre a Carta de Atenas de 1931, consultar o nosso texto do *estado da arte*, intitulado “O projeto do discurso: a constituição de uma matriz teórica”, no capítulo 1, da presente tese.

⁴⁸³ A Portaria de 04/12/1934, que nomeava a Comissão de estudo para reformular e construir uma Cidade Universitária de Coimbra e a Portaria de 11/12/1934, que definia o programa a ter em conta na realização do estudo, ambas publicadas em Diário do Governo n.º 294, II série, de 15/12/1934, p. 5413 (MOPC, 1934a, 1934b).

sua sessão de 23 de maio de 1934 (Senado da Universidade de Coimbra, 1929, pp. 153–156), pretendia reivindicar as mesmas oportunidade dadas a Lisboa – por ser alvo de preferência do Governo para a construção de novos edifícios universitários⁴⁸⁴ – para a UC, que era a Universidade de Portugal, com toda a sua dimensão ultramarina, por excelência. Para a primeira CECUC, foram nomeados os arquitetos Raúl Lino e Luís Benavente⁴⁸⁵ para estudarem um projeto de urbanização em torno dos núcleos das instalações universitárias existentes na Alta de Coimbra, “*abrangendo a área necessária à sua conveniente expansão e ao seu perfeito isolamento de edificações privadas*” (MOPC, 1934a). Esta imposição do isolamento tornava-se fundamental para o programa, porque se entendia que, para obter rendimentos escolares, os estudantes deveriam ser impostos a uma rigorosa disciplina, como já havia sugerido António Ribeiro Sanches em 1759⁴⁸⁶. Verifica-se pertinente, contudo, perceber a inversão de valores, no uso dos mesmos conceitos e argumentos de Ribeiro Sanches, no discurso da Festa da Independência Nacional de 1937, de António Salazar; porque Coimbra e, em particular, a Alta já era, para o presidente do Conselho, uma cidade universitária, só bastando “*dar-lhe realce e valor (...) e completá-la com instalações apropriadas às exigências dos novos estudos*”, isolando “*a colina sagrada, só activa para o estudo na doce e calma atmosfera coimbrã*” (A. de O. Salazar, 1945, pp. XIX–XX).

No entanto, a alteração da proposta do modelo da *praça de armas* de Ribeiro Sanches, de ordem profana, elevando-o à categoria de cidadela, de ordem sagrada, também autorizava e legitimava o desejo de Salazar, de melhoramento do espaço “*que há muito*” ambicionava “*para a parte universitária de Coimbra*”, já que se considerava um *filho espiritual da escola*⁴⁸⁷ (A. de O. Salazar, 1945, p. XIX). A consagração do mito sagrado tornava-se numa evocação em três níveis: do espaço, da sua imagem e do seu criador e, o espaço cénico do ato, desenhava-se em conformidade, considerando que todos os parâmetros e disposições a observar numa cidadela, previstos e considerados por Lewis Mumford (1961, p. 65), estariam presentes e verificados no caso da CUC. A mudança de escala, imposta de modo deliberado no espaço escolhido,

⁴⁸⁴ Através do Decreto-Lei n.º 24776, publicado em Diário do Governo n.º 292, I série, de 13/12/1934, p. 2111-2112, o ministro Duarte Pacheco autorizava a construção dos edifícios para a futura instalação da Reitoria da Universidade de Lisboa e das suas Faculdades de Letras e de Direito.

⁴⁸⁵ Lino já havia sido nomeado, em 1918, para a Comissão de Obras para a construção da Reitoria e da Faculdade de Letras e Direito da Universidade de Lisboa (Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias, 1961, p. 7) e, Benavente havia colaborado no projeto do Instituto Superior Técnico, no *atelier* do arquiteto Porfírio Pardal Monteiro (Calado in IAN-TT, 1997, p. 73), que seria o arquiteto responsável pelo processo de arquitetura da Cidade Universitária de Lisboa, sendo substituído, após a sua morte, por António Pardal Monteiro (Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias, 1943, 1961, p. 9; Pedrosa, 2009).

⁴⁸⁶ Em 1758, o governo português pedia a Ribeiro Sanches um plano de reforma para os estudos médicos. Ribeiro Sanches apresentava, em linhas gerais, uma proposta intitulada *Método de aprender e estudar a medicina*, que seria aprovado (terminado em 1761 e imprimido em 1763). Na sequência e, de modo equacionar a educação civil e política da *Mocidade portuguesa*, Ribeiro Sanches apresentava, em 1759, algumas considerações sobre o estado do ensino em Portugal, sobretudo da Universidade de Coimbra, subjugado à influência da Escolástica, com danos para o desenvolvimento do país, visto que, o seu investimento e patrocínio eram do reino. No texto *Cartas sobre a educação da Mocidade*, Sanches apresentava, à consideração do rei, a construção de vários tipos de escolas, para responder às necessidades técnico-civis do país e, em particular, uma Escola Real Portuguesa (também denominada Colégio dos Nobres), à semelhança da Escola Real Militar estabelecida em 1751 em Paris (Diderot & D’Alembert, 1750). O objetivo denunciava a má impressão que Ribeiro Sanches havia absorvido, na sua passagem pelo Colégio das Artes e pelo curso de Direito Civil, na Universidade de Coimbra, de 1716 a 1720, devido à indisciplina dos estudantes universitários, a maioria filhos da nobreza e da fidalguia nacional. A demonstração do interesse pelo zelo da causa público-civil insidia sob a preocupação pela formação das elites que iriam desempenhar os altos cargos da nação e que, de acordo com os seus argumentos, não estaria a ser considerada nem salvaguardada (Ribeiro Sanches, 2003). Posterior e conseqüentemente, apresentava, em 1763, *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente*, onde reiterava a tipologia que considerava propícia ao “*estabelecimento de huma Universidade Real que tenha por ultimo fim ensinar as Sciencias uteis ao Estado, e a virtude civil*”, no ponto VI do texto: “*hum grande espaço da povoação determinada, que constasse de algumas ruas, com cazas logeaveis, que seria encerradas por muralhas, ou barreyras, com certas portas, como ordinariamente se vem nas praças de armas*” (Ribeiro Sanches, 1959, p. 113).

⁴⁸⁷ Seria com as insígnias de lente da Universidade de Coimbra, que Salazar se fazia representar na escultura central da Sala de Honra do Pavilhão de Portugal, do arquiteto Keil do Amaral, em 1937, para a Exposição Internacional de Paris (K. Amaral, 1938, p. 25). Pela metáfora utilizada no discurso, Salazar elevava-se à imagem de mártir ou, até, de Cristo, ao “*ser obrigado*” a optar pelo abandono do “*sacerdócio do ensino e a tomar por caminhos difíceis uma cruz mais pesada*” (A. de O. Salazar, 1945, p. XXI). Desta forma, utiliza o sétimo mito ideológico fundador do Estado Novo, considerado por Fernando Rosas, o *da essência católica da identidade nacional* (F. Rosas, 2012, p. 328), para se legitimar como sendo ‘o escolhido’ para a governação do país, que durou de 1932 a 1968.

permitia garantir o domínio sobre o utilizador, o observador e a cidade, induzindo a criação de uma sensação de autoridade, estabilidade, segurança e perenidade, garantida pela construção do espaço novo⁴⁸⁸. Apesar de ter sido estipulado na Portaria de 4 de dezembro de 1934 o prazo de três meses, para apresentação de um anteprojecto (MOPC, 1934a), a proposta da primeira CECUC foi desenvolvida por Raúl Lino (1879-1974) e Luís Benavente (1902-1993) até 1936 (oficialmente), conforme constava da referência do relatório da comissão (Rosmaninho, 1996, pp. 209–280), ao qual seria anexada a planta da proposta. Todavia, Nuno Rosmaninho salientava que um papel mais preponderante teria sido desempenhado por Benavente, de acordo com o relatório da própria comissão (1996, p. 72) e relatava a existência de uma planta assinada apenas por Benavente, datada de 1935, com o título “Cidade Universitária de Coimbra. Campo de Jogos e novo acesso ao Jardim Botânico. Suas localizações em relação ao plano da cidade” (Rosmaninho, 1996, p. 74), que reproduz parcialmente (Rosmaninho, 1996, p. 271), evidenciando a ativa participação do arquiteto Benavente.

Quanto aos trabalhos realizados pelos arquitetos da primeira comissão, nomeadamente, na maior ou menor intervenção de Raúl Lino⁴⁸⁹ – apesar do seu nome constar na planta anexada ao relatório da primeira comissão – recorre-se ao próprio relatório da primeira CECUC que, a esse propósito, afirmava que havia sido assistida “*no que se refere às questões de arquitectura e urbanização, pelos architectos Raúl Lino e Luís Benavente*”, salientando, porém, que “*a colaboração do architecto Benavente foi, pode dizer-se, permanente*” (Rosmaninho, 1996, p. 212).

No entanto, a maior evidência sobre a participação de Lino, seria o testemunho de Luís Benavente que, na sua autobiografia, havia escusado a referência do contributo de Lino, nos trabalhos do plano geral (Benavente, 1997, pp. 52–53). Ainda assim, a primeira CECUC apresentava como justificação, ao atraso verificado na entrega do seu relatório, a ausência de alguns dos seus elementos – designadamente, Raúl Lino – “*durante meses, impedidos noutros serviços públicos, preferenciais, e porque a magnitude e a complexidade do problema exigiu um aturado estudo e a reunião dos mais variados elementos de informação*” (Rosmaninho, 1996, p. 212).

Em 28 de agosto de 1939, estabelecia-se a segunda CECUC (MOPC, 1939), de carácter mais administrativo, cuja função constituía-se em retificar, corrigir e reformular o programa apresentado pela primeira Comissão em 1936. De tal modo esta comissão teria em evidência esta componente mais avaliadora e fiscalizadora em relação ao que havia sido já feito, que não foi nomeado nenhum arquiteto, oficialmente. Rosmaninho também atribui a liderança da parte de projeto a uma “*não permanente*” e *informal* colaboração de Luís Benavente (Fig. 29), uma vez que este já havia regressado a Lisboa, em 1938 (Rosmaninho, 2006, p. 73).

Benavente havia assumido as diretivas e os princípios que deveriam ser equacionados para a realização do projeto: “*o da beneficiação que conduza a uma harmonia que valorize por completo o qualificado património universitário existente*⁴⁹⁰. *Sem intromissões que lhe sejam prejudiciais, nem obra nova que com ele não esteja de acordo. Não utilizar espaços onde construções venham prejudicar a perspectiva sobre*

⁴⁸⁸ “*In the citadel the new mark of the city is obvious: a change of scale, deliberately meant to awe and overpower the beholder. Though the mass of inhabitants might be poorly fed and overworked, no expense was spared to create temples and palaces whose sheer bulk and upward thrust would dominate the rest of the city. The heavy walls of hard-baked clay or solid stone would give to the ephemeral offices of state the assurance of stability and security, of unrelenting power and unshakeable authority*” (L. Mumford, 1961, p. 65).

⁴⁸⁹ Para uma maior averiguação das possibilidades avançadas para a eventual e esporádica participação de Raúl Lino nos trabalhos da primeira CECUC, ler o artigo “A lógica dual do património no campo disciplinar da arquitectura”, no presente capítulo.

⁴⁹⁰ Entendemos que a expressão do princípio da beneficiação é a justificação para as demolições propostas. Aliás, a intervenção enquadrava-se naquilo que Sousa Viterbo já havia defendido em 1912: “*a hygiene, e até a justiça social, não podem, porém, consentir no contraste humilhante que se observa entre os bairros luminosos e arejados e os bairros sombrios e viscosos. (...) Tudo, porém, se chegaria a harmonisar, usando do máximo escrupulo nas demolições, que seriam dirigidas por pessoas competentes e entendidas na matéria. Mais ainda. O municipio deveria mandar reproduzir pela photographia e pelo desenho os objectos que offerecessem alguma singularidade, assim como as vistas geraes e parciaes das diversas ruas*” (Viterbo, 1912).

*espécies de valor legadas pelos séculos*⁴⁹¹” (IAN-TT, 1997, pp. 51–52). Mais do que intervir com demolições, remodelações e construções novas, o arquiteto propunha fazer uma reorganização do programa dos colégios universitários e da sua área urbana adjacente. Para Benavente, a ação imperativa constituía-se em redesenhar a estrutura da área urbana da Alta, que apresentava muitos problemas de higiene e de saneamento⁴⁹²; adicionalmente, outra ação também era exigida, nomeadamente, aquela que previa a concentração dos espaços ocupados pelas instalações universitárias – que se misturavam pela malha urbana – podendo, desse modo, agrupar e agregar as várias Faculdades e funções universitárias de um modo coeso.

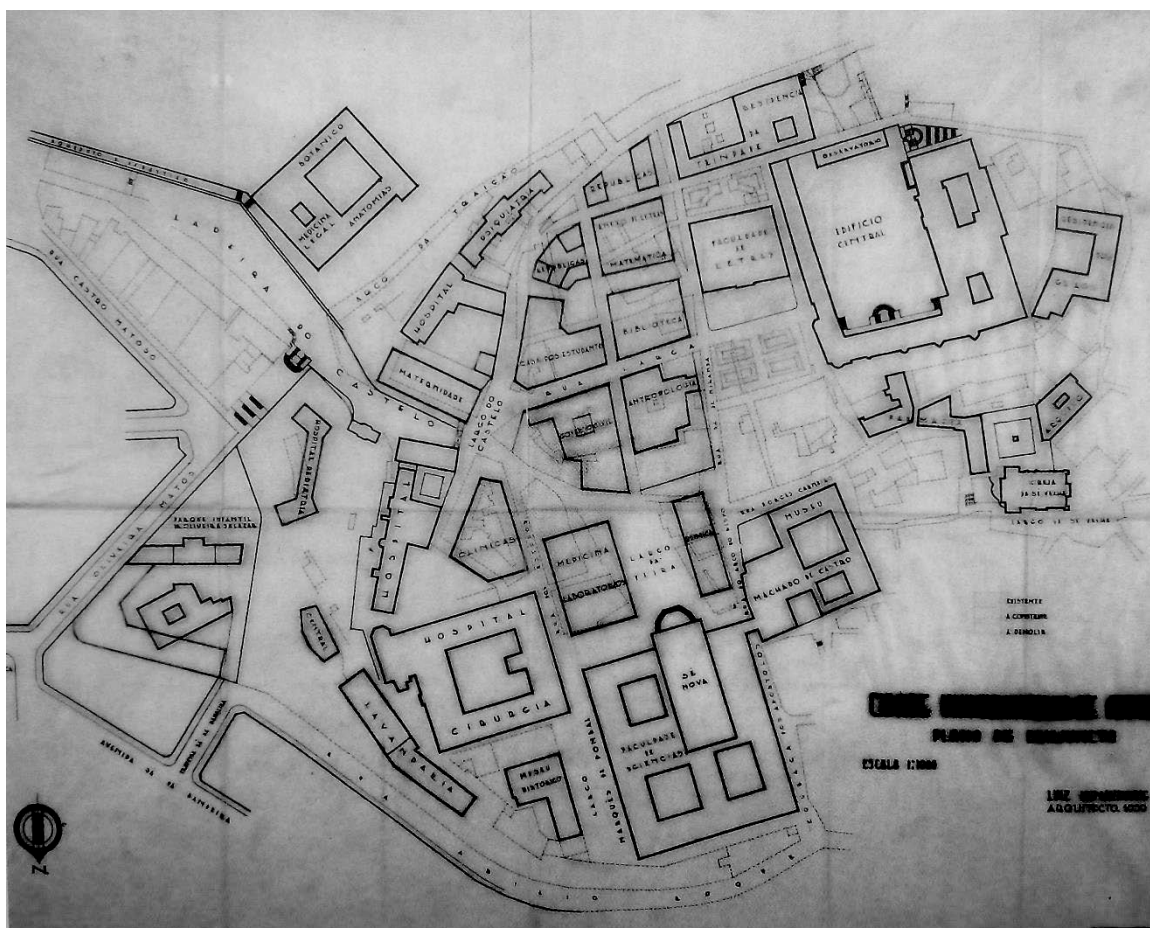


Fig. 29 – Plano de conjunto para a CUC, de 1939, assinado por Luís Benavente⁴⁹³.

No entanto, o gesto mais claro do arquiteto Benavente seria assumido sobre o espaço público, quer no alargamento de ruas, quer na constituição dos eixos principais. A proposta da demolição das casas que se apoiavam no aqueduto de S. Sebastião pretendia atingir dois propósitos: por um lado, dar uma maior dimensão à Calçada – que passaria a Rua – Martins de Freitas⁴⁹⁴ e seria o acesso privilegiado ao Largo do Castelo (futura Praça D. Dinis) que, por sua vez, seria ampliado e regularizado, enquanto ponto de distribuição espacial para a área universitária; por outro lado, libertar o aqueduto de *incrustações* (A. de O.

⁴⁹¹ Esta expressão denota o valor que Benavente atribuía às constantes e permanências da cidade, ao longo das várias contemporaneidades.

⁴⁹² Armando Carneiro da Silva, na sua *nota preambular e de síntese* (A. C. da Silva, 1981), nos *Anais do Município de Coimbra 1940-1959*, referia que uma de duas coisas teria que acontecer à zona da Alta, caso não se tivessem feito as obras da CUC, “ou demolida como foi, ou totalmente saneada e reconstruída. A maioria das casas seriam hoje inadiáveis porque numerosas delas nem saneamento tinham, e quando tinham era uma cloaca na escada que servia vários andares” (A. C. da Silva, 1981, p. III). Carneiro da Silva acrescentava ainda que, pese embora as críticas que tinha motivado, seria a construção da CUC, que dava o mote e o impulso para a expansão da urbanização da cidade (A. C. da Silva, 1981).

⁴⁹³ Cf. (IAN-TT, 1997, p. 21).

⁴⁹⁴ Também conhecida como Ladeira do Castelo ou Ladeira do Liceu (AAEC, 1991, p. 19).

Salazar, 1945, p. XX) que punham em causa o seu valor patrimonial, estrutural e construtivo. Uma outra intervenção proposta, sob esta diretiva, desenhava uma rua de distribuição quer para a área habitacional, quer para os edifícios reequacionados para uso universitário, assumindo o *cardus maximus* da Alta⁴⁹⁵ entre o Museu Nacional de Machado de Castro e o Colégio de Jesus/Sé Nova (Couraça dos Apóstolos – Rua de S. João ou do Arco do Bispo⁴⁹⁶ – Rua de S. Pedro), garantindo que no topo sul, se vislumbrasse a paisagem sobre o Mondego, sem impedimento, já que o Pátio das Escolas estava ‘encerrado’ pelo edifício do Observatório Astronómico. A proposta pretendia ser uma tentativa de clarificação espacial, que embora sem querer impor um limite físico e sem separação funcional, se dava uma maior dimensão ao espaço universitário na Alta.

O exercício revelava-se, porém, inglório; para além da proposta apresentada não libertar área universitária das construções existentes – apesar das muitas demolições equacionadas – também não promovia o seu isolamento, o que, conseqüentemente, não respondia às exigências estipuladas pelo governo. Deste modo, os primeiros planos – de 1936⁴⁹⁷ e de 1939⁴⁹⁸ – não foram conseqüentes e, também por isso, foram rejeitados por Duarte Pacheco por não responderem aos desígnios ideológicos do regime. Sem perder tempo, o ministro já tinha outros planos, com outras soluções, expressões e linguagens⁴⁹⁹; vários acontecimentos nacionais e internacionais estavam a acontecer e a ser preparados (Acciaiuoli, 1998; P. V. de Almeida, 2002), dando azo a uma denominada *arquitetura efémera*⁵⁰⁰ (Cottinelli Telmo in A. dos Santos, 1938b) que cumpria com as aspirações e desígnios de um verdadeiro Estado Novo imposto pelo pulso do ministro das OPC.

O paradigma da *tabula rasa*

O segundo momento corresponde a uma *cidade funcional*, teoricamente próxima da Carta de Atenas de 1933⁵⁰¹, que pode ser diferenciado em duas fases: a primeira, de 1941 a 1966, mais impetuosa e propositiva e a segunda, de 1967 a 1975, resignada e conformada (Aureli, 2008).

A terceira tentativa de executar um plano que respondesse aos ideais do Governo⁵⁰² surge em 1942, sob o título preliminar “*Ensaio de conjunto de massas conciliando os vários dados do problema*”⁵⁰³, pela

⁴⁹⁵ Benavente, enquanto delegado do MOPC em Coimbra, foi nomeado para pertencer à comissão para o arranjo do Museu Machado de Castro (Benavente, 1997), já constituída por Vergílio Correia (diretor do MNMC) e Baltazar de Castro (arquiteto-diretor da 4ª secção da Direção dos Monumentos Nacionais, de Coimbra), conforme havia sido estipulado pela Portaria nº 633, de 5 de junho de 1935 (publicada em Diário do Governo, II série, de 05/06/1935), portanto estaria consciente das premissas da organização espacial desta zona da Alta e da orientação do antigo fórum romano de *Aeminium*. Cf. (PT/SIPA/DGEMN: DSARH-PESSOAL-0476/02 – *Biografia de Luís Benavente. Arquitecto* (1967), p. 2); (Alarcão et al., 2009; Benavente, 1997; DGEMN, 1979; Freitas, 2016, p. 254).

⁴⁹⁶ Cf. (AAEC, 1991).

⁴⁹⁷ Assinado por Raúl Lino e Luís Benavente.

⁴⁹⁸ Assinado por Luís Benavente.

⁴⁹⁹ Duarte Pacheco havia realizado uma viagem a Paris e a Roma, em 1937, com Porfírio Pardal Monteiro, para visitar as respetivas cidades universitárias (J. P. Martins, 2004, p. 160; Pardal Monteiro, 2012, p. 68; Pedrosa, 2009, p. 87), sendo motivo para sublinhar, a impressão bastante agradável do ministro durante a visita à Cidade Universitária de Roma (CUR) (Bento, 1991, p. 315). Terá sido por esse resultado que Duarte Pacheco endereçava um convite ao arquiteto Marcello Piacentini – o responsável pelo plano da CUR – para ser consultor e orientar o desenvolvimento do Plano Geral de Urbanização do Porto, no ano de 1938, para trabalhar com os Serviços Técnicos Camarários, em dezembro desse ano (Garrett, 1975; M. de S. Lobo, 1995, p. 67).

⁵⁰⁰ A experiência nos eventos nacionais e internacionais, como as Exposições Internacionais de Paris (1937), de Nova Iorque e de São Francisco (1939) e das comemorações dos centenários, que teve como ponto-chave a Exposição do Mundo Português (1940), bem como a exposição da Arquitetura Moderna Alemã, em 1941, criou uma dinâmica aliada ao ímpeto construtivo aplicado a todo o país. Tal dinâmica não desapareceu sem culminar com a Exposição de Obras Públicas, entre maio e novembro de 1948, tendo-lhe sido submetida a realização do 1º Congresso dos Arquitetos Portugueses.

⁵⁰¹ Nome referente à Ata do IV CIAM, realizado de 2 a 9 de Agosto de 1933, a bordo do navio Patris II, num cruzeiro de Marselha até Atenas e com regresso a Marselha. O CIAM IV e as suas circunstâncias, com o tema *A Cidade Funcional*, torna-se num marco para a história da arquitetura, não só por ser o momento de rotura dos arquitetos russos com o MM (E. Mumford, 2009), mas também, e sobretudo, pelas conclusões do próprio congresso, que deram origem à Carta de Atenas (1933), texto fundamental para o pensamento da teoria do urbanismo e da intervenção na cidade, que viria a influenciar e a condicionar muitas intervenções urbanas, no pós-II Guerra Mundial. Para uma leitura mais profunda sobre a Carta de Atenas de 1933, consultar o nosso texto do *estado da arte*, intitulado “O projeto do discurso: a constituição de uma matriz teórica”, no capítulo 1, da presente tese.

⁵⁰² Cf. (L. M. M. de V. Correia, 2015).

Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra (CAPOCUC), nomeada em 1941. O responsável pelo traço dos vários planos gerais, foi o arquiteto-chefe Cottinelli Telmo (Fig. 30), de 1941 a 1948, sendo o seu sucessor, o arquiteto Luís Cristino da Silva, de 1948 a 1966, que permitiu a continuação da construção das obras segundo as diretrizes do plano de Cottinelli e continuou com o ímpeto propositivo de caráter *monumentalista*⁵⁰⁴.

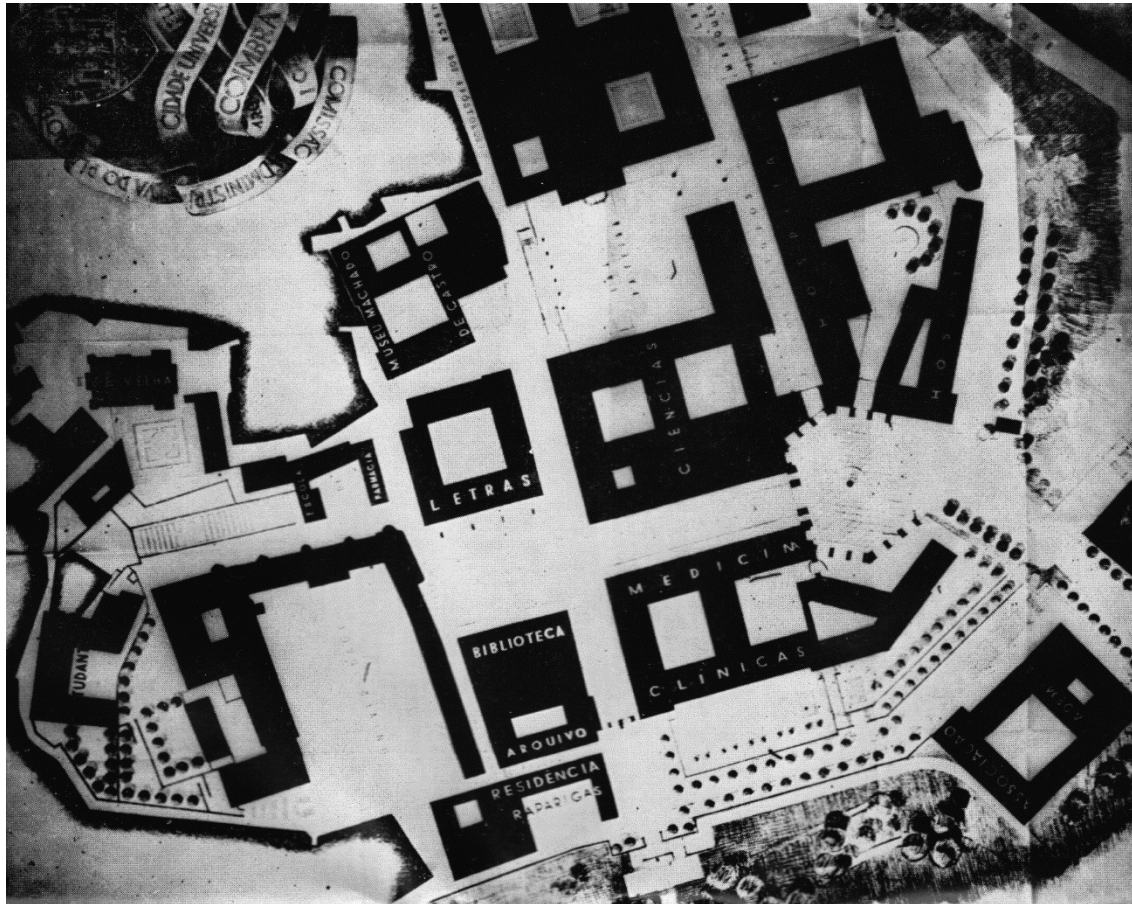


Fig. 30 – Plano de obras da CUC, de 1942, de Cottinelli Telmo, apresentado na obra de Maximino Correia, *Ao serviço da Universidade de Coimbra: 1939-1960*, sob a legenda “*planta inicial da Cidade Universitária de Coimbra*”⁵⁰⁵.

A CAPOCUC pode ser considerada como uma continuação de duas outras anteriores, designadamente, do Comissariado da Exposição do Mundo Português, em funções entre 1938 e 1940 (Comissão Executiva dos Centenários, 1939d, p. 5) – uma exposição realizada a propósito da comemoração dos centenários da nação (1140 e 1640) que seria inaugurada em 23 de junho e terminaria a 2 de dezembro de 1940 (Acciaiuoli, 1998) – e da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império e Zona Marginal de Belém (CAPOIZMB), entre 1941 e 1945. De facto, o *atelier* localizado na Praça do Império de Belém, da primeira equipa constituinte do Comissariado da EMP, seria a base para as equipas das outras comissões, ao qual denominaremos, doravante, *Atelier de Belém*⁵⁰⁶. A primeira equipa teve um mandato *efémero*,

⁵⁰³ Cf. (Rosmaninho, 2006, p. 76).

⁵⁰⁴ Estes arquitetos seriam os responsáveis pelas diretrizes e indicações gerais que foram sendo assimilados nos projetos específicos, onde muitos arquitetos intervieram, como Alberto José Pessoa, Baltazar de Castro, Lucínio Guia da Cruz, Walter Distel ou o próprio Cristino da Silva.

⁵⁰⁵ Cf. (M. Correia, 1963).

⁵⁰⁶ Para uma leitura mais profunda sobre o *Atelier de Belém*, consultar o nosso texto do *estado da arte*, intitulado “Seguindo o fio de Ariadne II: o Atelier de Belém”, no presente capítulo.

adequado a uma exposição, enquanto as outras duas tiveram um funcionamento mais prolongado e consequente às exigências dos programas urbanos em causa.

Em todo o caso, nos três planos, a abordagem metodológica e a conceitual, na escolha dos conceitos-diretrizes e operativos de projeto, foram delineadas sobre uma espécie de *tábula rasa* autorizada por inúmeras demolições, reflexo do suporte ministerial que gozava o *Atelier de Belém* (Comissão Executiva dos Centenários, 1939d, p. 6), porque, como observava Bruno Zevi, “o grau zero é um valor essencial e constante do movimento modernista” (1982, p. 41). No caso em apreço, o processo de transformação e de rotura, em relação ao tecido urbano existente, só foi possível garantir através de um processo complexo assente na demolição de construções, na reorganização viária e numa ampla modelação topográfica (Fig. 31 e 32).

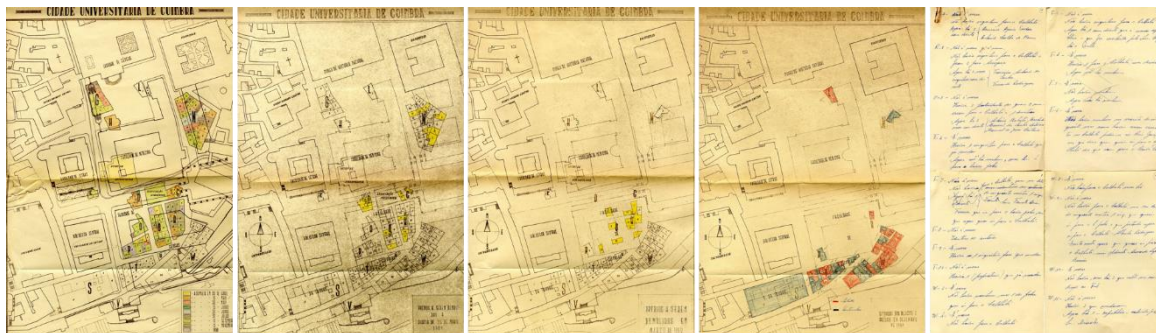


Fig. 31 – Planos das demolições necessárias a realizar: planeamento das secções a demolir desde 30 de abril de 1949 até 1950; secções a demolir em 15 de maio de 1949; secções a demolir em março de 1950; levantamento da situação da propriedade dos prédios a demolir (a vermelho, propriedade do Estado; a azul, propriedade privada), em dezembro de 1950; anotações manuscritas da situação de propriedade. Referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta CUC 2008-103⁵⁰⁷.

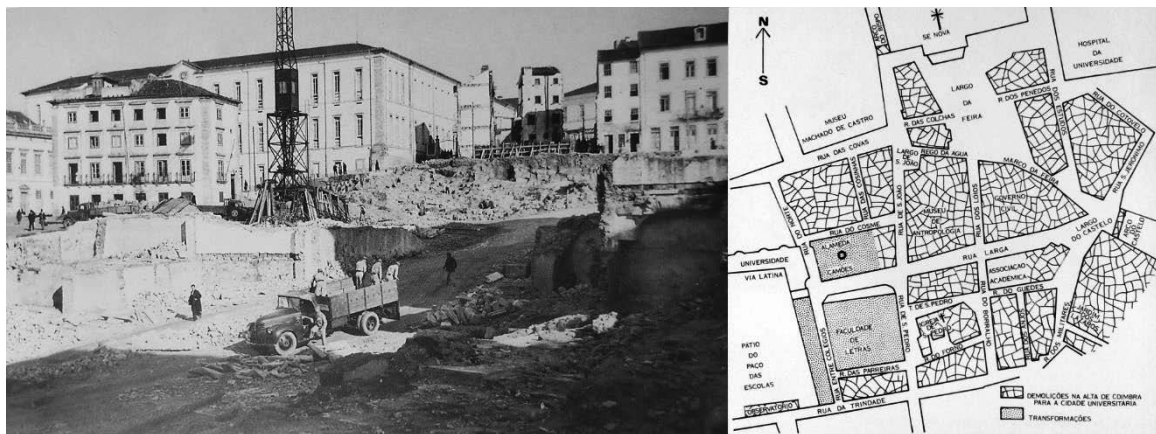


Fig. 32 – Demolições da Alta em várias ruas: Ruas das Colchas, do Rego de Água, do Marco da Feira and dos Lóios (setores G, H e L); levantamento das demolições da Alta. Fotografia: AAEC⁵⁰⁸.

Ao analisar os três planos da EMP, da CAPOIZMB e da CAPOCUC podem ser verificados os pressupostos declarados por Cottinelli Telmo, sobre a linha reta, enquanto “*símbolo da ordem, da orientação, da finalidade atingida, do aprumo, da dignidade*” (Telmo, 1936, p. 24). Deste modo, o arquiteto-chefe do *Atelier de Belém* impunha, pelo lineamento dos vários projetos, a *ordem*, a *monumentalidade* e a *axialidade*, demonstrando que, para Cottinelli Telmo, era essencial instituir uma nova ordem sobre a *desordem pitoresca*, através da imposição geométrica e da criação de uma imagem cenográfica sobre o existente, restituindo à cidade a sua *dignidade perdida* (Telmo, 1936, pp. 19–24), sob o

⁵⁰⁷ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁵⁰⁸ Cf. (AAEC, 1991, p. 95 e 3).

traçado da *linha reta*, “*símbolo da ordem, da orientação, da finalidade atingida, do aprumo, da dignidade*” (Telmo, 1936, p. 24).



Fig. 33 – Intervenções na Alta: Museu Machado de Castro, Largo da Feira e nova Cidade Universitária de Coimbra. Referência: IHRU-SIPA, IPA. 00005683⁵⁰⁹.

Em termos formais e de conceção espacial o plano da CUC assumia contornos similares ao da CUR, construída sobre um terreno regular, onde o edifício assume uma posição hierarquizada e compositiva para os espaços adjacentes, tendo a memória disciplinar como estratégia de abordagem e de justificação⁵¹⁰. Aproveitando a sua condição topográfica local, o plano da CUC assumia a sobreposição e a imposição de uma linguagem monumental, que se queria destacada, sobranceira e controladora sobre a cidade, sem se deixar contaminar pelas vivências e existências urbanas⁵¹¹, uma cidadela coroando a *lusa* Atenas. Pelo contrário, a expectativa seria que o plano da CUC expandisse a sua regra para a cidade. Nesse aspeto, seria uma influência direta dos planos de Albert Speer, para Berlim e Nuremberga, onde a axialidade monumental e a idealização cénica para criar perspetivas e efeitos cinematográficos, tanto agradavam a dupla Duarte Pacheco/Cottinelli Telmo. Sobre a influência da Alemanha para os conceitos de projeto do arquiteto Cottinelli Telmo, deve ser considerada uma chave de leitura pertinente, inerente à sua condição profissional. Para além de arquiteto, Cottinelli Telmo era cineasta, demonstrando uma afinidade com a condição profissional do arquiteto Albert Speer, cuja obra, Cottinelli admirava, como notava José-Augusto França (2002, p. 69).

Perante a limitação de espaço do eixo ordenador do projeto, Porta Férrea – Rua Larga⁵¹² – Praça D. Dinis (ex-Largo do Castelo), a expressão axial que se pretendia ordenadora para a cidade ficaria também limitada. Essa lacuna de projeto resolveu-se com a introdução das Escadas Monumentais⁵¹³ (1943), que para além de

⁵⁰⁹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250013 (IPA.00005683): Paço Episcopal de Coimbra/Museu Nacional Machado de Castro: em cima, SIPA.FOTO.00096562 (1940), SIPA.FOTO.0096563 (1940) e SIPA.FOTO.0096617, em baixo, SIPA.FOTO.0096632, SIPA.FOTO.0096633, SIPA.FOTO.0096641.

⁵¹⁰ Piacentini definia, em memória descritiva, que o objetivo do projeto era trabalhar a organização do espaço, através da composição arquitetónica e volumétrica, evocando a concepção da *agora* e do *fórum* ou de espaços dos séculos XV e XVI, enquanto espaços fundamentais da memória disciplinar da arquitetura italiana, desde a Antiguidade ao Renascimento (Persitz, 1936, pp. 12–20).

⁵¹¹ A propósito das diretrizes assumidas no desenho do plano geral da CUC, Cottinelli Telmo já havia clarificado a sua leitura de uma intervenção estatal, no discurso “Os novos edifícios públicos”, em 1936 (Telmo, 1936).

⁵¹² Oficialmente, Rua Infante D. Augusto e depois Rua Cândido dos Reis. Cf. (AAEC, 1991, p. 142).

⁵¹³ Com efeito, no texto manuscrito “Cidade Universitária de Coimbra – determinações, desejos e ideias do Senhor Ministro das Obras Públicas e Comunicações. O que está a ser feito e o que está por fazer”, sem autor, sem data, 8 páginas (PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 103) – que pelo conteúdo e forma, se assume que o autor seja efetivamente Cottinelli Telmo, conforme Rosmaninho apontava (2006, p. 77) – era atribuída a Duarte Pacheco a ideia de construir as Escadas Monumentais, com o propósito de tornar o eixo principal da CUC mais extenso e prolongado. Com o falecimento precoce de Duarte Pacheco, em 16/11/1943, a ideia

resolverem uma acentuada diferença de cotas, permitia prolongar, concetualmente, o eixo principal da CUC e o *Decumanus* do sistema axial na Alta.

Com efeito, o eixo tem repercussões na cidade, planimétrica e visualmente, já que, no cimo da rua junto à penitenciária, se verifica um eixo visual sobre a Torre da Universidade: ou seja, o alinhamento do eixo universitário (Rua Larga/Praça D. Dinis/Escadas Monumentais) aproveitou a possibilidade oferecida pela malha de ensanche oitocentista existente⁵¹⁴, pese embora com uma pequena inflexão, prolongando-se para além das Monumentais, ao longo da Rua Venâncio Rodrigues, seguindo pela Rua de Tomar, acompanhando o limite sul do Jardim de Santa Cruz – para onde Cristino da Silva iria propor o campo desportivo da Associação Académica – até ao cruzamento com a Rua Pedro Monteiro. A expectativa criada em torno deste eixo orientador é corroborada por vários desenhos complementares aos planos gerais conhecidos, durante a supervisão de Cristino da Silva, pela constante tentativa de ir agregando vários espaços adjacentes aos limites da CUC, para onde seriam projetados novos equipamentos ou espaços universitários.

Em plantas datadas de 8 de junho de 1954, Cristino da Silva apresentava duas propostas, A e B, para a delimitação do espaço destinado às futuras instalações da Associação Académica, onde se localizava o Ninho dos Pequenos⁵¹⁵ (Fig. 33). Adicionalmente, o plano equacionava, também, a proposta para um Centro Cultural e Desportivo e uma residência de estudantes, junto da entrada principal da CUC – as Escadas Monumentais. Ou seja, Cristino da Silva, propunha o redesenho do acesso às Escadas Monumentais a partir da construção daqueles novos equipamentos e instalações académicas, recorrendo à demolição parcial dos quarteirões que lhe ficavam imediatamente adjacentes e delimitados pelas ruas Oliveira Matos, Castro Matoso e Venâncio Rodrigues até à Rua Alexandre Herculano e, ainda, a total demolição do Bairro de Sousa Pinto⁵¹⁶ para a composição da encosta nascente da CUC com recurso a um talude arborizado e ajardinado com a incorporação das Monumentais (Fig. 34).

Em 1949, esta ideia de estruturar a entrada principal na CUC, através de um talude arborizado e ajardinado, era exposta no “Plano de Conjunto da Cidade Universitária e das zonas circunvizinhas na escala de 1:500”, desenhado por Cunha Fernandes⁵¹⁷. A planta apresentava a definição espacial da ‘muralha’ arborizada, que desde a segunda versão do plano CAPOCUC de 1942 se foi intensificando para estabelecer, claramente, um isolamento físico e visual da CUC em relação à cidade, pela sua entrada principal, a nascente, ou seja, inicialmente pela Rua Martim de Freitas ou Ladeira do Castelo e, a partir de 28 de junho de 1949, pelas Escadas Monumentais. No desenho, são definidas novas ruas limite da CUC – a Rua de Entremuros (entre a encosta e o terreno da futura A.A.C.) com ligação à Rua Abílio Roque⁵¹⁸ (atual Rua Padre António Vieira

para a construção das Escadas Monumentais nascia, portanto, no ano de 1943, mas só em 1944 seria iniciado o seu projeto, por Cottinelli Telmo, sendo a sua construção iniciada em 04/01/1945 (Rosmaninho, 2006, p. 324). Também por falecimento precoce de Cottinelli Telmo, em 18/09/1948, seria Cristino da Silva o vogal-arquiteto da CAPOCUC a ver a conclusão da obra, terminada em 28/06/1949 (Rosmaninho, 2006, p. 326).

⁵¹⁴ Concretizada a partir de um plano apresentado por Adolfo Loureiro, em julho de 1885, com características de loteamento. Em 1887, “*avança-se com a construção dos novos arruamentos, (...). As primeiras ruas, da parte sul, inauguradas nos últimos dias de Dezembro de 1889, celebrariam, pelos seus nomes, Alexandre Herculano, o deputado Castro Matoso e Almeida Garrett, evocariam o antigo Convento de Tomar e anunciavam a Escola Industrial*” (Macedo, 2006, p. 128).

⁵¹⁵ O despacho ministerial de Arantes de Oliveira, de 04/08/1954, dá conta da concordância superior em relação ao plano de implementação do processo da troca do terreno do Ninho dos Pequenos, para a Quinta da Rainha e futura construção das instalações da maternidade, ficando assim disponível o terreno limitado pela Praça da República e Rua Oliveira Matos, para construção das instalações da Associação Académica. Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 326.

⁵¹⁶ Na planta (Fig. 2), Cristino da Silva apresenta o levantamento das áreas correspondentes a cada um dos espaços considerados para as novas instalações: no Ninho dos Pequenos “*terreno reservado para a sede da A.A.C. e algumas instalações desportivas. Superfície = 10.170 m²*”; no campo de Santa Cruz “*campos desportivos da A.A.C. Estado actual de superfície = 12.000 m²*”; na Rua Venâncio Rodrigues “*superfície da rua = 1.820 m²*”; no quarteirão delimitado pelas Ruas Oliveira Matos e Venâncio Rodrigues “*superfície = 8.103 m²*”; e, no quarteirão delimitado pelas Ruas Venâncio Rodrigues e Castro Matoso “*superfície = 7.207 m²*”. Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 364.

⁵¹⁷ Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 134.

⁵¹⁸ Para a atualização dos nomes de rua e toponímia, cf. (AAEC, 1991).

que, contornava a encosta e o terreno da futura A.A.C.). De notar que a planta em apreço revelava já a proposta de intervenção para a regularização da Praça D. Dinis, a norte e a sul, sob uma forma retangular: com os edifícios paralelos dos Hospitais da Universidade (norte) e das Matemáticas (sul) a conformarem o espaço e, conseqüentemente, assumindo-se a demolição dos Colégios de São Jerónimo e dos Militares – a demolição deste último já havia sido assumida no quinto plano de Cottinelli Telmo para a CUC, em 1943 (Rosmaninho, 2006, p. 80). Uma outra nota que sobressai deste desenho constitui-se pela duplicação do *cardus* da Alta, e, portanto, um reforço para a quadrícula reguladora da organização do espaço. Com efeito, para além do eixo norte-sul existente (Rua da Couraça dos Apóstolos – Rua de S. João ou do Arco do Bispo – Rua de S. Pedro), há o prolongamento da Rua dos Estudos (rua a nascente dos edifícios das Químicas e Físicas e das Medicinas) assente na separação do edifício das Matemáticas com o edifício das Químicas e Físicas. A linearidade da rua seria ainda reforçada pelo pórtico previsto para conformar a Praça D. Dinis a poente, pela sugestão da continuidade da fachada entre os edifícios das Medicinas e das Químicas e Físicas (Fig. 35). Cristino da Silva pretendia ir além do plano de Cottinelli, reforçando e limando os conceitos e imagens trabalhados este e, subseqüentemente, aumentando a monumentalidade do espaço.



Fig. 34 – Levantamento de Luís Cristino da Silva, de junho de 1954, com a proposta de desenho sobre o Bairro de Sousa Pinto e com a tracejado das casas junto do aqueduto de São Sebastião, que seriam para demolir: desenho “Cidade Universitária de Coimbra. Planta parcial da cidade. Escala 1/1000. Instalações da Associação Académica de Coimbra – Estado actual”. Referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 364⁵¹⁹.

Todavia, tais propostas foram travadas pelo ministro das OP, Eduardo Arantes de Oliveira, por ofício “*com carácter de urgente*” enviado a Manuel de Sá e Mello, em 18 de junho de 1954 (dez dias após a finalização dos desenhos), por não considerar *viável* qualquer uma das propostas apresentadas por Cristino da Silva, por lhe parecer *utópico pensar em mais demolições maciças*, com todas as conseqüências que isso acarretaria, “*associando-lhe a ideia de exagerado dispêndio, complicações de expropriações e problemas de realojamento*”. O ofício termina com uma chamada de atenção bastante firme, já que seria “*muito urgente o assunto porque é forçoso que nos concentremos definitivamente numa solução, sem desvios que*

⁵¹⁹ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

nos causam perplexidade e que, no fim e ao cabo, se traduzem em perdas de tempo que não são de admitir nesta questão”⁵²⁰.

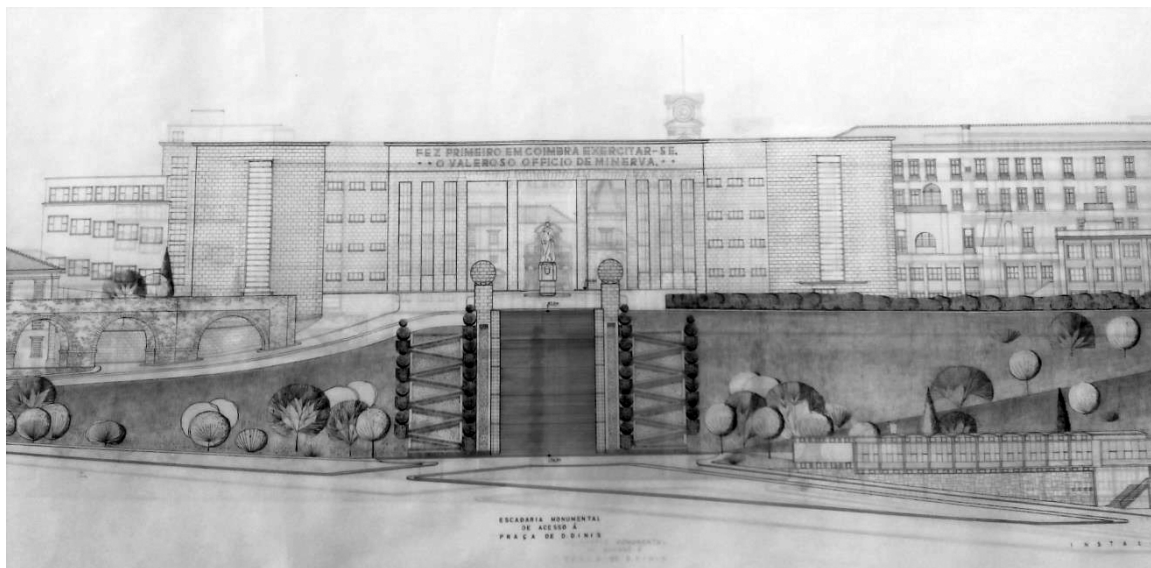


Fig. 35 – Alçado nascente (parcial) da CUC, mostrando o acesso à Praça D. Dinis e os edifícios do Hospital da Universidade (1ª fase), desenhado por Cunha Fernandes, sem data. Referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta CUC 2008-136⁵²¹.



Fig. 36 – Desenho da Escadaria Monumental da CUC, de 1943, de Cottinelli Telmo, mostrando o acesso à Praça D. Dinis⁵²²; maquete do Plano de Obras da CUC realizada à escala 1:500, encomendada pela CAPOCUC⁵²³ (fotografia: Rogério Figueira, GCU, UC); planta de expropriações, para a construção das Monumentais⁵²⁴ (referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 212).

No entanto, as Monumentais (Fig. 35 e 36) tornam-se passíveis de assumirem um outro propósito simbólico – o acesso direto ao espaço da receção reservado àqueles que pretendiam ascender às “*camadas selectas*” da nação (A. de O. Salazar, 1945, p. XXII). Neste sentido, o conceito “Cidade Universitária” assume uma conotação de cidadela dentro da cidade, pela eliminação de funções urbanas e pela “especialização” das funções universitárias dentro do limite estipulado. Esta nova cidadela já não era de assunção real, pese

⁵²⁰ Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 364.

⁵²¹ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁵²² Cf. (Telmo, 1944, p. 4).

⁵²³ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁵²⁴ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

embora, o real isolamento de usos e funções quase que exclusivos da comunidade universitária⁵²⁵, conforme *o desejo de Salazar*⁵²⁶.

Ora, como notou Jencks, estamos “*perante arquétipos do pensamento moderno, e não perante um qualquer capricho de uma cultura particular*” (1992, p. 50), evidenciando a ironia resultante desta premissa, em que as arquiteturas “*que deveriam consagrar a imortalidade do seu autor*” acabaram por se parecer todas iguais (Jencks, 1992, p. 51).

Uma segunda fase, já a assinalar uma resignação e conformismo posterior, foi assumida a partir de 1967, com a nomeação do vogal-arquiteto João Filipe Vaz Martins, terminando com a conclusão do último edifício do plano geral, em 1975. A CAPOCUC, a partir de 1 de outubro de 1969, ficaria extinta e os seus serviços e bens transitariam para a Direção-Geral das Construções Escolares (DGCE), criada para “*intensificar, com sensíveis economias, o ritmo de construção de instalações escolares e o seu apetrechamento*”, de acordo com o que foi promulgado por Decreto-lei nº 49169⁵²⁷, em 24 de julho de 1969, pelo ministro das Obras Públicas Rui Alves da Silva Sanches. Para além da CAPOCUC, este Decreto-lei abrangia a extinção de outros organismos nos mesmos termos – a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, a Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias (Lisboa e Porto) e a Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) – e, ainda, a transição da execução dos trabalhos afetos a ampliação e conservação dos edifícios escolares realizados pelas Direções dos Serviços de Construção e de Conservação (da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais). O Decreto-lei nº 49169/1969, de 24 de julho, reforçava os inconvenientes do sistema que estava em vigor: quer pela dificuldade em coordenar estudos e trabalhos; quer pelo não aproveitamento conveniente dos recursos “*materiais e humanos existentes (...) dispersos por cinco organismos*”. Deste ponto de vista, interessava ao Governo “*reunir num só departamento devidamente estruturado e com um quadro permanente de pessoal*” e, assim, eliminar a dispersão dos serviços que tinham um *carácter eventual*, passando a nova DGCE a ser justificada “*perante a vasta e permanente tarefa de construir, apetrechar e conservar as instalações dos vários graus e ramos de ensino*”. Este ajuste estrutural e organizacional, dentro do MOP, traduzia uma outra postura perante a redução da dimensão e do volume atribuído às obras públicas, na fase final do Estado Novo.

Coimbra acompanhava a mesma marcha, uma resignação à evidência de que o plano executado, apesar de toda a sua impetuosidade e monumentalidade iniciais, já não corresponderia às novas exigências que se punham no horizonte da universidade, para dar a resposta necessária, nas últimas décadas do milénio.

Considerações finais

Verifica-se, no processo da intervenção sobre a Alta, a sequência diacrónica correspondente às propostas para a CUC, que ficou exposta nos conjuntos de planos, apresentados pelas duas equipas de arquitetos.

O primeiro momento correspondia aos planos, oficialmente, assinados por Raúl Lino e Luís Benavente e, posteriormente, só pelo último; a intervenção na Alta tentava ser um exercício de *construir no construído*,

⁵²⁵ Esta intervenção teve outras repercussões ao nível da expansão da cidade. Foi necessário realojar todos os moradores da Alta, que foram desalojados pelas demolições extensas, sendo construídos bairros sociais e residenciais em Celas (1945-1947), Cumeada (1945-1951), Lomba da Arregaça e Fonte do Castanheiro (1946-1950) e Conchada (1948-1952). Cf. (Rosmaninho, 2006, pp. 324–327; Vítor, 1999).

⁵²⁶ Conforme Cottinelli Telmo referia na página 5 de um relatório (versão dactilografada), intitulado “Cidade Universitária de Coimbra – Relatório da Comissão do Plano de Obras”, sem data (presumivelmente, de 1945 ou início de 1946), com anotações e revisões de Sá e Mello, a propósito da necessidade de isolamento da Faculdade de Medicina (uso universitário) em relação ao edifício da Clínicas (uso e acesso público), pela demonstração do ‘receio’ de Salazar, da sua localização se estabelecer na Rua Larga. Deste modo, ao retirar os serviços médicos de acesso público da Alta, o objetivo inequívoco definia-se pela separação de usos, designadamente, para não misturar públicos. Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 112-A.

⁵²⁷ Publicado no Diário do Governo nº 182/1969, I série, de 05/08/1969, p. 981-983.

estabelecendo um diálogo entre a pré-existência e o novo. Num segundo momento correspondia aos planos apresentados sob o lápis da CAPOCUC, delineando a conceção e construção de uma *cidadela funcional*, de uso exclusivo universitário, pode ser diferenciado em duas fases: a primeira mais impetuosa e propositiva (em modo crescente) e a segunda, resignada e conformada.

A forma e a imagem da cidade não sofriram tão pesada transformação desde as intervenções pombalinas. O objetivo da intervenção levada a cabo na Alta, durante o século XX, ainda hoje é sentido. Pelo projeto, o limite imposto pela muralha da cidadela de outrora foi substituído pela rua, que neste caso, não seria um elemento de ligação, mas antes, um elemento de rotura do espaço da cidade, contribuindo para o isolamento da CUC. A diferença de escala sentida entre o espaço universitário e as construções privadas existentes e adjacentes foi promovida pela imposição ideológica do Estado Novo que, pelo desenho, se transformou num contributo para alcançar uma rotura espacial intencional e uma redefinição da paisagem urbana, introduzindo uma diferença concetual e formal de escala e de linguagem.

Em Coimbra, imperou o conceito “cidade universitária” em todos os planos propostos, se bem que não se discutisse a sua noção. O sentido de violência da implementação da CUC, na sua contemporaneidade, prolongou-se por muitas décadas, sendo comumente assumida como *lesa-pátria*. Não deixa de ser pertinente, contudo, que no momento mais lesivo para a sua condição de cidade, na permanência e na continuidade espacial, se assumiu como *Cidade*, a partir do momento que se delimitava e definia a cidadela universitária. Se a *tábula rasa*, num primeiro momento, era o sinal do progresso, rapidamente se transformou num sentimento de perda de identidade espacial, sem as marcações territoriais e espaciais, que haviam sido permanentes e resilientes até esse momento. A partir daí, só a resignação.

O método de projeto assente na estipulação da *tábula rasa* ou na criação da ‘folha branca’, permitindo um novo começo, promovido pelo Atelier de Belém, mostra-se pertinente pelas suas dicotomias, paradigmas e escolhas que influenciaram os espaços, os usos, os comportamentos e, sobretudo, a vida da cidade.

No caso concreto, não deixa de ser paradigmático que uma operação urbanística impositiva e pouco respeitadora de valores patrimoniais preexistentes esteja, ela mesma, na base do reconhecimento posterior como Património Mundial. De facto, num total de vinte e um edifícios classificados, na designada zona da Alta Universitária, seis foram objeto de renovação/ampliação, no âmbito desta extensa operação urbanística, altamente transformadora de uma zona importante e central da cidade de Coimbra, lembrando que, tal como Marguerite Yourcenar deixou fixado em título de escrito, *o tempo (é mesmo) esse grande escultor* (Yourcenar, 1996).

4.4 Seguindo o fio de Ariadne I: a Cidade Universitária de Coimbra como património glocal⁵²⁸

Resumo

Este artigo aborda as linhas temáticas de carácter internacional que estiveram relacionados com a arquitetura da CUC, aferindo a sua condição de património glocal, enquanto palco de encontro de uma cultura local com uma global. Adicionalmente, pretende ser um contributo na divulgação e na atualização de conteúdos existentes no Fundo CAPOCUC no AUC, através da identificação de documentos realizada pelo cruzamento de dados constantes em arquivos trocados entre a comissão de obras e outras entidades.

Palavras-chave: CAPOCUC, património glocal, identificação de *dossiers*.

Introdução

O valor atribuído ao património cultural construído constitui-se como um ativo para a constante recriação de uma identidade coletiva, que vai sendo legado de geração em geração ou que é, cumulativamente, acrescentado por uma geração para as suas descendentes. Todavia, esse valor, enquanto bem comum a várias gerações ou enquanto património futuro, vai absorvendo a diversidade das identidades pelas memórias e experiências e vai assimilando as miscigenações, as transferências e as transformações das próprias vivências das comunidades. Este fenómeno não estará dissociado da crescente troca de conteúdos e conhecimentos produzidos à escala global, produzindo lógicas de reciprocidade de influências. Talvez por assumir esta faceta da influência quer recebida quer legada, a componente material do património seja uma das vertentes da cultura mais globalizada e globalizante.

No século passado, devido ao aumento da facilidade de circulação de pessoas e, ainda, ao forte incremento planetário de recolha e de partilha de informação, começavam a ser introduzidas novas dinâmicas que, inevitavelmente, se refletiram no modo de abordagem e de produção do património. Estes novos modos, com acesso expedito a imagens e conteúdos, alteravam substancialmente o horizonte da mundialização, com modificações inequívocas nos quadros de vida e nas diversas práticas, inclusivamente, na produção arquitetónica⁵²⁹.

O presente trabalho pretendia ser um contributo de discussão da problemática sobre um objeto de estudo – o processo de arquitetura da Cidade Universitária de Coimbra (CUC), cuja construção tinha sido desenvolvida pela Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra (CAPOCUC) de 1941 a 1975 (A. M. L. Bandeira, 2015) – permitindo complementar e ampliar estudos prévios⁵³⁰, através de dois propósitos específicos, metodologicamente, espelhados na organização do texto.

Numa primeira parte, desenvolvia-se o primeiro propósito, que pretendia expor os conteúdos existentes no Fundo CAPOCUC⁵³¹, no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) e, assim, contribuir para a

⁵²⁸ Este texto tem por base a revisão acrescentada do artigo publicado em 2018, no número XXXI do Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, com sistema de arbitragem científica cega, intitulado “Seguindo o fio de Ariadne: a Cidade Universitária de Coimbra como património glocal” (Capela de Campos & Murtinho, 2018c).

⁵²⁹ Sobre o tema de noção de património e da sua contextualização no panorama e nas dinâmicas globais sugeria-se a leitura do texto correspondente à conferência de Françoise Choay proferida na Universidade de Évora, em 15/03/2005, sob o título “Património e Mundialização: Problemáticas e Estratégias” (Choay, 2010).

⁵³⁰ Designadamente, (Capela de Campos & Murtinho, 2017c, 2017e; Rosmaninho, 2006).

⁵³¹ O Fundo CAPOCUC constituía-se com a documentação produzida, enviada ou recebida pelos vários departamentos da comissão responsável durante o processo de construção da CUC. Os documentos tinham sido encontrados em 1993, como relatava Reis Torgal (Torgal in Rosmaninho, 1996, pp. 6–7), numa cave de uma repartição pública em Lisboa. De modo deliberado e sistemático, haviam sido empreendidos esforços para a sua transferência para Coimbra, tendo sido incorporados no AUC, em 1994 e 1995, como Fundo documental (A. M. L. Bandeira, 1995, 1997, 2015). Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC.

divulgação, a atualização e um melhor conhecimento deste espólio, tendo em conta a identificação de documentos que tinha sido realizada durante a pesquisa arquivística. Adicionalmente, o artigo clarificava alguns dos documentos da CAPOCUC⁵³² – nomeadamente, a identificação, a circunstância e a proveniência dos mesmos – que estariam na base da constituição de um estado da arte internacional essencial ao exercício de projeto.

Deste modo, este espólio arquivístico era considerado uma fonte fundamental e primária, sendo certo que, por vezes, apresentava contornos labirínticos e de difícil compreensão. O Fundo CAPOCUC, para além de ser uma fonte basilar para qualquer investigação sobre a construção da CUC, constituía-se, também, como um legado que contribuía para o conhecimento da história da universidade, da cidade e do país, num tempo particularmente difícil e exigente para a Europa e para o mundo. Quanto melhor se conhecesse este espólio – a identificação, a origem e as circunstâncias dos seus documentos –, melhor se delinearía e compreenderia todo o esquema de relações e acontecimentos que iam definindo a escrita e a construção da história.

O segundo propósito pretendia equacionar a glocalidade do património da CUC, enquanto discurso representativo de uma relação bidimensional de copresença entre o local e o global, contribuindo, para tal, todo o espólio do Fundo CAPOCUC. Desta forma, procedia-se à identificação e análise dessas possíveis relações com impactes ou influências para o resultado final da obra, subordinadas a temas de enquadramento teórico, conquanto circunscritos ao âmbito da condição do objeto de estudo, ou seja, ser uma obra de arquitetura. Tal exercício podia constituir-se operativo em ações de teorização ou de interpretação sobre um objeto de arquitetura que tinha vindo a sofrer, nesse aspeto, transformações radicais de abordagem e de valorização, ao longo dos últimos oitenta anos.

Algumas investigações científicas prévias – que desde o estudo de José-Augusto França (1976), considerado “*o primeiro estudo específico incidindo sobre a arquitectura do Fascismo em Portugal*” (França, 1981, p. 18), têm vindo a produzir reflexões transdisciplinares sobre este caso – anotavam as referências concetuais que teriam sido preferidas e assumidas durante o processo de arquitetura desenvolvido pelo *Atelier* de Belém⁵³³, designadamente, as europeias dentro da trilogia Itália-Espanha-Alemanha. Deste modo, também o processo de arquitetura da CUC, desenvolvido a partir da década de 40 do século XX, era considerado uma fonte fundamental e primária, sobre o qual se equacionava a problemática em torno da solução mais adequada para dar resposta a determinado programa⁵³⁴. Neste caso, o resultado pronunciava-se com características locais, conquanto as características globais sejam inequívocas. Estas considerações podiam ser verificáveis na correlação de alguns vetores de abrangência no âmbito do processo de arquitetura da CUC, acrescentando temas de abordagem interpretativa, sobre a complexidade problemática em torno do objeto arquitetónico, que constituía uma parte da área Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, inscrita na Lista do Património Mundial, em 22 de Junho de 2013. Neste caso – seguindo *o ténue fio de Ariadne*⁵³⁵ – era permitido complementar e acrescentar conhecimento e outros temas de abordagem a este objeto de estudo, assumindo as palavras de Reis Torgal, em que “*só o estudo sistemático dos documentos poderá dar-nos indicações precisas acerca deste fenómeno de extrema*

⁵³² Estes documentos referiam-se a informação solicitada pela CAPOCUC, enviada à CAPOCUC e, solicitada à CAPOCUC.

⁵³³ O trabalho da CAPOCUC podia ser considerado como uma continuação do trabalho das Comissões Administrativas dos Planos de Obras da Exposição do Mundo Português (1938-1940) e da Praça do Império e Zona Marginal de Belém (1941-1945); *Atelier* de Belém era a denominação dada a esta estrutura, localizada na Praça do Império em Belém, onde operavam as três Comissões Administrativas, cujas equipas técnicas eram liderada pelo arquiteto Cottinelli Telmo. Sobre este assunto consultar o artigo “Seguindo o fio de Ariadne II: o Atelier de Belém”, no capítulo 4, da Parte II, da presente tese.

⁵³⁴ No caso de sequenciamento de trabalhos específicos sobre a CUC, sugere-se a consulta de (Rosmaninho, 2006, pp. 10–11).

⁵³⁵ Expressão utilizada na primeira parte do título da última aula proferida por Mário Krüger, “O ténue fio de Ariadne: viagem à modernidade em arquitetura”, em 06/03/2017, no Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC, a propósito dos tempos e espaços do processo de investigação em arquitetura.

complexidade” (Torgal in Rosmaninho, 1996, p. 6). Conectar os protocolos e as trocas de influências entre a CAPOCUC e o mundo considerava-se ser uma possibilidade acrescida de abordagem, de modo a permitir desvelar mais uma cena, de um episódio, de um capítulo do conhecimento sobre a secular história da Universidade de Coimbra (UC).

I – Seguindo o fio de Ariadne

Se era verdade que o traço de projeto para a CUC seria consequente com a experiência do *Atelier* de Belém, também era verdade que, pese embora essa condicionalidade prévia, seria empreendido um empenho significativo na procura e na solicitação de informações relativas a projetos e construções com as mesmas características e o mesmo programa.

Em arquitetura, é comum que na iminência de responder a um qualquer programa funcional e a determinados requisitos, se proceda ao levantamento de situações que, nacional ou internacionalmente, melhor respondam às especificidades em causa. Neste sentido, as ações de pesquisa empreendidas foram permitindo que a CAPOCUC pudesse estabelecer um estado da arte internacional relativo a construções universitárias, constituindo-se estas, naturalmente, como influências ou inspirações para a realização dos planos e projetos da CUC.

A pesquisa realizada pelo *Atelier* de Belém centrava-se em diversos eixos de ação: tanto na troca de conhecimentos realizada ao longo dos muitos eventos internacionais que iam ocorrendo⁵³⁶; pela troca de informações por correspondência com delegações portuguesas no estrangeiro a solicitar informações e planos de construção de cidades universitárias; pelas várias viagens de estudo⁵³⁷ realizadas com visita a locais e consulta direta de informação; ou ainda, pela aquisição de publicações relativas ao tema.

Para o propósito definido neste trabalho, interessava perceber o vetor de influência da troca de correspondência entre a CAPOCUC com os diversos Consulados, Embaixadas, representações diplomáticas de Portugal pelo mundo e outras entidades (sobretudo livrarias). O facto – as opções oficiais de projeto não foram indiferentes a influências e a referências externas – podia ser verificado pela escolha dos vários exemplos, sobre os quais houve troca de correspondência entre a CAPOCUC e as suas congéneres estrangeiras. A variação de tipologias e de modelos, decorrente da seleção prévia dos exemplos, evidencia, por conseguinte, um conjunto de predefinições dos possíveis caminhos que poderiam ser trilhados para o delineamento da futura CUC. Deste modo, estes pressupostos iniciais de necessidade de conhecimento sobre o que mundialmente já havia sido feito, tornavam-se basilares e estruturantes para o exercício de projeto explorado pelo *Atelier* de Belém.

A presente sistematização de dados era realizada por recolha de informações nas Pastas CUC 2008-75: *Fotografias, livros, monogramas, publicações. 1942-1945 e Correspondência expedida (1941-1942), ofícios 1 a 500*. Depois de analisados os conteúdos da documentação em arquivo, determinava-se a divisão dos vários pedidos e solicitações, por três categorias⁵³⁸:

A – publicações de livros e revistas especializadas de arquitetura e construção;

B – planos e projetos das respetivas Cidades Universitárias;

⁵³⁶ Sobre as exposições e eventos realizados onde tinha havido participação dos arquitetos e artistas portugueses, tanto em território nacional como no estrangeiro, cf. (Acciaiuoli, 1998; Capela de Campos & Murinho, 2017c).

⁵³⁷ Sobre as viagens de estudo realizadas por vários professores da universidade, dirigentes e técnicos da CAPOCUC, cf. (Rosmaninho, 2006, pp. 82–86); e sobre a sua pertinência para o exercício de projeto, cf. o artigo “O poder da imagem no processo de projeto da Cidade Universitária de Coimbra”, no presente capítulo, desta tese.

⁵³⁸ A ordem das categorias obedecia à ordem cronológica dos primeiros ofícios considerados para cada uma das categorias, permitindo ter, por conseguinte, uma lógica de hierarquização na procura de informação. Quando num ofício eram feitas abordagens que correspondiam a várias categorias – principalmente, entre as categorias A e B – era considerada uma valorização dos planos e dos projetos, uma vez que seriam instrumentos disciplinares fundamentais da arquitetura.

C – legislação em vigor a propósito da construção de “casas económicas para operários”, “higiene e urbanização das cidades” e “expropriações”.

A correspondência enviada pela CAPOCUC era assinada sobretudo⁵³⁹ pelo seu diretor-delegado, engenheiro Manuel de Sá e Mello e em regime de substituição deste, pelo secretário, Abailardo Augusto da Costa. Todos os restantes officios constituíam-se como sendo as respostas enviadas pelas várias entidades, ao contacto prévio da CAPOCUC.

A – Das várias solicitações de publicações especializadas, entre livros e revistas de arquitetura e construção, efetuadas por Sá e Mello, encontrava-se a sua relação, nos seguintes officios:

1. Of. nº 67, de 23/01/1942, à firma Pimentel e Casquilho, sobre *La costruzione dei campi sportivi* de B. Del Marco e B. Ottenziali; *Scuole* de Galeano Minúcia com prefácio de Marcello Piacentini; *Ospedale* de Bruno Moretti com prefácio de Senador Luigi Devoto; *Il condizionamento dell'aria* de professor Dott. Ing. A. Stradelli; *Das möbel als Gebrauchsgegenstand band 1 – Die konstruktion des möbels* de Von Adolfo G. Schneck e Gustav Kappler; *Das möbel als Gebrauchsgegenstand band 1 – Der stuhl* de Von Adolf G. Schneck e Julius Hoffmann Verlag Stuttgart;
2. Of. nº 71, de 26/01/1942, para o Cônsul Geral de Espanha em Lisboa, a solicitar “*livros de construção civil, em especial de: construções de portas e janelas de ferro e madeira; ferragens de construção civil; coberturas; aquecimento e ventilação; hospitais; edifícios universitários; museus*”;
3. Of. nº 72, de 26/01/1942, para o Cônsul Geral da Alemanha em Lisboa, nos mesmos termos do officio anterior⁵⁴⁰;
4. Of. nº 73, de 26/01/1942, para o Diretor da Casa de Itália em Lisboa, onde para além dos mesmos conteúdos do of. nº 71, solicitava adicionalmente “*monografias sôbre a Cidade Universitária de Roma e outros edifícios da mesma natureza que tenham sido construídos*”;
5. Of. nº 82, de 10/02/1942, para o Cônsul Geral de Portugal em Madrid, a solicitar os mesmos conteúdos do of. nº 71⁵⁴¹;
6. Of. nº 84, de 10/02/1942, à Livraria Julius Springer (Linkstrasse 23-24 Berlim), a solicitar livros de construção civil, nos mesmos termos do of. nº 71;
7. Of. nº 105, de 24/02/1942, à Libreria Espasa Calpe, S.A. (Madrid), a solicitar informações sobre obras relativas à construção da Cidade Universitária de Madrid e às transformações e alterações das Universidades de Salamanca e de Valência;
8. Of. nº 106, de 24/02/1942, à Libreria Hernando, S.A. (Madrid), a solicitar os mesmos conteúdos do of. nº 105;
9. Of. nº 107, de 24/02/1942, à Libreria Internacional de Romo SL (Madrid), a solicitar os mesmos conteúdos do of. nº 105⁵⁴²;

⁵³⁹ Havia um officio relativo a este tópico, assinado pelo ministro das Obras Públicas e Comunicações (OPC) aferindo o grau de conhecimento entre a atividade desenvolvida pela CAPOCUC e a tutela.

⁵⁴⁰ Em of. nº 83, de 10/02/1942, para o Cônsul Geral da Alemanha em Lisboa, Sá e Mello agradecia a informação recebida, previamente solicitada no of. nº 71.

⁵⁴¹ Em of. nº 104, de 24/02/1942, de Sá e Mello para o Cônsul de Portugal em Madrid, era feito um agradecimento pelas informações enviadas por of. nº 320, de 18/02/1942, Proc. Nº 16-42. Pelos officios sequentes, nomeadamente, os of. nº 105, 106, 107 e 108, de 24/02/1942, deduzia-se que o officio do Cônsul de Portugal, em Madrid, teria indicado livrarias em Madrid que poderiam responder à solicitação feita previamente.

10. Of. nº 108, de 24/02/1942, à Sociedad General Española de Libreria (Madrid), a solicitar os mesmos conteúdos do of. nº 105;
11. Of. nº 4944, de 20/12/1943, do Secretário da CAPOCUC Abailardo Augusto da Costa (substituindo Sá e Mello), à Livraria Portugal, sobre *Museumbaukemde* do arquiteto Tieda⁵⁴³.

B – Da correspondência trocada relativamente aos planos e projetos de construção, alteração ou transformação de Cidades Universitárias, que haviam sido solicitados por Sá e Mello, constavam em arquivo os seguintes ofícios:

1. Of. nº 94, de 19/02/1942, ao Ministro de Portugal em Itália (Roma), de acordo com os seguintes termos: “*pretende a Comissão obter os planos dos estudos efectuados para a realização da Cidade Universitária de Roma, de que julgo foram publicadas monografias e estudos diversos, bem como as referentes a transformação das Universidades de Pavia, Florença, Bolonha e Milão e, nessa conformidade, muito agradeço a Vossa Excelência, conseguir obter as monografias, planos e todos os elementos de estudo que for possível, referentes às Universidades indicadas ou outros que Vossa Excelência entender e que interessem para o fim em causa*”;
2. Of. nº 95, de 19/02/1942, ao Ministro de Portugal em França (Vichy), solicitando a informação necessária para “*obter os planos dos estudos realizados com a transformação da Universidade de Paris*”;
3. Of. nº 96, de 19/02/1942, ao Ministro de Portugal na Alemanha (Berlim), das Cidades Universitárias Alemãs⁵⁴⁴, nomeadamente, “*obter os planos dos estudos realizados com a transformação das Universidades de Heidelberg e Munich*”;
4. Of. nº 97, de 19/02/1942 ao Embaixador de Portugal em Espanha (Madrid), solicitando a informação necessária para “*obter os planos dos estudos realizados com a transformação das Universidades de Salamanca e Valência e a construção da Cidade Universitária de Madrid*”⁵⁴⁵;
5. Of. nº 100, de 21/02/1942, ao Centro Luso-Alemão de Intercâmbio Cultural em Lisboa, a solicitar informação sobre os planos das Cidades Universitárias de Heidelberg e de Munique⁵⁴⁶;
6. Of. nº 101, de 21/02/1942, ao Diretor do Instituto de Cultura Italiana em Portugal (ICIP) (Lisboa), solicitando informações “*referentes à construção da Cidade Universitária de Roma e da transformação das Universidades de Pavia, Florença, Bolonha, e Milão*”⁵⁴⁷;

⁵⁴² Em resposta, a Livraria Internacional de Romo SL, de Madrid, no ofício de 07/03/1942, informa a CAPOCUC que não há publicações específicas sobre as referidas universidades, mas haveria publicações que abordariam o tema, nomeadamente, a *Revista Nacional de Arquitectura* nºs 6 e 7, de 1941 e 1942, em “*Ciudad Universitaria de Madrid*”; a revista *Nuevas Formas* nº 6, de 1935, em “*La Ciudad Universitaria de Madrid*” e ainda; a revista *L'Architecture d'aujourd'hui*, de julho de 1936, no artigo intitulado “*Les Cités Universitaires*”.

⁵⁴³ Em resposta por *Bilhete Postal*, de 23/12/1943, a Livraria Portugal acusava a receção do of. nº 4944, 20/12/1943 e informava a CAPOCUC que iria proceder à encomenda da obra na Alemanha, visto não haver nenhum exemplar disponível; e, em *Bilhete Postal*, de 02/05/1944, a Livraria Portugal informava a CAPOCUC, que a referida obra “*não pode ser fornecida presentemente*”.

⁵⁴⁴ Em resposta a of. nº 37, de 01/02/1943, Proc. Nº 40, da delegação de Portugal em Berlim, para o Diretor-Delegado da CAPOCUC, recebido sob o nº 728, de 10/02/1943, informava que *devido às circunstâncias*, dava conta da construção de Institutos Universitários das Universidades de Munique, Greifswald, Königsberg, Münster e Heidelberg.

⁵⁴⁵ Em resposta, a Embaixada de Portugal em Madrid, em of. nº 32, de 22/04/1942, recebido pela CAPOCUC, sob o nº 251, de 27/04/1942, informava do envio de um plano de conjunto da Cidade Universitária de Madrid, uma fotografia do primeiro anteprojecto e dois números da revista *Arquitectura Nacional*, onde eram abordados pormenores da obra da CUM. Mais tarde, em of. nº 32 AG/AJ, de 10/01/1944, o ministro das OPC José Frederico Ulrich informava a CAPOCUC, que a Embaixada de Portugal em Espanha, havia enviado a obra *La Ciudad Universitaria de Madrid*.

⁵⁴⁶ Em of. nº 189, de 10/03/1942, Sá e Mello acusava a receção do ofício do Centro Luso-Alemão de Intercâmbio Cultural, de 02/03/1942 e agradecia a informação prestada. Mais tarde, em of. nº A/42/983, de 23/05/1942, o Centro Luso-Alemão de Intercâmbio Cultural em Lisboa, informava Sá e Mello (of. recebido pela CAPOCUC, sob o nº 455, de 13/07/1942) sobre o envio da publicação *Die Universität München*, como resposta ao solicitado.

7. Of. nº 102, de 21/02/1942, ao Diretor da Casa de Espanha em Lisboa, solicitando informações sobre “*a possibilidade de obter os planos dos estudos realizados com a transformação das Universidades de Salamanca e Valência e construção da Cidade Universitária de Madrid*”⁵⁴⁸;
8. Of. nº 668, de 23/04/1942, ao Cônsul de Portugal na Argentina, solicitando informações a propósito da Cidade Universitária de Buenos Aires⁵⁴⁹.

C – Dos pedidos relativos ao envio de legislação em vigor, referente aos três tópicos supra especificados, que tinham sido feitos por Sá e Mello, encontravam-se os seguintes ofícios⁵⁵⁰:

1. Of. nº 4355, de 18/11/1943, ao Cônsul-Geral dos Países Baixos, em Lisboa⁵⁵¹;
2. Of. nº 4461, de 20/11/1943, para o Cônsul de Portugal na Argentina, em Buenos Aires;
3. Of. nº 4462, de 20/11/1943, para o Cônsul de Portugal na Bélgica, em Bruxelas;
4. Of. nº 4463, de 20/11/1943, para o Cônsul de Portugal em Espanha, em Madrid;
5. Of. nº 4464, de 20/11/1943, para o Cônsul de Portugal na Suíça, em Berna;
6. Of. nº 4465, de 20/11/1943, para o Cônsul de Portugal nos Estados Unidos da América, em Washington;
7. Of. nº 4466, de 20/11/1943, para o Cônsul de Portugal no Brasil, no Rio de Janeiro;
8. Of. nº 4467, de 20/11/1943, para o Cônsul de Portugal em Inglaterra, em Londres;
9. Of. nº 4902, de 15/12/1943, para o Cônsul de Portugal nos Estados Unidos da América, em São Francisco;
10. Of. nº 4903, de 15/12/1943, para o Cônsul de Portugal nos Estados Unidos da América, em Nova Iorque;
11. Of. nº 4904, de 15/12/1943, para o Cônsul de Portugal nos Estados Unidos da América, em Chicago.

Identificação de dois *dossiers*

Durante a realização das pesquisas no Fundo CAPOCUC, verificara-se a existência de dois *dossiers* de registo informativo com planos e fotografias, um identificado com o número 8 e o outro *sem título*, que não se encontravam descritos nem inventariados (apesar de estarem apensos ao Fundo) e cujos conteúdos estavam relacionados com a Universidade de Bolonha.

⁵⁴⁷ A resposta a este ofício era dada pelo ICIP, em of. nº 2079, de 27/02/1942 e agradecida por Sá e Mello, em of. nº 182, de 03/03/1942. Mais tarde, em of. nº 1382, de 27/01/1943, para Sá e Mello (of. recebido pela CAPOCUC, sob o nº 699, de 28/01/1943), o ICIP avisava que seriam oferecidos *dossiers* com material de estudo das Universidades de Roma, Pavia e Bolonha.

⁵⁴⁸ Em of. nº 191, de 11/03/1942, para o Ministro Conselheiro da Embaixada de Espanha em Lisboa, Sá e Mello acusava a receção do of. nº 25, de 07/03/1942 e agradecia a informação prestada.

⁵⁴⁹ Em of. nº 668, de 23/04/1942, Sá e Mello solicitava ao Cônsul de Portugal na Argentina: “para a construção da Cidade Universitária de Coimbra, de que esta Comissão foi incumbida, carece a mesma de construção de cidades congêneres no estrangeiro. De entre êsses elementos de estudo, tem esta Comissão muito interesse em consultar um opúsculo relativo à “Ciudad Universitaria de Buenos Aires” que a “Sociedad Central de Arquitectos de la Republica Argentina” editou em 1938”. Em of. nº 485, recebido a 04/09/1942, do Ministro da República Argentina em Portugal, para Sá e Mello, era exposto que a obra citada já havia chegado e que iria ser remetida à CAPOCUC.

⁵⁵⁰ A legislação em vigor nos diferentes países e cidades tinha sido recebida pela CAPOCUC, como atestavam os agradecimentos de Sá e Mello para os Consulados de Portugal em Bruxelas (of. nº 5119, de 15/01/1944), em Berna (of. nº 5313, de 09/02/1944), para o Embaixador de Portugal em Washington (of. nº 6360, de 12/05/1944) e para os Consulados de Portugal em Nova Iorque (of. nº 6886, de 14/06/1944), no Rio de Janeiro (of. nº 7785, de 18/08/1944) e em Buenos Aires (of. nº 8503, de 01/11/1944); e de Abailardo da Costa para os Consulados de Portugal em Madrid (of. nº 52, de 28/01/1944) e em Londres (of. nº 6886, de 17/02/1944).

⁵⁵¹ Em resposta, o Consulado Geral dos Países Baixos em Lisboa, em of. nº 975, de 23/11/1943, recebido pela CAPOCUC, sob o nº 4472, de 25/11/1943, informava da obra *A Moderna Architectura Holandesa*, de Francisco Keil do Amaral, editada em 1943, em Lisboa.

DOSSIER 8

Na primeira página era representada e localizada a *Università di Bologna – Istituti e Cliniche Consorzio Edifici Universitari*, no seu enquadramento urbano: planta da cidade muralhada de Bolonha, com alguns elementos em destaque; a legenda desses elementos identificava e especificava as portas da terceira muralha da cidade, as vias principais da malha urbana, a localização do *Archiginnasio* (primeiro espaço e sede da Universidade de Bolonha) e a identificação e localização dos novos espaços e equipamentos universitários (Fig. 36).

Adicionalmente, eram realçados vários espaços universitários: à saída da Porta *Saragozza*, a Química Industrial; perto da Porta *Castiglione*, extramuros, a Clínica Ortopédica; junto à Porta *Zamboni* (Porta *San Donato*) intramuros, o *Quartiere Universitario di Levante*; junto à Porta *San Vitale*, intramuros, a Clínica Universitária e, extramuros, o grande complexo universitário e Policlínica Universitária de *Santa Orsola*.

Nas páginas seguintes era feito o destaque para os vários espaços e equipamentos universitários através de fotografias; destacavam-se as imagens da *Università di Ingegneria*, construída entre 1913-1914, com projeto do arquiteto Giuseppe Vaccaro, apresentando linhas modernas (Fig. 37).

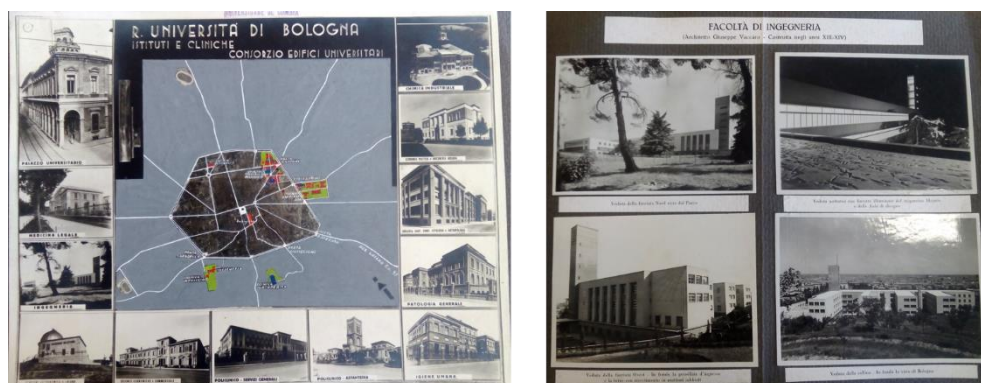


Fig. 37 – Imagens do *Dossier 8*, no AUC. Referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: *Dossier 8*.

DOSSIER SEM TÍTULO

As primeiras páginas apresentavam os espaços universitários de modo específico, através de plantas de localização: na primeira folha, a página de rosto fazia a identificação da planta de Policlinico Universitario S. Orsola; na segunda, era identificada uma planta Planimetria generale – Quartiere di Levante⁵⁵²; na terceira, uma planta Planimetria generale degli stabili universitari⁵⁵³; na quarta folha havia a duplicação da informação da primeira, sendo a sua cópia; na quinta, era identificado o Quartiere universitario di levante⁵⁵⁴, numa planta mais pormenorizada; na sexta, era identificada a Stazione astronomica di Loiano Orzale; e na sétima, o Quartiere di ponente.

Nas restantes folhas eram apresentadas fotografias dos vários edifícios, institutos e departamentos universitários, que tinham sido previamente assinalados nas diversas plantas de localização e de enquadramento urbano, tanto dos espaços exteriores como dos espaços interiores.

Tendo em conta este conteúdo, evidenciando as dependências da Universidade de Bolonha, a primeira suposição sobre o contexto deste material era equacionada como sendo de supostos cadernos de levantamento realizados durante as viagens de estudo efetuadas por elementos da CAPOCUC⁵⁵⁵. Ainda

⁵⁵² Página marcada a lápis, com o número “3”, no canto superior esquerdo. Como se desconhecia o sentido da identificação com o número “8” no outro *dossier*, as indicações numéricas neste conjunto de informação específica podiam ser relevantes.

⁵⁵³ Página marcada a lápis, com o número “2”, no canto superior esquerdo.

⁵⁵⁴ Página marcada a lápis, com o número “4”, no canto superior esquerdo.

⁵⁵⁵ Esta suposição era baseada no conhecimento de um relatório sobre a viagem de estudo realizada por Maximino Correia (reitor da UC e presidente da CAPOCUC), Sá e Mello e Cottinelli Telmo, a Itália, Suíça e França, em 18/10/1946, por vinte dias, onde era

assim, seria certo que, pelo tipo de informação passível de ser recolhida, quer pelos planos de localização quer pelo registo dos temas fotografados, deveriam ter sido elaborados por um arquiteto que estivesse a investigar para um processo de projeto, pese embora, a estranheza de não haver desenhos e esboços associados a qualquer um dos dossiers.

Todavia, a pesquisa dos documentos contidos na Pasta CUC 2008-75 permitia verificar que os referidos dossiers haviam sido identificados numa das respostas enviadas à CAPOCUC. Com efeito, tal correspondência tinha sido estabelecida como parte da resposta do ICIP (of. nº 1382, de 27/01/1943) enviada para Sá e Mello⁵⁵⁶, informando sobre a oferta de dossiers de material de estudo das Universidades de Roma, Pavia e Bolonha.

Consequentemente, aferia-se que: estes dois *dossiers* sobre a Universidade de Bolonha faziam parte do material enviado pelo ICIP à CAPOCUC, sendo desconhecida a existência de mais *dossiers* relativos a este conteúdo; e que teriam sido enviados mais *dossiers* pelo ICIP, tanto para informar sobre a Universidade de Roma como a de Pavia, desconhecendo-se, no entanto, o número total de volumes enviados.

Sabendo da existência destes dois *dossiers*, que apesar das suas características particulares não estavam referenciados, fora solicitada informação sobre a presumível existência de mais *dossiers*, no Fundo CAPOCUC, relativos à Universidade de Bolonha, ou relativos às Universidades de Roma e de Pavia. Apesar de ainda não terem sido localizados, haverá ou terá havido, mais *dossiers* relativos a estas universidades, conforme o exposto por declaração em troca de correspondência oficial entre o ICIP e a CAPOCUC (que podem, contudo, não estar no AUC).

II – Leituras de localidade: a CUC como património glocal

As pressões sentidas no âmbito do património não são diferentes daquelas sentidas pela cidade em geral, sendo, também, associadas à condição de uma cultura urbana tendencialmente globalizada, sendo considerado um nível de pressão sem precedentes na história no final do milénio. Se a questão não reside na pressão em si, então, deve ser encarada outra perspetiva, designadamente, a capacidade de resposta do património e dos seus contextos urbanos na receção dessa pressão. Sobre esta perspetiva, a Unesco tem desempenhado um papel de relevo, juntamente com os seus aliados, desde o período pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo, através do desenvolvimento de atividades no âmbito dos seus três pilares fundamentais – a educação, a cultura e a ciência –, junto dos agentes implicados – entidades transnacionais, nacionais, regionais e locais, gestores e comunidades – dinamizando sinergias de cooperação entre todos, com a expectativa de promover a aceitação da maior diversidade de patrimónios possível.

O desenvolvimento de uma abordagem para trabalhar neste enquadramento, conhecia contornos mais definidos a partir da Recomendação da Paisagem Urbana Histórica⁵⁵⁷, que visava (e visa) equacionar possibilidades de atuação sobre estes espaços mais sensíveis a essa pressão da globalização. Pelos diversos trabalhos e estudos já realizados ou em desenvolvimento⁵⁵⁸, em várias geografias, verifica-se a utilização de

sublinhada a visita ao edifício da Faculdade de Engenharia da Universidade de Bolonha (projeto do arquiteto Vaccaro), na primeira página da primeira parte do relatório que deveria ter sido elaborado por Cottinelli Telmo. Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 112-A. A propósito da autoria do relatório, Rosmaninho (2006) também avançava essa possibilidade da autoria a Cottinelli Telmo.

⁵⁵⁶ No of. nº 1382, de 27/01/1943, para Sá e Mello (of. recebido pela CAPOCUC, sob o nº 699, de 28/01/1943), o ICIP avisava que seriam oferecidos *dossiers* com material de estudo das Universidades de Roma, Pavia e Bolonha, conforme já referido.

⁵⁵⁷ Para uma leitura mais aprofundada sobre a Paisagem Urbana Histórica e a sua abordagem ver o artigo “Paisagem Urbana Histórica, a *Lusa Atenas* como matriz cultural de Coimbra”, no capítulo 7, da Parte III, da presente tese.

⁵⁵⁸ Numa era de globalização, onde os padrões das práticas e dos acessos aos mercados, à tecnologia, à informação e ao conhecimento são equivalentes entre pessoas, comunidades, sítios, cidades, países e continentes, a valência dos parâmetros locais, designadamente, a cultura e o património endógenos, assume uma importância substantiva na diferenciação entre todos. Esta premissa era assumida como base de enquadramento a propostas de atuação, que vêm sendo estudadas no âmbito da implementação da Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica, desde 2011, com uma abordagem adaptada a diversas cidades-piloto como casos de estudo – que se

uma metodologia comum em qualquer um dos casos, por mais diversificados que sejam, tantos pelos enquadramentos, como pelos conteúdos. Essa metodologia comum a todos tem sido articulada numa resposta com uma valência inerente do local – das condições, das contingências, da identidade, da cultura intrínsecas do espaço onde se desenvolve o fenómeno de estudo – para lidar e tentar absorver e incorporar, de um modo coerente e dinâmico, essa pressão de globalização.

Jean Petitot afirmava que a oposição entre o ‘local’ e o ‘global’ era “*constitutiva da nossa representação de espaço*” (Petitot, 1985, p. 19), enquanto *metáfora geográfica das regiões disciplinares* (Petitot, 1985, p. 16). O ‘local’ constituía-se pela matematização de fenómenos elementares e, nesse sentido, o termo em si adquiria duplo significado: o primeiro decorria da *localização no universo dos fenómenos*, sendo para tal, necessária a escolha metodológica prévia desses *fenómenos elementares*; o segundo significado abrangia a *localização espaço-temporal* desses mesmos *fenómenos* (Petitot, 1985, p. 16); e o ‘global’ constituía-se pelo *universo dos fenómenos* (Petitot, 1985, p. 16). Para o ser animal, designadamente, o humano, a experiência de espaço seria territorial, ou seja, seria uma experiência realizada na “*extensão a domínios locais das grandes relações metabólicas como a predação; e seguidamente, uma colagem desses domínios locais por intermédio de índices significantes, digamos ‘semânticos’, de natureza sensorial*” (Petitot, 1985, p. 19). Consequentemente, Petitot defendia, tendo em conta estes pressupostos, que não existia “*uma verdadeira representação global do espaço*”, uma vez que, a representação identificava-se a partir de “*uma memorização do sistema de índices*” (Petitot, 1985, p. 19). Deste modo, tornava-se essencial estabelecer um ‘referencial topos’ capaz de estabelecer as conexões de posicionamento de localização e, em consequência, estabelecer “*uma estratégia de definição de lugar*” (Petitot, 1985, p. 72).

Estas disposições teóricas permitiam pensar e trabalhar a representação da relação entre o local e o global, que se apresentavam numa condição de simultaneidade, sobre os vários espaços de património. No processo da teorização dessa representação de dupla dimensão local/global sobre os espaços, tinha vindo a ser introduzido um termo que pretendia representar, precisamente, essa representação – glocalidade. Assim, a segunda parte deste artigo pretendia identificar e estabelecer uma leitura sobre a condição de glocalidade da CUC, que enquanto património, podia ser estabelecida sobre algumas leituras, na valência do presente objeto de estudo – o processo de arquitetura da CUC.

Assumindo estas premissas, considerava-se possível a representação de uma relação entre as dimensões local/global sobre o processo da construção da CUC, correlacionando três vetores de leitura e de abrangência considerados na abordagem aos *fenómenos elementares* do objeto de estudo: os parâmetros de obra⁵⁵⁹, as condições de obra⁵⁶⁰ e o âmbito de atuação do Estado Novo⁵⁶¹. No fundo, a correlação direta entre estas categorias de análise, eram definidas pela ‘natureza’ do objeto, em que os dois primeiros vetores constituíam-se relativos à obra de arquitetura (em si própria) e o terceiro constituía-se relativo ao dono de obra.

encontram em curso, tais como Amsterdão (Holanda) e Nápoles (Itália), Cuenca (Equador), Zanzibar (Tanzânia), Rawalpindi (Paquistão), Ballarat (Austrália), Xangai e o Distrito de Wujiang em Suzhou (China) (UNESCO & WHITRAP, 2016).

⁵⁵⁹ Definidos por um tempo considerado de ordem prática, com a formalização do processo de arquitetura desde o projeto à execução de obra e, por um tempo considerado de ordem teórico-prática, direcionado ao uso da obra, sendo que, para este caso de estudo, interessava equacionar, sobretudo, a teorização de obra realizada em diversos contextos.

⁵⁶⁰ Definidas por duas condições consideradas circunstanciais e interligadas entre si, capazes de constituírem referenciais (estipulados pela simultaneidade e pela transversalidade), necessários à abordagem analítica dos *fenómenos* deste caso: um primeiro referencial como sendo a circunstância ideológico-concetual, relacionado com a dimensão do objeto de estudo; e, por outro lado, considerava-se um segundo referencial como sendo a circunstância geográfica, relacionado com o posicionamento do objeto onde o primeiro referencial se desenvolvia ou se movimentava.

⁵⁶¹ Definido por quatro planos de abrangência considerados: dentro da lógica do desenvolvimento do projeto e da execução de obra, consideravam-se o contexto urbano, os agentes e os circuitos de influência; dentro da lógica da teorização de obra, considerava-se o plano dos circuitos de poder.

Deste modo, pese embora a abrangência de temas que surgem da valência do objeto, interessava sublinhar alguns temas que permitiam disciplinar as interpretações que estabeleciam a CUC como um património glocal: a constituição de um estado da arte internacional e o interesse de propaganda da imagem da CUC.

Leitura de glocalidade 1: a constituição de um estado da arte internacional

No contexto disciplinar da arquitetura, não só a informação solicitada, supra citada, se assumia como pertinente, como também a lógica da sua sequência cronológica (entre 23/01/1942 e 01/11/1944) o demonstrava ser, para o estudo e a formulação de procedimentos, o delineamento de projeto e a execução do mesmo – publicações, planos e legislação. Numa análise direcionada ao mapeamento da recolha de informação com o propósito de ser estabelecido um estado da arte internacional, sobre as três categorias, pode ser verificado que pelas solicitações e respostas:

Na categoria A havia uma tendência evidente de informações circunscrita a três países, Alemanha, Espanha e Itália;

Na categoria B havia uma variação de informações sobre universidades em Itália (Roma, Pavia, Florença, Bolonha e Milão), França (Paris), Alemanha (Heidelberg, Munique, Greifswald, Königsberg e Münster), Espanha (Madrid, Salamanca e Valência) e Argentina (Buenos Aires);

Na categoria C havia uma variação de legislação em vigor, sobre os três tópicos referidos, proveniente de Países Baixos, Argentina, Bélgica, Espanha, Suíça, Estados Unidos da América, Brasil e Inglaterra.

A base de trabalho para análise e avaliação das possibilidades de projeto da CUC era, assim, constituída pelas informações retiradas do estudo de todos estes exemplos recolhidos, bem como, de todas aquelas informações que foram verificadas *in loco*, pelos levantamentos realizados durante viagens de estudo e sobre os quais seriam realizados vários relatórios. Era, portanto, a partir dessa base de trabalho que Sá e Mello, em ofício de 08/06/1944⁵⁶² para o ministro das OPC, explicitava os resultados obtidos para melhor se analisarem as opções que deveriam ser consideradas para responder aos propósitos da construção da CUC.

Da análise dos exemplos, Sá e Mello evidenciava duas soluções de abordagem projetual. No primeiro exemplo, referia-se às “*Cidades Universitárias em superfície, ocupando áreas muito extensas, solução adoptada nos países novos e de grandes recursos materiais*”, dando os exemplos das universidades na Argentina, Brasil, Estados Unidos e a Cidade Universitária de Madrid (CUM), em Espanha. No segundo exemplo, Sá e Mello expõe as “*Cidades Universitárias com áreas reduzidas e os serviços concentrados*”, uma solução europeia “*devido, quer à tradição e convivência do aproveitamento dos edifícios existentes, quer à falta de recursos e de terrenos disponíveis com a área necessária*”, verificada na Cidade Universitária de Roma (CUR), em Oslo, Berna e Atenas.

Nesta abordagem já estava equacionada uma matriz ou arquétipos preconcebidos de traçado ou, pelo menos, uma ideia prévia daquilo que se pretendia realizar na CUC com diretrizes de referências a seguir, sendo certo que as informações relativas à trilogia Itália-Espanha-Alemanha⁵⁶³ já seriam consideradas como basilares aquando do início dos projetos do Atelier de Belém, desde 1939. Das duas hipóteses de abordagem de projeto, Sá e Mello assumia o pendão sobre a preferência pela segunda, como sendo a melhor para Coimbra, apesar de outras opiniões penderem para o exemplo da CUM⁵⁶⁴. Em todo o caso, Sá

⁵⁶² Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: *Fundo CAPOCUC*: Pasta 3.

⁵⁶³ Sobre este assunto, consultar os artigos “O poder da imagem no processo de projeto da Cidade Universitária de Coimbra” e “Cidade Universitária de Coimbra, a *tabula rasa* como metodologia de projeto”, no presente capítulo.

⁵⁶⁴ Feliciano Guimarães (1885-1959), professor da Faculdade de Medicina da UC, na conferência “A Universidade de Coimbra. Organização actual. Principais instalações. Conferência realizada em Ponta Delgada em Abril de 1928” salientava os exemplos das

e Mello sublinhava o resultado da CUR, estabelecendo um paralelismo proporcional direto com a CUC, sendo que a CUR apresentava o dobro da área de implantação por número de alunos da CUC. Este processo de análise dos prós e contras dos levantamentos efetuados e reunidos demonstrava uma abordagem espelhada na necessidade de uma constante adaptação a uma solução para Coimbra, que teria que responder a um programa definido dentro de uma área – a Alta – com o *espaço disponível* (Rosmaninho, 1998).

Deste modo, verifica-se que era na Europa que se encontravam as circunstâncias ideológico-concetuais desejadas para o desenho e execução de projeto, tendo em conta todos os elementos recolhidos dentro de diversos circuitos de influência do Estado Novo. Tais circuitos de influência constituíam-se pelo estabelecimento de contactos (tanto pela via diplomática como por correspondência) e contaminações teórico-concetuais (de projetos, imagens, sistemas construtivos), pela participação nas exposições internacionais, pela realização de viagens de estudo e o conseqüente estudo de obras estrangeiras.

Por outro lado, se era verdade que a arquitetura da CUC era influenciada por imagens e conceitos teórico-ideológicos de outros exemplos congêneres, também era verdade que a condição de implantação de qualquer arquitetura deveria sempre lidar com uma circunstância local, designadamente, pelo contexto urbano (Solà-Morales, 1999). Todavia, para a realização da construção da CUC era imperativo que esse contexto urbano não existisse, tendo sido com o recurso à *tabula rasa*, essencial ao *processo e metodologia de projeto do Atelier de Belém*, que era garantido o espaço necessário à concretização do que havia sido delineado por Cottinelli Telmo⁵⁶⁵, sendo, esta especificidade, inerente ao processo de arquitetura da CUC.

O tema da constituição de um estado da arte internacional estabelecia, assim, a representação de uma relação de copresença entre o local e o global, CUC (Portugal)/CUR-CUM-Planos Speer (Itália-Espanha-Alemanha), pelo enquadramento de correlação entre o estádio do projeto no processo de arquitetura, com as suas circunstâncias ideológico-concetuais e geográficas, nos circuitos de influência do Estado Novo. Ou seja, pela correlação entre a fase de desenvolvimento de projeto, com as opções de desenho baseadas numa matriz concetual definida previamente e, ainda, com as diversas ações e diligências promovidas para estabelecer um estado da arte internacional, era considerada uma leitura possível de glocalidade deste caso. Este tema era, adicionalmente, uma base de compreensão para a valência de *maior influência* na construção da CUC, considerada pela escolha do traço de Piacentini para a CUR, dos conceitos e diretrizes de López Otero para a CUM e dos conceitos geométricos e cinematográficos dos planos de Speer⁵⁶⁶.

Leitura de glocalidade 2: a imagem da CUC e o interesse de propaganda

Uma outra leitura que merecia ser equacionada, para se sublinhar a condição glocal da CUC, enquanto produto de uma qualidade de desenho comum a uma arquitetura do plano internacional, era a capacidade de utilização da sua imagem, pelo Estado Novo. Se “*politicamente só existe o que o público sabe que existe*” (A. de O. Salazar, 1948, p. 259), então o interesse pela propaganda⁵⁶⁷ da imagem enquadrava-se nas palavras do chefe de governo, ao defender que “*dois grandes sentimentos deviam inteiramente dominar as nossas atitudes e ações – o sentimento da comunidade portuguesa na vida de relações interior, e o do*

Cidades Universitárias de Milão, Paris e Madrid, preferindo o exemplo desta última, que acolhia vários edifícios de modo a responder às necessidades intelectuais e físicas da comunidade universitária (Rosmaninho, 2006).

⁵⁶⁵ Sobre este assunto, consultar os artigos “O poder da imagem no processo de projeto da Cidade Universitária de Coimbra” e “Cidade Universitária de Coimbra, a *tabula rasa* como metodologia de projeto” e “Seguindo o fio de Ariadne: o Atelier de Belém”, no capítulo 4, da Parte II, da presente tese.

⁵⁶⁶ Sobre este assunto, consultar os artigos “O poder da imagem no processo de projeto da Cidade Universitária de Coimbra” e “Cidade Universitária de Coimbra, a *tabula rasa* como metodologia de projeto”, no presente capítulo.

⁵⁶⁷ Salazar esclarecia o seu significado de propaganda como “*educação política do povo português*”, atribuindo-lhe duas funções, “*informação primeiro; formação política, depois*” (A. de O. Salazar, 1959, p. 195).

interesse nacional no trato com as outras nações como reacção contra a doentia preferência do nosso espírito pelo interesse estrangeiro” (A. de O. Salazar, 1959, p. XIII).

A utilização da sua imagem permitiria que, “*da futura Praça de D. Dinis e da sua escadaria monumental*”, fossem rasgados outros horizontes “*mais amplos sobre o Mundo*” (M. Correia, 1947, p. 84). Estar na vanguarda do desenvolvimento moderno e “*acompanhar o vertiginoso progresso das ciências*” (M. Correia, 1947, p. 82) era, também, uma aspiração do Estado Novo, que se queria empreendedor “*da renovação material, base do ressurgimento moral e intelectual da Nação*” (M. Correia, 1947, p. 82).

A imagem da CUC vendia-se como uma capacidade impositiva e empreendedora de um Estado que, mesmo durante um período de grande carência económica e material, como era o da Segunda Guerra Mundial, respondia com uma forte implementação de obra pública. A construção da CUC integrava um plano nacional de obras públicas, cujo objetivo político era o desenvolvimento e a modernização do país, pese embora, se pudessem realizar outros objetivos fundamentais, nomeadamente, o impulso de uma economia interna, conforme tinha sido estipulado no preâmbulo do Decreto-lei nº 22055/1932⁵⁶⁸. Dentro de uma lógica de propaganda, era imperativo passar esta mensagem, sobretudo, dentro dos circuitos de poder que se estabeleciam pelas relações internas de controlo e domínio do ‘Mundo Português’, tanto no território nacional como nos territórios ultramarinos e, ainda, pelas relações diplomáticas externas, nos palcos políticos do ‘mundo internacional’.

Deste modo, todos os acontecimentos passados localmente, em território nacional, como os grandes empreendimentos de obras públicas, onde se incluía a construção da CUC, estavam sujeitos a escrutínio informativo internacional, principalmente, nos territórios das ex-colónias. Se nos palcos internacionais, a relação entre Estados pretendia ser estabelecida de ‘igual para igual’, no palco do ‘Mundo Português’, a intenção baseava-se na consolidação ‘político-afetiva’ de defesa do *engrandecimento* nacional através de “*um vasto património – a unidade política e moral da Pátria e a integridade de um Império Colonial*” (A. de O. Salazar, 1945, p. XXIII). Todavia, o interesse pela informação também era manifestado do exterior, dando a tônica de copresença numa relação do interesse local com o do global sobre a arquitetura produzida.

Do ponto de vista local, o interesse da propaganda do conjunto das obras públicas, cujas “*prodigiosas realizações engrandecem e actualizam a fisionomia do País*” (M. Correia, 1947, p. 82), constituía-se como um enunciado programático necessário a uma *durabilidade de regime* (F. Rosas, 2015). Tal aspiração apenas se poderia conseguir sob duas abordagens: por um lado, com uma ‘reeducação’ dos portugueses⁵⁶⁹, no âmbito de uma *regeneração nacional* (F. Rosas, 2001) e, por outro, com a afirmação e divulgação de uma imagem de estabilidade interna em todos os domínios governativos, ao nível da diplomacia internacional⁵⁷⁰.

Do ponto de vista do global, o Fundo CAPOCUC disponibilizava mais documentos, para além da informação referida no tema I, que – sendo considerados elementos disponíveis para a discussão, onde cada olhar pode ajudar a descobrir novas especificidades –, permitiam documentar esta interpretação sobre a narrativa histórica desta arquitetura, de forma mais sustentada. Nesse sentido, as informações recolhidas

⁵⁶⁸ A este propósito, para uma leitura mais aprofundada, consultar o artigo “Seguindo o fio de Ariadne II: o Atelier de Belém”, no capítulo 4, da presente tese.

⁵⁶⁹ Para tal, teria contribuído a atividade de António Ferro à frente da propaganda nacional; bem como, as exposições ocorridas em território nacional, destacando-se a importância da Exposição do Mundo Português, em 1940 e da Exposição de Quinze anos de Obras Públicas, em 1947; e, ainda, as publicações produzidas no âmbito da divulgação das obras e dos acontecimentos expositivos, como livros, revistas e brochuras (sem considerar as notas informativas e notícias publicadas nos diversos jornais).

⁵⁷⁰ De realçar nos vários *Discursos* de Salazar, a este propósito, a quantidade e a pertinência dos temas referentes aos acontecimentos e notícias que afetavam a diplomacia portuguesa externa, bem como as tomadas de posição de Portugal consequentes com esses factos (A. de O. Salazar, 1945, 1948, 1959).

sublinhavam o interesse internacional sobre as construções da CUC, tendo em conta a troca de correspondência oficial, a solicitar informação à CAPOCUC.

Era sobretudo em Coimbra que os estudantes das colónias desenvolviam os seus estudos, já que, os Estudos Gerais do Ultramar, em Luanda (Angola) e Lourenço Marques (atual Maputo, Moçambique), só viriam a ser criados em 1962⁵⁷¹.

Relativamente ao Mundo Português ultramarino, era verificada a solicitação de informação, fotografias e planos das obras da CUC, nos ofícios seguintes:

1. Of. nº 257/R/55, de 18/04/1955, do Diretor Interino da Casa da Metrópole, Artur Dionísio Barreto, do Ministério do Ultramar de Lourenço Marques, para Sá e Mello, recebido pela CAPOCUC, sob o nº 775, de 27/04/1955, a explicitar que seria do interesse e desejo da Casa da Metrópole realizar, em Lourenço Marques e noutros locais do território administrativo, uma exposição capaz de exemplificar o desenvolvimento do país⁵⁷². Em resposta, era enviado o of. nº 1086/55, de 06/05/1955, de Sá e Mello, para o Diretor da Casa da Metrópole em Lourenço Marques, a satisfazer o solicitado⁵⁷³.

Também do Brasil chegavam ofícios à CAPOCUC, a solicitar informações sobre o processo e os resultados da construção da CUC, tais que:

1. Of. de 07/01/1952, de Humberto Pereira Pinto, de S. José do Rio Preto (Estado de São Paulo), rececionado pela CAPOCUC, sob o nº 87, de 21/01/1952, a solicitar “*relatórios e quaisquer outros folhêtos e opusculos sobre a construção dessa gigantesca obra*”, uma vez que, por ser estudante de engenharia, teria grande interesse “*pela moderna arquitectura portuguesa*”. Em of. nº 119/52, 28/01/1952, assinado por António Alves de Sousa, foi enviada uma resposta com duas monografias da Faculdade de Letras e do Observatório Astronómico;
2. Of. de 12/04/1953, de José Pereira de Sousa, de S. José do Rio Preto (Estado de São Paulo), para o presidente da CAPOCUC, recebido sob o nº 460, de 20/04/1953, a solicitar “*quaisquer publicações editadas (...) referentes ao plano geral da Cidade Universitária de Coimbra, às construções já inauguradas (Biblioteca Geral, Faculdade de Letras e Observatório Astronómico) e aos edifícios a construir*”. Em nota manuscrita e assinada por António Alves de Sousa, em 22/04/1953, lia-se que tinham sido “*enviados um folhêto sobre a Faculdade de Letras e outro sobre o Observatório Astronómico*”.

⁵⁷¹ Os Estudos Gerais Universitários do Ultramar, em Angola e Moçambique, eram estabelecidos por Decreto-lei nº 44530/1962, publicado em Diário do Governo nº 119 de 21 de agosto de 1962, série I, pp. 1131-1132. Os Estudos Gerais de Luanda eram inaugurados a 06/10/1963, com a presença do Presidente da República Américo Thomaz, e os Estudos Gerais de Lourenço Marques eram inaugurados a 08/11/1963 (Bramão, 1971, p. 18). No final de 1968, pelo seu desenvolvimento e crescimento, os Estudos Gerais passavam ao estatuto de universidade, com o Decreto-lei nº 48790/1968, publicado em Diário do Governo nº 301 de 23 de dezembro de 1968, série I, pp. 1891-1892, passando a ser designados como Universidade de Luanda e Universidade de Lourenço Marques (Maputo, Moçambique). Cf. <https://www.uan.ao/about/>, acedido em 07/02/2017; (Bramão, 1971).

⁵⁷² Do ofício, reproduzem-se os seguintes termos explícitos, cuja solicitação tinha em vista a realização de “*uma exposição de fotografias do Mundo Português, através da qual os numerosos colonos aqui residentes – e até mesmo os estrangeiros que constantemente se deslocam a esta Província – possam avaliar a hora alta que o País atravessa, em matéria de realizações, conhecer as principais actividades económicas que enriquecem a Nação, as igrejas, os jardins, os monumentos, hospitais, estabelecimentos de ensino, estradas, enfim todo o património artístico, económico e social que se dispersa pelas diferentes províncias da Mãe Pátria e do Ultramar*”.

⁵⁷³ Era informado, no ofício enviado, para os devidos efeitos, “*fotografias de obras realizadas por esta Comissão Administrativa, incluídas no Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra*”, nomeadamente: “*1) Planta da Cidade Universitária; 2) Praça da Porta Férrea, com Biblioteca Geral, Paço das Escolas e Faculdade de Letras; 3) Fachada principal da Biblioteca Geral; 4) Paço das Escolas – Via Latina; 5) Paço das Escolas – Ala de S. Pedro; 6) Faculdade de Letras – fachada principal; 7) Faculdade de Letras – sala de leitura e biblioteca; 8) Faculdade de Letras – Anfiteatro principal; 9) Instituto Botânico – corredor do r/c; 10) Instituto Botânico – corredores do 1º e 2º andares; 11) Jardim Botânico – fachada do Instituto Botânico voltada para o jardim; 12) Jardim Botânico – placa central*”.

E da Europa, mais concretamente da Suíça, também surgia interesse em conhecer detalhes da construção da CUC, para a realização de uma exposição, de acordo com:

1. Of. nº 654/52, de 08/05/1952, de António Alves de Sousa, para Maria Irene Leite da Costa, a indicar as 24 fotografias enviadas para integrarem uma exposição na Sala de Portugal na Exposição Permanente do Bureau International d'Education, em Genebra⁵⁷⁴, sendo respondido por ofício de Maria Irene Leite da Costa, em 14/05/1952, recebido pela CAPOCUC, sob o nº 665, de 15/05/1952, a acusar a receção das fotografias e das 12 monografias que integrariam a citada exposição.

Nesta leitura, tanto o interesse subsidiado pela propaganda nacional, como o interesse sublinhado por esta procura internacional – que, neste caso particular, apenas se direciona à valência do nosso objeto de estudo –, permitem estabelecer uma relação de copresença entre o local e o global e, assim, contribuir com mais uma leitura de glocalidade da CUC.

Considerações finais

A oportunidade deste artigo desenvolvia-se de modo a complementar investigações prévias e acrescentar informação da documentação consultada no Fundo CAPOCUC, no AUC. Dos documentos consultados verificava-se que alguns eram solicitações da CAPOCUC a entidades externas ao seu ambiente; outros eram respostas a essas solicitações; e, outros eram solicitações externas à própria CAPOCUC. Consequentemente, sobre a análise, avaliação e classificação desses dados arquivísticos, pretendia-se contribuir para a discussão da problemática em torno da construção da CUC, estabelecendo novas interpretações sobre o caso de estudo.

No âmbito disciplinar da arquitetura, a constituição de um estado de arte internacional, verificado para este caso, não era mais do que uma prática metodológica do processo de projeto. A procura de soluções existentes, pela CAPOCUC, em construções congêneres, aumentava a capacidade criativa dos projetistas, numa lógica de superação dos problemas encontrados pelo desenho, tanto pelo prisma da conceção do espaço, como pelo da execução técnica e dos sistemas e detalhes construtivos.

Deste modo, importava verificar a troca de correspondência realizada pela CAPOCUC com várias entidades sediadas em Portugal e no estrangeiro, sendo permitido averiguar com mais detalhe algumas pistas, na procura de conhecimento e inspiração para projeto da CUC e, ainda, na sua informação e divulgação, posteriores à sua construção. Assim, o propósito da pesquisa no AUC visava perceber as linhas temáticas de influência internacional que tinham sido consideradas, durante o processo de arquitetura da CUC e, ainda, os domínios de abrangência da sua propaganda, na atuação do Estado Novo. Sob estas leituras, começava a constituir-se uma representação bidimensional de copresença entre fenómenos locais e fenómenos globais, indiciando a CUC como um espaço glocal.

Como resultado desta pesquisa em arquivo, sublinhada na primeira parte do artigo, presumia-se a identificação dos *dossiers* – um denominado “8” e o segundo sem título, sobre a Universidade de Bolonha –, apensos ao Fundo CAPOCUC, que não estavam classificados nem inventariados. Tal identificação ficava

⁵⁷⁴ De acordo com o descrito no referido ofício, as vinte e quatro fotografias correspondiam a edifícios, espaços, esculturas e pinturas da CUC, tais que: “Arquivo Geral – Fachadas; Biblioteca Geral – Fachadas; Instituto Botânico – Laboratório do Curso Geral; Paço das Escolas – Via Latina, Ala de S. Pedro, Estátua de D. João III, Vista do Pátio; Observatório Astronómico – vista de conjunto, edifício principal, Pavilhão do Espectrógrafo Estelar de Grubb, Pavilhão do Fotoheliógrafo, Pavilhão Universal de Respod, Pavilhão do Espectroheliógrafo, Pavilhão Equatorial de Throughton, oficina e garagem; Faculdade de Letras – Praça da Porta Férrea, fachada principal, fresco alegórico à Antiguidade Clássica do pintor Joaquim Rebocho, fresco alegórico do Génio Português do pintor Severo Portela Júnior, anfiteatro principal do lado do balcão, sala do conselho, anfiteatro curvo, galeria de acesso ao refeitório”; e, ainda, mais doze monografias relativas aos edifícios da Faculdade de Letras e Observatório Astronómico.

a dever-se ao cruzamento de informações constantes na correspondência citada. Os dossiers em causa correspondiam à descrição de parte da resposta que o ICIP tinha enviado à CAPOCUC (of. nº 1382, de 27/01/1943). Por essa resposta e pela prova da existência destes dois *dossiers* referentes a Bolonha, pressupõe-se, ainda, a existência de pelo menos mais dois *dossiers* adicionais, sobre o envio de material das Universidades de Pavia e de Roma. Todavia, não deve ser descartada a hipótese de haver mais do que um *dossier* por universidade – à semelhança da presente identificação no AUC –, conquanto ainda não se tenha encontrado ou identificado mais *dossiers*, supostamente, enviados.

Por estes factos, no enquadramento deste estudo, os registos do conteúdo do arquivo podiam ser atualizados. Pese embora não ter sido um objetivo definido, inicialmente, para este trabalho, não era desprezível esta descoberta por si só, uma vez que a pertinência da identificação dos referidos *dossiers* abria caminho a novas possibilidades de interpretação e de investigação sobre o material existente, que passava a estar identificado, organizado e, por isso, mais acessível a todos.

Seguindo o fio de Ariadne, a segunda parte do artigo estabelecia-se por uma abordagem teórica sobre o desenho de relações e conexões – evidenciado pelos documentos arquivísticos – convencionado com outros factos relativos ao processo de arquitetura da CUC. Numa escala internacional, onde os processos concetuais e construtivos se conjugavam numa abordagem comum da arquitetura, a CUC também contribuía nesse sentido, ao assimilar essa tendência globalizada nos seus próprios processos, a partir da década de 40 do século XX. Estes processos, práticas, metodologias e atuações delineavam uma ideia de miscigenação e contaminação associada ao projeto da CUC, dentro dos circuitos de influência de atuação do Estado Novo, entre os fatores que, obrigatoriamente, condicionavam o desenho – o lugar de implantação, o contexto urbano existente, as condições de implementação de obra – e aqueles que influenciavam o traço da arquitetura desejada – os conceitos teórico-práticos e as imagens de uma arquitetura comum ao nível internacional. Todavia, não bastava realizar obra pública. Era imperativo, sob um programa de idealização de regime, fazer a propaganda da sua obra dentro dos circuitos de poder, tanto a nível interno, estabelecido pelo domínio sobre o ‘Mundo Português’, como a nível externo, estabelecido pelas relações diplomáticas no mundo internacional.

Deste modo, estabeleciam-se algumas leituras de representação da copresença dos fenómenos local/global, no processo de arquitetura da CUC, configurando-lhe uma condição paradigmática como património glocal, a partir de património construído, que neste caso, seria construção nova. Numa primeira leitura, subordinada ao tema da ‘constituição de um estado da arte internacional’, verificava-se a existência de linhas temáticas que tiveram consequências no resultado do objeto arquitetónico da CUC. Por outro lado, subordinado ao tema ‘a imagem da CUC’ numa lógica de propaganda promovida pelo Estado Novo, verificava-se a relação entre os investimentos de propaganda realizados em território nacional e aqueles realizados em outras geografias. Sob este ponto de vista, a CUC era representativa de uma arquitetura de um tempo e, também, de uma política de poder que importava divulgar, tanto no palco nacional, como no internacional.

Estas leituras confirmavam a expectativa de que o processo de projeto é uma demanda sujeita a contaminação. Um procedimento que dava resposta programática em lugar específico era influenciado por outras intervenções antecedentes que constituíam – por assim dizer – um fator determinante que contagiava o resultado. Por sua vez, cada nova intervenção seria sempre propícia ao conhecimento e influência de todas as outras anteriores. Nesse estrito sentido, o processo de produção arquitetónica era (e é), normalmente, um processo aberto que recorre a um enorme espólio de um conjunto variado de intervenções

– ou *cofres*⁵⁷⁵. Consequentemente, cada projeto qualificado iria constituir um novo *cofre* que enriqueceria o espólio existente, permitindo que, a cada momento, a arquitetura se pudesse superar e fazer história. De algum modo, a particularidade do espólio que envolve o enquadramento da intervenção da CUC apreciava-se como um contributo para se estabelecerem leituras documentadas da sua glocalidade.

Todavia, o último tema, associado à imagem da CUC, por estar enquadrado no tempo de uso da obra, constituía-se como operativo em ações de interpretação sobre as transformações radicais de abordagem e de valorização, que o património CUC tem vindo a enfrentar.

Nesse sentido, neste espaço, era oportuno acrescentar um apontamento de leitura interpretativa sob uma ‘nova’ condição de representação glocal que não se podia dissociar da sua condição diacrónica, desde a sua conceção ao seu uso contemporâneo. Sob esta abordagem, assumia-se que transformar o conhecimento e o entendimento dos lugares na sua compreensão, como enriquecimento cultural, permitia desenvolver um diálogo entre o legado recebido – do qual se tem pleno usufruto – e, aquele que criamos, de modo a contribuir com valor acrescentado, da contemporaneidade para o futuro. Ou seja, ‘conhecer para compreender’ o processo de arquitetura da CUC permite tomar consciência da equação dos seus pressupostos, das suas circunstâncias e das suas condicionantes, usando o passado como instrumento operativo para a sua compreensão crítica, recusando, como disse Guilherme d’Oliveira Martins, “*que o pêndulo apenas indique o sonho ou o pesadelo*” (2009b, p. 15). Adicionalmente, o valor atribuído ao património arquitetónico constitui-se capaz de reproduzir a diversidade das memórias, das experiências, das influências, das miscigenações, das contaminações, das transferências e, ainda, das transformações, para construir novas identidades associadas à, cada vez maior, troca de conhecimentos e conteúdos produzidos à escala global.

Consequentemente, sobre o valor atribuído à CUC, desde o período da sua construção até à contemporaneidade, identificavam-se diversas fases, desde “*obra de vulto*” assumida por Maximino Correia (1947, p. 82), a “*crime de lesa património*” (J. M. A. e Silva, 1988, p. 142). Atualmente, a CUC faz parte da área Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, inscrita na Lista do Património Mundial, da UNESCO, em 22 de Junho de 2013, constituindo-se num ativo do património arquitetónico local, nacional e mundial, representante de um estádio da evolução histórica, política, económica e social da Universidade de Coimbra, de Portugal e do Mundo. Também por esse facto, a UNESCO reconhecia, ao caso de Coimbra, ser um património cuja evolução seria a sua maior evidência de autenticidade, cujo processo transformativo, em si, espelhava toda uma fonte de ensino sobre a história da arquitetura e dos sistemas construtivos enquadrados nos seus vários períodos históricos, artísticos ou ideológicos (World Heritage Committee, 2013, p. 209).

Neste mundo globalizado, com um património construído localizado, mas certamente partilhado e usufruído por inúmeras comunidades, ia sendo possível constatar que na génese da sua produção convergiam múltiplas influências – umas conscientes, outras inconscientes – permitindo desenhar e construir novos espaços que, visitados ou revisitados, se assumiam como ponto de partida ou génese para outras criações. Deste modo, não exclusivamente, mas também por essa ordem de razões, a CUC tem vindo a ser demarcada como um exemplo de glocalidade.

⁵⁷⁵ Neste contexto, apropriámo-nos do conceito utilizado por Eduardo Esperança (1997, p. 126) noutro contexto.

4.5 Seguindo o fio de Ariadne II: o Atelier de Belém⁵⁷⁶

Resumo

Este artigo pretende ser um contributo para o conhecimento da interligação e continuidade existentes entre três obras do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, num período de celebração da consolidação do Estado Novo em Portugal. A abordagem à equipa responsável pelo processo arquitetura dos três empreendimentos, o *Atelier de Belém*, torna-se pertinente e inovadora, tendo em conta as transformações urbanas – de imagem, de estrutura e de organização espacial – impostas pelas intervenções realizadas em Lisboa e em Coimbra. Deste modo, a investigação em arquitetura permite estabelecer relações entre acontecimentos que foram determinantes para a prática do *projeto de uma ideia de cidade*, contribuindo para mais um esclarecimento das páginas da história do Estado Novo.

Palavras-chave: *Atelier* de Belém, Exposição do Mundo Português, CAPOPIZMB, CAPOCUC, Cottinelli Telmo, Sá e Mello, Duarte Pacheco.

Introdução

Com o intuito de se perpetuarem no poder, os regimes políticos recorrem, frequentemente, a diversos instrumentos e a disposições, que possibilitem um melhor controlo das pessoas e dos acontecimentos. Para Lawrence Vale (1992), adicionalmente ao poder do carisma do líder, à intimidação policial, à intrincada e complexa burocracia ou a uma rede de diplomas e normas legais, muitos regimes políticos usavam a força simbólica dos edifícios e do espaço urbano. Nesse sentido, a apropriação e a manipulação dos processos da arquitetura seriam um meio crucial para os vários regimes imporem a sua identidade e os seus desígnios, não como *atributos naturais* mas antes como uma *construção cultural*, sendo paulatinamente um processo⁵⁷⁷ dinamizado por um longo período de tempo. A arquitetura, pela influência que tem sobre as pessoas, quer no uso quer pela sua imagem, foi um meio cabal e determinante na propaganda de ideais, na construção de imaginários, na transformação de mentalidades ou na intimidação dos indivíduos.

Alguns eventos internacionais revelaram a sua faceta incontornável para o contexto da oportunidade política gerada e aproveitada pela generalidade dos regimes no cumprimento dessas premissas, durante o século XX, mesmo aqueles que assumiam um carácter periférico. O redesenho de fronteiras no período pós-Primeira Guerra Mundial e a crise económica despoletada pelo *crash* da bolsa de Nova Iorque, em 1929, são exemplos disso.

Portugal, sob o impulso do Estado Novo, também seguiu a tendência internacional e o setor das obras públicas e da construção apresentou-se como um meio panfletário, de progresso e de dinamização da

⁵⁷⁶ A primeira parte do título relembra a expressão utilizada por Mário Krüger, em 06/03/2017, na primeira parte do título da sua última aula no Darq – FCTUC, “O ténue fio de Ariadne: viagem à modernidade em arquitetura”. Deste modo, pretendia-se homenagear o nosso Professor a propósito dos seus ensinamentos sobre os tempos e os espaços do processo de investigação em arquitetura e continuar a senda que vinha a ser realizada, no âmbito desta investigação científica, sobre o processo de arquitetura da CUC, desenvolvido pela CAPOCUC de 1941 a 1969 e concluída em 1975 – espaço fundamental da área inscrita na Lista do Património Mundial, em 22/06/2013 –, tendo já resultado no artigo “Seguindo o fio de Ariadne I: a Cidade Universitária de Coimbra como património glocal”, no capítulo 4, da Parte II, da presente tese. Estes dois artigos intitulados “Seguindo o fio de Ariadne”, são consequentes e complementares ao corpo da investigação subordinada ao tema da presente tese; em simultâneo, são decorrentes da proposta de uma nova leitura estabelecida e equacionada para os factos que foram sendo conhecidos, pela pesquisa documental realizada no Fundo CAPOCUC, no AUC. A partir de possíveis conexões proporcionadas pelo campo disciplinar da arquitetura, para além da presente leitura sobre o *Atelier* de Belém, sublinhava-se a relação crítica da correspondência trocada entre a CAPOCUC e entidades oficiais no estrangeiro; as propostas de leitura da CUC como património glocal; e, ainda, a identificação de *dossiers* sobre a Universidade de Bolonha apenas ao Fundo CAPOCUC, no AUC.

⁵⁷⁷ Vale defendia que, historicamente, estes *processos de construção cultural* eram uma criação moderna cujas origens estavam amarradas ao desenvolvimento do capitalismo industrial (Vale, 1992).

economia. Para além da criação – direta e indireta – de emprego, a animação do setor da construção civil foi, para Salazar, uma arma poderosa na definição de uma imagem empreendedora, através da consagração de uma política de obra feita (N. T. Pereira & Fernandes, 1987, p. 324). Sob esta perspetiva, interessa destacar três obras relevantes do Estado Novo, quer do ponto de vista ideológico-concetual, quer do ponto de vista teórico-prático, no âmbito disciplinar da arquitetura. Estas obras públicas poderiam ser consideradas como episódios independentes entre si, se não houvesse um *ténue fio de Ariadne* que os ligasse – a Exposição do Mundo Português (EMP) (1938-1940), a Praça do Império e da Zona Marginal de Belém (PIZMB) (1941-1961) e a Cidade Universitária de Coimbra (CUC) (1941-1975).

A pertinência deste artigo coloca-se sob o propósito da oportunidade de abordagem da equipa responsável pelo processo arquitetura dos três empreendimentos do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), tendo em conta as transformações urbanas decorrentes da construção dos referidos projetos, com consequências para a imagem, a estrutura e a organização de áreas das cidades de Lisboa e de Coimbra. Por conseguinte, este artigo tem como propósito ser um contributo pertinente para o conhecimento da interligação e continuidade existentes entre estas três obras e os seus intervenientes. Nesta leitura acresce interesse paradigmático, pelo facto destes episódios terem ocorrido durante um período crucial de celebração da consolidação do Estado Novo em Portugal.

Para tal, num primeiro ponto, interessa fazer a contextualização da política, do regime, dos responsáveis e dos eixos orientadores, no âmbito de atuação do Estado Novo, que levaram à constituição daquele que se denominava, oportunamente⁵⁷⁸, como *Atelier de Belém* e que respondia diretamente ao ministro da sua tutela. Num segundo ponto equaciona-se a constituição das equipas que desenvolveram o processo de concepção destes três grandes planos concretizados entre 1938 e 1975 – dando especial ênfase à primeira década entre 1938-1948 (ou seja, até à morte do responsável da arquitetura nos três empreendimentos, o arquiteto-chefe Cottinelli Telmo) –, período que abrange a criação e a constituição das três equipas de trabalho e o delineamento de estratégias e de planos gerais cuja construção potenciará uma reformulação da imagem e da identidade das duas cidades. Para finalizar, sublinham-se as relações metodológicas constituintes da prática do Atelier de Belém, na fase inicial de abordagem aos projetos de arquitetura.

A equação desta problemática surgia da consulta de um documento no Fundo Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra (CAPOCUC), no Arquivo da Universidade de Coimbra (A. M. L. Bandeira, 2015), durante uma investigação sobre o processo de arquitetura da CUC. O documento⁵⁷⁹, em causa, destacava-se pela utilização do papel timbrado com o monograma da *Exposição Histórica do Mundo Português*, do Comissário Geral – contendo a referência da morada em Lisboa, na Praça do Império, com os números de telefones 81856 e 81857 –, numa ação de rotina para a constituição do estado da arte internacional de edifícios universitários, designadamente, pelo envio do ofício nº 835 de 11/07/1942, do secretário da CAPOCUC, para a secção de livraria da firma Pimentel & Casquilho, Lda – Engenheiros. A primeira suposição, perante tal facto, colocava-se na possibilidade de ações de reciclagem e de aproveitamento do material excedente de empreendimentos do MOPC que pudessem ter sido postas em prática, durante um tempo de escassez e de maiores dificuldades materiais, como o período da Segunda Guerra Mundial.

⁵⁷⁸ Cf. (Capela de Campos & Murinho, 2017c, 2017e).

⁵⁷⁹ Adicionalmente a este documento, seriam encontrados outros, com as mesmas características, designadamente, o ofício nº 869, de 12/08/1942, a propósito de faturas de material e livros técnicos. Outros ofícios encontrados diziam respeito a contactos estabelecidos entre o Presidente da Comissão Administrativa do Plano de Obras da PIZMB, o engenheiro Manuel de Sá e Mello, para o Presidente da Junta de Colonização Interna do Ministério da Economia (of. nº 4423, de 08/01/1944; of. nº 4394, de 29/12/1943), entre outros exemplos. Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta CUC 2008-75.

Todavia, no decorrer da pesquisa em arquivo, também seriam consultadas pastas de documentos do Fundo CAPOCUC, cujo conteúdo reportava situações de reparações em diversos pavilhões e outras obras, localizados na Praça do Império, para serem faturados à CAPOCUC e incluídas as despesas no seu orçamento, em documentos datados a partir do ano 1946; outros documentos referiam-se a procedimentos inerentes à gestão de pavilhões da EMP, nomeadamente, as condições exigidas para o seu arrendamento ou para a sua utilização, para acolher várias finalidades⁵⁸⁰. Ora, tal material arquivístico antecipava uma problematização, pela circunstância de um ‘detalhe’ geográfico, sobre a equação de ser a CAPOCUC, a partir de 1946, a entidade responsável do processo de arquitetura e da gestão das obras na Praça do Império, na Praça Afonso de Albuquerque e na zona envolvente da Torre de Belém, em Lisboa. Pela informação recolhida de todos esses ofícios e documentos, a partir das miscigenações informativas e utilizações de identificação em alternância, entre as Comissões Administrativas do Plano de Obras (CAPO) da PIZMB e da CUC, essa problematização só poderia ser enquadrada perante uma situação de ‘fusão’ de comissões. Deste modo, seguindo os trilhos da investigação em arquitetura, seria permitido estabelecer e esclarecer algumas dinâmicas constituintes do esquema de relações e acontecimentos que foram determinantes para a prática do *projeto de uma ideia de cidade*, assim como, contribuir para novas leituras sobre o que ficou gravado, mas nem sempre evidente, nas páginas da história do Estado Novo.

Condicionantes políticas nacionais: sob o signo de Duarte Pacheco

Em Portugal, o desenho da conjuntura política conhecia um novo rumo com a constituição do Estado Novo⁵⁸¹, que se destacou como período-chave na “*mais longa ditadura da Europa do século XX*” (F. Rosas, 2015, p. 13).

Para além das condicionantes e contingências subjacentes aos acontecimentos internacionais⁵⁸² que, apesar da proporção, tiveram uma relevância contida na influência na economia interna⁵⁸³, também os acontecimentos nacionais ditaram dinâmicas de atuação para o futuro. Com efeito, o I Congresso Nacional de Engenharia em 1931 e a Grande Exposição da Indústria Portuguesa em 1932, culminando no I Congresso da Indústria em 1933 são exemplos desses acontecimentos⁵⁸⁴. Estes congressos constituíam-se como um palco privilegiado para que a classe dos engenheiros travasse uma “*verdadeira cruzada pelo reconhecimento da sua indispensabilidade e incontestabilidade em torno da sua intervenção a diversos níveis da actividade económica e também política*” (Rollo, 2010).

⁵⁸⁰ Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pastas 208, 217 e 308.

⁵⁸¹ António de Oliveira Salazar assumia a presidência do Conselho de Ministros em 05/07/1932, cargo que ocuparia até à sua morte em 1968. O projeto político do Estado Novo foi baseado à imagem e semelhança do seu “*«Chefe» distante, esfíngico e fechado, cuja vida, explica Ferro, era uma lição de «ordem, disciplina e rigor», que o jornalista via debruçado «sobre a planta da Pátria, com uma régua, um esquadro e um compasso»*” (F. Rosas, 2007, p. XXXVII) e sobre a sua perspetiva sobre a situação do país, em todos os domínios, que definia numa só palavra – *desordem* (A. de O. Salazar, 1948, p. 47).

⁵⁸² A Guerra Civil de Espanha teria sido considerada com maior preocupação dentro de fronteiras nacionais, sendo disso um reflexo ilustrativo os discursos, notas diplomáticas e notas oficiosas do *Chefe* do Estado Novo sobre o tema, para além de referências ao tema em outros discursos e textos de Salazar, entre 10/09/1936 e 27/04/1943 (A. de O. Salazar, 1945, 1959).

⁵⁸³ A propósito da crise internacional, José Luís Cardoso considera que, no país, “*apesar dos efeitos atenuados e amortecidos, registaram-se óbvios sintomas de abrandamento da atividade económica devido à diminuição de procura internacional de produtos portugueses, com particular destaque para os produtos coloniais de re-exportação*” (Cardoso, 2012, p. 373). *Todavia, tem sido reconhecida “a capacidade de neutralização ou minimização dos efeitos imediatos da Grande Depressão”* (Cardoso, 2012, p. 375), como resultado da política de estabilização orçamental imposta por Salazar no comando das finanças públicas. Não obstante esta influência externa, Portugal atinge um desempenho satisfatório em relação a outros países, durante a década de 30 do século XX, em virtude do seu ‘isolamento’ e da sua reduzida abertura ao exterior. Cardoso destaca ainda o procedimento metodológico do regime, ao transformar a gestão da crise “*num instrumento de consolidação do regime político e económico do Estado Novo*” (Cardoso, 2012, p. 370).

⁵⁸⁴ Rollo sublinha a importância destes dois congressos promovidos pelos engenheiros portugueses para “*o percurso da economia portuguesa durante o Estado Novo*” (Rollo, 2010).

Este momento tornava-se, por conseguinte, no momento propício para as reivindicações da classe profissional, tanto do estatuto de *elite precursora de futuro* para o país, como do progresso tecnológico e empreendedor, para o qual, a classe se assumia como principal agente.

Tais reivindicações conheceram sucesso, com a nomeação do engenheiro Duarte Pacheco para o governo liderado por Salazar⁵⁸⁵, em 5 de julho de 1932. Duarte Pacheco assumia a pasta do MOPC, cujo domínio na ação do Estado seria alvo de particular atenção e cuidado, tendo em conta a capacidade e o protagonismo que o setor ia desenvolvendo na dinamização das economias. Sobre este domínio, os regimes políticos, em geral, iam aproveitando as potencialidades duplas da esfera de ação do setor – tanto do ponto de vista da visibilidade material do que ia sendo construído, como do estatuto de alavanca dos sistemas económicos internos – ficando conhecida como ‘Política das Obras Públicas’ (J. M. Fernandes, 1996, 2013).

A definição de missão e objetivos⁵⁸⁶ do MOPC era realizada no preâmbulo do Decreto-lei nº 22055/1932⁵⁸⁷, estipulando a “*concentração de todas as obras de fomento que interessavam à melhoria dos serviços do Estado e das condições económicas da Nação*” (MOPC, 1932f, p. 2721); adicionalmente, o ministro Duarte Pacheco assumia também, de modo inequívoco, a existência de um *plano metódico de realização em todo o País* (MOPC, 1932f, p. 2721), para o seu desenvolvimento e modernização, pese embora o plano tivesse sido estipulado previamente (S. V. Costa, 2016). Este pressuposto baseava-se na verificação da promulgação dos instrumentos legais⁵⁸⁸ que, além de ter sido indispensável para a sua concretização, estabelecia também os princípios de atuação política para o País. Estes instrumentos delineavam o estabelecimento de uma *malha legal* apertada de modo a providenciar todas as necessidades que eram exigidas à intensa produção das obras públicas que se anteviam⁵⁸⁹ – reorganização de serviços, competências técnicas, orçamentos direcionados e centralizados e, ainda, a flexibilização de mão-de-obra em quantidade, distribuição e deslocamento⁵⁹⁰. Esta concentração de serviços, de responsabilidades e de

⁵⁸⁵ Sobre a relação de confiança entre Duarte Pacheco e Salazar, iniciada em 1928, cf. (S. V. Costa, 2016).

⁵⁸⁶ A definição de missão e objetivos foi sendo realizada na redação preambular dos diplomas legais promovidos pelo MOPC, desde a tomada de posse de Duarte Pacheco, até ao final desse ano, constituindo-se como requisito político de atuação. Cf. (S. V. Costa, 2016, pp. 97–117).

⁵⁸⁷ Publicado em Diário do Governo nº 307, 1º suplemento, I série, de 31/12/1932, p. 2721-2722.

⁵⁸⁸ Com efeito, tal podia ser verificado na publicação do Diário do Governo nº 230, I série, de 30/09/1932, pelos quatro Decretos-lei sequenciais, o nº 21696, o nº 21697, o nº 21698 e o nº 21699, que o constituíam: 1) Decreto-lei nº 21696/1932 (MOPC, 1932a) que atribuía, à Junta Autónoma de Estradas, a competência e a responsabilidade do *serviço de melhoramentos rurais* (criado por Decreto-lei nº 19502, de 20/03/1931), “*compreendendo a construção ou reparação de estradas municipais, estradas não classificadas, caminhos vicinais, pavimentos, chafarizes, tanques, lavadouros ou obras semelhantes*” (Governo de Portugal, 1932, p. 1971); 2) Decreto-lei nº 21697/1932 (MOPC, 1932b) que atribuía, à Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e ao Ministério da Instrução Pública, responsabilidades e competências na orientação técnica e na fiscalização das obras de melhoramentos urbanos, considerados de *interesse local e vantagem coletiva*, fora dos grandes centros, nomeadamente, na “*realização de planos de urbanismo*” (Governo de Portugal, 1932, p. 1971), na “*construção, transformação e reparação de escolas primárias, escolas profissionais elementares, liceus municipais, hospitais e outros edifícios de assistência, museus e monumentos nacionais*” (Governo de Portugal, 1932, p. 1971); 3) Decreto-lei nº 21698/1932 (MOPC, 1932c) que atribuía, à Administração-Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos, a responsabilidade e a competência dos melhoramentos de água e saneamento, nas “*obras de captação e distribuição de água e o estabelecimento de rédes de esgôto fora dos grandes centros e nas cidades, vilas e povoações importantes*” (Governo de Portugal, 1932, p. 1971); e 4) Decreto-lei nº 21699/1932 (MOPC, 1932d) que criava o Comissariado do Desemprego, com carácter transitório, atribuindo-lhe competências e responsabilidades “*na protecção da mão de obra nacional, pela colocação de desempregados e pela propaganda intensa e sistemática dos produtos portugueses*” (MOPC, 1932d, p. 1976).

⁵⁸⁹ A propósito desta característica e desta metodologia de Duarte Pacheco, Sandra Vaz Costa referia que a habilidade do ministro consistia em ter tecido “*uma malha legal que lhe permitiu agir de forma rápida e objetiva, mas também autoritária*” (S. V. Costa, 2016, p. 84), colocando os interesses do Estado sempre acima de qualquer outro, designadamente, dos interesses pessoais. Adicionalmente, Costa reconhecia ao ministro “*o carisma, a convicção e o braço forte da lei constituíram os instrumentos que permitiram Duarte Pacheco realizar em vinte anos uma obra pública impressionante em número, em escala e em repercussão*” (S. V. Costa, 2016, p. 84).

⁵⁹⁰ O Decreto-lei nº 21699/1932, sob o lema “*não se dão esmolas, procura dar-se trabalho*” (MOPC, 1932d, p. 1976), invertia o paradigma do ‘desempregado’, em que o trabalho passava a ser um meio de contribuir para a *salvação e engrandecimento de Portugal* – como Salazar referia, “*na Ordem, pelo Trabalho em prol de Portugal*” (A. de O. Salazar, 1945, p. 43). Com a caracterização de um país ruralizado e atrasado tecnologicamente, cuja percentagem de população ativa dependia da sazonalidade e da produtividade das culturas agrícolas, Duarte Pacheco identificava, neste diploma, uma oportunidade de canalizar todo este número de trabalhadores para a construção civil, ganhando e rentabilizando os recursos humanos e orçamentais disponíveis.

competências e, ainda, disponibilidades orçamentais transformavam o MOPC numa espécie de superministério, com imenso poder⁵⁹¹.

Todavia, uma outra linha de abordagem⁵⁹² não pode deixar de ser considerada, no que concerne à particularidade da dualidade da intervenção fomentado pelo Estado Novo – “*Era de restauração, Era de engrandecimento*”⁵⁹³ –, cuja atividade seria, particularmente, verificada sobre o património existente e construído, a propósito das dicotomias entre o passado-futuro e entre o recebido-transmitido, cujas dimensões eram balizada pelos dois ministros António Ferro e Duarte Pacheco (P. V. de Almeida, 2002).

Por um lado, a intervenção no património recebido seria um meio para alcançar os propósitos ideológicos que alimentariam a propaganda de imagem estabelecida pelo regime, sobretudo, dentro do espectro de ação de António Ferro. Através das intervenções no património, desenvolvidas por entidades competentes como a Direção Geral dos Monumentos Nacionais, as ações de seleção e escolha dos motivos a restaurar, a conservar e, no limite, a refundar constituíam-se como fundamentais para a implementação e para a construção de uma memória que se pretendia gloriosa e legitimadora da tríade coesa pátria-nação-estado – motivo atribuído por Salazar dos oito séculos de história nacional (A. de O. Salazar, 1959, p. 41).

Deste modo, o património seria representativo de aspetos ideológicos, capaz de fomentar, alicerçar e, sobretudo, divulgar uma memória coletiva de nacionalidade e demonstrativo do poder de ação do regime, não só na esfera política interna, como também na esfera internacional. O património surgia como uma bandeira de projeção da história que ‘interessava contar’, em que a divulgação pelos vários meios de informação, quer formais quer diplomáticos, seria um modo de demonstração de uma imagem de poder, de estabilidade (histórica e contemporânea), de coesão e de união nacional.

Desta perspetiva, a arquitetura implementada – tanto sobre novos programas, como sobre os programas existentes – deveria ser considerada como uma prova irrefutável das ações de poder desenvolvidas pelo Estado, sendo importante, deixar para o futuro um país desenvolvido organizado e ordenado, capaz de se afirmar como potência na esfera política internacional. A obra nova seria o património do futuro e esta abordagem era assumida, sobretudo, dentro do espetro de ação do ministro Duarte Pacheco.

A constituição de uma equipa: o Atelier de Belém

Em arquitetura, a produção em *atelier*⁵⁹⁴, beneficiando de um constante debate, confronto de ideias e crítica sobre o desenho, constitui-se como uma prática metodológica de trabalho operativo, que promove a consciencialização e a produção teórico-crítica do projeto enquanto solução equacionada para responder a determinado problema e programa. Esta opção metodológica corresponde a uma recorrente prática disciplinar, por estabelecer, potenciar e promover uma intensa colaboração entre pares ou entre mestres e discípulos que, de algum modo, se espelha nas aulas de ensino de projeto, nas nossas escolas de arquitetura. Como já foi referido, este trabalho surgiu na sequência de uma investigação realizada no AUC, com o propósito de estudar o processo de arquitetura da CUC desenvolvido pela CAPOCUC, entre 1941 e 1969

⁵⁹¹ Sob este aspeto, importava referir a analogia estabelecida pelos pressupostos e atuações, com um outro ‘superministério de poder’, que se constituía numa referência política para Duarte Pacheco, designadamente, o Ministério das Obras Públicas criado por Fontes Pereira de Melo, em 1852 (S. V. Costa, 2016).

⁵⁹² Para aprofundar os vários aspetos e dimensões que compõem esta problemática, cf. (P. V. de Almeida, 2002; L. M. M. de V. Correia, 2015; S. V. Costa, 1998b; Custódio, 2011a; M. de S. Lobo, 1995; Neto, 2001; L. Rosas, 1995; Rosmaninho, 2006; Tomé, 2002).

⁵⁹³ Este é o título do discurso proferido por Salazar em 28/05/1936, em Lisboa, na inauguração da exposição comemorativa do décimo aniversário da *Revolução nacional* (A. de O. Salazar, 1945, pp. 145–149).

⁵⁹⁴ A produção em *atelier* corresponde, normalmente, a um exercício coletivo e, em geral, pode ser considerada uma prática corrente. A título de exemplo, recorde-se que a tradição da *Escola Portuguesa de Arquitetura e Urbanismo*, como lhe chamava Rafael Moreira em 1985 (J. E. H. Correia, 2005, p. 52), já havia concentrado os seus exercícios de projeto, para vários programas nacionais e, também, para o Brasil, no *atelier* de produção para os desenhos de reconstrução da Baixa Pombalina – a Casa do Risco, sendo também este o caso escolhido para a evidenciar a prática da arquitetura, nos circuitos de poder, por José Manuel Pedreirinho (1994, p. 18).

(mas só terminado em 1975). A equipa era liderada pelo arquiteto José Ângelo Cottinelli Telmo, desempenhando a função de arquiteto-chefe ou vogal-arquiteto. Este seria substituído, após a sua morte, em 18 de setembro de 1948⁵⁹⁵, pelo arquiteto Luís Cristino da Silva que assumiria, oficialmente, em 5 de janeiro de 1949, as responsabilidades inerentes ao cargo até 21 de maio de 1966, data em que atingia a idade de reforma legal (Rosmaninho, 2006, p. 360). Todavia, este processo de projeto da CAPOCUC (Fig. 30) não era o primeiro a ser estabelecido, pela sua equipa de trabalho. Cottinelli Telmo já tinha desempenhado a função de arquiteto-chefe, noutras situações com um caráter de CAPO, nomeadamente, no caso da EMP, entre 1938 e 1940 (Fig. 38) e ainda, no caso da Comissão Administrativa do Plano de Obras da PIZMB (CAPOPIZMB), entre 1941 e 1945.

EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS (1938-1940)

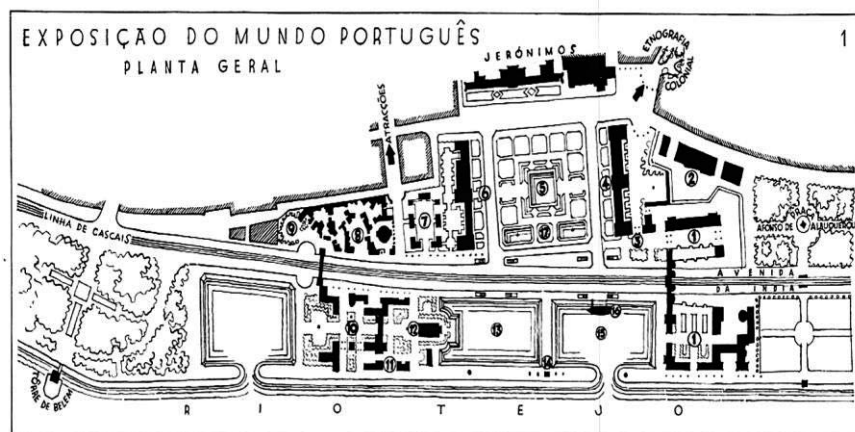


Fig. 38 – Planta geral da Exposição do Mundo Português, de 1939, de Cottinelli Telmo⁵⁹⁶.

A realização do evento da EMP – inaugurada em 23 de junho, decorrendo até 2 de dezembro de 1940 (Acciaiuoli, 1998) – destacava-se nas comemorações dos centenários da fundação e da restauração de Portugal, que deveriam ser realizadas durante 1940. A ideia para uma comemoração do duplo centenário havia surgido numa carta do embaixador de Portugal em Bruxelas, Alberto de Oliveira, no início de 1929, intitulada “Um português ausente de Portugal” (Acciaiuoli, 1998; Campos, 1939).

Para o efeito, era criada e nomeada a Comissão Nacional dos Centenários (CNC), pelas Portarias de 11/04/1938 e de 02/06/1938, onde eram nomeadas 26 individualidades, a quem era reconhecido mérito académico e ou profissional com o propósito de delinear o programa das comemorações do duplo centenário. A presidência do órgão executivo da CNC era atribuída ao embaixador Alberto de Oliveira, sendo nomeados para seu vice-presidente, José Capêlo Franco Frazão (Conde de Penha Garcia) e, seu secretário, António Ferro (diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN)). Alguns arquitetos também eram nomeados para integrarem a comissão: Raúl Lino (nomeado na qualidade de arquiteto e secretário da Academia Nacional de Belas Artes); Cottinelli Telmo; Paulino Montez; e Porfírio Pardal Monteiro (nomeado na qualidade de arquiteto e presidente da Direção do Sindicato Nacional dos Arquitetos) (Comissão Executiva dos Centenários, 1939c).

Na cerimónia de tomada de posse, em 11 de abril de 1938, na sede do SPN, os membros da CNC eram distribuídos por treze pelouros específicos, com o objetivo de formular e desenvolver um programa, com

⁵⁹⁵ As circunstâncias da morte de Cottinelli não estão devidamente esclarecidas, apesar de, na época, ter sido noticiado como decorrente de um acidente trágico de pesca desportiva em Cascais (Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1948, p. 530).

⁵⁹⁶ Cf. (Comissão Executiva dos Centenários, 1939b).

todos os detalhes técnicos exigíveis para a sua conseqüente execução, designadamente, pelos pelouros do turismo; das obras a concluir e a realizar; da EMP; da Exposição de Arte Portuguesa; da Exposição Etnográfica; da Exposição do Estado Novo; de festas e cortejos; dos congressos; das manifestações cívicas, históricas e religiosas; dos espetáculos; das comemorações na província; da propaganda e publicações; e, da receção (Comissão Executiva dos Centenários, 1939a, p. 35).

Sobre a CNC e respetiva constituição, o presidente do Conselho esclarecia, cabalmente, a sua leitura, no seu discurso de abertura da cerimónia de tomada de posse da CNC, definindo que a CNC não era “*uma comissão representativa de colectividades ou interesses, mas uma comissão técnica que, pelo seu conjunto, mais facilmente poderá realizar as comemorações centenárias*” (Comissão Executiva dos Centenários, 1939a, p. 33).

A simultaneidade da data de nomeação e da tomada de posse da CNC denunciava a urgência da formulação e desenvolvimento do programa sem, contudo, deixar de garantir um equilíbrio de unidade entre todas as realizações, na subordinação dos pelouros à comissão diretiva.

Em 28 de outubro de 1938, por Decreto-lei nº 29087⁵⁹⁷, a CNC era mantida como “*órgão permanente de consulta e direcção superior*” (Presidência do Conselho, 1938, p. 1439), sendo feita a atribuição da execução das diretrizes definidas para a realização dos eventos a uma Comissão Executiva mais reduzida e saída da primeira, expectavelmente, mais eficiente na gestão e coordenação das secções e dos pelouros. Esta Comissão Executiva era presidida por Júlio Dantas e António Ferro exercia as funções de secretário-geral, nomeados pelo presidente do Conselho por Portaria de 05/11/1938, assim como os restantes membros da referida comissão, Reinaldo dos Santos, Manuel da Silveira e Castro e Henrique Linhares de Lima.

Com o intuito de garantir uma maior coerência e harmonia entre os programas desenvolvidos pelos pelouros, sobretudo, aqueles que se enquadravam com diretivas gerais comuns, eram constituídas sete secções temáticas, supervisionadas pelos elementos da Comissão Executiva que desempenhavam a função de diretores de secção.

Em simultâneo, a especificidade da organização da EMP era atribuída a um Commissariado próprio, constituído por um comissário-geral, Augusto de Castro, que tomaria posse do cargo em 28 de dezembro de 1938, um comissário-adjunto, o engenheiro Manuel de Sá e Mello e um arquiteto-chefe, Cottinelli Telmo, ambos nomeados em 4 de janeiro de 1939 (Comissão Executiva dos Centenários, 1939d, p. 5; Presidência do Conselho, 1938, p. 1440).

Em 31 de janeiro de 1939, era conhecida a publicação do primeiro número do órgão oficial de informação e propaganda da comemoração dos eventos – a *Revista dos Centenários* – da responsabilidade da Comissão Executiva e da Secretaria de Propaganda Nacional, exercendo as funções de informação, de arquivo, de coordenação e de propaganda interna e externa sobre todas as ações necessárias para a concretização das comemorações (Dantas, 1939). Nesse ano, a CNC seria dissolvida por Decreto-lei nº 29597, de 15/05/1939⁵⁹⁸, sendo reforçada a Comissão Executiva, que mantinha as suas funções e para a qual transitavam todas as atribuições da comissão dissolvida.

A logística e o investimento empreendidos na realização do conjunto de eventos seriam consideráveis, tendo em conta os vários temas e iniciativas que ficariam agregados às referidas comemorações e ao

⁵⁹⁷ Publicado em Diário do Governo nº 250, I série, de 28/10/1938, p. 1439-1441.

⁵⁹⁸ Publicado em Diário de Governo nº 111, I série, de 15/05/1939, p. 349-350.

“*espírito realizador*” começado pelo Estado Novo, destacando-se, de facto, a EMP⁵⁹⁹. Com o final do evento, a Comissão Executiva devia prestar contas das ações da sua gerência ao Tribunal de Contas, de acordo com o artigo 25º do Decreto-lei nº 29087, de 28/10/1938, implicando-lhe as responsabilidades, formal e material, sobre os seus atos, pelos quais devia “*ser julgada como as dos responsáveis dos dinheiros públicos*”.

Esta manifestação de cunho nacional, desenvolvida num contexto europeu beligerante e violento, com o mapa das nações em permanente ebulição, assumia-se como um modo de afirmar a “*existência e a confiança do Direito*”, bem como, complementarmente, “*demonstrar uma supremacia do Espírito*” (A. de Castro, 1940, p. 36). Sendo público e notório o êxito da Exposição do Mundo Português, inaugurada em 23 de junho de 1940 e existindo a percepção geral de que num curto tempo se havia concebido e concretizado a organização de um recinto e de um conjunto de edifícios comemorativos, a verdade é que essa eficiência não correspondia àquilo que se havia apregoado. Aquando a abertura formal do evento, muitos pavilhões ainda se encontravam em fase de acabamentos interiores. Tal facto obrigava a organização a projetar o foco para o cortejo dos ilustres, cujo trajeto havia sido, meticolosamente, orientado e organizado, de modo que fossem contempladas as fachadas dos edifícios e que fossem feitas descrições minuciosas, induzindo à imaginação de uma obra completamente concluída (Acciaiuoli, 2015, p. 94).

PLANO DE OBRAS DA PRAÇA DO IMPÉRIO E ZONA MARGINAL DE BELÉM (1941-1945-1961)

Depois do sucesso do grande evento das comemorações do duplo centenário, em 8 de setembro de 1941, o Decreto-lei nº 31502⁶⁰⁰ criava uma comissão administrativa autónoma, de caráter eventual e dependente do MOPC. O propósito da CAPOIZMB, de acordo com o artigo 1º do referido decreto-lei, consistia em “*elaborar o plano geral, estudos e projectos das obras a realizar, no futuro, (...) e a administrar as obras de adaptação e ampliação necessárias ao conveniente aproveitamento dos pavilhões, instalações e arranjos ainda existentes no recinto da Exposição do Mundo Português*”.

A equipa era constituída por um presidente, o engenheiro Manuel de Sá e Mello, um arquiteto-chefe, Cottinelli Telmo e um secretário-geral, António Pedro Mendes, da área de contabilidade e finanças. Tanto o presidente como o arquiteto-chefe, que já tinham assumido cargos de relevo no Comissariado da EMP, estariam ao corrente de todos os assuntos, políticos e técnicos, referentes a esta nova comissão, ao seu âmbito de intervenção e aos propósitos para os quais havia sido criada. Por esta comissão ser sequencial a toda a dinâmica produtiva e construtiva associada ao evento da EMP, também a equipa técnica seria composta por arquitetos, artistas e engenheiros, cuja maioria já tinha participado nos trabalhos da exposição.

O novo ministro das Obras Públicas, Augusto Cancela de Abreu⁶⁰¹, manteria as funções da CAPOIZMB até 31 de dezembro de 1945, de acordo com o Decreto-lei nº 35197, de 24/11/1945⁶⁰², por considerar que a missão estava *virtualmente terminada*. A partir de 1 de janeiro até 31 de dezembro de 1946, as suas atribuições, as suas responsabilidades, bem como, os seus materiais, utensílios e recursos humanos transitavam para a CAPOCUC que funcionava em Lisboa e, como o diploma esclarecia, “*na mesma sede*

⁵⁹⁹ Dos números da exposição contavam-se, na equipa técnica, 17 arquitetos principais (cada um com mais colaboradores), 43 pintores, 24 escultores e 15 engenheiros; na realização de obras, contavam-se 5000 operários, 129 auxiliares, 1000 estucadores e modeladores. Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC; (M. J. R. Martins, 2014; S. G. da Silva, 2008).

⁶⁰⁰ Publicado em Diário do Governo nº 209, I série, de 08/09/1941, p. 817-818.

⁶⁰¹ Cancela de Abreu tomava posse do cargo em 06/09/1944, depois do ministro das finanças ter substituído o falecido ministro Duarte Pacheco, interinamente, desde 18/11/1943.

⁶⁰² A extinção da CAPOIZMB era publicada em Diário do Governo nº 262, 1º suplemento, I série, de 24/11/1945, p. 985.

da comissão a extinguir”. No diploma também se esclarecia que a expectativa sobre este prazo transitório era reputada como “suficiente para definitiva arrumação do problema”.

Todavia, tal previsão não decorreria com a linearidade expectável. As obras prolongavam-se por mais tempo e a definição do plano de conjunto também era afetada por diversas ocorrências, desde logo, pela morte prematura do ministro Duarte Pacheco. Por um lado, a conjugação entre as duas CAPO havia apresentado benefícios financeiros e produtivos – do ponto de vista da conceção de projeto eram colhidos benefícios da partilha da equipa e do espaço de trabalho –, que teriam sido valorizados pela gestão dos recursos humanos, na sua fase inicial sob a tutela de Duarte Pacheco. Por outro lado, com a dinâmica e com o ímpeto de trabalho canalizados, sobretudo, para a CAPOCUC – e já sem a chancela de Duarte Pacheco – seria a CAPOIZMB a acusar os prejuízos dessa opção, que não estavam equacionados *a priori*.

Depois do prazo terminado, todos os assuntos e encargos da CAPOIZMB que estavam sob responsabilidade da CAPOCUC integrariam o volume de responsabilidades da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), enquanto organismo do MOPC a quem competia superintender as obras do Estado. Por Decreto-lei nº 36818, de 05/04/1948⁶⁰³, o novo ministro das OPC, José Frederico Ulrich⁶⁰⁴, criava a Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos, na DGEMN e definia as suas atribuições. Deste modo, todo o processo inerente à CAPOIZMB passaria para a responsabilidade desta nova delegação, a quem competia gerir a sua abrangência, nomeadamente, “escolher e adquirir os terrenos e prédios necessários e proceder às expropriações julgadas convenientes”; “promover a elaboração dos projectos”; “dirigir e fiscalizar as obras”; e, “assegurar o pagamento das despesas”.

Com efeito, em 27 de maio de 1954 e já sob a tutela de Eduardo de Arantes e Oliveira⁶⁰⁵, Cristino da Silva – que desempenhava funções como arquiteto-chefe da CAPOCUC – apresentava um plano intitulado *Estudo de localização de novos edifícios públicos na Zona Marginal de Belém*⁶⁰⁶ e, em dezembro de 1958, assinava uma planta de conjunto, com o arquiteto francês Jacques Carlu, daquele que designava como *Plano definitivo do arranjo urbanístico da Zona Marginal de Belém*⁶⁰⁷, uma colaboração que se prolongaria, para o efeito, pelo menos até 1961⁶⁰⁸.

CIDADE UNIVERSITÁRIA DE COIMBRA (1941-1969-1975)

Depois de Salazar lamentar a impossibilidade da inauguração da reconstrução da CUC, por ocasião das comemorações que assinalavam o quarto centenário da transferência definitiva da universidade para Coimbra (A. de O. Salazar, 1945, p. XIX), as obras de construção desta “*fábrica espiritual portuguesa*” (A. de O. Salazar, 1948, p. 302) seriam associadas às comemorações do duplo centenário (Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias, 1961, p. 10). Todavia, só em 15/10/1941⁶⁰⁹, tal propósito conhecia luz, sob a força do Decreto-lei nº 31576/1941, emitido pelo ministro Duarte Pacheco, que criava e constituía a CAPOCUC.

⁶⁰³ Publicado em Diário do Governo nº 78, I série, de 05/04/1948, p. 261-263.

⁶⁰⁴ José Frederico Ulrich tomava posse do cargo em 04/02/1947, substituindo Cancela de Abreu.

⁶⁰⁵ Arantes e Oliveira tomava posse do cargo em 02/04/1954, substituindo José Frederico Ulrich.

⁶⁰⁶ Cf. FR/IFA/SIAF/Cité de l'architecture et du patrimoine/Archives d'architecture du XXe siècle: Fonds Carlu, Jacques (1890-1976). 010 Ifa: [online] Objet CARJA-D-58-1. Dossier 010 Ifa 14. Doc. 10-37-001: 1958. *Plan d'urbanisme du quartier de Belém, Lisbonne (Portugal): «Estudo de localização de novos edifícios públicos na zona marginal de Belém» signé M. Cristino da Silva, 27 mai 1954.*

⁶⁰⁷ Cf. FR/IFA/SIAF/Cité de l'architecture et du patrimoine/Archives d'architecture du XXe siècle: Fonds Carlu, Jacques (1890-1976). 010 Ifa: [online] Objet CARJA-D-58-1. Dossier 010 Ifa 14. Doc. 10-37-002: 1958. *Plan d'urbanisme du quartier de Belém, Lisbonne (Portugal): plan d'urbanisme définitif de la zone périphérique de Belém signé J. Carlu et Luis Cristino da Silva, déc. 1958.*

⁶⁰⁸ Cf. PT/FCG/AASBA/LCS: Espólio Luís Cristino da Silva 1921-1976: [online] Cota LCS 47: Arranjo urbanístico da zona marginal de Belém, Lisboa [projetos de arquitetura] / Luís Cristino da Silva e Jacques Carlu, 1954-61.

⁶⁰⁹ A criação da CAPOCUC era publicada em Diário do Governo nº 241, I série, de 15/10/1941, p. 910-911. Cf. (MOPC, 1934a, 1934b).

O triângulo fundador da equipa, [Duarte Pacheco, Sá e Mello, Cottinelli Telmo], seria acompanhado por muitos dos arquitetos, artistas e engenheiros que já tinham colaborado, ou na EMP e/ou na CAPOIZMB. Cumulativamente, entre a CAPOIZMB e a CAPOCUC, constituídas com um mês de diferença e a laborarem no mesmo espaço físico, a gestão de *atelier* delineava-se pela acumulação de projetos atribuídos aos projetistas, independentemente de serem para Lisboa ou para Coimbra. Nestas condições estariam, principalmente, os arquitetos recém-formados, como Lucínio Guia da Cruz (que já vinha colaborando com Cottinelli Telmo desde a EMP), Bernardim Fabião, Alberto José Pessoa, João Garcia de Castilho e Edgar Duarte de Almeida.

No entanto, o ano de 1948 seria o fim de uma fase de forte proposição e realização do Atelier de Belém, pela perda do segundo dos seus três vértices fundadores, neste caso, de Cottinelli. Entre 1949 e 1966, a CAPOCUC conheceria uma outra fase na liderança de projeto, sob o traço de Luís Cristino da Silva, como já se referiu e sem o escudo político protetor que Duarte Pacheco imprimira até à sua morte, em 16 de novembro de 1943. A partir de 1967, o cargo de arquiteto-chefe na direção técnica era assumido por João Filipe Vaz Martins, que já colaborava com a CAPOCUC desde 1957, como arquiteto especializado em intervenções em monumentos e como arquiteto-chefe da Secção de Coimbra da DGEMN.

Sob a alçada de supressão das necessidades da universidade, foram desenvolvidas arquiteturas e espaços monumentalizados, que tanto expressavam ambientes *classicizantes*, como peças de aparência moderna e ao melhor estilo internacional, como foi o caso do edifício da Associação Académica de Coimbra, da autoria de Alberto Pessoa e João Abel Manta⁶¹⁰. Estes modelos, com características de sublimação de grandiosidade, conjugados, nalguns casos, com aparato escultórico confirmam, através de uma monumentalidade explícita, a capacidade empreendedora de um Estado que na sua génese é quem determina a estrutura de ensino.

A CAPOCUC, a partir de 01/10/1969, ficaria extinta e os seus serviços e bens transitariam para a Direção-Geral das Construções Escolares (DGCE), criada para “*intensificar, com sensíveis economias, o ritmo de construção de instalações escolares e o seu apetrechamento*”, de acordo com o que foi promulgado por Decreto-lei nº 49169⁶¹¹, em 24/07/1969, pelo ministro das Obras Públicas, Silva Sanches. No entanto, as obras só terminariam em 1975, com a finalização dos trabalhos do edifício da Faculdade de Ciências, por coincidência, no preciso ano em que falecia o terceiro vértice, o engenheiro Sá e Mello.

Atelier de Belém: a disposição de um *modus operandi*

A introdução das categorias ‘forma’ e ‘política’ em arquitetura – enquanto sobreposições, segundo a referência proposta por Pier Vittorio Aureli – permitia estabelecer a possibilidade de separação e, consequentemente, composição e contraposição em espaço urbano, ao se alegar que, em arquitetura, estas categorias de sobreposição eram interpretadas, tendo a separação, inerentemente, implicada na constituição da forma arquitetónica. Deste modo, a *política* e a *forma* seriam a base e a essência, não só de uma forma arquitetónica, como também, de uma ideia de cidade, ou seja, da cidade entendida como composição de partes separadas (Aureli, 2011).

Sob a direção da revista oficial do Sindicato Nacional dos Arquitetos, publicada em 1938, Cottinelli Telmo pensava o conceito ‘arquitetura efémera’, definindo-o como “*construções concebidas de um dia para o outro – porque à sua natureza anda sempre ligada a ideia de velocidade, se não de precipitação* –

⁶¹⁰ A propósito desta variação verificada entre os modelos da CUC, consultar o artigo “Um *exercício dual* Património Mundial: a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e a Associação Académica de Coimbra”, no presente capítulo.

⁶¹¹ Publicado no Diário do Governo nº 182, I série, de 05/08/1969, p. 981-983. Para a competência da DGCE transitariam todos os serviços e bens de organismos afetos à construção de equipamentos escolares.

nasceram no meio de andaimes armados à lufa-lufa, depressa crescem ou, pelo menos, à pressa foram concluídas, e fugitivamente brilharam para logo a seguir serem votadas à demolição” (Telmo, 1938, p. 161).

Pela oportunidade deste artigo, este enquadramento concetual prévio pode ser operativo para uma leitura crítica sobre o entendimento da lógica de atuação do Atelier de Belém, sob dois aspetos: o primeiro constitui-se na conceção do plano geral, com a conjugação articulada deste tipo de ideia de cidade e deste tipo de arquitetura; e, o segundo constitui-se na execução do plano geral, através de metodologias de projeto particulares e dos recursos necessários para a concretização de obra. De um modo crítico, esta conjugação concetual permite determinar e ilustrar as semelhanças e decalques sequenciais, percebidos em algumas características e componentes formais, nos projetos e na obra destes três empreendimentos. Por outro lado, também o plano geral, enquanto instrumento privilegiado para o delineamento da *nova forma* de cidade, acrescentava uma complexidade à leitura produzida, por nele se verificarem as definições políticas, que estariam no centro da proteção legal privilegiada que este Atelier de Belém recebia da tutela, como se de uma estrutura única se tratasse. Consequentemente e, de um modo objetivo, para tal propósito, interessava sublinhar as dinâmicas e as relações entre Duarte Pacheco, Sá e Mello e Cottinelli Telmo, uma equipa operativa definida sobre as conexões e as necessidades perante os acontecimentos, que se constituía determinante para a prática de projeto e nem sempre evidentes na escrita da história do Estado Novo e, em particular, deste conjunto de obras públicas, entendidas como sequenciais de um *modus operandi*.

Uma arquitetura efémera, na leitura de Cottinelli (1938), era um *cartaz* à semelhança da composição de publicidade. Todavia, essa mesma natureza de efemeridade favorecia um palco esplêndido para a experimentação, quer pela situação de pouca durabilidade da obra, quer pela circunstância da urgência da obra levar a uma menor crítica sobre o projeto. Nesse contexto, exploram-se ao máximo as componentes cenográficas e de enquadramento, permitindo prescindir de critérios de durabilidade e apostar na invenção, arriscando e improvisando (Acciaiuoli, 2015, p. 84).

O tempo para a conceção era reduzido ao mínimo para aumentar ao máximo o tempo da execução; e, a EMP não seria uma exceção. Os trabalhos preparatórios do Comissariado da EMP iniciavam-se com grande celeridade. A partir do dia 4 de janeiro de 1939, com a equipa completa, era necessário ter em conta o prazo, relativamente curto, até à primavera de 1940, para se desenvolver o programa e terminar todos os trabalhos. O trabalho preparatório do Comissariado consistia em “*escolher definitivamente o terreno para a Exposição, estudar as suas condições e a sua adaptação, imaginar, organizar um programa, levantar e fazer aprovar plantas escolher colaboradores, seleccionar e distribuir trabalhos*” (Comissão Executiva dos Centenários, 1939d, p. 5) e, de acordo com as declarações do comissário-geral, estava concluído a 3 de fevereiro de 1939. Em 15 de fevereiro de 1939, eram iniciados os trabalhos de execução do plano geral.

A primeira decisão, sobre a qual dependia tudo o resto, tinha assentado na escolha do terreno para implantação do evento principal. Augusto de Castro indicava as duas possibilidades que tinham sido postas à consideração dos seus elementos (Comissão Executiva dos Centenários, 1939d): a primeira proposta constituía-se no “*enorme, inculto e deserto espaço*” localizado atrás do Mosteiro dos Jerónimos que, pelas suas características, oferecia “*um local magnífico e acessível*”, assim como, proporcionava “*condições panorâmicas excepcionais*”; a segunda proposta constituía-se no “*terreno livre em frente da igreja e do mosteiro até ao rio*”, com a extensão compreendida entre a Praça Afonso de Albuquerque e a Torre de Belém.

A escolha sobre a primeira opção, pese embora o reconhecimento das suas qualidades, colocava a tónica em condicionantes prévias essenciais, designadamente, a urbanização de toda a área proposta, para a qual

era, também, reconhecida a falta de tempo, deveras necessário para a realização dessa obra. Por este facto, a preferência recaía sobre a segunda hipótese, não obstante também serem necessárias “*algumas demolições indispensáveis*”. Todavia, o comissário-geral também esclarecia que essas demolições já estavam “*previstas mais ou menos no plano de urbanização daquela zona*” (Comissão Executiva dos Centenários, 1939d, p. 5).

Por norma, num cenário de obras com uma calendarização apertada, a pressão colocada sobre os resultados exige que sejam garantidas todas as condições necessárias e indispensáveis à plena realização da obra, nomeadamente, o cumprimento de todas as disposições legais que lhe estão imputadas. Esta exigência, conquanto não garanta a concretização da obra no prazo estipulado e, como dizia Cottinelli Telmo, criando uma dúvida constante “*pela preocupação do fracasso*” (Telmo, 1938, p. 161), assume-se essencial para a agilização do processo sem lhe adicionar mais possibilidades de incumprimentos de prazos, inerentes a esta obra e decorrentes de ordem vária. Neste caso, em concreto, do qual dependia a imagem do Estado Novo enquanto regime de realização e de poder, tanto ao nível interno como externo, era necessário, portanto, que todas as contingências pudessem ser controladas e dominadas, sendo que, para tal concretização, só a força política da cúpula do poder poderia garantir.

Sob este ponto de vista, apesar do interesse superior que pudesse ser invocado, quando se adicionava, ao cenário de obras com uma calendarização apertada – como era o caso –, ações de demolição com todas as contingências que lhes são associadas, designada e intrinsecamente, aquelas referentes a expropriações necessárias para tais execuções, então era necessário e imperativo ter um forte dispositivo político capaz de responder em cima do acontecimento e em plena articulação com as equipas técnicas no terreno.

Todavia, como Cottinelli verificava, “*em Portugal tudo é possível, mesmo o impossível*” (Telmo, 1939, p. 257) e o governo estava decidido a executar melhoramentos urbanos de exclusiva orientação pública. Por esta via, todas as referidas disposições estavam verificadas pela antecipação das demolições – conseguida pela simplificação legal dos processos de expropriação⁶¹² – e pelas ações de demolição e de remoção de construções no terreno, decorrente da prática de atuação consagrada na *vontade inflexível* de Duarte Pacheco (Comissão Executiva dos Centenários, 1939d, p. 5). Aliado ao seu *carisma*, à sua *convicção* e ao *braço forte da lei*, que o ministro implementava desde 1932 (S. V. Costa, 2016, p. 84), estava também o seu percurso pessoal e profissional, sobretudo, no âmbito das suas conexões e relações, contribuindo com o benefício da proximidade com o seu substituto na presidência da CML, que se manifestava pela celeridade dos processos no apoio prestado pela municipalidade⁶¹³.

Deste modo, a praça em frente aos Jerónimos constituía-se no grande átrio de receção da EMP, sendo os terrenos até ao rio “*libertados das horríveis construções que os desfeiam e obstruem*”, constituindo-se a Torre de Belém “*completamente liberta das horríveis construções que a escondem e a conspurcam (...), desembaraçada já numa grande extensão da sua incómoda vizinhança, um dos seus fundos panorâmicos*” (Comissão Executiva dos Centenários, 1939d, p. 6).

No seguimento deste evento e já sob jurisdição da CAPOPIZMB, o *modus operandi* iniciado mantinha-se sem reservas e, segundo Cottinelli, tal seria a resposta para a preparação de um vasto plano de urbanização compreendido entre Alcântara e Pedrouços. O Atelier de Belém recorria, novamente, à mesma metodologia de ação, baseando-se em “*demolições de todo o casario velho, barracões, postes e fios que*

⁶¹² Cf. Decreto-lei nº 28797, de 01/07/1938, publicado em Diário do Governo nº 150, I série, de 01/07/1938, p. 1044-1045.

⁶¹³ Em 1 de janeiro de 1938, Duarte Pacheco assumia a presidência da CML, procedendo a “*uma profunda reforma da administração municipal*” (Brito & Camarinhas, 2007, p. 165), no âmbito jurídico, técnico e financeiro, capaz de responder ao programa político de urbanização da capital. Tal conjuntura beneficiaria, ainda, por Duarte Pacheco acumular o cargo de presidente da CML com o cargo de ministro das OPC, a partir de maio desse ano, acrescentando ímpeto propositivo a todas as ações de reorganização da administração municipal, tendo em vista a administração pública do território municipal e nacional.

desordenadamente cruzam o espaço” (Telmo, 1939, p. 257). No entanto, o expoente máximo da ação do Atelier de Belém, que tinha por base esta metodologia assente na demolição, assumia-se em Coimbra, com todo o vigor de uma *tabula rasa*⁶¹⁴. Como Teotónio Pereira referia, as demolições maciças realizadas na Alta arrasaram “*implacavelmente uma zona histórica valiosíssima, com casas, solares, igrejas, conventos e edifícios públicos*” (N. T. Pereira & Fernandes, 1987, p. 334), mostrando a outra face do entendimento sobre ‘património’.

Considerações finais

De modo oportuno, o Estado Novo utilizaria a dinâmica do MOPC, liderado pelo ministro Duarte Pacheco, como uma fórmula na construção de um discurso de coesão nacional, particularmente, na sua fase inicial e de consolidação. Em tempo de guerra, era demonstrativo de coesão nacional, o investimento na modernização do país, através de obra pública. Este processo permitia a sublimação do regime, ao mesmo tempo que, no campo da liberdade individual, o Estado recorria a meios tenazes e de censura, como ajuda e garante de sustentabilidade para as suas políticas.

Por esse motivo, se compreende a necessidade imperiosa da criação de um discurso de empreendedorismo edificatório, da sua propaganda e da sua divulgação, tanto num plano nacional (abrangendo todo o território ultramarino), como num plano internacional, onde interessava lidar de ‘igual para igual’.

Deste modo, os processos da arquitetura constituíam-se como um meio crucial para a educação de uma nova condição cultural, assente por um lado, no progresso tecnológico e por outro, na mítica tradição histórica. Ou seja, tanto se fazia a apologia de uma arquitetura austera indiciadora de autoridade e de ordem, como se potenciava um gosto nacionalista, que tentava encontrar modelos com uma linguagem de especificidade local. Este processo educativo cultural, doutrinado pelo Estado Novo e potenciado pelo setor das obras públicas, refletia semelhanças com o que já vinha acontecendo com outros regimes totalitários ou ditatoriais, até ao eclodir da Segunda Guerra Mundial. Pese embora o impacte real dos acontecimentos internacionais ocorridos no período entre guerras não tivesse sido tão relevante para o caso português, tendo em conta as condicionantes e contingências da realidade político-económica interna, tal conjuntura internacional proporcionaria uma oportunidade que não terá sido desprezada. Seria nesse contexto que se enquadravam três obras públicas – a EMP, a PIZMB e a CUC –, reveladoras da capacidade realizadora do MOPC e das suas políticas implementadas.

Pela leitura deste trabalho, estes três casos convergiam para um só domínio, tendo em conta as particularidades e especificidades decorrentes das condicionantes de obra, nomeadamente, pelo fio condutor que os unia: o Atelier de Belém. Pelo menos entre 1938 e 1948, as três equipas que desenvolveram os planos de obras da EMP, da PIZMB e da CUC laboravam no mesmo espaço, localizado na Praça do Império, em Belém (Lisboa). Este espaço, para além, de local de desenvolvimento dos projetos de arquitetura e de trabalhos técnicos dos três planos de obra, também era local das diligências administrativas e executivas das três comissões para os três empreendimentos. Do mesmo modo que partilhavam o mesmo espaço e materiais⁶¹⁵, as duas últimas Comissões herdavam o ‘núcleo duro’ do Comissariado da EMP. O engenheiro Sá e Mello ocupava a liderança executiva, desempenhando as funções de comissário-adjunto no Comissariado da EMP, de presidente na CAPOPIZMB e de diretor-delegado na

⁶¹⁴ Sobre este assunto, consultar o artigo “Cidade Universitária de Coimbra, a *tabula rasa* como metodologia de projeto”, no presente capítulo.

⁶¹⁵ Relembrem-se os documentos consultados no Fundo CAPOCUC, na introdução do presente artigo.

CAPOCUC⁶¹⁶; o arquiteto Cottinelli Telmo era o responsável pela produção de arquitetura e construção da sua imagem; e, ambos respondiam, diretamente, ao ministro Duarte Pacheco, formando um triângulo estável de poder.

Verificava-se, portanto, que o *Atelier* de Belém se estabelecia como um teatro de operações ou um estaleiro de projetos de arquitetura, onde tudo é pensado e onde tudo é decidido, sob chancela direta do ministro das OPC, sendo esta a particularidade que assistia à pertinência deste caso composto por estas três obras. Por tal equação, tornava-se imperativo fazer esta referência à constituição das equipas relativas aos três projetos, como um contributo para clarificar a dimensão do alcance da continuidade conceptual e metodológica deste denominado Atelier de Belém.

No fundo, a abordagem metodológica, a que o triângulo de poder [Duarte Pacheco, Sá e Mello, Cottinelli Telmo] recorria para a realização da ação transformadora do Atelier de Belém, constituía-se como um procedimento eficaz, expedito, para a implementação de uma política de progresso e de modernização dos recursos e dos ambientes urbanos. Para tal, eram reveladoras as ações de domínio e de controlo sobre os processos transformativos da forma e da política da *cidade nova*, tanto pela proteção política e legal, como, em simultaneamente, pelas ações de antecipação a qualquer eventualidade, característica própria de Duarte Pacheco e que o ministro implementava na equipa.

Se pela Europa, a *tabula rasa* era uma consequência decorrente dos períodos de conflito armado, nas práticas de projeto do Atelier de Belém, parecia ter sido adotada como uma *metodologia de projeto*. As demolições seriam indispensáveis e necessárias à concretização de projetos de arquitetura e eram assumidas como premissa prévia ao desenho. Esta particularidade do processo de projeto revelava a perfeita sintonia entre os elementos do triângulo de poder. A transformação com um domínio mais amplo permitia transformações mais sólidas, coerentes e integrais. Nesse sentido, o controlo pleno do edificado e do seu espaço envolvente possibilitava, para além do controlo funcional do espaço, a experimentação mais abrangente das sensações estéticas e das perceções visuais.

Adicionalmente, esta abordagem acrescenta uma leitura, sobre os agentes e os bastidores de um projeto de arquitetura, que nem sempre se torna evidente depois da concretização da obra, sem o estudo do seu processo e, desse ponto de vista, o espólio do fundo CAPOCUC demonstrou ser basilar para a equação desta abordagem.

⁶¹⁶ A presidência da CAPOCUC era sempre assumida pelo reitor da Universidade de Coimbra, pese embora a responsabilidade executiva recaísse sobre o diretor-delegado.

4.6 Um exercício dual Património Mundial: a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) e a Associação Académica de Coimbra (AAC)⁶¹⁷

Resumo

Muitas vezes, perceber o desígnio de uma candidatura patrimonial, implica perceber a estratégia política que a sustenta, diretamente, ligada à compreensão do próprio bem. A Universidade de Coimbra – Alta e Sofia foi inscrita na Lista do Património Mundial, em 22 de junho de 2013, sob os critérios ii, iv e vi que justificaram o seu Valor Universal Excepcional. Na realidade, antes de ser Património Mundial, a Universidade de Coimbra já se compreendia como um ‘património mundial’, sendo esse um dos argumentos que servira para justificar o seu VUE, a sua autenticidade e a sua integridade.

A universidade também se constitui como uma plataforma privilegiada de desenvolvimento de algumas estratégias de proteção e salvaguarda de valores considerados essenciais, para a construção de um projeto comum de futuro. Nesse sentido, deve ser atribuída relevância e importância ao conhecimento e à compreensão desses valores, de modo que a sua herança possa ser rememorada, recebida e usufruída, enquanto espaço de encontro entre as sucessivas e diferentes gerações. Em Portugal, a universidade desempenha essa ação, desde a sua criação em 1290 e, em Coimbra, em particular, desde a sua definitiva implantação, em 1537, na Alta e Sofia.

O propósito deste trabalho consistia em estudar um aspeto particular da transformação urbana imposta na Alta Universitária, pela atuação do Estado Novo, a partir da década de 40 do século XX, com a construção da Cidade Universitária de Coimbra. Tal empreendimento evidenciava uma escolha específica sobre a linguagem arquitetónica projetada, aquando a definição da estrutura e da organização espacial desejada para a futura implantação dos edifícios e espaços universitários. Desse modo, tornava-se relevante e pertinente pensar na dualidade da abordagem projetual, estabelecida pelo arquiteto que, dentro de um contexto específico, apresentava resultados diferentes – a FLUC e a AAC – permitindo contribuir para a compreensão do *layout* atual desta área integrante da UC-AS Património Mundial.

A partir do estudo dos processos criativos dos dois projetos era possível estabelecer correlações entre a influência que o contexto histórico e político estabelecia e o processo criativo de arquitetura, sublinhando e discutindo vários aspetos significativos e relativos à equipa de arquitetos, cuja abrangência contrastava com a abrangência da equipa responsável da implementação da arquitetura da CUC, num exercício de revisitação da memória coletiva disciplinar. Adicionalmente, este artigo relacionava os resultados efetivos e os argumentos utilizados para justificar e reclamar o VUE, no processo de candidatura da UC-AS à UNESCO.

Palavras-chave: Candidatura de Coimbra à UNESCO, Alberto José Pessoa, Cidade Universitária de Coimbra (CUC), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), Associação Académica de Coimbra (AAC), projeto de arquitetura.

⁶¹⁷ Este texto é a versão traduzida, revista e acrescentada do artigo submetido ao *Fourth International Architectural Conservation Conference: “Sustainable heritage, global vision local experiences”*, realizado no Dubai, entre 14 e 16 de fevereiro de 2016, organizado pela Municipalidade do Dubai, com sistema de arbitragem científica, tendo sido aceite para apresentação e posterior publicação nas respetivas atas do congresso, sob o título “A World Heritage *dual exercise*”. Todavia, a publicação nas atas do congresso estava condicionada à apresentação efetiva do artigo no congresso, cuja comunicação não chegou a ser realizada.

Introdução

Muitas vezes, perceber o desígnio de uma candidatura patrimonial, implica perceber a estratégia política que a sustenta. Por norma, a essa política estão associados valores comuns de identidade de uma comunidade, como os culturais, os sociais, os históricos e os económicos ligados ao lugar, onde o património desempenha um papel de destaque, que deve ser pensado de forma a garantir a sustentabilidade do seu território de influência; a partir da proteção e salvaguarda destes valores ligados ao património, outras dinâmicas se assumem como estratégicas para o desenvolvimento de futuro, assentes em setores e atividades económicas, tais que, as socioculturais e as turísticas, bem como todas aquelas que, direta ou indiretamente, admitem uma janela de oportunidade, nestas sinergias.

Neste sentido, uma candidatura patrimonial deverá querer reger-se, assim, por proteger e salvaguardar valores que se entendem essenciais para um projeto comum de futuro. Conhecer esses valores e perceber a sua importância tornava-se numa ação basilar, para que estes possam continuar a ser transmitidos, rememorados, revividos e, sobretudo, que garantam o elo da continuidade transgeracional ao se estabelecerem num lugar de encontro de gerações⁶¹⁸. Assumindo esta perspetiva e reconhecendo que a pessoa e os valores humanos devem ser premissas centrais nesta problemática⁶¹⁹, tornava-se, pois, fundamental estudar o bem ao qual era atribuído valor, de forma que este seja mais um contributo para o seu melhor conhecimento e compreensão, permitindo um melhor uso e usufruto por todos.

A Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) foi inscrita na Lista do Património Mundial (LPM) em 22 de Junho de 2013, sob os critérios ii, iv e vi⁶²⁰. Na realidade, antes de ser Património Mundial, a Universidade de Coimbra já se compreendia como um ‘património mundial’, sendo esse um dos argumentos que servira para justificar o seu VUE, a sua autenticidade e a sua integridade (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b). A Universidade, em Portugal, tem sido lugar de encontro de gerações desde a sua criação, em 1290, no reinado de D. Dinis e, em Coimbra, particularmente, desde a sua instalação definitiva, em 1537, no reinado de D. João III, que cedeu o palácio real, na Alta, para as exigências universitárias, tornando-se na *morada da sabedoria* (Pimentel, 2005) – um “*alto palácio da Ciência dominando uma cidade antiga, em relevo sobre um lindo trecho de paisagem*” (V. Correia, 1946, p. 128) – e que, adicionalmente, promoveu a abertura de colégios universitários com a construção do ‘campus’ da Sofia⁶²¹ (R. P. Lobo, 2006c). Deste modo, a UC-AS constituía-se num bem composto por duas áreas diferenciadas da cidade, a Alta e a Sofia (Fig. 11).

Enquanto a morfologia da Sofia se apresenta como um elemento de leitura com unidade formal bastante unitário e evidente, tendo para tal contribuído o seu desenvolvimento ao longo de uma rua, enquanto elemento regulador dos colégios construídos em banda que deram forma ao seu traçado retilíneo (R. P. Lobo, 2006a, 2006c, 2006b, 2010; Rossa, 2006), e que, ainda hoje se verifica; a Alta, por sua vez, apresenta-se com a complexidade de um somatório de várias camadas temporais, com todas as intervenções, reconversões e adaptações feitas ao longo dos tempos e que chegaram até aos nossos dias.

⁶¹⁸ Maurice Halbwachs defendia que o valor da memória coletiva se podia fixar e transmitir para as gerações futuras só a partir da experiência, da festividade e/ou da rememoração de uma pessoa, de um lugar ou de um evento (Halbwachs, 1971, 1992).

⁶¹⁹ Valor-chave defendido na Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativo ao valor do património cultural para a sociedade e, aprovada por Resolução da Assembleia da República Portuguesa nº 47/2008, de 12 de setembro, publicada no Diário da República nº 177, I série, de 12/09/2008 (G. d’Oliveira Martins, 2009b, pp. 157–191).

⁶²⁰ Para aprofundar este tema, consultar o artigo “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos”, no capítulo 3, desta tese.

⁶²¹ Para uma leitura mais direcionada a este tópico, consultar o artigo “Crónica de uma morte anunciada. Ou quando o património perde o seu *status*”, no capítulo 5, da presente tese.

Na Alta, podem ser verificados os *layers* definidos por três períodos que contribuíram para o desenvolvimento da universidade e da própria cidade, identificados por Pedro Dias (1994): 1537, ano-chave do período relativo à mudança definitiva da universidade para Coimbra e cedência do Paço Real para os Estudos; 1722, ano-chave relativo ao estabelecimento da reforma pombalina, que se implementou ao nível pedagógico e científico, com destaque para a construção de novos equipamentos escolares, para além da implementação de uma reforma nos estatutos universitários; e, 1942, ano-chave do período das intervenções do Estado Novo, que alteraram profundamente a sua morfologia urbana ao nível da forma, escala, volumetria, imagem e, sobretudo, a sua vivência urbana (Fig. 21, 23 e 32).

O arco temporal do estudo deste trabalho incidia sobre este último período de transformação urbana, cuja ação se delineava socorrida pelo recurso a uma linguagem própria, diferente da existente, como parte da solução de projeto do plano para o programa da criação de uma Cidade Universitária de Coimbra (CUC) (Fig. 38), designada pelo regime e que veio a ser concretizada, sobre aquela que *desde há vários séculos* desempenhava essa função (V. Correia, 1946, p. 191). Para tal, este artigo propunha uma leitura de contraste sobre as soluções delineadas para dois dos edifícios constituintes do empreendimento da CUC (1941-1975) – a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra⁶²² (FLUC) e as instalações da Associação Académica de Coimbra⁶²³ (AAC) –, com traço desenvolvido pelo arquiteto Alberto José Pessoa⁶²⁴ (Tostões, 1996b). Pese embora, no projeto da AAC, o arquiteto Pessoa tivesse tido a colaboração do seu colega e artista João Abel Manta e, durante os primeiros tempos de projeto, do arquiteto M. Norberto Correia – facto que podia, por si só, introduzir uma variação à solução concetual delineada – verificava-se que as opções orientadoras de projeto evidenciavam uma cisão concetual entre um e outro.

Tendo em conta a importância da construção da CUC para os interesses do regime⁶²⁵ – inclusivamente, até do ponto de vista do interesse de propaganda internacional sobre a imagem de um Estado de poder – e que a CUC se entendia como um espaço unitário e definido como um todo, a confrontação entre estes dois projetos tornava-se relevante e pertinente para perceber os contornos e os contextos, designadamente, os político-sócio-ideológicos, que influenciavam a fase de concepção, ao ponto de criar uma dualidade dos seus pressupostos criativos com reflexo nas soluções finais⁶²⁶. Cumulativamente, correlacionava-se a leitura deste exercício dual com os argumentos e o discurso justificativo implementados para se estabelecer a candidatura da UC-AS a PM, que declarava esses edifícios parte de um bem com Valor Universal Excecional.

Deste modo, abordaram-se vários aspetos que se tornavam significativos para uma leitura do processo de candidatura a PM e do valor que lhes era atribuído. Conquanto sejam pertencentes à mesma área delimitada PM, a ideia⁶²⁷ e o processo criativo dos projetos da FLUC e da AAC (Fig. 39) e os seus resultados depreendem-se ser uma consequência de uma dualidade na abordagem da forma concetual num contexto político específico, quer pela evidência dos critérios formais assumidos, quer pelas influências externas e contingências de projeto, sendo que a diferença temporal entre a construção de um e de outro não se constitui muito expressiva.

⁶²² Cf. (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012f, pp. 212–227).

⁶²³ Cf. (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012f, pp. 302–311).

⁶²⁴ Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pastas Dossier 3, CUC 2009-167 (49), CUC 2010-267 (102).

⁶²⁵ Sobre esta temática, consultar as abordagens e perspetivas consideradas nos vários artigos do presente capítulo.

⁶²⁶ A Faculdade de Letras e a Associação Académica, bem como outros exemplos, eram edifícios inerentes à vida académica e localizavam-se na rua vital da Alta Universitária, a Rua Larga, antes das demolições executadas pela CAPOCUC (AAEC, 1991; Boas, 2010).

⁶²⁷ Como Fernando Távora dizia, a “*arquitectura é coisa mental e portanto lançar uma hipótese gráfica de um projecto (...) presume já um trabalho intelectual*” (Figueira, 1992, p. 104).



Fig. 39 – Planta parcial da cidade de Coimbra com a implantação do plano de Cristino da Silva para a CUC, desenhada por Cunha Fernandes, de 1964: no contorno vermelho, as instalações afetas à CUC e atividades académicas. Referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta CUC 2008-142. Fotografia: Manuel Ribeiro, UC, 2009⁶²⁸.

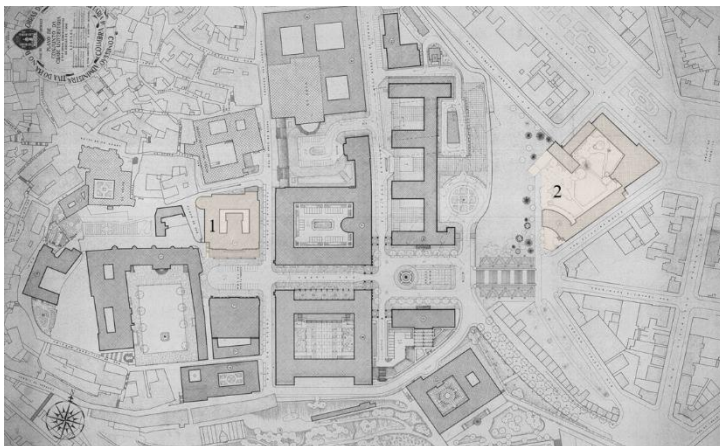


Fig. 40 – Identificação dos edifícios da FLUC (1) e da AAC (2), sobre o plano de conjunto da Cidade Universitárias e das zonas circunvizinhas, de Cristino da Silva, desenhada por Cunha Fernandes, em 1959.

Os programas arquitetónicos do poder

Se era verdade que todos os regimes autoritários europeus assimilaram, mais cedo ou mais tarde, um estilo com pressupostos formais da arquitetura clássica (N. T. Pereira & Fernandes, 1987) ou como esclarecia Charles Jencks (em 1980) a propósito do que acontecia em Itália, pela escolha do “*classicismo monumental*

⁶²⁸ Cf. (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012e, p. 45).

que se transformou na assinatura do regime” (Jencks, 1992, p. 49), como sendo aquele que melhor exprimia os seus ideais políticos – designadamente, a ordem, a higienização, a hierarquia dos valores morais em que o Estado detém a moral suprema –, por outro lado, Albert Speer, em 1969, lembrava que não era verdade que esse estilo fosse “*característico dos estados totalitários, (...) pelo contrário, era, sim, característico da época, deixando a sua marca tanto em Washington, Londres e Paris como em Roma e Moscovo e nos nossos planos destinados à cidade de Berlim*” (Speer, 1970a, p. 140). Rosmaninho citava outros autores que contestavam a visão de Speer (Rosmaninho, 2006, p. 33) embora, de facto, tivesse sido a característica arquitetónica que Speer, Jencks, Pereira & Fernandes evidenciavam, que determinava uma influência nas práticas da arquitetura nacional.

A conjuntura política europeia das décadas de 20 e 30 do século XX demonstrava-se favorável ao desenvolvimento destes regimes, onde o exercício da arquitetura era encarado como um instrumento de poder capaz de satisfazer os programas político-ideológicos. O *jogo de espelhos*, referido por Sandra Vaz Costa, pretendia ilustrar o âmbito das correlações existentes nas influências próprias entre a arquitetura e o poder – “*em que a arquitetura pratica e reflete uma imagem filtrada e intencional do regime*” (S. V. Costa, 1998b, p. 79) – tendo em conta a resposta arquitetónica que era dada aos vários programas estabelecidos. O regime de Salazar, no poder em Portugal desde 1932⁶²⁹, apesar de considerar a *neutralidade* nacional, em relação às opções políticas que iam sendo tomadas pela Europa⁶³⁰, não deixava de sofrer algumas dessas influências⁶³¹. Para além de ser informado regularmente pelas embaixadas ou corpos diplomáticos destacados, junto dos diversos governos⁶³², sobre as atuações e preferências desses governos, os acontecimentos e eventos internacionais, como as exposições e os concursos de arquitetura, tornavam-se plataformas de divulgação da produção e da tecnologia que iam sendo desenvolvidas internacionalmente.

Na obra pública implementada em Coimbra pela CAPOCUC, o regime optava pelo “*monumentalismo classicista*” (Zevi, 1989, p. 17), como opção estética da nova acrópole universitária, destinada ao isolamento⁶³³ de modo a propiciar uma vida académica ordenada⁶³⁴ sem interferências externas, que perturbassem o desejável recolhimento para o estudo das futuras “*camadas selectas*” da nação (A. de O. Salazar, 1945, p. XXII). O primeiro esboço do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra surgia em 1942⁶³⁵, sob a pena do arquiteto José Ângelo Cottinelli Telmo e com a chancela do ministro das Obras Públicas e das Comunicações, engenheiro Duarte Pacheco, depois de duas Comissões de Obras que não responderam aos pressupostos e desígnios estipulados superiormente e no seguimento da Exposição do

⁶²⁹ António de Oliveira Salazar foi Presidente do Conselho de Ministros de 05/02/1932 a 27/09/1968. Cf. República Portuguesa, XXI Governo Constitucional – *Chefes do Governo desde 1821*. [online] <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/governos-antiores/chefes-do-governo-desde-1821.aspx>, acedido em 29/07/2018.

⁶³⁰ Em entrevista ao *Daily Telegraph*, transcrita em *Diário da Manhã* de 06/08/1936, Salazar distanciava-se do nazismo, classificando-o de “*nacionalismo agressivo, excessivo, odioso*” com uma “*exaltação e absolutização radical*” (M. B. da Cruz, 1988, p. 51).

⁶³¹ Apesar de recusar e repudiar qualquer falta de “originalidade”: “Não é que me seduza ou me arraste, em espírito de mesquinha imitação, o que noutros países se está fazendo” (A. de O. Salazar, 1945, p. XIX).

⁶³² A exemplo disso, destacamos o caso de Alberto da Veiga Simões (Madeira, 2005), diplomata português em Berlim (Alemanha), de 1933 a 1939, com acesso privilegiado ao ministro da Propaganda do *III Reich*, Joseph Goebbels, com quem se encontrava duas vezes por semana, de acordo com a correspondência que trocava com Oliveira Salazar, de modo a relatar “*as últimas decisões do Führer e para dar a saber as determinações mais recentes de António de Oliveira Salazar*” (Madeira, 2005, p. 21), para além das relações intensas que mantinha com os embaixadores da França e Bélgica, “*considerados os mais bem informados*” (Madeira, 2005, p. 20), e de Itália, “*por representar o regime mais próximo do nazismo*” (Madeira, 2005, p. 20).

⁶³³ A CUC era definida como uma “zona impermeável às outras funções urbanas, congregadora de toda a comunidade estudantil e, por conseguinte, meio privilegiado para uma formação integral e homogeneizada” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012h, p. 139).

⁶³⁴ Tal como Giuseppe Pagano, arquiteto da equipa de Marcello Piacentini que projetara a Cidade Universitária de Roma, evocava no livro do *Génesis* para justificar a *ordem* (Pagano, 1938, p. 2), onde, adicionalmente, estabelecia uma apologia do ângulo reto, para a construção de um ideal de novo mundo *ordenado e geométrico* (Pagano, 1938, p. 3).

⁶³⁵ Com o título “Ensaio de conjunto de massas conciliando os vários dados do problema”, de Cottinelli Telmo (Rosmaninho, 2006, p. 76); Cottinelli Telmo, nomeado arquiteto-chefe da CAPOCUC (criada por Decreto-lei nº 31576, publicado em Diário do Governo de 15 /10/1941), desempenhava essas funções desde a constituição do Comissariado da Exposição do Mundo Português, conforme desenvolvida no artigo “Seguindo o Fio de Ariadne II: o Atelier de Belém”, no presente capítulo.

Mundo Português, em 1940, realizada em Lisboa e, por vários autores, considerada um marco na arquitetura do regime (Acciaiuoli, 1998; P. V. de Almeida, 2002; França, 1976, 1981; N. T. Pereira & Fernandes, 1987), “*marcadamente cenográfica*”, como concluía Nuno Teotónio Pereira (Pereira in Congresso Nacional de Arquitectura & Tostões, 2008, p. 45) e, que ia sendo utilizada como propaganda e “*como instrumento de inculcação ideológica para fortalecer o seu poder*” (Pereira in Congresso Nacional de Arquitectura & Tostões, 2008, p. 45).

Neste contexto de implementação do exercício de poder (Aymonino, 1984), encontravam-se os modelos das Cidades Universitárias, que refletiam, de igual modo, essa premissa, uma vez que, os modelos conceptuais e formais, que se inspiravam na designada arquitetura moderna, de Moscovo a Washington, eram comuns. Casos como os modelos das Cidades Universitárias de Madrid (CUM) e de Roma (CUR), que se verificariam, particularmente, próximos do processo de concepção de projeto da CUC, eram exemplos disso⁶³⁶ (Fig. 26).

Todavia, esse exercício de poder dependia da qualidade da sua representação, sendo, sobretudo, ao nível da cidade e da sua organização espacial, que as políticas se faziam sentir, numa leitura onde “*todos os absolutismos políticos geometrizam, ordenam a estrutura urbana em eixos e mais eixos paralelos e ortogonais*” (Zevi, 1984, p. 30). Em Coimbra, a intencionalidade ideológica do regime ficava revelada no traçado do plano da CUC, corporizando “*no plano material (urbanismo, arquitectura e artes plásticas), a imagem de ordem, poder e capacidade empreendedora de um Estado que se pretendia “Novo”*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, p. 91), com pronunciada simetria, eixos e escala monumental, características promovidas e implementada já no primeiro esboço do Plano de Obras apresentado em 1942; como aludira Zevi, *os edifícios simétricos podem não ser retóricos, mas todos os edifícios que traduzem uma ideologia autoritária são simétricos* (Zevi, 1984).

FLUC, a imposição de uma linguagem: o modo CAPOCUC

O projeto da FLUC, iniciado em finais de agosto de 1944 (Rosmaninho, 2006, p. 356), incluía-se no plano de obras da CUC, na acrópole universitária, onde os modelos conceptuais e formais se inspiravam na designada arquitetura moderna, comum de Moscovo a Washington, em particular, nos modelos das Cidades Universitárias de Madrid⁶³⁷ (CUM) e Roma⁶³⁸ (CUR), tendo tido, também, alguma influência a arquitetura exposta na exposição Moderna Arquitectura Alemã⁶³⁹.

Tal influência verificada havia sido paralela à realização de um levantamento para constituição de um estado da arte relativo a estes programas universitários específicos; ou seja, para além dos gostos pessoais

⁶³⁶ Sobre este assunto, consultar os artigos “O poder da imagem no processo de projeto da Cidade Universitária de Coimbra” e “Cidade Universitária de Coimbra, *tabula rasa* como metodologia de projeto”, no presente capítulo.

⁶³⁷ A CUM acabava de ser reconstruída, após a destruição de 40% do seu espaço construído, decorrente dos bombardeamentos da Guerra Civil Espanhola, entre 1936 e 1939 (Diéguez Patao in Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid, 1988, p. 55). O exemplo de Madrid, que saía de um designio real de modernizar a Espanha, em 1927, estendia-se por uma área de 320ha a noroeste de Madrid, em 1930 via os primeiros trabalhos de construção a serem realizados (Fernández Alba in Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid & Universidad Complutense de Madrid, 1988, p. 151).

⁶³⁸ Marcello Piacentini, arquiteto a quem foram confiados os trabalhos do plano de construção da CUR, em 1932 (Frampton, 2000), escrevia na memória descritiva que o projeto da CUR se baseava em três aspetos – urbanos, técnicos e económicos – que considerava não serem simples de conjugar. Apesar da forma do terreno (retangular), a disposição das edificações assentava numa hierarquia pré-estabelecida, onde o Reitoria se apresentava como edifício principal. Piacentini afirmava que o objetivo era trabalhar um tema recorrente da arquitetura italiana, onde o espaço era construído pelo delineamento de uma composição arquitetónica e volumétrica bem definida por diferentes formas e construções, evocando a memória disciplinar da arquitetura italiana. Desse ponto de vista, essa abordagem era contrária à do caso de Madrid, onde o arquiteto italiano considerava haver uma dispersão casuística dos edifícios por um vasto território, aglomerados em núcleos direccionados às várias faculdades e, também, era contrária às abordagens de outros casos assentes numa disposição linear (Piacentini apud Persitz, 1936, p. 15).

⁶³⁹ Exposição da Moderna Arquitectura Alemã, organizada por Albert Speer, enquanto inspetor-geral do Urbanismo em Berlim, em 1941, realizada em Lisboa (Speer, 1941), e que, depois de a visitar, José-Augusto França notava que, Cottinelli Telmo se havia tomado “*de admiração pela obra do III Reich*” (2002, p. 69).

dos agentes envolvidos na concepção do plano, especificamente, Cottinelli Telmo, Sá e Mello e Duarte Pacheco, houve a necessidade de verificação das melhores soluções já existentes e que poderiam refletir, da melhor forma, o caso da CUC. A corroborar esse facto constituem prova os diversos ofícios e correspondência, trocados entre a CAPOCUC e as embaixadas portuguesas em várias capitais e cidades de vários países, a solicitar informações relativas tanto a cidades universitárias implementadas⁶⁴⁰, como também, a normativa legal, planeamento, expropriações e urbanização de bairros operários⁶⁴¹ – tendo em vista a projeção do número de desalojados que iria ser necessário realojar –, para dar início à construção dos edifícios universitários previstos no plano de obras da CUC.

Tendo em conta a dimensão da intervenção para a construção da CUC, definida num plano geral estabelecido para o efeito, por Cottinelli Telmo, o arquiteto-vogal da CAPOCUC socorreu-se da sua experiência e equipa⁶⁴², para conseguir gerir todo o processo. Nesse sentido, a opção do arquiteto-vogal (ou arquiteto-chefe), para desenvolver o projeto da FLUC, da Biblioteca Geral e do Arquivo da UC – núcleo mais próximo do complexo do Paço das Escolas – recaía sobre a escolha do jovem arquiteto Alberto José Pessoa (que havia se formado em 1943 e integrava a equipa da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império e Zona Marginal de Belém, liderada por Cottinelli Telmo – dentro do âmbito do Atelier de Belém); e a opção para desenvolver o projeto do bloco de Ciências⁶⁴³ (Físicas, Químicas, Medicinas e Matemáticas), recaía sobre a escolha do arquiteto Lucínio Guia da Cruz (que, mais tarde, desenvolveria o projeto da faculdade de Ciências e de Matemática e, com quem Cottinelli Telmo já tinha trabalhado na Exposição do Mundo Português e na CAPOIZMB).

O projeto da FLUC era iniciado em finais de agosto de 1944⁶⁴⁴ (Rosmaninho, 2006, p. 356), embora não coubesse, ao arquiteto Pessoa, a definição da localização da implantação do edifício; desse modo, havia sido definido que a sua responsabilidade seria o desenvolvimento do programa que estava destinado ao funcionamento de uma Faculdade de Letras (Fig. 18 e 21), “*primeiro sob a direção do arquiteto Cottinelli Telmo, e depois da do arquiteto Professor Luís Cristino da Silva*” (Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, s.d.a), sendo sempre garantida a supervisão superior⁶⁴⁵, sendo certo que muitos detalhes de composição e detalhes construtivos seriam de Cottinelli Telmo⁶⁴⁶ (Fig. 40 e 41).

⁶⁴⁰ Conforme referido no artigo “Seguindo o fio de Ariadne I: a Cidade Universitária de Coimbra como património global”, no presente capítulo, foram enviadas respostas afirmativas aos vários pedidos de informação realizados pela CAPOCUC, bem como, foram recebidas as publicações relativas aos planos das cidades universitárias de Madrid (ofício nº 32, de 22/04/1942, recebido sob o nº 251, de 27/04/1942; ofício nº 32 AG/AJ, recebido em 10/01/1944); de Roma, Bolonha e Pavia (ofício nº 1382, de 27/01/1943, recebido sob o nº 699, de 28/01/1943); de Buenos Aires (ofício nº 485, recebido em 04/09/1942), e; de Munique (ofício nº A/42/983, de 23/05/1942, recebido sob o nº 455, de 13/07/1942). Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta CUC 2008-75.

⁶⁴¹ Conforme referido no artigo “Seguindo o fio de Ariadne I: a Cidade Universitária de Coimbra como património global”, no presente capítulo, a CAPOCUC trocou correspondência com as embaixadas e os consulados portugueses em Buenos Aires, Bruxelas, Madrid, Berna, Washington, Rio de Janeiro e Londres (ofícios nºs 4461 a 4467, de 20/11/1942), e ainda Chicago, Nova Iorque e São Francisco (ofícios nºs 4902 a 4904, de 15/12/1943). Estas missivas tinham por objetivo pedir informações relativas à legislação em vigor nesses países de “*casas económicas para operários*”, “*higiene e urbanização das cidades*” e “*expropriações*”. Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta CUC 2008-75.

⁶⁴² A escolha para desenvolver os projetos das faculdades, nas diferentes frentes de obra, estavam referenciadas aos arquitetos do Atelier de Belém, com quem Cottinelli Telmo já tinha trabalhado. Cf. “Seguindo o fio de Ariadne II: o Atelier de Belém”, no presente capítulo.

⁶⁴³ De acordo com o texto manuscrito, intitulado “Cidade Universitária de Coimbra – determinações, desejos e ideias do Senhor Ministro das Obras Públicas e Comunicações. O que está a ser feito e o que está por fazer”, sem autor, sem data, 8 páginas (PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 103) – que pelo conteúdo e forma, se assume que o autor seja Cottinelli Telmo, conforme Rosmaninho apontava (2006, p. 77), dando conta do ponto de situação do processo de obras da CUC.

⁶⁴⁴ As obras da FLUC tinham início em 21/12/1945, terminavam em 14/09/1951 (Rosmaninho, 2006, p. 356) e as instalações eram inauguradas em 22/11/1951 (Rosmaninho, 2006, p. 327).

⁶⁴⁵ Rosmaninho referia que Alberto Pessoa assinara o projeto e trabalhos da FLUC, “*embora estritamente dirigidos por Cottinelli Telmo*” (Rosmaninho, 2006, p. 233).

⁶⁴⁶ Os desenhos do projeto da FLUC (plantas, cortes e alçados), constantes em PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Dossier 3, eram definidos como sendo pertencentes ao “*Processo nº 7*”, sempre com a referência “*visto e aprovado por Arquitecto-Chefe Cottinelli Telmo*” e devidamente rubricados, em espaço próprio, para o arquiteto (autor) e para o arquiteto-chefe (supervisor). Dos desenhos consultados encontravam-se: o desenho nº 2, referente a planta de localização, à escala 1:200, era assinado por Alberto

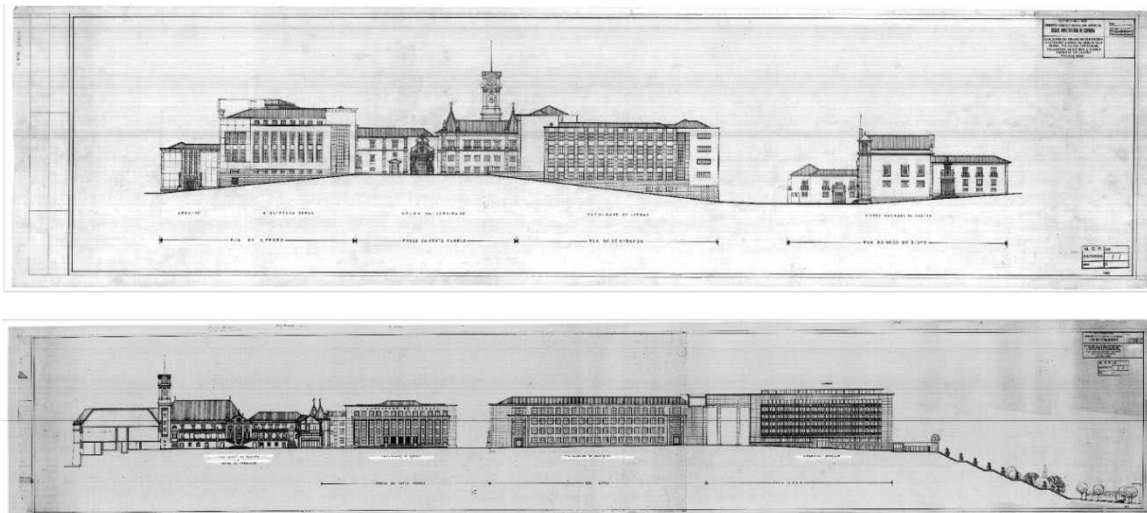


Fig. 41 – Conjunto da CUC, alçados desenhados por Cunha Fernandes, em 1966: em cima, corte por Rua de S. Pedro, Praça da Porta Férrea, Rua de Sá de Miranda (antiga Rua de S. João) e Rua do Arco do Bispo, mostrando o Arquivo da UC, a Biblioteca Geral, o Paço das Escolas, a FLUC e o Museu Nacional de Machado de Castro; em baixo, corte por Pátio das Escolas, Praça da Porta Férrea, Rua Larga, Praça de D. Dinis e Escadas Monumentais, mostrando o Paço das Escolas, a FLUC, a Faculdade de Medicina e o Hospital Escolar (não construído). Referência: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC⁶⁴⁷.

O programa, ao qual tinha que responder, era claro, havia sido preparado por professores e a imagem do edifício teria que se enquadrar na imagem cénica definida previamente para o conjunto⁶⁴⁸. Marco Daniel Duarte propunha uma leitura interpretativa na analogia entre o espaço físico e o espaço simbólico, assente no percurso ritual e simbólico, que qualquer pessoa teria que fazer, para adquirir o conhecimento e atingir a sapiência superior, exigia bastante esforço físico, começando pela subida das escadas monumentais e terminando no Paço das Escolas (M. D. Duarte, 2003). Para tal, o trabalho de cenografia urbana referenciava-se nos princípios da simetria, das perspetivas pronunciadas pela linha e ângulo retos, capazes de responder e aumentar a sensação da monumentalidade do espaço, que à medida que ia sendo construído, se apresentava limitado para o programa pensado⁶⁴⁹. Desse ponto de vista, o conjunto de edifícios da FLUC e da Biblioteca Geral constituíam-se indispensáveis no enquadramento cénico (Fig. 21), formando uma praça com carácter de antecâmara para dar acesso ao lugar da sapiência maior, o Paço das Escolas.

Tendo em conta a evolução dos trabalhos de destruição, terraplanagens e construção da CUC⁶⁵⁰, e ainda, o confronto de escalas entre o edifício da FLUC e o que ficou da Alta (AAEC, 1991), se entenderia que a

Pessoa e, era visto e aprovado por Cottinelli Telmo; os desenhos, do nº 3 ao nº 11, constituíam-se por plantas dos diferentes pisos e, eram assinados por Alberto Pessoa, vistos e aprovados por Cottinelli Telmo; o desenho nº 12, designado por “fachada”, referia-se ao alçado principal e era assinado por Cottinelli Telmo (uma versão diferente daquela que havia de ser construída); os desenhos nº 13, nº 14 e nº 15, referiam-se aos alçados lateral direito, lateral esquerdo e posterior, respetivamente, assinados por Alberto Pessoa, vistos e aprovados por Cottinelli Telmo; os desenhos seguintes referiam-se aos cortes e pormenores construtivos realizados, assinados por Alberto Pessoa, vistos e aprovados por Cottinelli Telmo; de ressaltar, ainda, os desenhos nº 44 (pormenor de peitoril e verga do r/c, da fachada principal, escala 1:1), nº 45 (pormenor de peitoril e verga do 1º andar, da fachada principal, escala 1:1) e nº 46 (pormenor de peitoril dos pisos 2º e 3º andares, da fachada principal, escala 1:1), assinados por Cottinelli Telmo. Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Dossier 3.

⁶⁴⁷ Cf. (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, pp. 96–97).

⁶⁴⁸ Cottinelli Telmo, para além de arquiteto, era realizador de cinema e compositor (J. P. Martins, 1995, 1998), sendo, por isso, compreensível que o impacto da imagem de conjunto tivesse uma grande importância para a composição volumétrica do espaço.

⁶⁴⁹ A propósito da cenografia da CUC, Nuno Rosmaninho (parafrazeando Paulino Montês) considerava que “a Cidade Universitária de Coimbra nasceu como um estudo de harmonias ou proporções arquitectónicas” (Rosmaninho, 1998, p. 74); já Sandra Vaz Costa classificava a CUC como uma “encenação cenográfica de uma Arquitectura-Monumento” (S. V. Costa, 1998b, p. 79).

⁶⁵⁰ No já citado texto manuscrito “Cidade Universitária de Coimbra – determinações, desejos e ideias do Senhor Ministro das Obras Públicas e Comunicações. O que está a ser feito e o que está por fazer” (PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 103) era dada a informação da evolução dos trabalhos, tendo em conta a mínima interferência possível com as atividades universitárias, designadamente, a vida escolar: “estamos começando a construir o novo Arquivo Geral da C. U. C. em local onde bastou fazer expropriações e demolições, obra que se fará sem que a vida escolar seja perturbada”.

volumetria erigida acarretasse incómodos pela rotura imposta pela sua monumentalidade⁶⁵¹ (Fig. 41 e 42). Mas tal não se verificara de imediato⁶⁵². Muitos acabaram por reclamar da arquitetura de “caixotes”⁶⁵³ ou das “obras pornográficas” da CUC⁶⁵⁴ e o próprio Conselho Superior das Obras Públicas reclamava por uma arquitetura mais “portuguesa”⁶⁵⁵. Cottinelli Telmo, por seu turno, refutava, uma vez que lhe parecia ser legítimo “que os novos edifícios tenham o sêlo da época, o que aliás se fêz sempre que se acrescentaram novas construções ou se remodelaram as existentes. O que se procura é a sobriedade, a dignidade, dadas com certo equilíbrio... orçamental. Bons materiais, como não pode deixar de ser, mas aplicados com aquela determinada pelo meio termo entre a excessiva riqueza e a pobreza remediada”⁶⁵⁶.



Fig. 42 – Vistas sobre a FLUC: Largo da Porta Férrea e entrada principal da FLUC; vista da Sé Nova sobre a Rua de Sá de Miranda, definida pela Faculdade de Medicina (à esquerda) e pela FLUC (à direita); vista da Sé Nova sobre a FLUC. Fotografia: Manuel Ribeiro, GCU, UC, 2009 e 2006⁶⁵⁷.

O programa da FLUC era vasto e muito extenso⁶⁵⁸, para lhe dar resposta e tendo em consideração a área de implantação disponível, o arquiteto Alberto Pessoa optava por uma organização espacial desenvolvida em torno de um pátio, segundo o modelo colegial conimbricense (R. P. Lobo, 2010), capaz de proporcionar a iluminação necessária para o seu interior e potenciando ao máximo a utilização do seu perímetro exterior. O edifício da FLUC desenvolvia-se num volume de sete pisos, cuja volumetria se adossava numa pronunciada diferença de cotas, entre o nível do Largo da Porta Férrea e o nível da Travessa da Rua do Norte. Por esse motivo, a entrada principal, ao nível do Largo da Porta Férrea, realiza-se ao nível do piso 4. Adicionalmente, o acesso ao edifício não era feito diretamente; entre o Largo da Porta Férrea e a entrada da FLUC, desenvolvia-se um espaço de receção, em *plateau*, pontuado com um grupo escultórico simbólico, como que guardiães do espaço do saber das Letras, concebidas por Barata Feyo e representando a

⁶⁵¹ Armando Carneiro da Silva, na sua nota preambular e síntese dos *Anais do Município de Coimbra*, referia que uma de duas coisas teria que acontecer à zona da Alta, caso não se tivessem feito as obras da CUC, “ou demolida como foi, ou totalmente saneada e reconstruída. A maioria das casas seriam hoje inadiváveis porque numerosas delas nem saneamento tinham” (A. C. da Silva, 1981, p. III), apesar das inúmeras críticas que a intervenção tenha tido a posteriori.

⁶⁵² Excetuando algumas vozes, como Eugénio de Castro, assim como, aqueles que fizeram as reclamações pelas expropriações realizadas (Rosmaninho, 2006). Em 04/11/1959, o *Diário de Coimbra*, na primeira página, referia que “*respira-se, na “Alta”, como que uma atmosfera de estagnação*” (PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 340). Sobre os processos de expropriação instituídos pela CAPOCUC, cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Correspondência expedida (1941-1942), ofícios 1 a 500; Correspondência expedida (1942), ofícios 501 a 1000.

⁶⁵³ Já em Maio de 1938, num artigo da revista *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação*, reclamava-se que a arquitetura moderna era feita de “*caixotes de Moscovo, de Munique, de toda a parte menos de Portugal*” (J. Martins & Colaço, 1938, p. 9).

⁶⁵⁴ Artigo de opinião sem identificação do autor, no jornal *A Voz*, de 19/04/1951, a propósito da inauguração do edifício da FLUC, que estaria para breve e, sobre a estatuária que se erguia em frente ao edifício. Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: CUC 2008-75.

⁶⁵⁵ Relatórios e pareceres da Direção de Educação, designadamente, o parecer de Raúl Lino datado de 1953 (Rosmaninho, 2006, pp. 375–376), fazendo crítica à relação urbana do plano da CUC com as disposições urbanas existentes – cuja implementação fizera “*o sacrifício do património artístico da Nação*” –, bem como, fazendo a crítica à estética e linguagem e, ainda, ao lugar da implantação do projeto, que deveria ter seguido os exemplos europeus e ser construído em *campo livre*, uma vez que a relação de escalas e volumetrias não respeitavam “*a escala delicada que predomina na Coimbra antiga e monumental (...) que, como se sabe, em Arquitectura representa grave erro fundamental*”.

⁶⁵⁶ Na página 4 do supra citado texto manuscrito “Cidade Universitária de Coimbra – determinações, desejos e ideias do Senhor Ministro das Obras Públicas e Comunicações. O que está a ser feito e o que está por fazer” (PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 103), salvaguardando, a nossa consideração sobre a autoria do documento.

⁶⁵⁷ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁶⁵⁸ Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 104.

Eloquência, a Filosofia, a História e a Poesia (S. V. Costa, 1998b, p. 80), que garantia a separação do espaço académico público e do espaço da atividade académica interior⁶⁵⁹.

Todavia, entende-se que o processo criativo deste projeto seria condicionado pelas contingências e condicionantes prévias: à conjugação entre a resposta ao programa dentro da sua área de implantação – problema comum a qualquer exercício de arquitetura – o arquiteto tinha que responder à imposição da imagem que o plano da CUC exigia (Fig. 43). Esta premissa de complexidade aliada à reduzida experiência profissional de Pessoa faz compreender que, de facto, seria necessário que determinados compromissos estéticos e linguísticos, assumidos para a imagem da CUC – sobretudo, aqueles que refletiam sobre o espaço público – fossem desenvolvidos pelo próprio arquiteto-chefe, Cottinelli Telmo, como aliás fazem prova os desenhos para tal equacionados (e já referidos).



Fig. 43 – Duas fases de construção da FLUC⁶⁶⁰.

AAC, a procura de uma linguagem: o modo urbano

A Associação Académica abandonava a Rua Larga, em 1949, para ser feita a demolição do Colégio de São Paulo, o edifício onde funcionavam os núcleos e secções académicas (AAEC, 1991; Boas, 2010), sendo transferida para o Colégio de Santa Rita ou Palácio dos Grilos⁶⁶¹, até ao dia da inauguração das instalações da AAC, em 1962 (Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, s.d.b).

Por falta de espaço para abarcar todo o programa da CUC⁶⁶², a CAPOCUC apresentava em 1954, as propostas A e B de expansão pela encosta nascente, do arquiteto Luís Cristino da Silva, para a construção das instalações académicas⁶⁶³. O espaço das instalações do Ninho dos Pequenitos e do Bairro Sousa Pinto até à Rua Alexandre Herculano seria demolido, para a execução do plano, pois, inicialmente, pensava-se que tal proposta seria suficiente para substituir os espaços desportivos do campo de Santa Cruz, caindo esta ideia em Dezembro de 1954. Esta proposta seria alvo de rejeição sumária, pelo ministro Arantes de Oliveira sem, contudo, deixar de ser criticada⁶⁶⁴. Portanto, o próprio ciclo ideológico-conceptual que havia sido

⁶⁵⁹ Semelhanças de projeto com a Escola de Arquitetura da CUM ou com a Reitoria ou a Faculdade de Direito da CUR.

⁶⁶⁰ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁶⁶¹ Também havia sido atribuído a Alberto Pessoa, o projeto de remodelação do Colégio de Santa Rita ou dos Grilos, para a instalação provisória das dependências e secções da AAC, cujas obras ficavam concluídas em 28/06/1949, sendo a mudança realizada durante o verão (Rosmaninho, 2006, p. 326).

⁶⁶² O Reitor e Presidente da CAPOCUC, Guilherme Braga da Cruz, a propósito da inauguração do Estádio Universitário, em fevereiro de 1962, referia que “na impossibilidade de localizar as instalações académicas dentro do acanhado espaço inicialmente destinado à Cidade Universitária de Coimbra, procurou a respetiva Comissão de Obras dar ao problema a solução que mais razoavelmente se impunha” (Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, s.d.b, p. 1).

⁶⁶³ Para uma leitura mais desenvolvida, sobre este tópico, consultar o artigo “Cidade Universitária de Coimbra, a *tabula rasa* como metodologia de projeto”, no presente capítulo.

⁶⁶⁴ Em ofício de 18/06/1954, para o director da CAPOCUC, classificado como “urgente”, o ministro das Obras Públicas, Eduardo Arantes de Oliveira rejeitava as propostas de Cristino da Silva, por parecer “utópico pensar em demolições maciças como as previstas, sobretudo depois que contamos com com solução que não oferece sérias dificuldades” e que, seria necessário que se concentrassem “definitivamente numa solução, sem desvios que nos causam perplexidade e que, no fim e ao cabo, se traduzem em perdas de tempo que não são de admitir nesta questão”. Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 364.

implementado, deste a origem da CAPOCUC, estava modificado: já não interessava evidenciar a hegemonia do Estado, através de uma monumentalidade construída, mas antes, resolver um problema, pesando para tal, o critério financeiro⁶⁶⁵.

Neste contexto, seria atribuído o projeto a Alberto José Pessoa e João Abel Manta, que tinham *atelier* em conjunto desde 1953 (Rosmaninho, 2006, p. 355). Os primeiros desenhos da AAC surgiam no verão de 1954, assinados por Pessoa, embora se revelassem sequenciais aos estudos de Cristino da Silva⁶⁶⁶, desenvolvendo o espaço destinado às atividades académicas na apropriação dos quarteirões adjacentes, solução que tocava “*as raias do absurdo*” (J. A. Bandeirinha, 1998, p. 84). Em 1955⁶⁶⁷, a dupla apresentava três propostas novas, juntamente com Norberto Correia (em algumas fases), uma solução que rompia com a continuidade formal de linguagem usada na FLUC e demais edifícios da CUC. No entanto, levantamos a possibilidade destas propostas só terem sido desenvolvidas, depois de descartadas as propostas de Cristino da Silva, uma vez que, o ofício de 18/06/1954, de Arantes de Oliveira para Sá e Mello (já citado), sugeria haver outra proposta para além daquela apresentada por Cristino da Silva, mais simples e de fácil execução: “*sobretudo depois que contamos com com solução que não oferece sérias dificuldades*”⁶⁶⁸.

O programa do novo conjunto edificado constituía-se por “*cantinas, ginásio, teatro, salas de ensaio e edifícios das secções*” (J. A. Bandeirinha, 1998, p. 83) e ficava limitado ao lote do Ninho dos Pequenininhos, definido pela encosta nascente da CUC, pela Rua de Oliveira Matos, Praça da República/Avenida Sá da Bandeira e Rua Padre António Vieira. Apostando num jogo de volumes na definição de edifícios direcionados e delineados para responder à variação programática, Pessoa desenvolvia uma nova linguagem para as instalações dos estudantes, à cota baixa, mais ligada à escala da cidade, que o arquiteto trabalhava noutros contextos⁶⁶⁹. Uma linguagem mais próxima do entendimento popular, de rápida perceção (Fig. 44), que definia um quarteirão de fronteira e, simultaneamente, de ligação entre a CUC e a cidade adjacente à sua encosta nascente. A organização espacial das instalações académicas – composta por três volumes independentes que definiam um espaço interior para onde estaria esquisado um anfiteatro ao ar livre e que, se transformaria nos Jardins da AAC – permitia uma maior permeabilidade entre o espaço exterior e o interior do conjunto, promovendo uma maior relação entre o espaço urbano e o estudantil. Um exercício que assumia as diferenças urbanas das várias frentes proporcionando um diálogo volumétrico, baseado na exigência funcional do programa estipulado pelos estudantes⁶⁷⁰.

Um exercício realizado no contraste dicotómico daquele que havia sido objeto de grande preocupação na resposta aos preceitos promovidos pelo regime e que, portanto, já não assumia a segregação dos públicos como fator determinante; o núcleo edificado dos estudantes constituía-se por um diálogo aberto à cidade e rompia, claramente, com a tradição que ficara instituída pelos primeiros tempos do Estado Novo. Um exercício que traduzia a perspetiva que Victor Palla assumia, num dos primeiros artigos de crítica à arquitetura designada como ‘tradicional’ e promovida pelo Estado Novo, em janeiro de 1949: “*felizes os que não sabem o que vão fazer! Procuram aprender as relações essenciais entre o meio que os formou e*

⁶⁶⁵ No mesmo ofício de 18/06/1954, Arantes de Oliveira associava à proposta “*demolições maciças*” e em consequência, “a ideia de exagerado dispêndio, complicações de expropriações e problemas de realojamento”. Ainda assim, e “*antes de uma condenação “in limine” do estudo*” pedia “*uma urgente informação sobre o número de habitações e custo aproximado, envolvidos no arranjo proposto*” (sublinhado existente, PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 364).

⁶⁶⁶ Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 364.

⁶⁶⁷ Este ano de 1955, não deixaria de ser uma referência para a vida profissional dos arquitetos Alberto Pessoa e João Abel Manta, uma vez que, juntamente com Hernâni Gandra, apresentavam o projeto do conjunto da Avenida Infante Santo, em Lisboa, introduziam “*de um modo radical, um novo entendimento de cidade e do modo de a produzir*” (Tostões, 1997b, p. 74).

⁶⁶⁸ Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 364.

⁶⁶⁹ Em 1956, Alberto Pessoa apresentava o *Plano de remodelação da Baixa de Coimbra – Aspecto da Avenida Fernão de Magalhães* inserido no contexto dos planos de urbanização da cidade, que foi aprovado (a nível superior) em 02/01/1959. Cf. (Rebello & Faria, 2006).

⁶⁷⁰ Cf. PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 364.

circunda, e a linguagem que têm ao seu dispor. Esta, por ser a única atitude legítima da arte, é a única tradicional. (...) Ser fiel à tradição de um Mansart não é fazer mansardas; é criar soluções que estejam para os dias de hoje como a dele para o século XVII. (...) A força é pouco subtil; não há tirano que não pretenda ser amado, e não há tirano que o consiga” (Palla, 1949, p. 5).



Fig. 44 – Painéis representativos da vida académica na cidade de Coimbra, de João Abel Manta, nos jardins da AAC. Fotografia: GCU, UC, 2006⁶⁷¹.

A resposta do traço para as instalações académicas poderia surpreender por não ter sido seguida a linha do projeto da FLUC, se não tivesse sido enquadrada por algumas circunstâncias e contingências que, para tal, terão contribuído. Em primeiro lugar pela condição profissional do arquiteto que, como Bandeirinha focava (1998), estaria com *atelier* próprio e, portanto, o arquiteto estaria mais independente a imposições e condicionalismos externos. Nesse sentido, as influências dos seus *mestres* passariam a assumir maior destaque, principalmente, de Francisco Keil do Amaral⁶⁷², que havia proposto *uma iniciativa necessária* (F. K. do Amaral, 1947) e com quem Pessoa tinha trabalhado (J. A. Bandeirinha, 1998, p. 83). Adicionalmente, pelo facto de terem surgido em Portugal, na década de 40, as primeiras traduções para português do texto da Carta de Atenas de 1933⁶⁷³. Finalmente, pelo ímpeto da arquitetura moderna que havia de ficar definitivamente instalado, a partir de 1948, quando os arquitetos portugueses se reuniram no 1º Congresso Nacional de Arquitetura⁶⁷⁴ (Congresso Nacional de Arquitectura & Tostões, 2008), para debater os

⁶⁷¹ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁶⁷² Sobre a importância do ICAT – Iniciativas Culturais Arte Técnica, dinamizado por Francisco Keil do Amaral, consultar (Tostões, 1997b, pp. 24–28).

⁶⁷³ As teorias de Le Corbusier eram divulgadas, em Portugal, por Nuno Teotónio Pereira, nas páginas da revista dos alunos do Instituto Superior Técnico, em maio de 1943, sob o título “Do mundo técnico – a Arquitectura e a Engenharia na construção” (N. T. Pereira, 1943a) – que era a tradução de trechos da obra de François de Pierrefeu e Le Corbusier, *La Maison des Hommes* (1942, Paris: Plon) – e em dezembro de 1943 e janeiro de 1944, sob o título “As necessidades colectivas e a Engenharia” (N. T. Pereira, 1943b, 1944) – que eram a primeira e segunda partes, respetivamente, da tradução do artigo de Le Corbusier, “Les besoins collectifs et le Génie Civil”, de 1935, para a *Encyclopédie Française* (vol. XVI, 68).

Antes da realização do 1º Congresso Nacional de Arquitetura (1º CNA) (maio-junho de 1948), saía a primeira parte da tradução da *Carta de Atenas*, bem como, dos “comentários com que o grupo C.I.A.M.-França o fez acompanhar” – portanto, com pronunciada influência de Le Corbusier (Scherer, 1993) –, realizada por Maria de Lourdes e Francisco de Castro Rodrigues, na revista *Arquitectura: Revista de Arte e Construção* (uma publicação do ICAT), tendo em conta que o texto tratava “das conclusões tiradas dessa análise e das medidas de ordem geral propostas para fazer face ao lamentável estado de coisas a que se chegou nos núcleos urbanos, em matéria de condições de vida” (CIAM-França, 1948a, p. 23). Pese embora já tivessem decorrido 15 anos sobre a elaboração do texto original, os tradutores consideravam que “a sua actualidade e o seu interesse aparecem cada vez maiores. “A Carta de Atenas”, como se diz numa recente publicação francesa de onde traduzimos o respetivo texto e os comentários com que o grupo C.I.A.M.-França o fez acompanhar – “abre todas as portas ao urbanismo dos tempos modernos”. É uma resposta ao presente caos das cidades. Nas mãos das autoridades, pormenorizada, comentada, esclarecida suficientemente, é o instrumento com o qual o destino das cidades será refundido” (CIAM-França, 1948a, p. 23). Do nº 20 ao nº 32 da revista, seria apresentada a tradução completa da versão dos CIAM-França de 1941, do texto da Carta de Atenas de 1933 (CIAM-França, 1948a, 1948b, 1948c, 1948d, 1948e, 1948f, 1948g, 1949a, 1949b, 1949c, 1949d, 1949e). No número duplo 23-24 da revista *Arquitectura* correspondente à realização do 1º CNA (maio/junho), era feita uma nota introdutória à tradução, que esclarecia a oportunidade da tradução – “quem teve a oportunidade de assistir ao 1º Congresso Nacional de Arquitectura, teve também ocasião de verificar não só a importância da publicação do grupo Francês C.I.A.M., mas também a maneira como tal importância foi reconhecida pelos Arquitectos portugueses, sobretudo aqueles para quem a Arquitectura é qualquer coisa mais do que – como a expressão de Vitruvius – uma questão de Arte... Durante as últimas sessões deste notável congresso, as conclusões apresentadas e unanimemente aprovadas, atestaram bem o excepcional valor desta obra e mostraram igualmente a oportunidade da sua divulgação” (CIAM-França, 1948d, p. 39).

⁶⁷⁴ O 1º Congresso Nacional de Arquitetura, realizado entre 28 de maio e 4 de junho de 1948, estava incluído nas comemorações dos quinze anos de obras públicas, que pretendia assinalar a produção e atividade do Estado Novo, na demanda da modernização do país, entre 1932 e 1947 (MOP & Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1947, 1948), precisamente, num período em que o Ministério das Obras Públicas e Comunicações se dividia em dois. O encontro dos arquitetos constituía-se como um “*cavalo de troia*”, como Nuno Portas referia (1978, p. 733), uma vez que, ficava demarcado das comemorações oficiais, precisamente, pelo momento de

problemas da arquitetura em Portugal e, no qual, Alberto Pessoa havia participado⁶⁷⁵, abrindo portas a uma arquitetura mais democratizada, entendida como direito do cidadão e como resposta aos muitos problemas sociais vividos, sobretudo, ao nível da habitação.

O âmbito cultural dos próprios arquitetos portugueses conhecia, durante a década de 40, um período propício à transformação, sob influência dos testemunhos e ideias dos arquitetos do Movimento Moderno internacional. Artigos de publicações estrangeiras começavam a ser incorporados e traduzidos para português e a revista *Arquitectura* desempenhava um papel fundamental nessa distribuição das imagens e das ideias. Nesse contexto, no número 30, de abril/maio de 1949, a revista *Arquitectura* publicava lado a lado, o texto da versão dos CIAM-França, de 1941, da Carta de Atenas de 1933 (CIAM-França, 1949c) e um texto de Walter Gropius, que discutia a *ideia de monumentalidade*, onde o arquiteto germânico expressava acreditar “*que o equivalente da expressão monumental se está desenvolvendo no sentido de criar uma nova estrutura física para uma forma mais elevada de vida cívica, estrutura caracterizada por flexibilidade para crescimento e evolução contínuas*” (Gropius, 1949). Estas premissas de Gropius podem ser entendidas na transição entre os desenhos da FLUC e os desenhos da AAC de Alberto Pessoa, para quem passava a interessar, no segundo caso, atribuir “*uma qualidade inerente (e dignificada) ao nosso ambiente físico como um todo*” (Gropius, 1949).

As instalações da AAC desenvolver-se-iam, neste sentido, em articulação com o espaço público e com a frente urbana adjacente, pelo “*prazer de um exercício quase catártico de liberdade projectual, permitindo quer pelo afastamento físico e topográfico do contexto da Alta, quer pelas estimulantes incumbências do programa e dos seus destinatários directos, os estudantes*” (J. A. Bandeirinha, 1997, p. 235). Deste modo, este exercício baseava-se nos princípios do Movimento Moderno, onde o exercício do projeto se constituía com a opção de um rompimento com a linguagem estipulada para a definição formal da CUC e, em simultâneo, como um aproximar à realidade urbana do seu contexto (Fig. 45).

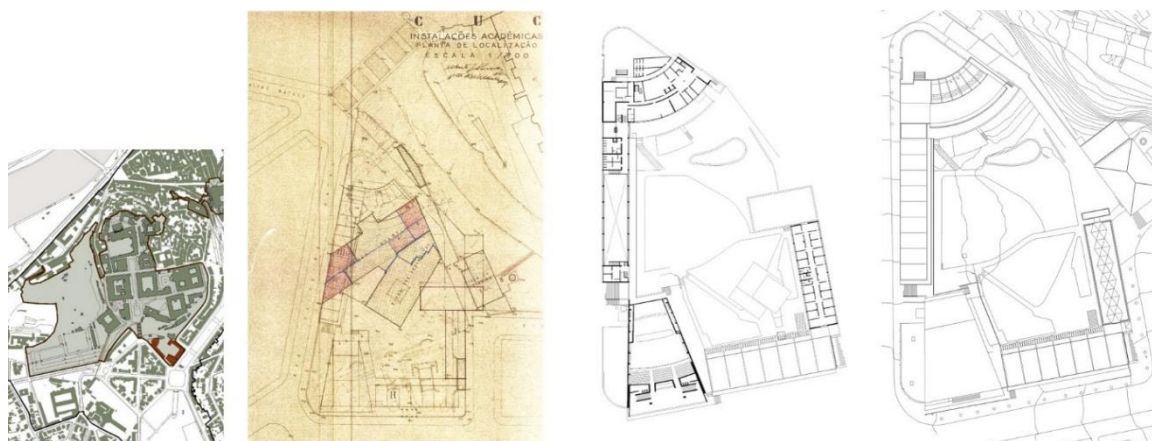


Fig. 45 – AAC e a sua evolução, localizada no contexto da área candidata a PM, na Alta: projeto de Alberto Pessoa e de João Abel Manta para as instalações académicas, com desenho sobreposto com o Ninho dos Pequenitos; levantamento do existente, em 2005, por Gonçalo Byrne; proposta de intervenção de Gonçalo Byrne. Referências: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC: Pasta 326; Gonçalo Byrne, GCU, UC⁶⁷⁶.

debate crítico ao regime – tendo Cottinelli Telmo como presidente da Comissão Executiva –, em que “*no final da década de 40, (...) a afirmação da arquitectura moderna transformava-se em problema político. Passava pela resolução do problema da habitação e estendia-se ao desenho da cidade, ao ordenamento do território*” (Tostões, 2008b, p. 11).

⁶⁷⁵ Havia sido atribuído o número 107 à inscrição de Alberto Pessoa no 1º Congresso Nacional de Arquitectura (Congresso Nacional de Arquitectura & Tostões, 2008, p. XIX).

⁶⁷⁶ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

Considerações finais: um “exercício dual”⁶⁷⁷ Património Mundial

O *exercício dual* do arquiteto Alberto Pessoa permitia rememorar mais um *layer* de leitura (possível) na área urbana da Alta de Coimbra, inscrita como Património Mundial da UNESCO, à qual foi atribuído um Valor Universal Excepcional baseado nos critérios ii, iv e vi⁶⁷⁸, em 22 de junho de 2013. Os projetos da FLUC e da AAC, desenvolvidos sob o traço do arquiteto, constituem-se em dois casos que permitem compreender a evolução do processo criativo em contexto de poder, que durante os anos 40 e 50 do século XX, se verificaram em Portugal, durante a atuação do Estado Novo e, em paralelo, as influências a que os arquitetos podiam estar sujeitos.

A aproximação projetual a cada um dos dois programas, aqui em contraste, podia ser enquadrada nas respostas permitidas pelas circunstâncias e contingências, quer político-sociais, quer profissionais (dentro de um contexto individual do arquiteto e da sua equipa⁶⁷⁹). O contexto político era muito claro: se numa primeira fase dos primeiros exercícios do modernismo, nos finais da década de 20 e princípios da década de 30, do século XX, “o regime manteve uma atitude de indiferença perante a criação arquitectónica, não interferindo com o trabalho dos arquitectos” (N. T. Pereira, 1997, p. 33); a partir do momento em que Salazar chamava a si, toda e qualquer decisão política sobre as realizações da vida do regime, considerando os seus ministros como técnicos que deveriam responder às suas determinações políticas (Ferro, 2007, p. 27), entendia-se o paralelismo das propostas desenvolvidas, tanto no âmbito de ação de Duarte Pacheco, como no de António Ferro⁶⁸⁰. Desse ponto de vista, a experiência das exposições nacionais e internacionais conhecia, nas comemorações dos centenários em 1940, o auge desta fase pujante do Estado Novo, que havia encontrado na arquitetura uma forma de expressão dentro de uma lógica de propaganda⁶⁸¹. O trabalho de arquitetura disponível enquadrava-se dentro dessa lógica, marcadamente, de poder. Por um lado, a imposição de uma linguagem arquitetónica, que se especializava pela cenografia urbana à escala monumental com adjetivos classicizantes, era uma ação instituída e desenvolvida desde o início do regime de Salazar⁶⁸². Por outro lado, a rotura formal com essa linguagem de imposição passava a ser bandeira política dos arquitetos que atuaram no 1º CNA, em 1948, defendendo uma maior abertura e liberdade dos processos criativos dos profissionais, baseados nos pressupostos da arquitetura moderna internacional.

Adicionalmente, este *exercício dual*, em contraste, permitia recalcular o próprio conceito de património, uma vez que, a sua abordagem refletia o carácter evolutivo do desenho de arquitetura que, entre a transição da década de 40 para a de 50, alterava os protocolos físicos e culturais da universidade e promovia o desenvolvimento urbano da cidade de Coimbra, criando frente urbana e estabelecendo relação direta com o espaço público. Pese embora algumas das fraturas impostas, pela ação do Estado Novo, ainda não estejam totalmente esbatidas e/ou cicatrizadas, este período da história do país permanece disponível para novos estudos. A sua marca reconstruía uma área fundamental da universidade e, nesse sentido, evidenciava a evolução do bem UC-AS, ao nível arquitetónico, ao nível construtivo e ao nível mental e cultural. A universidade, enquanto lugar de encontro de gerações, também, se constituía no lugar de desenvolvimento

⁶⁷⁷ Cf. (J. A. Bandeirinha, 1998, p. 83).

⁶⁷⁸ Para uma leitura mais aprofundada sobre esta perspetiva, consultar o artigo intitulado “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos”, no capítulo 3, da parte II, da presente tese.

⁶⁷⁹ Em 1955, Alberto José Pessoa apresentava o projeto do conjunto residencial da Avenida Infante Santo, em Lisboa, juntamente com João Abel Manta e Hernâni Gandra; em 1947, já tinha apresentado um primeiro esboço do plano que viria a ser implementado pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1950 (Becker et al., 1997, pp. 228–229). Entre 1959 e 1969, estaria a desenvolver o projeto da Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian, na Avenida de Berna, em Lisboa, juntamente com Pedro Cid e Ruy Jervis d’Athouguia (Becker et al., 1997, pp. 242–243).

⁶⁸⁰ Sobre este tópico, conferir o artigo “Seguindo o fio de Ariadne II: o Atelier de Belém”, no presente capítulo.

⁶⁸¹ Para uma leitura mais aprofundada sobre este tópico, consultar o artigo “Seguindo o fio de Ariadne I: a Cidade Universitária de Coimbra como património glocal”, no presente capítulo.

⁶⁸² Sobretudo com António Ferro, ministro da Propaganda e com Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas e Comunicações.

de políticas públicas⁶⁸³ e, desta forma, fazia parte da justificação para a inscrição da UC-AS na Lista do Património Mundial. Sob este prisma, a construção da CUC, para além de ter sido um símbolo de poder nacional e ultramarino de Portugal e um objetivo político na preparação e formação da futura elite de dirigentes do país – que sob tal propósito, usou a arquitetura como instrumento de imposição à cidade existente –, não deixava de ser, contudo, um exemplo da evolução concetual e teórica do campo disciplinar da arquitetura, durante os anos 40 e 50 do século XX, em Portugal.

Se era verdade que, a pujança dos programas de arquitetura promovidos pelo regime permitiram muito trabalho aos arquitetos e artistas portugueses, também seria verdade que a procura por uma linguagem própria – ou pelo menos, a procura de uma linguagem com a qual se identificavam, teórica e formalmente, onde a arquitetura se entendia como ação social ao serviço dos cidadãos –, estava na base do descontentamento geral dos arquitetos portugueses, ao longo dos anos 40, resultando no Congresso de 1948. ‘Ser arquiteto em Portugal’ era o tema de fundo do debate interno da classe, que durante a década de 50 do século XX, permitia refletir sobre a condição e a profissão do arquiteto. Neste contexto de transição cultural, propício à rotura com as linguagens do passado, emergia a dualidade criativa na evolução do processo de projeto de Alberto Pessoa. As circunstâncias e opções de projeto que, em 1944, eram definidos para dar início ao delineamento a FLUC, não eram iguais àquelas que, em 1954-1955, contextualizavam o início do projeto da AAC. Todavia, os dois exemplos de arquitetura qualificada, da FLUC e da AAC, constituíam-se como testemunho deste período histórico da Universidade e da Cidade Universitária de Coimbra e, por esse facto, constituíam-se património físico, histórico-cultural e mental da cidade e do país. Para finalizar, este trabalho pretendia evidenciar, não só a evolução teórico-prática da intervenção arquitetónica, que se tornava essencial na configuração e composição de um determinado lugar, mas também, chamar a atenção para as contingências e condicionantes de projeto, que podem vir a influenciar o lugar de hoje, que será o património de amanhã. Assumir a realidade do património existente, implica que nos conheçamos enquanto comunidade que defende e partilha valores que se tornam essenciais para a construção de um projeto comum de futuro, esperando que o nosso *habitat natural*, a cidade, seja melhor amanhã do que aquela que temos hoje.

⁶⁸³ Para além de “*um controlo exercido nos domínios administrativo, científico e pedagógico, o Estado Novo pôs em marcha um outro tipo de domínio, conquanto igualmente eficaz, através da reconfiguração dos espaços onde a aprendizagem se desenrolava*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012h, pp. 138–139).

Estratégia

*A forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade;
e existem muitos tempos na forma da cidade.*
Aldo Rossi, 1966⁶⁸⁴

⁶⁸⁴ Cf. (Rossi, 2001, p. 80).

Capítulo 5: Gestão do Património

5.1 Crónica de uma morte anunciada. Ou quando um Monumento Nacional perde o seu *status*⁶⁸⁵

Resumo

O principal desígnio de qualquer candidatura patrimonial caracteriza-se por garantir uma classificação para um bem, capaz de garantir a transmissão dos valores que lhe estão associados. Por princípio, esses valores constituem-se como elementos importantes para a construção de uma identidade comum de um grupo e presume-se que deverão ser importantes para as suas gerações futuras.

No entanto, a transmissão desses legados depende do que se quer e como se quer transmitir e proteger, o que pressupõe uma seleção prévia e, por conseguinte, uma política. Nesse sentido, ocorre a necessidade de regular qualquer iniciativa que vise atribuir uma classificação a um bem e que esta possa ser enquadrada pela reflexão coletiva sobre o seu significado. Deste modo, uma classificação patrimonial constitui-se como um instrumento jurídico capaz de garantir essa regulamentação, tendo sempre como premissa fundamental a tentativa de proteção e salvaguarda de um bem que se entendia representativo de um valor a transmitir para futuro considerado ‘património’. Todavia, um título classificativo poderá não ser suficiente para assegurar o devido reconhecimento do bem, o devido entendimento ou até o devido valor por aqueles que o gerem e o usam.

Este artigo tem como propósito estudar a qualidade da decisão que aprovou a desclassificação da Igreja de São Domingos em Coimbra. A “*Igreja de São Domingos (capella-mor) inacabada*”, à semelhança de muitos edifícios considerados notáveis em Coimbra, foi classificada como Monumento Nacional (MN) em 1910, pelo Decreto de 16/06/1910, publicado em 23/06/1910. Deste património só a sua fachada nascente foi considerada para fazer parte da delimitação do bem inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, a Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, em 22 de Junho de 2013. Tal facto demonstra a alteração na leitura e na avaliação que se foi produzindo sobre o interesse e o valor do bem: 104 anos depois da classificação MN, foi aceite pela tutela (Secretaria de Estado da Cultura), uma proposta da Direção Regional de Cultura do Centro, para a sua desclassificação.

Interessa perceber em que circunstâncias um MN deixa de ser considerado e entendido como tal. Para alcançar o propósito definido, este estudo pretende analisar as *crónicas* do processo técnico e do processo

⁶⁸⁵ Este texto tem por base a tradução (revista e acrescentada) do artigo publicado em 2015, no número 6 da revista *Joelho – Revista de Cultura Arquitectónica: A questão do património*, uma publicação do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, com sistema de arbitragem científica, intitulado “Chronicle of a death foretold. Or when a National Monument fails its status” (Capela de Campos & Murinho, 2015).

histórico, confrontando-as com alguns textos pertinentes que têm contribuindo para a evolução dos conceitos e das boas práticas do património até à atualidade. Recorrendo à analogia da estrutura da obra de Gabriel Garcia Márquez, *Crónica de uma morte anunciada*, de 1982, que se confronta com a morte premeditada e anunciada da personagem principal, também este estudo se iniciou com um ato final: a desclassificação da *Igreja de São Domingos (capela-mor) inacabada*, na Rua da Sofia, em Coimbra. Pese embora não se pretender julgar as opções tomadas que foram justificadas tecnicamente e aceites pelo nível de responsabilidade política mais elevada, pretende-se, todavia, estudar este processo de modo a contribuir para que os agentes implicados nos processos patrimoniais estejam melhor preparados para lidar e enfrentar situações similares no futuro. O património constitui-se como um recurso que deve ser potenciado, mas é a comunidade, que neste caso é a mundial, que pode perder o estatuto do valor atribuído pela *morte anunciada* já há muito.

Assim, entende-se que quer as entidades responsáveis quer a própria comunidade devem estar mais vigilantes, pois cabe a todos a responsabilidade da transmissão do valor que foi importante para a criação da nossa identidade cultural no passado, que continua a ser no presente e que se presume, que será importante no futuro.

Palavras-chave: Monumento Nacional, património, classificação, Igreja de S. Domingos de Coimbra, políticas patrimoniais.

Nota introdutória

Muitos detalhes permanecem incógnitos ou pouco claros, quando se fala do projeto da Igreja de São Domingos, na Rua da Sofia, em Coimbra. Através do estudo de referências deste período da história da Universidade e da cidade de Coimbra, que se cruza com a história mais dilatada de Portugal, da Península Ibérica e da Europa, procede-se à *crónica* de várias pistas e linhas de leitura que podem contribuir para esclarecer ou até revelar alguns desses detalhes. Deste modo, este artigo pretende, adicionalmente ao definido no resumo, contribuir para o esclarecimento da historiografia deste caso, subjacente à construção do edifício da Igreja do Convento de São Domingos e seus posteriores acontecimentos, através de uma anatomia possível do seu próprio processo.

Sob forma de síntese descritiva, apresentam-se as principais ocorrências suscetíveis de constituírem pertinência para o caso e para responder aos propósitos estipulados. O método seguido para o resultado apresentado não difere da composição de um quebra-cabeças, onde por vezes, algumas peças parecem nem sequer fazer parte do conjunto. Ao longo desta investigação, que surgiu a partir da *morte anunciada* deste Monumento Nacional, identificou-se a sua pertinência pela leitura das correlações estabelecidas entre os acontecimentos e as suas consequências como as marcas que foram sendo materializadas no edifício ao longo do tempo. Todavia, esta *crónica* constitui-se como um caso de estudo, cujo relato apresenta aquilo que pode acontecer e o que pode ser considerado no âmbito da gestão do património.

Dos dados disponíveis

Isidoro de Almeida foi o arquiteto a quem o duque de Aveiro, D. João de Lencastre⁶⁸⁶ (1501-1571), encomendou o projeto para a construção da capela-mor da Igreja do Convento de São Domingos, na Rua de

⁶⁸⁶ O 1º duque de Aveiro (título criado por D. João III em 1547, por não ser renovado o título ao Ducado de Coimbra) e 1º marquês de Torres Novas, D. João de Lencastre era filho de D. Jorge de Lencastre (1481-1550), 2º duque de Coimbra e mestre da Ordem de Santiago e de Avis, que era o filho bastardo de D. João II (1455-1495). D. Jorge havia tido pretensões à coroa depois da morte de seu pai que se viram goradas pelo juramento de D. Manuel pelas Cortes de Montemor-o-Novo. De acordo com Rafael Moreira, D. Jorge para além de herdar a admiração de seu pai pela Florença dos Medici “*como um paradigma de sociedade ideal*” (R. Moreira, 2007, p.

Santa Sofia em Coimbra, com implantação distinta da implantação medieval do cenóbio dominicano⁶⁸⁷ – sobre estes factos, não permanecem dúvidas⁶⁸⁸. As informações sobre o autor do projeto, em termos do seu exercício de arquitetura são escassos, não se percebendo muito bem qual a dimensão da sua prática e em que contexto este autor aparece ligado à Ordem dos dominicanos em Coimbra. Todavia, eram conhecidas as suas ligações ao duque de Aveiro e certamente, enquanto mecenas distinto da Igreja, poderá ser este – senão o principal motivo de escolha –, um dos que mais poderá ter pesado na encomenda.

Dos dados disponíveis e conhecidos sobre estes factos, há uma fonte fundamental: Prudêncio Quintino Garcia, com a sua obra *Documentos para as biografias dos Artistas de Coimbra*, publicada em 1923 em Coimbra. Como nos informava Vergílio Correia, o trabalho do cónego e deão da Sé de Coimbra precedia as investigações e os caminhos trilhados por Sousa Viterbo, tendo recolhido pela “*leitura das velhas escrituras numerosos nomes de artistas dos séculos XV e XVI, entre os quais se encontravam os desses misteriosos estrangeiros a Coimbra vindos a insuflar, ou executar os novos modelos que o Renascimento italiano atirara para a Europa*” (V. Correia, 1923, p. VIII), em documentos dos “*cartórios do Cabido, dos Conventos, da Mitra e da Universidade*” (V. Correia, 1923, p. VIII).

Prudêncio Quintino Garcia apresentava na sua obra, o Documento n.º 210, de 07/11/1567, intitulado “*Isidoro d’Almeida – Traça da Capella-mór da igreja de S. Domingos*” (Garcia, 1923, pp. 305–310) referente à “*Escritura de contracto que fez o Convento de S. Domingos de Coimbra em 7 de Novembro de 1567 annos com o Duque daveyro para lhe o convento dar a Capella Mor para Iazigo de seuz antesesores como para elle e seuz susesores*” (Garcia, 1923, p. 305).

Sobre as datas de realização de tal encomenda, tendo em conta a data do contrato, Nogueira Gonçalves considerava que este havia sido celebrado tardiamente⁶⁸⁹, tendo o trabalho iniciado efetivamente alguns anos antes (A. N. Gonçalves, 1982), sendo que “*a igreja (única parte existente e a única a interessar ao Inventário) começou-se a edificar anos antes de 1560*” (V. Correia & Gonçalves, 1947, p. 86). Alguns autores apontam que o trabalho de Isidoro de Almeida sobre o projeto⁶⁹⁰ terá sido iniciado por volta de 1555 (R. Moreira, 2007, p. 177); para outros, terá sido iniciado a partir de 1560 (Craveiro, 2002; Pedreirinho, 1994, p. 44; L. C. e Sousa, 2013, p. 374).

Dos dados disponíveis verifica-se que a realização do projeto da capela-mor da igreja atribuído a Isidoro de Almeida, podia ser balizada entre 1547 – data em que o Ducado de Aveiro era criado por D. João III – e 1567 – data da celebração da escritura do contrato entre o duque de Aveiro e frei Martinho de Ledesma, procurador e representante do Convento de São Domingos, para o efeito (Garcia, 1923, p. 305). No entanto,

141), era também defensor das conceções humanistas, desencadeando, por rivalidade dinástica, reação “*do estilo manuelino, como «resposta» da ideologia cortesã de D. Manuel e seus artistas (...) em polémica anti-renascentista antes mesmo dele brotar*” (R. Moreira, 2007, p. 142).

⁶⁸⁷ Sobre o convento ‘velho’ de S. Domingos, Maria Helena da Cruz Coelho e João José da Cunha Matos informavam que seria a infanta D. Branca, filha de D. Sancho I, a patrona da construção do edifício medieval, pese embora, haver indicações de que teria sido sua irmã D. Teresa a ceder o terreno no lugar de Figueira Velha, adjacente ao Mondego, para a implantação do cenóbio dominicano. Todavia, os autores também sublinhavam que, à parte de um documento datado de fevereiro de 1242, citado por frei Luís de Sousa, na sua obra sobre a história de S. Domingos, não há registos nem documentos coevos conhecidos, que confirmem “*estes primórdios da história do convento*” (Coelho & Matos, 1986, p. 44).

⁶⁸⁸ Cf. (Borges, 1981, p. 39; A. N. Gonçalves, 1982; R. Moreira, 2007, p. 177; Pedreirinho, 1994, p. 44; L. C. e Sousa, 2013, p. 374).

⁶⁸⁹ O texto da escritura do contrato refere que “*e porque da dita capella mor ainda athe o perzente nam era feito contracto por Escripura Publica amtre o dicto senhor Duque e o Prior e Padres do dito Mosteiro (...), Elle Senhor Duque e o dito Padre Frey Martinho em nome e como Procurador que asim he do dito Mosteiro e convento de Sam Domingos pelo asim sentir por bem e porveito delle com inteiro conhecimento da cauza por bem de muntos tratados que persederão ligitimamente com munta delibração e comçelho se comsertarão sobre o que dito he e conforme ao que já dantes foy tratado e asentado em cabido com o Prior e Padres do dito Mosteiro com as clauzallas e comdiçoims seguintes*” (Garcia, 1923, pp. 306–307).

⁶⁹⁰ “*E o Prior e Padres do dito Mosteiro e convento seram obrigados a mandar acabar a dita capella mor com sua abobeda de pedraria munto bem labrada conforma Trassa que Izidoro dalmeyda pera isso fes por mandado de sua Senhoria*” (Garcia, 1923, p. 308).

e porque o objetivo do referido contrato era destinar a capela-mor a jazigo familiar dos Lencastre⁶⁹¹, não devia ser descurado a ano da morte do 2º conde de Coimbra (pai de D. João de Lencastre, 1º duque de Aveiro) em 1550, que havia sido sepultado no Convento de Palmela da Ordem de Santiago, da qual era o 2º mestre (Garcia, 1923, p. 306); além deste facto, um outro pesará sobre este ano de 1550, com o alegado regresso de Isidoro de Almeida a Portugal, depois da campanha militar realizada em Itália (L. C. e Sousa, 2013, p. 369). Deste modo, o período da realização do projeto era reduzido para o período entre os anos 1550 e 1567, uma vez que, não será desprovido equacionar que, só a partir da conjugação destes dois acontecimentos, existiam as condições necessárias para se pensar, efetivamente, no mecenato para a construção do desejado jazigo familiar, com as condições expressas na escritura do contrato referido.

Em contrapartida, a escritura do contrato em causa refere que, à data da celebração da mesma, “*haverá seis anoz pouco mais o menoz que comesandosse a Edeficar na dita cidade de Coimbra o Mosteiro de Sam Domingos por o dito Senhor Duque ter vontade de nelle se trasladarem os ossos do Munto Elustre e Exselente príncipe o Senhor Dom Jorze Filho do dito Senhor Rey Dom João o segundo mestre de Sam Thiago e davis Duque de Coimbra seu Senhor e Pay que Deoz tem*” (Garcia, 1923, p. 306). Além disso, a escritura ainda refere que “*o dito Senhor Duque tratara com o Prior e padres do dito Mosteiro que houvessem por bem de lhe dar pera isso a capella mor do dito Mosteiro e que para ajuda do Edefisio della daria de coatro athe cinco mil cruzados*” (Garcia, 1923, p. 306). Deste modo, entende-se que a escritura do contrato se refere ao início da edificação da capela-mor da Igreja do Convento de São Domingos, no ano de 1561, sendo plausível e aceitável, portanto, que o projeto da capela-mor tenha sido realizado a partir de 1560.

Todavia, a Ordem dominicana havia dado início à construção do convento e das outras dependências alguns anos antes. Em 16 de outubro de 1539, durante o terceiro ano escolar da Universidade em Coimbra depois da reforma joanina de 1537, os dominicanos de Santa Maria Vitória da Batalha mudavam-se para Coimbra por ordem régia⁶⁹², para o “*edifício do convento de S. Domingos, sito à Figueira-velha, na margem direita do rio, um pouco a jusante do local onde hoje assenta a estação do Caminho-de-ferro*” (Vasconcelos, 1938, p. 37) e segundo uma perpendicular “*entre a avenida da Madalena (tracto de rua, hoje englobado na designação de Fernão de Magalhães) e a corrente fluvial*”⁶⁹³ (A. N. Gonçalves, 1963a, p. 1).

⁶⁹¹ De acordo com a escritura pública do contrato, o 1º duque de Aveiro tinha intenção de trasladar as ossadas de seu pai do Convento da Ordem de Santiago de Palmela, bem como as de sua mãe, dona Brites de Vilhena, do Mosteiro de São João em Setúbal, para a capela-mor da Igreja de São Domingos de Coimbra e, adicionalmente, fazer do espaço o jazigo familiar que recolheria os seus próprios restos mortais, bem como os de sua mulher, filhos, herdeiros e sucessores da sua família, que era descendente do rei D. João II (Garcia, 1923, p. 306). Por ser patrocinado pelo duque, este e herdeiros poderiam dispor do espaço “*da maneira que lhe bem pareser e approuer libremente*” (Garcia, 1923, p. 307), sendo proibida a possibilidade de sepultura de terceiros “*com declaração que nunca em tempo algum outro príncipe nem Senhor de qualquer qualidade que seia nem Fidalgo nem outra Pessoa alguma se posa sepultar na dita capella dentro nem fóra della nem em todo o cruseiro da Igreja do dito Mosteiro das grades pera dentro sem lisença do dito Senhor Duque ou de seus susesores e herdeiros de sua casa e Morgado nem os Padres do dito Mosteiro possam emterrar pessoa alguma de qualquer coalidade que seia nem ocupar a dita capella mor nem o dito cruseiro com sepultura nem outra cousa alguma*” (Garcia, 1923, p. 308). Para que dúvidas não restassem, “*na dita capella mor o dito Senhor Duque e seus herdeiros e susesores sendo disto servidos possam mandar poer o Escudo das suas Armas sobre o Arco Príncipe da dita capella ou em qualquer outra parte della dentro do dito Mosteiro como já estão postas da banda de fóra delle*” (Garcia, 1923, pp. 307–308).

⁶⁹² Manuel Lopes de Almeida considerava que esta data era o “*início do primeiro colégio universitário titular de S. Tomás de Aquino*” (M. H. da C. Almeida, 1979, p. 20), uma vez que seria para este colégio a construir na Rua da Sofia, que se mudariam os alunos universitários, leigos, clérigos e lentes que frequentavam os estudos da Ordem de São Domingos. Teria sido em 1517, que D. Manuel instalava em Lisboa um estudo de Filosofia e Teologia, no Colégio de São Tomás de Aquino adjacente ao Convento de S. Domingos, para vinte religiosos (catorze dominicanos e seis jeronimitas), sendo que o reitor deveria ser afeto à Ordem titular, ou seja, à Ordem Dominicana. Em 1538, D. João III transfere os colegiais dominicanos de Lisboa para o convento da Batalha e em 1539, da Batalha para o Colégio de Coimbra, no âmbito da reforma da universidade.

⁶⁹³ Nogueira Gonçalves ainda informava que a zona do convento, no século XIX, se denominava ‘chão da torre’, sítio onde estaria localizada a torre e o sino “*de que Frei Luís de Sousa contava maravilhas*” (A. N. Gonçalves, 1963a, p. 1). Recentemente, durante as escavações para a construção de *Edifício de Habitação, Comércio e Parqueamento no nº 221 da Av. Fernão de Magalhães* (a poente desta rua e a sul do antigo edifício dos CTT) era confirmada a existência de vestígios do Convento Velho de S. Domingos, tendo o Instituto de Gestão do Património Arqueológico e Arqueológico (Igespar), em 2009, tornado público a autorização para o seu desmantelamento sem preservação do local devido às condições de contexto, designadamente os nove metros de profundidade, muito abaixo do nível freático do Mondego, a que os vestígios se encontravam (S. Almeida, Silva, Dias, & Perpétuo, 2012).

Pelo que se sabe, o primitivo convento de São Domingos (masculino e pertencia à Ordem dos Pregadores) já tinha vida conventual em 1227. No entanto, a sua implantação era muito próxima do Rio Mondego e a cota, provavelmente, não muito alta em relação ao nível freático fluvial. Todavia, dados os recorrentes assoreamento do rio com os subsequentes aumentos do seu leito, muito rapidamente, os terrenos adjacentes – muito férteis – se tornavam alagadiços, ficando em períodos mais invernosos transformado em ilha (Borges, 1980a). Por estes factos, o convento não reunia as condições ideais, sofrendo com as constantes cheias do Mondego⁶⁹⁴ que resultavam em adversidades, perturbações e prejuízos na vida diária interna das comunidades religiosas da cidade localizadas à beira-rio⁶⁹⁵. Pese embora estas circunstâncias de adversidade, havia relutância e hesitação entre os frades dominicanos para abandonarem as instalações do convento, procedendo pela preferência de reparações⁶⁹⁶.

Não obstante, de acordo com frei Luís de Sousa, a partir de 1540⁶⁹⁷ essa mudança tornava-se inevitável (F. L. de Sousa, 1866, p. 319). Em 1543, D. João III ordenava a aquisição de terrenos no Arnado para a construção das novas instalações do Convento de São Domingos⁶⁹⁸ e para o Colégio de São Tomás (Fig. 46). Frei Luís de Sousa esclarecia que “*porque andava já em pratica fundar-se hum Collegio separado do Convento, que servisse só pera os sojeitos, que a Província mandasse estudar na Universidade, procurou-se logo tamanha capacidade de sitio, que fosse bastante pera Convento, e Collegio*” (F. L. de Sousa, 1866, p. 320). De acordo com Maria Helena da Cruz Coelho e João José da Cunha Matos, fazendo jus à referência no livro da Fazenda, as obras das instalações do novo Convento de São Domingos demorariam setenta anos, tendo sido iniciadas em 1543 (Coelho & Matos, 1986), sendo conservada a sua orientação primitiva, da qual resultaria a organização espacial ‘invertida’ da Igreja de São Domingos, com a sua capela-mor de costas para a Rua da Sofia e a sua porta principal longe desta (J. M. T. de Carvalho, 1913, p. XVIII). Não obstante, antes da existência do novo edifício conventual, os frades haviam sido transferidos do convento velho, “*provisoriamente para um dormitório, cuja localização se desconhece*” (Coelho & Matos, 1986, p. 49), por força das condições precárias do convento velho. Em contrapartida, Frei Luís de Sousa avançava esta localização da mudança dos frades para o local onde seriam, depois, construídos os edifícios afetos ao próprio convento, pela aquisição e doações de lotes e terrenos adjacentes, tendo em conta as suas palavras⁶⁹⁹.

⁶⁹⁴ Ainda Nogueira Gonçalves, com a referência de um diploma pontifício de 17/03/1506 do papa Júlio II – a Bula *Cum inter nostrae* – a pedido do rei D. Manuel, verificava a autorização concedida a Frei Henrique de Coimbra (Bispo de Ceuta) e ao Bispo de Coimbra, da mudança não só do convento de S. Domingos, como também do convento de S. Francisco, “*para lugar onde não chegasse o Mondego*” (Pacheco, 2013, p. 278) devido às constantes cheias, evidenciando a perturbação que a ‘vida’ do rio obrigava à vida diária conventual (A. N. Gonçalves, 1963a, p. 9).

⁶⁹⁵ O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha destaca-se como sendo o caso mais conhecido, pela luta travada com as águas do rio – conforme se verificou pela intervenção realizada pelo IPPAR de 1989 a 2002 (F. P. de Macedo, 2006) – e pela consequente construção do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, com o traço de frei João Turriano (P. M. Tavares, Guilherme, & Pereira, 2017) e com alvará régio de D. João IV de 12/12/1647 e com o lançamento da primeira pedra em 02/07/1649 (Pacheco, 2013, p. 279).

⁶⁹⁶ A propósito de algumas das reparações realizadas, o “*Auto de licitação da obra de madeiramento das naves lateraes da igreja do Convento de São Domingos de Coimbra*” (Viterbo, 1988, p. 33), de 03/08/1521, corrobora a opção dos dominicanos pela manutenção e restauro do velho convento. No referido *Auto de Obra* ficava esclarecido que por ordem régia e indicação do juiz bacharel Domingos Garcia, Pero Anes, “*mestre da carpentaria dos paços de sua alteza*” (Viterbo, 1988, p. 34), “*poer em preguam ho emmadeyramêto das duas naves do mosteiro de Sam Domingos da dita cidade*” (Viterbo, 1988, p. 34).

⁶⁹⁷ De realçar a circunstância cronológica da coincidência deste período com a nomeação de D. Bernardo da Cruz, entre 1541-1543, o único frade dominicano a desempenhar o cargo de reitor da Universidade de Coimbra; adicionalmente, foi encarregado de estabelecer a Inquisição na cidade, pelo Cardeal Infante D. Henrique, sendo, dos reitores, o primeiro ligado ao Tribunal do Santo Ofício. Cf. http://www.uc.pt/sobrenos/historia/reitores_xiii_xvi, acedido em 24/01/2018.

⁶⁹⁸ Vergílio Correia, em nota à carta de Frei Brás de Barros (ou de Braga) – “*1545 – 5 de Fevereiro – Fl. 146: ... Itê acerca da carta q̃ me escreueo elRei nosso Sor sobre os chãos pera se fazer e elles o collegio de sã dominguos q̃ me êviastes, enformarei a S.A. do negocio como elle e ella me escreue, e etã farse a como S.A. ordenar, e por agora sobre esteja esto assi. De sã vicente e cinco de feuereiro de 1545*” (V. Correia, 1932, p. 201) – esclarecia que os frades de São Domingos tinham feito a mudança “*do seu convento velho em 1546*” (V. Correia, 1932, p. 210).

⁶⁹⁹ “*... hum sitio na rua de Santa Sofia, que se estende até a porta do campo, que chamão do Arnado, e fica todavia no plano da cidade. Agasalhados aqui pobremete, forão logo comprando mais casas, e chãos, ajudando com muita liberalidade, e largueza o commum, e particulares da cidade (...). Valerão-nos muito os Padres do real Mosteiro de Santa Cruz, que por sua grande religião fizerão doação graciosa á Província de huns chãos, e casas, que possuem no mesmo posto: com a qual commodidade ficamos com*



Fig. 46 – Rua da Sofia: planta parcial da Rua da Sofia com a localização do Convento de São Domingos e do Colégio de São Tomás, executada por Izidoro Emílio da Expectação Baptista, em 1845; vista aérea da Rua da Sofia sobre a antiga Igreja do Convento de São Domingos, em 2006. Referência: APMC. Fotografia: Filipe Jorge, GCU, UC, 2006⁷⁰⁰.

Em 1546, cumulativamente, com a bênção superior do papa Paulo III, com a autorização do monarca D. João III e com a do Capítulo Geral da Ordem, os dominicanos conimbricenses mudavam-se para a recente *Rua de Santa Sofia*⁷⁰¹, instalando-se em dois edifícios separados mas vizinhos: os religiosos ficariam no Convento de São Domingos, os estudantes universitários e os lentes dominicanos ficariam no Convento de São Tomás (Vasconcelos, 1938, p. 37). O Colégio de São Tomás de Aquino⁷⁰², patrocinado pelo reitor frei Martinho de Ledesma, lente de teologia, era construído para os estudantes universitários da ordem de São Domingos, tendo sido “o primeiro dos Colégios que se estabeleceram na Universidade portuguesa, depois da sua fixação em Coimbra” (Vasconcelos, 1938, p. 36). O novo convento não viria a ter grande expressão construtiva, limitando-se, sobretudo, à sua implantação – a porção que ficava entre a Igreja de São Domingos e o Colégio de São Tomás, atual Palácio da Justiça. Os terrenos ocupados pela Ordem haviam sido cedidos pelo Convento de Santa Cruz, também proprietários do espaço ocupado pela Rua da Sofia⁷⁰³. Estes eram constituídos por uma faixa com oitenta braças (176m), sendo destinadas quarenta e cinco braças (99m) ao convento e as restantes trinta e cinco braças (77m) para o Colégio de São Tomás⁷⁰⁴ (A. N. Gonçalves, 1984a), o que comparativamente com as áreas dos outros colégios, demonstrava privilégio e consideração elevada por parte da coroa – numa analogia espacial, a área dedicada à Ordem de São Domingos era superior àquela ocupada por três colégios, o do Carmo, o da Graça e o de São Pedro. A obra dominicana começaria, contudo, sem fulgor, conquanto tenha sido auxiliada com as interferências diplomáticas do rei D. João III⁷⁰⁵. O projeto, segundo as referências, era empreendimento muito inovador

oitenta braças em comprimento ao longo da rua, e d'estas se tomarão pera o corpo do Convento quarenta, e cinco” (F. L. de Sousa, 1866, pp. 319–320).

⁷⁰⁰ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁷⁰¹ Cf. (Borges, 1987, p. 81; Cacegas, 1767, p. 319; A. M. S. Castro, 1867, p. 228; A. N. Gonçalves, 1982; F. L. de Sousa, 1866).

⁷⁰² Em 1547, era iniciada a construção do portal, de acordo com o contrato apresentado no Documento nº 46, de 27/04/1547, intitulado “João Luiz, Antonio Lopes e Pedro Fernandes, pedreiros. – Obra do portal do Collegio de S. Thomaz.” (Garcia, 1923, pp. 82–83) e em 1549, era dado início à construção do claustro sob o contrato referido em Documento nº 47, de 05/08/1549 a 16/05/1555, intitulado “João Luiz, Antonio Lopes e Pedro Fernandes, pedreiros. – Obra do claustro do Collegio de Santo Thomaz. – Diogo de Castilho.” (Garcia, 1923, pp. 84–87).

⁷⁰³ Sobre a Rua de Santa Sofia, contextualização e história do seu traçado, bem como análise dos edifícios colégios e igrejas que a ladeiam, consultar (R. P. Lobo, 2006a, 2006c).

⁷⁰⁴ Este colégio, com vocação preferencial dedicada às questões do ensino e de todas as valências necessárias à satisfação dessa função, teria construção iniciada em 1549 sob o risco de Diogo de Castilho, restando ainda desse projeto, pelo menos, o claustro central, espaço a partir do qual se organizavam todos os espaços principais.

⁷⁰⁵ Frei Luís de Sousa aludia para a especial devoção que D. João III direcionava para a Ordem dominicana, desde os 11 anos de idade, quando pedira ao pai, o rei D. Manuel, para edificar o Convento de Nossa Senhora da Serra, em Almeirim, afeta à Ordem de São Domingos. Em 1541, “consta que tratava em Roma que o Collegio, que ElRey Dom Manoel seu pay fundara no Convento de São

para a época e era “nitidamente grandioso (...) conjunto poderoso, rico, perfeito como traçado arquitectónico da primeira Renascença” (A. N. Gonçalves, 1984a, pp. 302–303). A construção da igreja do convento, propriamente dita, teria sido iniciada por volta de 1550 (Garcia, 1913, p. 89), coincidindo com o presumível ano de chegada a Portugal de Isidoro de Almeida. A igreja nunca seria terminada e a parte construída resumia-se à cabeceira e ao transepto; mais precisamente, seria somente concretizada a capela-mor, as duas capelas colaterais (Capela do tesoureiro, à esquerda e Capela de Jesus, à direita) e o transepto, espaço para o qual abriam as três capelas referidas. Em termos de financiamento, a capela principal foi subsidiada pelo duque de Aveiro, a do evangelho pelo tesoureiro da sé Francisco Monteiro e a da epístola pelos bens do desembargador António Lourenço. Esta situação de mecenato constituía-se, à época, uma situação normal, já que, as ordens mendicantes não possuíam recursos próprios para este tipo de empresas. Deste modo, era comum existirem protetores que utilizavam as capelas para jazigos e sepulturas familiares e, através disso, patrocinavam o custo da parte correspondente nas obras (V. Correia & Gonçalves, 1947, p. 86; A. N. Gonçalves, 1984a, p. 298).

Pelos dados recolhidos sobre todos estes acontecimentos conjunturais, depreende-se que, a sequência dos acontecimentos relativos à construção da Igreja de São Domingos corresponde à lógica assumida pela dinâmica e momentos intrínsecos à complexidade do processo de arquitetura, equacionando o espaço, a sua função e a técnica. Em primeiro lugar, a lógica de construção do espaço evidencia a assunção da hierarquia espacial de uma igreja, onde a cabeceira é o lugar principal, por ser o espaço de celebração da função. Seguidamente, a lógica construtiva apoia-se na especificidade da obra, onde é preciso construir uma estrutura exterior (o espaço de cabeceira) para suportar outro espaço interior (compreendendo a definição das três capelas da cabeceira) e, a construção do transepto, para garantir uma maior estabilidade construtiva. Depois, há ainda que realçar os tempos de obra, desde as várias fases de projeto – do edifício da igreja, da capela-mor, da capela do evangelho, da capela da epístola, que podem não ser coincidentes –, até às várias fases de obra, obrigatoriamente, sequenciais entre a fase de construção da estrutura da cabeceira e transepto e, só posteriormente à construção da primeira, pode ser avançada a fase de construção das capelas interiores. Paralelamente e para finalizar, a leitura, sobre os motivos do cenário de não conclusão das obras da igreja, pode ser aferida a partir da complexidade dos dados expostos inerentes à arquitetura, como também àqueles relativos à complexidade da própria circunstância do reino. Caberia ao duque de Aveiro o maior volume do patrocínio da construção da igreja, pela responsabilidade da construção da respetiva capela-mor a partir de 1560. Todavia, nem sempre a vida corre como planeado e com a morte de D. João de Lencastre, em 1571 e, com a situação de dificuldades económicas que o reino atravessava – devido às campanhas militares que conduziram o reino à dinastia filipina – o empreendimento, por ser considerado muito ambicioso, sofreria as devidas consequências.

Isidoro de Almeida (sd, 1578?)

Sobre a vida de Isidoro de Almeida⁷⁰⁶, não se encontram muitas referências e das conhecidas, nem todas são coincidentes. Não obstante, a principal fonte considerada pelos vários autores sobre a sua biografia, o *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, de Sousa Viterbo e publicada pela primeira vez em 1899, não menciona qualquer ligação do arquiteto-engenheiro à Igreja de São Domingos de Coimbra (Viterbo, 1988, pp. 7–10).

Domingos de Lisboa, se passasse pera Coimbra com os mesmos estatutos e leys de sua fundação, como depois se fez, (...); e com ficar a Sua Alteza a superioridade delle, como a tinha seu pay” (F. L. de Sousa, 1844, p. 336).

⁷⁰⁶ Sobre o nome em causa também se encontra Isidro de Almeida, Isidro dallmeyda, Ysidoro d’Almeida e, ainda, Izidoro dalmeyda (Viterbo, 1988, pp. 7–10).

Desconhece-se a sua data de nascimento, mas seria natural do Algarve (N. Sousa, 2002, p. 60); seu pai era João Rodrigo de Vasconcelos (A. N. Gonçalves, 1984a, p. 303) e sua mãe, Vitória Ornelas, seria a ama do príncipe D. Filipe (1533-1539), o sexto filho de D. João III; e terá tido um filho, Lourenço de Almeida (L. C. e Sousa, 2013, p. 369).

Sobre o ano da sua morte também não há certezas. Alguns autores apontam 1574 como sendo o ano da morte de Isidoro de Almeida (Pedreirinho, 1994, p. 44). Todavia, Luís Costa e Sousa indica que “a 20 de julho de 1577 um alvará régio refere-o ainda activo como provedor-mor do Reino, cargo que exercia desde 1559” (L. C. e Sousa, 2013, p. 369), recorrendo às pistas lançadas por Joaquim Veríssimo Serrão em *Itinerários de el-rei D. Sebastião: 1568-1578*, de 1962-63 (Serrão, 1987, p. 304).

Além dessa evidência, no relato das memórias sobre a jornada a Marrocos, no Norte de África, do rei D. Sebastião, empreendida em 1574, Isidoro de Almeida acompanhou o rei “por entender bem as couzas desta calidade” (D. Sebastião apud L. C. e Sousa, 2013, p. 364), não havendo, contudo, indicações sobre a sua presença na jornada seguinte, onde teve lugar a Batalha de Alcácer-Quibir em 4 de agosto de 1578 – da qual resultaria o desaparecimento do rei luso. Por estes factos, Luís Costa e Sousa presume que Isidoro de Almeida tenha morrido em 1578, antes da segunda jornada ao Norte de África (L. C. e Sousa, 2013, p. 369).

Em data desconhecida, o arquiteto e engenheiro-militar terá frequentado humanidades na Universidade de Coimbra (N. Sousa, 2002, p. 60), facto relevante para adquirir alguma ligação afetiva à cidade, seguindo para Itália para integrar um contingente militar, possivelmente na guerra de Piemonte⁷⁰⁷, “adquirindo um valioso tirocínio militar” (L. C. e Sousa, 2013, p. 369), tendo participado, também, em campanhas militares na Alemanha (Pedreirinho, 1994, p. 43). Estes factos permitem corroborar a valência de Isidoro de Almeida nas línguas latina e germânica, visto ter dedicado particular atenção à obra de Albrecht Dürer de 1527 – *Etliche underricht, zu befestigung der Stett, Schloss, und flecken* – traduzida em 1535 para latim⁷⁰⁸. Esta obra dedicada exclusivamente à construção e fortificação militar, assumia o conceito de cidade ideal como resultado de uma organização social intrínseca a uma estrutura espacial, propondo a forma da cidade quadrada. Isidoro de Almeida terá realizado a sua tradução manuscrita, sob o título *De Condendis Arcibus*, provavelmente, em 1555 (L. C. e Sousa, 2013, p. 613), pese embora, Rafael Moreira informe que a edição da tradução do Tratado de Fortificação de Albrecht Dürer, por Isidoro de Almeida, datava de 1552 (R. Moreira, 2007, p. 178). A tradução da obra de Dürer, a ter sido realizada em 1552, teria legitimado que, nesse mesmo ano, D. João III o tivesse mandado à ilha Terceira⁷⁰⁹, “por ter conhecimento das coisas da fortificação, para convosco e com o vosso parecer verem o que se deve fazer na cidade de Angra e em todos as povoações e portos da dita ilha” (A. L. P. Nunes, 2005, p. 34).

Isidoro de Almeida havia adquirido formação e experiência como engenheiro de fogos, entendido em defesa de praças, com conhecimento em engenharia de minas, quer nas de fortificação quer nas de metais. Em 1558, Luís Costa e Sousa informava sobre a passagem de Isidoro de Almeida pelo Norte de África, em missão com Diogo Teles, com o objetivo de estudar uma solução para reforçar as fortificações, então ultrapassadas tecnicamente e, em 10 de janeiro de 1559, seria nomeado provedor-mor dos metais do reino, substituindo Manuel Quadros, sob ordem régia de D. Catarina, regente de D. Sebastião (L. C. e Sousa, 2013, p. 372). Também prestou serviços militares na Índia, em Tânger e na defesa de Mazagão (1562) (L.

⁷⁰⁷ Entre 1535 e 1559, Turim era dominada pelos franceses, não sendo de todo uma adversidade para os residentes, havendo indicações de períodos de prosperidade económica durante a ocupação de D. Francisco I.

⁷⁰⁸ Sob o título *Alberti Dureri pictoris et architecti praestantissimi de vrbibus, arcibus, castellisue condendis, ac muniendis rationes aliquot, praesenti bellorum necessitati accommodatissimae nunc recens è lingua Germanica in Latinam traductae*.

⁷⁰⁹ Carta endereçada por D. João III, em 18 de outubro de 1552, a Pedro Annes, provedor das armadas da Ilha Terceira (A. L. P. Nunes, 2005, p. 34).

C. e Sousa, 2013, p. 21), com atividade ligada a questões de defesa e fortificação, tendo sido um dos autores (a par do italiano Tommaso Benedetto e conhecido entre nós como Tomás Benedito) do forte de São Brás de Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel nos Açores.

O *Quarto livro d'Ysidoro d'Almeida. Das instruções militares*⁷¹⁰ é considerado o “primeiro manual português conhecido dedicado exclusivamente à formação militar” (M. A. L. Cruz, 2006, p. 218), que a 20 ou 21 de novembro de 1573 saía “dos prelos do impressor André Burgos, de Évora” (M. A. L. Cruz, 2006, p. 218). Este quarto livro fazia uma sincronização entre a atividade militar e o saber dessa época e constituía-se como um privilegiado manual para utilização na experiência africana que se avizinhava (Bebiano, 1993, p. 87). Isidoro de Almeida dedicava a sua obra a Martim Gonçalves da Câmara⁷¹¹, em 26 de junho de 1573. Adicionalmente, não há registo da publicação das três partes iniciais referidas na sua obra (L. C. e Sousa, 2013, p. 619) e cujo rasto se perdeu.

Da decadência a Monumento Nacional e outras crónicas preliminares do século XX

Durante muitos séculos, os poderosos ostentavam o seu poder através de bens mas também de suposta doação magnânima de arquiteturas ou de objetos de arte à comunidade (Ortigão, 2006, p. 9). Esta era a vontade que esteve na génese pujante da Igreja de São Domingos, na Rua da Sofia, por incentivo diplomático de um rei e recursos financeiros de um mecenas. Todavia, a ausência deste quadro de patrocínio terá sido o motivo consequente da sua incompletude.

Desde finais do século XVI, terminada a primeira fase do edifício da igreja confinada à zona do transepto, não são conhecidos esforços consequentes para o terminar, consequência da ausência de mecenato e da escassez de recursos financeiros da Ordem dominicana. Todavia, o resultado das condicionantes atribuídas ao conjunto conventual e colegial, ao longo das diversas contemporaneidades, não seriam só ónus da mão do homem. Para tal, também o terramoto de 1 de novembro de 1755 contribuiria, acelerando o processo destas *crónicas*, em que adicionalmente ao facto da igreja ser inacabada, ainda sofreria derrocada de parte da abóbada do cruzeiro (V. Correia & Gonçalves, 1947, p. 87). Com o Decreto de 30 de maio de 1834, legislação promulgada por Joaquim António de Aguiar abrangendo a extinção das Ordens religiosas, o Convento de São Domingos de Coimbra era incorporado na Fazenda Nacional⁷¹². Com esta reforma, o complexo dominicano foi vendido, indo para às mãos de particulares, começando, deste modo, a sua saga de abandono e de sistemática ausência de qualificação ou manutenção.

⁷¹⁰ A versão consultada é manuscrita e o exemplar pertence à Biblioteca do Exército em Lisboa (cota: 11646-24-4 BEP), tratando sobre as obrigações e os deveres dos oficiais e dos soldados de infantaria.

⁷¹¹ Para uma breve contextualização, Martim Gonçalves da Câmara era padre da Companhia de Jesus, doutor em teologia, havia sido reitor da Universidade de Coimbra entre 1563-64 nomeado pela regente do reino D. Catarina e, entre 1564 a 1576, desempenharia funções de presidente da Mesa da Consciência e do Desembargo do Paço, com administração de todos os ‘negócios’ de justiça, o que lhe permitia longos períodos de acesso isolado ao rei constituindo-se como um ‘ministro régio’. Também papel relevante seria desempenhado por seu irmão, o padre jesuíta Luís Gonçalves da Câmara (1519-1575), que havia sido bolseiro de D. João III em Paris, entre 1535 e 1538, regressando nesse ano a Portugal, para a regência de cadeiras na Universidade de Coimbra e interrompendo a docência com a entrada no noviciado jesuíta em 1545. Luís Gonçalves da Câmara gozava de grande influência e confiança na corte do monarca, tendo sido designado por D. João III para ser confessor do príncipe herdeiro D. João (pai de D. Sebastião) e mais tarde, mestre, confessor e íntimo conselheiro de D. Sebastião. Em 1553, rumaria a Roma para desempenhar o cargo de ministro da Casa Professa da Companhia de Jesus, privando com Inácio de Loyola. Será o fundador dos jesuítas que, em 1556, encarregaria Luís Gonçalves da Câmara “de superintender aos colégios da Companhia de Jesus em Portugal” (M. A. L. Cruz, 2006, p. 75). Desta forma, os irmãos Gonçalves da Câmara, oriundos “da família mais notável da Madeira” (M. A. L. Cruz, 2006, p. 80) descendentes de João Gonçalves Zarco, seriam das pessoas mais poderosas e influentes dos reinados do avô e do neto, sendo parte ativa dos palcos do poder. Cf. (M. A. L. Cruz, 2006).

⁷¹² Em 1942, António Correia, em nota de rodapé, informava que uma das possibilidades pensadas pela CMC, de utilização do “edifício do antigo colégio de São Domingos” (A. Correia, 1942, pp. 2–3) seria para albergar os serviços e dependências da cadeia da cidade que, desde finais do século XVI, se localizava na Portagem. A mudança efetiva da cadeia só ocorreu em 31/01/1856, “para a «casa vermelha», antigo celeiro dos cruzios, ao fundo de Montarriolo” (A. Correia, 1942, pp. 2–3) e, portanto, a possibilidade avançada pela CMC estaria datada entre 1834 e 1856.

Até à publicação do Decreto de 16 de junho de 1910, publicado em 23 de junho de 1910 (MOPCI, 1910, p. 2164), que classificava o que tinha sido construído do projeto de Isidoro de Almeida como Monumento Nacional (MN), o edifício desconhecia mecanismos e instrumentos legais para a sua proteção, ficando dependente da sua sorte e do desempenho da sua função, questão que era, na maior parte dos casos, fator preponderante para a sua manutenção. Este Decreto de 16 de junho de 1910 seria um dos mais importantes documentos em termos de relação e de proteção do nosso património, já que nessa lista consta aquilo que o país tinha de mais relevante nesta matéria⁷¹³, tendo sido, por conseguinte, um dos últimos documentos estratégicos que a monarquia constitucional portuguesa havia produzido na fase final do seu exercício, uma vez que, a 5 de outubro desse ano seria implantada a república.

Todavia, a redação do diploma criava uma ambiguidade perante a definição do objeto classificado – o que constava da descrição era a designação de *Igreja de S. Domingos (capela-mor) inacabada* (MOPCI, 1910, p. 2164). Tal facto colocava em causa a proteção da peça considerada como sendo a mais valiosa do conjunto, a sua capela colateral da autoria de João de Ruão (A. N. Gonçalves, 1984b, p. 273). Esta questão pertinente só seria resolvida a 20 de junho de 1923, através do Decreto 8938, determinando que “*a capela denominada do Tesoureiro, situada numa das absides da igreja de S. Domingos, da cidade de Coimbra, produção admirável do génio de João de Ruão, seja classificada monumento nacional*” (Ministério da Instrução Pública - Direção Geral de Belas Artes, 1923). Até ao ato da desclassificação do imóvel, todos os acontecimentos e circunstâncias da sua história permitiam estabelecer uma ligação direta a algumas decisões objetivas e concretas que se assumiram perante o caso, onde até as leis e diretivas legais para a sua proteção tendiam a não cumprir com os objetivos ou a contornar as suas especificidades.

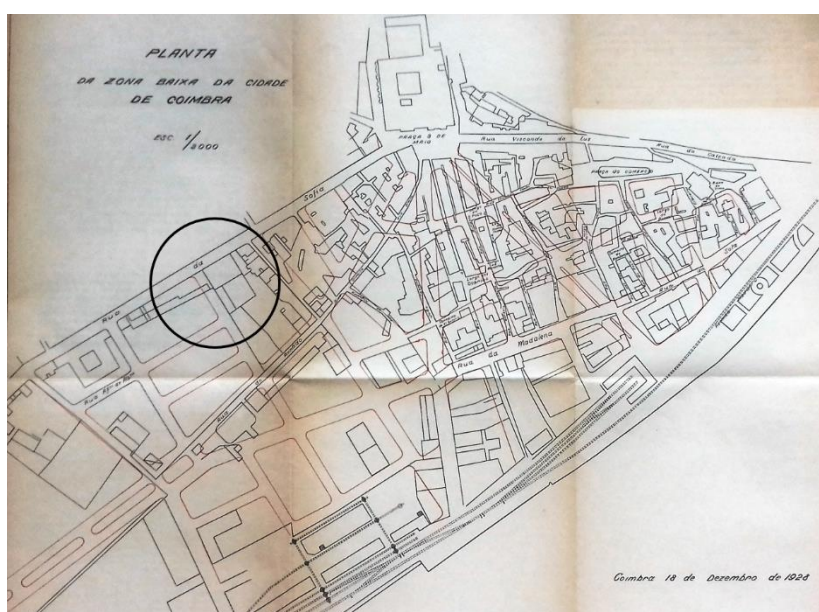


Fig. 47 – Planta da zona baixa da cidade, com a proposta de Abel Dias Urbano sobreposta à malha da cidade existente, datada de 18 de dezembro de 1928⁷¹⁴, sendo assinalada a localização da Igreja de São Domingos, que passaria a definir uma esquina pelo desenho dos novos arruamentos.

A partir de 1924⁷¹⁵, no âmbito da proposta dos novos arruamentos de Abel Dias Urbano, que estava circunscrito à remodelação da zona interior da baixinha de Coimbra, promovido pela Câmara Municipal de

⁷¹³ Sobre a contextualização e historiografia da classificação em Portugal, consultar (Ferreira, 1993; F. Lopes, 2012; L. Rosas, 1995; Tomé, 2002).

⁷¹⁴ Cf. (Urbano, 1928).

⁷¹⁵ Cf. (Calmeiro, 2013, p. 87).

Coimbra (CMC), era proposto o rasgamento de algumas artérias nas imediações da Rua da Sofia (Fig. 46). Com esse projeto, Abel Dias Urbano pretendia traçar novos arruamentos amplos e desafogados que facilitassem a circulação na baixa da cidade, retificar alinhamentos e perfis de ruas existentes, substituir algumas edificações mais humildes por prédios modernos, diminuir a ocupação das casas através de nova oferta, melhorando-se assim as condições higiénicas, estéticas e de circulação da baixa da cidade (Urbano, 1928, p. 4), “fazendo desaparecer a velharia das suas ruas estreitas e pardieiros anti-higiénicos”, segundo o jornal *Defesa*⁷¹⁶. Em memória descritiva do estudo, Dias Urbano explicitava, contudo, que “*não de atinge nem se sacrifica, com as demolições necessárias ao rasgamento de novos arruamentos, qualquer edifício de valor arqueológico, histórico ou artístico*” (Urbano, 1928, p. 7). No entanto, em 23 de abril de 1925 a CMC aprovava um projeto de arruamento de modo a estabelecer comunicação com a Rua da Sofia (Loureiro, 1964, p. 34), com o desenho de uma rua que propunha colocar a Igreja de S. Domingos em situação de esquina⁷¹⁷, que não deixaria o papel. No entanto, em 14 de janeiro de 1933, num artigo intitulado “Coimbra artística: a Capela do Tesoureiro e a nova rua da Sofia”, no *Diário de Coimbra*, Abel Dias Urbano demonstrava não ter esquecido o plano, uma vez que para dar resposta à problemática do lugar adequado para a reconstrução do portal do Colégio de São Tomás⁷¹⁸, propunha que este continuasse nas instalações dominicanas, embora reconstruído “*numa hipotética entrada com acesso lateral à Capela do Tesoureiro*” (Freitas, 2016, p. 231), a partir da artéria projetada que redefiniria a circunstância lateral norte da igreja (Fig. 47).



Fig. 48 – Rua da Sofia, antes da abertura da Rua João de Ruão: edifício de três pisos existente e demolido para se executar a abertura da nova rua. Fotografia: Coleção de José Andrade de Branquinho de Carvalho⁷¹⁹.

O desejo da abertura desta via nunca seria posto de parte e, em 9 de novembro de 1939, a CMC deliberava sobre a expropriação de uma casa⁷²⁰ para a abertura de uma rua nova, lateral à fachada norte da Igreja de São Domingos e confinante com parede da Capela do Tesoureiro (Loureiro, 1964, p. 34) (Fig. 48 e 49).

⁷¹⁶ O projeto de Abel Dias Urbano era publicado pelo jornal *Defesa*, nº 63, de 17/07/1925 (Urbano, 1928, p. 13).

⁷¹⁷ Se numa primeira instância, a proteção recaía exclusivamente sobre o património classificado, com a lei 1700 de 18 de dezembro de 1924 era imposta a necessidade de um parecer prévio do Conselho Superior de Belas Artes, para autorização de obras em espaços adjacentes aos imóveis classificados (Ministério da Instrução Pública, 1924). Em menos de uma década, mais precisamente através dos decretos nº 20.985 de 07/03/1932 (Ministério da Instrução Pública - Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes - Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes, 1932) e nº 21.875 de 18/11/1932 (MOPC, 1932e), passou a existir proteção legal do património classificado através da designação de *zonas de proteção* (F. Lopes, 2013, p. 13).

⁷¹⁸ Duarte Freitas relata este episódio da reconstrução do portal de São Tomás (Freitas, 2016, pp. 227–233), que começava a ser desmontado do respetivo colégio da Rua da Sofia, em maio de 1930. O destino das cantarias do portal seguia para o Museu Machado de Castro, sendo as peças transportadas em 12 de junho e em 12 de outubro desse ano, possivelmente, com substancial influência de António Augusto Gonçalves e de Vergílio Correia, que era o diretor do museu à altura. Tal reconstrução enquadrava-se numa tentativa de reutilizar o portal de São Tomás, no paramento norte do museu e virado para o Largo de São Salvador, de modo a evitar a sua degradação, como acontecia na Sofia, onde o portal já se encontrava soterrado. Todavia, a sua montagem só seria concretizada em 12 de fevereiro de 1935, numa obra da responsabilidade do arquiteto-diretor Baltasar de Castro, tendo ficado as suas peças “*amontoadas e sem resguardo contra o tempo*”, de acordo com a correspondência trocada entre os diretores do museu e da DGEMN, pelo menos entre 1930 e 1933.

⁷¹⁹ Cf. PT/AP-JABC.

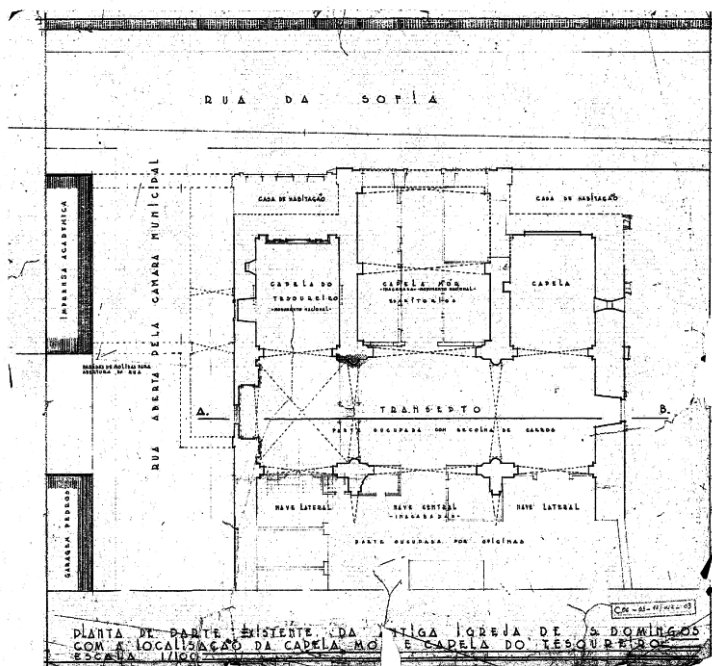


Fig. 49 – Planta (parcial) do existente da Igreja de São Domingos, com a indicação da demolição do edifício a norte do corpo da igreja, para abertura da rua aberta pela Câmara Municipal, batizada como Rua João de Ruão. Referência: IHRU-SIPA, IPA.00002794⁷²¹.

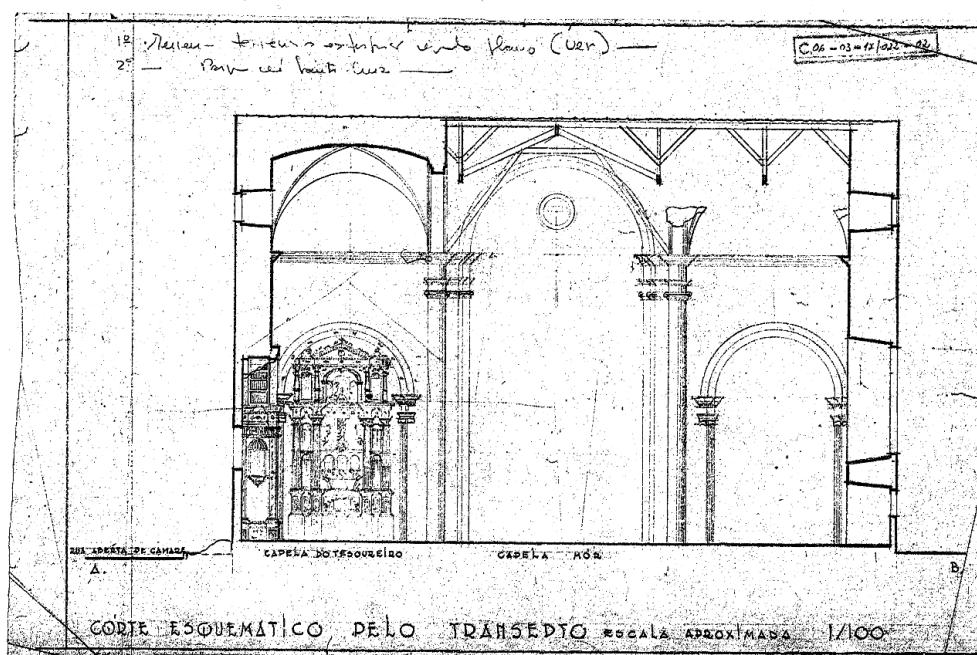


Fig. 50 – Corte A-B, pelo transepto da Igreja de São Domingos, com vista para a Capela-mor, evidenciando a localização da Capela do Tesoureiro e a abertura de rua nova. Referência: IHRU-SIPA, IPA.00002794⁷²².

⁷²⁰ No edifício de três pisos demolido para se estabelecer a abertura da nova rua localizavam-se vários serviços, de acordo com fotografias cedidas e testemunho de José Andrade de Branquinho de Carvalho (antigo aluno da Antiga Escola de Santa Cruz e que, à data, residia no Pátio da Inquisição). No piso térreo estabelecia-se a Imprensa Académica – concorrente da Imprensa da Universidade –, virada para a Rua da Sofia; no primeiro andar, localizavam-se as instalações da Escola de Santa Cruz, escola masculina do ensino primário (que seria transferida para o Arco de Almedina, na sequência da demolição do edifício) e o escritório do advogado Hernâni Marques. Ainda existiria uma tinturaria, cujo funcionamento se localizava nas instalações do edifício em referência, embora Branquinho de Carvalho não consiga precisar o piso de tal serviço. A referência dos três pisos era particularmente relevante, porque reportava uma das condições normativas consideradas e estipuladas em contrato, para estabelecer a *arquitetura de programa*, que pretendia assegurar a regularidade formal necessária para a abertura de outra rua nova, durante o século XVI – a Rua da Sofia (Rossa, 2006, p. 19) – e que chegaria até à abertura da Rua João de Ruão.

⁷²¹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022 (IPA.00002794): Capela do Tesoureiro: SIPA.DES.00008397.

⁷²² Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022 (IPA.00002794): Capela do Tesoureiro: SIPA.DES.00008396.

Todavia, a demolição dos edifícios adjacentes⁷²³ à Igreja de São Domingos constituía-se como um fator determinante, por falta de ancoragem, para a rápida obsolescência do edificado (A. N. Gonçalves, 1984b, p. 309). Ou seja, a abertura de uma rua batizada como Rua de João de Ruão⁷²⁴ que, em boa-fé, possibilitava uma nova frente urbana para a Igreja de São Domingos, terá sido a maior razão para acelerar o processo de degradação da própria igreja e determinar a necessidade da deslocação da Capela do Tesoureiro para outro local.

Deste modo, é possível aferir que as obras de demolição e de estabelecimento da nova rua terão decorrido a partir de 1939, sendo que o mais plausível será considerar a sua maior expressão, durante o ano de 1940, tendo em conta o ligeiro abatimento da abóbada da Capela do Tesoureiro, com deslocação de algumas pedras, provocado pela abertura dessa via (Fig. 49). Esta constatação, apesar de rebatida pela CMC⁷²⁵, era referida em ofício nº 322, de 12 de dezembro de 1940, onde a 4ª secção da Direção dos Monumentos Nacionais de Coimbra informava o arquiteto-director da DGEMN, em Lisboa, de que a abóbada que cobria a Capela do Tesoureiro “*apresenta um ligeiro abatimento com deslocação de algumas pedras, provenientes da abertura de uma rua que a Câmara Municipal desta cidade, ali mandou efetuar; a parede lateral daquela capela ficou sem apoio a que estava sujeita, pelo que julgo de toda a conveniência proceder-se ao encerramento daquela abóbada, com o fim de evitar qualquer desmoronamento, que ali se possa vir a dar, caso aquela parede sofra mais algum desvio*”⁷²⁶. Seria, por conseguinte, sugerido por parte do Arquitecto-chefe de Secção da 4ª Secção da Direção Geral dos Monumentos Nacionais, em Coimbra, o escoramento da capela⁷²⁷.



Fig. 51 – Execução da abertura de rua nova a norte da Igreja de São Domingos e perpendicular à Rua da Sofia. Referência: IHRU-SIPA, IPA.00002794⁷²⁸.

⁷²³ Em 1947, Correia e Gonçalves lembravam que “*dos edifícios conventuais só resta no momento a cabeceira da igreja. Em virtude da abertura da rua paralela à igreja e perpendicular à da Sofia e da renovação dos edifícios, desapareceu uma sala abobadada, aonde estavam instaladas as oficinas da Tipografia Académica, a qual era dividida em tramos por arcos semi-circulares, de pedra, com o preenchimento dos espaços médios em tijolos, se a memória não nos atraiçoa*” (V. Correia & Gonçalves, 1947, p. 87).

⁷²⁴ Por deliberação da CMC, em 7 de abril de 1949, era dado o nome de João de Ruão à rua que tinha o arranque perpendicular à fachada da Igreja da Graça e que fazia a ligação entre a Rua da Sofia e a Rua Simões de Castro, artéria que fica a poente da Rua da Sofia (Loureiro, 1964, p. 34).

⁷²⁵ Em ofício nº 36, de 04/02/1941, arquiteto-chefe da 4ª Secção da Direção dos Monumentos Nacionais referia que, em ofício nº 3371, a CMC insinuava que a condição existente do deslocamento de pedras na abóbada da Capela do Tesoureiro já estaria em evidência antes das obras para abertura da rua nova, adjacente ao edifício; leitura que o arquiteto chefe rebatia veemente. Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156116 e TXT00156117, de 04/02/1941.

⁷²⁶ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156113, de 12/12/1940.

⁷²⁷ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156113, de 12/12/1940.

⁷²⁸ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022 (IPA.00002794): Capela do Tesoureiro: SIPA.FOTO.00098478 e SIPA.FOTO.00098475.

A partir deste acontecimento catalisador do processo de degradação do edifício, outros foram surgindo. Em 29 de abril de 1941, José António de Figueiredo, proprietário do edifício, fazia um requerimento para aumentar a altura ao edifício, na parte posterior da Igreja de São Domingos, alegando que o edifício funcionava como garagem de recolha de autocarros e camionetas⁷²⁹. Esta pretensão não terá sido deferida e, talvez como retaliação, não seriam realizados os esforços necessários por parte do proprietário para concretizar qualquer ação consistente de consolidação dos paramentos da igreja, apesar de esta continuar com funções relacionadas com os transportes rodoviários. Em testemunho coevo sobre o estado do Convento de São Domingos, na publicação do *Inventário Artístico de Portugal*, Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves referiam que “o estado da igreja não pode ser pior, por um lado alberga uma garage de camionetes de carreira, por outro ameaça próxima ruína; a capela do Tesoureiro já se encontra fortemente escorada e a sua ruína acarretará a das outras. Salvo o que puder constituir espécies de museu, tem de ser abandonada ao destino que os proprietários lhe queiram dar” (V. Correia & Gonçalves, 1947, pp. 88–89).

Todavia, seria só a 16 de agosto de 1954, que os serviços técnicos da DGEMN procederiam à elaboração de um plano de trabalhos com vista à consolidação das abóbadas de cantaria incluindo o refechamento de juntas, bem como a consolidação das paredes de apoio incluindo a cintagem e travessão com betão⁷³⁰, para posterior intimidação do proprietário do edifício, com o objetivo deste realizar as obras necessárias. Complementarmente, era sugerida a instalação de uma grade de proteção da capela, de modo a impedir que esta continuasse a servir de arrecadação⁷³¹.

Apesar da gravidade de todos os acontecimentos que foram ocorrendo ao longo dos anos, a Capela do Tesoureiro continuava a ser escorada e mantinha-se em condições que não abonavam para a sua conservação, sendo constantemente protelado o início das obras exigidas e necessárias. Em 25 de outubro de 1954, em resposta ao ofício nº 10975, de 27 de agosto de 1954 da DGEMN, a Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (DGESBA) informava a primeira que o proprietário da Capela do Tesoureiro na Igreja de São Domingos, José António de Figueiredo, havia declarado a sua intenção de proceder a obras de reparação do edifício, por sua conta, começando essas referidas obras num prazo de sessenta dias⁷³². Todavia, e adicionalmente, o proprietário requeria a desclassificação da Capela do Tesoureiro, baseando-se na autorização da cedência de estatutária que estaria no local. Seria emitido, em 8 de fevereiro de 1955, o parecer técnico de indeferimento⁷³³ do requerimento pretendido, alegando que a capela tinha “*interesse artístico suficiente para merecer a classificação dada*”, ou seja, continuaria a fazer parte do património Monumento Nacional, para além de os serviços técnicos não acharem produtivo “*abrir um precedente grave*”. Ainda assim, esclareciam o proprietário sobre as imagens que alegadamente estaria disposto a ceder: estas, para além de se apresentarem mutiladas, não faziam parte da Capela do Tesoureiro.

Após múltiplas peripécias que estavam na origem dos sucessivos adiamentos do início dos trabalhos de consolidação da capela, em 7 de abril de 1955⁷³⁴, era referida a realização das tão desejadas obras de beneficiação da Capela do Tesoureiro, pese embora, se verificar efeitos e atos pouco esclarecidos sob os

⁷²⁹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603170009: TXT01058967, de 29/04/1941.

⁷³⁰ *Plano de Trabalhos* e respetivo ofício subscrito pelo arquitecto-chefe de Secção, da 4ª Secção de Coimbra da DGEMN, Luís Amoroso Lopes, constantes em PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156135 e TXT00156136, de 16/08/1954.

⁷³¹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156140, de 30/10/1954.

⁷³² Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156138, de 27/10/1954.

⁷³³ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156146, de 08/02/1955.

⁷³⁴ Em 11 de abril, os serviços da Secção de Expediente Técnico redigiam a transcrição do ofício em causa. Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156147, de 11/04/1955.

quais as obras iam acontecendo. Em 14 de abril⁷³⁵, João de Almeida, diretor geral do Ensino Superior e das Belas Artes, emitia um ofício à DGEMN, informando que “*o proprietário dera início às obras de restauro*” de que a capela necessitava, sem contudo ter procedido em conformidade com as diretrizes dos serviços centrais dos Monumentos Nacionais. Por esse facto, havia sido decidido superiormente a solicitação de embargo judicial das obras em causa. Todavia, a 4ª Secção de Coimbra esclarecia que, à data, as obras estariam “*praticamente concluídas e foram levadas a efeito pelo seu proprietário sob a fiscalização da 4ª Secção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, razão porque não se promoveu o embargo judicial apesar do respectivo plano não ter sido apresentado*”. Na sequência, em 7 de julho, a secção da DGEMN de Coimbra informava Lisboa de que as obras estavam praticamente concluídas, tendo sido realizada a retirada das escoras⁷³⁶. Não seriam estes, porém, os trabalhos finais na Igreja de São Domingos.

Apesar desses trabalhos, em 18 de novembro de 1958, era conhecida uma notícia⁷³⁷ no jornal *Diário Ilustrado* cujo título sublinhava a evidência da igreja servir como garagem de camionagem. Nesse texto era dada referência a um dado que fazia a alusão ao brasão do Ducado de Aveiro, nomeadamente, ao facto de o edifício da Igreja de São Domingos ser “*o único ou um dos poucos edifícios que ainda ostentam as armas do Duque de Aveiro*”⁷³⁸. Além dessa constatação, o artigo relembra algumas palavras escritas em 1894, sobre o estado de conservação da Capela do Tesoureiro “*cujo estado de abandono e associação constituiu um documento deprimente para a cidade*” e as atividades e indústrias que se haviam desenvolvido nas suas instalações – “*uma serralharia ou fundição, uma alquilaria, oficina e garagem de automóveis e (...) estação de recolha duma empresa de camionagem*”. À conta desta última atividade, na fachada aberta para a nova Rua João de Ruão, o artigo referia que havia sido “*cavado um grande rasgão a toda a altura de pé-direito da abóbada – que não se pode chamar porta – por onde entram e saem as camionetas*” e que era visível, pela referida fresta aberta, “*de um lado e do outro os pilares da abóbada em pedra trabalhada e ornada, de onde pendem altifalantes duma aparelhagem sonora para informar o público e dar música para a via pública*”. Sob estas condições que constituíam uma *vergonha para a cidade*, o artigo reclamava às autoridades competentes, que fossem retirados todos os elementos com valor para outro lugar mais apropriado e, adicionalmente, fazia a apologia da alteração funcional do espaço, “*modificando-o para o fim que entendessem*”. Em notas conclusivas, o artigo sugeria que se *poupasse o resto do património artístico da cidade*, de modo a se evitarem “*os maus juízos que a nosso respeito possam fazer os estrangeiros que nos visitam*”.

Com todas estas condicionantes e contingências que se iam somando, desde a abertura da Rua João de Ruão e os consequentes estragos infligidos à Capela do Tesoureiro e Igreja de São Domingos, aliada à pressão dos académicos e da comunicação social e, ainda, com o aparecimento de novas fendas na abóbada da igreja – conquanto em zona não classificada, porém contribuindo para um cenário com forte

⁷³⁵ Em 18 de abril, os serviços da Secção de Expediente Técnico redigiam a transcrição do ofício em causa. Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156149, de 18/04/1955.

⁷³⁶ Cf. SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156152, de 07/06/1955.

⁷³⁷ Notícia intitulada “Um Templo a servir de garagem de camionagem”, no *Diário Ilustrado* de 18 de novembro de 1958, enviada por A. Oliveira, à DGEMN em Lisboa, em PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156156, de 20/11/1958. Ver ainda PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156157, de 28/11/1958.

⁷³⁸ Esta constatação não deixa de ser pertinente. As pistas para esta alusão encontram-se na incompreensão avançada em 1867, por Augusto Mendes Simões de Castro, a propósito de se verem *intactas* as armas na fachada exterior da Igreja de São Domingos “*que faz frente para a Sophia*” (A. M. S. Castro, 1867, p. 29). O brasão de armas dos Duques de Aveiro em causa era representante da família que caíra em desgraça pelo famoso processo dos Távoras – pelo alegado atentado de D. José de Mascarenhas contra a vida do rei D. José, na noite de 3 de setembro de 1758 – tendo sido ordenado “*por sentença proferida pela suprema junctura da Inconfidência, em 12 de janeiro de 1759, que fossem picadas todas as armas dos duques d’aquelle título*” (A. M. S. Castro, 1867, p. 29).

probabilidade de derrocada⁷³⁹ – a delegação da DGEMN de Coimbra ponderava, por conseguinte, a possibilidade de o edifício mudar de função, deixando de ser garagem.

Em paralelo, era também esboçada a possibilidade de se deslocalizar a Capela do Tesoureiro. Em 27 de janeiro de 1959, Luís Amoroso Lopes, arquiteto-chefe da 4ª Secção da Direção dos Serviços dos Monumentos Nacionais de Coimbra enviava um ofício⁷⁴⁰ ao arquiteto-chefe da repartição técnica da DGEMN de Lisboa, expressando a sua opinião pessoal e propondo o estudo do problema atentamente, “*no sentido de se obter uma solução que satisfizesse igualmente os interesses em causa*”. Baseado em três parâmetros, 1) na sua experiência e conhecimento sobre o caso concreto, 2) tendo em conta o ofício nº 4090, de 4 de outubro de 1948, da DGEBSA (com a redação do parecer de João Rodrigues da Silva Couto, que era aprovado em 10 de setembro de 1949, sobre a posição favorável da possível “*transferência da estatuária subsistente e mutilada e sem dúvida o que de maior interesse poderia ter êsse imóvel*”) e, ainda, 3) no conhecimento dos procedimentos realizados noutros imóveis e suas respetivas consequências, Amoroso Lopes identificava, para o efeito, os três níveis de interesse que deveriam ser salvaguardados: o interesse da defesa do valor da Capela do Tesoureiro; o interesse do proprietário; e, o interesse da cidade e dos turistas. Amoroso Lopes alegava, por conseguinte, que “*êstes interesses se poderiam harmonizar com uma solução que fizesse reconstruir essa Capela em adaptação ou como elemento isolado num outro local da cidade*”.

Em 9 de março de 1959⁷⁴¹, o Asilo de Mendicidade de Coimbra, domiciliado defronte do Palácio da Justiça, no Colégio de S. Pedro, requeria à DGMEN a deslocalização do altar da Capela do Tesoureiro para as instalações da Igreja de S. Pedro, assumindo que esta solução permitiria valorizar a peça artística com autoria de João de Ruão. Deste modo, o altar seria enquadrado no espaço da Igreja de S. Pedro, voltando a desempenhar a função para a qual havia sido construída. Conquanto esta iniciativa não tenha sido deferida, até por motivos de direitos de propriedade, a sua proposta começava a esboçar uma tendência que passava a ser considerada daí em diante. Se a propriedade privada da Igreja de São Domingos não garantia as condições de proteção e de valorização do espaço classificado, passaria a ser considerada a deslocalização da capela para outro local, pese embora, a DGEMN de Lisboa emitisse um parecer, em 14 de março de 1959, a preferir a conveniência de não se equacionar a transferência de quaisquer elementos que pudessem contribuir para a desvalorização do bem⁷⁴².

Em 28 de outubro de 1959, o *Jornal Despertar*, de Coimbra, publicava um artigo assinado por Sílvio Pélico⁷⁴³ criticando a condição do imóvel da Igreja do Convento de São Domingos, com a abertura de um “*rasgão de alto a baixo*” na fachada para a Rua João de Ruão, “*obras que impressionavam pela sua largura*” e cujo objetivo imediato parecia ser transformar-se “*numa porta de serviço para a camionagem que ali se detém, faz paragens demoradas ou mesmo transbordo*”. Este texto esclarecido assumia o princípio da cidade enquanto organismo vivo e complexo, estando, portanto, sujeito às transformações decorrentes dos processos da própria vida. Todavia, também referia, explicitamente, no que ao património dizia respeito, deveria ser obrigatória a sua conservação, pugnando-se pela sua defesa do *tempo*, da *incúria* e da *ignorância dos homens*. O artigo relembra a abertura da Rua João de Ruão, “*saída em frente da Igreja da Graça (...) até à Rua Direita*” e questionava se não teria sido mais operativo se esta tivesse terminado na Avenida Fernão de Magalhães ou até mesmo ao rio “*paralelamente com a Avenida dos*

⁷³⁹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156154, de 20/11/1958.

⁷⁴⁰ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156160 e TXT00156161, de 27/01/1959.

⁷⁴¹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156165, de 12/03/1959.

⁷⁴² Ver a troca de ofícios, constantes em PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156157, de 28/11/1958 a TXT00156166, de 14/03/1959.

⁷⁴³ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156167 e TXT00156168, de 09/12/1959.

Oleiros”, conforme se delineava em algumas propostas de arruamentos urbanos para a Baixa, em planos urbanos, “*tão falados e nunca executados*”. Deste modo, a terminação definitiva da Rua de João de Ruão era marcada no espaço, ao ter *esbarrado numa pequena oficina de cerâmica* e, em desígnio, sem ter outro préstimo para além de artéria de cargas e descargas e de *descongestionamento de trânsito* da Rua da Sofia. Em 31 de dezembro de 1959, Amoroso Lopes, a propósito deste e doutros recortes de jornal que se referiam à situação da Capela do Tesoureiro, explanava⁷⁴⁴ “*manter o critério exposto na comunicação nº 102 de 27-1-59, que se baseava em reconstruir essa Capela num outro local da cidade*”. Todavia, acrescentava um dado novo e desconhecido das informações constantes nos ofícios do processo, trocados durante o ano de 1959. Amoroso Lopes admitia que a hipótese do MNMC lhe parecia de difícil concretização na sua adaptação, salvo se se considerasse “*a sua reconstrução anexa e integrada na Igreja actual de S. João de Almedina (Museu)*”. Parece evidente que esta hipótese do MNMC, como local de receção de uma possível transferência da Capela do Tesoureiro, não estaria a ser considerado pela primeira vez. No entanto, são desconhecidos documentos prévios a este ofício em referência, que refiram, claramente, o Museu Machado de Castro como possibilidade na equação dos locais para futura reconstrução da Capela do Tesoureiro, principalmente durante este ano de 1959, em que se equacionava pela primeira vez – em ofício de 27 de janeiro de 1959 – a possível transferência da Capela do Tesoureiro, conforme já referido. Sobre tal facto, corroboravam as palavras do arquiteto que alegava ser “*evidente que esta sugestão merece ser devidamente ponderada*”, parecendo-lhe, “*no entanto, a única capaz de dar satisfação integral a vários problemas que à sua volta se levantam, o que originaria ainda a necessidade de rever o problema da sua classificação*”. Devido a um temporal que assolaria Coimbra, em 28 de janeiro de 1960 era reportada⁷⁴⁵, pela DGEMN de Coimbra, a desagregação de um fragmento da fachada de alvenaria da parede lateral da Igreja de São Domingos, havendo que ser notificado o proprietário – a esta data⁷⁴⁶, o imóvel já havia sido adquirido pelos herdeiros de Joaquim Simões Dias, de Águeda.

Em 19 de agosto de 1960, a Junta Nacional da Educação emitia um parecer⁷⁴⁷ a propósito de uma exposição que a empresa Joaquim Francisco de Oliveira Lda. havia realizado. Conhecida como Oliveiras de Águeda⁷⁴⁸, arrendatária do imóvel e proprietária da empresa de transportes coletivos que operava no espaço da igreja, fazendo uso deste para *garagem, oficinas ligeiras e escritórios*, a empresa solicitava nessa exposição uma “*autorização para adquirir o prédio que em tempos constituía a Igreja de S. Domingos*”. No parecer emitido, a Junta Nacional da Educação aludia sinteticamente aos antecedentes, questões e factos de maior relevância do caso, nomeadamente: a precariedade do edifício, cujas obras nunca haviam sido concluídas; a indispensabilidade de ‘lembrar’ a responsabilidade dos seus proprietários na conservação do imóvel; a limitação do valor artístico da Capela do Tesoureiro, enquanto “*conjunto de maior merecimento da antiga Igreja de S. Domingos*”, uma vez que a “*estatuária há muito deixou de ornar os seus nichos e pedestais*” e se desconhecia “*o destino que teriam tido os seus retábulos renascentistas*”; adicionalmente, o valor em causa havia sido considerado reduzido, no parecer de João Couto, de 14 de agosto de 1948. Das condições do espaço, era enfatizada a localização imprópria do bem, com deficiente ou nenhuma iluminação natural “*sem o mínimo de condições que permitam o seu estudo ou a simples contemplação*”.

⁷⁴⁴ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156170, de 31/12/1959.

⁷⁴⁵ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156175, de 28/01/1960.

⁷⁴⁶ De acordo com os ofícios constantes do processo, em 11/04/1955, o proprietário da Igreja de São Domingos era José António de Figueiredo (PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156147, de 11/04/1955) e em 23/02/1959, os proprietários eram os herdeiros de Joaquim Simões Dias de Águeda (PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156163, de 23/02/1959). Por conseguinte, a propriedade do imóvel foi adquirida, entre 1955 e 1959.

⁷⁴⁷ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156185 e TXT00156186, de 19/08/1960.

⁷⁴⁸ A família Oliveira era oriunda de Águeda e era responsável pela empresa de transportes rodoviários coletivos de passageiros – Joaquim Francisco Oliveira, Lda. Nesse sentido, a empresa era vulgarmente denominada por Oliveiras de Águeda, fazendo referência à proveniência familiar do seu fundador.

Depois desta exposição prévia, o documento alegava que, para a conservação do bem de maior valor, a proposta a considerar deveria propor o seu destino noutra local da cidade, mediante o estudo conveniente das condições a impor já que o estado a que chegou a construção era da responsabilidade dos então, ainda, proprietários. Esta abertura para a mudança de local da Capela do Tesoureiro, considerada como “*uma situação mais conveniente, e até maior dignidade*”, constituía-se como um reforço da leitura técnica de Amoroso Lopes, do ano anterior.

Não obstante, era no ofício datado de 5 em janeiro de 1961⁷⁴⁹, que Luís Amoroso Lopes explicitava o enquadramento das possíveis soluções do caso, esclarecendo, para o efeito, a proveniência e influência da leitura técnica apresentada em 1959. Amoroso Lopes havia “*trocado impressões com o Professor Reis Santos, Director do Museu Machado de Castro, acerca do valor da Capela do Tesoureiro e a sua possível transferência*”, abrindo a possibilidade da desmontagem da Capela do Tesoureiro, para posterior remontagem. O arquiteto-chefe referia ainda que, as peças poderiam ficar à guarda do Museu Machado de Castro, enquanto não fosse definido o local efetivo, invocando o exemplo dado por Reis Santos, sobre um caso prévio de reconstrução de uma capela, que tinha ocorrido no Porto. Esta hipótese desenhava, em paralelo, a equação de três soluções: 1) construir a capela em terrenos anexos ao próprio museu, sob proposta de Luís Reis Santos, que a defendia do ponto de vista museográfico; 2) reconstruir a capela em local central da cidade, designadamente o Parque de Santa Cruz, também conhecido como Jardim da Sereia; e, ainda, 3) estudar a utilização da capela integrada num edifício religioso que a diocese tivesse planeado, condicionado à aprovação da solução por parte da DGEMN, sendo esta a opção preferida do arquiteto-chefe. Posteriormente, em 16 de janeiro de 1962⁷⁵⁰, era explorada a possibilidade de os custos decorrentes da reconstrução e eventual aquisição de terrenos ser assumida pelo proprietário, desonerando deste modo as responsabilidades estatais quanto a despesas perante a eventual deslocalização da capela.

Este leque de hipóteses conduzia à exploração da possibilidade da Diocese vir a ficar com a posse da Capela do Tesoureiro, situação que é concretizada afirmativamente através de carta do arcebispo de Coimbra, Ernesto Sena de Oliveira, em 3 de fevereiro de 1962⁷⁵¹, após contacto estabelecido por Amoroso Lopes no dia anterior. Em 6 de fevereiro⁷⁵², o arquiteto-chefe da 4ª Secção dos Monumentos Nacionais de Coimbra informava o arquiteto-chefe da Repartição Técnica da DGEMN de Lisboa, do sucesso da exposição que havia realizado em 2 de fevereiro com o arcebispo, adiantando que, o requerimento da empresa Joaquim Francisco de Oliveira, Lda. poderia ser deferido à condição da imediata autorização da “*celebração de compromisso da reconstrução dessa Capela*” em lugar designado pela Diocese, “*porque todos os interesses se conjugam na resolução deste problema*”. Todavia, os serviços de Lisboa mostravam-se mais reservados e prudentes, ao preferirem que primeiramente estivesse garantida, de facto, a integração da capela no futuro complexo religioso e, só posteriormente, se daria seguimento ao requerimento dos Oliveiras de Águeda, “*relativo à aquisição e demolição da Igreja de São Domingos*”⁷⁵³.

A TRANSFERÊNCIA DA CAPELA DO TESOUREIRO PARA MONTES CLAROS

Em ofício, datado de 23 de março de 1962⁷⁵⁴ e dirigido ao diretor da DGEMN, arquiteto João Filipe Vaz Martins, o arcebispo propunha a integração da capela num projeto de uma nova igreja, que seria desenvolvido brevemente, para um terreno em Montes Claros (que já seria propriedade da Diocese) onde

⁷⁴⁹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156189 e TXT00156190, de 05/01/1961.

⁷⁵⁰ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156191, de 16/01/1962.

⁷⁵¹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156193, de 03/02/1962.

⁷⁵² Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156197 e TXT00156198, de 06/02/1962.

⁷⁵³ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT0015620 e TXT00156202, de 28/03/1962.

⁷⁵⁴ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156195 e TXT00156196, de 23/03/1962.

estava localizado, à época, o Matadouro Municipal – cujo edifício se pretendia mandar demolir. Tendo em conta que havia falta de um templo capaz de responder às necessidades da comunidade, o Arcebispo solicitava celeridade no deferimento do processo de transferência e do processo de reconstrução da capela para o local previsto, uma vez que, numa primeira fase, a Capela do Tesoureiro colmataria essa lacuna. Não obstante, para o arcebispo, a pior das hipóteses seria a arrumação das peças constitutivas da capela, no local, desde que ajustados os calendários e prazos entre a elaboração do projeto da igreja de Montes Claros com a remodelação do espaço da antiga Igreja de São Domingos, que a empresa Oliveiras de Águeda pretendia desenvolver, tendo em conta as verbas necessárias para efetivar o pretendido e os tempos necessários ao projeto.

No mesmo dia, a repartição da DGEMN de Coimbra envia ofício⁷⁵⁵ à de Lisboa, a dar conta da continuação do interesse do Prelado da Diocese de Coimbra, na propriedade e reconstrução da Capela do Tesoureiro. Adicionalmente, era alertada a questão da conjugação de interesses entre todos os intervenientes, no desenho da equação da Capela do Tesoureiro ir para Montes Claros, devido às possíveis incompatibilidades de calendário. Na continuação desta missiva, no dia seguinte, em ofício de 24 de março⁷⁵⁶, a repartição de Coimbra informava a de Lisboa, sobre a reunião ocorrida no dia anterior entre o arcebispo, o presidente da CMC e o arquiteto-chefe Amoroso Lopes, onde se tinha discutido o problema do ajuste de calendário, nomeadamente: de acordo com informações prestadas pelo Presidente da CMC, só daí a um ou dois meses, o Matadouro Municipal seria desocupado; tal informação implicava que só nessa altura, a Diocese assumiria a posse integral do terreno, conquanto já fosse sua proprietária. Ou seja, haveria o prazo de um a dois meses para elaboração de um estudo prévio capaz de integrar a Capela do Tesoureiro no futuro complexo religioso de Montes Claros, de modo que “*a implantação da Capela não contrarie a melhor e mais conveniente disposição da nova Igreja e conseqüente aproveitamento do terreno*”.

A autorização para aquisição do imóvel, pelos Oliveiras de Águeda, só seria emitida após parecer favorável da Junta Nacional da Educação de 13 de abril de 1962⁷⁵⁷ e homologado em 28 de abril de 1962⁷⁵⁸, prevendo a autorização do seu “*apeamento comprometendo-se a firma requerente a reconstruir a citada Capela no local que lhe for indicado, propondo-se, ainda, a entrega ao Estado de qualquer cantaria da antiga Igreja de S. Domingos no qual se reconhecesse interesse*”. Através da Ordem de Serviço nº 3.110 de 4 de maio de 1962 da DGEMN de Lisboa⁷⁵⁹, havia sido oficializada a autorização para a demolição da Igreja de S. Domingos e a reconstrução da Capela do Tesoureiro em Montes Claros.

Em 1963 era realizada uma demolição do prédio com os números 137 a 141, na Rua da Sofia, colocando à mostra a fachada sul da Igreja de São Domingos. Tal facto era notícia no *Diário de Coimbra* de 22 de abril⁷⁶⁰ desse mesmo ano. No artigo, mais uma vez, se criticava a utilização do espaço da igreja, com a alegação daquele edifício e espaço se constituírem como “*restos de um passado cheio de tradições, eles gritam ainda, no desespero das coisas ameaçadas de se perderem*” e equacionava-se sobre “*o que poderia ser a cidade de Coimbra se todos os seus monumentos, mesmo os de menor valia, tivessem sido recuperados para o seu património, conservados e restaurados, libertos de excrescências e atropelos*”. O artigo constatava que tal possibilidade não se tinha sucedido e lamentava a impotência sentida perante a perda de património de Coimbra, “*em muitas das suas ruas, em alguns dos seus bairros, aquelas*

⁷⁵⁵ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156199, de 23/03/1962.

⁷⁵⁶ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156200, de 24/03/1962.

⁷⁵⁷ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156220, TXT00156221, TXT00156222 e TXT00156223, de 07/01/1964.

⁷⁵⁸ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156204, de 28/04/1962.

⁷⁵⁹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156211, de 08/05/1963 e TXT00156212, de 15/05/1963.

⁷⁶⁰ Em 2 de maio de 1963, os serviços da Secção de Expediente Técnico redigiam a transcrição do recorte do artigo de jornal intitulado “Um património que se perde”, publicado em *Diário de Coimbra* de 22/04/1963. Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156208 e TXT00156209, de 02/05/1963.

características próprias das cidades que se preparam para o futuro, um futuro que não é só de modernismos e materialismos, mas de evocação do Passado como fonte de atracção de curiosidade daqueles que hoje designamos genericamente por turistas”.

Em paralelo, o anteprojeto esquematizado, com base num programa orientador para o futuro Centro Religioso de Montes Claros⁷⁶¹, era desenvolvido pelo arquiteto Amoroso Lopes – autor do edifício onde acabava de ser inaugurado o Museu Monográfico de Conímbriga –, com a colaboração do arquiteto Álvaro da Fonseca – que, à data, também estava ligado a outros projetos patrocinados pela Diocese de Coimbra. O anteprojeto considerava a localização da capela, sem prejuízo das restantes operações e obras projetadas, sendo estas condicionadas ao escalonamento material possível. Deste modo, os argumentos começavam a transparecer a consciência das dificuldades de construção de um centro religioso num curto prazo, colocando em causa a celeridade do processo de desmantelamento e consequente reconstrução da Capela do Tesoureiro, por interesses óbvios da sua salvaguarda.

Todavia, para os serviços dos Monumentos Nacionais, o importante era a resolução da reconstrução do bem classificado para a sua valorização e, nesse sentido, elencavam os fatores considerados positivos no programa e anteprojeto, para atingir o objetivo proposto: 1) a finalidade da capela seria para atos batismais, de acordo com o programa orientador; 2) a capela seria implantada separadamente do edifício da igreja; 3) o facto de não haver elementos de interesse arquitetónico nos paramentos exteriores da capela colateral da Igreja de S. Domingos – espaço que albergava a Capela do Tesoureiro. De facto, especialmente por causa de terceiro argumento, parecia ser mais razoável, ao arquiteto, resistir à tentação de proceder ao tratamento da fachada da capela, introduzindo com isso, novas leituras no monumento. Por esse motivo, Amoroso Lopes propunha adoçar, às laterais da capela, outras dependências consideradas no programa orientador, delineando uma conjugação de volumes independentes entre si. A proposta salvaguardava a reconstrução da Capela do Tesoureiro num primeiro momento, podendo esta garantir, provisoriamente, o lugar de realização do culto, aproveitando o nártex projetado; a porta de acesso era delineada no eixo longitudinal do imóvel, protegida por um *alpendre singelo* provisório. Esta conceção permitia que a Capela do Tesoureiro tivesse um enquadramento *indispensável* completado com uma *criteriosa arborização*, dando ao conjunto “*um aspecto agradável sem comparação com o que actualmente rodeia a “Capela do Tesoureiro”*”. Por estes motivos, a DGESBA⁷⁶² considerava que o anteprojeto devia ser aprovado, garantindo que, se dificuldades aparecessem no decorrer dos trabalhos, estas seriam resolvidas com “*superior critério e elevada competência pelo Arquitecto*” Amoroso Lopes, responsável pela direção da obra, por ser “*conhecedor profundo do restauro dos Monumentos*” e autor de variados projetos e obras de arquitetura.

Em 23 de março de 1964, nova notícia no *Diário de Coimbra*⁷⁶³ informava que brevemente a Igreja de S. Domingos ficaria devoluto, uma vez que era pública a informação sobre a construção de novas instalações para a atividade da empresa de transportes rodoviários coletivos dos Oliveiras de Águeda, localizadas na Avenida de Fernão de Magalhães – a atual estação rodoviária. Sob esta perspetiva o artigo do *Diário de Coimbra* alegava que esta condição era propícia à aquisição do edifício que poderia ter nova função, depois de reabilitado e devidamente aproveitado. Sob este argumento era avançada a hipótese de ali se constituir um novo museu da cidade e até da região, tendo em conta o limitado espaço disponibilizado na Torre de Almedina para o efeito. Sensível aos argumentos do seu congénere, o *Comércio do Porto*, em 23 de junho desse ano, publicava um artigo intitulado “*A cidade precisa de um salão de exposições*”⁷⁶⁴, defendendo as

⁷⁶¹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156220, TXT00156221, TXT00156222 e TXT00156223, de 07/01/1964.

⁷⁶² Idem.

⁷⁶³ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156227, de 01/04/1964.

⁷⁶⁴ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156233 e TXT00156234, de 26/06/1964.

pretensões avançadas pelo *Diário de Coimbra* meses antes. Esta questão já seria, por conseguinte, objeto de discussão entre a DGEMN de Coimbra e de Lisboa, concluindo-se, porém, pela sua não consideração, mantendo-se, consubstancialmente, a estratégia de inserção da capela num edifício religioso⁷⁶⁵.

Em 25 de julho de 1964, o arcebispo Ernesto Sena de Oliveira requeria⁷⁶⁶, ao Ministro das Obras Públicas, as verbas necessárias para o subsídio do arranjo e restauro das peças da Capela do Tesoureiro que se encontravam danificadas e daquelas que, porventura, se viessem a danificar. Esta necessidade decorria do facto de terem sido já acordadas as despesas referentes à desmontagem e à reconstrução, pese embora, não tivesse ficado acordado sobre a rúbrica em causa: a empresa Joaquim Francisco Oliveira Lda. ficava responsável pelas despesas inerentes à desmontagem das peças na Igreja de São Domingos, seu transporte para Montes Claros e a montagem das peças da Capela do Tesoureiro; e a igreja tinha ficado responsável pelas despesas das fundações para receber a reconstrução da capela, bem como com a regularização das paredes exteriores e o travamento da respetiva cobertura, de acordo com o anteprojecto e indicações do arquiteto-chefe Amoroso Lopes. A resposta surge por ofício da DGEMN de Lisboa, em 4 de agosto⁷⁶⁷, remetendo a solicitação para o parecer da Junta Nacional de Educação de 7 de janeiro de 1964.

No seguimento deste contratempo, Amoroso Lopes esclarecia a responsabilidade da Diocese de Coimbra, em 12 de outubro⁷⁶⁸, dos encargos com a reposição das cantarias deterioradas ou em desagregação “*por fenómenos físicos que igualmente se verificam em grande parte de alguns imóveis classificados em Coimbra*” e que vinha a receber atenção do Laboratório Nacional de Engenharia. Adicionalmente, o arquiteto-chefe esclarecia que devido à especificidade do trabalho de apeamento das peças da Capela do Tesoureiro, a empresa Joaquim Francisco Oliveira Lda. havia confiado no critério do próprio Amoroso Lopes, para escolher e nomear pessoal especializado nesse trabalho, “*sem qualquer observação referente aos maiores encargos que para ela representasse*” tal solução. Sobre esta matéria, Amoroso Lopes informava que a sua seleção tinha recaído sobre o construtor Anselmo Costa e que o trabalho de desmontagem já estava concluído, havendo só que concluir os trabalhos acordados entre as partes. A ordem inequívoca nesse sentido seria dada em 24 de novembro de 1964⁷⁶⁹, pelo arquiteto-chefe da Repartição Técnica da DGEMN de Lisboa que, depois de tomar conhecimento da desmontagem da Capela do Tesoureiro, instruíra uma Ordem de Serviço nº 7146, no sentido da diligência para a “*sua imediata reconstrução no local previsto*” e autorizado, ou seja, em Montes Claros.

Em 22 de janeiro de 1965⁷⁷⁰, Amoroso Lopes, no seguimento das últimas diligências que proporcionavam atrasos consideráveis na concretização dos objetivos estabelecidos pela DGEMN, expressava o seu profundo desgosto com toda a situação e elaborava uma síntese dos acontecimentos, de modo a estabelecer um ‘ponto da situação’, para os serviços de Lisboa. O relato iniciava com o requerimento de 1960, em que a empresa Joaquim Francisco Oliveira Lda. solicitava a autorização para aquisição do imóvel onde desenvolvia a sua atividade – a Igreja de São Domingos – e que, por princípio de igualdade, promovido pela secção, não haveria inconveniente por ser um ou outro proprietário, sendo emitido um parecer favorável da Junta Nacional da Educação. Em 1961, o arquiteto-chefe sublinhava o parecer favorável da Junta Nacional de Educação sobre a transferência da Capela do Tesoureiro para outro local a estudar convenientemente; a própria secção de Coimbra, também emitia parecer favorável, avançando com três

⁷⁶⁵ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156229, de 02/05/1964, TXT00156230, de 13/05/1964, TXT00156235, de 10/07/1964 e TXT00156236, de 16/07/1964.

⁷⁶⁶ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156239 e TXT00156240, de 25/07/1964.

⁷⁶⁷ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156242, de 04/08/1964.

⁷⁶⁸ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156251, TXT00156252 e TXT00156253, de 12/10/1964.

⁷⁶⁹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156254, de 24/11/1964.

⁷⁷⁰ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156255 a TXT00156259, de 22/01/1965.

hipóteses de locais, tendo em vista uma maior valorização do bem classificado e nesse sentido, haviam sido desenvolvidos os contactos com a Diocese de Coimbra, por ser a entidade responsável pelo local considerado como sendo a melhor opção. Em 1962, relembra-se o parecer favorável para a transferência da Capela do Tesoureiro, desde que garantidas as condições para o seu apeamento e imediata reconstrução, bem como, os esforços e ajustes de encargos realizados entre a empresa proprietária, a Diocese, a CMC e a Secção da DGEMN de Coimbra, após o interesse manifestado pela Diocese em incorporar a capela para atos batismais no futuro Centro Religioso de Montes Claros, a construir no terreno do antigo Matadouro Municipal. Em 1964, era sublinhado a redação firmada em 16 de julho, das responsabilidades e dos encargos que ficavam sob alçada quer da Diocese, quer dos Oliveiras de Águeda. Amoroso Lopes acrescentava a iniciativa particular do arcebispo junto do ministro das Obras Públicas, na expectativa de lhe ser concedido um subsídio para atenuar os seus encargos no processo. Pela leitura do arquiteto-chefe, esta iniciativa estaria na origem dos atrasos e dos problemas que impediam a imediata reconstrução da capela em Montes Claros, conforme acordado; e acrescentava mais dois fatores que explicavam o aparente desinteresse e recuo da Diocese – a estatuária danificada, que aliás era assunto conhecido desde o parecer de João Couto em 1948 e, sobretudo, os encargos financeiros que a Diocese não queria dispensar e, por conseguinte, pretendia imputar à firma dos Oliveiras de Águeda.

Na sua sequência, por ofício de 5 de abril de 1965⁷⁷¹, onde o arcebispo Ernesto de Sena Oliveira expunha a sua versão dos factos ao diretor geral da DGEMN, começava-se a vislumbrar o teor das dúvidas referentes à reconstrução da Capela do Tesoureiro, em Montes Claros. De acordo com a sua exposição, o Arcebispo alegava que o entendimento que teria tido sobre as despesas, cujas responsabilidades seriam ancoradas à Diocese, diziam respeito a uma fase de *rebocos* e de *manutenção futura* e, por isso, posterior à reconstrução da capela. Deste modo, as dúvidas e os mal-entendidos remetiam para questões do foro técnico. Ou seja, para o arcebispo de Coimbra, a Capela do Tesoureiro constituía-se como um edifício autónomo e não, como um espaço interior definido por uma placagem pétreia adossada a paredes estruturais exteriores – justificando esse facto com a data de 2 de outubro de 1964, a partir da qual se passaria a designar a Capela do Tesoureiro por “*capela interior*”, tendo sido, nessa altura, devidamente esclarecido que a capela só poderia “*existir dentro ou encrustada numa parede cuja espessura deve ser tal que possa aguentar a dita Capela do Tesoureiro*” – e estes seriam os trabalhos, compreendidos pelas outras partes como, *regularização das paredes exteriores e travamento da cobertura*.

Esta leitura, já havia sido transmitida, de resto, ao presidente da CMC, em 9 de março prévio⁷⁷². A relação de justificação com a Câmara Municipal advinha do contrato estabelecido previamente entre as duas entidades – CMC e Diocese – para a troca e cedência de terreno e consequente construção de um futuro Centro Religioso em Montes Claros, um bairro com grande crescimento populacional. Uma das condicionantes e cláusulas do contrato definiam que, antes da demolição da “*Capela existente no antigo bairro D. Manuel de Bastos Pina*”, a CMC “*construiria à sua custa uma Capela provisória no terreno do antigo Matadouro Municipal – Capela que ficaria a funcionar até se poder construir a futura Igreja Paroquial*”. Entretanto, chegava a hipótese de integrar a Capela do Tesoureiro no estudo do futuro Centro Paroquial de Montes Claros, que havia sido muito bem aceite pela Diocese. A gestão da Diocese do processo concertava que, o dinheiro disponibilizado pela CMC, para a concretização do cumprimento da cláusula estabelecida, seria canalizado para a integração da Capela do Tesoureiro no projeto, tendo havido

⁷⁷¹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156265 a TXT00156271, de 05/04/1965.

⁷⁷² Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156272 e TXT00156273, de 09/03/1965.

uma deficiente avaliação dos custos implicados para a sua reconstrução, designadamente, nas questões de fundações e de reforço de paredes para aguentar as peças de pedra.

Mediante o cabal esclarecimento do teor dos trabalhos necessários, o arcebispo afirmava que, naquelas condições, não convinha “à Igreja a reconstrução da referida Capela no terreno do velho Matadouro Municipal”, informando, adicionalmente, das condições das peças desmontadas que constituíam a Capela do Tesoureiro: “*e continuam os materiais da infeliz Capela do Tesoureiro amontoados e sujeitos ao tempo, no terreno do antigo Matadouro Municipal, com grave prejuízo (ou até risco grave de perda) para essa capela, em si, que o mesmo é dizer para o Património Nacional, que urge defender*”⁷⁷³.

A TRANSFERÊNCIA DA CAPELA DO TESOUREIRO PARA O MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO⁷⁷⁴

Apesar dos esforços, o facto da incapacidade da Diocese avançar com as obras do Centro Religioso a curto prazo e o facto das peças da Capela do Tesoureiro amontoadas no terreno do antigo Matadouro Municipal mostravam ser urgente definir uma nova estratégia e reequacionar as possibilidades de acolhimento da capela, de modo a que esta pudesse ser devidamente valorizada. Esta nova circunstância obrigava a reflexões da parte dos responsáveis pelo anteprojecto e pelo Serviço dos Monumentos Nacionais. Se por um lado havia inconvenientes resultantes de uma longa exposição da Capela do Tesoureiro, “*completamente isolada num amplo terreno*”, visto que o seu exterior era “*desgracioso e desproporcionado*” pela falta de enquadramento da igreja original, por outro lado, havia já antecedentes similares, nomeadamente, na Igreja da Redinha, do concelho de Pombal, que resultaram na mutilação das esculturas e retábulos, solução à qual os responsáveis não estariam dispostos a responder favoravelmente.

Se Montes Claros havia sido uma escolha inviabilizada, ainda restavam duas opções em aberto. De modo a não arrastar o processo por demasiado tempo e retomando o leque de opções iniciais, a solução final para a reconstrução da Capela do Tesoureiro recaiu sobre o MNMC, onde ainda hoje se encontra. No museu, a Capela do Tesoureiro estaria enquadrada por um vasto espólio de escultura de mestres franceses, sendo João de Ruão o mais representativo. Consequentemente, em 6 de agosto de 1965, através de Ordem de Serviço nº 4995⁷⁷⁵, era formalizada a determinação de se estudar a implantação da Capela do Tesoureiro no MNMC. Em 13 de fevereiro de 1966⁷⁷⁶, o diretor do museu pronunciava-se favoravelmente ao projeto de reconstrução da capela nas suas instalações, sendo as obras iniciadas, formalmente, em 18 de maio de 1966⁷⁷⁷.

A demolição da capela colocava uma questão, que já havia sido abordada anteriormente e que, perante este novo cenário circunstancial, teria uma maior acutilância: a desclassificação da Igreja de S. Domingos. Esta posição era abordada e assumida pela Secção da DGEMN de Coimbra, no ofício enviado para a tutela, em 10 de abril de 1967⁷⁷⁸, que informava também sobre a fase final das obras de reconstrução que estariam “*em vias de conclusão, procedendo-se (...) ao assentamento da abobada*”. Em 25 de agosto eram reiterados os argumentos da injustificação de manutenção de zona de proteção ao primitivo lugar de assentamento da Capela do Tesoureiro, ou seja, à Igreja de São Domingos, visto que a capela já se encontrava devidamente instalada no MNMC⁷⁷⁹. O debate interno sobre a desclassificação da Igreja ‘inacabada’ de São Domingos

⁷⁷³ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156265 a TXT00156271, de 05/04/1965.

⁷⁷⁴ Sobre o desenvolvimento deste tópico consultar o artigo “A conservação pela transformação: a Capela do Tesoureiro da autoria de João de Ruão”, no presente capítulo.

⁷⁷⁵ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156346, de 04/09/1965.

⁷⁷⁶ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156402, de 13/02/1966.

⁷⁷⁷ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156418, de 28/05/1966.

⁷⁷⁸ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT 00156423, de 10/04/1967.

⁷⁷⁹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT 00156447, de 25/08/1967.

mostrava-se recorrente até ao despacho nº 2432 da DGESBA, em 20 de maio de 1968⁷⁸⁰, que mandava classificar a Rua da Sofia como Imóvel de Interesse Público (IIP), estando à data de 8 de fevereiro de 1969 a repartição da DGEMN de Coimbra a trabalhar no projeto da sua respetiva zona de proteção.

O CENTRO COMERCIAL DA RUA DA SOFIA

A Rua da Sofia era classificada, no seu conjunto, como IIP, através do decreto nº 516/1971⁷⁸¹, de 10 de novembro de 1971; em paralelo, no mesmo diploma, era eliminada da relação dos Monumentos Nacionais a “*Capela do Tesoureiro (numa das absides da Igreja de S. Domingos)*”. Por um lado, pesava o facto de a capela já se encontrar instalada no MNMC e estar assegurada a sua proteção, enquanto conteúdo museológico. Por outro lado, a deslocalização da Capela do Tesoureiro deixava feridas irreparáveis no imóvel da Igreja de São Domingos, tornando ‘praticamente’ impossível a sua recuperação já que havia sido deslocada a sua parte considerada ‘mais preciosa’. Deste modo, a ‘oferta’ da Capela do Tesoureiro ao MNMC e o suporte dos custos da sua instalação, pelos anteriores proprietários, haviam criado uma oportunidade para se fazer a tão ambicionada transformação funcional do edifício⁷⁸².

Não seria inoportuno, portanto, que tivesse dado entrada na CMC, em 11 de maio de 1978⁷⁸³, um projeto para a realização de obras para ocupação do terreno da “*inacabada Igreja de S. Domingos, no ângulo das ruas da Sofia e João de Ruão e num terreno que nesta última rua lhe era anexo*”⁷⁸⁴, destinado aos usos de serviços e de comércio. O processo de licenciamento do Centro Comercial da Rua da Sofia⁷⁸⁵ desenvolveu-se ao longo de 11 anos, estando previsto espaços destinados a parque de estacionamento automóvel, consultórios, centro comercial e escritórios. Na prática, aquilo que se pretendia era a maximização de uso do terreno, tendo em conta a sua maior rentabilização económica.

Em 12 de junho de 1978⁷⁸⁶, instruía-se o processo de licenciamento com várias peças desenhadas, nomeadamente, planta topográfica a assinalar o local (1 folha), plantas das duas caves, piso 0, piso 1, piso 2, piso 3, piso 4 e piso 5, alçado da Rua da Sofia e o alçado da Rua João de Ruão (9 folhas). Em 30 de agosto de 1978⁷⁸⁷, era realizado um aditamento ao processo, com a *memória descritiva* do projeto e oito fotografias, como resposta à CMC, que havia solicitado elementos para ilustrar e esclarecer a proposta, designadamente, através de fotografias e descrição de “*materiais e cores a aplicar na fachada, incluindo portas, janelas, varandas e respectivas grades*”⁷⁸⁸. Em *memória descritiva*, de 28 de agosto de 1978⁷⁸⁹, a equipa projetista afirmava que se iria tentar “*reproduzir por moldagem, o brasão dos duques de Aveiro e a Cruz de Santiago*”, da fachada virada para a Rua da Sofia, *cujas faltas eram muito sensíveis nesse alçado*, bem como, tentar reproduzir “*as grades de ferro dos dois vãos de sacada que constituem o motivo central de 1º andar*”. Adicionalmente, também afirmava que acatariam com a recomendação dos técnicos da CMC e da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), caso a proposta de se proceder à execução da *caixilharia em alumínio anodizado* por ser “*mais duradouro e de menor conservação do que a madeira*” – quer para a

⁷⁸⁰ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT 00156455, de 08/02/1969.

⁷⁸¹ Publicado em Diário do Governo nº 274/1971, I série, de 22/11/1971, p. 1798-1799.

⁷⁸² Em tom premonitório, Correia e Gonçalves apontavam que, “*salvo o que puder constituir, espécies de museu, tem de ser abandonada ao destino que os proprietários lhe queiram dar*” (1947, pp. 88–89).

⁷⁸³ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA 1108.1: CMC-003347, 20/08/1979.

⁷⁸⁴ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA 1108.1: CMC-004948, 17/12/1980 e *memória descritiva*, de 09/12/1980 (anexo 2 do requerimento da empresa de construções Ciferro, Lda.).

⁷⁸⁵ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA 1108.1: CMC-003347, 20/08/1979: *memória descritiva*, de 13/08/1979 (anexo do requerimento da empresa de construções Ciferro, Lda.).

⁷⁸⁶ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA 1108.1: CMC-002330, de 12/06/1978: requerimento da empresa de construções Ciferro, Lda.

⁷⁸⁷ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA 1108.1: CMC-003534, de 30/08/1978: requerimento da empresa de construções Ciferro, Lda.

⁷⁸⁸ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA 1108.1: ofício nº 1676, de 16/08/1978.

⁷⁸⁹ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA 1108.1: CMC-003534, de 30/08/1978: anexo do requerimento da empresa de construções Ciferro, Lda.

fachada da Rua da Sofia, como em todo o piso 0 e ainda para a fachada da Rua João de Ruão – não fosse aceite. Adicionalmente, também era proposto “*encarar o betão descobrado*” como material eleito para as “*estruturas horizontais e guardas das varandas*”.

Em reunião de 30 de novembro de 1978, a CMC deliberava que *tecnicamente nada haveria a opor à solução apresentada*, passando o ónus da decisão para a responsabilidade da DGPC⁷⁹⁰, que teria que emitir parecer relativamente ao “*estudo de conservação da Rua da Sofia*”, onde a construção em análise se localizava e integrava⁷⁹¹. Todavia, em 11 de janeiro de 1979⁷⁹², era a Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural (COISPCN), que assinava um parecer onde, embora aceitasse o princípio da reconstrução do prédio “*segundo uma gramática arquitectónica diversificada*” da existente e assumindo “*inequivocamente a época em que se insere no tecido urbano pretérito*”, considerava que não estavam reunidas as condições para que fosse garantida a valorização da construção inicial que deveria ser “*muito criteriosamente*” salvaguardada.

Estes argumentos esboçavam o desenho da redação da Carta de Veneza⁷⁹³ de 1964, sob a evocação *brandiana* da *unidade* da obra (Brandi, 2006, p. 16) e das *lacunas* existentes que interrompiam a leitura dessa unidade (Brandi, 2006, p. 19): a COISPCN *não apoiava* o estudo apresentado, por considerar que o resultado documentava “*um hibridismo formal que não contribui para a obtenção da indispensável unidade*”. Esta avaliação baseava-se tanto sobre a proposta da construção nova de algumas partes do projeto, como a cimalha lateral da igreja ou o remate do transepto, sobre aquilo que restava do edifício da Igreja de São Domingos, como sobre fachada prevista para a Rua João de Ruão e da sua integração com o seu contexto urbano. Desse ponto de vista, a COISPCN alertava para a necessidade do estudo ser “*frontalmente revisto em moldes de se obter uma solução de muito boa qualidade estética*”⁷⁹⁴. Pela leitura do texto da Carta de Veneza de 1964, caberia às entidades responsáveis a permanente manutenção dos monumentos, conforme apontava o seu artigo 4º. Todavia, a questão do uso também devia ser equacionada, já que o documento defendia que a verdadeira conservação residia na permanente possibilidade de uso efetivo do edifício, garantindo, desta forma, uma manutenção regular. Sob essa perspetiva, a Carta de Veneza alegava no seu artigo 5º, para um favorecimento da adaptação do edifício a usos contemporâneos e úteis à sociedade, sem contudo, deixar de impor limites a essa adaptação, como o não poder nem dever alterar a organização espacial dos edifícios nem a sua decoração, ou seja, só a adaptar o estritamente necessário à realização da nova função, exigido “*pela evolução dos usos e dos costumes*”. Ainda assim, e de acordo com o seu artigo 6º, “*a conservação de um monumento implica a conservação de um enquadramento à sua escala*”, porque este seria, de facto, um testemunho da história, conforme se explicitava no artigo 7º e, da vivência humana num determinado local, sendo, por isso, não tolerável a sua

⁷⁹⁰ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA 1108.1: ofício nº 2632, de 05/12/1978.

⁷⁹¹ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA 1108.1: ofício nº 2631, de 05/12/1978.

⁷⁹² O parecer da COISPCN (processo nº 78/18-3(16), ofício nº 000708, de 18/01/1979), enviado pelo serviço responsável pelos licenciamentos da CMC à empresa promotora do projeto, serve de base técnica justificativa para que o despacho do presidente da CMC avançasse no sentido de indeferir o processo. Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA 1108.1: CMC-000779, de 22/01/1979: anexo ao ofício nº 422, de 22/02/1979.

⁷⁹³ *Carta de Veneza* – carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios: nome pelo qual ficara conhecida a Ata do segundo Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado entre 25 e 31 de maio de 1964, em Veneza e adotada pelo ICOMOS, em 1965. O seu propósito passava por avaliar e criticar a evolução da perceção sobre os domínios explorados e os princípios do texto da *Carta de Atenas de 1931*, tendo em conta as diversidades e complexidades contemporâneas, colocadas num período pós-guerra; adicionalmente, interessava, ainda, aprofundar esses domínios e princípios e proceder ao alargamento do seu âmbito filosófico e concetual, como forma de resposta aos novos cenários conjunturais – culturais, sociais e económicos, verificados à escala mundial – aliados a uma maior consciencialização das questões de salvaguarda e de proteção do património. Cf. (ICOMOS, 1965; F. Lopes & Correia, 2004).

⁷⁹⁴ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA 1108.1: CMC-000779, de 22/01/1979: ofício nº 000708, de 18/01/1979 do processo nº 78/18-3(16): parecer da COISPCN enviado pela DGPC – Secretaria de Estado da Cultura, do Ministério da Educação e da Cultura.

deslocação, do todo ou de uma parte do monumento. Essa deslocação romperia com as ligações espaço-temporais que nos permitiam avaliar o monumento no seu contexto.

Em 20 de agosto de 1979, a Ciferro, Lda. apresentava um requerimento para “*reformulação/remodelação do estudo tendo em conta as apreciações feitas por parecer da SEC*”⁷⁹⁵ (COISPCN/DGPC), defendendo em memória descritiva⁷⁹⁶ que, por causa “*do estado cada vez mais arruinado da estrutura patrimonial ainda ali existente*” mas “*em degradação crescente e mesmo perigoso*” “*para além do risco cada dia mais eminente de uma derrocada*”, era feita uma remodelação a todo o estudo. Nesse sentido, pretendiam responder às sugestões do parecer enviado pela Secretaria de Estado da Cultura e, “*encarar de imediato uma operação de preservação do volume histórico a conservar*”. Para tal, seria equacionado em projeto a consolidação das paredes a manter, a reconstrução de coberturas e a construção de uma “*estrutura mínima ideal para o suporte dos pavimentos de possível ocupação, fazendo desde já a escavação de duas possíveis caves para estacionamento de automóveis*”⁷⁹⁷; o piso 0 seria utilizado para fins comerciais, o piso 1 destinado a galeria de apoio ao piso 0, os pisos 2 e 3 destinados a escritórios e o piso 4, sem função atribuída, poderia vir a ser ocupado por programa idêntico aos pisos 2 e 3. Havia, ainda, “*o cuidado de valorizar os vestígios de interesse arquitectónico sobreviventes para além do volume da histórica e inacabada Igreja*”⁷⁹⁸, manter “*intacta a Capela de Nossa Senhora da Assunção, em razoável estado*”⁷⁹⁹, bem como, outros elementos dispersos “*como o que enquadra parte da entrada da Rua João de Ruão pelo lado interior, óculos, frestas*”⁸⁰⁰. Adicionalmente, havia, também, interesse na valorização da fachada principal “*pela inclusão de cópias moldadas do brasão dos Duques de Aveiro e da Cruz de S. Domingos, retiradas para o Museu Machado de Castro*”⁸⁰¹.

No parecer técnico posterior, enviado em 10 de outubro de 1979⁸⁰², a COISPCN/DGPC já considerava que estavam reunidas as condições necessárias para o processo ser deferido, uma vez que se verificava “*haver da parte do arquitecto autor do projecto o melhor espírito de colaboração no sentido de corresponder às observações anteriormente produzidas*”, tendo este sido deferido como “*ante-projecto condicionado*”, aprovado por despacho em 8 de novembro de 1979⁸⁰³.

Em 17 de dezembro de 1980, eram entregues várias peças desenhadas⁸⁰⁴ (assinado por JAMB, mais duas assinaturas, presumivelmente, de arquitetos e não identificáveis, um termo de responsabilidade de José Teles de Oliveira, engenheiro civil) e escritas para instruir a fase de projeto de execução⁸⁰⁵, que não apresentava alteração em relação ao anteprojecto aprovado⁸⁰⁶, com exceção da “*imediate consolidação do que sobrevive da Igreja, cada vez mais em risco de desmoronamento*”, bem como, das “*paredes vizinhas do*

⁷⁹⁵ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA 1108.1: ofício nº 003347, de 20/8/1979: requerimento da empresa Ciferro, Lda. para a CMC.

⁷⁹⁶ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA 1108.1: ofício nº 003347, de 20/08/1979: *memória descritiva*, de 13/08/1979 (anexo do requerimento da empresa de construções Ciferro, Lda. para a CMC).

⁷⁹⁷ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: ofício nº 003347, de 20/08/1979: *memória descritiva*, de 13/08/1979 (anexo do requerimento da empresa de construções Ciferro, Lda. para a CMC).

⁷⁹⁸ *Idem*.

⁷⁹⁹ *Idem*.

⁸⁰⁰ *Idem*.

⁸⁰¹ *Idem*.

⁸⁰² Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: CMC-013680, de 11/10/1979: ofício nº 011726, de 10/10/1979, processo nº 78/18-3(16): parecer da COISPCN, de 28/09/1979, enviado pela DGPC – SEC, do Ministério da Educação e da Cultura.

⁸⁰³ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: ofício nº 2532, de 28/11/1979: informação da CMC para a empresa Ciferro, Lda., dando conta do despacho do presidente da CMC, de 08/11/1979, sobre o processo nº 3347/79, deferido “*como ante-projecto com as condições indicadas pelo SOU*”.

⁸⁰⁴ Os termos de responsabilidade apresentados no processo, são referentes ao engenheiro civil José Teles de Oliveira, não havendo qualquer identificação de arquiteto. No entanto, as peças desenhadas entregues em anexo 3, ao requerimento da empresa Ciferro, Lda. para a CMC, apresentam duas rúbricas, não decifráveis, no espaço destinado à identificação do arquitecto. Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: ofício nº 004948, de 17/12/1980: anexo 3 do requerimento da empresa Ciferro, Lda. para a CMC.

⁸⁰⁵ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: ofício nº 004948, de 17/12/1980: requerimento da empresa Ciferro, Lda. para a CMC.

⁸⁰⁶ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: ofício nº 004948, de 17/12/1980: *memória descritiva*, de 09/12/1980 (anexo do requerimento da empresa de construções Ciferro, Lda. para a CMC).

prédio “MABOR” em precário estado de solidez”,⁸⁰⁷. As fundações das paredes-mestras da igreja seriam para manter, assim como as “*intenções definidas no ante-projecto e aprovadas pela Secretaria de Estado da Cultura e pela Câmara*”⁸⁰⁸ referentes à ocupação, manutenção e integração dos elementos considerados com valor histórico-arquitetónico.

Em 9 de março de 1981, a CMC devolvia o processo nº 3347/79 (aditamento ao processo nº 2330/78) ao Instituto Português do Património Cultural⁸⁰⁹ (IPPC), “*para apreciação e conveniente parecer*”⁸¹⁰, devido às dúvidas colocadas pelo vereador engenheiro Pinto dos Santos⁸¹¹ que colocava reservas quanto às soluções de aplicação de caixilharia em alumínio anodizado e de betão à vista em elementos de fachada da Rua João de Ruão⁸¹². Em 27 de março de 1981, o processo era deferido por despacho⁸¹³, sem qualquer outra indicação, revelando um procedimento incomum, uma vez que ainda se aguardava uma resposta e um parecer do IPPC/DGEMN, quanto às formulações e dúvidas do vereador da CMC. Consequentemente, a licença inicial de construção era deferida sob o nº 728, em 1 de abril de 1981⁸¹⁴.

Só em 30 de abril de 1981, a DGEMN, enquanto entidade responsável pela fiscalização da obra⁸¹⁵, enviava para o IPPC, uma informação/parecer⁸¹⁶ que, para além de salientar os materiais propostos para o alçado da Rua João de Ruão em *betão aparente e caixilharias em alumínio anodizado bronze*, recordava, ainda, o parecer da COISPCN de 28 de setembro de 1979, em que era referido “*o melhor espírito de colaboração*” do arquiteto, sem haver, contudo, mais considerações.

Em 7 de julho de 1983, entrava nos serviços da CMC, um aditamento ao processo nº 3347/79, que por sua vez, já era um aditamento do processo nº 2330/78, de forma a complementar o projeto, “*definindo exactamente a distribuição em planta, e aos diferentes níveis, e respetiva ocupação*”⁸¹⁷, sendo informado que tinham sido realizadas obras de consolidação da capela existente, “*sendo perfeita a visão total da abóbada a partir do rés-do-chão*”⁸¹⁸. Em 8 de fevereiro de 1984, a fase do processo em execução era indeferida por despacho⁸¹⁹, sendo apenas deferida a 22 de setembro de 1984⁸²⁰.

Em 18 de outubro de 1984, a CMC recebia um requerimento da Ciferro, Lda., a solicitar “*vistoria para submeter o edifício ao regime de propriedade horizontal*”⁸²¹; vistoria que seria realizada e que verificaria a conformidade do projeto “*dispondo de condições para ser constituído o regime de propriedade*

⁸⁰⁷ Idem.

⁸⁰⁸ Idem.

⁸⁰⁹ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: ofício nº 0559, de 09/03/1981, da CMC para o IPPC.

⁸¹⁰ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: ofício nº 0560, de 09/03/1981, da CMC para a empresa Ciferro, Lda.

⁸¹¹ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: ofício nº 004948, de 17/12/1980: informação manuscrita, assinada e datada de 02/03/1981, sobre o requerimento da empresa Ciferro, Lda. para a CMC.

⁸¹² Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: ofício nº 004948, de 17/12/1980: requerimento da empresa Ciferro, Lda. para a CMC (com anotações e informações internas aos serviços da CMC, manuscritas).

⁸¹³ De acordo com o carimbo no verso do ofício nº 004948, de 17/12/1980. Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: ofício nº 004948, de 17/12/1980: requerimento da empresa Ciferro, Lda. para a CMC (com anotações e informações internas aos serviços da CMC, manuscritas).

⁸¹⁴ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: *auto de vistoria*, de 30/03/1989; ofício nº 024190, de 18/10/1984: requerimento da empresa Ciferro, Lda. para a CMC.

⁸¹⁵ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: CMC-006707, a 21/05/1981: ofício nº 2592, 30/04/1981, do Diretor Geral dos Serviços da DGEMN para o Presidente do IPPC (anexo ao ofício referente ao processo nº 78/18-3(16), enviado pela SEC/IPPC à CMC).

⁸¹⁶ Idem.

⁸¹⁷ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: ofício nº 016102, de 07/07/1983: *memória descritiva* (anexo 1 do requerimento da empresa de construções Ciferro, Lda. para a CMC).

⁸¹⁸ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: ofício nº 016102, de 07/07/1983: *memória descritiva* (anexo 1 do requerimento da empresa de construções Ciferro, Lda. para a CMC).

⁸¹⁹ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: ofício nº 1295, de 16/02/1984, da CMC (Director do SOU, Augusto N. Gonçalves) para a empresa Ciferro, Lda.

⁸²⁰ De acordo com as anotações e informações manuscritas e internas à CMC, na *memória descritiva*, do processo. Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: ofício nº 016102, de 07/07/1983: *memória descritiva* (anexo 1 do requerimento da empresa de construções Ciferro, Lda. para a CMC); ofício nº 7469, de 09/10/1984, da CMC para a empresa Ciferro, Lda.

⁸²¹ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA nº 1108.1: ofício nº 024190, de 18/10/1984: requerimento da empresa Ciferro, Lda. para a CMC.

horizontal”⁸²². Até 1989, eram trocados requerimentos e informações relativos a vistorias técnicas de entidades como a Delegação de Saúde, a Companhia de Bombeiros Sapadores e Serviço Nacional de Bombeiros, sendo que, o último deferimento processual ocorria a 7 de abril de 1989⁸²³, baseado no auto de vistoria dos Serviços de Obras e Urbanização (SOU) da CMC, de 30 de março de 1989, que afirmava que “o prédio foi construído de acordo com o projecto aprovado”⁸²⁴ (Fig. 50).



Fig. 52 – Centro Comercial da Rua da Sofia: Rua da Sofia; cruzamento da Rua João de Ruão com a Rua da Sofia; interior do Centro Comercial da Rua da Sofia (antiga Capela de Jesus ou do Verouneiro). Fotografia: Vítor Murtinho, 2015.

Paralelamente ao desenvolvimento deste processo de licenciamento, que seguia os seus trâmites normais, eram desenvolvidos outros esforços no sentido de preservar aquilo que restava da Igreja de São Domingos. Sob essa perspetiva, destacava-se a ação de Matilde Sousa Franco, tendo em conta a sua preocupação em relação à possibilidade de demolição da Igreja de São Domingos, durante o período em que havia desempenhado a função de diretora do MNMC (Franco, 1984).

Em 1980, Matilde Sousa Franco promovera uma tentativa de aquisição de tudo quanto fosse “*possível da antiga Igreja de São Domingos de Coimbra*” (Franco, 1984, p. 22), uma vez que já decorriam as obras para o Centro Comercial. Essa ação acontecia depois de ter tido conhecimento que, anteriormente, a direção do MNMC tinha retirado algumas peças da Igreja de São Domingos e tinha considerado “*não haver aí mais nada com interesse*” (Franco, 1984, p. 23) e que os proprietários não demonstravam mais interesse em vender qualquer elemento que ainda estivesse na Igreja, uma vez que seriam “*todos para integrar no projecto do centro comercial (...) aprovado pela Câmara*” (Franco, 1984, p. 23).

Adicionalmente, a diretora do museu, tomava outras providências, na tentativa de salvaguardar o elemento que, segundo a própria, *era o mais importante a preservar – a Rua da Sofia* – nomeadamente, na influência que terá exercido, na tentativa de garantir a salvaguarda da Igreja de São Domingos, junto de seu noivo (à data), o deputado António Sousa Franco⁸²⁵, que apresentava, em 29 de janeiro de 1981, um requerimento ao presidente da Assembleia da República⁸²⁶ nesse sentido.

⁸²² Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA n.º 1108.1: *auto de vistoria* do Departamento de Obras Particulares da CMC (assinado pelos peritos Carlos Henrique Rodrigues Antunes, Fernando Luís Ferreira da Silva e Alfredo Baptista, de 23/11/1984).

⁸²³ De acordo com as anotações e informações manuscritas e internas à CMC, no requerimento, do processo. Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA n.º 1108.1: ofício n.º 001410, de 17/01/1985: requerimento da empresa Ciferro, Lda. para a CMC.

⁸²⁴ Cf. PT/CMC/ACMC: PASTA n.º 1108.1: *auto de vistoria* do Serviço de Obras e Urbanização da CMC (assinado pelos peritos Carlos Henrique Rodrigues Antunes, Alfredo Baptista e Adérito Gonçalves Félix, de 30/03/1989).

⁸²⁵ Estas informações foram cedidas por Matilde Sousa Franco, em conversa realizada em 13/11/2015, em Lisboa e, posteriormente confirmadas por e-mail em 19/11/2015, onde esclarecia que “*para esse requerimento parlamentar elaborei lista de bens do património cultural, mas a minha principal preocupação era com a Igreja de São Domingos, por haver a intenção da sua demolição, e ser tão importante a Rua da Sofia como património edificado e de conjunto. A minha preocupação e actuação foi, no início dos anos de 1980, o que me parecia ser o melhor para a nossa querida Coimbra, e sempre é agora um bocadinho consolador ver, mais de 30 anos decorridos, que afinal eu tinha razão...*”.

⁸²⁶ O requerimento foi assinado pelo deputado António Sousa Franco, em 29/01/1981, apresentado à Assembleia da República e dirigido ao governo e à CMC, tendo sido publicado em Diário da Assembleia da República n.º 25, II série, de 30/01/1981, p. 414-415.

A incapacidade dos responsáveis de garantirem as necessidades de manutenção do edifício, ao longo dos séculos, sobretudo, a partir dos danos avultados e infligidos pelo terramoto de 1 de novembro de 1755, contribuíra para uma constante e acelerada degradação do seu espaço interior. Todas as ocorrências iam permitindo que se chegasse a um ponto tal de abandono e de desinteresse que a igreja se tenha tornado em “*quartel, garagem e depósito de veículos fora de uso*”, como era referido no requerimento do deputado Sousa Franco. O requerimento, que visava colher resposta da parte do governo e da CMC, começava por contextualizar, sumariamente, o processo histórico da Igreja do Convento de São Domingos, evidenciando o facto de estar em curso a construção do centro comercial no local. Desse ponto de vista, interessava questionar sobre as ações e metodologias que estariam previstas para a *proteção e valorização* daquilo que restava da Igreja de São Domingos, designadamente, da Capela de Jesus ou do Verouneiro, que se apresentava “*em razoável estado de conservação*” e, ainda, questionar que garantias tinham sido dadas pela empresa proprietária do imóvel ou criadas quer pelo governo, quer pela CMC, para a sua *defesa* futura.

A resposta ao requerimento de Sousa Franco surgia pela mão do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), em 22 de outubro de 1981⁸²⁷ (Franco, 1984, p. 23). A exposição argumentativa resumia-se, porém, à transcrição da informação prestada pela DGEMN que lembrava que a construção da Igreja de São Domingos nunca tinha sido realizada além da cabeceira e do arranque do transepto; ainda assim, a DGEMN realçava as consequências negativas que o retábulo da Capela do Tesoureiro havia sofrido, pelo facto de o edifício ter albergado uma garagem e uma oficina de uma empresa de camionagem, durante largo tempo.

No âmbito das comemorações do IV Centenário da morte do escultor João de Ruão e das comemorações do 70º aniversário do MNMC, ocorridas durante 1981, a diretora do museu solicitava ao Instituto José de Figueiredo, sob aconselhamento técnico dado pelo arquiteto Luís Amoroso Lopes (pertencente ao Grupo de Trabalho Português para a conservação da pedra em edifícios) o estudo laboratorial dos elementos da Capela do Tesoureiro que se encontravam muito degradados – por a capela se encontrar *num pátio do MNMC ao ar livre e exposta à ação do tempo e dos pombos* (Franco, 1984, p. 50). O retábulo terá sido reconstituído, nessa ocasião do centenário, para exposição, tendo sido documentado fotograficamente (Franco, 1984, pp. 50–51). Adicionalmente, era solicitada a colaboração da Direção dos Serviços Regionais dos Monumentos do Centro, a propósito da viabilidade de se proceder à cobertura do pátio do MNMC, onde se encontrava a Capela; todavia, os serviços justificavam a impossibilidade de se avançar com tal ação, por questões de ordem técnica e financeira, que tornavam a solução proposta de difícil execução (Franco, 1984, p. 50). Já em 1982, eram efetuadas diligências junto da diretora do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), no sentido de solicitar a oferta das esculturas de S. Tiago e de S. Pedro, pertencentes ao retábulo da Capela do Tesoureiro, da autoria de João de Ruão, tendo a diretora do MNAA acedido afirmativamente à solicitação (Franco, 1984, p. 28 e 34).

Ainda durante a direção do MNMC e após conversa com Pedro Dias, que “*tinha uma relação familiar com os donos da empresa Ciferro*”⁸²⁸, Matilde Sousa Franco propunha a cedência do brasão dos duques de Aveiro e da cruz da fachada da Igreja de São Domingos, que pertenciam ao espólio de reserva do MNMC, para serem colocados *in situ*, na sequência das suas preocupações, uma vez que, como referia, “*acreditava que a igreja e o espaço, tendo os elementos originais, teriam mais uma oportunidade de salvaguarda pela evocação da memória do sítio que outrora havia sido consagrado*”⁸²⁹, o que, não chegaria a ser verificado.

⁸²⁷ Publicada em Diário da Assembleia da República nº 19, II série, de 25/11/1981, p. 428-429.

⁸²⁸ Informações recolhidas da conversa realizada com Matilde Sousa Franco, em 13/11/2015, em Lisboa.

⁸²⁹ *Idem*.

A crónica do procedimento de desclassificação e considerações finais

Após o processo de inscrição da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) na Lista do Património Mundial (LPM), alcançada em 22 de junho de 2013 (World Heritage Committee, 2013, p. 208) – em que a Igreja de São Domingos fazia parte da sua zona património e zona de proteção (F. Lopes, 2013) –, surgia a publicação em Diário da República, de 13 de abril de 2015, da decisão assumida pela Secretaria de Estado da Cultura⁸³⁰ da desclassificação da “*Igreja de São Domingos (capella-mor) inacabada*”⁸³¹. A republicação da decisão tornava-se no culminar de um processo⁸³², que tivera início formal em 27 de novembro de 2013 com a abertura de procedimento de desclassificação⁸³³, da competência e responsabilidade da Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC), enquanto entidade afeta à orgânica da “*administração directa do Estado, com autonomia administrativa*”⁸³⁴. O processo⁸³⁵, justificado pelas sucessivas obras que foram descaracterizando a Igreja de São Domingos ao longo dos séculos, alicerçava-se no estatuto classificativo do conjunto da Rua da Sofia, do qual fazia parte e, que garantia ao imóvel a sua inclusão na Zona Especial de Proteção Provisória do Conjunto Nacional da UC-AS, sendo essa circunstância considerada como salvaguarda suficiente, na fase inicial da instrução do processo, conforme era explanado em requerimento da DRCC, de 2 de janeiro de 2014⁸³⁶.

Na sua fase inicial, o argumento de sustentação da abertura do procedimento residia no facto de que o que restava da Igreja de São Domingos não respondia ao que tinha sido classificado, encontrando-se altamente alterado e modificado. Consequentemente, o secretário de Estado da Cultura, em 28 de janeiro de 2014, emitia um despacho de concordância com a instrução do processo e com o teor do seu conteúdo e, em 7 de fevereiro seguinte, o diretor geral da DGPC determinava a abertura do procedimento⁸³⁷.

Seguidamente, em 1 de julho de 2014, era dado início à fase da instrução do processo, com a DRCC a propor a desclassificação do imóvel⁸³⁸. Em 17 de dezembro de 2014, a Secção do Património Arquitetónico

⁸³⁰ Em Portugal, “*todo o bem classificado como de interesse nacional fica submetido a uma especial tutela do Estado*” (art. 31º, da Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro), neste caso, pela SEC.

⁸³¹ Portaria nº 207, de 01/04/2015, promovida pelo secretário de Estado da Cultura e publicada em *Diário da República* nº 71, II série, de 13/04/2015, p. 8870. A decisão superior da desclassificação do imóvel era informada ao seu proprietário, Armando Marques Gaspar Portela (conforme descrição na Conservatória do Registo Predial de Coimbra), por ofício de Nuno Vassallo e Silva, de 23/04/2015. Cf. PT/DRCC/Processo 13/06-03-17 (XXII): ofício do Departamento dos Bens Culturais – Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial – Unidade de Coordenação de Classificações (CS – 1013597, DBC/DPIMI/UCC), de 23/04/2015.

⁸³² Cf. PT/DRCC/Processo 13/06-03-17 (XXII): Relatório Final (CS – 1002341, DBC/DPIMI/UCC: “Procedimento de desclassificação da “Igreja de S. Domingos (capella-mor) inacabada” na Rua da Sofia, Coimbra, União das Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu), concelho e distrito de Coimbra, classificada como monumento nacional (MN) pelo Decreto de 6 de junho de 1910, publicado no Diário da República, nº 136, de 23 de junho de 1910”).

⁸³³ Cf. PT/DRCC/Processo 13/06-03-17 (XXII): informação nº 1774 – DRCC/2013, de 27/11/2013.

⁸³⁴ Cf. Ponto 1, do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 114/2012, de 25 de maio.

⁸³⁵ O procedimento de desclassificação intitulava-se como “Proposta de eventual desclassificação da Igreja de S. Domingos (capella-mor) inacabada, sita em Coimbra, na Rua da Sofia, freguesia de Santa Cruz, concelho e distrito de Coimbra”. Cf. PT/DRCC/Processo 13/06-03-17 (XXII): instrução de procedimento de desclassificação (C.S. Arqº - 94100, DBC/DPIMI/UCC).

⁸³⁶ Cf. PT/DRCC/Processo 13/06-03-17 (XXII): informação nº 1774 – DRCC/2013, de 27/11/2013.

⁸³⁷ A abertura do procedimento de desclassificação era publicada no anúncio nº 133/2014, de 21/05/2014, em Diário da República nº 105, II série, de 02/06/2014, tendo sido notificados, em 23/05/2014, o proprietário, a CMC, a DRCC, a Ordem dos Arquitetos, a Ordem dos Engenheiros, a Conservatória do Registo Predial de Lisboa e a Direção Geral do Tesouro e das Finanças, não tendo havido, todavia, apresentação de qualquer reclamação. Cf. PT/DRCC/Processo 13/06-03-17 (XXII).

⁸³⁸ Cf. PT/DRCC/Processo 13/06-03-17 (XXII): informação nº 846 – DRCC/2014, de 27/06/2014 e informação nº 1367 – DRCC/2014, de 21/10/2014.

No ponto 3 da exposição do relatório final, referia-se que Rui Lobo solicitara, por e-mail de 10/06/2014, “*a consulta dos elementos mais relevantes do processo no sentido de considerar uma eventual reclamação do procedimento, sendo que efetuou a consulta do referido processo em 2014.06.16*”; no ponto 4, referia-se que “*todavia, e após terem sido prestados os esclarecimentos solicitados pelo requerente relativamente aos motivos que justificaram a proposta de desclassificação apresentada, este tomou a decisão de não apresentar uma reclamação, tendo contudo tecido algumas observações pertinentes relativas à Capela de Jesus, uma das capelas colaterais, localizada ao lado direito do imóvel em vias de desclassificação, designadamente: 4.1 – Foi referido que a preocupação demonstrada relativamente a esta proposta de desclassificação se relacionava com o facto de considerar que a dita Capela de Jesus também estava incluída no “objeto” classificado e agora em vias de desclassificação, o que não acontece; 4.2 – Mais referiu ainda que a importância dos esquemas compositivos inerentes a esta capela, patentes na estrutura ao nível das colunas e capitéis, entre outros elementos, acrescida à raridade dos mesmos em termos de exemplares ainda conservados, acarreta a necessidade de ser prestado um cuidado especial em qualquer reabilitação desta, atendendo a possíveis intervenções na área correspondente ao imóvel*”

e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura (SPAA-CNC) reunia e procedia à análise da eventual desclassificação da ISD, emitindo um parecer⁸³⁹. Nessa reunião, a argumentação substantiva era semelhante àquela proferida no parecer da DRCC, sendo explicitadas as contingências que conduziram ao processo sistemático de delapidação dos conteúdos da igreja, valorando *“a importância dos esquemas compositivos inerentes a esta capela, patentes na estrutura ao nível das colunas e capitéis, entre outros elementos, acrescida à raridade dos mesmos em termos de exemplares ainda conservados”*, sem deixar de alertar para *“a necessidade de ser prestada especial atenção em qualquer intervenção de reabilitação”*.

Todavia, outros argumentos constituíam, claramente, a realidade patrimonial do caso, *“conforme a própria designação da classificação indica, este templo nunca foi terminado”*, lembrando que o referido templo, *“na época, e assim ficara do século XVI, era constituído pela cabeceira, com a capela-mor, armoriada com o brasão dos duques de Aveiro, duas capelas colaterais, as Capelas do Tesoureiro e de Jesus, e pelo transepto. O corpo e as naves nunca passaram de projeto. O transepto seria quase todo destruído pelo terramoto de 1755, as aberturas, portas e varandas do que atualmente parece ser uma fachada, mas que corresponde à antiga parede de topo da capela-mor, datam já do século XIX, pois inicialmente apenas ostentava o dito brasão de armas no paramento liso, e, a abertura da Rua João de Ruão, paralela à igreja e perpendicular à Rua da Sofia, bem como a renovação dos edifícios, fez desaparecer mais uma sala abobadada e outras dependências do que fora o Convento de S. Domingos”*. Adicionalmente, a SPAA-CNC referia, ainda, que *“quer a área onde se insere a “Igreja de S. Domingos (capela-mor) inacabada”, quer a dita capela de Jesus, ao estarem abrangidas pela classificação como imóvel de interesse público da Rua da Sofia e pela Zona Tampão da classificação como Património Mundial da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia”, se encontram suficientemente salvaguardadas em termos patrimoniais, visto que qualquer intervenções que aqui ocorram, quer ao nível do exterior, quer do interior, terão que ser alvo de parecer prévio dos serviços de administração do património cultural competente”*.

Nestes termos, o parecer da SPAA-CNC concluía que, *“o que resta atualmente da “Igreja de S. Domingos (capela-mor) inacabada”, que corresponde ao verdadeiro “objeto” classificado, está completamente alterado, nada restando do templo, para além da parede exterior, conquanto modificada sendo esta a razão pela qual se propõe a sua desclassificação. (...) Face ao exposto e tendo ainda em conta a informação escrita e gráfica que integra o processo, a SPAA propõe a desclassificação da “Igreja de S. Domingos (capela-mor) inacabada”, sita em Coimbra, na Rua da Sofia”*. No dia seguinte a DGPC emitia um parecer de concordância com o exposto no parecer da SPAA-CNC.

A fase processual seguinte destinava-se à proposta de projeto de decisão – realizada em 5 de janeiro de 2015 – e audiência de interessados, sendo o proprietário, a CMC e a DRCC notificados em 7 de janeiro. Desenvolvendo-se celeremente, era feito anúncio público da proposta de projeto de decisão em 19 de janeiro de 2015⁸⁴⁰, não tendo sido apresentadas quaisquer observações para o efeito.

Consequentemente, a fase de final do processo de procedimento de desclassificação era concluída em 27 de fevereiro de 2015, com a redação da proposta de elaboração do projeto da portaria que iria legalizar a conclusão do procedimento⁸⁴¹, depois do caso ter tido destaque nos meios de comunicação social⁸⁴².

que estava classificado, agora em vias de desclassificação” (PT/DRCC/Processo 13/06-03-17 (XXII): Relatório Final (CS – 1002341, DBC/DPIMI/UCC).

⁸³⁹ Cf. PT/DRCC/Processo 13/06-03-17 (XXII): parecer da SPAA-CNC (Lisboa), de 17/12/2014.

⁸⁴⁰ Cf. Anúncio n.º 13/2015, de 05/01/2015, publicado em Diário da República n.º 12, II série, de 19/01/2015.

⁸⁴¹ Cf. PT/DRCC/Processo 13/06-03-17 (XXII): ofício n.º 342, de 24/02/2015, da diretora da DRCC, Celeste Amaro, para a DGPC (envio de informação técnica n.º 213 – DRCC/2015, de 18/02/2015).

⁸⁴² Refira-se os casos dos artigos de periódicos diários, de 20/01/2015: *“Monumento Nacional dentro de shopping foi desclassificado”*, na página 7 do *Diário das Beiras*; *“Desclassificada capela no Centro Comercial da Sofia”*, na página 4 do *Diário de Coimbra*; *“Desclassificado monumento nacional ocupado por centro comercial”*, na página 11 do *Diário de Leiria*.

Esgotadas as formalidades, a 1 de abril de 2015 o Secretário de Estado da Cultura procede à desclassificação da Igreja de São Domingos⁸⁴³, ficando abrangido, bem como a Capela de Jesus, pela classificação de interesse público da Rua da Sofia e inseridos na zona especial de proteção da UC-AS, classificada como MN e inscrita na LPM.

Este desfecho tornava-se verdade no dia das mentiras, pese embora a sua previsibilidade, tendo em conta o desenvolvimento paulatino da sua crónica. Todo este processo espelhava o desenrolar de uma história que conduzira à *morte* um monumento que, na sua essência, a ter sido protegido, poderia ser, presumivelmente, um ponto marcante da nossa história da Renascença.

Lamenta-se, todavia, que em devido tempo este monumento não tenha sido afetado a usos que respeitassem o “*seu caráter histórico ou artístico, a fim de assegurar a sua longevidade*” (F. Lopes & Correia, 2004, p. 43), de acordo com os princípios gerais da Carta de Atenas (1931); também à luz da Carta de Veneza, documento coevo às decisões mais incisivas, não deveria ter sido permitido a deslocação de parte do monumento – ou seja, a deslocação da Capela do Tesoureiro –, já que seria sempre possível a sua recuperação no local original. Neste campo, deveria ter sido salvaguardado o princípio prescrito no artigo 7º da referida Carta de Veneza, onde se esclarecia que “*o monumento é inseparável da História, da qual é testemunho, e também do meio onde está inserido*”, sendo que, por conseguinte, a sua deslocação, do todo ou de uma parte, não podia ser tolerada e admissível. Todavia, o mesmo artigo 7º acrescentava a sua exceção, em que a sua deslocação seria admissível, se tal fosse considerado como um recurso último exigível para garantir a salvaguarda do próprio monumento (ICOMOS, 1965, p. Decisions and resolutions-document 1).

Perante o ónus patrimonial em causa, aliado às vicissitudes transpostas para o próprio processo e pela evolução teórico-concetual sobre as práticas no âmbito patrimonial, seria compreensível que os proprietários entendessem que seria avisado ‘desfazerem-se’ do edifício. Já não era permitido dispor dos bens com plena liberdade, sem que as responsabilidades deixassem de ser apuradas e solicitadas. Todavia, a evolução associada a estes processos patrimoniais não acompanhava aquela que deveria ter sido incorporada pela própria sociedade. Compreende-se, por tal perspetiva, a questão colocada por alguns autores, quando afirmam que todo este processo expressava comportamentos passivos ou com “*deficit de atenção por parte das autoridades competentes*” (Freitas, 2016, p. 295). Todavia, as *crónicas do processo da Igreja de São Domingos* não podem ser lidas de modo isolado das crónicas da própria cidade, porque dela faz parte integrante.

A partir do momento que se decidia retirar a Capela do Tesoureiro – aquela que era considerada a peça de maior valor do conjunto e que tinha sido objeto de esclarecimento classificativo legal – do seu contexto primitivo, para ser colocada no MNMC, o espaço existente da Igreja de São Domingos deixava de ter a imposição e a pressão prioritárias da sua conservação. Esta conjuntura não terá sido fruto de uma opção com falta de atenção, mal equacionada ou mal ponderada – muito pelo contrário – e, desse ponto de vista, coadjuvado pelas crónicas do processo, as determinações técnicas de Amoroso Lopes são compreendidas, por serem detentoras do conhecimento das especificidades e condicionantes próprias do caso, mas também, por serem reflexo das prioridades que iam sendo hierarquizadas no contexto da própria cidade. Para se equacionar esta questão em particular, seria necessário enquadrá-la no seu contexto mais alargado e abrangente, remetendo a leitura para o que ia acontecendo em Coimbra, desde 1934 com a decisão de construção da cidade universitária⁸⁴⁴.

⁸⁴³ Portaria nº 207/2015, supra citada.

⁸⁴⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre esse assunto ver o capítulo 4, na parte II, da presente tese.

Do estudo da documentação do processo relativa à Igreja de São Domingos, nem sempre o que parecia, de facto, seria: em alguns momentos, parecia que a pretensão da salvaguarda do monumento era válida, noutros, contudo, constatava-se que, perante os interesses de privados, eram proporcionadas condições que tornavam eminente, irreversível e comunitariamente sustentável o desmantelamento do seu espaço. Por conseguinte, da leitura processual, aqui exposta, atribuíra-se a este processo o epíteto de *crónica de uma morte anunciada*, parafraseando o delineamento de outra *crónica* (García Marquez, 2014).

5.2 A conservação pela transformação: a Capela do Tesoureiro da autoria de João de Ruão⁸⁴⁵

Resumo

As decisões tomadas no âmbito da salvaguarda e proteção do património são sempre passíveis de discussão. Conhecer, investigar, verificar e avaliar os seus processos, dinâmicas e influências, com os seus aspetos positivos e negativos, permite ganhar consciência da experiência adquirida, no sentido de melhorar atitudes, entendimentos e metodologias de intervenção e de gestão patrimonial.

Um caso oportuno de ser analisado e que pode lançar pistas para uma prática mais eficaz na intervenção e gestão do património constitui-se como sendo o processo da reconstrução da Capela do Tesoureiro, de 1965, no Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra.

Este caso permite demonstrar que a propriedade do bem, as condições de conservação do bem, a conjuntura histórica, as políticas patrimoniais e os recursos disponíveis, podem contribuir para a desvalorização de um património classificado, bem como, verificar e concluir que uma classificação patrimonial, por si só, não é garantia de salvaguarda e de proteção.

Palavras-chave: Património; Capela do Tesoureiro; Monumento Nacional; proteção e salvaguarda; valor.

Introdução

‘Património cultural’ constitui-se como conceito dinâmico que tem vindo a sofrer uma evolução, de um modo mais acentuado, a partir do pós-II Grande Guerra Mundial⁸⁴⁶ e que, ao nível dos valores, tem vindo a permitir uma maior *homogeneização* (Choay, 2008c, p. 106), enquanto testemunho civilizacional. Ao abordarmos qualquer questão relacionada com o património cultural estamos essencialmente a abordar o valor atribuído a um bem, num determinado contexto, com determinado interesse. Esse valor pode ser de memória, de autenticidade, de originalidade, de raridade ou de antiguidade, associado ao seu interesse identitário, histórico, arquitetónico, artístico, arqueológico, paisagístico, social, tradicional, linguístico e documental, conforme se estabelece no ponto 3, do artigo 2º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro⁸⁴⁷.

Se entendermos património como “*conjunto de bens culturais que devem ser preservados sendo protegidos por legislação específica*” (J. H. P. da Silva & Calado, 2005, p. 280), deduzimos a particularidade da atenção, teórica e supostamente, atribuída a estes bens culturais, pelas autoridades legisladoras. Sob outra perspetiva, este conceito pode, ainda, ser considerado de um modo mais abrangente e genérico. Estas premissas abrangem o universo da expressão ‘*tudo é património*’, precisamente, porque o conceito de património se expandiu, quer na vertente material, quer na imaterial. Então, tudo o que existe é património? Da geração contemporânea, por certo; das gerações vindouras, talvez. No entanto, estas observações obrigam a geração contemporânea a tomar decisões e a fazer escolhas e conseqüentemente ser responsável

⁸⁴⁵ Este texto tem por base o artigo proposto, sujeito a revisão e aceite para comunicação, no Congresso Ibero-Americano *Património, suas matérias e imatérias*, realizado em 2 e 3 de Novembro de 2016, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa. O resumo alargado intitulado “A conservação pela transformação: a Capela do Tesoureiro da autoria de João de Ruão” foi publicado no *Livro de Resumos* do congresso (Capela de Campos & Murinho, 2016a). Adicionalmente, constitui-se como um artigo complementar ao artigo anterior, sendo um foco direcionado ao tema específico do processo de reconstrução da Capela do Tesoureiro no Museu Nacional de Machado de Castro, de 1965 e que, pelas suas dinâmicas, ambiências e especificidades, pode ser constituído como um caso de estudo.

⁸⁴⁶ Cf. (Aguilar, 2011; Bandarin & Oers, 2012; Choay, 2008c; Pinho, 2009; Roders, 2007).

⁸⁴⁷ A lei n.º 107/2001, também designada ‘lei de bases da cultura’, por estabelecer as *bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural*, era aprovada pela Assembleia da República em 17/07/2001 e publicada em *Diário da República* n.º 209, I série-A, de 08/09/2001, p. 5808-5829.

por elas. Decisões e escolhas sobre o que entende ter mais valor, para poder proteger, conservar e acrescentar valor a essa plataforma de diálogo geracional para futuro, numa lógica de sobrevivência de uma identidade comum, perpetuada pela condição de memória coletiva que vai contribuindo para o trilhar do nosso percurso coletivo⁸⁴⁸.

O ato de ‘conservação’⁸⁴⁹, segundo Michel Rangon, surgia após o reparo epistolar do pintor Raphael ao Papa Leão X – tendo consequências nas decisões papais do século XVI – instigando a proibição e respetiva multa aos canteiros que destruíssem os mármore antigos para os transformarem em cal. Adicionalmente, Rangon considerava que, pese embora tivessem sido estas as primeiras medidas e regras formais para a proteção do património arquitetónico, tendo em conta a sua conservação, não havia, porém, consciência da abrangência nem da importância desta decisão (Rangon, 1980). Todavia, o mesmo papa que determinava a proibição de utilizar os materiais retirados dos edifícios antigos para construção, era o mesmo pontífice que, no caso específico do empreendimento de S. Pedro em Roma, desenvolvia uma engenharia criativa por parte da *Camera Apostolica*, promovendo a utilização de pedra e mármore das ruínas (Jokilehto, 2005, p. 32).

Em Portugal, o primeiro ato formal, atribuído à proteção do património foi o alvará régio, de D. João V, de 1721 (P. S. Rodrigues, 2011, p. 20; J. H. P. da Silva & Calado, 2005, p. 280), que apesar de dois séculos depois da carta de Raphael, o seu texto denota a preocupação em “*impedir hum prejuizo tão sensivel, e tão danoso á reputação, e gloria da antiga Lusitânia*”⁸⁵⁰, sendo uma forma de proteção e, de algum modo, um impedimento à destruição de património. Adicionalmente, o diploma régio encarregaria as “*Cameras das Cidades, e Villas deste Reyno*” que tivessem “*muito particular cuidado em conservar, e guardar todas as antiguidades sobreditas, e de semelhante qualidade, que houver ao presente, ou ao diante se descobrirem nos limites do seu districto, e logo que se achar, ou descobrir alguma de novo, darão conta ao Secretario da dita Academia Real, para ele a comunicar ao Director, e Censores, e mais Academicos; e o dito Director, e Censores com a noticia, que se lhe participar, poderão dar a providencia, que lhe parecer necessària, para que se conserve o dito monumento assim descoberto*” (Corte Real, 1721). Este documento legal, sob forma de alvará régio, surgiria “*na sequência da criação da Academia Real de História no ano anterior*” (P. S. Rodrigues, 2011, p. 20), apesar de não ter tido grandes implicações práticas, como denotam Maria João Neto (2001) e Lúcia Rosas (1995). Esta decisão e esta circunstância de produção embrionária de um instrumento legislativo denotando preocupações sérias quanto à preservação de monumentos antigos e estipulando as hierarquias e competências das entidades e dos seus recursos humanos, coloca inequivocamente o nosso país na *rota histórica do património* (Leniaud, 2002, p. 74).

Estes episódios e outros evidenciam a importância da constante interação entre a esfera decisora política e a técnica, que estudava, analisava e avaliava o que considerava ser mais relevante para serem acionadas medidas preventivas de proteção ao património. A investigação na área do património torna-se fundamental, por acrescentar conhecimento e produzir conteúdos, contribuindo para uma melhor gestão dos bens, no futuro. Conhecer, investigar, verificar e avaliar os seus processos, dinâmicas e influências, com os seus aspetos positivos e negativos, permite ganhar consciência da experiência adquirida para alterar e/ou

⁸⁴⁸ Halbwachs abordava a criação do percurso realizado pelos templários, como um mapeamento territorial, em que o exercício de memória era uma forma de metodologia cartográfica (Halbwachs, 1971).

⁸⁴⁹ Como definia Marc Guillaume, *conservar é lutar contra o tempo* (Guillaume, 1980, p. 21). No âmbito desta tese utiliza-se a exposição de Gabriella Contorni sobre o conceito ‘conservação’, entendendo-se a sua valência na esfera da manutenção continuada e sistemática do bem cultural (Contorni, 1993, pp. 17–19), conforme já referido.

⁸⁵⁰ Excerto do alvará régio, de D. João V, datado de 13 de Agosto de 1721, e enviado à Academia Real da História Portuguesa Eclesiástica e Secular, “*com a Rubrica de S. Majestade*”, atestado em 14 de Agosto de 1721, por Diogo de Mendonça Corte Real, Diretor da Academia Real da História Portuguesa Eclesiástica e Secular, diplomata e ministro no reinado de D. João V (Corte Real, 1721).

melhorar atitudes, entendimentos e metodologias de intervenção e de gestão patrimonial. Deste modo, se entende que, as decisões tomadas no âmbito da salvaguarda e proteção do património são sempre passíveis de discussão, pois estão sujeitas ao conhecimento que se tem da qualidade e do valor do bem, a interpretações que se fazem sobre esse conhecimento e sobre o seu interesse e ainda, aos recursos disponíveis para tal.

Um caso que se torna oportuno investigar e analisar e que pode lançar pistas para uma prática mais eficaz na intervenção e gestão do património, constitui-se como sendo o processo de reconstrução da Capela do Tesoureiro, no Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra, cujo Plano Geral data de Setembro de 1965. Com base num documento do arquivo pessoal de Matilde de Sousa Franco⁸⁵¹ (MSF) – o ofício n.º 106, de 19/03/1968, enviado pelo arquiteto-chefe da Secção do Centro da Direção dos Serviços dos Monumentos Nacionais (SC-DSMN), Amoroso Lopes, ao arquiteto diretor dos Serviços dos Monumentos Nacionais (Lisboa), tendo por assunto a “Capela do Tesoureiro” –, podem ser verificadas as contingências e circunstâncias, que embora específicas ao processo da reconstrução da Capela do Tesoureiro no MNMC, um ano após a redação dos princípios estipulados na Carta de Veneza, não deixam de ser o reflexo de muitas realidades na prática comum de quem trabalha com a proteção, salvaguarda e gestão do património. Neste caso de estudo, a Capela do Tesoureiro, atribuída ao mestre João de Ruão e parte integrante da “*Igreja de S. Domingos (capela-mor) inacabada*” – classificada como Monumento Nacional pelo Decreto de 16/06/1910, publicado a 23 de Junho – era considerada a peça mais relevante do monumento e, por isso, alvo preferencial de proteção e de salvaguarda. Apresentando e analisando as várias propostas equacionadas pelo arquiteto-chefe Amoroso Lopes, até à solução final da sua reconstrução no MNMC, verificava-se que a conservação da Capela do Tesoureiro só terá sido possível, naquele caso – e porque de uma corrida contra o tempo se tratava –, devido à transformação tipológica do objeto, que passava a ser um conteúdo museológico e, portanto, salvaguardado e protegido nessa nova valência.

Pelo confronto dos resultados obtidos através das políticas implementadas para a conservação do bem, entre a transformação tipológica, em análise e a transformação funcional do que restava da Igreja de São Domingos num centro comercial, verifica-se que, no primeiro exemplo há uma valorização do bem e, no segundo, o bem passava a estar desvalorizado de tal modo que culminaria na desclassificação do mesmo⁸⁵². Adicionalmente e para finalizar, este caso permite demonstrar que a existência de situações – como questões relativas à propriedade do bem, às condições de conservação do bem, à conjuntura histórica, às políticas patrimoniais e aos recursos disponíveis – podem contribuir para a desvalorização de um património classificado Monumento Nacional. Adicionalmente, ainda se verifica e conclui que uma classificação patrimonial, por si só, não é garantia de salvaguarda e de proteção.

A Capela do Tesoureiro da autoria de João de Ruão

A importância da Capela do Tesoureiro (Fig. 51) – assim denominada por ter sido mandada edificar pelo tesoureiro da Sé, Francisco Monteiro –, considerada a peça mais importante no contexto da Igreja de São Domingos, constituía-se no facto de ser da autoria de João de Ruão, figura tutelar da renascença coimbrã, do século XVI, que a par de Filipe Hodarte e Nicolau Chanterene, foi importante para a introdução da escultura e arquitetura em Coimbra. Se Hodarte e Chanterene teriam passagens pelas terras de Coimbra, Ruão escolheria esta cidade para se fixar e aí criar família. Para esta escolha, eventualmente, terá contribuído a qualidade da pedra calcária existente em Ançã, que pela sua tonalidade suave e homogênea,

⁸⁵¹ Cf. PT/AP-MSF: ofício n.º 106, de 19/03/1968, “Capela do Tesoureiro”.

⁸⁵² Sobre a crónica da desclassificação da Igreja de São Domingos ver o artigo intitulado “Crónica de uma morte anunciada. Ou quando um Monumento Nacional perde o seu *status*”, no presente capítulo.

com uma enorme facilidade em ser trabalhada – por contraste ao aspeto cristalino e duro do mármore – permitia a produção de esculturas de grande esplendor e com peculiar delicadeza (A. N. Gonçalves, 1984c, p. 273).



Fig. 53 – Capela do Tesoureiro, no Museu Nacional de Machado de Castro: vista do conjunto; pormenor da CT; pormenor do retábulo e da abóbada. Fotografia: Vítor Murtinho, 2015; Joana Capela de Campos, 2016; Vítor Murtinho, 2015.

A composição da Capela do Tesoureiro (Borges, 1980b), considerada uma das melhores obras de João de Ruão, tinha sido delineada com base num espaço de configuração planimétrica retangular, com teto abobadado por caixotões, ornamentado por florões e *ferroneries*, possuindo um retábulo na sua cabeceira, com um altar ao centro. Ainda, segundo uma carta⁸⁵³ enviada ao filho do tesoureiro, João de Ruão informava que tinha alterado as dimensões iniciais do projeto, tendo a capela mais dois palmos para cada um dos sentidos, longitudinal e transversal. O retábulo apresentava uma estrutura simétrica, verticalmente, dividido em três partes, sendo a maior localizada ao centro. Horizontalmente, o retábulo constituía-se, também, por três partes, uma delimitada pela parte de cima do altar; sobre esta linha de friso estavam colocadas quatro colunas coríntias de fuste canelado; entre cada par de colunas laterais desenvolvia-se um par de nichos sobrepostos para albergar estatuária. Sobre o entablamento das colunas desenvolvia-se, ainda, o retábulo com colunas de dimensão menor e encimadas por novo entablamento com frontão ao centro.

A Capela do Tesoureiro tinha contrato datado de 30 de dezembro de 1558⁸⁵⁴ e, em 1565, já estava edificada⁸⁵⁵, ficando situada na capela lateral esquerda da cabeceira da igreja dominicana – ou seja, a capela do evangelho (lugar de honra) e, portanto, a capela à direita de quem celebra a missa. O projeto inicial da Igreja de São Domingos seria constituído por três naves abobadadas, com tramos divididos por pilastras jónicas, sendo a abóbada central mais alta do que as laterais. Pese embora a construção das três capelas ter sido feita de acordo com o preceituado do projeto, a zona do transepto, devido à falta de meios

⁸⁵³ Cf. Documento nº 50, sem data, intitulado “Carta de João de Ruão a Antonio Monteiro, filho do Thesoureiro da Sé de Coimbra, Francisco Monteiro, dando-lhe conta das despesas feitas em S. Domingos com varias obras na capella do dicto Thesoureiro, requerendo que lh’as pague e o não aggrave, e esperando que elle cumprirá os desejos que o pae tinha de acabar sua capella”, do Cartório do Mosteiro de São Domingos (Garcia, 1913, pp. 81–84).

⁸⁵⁴ Segundo as disposições constantes nos documentos do Cartório do Mosteiro de São Domingos (Garcia, 1913, pp. 70–91), Francisco Monteiro, tesoureiro da Sé, celebrara com frei Martinho de Ledesma, na casa do capítulo do convento, em 30/12/1558, um contrato para patrocinar a construção do seu jazigo familiar na capela do evangelho (à esquerda da capela-mor), de invocação de Nossa Senhora da Assunção (Garcia, 1913, pp. 86–91), que não deveria “*desdizer a magnificencia da capella-mor*” (J. M. T. de Carvalho, 1913, p. XIX). Não obstante, já em 1553, por altura da ordem régia para a mudança da igreja do convento, ficava registada a oferta que o tesoureiro da Sé fazia ao convento dominicano, para garantir o seu privilégio de patrocínio da respetiva capela, para nela se instalar o seu jazigo familiar (Garcia, 1913, pp. 84–85). Francisco Monteiro faleceria em 1563, não chegando a ver a obra do seu amigo, João de Ruão, terminada.

⁸⁵⁵ No dia 13 de junho de 1565, João de Ruão recebeu a última prestação de pagamento relativo à construção da Capela de Nossa Senhora da Assunção, conforme as declarações do próprio João de Ruão, no documento nº 37, de 13/06/1565, intitulado “*Dia de Santo Antonio de 1565. Recibo de João de Ruão á conta da obra em S. Domingos do retabolo e capella do Thesoureiro da Sé de Coimbra, Francisco Monteiro*” (Garcia, 1913, p. 77).

pecuniários, via-se com dimensão encurtada na dimensão longitudinal do cruzeiro, no ponto de interseção entre o transepto e a nave central (A. N. Gonçalves, 1984a, pp. 300–303), fazendo jus à falta de mecenato dedicado e aos poucos recursos da comunidade residente. Por esse motivo, o transepto teria sido coberto com abóbadas simples de tijolo com revestimento a estuque.

Os prejuízos causados pelo grande terramoto do século XVIII também seriam infligidos em algumas construções em Coimbra, como no caso da Igreja de São Domingos, na Rua da Sofia. Tal verificara-se com a queda dos tetos do transepto, o central e o direito, sendo que a sua reconstrução seria realizada com recurso a materiais ainda mais pobres do que os iniciais, sendo disso testemunho a parte do edifício que sobreviveria até ao século XX – antes da desmontagem da Capela do Tesoureiro. Anteriormente, durante o século XVI, cientes da escassez de recursos, os frades haviam optado pela diminuição da espessura das paredes, na zona do transepto, visto não terem capacidade para a construção da abóbada, que teria sido projetada em pedra. Essa alteração fez com que este espaço não apresentasse uma configuração quadrada – o que comprometeria qualquer vontade de a igreja vir a ter uma cúpula, sem tambor e com triângulos esféricos de transição – tal como deveria ter sido pensado pelo seu autor⁸⁵⁶. Havendo uma mesma altura nos quatro pilares centrais, no cruzamento da nave com o transepto e da capela com o transepto, a estrutura volumétrica espacial interior deveria ser em muito semelhante à da Sé Nova, cuja construção seria iniciada umas décadas mais tarde, em 1598 e por projeto do Baltazar Álvares (que por sua vez coincide com a estrutura espacial da Igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa, cujo traço era iniciado em 1582 e, cujas obras, Baltazar Álvares dirigiu a partir de 1597 (Soromenho, 2007, p. 11)). Ao nível da parede do transepto que fazia e fazia ligação com as capelas laterais era (e ainda é) perceptível o revestimento de pedra com excelente aparelho, fazendo antever que na sua essência o material pétreo poderia ser o material preferencialmente escolhido para o acabamento no espaço interior. Relativamente aos braços laterais da igreja, estes deviam ter uma cobertura interior, para cada tramo, em abóbada de aresta, volumetricamente muito semelhante aquela que Brunelleschi construíra para os braços laterais de Santo Espírito ou de São Lourenço, em Florença, mesmo que, seja admissível que possuíssem marcação de nervuras cruzadas (V. Correia & Gonçalves, 1947, p. 87).

Depois de terminada a construção até à zona do transepto, numa primeira fase durante a segunda metade do século XVI, não são conhecidos esforços consequentes no sentido de terminar a igreja. Adicionalmente, o facto de não ter existido, durante muito tempo, instrumentos legais e operativos de proteção e manutenção das construções, terá permitido que os edifícios ficassem inteiramente dependentes da sua ‘sorte’ e das condições que conseguiam ir mantendo, sob o ponto de vista do desempenho de uma função. Esta última questão era, na maior parte dos casos, o fator mais preponderante para a sua manutenção. Na realidade, a não utilização de um edifício era razão suficiente, para que em muitos casos a degradação acelerada das construções se constituísse a sua rápida transformação em ruína.

Já durante o século XIX, a serenidade do destino da Igreja de S. Domingos seria afetada e condicionada mais uma vez. Desta feita, no contexto da reforma geral eclesiástica levada a cabo por Joaquim António de Aguiar (estadista com direito a estátua no Largo da Portagem, em Coimbra). Através do Decreto de 30 de maio de 1834 eram extintos todos os conventos e ordens religiosas, onde, entre outros, se encontrava o Mosteiro de São Domingos de Coimbra. Com esta reforma, o complexo dominicano foi vendido, indo parar

⁸⁵⁶ Sobre este debate, convém não esquecer as palavras de Nogueira Gonçalves, quanto ao projeto comumente atribuído a Isidoro de Almeida, quando requeria “*prudência e sempre ter presente que só as três capelas correspondem ao seu pensamento. O resto que existe é diminuição. O processo mental e o lápis necessitam continuamente de voltarem à consideração daquela parte, como quem escolarmente, tira provas repetidas das operações*” (A. N. Gonçalves, 1984a, p. 300).

às mãos de particulares, começando aí a sua saga de abandono e de sistemática ausência de qualificação ou manutenção.

Felizmente, nalguns casos, o tempo corre mais rápido do que a vontade dos homens e, ainda antes de se infligirem estragos substanciais sobre a igreja *inacabada*, haveria de se produzir proteção legal que determinava o mecanismo para proteção da Igreja de São Domingos, designadamente, através do Decreto de 16 de junho de 1910, publicado a 23 desse mesmo mês. Este decreto revelar-se-ia num dos mais importantes documentos em termos de relação do nosso património, já que nessa lista constavam todos os bens nacionais considerados de maior relevância nesta matéria⁸⁵⁷. No que concerne ao caso deste estudo, o que constava em decreto, assumia a designação de *Igreja de S. Domingos (capella-mor) inacabada*, como já foi referido. Todavia, a peça mais valiosa do conjunto era uma das suas capelas colaterais, aquela que havia sido construída por João de Ruão e integrada na referida igreja, conquanto se verificasse que, pela designação classificativa, apenas a capela-mor da igreja, havia sido, de facto, classificada. Esta questão tornava-se pertinente, uma vez que perante alguma indefinição sobre qual objeto recairia a classificação, a 20 de junho de 1923, através do decreto 8.938, surgia a proposta do ministro da Instrução Pública para que “a capela denominada do Tesoureiro, situada numa das absides da igreja de S. Domingos, da cidade de Coimbra, produção admirável do génio de João de Ruão, seja classificada monumento nacional”⁸⁵⁸, corrigindo e reforçando, desta forma, a ideia de valorização da peça considerada como a mais valiosa do conjunto.

Em 18 de dezembro de 1928, Abel Dias Urbano traçava um projeto de novos arruamentos para a baixa de Coimbra (Urbano, 1928), tendo por objetivo reorganizar o espaço e as circulações, propondo algumas ruas novas nas imediações da Rua da Sofia, entre as quais, uma que definia a Igreja de São Domingos numa solução de esquina (Fig. 47). Esta solução tinha implícito um processo de valorização visual da igreja, tendo em conta que, teoricamente, com esta exposição seria permitido uma melhor perceção da volumetria da construção existente. Como se realçava no artigo anterior, seria a partir de 1940⁸⁵⁹, que a ocorrência de muitos episódios contribuiriam para justificar a necessidade de intervenção sobre a inacabada Igreja de São Domingos, que se apresentava com forte probabilidade de derrocada⁸⁶⁰. A pressão da comunicação social⁸⁶¹ também se impunha, apelando para que se acabasse com a utilização da capela como uma garagem de veículos motorizados, para não causar “*maus juízos*” aos *estrangeiros* que a visitavam. Deste modo, a SC-DSMN ponderava a possibilidade de alteração de função do edifício, deixando de ser garagem, sendo, paralelamente, também esboçada a possibilidade de se deslocalizar a Capela do Tesoureiro⁸⁶². Todavia, a utilização do edifício como garagem, mesmo sujeitando o seu interior aos malefícios dos gases de escape, constituía-se na razão principal da continuada manutenção das coberturas, que se apresentavam num razoável estado de conservação, garantindo, conseqüentemente, a salvaguarda dos elementos pétreos da agrura e malefícios atmosféricos.

⁸⁵⁷ Este decreto é dos documentos mais estratégicos que a nossa monarquia constitucional fez, na fase final do seu exercício, uma vez que, a 5 de outubro desse ano seria implantada a república. O decreto de 16/06/1910 era promovido pela Direção Geral das Obras Públicas e Minas e publicado no Diário do Governo, n° 136, de 23/06/1910, p. 2163-2166. Já o decreto n° 20.985 era promovido pela DGESBA e publicado no Diário do Governo n° 56, I série, de 07/03/1932, pp. 431-436.

⁸⁵⁸ Numa primeira instância, a proteção recaía exclusivamente sobre o património classificado, mas com a lei 1.700 de 18/12/1924, era imposta a necessidade de parecer prévio do Conselho Superior de Belas Artes, para autorização de obras em espaços adjacentes aos imóveis classificados. Em menos de uma década depois, mais precisamente através dos decretos n° 20.985 de 7 de março de 1932 e n° 21.875 de 18/12/1932, passou a existir proteção legal do património classificado através da designação de zonas de proteção (F. Lopes, 2013, p. 13).

⁸⁵⁹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156113, de 12/12/1940.

⁸⁶⁰ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156154, de 20/11/1958.

⁸⁶¹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156156 e TXT00156157, de 20/11/1958 (*Diário Ilustrado*, de 18/11/1958).

⁸⁶² Em 27/01/1959, a secção da DGEMN de Coimbra havia proposto que se considerasse a reconstrução da Capela num outro local, admitindo, porém, que a hipótese do MNMC era de difícil concretização. Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156170, de 31/12/1959.

Cumulativamente a todos os acontecimentos inerentes ao próprio edifício, também a demolição dos edifícios contíguos à Igreja de São Domingos (Fig. 49 e 50), para abertura de uma rua a norte do edifício, seria um dos fatores determinantes para a sua rápida obsolescência, sobretudo pela falta de ancoragem. Por deliberação da CMC, a 7 de abril de 1949, o nome de João de Ruão seria associado a essa rua que tinha arranque em frente à Igreja da Graça e que fazia a ligação entre a Rua da Sofia e a Rua Simões de Castro. Ironias à parte, a abertura de uma rua batizada com o nome de João de Ruão – que, em boa-fé, possibilitava uma nova frente urbana para a Igreja de São Domingos –, seria a maior razão de precipitação do processo de degradação da própria igreja e que, determinaria a necessidade de deslocação da Capela do Tesoureiro da autoria de João de Ruão, para outro local. Tal viria a acontecer, depois de um outro episódio atribulado, sendo formalizada a autorização do estudo da implantação da capela no MNMC, em 6 de agosto de 1965⁸⁶³; em 13 de fevereiro de 1966⁸⁶⁴, o projeto de reconstrução da capela nas instalações do museu eram aprovadas pelo seu diretor; e, em 18 de Maio de 1966⁸⁶⁵, iniciaram as obras de reconstrução da Capela do Tesoureiro, no MNMC.

O processo da reconstrução da Capela do Tesoureiro, no Museu Nacional de Machado de Castro

O arquiteto-chefe da SC-DSMN, Luís Amoroso Lopes, no ofício enviado ao arquiteto-diretor dos serviços centrais, em 19 de março de 1968⁸⁶⁶, solicitava a cedência de “*outras cantarias da inacabada Igreja de S. Domingos*”, para além das que já se encontravam na posse do MNMC, de forma que se pudesse proceder à execução do PGR da Capela do Tesoureiro⁸⁶⁷, tendo como interesse “*melhor evidenciar as dimensões da Capela do Tesoureiro, relativamente à própria Igreja de S. Domingos*”. As cantarias referidas estavam evidenciadas em fotografias numeradas, enviadas em anexo ao ofício, que demonstrariam o interesse arquitetónico das mesmas. No ofício, ainda se fazia alusão a outras peças, que embora não estivessem diretamente ligadas à Capela do Tesoureiro, teriam interesse suficiente para que o diretor interino do MNMC⁸⁶⁸, Jorge de Alarcão, se manifestasse, no sentido de alcançar uma autorização para que essas peças também fossem transferidas para o museu, nomeadamente, “*a cruz de S. Domingos que coroa a empena voltada à rua da Sofia*”, “*o brasão dos Duques de Aveiro na frontaria da mesma fachada*” e o “*motivo escultórico no friso jónico duma das colunas do interior*”. O interesse manifestado em outros elementos que, para além da Capela do Tesoureiro, seriam considerados importantes, designadamente, sobre as peças que constituíam as obras artísticas da Igreja, por si só, era sintomático do desinteresse que a edificação restante tinha para efeitos de valor patrimonial. Se houvesse um reconhecimento cabal do valor da preexistência, mesmo que se justificasse, com motivos de força maior, a desmontagem e remontagem da capela, não haveria sentido em estender a transladação a elementos escultóricos tão distintos da igreja – o brasão dos duques de Aveiro e a cruz de São Domingos. Esta argumentação baseia-se na importância que estes elementos têm na composição de fachada da Igreja de São Domingos, no contexto da sua relação com a Rua da Sofia, elementos esses que corresponderiam a dois dos seus elementos mais valiosos e identificadores da instituição.

A cópia da *Memória do PGR da Capela do Tesoureiro “ou da Assunção”*, datada de 3 de setembro de 1965 e assinada pelo arquiteto Amoroso Lopes, constituía-se como outro dos anexos do ofício referido, informando sumariamente, que a Capela do Tesoureiro era a capela lateral da cabeceira da igreja inacabada

⁸⁶³ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156346, de 04/09/1965.

⁸⁶⁴ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156402, de 13/02/1966.

⁸⁶⁵ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022: TXT00156418, de 28/05/1966.

⁸⁶⁶ Cf. PT/AP-MSF: ofício n.º 106, de 19/03/1968.

⁸⁶⁷ As obras tiveram início em 18 de maio de 1966. Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022 (IPA.00002794).

⁸⁶⁸ Por morte accidental do seu diretor Luís Reis Santos, à data. Cf. PT/AP-MSF: ofício n.º 106, de 19/03/1968.

de São Domingos, que integrava o extinto convento dominicano “*fundado nos princípios do séc. XIII sob a protecção das Infantas D. Branca e D. Teresa, filhas de D. Sancho I*”. No texto da *Memória* era, ainda, referido que, inicialmente, o convento estava localizado junto ao leito do rio Mondego, tendo tido autorização de transferência em 1506, embora esta só tenha ocorrido, de facto, a partir de 1543, aquando a aquisição de terrenos no Arnado, por D. João III, para aí serem instalados o Convento de São Domingos e o Colégio de São Tomás. A área de transferência na Rua da Sofia compreendia um vasto espaço, desde onde hoje se localiza o Centro Comercial da Sofia até ao Palácio da Justiça.

Sumariamente, enunciam-se as datas pertinentes para a edificação da Igreja de São Domingos⁸⁶⁹: em 1543, eram iniciadas as obras do convento dominicano na Rua da Sofia, que durariam à volta de 70 anos, de acordo com os registos (Coelho & Matos, 1986); em 1550, começava a ser edificada a igreja, pela cabeceira e transepto (Garcia, 1913, p. 89); em 1558, eram iniciadas as obras da Capela do Tesoureiro, com traçado arquitetónico de João de Ruão, que durariam até 1565 (Garcia, 1913, pp. 70–91); e, em 1560/1561 era iniciada a construção da capela-mor, com a traça de Isidoro de Almeida, que ficaria praticamente construída em 1567 (Garcia, 1923, pp. 305–310), “*à qual apenas faltava o lançamento da abóbada*”, de acordo com a memória descritiva.

No início do século XX, a igreja inacabada encontrava-se “*selvaticamente desmantelada e espoliada de parte das suas esculturas*”, passando a constituir-se propriedade de José⁸⁷⁰ Simões Dias e arrendada à firma Francisco de Oliveira Lda., conhecida como Oliveiras de Águeda, a partir de 1940, aquando a abertura da Rua João de Ruão. A igreja seria, então, “*transformada em garagem de automóveis e camionagem*”, onde funcionava, também, o escritório da firma e uma oficina de dimensão reduzida (Fig. 54).

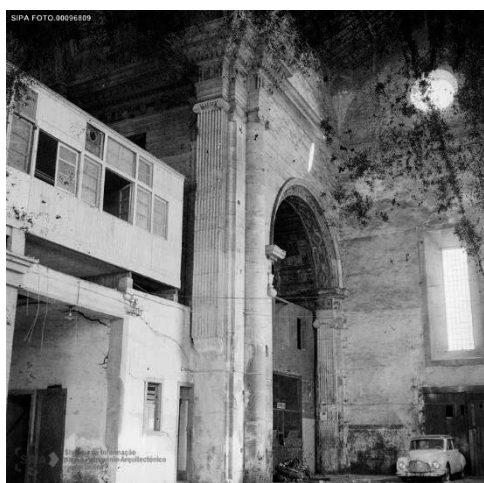


Fig. 54 – Interior da Igreja de São Domingos, com as instalações de escritórios e garagem de automóveis. Referência: IHRU-SIPA, IPA.00002794⁸⁷¹.

Em 1948, João Rodrigues da Silva Couto⁸⁷² emitia um parecer em que referia não se opor à transferência dos restos da estatuária que ainda existiam na capela. Esta questão seria crucial, para os proprietários⁸⁷³ do

⁸⁶⁹ Sobre esta narrativa ver o artigo intitulado “Crónica de uma morte anunciada. Ou quando um Monumento Nacional perde o seu status”, no presente capítulo da Parte III, da presente tese.

⁸⁷⁰ Em algumas fontes encontramos o nome *José* (cf. PT/AP-MSF: ofício n° 106, de 19/03/1968: anexo: Amoroso Lopes – Memória, Capela do Tesoureiro, Plano da sua reconstrução no Museu Machado de Castro, de 3 de Setembro de 1965), noutras, o nome *Joaquim*. Em todas se mantém igual o sobrenome Simões Dias. Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022.

⁸⁷¹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250022 (IPA.00002794): Capela do Tesoureiro: SIPA.FOTO.00096809.

⁸⁷² João Rodrigues da Silva Couto, de Coimbra, era Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga e responsável pelas obras de alteração e de ampliação realizadas entre 1938 e 1948. Cf. (M. C. da Costa, 2012, p. 137).

⁸⁷³ Num requerimento de 29 de abril de 1941, para a DGEMN, a solicitar autorização para ampliação do edifício, José António de Figueiredo assumia a propriedade da Capela do Tesoureiro na Igreja de São Domingos. Cf. PT/SIPA: Processo PT020603170009 (IPA.00001606): TXT01058967, de 29/04/1941.

imóvel, pois subsistia a consciência que enquanto aí existissem os elementos pétreos definidores da Capela da Assunção, estes constituiriam sempre um enorme entrave a qualquer possibilidade de rentabilização imobiliária daquele espaço, situado em pleno coração da cidade.

Ainda se afirmava na *Memória do PGR da Capela do Tesoureiro* que, por esta igreja se inserir numa área de proximidade com outras igrejas de muito valor, não seria justificada a sua reconstrução e conclusão. Assim, avançava-se que a melhor solução para “valorizar a Capela do Tesoureiro seria a de a reconstruir em qualquer parte da cidade, integrada ou não num centro religioso, ou até no Museu Machado de Castro ao qual e na realidade devia pertencer por razões artísticas”. Esta última opção constituía-se naquela que mais agradava aos responsáveis pela salvaguarda do bem classificado, já que, era referido que existia uma informação da SC-DSMN emitida em 1959, após despacho do ministro da Obras Públicas que se referia “ao estado lastimoso em que a mesma se patenteada a turistas ou estudiosos”, em que se afirmava, oficialmente, que a solução da sua reconstrução num outro local, preferencialmente no MNMC, seria a que melhor responderia à salvaguarda da capela em apreço.

Em finais de 1961, já a Igreja de São Domingos seria propriedade da empresa Joaquim Francisco de Oliveira Lda., adquirida aos herdeiros do antigo proprietário. Nesse âmbito, a questão da possibilidade da transferência da Capela do Tesoureiro deixaria de ser um problema, tendo também a DGESBA⁸⁷⁴ admitido essa hipótese “desde que fosse assegurada a melhor forma de a enfrentar”.

Assim, em 5 de janeiro de 1962, eram avançadas três possíveis soluções para a futura localização da Capela do Tesoureiro, numa informação da SC-DSMN: a primeira ponderava a reconstrução da capela no MNMC, conforme o desejo do diretor Luís Reis Santos; a segunda, a sua reconstrução no Parque de Santa Cruz e; a terceira seria “procurar integrá-la num edifício religioso que estivesse nos planos do Arcebispado de Coimbra”.

Por indicação do arquiteto Álvaro da Fonseca, a SC-DSMN soube que o arcebispado de Coimbra tinha intenções de construir um centro religioso em Montes Claros. Seguidamente, o arcebispado seria informado da hipótese avançada pela SC-DSMN, da possível inclusão da Capela do Tesoureiro no futuro centro religioso, “se tal plano fosse do interesse do Arcebispado”, o qual, através do ofício nº 63, de 04/02/1962, confirmaria o interesse “jubilosamente”. Deste modo, esta passava a ser a opção defendida pela estrutura responsável pela salvaguarda do património, na região centro, uma vez que, a capela iria desempenhar uma função dentro do âmbito religioso, para a qual havia sido concebida. Havendo necessidade de se avançar com um anteprojecto para garantir a concordância dos programas do arcebispado com a apreciação favorável da DGESBA, enquanto entidade responsável pela apreciação do empreendimento, uma vez que a Capela do Tesoureiro era classificada como Monumento Nacional, seria o arquiteto Amoroso Lopes que, nesse contexto, ficaria responsável pelo desenvolvimento desse anteprojecto, com a colaboração do arquiteto Álvaro da Fonseca, sendo o arcebispo a estabelecer as diretrizes para o programa orientador do novo centro religioso. A Capela do Tesoureiro seria considerada para albergar a futura capela batismal e, por isso, poderia ser isolada do conjunto para não condicionar o seu planeamento. De acordo com o programa, “*um nartex separaria a Capela do Tesoureiro da Igreja, o que plenamente satisfaria as exigências da própria liturgia*”. Também duas fases de construção seriam respeitadas: a primeira, com a construção da Capela do Tesoureiro, de forma que pudesse ser exercido o culto até à conclusão da igreja, que seria a segunda fase da construção do empreendimento.

⁸⁷⁴ O artigo 1º, do Decreto nº 20.985, publicado no Diário do Governo nº 56, I série, de 07/03/1932, p. 431-436, estabelecia que a DGESBA tinha a competência de “*coordenação dos trabalhos de carácter artístico dos serviços públicos e a guarda e conservação do património artístico e arqueológico do País*”. Caberia, portanto, à DGESBA a responsabilidade da salvaguarda e protecção do património nacional, bem como, da sua fiscalização.

O processo, constituído por anteprojecto e memória descritiva, era enviado à DGESBA, que emitia um parecer através do ofício nº 6-J/481. Desse parecer constava a autorização de 13 de abril de 1962, para que a firma Joaquim Francisco de Oliveira, Lda. pudesse adquirir o prédio onde se localizava a Igreja de São Domingos, sendo obrigada⁸⁷⁵ a reconstruir a Capela do Tesoureiro “*no local onde lhe for indicado*”, bem como a cedência e entrega ao Estado de qualquer cantaria à qual fosse reconhecido valor. A empresa solicitaria, por ofício endereçado à DGESBA, as condicionantes da reconstrução da capela, nomeadamente, a data e “*condições a observar antes, durante ou após a realização desses trabalhos*”.

Um aspeto relevante, que era referido no documento que constitui a *Memória do Plano de Reconstrução da Capela do Tesoureiro no MNMC*, prendia-se com a afirmação no ofício da DGESBA, de não haver “*inconvenientes na demolição da inacabada Igreja de São Domingos e na reconstrução da “Capela do Tesoureiro” (...) em Montes Claros, porque na situação em que se encontra, actualmente, dentro de uma igreja inacabada, presentemente transformada em garagem de Camionagem, mal deixa antever o seu delicado labor renascentista*”. Seria, por isso, louvado o interesse do arcebispo de Coimbra que, por oferecer a sua “*segurança e salvaguarda*”, permitia um futuro à Capela do Tesoureiro (imóvel classificado). Sob esta avaliação técnica, eram evidenciados três argumentos positivos e facilitadores da reconstrução da capela, assentes na proposta do anteprojecto e programa orientador: o primeiro assentava na função batismal atribuída à capela; depois, a separação da capela do corpo da igreja – que, tecnicamente, facilitava a transferência dos elementos constituintes da capela, aliado à independência das fases de obra, e; por fim, “*o facto do imóvel se integrar na inacabada Igreja de S. Domingos, como capela colateral e sem que no exterior dos seus paramentos existam quaisquer elementos com o mínimo interesse arquitectónico*”.

Na memória descritiva, sublinhava-se o destaque dado em especial ao terceiro argumento, onde a DGESBA consideraria que o arquiteto Amoroso Lopes, autor do anteprojecto, “*muito inteligentemente resolveu o problema, adossando à “Capela”, lateralmente, algumas das dependências programadas*”, de modo a conjugar a integração das variações volumétricas no conjunto da igreja, bem como, a opção que avança na realização do culto na Capela do Tesoureiro, numa primeira fase, garantindo que esta fosse a primeira dependência do novo centro religioso a ser erigida. Por ser uma utilização provisória, seria considerada a entrada na Capela do Tesoureiro pelo seu eixo longitudinal, que seria evidenciado pela adaptação de uma porta de acesso ao interior e antecedida e protegida por um “*alpendre singelo*”, também provisórios.

Ainda assim, “*a construção imediata de qualquer das dependências que lateralmente ladeiam a “Capela do Tesoureiro”, embora com uma funcionalidade diferente do que se prevê no anteprojecto, darão à “Capela” certo arranjo que se torna indispensável, embora a título meramente provisório e, deste modo, a primeira fase construtiva, complementada com uma criteriosa arborização, dará certamente ao conjunto um aspecto agradável sem comparação com o que actualmente rodeia a “Capela do Tesoureiro”*”.

Consequentemente, o anteprojecto era aprovado, ficando “*bem definida, a orientação a seguir na execução da obra de reconstrução da referida “Capela”*”, sendo remetido para a avaliação do arquiteto Amoroso Lopes, que também era diretor de obra, a resolução de qualquer dificuldade que pudesse surgir ao longo da realização dos trabalhos, uma vez que o arquiteto era “*conhecedor profundo do restauro dos Monumentos*”, sendo certo que, qualquer decisão seria “*resolvida com superior e elevada competência*”.

Enquanto se estabeleciam as diligências oficiais, o arcebispado e a firma Joaquim Francisco de Oliveira Lda. acordavam por escrito as condições e encargos aos quais estariam obrigados a suportar na reconstrução da Capela do Tesoureiro, que de acordo com a *Memória do PGR da Capela do Tesoureiro*, já

⁸⁷⁵ De acordo com o artigo 44º, do Decreto nº 20.985, de 07/03/1932.

estaria desmontada⁸⁷⁶ e guardada no terreno do antigo matadouro municipal, em Montes Claros, durante o ano de 1964. No entanto, várias dúvidas se levantaram quanto à possibilidade de se levar até ao fim a opção que estaria a ser considerada, uma vez que o arcebispado avançava com a impossibilidade de construção do Centro Religioso de Montes Claros de forma imediata, “*pelo que o exercício de culto se teria de fazer na Capela do Tesoureiro por um prazo que amplamente excedia o que constava nos planos superiormente aprovados*”.

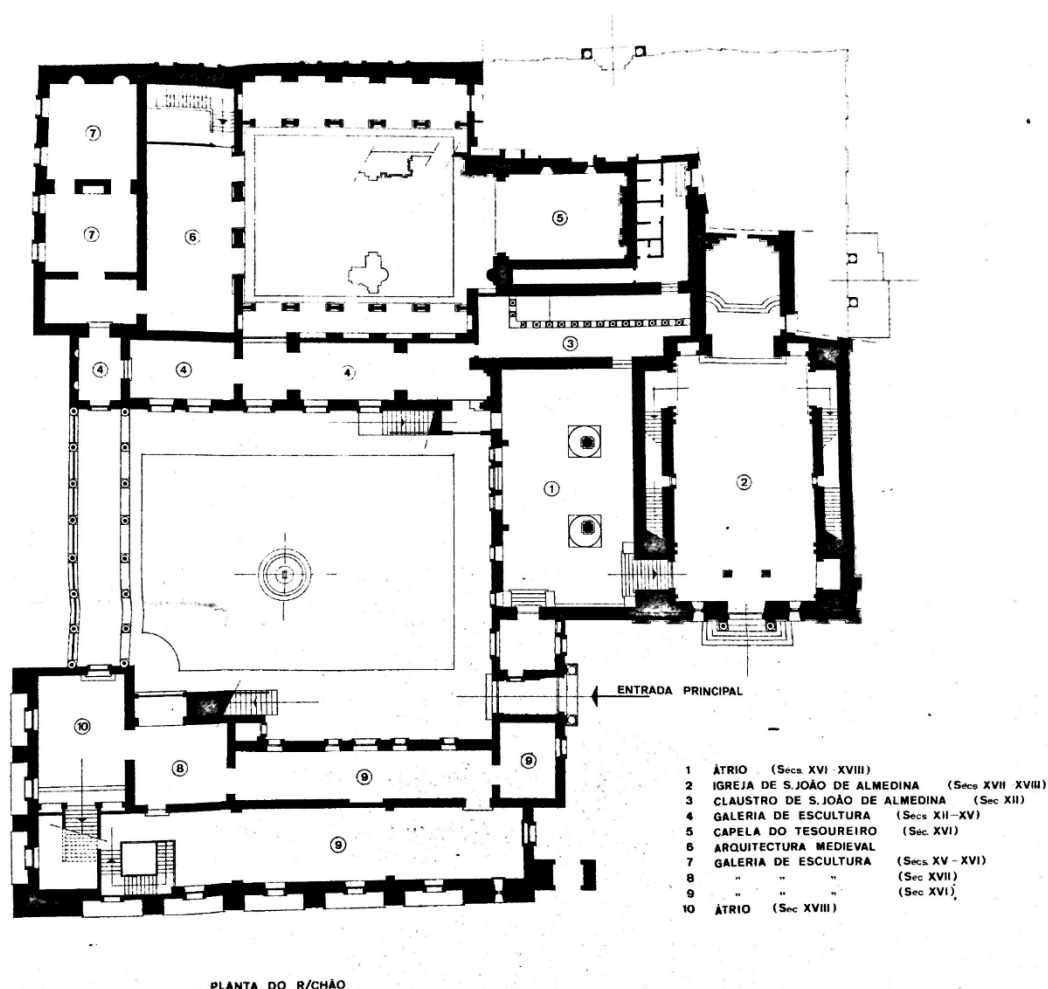


Fig. 55 – Planta do Piso 0 do Museu Nacional de Machado de Castro, anexada à Memória Descritiva do Plano Geral de Reconstrução da Capela do Tesoureiro⁸⁷⁷, de 3 de setembro de 1965, elaborada pelo arquiteto Amoroso Lopes, com a indicação da sua localização futura.

Esta nova equação conjuntural obrigava a novas reflexões, da parte dos responsáveis pelo anteprojecto e pelo Serviço dos Monumentos Nacionais. Por um lado havia inconvenientes resultantes de uma longa exposição da Capela do Tesoureiro, “*completamente isolada num amplo terreno*”, visto que o seu exterior era “*desgracioso e desproporcionado*” pela falta de enquadramento do seu contexto original – a Igreja de São Domingos. Por outro lado, havia já antecedentes similares, designadamente, na Igreja da Redinha⁸⁷⁸, do concelho de Pombal, que resultaram na mutilação das esculturas e retábulos, conforme explicitado na

⁸⁷⁶ A expressão utilizada no documento em apreciação, a Memória do PGR da Capela do Tesoureiro, é “*(...) reconstrução da Capela do Tesoureiro, entretanto já demolida*”. Pelo contexto, assumimos que a intenção do seu autor, o arquiteto diretor da SC-DSMN Amoroso Lopes, pretendia referir-se à desmontagem da capela no seu lugar original, para posterior reconstrução.

⁸⁷⁷ Cf. PT/AP-MSF.

⁸⁷⁸ A Igreja da Redinha foi intervencionada entre 1954 e 1959, pela DGEMN, sendo um caso contemporâneo ao caso de estudo.

Memória do PGR e pela preocupação de Amoroso Lopes sobre o que poderia acontecer à Capela do Tesoureiro, no cenário descrito, cuja replicação da solução não estaria disposto a responder favoravelmente. Por forma a não arrastar o processo por demasiado tempo e retomando o leque de opções iniciais, a solução final para a reconstrução da Capela do Tesoureiro recaiu sobre o MNMC, onde ainda hoje se encontra.

No MNMC, a Capela do Tesoureiro estaria enquadrada por um vasto espólio de escultura de mestres franceses, sendo João de Ruão o mais representativo. Após um breve relance pelas plantas e visitas ao museu, era sugerido um “*atento estudo*” do segundo pátio ao qual se ligava um terceiro “*de valor mais modesto*”, apenas utilizado como espaço de arrecadações. Para este segundo pátio estariam previstas obras totais de remodelação tendo em vista as condições exigidas para exposição, na sequência do que havia sido feito nas alas nascente, sul e poente, bem como na Igreja São João de Almedina e anexo, onde estariam “*instaladas as dependências da Direcção e Sala de exposições temporárias*”, tendo em conta o Plano Geral de Obras de 1954.

No documento da *Memória do PGR* era referido que, “*com base no atento estudo de todos estes elementos conclui-se que, o aproveitamento do 3º pátio bem poderia solucionar o problema do assentamento da Capela do Tesoureiro, orientando o seu arco triunfal para o 2º pátio, do qual viria a construir um fundo precioso*”. Para além disso, esta proposta permitiria solucionar o problema assente na falta de unidade, harmonia e ordem dos elementos que constituíam o segundo piso do museu, visíveis do 2º pátio. Amoroso Lopes salientava que, também as aberturas orientadas sobre o 3º pátio eram “*praticamente inúteis e por tal motivo dispensáveis*”, reforçando, deste modo, que este seria o local ideal para a reconstrução da Capela do Tesoureiro (Fig. 55 e 56).

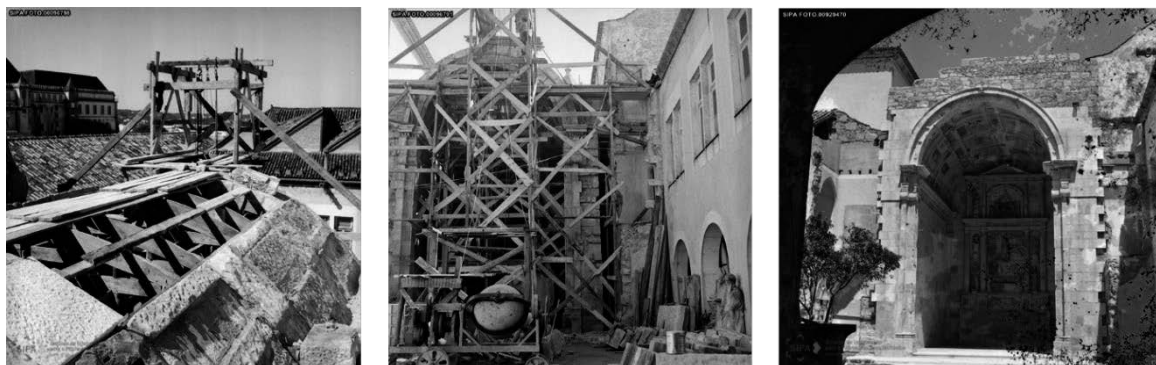


Fig. 56 – Reconstrução da Capela do Tesoureiro no MNMC, em 1967 e 1968. Referência: IHRU-SIPA, IPA.00005683⁸⁷⁹.

Antes de finalizar a *Memória do PGR da Capela do Tesoureiro*, no MNMC, o arquiteto referia que a acompanhar a reconstrução da referida capela, se previa reconstruir outros elementos da igreja inacabada de São Domingos, “*elementos esses que, para além do seu interesse arquitectónico ou decorativo, também traduziriam a dimensão da nave transepta da Igreja*”. A defesa deste princípio estava estabelecida tanto pela descrição de implementação da proposta, “*desenhar, embora com volumes limitados, as dimensões de todo o corpo direito dessa nave cruzeira*”, como pela planta do piso 0 do MNMC, anexa ao documento.

Embora esses elementos não fizessem parte da classificação patrimonial, davam o enquadramento que o arquiteto achava necessário para se efetuar, adequadamente, a leitura e entendimento do próprio bem classificado. Para tal, contava “*com a compreensão e boa vontade da Firma proprietária do Imóvel*”, sendo, em contrapartida, apresentada a “*oportunidade de demolir o que subsiste da Igreja de S. Domingos*”.

⁸⁷⁹ Cf. PT/SIPA: Processo PT020603250013 (IPA.00005683): Paço Episcopal de Coimbra/Museu Nacional Machado de Castro: SIPA.FOTO.00096798 (1967), SIPA.FOTO.0096791 (1967) e SIPA.FOTO.00929470 (ACS, 1968).

Quanto aos encargos da reconstrução, como já havia sido acordado, a empresa proprietária do imóvel assumiria todas as despesas em relação à Capela do Tesoureiro. As demais despesas seriam suportadas pelo Estado, uma vez que, contemplava-se ser necessário acrescentar obras complementares e de alteração, nas instalações do museu, para além daquelas que já estavam programadas nos planos orientadores para tal efeito. Esta leitura considerava o argumento em que o valor acrescido pela inclusão dos novos elementos seria uma mais-valia para o museu e, portanto, para todas as partes envolvidas no processo.

A conservação pela transformação: considerações finais

Até à redação do Decreto de 30/05/1834, que possibilitava a nacionalização da Igreja de São Domingos e a sua posterior venda a privados, a história do edifício relatava que este sempre esteve dependente da sua “sorte” circunstancial – tanto no seu lugar primitivo, com a construção patrocinada pela casa real, como na Rua da Sofia, com a sua edificação da igreja do convento até ao transepto⁸⁸⁰, por falta de patrocínio. Não obstante esta realidade, a sua “sorte” não se alteraria depois disso⁸⁸¹, sendo assumido, anteriormente, que todo o desenrolar do processo deste caso de estudo mais abrangente – que culminaria com a desclassificação da Igreja de São Domingos – seria a antevisão de uma “*crónica de uma morte anunciada*”. Tendo em conta outras situações e abordagens, equacionava-se a postura do Estado quanto ao Mosteiro dos Jerónimos – exemplo abordado por Maria Helena Maia (2005, p. 25) – que depois de ter tido albergado várias entidades e funções, o Estado abdicava do usufruto do edifício, cedendo-o à Casa Pia de Lisboa, a partir de 1834, para aí ser instalado um orfanato. Não obstante este novo uso, o Estado não abdicaria, contudo, da sua função tutelar e de defesa do património nacional e público, quando procedia a ações de fiscalização e inspeção das atividades e das alterações que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa realizava no edifício, para dar resposta a um cada vez maior número de albergados, entre órfãos, mães e mulheres (Maia, 2005, p. 26). Todavia, esta seria uma situação de limite, já que daria origem àquele que Maia considerava ter sido “*o primeiro diploma legal de regulamentação do restauro*” (2005, p. 30) – a portaria de 29 de Janeiro de 1840⁸⁸² –, precisamente, pela desmesurada e crescente atividade de alteração e de intervenção, que ia transformando o edifício.

Todavia, no caso da Igreja de São Domingos, a tutela responderia de modo diferente. A igreja, que poderia ter sido um exemplo em Portugal, inspirado na arquitetura da renascença italiana (V. Correia & Gonçalves, 1947), acabaria por não ser terminada. As necessidades de manutenção da construção existente, talvez devido ao facto incontornável da sua não conclusão, nunca chegariam a ser consideradas prioritárias. Este aspeto ia ganhando dimensão ao longo dos séculos, principalmente, depois de serem sofridos danos avultados e, consequentes do terramoto de 1 de Novembro de 1755. Tais vicissitudes contribuíam para uma constante e acelerada degradação do seu espaço interior, permitindo que se chegasse a um ponto sem retorno de abandono e desinteresse. A qualidade do que restava permitia aferir esse processo ocorrido no tempo, onde o espaço de uma igreja conventual se transformava em “*quartel, garagem e depósito de veículos fora de uso*”, como referia Sousa Franco⁸⁸³ e, mais tarde, em centro comercial.

⁸⁸⁰ Nogueira Gonçalves informava que Isidoro de Almeida tinha estado “*em Itália, como elemento do exército*” e, mais uma vez, advertia “*prudência e sempre ter presente que só as três capelas correspondem ao seu pensamento*”, sendo que, “*a execução rigorosa do projecto não passou das três capelas de cabeceira*” (A. N. Gonçalves, 1963c).

⁸⁸¹ Cf. “*Crónica de uma morte anunciada*. Ou quando um Monumento Nacional perde o seu status”, no presente capítulo.

⁸⁸² A partir de 1838, tanto Alexandre Herculano apontava críticas ao que ia acontecendo, classificando de “*ridículo o primeiro monumento da nossa glória*”, numa série de textos intitulados “*Monumentos II*” e publicados no Panorama, como também, Almeida Garrett tecia duras críticas à situação e seus intervenientes. Cf. Maia, 2005.

⁸⁸³ O deputado António Sousa Franco apresentava um requerimento, ao governo e à CMC, em 29/01/1981 (publicado em Diário da Assembleia da República nº 25, II série, de 30/01/1981, p. 414-415). O requerimento começava por contextualizar o processo histórico da Igreja do Convento de São Domingos, evidenciando o facto de estar em curso a construção de um centro comercial no local. Adicionalmente, eram colocadas duas questões relativas a: 1) ações e metodologias previstas para a *proteção e valorização* do que

Se por um lado, o ato de transformar pode descaracterizar, irreversivelmente, um edifício, por outro lado, o ato da transformação pode potenciar a sua perenidade. Sob esta abordagem, este caso mostra-nos essa dicotomia onde na base de um mesmo propósito podem resultar situações divergentes. Apresentando e analisando as várias propostas equacionadas pelo arquiteto-chefe da SC-DSMN, Amoroso Lopes, até à solução final da sua reconstrução no MNMC, verifica-se que a conservação da Capela do Tesoureiro só terá sido possível porque de uma corrida contra o tempo se tratava, conforme a equação de Marc Guillaume (1980, p. 21). Metodologicamente, a opção assumia a transformação tipológica do objeto considerado mais valioso, passando este a ser um conteúdo museológico⁸⁸⁴ e, portanto, salvaguardado e protegido nessa valência.

Em termos formais de projeto, uma capela lateral de uma igreja não tem por objetivo ser traçada para integrar e/ou pertencer a qualquer espólio museológico. Todavia, por vezes, talvez seja mais operativo assumir, em consciência, que a nossa capacidade de resposta ao que se determina como mais relevante, pode não ser suficiente, porque estas matérias dependem de interpretações e conhecimentos, de vontades e decisões, de recursos e condições que, por variadas vezes, não se encontram sob a nossa alçada. Desse ponto de vista, assumem-se as indicações de Guilherme d'Oliveira Martins, porque temos “*o dever de não esquecer... A memória do que nos aconteceu deve ser preservada. O valor do Património cultural, material e imaterial, exige a aceitação da verdade dos acontecimentos, positivos e negativos, para que possamos ganhar em experiência, pelo «trabalho de memória»*” (2009b, p. 32).

A propriedade do bem, neste caso, privada, pretendia potenciar o espaço para a atividade comercial, sem equacionar sequer a importância do edifício em si próprio mas, sobretudo, dentro do conjunto urbano que define a Rua da Sofia. Esta unidade morfológica da cidade de Coimbra constituía-se, em 22 de Junho de 2013, parte integrante da área Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, classificada e inscrita na Lista do Património Mundial. Os responsáveis pelo património assumiam que, pelo edifício da igreja se inserir numa rua com muitas outras igrejas de colégios, às quais atribuíam muito valor, não seria justificado o investimento de uma reconstrução ou, até mesmo, de uma conclusão da Igreja de São Domingos. A possibilidade do seu contrário não seria, porém, equacionada, tendo em conta que mais uma igreja seria um reforço positivo para a qualidade urbana da rua. Provavelmente e, de acordo com a posição dos responsáveis superiores nacionais, ainda não havia uma perceção do património de um modo abrangente, que só viria a ser mais divulgado e estabilizado a partir da Carta de Veneza, redigida em 1964. Se tal entendimento existia, não o equacionaram para este espaço. Não terá sido, por falta de intervenção cívica, para a qual terá contribuído a difusão de conteúdos e investigações académicas, acrescentando conhecimento da história do edifício⁸⁸⁵, em locais próprios ou nos meios de comunicação social locais. Outros tempos, outras vontades, queremos acreditar.

O episódio da *Reconstrução da Capela do Tesoureiro no MNMC* – episódio dentro de um processo mais vasto que culminava com a desclassificação da Igreja de São Domingos –, apesar de tudo, apresentava aspetos positivos, refletindo a decisão consciente de que não era possível agir, de modo que toda a igreja

restava do edifício da igreja e, 2) garantias dadas pela empresa proprietária do imóvel ou criadas quer pelo governo, quer pela CMC, para a *defesa* futura do imóvel.

Verificámos que houve uma resposta ao requerimento dada pelo Instituto Português do Património Cultural, a 22/10/1981 e publicado em Diário da Assembleia da República, II série, nº 19, pp. 428-429, de 25/11/1981. A exposição faz a transcrição da informação prestada pela DGEMN, referente a informação cedida pela Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, que lembra que a construção da ISD nunca foi além da cabeceira e do arranque do transepto, para além de, ter sido garagem e oficina de uma empresa de camionagem, nos anos 60, realçando as consequências negativas que o retábulo da Capela do Tesoureiro sofreu por isso.

⁸⁸⁴ A Capela do Tesoureiro deixa de ser classificada Monumento Nacional pelo Decreto nº 516/71, publicado em Diário do Governo nº 274, I série, de 22/11/1971.

⁸⁸⁵ Cf. Correia e Gonçalves, 1947 e Gonçalves, 1963 e, ainda, Processo PT020603250022, SIPA TXT00156156 e TXT00156157.

pudesse ser salvaguardada. Esta realidade assumia os contornos do processo histórico, com todas as condicionantes e contingências que lhe estavam associadas, demonstrando que as ações e metodologias tinham sido definidas para proteger e salvaguardar, pelo menos, o que se considerava de maior valor. Dois resultados sobressaíam deste caso: o primeiro estabelecia-se na transformação tipológica do objeto, permitindo a transformação de parte de um edifício (a capela da igreja) em objeto expositivo de museu; e, o segundo instituía-se na transformação funcional do espaço, transformando num centro comercial, o que restava da Igreja de São Domingos. Pelo confronto destes resultados, obtidos a partir da implementação das políticas atribuídas para a conservação do bem, verifica-se que, no primeiro exemplo era estabelecida uma valorização do bem, apesar de este deixar de ser um espaço de um edifício e passar a ser um objeto de exposição e contemplação e, no segundo, o bem era desvalorizado pela transformação funcional que a intervenção impunha ao edifício da Igreja de São Domingos, culminando na desclassificação do bem.

Por fim, este caso permite demonstrar que a existência de várias situações, como questões relativas à propriedade do bem, às condições de conservação do bem, à conjuntura histórica, às políticas patrimoniais e aos recursos disponíveis, podem contribuir para a desvalorização de um património classificado Monumento Nacional, bem como, verificar e concluir que uma classificação patrimonial, por si só, não é garantia de salvaguarda e proteção. ‘Património’ não deve ser assumido como um tema simplesmente de debate. Património deve ser compreendido como uma realidade da vida quotidiana, sobre a qual é necessário tomar decisões para fazer a sua gestão, a sua manutenção e a sua valorização. Neste sentido, entende-se que ‘património’ constitui-se como um ativo da comunidade.

Este caso, pelos seus contornos e circunstâncias, pode lançar pistas para uma prática mais eficaz na intervenção e gestão do património. Todavia, entende-se que caberá ao técnico responsável, neste caso ao arquiteto, o papel mais duro num processo de intervenção no património, pois ser-lhe-á exigido que absorva todas as perspetivas das outras áreas científicas e, conseqüentemente, decida e assuma a escolha da continuidade do tempo. A lição de Amoroso Lopes refletia, assim, a serenidade da escolha por aquela opção que melhor se adequava aos acontecimentos que foram pautando o processo do caso, garantindo que o mais importante seria a qualidade do que ficava. Uma escolha com um tempo próprio para um tempo novo. Uma decisão contemporânea. Deste modo, analisando e avaliando todo o processo que culminava com a desclassificação da Igreja de São Domingos, se concluía que, parafraseando o celebrado livro de Gabriel García Márquez, “*nunca houve pois uma morte mais anunciada*” (2014, p. 49) ou, pelo menos, tão previsível.

5.3 A recuperação dos valores: a Praça 8 de Maio em Coimbra⁸⁸⁶

Resumo

Através da lição da história como instrumento operativo de projeto é possível verificar, no traço do arquiteto Fernando Távora, uma constante na valorização das circunstâncias urbanas que têm a qualidade necessária à organização do espaço, de acordo com o seu sentido de responsabilidade social e de *ética do arquitetar*. O projeto deve estar ao serviço das vivências do homem, potenciando as suas memórias para ir criando uma identidade. É, também por isso, uma atitude crítica e consciente da continuidade espacial e temporal.

O propósito deste artigo é evidenciar esta diretriz de Távora enquanto metodologia válida para uma intervenção no património, recorrendo à intervenção do arquiteto na Praça 8 de Maio, em Coimbra. Através da *lição das constantes*, Távora faz a leitura do espaço para desenhar cidade, tendo a noção da sua contemporaneidade, sendo, neste caso, no património que assenta o valor estruturante do desenho do novo espaço público.

Palavras-chave: Fernando Távora; valor; ética de projeto; espaço público; Praça 8 de Maio.

Introdução

Coimbra alcançou, em 22 de Junho de 2013, uma meta a que há muito se propunha: a Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) passou a integrar a Lista do Património Mundial (LPM), da UNESCO. O processo foi longo, podendo ser destacadas três fases, com vários contornos e intervenientes⁸⁸⁷. Ao longo de mais de trinta anos de processo, foram surgindo ideias, intenções, propostas, projetos e intervenções para a Alta e para a Baixa⁸⁸⁸ da cidade que, pese embora, tivessem como fim último acrescentar melhorias e dinâmicas de desenvolvimento urbano e sociocultural, tinham sempre, como pano de fundo, intervir em áreas com grande significado e de intenso reconhecimento territorial para os cidadãos e, por isso, espaço de representação da condição, dos valores humanos e sociais e da identidade comum aos seus habitantes.

A cidade, enquanto produto, é um exercício do coletivo, que se vai fazendo no tempo longo. Deste modo se entende um espaço onde várias contemporaneidades se vão miscigenando e criando soluções que se tornam únicas e exclusivas: a composição entre os vazios e os construídos vão definindo uma forma com

⁸⁸⁶ Este texto tem por base o artigo proposto, sujeito a revisão e aceite para comunicação, no Congresso Ibero-Americano *Património, suas matérias e imatérias*, realizado em 2 e 3 de novembro de 2016, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa. O resumo intitulado “A recuperação dos valores: a Praça 8 de Maio em Coimbra” foi publicado no *Livro de Resumos* do congresso (Capela de Campos & Murtinho, 2016b).

⁸⁸⁷ Para uma leitura sobre o processo de candidatura de Coimbra à UNESCO, ver os artigos “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade” e “A ‘classificação’ Património Mundial na problemática disciplinar da arquitetura: o caso de Coimbra”, no capítulo 3, da Parte II, da presente tese.

⁸⁸⁸ A Alta e a Baixa são as zonas urbanas antigas da cidade que fazem parte de uma área à qual, no geral, se atribui a denominação de ‘Centro Histórico’. No entanto, importa referir que, de acordo com a versão do Plano Diretor Municipal de Coimbra de 1994 (PDM1994), a área denominada e classificada como ‘Centro Histórico’ era mais vasta, nomeadamente, por atravessar o rio e se estender à margem de Santa Clara. Importa, também, salientar que, até à 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Coimbra em 2014 (PDM2014), a área da cidade classificada como ‘Centro Histórico’ era aquela que agora está classificada e qualificada como “*Centro Histórico e Zona Envolvente de Enquadramento*” do Centro Histórico da cidade de Coimbra correspondendo, portanto, a uma área superior à atual e que compreendia grande parte da área da cidade, de acordo com a planta do *Regulamento – Anexo II*, a indicar o *Limite do Centro Histórico da Cidade de Coimbra*, realizada pela Divisão de Planos da CMC, em Setembro de 1993. Cf. (Câmara Municipal de Coimbra, 1994, p. 50; Planta de ordenamento – classificação e qualificação do solo, desenho n.º 01/01 de 08/2013 in Câmara Municipal de Coimbra - Divisão de Planeamento, 2014).

identidade, onde os largos, as ruas, as praças e os edifícios têm significados e são símbolos constituintes de memória coletiva, desempenhando um importante papel na evolução urbana.

A área proposta para integrar a LPM, a UC-AS, reflete uma realidade que é resultado de vários séculos de experiências e vivências, de políticas de intervenção urbana, de cultura e de pensamento, de arquitetura e de construção. Consequentemente, esta é uma área que nos seus espaços urbanos tem a capacidade de refletir a dinâmica da história da cidade, dos povos que a habitaram, do modo como o fizeram e do processo evolutivo resultante. Também, por isso, património de todos.

No domínio do debate das questões do património e da sua gestão para o futuro, torna-se pertinente perceber e debater os processos e os protocolos de gestão destes espaços, que não abrangem apenas a vertente física e material do construído, mas também, toda uma componente imaterial, que abrange as dinâmicas socioculturais de identidade e de memória coletiva. A qualidade do espaço público pode ser um medidor dessas dinâmicas, enquanto atributo resultante das intervenções urbanas que vão sendo realizadas ao longo de várias contemporaneidades, podendo refletir os diferentes estágios de evolução da condição humana, tendo como parâmetros os instrumentos e as memórias disciplinares da arquitetura.

No fundo, evoca-se *a arte de organizar o espaço* urbano, como um todo coerente, que assuma a continuidade espacial da cidade e, nesse sentido, a intervenção na Praça 8 de Maio, em Coimbra, da autoria do arquiteto Fernando Távora, pode contribuir como caso de estudo. Por tal contributo, a Praça 8 de Maio, para além de se constituir parte do bem inscrito na LPM, assume outros valores urbanísticos, porventura, mais reconhecidos: por ser o espaço público definido pela Igreja do Mosteiro de Santa Cruz, Monumento Nacional⁸⁸⁹; e, adicionalmente, por ser um espaço de continuidade dentro da cidade, quer espacial, quer temporal, que se foi transformando ao longo da história da cidade de Coimbra.

À data da realização do projeto, apenas a Igreja do Mosteiro de Santa Cruz era classificada. Mas não era o peso da classificação que interessava ao arquiteto Távora, mas sim o valor inerente ao património. Deste modo, a história para Távora era um instrumento operativo de projeto capaz de dar respostas aos problemas contemporâneos do dia-a-dia, com sentido crítico, na procura das referências esclarecidas para a recriação contínua de uma memória coletiva e de uma identidade, permitindo, assim, a partilha de uma vida em comunidade. Assim, o propósito deste artigo é evidenciar esta diretriz da lição de Fernando Távora enquanto metodologia válida para uma eficaz intervenção no património.

No projeto da intervenção na Praça 8 de Maio, realizado entre 1992 e 1993, pode ser verificado que, apesar de todas as contingências iniciais, a *lição das constantes*⁸⁹⁰ de Távora surge, mais uma vez, para clarificar a memória coletiva da cidade e do país, que se dissimulava pela solução urbana com a qual se deparou.

O espaço público como valor de projeto

Em Maio de 1992, a Câmara Municipal de Coimbra (CMC) encomenda um plano de conjunto entre a Praça 8 de Maio e o Bota-Abaixo, ao arquiteto Fernando Távora, não só por este ser um nome de referência da arquitetura portuguesa, mas, sobretudo, por três razões evocadas⁸⁹¹. A primeira evocação prendia-se ao eixo

⁸⁸⁹ Em 23/06/1910, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, “*compreendendo os tumulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I*” foi classificado Monumento Nacional (MOPCI, 1910, p. 2164).

⁸⁹⁰ Expressão utilizada por Fernando Távora, no subtítulo de Teoria geral da organização do espaço. *Arquitectura e urbanismo. A lição das constantes* (Távora, 1993d).

⁸⁹¹ Na cópia de parte de ata da reunião de 15/11/93, “*VII.2. Arranjo da Praça 8 de Maio – adjudicação – aditamento à deliberação nº 23/03/93*”, constava a informação nº 309/93 da Divisão de Planos da CMC, onde se defendia o seguinte: “... *na sequência da deliberação nº 383/92 tomada na reunião de vinte e três de março de noventa e dois foi solicitada proposta ao Arq. Fernando Távora (em anexo) para execução do projecto em epígrafe. A adjudicação por ajuste directo justifica-se porque: a) O presente projecto integra-se na filosofia global de efectiva ligação entre a Universidade e a Cidade, através da Camara Municipal de coimbra; b) É determinante que o projecto em causa, pela sua importância e impacto, seja executado por um profissional de reconhecida experiência em intervenções para locais históricos e de grande sensibilidade, como é o caso; c) Estando o Arq. Távora a executar o*

de ligação entre a cidade e a universidade, que devia ser promovido pela CMC, sendo que, o arquiteto estava ligado ao Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra⁸⁹², cujo curso havia sido aberto em 1988. A segunda evocação, baseada no prestígio e currículo do arquiteto, justificava-se pela intervenção de Távora em Guimarães entre 1985 e 1992, sobretudo pela dinâmica de reabilitação do espaço urbano mais sensível do casco antigo da cidade⁸⁹³. Por fim, a terceira evocação não deixava de se constituir como essencial: o arquiteto Távora era o responsável pelo desenvolvimento da primeira fase do Plano de Pormenor para a Área Central da cidade e, nesse sentido, a CMC apostava numa lógica de continuidade do trabalho já realizado.

O objetivo da intervenção camarária pautava-se por responder e reequacionar os fluxos de tráfego e de circulação estabelecidos na Baixa, propondo as ruas Visconde da Luz e Ferreira Borges como um grande eixo pedonal de ligação do Largo da Portagem – no enfiamento da saída da Ponte de Santa Clara, à beira-rio e uma das entradas privilegiadas na cidade de Coimbra – até à Rua da Sofia, alterando sentidos de trânsito e consequentemente, o uso e apropriação do espaço público pelos cidadãos. Em complementaridade com este propósito, havia o interesse de se prever a ligação daquela área da cidade à Avenida Fernão de Magalhães. Esta ideia poderia ser concretizada pelo atravessamento de um percurso pelo tecido urbano que constitui a baixinha da cidade, conjugando a beneficiação de duas frentes – *dignificando* a Igreja de Santa Cruz e melhorando *a circulação pedonal na zona*⁸⁹⁴.

A ideia definida como ‘Avenida Central’⁸⁹⁵ não era nova. Em 1928, o engenheiro militar Abel Augusto Dias Urbano apresentava essa ideia, na memória descritiva e justificativa do *Projecto para os novos arruamentos da Baixa de Coimbra*, dizendo que seria “*indispensável o rasgamento de uma avenida que ligue directamente o centro da cidade com o largo da Estação, ficando-lhe num dos topos a margem do rio e no outro a Igreja de Santa Cruz e os Paços do Concelho*” (Urbano, 1928, p. 5). Para além de considerar que era na Praça 8 de Maio para onde convergiam as principais artérias da cidade, considerando-a como o “*mais importante centro de circulação, o coração da cidade*” (Urbano, 1928, p. 5), Abel Urbano observava, também, que qualquer visitante ao chegar à estação de caminho-de-ferro “*recebe uma péssima impressão do aspecto interior da cidade*” (Urbano, 1928, p. 4) e, portanto, solicitava como urgente a construção da “*Avenida de Santa Cruz*”, permitindo ao *visitante* e ao *touriste* “*o deslumbramento das margens do rio*” (Urbano, 1928, p. 5) recebendo, também, “*a forte emoção da perspectiva do venerando templo*” (Urbano, 1928, p. 5). Em 1936, o arquiteto Luís Benavente apresentava o *Plano de Urbanização da Parte Baixa da Cidade*, cuja proposta assentava na eliminação do bairro medieval da baixinha, promovendo um sistema onde a axialidade e a perspectiva se tentavam implementar. Em 31 de Dezembro de 1940, Etienne De Gröer, arquiteto e urbanista, apresentava um *Anteprojecto de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra*, uma solução que passava por corrigir algumas

Plano de Pormenor para a Área Central – 1ª fase, encontra-se o mesmo na posse de toda a informação relevante que salvaguarda, à partida, um resultado final de indiscutível qualidade e valia técnica”. A Deliberação nº 3420/93 foi aprovada por unanimidade, adjudicando o “*projecto do arranjo da praça 8 de maio*”, por ajuste direto ao arquiteto Távora. Cf. PT/FIMS/TAV: FIMS-FT-0266: *Informação nº 309/93 da Divisão de Planos da CMC*.

⁸⁹² A licenciatura em Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra foi criada pela Portaria 448/88, de 8 de julho, sem instalações próprias. O arquiteto Fernando Távora foi convidado a participar na Comissão Instaladora Provisória do curso, sendo a sua oficialização feita a 29 de dezembro de 1989, juntamente com os arquitetos Alexandre Alves Costa e Domingos Tavares que também fizeram parte da Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (designados a 20 de julho de 1982, por despacho ministerial, com tomada de posse a janeiro de 1983) e, em 1991, integra a primeira Comissão Científica do Departamento de Arquitectura. Cf. (R. Bandeirinha, 2013, p. 157).

⁸⁹³ Os espaços públicos, com o traço do arquiteto Fernando Távora, localizavam-se no núcleo urbano intramuros de Guimarães e compreendiam a Praça de Santiago, a Praça do Município (a primeira a ser reabilitada, deste conjunto), o Largo da Misericórdia ou de João Franco e o Largo da Condessa do Juncal.

⁸⁹⁴ Cf. PT/FIMS/TAV: FIMS-FT-0266: (Repartição de Estudos e Projetos – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra, 1993).

⁸⁹⁵ Cf. (Rebello & Faria, 2006) e FIMS-FT-0265.

dimensões e larguras da Rua Direita, que entendia fundamental para o acesso norte ao centro da malha urbana, propondo depois uma intervenção de novos quarteirões que promoviam a ligação do rio Mondego à Igreja de Santa Cruz, por uma avenida (*A Vista Geral da Avenida de Santa Cruz*). Em conferência datada de 19 de Outubro de 1955, o engenheiro civil Antão de Almeida Garrett apresentava o *Plano Regulador da Cidade de Coimbra*, transformando a ligação do rio à Igreja de Santa Cruz numa monumental avenida. Em 1956-57, o arquiteto Alberto José Pessoa apresentava o *Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra*, centrando-se na ideia monumental da ‘Avenida Central’, que chegaria até à avenida marginal ao rio, propondo a demolição de grande parte da baixa e prolongando a Avenida Fernão de Magalhães até ao Largo da Portagem. Em 1970, Januário Godinho apresentava a *Urbanização da Zona Central da Cidade entre Santa Cruz e o Mondego*, desvalorizando o papel regulador de Santa Cruz, propondo uma intervenção de malha onde o quarteirão se assumia como unidade tipológica. Em 1971, Manuel Costa Lobo apostava numa abordagem mais cautelosa quanto à demolição da malha medieval, na sua proposta para o *Plano de Urbanização da Baixa*, pese embora, se mantivesse a ligação da ‘Avenida Central’, apesar da sua não tão pronunciada evidência e, da proposta de formas irregulares que marcariam uma nova imagem da cidade baixa. Nos anos 80, as propostas de urbanização da baixinha, essencialmente, promovidas pelos serviços camarários, como o PDM de 1986, reforçavam a ideia da renovação da área, que ficaria conhecida como Bota-Abaixo (permanecendo até aos dias de hoje) relegando, contudo, a ‘Avenida Central’ entre essa zona e Santa Cruz, com uma escala mais controlada, para um canal de ligação e de atravessamento da malha medieval.



Fig. 57 – Vista aérea da Baixa da cidade de Coimbra, com a Igreja do Mosteiro de Santa Cruz em evidência pelo ‘desafogamento’, da massa construída, na Praça 8 de Maio. Fotografia: Filipe Jorge, GCU, UC, 2003⁸⁹⁶.

Neste caso de estudo da reabilitação da Praça 8 de Maio ficava evidente que o tratamento do espaço público era uma grande aposta do poder político, pese embora houvesse diferenciação desse tratamento e desenho

⁸⁹⁶ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

para os vários espaços, conforme o arquiteto Fernando Távora teve oportunidade de verificar e referir em memória descritiva e justificativa que acompanhava a sua proposta (Távora, 1993c).

Sendo o passado *a condição do novo e terreno onde se constrói a sua necessidade* (Gregotti in Pedretti, 1997, p. 18), importava que, neste caso, todo o conjunto fosse integrado numa visão coerente que fizesse emergir as constantes do território (Fig. 57), realçando e recuperando a identidade do lugar, descaracterizado pela degradação e abandono a que havia sido sujeito ao longo dos últimos anos, um fenómeno não exclusivo da cidade em questão (Aguiar, 2009).

Fazendo uma análise morfológica do contexto urbano, da sua evolução histórica, dos seus *factos urbanos* (Rossi, 2001) e valores sociais, económicos e culturais, dos seus valores patrimoniais, das necessidades de equipamentos, quer edificadas quer espaciais, e ainda, da mudança e reestruturação viária e de tráfego da área de intervenção, em Outubro de 1992, Távora apresenta um Plano de Conjunto (Fig. 58), sob a forma de uma planta de síntese. Bandeirinha classifica o documento como *embrionário* no desejo “*de cerzir áreas urbanas em pleno estado de decomposição*” (J. A. Bandeirinha, 2006, p. 150).

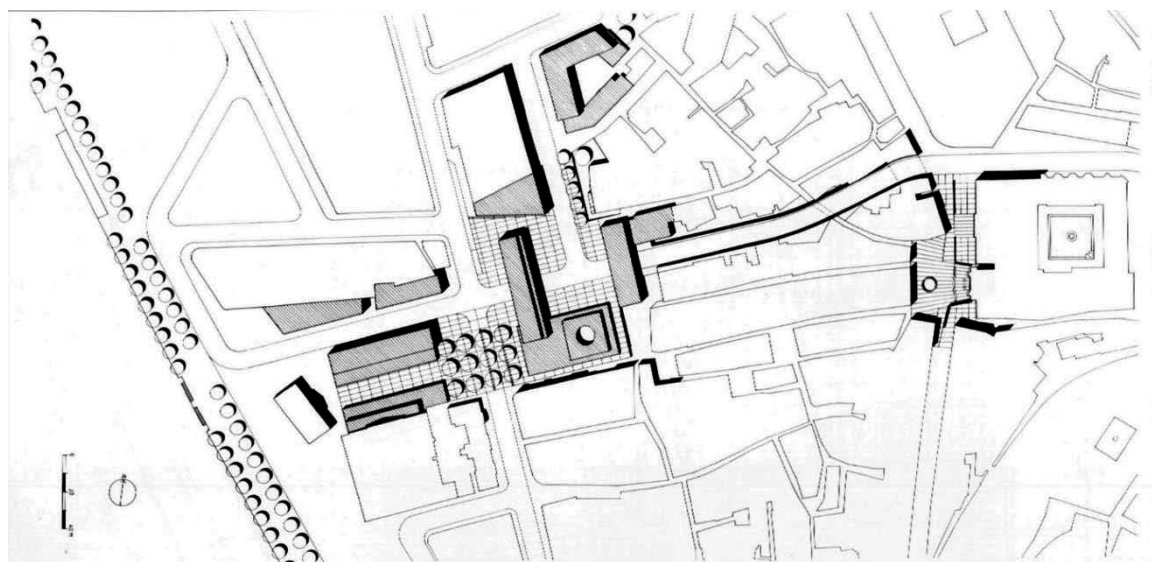


Fig. 58 – Plano de Conjunto para a Baixa de Coimbra, apresentado pelo arquiteto Fernando Távora, em 1992⁸⁹⁷.

Do plano de conjunto inicial apenas o desenho para a Praça 8 de Maio tinha sido desenvolvido, entre 1992 e 1997, por Fernando Távora (J. A. Bandeirinha, 2006), à semelhança do que já havia acontecido em Guimarães, entre 1985 e 1992, cujos projetos das quatro praças urbanas⁸⁹⁸ eram o resultado final de uma primeira abordagem de um plano de urbanização mais alargado⁸⁹⁹.

A ação urbanística na cidade intramuros de Guimarães foi realizada pela equipa do Gabinete Técnico Local (GTL) orientada pelo arquiteto Fernando Távora e constituiu-se pela integração de espaços públicos, que estavam dotados ao abandono e à decadência urbana, num renovado percurso assente em manifestações de alguns estratos históricos. A dinâmica imposta pela reabilitação dos espaços públicos era também

⁸⁹⁷ Cf. (Távora, 1993c).

⁸⁹⁸ Cf. (Carneiro, 2004; Ferrão & Afonso, 1996, 1998; Frazão, 2000; Gesta, 1998).

⁸⁹⁹ Em 1980, Fernando Távora ficou responsável por apresentar o Plano Geral de Urbanização de Guimarães, juntamente com Rui Brás e A. Matos Ferreira, cujo projeto se desenvolveu de 1979 a 1982 (J. A. Bandeirinha, 2012; Távora, 1993b). Em 1985, colaborara como consultor no Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Guimarães (Trigueiros, 1993, p. 9), com a arquiteta Alexandra Gesta, cujos resultados permitem, ainda hoje, afirmar que o trabalho realizado era um exemplo de boas práticas de intervenção local. A confirmar os bons resultados, Alexandra Gesta testemunhava que “*o trabalho de reabilitação do centro Histórico pelo seu rigor de intervenção e carácter exemplar recebeu (...) o Prémio Europa Nostra em 1985, o 1º Prémio da Associação dos Arquitetos Portugueses em 1993 e um Prémio da Real Fundação de Toledo em 1996*” (Gesta, 1998, p. 67). Já José Aguiar concluía que a intervenção urbana realizada em Guimarães constituía-se “*tanto ao nível do método como dos resultados – como o mais importante modelo referencial em termos de conservação do património urbano do nosso país*” (Aguiar, 1998, p. 62).

transformadora do modo de apropriação e vivência desses mesmos espaços, recuperando a sua vitalidade e a sua importância para a vida urbana. A opção política da intervenção permitia que um percurso entre os cheios fosse encarado como um incentivo e um contágio positivo para a criação de sinergias de reabilitação da malha urbana. Para tal, a intenção da primeira intervenção na cidade intramuros enquadrava-se num carácter simbólico, tentando reivindicar o espírito da identidade fundacional da cidade com a recuperação da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, do Largo da Oliveira com a plantação de uma oliveira.

Se o primeiro ato era do foro simbólico-fundacional, os atos seguintes eram do domínio da requalificação e reabilitação urbana. A intervenção do GTL estendia-se a uma sucessão de ruas e largos, que iam definindo lugares centrais da vida social vimaranense ao longo dos tempos e que atravessavam e pontuavam a malha da cidade muralhada definindo um percurso. Importava dar o exemplo político da exigência de qualidade e a Praça do Município, dominada pela Câmara Municipal de Guimarães – sedeada no edifício do antigo convento de Santa Clara – era a primeira das quatro praças a ser reabilitada. Percorrendo a frente poente da Praça do Município atravessava-se uma das ruas mais importantes na constituição do assentamento medieval de Guimarães – Rua de Santa Maria – que fazia a ligação entre o castelo, no Monte Latito, e o convento fundado por Mumadona Dias, no século X, na Praça da Oliveira. Era esta, portanto, a ligação entre a alta e a baixa da cidade medieval e, primeiro local de implantação de casas dos senhores vimaranenses. O segundo ponto de recuperação para a vida da cidade na lógica do percurso, instituíam-se no Largo de Santiago, adjacente ao Largo da Oliveira. Continuando pelo percurso alvo do processo de reabilitação, atravessava-se a Rua Dr. António Mota Prego para desembocar no próximo largo da intervenção: o Largo da Misericórdia ou Largo de João Franco, junto à Rua dos Mercadores e à Porta de S. Domingos. O percurso continuava na retaguarda da fachada do Largo do Toural – ou seja, pelo caminho adjacente da muralha antiga – até ao último largo considerado, o Largo da Condessa do Juncal.

Não seria, portanto, um tema novo para o arquiteto, trabalhar a praça urbana inserida num contexto construído que havia sido palco privilegiado da história da cidade, que no caso da Praça 8 de Maio, não só se reportava à história de Coimbra como também à história nacional. Desta forma, a história passa a ser fundamental como instrumento operativo de projeto, já que, como Távora afirmava, “*o arquitecto precisa de se situar no momento e no espaço da sua intervenção projectual de modo a compreender, interpretar e transformar os agentes, as intenções, os programas, os sítios, os caracteres. Se tanto se fala em identidades lembremos que é à história – no sentido lato – que nos permite conhecê-las*” (Távora, 1994, p. 21).

Neste caso, o prévio exercício de projeto do plano de conjunto assentava na intervenção em espaço público, tendo por elemento chave e focal a Igreja do Mosteiro de Santa Cruz – o berço da nacionalidade e panteão da pátria – que andava afastado das vivências urbanas pelas várias contingências e circunstâncias nas várias contemporaneidades e do próprio local. Ao se reequacionar a área de intervenção e singularizando a Praça 8 de Maio, o arquiteto Távora assumia a sua ideia chave ao pretender repor ao espaço, o valor e a dignidade perdida ao longo do tempo e das sucessivas intervenções. Para além desse objetivo, a intervenção no espaço público, através de uma praça, espaço de excelência da representatividade social no contexto europeu (Aymonino, 1984), permitia resolver numa escala reduzida o pressuposto da continuidade espacial. Este pressuposto deveria existir num sistema de espaços urbanos integrados e interligados – como a cidade deveria ser, na aceção do arquiteto – e, deste modo, potenciar o projeto deste espaço urbano como um exemplo de contágio, pela positiva, para os restantes espaços adjacentes da baixinha e, no limite, da cidade. Quando “*a obra de arquitectura concretiza a síntese entre o pensamento do arquitecto (ainda que abstracto ideológico) e a realidade*”, como diria Botta, sendo que esta é, sobretudo, uma “*condição*”

geográfica: a arquitectura transforma uma condição de natureza numa condição de cultura” (Botta, 1996, p. 25), também é, uma forma de se tomar consciência do tempo e do pensamento nos seus variados estágios e contemporaneidades. O exercício de projeto permite criar um entendimento da cidade como um processo de avanços e recuos, onde a sua abordagem histórica pode contribuir para acrescentar ou indiciar motivos e linhas para desenvolvimento de projeto. “*Não é a história no sentido clássico, como disciplina, mas é sobretudo a visão histórica de tudo (...) No fundo de que se trata? Trata-se na introdução do tempo, da consciência do tempo*” (Távora (1992) in J. A. Bandeirinha, 2012, pp. 59–60).

O projeto da Praça 8 de Maio

Para Mies van der Rohe, *o tempo novo é uma realidade* (Van der Rohe, 1996, p. 304) que existe independentemente do facto de ser aceite ou recusado, não sendo, por isso, melhor ou pior do que qualquer outro tempo – todavia, será decisiva a escolha do modo de lidar com o *tempo novo*. Este pressuposto está presente na cidade, enquanto organismo que assume camada após camada de expressões⁹⁰⁰ e que vai sendo um constante exercício de opções e desejos políticos, que têm um cunho e uma leitura sociocultural e histórica. Deste ponto de vista a escolha de lidar com os sucessivos *tempos novos*, também, seria uma forma de se tomar consciência do tempo e do pensamento nos seus vários estágios e contemporaneidades. Assim, o projeto, para Távora, deve estar ao serviço do homem e da sua vivência, potenciando as suas memórias para ir criando uma identidade, um lugar, uma referência. A “*arquitectura é coisa mental*”⁹⁰¹ (Távora in Figueira, 1992, p. 104) sendo, por esse motivo, uma atitude crítica e consciente da continuidade quer espacial quer temporal. Nesta equação, também o tempo, no exercício de Távora, era assumido pelas suas vertentes, quer a meteorológica, quer a cronológica⁹⁰², enquanto fator determinante de projeto, ao contribuírem para conferir a patine do material – pelo desgaste próprio da matéria – e do espaço – pelo seu uso e sua apropriação.

O tempo, enquanto uma das dimensões fundamentais para o desenvolvimento de vida no espaço, será sempre um fator do processo de projeto. Porque o processo de projeto não termina com a construção do espaço. Aliás, esse é o real ponto de introdução do fator tempo no processo, quando o tempo se insinua entre o espaço e os seus utilizadores, permitindo, pela sua marcha constante que o espaço esteja, como dizia Távora, “*em permanente devir*” (Távora, 2008, p. 19) ou, como diria mais tarde Pedro Vieira de Almeida, “*a arquitetura nunca está terminada, prolonga-se no uso*” (P. V. de Almeida, 2005, p. 139).

Para o projeto da Praça 8 de Maio, interessava ao arquiteto reconstituir, repor e recuperar “*o valor do seu espaço inicial bem como a leitura da Igreja de Santa Cruz referenciada às ruas Direita, da Moeda, da Louça e do Corvo que aí afluíram frontalmente à fachada do monumento*” (Távora, 1993c, p. 176). A realidade encontrada no existente revelava uma dissonância entre os cheios e os vazios e uma inversão de valores: o edifício, que apresentava um valor hierarquicamente superior para garantir uma leitura coerente do espaço, não estava em harmonia com aquele denominado ‘praça’ e que lhe era adjacente. Adicionalmente, e de todo não menos importante e relevante, o espaço para o automóvel era mais evidenciado e potenciado do que o espaço para o cidadão. Este aspeto manifestava-se num claro prejuízo da

⁹⁰⁰ Segundo a leitura de André Corboz da cidade como *palimpsesto* (Corboz, 1983).

⁹⁰¹ Fernando Távora esclarece, numa entrevista, que a “*arquitectura é coisa mental e portanto lançar uma hipótese gráfica de um projecto (...) presume já um trabalho intelectual*” (Távora in Figueira, 1992, p. 104), ou seja, a ideia surge antes da criação da imagem.

⁹⁰² Giovanni Leoni definia os princípios anti-modernos afirmados no *Da Organização do Espaço*: aceitação do tempo, meteorológico e cronológico como fator determinante de arquitetura; experiência como matéria de projeto; recusa da geometria abstrata e estática a favor da organização do espaço dinâmico; o cheio e o vazio como uma continuidade da matéria, aérea e sólida, inteiramente projetável; a forma como resultado do ato construtivo e não como pressuposto; e a necessidade de uma constante e potencialmente infinita atualização do construído (Leoni, 2001).

utilização do espaço público pelo cidadão: a Praça 8 de Maio, existente à data, apresentava características de uma rua, um lugar de passagem e de atravessamento e não de uma praça correspondente à unidade morfológica da sua designação. O lugar denominado ‘praça’ necessitava de ser repensado, reequacionado e redesenhado, numa ação transformadora do existente, de forma a corresponder ao que lhe era exigido – ser um espaço público central da cidade, para se estar, permanecer, ser, conviver, dialogar, debater e, sobretudo, ser espaço público capaz de contribuir para uma continuidade espacial urbana.



Fig. 59 – Mosteiro de Santa Cruz, com os colégios de Santo Agostinho e de São João Baptista, desenho de José Carlos Magne, 1796. Referência: MNMC, GCU, UC⁹⁰³.

Para a cidade, a história particular deste espaço denominado Praça 8 de Maio demonstrava que, de facto, este era um lugar de reconhecimento comum ao qual era atribuído valor de identidade patrimonial pela população, ao longo das sucessivas contemporaneidades (Fig. 59). Inicialmente, designada por Praça ou Largo de Sansão, devido à estátua que representava o juiz de Israel e que adornava a fonte demolida em 1820, passava a designar-se Praça 8 de Maio pela evocação comemorativa da entrada da divisão liberal em Coimbra em 1834, sob o comando do Duque da Terceira (Figueiredo, 1996). Outro exemplo desse entendimento pode ser extraído do episódio ocorrido previamente, em 1796, a propósito da reivindicação contra a demolição dos últimos pisos dos edifícios que conformavam a norte a Praça, então denominada de Sansão. Essa ação de protesto, cujos motivos eram “*de ordem puramente utilitária e particular*” (V. Correia, 1933, p. 64), potenciou a encomenda para a realização do levantamento do espaço sob o título “*Mappa topográfico da Praça de Sansão e as confrontações das ruas que arrematão nella, e a planta do andar principal das cazas de Antonio Rangel Pereira de Sá de São Varão que possui na dita Praça na Cidade de Coimbra*”⁹⁰⁴, assinado em 23 de abril de 1796 pelo arquiteto José Carlos Magne. Este episódio orientava-se, precisamente, pela reivindicação da não alteração das cérceas dos edifícios que conformavam a praça, sob pena de descaracterização dos edifícios enquanto elementos condicionantes do seu espaço. Tal pressuposto assentava na assunção de perda de valor patrimonial reconhecido, perda essa acrescida pela

⁹⁰³ Cf. (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012h, p. 50).

⁹⁰⁴ Como descreve Vergílio Correia, o levantamento constituía-se por um desenho com dimensões de 1 x 0,665 m, tendo na “*sua parte central uma planta da Praça de Sansão com indicação dos edifícios e ruas confinantes*” (V. Correia, 1933, p. 63), nomeadamente – a partir da Rua da Sofia – “*Inquição, Terreiro de S. Miguel, Rua de Montearroyo, Convento de S.ta Cruz, Igreja de S.ta Cruz, Igreja de S. João, Rua das Figueirinhas, Rua de Coruche, Rua dos Çapateiros, Rua do Tinge Rodilhas, Rua da Moeda, Rua Direita, e de novo a Rua da Sofia*” (V. Correia, 1933, p. 63).

possibilidade de uma conseqüente repetição do ato de destruição de pisos pelos outros proprietários, a partir do momento em que a pretensão do primeiro proprietário⁹⁰⁵ fosse verificada.

Do enquadramento patrocinado neste episódio pode ser verificado que a causa comum na defesa do valor atribuído à identidade daquele edifício no então Largo de Sansão sobrepunha-se à causa privada. Ou seja, a dedicação à defesa do património construído⁹⁰⁶ da praça referida, para além de não permitir a diminuição de cêrceas dos edifícios da praça, garantia, por consequência, a não alteração da sua conformação espacial. Este episódio ainda permitiu que chegasse até ao nosso tempo o desenho de levantamento executado por José Carlos Magne (Fig. 59), constituindo-se como uma peça de estudo operativa para a *lição das constantes* no projeto de Távora.

A praça, enquanto unidade de morfologia urbana, passava a ser o objetivo de projeto ao se pretender definir e redesenhar, tipologicamente, um momento que na realidade, à data do projeto de Távora, não existia. Operativamente, a proposta do desenho transformava uma artéria numa rótula de distribuição e agregação das outras artérias adjacentes. Ou seja, o projeto para este momento de cidade punha em causa o projeto da própria cidade, ao nível da sua estrutura e ordem, uma vez que, “*cada vez que a arquitectura intervém para transformar o lugar, enriquece-se com um novo signo e cresce através de um processo contínuo estratificação*” (Botta, 1996, p. 93).

Sob esta narrativa, o arquiteto Fernando Távora, ao assumir que a resposta ao problema era a alteração tipológica do existente, assumia também os vários pressupostos e as várias permanências do projeto da cidade. Em primeiro lugar, o espaço disponível era o existente, não havendo possibilidade da sua majoração. Seguidamente, a Igreja de Santa Cruz era definida como sendo o edifício mais significativo daquele lugar, não só para a história de Coimbra, como também para a história nacional, sendo o peso da história um fator determinante para a definição da estrutura e da organização da futura praça. Por fim, a praça era entendida como unidade morfológica de excelência de espaço público.

Estas premissas informam que Távora não poderia trabalhar o terreno em extensão. A solução passaria por trabalhar as cotas topográficas, rebaixando a cota de rua para o nível da entrada da igreja, ou seja, fazer um desterro de 2 metros⁹⁰⁷, indo ao encontro da ideia chave de projeto, ou seja, dotar dignidade ao panteão da pátria. A Igreja do Mosteiro de Santa Cruz havia sido afastado da vivência urbana pelas sucessivas alterações altimétricas da cota de rua que se tinha constituído como um muro, impondo um limite físico e visual em relação à entrada da igreja. A concretização do objetivo da intervenção seria realizada através de uma praça, que para o sentido clássico de Távora, seria o que mais se adequava na resposta ao objetivo estipulado. Com o desenho proposto, a praça permitia repor a cota do nível térreo da Igreja como principal cota de referência ao espaço público e, adicionalmente, conseguia estabelecer uma ligação com o tecido urbano adjacente, nomeadamente, com as ruas da baixinha da cidade que desembocavam de frente para a Igreja de Santa Cruz e que se apresentavam em franca degradação urbana – um processo equivalente àqueles que foram acontecendo ao longo dos anos 80 do século XX em Portugal, nestes espaços mais sensíveis das cidades e sujeitos a dinâmicas de abandono e degradação urbana (Aguilar, 2009).

A solução de praça surgia, portanto, como um elemento de unidade, porque permitia reestabelecer o elo perdido entre a Igreja do Mosteiro de Santa Cruz e o seu espaço “natural”. Além disso, assumia-se como

⁹⁰⁵ De acordo com a legenda explicativa do desenho de José Carlos Magne, transcrita por Vergílio Correia, era *Antonio Macedo* quem pretendia avançar com a diminuição da cêrcea da sua propriedade (V. Correia, 1933, p. 64).

⁹⁰⁶ José Andrade de Branquinho de Carvalho alertava, em testemunho direto, para a possibilidade deste episódio ser o *primeiro movimento de defesa do património construído conhecido em Coimbra*, a propósito do nosso acesso ao seu espólio e arquivo pessoal.

⁹⁰⁷ A diferença de cotas de pavimentos, entre a rua e a igreja, seria de 1,30 metros, conforme Távora refere (1993c), sendo que a real movimentação de terras andaria nos 2 metros de profundidade, para equacionar todas as questões técnicas de drenagem e escoamento de águas e saneamento. Cf. PT/FIMS/TAV: FIMS-FT-0266: REEP-SMASC, 1993, “*Memória descritiva e justificativa – Arranjo da Praça 8 de Maio Remodelação das infraestruturas de água e saneamento*”.

uma plataforma de interligação de vários eixos importantes para a vida da cidade, como a ligação da Ruas da Sofia, Visconde da Luz e Ferreira Borges com as Ruas Direita, da Moeda, da Louça e do Corvo. Todavia, pese embora a clareza na escolha tipológica da solução em que a praça seria a resposta evidente, o grande desafio era estabelecido na forma de resposta à diferença de cotas, que pelas constantes repavimentações de rua⁹⁰⁸, deixavam a soleira da igreja numa cota inferior à da rua 1,30 metros (Távora, 1993c) – o grande facto urbano, que neste caso era Monumento Nacional, apresentava-se adjacente ao eixo de maior fluxo de movimentação e que era necessário redesenhar. Estas condicionantes e contingências traduziam-se numa problemática do lugar, à qual o desenho e o projeto deveria responder, tendo que equacionar o cruzamento de direções e de fluxos, contemplando o principal eixo viário com os eixos predominantes de circulação pedonal.

Do ponto de vista formal, tendo todas estas premissas e contingências prévias, Távora optava por submeter a orientação da nova praça ao edifício da igreja, em projeto de execução entregue na Câmara Municipal de Coimbra, datado de Março de 1993. Com esta opção de projeto, a Igreja de Santa Cruz voltava a ser considerado o facto urbano do espaço público, como edifício de maior destaque e impacte na praça, ou seja, o seu organizador espacial ao impor uma nova ordem (ortogonal em relação à existente); e, em simultâneo, era reposto o valor patrimonial que lhe estava associado, constituído pelos parâmetros arquitetónico, histórico-cultural, político-social e, ainda, religioso. Com uma matriz de pensamento clássica Távora impunha em desenho, uma simetria ao espaço, cujo eixo seria a continuação do eixo longitudinal da própria igreja, reforçando a ideia com uma fonte circular, colocada em frente à sua fachada principal.

Para redefinir a diferença considerável de cotas optava por manter em plataforma o nível da soleira dos edifícios laterais à igreja e que faziam parte do antigo mosteiro – o edifício da CMC e o Café-Restaurante Santa Cruz – que passavam a ter uma varanda privilegiada para o novo desenho da praça. Tal desnível criava, em simultâneo, o espaço necessário ao adro da igreja à cota da soleira desta. Já o eixo viário existente à data – Rua da Sofia/Rua Visconde da Luz – era desconstruído, dando ênfase à nova orientação que ordenava o espaço. De modo a se garantir a transposição de cotas que o novo desenho impunha ao espaço e para se continuar a estabelecer a ligação de acesso automóvel, entre a Rua da Sofia e a Rua Visconde da Luz, eram assumidas duas rampas laterais ao embasamento das varandas referidas, no sentido ortogonal ao eixo da igreja e da nova praça. Sobre este aspeto, os desenhos técnicos evidenciavam a preocupação da parte do arquiteto, com as dimensões das viaturas que tinham de manter a circulação entre a Rua da Sofia e a Rua Visconde da Luz, atravessando a praça, como aquelas dos bombeiros, dos autocarros dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, dos serviços de recolha de lixo e de limpeza, sem esquecer, os carros da queima das fitas, que percorriam (e percorrem) as ruas da cidade desde a Universidade até ao rio, em cortejo⁹⁰⁹.

Távora defendia que “*a informação deve ser dada pelo desenho*”⁹¹⁰, conforme acontecia, neste caso (Fig. 60). O desenho da praça tinha a intensidade que o traço da estereotomia da pedra implementava. A intenção

⁹⁰⁸ A Praça 8 de Maio localiza-se em *Áreas Inundáveis* (DL n.º 364/98, 21/11), de acordo com a Planta de ordenamento – classificação e qualificação do solo, desenho n.º 01/01 de 08/2013, da 1.ª revisão do PDM 2014 (Câmara Municipal de Coimbra - Divisão de Planeamento, 2014), alertando a possibilidade de ficarem inundadas quer a praça quer a igreja. Também por esse motivo, a rua ia subindo de cota, ao longo dos tempos, de modo a não deixar ser utilizada nos períodos de cheias. Tal facto constituía-se numa tradição da vida urbana de Coimbra, referida nos retratos do panorama das cheias do Mondego dados pela história, obrigando muitos dos edifícios localizados à beira-rio a procurarem nova localização, como os Conventos de São Domingos (o velho), São Francisco e Santa Clara-a-Velha. Para uma leitura mais aprofundada sobre o Convento de São Domingos ver os artigos “Crónica de uma morte anunciada. Ou quando um Monumento Nacional deixa de o ser” e “A conservação pela transformação: a Capela do Tesoureiro da autoria de João de Ruão”, no presente capítulo.

⁹⁰⁹ Cf. PT/FIMS/TAV: FIMS-FT-0266.

⁹¹⁰ Frase proferida por Fernando Távora, no contexto da aula de História da Arte e Cultura Clássica, lecionada em 12 de Novembro de 1998, ao 1.º ano do curso de Arquitectura, no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

era grave, intensa, de caráter pétreo. A Igreja de Santa Cruz, Monumento Nacional, passava a ordenar o espaço. Este ficava subordinado à marcação do ritmo do pavimento de pedra desenhado, que marcado a partir da fachada da igreja assinalava o princípio da nova ordem urbana. Todavia, em arquitetura, *o contrário também pode ser verdadeiro*⁹¹¹, conforme as palavras de Távora. Sendo assim, esta leitura poderia ter, também, o sentido inverso, em que a direção das faixas pétreas assinalavam a convergência para a Igreja de Santa Cruz, como que a rememorar o monumento panteão da nacionalidade portuguesa. Em todo o caso, para este projeto era utilizado o património cultural como ónus de intervenção urbana, validando esta opção crítica sobre o lugar para estruturar e ordenar a cidade.

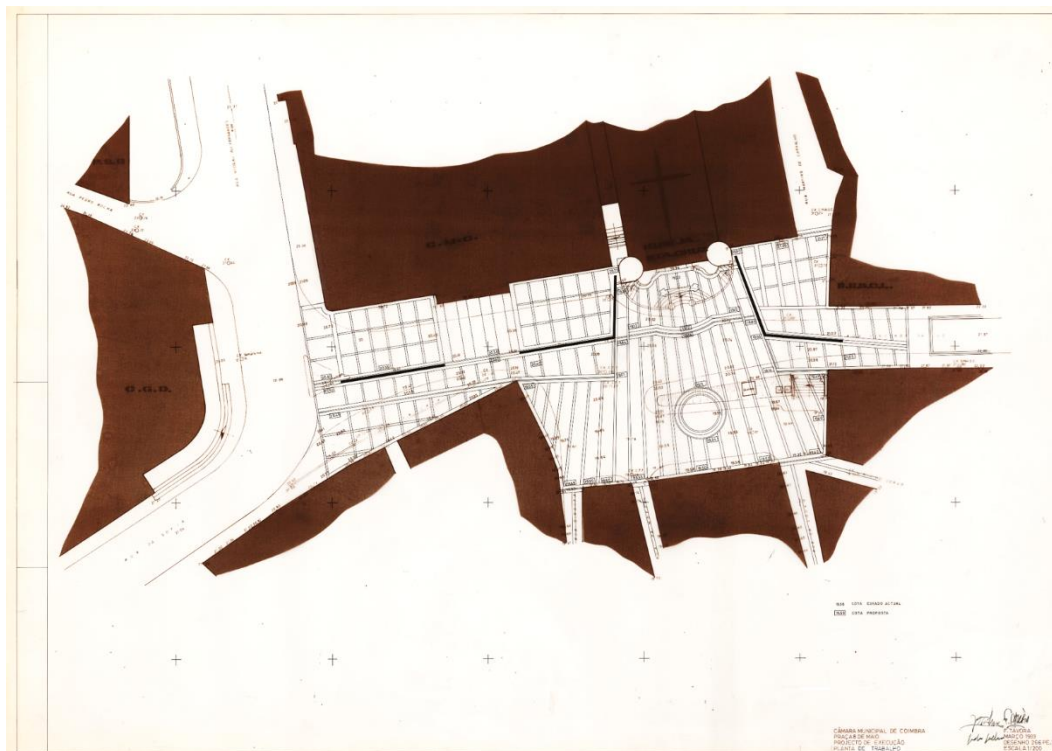


Fig. 60 – Planta de trabalho com a marcação das pré-existências, constante no processo de projeto para a Praça 8 de Maio, do arquiteto Fernando Távora, de Março de 1993. Referência: Fundação Instituto Marques da Silva⁹¹².

Siza dizia, a propósito da arquitetura de Fernando Távora, que “*projectar é captar, o momento exacto, uma ideia perturbadora e errante – e repor a serenidade*” (Siza in Trigueiros, 1993, p. 69). Na realidade, o espaço da Praça 8 de Maio demonstrava, todavia, a serenidade do traço do arquiteto, conseguindo potenciar e intensificar todos os momentos, construídos ou não, agregados pela praça.

Em memória descritiva, Fernando Távora também evocava a ligação privilegiada que a Praça 8 de Maio manteria com a nova praça – a projetar, na zona do Bota-Abaixo – caracterizando-a como “*um polo complementar da Praça 8 de Maio gerando a sua dinâmica, (...), uma capacidade de revitalização da área urbana, algo degradada, existente entre as duas praças*” (Távora, 1993c, p. 176). Seria, portanto, não só importante repensar e redesenhar a Praça 8 de Maio, enquanto espaço vital de uma zona nobre da cidade, mas também, teria um propósito de contágio, pela positiva, na revitalização da baixinha da cidade, tanto do ponto de vista físico, como também (e sobretudo), do ponto de vista sociocultural (Fig. 61 e 62).

Deste modo, a resposta de Távora não poderia ser muito diferente, já que, da análise ao espaço disponível, à conformação do espaço, ao seu enquadramento e à hierarquia espacial atribuída pelas referências históricas

⁹¹¹ Máxima que Fernando Távora costumava usar.

⁹¹² Cf. PT/FIMS/TAV: FIMS/FT/0266-pd0040.

aos valores existentes, o foco apontava para a evidência da referência do berço e do panteão da nacionalidade, a Igreja do Mosteiro de Santa Cruz, classificado Monumento Nacional pelo Decreto de 16/06/1910 publicado a 23 de Junho de 1910.



Fig. 61 – Vista aérea sobre a área urbana da Baixinha, entre a Praça 8 de Maio e a Praça do Bota-Abaixo. Fotografia: Filipe Jorge, GCU, UC, 2003⁹¹³.

A recuperação dos valores ou da *ética do architectar*⁹¹⁴

A capacidade de fazer tesouro do passado parece ser um elemento precioso, muito íntimo e essencial da natureza humana, constituindo-se como origem e condição fundacional do pensamento e da obra (Benvenuto & Masiero in Pedretti, 1997, p. 104). No caso em estudo, a legitimidade da história como instrumento operativo de projeto permitia trabalhar a solução apresentada por Fernando Távora que, pela *lição das constantes*, evocava a história do lugar desde o Largo de Sansão à Praça 8 de Maio. Uma solução que demonstrava ter consciência da passagem do tempo, *esse grande escultor*, parafraseando Marguerite Yourcenar (1996).

Através da lição da história, é possível verificar, no traço do arquiteto Fernando Távora, uma constante na valorização dos *factos urbanos* (Rossi, 2001) que têm a qualidade necessária à organização do espaço, de acordo com o seu sentido de responsabilidade social e de *ética do architectar* pois, como defendia Mario Botta, “a arquitetura é uma disciplina ética antes mesmo de ser estética” (Botta, 1996, p. 26). Nesse sentido, importava pautar as intervenções com *valores plurais* capazes de *legitimar a prática profissional* (Murtinho & Tavares, 1999, p. 53).

Ética, dever, rigor, competência e responsabilidade eram os *valores plurais* apontados por Vítor Murtinho e Domingos Tavares, para que o ato de arquitetura pudesse *promover e garantir valores humanos* que seriam encontrados, sequencialmente, na utilização e *na fruição posterior do espaço* (Murtinho & Tavares, 1999). Esta diretriz dos valores éticos e deontológicos da profissão encontrava nas palavras de Távora, a escala que presumivelmente deveria reger todo o ato de arquitetura – o Homem – e, acrescenta Távora, “*se o Homem é a unidade da escala que a mede, devem exigir-se a ela as mesmas qualidades que todos exigimos ao verdadeiro Homem*” (Távora in Trigueiros, 1993, p. 12). Tendo em consideração esta interpretação da condição da profissão, aliada à sua experiência do Inquérito à Arquitetura Popular, pode-se depreender que, para o arquiteto Távora, a história era uma ferramenta operativa de projeto capaz de dar

⁹¹³ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁹¹⁴ Expressão utilizada por Nuno Portas, no *Prefácio à edição de 1982* (Portas in Távora, 2008, p. XXIV), para classificar os desígnios e as preocupações dos quais Fernando Távora, enquanto autor e arquiteto, testemunhava em 1962, no seu ensaio *Da Organização do Espaço*.

resposta aos problemas contemporâneos do dia-a-dia sem, contudo, abdicar do sentido crítico na busca das referências esclarecidas para a criação contínua de uma identidade. Caberia, por isso, ao arquiteto a capacidade e a responsabilidade social de fazer a leitura coerente do espaço, dos seus valores e da sua história, através do desenho. Todavia, a responsabilidade de uma organização do espaço era de todos (Távora, 2003, p. 19), porque era a todos que cabia definir o projeto comum e estabelecer as hierarquias de valores da continuidade (Fig. 61 e 62).



Fig. 62 – Vista aérea sobre a área urbana da Baixinha, entre a Praça 8 de Maio e o Largo da Portagem, evidenciando a ligação à Rua Visconde da Luz. Fotografia: Filipe Jorge, GCU, UC, 2003⁹¹⁵.

A narrativa da lição de Fernando Távora dava especial atenção a uma meta comum e central que desde o início de cada processo de projeto ficava bem delineada: melhorar e transformar a cidade “*num organismo tão funcional e esteticamente perfeito quanto possível*” (Távora & Ferreira, 1980, p. 43). Esta meta, definida pela condição de arquiteto, enquadrava proporcionar melhores condições de vida a quem usava, frequentava e habitava os espaços da cidade, ou seja, a quem vivia a cidade. Para Távora não havia outra solução para se avaliar uma cidade enquanto espaço organizado, a não ser percorrer as suas ruas, deambular pelos seus cantos e interstícios, habitar os seus espaços – no fundo, era necessário sentir e viver a dinâmica da cidade, enquanto “*organismo vivo que não para, que dia a dia se altera*” (Távora in J. A. Bandeirinha, 2012, p. 59).

Esta perspetiva de cidade vivida e habitada era fundamental para o projeto da praça urbana, podendo contribuir para um maior conhecimento sobre o lugar. Tafuri defendia que sem a experiência da contemporaneidade a história não avançava e estagnava ou, então, era resolvida por qualquer capricho pessoal de alguém (Tafuri in Pedretti, 1997, p. 100). Estaria nesta dinâmica balanceada entre o passado e a contemporaneidade a responsabilidade do arquiteto. Era ao arquiteto, no desempenho das suas funções profissionais, que caberia promover uma melhor inter-relação entre o habitante e o espaço habitado, proporcionando uma organização do espaço com a qualidade necessária para uma constância da sua vivência e do seu usufruto. No caso em estudo, para além desta equação geral, contribuiria o peso da história do lugar ligada, inexoravelmente, a um património comum a todos – a Igreja de Santa Cruz. Seria este património, legado de geração em geração, o elo de ligação com a contemporaneidade e, nesse sentido, porque rememorado e revivido⁹¹⁶, seria também o elo de ligação com o futuro, de modo a servir de ponto de encontro entre as sucessivas gerações. Nesta lógica, a promoção pela continuidade da vivência do lugar

⁹¹⁵ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁹¹⁶ Halbwachs afirmava que só pela experiência ou pela festividade ou pelo ato de rememoração de uma pessoa, de um lugar ou de um evento é que o valor da memória coletiva poderia ser fixado, mantido e legado para as gerações futuras (Halbwachs, 1971).

prevalencia sob a alteração tipológica do uso pois, “o mais grave para o indivíduo é a irreversível descaracterização do ambiente e a perda da sua identidade topológica” (Rossa, 2002, p. 19).

Távora referia que o passado era “uma prisão de que poucos sabem livrar-se airoso e produtivamente; vale muito, mas é necessário olhá-lo não em si próprio mas em função de nós próprios” (Távora in Trigueiros, 1993, p. 13). No caso da Praça 8 de Maio, Fernando Távora avaliava o existente recebido, decifrava os valores que lhe estavam associados – em alguns dados estariam camuflados – e fazia uma opção, pelo desenho. A opção de projeto potenciava a qualidade inerente ao espaço em estudo, que era ser espaço público privilegiado na malha urbana da cidade de Coimbra. A Praça 8 de Maio era espaço privilegiado, não só pela relação estabelecida com os outros espaços da cidade, mas sobretudo, pela capacidade de evocação das diversas contemporaneidades, das quais fizera parte e que foram fundamentais para a história de Coimbra e de Portugal. Adicionalmente, a praça era espaço privilegiado, por poder ser um lugar de encontro de gerações da nacionalidade portuguesa, um aspeto tão caro ao arquiteto.

Para muitos, o resultado não era adequado, tendo sido formuladas outras possibilidades de intervenção⁹¹⁷. Todavia, este caso permite demonstrar que uma intervenção, pautada pela investigação da circunstância do lugar e regada por princípios éticos de profissionalismo, permite alcançar bons resultados. Se é verdade que, o tempo da cidade é um tempo longo, onde os processos urbanos tendem a ser lentos, também é verdade que, um espaço utilizado diariamente, como um polo agregador e distribuidor de fluxos urbanos, se torna num marco territorial, com significados e signos essenciais ao reconhecimento do território pelo indivíduo, como são os casos da Igreja de Santa Cruz e da Praça 8 de Maio. Deste modo, podemos aferir que, a *coisa mental* cumpriu-se e continua a cumprir-se.

O lugar criado pelas especificidades atribuídas pelo desenho, que vieram compor e harmonizar todos os factos urbanos existentes, era e é usado, atravessado, percorrido, deambulado e vivido. É lugar de manifestações públicas, cívicas, políticas, académicas e religiosas. O lugar da Praça 8 de Maio é espaço público de excelência. Para clarificar o desenho do arquiteto contribuía o conteúdo histórico, ao serem identificadas as *constantes* que foram permanecendo e que, por isso, continuavam a ser importantes para a identidade e memória coletivas da comunidade. No entanto, também a contemporaneidade da intervenção permitia clarificar o espaço da praça, que se tornava num lugar aberto a todos, sem barreiras físicas e permitindo fruir da herança patrimonial legada por gerações anteriores.

A cidade nasce e renasce a cada dia. É preciso estar presente, para se acompanhar essa transformação do nosso *ambiente natural*⁹¹⁸ quer pela construção da memória coletiva, quer pela construção da cultura urbana de um determinado lugar, que os desígnios coletivos vão implementando.

Considerações finais

A cidade enquanto obra de arte do coletivo é, em si própria, um valor de identidade cultural que permite refletir os valores comuns dos que a vivem pelos seus interstícios, becos, largos, ruas e praças. Estes espaços, se conhecidos, potenciam um sentido de apropriação do indivíduo pelo lugar em que vive, habita, percorre e explora, ou seja, pelo domínio e compreensão do espaço. O confronto entre os cheios e os vazios da cidade vão desenhando e conformando a massa construída e criando lugares de vivência urbana diária, com as suas qualidades, características e particularidades, pontuados e marcados por *factos urbanos*

⁹¹⁷ Num artigo de um jornal local, Costa Lobo propunha alterações às obras da praça, nomeadamente, uma circulação rampeada em torno de uma praça circular em frente da Igreja de Santa Cruz, em vez das rampas ortogonais propostas por Távora, com o pretexto de não se construírem os muros de suporte, aos quais chama “*baías*” *altas a um e outro lado da igreja, obrigando à inestética entrada da Rua Visconde da Luz*”. Cf. FIMS, FT- Processo 266: (Jornal de Coimbra, 1996).

⁹¹⁸ Alberti defendia que a cidade é o *habitat natural do Homem*. Cf. Alberti, 2011.

transgeracionais. Nesse sentido, são espaços que incutem um sentido de pertença a ‘esse’ lugar – porque se o conhece e o domina – potenciando projeções *mentais* que vão sendo feitas sobre o território construído, independentemente, da sua escala. São lugares-património que vão passando e sendo vividos de geração em geração, numa garantia de continuidade do seu valor enquanto espaços urbanos, públicos ou não.

Intervir no âmbito do património implica ter a consciência das transformações que se vêm manifestando no seu entendimento e na sua perceção. De forma esquemática, recorda-se que o património já não se apresenta com a restrita noção romântica do conceito de *monumento*, que subsistia nos finais de século XIX; as transformações teórico-concetuais sofridas nos períodos de pós-guerra, tanto na Primeira como na Segunda Guerra Mundial, contribuíram para alargar o âmbito do seu entendimento; e, a evolução dos conceitos *bem* ou *património cultural*, ambos com pressupostos e valências mais alargadas, tanto materiais como imateriais, redefinem o enquadramento do património no seu contexto territorial.

Com ou sem título classificativo, intervir em património – em tudo o que é recebido –, pressupõe ter consciência do tempo presente. Uma resposta contemporânea, informada e crítica, no plano disciplinar da arquitetura, pressupõe a devida investigação sobre a *lição das constantes* por princípio, uma garantia da não exclusão das ideias pensadas, dos ensinamentos recebidos, das vivências experienciadas, que foram sendo adquiridos, transformados e melhorados ao longo das várias contemporaneidades. No fundo, será garantir criticamente a ideia de continuidade do espaço na introdução, ou, conjugação, em cada *tempo novo* no processo longo da construção de cidade. Porventura, será no plano da política, enquanto domínio para a definição dos valores comuns, que as opções devam ser constantemente reformuladas e reequacionadas.

No caso de estudo em concreto, cabia ao poder político a responsabilidade em definir a importância do valor do espaço público. Essa responsabilidade, que já havia sido assumida na encomenda do estudo prévio para a requalificação de uma área sensível da baixinha de Coimbra, tinha sido reconfirmada com a encomenda do projeto de requalificação da Praça 8 de Maio, por adjudicação direta, ao arquiteto Fernando Távora.

A organização do espaço seria da responsabilidade de todos, mas cabia ao arquiteto, de acordo com a responsabilidade social que Távora atribuía à profissão, utilizar a sua arquitetura como um instrumento ao serviço da comunidade, contribuindo e colaborando para a harmonia e felicidade geral. Neste caso, era através do desenho de espaço público que essa responsabilidade social se evidenciava: a alteração tipológica do espaço disponível, pela transformação de uma rua e largo numa praça, repunha o valor do espaço. A nova narrativa reequacionava a sua interpretação pela nova ordem estabelecida em desenho. O lugar constituía-se pela sua condição e pelas suas condicionantes. Deste modo, a referência de valor seria atribuída ao seu *facto urbano* mais preponderante, hierarquizando no espaço a Igreja do Mosteiro de Santa Cruz, o berço e panteão da nacionalidade e Monumento Nacional desde 1910.

Todavia, com este projeto não seria restabelecida a ordem topológica, apenas, ao lugar de reconhecimento patrimonial, mas também aos seus espaços adjacentes, ao longo das ruas, largos, pracetas e becos da Baixa, que eram caracterizados por algumas descontinuidades urbanas, tanto no âmbito sociocultural, como no económico e no construído. Esta intervenção potenciava ser uma contaminação positiva, pelo exemplo, a esses espaços da baixinha da cidade dotados ao abandono, conforme acontecia em muitos centros urbanos do país. Era a partir dessas leituras que, de forma crítica, o arquiteto Fernando Távora pensava o desenho da cidade: como uma obra de arte, onde a relação entre as partes é mais importante do que as partes em si próprias. Sem preconceito pela escala de intervenção, a cidade deve ser desenhada *do viaduto até ao puxador da porta*. A cidade enquanto organismo, que assume as camadas de cada contemporaneidade como

um palimpsesto, vai sendo um constante exercício de opções e desejos políticos que têm um cunho e uma leitura sociocultural e histórica.

Através da *lição das constantes*, Távora fazia a leitura do espaço, para desenhar uma circunstância, tendo sempre a noção que qualquer intervenção era sempre do tempo presente. No entanto, era sobre o património, naquele caso Monumento Nacional, que a sua *ética do arquitetar* assentava o valor da ordem e da estrutura do desenho do espaço público da renovada Praça 8 de Maio (Fig. 63).



Fig. 63 – Praça 8 de Maio e Igreja de Santa Cruz. Fotografia: Joana Capela de Campos, 2018.

Capítulo 6: Agentes

6.1 Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: Agentes de gestão⁹¹⁹

Resumo

A Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) constitui-se como bem cultural inscrito na Lista do Património Mundial (LPM), desde 22 de junho de 2013, correlacionando as vertentes material e imaterial. O reconhecimento do seu Valor Universal Excepcional culminava com um processo de desígnio para o futuro, que conhecia intenções e tentativas de candidaturas com outros parâmetros, desde os princípios dos anos 80 do século XX. Todavia, o desígnio da UNESCO não seria atingido sem uma conjugação de esforços de cooperação entre diversas entidades e instituições.

O propósito deste artigo coloca-se na discussão da estratégia utilizada a partir das opções políticas, que permitiriam garantir uma melhor gestão do bem no futuro, tendo em conta o que estava estipulado no *dossier* de candidatura e os resultados alcançados – a inscrição da UC-AS na LPM. A constituição de uma associação com todos os agentes com responsabilidade sobre a gestão do bem, a RUAS, teria sido uma consequência dessa necessidade, baseada na formulação de políticas sobre os compromissos e as sinergias entre as entidades institucionais responsáveis pela proteção, salvaguarda e gestão do bem e do seu contexto urbano de influência, designadamente, da sua zona de proteção. A análise dos instrumentos legais e de gestão, bem como, das suas estruturas tornava possível verificar que estratégias políticas se constituíram operativas pelos diversos agentes implicados, durante o processo – que se prolongariam além da data de inscrição. O caso do Plano de Gestão do bem UC-AS constitui-se como um exemplo de sucesso, tendo em conta o processo de candidatura.

Uma das problemáticas, à qual esta solução pretendia responder, colocava-se na necessidade de estabilizar o processo com todos os agentes implicados, tanto os públicos como os privados, de acordo com os laços legais exigidos pela própria gestão urbana, tendo em conta a influência das suas ações sobre a área de implantação do bem e da sua zona de proteção. Este artigo sugere a importância imperativa de discussão sobre estes protocolos estabelecidos entre o bem e a cidade, uma vez que, no caso de Coimbra, um parece

⁹¹⁹ Este texto tem por base a tradução e revisão acrescentada do artigo publicado em *Personas y comunidades: Actas del Segundo Congreso Internacional de Buenas Prácticas en Patrimonio Mundial: (29 -30 de abril, 1 y 2 de mayo de 2015)* (People and communities: Proceedings of Second International Conference on Best Practices in World Heritage: (29th - 30th April, 1st and 2nd May, 2015), referente à comunicação “The University of Coimbra – Alta and Sofia World Heritage Management Agents”, realizada e enquadrada na sessão III: Agentes implicados|Stakeholders, do 2º Congresso Internacional de Boas Práticas em Património Mundial, realizado em Menorca, organizado pelo Conselho Insular de Menorca e pela Universidad Complutense de Madrid, no âmbito da candidatura de Menorca Talayótica a Património Mundial (Capela & Murtinho, 2015b).

ser uma força de estímulo ou de desenvolvimento do outro. Nesse sentido, os agentes responsáveis pela gestão da área de proteção alcançavam uma solução inovadora, para estes casos, muito representados na LPM.

Não seria possível compreender a Universidade de Coimbra sem o seu contexto urbano, sendo este aspeto particular que pode ser gerador de estratégias significativas para lidar com este processo e outros similares; estas iniciativas, que concorriam para o sucesso da candidatura UC-AS, possibilitavam o aumento das dinâmicas de intervenção urbana na área candidata.

Palavras-chave: Candidatura da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia a Património Mundial, plano de gestão, UNESCO, gestão de desenvolvimento urbano, RUAS.

Introdução

Uma candidatura para inscrição de bens na LPM, como reconhecimento internacional do seu VUE, exige que o Estado-parte da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (CPM1972), da UNESCO, o proponente da candidatura, assuma compromissos no palco internacional, referentes à proteção e gestão do património cultural. Essa condição exigida às candidaturas permite, à UNESCO através do Comité do PM, garantir a declaração de responsabilidade, por parte das mais altas instâncias executivas do Estado-parte, na efetiva realização e cumprimento das ações previstas para a proteção e salvaguarda do património cultural com VUE reconhecido como património da comunidade mundial e das gerações futuras. Esta condição, que admite uma gestão patrimonial planeada, deve ser entendida como uma garantia assumida internacionalmente. Ao Comité do PM cabe a responsabilidade de aceitar, ou não, a justificação do VUE declarado do bem candidato, realizada pelo Estado-parte, no sentido de obter o desejado *status* PM. Todavia, esta possível aceitação seria submetida a avaliação prévia, pelos consultores ICOMOS⁹²⁰ e IUCN⁹²¹. As normas e os procedimentos de implementação da CPM1972 estão estabelecidas nas *Operational Guidelines for the Implementation of World Heritage Convention* (OP) (Pedersen, 2002; UNESCO World Heritage Centre, 2017, pp. 51–222), o instrumento técnico do Comité do PM, onde estão explanados as evoluções de discurso, conceitos e filosofias que foram sendo alvo de estudos, alterações e adaptações ao longo das últimas quatro décadas⁹²². Estes procedimentos são, continuamente, revistos e atualizados, de forma a permitir uma melhor avaliação qualitativa, ao elevado número de candidaturas, tanto pela padronização dos elementos de candidatura como pela exigência de desenvolvimento científico e concetual, como Sophia Labadi verificava (Labadi, 2010).

Nesse sentido, uma candidatura a PM constitui-se como um processo especializado, específico e complexo sobre um bem patrimonial, desenvolvido dentro do âmbito da política e dos regulamentos nacionais, refletindo as responsabilidades inerentes e assumidas por cada Estado-parte da CPM1972, que tenha as condições exigidas⁹²³, no plano internacional. De modo a garantir uma gestão do bem inscrito na LPM, com a maior eficácia possível, desde 2005, as OG determinavam que cada Estado-parte deveria incluir um plano

⁹²⁰ O ICOMOS é a entidade conselheira do Comité do PM que tem como atribuição avaliar as condições e as declarações das candidaturas de bens culturais para inscrição na LPM, promovendo a aplicação de medidas teóricas, metodológicas e técnicas científicas para a proteção do património arquitetónico e arqueológico (UNESCO-WHC 2013b, pp. 9-10).

⁹²¹ A IUCN é a entidade conselheira do Comité do PM que tem como atribuição avaliar as condições e as declarações das candidaturas de bens naturais para inscrição na LPM, influenciando, encorajando e assistindo as comunidades a conservar e promover a integridade e a diversidade da natureza e assegurar que os usos dos recursos naturais sejam feitos de forma equilibrada e ecologicamente sustentável (UNESCO-WHC 2013b, p. 10).

⁹²² Para uma leitura mais aprofundada sobre esta temática, consultar o artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, da presente tese.

⁹²³ Nomeadamente, que tenha depositado o instrumento de ratificação, aceitação ou adesão da CPM1972, junto do Comité do PM, nos prazos estabelecidos pela própria Convenção. Para uma leitura mais aprofundada sobre esta temática, consultar o artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, da parte I, da presente tese.

de gestão no *dossier* de candidatura, no sentido de garantir as definições previstas para a realização de ações de proteção e salvaguarda do bem e do seu contexto adjacente, designadamente, a sua zona de proteção, depois do ato de inscrição. Assumem-se os estudos que apontam o aumento do número de visitantes, depois de uma inscrição na LPM, sendo possível antever uma estratégia de aumento de receitas nesses espaços, através da promoção turística (Caraballo Perichi, 2001; M. A. S. Martins, 2014; Rebanks Consulting Ltd & Trends Business Research Ltd, 2009a; N. B. Salazar, 2010; World Tourism Organization - UNWTO & Richards, 2018). Por outro lado, tornava-se uma forma de garantia de ações de gestão (administrar, gerir, planear, proteger e salvaguardar), com base em medidas que promovessem a sustentabilidade do bem, enquanto parte integrante de uma área urbana mais alargada, fundamental para a UNESCO.

Deste modo, a UC-AS constituía-se como um bem PM material e imaterial, sendo declarado o seu VUE sob a justificação dos critérios (ii), (iv) e (vi), da sua autenticidade e da sua integridade⁹²⁴, a partir do momento em que a sua inscrição na LPM era oficializada pelo Comité do PM, em 22 de junho de 2013. O processo burocrático e documental para a candidatura chegara ao fim, sendo esta candidatura a única que se mostrara consistente, desde que, pela primeira vez, se declarava a intenção de candidatar o ‘Centro Histórico de Coimbra’ a PM, em 17 de março de 1982, pela iniciativa de Matilde Sousa Franco⁹²⁵. Todavia, para o processo atingir o sucesso, fora necessário promover ações de cooperação entre diversas entidades com responsabilidade de gestão sobre o espaço candidato. O propósito deste artigo assentava na análise dos resultados das opções e políticas definidas para alcançar o propósito da candidatura da UC-AS a PM, que podiam garantir a melhor solução estratégica de gestão e, em princípio, para a gestão do bem, no futuro. Através da análise dos instrumentos legais e das estruturas de gestão desenhados, seria possível aferir que políticas e agentes teriam desempenhado uma ação relevante no processo e, que, supostamente, continuariam a exercer referida importância.

Candidatura da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia a Património Mundial

O *dossier* de candidatura da UC-AS a PM constituiu-se num documento preparado por uma equipa liderada pelo reitor da UC, de 2003 a 2013. O resultado espelhou dez anos de intenso trabalho, de estudos e de possibilidades direcionados à proteção do património universitário, bem como a sua relação com a cidade, tendo sido produzidos conteúdos científicos sobre a história da UC e o seu dinamismo evolutivo na cidade. O documento final, composto por oito volumes, sete livros e um sumário executivo, representa e reflete a conjugação de todas as ações e conteúdos científicos realizados e produzidos durante esses anos de processo.

O livro do *Sumário Executivo* (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012g) apresenta a ‘ficha técnica’ de apresentação do bem candidato à inscrição na LPM, enumerando sinteticamente as justificações da declaração do VUE e a proposta dos respetivos critérios (ii), (iii)⁹²⁶, (iv) e (vi).

O livro 1, intitulado *Candidatura a Património Mundial* (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b), apresentava a identificação do bem e a sua descrição. Adicionalmente,

⁹²⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre esta temática, consultar o artigo “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos”, no capítulo 3, da parte II, da presente tese.

⁹²⁵ Para uma contextualização do processo de candidatura da UC e das suas fases antecedentes, consultar o artigo “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade”, no capítulo 3, da parte II, da presente tese.

⁹²⁶ Com efeito, o critério (iii) não viria a ser reconhecido pelo Comité do PM, sendo o bem UC-AS inscrito na LPM, pelo reconhecimento do seu VUE sob os critérios (ii), (iv) e (vi), em 22 de junho de 2013. A propósito desta especificação, consultar o artigo “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos”, no capítulo 3, da parte II, da presente tese.

eram avançadas informações sobre as principais razões da candidatura, a justificação do seu VUE, o seu estado de conservação e os fatores que afetavam o bem, as orientações gerais para a sua proteção e gestão, o seu acompanhamento, documentação e as coordenadas das autoridades responsáveis pela sua gestão, no sentido de contextualizar toda a candidatura.

O livro 2, *Plano de Gestão* (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012e), apresentava a metodologia referenciada para estes documentos, do Instituto Getty de Conservação (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, p. 226), identificando e prevendo variadas dimensões relacionadas com a gestão das suas áreas candidatas, a Alta, a Sofia e a zona de proteção. Este livro fazia a apresentação do Plano de Gestão e estabelecia a sua meta, apresentava estudos e investigações realizadas, uma análise do valor existente, procedia ao diagnóstico das condições físicas e à análise do contexto. Em consequência, delineava respostas para a gestão assentes na definição de princípios e políticas, em objetivos específicos, estratégias e responsabilidades, antes e depois da inscrição da UC-AS na LPM, com o propósito de garantir múltiplas abordagens, direcionadas tanto com as questões de intervenção no património arquitetónico, como de relação entre a UC-AS e a cidade, designadamente, pela sua área de inserção com 117 hectares. Adicionalmente, descrevia os Planos de Ação estipulados para o período 2009-2016 e a monitorização prevista e a sua respetiva revisão. Este documento seria considerado uma orientação para o trabalho de gestão e, nessa condição, deveria ser atualizado e monitorizado constantemente, uma vez que, este era um instrumento fundamental para “*superar a sempre difícil equação entre o respeito e valorização da herança cultural, por um lado, e o desenvolvimento sustentável do património arquitectónico e cultural, por outro*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012e, p. 9).

O livro 3, *Textos Gerais* (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012h), constituía-se por conteúdos e conhecimentos produzidos e supervisionados pela “Comissão Científica composta por peritos de diferentes áreas” (ed. Lopes 2012-III, p. 5). O seu propósito passava por contribuir para uma contextualização detalhada da UC e da sua história, sob diversas abordagens e múltiplos aspetos, desde as origens até à contemporaneidade, de modo sistemático e sintético, sob quatro eixos temáticos, designadamente, a história da UC, a cidade da UC, as tradições académicas e a produção e expansão científica, cultural e da língua.

O livro 4, *Influências* (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012d), pretendia demonstrar a influência da UC no mundo, pelo reconhecimento da sua dimensão universal que, “*através da língua, arquitectura e engenharia militar, da organização social, da formação de futuros líderes locais, da fusão social e cultural entre os autóctones e os colonizadores, foi esta universidade, durante cinco séculos, ponte entre povos e porta-voz de novas culturas*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012d, p. 5). Para o efeito, sublinhava os apoios, os relacionamentos e contactos estabelecidos entre a UC e outras universidades, do Brasil à Ásia, durante cinco séculos de atividades de ligações e de promoção de intercâmbio de conhecimentos. Este Livro exprimia, de acordo com os depoimentos dos reitores das várias universidades brasileiras, a importância do “*papel central da Universidade de Coimbra em toda a construção do espaço da lusofonia*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012d, p. 5), bem como, o seu contributo para o desenvolvimento do mundo atual, tal como o conhecemos, pela criação e liderança de um espaço de convergência de dimensões multinacionais.

O livro 5, *Planos Directores* (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012f), compunha-se por levantamentos e planos de estudos e propostas de intervenção para todos os edifícios incluídos na área candidata a PM – a Alta e a Sofia –, registando a *realidade da afetação ou propriedade*,

entendendo o *historial de intervenções recentes*, cartografando o *conhecimento escrito*, propondo a *seleção dos elementos essenciais*, dos *elementos a recuperar*, dos *elementos sujeitos a adaptação* ou dos *elementos espúrios a demolir*. Nessa estratégia da *arquitetura do conhecimento da UC*⁹²⁷, cada edifício seria caracterizado pelo Plano Diretor do Edifício, na sua dimensão espacial e tipológica evolutiva, ao longo dos séculos, através de uma investigação e interpretação de documentos, de levantamento arquitetónico e de patologias. Cada Plano Diretor dos edifícios tinha como objetivo concorrer para os padrões de conhecimento sobre cada edifício necessários à adequada integridade do VUE do bem, na sua globalidade, constituindo-se como uma “*base de um caderno de encargos para uma nova etapa, mais consentânea com a integridade e valia do mesmo*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012f, p. 7).

O livro 6, *Execução* (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012c), abordava a transformação que a abertura dos Polos II e III, para a Ciência e Tecnologia e para as Ciências da Saúde, respetivamente, induzia à Alta Universitária, a partir da reorganização dos espaços universitários e das necessárias intervenções sobre o património universitário e espaço público, tendo como base o Plano de Pormenor da Alta Universitária de Coimbra⁹²⁸, do arquiteto Gonçalo Byrne, de 2001. Para o efeito e de acordo com o planeamento da candidatura da UC-AS a PM eram realizadas algumas ações de execução, tais como, análises à possibilidade de reversibilidade de intervenções prévias, adoção de metodologias consideradas menos intrusivas aos elementos e componentes dos edifícios, com o auxílio de tecnologia mais avançada e sofisticada e uma ação de divulgação pública destas ações de execução de reabilitação, conservação e restauro e reorganização espacial dos edifícios e, no espaço público, trabalhos de pavimentação, de arborização, de mobiliário urbano e sinalética.

Por último, o livro 7, *Área de Protecção* (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012i), explorava a relevância histórica que a UC desempenhara no desenvolvimento do desenho da cidade e evolução urbana, sobretudo, no seu Centro Histórico, onde o bem estabelecera uma influência urbana direta. O mote apostava na oportunidade estratégica lançada pela candidatura, de desenhar cenários de futuro pela intervenção sobre este território de comunhão e partilha entre a universidade e a cidade, “*promovendo a adesão afectiva e a pluralidade social*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012i, p. 5), conquanto estabelecendo metodologias e critérios que impossibilitassem “*a destruição, o fachadismo, a mumificação, a especialização social e física, a monofuncionalidade*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012i, p. 5).

Estes volumes constituíam parte da produção de conteúdos realizados durante o processo de candidatura da UC-AS a PM, no entanto, pode ser aferido, a partir dos seus conteúdos, as escolhas e decisões políticas que, para além de justificarem o VUE do bem, com o objetivo de inscrever a UC-AS na LPM, sublinhavam os desígnios assumidos para o futuro, designadamente, os compromissos e responsabilidades na proteção e salvaguarda do património universitário.

O sistema de gestão da UC-AS: o Plano de Gestão, os agentes e os instrumentos

O sistema de gestão do bem, considerado na candidatura da UC-AS a PM, teve em conta três proposições necessárias para a sua concretização: 1) como se define a estratégia de gestão; 2) quem define e implementa a estratégia; e, 3) quais os instrumentos legais disponíveis para cumprir a estratégia. Estas proposições da

⁹²⁷ A propósito da metodologia proposta por Nuno Ribeiro Lopes, consultar o nosso artigo “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade”, no capítulo 3, da parte II.

⁹²⁸ Para mais informação sobre o Plano de Pormenor da Alta Universitária de Coimbra, de Gonçalo Byrne, consultar o artigo “A lógica dual do património no campo disciplinar da arquitetura”, no capítulo 4, da parte II.

gestão do bem, remetendo para um desenho com a concepção de plano-agente-instrumento, deveriam ser equacionadas de modo que, a sua própria evolução pudesse ser refletida e condicionada pelo desenho, no sentido de se ir adaptando, ao longo do tempo. A adaptabilidade do sistema de gestão permitia, por um lado, garantir o dinamismo entre a valorização e proteção do património existente e sustentabilidade do desenvolvimento desse património arquitetónico, urbano, histórico e sociocultural, ou seja, permitia gerir o declarado VUE do bem UC-AS, bem como as condições necessárias à verificação da sua autenticidade e da sua integridade. Por outro lado permitia que o próprio sistema se fosse autocorrigindo, a partir da experiência e dos resultados verificados sobre os atos próprios.

De acordo com os *Princípios de La Valletta*⁹²⁹, o Plano de Gestão⁹³⁰ constitui-se num documento que especifica ao detalhe todas as estratégias e instrumentos a serem usados na proteção do património e, no qual, em simultâneo, equaciona as necessidades da vida contemporânea, contendo legislação em vigor e aplicável e outros documentos necessários à gestão do património, nomeadamente, documentos financeiros, administrativos e de conservação, bem como planos de monitorização e de conservação (ICOMOS - CIVVIH, 2012, p. 4). Nesse sentido, o Plano de Gestão torna-se num instrumento essencial da própria gestão do bem, uma vez que se enquadra numa lógica de prevenção, sendo capaz, por princípio e por antecipação, evitar ou controlar qualquer ameaça que concorra contra a proteção do bem.

O Plano de Gestão da UC-AS identificava e analisava o valor do bem, estabelecia o diagnóstico das suas condições de preservação física, avaliava o seu contexto e a sua influência sobre a vida urbana quotidiana, estabelecendo e desenvolvendo, a partir dessa fase de diagnóstico e de avaliação inicial, Planos de Ação, tendo em conta os princípios, as políticas, os objetivos, as estratégias e as responsabilidades previamente assumidos. O objetivo estabelecido para o desenvolvimento deste documento assumia a gestão futura do bem numa atitude de cooperação com todos aqueles que tinham a responsabilidade de gerir o território.

A sustentabilidade da proteção e do desenvolvimento de um património arquitetónico cultural tornava-se no objetivo comum de todos os planos de gestão, pese embora, a necessidade de haver agentes com responsabilidade na implementação dessas medidas e orientações para a sua efetiva gestão. Devido à área total do bem, 117 hectares – dos quais 35,5 hectares correspondem à área do bem UC-AS, a Alta com 29 hectares e a Baixa com 6,5 hectares, enquadradas pela sua respetiva área de proteção ou zona tampão com 81,5 hectares (Fig. 11) – e devido às condicionantes do bem, designadamente, a sua propriedade, seria difícil concentrar a gestão, de modo efetivo, num só agente.

Em todo o caso, a meta do documento fora traçada: “*Consolidar um processo participado, activo e integrado de planificação e gestão dinâmica que permita a preservação dos patrimónios natural e cultural, material e intangível, bem como a relação viva entre a Cidade e a Universidade na área proposta para classificação a Património da Humanidade e respectiva área de protecção*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012e, p. 11).

⁹²⁹ O documento *Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos* explana a reflexão e a atualização que o Comité Internacional sobre Cidades Históricas do ICOMOS (ICOMOS-CIVVIH) havia considerado sobre as abordagens da Carta de Washington, de 1987 e da Recomendação de Nairobi, de 1976, cujos princípios foram adotados pelo ICOMOS, em 2011, na sua 17ª Assembleia Geral, realizada em Paris. Tendo em conta a evolução das metodologias e técnicas sobre a intervenção para a proteção e salvaguarda de património, bem como sobre a gestão de cidades e áreas urbanas com uma forte componente patrimonial e histórica, o ICOMOS-CIVVIH redefiniu os objetivos, atitudes e ferramentas necessárias à intervenção e gestão dessas áreas, com uma maior consciência sobre vários parâmetros. Tais parâmetros consistiam em reportar a escala de implementação e de influência dessas áreas, considerando-as numa abrangência regional e considerar os valores intrínsecos a essas áreas como a continuidade e a identidade, os usos tradicionais dos espaços, o espaço público, fatores económicos, ambientais e socioculturais, bem como a consciência da paisagem urbana enquanto espaço comum de inter-relação entre a comunidade e o território. Cf. (ICOMOS - CIVVIH, 2012).

⁹³⁰ Sobre os vetores do plano e dos instrumentos, do sistema de gestão da UC-AS, complementar esta abordagem com o nosso artigo “Candidatura a Património Mundial como oportunidade para a intervenção urbana: o caso de Coimbra”, no capítulo 7, desta parte III.

Numa área urbana, com as características da do bem UC-AS, havia que considerar a questão de propriedade dos edifícios e espaços, distribuída entre o público e o privado, bem como a questão da gestão do espaço e respetiva responsabilidade e competência.

Com efeito, a Câmara Municipal de Coimbra (CMC) constitui-se na entidade com competências de planeamento, de investimento, de gestão, de licenciamento e controlo prévio e de fiscalização atribuídas aos domínios do ordenamento do território e urbanismo, da promoção do desenvolvimento e do património, cultura e ciência (entre outros), para o território do município, dentro do enquadramento legal⁹³¹. Nesse sentido, o Plano Diretor Municipal (PDM) constitui-se no instrumento próprio para estabelecer a “*estratégia de desenvolvimento territorial e as regras de ocupação, uso e transformação do solo*” (Câmara Municipal de Coimbra - Divisão de Planeamento, 2014, p. 11) e, portanto, para a implementação das medidas políticas estipuladas para a cidade.

Tendo em conta esta conjugação de fatores, o sistema de gestão da UC-AS propunha uma possibilidade de parceria para uma coordenação administrativa e monitorização do bem, de forma integrada e conjunta, entre os agentes com maior relevância para a gestão e administração do bem e da respetiva área de proteção. Nesse sentido, era criado um modelo de associação entre a UC e a CMC, designada Fundação Univer(sc)idade, sob o propósito de se conjugarem esforços e parcerias para a gestão e administração do bem, partilhando “*responsabilidades de gestão em todo o território do bem candidato*”, sem contudo clarificar e explicar como tal modelo de gestão iria funcionar e operar.

No entanto, o Plano de Gestão e a Fundação Univer(sc)idade não conseguiam abranger a geometria complexa de agentes e instrumentos legais necessários para a efetiva gestão do bem candidato, a UC-AS, verificando-se que para o funcionamento do sistema de gestão ser concretizado, tornava-se necessário disponibilizar mais instrumentos legais mais especializados, para além dos existentes. Assim, ao longo da candidatura foi sendo composto o desenho de uma geometria legal que enquadrava o bem candidato, ficando a UC-AS abrangida por instrumentos legais nacionais e municipais.

Durante o processo de candidatura da UC-AS a PM, o PDM encontrava-se em fase de revisão, sendo aprovada a sua 1ª revisão⁹³² em 13 de maio de 2014 (já depois da inscrição do bem na LPM) e foi criado um regulamento⁹³³ próprio, o *Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área Inscrita na Lista de Património Mundial da UNESCO, incluindo Zona de Proteção*⁹³⁴, prevendo a compatibilização entre as necessidades de gestão do bem UC-AS – as áreas urbanas da Alta, Sofia e área de proteção – com as efetivas medidas legais que permitiriam concretizar essas necessidades.

Sob esta perspetiva, a candidatura da UC-AS a PM estava a gerar novas considerações sobre a especificidade deste núcleo urbano mais antigo da cidade e, conseqüentemente, sobre as metodologias de intervenção para a sua revitalização. Tanto a UC como a CMC cooperaram e tornavam-se cúmplices entre si, nesse sentido, para alcançar os melhores resultados quanto às exigências processuais estabelecidas nas orientações técnicas e, desse modo, alcançar o objetivo da candidatura e inscrever o bem na LPM. Nesse sentido, foram criados grupos de trabalho cujo propósito era assessorar tecnicamente as duas instituições,

⁹³¹ Das atribuições para a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, no artigo 2º e, das competências, no artigo 3º do regime jurídico das autarquias locais, na Lei nº 75/2013 publicada em Diário da República nº 176, I série, de 12/09/2013, p. 5688-5724.

⁹³² Sendo publicitada no Anúncio nº 7635/2014, publicado em Diário da República nº 124, II série, de 01/06/2014.

⁹³³ Conforme estipulado na 1ª revisão do PDM, no ponto 2, do seu artigo 16º, definidor dos princípios orientadores, designadamente, que “*a área do Centro Histórico a que corresponde o imóvel “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia e respetiva zona especial de proteção” inscrito pela UNESCO como património da humanidade, identificado na Planta de Condicionantes – Património, é objeto de regulamento municipal, pormenorizando a intervenção sobre esta área, redefinindo, nomeadamente, a vocação dos edifícios e dos espaços, bem como grau e tipo de intervenção sobre o património e a envolvente*” (Câmara Municipal de Coimbra - Divisão de Planeamento, 2014, p. 21).

⁹³⁴ Conforme o Aviso nº 2129/2012 publicado em Diário da República nº 30, II série, de 10/02/2012, p. 5089-5096.

na definição da regulamentação legal direcionada às áreas candidatas, a Alta e a Sofia, estabilizar definitivamente os limites da UC-AS a candidatar e trabalhar o Plano de Gestão do bem para o futuro.

Em 2010, a CMC aprovava o Plano Estratégico para a Cidade de Coimbra⁹³⁵, para um desenvolvimento urbano sustentável, sendo que um dos seus principais objetivos consistia em contribuir para o processo de candidatura a PM, considerado um recurso estratégico de incentivo à reabilitação urbana, nas áreas mais antigas, por contaminação positiva. A UC passaria a ser uma parceira estratégica da CMC, para serem criadas as sinergias necessárias de conhecimento e assessoria técnica, tendo em conta o seu estatuto de proprietária e gestora do bem candidato e da sua relevância sociocultural. Para administrar o Plano Estratégico era criada a SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana Coimbra Viva (SRU) que passava a direcionar o foco dos seus estudos e trabalhos no desenvolvimento e reabilitação urbana das áreas ‘históricas’ como a Alta, a Baixa e a Beira-Rio. A partir deste momento, qualquer intervenção nestas áreas estaria, também, subordinada à jurisdição da SRU.

Todavia, a responsabilidade na gestão do território, para estas áreas, não era exclusiva destes agentes. Pela Lei Portuguesa, designadamente, pela Lei de Bases do Património Cultural, a Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece o regime de proteção e salvaguarda do património cultural, definia que, qualquer intervenção sobre uma área regulada por uma classificação patrimonial e pela sua respetiva zona de proteção, deveria ser avaliada pela entidade tutelar do património cultural, ou seja, o Estado Português e as suas Direções Nacional e Regionais de Cultura, sendo que, para o caso de Coimbra, seria a Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC).

Depois de todos estes esforços, o desenho da geometria legal compunha-se com os seguintes instrumentos legais:

Dos nacionais constavam:

1. A Lei de Bases do Património Cultural, Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, regulamentada pelo Decreto-lei nº 309/2009, de 23 de outubro (alterado pelo Decreto-lei nº 265/2012, de 28 de dezembro); a lei estabelecia uma zona geral de proteção, automaticamente, a partir do momento da abertura de procedimento de classificação, sendo que, no caso da UC-AS, era definida uma ZEP provisória⁹³⁶;
2. O Anúncio nº 14917/2013, de 5 de dezembro⁹³⁷, da inscrição da UC-AS na LPM e, consequentemente, a sua classificação como Monumento Nacional, com a respetiva ZEP;

Dos locais constavam:

1. O Plano Diretor Municipal (sob revisão até 2014) que estabelecia as estratégias para a cidade e definia o Centro Histórico de Coimbra, onde se enquadrava a área candidata;
2. O Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área Inscrita na Lista de Património Mundial da UNESCO, incluindo Zona de Proteção⁹³⁸ que estabelecia as regras relativas à melhoria, desenvolvimento, valorização e salvaguarda da área referida;
3. O Plano Estratégico para a Cidade de Coimbra que enunciava os quatro principais objetivos baseados em desenvolver a economia regional, em potenciar o *cluster* da saúde, em salvaguardar e proteger o património cultural e em gerir o desenvolvimento urbano de modo sustentável, definindo a regulação de Áreas de Reabilitação Urbana, cuja relevância assentava

⁹³⁵ Conforme a deliberação nº 512/2010, constante em parte da Ata nº 6/2010, da reunião ordinária da Câmara Municipal de 18/01/2010, publicitada pelo Edital nº 21/2010, de 12/04/2010. Cf. (Câmara Municipal de Coimbra, 2010a).

⁹³⁶ Desde 20/04/2011, que esta condição estava verificada, devido à abertura de procedimento de classificação da UC-AS como bem de interesse nacional e com a fixação da respetiva ZEP provisória, publicada em Diário da República. Sobre a especificidade desta questão, verificar as informações constantes no nosso artigo “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: de desígnio à realidade”, no capítulo 3, da parte II.

⁹³⁷ Publicado em Diário da República nº 236, II série, de 05/12/2013, p. 35172-35173.

⁹³⁸ De acordo com o Anúncio nº 2129/2012, de 10 de fevereiro publicado em Diário da República nº 30, II série, de 10/02/2012 e revogando o Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área Crítica do Centro Histórico da Cidade de Coimbra, conforme o Edital nº 14/2003 publicado em Diário da República, II série, de 07/01/2003.

na definição de áreas prioritárias para a reabilitação urbana, como a Alta, a Baixa e a Baixa-Rio – ARU-Alta, ARU-Baixa e ARU-Baixa-Rio (Fig. 64).

O conjunto da concepção dos instrumentos legais garantia a devida proteção do bem candidato UC-AS (Fig. 65). Deste modo, apenas faltava considerar e delinear uma solução integrando todos os agentes implicados na gestão do espaço candidato, de modo a garantir um eficaz sistema de gestão, para o futuro.



Fig. 64 – Áreas de Reabilitação Urbana: ARU-Alta, ARU-Baixa e ARU-Baixa-Rio⁹³⁹.

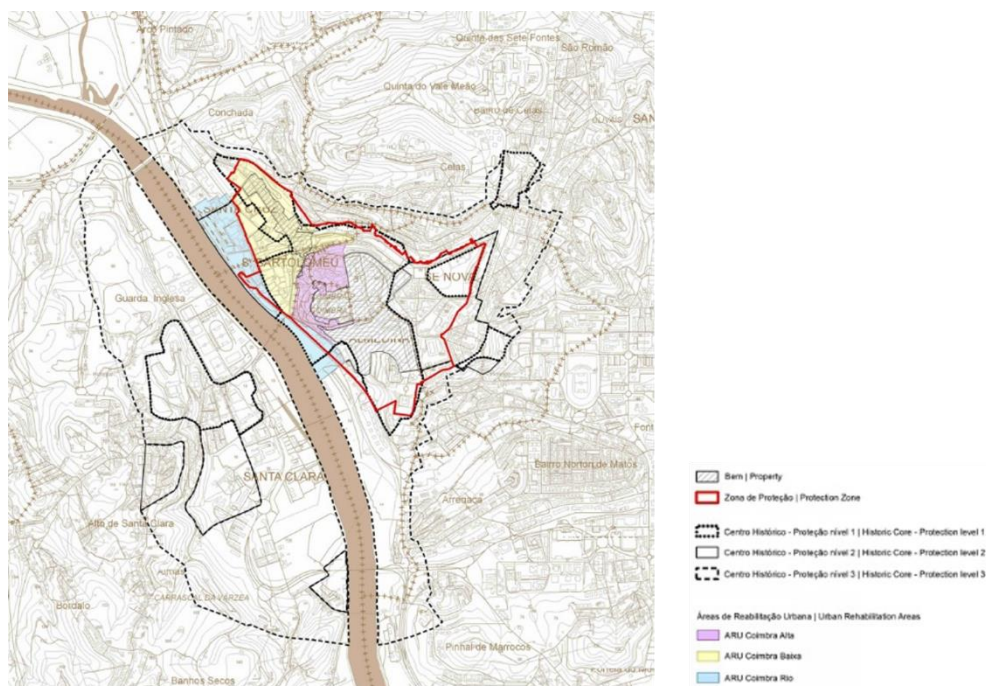


Fig. 65 – Enquadramento e sobreposição das áreas definidas pelos principais instrumentos legais de proteção do bem UC-AS⁹⁴⁰.

⁹³⁹ Cf. (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012i, p. 120).

⁹⁴⁰ Em ofício de resposta da RUAS, de 25/02/2013 (supra citado), página 7. Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

RUAS: uma solução inovadora

Antes de se iniciar qualquer abordagem de gestão de património cultural, deve ser examinada a questão da propriedade. Com efeito, existem diferenças entre ser gestor de um bem classificado de propriedade pública, ser gestor de um bem classificado de propriedade privada (pessoas singulares, empresas ou associações) e, ser gestor público de bens classificados de propriedade pública ou privada. Deste modo, o levantamento da propriedade de um bem deve ser referenciada para se poder estipular uma concepção de gestão efetiva, não só do bem, mas também da sua zona de proteção e do seu contexto urbano, dentro dos *Princípios de La Valletta*, no sentido do seu plano ser equacionado tendo em conta o desenvolvimento sustentável do seu sistema urbano mais abrangente, quer ao nível do uso, quer ao nível da manutenção e proteção.

Por estas premissas, a diversidade da propriedade dentro da área candidata foi considerada e referenciada, durante a avaliação técnica⁹⁴¹ realizada pelo ICOMOS à candidatura da UC-AS a PM. Com efeito, a área candidata era composta por quatro tipos de propriedade: propriedade pública da UC, propriedade de outras entidades públicas, propriedade privada de fruição pela UC e propriedade privada (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, p. 210).

Quando a questão da proteção é relativa a um edifício, torna-se mais fácil a sua concepção de gestão e, consequentemente estabelecer objetivos, estratégias e metodologias para o efeito, uma vez que, por norma, a gestão é atribuída a um administrador. Quando o bem se implementa por uma área urbana (Fig. 66), torna-se necessário considerar a escala da gestão urbana para resolver os problemas relacionados pela diversidade de conexões que devem ser estabelecidas para garantir a sustentabilidade da sua gestão e do seu desenvolvimento.

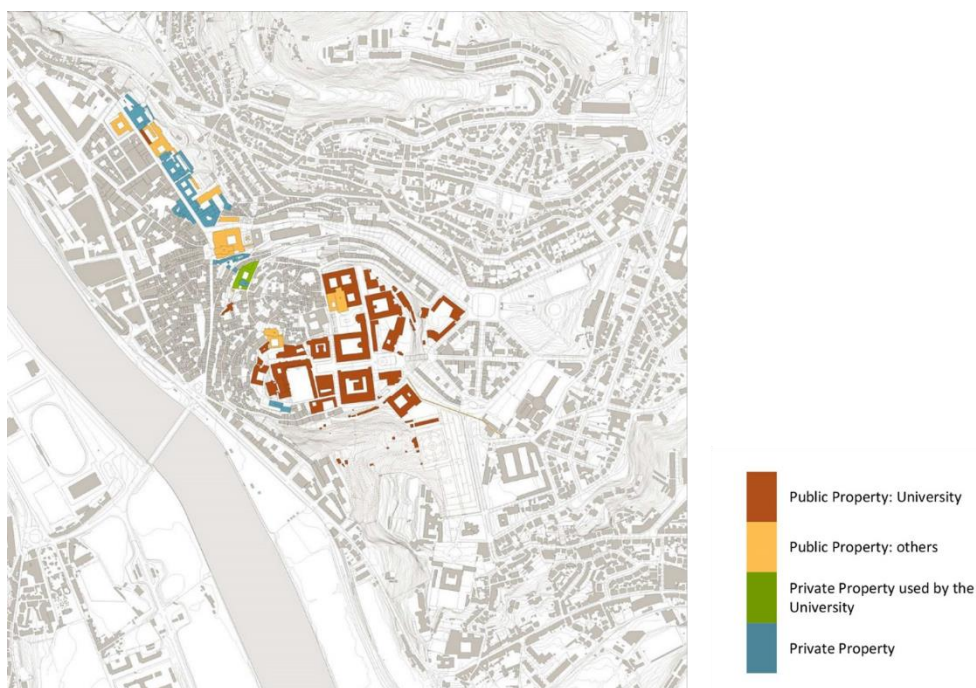


Fig. 66 – Levantamento do direito de propriedade, nas áreas candidatas UC-AS⁹⁴².

⁹⁴¹ Em ofício nº GB/MA 1387, de 20/09/2012, enviado pela diretora do Programa PM do ICOMOS, Regina Durghello, ao embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO, Francisco Seixas da Costa, sob o assunto “World Heritage List 2013: University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal)” e em ofício nº GB/MA 1387, de 20/12/2012, enviado pela diretora do Programa PM do ICOMOS, Regina Durghello, ao embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO, Francisco Seixas da Costa, sob o assunto “World Heritage List 2013: University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal) – Additional information (II)”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁹⁴² Cf. (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, p. 210).

Sob esta consideração, verifica-se que a metodologia da gestão urbana é a mais apropriada para este tipo de bens culturais inseridos em áreas urbanas. Por conseguinte, as partes interessadas no processo de candidatura da UC-AS a PM desempenhavam as suas funções, sobretudo, para ser alcançada uma base de entendimento e consenso em sinergias pró-ativas para a implementação das melhores práticas de intervenção necessária no futuro, para o caso da inscrição do bem na LPM e, o *dossier* de candidatura (cuja entrega formal havia sido efetuada em 30 de janeiro de 2012), havia sido equacionado sob esse objetivo.

Com o propósito de responder e clarificar as dúvidas estipuladas pelo ICOMOS, nas solicitações de esclarecimentos, vários modelos gráficos e desenhos foram incluídos nas respostas a cada um dos officios⁹⁴³, sobre os direitos de propriedade verificados na área candidata e na sua área de proteção (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012i, p. 33).

Se a questão da propriedade era questionada, também a sua gestão era motivo de indagação realizada pelo ICOMOS.

Anteriormente à candidatura da UC-AS a PM, a CMC era a entidade com responsabilidade na gestão do espaço público municipal, no licenciamento e na fiscalização das ações de intervenção dos municípios. No entanto, dentro dos parâmetros da candidatura a PM, a equação já não se colocava dessa perspetiva, uma vez que a gestão da área candidata passava a considerar um parâmetro essencial para a inscrição de um bem na LPM – a garantia da proteção do VUE do bem e as suas condições de autenticidade e de integridade. Nesse sentido, como já referimos, a UC e a CMC uniram esforços de cooperação e de cumplicidade, para conciliarem a administração e a gestão do bem. Nessa linha de ação, foi estabelecida uma parceria público-privada, designada Fundação Univer(sc)idade, tendo a UC e a CMC a partilha no desempenho de funções de liderança na gestão da área UC-AS, “*um papel privilegiado na definição de metodologias e critérios de intervenção e apoio financeiro, garantindo o desejável enquadramento institucional*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012e, p. 7).

A Fundação Univer(sc)idade revelava-se numa solução insuficiente devido ao desenho da geometria legal que se impunha na complexidade inerente à área candidata, embora com possibilidade de se constituir numa base estável para ser melhorada. Sob esse desígnio, em 29 de dezembro de 2011, constituía-se a RUAS – Associação Univer(s)idade que adotava uma solução inovadora para a concretização da gestão do bem UC-AS, tendo como associados fundadores todos os agentes implicados na responsabilidade da gestão da área do bem, a UC, a CMC, a DRCC e a SRU, sob os Estatutos adotados da Fundação Univer(sc)idade⁹⁴⁴. Deste modo, uma só entidade – a RUAS –, a partir dessa data, seria a responsável pela gestão do bem candidato, no âmbito da candidatura da UC-AS a PM e, para o futuro.

Todavia, o ICOMOS indagava sobre as bases do funcionamento dessa gestão realizada por quatro entidades associadas, por considerar que, no *dossier* de candidatura, essa informação não era evidente. Designadamente, questões do foro executivo, do foro técnico e do foro consultivo colocavam-se sobre a informação que o dossier de candidatura prestava relativamente ao *Conselho de Administração*, ao *Gabinete Técnico de Gestão* e ao *Conselho Consultivo* (Universidade de Coimbra - Gabinete de

⁹⁴³ Em officio de resposta ao officio n° GB/MA 1387 (20/09/2012), de 18/10/2012, de Associação RUAS – Universidade de Coimbra (por Raimundo Mendes da Silva), sob o título “University of Coimbra – Alta and Sofia, World Heritage Nomination: Additional Information (requested by ICOMOS): October 2012” e em officio de resposta ao officio n° GB/MA 1387 (20/12/2012), de 25/02/2013, de Associação RUAS – Universidade de Coimbra (por Raimundo Mendes da Silva), sob o título “University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal): World Heritage List 2013: Additional Information (II) requested by ICOMOS: February 2013”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁹⁴⁴ Cf. (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, pp. 260–267).

No officio de resposta da RUAS, de 25/02/2013 (supra citado), foram identificados erros e omissões na versão enviada ao PM, do *dossier* de candidatura, sendo informado que “*the Association “RUAS - Univer(s)ity Association” was created, fully adopting the statutes of the Foundation, transcribed in volume 1, pp. 260-267*”.

Candidatura à UNESCO, 2012e, p. 129); em simultâneo, eram colocadas indagações sobre a quem competia liderar, coordenar e tomar decisões, de que modo e quem garantia as ações de monitorização e de fiscalização, de que modo se organizavam para garantir os adequados sistema e dinâmicas para a gestão do bem, no futuro.

Na resposta de 25 de fevereiro de 2013, a RUAS definia um organigrama (Fig. 67) capaz de sanar as dúvidas do ICOMOS, prevendo todas as possibilidades de situações, conforme os seus Estatutos e enquanto associação (RUAS - Associação Univer(s)cidade, 2011).

A RUAS era formada por três órgãos sociais, a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal. A Assembleia Geral⁹⁴⁵ da RUAS constitui-se por todos os seus associados (sócios fundadores e sócios institucionais) e é liderada por um presidente e um vice-presidente, funções exercidas rotativamente pelo período de um ano, pelo reitor da UC e pelo presidente da CMC. A Direção⁹⁴⁶, com poder executivo, é composta por um presidente, um vice-presidente e três vogais; a presidência e vice-presidência é exercida rotativamente por um vereador da CMC e por um vice-reitor da UC – de modo alternado à presidência da Assembleia Geral –, as funções dos vogais são desempenhadas por um representante da UC, um da CMC e um da DRCC; ao sócio fundador SRU não é atribuído poder executivo. O Conselho Fiscal⁹⁴⁷ não era mencionado na resposta da RUAS ao ICOMOS, de 25 de fevereiro de 2013, mas estava estabelecido nos respetivos Estatutos da RUAS.

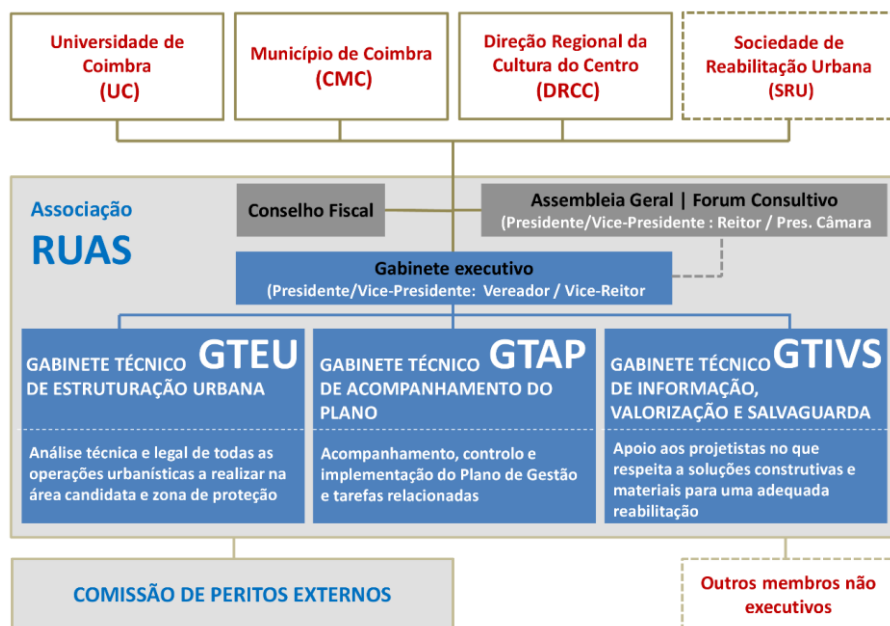


Fig. 67 – Organigrama da RUAS⁹⁴⁸.

O organigrama da RUAS informava da existência de um Fórum Consultivo, composto por peritos externos, onde constava a participação do ICOMOS-Portugal e de outras entidades “*públicas ou privadas, que tenham atividade nas áreas da cultura, património ou turismo, e que sejam convidadas pela Direção ou manifestem interesse em participar das atividades da Associação*” (artigo 19º, RUAS - Associação Univer(s)cidade, 2011, p. 8).

⁹⁴⁵ Cf. (artigos 11º-13º, RUAS - Associação Univer(s)cidade, 2011, pp. 4-5).

⁹⁴⁶ Cf. (artigos 14º-15º, RUAS - Associação Univer(s)cidade, 2011, p. 6).

⁹⁴⁷ Cf. (artigos 16º-18º, RUAS - Associação Univer(s)cidade, 2011, pp. 6-7).

⁹⁴⁸ Em ofício de resposta da RUAS, de 25/02/2013 (supra citado), página 8. Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

Conforme se pode verificar pelo organograma (Fig. 67), a RUAS estabelecia um Gabinete Técnico para trabalhar diretamente com a Direção, subdividido em três especialidades: o GTEU – Gabinete Técnico de Estruturação Urbana; o GTAP – Gabinete Técnico de Acompanhamento do Plano; e o GTIVS – Gabinete Técnico de Informação, Valorização e Salvaguarda.

O GTEU assumia como propósito supervisionar as intervenções urbanas externas à RUAS, dentro da área candidata UC-AS, emitindo parecer informativo de avaliação. Esta equipa seria coordenada pela CMC e composta por arquitetos, arqueólogos e administrativos da CMC, SRU e DRCC⁹⁴⁹. Esta solução definida para a fase de candidatura compreendia os limites da UC-AS como parte integrante do seu território mais abrangente e respondia à necessidade de garantia das condições de integridade do bem para o futuro – enquanto condição necessária para inscrição do bem na LPM.

O GTAP assumia como propósito o desenvolvimento do Plano de Gestão, através de estratégias de monitorização, de verificação e de coordenação das ações e atividades previstas para execução sobre a área candidata UC-AS. Esta equipa seria coordenada pela RUAS e composta por engenheiros civis, um técnico de Relações Internacionais, outro da Gestão da Administração Pública e um economista da CMC, DRCC e UC⁹⁵⁰. Esta solução definida para a fase de candidatura previa duas articulações necessárias: sobre o domínio dos fundos financeiros e estratégicos disponíveis para as atividades de intervenção sobre o bem e, a outra, sobre a relação entre a RUAS e o PM, para o período posterior à inscrição do bem na LPM, tendo em conta a prestação de informação periódica que os gestores dos bens inscritos devem apresentar ao PM.

O GTIVS assumia como propósito a investigação e a informação sobre metodologias e técnicas de boas práticas na intervenção em património arquitetónico, dando um contributo e apoio técnico à planificação e projeto das obras previstas pelo Plano de Gestão. Esta equipa seria coordenada pela UC e CMC e composta por engenheiros civis e arquitetos da UC e CMC⁹⁵¹. Esta solução definida para a fase de candidatura promovia uma oportunidade de levantamento e divulgação sobre o desenvolvimento cultural relacionado com os parâmetros de proteção e salvaguarda do bem, para a sua futura gestão e possibilitava a concretização de uma ação pedagógica e educativa⁹⁵² sobre o bem, para a comunidade em geral.

Por conseguinte, um dos aspetos mais inovadores desta estrutura desenhada para a gestão do bem constituía-se na disponibilidade de técnicos e peritos externos, como os membros do ICOMOS-Portugal, integrarem o Fórum Consultivo, sobretudo, para garantir apoio técnico ao GTEU, ao GTAP e ao GTIVS, com a sua experiência e conhecimento técnico-científico, para se alcançarem os desejados resultados de proteção do VUE que se pretendia ver reconhecido internacionalmente.

O outro aspeto inovador era esclarecido na referida resposta da RUAS de 25/02/2013 ao ICOMOS sobre o desempenho operativo da RUAS, uma vez que estava estabelecido que era responsável por emitir parecer vinculativo sobre a proteção visual⁹⁵³ do bem UC-AS e, por consequência, teria que ser forçosamente ultrapassado os limites estabelecidos para a zona de proteção do bem, para uma área ao redor da zona de proteção, sendo que, essa área, com efeito, seria aquela definida como ‘Centro Histórico’ no PDM.

⁹⁴⁹ De acordo com informação prestada no ofício de resposta da RUAS ao ICOMOS de 18/10/2012, supra citado. Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁹⁵⁰ Idem.

⁹⁵¹ Idem.

⁹⁵² Sobre este assunto em particular, relembremos o contributo de Fernando Marques, em 02/04/2004, para uma gestão integrada do património universitário, sob quatro princípios gerais de pedagogia, de cumplicidade, de formação e de normativa, desenvolvido no nosso artigo “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: de desígnio à realidade”, no capítulo 3, da parte II.

⁹⁵³ Sobre a importância deste aspeto da proteção do sistema de vistas do bem, consultar os nossos artigos “A paisagem urbana histórica como valor de projeto urbano”, “Paisagem Urbana Histórica, a Lusa Atenas como matriz cultural de Coimbra” e “O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial!”, no capítulo 7, da parte III, da presente tese.

Considerações finais

Os objetivos estipulados para este trabalho compreendiam a discussão sobre a solução estratégica encontrada para responder aos propósitos do sistema de gestão do bem candidato UC-AS a PM e para depois da sua inscrição na LPM. Aos olhos do desenho da candidatura, a gestão do bem que se pretendia inscrever na LPM assentava sobre três vetores: um Plano de Gestão, um agente gestor e os instrumentos legais e técnicos necessários para a implementação da estratégia e ações de gestão. No entanto, o enquadramento legal da UC-AS concorria para a definição de uma lacuna sobre a primeira solução encontrada para o agente gestor do bem – a Fundação Univer(sc)idade. Com efeito, seria numa fase final do desenvolvimento da candidatura que essa lacuna ficava resolvida.

O desenvolvimento do Plano de Gestão – que se constituiu num dos volumes do *dossier* de candidatura da UC-AS a PM – revelou-se num exercício fundamental para se compreender, por um lado, o enquadramento legal do bem e, por outro, as políticas de ação estratégica necessárias para uma efetiva proteção do VUE do bem, dentro do seu contexto urbano. A tipologia do bem e a sua implementação na cidade tornavam-se determinantes para que se estabelecessem os parâmetros de discussão sobre a continuidade espacial necessária às condições de integridade do bem no seu contexto urbano, conforme era exigido pelo PM. Por conseguinte, este documento estipulava a oportunidade de desenvolver a sustentabilidade do bem, não só pelos processos de intervenção sobre o bem e no seu contexto urbano, mas também por promover as relações de cumplicidade e de cooperação entre os agentes com responsabilidade sobre a gestão do espaço urbano em causa. Nesse sentido, a UC e a CMC estabeleciam uma parceria para conjugarem a necessária administração e gestão do bem candidato à LPM e para implementarem as decisões tomadas no âmbito do Plano de Gestão, constituindo a Fundação Univer(sc)idade.

Para desempenhar tal função, a Fundação Univer(sc)idade teria à disposição cinco instrumentos legais fundamentais (entre outros): a Lei de Bases do Património Cultural, a inscrição da UC-AS na LPM (que produzia legislação nacional, automaticamente), o PDM, o Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área Inscrita na Lista de Património Mundial da UNESCO, incluindo Zona de Proteção e o Plano Estratégico para a cidade.

Do ponto de vista da concepção da candidatura da UC-AS a PM, o desenho desta geometria legal definia algumas lacunas para a gestão do bem, uma vez que as competências e domínios atribuídos à UC e à CMC não eram suficientes para garantirem e responderem a todos os procedimentos legais exigidos para a gestão da UC-AS. Nesse sentido, uma solução para tal problema constituía-se essencial do ponto de vista estratégico, para o alcance do sucesso da candidatura da UC-AS a PM e, adicionalmente, seria uma prova do compromisso do Estado-parte da CPM1972 em garantir a resolução das problemáticas colocadas à proteção do VUE da UC-AS, dentro do seu contexto urbano.

Sob estes argumentos, a questão teórica colocava-se subordinada ao que faltaria melhorar na Fundação Univer(sc)idade, para ser garantida a gestão total do bem candidato. Dessa perspetiva, seria o desenho da geometria legal a responder, revelando a inclusão dos outros agentes implicados, na solução de gestão do bem. Por conseguinte, em 29 de dezembro de 2011 constituía-se a RUAS – Associação Univer(s)idade, fundada pelos quatro agentes necessários à solução global de gestão do bem UC-AS: a UC, a CMC, a DRCC e a SRU. Deste modo, o ‘desenho de solução’ RUAS abraçava a complexidade imposta pela questão da variedade do direito de propriedade sobre o bem, com base na formulação de políticas sobre compromissos e sinergias entre as entidades institucionais responsáveis pela salvaguarda e proteção da área, bem como de outras associações e entidades com relevante papel social, económico e cultural, nesta área central de Coimbra.

A inscrição da UC-AS na LPM tornara-se num objetivo comum da cidade e, sob essa demanda, a candidatura conseguia unir e criar laços entre os seus proponentes, a comunidade e os seus representantes. Pese embora esta conjuntura de cooperação e de cumplicidade operativa institucional tivesse sido profícua para o alcance do objetivo comum da cidade, concretizado em 22 de junho de 2013, certamente que a qualidade de vida na cidade beneficiária, se esta conjuntura fosse tornada permanente, enquanto atitude pró-ativa no sentido de proteger o património como um recurso da sustentabilidade do desenvolvimento urbano.

Um passo nesse sentido seria assumido pela RUAS, quando esclarecia o ICOMOS, num dos aspetos que consideramos mais inovadores, desta conjuntura, assente na proteção do sistema de vistas do bem UC-AS. Esse aspeto constituía-se na abrangência do desempenho operativo da RUAS, a partir do momento em que passava a ser responsável por emitir parecer vinculativo sobre a proteção visual do bem UC-AS. Esta premissa obrigava a duas consequências para a gestão efetiva do bem: a primeira estabelecia-se na dilatação do limite estabelecido pela zona de proteção candidata, que pelo enquadramento topográfico do bem, fora estipulada pela área definida como ‘Centro Histórico’ no PDM; a segunda estabelecia-se pela compreensão do bem no seu enquadramento urbano e, por conseguinte, da pressão à qual o seu VUE, bem como a sua autenticidade e a sua integridade estão sujeitos, em caso de falha do sistema de proteção. Este aspeto inovador da RUAS enquadrava-se nos debates que têm vindo a pontuar a agenda internacional da UNESCO, no novo milénio, sobre a proteção de bens e sítios PM urbanos em contextos territoriais mais abrangentes. No fundo, neste caso, trata-se de proteger o espaço, a história, a cultura urbana, a memória coletiva, todas as valências que vão sendo assimiladas pelo espaço urbano e que resultam na imagem e na identidade de toda a cidade, através da abordagem da paisagem urbana histórica.

Com efeito, tendo em conta o desenho da geometria legal que cobria o bem UC-AS, consideramos que a constituição de uma associação, a RUAS, aglutinando todos os agentes com responsabilidade sobre a gestão do bem, foi a melhor solução para o problema teórico-concetual colocado e a implementação do Plano de Gestão da UC-AS seria um exemplo de sucesso, para o processo de candidatura. Para a vida contemporânea, como já tivemos oportunidade de referir, o património desempenha funções e vertentes, cada vez mais relevantes e a UNESCO deve constituir-se um parceiro vigilante e pró-ativo, cooperando com os Estados-parte e com os agentes locais no âmbito da desejável sustentabilidade do desenvolvimento urbano. A gestão do espaço, até por questões legais, necessita que seja definido um limite legal. Todavia, para a qualidade e para a vivência do espaço urbano, onde estes patrimónios se inserem, deve ser promovida uma continuidade, sem que a imposição de limites pelas determinações legais entre uma área classificada e uma área não classificada, seja sentida na realidade.

Deste modo, consideramos que é imperativo discutir esse tipo de conexão entre o bem inscrito na LPM – a UC-AS, em 22 de junho de 2013 – e a cidade, precisamente, pelo contributo intrínseco dessa dependência para sua imagem e identidade territorial, ou seja, a sua paisagem urbana histórica. A UC não está fechada em si própria e não termina nos seus limites físicos. Pelo contrário, a UC estabelece-se pelo espaço urbano, constituindo-se, de facto, parte integrante de um território que é a consequência de uma particular conjugação de registos históricos deixadas no espaço, ao longo do tempo.

No caso de Coimbra, a universidade e a cidade parecem ser as forças motrizes que se estimulam, mutuamente, ao longo do processo evolutivo do desenho de cidade. Nesse sentido, o desenho de solução traçado pode ser considerado uma solução inovadora, tendo em conta que esta solução pretendia influenciar as políticas e as diretrizes operativas sobre projetos urbanos realizados na área da UC-AS, dentro da lógica da requalificação e reabilitação urbana, a partir do momento que contribuía para consciencializar a

comunidade, pedagogicamente, através de ações de divulgação de boas práticas sobre a intervenção em património urbano. Adicionalmente, ao reunir as várias associações e entidades socioculturais com relevo para a área candidata à LPM, a RUAS começava a promover sinergias para garantir a democratização da responsabilidade de proteger e salvaguardar o património edificado da área mais antiga da cidade que, efetivamente, se constitui num contributo cultural da história da arquitetura da cidade.

Para finalizar, verifica-se que, do ponto de vista teórico, a implementação do Plano de Gestão torna-se mais efetiva sob a ‘jurisdição’ simplificada e permitida pela constituição da RUAS, precisamente pela articulação de conjugação dos agentes necessários à gestão do espaço urbano em causa – uma vez que, por lei, cada uma das quatro entidades (a UC, a CMC, a DRCC e a SRU) teria que se pronunciar sobre a gestão da área UC-AS, podendo ‘dificultar’ o processo e colocando em risco o próprio projeto da candidatura da UC-AS a PM.

Mais importante do que o alcance do objetivo da candidatura, isto é, a inscrição da UC-AS na LPM, torna-se o processo de desenvolvimento urbano potenciado por si e estabelecido sobre a leitura de compreensão da relação consistente entre a história da cidade e sua identidade urbana. Não se concebe ser possível compreender a UC sem o seu contexto e enquadramento urbano. Esta premissa deverá orientar uma disponibilidade para delinear estratégias significativas que concorram tanto para a proteção do bem PM, como para o desenvolvimento do seu território de influência urbana. O processo de candidatura da UC-AS constituiu-se num instrumento estratégico para gerar ação de intervenção – com efeito, aumentou a dinâmica da intervenção sobre o património universitário e sobre o património urbano dentro da área UC-AS⁹⁵⁴ –, espera-se que a dinâmica gerada concorra para reforçar a inter-relação univer(sc)idade, se a sua gestão assim o permitir no futuro, neste contributo que se apresenta como mais uma oportunidade para pensar a cidade de amanhã, assumindo que será melhor do que a de hoje.

⁹⁵⁴ Sobre este tópico, consultar o nosso capítulo 7.

Capítulo 7: Candidatura a Património Mundial como estratégia de intervenção e de desenvolvimento urbano

7.1 Candidatura a Património Mundial como oportunidade para a intervenção urbana: o caso de Coimbra⁹⁵⁵

Resumo

O processo de candidatura de Coimbra a Património Mundial (PM) foi um longo processo, de 1982 a 2013, que acompanhou e contribuiu para a evolução das políticas de desenvolvimento da cidade. No entanto, seria a última fase, liderada pela Universidade de Coimbra (UC) que conheceria o sucesso do propósito da candidatura, ao ver reconhecido o Valor Universal Excepcional (VUE) da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS), sendo inscrita na Lista do Património Mundial em 22 de junho de 2013.

O *dossier* de candidatura da UC-AS a PM apresentava um sistema para a gestão integrada da área classificada na cidade: um Plano de Gestão dinâmico, um agente de gestão (que coordenava todas as instituições responsáveis pela gestão da área urbana) e os instrumentos legais e técnicos de gestão disponíveis. Todos estes elementos trabalhavam de modo conjugado para alcançar o objetivo principal da candidatura: proteger e salvaguardar o bem e o seu VUE. Por conseguinte, era necessário garantir a sustentabilidade do seu desenvolvimento urbano, podendo ser um contributo para considerar o projeto urbano da cidade.

Deste modo, o propósito deste artigo constitui-se por estabelecer o elo de ligação entre algumas ferramentas ‘emergentes’ do sistema de gestão utilizadas no processo de candidatura da UC-AS a PM e sua possível aplicação operativa para a intervenção urbana, num contexto real de uma cidade com a valência do PM (Fig. 68).

Palavras-chave: Candidatura da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia a Património Mundial, imagem da cidade, instrumentos de intervenção urbana, gestão de desenvolvimento urbano.

⁹⁵⁵ Este texto é a versão traduzida, revista e acrescentada do artigo submetido à 18ª Assembleia Geral e Simpósio Científico do ICOMOS: Património e Paisagem como valores humanos (*18th General Assembly and Scientific Symposium: Heritage and Landscapes as human values*), ocorrido em novembro de 2014, em Florença (Itália), a propósito das comemorações dos 50 anos da redação da Carta de Veneza e dos 20 anos da redação da Carta de Nara sobre a autenticidade. O artigo intitulado “A World Heritage Application as an opportunity for urban intervention: the case of Coimbra” foi aceite e apresentado na sessão *poster*, tema 5: Emerging tools for conservation practice, aguardando a sua publicação, no formato *e-book* das respetivas sessões. Cf. (Capela & Murtinho, no prelo).

Introdução

A Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) constitui-se como património cultural inscrito na Lista do Património Mundial (LPM) pela UNESCO desde 22 de junho de 2013, fazendo parte do grupo restrito das Universidades Património Mundial. Uma classificação patrimonial atribui um enquadramento específico à área urbana delimitada, o que introduz uma componente diferenciadora, em termos legais, para a intervenção urbana e para o campo disciplinar da arquitetura, conseqüente de um processo de evolução concetual, sobretudo desde um período de pós-Segunda Guerra Mundial, marcadamente, discutida sobre o texto da Carta de Veneza (1964)⁹⁵⁶.

No entanto, uma candidatura a Património Mundial (PM) pode refletir-se num processo extenso. O caso do processo de Coimbra a PM começou nos inícios dos anos 80 do século XX, desenvolvendo-se por várias fases e prolongando-se de 1982 a 2013⁹⁵⁷. Todavia, por outro lado, a sua extensão permitiu que fosse acompanhando e contribuindo para a evolução das políticas de desenvolvimento da cidade, a partir do momento em que ‘obrigava’ que, de facto, a cidade fosse equacionada. Com efeito, foram identificadas três fases para o caso de Coimbra a PM: a primeira começou em 17/03/1982, com a iniciativa de Matilde Sousa Franco para candidatar as áreas associadas ao designado Centro Histórico da cidade, sendo depois assumida e promovida, sobretudo pela Câmara Municipal de Coimbra (CMC); embora com algumas sobreposições temporais, a segunda fase começaria em 1998 e seria caracterizada por um período de estudo de produção e debate de conteúdos, mais próprio de uma introspeção, onde a UC começava a liderar um esboço de intenção numa candidatura; a terceira fase foi constituída a partir da formalização da inscrição da UC na Lista Indicativa de Bens Portugueses para a UNESCO, em 14 de maio de 2004, pela Comissão Nacional da UNESCO (CNU), desenvolvendo-se até à inscrição do bem UC-AS na LPM, em 22 de junho de 2013.

O tópico de investigação subordinado à abordagem de uma candidatura a PM como um instrumento político estratégico para o desenvolvimento urbano do seu território de influência, enquadra-se na perspetiva que vem sendo discutida pelo âmbito UNESCO, a partir do início do novo milénio com mais profundidade. Deste modo, debruçando-se sobre a última fase do processo de Coimbra – a candidatura da UC-AS a PM –, o propósito deste parece-nos oportuno e pertinente, uma vez que a UC-AS se constitui no primeiro património cultural nacional inscrito na LPM, com a indicação justificada da componente material e da imaterial, o que introduz algum avanço processual refletido pela introdução de um Plano de Gestão, de acordo com os princípios de La Valletta⁹⁵⁸. Presume-se, por tal perspetiva, que a utilização das ferramentas que começam a ser utilizadas para estes processos de candidatura mais especializados possam ser operativas para lidar com a constante dilatação do conceito ‘património’, a partir do princípio que entende o património urbano como valor humano, no contexto das cidades da realidade portuguesa e europeia⁹⁵⁹.

Para tal concretização, este trabalho propõe-se analisar, no Plano de Gestão da candidatura da UC-AS a PM, os instrumentos prévios e os posteriores que foram considerados para garantir as múltiplas abordagens relativas às problemáticas relacionadas com a dimensão das áreas do PM e sua inserção na cidade. O

⁹⁵⁶ Cf. (Jokilehto, 2005).

⁹⁵⁷ A propósito do desenvolvimento deste tema, ver os artigos “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade” e “A ‘classificação’ Património Mundial na problemática disciplinar da arquitetura: o caso de Coimbra”, no capítulo 3, da Parte II, da presente tese.

⁹⁵⁸ Os *Princípios de La Valletta* assumem a ‘mudança’ e a ‘transformação’ como características contextuais inerentes da sociedade contemporânea, devendo ser consideradas como uma oportunidade para a gestão do património em espaço urbano, a partir de um ponto de vista multidimensional (espacial, temporal, cultural, social, económico, imaterial). Nesse sentido, os *Princípios de La Valletta* constituem-se como uma atualização dos textos da Carta de Washington, de 1987 e da Recomendação de Nairobi, de 1976, à realidade contemporânea. De realçar que o desenvolvimento deste texto acontece em simultâneo ao desenvolvimento do texto da *Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica*, havendo, portanto, um debate profundo sobre várias matérias comuns, nomeadamente, sobre a pressão que as cidades estavam a sentir pelos processos e dinâmicas de globalização, na transição do milénio. Cf. (ICOMOS - CIVVIH, 2012).

⁹⁵⁹ Cf. (Martins, 2009).

dossier de candidatura apresenta um sistema de gestão⁹⁶⁰ para a área classificada, assente na dinâmica triangular dos vetores plano-agente-instrumento: um Plano de Gestão, uma solução de gestão, a RUAS – Associação Univer(s)cidade, que coordena todas as instituições e entidades responsáveis para a gestão da área PM e os instrumentos legais e técnicos. Todos os elementos do triângulo de gestão trabalham numa dinâmica de conjunto para alcançar o maior propósito da candidatura: proteger e salvaguardar o Valor Universal Excecional (VUE) reconhecido ao bem UC-AS com a sua inscrição na LPM. Para esse propósito ser alcançado deve ser assumida a sua necessária ação continuada para a sustentabilidade do desenvolvimento do seu contexto urbano, promovendo um novo modo de considerar o projeto urbano da cidade.

Deste modo, torna-se pertinente estudar este sistema de gestão de dinâmica triangular, iniciando pelo Plano de Gestão⁹⁶¹, enquanto documento específico e especializado, onde são definidas as estratégias referenciadas aos instrumentos disponíveis às ações e atividades de proteção do património. De modo sequencial, verificam-se esses instrumentos, pelo menos os mais importantes para o enquadramento legal da necessária ação de gestão do bem UC-AS, tendo em conta as imposições legais sobre a área que possam condicionar o projeto de arquitetura. Sob esta perspetiva, pressupõe-se avaliar a efetiva qualidade do parâmetro dimensional aplicado para estes casos – o limite de uma zona de proteção –, com o objetivo de proteger e conservar a área classificada. Adicionalmente, verifica-se a introdução de algumas ferramentas do projeto urbano e paisagístico para se conseguir estipular alguns conceitos e filosofias de proteção sobre o bem – e que podem ser determinantes numa abordagem sobre a Paisagem Urbana Histórica –, a partir da leitura da imagem da cidade como resultado da inter-relação entre o homem e o seu território e pelo qual é determinada a identidade da cidade e o seu espaço matriz de representação.

O bem – breve contextualização⁹⁶²

A primeira universidade portuguesa foi criada no final do século XIII, alternando a sua localização entre Lisboa e Coimbra (Pimentel, 2005). Em 1527, D. João III promoveu a reforma do Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra – que já havia sido iniciada por D. Manuel, seu pai – e dez anos depois, a universidade portuguesa foi transferida definitivamente para esta cidade, em 1 de março de 1537⁹⁶³.

A reforma da universidade foi inspirada no modelo da Universidade de Alcalá de Henares⁹⁶⁴, fundada pelo Cardeal Cisneros em 1499, e pela sua Constituição, aprovados em 1510 (Rivera Blanco, 2014, p. 22). Se, em Alcalá, o modelo seguido para organizar e definir a nova estrutura urbana da cidade universitária, a partir da praça do mercado, se baseava na *Civitas Dei*⁹⁶⁵, em Coimbra seriam conciliados dois princípios operativos – a construção de uma nova área universitária e a expansão urbana a partir da praça do Mosteiro de Santa Cruz.

⁹⁶⁰ Para se complementar a abordagem ao tópico do sistema de gestão proposto pela candidatura da UC-AS a PM, consultar o nosso artigo “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: agentes de gestão”, no capítulo 6, da presente parte desta tese.

⁹⁶¹ De acordo com os Princípios de La Valletta, “*a Management Plan is a document specifying in detail all the strategies and tools to be used for heritage protection and which at the same time responds to the needs of contemporary life. It contains legislative, financial, administrative and conservation documents, as well as Conservation and Monitoring Plans*” (ICOMOS - CIVVIH, 2012, p. 24). Cf. “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: agentes de gestão”, no capítulo 6, da presente parte desta tese.

⁹⁶² Uma abordagem mais desenvolvida sobre este tema é realizada no nosso artigo “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos”, no capítulo 3, da Parte II.

⁹⁶³ A propósito do projeto diacrónico da cidade e dos seus edifícios para acomodar o desenvolvimento dos programas universitários, ver (Alçada, 1998; Pimentel, 2005; Rossa, 2001). A propósito da contextualização do bem classificado, ver (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, 2012h).

⁹⁶⁴ É realizado um maior desenvolvimento sobre a analogia e a troca de influência entre as universidades de Alcalá de Henares e de Coimbra no nosso artigo “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos”, no capítulo 3, da Parte II.

⁹⁶⁵ Cf. (Rivera Blanco & Universidad de Alcalá, 2014).

Desde o seu início, esta nova estrutura urbana foi definida morfologicamente como rua – denominada Rua de Santa Sofia⁹⁶⁶ indicando, portanto, a sua principal intenção e função. Simultaneamente, a Casa do Reitor foi transferida para o palácio real, na colina da Alta da cidade, em outubro de 1537 (Pimentel, 2005), onde permanece até aos dias de hoje.

O conceito de cidade universitária havia sido absorvido ao longo dos séculos, como lembrava Vergílio Correia⁹⁶⁷ e constituía-se como conceito-chave para o projeto urbano de refundação da universidade, levado com empenho pelo Estado Novo, durante os anos 40 do século XX⁹⁶⁸. O objetivo desta intervenção assumia o propósito do programa de propaganda política assente na imagem de poder do Estado Novo, usando a refundação da *universidade-símbolo* como um projeto de cariz nacional e ultramarino⁹⁶⁹ e, em simultâneo, usando o património e as suas abordagens de modo dual⁹⁷⁰. A dimensão da intervenção urbana⁹⁷¹ foi contestada numa fase de irreversibilidade do processo e continua a gerar controvérsia na atualidade. Todavia, esta intervenção faz parte da área inscrita na LPM, acrescentando valor para o futuro da cidade de Coimbra (Murtinho, 2012).

Como refere o próprio *dossier* de candidatura da UC-AS apresentado ao PM, “*mais do que criticar o passado, importa conhecer, analisar, dialogar, para melhor projectar o futuro. O processo de candidatura da Universidade representa, mais do que uma pretensão classificativa, o desafio da mudança sobre o modo de pensar e o património construído*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012i, p. 6).

O Plano de Gestão da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia⁹⁷²

O volume “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia: Plano de Gestão” constitui-se como sendo o livro 2, do *dossier* de candidatura do bem UC-AS para inscrição na LPM⁹⁷³, apresentando uma abordagem múltipla às problemáticas previstas sobre a proteção do seu VUE e deixando em aberto as possibilidades de atuação para aquelas que pudessem vir a surgir; esta metodologia de atuação constituía-se como uma garantia de trabalho, no sentido de promover o dinamismo entre o plano, os agentes e os instrumentos necessários às

⁹⁶⁶ Cf. (Alçada, 2006; Branquinho de Carvalho, 1947a; R. P. Lobo, 2006a, 2006b, 2006c, 2010; Rossa, 2006; Vasconcelos, 1938).

⁹⁶⁷ “*Cidade Universitária é, desde há vários séculos, Coimbra. Para Portugal Coimbra continua mesmo a ser, por antonomásia, a Cidade Universitária. – Hoje como no passado*” (V. Correia, 1946, p. 191), pese embora também esclareça que “*Coimbra não é a sua Universidade, nem a Universidade é Coimbra*” (V. Correia, 1946, p. 125).

⁹⁶⁸ Sobre o desenvolvimento deste tema, ver os nossos artigos “A lógica dual do património no campo disciplinar da arquitetura”, “O poder da imagem no processo de projeto da Cidade Universitária de Coimbra” e “Cidade Universitária de Coimbra, a *tabula rasa* como metodologia de projeto”, no capítulo 4, da Parte II.

⁹⁶⁹ A propósito do desenvolvimento deste tema ver o artigo “Seguindo o fio de Ariadne I: A Cidade Universitária de Coimbra como património global”, no capítulo 4, da Parte II, da presente tese.

⁹⁷⁰ Esta particularidade na intervenção sobre o património, fomentado pelo Estado Novo, foi desenvolvida sob diversos aspetos nos artigos “A lógica dual do património no campo disciplinar da arquitetura”, “Seguindo o fio de Ariadne II: o Atelier de Belém” e “Um exercício dual Património Mundial: a FLUC e a AAC”, no capítulo 4, da Parte II.

⁹⁷¹ O plano de obras da CUC conheceu três momentos: o primeiro, de 1934 a 1936, foi desenvolvido pelos arquitetos Raúl Lino e Luís Benavente (que fez parte da comissão executiva e de redação do texto da Carta de Veneza, em 1964), nomeados pelo governo português; o segundo, de 1939 a 1940, foi assessorado por Luís Benavente, de modo informal; e o terceiro, entre 1941 e 1975, foi desenvolvido pelo arquiteto Cottinelli Telmo, até à sua morte em 1948 e sucedido pelos arquitetos Cristino da Silva e João Vaz Martins, onde a arquitetura foi utilizada como um instrumento de demonstração de poder do regime. Enquanto os primeiros momentos podem ser considerados como tentativas de desenvolvimento de um projeto de intervenção sobre o lugar, onde o contexto urbano seria considerado uma premissa de projeto no diálogo com os edifícios e espaços urbanos existentes de modo a conciliar com os novos programas universitários exigidos; o último momento caracterizou-se pela utilização da *tabula rasa* enquanto metodologia de projeto urbano, cujo resultado pode ser confirmado pela promoção alargada de destruição de edifícios e espaços urbanos existentes, para garantir espaço necessário à construção da nova imagem da cidade universitária. Para uma leitura mais aprofundada sobre esta problemática da construção da CUC, consultar o nosso capítulo 4, da Parte II, da presente tese.

⁹⁷² Sobre o vetor do plano, do sistema de gestão da UC-AS, complementar esta abordagem com o nosso artigo “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: agentes de gestão”, no capítulo 6, desta parte III.

⁹⁷³ O *dossier* de candidatura da UC-AS é um documento estratégico composto por oito volumes: o livro 1, *Candidatura a Património Mundial*; o livro 2, *Plano de Gestão*; o livro 3, *Textos Gerais*; o livro 4, *Influências*; o livro 5, *Planos Directores*; o livro 6, *Execução*; o livro 7, *Área de Protecção*; e um *Sumário Executivo* (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, 2012i, 2012h, 2012e, 2012f, 2012d, 2012c, 2012g). Sobre o *dossier* de candidatura consultar o nosso artigo “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: agentes de gestão”, no capítulo 6, da presente tese.

ações de gestão e para promover uma capacidade de resposta para a sustentabilidade da proteção do bem. Como o próprio documento defina, “o Plano de Gestão é o instrumento fundamental para atingir o objectivo final de superar a sempre difícil equação entre o respeito e valorização da herança cultural, por um lado, e o desenvolvimento sustentável do património arquitectónico e cultural, por outro” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012e, p. 9).

Sob esse propósito, o Plano de Gestão, identificava algumas dimensões anteriores e posteriores à inscrição do bem na LPM, relacionadas com a gestão das suas áreas: a Alta, a Sofia, bem como a sua área de proteção. Depois de ser apresentado e à sua meta, de evocados os estudos e investigações sobre a UC, de ser realizada a análise dos seus valores (património existente, imateriais e ambientais), do diagnóstico das condições físicas do património construído e natural e a análise do seu contexto urbano, o Plano de Gestão desenhava as respostas necessárias, definidas por *Princípios e Políticas*⁹⁷⁴, *Objectivos Específicos*⁹⁷⁵ e *Estratégias e Responsabilidades*⁹⁷⁶.

Para dar cumprimento às respostas de gestão, o documento organizava *Planos de Acção*, segundo cinco grupos temáticos: I – ordenamento, II – investigação, III – intervenção física, IV – Repúblicas e V – eventos, formação, promoção e sensibilização (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012e, pp. 141–161), adjuvados com nove ações de monitorização e revisão⁹⁷⁷ (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012e, pp. 163–165), onde para além de propostas de resolução de problemas existentes, seriam contempladas propostas metodológicas de atuação para a resolução de problemas no futuro.

Um outro aspeto abordado neste livro 2 relacionava-se com o direito de propriedade do bem UC-AS, enquanto conjugação de propriedade pública e propriedade privada. Tendo em conta esta condicionante, o sistema de gestão do bem desenhava uma parceria público-privada, onde a UC e a CMC passavam a desempenhar um papel de cooperação e “privilegiado na definição de metodologias e critérios de intervenção e apoio financeiro, garantindo o desejável enquadramento institucional” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012e, p. 7).

Inicialmente, sob a solução Fundação Univer(sc)idade, a operatividade do sistema de gestão do bem e a concepção da candidatura da UC-AS a PM colocavam outras problemáticas e a solução final concebida para o agente de gestão evoluiu para a RUAS – Associação Univer(s)cidade⁹⁷⁸, constituída por Estatutos⁹⁷⁹ próprios, em 29 de dezembro de 2011 e permitindo a partilha na responsabilidade de gestão do território enquadrado na candidatura (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012e, p. 7). O modelo seria inovador ao congregar todos os agentes implicados na responsabilidade e competência na gestão espacial onde o bem se implantava, designadamente, a UC, a CMC, a Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC) e a SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana Coimbra Viva (SRU), tornando mais fácil, desta forma, a implementação do Plano de Gestão, na perspetiva da candidatura.

⁹⁷⁴ Cf. (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012e, p. 133).

⁹⁷⁵ Cf. (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012e, p. 135).

⁹⁷⁶ Cf. (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012e, p. 137).

⁹⁷⁷ Designadamente, “estabelecer prioridades e calendarização para 5 anos no âmbito das acções; rever e aferir no fim do prazo estabelecido a execução dos planos de acção; executar os planos de pormenor e ordenamento até 2014 e proceder à sua revisão 10 anos após a data da sua aprovação; aferir o impacto dos turistas e visitantes; aferir o grau de execução dos programas de reabilitação; verificar e analisar o desenvolvimento da rede de museus implementada; trabalhar directamente com a população/cidade, promovendo o sucesso dos objectivos, acções e gestão; actualizar continuamente a base de dados existente; avaliar e aferir a gestão no cumprimento das metas previstas a 30 anos (preservação do Bem)” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012e, p. 165).

⁹⁷⁸ Sobre o vetor dos agentes, do sistema de gestão da UC-AS, consultar o nosso artigo “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: agentes de gestão”, no capítulo 6, desta parte III.

⁹⁷⁹ Cf. (RUAS - Associação Univer(s)cidade, 2011).

Os principais instrumentos legais de proteção⁹⁸⁰

Como Flávio Lopes esclarecia, desde 1932⁹⁸¹, a lei portuguesa determina a proteção legal do “*contexto dos bens imóveis classificados através da fixação de zonas de proteção*” (F. Lopes, 2013, p. 13), estabelecendo automaticamente a abrangência dessa área de proteção em 50 metros a partir do limite do bem imóvel classificado e, ainda, a criação de Zonas Especiais de Proteção (ZEP), que seriam analisadas caso a caso, “*quando a simples delimitação dos 50 metros se revelasse insuficiente ou inapropriada*” (F. Lopes, 2013, p. 18).

Em Portugal, a Lei de Bases do Património Cultural, a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, rege o regime de proteção e salvaguarda do património cultural, sendo regulamentada pelo Decreto-lei n.º 309/2009, de 23 de outubro⁹⁸². Embora com outros parâmetros mais incisivos, esta legislação continua a prever a imposição de zonas de proteção e ZEPs⁹⁸³, com as devidas restrições impostas e adequadas em função da valorização e da proteção do património, em áreas classificadas ou em vias de classificação, enquanto áreas de servidão administrativa que acautelam um interesse público. Ou seja, em Portugal, qualquer abertura de procedimento de classificação para um bem imóvel de interesse cultural, o bem em causa assume o estatuto ‘em vias de classificação’ e beneficia, automaticamente, de uma zona de proteção provisória, designada como ‘zona geral de proteção’ que, pela imposição de um limite estipulado por um parâmetro dimensional (50 metros, contados a partir do limite exterior do bem), a fim de valorizar e salvaguardar o património em vias de classificação; em alternativa e mediante avaliação técnica, o bem em vias de classificação pode beneficiar de uma ZEP provisória, a partir do momento em que se considere que a zona geral de proteção se revela insuficiente ou desadequada para os seus propósitos, nomeadamente, em função das referências topográficas, paisagísticas e do contexto urbano do bem em vias de classificação; adicionalmente, todos os bens imóveis classificados beneficiam de uma ZEP, mantendo-se em vigor todas as disposições aplicadas anteriormente, até à sua publicação.

Com efeito, o percurso do procedimento administrativo de classificação não ficava por aqui, uma vez que um dos princípios de fixação destas zonas de proteção constituía-se no desenvolvimento de um “*projeto de conservação e valorização*” (F. Lopes, 2013, p. 23), tendo em conta a compreensão do sistema composto pelo bem classificado e pelo seu contexto e enquadramento, designadamente, devendo assegurar “*o enquadramento paisagístico do bem imóvel e as perspectivas da sua contemplação*”⁹⁸⁴, podendo e devendo ser adaptadas ao longo do tempo, conforme as necessidades que sejam apuradas “*em função da evolução do território e da perceção da comunidade sobre o seu património*” (F. Lopes, 2013, p. 23). Deste modo, tendo em conta a redação da lei, cada ZEP deve ser constituída numa “*unidade autónoma de planeamento*”⁹⁸⁵. Flávio Lopes esclarecia que, por um lado, esta medida pretendia tornar a ZEP numa medida operativa, atribuindo-lhe “*os métodos e instrumentos próprios do urbanismo e do ordenamento do território*” (F. Lopes, 2013, p. 24); por outro lado, pretendia tornar a ZEP numa configuração operativa,

⁹⁸⁰ Complementar esta abordagem com o nosso artigo “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade”, no capítulo 3, da Parte II, da presente tese.

⁹⁸¹ Designadamente, pelo Decreto n.º 20985, de 07/03/1932 publicado em Diário do Governo n.º 56, I série, p. 431-436 e pelo Decreto n.º 21875, de 18/11/1932, publicado em Diário do Governo n.º 271, I série, p. 2237-2238, embora desde 1924 seja reconhecido na lei, o contributo do ‘contexto’ para a salvaguarda do património arquitetónico. Cf. (F. Lopes, 2013).

⁹⁸² O Decreto-lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, publicado em Diário da República n.º 206, I série, de 23/10/2009, p. 7975-7987, foi alterado na redação do seu artigo 78.º, pelo Decreto-lei n.º 265/2012, de 28 de dezembro publicado em Diário da República n.º 251, I série, de 28/12/2012, p. 7273.

⁹⁸³ O Decreto-lei n.º 309/2009, de 23 de outubro estabelece o “*percurso do procedimento administrativo de classificação de acordo com a sequência de atos prevista na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (...), desde a iniciativa para a abertura do procedimento, passando pelo estabelecimento da zona especial de protecção e culminando na elaboração do plano de pormenor de salvaguarda*”.

⁹⁸⁴ Conforme o n.º 2, do artigo 43.º, do Decreto-lei n.º 309/2009, de 23 de outubro (alterado pelo Decreto-lei n.º 265/2012, de 28 de dezembro).

⁹⁸⁵ Conforme o n.º 2, do artigo 41.º, do Decreto-lei n.º 309/2009, de 23 de outubro (alterado pelo Decreto-lei n.º 265/2012, de 28 de dezembro).

obrigando à definição de uma área em continuidade espacial e com uma extensão de amplitude razoável à sua gestão, tendo em conta o propósito principal de uma ZEP.

Sob este enquadramento, os instrumentos legais de proteção e valorização necessários para a gestão da área UC-AS, em função do seu sistema de gestão, constituíam-se naqueles que para além de estipularem as estratégias e medidas sobre a proteção do bem, em si, também garantiam as estratégias e as medidas de gestão do bem, na compreensão espacial do contexto urbano de inserção do bem. Deste modo, para o bem UC-AS, o sistema de gestão identificava os instrumentos legais mais específicos para salvaguardar sua proteção adequada, com base em regulamentos e normas nacionais e locais:

1. A Lei de Bases do Património Cultural, Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, regulamentada pelo Decreto-lei nº 309/2009, de 23 de outubro (alterado pelo Decreto-lei nº 265/2012, de 28 de dezembro);
2. O Anúncio nº 5286/2011, de 20 de abril⁹⁸⁶ que publicitava a abertura do procedimento de classificação, no grau de interesse nacional, da Universidade de Coimbra — Alta e Sofia, com a fixação da respetiva ZEP provisória;
3. O Plano Diretor Municipal (sob revisão até 2014) que estabelecia as estratégias de desenvolvimento territorial e de ocupação do solo para a cidade e, sobretudo, definia o Centro Histórico de Coimbra, onde se enquadrava a área candidata;
4. O Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área Inscrita na Lista de Património Mundial da UNESCO, incluindo Zona de Proteção⁹⁸⁷ que estabelecia as regras e procedimentos para valorizar, manter e reforçar a função residencial e a qualidade ambiental, salvaguardar, reabilitar dos conjuntos urbanos, as suas características morfológicas urbanas, bem como as tipológicas dos edifícios e do seu suporte edificado, abrangendo e definindo três áreas: a Zona 1 compreendia a área candidata, a Alta Universitária e a Rua da Sofia; a Zona 2, correspondendo ao núcleo mais antigo, compreendia a sobreposição da Área Crítica do Centro Histórico da Cidade de Coimbra com a Área de Intervenção prevista para o Plano de Pormenor da Encosta Poente da Alta de Coimbra e a restante área da Baixa; a Zona 3 compreendia a Avenida Sá da Bandeira, o Jardim da Sereia, o Bairro de Santa Cruz, a Penitenciária, o Bairro Sousa Pinto, o Quartel e o Hospital Militar, o Seminário, o Jardim Botânico e a frente nascente da Avenida Emídio Navarro;
5. O Plano Estratégico para a Cidade de Coimbra que enunciava os quatro principais objetivos baseados em desenvolver a economia regional, em potenciar o *cluster* da saúde, em salvaguardar e proteger o património cultural e em gerir o desenvolvimento urbano de modo sustentável, definindo a regulação de Áreas de Reabilitação Urbana, cuja relevância assentava na definição de áreas prioritárias para a reabilitação urbana, como a Alta, a Baixa e a Baixa-Rio – ARU-Alta, ARU-Baixa e ARU-Baixa-Rio.

Depois da inscrição da UC-AS na LPM:

6. O Anúncio nº 14917/2013, de 5 de dezembro⁹⁸⁸ que publicitava a inscrição da UC-AS na LPM e, conseqüentemente, a sua classificação como Monumento Nacional, com a respetiva ZEP⁹⁸⁹;
7. O Anúncio nº 7635/2014, de 1 de junho⁹⁹⁰ que publicitava a aprovação da 1ª revisão do PDM.

Com efeito, este desenho de geometria legal abrange a totalidade da área UC-AS, candidata e inscrita, em 22 de junho de 2013, na LPM. No entanto, a compreensão da gestão do bem UC-AS vai além dos limites da área definida, uma vez que se verificam outros critérios, designadamente, os de fruição visual sobre e a partir do bem, que têm acompanhado os enquadramentos da imagem da cidade ao longo do tempo. Dessa

⁹⁸⁶ Publicado em Diário da República nº 78, II série, de 20/04/2011, p. 17887.

⁹⁸⁷ De acordo com o Anúncio nº 2129/2012, de 10 de fevereiro publicado em Diário da República nº 30, II série, de 10/02/2012 e revogando o Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área Crítica do Centro Histórico da Cidade de Coimbra, conforme o Edital nº 14/2003 publicado em Diário da República, II série, de 07/01/2003.

⁹⁸⁸ Publicado em Diário da República nº 236, II série, de 05/12/2013, p. 35172-35173.

⁹⁸⁹ Sobre a especificidade desta questão, verificar as informações constantes no nosso artigo “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: de designio à realidade”, no capítulo 3, da parte II.

⁹⁹⁰ Publicado em Diário da República nº 124, II série, de 01/06/2014.

perspetiva, a RUAS teria que considerar, adicionalmente, uma área circundante mais ampla e abrangente que a ZEP legal, para assegurar a devida gestão da proteção visual da UC-AS.

Ferramentas de projeto, uma oportunidade para a proteção do património urbano

Durante o período da avaliação técnica à candidatura da UC-AS a PM, realizada pelo ICOMOS⁹⁹¹, algumas dúvidas⁹⁹² foram equacionadas sobre algumas das disposições evidenciadas pelo Plano de Gestão e pelos instrumentos legais de proteção. Durante a visita técnica a Coimbra, realizada por um membro do ICOMOS, para verificar as condições de proteção do VUE do bem e aquelas necessárias para garantir a sua autenticidade e integridade, tanto ao nível do bem em si, mas também ao nível do seu contexto urbano, seria feito o contraste entre o que era apresentado no *dossier* de candidatura e a realidade. Uma das questões do ICOMOS era relacionada em função da condição topográfica do bem e da sua área de proteção, colocando a possibilidade de expandir a definição do limite considerado, devido ao impacte visual que poderia decorrer do desenvolvimento das áreas com relação visual sobre e a partir do bem⁹⁹³.

A UC assume uma implantação topográfica privilegiada sobre a cidade, dominando a imagem e os eixos visuais do seu contexto urbano, tendo em conta a condição dimensão total do bem UC-AS com 117 hectares. Esta área compõe-se pela área do bem candidato, com 35,5 hectares – a Alta com 29 hectares e a Sofia com 6,5 hectares – e pela respetiva área de proteção com 81,5 hectares. Nesse sentido, a pertinência das questões e dúvidas levantadas pelo ICOMOS verificavam-se consequentes aos resultados da experiência dos debates internacionais, que vinham a ser promovidos e realizados pela UNESCO e dos seus conselheiros, no âmbito das pressões que as cidades sofriam pelos processos de globalização sentidos durante o século XX e com maior vigor na transição do milénio⁹⁹⁴, uma vez que este volume do Plano de Gestão, pela sua estrutura e pela sua especificidade, teria como propósito assegurar uma adequada abordagem à gestão do sistema inter-relacional constituído pelo bem no seu contexto territorial.

Em resposta e prestando informações adicionais⁹⁹⁵, a RUAS, apoiada pelos instrumentos legais, evidenciava as várias sobreposições de proteção existentes para o caso da UC-AS e especificava a resposta em função dos critérios utilizados para estabelecer a zona de proteção, sendo um deles, o impacte visual sobre o bem candidato. A especificidade desse critério estaria assegurado pelo PDM, para a qual havia sido desenvolvido um estudo direcionado a esse propósito. Conquanto o PDM, à data, ainda não estivesse em vigor, os resultados do estudo seriam incluídos nas definições que reforçavam as medidas preventivas de salvaguarda sobre o bem, designadamente, uma melhor articulação entre os instrumentos legais disponíveis, como o Regulamento Municipal de Edificação para as áreas afetas ao PM, para a efetiva

⁹⁹¹ A propósito do desenvolvimento deste tema, ver o nosso artigo “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade”, no capítulo 3, da Parte II, da presente tese.

⁹⁹² Em ofício n.º GB/MA 1387, de 20/09/2012, enviado pelo ICOMOS (por Regina Durghello), ao embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO, Francisco Seixas da Costa, sob o assunto “World Heritage List 2013: University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal)” e em ofício n.º GB/MA 1387, de 20/12/2012, enviado pelo ICOMOS (por Regina Durghello), ao embaixador delegado-permanente de Portugal na UNESCO, sob o assunto “World Heritage List 2013: University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal) – Additional information (II)”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

⁹⁹³ “*Could the State Party consider extending the boundary of the buffer zone to take account of the topography of the site to include all areas which are visually related to the nominated property and in which new development could have a significant visual impact?*”, uma questão levantada no primeiro ofício de 20/09/2012 (supra citado), para solicitar informações adicionais e colocado, explicitamente, no segundo ofício de 20/12/2012 (supra citado).

⁹⁹⁴ A propósito do desenvolvimento deste tema ver o artigo “Paisagem Urbana Histórica, a *Lusa Atenas* como matriz cultural de Coimbra”, no presente capítulo desta tese.

⁹⁹⁵ Em ofício de resposta ao ofício n.º GB/MA 1387 (20/09/2012), de 18/10/2012, de Associação RUAS – Universidade de Coimbra (por Raimundo Mendes da Silva), sob o título “University of Coimbra – Alta and Sofia, World Heritage Nomination: Additional Information (requested by ICOMOS): October 2012” e em ofício de resposta ao ofício n.º GB/MA 1387 (20/12/2012), de 25/02/2013, de Associação RUAS – Universidade de Coimbra (por Raimundo Mendes da Silva), sob o título “University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal): World Heritage List 2013: Additional Information (II) requested by ICOMOS: February 2013”, em PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

proteção do VUE da UC-AS. Para tal, a RUAS informava que os peritos externos do seu Fórum Consultivo (que contava com a participação do ICOMOS-Portugal) teriam uma função atribuída neste contexto, uma vez que apresentariam um parecer técnico sobre novos empreendimentos a realizar nessas áreas e o seu impacto na condição da proteção visual do bem.

O estudo preliminar era baseado no sistema de vistas da Zona de Impacte/Influência Visual (ZVI⁹⁹⁶), tendo em conta a implantação topográfica da UC e sendo dado especial relevo à colina da Alta. O sistema de vistas compreendia tudo o que era visível dentro de uma área predefinida (*viewshed*) e a sua análise era realizada com recurso a uma ferramenta de projeto urbano e de arquitetura paisagística que, a partir de vários pontos, permitia identificar as áreas privilegiadas de relação visual, entre um lugar e o seu contexto territorial.

Metodologicamente, o estudo recorreu a um sistema de medida a laser para obter um Modelo de Superfície Digital⁹⁹⁷ (Digital Surface Model – DSM), através de um programa de Sistema de Informação Geográfica (GIS). Este modelo é considerado ser o mais adequado para estudar e definir a área visual da UC-AS e estabelecer um plano adequado para a prevenir a possibilidade de transformações prejudiciais futuras ou intervenções intrusivas, sem contudo ser necessário recorrer à figura da ZEP para uma área tão extensa. Desta forma, a ZVI considerava a área geográfica visível a partir de um ponto de observação, estabelecendo uma bacia visual⁹⁹⁸ (*visual bay*).

Os resultados das medições ficariam representados no DSM, de acordo com o valor mediano da altura do olho humano, considerado para este estudo de 1,65 metros. Os resultados mostravam a extensão da ZVI de vários pontos de observação, dentro da área predefinida. Seguidamente, todos esses resultados individuais das várias ZVI eram sobrepostos, permitindo determinar a magnitude visual comum a todos os pontos de observação, dentro da área considerada. Isto significa que o resultado final se estabelece na sobreposição dos resultados de vários pontos, constituindo uma ZVI composta. O resultado da magnitude visual comum avalia as áreas mais suscetíveis a sofrer intervenções intrusivas e, desse modo, concorre para promover uma maior ou menor monitorização nessas áreas, em função dos resultados.

Desta forma, o estudo identificava, a partir de vários pontos de amplitude visual localizados na área UC-AS e na sua área circundante, os lugares de maior visibilidade para a colina da Alta, na lógica recíproca de ‘ver’ e ‘ser visto’. Tornava-se importante compreender que a área de enquadramento da UC-AS e da sua zona de proteção se constitui num contexto urbano que caracteriza e promove a imagem icónica da ‘Lusa Atenas’, coroada pela UC. A imagem da cidade dependia do seu meio urbano que já está salvaguardado pelos três níveis de proteção no PDM de Coimbra, mesmo antes da revisão que estava em curso. De facto, a dimensão da área UC-AS poderia considerar uma maior zona de proteção, no entanto, a sua eficiência operativa poderia ser posta em causa devido ao seu sobredimensionamento. Tendo em conta todas estas premissas explanatórias a RUAS considerava estarem reunidas todas as condições necessárias à gestão do bem UC-AS, de modo adequado, não sendo, por tal facto, necessária a expansão do limite da respetiva zona de proteção.

O vínculo estabelecido entre a UC-AS e seu contexto urbano recria e lembra a importância da história, da memória coletiva, do local e da representação espacial da cidade. Esses atributos compõem a imagem da

⁹⁹⁶ ZVI - Zone of Visual Influence.

⁹⁹⁷ De acordo com as informações prestadas pela RUAS no ofício de resposta ao ICOMOS de 25/02/2013 (supra citado), um DSM constitui-se num modelo de alta resolução, que representa a superfície da Terra e todas as superfícies de objetos, que estão no chão, como edifícios e árvores. Para a metodologia deste projeto, o DSM é melhor que outros modelos digitais, como o *Digital Terrain Model*, pois a introdução de objetos existentes no modelo garante resultados mais realistas.

⁹⁹⁸ De acordo com as informações prestadas pela RUAS no ofício de resposta ao ICOMOS de 25/02/2013 (supra citado), uma baía visual é a área física na terra, na água ou no ar, visível para o olho humano a partir de um ponto de observação.

cidade, reproduzida repetidamente ao longo dos séculos, por pintores, músicos, poetas e artistas. A imagem é um elemento inerente ao lugar que importa considerar, no desenho do sistema de gestão da UC-AS para o futuro, tendo em conta a relação estabelecida com a sua comunidade, que através de uma fruição visual dentro do espaço urbano proporciona um lugar seguro e semelhante a um refúgio ou a uma identidade. Sob estes argumentos, uma ZVI comum pode ser considerada uma área de proteção do bem, estabelecendo a leitura da sua relação visual com o seu contexto urbano. No fundo, é uma área para se ver e ser-se visto, criando um duplo sentido de controlo e de responsabilidade de proteção, entre a UC-AS e todos aqueles que a observam.

Como Labadi e Long afirmavam, os lugares de património assumem várias funções para uma comunidade contemporânea, em que o processo da sua proteção pode ser encarada como uma estratégia de marketing, não apenas para atrair turistas, mas também para ajudar na recriação de identidades locais (Labadi & Long, 2010, p. 7). Também o Conselho da União Europeia considera que uma cidade e sua imagem se constitui num legado europeu e num recurso rentável que deve ser planeado e gerido de modo adequado (Conselho da União Europeia, 2014).

Refletindo as preocupações subjacentes ao tema atual deste Simpósio Científico, a ZVI, enquanto ferramenta de projeto e de intervenção urbana, poderia ser utilizada para verificar as principais conexões visuais nestas áreas de valência patrimonial numa cidade, consideradas áreas mais sensíveis a tensões externas e, dessa forma, constituir-se como um instrumento de auxílio na prevenção de impactes que possíveis intervenções, nas áreas adjacentes às zonas de proteção, possam exercer sobre o património classificado.

Considerações finais

O propósito deste artigo constituía-se por estabelecer a relação entre algumas opções assumidas pela conjuntura do sistema de gestão, durante o processo de candidatura da UC-AS, nomeadamente, pela utilização de ferramentas de projeto urbano e a sua aplicabilidade operativa nos processos de intervenção urbana, em contexto real de uma cidade com a valência do PM, como é o caso de Coimbra.

Dessa perspetiva, equacionámos o sistema de gestão considerado para a UC-AS, antes e depois da sua inscrição na LPM, enquanto promotor de uma ação continuada para a sustentabilidade da proteção do bem e do desenvolvimento do seu contexto urbano, assente numa triangulação de vetores que se pretendem dinâmicos e adaptáveis à evolução das necessidades de proteção e de valorização do bem UC-AS e do seu VUE, assentes no seu plano de gestão, no seu agente gestor e nos seus instrumentos de gestão.

O Plano de Gestão da UC-AS considera-se um documento fundamental, específico e especializado para ser alcançado o seu maior propósito – a proteção e a valorização do VUE do bem UC-AS PM –, em função da implementação das estratégias políticas e das medidas estabelecidas para a gestão e administração do bem classificado e da sua respetiva ZEP. Ao agente gestor RUAS sublinhamos a formulação estratégica de cooperação e de compromisso entre todos as entidades institucionais responsáveis pela gestão da área em causa e pela proteção do património existente, a UC, a CMC a DRCC e a SRU, numa aposta de solução de gestão inovadora, conforme tivemos oportunidade de referir⁹⁹⁹. Sobre os instrumentos legais disponíveis à gestão do bem UC-AS evidencia-se a concepção do desenho da geometria legal que pretendeu enquadrar todas as possibilidades necessárias para uma adequada gestão do bem UC-AS PM, sobretudo a partir da compreensão da sua situação topográfica privilegiada no enquadramento urbano que, em simultâneo, introduz parâmetros de proteção mais complexos.

⁹⁹⁹ No nosso artigo “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: agentes de gestão”, no capítulo 6, desta parte III.

Desta perspetiva, considerou-se o estudo preliminar realizado durante o processo de candidatura da UC-AS a PM, sobre o sistema de vistas na relação visual entre o bem e o seu contexto urbano para se avaliar o limite imposto por lei, na leitura que compreende o sistema urbano. Com efeito, a utilização de ferramentas de projeto urbano e paisagístico deve ser vista como uma oportunidade para desenvolver o processo de intervenção urbana consequente com uma abordagem a sobre paisagem urbana histórica, onde a leitura da imagem da cidade como resultado da inter-relação entre o homem e o seu território podem ser uma forma pertinente de lidar com o constante desenvolvimento dos conceitos inerentes à compreensão do património como valor humano.

Pela nossa análise, a dilatação do conceito ‘património’ (que continua a ser verificada) contribui para que a utilização desta ferramenta operativa de projeto urbano, assente no sistema de vistas, possa concorrer para ser considerada a insuficiência ou mesmo a inoperância dos parâmetros dimensionais impostos com o limite dos 50 metros, de modo automático pela legislação, em contraste com a complementaridade da sua utilização com a atribuição de uma ZEP, em função das condições do bem, designadamente, do lugar e das suas circunstâncias. Conquanto se reconheça que, para casos de exceção, o limite dos 50 metros possa ser uma solução imediata, em função das condicionantes dos tempos próprios dos procedimentos de classificação.

Dessa perspetiva, a utilização destas ferramentas de projeto pode ser encarada como uma oportunidade para se desenvolver o processo de gestão urbana da cidade com a valência do PM, tendo em conta as características próprias do lugar e, por esses mesmos argumentos, ser utilizada para auxiliar os processos de intervenção urbana para estas áreas que, embora não abrangidas por uma figura de classificação, se relacionam visualmente com as áreas classificadas, tirando partido dessa relação.

Por princípio estipulado sob esta possibilidade e tendo em conta o benefício do seu conteúdo informativo para o projeto de arquitetura, a aplicabilidade desta ferramenta de projeto urbano não deveria ser aplicado apenas na condição de confronto com uma classificação patrimonial. Deste modo, considera-se que a avaliação direcionada ao lugar, com o auxílio destas ferramentas de projeto, poderia ser um trabalho de análise preventiva nos processos de salvaguarda do património urbano, a outras escalas. Possivelmente, no futuro, a especialização da discussão das políticas de intervenção em contexto de um bem ou sítio inscrito na LPM possam ser alargadas à restante cidade, como forma de salvaguardar outros princípios e valores de património urbano, mais generalizáveis ou autonomizados por partes, pese embora constituintes da imagem da cidade como um todo. Aprender com os processos de proteção do património constitui-se, deste modo, em mais uma oportunidade para se pensar a cidade que queremos para o futuro, assumindo que será melhor que a atual.



World Heritage Application
 as an opportunity for urban intervention:
 the case of Coimbra.



Fig. 68 – Poster “A World Heritage Application as an opportunity for urban intervention: the case of Coimbra” apresentado na sessão *poster* do tema 5: Emerging tools for conservation practice, da 18ª Assembleia Geral e Simpósio Científico do ICOMOS: Património e Paisagem como valores humanos, em novembro de 2014, em Florença (Itália).

7.2 De Paço Real a Paço Real das Escolas: do dever da memória ao imperativo da renovação¹⁰⁰⁰

Resumo

É sempre muito ténue a fronteira que define a necessidade de reabilitação do património arquitetónico e a possibilidade da sua renovação ou transformação. Por princípio, o património é um bem, um tesouro, que uma geração recebe e que transmite à geração seguinte. Apesar do património não ser uma propriedade particular e exclusiva, cada geração é o seu usufrutuário e, simultaneamente, quem pode e deve zelar pela proteção no presente e a sua transmissão para o futuro. Se se perspetivar a questão de uma lógica de criogenização, o património pode tornar-se num valor refúgio cómodo, que pode ser impeditivo para que cada geração lhe possa acrescentar valor no presente e assim deixar marca geracional.

Esta problemática será abordada utilizando como caso concreto a intervenção no Pátio da Universidade de Coimbra, área integrante da zona inscrita, recentemente, como Património Mundial da UNESCO. Neste exemplo, a opção foi pelo redesenho dos arranjos exteriores, mesmo que isso obrigasse a uma diferente perceção do espaço. Apesar de ter presente os diferentes vestígios arqueológicos que aquele histórico espaço possuía ao nível do subsolo, um dos mais galardoados arquitetos portugueses, Gonçalo Byrne optava em projeto, por não lhes dar qualquer visibilidade ou destaque, focando a intervenção na definição de um novo desenho mas com respeito pelas texturas e materialidades previamente existentes.

Provavelmente, a bem da proteção e da salvaguarda do património, cada geração deve ser mais do que um espectador, devendo tornar-se ator e parte ativa interveniente na definição e construção das memórias que no futuro ajudarão a dar forma ao passado.

Palavras-chave: Universidade de Coimbra, valores do património, reabilitação de património arquitetónico, projeto de arquitetura, valorização do património universitário, Paço das Escolas, Gonçalo Byrne

Introdução

Assumindo que património é tudo aquilo que se herda, tendo como condição a complexidade do contexto sociocultural onde está inserido, emergem questões de futuro, que sempre foram sendo colocadas ao longo dos tempos e pelas diferentes gerações, pese embora a sua sempre contemporaneidade porque relativas ao tempo presente de cada abordagem¹⁰⁰¹. Torna-se pertinente, por isso, questionar como é que a gestão dessas diversas contemporaneidades se faz, numa perspetiva de garantir a continuidade do seu valor. Como consequência, constitui-se inevitável o debate entre a conservação e a transformação dos objetos, nas suas diversas escalas, desde o território ao objeto edificado, sendo, possivelmente, no espaço urbano e ao nível do património arquitetónico, que a consciência patrimonial se vai sentir com mais intensidade. Neste sentido, é sempre muito ténue a fronteira que define a necessidade de reabilitação do património arquitetónico e a possibilidade da sua renovação ou transformação.

Por princípio, o património é um bem, um tesouro, que uma geração recebe e que transmite à geração seguinte. Apesar do património não ser uma propriedade particular e exclusiva, cada geração é o seu

¹⁰⁰⁰ Este texto é a versão traduzida, revista e acrescentada do artigo publicado na versão digital de 2016 da obra coletiva *Heritage in transformation: cultural heritage protection in XXI century: problems, challenges, predictions*, editada por Bogusław Szymgin (ICOMOS Poland), uma publicação do Lublin University of Technology, International Scientific Committee for Theory and Philosophy of Conservation and Restoration-ICOMOS, ICOMOS Poland e Romualdo Del Bianco Foundation, com sistema de arbitragem científica, intitulado “From the Paço Real to the Paço Real das Escolas: From the duty of remembrance to the demands of renovation” (Capela de Campos & Murtinho, 2016c).

¹⁰⁰¹ Cf. (Zimolo, 2000).

usufrutuário e, simultaneamente, quem pode e deve zelar pela proteção no presente e a sua transmissão para o futuro. Se se perspetivar a questão de uma lógica de criogenização¹⁰⁰², o património pode tornar-se num valor refúgio cómodo, que pode ser impeditivo para que cada geração lhe possa acrescentar valor no presente e assim deixar marca geracional. Um dos maiores obstáculos a esta possibilidade reside na compreensão que cada geração tem do seu próprio património, sendo que este, cada vez mais, assume um papel estratégico no desenvolvimento de uma sociedade, não só ao nível do seu interesse sociocultural, como também do económico e do turístico.

Pensando no mote que proporcionou este debate, ‘património em transformação’, verificamos que tal premissa sempre foi acontecendo e, em muitos casos, foi condição essencial para a transmissão desse património, não só no sentido concetual¹⁰⁰³, mas também, no material, funcional e programático, conquanto dependente do desenvolvimento e tradição cultural da sociedade que o transmite¹⁰⁰⁴. A intervenção no património é, deste modo, dinamizada por valores diferentes consoante a cultura em que está inserido. Enquanto no ocidente são promovidos programas capazes de promover um valor histórico ou artístico, na Rússia, por exemplo e como Patrick de Merdy notava, seria possível a transformação de uma igreja numa piscina pela valorização do desporto enquanto valor cultural (Merdy, 1977).

Desta forma, o conjunto de vários edifícios agregados em torno de uma plataforma, que é resultado de vários séculos de utilizações, reutilizações, acrescentos, reorganizações, adaptações e transformações sobre o espaço que foi primeiro da Alcáçova de Coimbra (Pimentel, 1998, p. 35), sendo, depois, a primeira residência régia portuguesa, cedida por D. João III à Universidade, que lá se instalou a partir de 1537, constitui-se no espaço institucional de representação da Universidade de Coimbra (UC). Um conjunto construtivo que reflete um *palimpsesto*¹⁰⁰⁵ das abordagens e dos contributos dos sucessivos acontecimentos e opções políticas que marcaram o conjunto, ao longo do tempo e que continua a ser palco principal da atividade cultural da vida académica da UC, defendendo e legando valores e memórias que fazem parte da sua identidade.

De Paço Real a Paço das Escolas

Também conhecida por *Lusa Atenas*, a colina do Paço das Escolas é o reflexo de séculos de assentamentos de edifícios e de apropriações e usos espaciais sobre o terreno. Em simultâneo, também o Paço das Escolas é resultado de várias formas e modos de apropriação do espaço¹⁰⁰⁶ sedimentado pelas condições morfológicas e topográficas locais, que desde cedo se evidenciou como sítio estratégico para defesa e controlo territorial. Não admira, pois, que os sucessivos reis e governadores, desde visigodos¹⁰⁰⁷ até à implementação da primeira capital do Reino de Portugal¹⁰⁰⁸, tenham optado por se estabelecerem neste espaço “*palácio-fortaleza*” (Pimentel, 1998, p. 35), cada um aproveitando as estruturas construídas dos

¹⁰⁰² Cf. (Murtinho, 2012).

¹⁰⁰³ Verifica-se que, apesar de haver uma abertura no alcance do conceito património desde 1931, com a redação da Carta de Atenas (Choay, 2002), é a partir da Segunda Guerra Mundial que, há uma evolução e uma maior abrangência e amplitude do conceito, pelas constantes alterações e debates que foram sendo produzidos para responder às exigências que a destruição de um pós-guerra trouxe à Europa, sobretudo (Choay, 2008c; Jokilehto, 2005).

¹⁰⁰⁴ Ver a este propósito os argumentos debatidos pelo ICOMOS e expostos na Carta de Nara sobre autenticidade, de 1994, onde a questão do contexto cultural era apontado como um dos fatores decisores do que é e pode ser considerada autenticidade do património (ICOMOS, 1994). Para mais informações, consultar o nosso estado da arte “O projeto do discurso: a constituição de uma matriz teórica”, no capítulo 1 da presente tese.

¹⁰⁰⁵ Cf. (Corboz, 1983).

¹⁰⁰⁶ Cf. (Pimentel, 1998, 2005).

¹⁰⁰⁷ Alarcão defendia a possibilidade da apropriação visigótica ter aproveitado as construções romanas pré-existentes neste local, o *oppidum* de *Aeminium* (Alarcão, 1979, p. 27). Cf. (Correia & Gonçalves, 1947, pp. X–XI e 99-107).

¹⁰⁰⁸ Cf. (Alarcão, 1979, 2008; Pimentel, 2005).

anteriores – nesse sentido, no período da reconquista, era aproveitada a Alcáçova, ou seja, a estrutura militar islâmica existente.

A Universidade em Portugal foi criada nos finais do século XIII, em 1290, à semelhança de grande parte das principais universidades europeias. O monarca português D. Dinis, nos primeiros tempos, foi decretando a alternância da sua localização e funcionamento, ora em Lisboa ora em Coimbra.

O Paço Real, a primeira residência régia estabelecida por D. Afonso Henriques¹⁰⁰⁹ sobre a Alcáçova (Pimentel, 1998, p. 35), é cedido em 1537 pelo rei D. João III, dentro da lógica estratégica da reformulação da universidade portuguesa, baseada na expansão universitária e urbana da Rua da Sofia promovida pelo Convento de Santa Cruz¹⁰¹⁰, para ser a residência do Reitor da Universidade de Coimbra e, em 1597, passa definitivamente a Paço das Escolas ou Paço da Universidade¹⁰¹¹.

Ao perímetro das suas muralhas primitivas de forma quadrangular (Pimentel, 1998, p. 35) foram sendo construídos ou adaptados os edifícios necessários a cada nova apropriação e necessidade, nos troços poente, norte e nascente. Com a transferência da corte portuguesa para Lisboa – com D. Dinis, no século XIII –, o Paço da Alcáçova de Coimbra, enquanto palco de exercício do poder régio, perde, irremediavelmente, o seu protagonismo.

Durante o reinado de D. Manuel, entre 1517 e 1522, o Paço recupera nova importância. Marcos Pires fora o mentor da ampla reforma manuelina, predefinindo a configuração que hoje apresenta (Pimentel, 1998, p. 36), uma vez que a ala sul, que previa o encerramento do pátio quadrangular correspondente ao primitivo recinto muralhado, não chegou a ser concretizada.

Em 1524, já com D. João III como monarca, é atribuída a Diogo de Castilho a finalização da obra da Capela de São Miguel e o “*definitivo abandono da planta quadrangular em favor da adopção da planta em “U”*” (Pimentel, 1998, p. 36), passando a ser a imagem do pátio até à atualidade, tirando partido da vista sobre o rio Mondego e conceitualmente preparando a afirmação do Paço enquanto terreiro de discussão e espaço integrador dos diferentes saberes.

Entre 1717 e 1728, D. João V designara Gaspar Ferreira para a construção da Biblioteca ou Casa da Livraria (Pimentel, 1998, p. 38 e p. 50) que, para além de ser um dos mais emblemáticos edifícios do conjunto, assume a mesma lógica de implantação periférica no pátio, compactando a construção da ala poente do conjunto, deixando espaço para o lançamento das Escadas de Minerva, que garantiam o acesso direto da Alta urbana ao grande terraço universitário. Logo a seguir, de 1728 a 1733, é erigido o elemento que se tornará no ícone da própria universidade, a torre, construída no lugar de uma antiga torre manuelina (presumivelmente, da autoria de João de Ruão), sob o desenho do arquiteto italiano Antonio Cannevari e sob a orientação do mestre-de-obras da universidade Gaspar Ferreira¹⁰¹².

Em 1772, com a reforma pombalina, a Universidade entra numa fase de projetos e obras de reformulação de vulto. Um dos objetivos passava por otimizar o Paço das Escolas¹⁰¹³ (Fig. 69), reformulando espaços de aulas, criando ligações internas entre os diversos volumes construídos (Trindade, 1998, p. 56). Assim, em 1773, são iniciadas as obras da Via Latina, galeria que vinha substituir o eirado manuelino (Pimentel, 1998, p. 38), criando uma fachada capaz de atribuir ao conjunto um estatuto institucional e monumental. É

¹⁰⁰⁹ Primeiro rei de Portugal, de 1143 a 1185 (Mattoso, 2006).

¹⁰¹⁰ Cf. (Alçada, 2006; R. P. Lobo, 2006a, 2010; Rossa, 2006).

¹⁰¹¹ Em 1537, D. João III cede as instalações do Paço Real para a Reitoria, enquanto decorriam obras nos edifícios para as instalações futuras da Universidade. As vicissitudes ocorridas na história desse período, em Portugal, tendo como consequência uma mudança de dinastia, e consequentemente uma alteração de interesses estratégico-políticos, permitiram à Universidade adquirir o Paço Real em 1597, no reinado de D. Filipe I (Pimentel, 1998, p. 35).

¹⁰¹² Cf. (Pimentel, 1998, 2005) e PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

¹⁰¹³ Cf. (Mora, 1993).

também no âmbito da mesma reforma pombalina, no contexto dos Estatutos da Universidade, que é proclamada a construção de um observatório astronómico para a nova Faculdade de Matemática, “na maior vizinhança da Universidade, que couber no possível; quando não haja a comodidade para o estabelecer dentro dos Paços dela” (Universidade de Coimbra, 1972c, p. 214) destinado “ao progresso da Astronomia, com Ciência necessária para se conseguir o conhecimento do Globo Terrestre; e se terem nas mãos as chaves do Universo” (Universidade de Coimbra, 1972c, p. 213).



Fig. 69 – Paço das Escolas. Fotografia: FG+SG, GNI, UC, 2013¹⁰¹⁴.

De realçar, ainda, que mesmo quando foi realizada a construção do designado Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra (OAUC), no topo sul do Pátio das Escolas, por volta de 1790, este teria um carácter provisório até à finalização das obras do Observatório de Guilherme Elsdén, na área do Castelo (localizado na atual Praça D. Dinis) e que não chegou a ser concluído, cujo projeto fora assinado por Manuel Alves Macomboa (Craveiro, 1990, pp. 26–27). Sendo esta “a última grande obra e a menos característica” (V. Correia, 1946, p. 136) da reforma da Universidade assinada pelo Marquês de Pombal, o projeto, com obra inaugurada em 1799, teve a particularidade de deixar varandins laterais, não obstruindo na totalidade a relação visual entre o pátio, a cidade e o rio (Craveiro, 1990 fot. 9-11). Este edifício foi destruído pelas intervenções da CAPOCUC, em 1951 (Rosmaninho, 1996, p. 232), após o Presidente do Conselho de Ministros de Portugal o qualificar de “*excrescência*” que teria que ser resolvida para dar visibilidade total à paisagem “*para deixar intacto aos olhos encantados o panorama maravilhoso do Mondego*” (A. de O. Salazar, 1945, p. XX) e demais edifícios que se vislumbavam a partir do planalto. Ainda antes do *camartelo* (Fig. 16), enfatizando o eixo monumental no sentido norte/sul, mesmo defronte da entrada do antigo observatório, seria colocada uma estátua representando o rei D. João III, da autoria do escultor Francisco Franco, inaugurada em 1948, que de algum modo ocuparia espaço cénico e de enquadramento, como que preparando o terreno para a demolição que se seguiria poucos anos mais tarde. Ainda nos finais do século XX, se bem que numa posição indireta em relação ao Pátio das Escolas, Fernando Távora acrescentava um anfiteatro ao conjunto, assimilando e consumando o princípio do edifício contraforte, já presente nas restantes edificações do conjunto (Byrne, 1998).

¹⁰¹⁴ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

Assim, “*da justeza, pertinência e qualidade destas sucessivas transformações cabe ao historiador analisar e ao arquitecto interpretar e propor, o melhor que sabe, a transformação que agora se acrescenta*” (Byrne, 1998, p. 97).

A intervenção de Gonçalo Byrne

Trabalhar com valores comuns a uma sociedade e atribuídos a um determinado bem, implica analisá-los, percebê-los e avaliá-los constantemente, com a técnica disponível, “*conservação, reparação, restauro, reconstrução e renovação*” (Byrne & Campos, 2013, p. 133), para se agir em conformidade com a sua contemporaneidade. Porque o desenho, enquanto “*coisa mental*”¹⁰¹⁵ é sempre uma opção contemporânea, sendo, assim, a instituição de um tempo novo. Byrne refere que a intervenção sobre o património tende a ser encarada como uma aproximação ao que Leon Battista Alberti (*De re aedificatoria* de 1452¹⁰¹⁶) denominava como *restauratio*, “*trazer o passado para o presente*” (Byrne apud E. É. Nunes & Luzio, 2007, p. 300) congelando o edifício, ou *inovatio*, criar do zero mas perder referências de memória e pré-existências. No entanto, lembra que Alberti também refere o *instituitio*, um meio-termo de equilíbrio entre os anteriores e mais apropriado à arquitetura, onde cada obra deverá ser a instituição de um tempo novo, isto é, ser contemporâneo (Byrne apud E. É. Nunes & Luzio, 2007, p. 300). Nesse sentido, qualquer projeto devia consistir em pegar “*numa situação que existe e reelaborando-a, deixando qualquer coisa que não é exactamente o que existia, mesmo quando se trata de um projecto de restauro*” (Byrne apud E. É. Nunes & Luzio, 2007, p. 299).

O processo de “*requalificação do Pátio da Universidade, das Escadas de Minerva e acessibilidades no Paço das Escolas*”¹⁰¹⁷ teria como objetivo intervir no espaço de relação do conjunto edificado, através da repavimentação do pátio, colocando “*em evidência esta condição singular deste palácio universitário assegurando não só a leitura da própria memória histórica do edifício como também da sua permanente contemporaneidade*” (Byrne, 2011, p. 40) e, assim, contribuir para a perenidade da imagem representativa e institucional da Universidade de Coimbra.

O desenho deveria, por isso, não só ter por base esta premissa imediata, mas também ter em consideração a condição privilegiada que o Paço da Universidade¹⁰¹⁸ tem nas relações espaciais da cidade, com quem desenvolve uma simbiose de sete séculos. Embora sob o traço de outra intervenção na Alta, Byrne esclarecia a leitura do lugar da Alta, a partir da “*extraordinária simbiose entre as formas construídas e a geografia da colina, em que a tectónica adquire o valor topográfico, numa globalidade de sistema cristalino de vazios e emergências*” (Byrne, 2013, p. 110).

Uma verdadeira “*máquina de memória*” (Guillaume, 1980, p. 174) e espaço de vivências que foram sendo sedimentadas pelo tempo, enquanto auxiliar de memória inter-geracional, o Pátio da Universidade, tornou-se palco de vários estudos arqueológicos ao longo dos anos¹⁰¹⁹. Do mesmo modo, foi realizada uma campanha de acompanhamento arqueológico da intervenção de requalificação do Paço das Escolas, da responsabilidade de Mafalda Ramos e Elisa Albuquerque, entre 26/11/2010 e 21/03/2011 e mais especificamente, entre 24/01/2011 e 05/02/2011, foram realizadas escavações às caves do OAUC, da responsabilidade de Sónia Filipe e Vera Santos, tendo sido realizados estudos e relatórios que, em suma,

¹⁰¹⁵ Como Fernando Távora disse, a “*arquitectura é coisa mental e portanto lançar uma hipótese gráfica de um projecto (...) presume já um trabalho intelectual*” (Távora apud Figueira, 1992, p. 104).

¹⁰¹⁶ Cf. (Alberti, Espírito Santo, & Krüger, 2011).

¹⁰¹⁷ Cf. (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012i, pp. 160–161).

¹⁰¹⁸ O Paço da Universidade foi classificado como Monumento Nacional pelo Decreto de 16/06/1910, publicado a 23 de junho.

¹⁰¹⁹ Cf. (Pimentel, 2005).

sugeriam a reversibilidade das opções que fossem tomadas¹⁰²⁰, de modo que, não fossem comprometidos os vestígios arqueológicos existentes e, ainda, aferindo a qualidade da solução de projeto. Todos estes estudos fizeram parte do processo de trabalho da equipa de projeto.

Byrne, no entanto, opta por clarificar a relação de todos os volumes construídos entre si e, sobretudo, garantir a maior relação existente entre o conjunto, a cidade e o rio, relação sempre constante e sedimentada pelo tempo, através do pátio, tornando-se, assim, num lugar de protocolo de relações volumétricas, urbanas e territoriais. Apesar de espaço privado, o Pátio das Escolas é a grande varanda de Coimbra, de onde se vê a cidade e o rio e que, os olhares que deambulam pelas colinas de Coimbra tentam encontrar, tornando o Pátio das Escolas no reflexo de um espaço público por excelência (Fig. 20).

Neste sentido, o desenho para Byrne, deve incidir “*sobretudo nas questões de espaço público, do espaço de relações entre edifícios (...) onde é permitido aos cidadãos conviver e participar*” (Byrne, 2006, pp. 14–15); e, neste caso, pensar o espaço que faz a relação entre os diversos edifícios é pensar um espaço onde acontece cidade ao longo do tempo¹⁰²¹ (Fig. 70).



Fig. 70 – Esquízo e plantas para a intervenção no Pátio das Escolas, de Gonçalo Byrne. Referência: GCU, UC¹⁰²².

Desta forma, a opção para o Pátio da Universidade passou pelo redesenho dos arranjos exteriores¹⁰²³. Apesar de se ter presente os diferentes vestígios arqueológicos que aquele histórico espaço possuía ao nível do subsolo, a opção do arquiteto passou por não lhes ser dada qualquer visibilidade ou destaque, sendo ao mesmo tempo uma forma de salvaguarda do mesmo (Byrne, 2011, p. 40). Desta forma, focalizou-se na definição de um novo desenho¹⁰²⁴, com respeito pelas texturas e materialidades previamente existentes, induzindo-lhe “*um carácter mais acolhedor e confortável*” (Byrne, 2011, p. 40).

A área central do pátio conheceu diferentes materiais de revestimento devido aos vários usos que foram sendo feitos ao longo dos tempos, desde jardim a parque de estacionamento, usos que não permitiam o atravessamento do pátio entre os vários edifícios que o ladeiam. Esta foi uma dinâmica que Byrne quis imprimir ao espaço, a possibilidade do seu atravessamento, de forma aleatória. Na realidade, Byrne propõe uma “*operação de grande contenção e subtilidade que preserva grande parte da superfície existente*” (Byrne, 2011, p. 41), através de caminhos sobre um terreiro de saibro, fazendo a ligação entre os vários edifícios, definidos por lajedo de pedra igual ao pré-existente “*magnífico lajedo de pedra periférico, (...), invocando o antigo Pátio de armas*” (Byrne, 2011, p. 41).

¹⁰²⁰ De acordo com as recomendações internacionais. Cf. (F. Lopes & Correia, 2004).

¹⁰²¹ Cf. (Gracia, 1992).

¹⁰²² Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

¹⁰²³ A obra tem início em junho de 2010 e termina em dezembro de 2012.

¹⁰²⁴ Cf. (Léon, 2013; Marconi, 1999).

Também as caleiras e o sistema infraestrutural de drenagem seriam recuperados, por um canal inferior em betão e revestido por uma tampa na mesma pedra do pavimento. O canal seria instalado após uma escavação localizada e para o efeito, sempre precedida de avaliação arqueológica, pelo que se optou por reduzir ao mínimo possível a sua profundidade, bem como com a escavação feita para instalar as caixas para o pavimento de pedra e de saibro. As tampas das caleiras seriam perfuradas, na eventualidade de se poder instalar sistemas de arrefecimento do pátio, como o *sistema de nebulização*, a pensar nos meses de maior calor que ali se fazem sentir com bastante intensidade.

Por esse mesmo motivo, decidiu-se fazer a plantação de dois alinhamentos de árvores, paralelamente à fachada do Colégio de São Pedro, permitindo aos utilizadores do pátio “*encontrarem uma sombra acolhedora, descansar um pouco, conversar tranquilamente, desfrutar da enorme beleza do espaço ou deslumbrar-se com a magnífica vista do vale do Mondego*” (Byrne, 2011, p. 41).

A intervenção previa, também, a instalação de infraestruturas que possibilitassem uma rápida, “*fácil e temporária adaptação a situações de adequado interesse cultural e turístico, como eventos académicos, instalações expositivas, espectáculos musicais*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012i, p. 160).

Já a intervenção para a requalificação das Escadas de Minerva assumia-se como estratégica numa lógica de promoção da continuidade espacial entre a Alta de Coimbra e o Paço das Escolas, uma vez que estas dão acesso direto ao pátio.

Considerações finais

Fazer projeto no contexto do património exige uma equipa muito alargada e multidisciplinar, com grande incidência no seu próprio estudo devido à sua complexidade. Quanta mais informação estiver disponível, maior será a consciência do arquiteto para uma decisão que será, possivelmente, a mais solitária de todo o processo da intervenção no património; terá que absorver todas as perspetivas das outras áreas disciplinares, desde a história, à arqueologia, à engenharia e, depois, terá que decidir e assumir a continuidade do tempo.

As numerosas intervenções, acrescentos, restauros, transformações, adaptações e requalificações que ocorreram no conjunto arquitetónico do Paço das Escolas da Universidade de Coimbra, ao longo do tempo, permitem compreender a história não só do próprio como também da história da arquitetura e da construção. São também testemunhos da contínua utilização dos seus espaços, cujas funções foram variando conforme as necessidades, desde moradia régia a espaço de estudo. Espaços que se foram transformando para serem capazes de responder às exigências das diversas contemporaneidades até hoje e, por isso, património vivo que foi sendo legado de geração em geração e, sem constrangimentos nessa transformação enquanto parte do processo vivencial.

A clarificação espacial que o arquiteto Gonçalo Byrne imprime ao conjunto aumenta a dimensão institucional do Paço das Escolas. É, sobretudo, uma forma de refletir a importância referencial que este espaço tem, em particular, no contexto da história da cidade de Coimbra e do país, como meio qualificante da gestão patrimonial e da atividade didático-cultural da Universidade de Coimbra, enquanto promotora de valores vivos a legar para o futuro, conforme consta na justificação do *dossier* de candidatura da *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* à Lista do Património Mundial.

Byrne consegue, com a serenidade do traço, imprimir a sua interpretação ao espaço de agregação do conjunto edificado, o pátio, promovendo a adição de valor que cada elemento construído atribui ao principal núcleo histórico da Universidade, cuja carga simbólica podia ser fator de inibição, não só pela sua

vertente material, como também pela sua vertente imaterial. Pelo contrário, recusando a criogenização do património e após uma leitura crítica do conjunto, Byrne limita a exposição de toda a informação disponível, optando por valorizar o espaço de agregação dos volumes construídos com toda a sua dimensão de praça urbana, porque entende que é na possibilidade de utilização do pátio como espaço público que reside a sua democratização e contínua utilização.

Neste caso e sem preconceitos na transformação da perceção do espaço, o Pátio das Escolas, com as suas faixas pétreas sobrepostas a um fundo uniforme de saibro, constituem direções indutoras de percursos que, ligando pontos opostos, oferecem diferentes caminhos aos transeuntes. Neste pátio, como na vida, cada ser deve escolher em liberdade o seu trajeto de vida, sendo certo que em muitos dos aspetos, esse percurso pode ser, mais ou menos, confortável; deve ser o corolário do trabalho desenvolvido a montante, conscientes que o resultado é quase sempre a consequência do esforço prévio.

Percebendo quais os motores que ditam a busca do conhecimento, Gonçalo Byrne oferece aos transeuntes no Pátio das Escolas, a liberdade e o livre arbítrio, dando luz à sua carreira docente na instituição e transformando em tese pétrea os princípios que sempre defendeu na sua inestimável pedagogia.

Provavelmente, a bem da salvaguarda e preservação do património, cada geração deve ser mais do que um espectador, deve tornar-se ator e parte ativa interveniente na definição e construção das memórias que no futuro ajudarão a dar forma ao passado. Esta é a grande lição a retirar da aula que Byrne construiu no pátio onde, no início, se encontravam todos os saberes e para o qual foi construída a porta da Biblioteca Joanina que, ao transpor-se, permite à alma o conforto de todas as sabedorias.

7.3 A paisagem urbana histórica como valor de projeto urbano¹⁰²⁵

As consequências dos processos de patrimonialização sobre a cidade existente foram conseguidas em grande parte, pela influência que a Convenção do Património Mundial da UNESCO teve desde 1972. A urgência da abordagem para a conservação dos centros urbanos europeus, influenciada pela destruição causada durante as duas guerras mundiais, vai conduzir a anos de produção teórica e de pensamento sobre a conservação do património.

Os pedidos de inscrição de Centros Históricos na Lista do Património Mundial, a partir da década de 80 do século XX, foram altamente concorridos, tendo sido dos títulos mais desejados ao longo dos anos. Por tal facto, a partir de 2005, o Comité para o Património Mundial decide moderar o acesso à Lista, apesar de continuar a estimular e a promover as boas práticas de salvaguarda e proteção do património construído, nomeadamente, através de uma nova vertente que era preciso garantir na gestão do espaço urbano. A paisagem urbana histórica (Historic Urban Landscape – HUL) ganhava contornos teórico-práticos ao ser mais uma abordagem para uma gestão integrada e mais um critério de avaliação do espaço urbano, como forma de fomentar a sustentabilidade e o desenvolvimento das próprias cidades, ganhando o estatuto oficial de instrumento político de gestão patrimonial, pela UNESCO, em 2011.

Paisagem urbana é o resultado de várias intervenções num lugar, produto de transformações e ações sócio-político-culturais, ao longo do tempo. São somatórios de intervenções reveladoras dos esquemas mentais de cada época e período histórico. Uma paisagem é, neste sentido, um texto aberto à interpretação (Corner, 2002b) e, consecutivamente, aberto à transformação. Contudo, deve ser assumida a importância da proteção e da salvaguarda da sua imagem material para garantir que a sua vertente intangível, continue a ser o lugar-refúgio de identidade e a partilha da memória das suas populações.

Deste modo, qualquer intervenção em contexto construído deveria, por isso, estabelecer um enquadramento de abordagem, refletindo orientações, parâmetros e guias flexíveis aos entendimentos e assimilações de percepção da paisagem urbana, enquanto valor patrimonial a salvaguardar e proteger. Ao nível do contributo para a imagem geral do espaço urbano, podem ser apontadas questões básicas como escala, proporção, unidade, variedade, ritmo, repetição, alinhamentos, linhas de cumeeira, volumetrias, cérceas, aspetos construtivos, como os materiais de revestimento, e também, as vertentes territoriais, como as topografias, os perfis e o uso dos solos, enquanto protocolos de gestão do espaço urbano. Estes parâmetros, orientações e guias que foram sendo usados para construir a imagem, a identidade e a memória de qualquer cidade são, também por isso, dados incontornáveis para a equação do problema de intervenção em espaço urbano construído.

A abordagem da paisagem urbana histórica poderia facilitar o processo de projeto urbano, na intervenção na cidade, devido à sua capacidade operativa de integrar aspetos urbanos, culturais, históricos, sociais e ambientais, tendo em conta o planeamento e a gestão do desenvolvimento urbano.

Cabe-nos a nós, cidadãos, comunidades, gestores e técnicos do espaço público, garantir que esta possa ser mais uma oportunidade para se pensar a qualidade do espaço urbano das cidades que queremos para amanhã, com a expectativa de que será melhor do que aquela que existe hoje.

¹⁰²⁵ Este texto tem por base o artigo intitulado “A paisagem urbana histórica como valor de projeto urbano” (Capela de Campos, 2017a) realizado na qualidade de autora convidada e membro da Comissão Científica do *I Colóquio Ibérico de Paisagem: O estudo e a construção da Paisagem como problema metodológico*, publicado em *CIP Lisboa 2017 – 5ª Newsletter* em 03/01/2017 (Capela de Campos, 2017b) e depois integrado nas atas do Colóquio, sob a referência ‘post-it’ associada à condição e contexto do artigo (Fidalgo, 2017, p. 7).

7.4 Paisagem Urbana Histórica, a *Lusa Atenas* como matriz cultural de Coimbra¹⁰²⁶

Resumo

Este trabalho centra-se nas discussões promovidas e desenvolvidas, na última década, sobre a abordagem da Paisagem Urbana Histórica (PUH), no âmbito do Património Mundial (PM), tendo como princípio esbater as fronteiras, que ainda permanecem visíveis e invisíveis, entre os patrimónios e os espaços urbanos, para as transformar num lugar de encontro e de partilha de conhecimentos, de modo que, seja permitido pensar nos recursos do território de um modo sustentável, ao nível do seu planeamento e da sua gestão.

Num primeiro momento, a PUH é abordada pela sua perspetiva histórica, dentro do PM, desde a sua génese à definição concetual, em 2005, até à sua Recomendação, de 2011, enquanto abordagem operativa para a sua aplicação integrada nos sistemas de gestão e planeamento de áreas patrimoniais em assentamentos urbanos. Para tal, consideram-se os debates e textos técnico-científicos internacionais que, no contexto do PM, foram sendo realizados.

Depois, partindo do estudo de caso assente no processo de candidatura da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) a PM e do seu resultado – a sua inscrição na Lista do Património Mundial (LPM), em 22 de junho de 2013 – identifica-se de que forma é que a PUH, enquanto proposta de abordagem para a gestão e para o planeamento do espaço urbano onde um bem classificado está inserido, pode ser equacionada e integrada no seu contexto urbano.

Por fim, aborda-se uma proposta de uma ferramenta de projeto urbano, assente no sistema de vistas, para a monitorização e fiscalização de intervenções realizadas e futuras, sobre o contexto urbano material da UC-AS e, sobre a sua área de influência. Assumindo que quer o bem classificado quer a sua área de influência são parte de um todo, que deve ser integrado e não um somatório das suas partes constituintes, esta proposta de implementação do sistema de vistas deve auxiliar qualquer abordagem metodológica de gestão e planeamento do sistema urbano, mas também, deve ser entendida como uma ferramenta de auxílio para uma avaliação preventiva, em caso de possíveis intervenções que ponham em causa o equilíbrio da PUH da UC-AS.

Nesse sentido, o caso de Coimbra é privilegiado, pois permite avaliar a integridade dinâmica do seu contexto urbano, enquanto qualidade atribuída ao património que, desde 2013, tem mais uma realidade a considerar – a inscrição na LPM – e, com isso, novas formas de apropriação do espaço urbano e novos volumes de população a usar esse espaço.

Palavras-chave: Paisagem Urbana Histórica, *Lusa Atenas*, Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS), território de influência, matriz cultural do território, sistema de vistas.

¹⁰²⁶ Este texto tem por base o artigo submetido e aceite para publicação, intitulado “Paisagem Urbana Histórica, a *Lusa Atenas* como matriz cultural de Coimbra” referente à comunicação realizada e enquadrada no tema I: *Paisagens, patrimónios, turismo: recursos do território e sustentabilidade*, do XVII Curso de Verão: *Lugares e territórios: novas fronteiras, outros diálogos*, realizado na Guarda, entre 28 de junho a 1 de julho de 2017, organizado pelo Centro de Estudos Ibéricos e pela Universidade de Salamanca, com coordenação de Rui Jacinto (CEI), Valentín Cabero Diéguez, Ignacio Izquierdo e Maria Isabel Martin Jimenez (Universidade de Salamanca). Cf. (Capela de Campos & Murtinho, 2018b).

Introdução

Numa altura em que o território europeu atravessava algumas ameaças, com base em ataques de violência urbana, que visam colocar em causa os princípios de dignidade, de liberdade e de segurança do cidadão europeu – mas em geral e por extensão do Ser Humano – e também, para assinalar os cem anos sobre o fim da Primeira Guerra Mundial, o Conselho Europeu assumia uma posição bastante clara, ao estabelecer 2018 como o Ano Europeu do Património Cultural. Também em 2018, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o mundo comemoram os quarenta anos das primeiras inscrições na LPM. Num tempo de incertezas quanto ao futuro, uma certeza devemos ter: através do património cultural podem ser estabelecidos os discursos de paz e, por isso, qualquer comemoração de cultura é uma afirmação positiva sobre o futuro da e na humanidade.

O papel do património cultural sai mais reforçado, para se afirmar como um recurso no desenvolvimento de uma comunidade global de paz, construindo e reconstruindo pontes de diálogo que promovam a tolerância e a diversidade dos patrimónios do mundo e, assim, promover relações interculturais. Seguindo a mesma lógica e, por consequência, a proteção e a salvaguarda do património também saem reforçadas, como um eixo estratégico fundamental para o desenvolvimento das comunidades e dos seus territórios.

No entanto, o património cultural é um recurso não renovável, levando a que o tema da sua sustentabilidade assumia algum relevo nas práticas de investigação e nos estudos que vão sendo desenvolvidos a nível global, com mais evidência nas últimas décadas, nomeadamente, ao nível do PM, tendo em conta a sua gestão e o seu planeamento para futuro.

A inscrição de um bem na LPM, ou qualquer outra classificação patrimonial, implica algumas transformações para o desenvolvimento do seu contexto urbano. Por um lado, na sua vertente material, pelas condições consequentes dessa distinção internacional, com a introdução de políticas e dinâmicas de proteção e salvaguarda do património, na área classificada, mas também na sua área de influência urbana adjacente, que também vai absorver essas dinâmicas de intervenção, sobretudo, pela reabilitação dos seus espaços públicos e privados, assumindo uma contaminação positiva da atribuição do título. Por outro lado, também devem ser tidas em conta, as transformações decorrentes de um título PM, nomeadamente, na vertente imaterial do seu contexto urbano, ou seja, nas práticas e nos usos das dinâmicas socioculturais, que se verificam e manifestam no domínio do contexto urbano material, uma vez que, essa distinção internacional assume contornos de mediatização, à escala global, na promoção desses espaços físicos, que passam a ser procurados por um volume, cada vez maior, de população.

Todavia, a atribuição de um título pode induzir a uma criogenização dessas transformações, nomeadamente à possibilidade de atribuição de valor pelas novas gerações, características da evolução de um processo de desenvolvimento urbano, por lhe estar associado o valor patrimonial sem se considerar, que esse valor patrimonial também está sujeito a essa evolução, porque é parte integrante do sistema. Essa postura assente na criogenização desses espaços demonstra o entendimento a que está sujeita qualquer área patrimonial – que se deve demarcar com um limite claro e estático, dentro do resto do seu contexto urbano – e, por isso, o princípio da proteção e da salvaguarda do património é entendido como contrário ao desenvolvimento urbano.

Para rebater essa postura, têm contribuído algumas organizações e instituições internacionais, como a UNESCO, através dos seus Centro e Comité do PM, com os seus consultores – o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais de Roma (ICCROM) e a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) – e ainda, alguns parceiros, como o Conselho Europeu, que tendo em conta a evolução do pensamento sobre a

proteção e a salvaguarda do património, têm sobressaído pela produção de textos e recomendações que promovem a gestão patrimonial de modo integrado numa gestão para o desenvolvimento urbano sustentável.

Uma das propostas mais recentes para se considerar a problemática em torno da sustentabilidade e da gestão integrada, no âmbito do património cultural em contexto urbano, surge a partir da Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica (PUH) da UNESCO, de 2011.

Numa primeira instância foi um instrumento político para a necessidade de uma resposta aos acontecimentos e pressões de desenvolvimento a que as cidades estavam sujeitas na transição do milénio. Esta Recomendação da UNESCO caracteriza-se por promover uma abordagem multidisciplinar da gestão dos recursos urbanos, assentes no património, sobre uma plataforma de conjugação de vários *layers* multifuncionais, através da PUH, entendida como uma escrita da relação e da ação do ser humano com/sobre o seu meio ambiente.

A expectativa criada em torno desta abordagem era grande por ter sido considerado que, a PUH era capaz de ser um conceito operativo para traduzir o enquadramento das dinâmicas socioculturais num sistema abrangente territorial, que evoluía ao longo do tempo. De certa forma, a promoção para uma integridade dinâmica seria a grande mais-valia que a PUH introduzia na abordagem da gestão e planeamento do património em espaço urbano, ao considerar, em simultâneo, o binómio relações-ações verificadas entre a população e o território, tendo em conta o seu desenvolvimento integrado e sustentável. Talvez por ter acolhido e considerado os novos modos de vida – característicos de uma sociedade contemporânea – como parte da dinâmica da complexidade que os espaços urbanos vinham a enfrentar, que a abordagem da PUH pudesse ter sido extrapolada para outros contextos, como uma forma mais operativa de gerir e planear o espaço urbano, em geral.

A Paisagem Urbana Histórica, uma perspetiva histórica

A diversidade sempre se terá manifestado como uma realidade inerente à multiculturalidade das comunidades do mundo. Mas a sua consciencialização e o seu reconhecimento tendiam a ser, só há poucas décadas, estabilizados de modo oficial na tentativa global de democratização do património de e para todos, no âmbito do PM. As primeiras inscrições na Lista do Património Mundial (LPM), de acordo com as disposições expressadas na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (CPM1972), assinalavam o quadragésimo aniversário, em 2018. Todavia, logo na primeira década de inscrição de bens com Valor Universal Excecional (VUE) na LPM, o Comité do PM demonstrava algumas preocupações na sua capacidade em ser um inventário representativo, equilibrado e credível da diversidade cultural existente em todo o mundo¹⁰²⁷.

Para se equacionar tal propósito, era realizado um estudo pelo ICOMOS, entre 1987 e 1993, no sentido de se analisar e avaliar os resultados da LPM até então. Consequentemente, o objetivo geral do estudo pretendia ser operativo, para propor ajustes e correções nas metodologias e nas dinâmicas correntes em processos de inscrição de bens na LPM. Não obstante, acrescia um outro propósito à iniciativa – a adoção de uma Estratégia Global, no futuro (pelo Comité do PM). Tal propósito aspirava ser, precisamente, numa tentativa de tornar a LPM mais representativa, equilibrada e credível (World Heritage Committee, 1994).

¹⁰²⁷ O discurso oficial da UNESCO e do Comité do PM tinha sofrido uma evolução, que se verificava no documento (também evolutivo) que o exprimia – as *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention (Operational Guidelines)* – verificando-se uma evolução no conteúdo do discurso – conceitos e filosofias – e também na sua forma e organização dos temas. Para um maior desenvolvimento deste tema ver o artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, da Parte I, da presente tese.

No relatório final do estudo, apresentado em 1994, o ICOMOS referia, que a pobreza de resultados da LPM sobre a diversidade das manifestações culturais das comunidades/sociedades, em muito, se devia à divisão simplista do património entre cultural e natural¹⁰²⁸. Adicionalmente, o relatório alertava, ainda, para o facto de não estar a ser considerado que, em muitas comunidades/sociedades, a paisagem, ou criada ou habitada pelos seres humanos, era uma representação dos modos de vida das próprias comunidades que nela viviam e que, por isso, também deveria ser considerada como detentora de valor cultural.

A noção de património passava a centrar-se no contexto social do ser humano, com todas as suas complexidades e representações estabelecidas no espaço físico que o suportava. O relatório do ICOMOS alertava para que todas as manifestações, desde a arquitetura, a história, a arte, a arqueologia, as tradições, os usos e os costumes, das manifestações sociais em geral, que eram mantidas ao longo do tempo por uma comunidade eram, também, representativas da relação recíproca entre a comunidade e o espaço por ela habitado, manifestando-se no seu *ambiente físico e não-físico*.

Tendo em conta a evolução teórica que colocava a paisagem como produto cultural, desde 1984¹⁰²⁹, com estas observações, este documento do ICOMOS poderá ter sido um dos primeiros, no contexto do PM, a reclamar o reconhecimento destas manifestações enquanto resultados de processos culturais e, portanto, sujeitos a uma condição de transformação e de mudança, inerente a um processo evolutivo.

Em 1994, a LPM contava com 439 bens inscritos, sendo 326 culturais, 94 naturais e 19 mistos; 93 dos bens foram inscritos na categoria cidade. Ou seja, 74.26% de bens inscritos eram património cultural e, 28.53% desse património cultural eram cidades históricas. Ou seja, um número considerável dos bens inscritos (21.18%) pertencia à categoria *cidades históricas*, sem considerar as áreas e os monumentos urbanos que eram inscritos como património cultural, mas não estariam considerados na categoria cidade. Portanto, a maioria dos bens da LPM era património cultural em contexto urbano, o que colocava pertinência na questão relativa à sua futura gestão e manutenção, tendo em conta o próprio desenvolvimento urbano, que ia ganhando dinamismo através de vários setores económicos (Sonkoly, 2012, p. 20).

Já desde 1962 que, a UNESCO vinha lançando, através da *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios*, algumas preocupações quanto à proteção e salvaguarda destes patrimónios sujeitos a transformações com uma grande componente irreversível, pois, uma das características que definia o tempo pós-II Grande Guerra era a transição acelerada, que estaria patente na vida quotidiana e na cidade (Doxiadis, 1965). No texto, a UNESCO considerava que a salvaguarda das paisagens e dos sítios era essencial e necessária, tanto para a saúde e vida sociocultural dos seres humanos (que eram influenciados pelo ambiente físico), como para a sua própria riqueza (no plano das atividades económicas). Todavia, a UNESCO reconhecia, também, que as paisagens e os sítios estavam sujeitos a um rápido desenvolvimento e progresso tecnológico, sobretudo aqueles dos meios urbanos, devido à especulação do uso de solo para investimentos imobiliários – colocando em causa a imagem, a beleza e o carácter dessas paisagens e sítios. Por estes motivos e factos, os gestores e os decisores das políticas da cidade e do território deveriam assumir medidas de salvaguarda, não só para as paisagens e sítios, mas para

¹⁰²⁸ Quanto a esta divisão, o próprio Comité do PM, no segundo ano de inscrições de bens com VUE na LPM, em 1979, abria a possibilidade de inscrição de bens que se considerassem que fossem uma mistura de bens culturais e naturais. Todavia, esta especificação, na classificação do PM, ainda era reduzida, tendo em conta o relatório do ICOMOS. Cf. (World Heritage Committee, 1994)

¹⁰²⁹ No campo disciplinar da geografia, em 1984, Denis Cosgrove já defendia a paisagem como *produto cultural* (Cosgrove, 1998, 2002) e Augustin Berque assumia a paisagem na dualidade, *marca e matriz*, das ações do ser humano sobre o território (Berque, 1998). No início dos anos 90, no campo disciplinar da teoria da arquitetura da paisagem, Elizabeth Meyer e James Corner enfatizavam a ligação profunda entre a teoria crítica e o contexto social e político, no qual aquela era feita e usada, sendo que, esta ligação, enquanto mediação e reconciliação da paisagem com outras ideias culturais, fazia parte da própria sociedade, tendo em conta a evolução histórica dos processos e experiências relacionais entre a sociedade-paisagem e o seu papel ativo numa agenda político-social (Corner, 2002a, 2002b; Meyer, 2002; Swaffield, 2002).

a generalidade do território, de modo a prevenir e a corrigir alguma ação que prejudicasse ou destruísse a sua imagem (Lynch, 1989), beleza e carácter, enquanto valores reconhecidos. Deste modo, o planeamento urbano e a supervisão deveriam ser entendidos como medidas de salvaguarda, bem como o zonamento, que poderia escalonar as áreas mais sensíveis e suscetíveis a interferências externas, se para tal, tivessem sido definidas e estipuladas normas de controlo e de fiscalização que conseguissem impedir, ou pelo menos, minimizar as interferências prejudiciais ao conjunto em causa.

Pese embora estas recomendações de abordagem a esta problemática, desde 1976 que a UNESCO, através da *Recomendação sobre a salvaguarda e o papel contemporâneo das áreas históricas* (Carta de Nairobi), também estimulava o desenvolvimento urbano, de forma sustentável, equilibrada e em consonância com os modos de vida da sociedade contemporânea, uma vez que o espaço físico enquanto suporte de vida, deveria corresponder às necessidades demonstradas em cada contemporaneidade. Para tal equação, as *áreas históricas* e o seu contexto adjacente deveriam ser considerados como um todo, como refere a *Recomendação*. Assim sendo, o planeamento e a gestão dessas *áreas históricas* também deveriam ser coerentes numa perspetiva abrangente, assumindo a fusão das especificidades, diversidades e variações territoriais – pelas atividades humanas, pela topografia, pela organização espacial, pelos espaços construídos, pelas suas marcações visuais – de modo equilibrado, não assumindo o todo como uma soma de partes, sob pena de se introduzir fronteiras e limites espaciais, mesmo que invisíveis, dentro do território. Sob esta perspetiva e desde o primeiro instrumento de orientações operativas e técnicas para a implementação da CPM1972 de 1977¹⁰³⁰, que era solicitada a responsabilidade sobre o bem ao nível do seu planeamento num contexto territorial e da sua gestão futura, para além de detalhes de identificação e de medidas de proteção inerentes a bens patrimoniais.

A partir de 1984, não obstante os requisitos já exigidos, acrescia a solicitação de medidas preventivas – metodologias, procedimentos e contraordenações – para atuação em cenários de alteração, transformação ou prejuízo da paisagem do contexto urbano do bem. A oportunidade desta preocupação exigia que os proponentes fizessem um reconhecimento da circunstância territorial do bem, para que fosse tomada consciência do seu contexto urbano. Desse modo, era através de levantamento fotográfico, sobre as vistas panorâmicas de e para o bem, que se fazia esse reconhecimento do contexto – já não importava só o bem proposto; o seu enquadramento, a sua *skyline*¹⁰³¹ e paisagem urbana (*townscape*) também eram importantes para o seu entendimento e reconhecimento, a partir e para além dos seus limites estipulados.

A partir de 1997, todas estas solicitações e informações sobre o bem candidato passavam a ser obrigatórias, apresentando uma estrutura específica, que ia sendo cada vez mais detalhada e relevante para informar e clarificar a pretensão (Capela de Campos & Murtinho, 2017d). Deste modo, ao nível das candidaturas de bens para inscrição na LPM, o escalonamento do nível de preocupação sobre a relação entre o bem e o seu contexto urbano, ia sendo mais exigente e específico, ao longo dos anos, uma vez que se verificava uma pressão crescente nos processos de desenvolvimento local e regional, para atingir os padrões de globalização económico-financeira.

¹⁰³⁰ O primeiro rascunho de trabalho do documento das *Operational Guidelines* datava de 30/06/1977 e a primeira versão oficial do texto datava de 20/10/1977. Cf. “Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, da Parte I, da presente tese.

¹⁰³¹ Como referia Spiro Kostoff, o termo *skyline*, tradicionalmente, referia-se à *linha onde a terra e o céu se encontram* (Kostof, 2009, p. 279). Kostoff apontava duas maneiras de se definir as características de uma *skyline*: ou pela paisagem, onde a topografia tinha um papel essencial, ou pela marcação territorial através de elementos construídos (Kostof, 2009, pp. 288–309). Nesse sentido, uma *skyline era uma assinatura urbana*, com todas as suas marcações territoriais distintivas – enquanto definidora de forma era capaz de constituir uma identidade urbana e, em simultâneo, atribuir uma capacidade de crescimento urbano (Kostof, 2009, p. 296). Não obstante a sua especificidade, ainda se constituía como elemento de uma construção cultural, próprio da realidade do cidadão ou do caminhante, que percorrendo o espaço urbano, ia conhecendo e reconhecendo os vários elementos que compunham o espaço, distinguindo-se este, por tais factos, dos demais. Cf. (Kostof, 2009).

As paisagens urbanas, enquanto registos dos usos e das impressões das suas populações ao longo dos tempos, não tinham sofrido grande impacto, até às décadas finais do século XX, mantendo as características morfológicas das cidades, no geral, com poucas variações (Conzen, 2004). Estas premissas eram verificadas, principalmente, nos seus espaços urbanos antigos e, por isso, estes espaços, comumente denominados *Centros Históricos*, evidenciavam o processo histórico das transformações que iam sendo realizadas, por necessidade, em cada contemporaneidade, mas de modo a não alterar a paisagem urbana do contexto territorial, deixando visíveis os estratos de intervenções de todas as épocas como um *palimpsesto* (Corboz, 1983). À paisagem urbana podia ser atribuído, assim, um valor de autenticidade representante da evolução à qual havia sido sujeita.

Todavia, a partir dos anos 80, era sobre as cidades que estes impactes se verificavam com maior intensidade, principalmente, pelo setor da construção, que conhecia períodos de forte ascensão, com produção de muita riqueza, sendo assumido como uma alavanca da economia global e alterando o paradigma do planeamento urbano (Sonkoly, 2011). Ainda assim, essa riqueza seria feita à custa de valores essencialmente sociais e culturais, o que seria prejudicial para as cidades e para os espaços urbanos: os centros antigos, com um forte cunho sociocultural, tinham sido abalados por fenómenos de abandono e de gentrificação, bem como os próprios limites das cidades que tendiam a crescer. A transformação morfológica dos espaços urbanos e das suas dinâmicas, em geral, contribuía para a alteração da imagem e da configuração espacial das cidades, colocando a sua integridade visual em causa, com alterações da *skyline*.

As permanências que tinham sido referências identificadoras do lugar, ao longo dos séculos, estavam em risco de serem transformadas ou destruídas, sob a perspetiva de uma modernização *high-tech* do espaço da cidade. Além disso, essas transformações também eram assimiladas pelas populações que atuavam nesses espaços e lugares urbanos. Transformava-se o lugar, transformava-se a população, pois “*o lugar é considerado o suporte essencial da identidade cultural, (...) que ancora a pessoa humana (...) na sua geograficidade*” (Le Bossé, 2013, p. 225).

A UNESCO e o PM entendiam que estas transformações operadas nas cidades, nos seus espaços e lugares urbanos, trariam consequências irreversíveis, sobretudo para aquelas que se caracterizavam por um maior cunho sociocultural e, também, para aquelas que já estavam inscritas na LPM (Cameron, 2008; UNESCO, 2009), se não fossem adotadas medidas de contenção, salvaguarda e proteção. Por norma, os bens e sítios PM eram (e são) espaços mais sensíveis e suscetíveis de sofrerem maiores danos materiais quando as ações de proteção e de salvaguarda tendiam a falhar, em grande parte, devido à falta de vontade ou de eficiência na prevenção, sobretudo nos seus processos de planeamento e planos de gestão, quando não eram devidamente equacionados ou quando não lhes era dada a devida importância.

Todavia, a transição do milénio conhecia um novo caso que alterava o modo de se encarar e confrontar os processos de desenvolvimento urbano, que faziam pressão sobre as dinâmicas políticas de gestão das cidades e que, por isso, se tornava num novo paradigma: o caso de Viena.

A Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica

Em 2001, o Centro Histórico de Viena foi inscrito na LPM.

Em simultâneo, a cidade precisava de reabilitar a sua plataforma intermodal de transportes urbanos e o local escolhido para essa intervenção era a antiga estação de comboios. Esse equipamento localizava-se dentro do limite estabelecido pela área de proteção do bem PM. O projeto inicial consistia num aglomerado de edifícios em torre, com uma escala altimétrica e volumétrica bastante pronunciada e divergente do

existente, alterando a paisagem urbana e a *skyline* da área classificada e, por consequência, da cidade. De tal forma, terá sido considerada grave essa possível intervenção, que em 2002, era considerada a hipótese de se retirar o Centro Histórico de Viena da LPM. O projeto foi alterado e construiu-se o que existe hoje (*Wien-Mitte*).

Todavia, este caso terá atingido o limite daquilo que era aceitável pelo PM¹⁰³², em relação às tensões existentes entre o desenvolvimento local e os processos de globalização, que estavam a acontecer, de modo transversal ao território urbano, sobretudo europeu, na transição do milénio. O caso de Viena constituía-se como paradigmático, sendo um alerta para uma realidade que, apesar de não ser alheia ao PM, ganhava protagonismo nos debates internacionais sobre os centros urbanos e as cidades e criava impacte político nas suas dinâmicas de gestão e de desenvolvimento¹⁰³³.

Em 2005 era adotado o *Memorando de Viena*¹⁰³⁴, uma reação direta ao processo de avaliações e negociações da ocorrência do caso concreto, que resultava de uma conferência internacional, promovida pela UNESCO, sob o tema “Património Mundial e Arquitetura Contemporânea”. Por princípio, o objetivo da conferência não passaria por banir qualquer intervenção na cidade existente, pois tal formulação iria contra os princípios já defendidos em recomendações, textos e cartas anteriores. De facto, o propósito da conferência passava por propor novas perspetivas sobre a abordagem às novas necessidades e aos novos programas tendo em conta o resultado da integração da arquitetura contemporânea na cidade existente. Paulatinamente, os pressupostos de proteção e salvaguarda do património iam sofrendo transformações perante a consciência da totalidade do sistema urbano, da sua complexidade e do seu dinamismo que estavam sujeitos a uma evolução contínua.

O PM tentava dar resposta à dificuldade verificada, quer na definição concetual quer nas práticas e metodologias, de modo que fosse traduzida a problemática associada e equacionada, a partir dos casos inscritos na LPM. Deste modo, seria a partir da conjugação e da miscigenação teórico-concetual com a prática, que era desenvolvido um conceito que se pretendia operativo – *paisagem urbana histórica* – e que se apresentava como uma abordagem aglutinadora de várias perspetivas e textos, desde a *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios* de 1962 até ao *Memorando de Viena* de 2005.

Se durante várias décadas, o PM tinha promovido investigação e debates internacionais, sobre conceitos e metodologias de atuação de proteção e salvaguarda para os sítios e bens com VUE, que eram o principal foco de preocupação, a partir do novo milénio, as preocupações do PM ganhavam outra dimensão e abrangência. O enquadramento e a integração do bem no seu contexto urbano passaria a ser uma premissa fundamental para garantir uma adequada metodologia de proteção e salvaguarda, na futura gestão do bem¹⁰³⁵.

¹⁰³² Desde 2017 que o Centro Histórico de Viena está inscrito na LPM em Perigo.

¹⁰³³ Cf. (Rössler, 2015).

¹⁰³⁴ O caso de Viena era o motivo da primeira conferência específica sobre o tema, dando origem ao *Vienna Memorandum* (World Heritage Committee, 2005), considerado como a primeira tentativa de definição do conceito PUH. Cf. (Bandarin & Oers, 2012; Sonkoly, 2011; Veldpaus, 2015).

¹⁰³⁵ A discussão em torno da integração do património no planeamento, gestão e desenvolvimento urbano tinha vindo a ser sublinhado em vários documentos internacionais, como já foi referido, desde os anos 60 do século XX. Todavia, a particularidade da discussão sobre a realidade na transição do milénio, a incidir sobre o tema da PUH, da sua sustentabilidade e da sua gestão para o futuro, vinha a repercutir efeitos junto do Conselho Europeu, da UNESCO, do ICOMOS e outras entidades internacionais: 2005 era um ano produtivo em documentos e instrumentos internacionais que refletiam esta preocupação. Para além do já citado Memorando de Viena, o Conselho Europeu adotava a Convenção-Quadro de Faro relativa ao valor do património cultural para a sociedade, onde se declarava que o “o património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspectos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo” (G. d’Oliveira Martins, 2009b, p. 159); e o ICOMOS adotava a *Declaração de Xi’an sobre a conservação do contexto/ambiente de estruturas, sítios e áreas patrimoniais*, onde se declara que “beyond the physical and visual aspects, the setting includes interaction

O PM empenhava-se no trabalho de promoção de planos de gestão e de planeamento integrado, no âmbito dos planeamentos locais e regionais, por ações de sensibilização, de formação, de comunicação e de recomendação. Esta promoção passava pelo reconhecimento da falta de articulação entre as dinâmicas de gestão dos bens PM com a gestão e planeamento das suas áreas adjacentes – tanto ao nível físico, como ao nível sociocultural – como se fossem realidades distintas. Neste sentido, estas barreiras ou fronteiras invisíveis ainda podem subsistir, no modo como se enquadra a abordagem a essa realidade – que é só uma – num contexto territorial.

Em 2011, a UNESCO promovia a *Recomendação sobre a PUH*, que ganhava um estatuto de instrumento político, no enquadramento de uma gestão patrimonial integrada. Tornava-se essencial, por isso, esclarecer de modo exigente a definição concetual¹⁰³⁶ desta nova abordagem, sobretudo, devido às circunstâncias verificadas nos desenvolvimentos urbanos contemporâneos, na transição do milénio – período em que as tensões entre o desenvolvimento local e os processos de globalização se intensificavam. Por ser um tema quase transversal ao contexto do desenvolvimento urbano europeu, o paradigma presente no caso de Viena reconhecia tanto a urgência como a necessidade de um debate específico sobre o tema e sobre as suas implicações e consequências no futuro.

A Recomendação definia a PUH como sendo a área urbana entendida como resultado de sucessivos *layers* históricos de atributos e valores culturais e naturais, que para além da noção de ‘Centro Histórico’ ou ‘conjunto’, se enquadravam num contexto urbano mais alargado na sua condição geográfica¹⁰³⁷. Ou seja, o entendimento sobre a PUH era o reflexo da evolução histórica e da expansão concetual sobre o património cultural, codificado pelo desenvolvimento social, cultural e económico, que se manifestava, atuava e surgia nas dimensões material e imaterial do território e, conseqüentemente, representativo do estágio intelectual de cada contemporaneidade (Capela de Campos, 2017a, p. 67; Oers & Roders, 2012; Sonkoly, 2011; UNESCO, 2011, 2012, pp. 50–55).

Desta forma, este resultado conferia uma identidade ao território, dotada de elementos e características inerentes a si próprio e à sua circunstância, dotando o território de uma singularidade distintiva de qualquer outra. Tal facto constituía essa identidade como uma *construção cultural* (Corrêa, 2013, p. 61), onde o espaço visado se transformava num lugar, no qual os seus habitantes (*insiders*) e todos os outros (*outsiders*) reconheciam essa sua singularidade, tanto funcional, como morfológica ou até simbólica (Relph, 2008).

Sob esta leitura, a PUH podia ser considerada como uma matriz cultural do território (Capela de Campos & Murtinho, 2017a), sendo que uma matriz confere o grau de unidade a um sistema, como um território, a partir da qual, se podem gerar, estabelecer, potenciar ou intensificar inter-relações entre os seus componentes e elementos. Apesar da complexidade associada a um território, uma leitura e análise da sua matriz cultural permitia verificar as inter-relações entre população-território e, conseqüentemente, estabelecer princípios que possibilitassem potenciar e promover ações para a sua identificação e para a sua apropriação pela população.

A promoção e o fortalecimento da inter-relação entre a população e o território potenciava uma base ao nível do conhecimento emocional¹⁰³⁸, para que a PUH se constituísse como uma plataforma

with the natural environment; past or present social or spiritual practices, customs, traditional knowledge, use or activities and other forms of intangible cultural heritage aspects that created and form the space as well as the current and dynamic cultural, social and economic context? (ICOMOS, 2005, p. 2).

¹⁰³⁶ Cf. (Jokilehto, 2010).

¹⁰³⁷ A Recomendação sobre a PUH define-a como “*the urban area understood as the result of a historic layering of cultural and natural values and attributes, extending beyond the notion of “historic centre” or “ensemble” to include the broader urban context and its geographical setting*” (UNESCO, 2011, p. 3, 2012, p. 52).

¹⁰³⁸ A propósito de se fortalecerem os laços emocionais entre a população e o território, através de ações e práticas de *conhecer para compreender*, verificava-se que *o património cultural não define identidades estáticas*. Como já tinha sido referido no artigo

interdisciplinar, onde seria possível estabelecer correlações entre as várias dinâmicas existentes nos *layers* que a compunham: tanto aqueles da sua vertente material – espaços construídos ou naturais – como os da sua vertente imaterial – usos, vivências, tradições e costumes – e, assim, contribuir com conteúdos pró-ativos para uma gestão sustentável do território. Este aspeto tornava-se relevante e pertinente pois conduzia a um objetivo de planeamento e de gestão integrada do património, numa escala urbana mais ampla e com perspetiva territorial, extrapolando claramente a própria área patrimonial. Ou seja, a abordagem da PUH permitia ter uma visão de planeamento e gestão mais inclusiva, quer ao nível do contexto urbano social, cultural, económico e ecológico, enfatizando que os processos de transformação e de desenvolvimento faziam parte integrante da evolução normal de um sistema urbano, ao longo do tempo (Veldpaus, 2015, pp. 48–49).

Todas estas novas perspetivas centradas na maior qualidade de vida das populações vão permitir que no futuro, no campo da gestão do património, seja expectável que haja mais desenvolvimento ao nível de uma transformação de pensamento e de consciência sobre as dinâmicas e sinergias criadas pelos processos patrimoniais, capazes de promover, conseqüentemente, uma transformação nas abordagens e nas metodologias de proteção e salvaguarda do património, do que propriamente sobre o património em si.

Tendo em conta estas considerações – e antecipando que o conhecimento teórico pode surgir de acontecimentos reais e de atuações e casos práticos –, considera-se que o caso da candidatura da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) à LPM, que ocorreu em simultâneo ao desenvolvimento do processo de definição da PUH e de toda a sua envolvimento, pode contribuir com algumas possibilidades de abordagem à avaliação e à monitorização dos processos de intervenção urbana, para uma gestão integrada das áreas patrimoniais no espaço urbano.

Lusa Atenas, a matriz cultural do território de Coimbra

Durante séculos, a imagem urbana de Coimbra definida pela Alta e pela Baixa até à margem do rio Mondego – conformada entre a baixinha e o Jardim Botânico e, encimada pela plataforma de Minerva com o Paço e, mais tarde, a Torre da Universidade –, denominada como a *Lusa Atenas*¹⁰³⁹, era a representação recorrente da paisagem urbana da cidade¹⁰⁴⁰. Sobre as águas do Mondego, a *Lusa Atenas* vinha sendo associada, inequivocamente, à Universidade e à própria cidade. A paisagem urbana da colina da Alta assumia um papel central na representação, com o casario a descer até ao rio e coroada com o complexo do Paço das Escolas, colégios e edifícios universitários, constituindo-se como uma constante no imaginário daqueles que a referiam, a cantavam, a pintavam, a representavam, vezes sem conta ao longo dos tempos.

“Património Mundial: democracia e diversidade”, no capítulo 2, da Parte I, da presente tese, seria pela incorporação das novas realidades e dos novos modos de uso contemporâneos que se iam estabelecendo e criando laços emotivos de pertença a um lugar, pelas populações que o viviam. Era na continuidade da utilização desses espaços que definiam e iam constituindo a memória e a identidade do presente para o futuro – como “*máquinas de memória*”, como defendia Marc Guillaume (Guillaume, 1980) – que se ia estabelecendo esse conhecimento e, paulatinamente, adquirindo essa compreensão necessária à criação desses elos. Consultar a propósito o nosso artigo “O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial”, no presente capítulo.

¹⁰³⁹ O epíteto que recorrentemente vem caracterizando Coimbra, *Lusa Atenas*, terá origem difusa. Todavia, Pedro Dias defendia que, “*se o conceito de Lusa-Atenas é quinhentista, o termo específico só se vulgarizou, no fim do século de oitocentos*” (P. Dias, 2010, p. 3), havendo, inequivocamente, a “*comparação de Coimbra com a mítica capital da Grécia, pátria de poetas, historiadores, filósofos*” (P. Dias, 2010, p. 4).

¹⁰⁴⁰ Até ao início do século XX, a representação da cidade fazia-se sobre a área compreendida entre o rio, a abaixo a Alta e as ensanches oitocentistas implementadas na Quinta de Santa Cruz (Avenida Sá da Bandeira, Praça da República e Bairro Sousa Pinto) até ao Convento de Santa Ana e penitenciária, como se verificava na publicação *Spain and Portugal: Handbook for Travelers*, de 1908, publicado por Baedeker. Cf. (M. Macedo, 2006, p. 125).

Uma identidade espacial criada, recriada e rememorada, ao longo dos séculos e que, também, seria representativa do interesse da sua população em cada contemporaneidade¹⁰⁴¹ (Fig. 71).

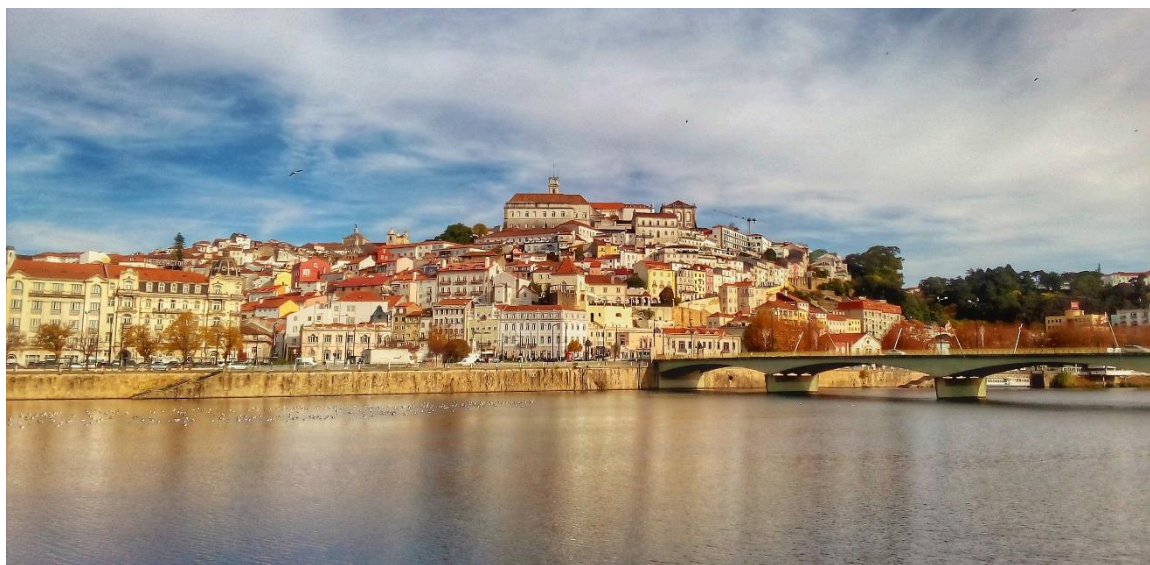


Fig. 71 – Referência da paisagem urbana histórica de Coimbra. Fotografia: JCC, 2016.

Não seria inconsequente que Coimbra se tenha constituído “*um caso raro, senão mesmo único, do urbanismo português, em que no seu conjunto uma cidade se transformou numa estrutura mono-funcional, quase um equipamento por alguns séculos*” (Rossa, 2001, p. 11). Seria pelo papel desempenhado pela Universidade, na estabilização do contributo sócio-político-económico-cultural que havia imprimido a Coimbra e na constante que havia sido o valor refúgio da imagem da Lusa Atenas ao longo dos séculos, que se poderá compreender que tivesse recaído, sobre a Universidade, a responsabilidade de uma candidatura patrimonial à UNESCO¹⁰⁴². Em 22 de junho de 2013, o VUE do bem UC-AS era reconhecido, sob os critérios (ii), (iv) e (vi)¹⁰⁴³, passando a integrar a LPM.

Tendo em conta a sua definição, a PUH de Coimbra onde se inseria o bem UC-AS, espacialmente, seria constituída num contexto urbano mais alargado do que aquele pelo qual era imediatamente reconhecida. Esta matriz cultural do território da cidade, condicionante da forma urbana e, ao mesmo tempo, condicionada por ela, podia ser considerada tanto pela sua valência material como pela imaterial (Capela de Campos & Murtinho, 2017a). Ao se equacionar o contexto urbano numa valência material, esta poderia ser verificada no espaço físico do bem classificado PM com 117 hectares – quer na área do bem UC-AS (35,5 hectares), quer na sua zona de proteção (81,5 hectares) (Fig. 72) – e na sua área urbana de influência – que se delimitava pelas linhas de cumeeira envolventes à colina da Universidade, para constituir a plataforma de estudo Alta/Baixa/Santa-Clara. Considerando o seu contexto urbano refletido numa valência imaterial, tal poderia ser verificado através das dinâmicas socioculturais e dos usos que se iam estabelecendo e sendo

¹⁰⁴¹ Dias verifica que, desde quinhentos, há “*claramente, a declaração da consciência do valor do Saber e da sua preponderância em relação a todas as coisas. O Saber é o maior tesouro do homem, que pode utilizar para o bem ou para o mal*” (P. Dias, 2010, p. 5).

¹⁰⁴² O processo de candidatura de Coimbra a PM teve início em 1982, podendo ser verificadas três fases: 1) de 1982 a 1998, onde várias áreas da cidade foram equacionadas para candidatura, sendo identificados diversos proponentes, desde Matilde Sousa Franco (em 1982 era a Diretora do Museu Nacional de Machado de Castro) à Câmara Municipal de Coimbra; 2) de 1998 a 2003, uma fase mais introspetiva e preparatória para uma candidatura da Universidade; e 3) de 2003 a 2013, com o desenvolvimento da candidatura da UC-AS à UNESCO, até à sua inscrição na LPM a 22/06/2013 (World Heritage Committee, 2013, pp. 208–209). Para uma leitura mais aprofundada sobre o processo de candidatura de Coimbra a PM consultar o capítulo 3, da Parte II, da presente tese.

¹⁰⁴³ Sobre este tema, ver o artigo “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos”, no capítulo 3, da Parte II, da presente tese.

realizados na valência material dos espaços urbanos, traduzindo para o espaço físico as novas formas de estar e de viver a cidade.

Alguns acontecimentos visíveis terão sido determinados durante e pelo processo de candidatura de Coimbra a PM (1982-2013), no contexto urbano definido, por ser um espaço privilegiado para se criar sinergias capazes de correlacionar a dinâmica comunidade-território. A proteção e a salvaguarda de patrimónios ou a reabilitação e a requalificação de equipamentos e espaços públicos ou áreas urbanas podem ser verificadas, por toda a área afeta à área PM. Mas também podem ser verificadas ações de proteção e salvaguarda, de requalificação e reabilitação em espaços dentro da área urbana de influência e adjacente à área PM, como a zona ribeirinha, frente de rio ou ainda a margem de Santa Clara¹⁰⁴⁴.

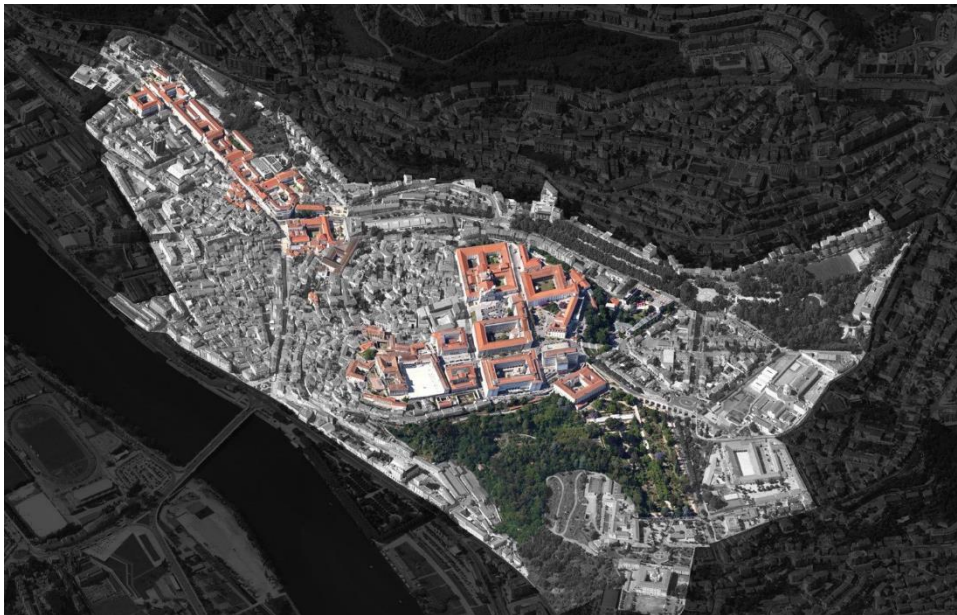


Fig. 72 – Localização da área UC-AS e zona de proteção, na LPM. Referência: Hugo Andrade, GNI, UC¹⁰⁴⁵.

As transformações, que a cidade vinha a absorver em cada contemporaneidade, permitiam estabelecer continuidades urbanas de permanência, de atravessamentos e de vivência ao longo dos seus espaços, promovendo o conhecimento para uma compreensão do território, aos seus habitantes, residentes e utilizadores. Aqueles que promoviam, principalmente, o caminhar, o percorrer, o deambular pelo espaço urbano e que, em simultâneo, fortaleciam as suas continuidades, ou seja, *aqueles que participavam na ação da cidade* (Certeau, 1998) iam definindo protocolos de identidade ao longo do espaço, transformando o existente numa *condição de cultura* (Botta, 1996) e dinamizando as relações entre o indivíduo, a comunidade e a sociedade com o território. Práticas que, nesse sentido, permitiam criar uma diversidade de visões individuais – criando e estabelecendo laços comuns – e, por fim, definir o lugar com todas as suas características e especificidades que o tornam único – com uma singularidade.

O simples ato de conhecer o território, baseado nos princípios de perceção, de observação e de relação e em processos neurológicos de reconhecimento espacial¹⁰⁴⁶, utilizado desde sempre ao longo da história,

¹⁰⁴⁴ Cf. (Capela de Campos & Murtinho, 2017a).

¹⁰⁴⁵ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

¹⁰⁴⁶ A propósito deste tema ver as descobertas dos neurocientistas John O’Keefe, May-Britt Moser e Edvard Moser, sobre o sistema de posicionamento global interno, comumente designado por ‘GPS do cérebro’, pelas quais foram laureados com o Nobel da Medicina em 2014. A investigação apontava para que houvesse uma memória espacial, onde o sistema de posicionamento global interno permitia que um indivíduo estabelecesse, neurologicamente, um sistema de coordenadas de posicionamento espacial entre as suas próprias coordenadas e as de marcos territoriais relevantes, definindo a geometria do espaço, para se poder deslocar por entre esses marcos territoriais; paralelamente, ao integrar essa informação posicional na sua memória, permitia reutilizá-la no futuro, não só ao nível do posicionamento espacial mas também ao nível da experiência vivida nesse espaço. Cf. (Moser, Kropff, & Moser, 2008).

permitia alcançar o sentido de ordem e estabilidade ao longo do espaço e do tempo (Halbwachs, 1992). Os resultados de como esses atos de reconhecimento territorial iam sendo processados e transformados em conhecimento sobre o espaço, não só pela sua composição, organização e geometria, mas também, pela experiência da interação indivíduo-espaço, podiam assumir diversas formas, como foi reconhecido na Declaração de Xi'an: *registros formais e arquivos, descrições artísticas e científicas, histórias orais e conhecimento tradicional, perspectivas do lugar e das suas comunidades, bem como, análises de vistas* (ICOMOS, 2005, p. 2).

Para além de todas as manifestações enunciadas, o campo da arquitetura ensinava, há muito, a necessidade de usar o espaço – para além da questão física, havia ainda a questão dimensional espaço-temporal – para serem estabelecidas as inter-relações necessárias à compreensão do território onde estava inserido o património cultural. No entanto, era por se estabelecerem estas inter-relações entre o indivíduo/comunidade/sociedade com o território, em diversos locais e em diversos momentos, que se permitia ir estabilizando a PUH e salvaguardando a sua integridade e a sua autenticidade – que se assumiam como *dinâmicas*¹⁰⁴⁷, no processo evolutivo da criação de uma identidade do lugar e do seu contexto urbano. No âmbito do PM estão a ser desenvolvidas e estudadas algumas ferramentas, metodologias e taxonomias, que se pretendem operativas, para a aplicação da abordagem da PUH, na gestão e no planeamento integrado dos recursos patrimoniais e das dinâmicas urbanas, não tanto sobre as transformações que vão sendo realizadas sobre o território, mas sim, sobre a orientação e o enquadramento, em que essas transformações devem ser realizadas. Apesar de cada caso ser único, o processo de candidatura de Coimbra à inscrição na LPM não deixa de ser um laboratório, cujos resultados de experiências e dinâmicas próprias podem ser um contributo válido para futuras candidaturas semelhantes ou, ainda, para se poderem ajustar e melhorar metodologias e práticas utilizadas na gestão integrada de sítios classificados em contexto urbano e em futuras intervenções urbanas. Conforme já foi referido, será sobretudo um investimento na transformação das abordagens e, conseqüentemente, das metodologias de proteção e salvaguarda do património, do que um investimento sobre o património em si e, por isso mesmo, podem vir a ser extensíveis a qualquer contexto urbano.

Universidade de Coimbra – Alta e Sofia: o sistema de vistas

Em todos os processos de candidatura à LPM, havia entidades externas e conselheiras do Comité do PM, que faziam uma avaliação prévia dessas candidaturas e emitiam os respetivos pareceres, que serão tidos em conta, para o veredito final sobre a inscrição do bem na Lista. No caso de Coimbra, por a UC-AS ser um bem cultural, a entidade avaliadora era o ICOMOS, que antes de emitir o parecer final, questionara a candidatura sobre determinados aspetos que haviam suscitado algumas dúvidas, aquando a visita dos membros do ICOMOS a Coimbra, para uma Missão de Avaliação Técnica, realizada entre 17 a 23 de setembro de 2012 (ICOMOS, 2013, pp. 198–206).

Com 35,5 hectares de área PM (sendo 29 hectares dessa área na Alta e 6,5 hectares na Sofia) e com 81,5 hectares definidos pela sua área de proteção, perfazendo um total de 117 hectares de bem inscrito na LPM verificava-se que a extensão do bem era considerável. No entanto, devido à circunstância topográfica do bem proposto, a dimensão e os limites da área de proteção do bem, bem como, a sua gestão futura foram questionados, por carta. Na segunda carta trocada com a delegação de Portugal na UNESCO, datada de 20/12/2012, por considerar que eram necessários alguns esclarecimentos relativos, precisamente, aos limites da área de proteção do bem proposto, o ICOMOS questionava o Estado-parte se não seria de

¹⁰⁴⁷ A propósito do conceito ‘integridade dinâmica’, cf. (Zancheti & Loretto, 2015).

reconsiderar expandir esses limites propostos devido à topografia do lugar e, assim, poder incluir todas as áreas que são relacionadas visualmente com o bem, cujo futuro desenvolvimento poderia vir a ter um impacto visual significativo (ICOMOS - Regina Durighello, 2012).

Um dos propósitos das questões levantadas colocava-se porque, topograficamente, sobretudo na área candidata da Alta, o bem apresentava uma implantação estratégica e privilegiada em relação ao seu contexto urbano. Além desse facto, as experiências dos casos do *Wien-Mitte* (Viena) ou os enquadramentos da Torre de Londres e da catedral de Colónia, ainda não haviam sido apagadas da memória. Tendo em conta a conjuntura dos desenvolvimentos teórico-conceituais dos últimos anos no PM, bem como a evolução das exigências relativas à gestão futura dos bens, desenvolvidas nas *Operational Guidelines*, a preocupação do ICOMOS mostrava-se sobre a possibilidade de qualquer intervenção ou transformação potencial poder ocorrer no contexto urbano do bem candidato mais abrangente. Em consequência, essa intervenção poderia prejudicar a integridade do bem, sobretudo, a visual e, por conseguinte, a integridade da paisagem urbana, da qual fazia parte integrante e ainda, no limite, pelas alterações que poderia impor à imagem da própria cidade.

A RUAS – Associação Univer(s)cidade¹⁰⁴⁸ (gestora do bem UC-AS) respondia a todas as questões e dúvidas¹⁰⁴⁹, de forma justificada, recorrendo aos regulamentos e instrumentos legais em vigor à data, nomeadamente:

1) A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro e o Decreto-lei n.º 309/2009, de 23 de outubro – que estabeleciam a lei de bases e a sua regulamentação sobre o regime de proteção e valorização do património cultural português;

2) O Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afeta à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, incluindo a Zona de Proteção, publicado por Aviso n.º 2129/2012, no Diário da República n.º 30/2012, Série II de 10 de fevereiro e que, se encontrava em vigor desde Março de 2012;

3) O Plano Diretor Municipal de Coimbra (PDM), que estaria em fase de revisão, sendo expectável a sua conclusão até ao final de 2013 e a sua publicação em 2014¹⁰⁵⁰; e,

4) O Plano Estratégico para a Cidade de Coimbra, aprovado pela Câmara Municipal de Coimbra (CMC) e publicado no Edital n.º 21/2010, onde elencava os quatro grandes objetivos estratégicos para Coimbra¹⁰⁵¹, com a definição das Áreas de Reabilitação Urbana.

Estes quatro instrumentos seriam, de acordo com a resposta da RUAS, suficientes e adequados para garantir a devida proteção e salvaguarda do bem UC-AS, da sua área de proteção e da sua área urbana adjacente¹⁰⁵². Tal facto era corroborado pelos limites definidos nos vários instrumentos legais em vigor e

¹⁰⁴⁸ A RUAS – Associação Univer(s)cidade (Recrutar a Universidade, Alta e Sofia) foi fundada em 29 dezembro de 2011, pela UC, a Câmara Municipal de Coimbra (CMC), a Direção Regional de Cultura do Centro, com poder executivo e a SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana Coimbra Viva) sem poder executivo, por serem as quatro entidades com poderes e responsabilidades sobre a área candidata e, assim, poder ser feita uma gestão integrada. A RUAS contava com o trabalho de um quadro de técnicos, de áreas como arquitetura, engenharia civil, arqueologia, relações internacionais, administração pública e economia, previstos para os três Gabinetes Técnicos – de Estruturação Urbana (GTEU), de Acompanhamento do Plano (GTAP) e de Informação, Valorização e Salvaguarda (GTIVS), afetos à UC ou à CMC. Além disso, a RUAS contaria com o apoio de um quadro de peritos de várias entidades externas à estrutura de gestão (como do ICOMOS-Portugal, a título de exemplo). Cf. (RUAS - Raimundo M. Silva, 2012, 2013).

¹⁰⁴⁹ Cf. (RUAS - Raimundo M. Silva, 2013).

¹⁰⁵⁰ Tal como previsto, o PDM era anunciado por Aviso n.º 7635/2014, publicado no *Diário da República* n.º 124/2014, II série, de 01/07/2014.

¹⁰⁵¹ Os objetivos estratégicos estipulavam: A) o “desenvolvimento integrado dos activos da saúde, numa envolvente empresarial dinâmica”; B) a “densificação económica da região, com empresas integrando um elevado grau de I&D”; C) a “revitalização de Coimbra como destino turístico diferenciado” e; D) a “redefinição urbana da Cidade, potenciando os atuais vazios urbanos e privilegiando a centralidade do Rio Mondego” (Câmara Municipal de Coimbra, 2010b, pp. 21–24).

¹⁰⁵² A inscrição da UC-AS na LPM, em 22/06/2013, era publicada no Anúncio n.º 14917/2013, no *Diário da República* n.º 236/2013, Série II-B de 5 de dezembro, constituindo-se como mais um instrumento legal de proteção e salvaguarda da área PM.

pela sua gestão concentrada e integrada numa só entidade, a RUAS. Além disso, anexava um estudo¹⁰⁵³, para justificar que a combinação entre a proteção do bem UC-AS, com a proteção prevista no PDM – a definição da zona do Centro Histórico com os seus três graus de proteção – era a adequada e assegurava as preocupações sobre os possíveis impactes visuais que pudessem ser equacionados por qualquer intervenção na área urbana em causa.

Esse estudo baseava-se no sistema de vistas, ou seja, tudo aquilo que era visível a partir de vários lugares (*viewshed*), um sistema constituído por três elementos essenciais: um observador, um ponto ou lugar de observação e uma área de observação.

A área de observação era determinada com recurso a uma ferramenta de projeto urbano e de arquitetura paisagística – a Zona de Influência Visual (*Zone of Visual Influence – ZVI*), também denominada por Zona de Impacto Visual –, que se caracterizava por considerar a área geográfica que era visível a partir de um determinado ponto, a partir da qual se estabelecia uma bacia de visibilidade (*visual bay*), que era a área física, na terra, na água ou no ar, visível pelo olho humano (assumido, geralmente, com 1,65 metros de altura) a partir de determinado ponto ou lugar (Landscape Institute & Institute of Environmental Management and Assessment, 2013). Com a aplicação da ZVI verificavam-se as áreas privilegiadas de visualização e perceção, entre um lugar e o seu contexto territorial, permitindo, assim, avaliar e determinar as áreas sujeitas a um maior impacto visual em caso de intervenções urbanas.

Cada bacia de visibilidade era definida e registada segundo as coordenadas do ponto ou lugar de observação, sendo que, para o caso de estudo tenham sido escolhidos os lugares preferenciais de visualização sobre o bem classificado, como o caso de ruas, praças, percursos, eixos viários, miradouros, edifícios e espaços públicos, terraços, varandas ou colinas; mas também seriam identificados os lugares preferenciais de visualização do contexto urbano a partir do bem classificado.

Os procedimentos metodológicos aconteciam por várias etapas. A primeira baseava-se nos levantamentos cartográficos, topográficos e altimétricos do existente em modelação tridimensional, constituindo um Modelo Digital de Superfície (*Digital Surface Model – DSM*) incluindo todos os detalhes existentes à superfície terrestre (volumes construídos e vegetação), onde os dados eram recolhidos com o recurso a um Sistema de Informação Geográfica (*Geographic Information System – GIS*) e tecnologia LiDAR de leitura laser e introduzidos no modelo digital. Na segunda etapa, com o modelo tridimensional estabelecido, eram feitas as leituras de amplitude de visibilidade para vários pontos ou lugares de observação, previamente identificados, ou seja, para cada lugar escolhido era definida uma bacia visual, que determinava o alcance visual territorial desse lugar. Posteriormente, eram realizadas análises aos dados recolhidos e, através de sobreposições de resultados, verificavam-se as manchas que, em simultâneo, correspondiam à bacia de visibilidade comum, possibilitando, deste modo, definir uma maior ou menor amplitude visual entre os vários pontos de visualização para definir a magnitude da ZVI (Fig. 73).

As conclusões do estudo assumiam que a área de maior impacto visual passível de ser prejudicial ao bem UC-AS, correspondia à coincidência de área entre a magnitude da ZVI e os limites definidos pela área de proteção do Centro Histórico – definido no PDM – ficando, desta forma, justificada a não necessidade de expansão dos limites da área de proteção do bem UC-AS.

Todavia, a possibilidade de utilização desta ferramenta de projeto de um modo permanente, pelo menos, nestes contextos urbanos, deveria ser equacionado, tendo em conta as vantagens que apresenta (Capela & Murtinho, no prelo).

¹⁰⁵³ Cf. (Capela & Murtinho, no prelo; RUAS - Raimundo M. Silva, 2013).

O sistema de vistas estabelece o princípio do “ver e ser visto” em simultâneo, assumindo a sua valência pública e introduz o conceito de *inter-visibilidade* (Lalana Soto & Santos y Ganges, 2011), em que *a vista sobre o bem é essencial mas, a vista a partir do bem, também é relevante para a sua compreensão e identidade dentro do seu contexto urbano.*

A inter-visibilidade acrescenta uma complexificação na abordagem da compreensão e do entendimento do bem, uma vez que, a importância das vistas para além de refletirem princípios de composição visual inerentes à valência material do bem em si, também refletem os valores¹⁰⁵⁴ associados ao bem, mais subjetivos e sujeitos a escolhas e interpretações (Beaudet, 2008).

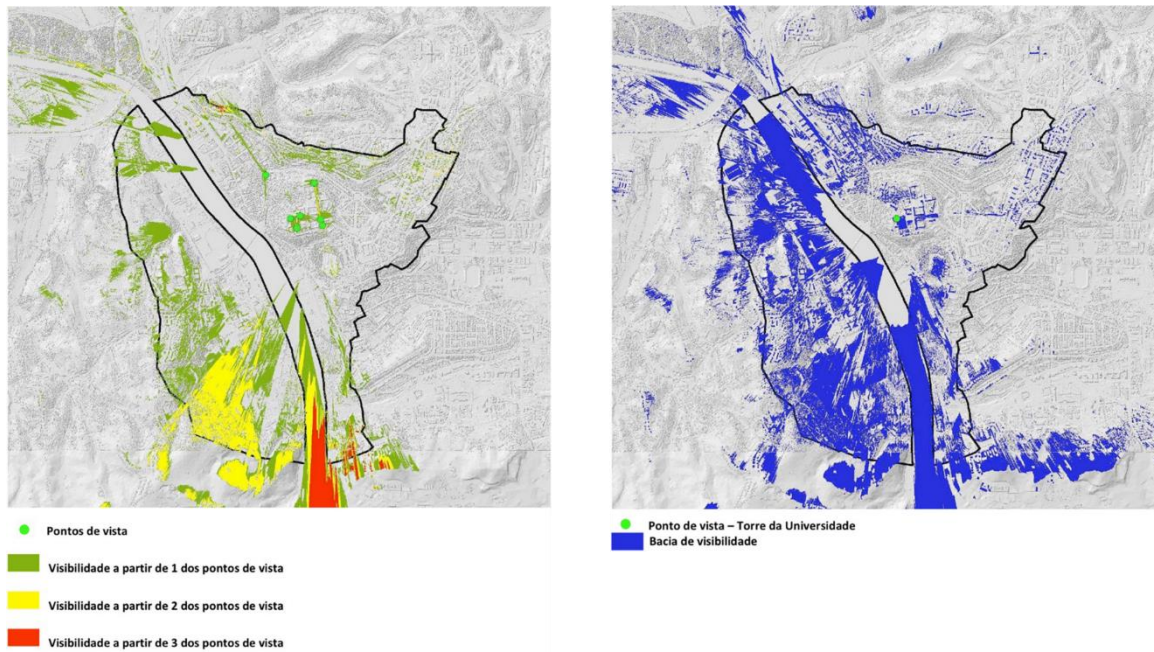


Fig. 73 – Bacia de visibilidade: amplitude de visibilidade para vários pontos e para a Torre da UC. Referência: RUAS, UC¹⁰⁵⁵.

Todavia, a inter-visibilidade também pode vir ser a democratização da monitorização e vigilância do bem classificado, aumentando os olhos que veem e observam¹⁰⁵⁶. Nesse âmbito, deveriam ser promovidos determinados locais dentro da área pré-estabelecida – neste caso, a plataforma Alta/Baixa/Santa Clara – tendo em conta a magnitude da sua ZVI, de modo a serem identificados lugares de observação relevantes, não só de compreensão do bem UC-AS no seu contexto urbano, como também, de monitorização e de vigilância sobre potenciais transformações da Lusa Atenas. A definição desses lugares deveria ter em consideração todos aqueles que demonstraram ser relevantes para a construção cultural que foi feita sobre o território, ao longo dos séculos, enquanto suporte da sua identidade cultural – a Lusa Atenas –, estabelecendo a *geograficidade* das suas população (Fig. 74). Tais lugares de observação relevantes deveriam ser de acesso público livre, garantindo a continuada realização de ações de observação pela população em geral, potenciando a monitorização e a vigilância das possíveis transformações ocorridas sobre a PUH. Desta forma, o ato de monitorizar e de vigiar o bem classificado realizado pela

¹⁰⁵⁴ Relembre-se que o tema geral do congresso científico e Assembleia Geral do ICOMOS, realizado em Florença entre 10 e 14 de novembro de 2014, tinha como título “Heritage and Landscape as Human Values”, sendo que o seu quinto sub-tema abordava, precisamente, “Emerging tools for conservation practice”, onde esta problemática estava a ser debatida. Cf. (Capela & Murtinho, no prelo).

¹⁰⁵⁵ Cf. (RUAS - Raimundo M. Silva, 2012, 2013).

¹⁰⁵⁶ Relembra-se, a propósito, a premissa de Jane Jacobs que defendia que a segurança da cidade depende dos olhos que por ela correm: “there must be eyes upon the street, eyes belonging to those we might call the natural proprietors of the street. The buildings on a street equipped to handle strangers and to ensure the safety of both residents and strangers must be oriented to the street. They cannot turn their backs or blank sides on it and leave it blind” (Jacobs, 1994, p. 45).

responsabilidade atribuída às entidades competentes, poderia beneficiar também dos levantamentos e registos visuais realizadas pela própria população (quer *insiders*, quer *outsiders*), uma vez que será a população quem percorre e usa os vários espaços no seu quotidiano e que, por isso, estará mais sensível às alterações sofridas no contexto urbano.

Qualquer análise técnica de monitorização, feita com recurso ao sistema de vistas em fase de projeto, pode proteger o bem e o seu contexto urbano de uma futura intervenção que pusesse em causa o equilíbrio da sua PUH. Esta metodologia de projeto pode ser utilizada como uma forma preventiva de proteção e salvaguarda do património, permitindo ser uma ferramenta operativa na gestão e manutenção dos bens classificados e do seu território de influência, mas também, na sustentabilidade do seu desenvolvimento expectável.



Fig. 74 – Vista do Choupalinho, sobre a colina central da *Lusa Atenas*. Fotografia: Manuel Ribeiro, GCU, UC¹⁰⁵⁷.

Considerações finais

Este trabalho centrou-se sobre a abordagem da PUH – no âmbito da gestão de bens inscritos na LPM – e sobre o seu entendimento, como uma possibilidade de pensar os recursos do território de um modo integrado, ao nível do seu planeamento e da sua gestão sustentável.

Num primeiro momento, considerou-se a noção da PUH, que vinha sendo abordada e desenvolvida ao longo das discussões e textos promovidos no âmbito do PM, pese embora, só com a discussão do caso de Viena, em 2005, se tenha assumido teórica e concetualmente; e, depois, com a Recomendação sobre a PUH, de 2011 da UNESCO, onde seria promovida uma abordagem multidisciplinar da gestão dos recursos urbanos, assente no património, sobre uma plataforma de conjugação de vários *layers* multifuncionais.

A promoção da continuidade espacial urbana e a incorporação das transformações necessárias para responder às novas exigências de uma vida contemporânea deviam ser assumidas, sem prejuízo de perturbar o equilíbrio da PUH da cidade. Desta forma, no exercício de desenho da cidade, deviam ser contemplados vários *layers*, que a abordagem da PUH considerava permitir correlacionar. Por um lado, pela continuidade do espaço, que podia ir desfazendo as barreiras e as fronteiras urbanas que, ainda tendem a subsistir no território e que deveria ser equacionado pela gestão e pelo planeamento do espaço urbano. Por outro lado, pela garantia de que as manifestações e representações sociais, bem como, os novos modos de vida e de consumo da sociedade contemporânea pudessem ser estabelecidos e incorporados nas relações sociedade-território, por ações de conhecimento, compreensão, apropriação, uso e pertença.

¹⁰⁵⁷ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

De certa forma, como foi referido, a grande mais-valia que os debates sobre a PUH introduzia na abordagem da gestão e do planeamento do património em contexto urbano era a promoção para uma integridade dinâmica e considerar, em simultâneo, o binómio relações-ações verificadas entre a população e o território. Assim, numa lógica de promover o desenvolvimento integrado e sustentável do contexto urbano, esses novos modos de vida da sociedade contemporânea eram assumidos como parte da dinâmica da complexidade que os espaços urbanos enfrentariam hoje. Talvez por haver essa interação dinâmica e abrangente entre os vários *layers* multifuncionais da PUH (quer os materiais, quer os imateriais) possa ser considerado que a sua abordagem se arrisque a ser extrapolada para outros contextos patrimoniais que não os do PM ou, até mesmo, poder ser considerada para todos os contextos urbanos independentemente da sua classificação patrimonial.

Num segundo momento considerou-se o caso da candidatura da UC-AS para inscrição na LPM – verificado em 22 de junho de 2013 – que foi contemporâneo ao processo de definição da PUH, como um laboratório de experiências privilegiado em acontecimentos relevantes para o tema, nomeadamente, pela intervenção e reabilitação de espaços e edifícios na sua área de influência urbana, potenciados pela candidatura e pelo título PM alcançado.

Topograficamente, o bem classificado UC-AS apresenta uma localização privilegiada sobre o seu contexto urbano. Tal facto, terá sido considerado essencial para a criação da sua identidade ao logo dos séculos, associada a um epíteto cuja noção remonta à estabilização da Universidade na cidade – a Lusa Atenas, constituindo-se a matriz cultural do território da cidade. Por ser um espaço de reconhecimento identitário e com uma forte valência cultural – não só pela vertente material, mas também pela vertente imaterial – estaria sujeito a todas as pressões especulativas e de globalização, que eram coincidentes aos centros urbanos, sobretudo, europeus com as mesmas características.

Por esta conjuntura, a PUH podia contribuir para a transformação das abordagens que se entendem prejudiciais ao contexto urbano onde o bem estava inserido e, conseqüentemente, questionar as metodologias de proteção e salvaguarda do património, neste caso PM, tendo em conta a sua gestão sustentável para o futuro. Mais do que pensar sobre o património em si próprio, a PUH pensava a sua abordagem e a sua integração nos novos modos de vida e de consumo da sociedade contemporânea e, por isso, a pertinência da sua aplicação poder ser extensível a qualquer contexto urbano.

Desse ponto de vista, tornavam-se importantes os procedimentos e metodologias – desde a análise, a avaliação e a monitorização dos processos de intervenção urbana – para uma gestão integrada e cada vez mais eficaz das áreas patrimoniais em contexto urbano. Subordinada a esta temática, o PM tem promovido debates internacionais no sentido de serem desenvolvidos instrumentos, ferramentas e metodologias capazes de serem adaptáveis às necessidades de cada caso.

Para finalizar, este trabalho sublinhava uma proposta baseada no sistema de vistas, uma ferramenta de projeto urbano e da arquitetura paisagística, cuja utilização em contexto urbano com forte ímpeto cultural, assente no património construído, poderia resultar numa possibilidade de auxílio à gestão e planeamento do bem classificado e da sua área de influência, tendo em conta as vantagens que foram equacionadas. O sistema de vistas pode vir a contribuir para que esta abordagem da PUH sobre o património em contexto urbano, que ainda está a ser estudada, possa ser uma das mais operativas para a gestão do património em espaço urbano.

Pela sua abrangência, o sistema de vistas pode constituir-se como uma ferramenta preventiva sobre potenciais intervenções que causem prejuízo sobre o sistema urbano onde o bem classificado está inserido e que, geralmente, é mais vulnerável a essas situações. Simultaneamente, o sistema de vistas pode contribuir

para uma maior democratização das ações de observação do bem classificado, potenciando, por um lado o seu conhecimento e entendimento e, por outro, contribuir para a monitorização e vigilância sobre a sua PUH. Portanto, equacionar lugares que possam ser dinamizados para a observação do bem PM e da sua área urbana de influência, pode ser um ativo no auxílio de uma gestão integrada e integrante do bem para o futuro. Deste modo, integrar as vistas, os eixos visuais e os pontos ou lugares de reconhecimento desses espaços e dos marcos territoriais urbanos nas dinâmicas da gestão e da manutenção do bem, também pode ser um contributo importante para proteger e salvaguardar o sistema urbano na sua totalidade.

Como já referimos, há expectativas criadas no campo da gestão do património em torno de todas estas novas perspetivas que aspiram a uma maior qualidade de vida das populações. Tais perspetivas assumem a necessidade de transformação do pensamento e atitude em torno dos processos e das dinâmicas que o reconhecimento do valor do património exerce sobre o território, do que propriamente sobre o património em si. Deste modo, essa transformação ‘mental’ pode induzir e promover, conseqüentemente, uma transformação nas abordagens e nas metodologias de proteção e salvaguarda do património, invertendo a sua condição ‘especial’ e extraordinária para a tornar em atos correntes e comuns de qualquer gestão urbana.

7.5 O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial¹⁰⁵⁸

Resumo

Quatro anos após a inscrição da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia na Lista do Património Mundial, será certamente um bom momento para se fazer uma reflexão sobre que transformações ocorreram, ou estão a ocorrer, no contexto urbano da cidade, quer no espaço físico do bem classificado e da sua área urbana de influência, quer nas suas dinâmicas socioculturais.

Deste modo, este artigo incidirá, criticamente, sobre o processo transformativo da cidade de Coimbra, tendo em conta três eixos estratégicos para uma gestão integrada e de desenvolvimento sustentável no seu contexto urbano: a proteção e salvaguarda do património, a Paisagem Urbana Histórica e o desenvolvimento urbano, incidindo sobre a dinâmica de reabilitação do parque edificado e do espaço público.

Verifica-se que a Universidade assumiu um ímpeto propositivo no primeiro eixo estratégico e que, o poder local, pela lógica da gestão espacial, assume esse ímpeto no terceiro eixo. Pela leitura transversal das transformações e dinâmicas urbanas ocorridas nos eixos equacionados, no contexto urbano, enquanto plataforma agregadora dos espaços físico e social dados por uma matriz cultural territorial, é possível trabalhar para um planeamento urbano, de forma integrada e ajustada às exigências que se vão colocando contemporaneamente, para alcançar uma maior qualidade de vida.

Palavras-chave: Transformações urbanas; Património Mundial; proteção e salvaguarda do património; Paisagem Urbana Histórica; desenvolvimento urbano.

Introdução

Uma candidatura para efeitos de reconhecimento patrimonial pode – e deve – ser um ativo para a gestão e para o desenvolvimento urbano de uma cidade. É um processo de intensa produção de conteúdos que promove o estudo e o conhecimento do bem proposto à classificação, quer pelos seus utilizadores comuns, quer pelas várias entidades que, nas práticas quotidianas, o gerem e o dinamizam. Mas, também é um processo que, apesar de poder não alcançar o título desejado, não deixa de ser um projeto político de intenções, de estratégia e de intervenção para a área que se pretende classificar, para a sua área adjacente e, no limite, para todo o seu território de influência.

Quando a classificação patrimonial assume o nível atribuído pelo Comité do Património Mundial, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para inscrição de um bem na Lista do Património Mundial (LPM), a responsabilidade pela sua proteção e salvaguarda, assumem proporções e dinâmicas globalizadas, de visibilidade à escala mundial, capazes de transformar o património

¹⁰⁵⁸ Este texto tem por base o artigo submetido e aceite para publicação, intitulado “O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial” referente à comunicação realizada e enquadrada no tema I: *Singularidade e notoriedade em sítios classificados – tendências e desafios*, do 5º Congresso UNESCO Unitwin: *identidade local e gestão turística dos sítios Património Mundial - tendências e desafios*, realizado em Coimbra, entre 18 a 22 de abril de 2017, com coordenação de Fernanda Cravidão (CEGOT-FLUC, Cátedra UNESCO Unitwin: Cultura, Turismo e Desenvolvimento na Universidade de Coimbra e Departamento de Geografia e Turismo, FLUC), sendo publicado nas Atas do 5º Congresso UNESCO Unitwin (Capela de Campos & Murtinho, 2017b). O artigo foi selecionado pelo 5º Congresso UNESCO Unitwin para submissão à revista científica *Cadernos de Geografia*, uma publicação do Departamento de Geografia e Turismo da FLUC, com sistema de arbitragem científica cega, tendo sido aceite para publicação (Capela de Campos & Murtinho, 2017a).

“num instrumento indispensável de atracção social, usufruto alargado das populações e lugar de encontro de gentes e culturas” (Custódio, 2011b, p. 346). Para além da perspectiva da protecção do património subjacente a qualquer candidatura, alguns estudos sugerem que, uma das grandes metas dos Estados proponentes de um bem à LPM da UNESCO, sobretudo, nos paradigmas ocidentais, é conseguir o estatuto de reconhecimento internacional, como recurso de dinamização e/ou recuperação das economias locais e regionais, através do turismo (Askew, 2010, p. 33), visto que, a inscrição na LPM coincide com o aumento significativo do seu número de visitantes (N. B. Salazar, 2010, p. 134).

O resultado do reconhecimento do estatuto de Património Mundial (PM) pode, contudo, induzir a um processo de criogenização, levando a que o conjunto classificado se apresente com pouca propensão para a transformação e impeditivo a que cada geração lhe possa acrescentar valor, como alguns sugerem (D’Eramo, 2014; Koolhaas & OMA, 2010b). Tendo em conta esta perspectiva e, pensando no seu contrário – conforme explanámos nos artigos anteriores, desta tese –, considera-se que qualquer título patrimonial deve ser um processo de continuada reflexão, de modo a haver um efetivo contributo para a sua interligação com a comunidade. Deste modo, as transformações são necessárias, para incorporar novos modos de vida e de utilização, aceitando as marcas geracionais, sem pôr em causa a autenticidade inerente ao legado patrimonial. Porque, no que diz respeito à protecção e salvaguarda do património, o campo disciplinar da arquitetura ensina que a arquitetura “*nunca está terminada, prolonga-se no uso*” (P. V. de Almeida, 2005, p. 139). Sendo assim, o melhor modo de pensar a sua sustentabilidade é a sua manutenção, através da sua continuada utilização, mesmo que, exista um interesse expectável em torno da sua exploração, preponderantemente, turística.

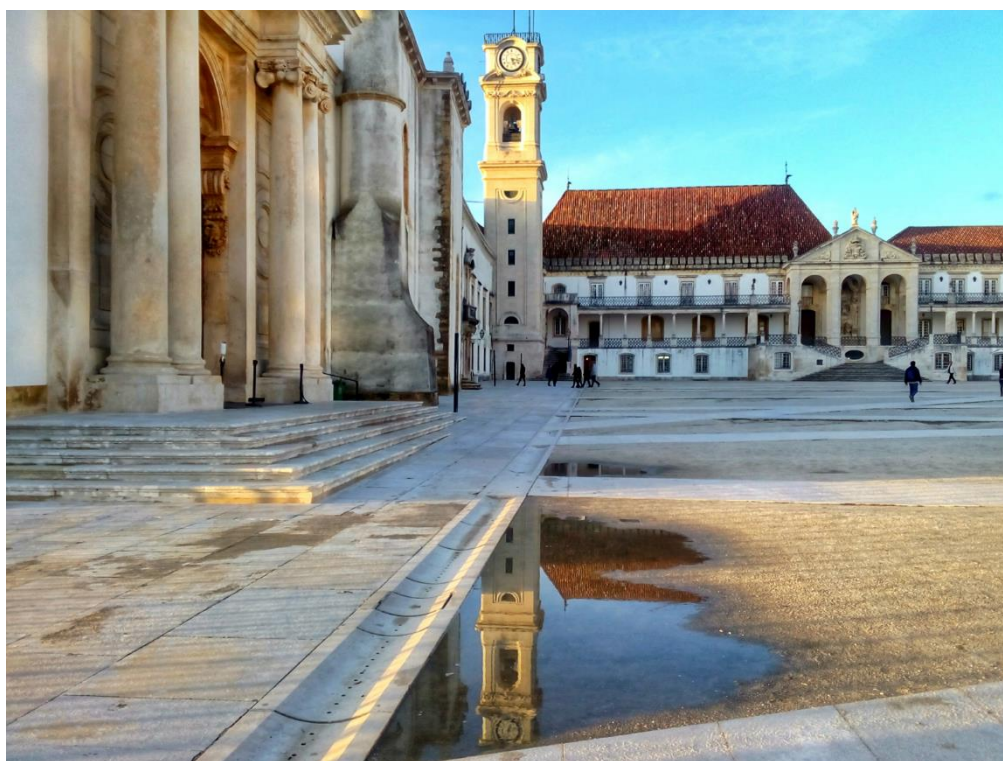


Fig. 75 – Pátio das Escolas. Fotografia: Joana Capela de Campos (JCC), 2018.

Desta forma, interessa pensar sobre qual o contributo que uma candidatura patrimonial pode ter para o desenvolvimento de uma cidade. Por isso, assume-se a Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) como estudo de caso, enquanto laboratório privilegiado de experiências e dinâmicas próprias, por reunir parâmetros e conteúdos específicos à sua condição histórica, cultural e territorial (Fig. 75). Por conseguinte,

este estudo de caso pode lançar pistas para qualquer outro futuro processo com contornos similares aos seus, retirando as lições necessárias para a implementação e melhoramento de boas práticas, no planeamento ou na gestão sustentável de um sítio PM.

Em alinhamento com a agenda da UNESCO, que elegeu 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, com o tema “Património Cultural e Turismo Sustentável”, torna-se quase imperativo, meditar sobre o contributo de um título patrimonial. Ou, pelo menos, importa avaliar as formas de apropriação da concretização da oportunidade desse título e qual o seu impacto, nas dinâmicas quotidianas da cidade, podendo permitir a correção e o ajuste de algumas metodologias de intervenção urbana.

Deste modo, quatro anos após a inscrição da UC-AS na LPM (Fig. 11 e 72), em 22 de junho de 2013, será pertinente fazer um balanço sobre as transformações que entretanto ocorreram, ou estão a ocorrer, em contexto urbano. Por uma questão metodológica, este trabalho considera que o contexto urbano pode ser refletido sob uma valência material, através do espaço físico do bem classificado e da sua área urbana de influência, que se delimita pelas linhas de cumeeira circundantes à colina da Alta, criando a plataforma de análise Alta/Baixa/Santa-Clara; e sob uma valência imaterial, através das dinâmicas socioculturais da cidade e dos usos que vão sendo estabelecidos nos espaços urbanos e que traduzem novas formas de estar e de viver a cidade.

Para tal, propõe-se refletir sobre as transformações ocorridas na cidade, sob a perspetiva de três eixos estratégicos de desenvolvimento, assumidos na candidatura a PM, para Coimbra e o seu devir:

O primeiro eixo assenta na proteção e salvaguarda do património, onde se pretende abordar as dinâmicas de transformação ocorridas no contexto equacionado, mas assumindo, maior ênfase, no espaço do bem classificado.

No segundo eixo, a perspetiva assenta na Paisagem Urbana Histórica (PUH), enquanto tendência, cada vez maior, de se candidatarem e classificarem bens, ao nível do PM, que criam relações territoriais abrangentes, o que no caso de Coimbra, não deve ser desvalorizada.

E por último, o terceiro eixo pretende fazer alusão ao desenvolvimento urbano, através do comportamento das atividades económicas que têm impacto nas dinâmicas de reabilitação do parque edificado e do espaço público, como a turístico-cultural e o comércio (Fig. 76), sendo, por isso, um eixo paralelo e complementar do primeiro.



Fig. 76 – Baixa de Coimbra, Rua Ferreira Borges. Fotografia: JCC, 2017.

Esta leitura, das várias especificidades locais e conexões, que estes eixos estratégicos estabeleceram com o processo de candidatura e conseqüente ‘classificação’ PM¹⁰⁵⁹, pode ser desenvolvida através da apresentação de acontecimentos, que se podem constatar, quer no contexto urbano com valência material, quer no contexto urbano com valência imaterial, sublinhando alguns exemplos enfáticos. Assim, apreciando essas transformações urbanas, será possível contribuir com uma perspectiva, para a discussão de medidas e estratégias que, embora queiram manter aceso o interesse num bem comunitário, não deixam de ser uma posição de princípio pela democratização do património e, por contaminação, da própria cidade.

1. Proteção e salvaguarda do património

Enquanto conjunto de bens com um determinado valor e lugar de plataforma de diálogo/encontro de gerações, o património não se constitui numa memória do passado, mas antes um ativo da contemporaneidade para o futuro. Neste sentido, qualquer sociedade tem o dever de conservar para transmitir, mantendo e continuando a corrente entre os nossos antepassados e os nossos filhos, sob pena, de não ser simplesmente a memória coletiva a se esvanecer, mas, sobretudo, de se perder a identidade coletiva (Guillaume, 1980, pp. 14–15).

A noção de que o património está associado a espaços de continuidade geracional, pela reprodução das memórias e vivências adaptadas aos usos e costumes de uma vida contemporânea, torna-se pertinente. Muitos espaços e edifícios da cidade são, de facto, essenciais para mapear e identificar o espaço de representação comum, da ligação do indivíduo com a cidade e a comunidade; nessa inter-relação indivíduo-cidade/comunidade evoca-se, também, a relação intrínseca entre as pessoas e os espaços urbanos, que se vão estabelecendo nas dinâmicas quotidianas de uso, apropriação, conhecimento, compreensão e pertença. E esta noção de continuidade no uso, adaptação e transformação do espaço, de modo a responder às exigências que em cada contemporaneidade eram colocadas, foi uma tônica na dinâmica evolutiva da UC, na qual, o processo de candidatura a PM se baseia para justificar o Valor Universal Excepcional (VUE) do bem¹⁰⁶⁰.

Assim, em 2003¹⁰⁶¹, o Reitor Fernando Seabra Santos propunha, visionariamente, que fosse a universidade, o bem a ser inscrito na LPM, ao constatar que a instituição era o principal motivo de interesse dos visitantes, que procuravam Coimbra, “*pela riqueza da sua história e tradição*” (Santos in Universidade de Coimbra, 2005, p. 5). E a propósito do dever e do compromisso geracional, Seabra Santos justificava o enquadramento estratégico da candidatura, afirmando que esta não visaria “*reforçar a luminosidade de uma inesquecível viagem pelo passado*” (Santos in Universidade de Coimbra, 2005, p. 5), mas teria “*um fortíssimo sentido de futuro: o de prevenir a agressão patrimonial e a dispersão da memória colectiva*” (Santos in Universidade de Coimbra, 2005, p. 5).

¹⁰⁵⁹ Sobre esta expressão, importa clarificar que, na legislação portuguesa, a inscrição de um bem na LPM implica, automaticamente, a sua classificação Monumento Nacional, ao nível interno, conforme tivemos oportunidade de explicar no nosso artigo “A ‘classificação’ Património Mundial na problemática disciplinar da arquitetura: o caso de Coimbra”, no capítulo 3, da parte II, da presente tese.

¹⁰⁶⁰ Cf. (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, p. 149).

¹⁰⁶¹ Resumidamente, interessa perceber que a cidade vai absorver muito conteúdo, da sucessão de propostas do processo de candidatura de Coimbra a PM, cuja dimensão e evolução contextualiza, no espaço e no tempo, a relação de influência e consequência com as transformações urbanas contemporâneas. O processo dividiu-se por três fases, onde foram desenvolvidas propostas de intervenção, pelas áreas da Alta e da Baixa, com grande reconhecimento territorial para os cidadãos: a primeira fase (1982-1998) caracterizou-se por fazer sobressair a evolução conceptual dos entendimentos da área da cidade com valor; a segunda (1998-2003) caracterizou-se como sendo um período de transição; e a terceira (2004-2013) caracterizou-se pela construção, desenvolvimento e formalização da candidatura da UC-AS à UNESCO. Cf. (Capela e Murtinho, 2014a, 2014b, 2015).

A partir deste momento, a UC assumia-se como o *grande estaleiro de obras do país*¹⁰⁶², comumente referenciado, numa antevisão consensual do impacto que uma candidatura a PM viria a ter nas dinâmicas de transformação do espaço urbano. Falamos de uma área considerável, que ocupa 117 hectares no espaço vital da cidade e que era proposta a classificação para inscrição na LPM: 35,5 hectares de área da UC-AS PM, compreendendo os 29 hectares da Alta e 6,5 hectares da Baixa, acrescido dos 81,5 hectares de área de proteção da denominada zona tampão.

O próprio texto da candidatura da UC-AS também era bastante claro, nesse aspeto, quando afirmava que a candidatura a PM tornava-se “*no catalisador de uma estratégia absoluta de intervenção física, parametrizando todas as intervenções em curso ou futuras, pela valorização patrimonial e vivencial dos edifícios e do espaço público*” (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012b, p. 13). A complexidade e a dimensão da pretensão de proteção e salvaguarda do património universitário, embora exigido pela UNESCO, ganhava uma dinâmica, de tal modo elevada, que dava origem a um dos volumes que fizeram parte do *dossier* de candidatura da UC-AS a PM, o Livro 2, referente ao Plano de Gestão (Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO, 2012e). Este documento, para além de referenciar as etapas de gestão e de monitorização das intervenções no património, desde o projeto à fase de empreitada, era a efetivação do compromisso que a UC estipulava com a cidade e com o mundo, compromisso em proteger e salvaguardar um património com VUE, que sempre fora, mas que passava a ser reconhecido como sendo de todos.

Muitos projetos e obras de intervenção foram realizados durante o processo de candidatura, para garantir o cumprimento dos objetivos estipulados. A construção dos Polos 2 (Ciências e Tecnologias) e 3 (Ciências da Saúde), induziu a uma necessidade de transformação e reabilitação do espaço existente, nos polos fundadores da UC, a Sofia e a Alta, quer ao nível urbano, quer ao nível dos usos. A UC apostou na Alta, de administração universitária, pela valorização do existente, promovendo a pedonização do espaço público e a readaptação de espaços pedagógicos, entretanto desocupados pela descentralização de serviços universitários, recursos humanos e volume de estudantes universitários. Na Rua da Sofia, a abertura para uma intervenção profunda não seria tão fácil, uma vez que, a questão da propriedade do bem – excepcionalmente a UC, noutros o Estado e, a maior parte dos casos, privados – levanta algumas restrições e impedimentos, que teriam que ser mediados noutras bases.

De qualquer modo, esse ímpeto da UC, para a intervenção, tem vindo a verificar-se numa ação continuada, mesmo depois da inscrição do bem na LPM, fazendo jus à responsabilidade e compromisso de futuro assumidos pela UC¹⁰⁶³, demonstrando que a inscrição na LPM não fora assumida como um fim em si próprio, mas antes, o início de uma maior responsabilização assumida à escala global. Deste modo, o caso de Coimbra assumia uma característica, que lhe aferia um estatuto paradigmático na LPM: Coimbra inscrevia património que ‘antes de ser, já era’ PM. Muitos dos elementos que compunham o bem UC-AS ainda não estavam reabilitados, à data da inscrição da UC-AS na LPM. Alguns dos espaços foram inscritos, estando em fase de projeto de arquitetura e outros, estando em fase de obra, com todas as transformações que no decorrer do seu processo lhe podem estar associadas, demonstrando uma abertura da UNESCO e das suas entidades conselheiras, como o International Council on Monuments and Sites (ICOMOS), o International Union for Conservation of Nature e o International Centre for the Study of the Preservation

¹⁰⁶² De acordo com José Aguiar, durante a condução de entrevista realizada a Seabra Santos, referindo que “*diz-se, no mundo da Arquitetura e da Indústria da Construção que Coimbra vai ser, nos próximos anos, o grande estaleiro da Conservação em Portugal*” (Aguiar, Correia, & Silva, 2011, p. 5).

¹⁰⁶³ Para uma leitura mais pormenorizada, sobre este tópico, consultar o nosso artigo “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos”, no capítulo 3, da parte II, desta tese.

and Restoration of Cultural Property, para a diversidade de abordagem para cada caso, principalmente quando a evolução é justificativa válida para justificar o seu VUE.

Assim, podem ser destacadas quatro referências das variadas intervenções que a UC tem vindo a realizar, em espaços emblemáticos do bem inscrito na LPM, verificando o paradigma de serem PM antes das intervenções que viriam a sofrer posteriormente.

A PORTA FÉRREA E O SEU LARGO



Fig. 77 – A Porta Férrea e o seu largo. Fotografia: JCC, 2016.

Já depois da inscrição da UC-AS na LPM, com intervenção realizada em 2014, no âmbito da conservação e restauro da Porta Férrea, a principal entrada do complexo do Pátio das Escolas e dos grupos escultóricos do seu Largo (Fig. 77), tinham sido identificadas, analisadas e corrigidas diversas patologias, que ameaçavam as cantarias com perdas patrimoniais irreversíveis no material – pedra de Ançã – e, consequentemente, nas formas esculpidas.

A proposta de intervenção assentava numa metodologia geral e específica, definida previamente e de acordo com o responsável pela intervenção, o engenheiro Fernando Marques, em “Memória descritiva e justificativa” de fevereiro de 2014¹⁰⁶⁴, sendo que, o projeto de execução seria desenvolvido com o decorrer dos trabalhos de intervenção, por haver uma “*necessidade de compatibilizar metodologias e ações específicas com os resultados dos estudos e testes laboratoriais*”, recorrendo a uma “*filosofia de intervenção mínima*”.

Deste modo, eram realizados estudos de diagnóstico e análise recorrendo à investigação e ao enquadramento histórico-arquitetónico do objeto pela arqueologia da arquitetura, bem como ao desenho do levantamento arquitetónico e fotogramétrico com o mapeamento das patologias. Ainda se destacava o recurso a testes laboratoriais referentes à realização de análises “*aos sais solúveis presentes*” na pedra calcária, testes à “*resistência mecânica do calcário in situ*”, à avaliação dos “*mecanismos de degradação superficial e respectiva monitorização dos tratamentos de consolidação e da colonização microbiológica*” e à verificação das “*condições termo-higrométricas e eólicas locais*”, bem como, a realização de “*testes prévios dos métodos de limpeza e harmonização cromática das superfícies*” (Fernando Marques, 2014). O

¹⁰⁶⁴ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

processo dos trabalhos seria informado, consultado, analisado e aprovado pelas entidades que tutelam o património, neste caso, a Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC).

Esta intervenção fez parte de um conjunto mais vasto, realizado ou a realizar no complexo do Paço das Escolas. Em abril de 2017, já se encontrava concluída a reabilitação da Capela de São Miguel, a substituição/reparação de caixilharia, nas fachadas norte e poente do Palácio Real. A obra de reabilitação da porta de entrada principal da Biblioteca Joanina estava prestes a terminar; seguidamente, seria iniciada a reabilitação da fachada principal (nascente) e do portal da mesma biblioteca. No conjunto de intervenções estava prevista a reabilitação de coberturas e de fachadas do Palácio Real, do Colégio de São Pedro (Fig. 78), dos Gerais e do antigo Museu de Arte Sacra. Cumulativamente, estavam previstas ações de limpeza da Torre e Via Latina, bem como a implementação de acessibilidades ao Palácio de São Pedro e a instalação de mobiliário urbano no Pátio das Escolas que, como espaço emblemático da Universidade onde se concentram vários elementos e espaços notáveis, recebe o maior número de visitantes da UC.



Fig. 78 – Colégio de São Pedro, no Pátio das Escolas. Fotografia: JCC, 2017.

COLÉGIO DA SANTÍSSIMA TRINDADE, CASA DA JURISPRUDÊNCIA DA FACULDADE DE DIREITO DA UC



Fig. 79 – Colégio da Santíssima Trindade, pormenor do pórtico de entrada. Fotografia: JCC, 2016.

Terminada em fevereiro de 2017, a intervenção no Colégio da Santíssima Trindade (Figura 6), propriedade da UC e localizado na Alta, para albergar a Casa da Jurisprudência da Faculdade de Direito da UC¹⁰⁶⁵, tornava-se numa leitura pertinente sobre o paradigma do PM que ‘antes de o ser, já o era’.

O projeto de reabilitação do colégio era assinado pelos irmãos Francisco e Manuel Aires Mateus (Aires Mateus Associados, Lda.) e tivera início em 2001, quando a UC lançou um concurso público para a reabilitação do Colégio, que se encontrava em ruína e em risco de colapso total. O processo de projeto foi longo, tendo acompanhado todo o processo de candidatura da UC a PM, devido às diversas alterações que o programa ia sofrendo. Com efeito, no seu início, o programa que delineara o projeto destinava-se ao funcionamento do futuro Colégio Europeu da UC. Em 2004, foi aprovado o projeto de licenciamento com condicionantes, pela CMC. A partir daí, foi realizada uma campanha de intervenção arqueológica preventiva, sob responsabilidade da Reitoria da UC e tendo sido aprovada pelo IGESPAR, I.P., com a realização de três sondagens prévias e acompanhamento das escavações, das picagens de paredes e transporte de entulho, de acordo com o “Relatório Prévio do Projecto de Reabilitação do Colégio da Trindade”, em 17 de junho de 2011 (M. R. de A. Mateus, 2011).

A partir de 2007, acompanhando o processo de candidatura da UC-AS a PM, o projeto de arquitetura sofreu transformações, solicitadas pela Universidade, decorrentes da alteração de programa e, também, para incorporar as diretrizes, entretanto, equacionadas com o estudo arqueológico realizado, conforme referido na “Memória Descritiva”, de 23 de julho de 2010.

Com a evolução dos acontecimentos, o processo de composição e organização do espaço sofreu com as suas próprias condicionantes, ficando ancorado não só ao estudo arqueológico, que possibilitou acrescentar conteúdo e conhecimento das sucessivas fases de ocupação do edifício e permitindo, assim, um ajuste do programa ao uso do espaço no futuro. Mas também, porque foram expostos os elementos que, na ruína, conseguiram subsistir, ganhando e reclamando, por inerência própria, um estatuto intemporal de continuidade “*capazes de induzir o projecto*”, que “*pretende explorar a enorme carga telúrica e poética*” das ruínas (M. R. de A. Mateus, 2010).

Nesse sentido, a ruína preexistente foi a matéria-prima usada no discurso de projeto que é refletido na obra, onde se assiste à transformação da antiga igreja do Colégio, num primeiro momento, numa sala de audiências e depois num auditório ou então, à transformação da área residencial do Colégio em gabinetes de trabalho. Neste princípio, e garantindo os vários tempos do edifício como sua narrativa, os arquitetos assumem a construção de espaços dentro de espaços, tornando a compartimentação interior autónoma em relação às paredes antigas, através do seu apoio pontual em molduras dos vãos exteriores e as paredes exteriores numa cápsula protetora que resiste a todas as transformações impostas nas várias contemporaneidades. Nesse sentido, Vítor Murtinho concretizava que “*tão complexo é falar-se de uma forma de tempo como de um tempo que dá forma*” (Murtinho, 2016, p. 8).

Mas o projeto também soube ir absorvendo os achados e hipóteses que da obra e do estudo arqueológico decorriam, como a redução de construção de espaços enterrados. Porque o pavimento recolhe memórias que se vão acumulando ao longo do tempo, criando mais um arquivo, que juntamente com os arquivos dos elementos portantes, que ao se manterem, iam contando a história do edifício: da construção, da alteração de uso, da derrocada, da ruína e do abandono. O processo de projeto foi absorvendo todas estas etapas da vida do edifício e procurou dar-lhes um discurso de unidade. Importava dar coerência e consistência na leitura do objeto, através do desenho, e não criar um somatório das intervenções e histórias que lhe foram acontecendo ao longo dos séculos.

¹⁰⁶⁵ Cf. (Murtinho & Capela de Campos, 2018; J. G. Silva et al., 2018).

E a estratégia era aparentemente simples: intervenção mínima nos *arquivos* recebidos e presunção de ligeireza e reversibilidade na proposta nova.

Todos os elementos que “*sobreviveram ao tempo*”, as fachadas, a área do claustro e a igreja, seriam mantidos com intervenções “*pontuais, mínimas, e avaliadas caso a caso, sempre decididas com integral respeito pela verdade histórica do edifício*” (M. R. de A. Mateus, 2010). A proposta nova seria feita com maior intensidade e densidade no espaço vazio, de modo que este fosse sendo ocupado com novos espaços de resposta ao programa, preenchendo as lacunas decorrentes das derrocadas e da ruína e, desta forma, restituir o volume do edifício original. No entanto convém referir que a determinado momento, quando se questionou a sustentabilidade estrutural da ruína, foram cirurgicamente feitas algumas demolições, não refletindo o valor de cada uma dessas porções, mas essencialmente visando a adaptação e o forçar da existência ao projeto dos irmãos Mateus.

Mas talvez seja na cobertura, que melhor se compreenda toda a estratégia da intervenção: pela introdução de uma fenda contínua, entre as paredes antigas e as águas novas que se desenharam, “*tornando legíveis os estratos dos diferentes tempos*” e, pela “*feliz coincidência*” entre as cotas da cêrcea do Colégio e do pavimento do Pátio das Escolas, “*aliada à reduzida largura da rua que as separa*” (M. R. de A. Mateus, 2010). O projeto procura, assim, enfatizar a leitura do espaço de cobertura como um prolongamento do miradouro do Pátio, tendo sido decidido, por isso, a utilização de lajedo de pedra lioz para o seu revestimento, “*dando continuidade visual ao pavimento*” (M. R. de A. Mateus, 2010), repondo a integridade do edifício na sua circunstância contemporânea e com a preocupação do contexto urbano, para que “*os novos usos permitam a criação de novas memórias*” (Murtinho & Capela de Campos, 2018, p. 21).

COLÉGIO DA GRAÇA, RUA DA SOFIA – CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS E CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL



Fig. 80 – Colégio da Graça. Fotografia: PM, GCU, UC¹⁰⁶⁶.

No complexo da Rua da Sofia, será de salientar a intervenção de reabilitação de uma ala do Colégio da Graça (Fig. 80), cuja empreitada de execução das obras terminou em 2015, para receber o Centro de Documentação 25 de Abril e uma parte do Centro de Estudos Sociais, partilhando o edifício com a Liga dos Combatentes, por decisão ministerial de 15/03/1999. O projeto esteve a cargo do arquiteto José Paulo dos Santos, que em “*Memória Descritiva e Justificativa*” assume a sua postura de intervenção no património: “*com serenidade e em “silêncio”*”.

¹⁰⁶⁶ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

O projeto teria que ser considerado um processo aberto, uma vez que deveria estar sujeito às investigações arqueológicas, que seriam realizadas em simultâneo à intervenção, cujo início de trabalhos aconteceu em 2010, que por sua vez, deveriam respeitar o projeto, que se ia corrigindo, adaptando e incorporando novas possibilidades de desenho decorrentes da investigação, num exercício de ajuste constante do plano de trabalhos ao que ia acontecendo. Mas, esta intervenção, desde cedo, esteve sujeita a outras condicionantes decorrentes da sua própria contemporaneidade e da sua condição de património: só a igreja é Monumento Nacional, à data (embora, houvesse um processo para classificar o prédio todo); por se enquadrar na zona de proteção da Rua da Sofia (Imóvel de Interesse Público); e, ainda, por ser parte de um bem proposto a PM. Só por estes três enunciados, haveria uma dificuldade acrescida para uma intervenção. Contudo, ainda estavam em curso, alterações na legislação, não só subordinadas à candidatura da UC-AS a PM, mas também pela transformação da estrutura tutelar que estava a decorrer. Toda esta conjuntura implicou alterações de projeto, influenciadas pelos atrasos e adiamentos consecutivos de decisões, emissão de pareceres e de propostas (Sónia Filipe, 2013).

As afetações espaciais, que iriam influenciar a escolha dos percursos, tiveram interferência no projeto: foi proposto, um reajuste na distribuição espacial, entre a UC e a Liga dos Combatentes, de modo a se conseguir clarificar os acessos, até aí, labirínticos e pouco legíveis.

Este exemplo traduz a complexidade de intervenção em espaços classificados, num cenário de múltiplos proprietários ou gestores do espaço. Esta questão lança um paralelismo à própria contingência da candidatura da UC-AS a PM, por ter que responder a várias entidades competentes na gestão do seu espaço. Um paralelismo, que embora resolvido de modo diverso, até pela natureza do objeto em causa, resultou no sucesso de um e outro caso.

ESTUFAS TROPICAIS DO JARDIM BOTÂNICO DA UC



Fig. 81 – Estufas Tropicais do Jardim Botânico da UC. Fotografia: JCC, 2017.

Para finalizar, sublinhamos um quarto exemplo que ganhou o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana, anunciado a 29/03/2017, na categoria de Melhor Intervenção com Impacto Social. Falamos da requalificação das Estufas Tropicais e Espaço Ciência *in Situ* (Fig. 81), do Jardim Botânico da UC, um projeto do arquiteto João Mendes Ribeiro, aprovado em 09/01/2015, tendo a obra decorrido entre fevereiro e dezembro de 2015.

O projeto pautou-se por uma “limpeza”, no desenho final, do espaço das estufas, havendo o redesenho de alguns espaços, como a ala central ou como a galeria superior, construída por laje e pilares de betão armado, substituídos por estrutura metálica, mais leve e integrada na restante construção. Também os pormenores construtivos foram alvo de redesenho com recurso a perfis metálicos e vidro, repondo o princípio construtivo primitivo e, ainda, a intensificação da transparência, inerente a todo o espaço da estufa, com substituição das portas interiores de madeira por portas de vidro (João Mendes Ribeiro, 2013, p. 6).

Por uma questão técnica, os vidros foram todos substituídos com características específicas para um espaço destinado a estufa, complementados com sistemas de sombreamento, que para além de responderem à exigência térmica e proteção solar do espaço, permite conferir variações de imagem, consoante as estações do ano e a necessidade de sombreamento (João Mendes Ribeiro, 2013, p. 7). Assim, o resultado assumiu o princípio por uma intervenção mínima e limpeza dos elementos que não fizessem parte da filosofia construtiva e cénica do edifício principal – um dos primeiros exemplos da arquitetura do ferro no país, inspirado nas estufas inglesas de Kew Garden (João Mendes Ribeiro, 2013, p. 5).

O Espaço de Ciência *in Situ* será polivalente e foi projetado para substituir o antigo edifício do viveiro a norte do lago Victória. Este novo edifício, que não fazia parte do processo de candidatura, assume uma forte presença na plataforma poente das estufas e, graças à sua construção marcada pelo uso da madeira de riga e pedra calcária, facilmente asseguram uma integração na envolvente. Já o lago Victória foi construído no lugar da antiga Estufa Victória, cuja estrutura apresentava deformações e cujas soluções arquitetónica e construtiva não apresentavam a qualidade da estufa principal. A intervenção compreendeu, ainda, o arranjo e aumento do edifício da caldeira, de forma a responder a requisitos técnicos e, ainda, trabalhos de conservação e restauro, não só dos edifícios mas também dos seus pátios e espaços adjacentes.

Estes são quatro exemplos, dentro de um universo bem mais dilatado a que a Universidade se propôs e, continua a propor, para garantir o passado em permanente construção, através da salvaguarda e da proteção do valor patrimonial recebido, por um lado, e, acrescentando valor ao existente, porque *o tempo novo é uma realidade e existe independentemente do facto de nós o aceitarmos ou recusarmos* (Van der Rohe, 1996, p. 304).

Assim, qualquer obra de arquitetura implementa uma ideia de mudança e transformação, podemos considerar que o processo de arquitetura não deve ser visto como um acontecimento linear ou fechado, ainda que na aparência, as intervenções sejam pouco evidentes. Fazer arquitetura é ter consciência do tempo nos seus vários estágios e contemporaneidades para introduzir o tempo novo, com todas as influências e interferências socioculturais a que está sujeita.

Apesar de ser ao nível do bem classificado, que este eixo se faz sentir, não deixa de ser verificado, na sua área urbana de influência, a reabilitação e requalificação de algum património classificado, que acrescenta dinâmicas urbanas complementares, como equipamentos potenciadores de uma vida cultural para a cidade. Casos como a requalificação do Convento de Santa Clara-a-Velha¹⁰⁶⁷ (2001-2008) ou, a ampliação e remodelação do Museu Nacional de Machado de Castro¹⁰⁶⁸ (1999-2013) são exemplos de intervenções na área de influência do bem PM.

Mas a transformação, que opera no contexto urbano, também se verifica no plano imaterial, pelo número de visitantes nestes espaços, 442 510¹⁰⁶⁹, que pela rúbrica “Visitantes aos espaços turísticos”, no ano letivo 2015/2016, foram contabilizados pela UC. Este número de visitantes assume uma tendência geral de

¹⁰⁶⁷ Arquitetura de Atelier15 (Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez e Luís Urbano).

¹⁰⁶⁸ Arquitetura de Gonçalo Byrne Arquitectos que ganhou o *Piranesi Prix de Rome 2014*.

¹⁰⁶⁹ Cf. <http://www.uc.pt/dados>, acedido em 19/05/2017.

crescimento, verificada entre 2012 e 2016¹⁰⁷⁰, e reforça a procura e intensificação do turismo cultural¹⁰⁷¹, sobre os sítios PM, onde o património físico é o suporte dorsal dos acontecimentos.

2. Paisagem Urbana Histórica: *Lusa Atenas* como matriz cultural

A designação de PUH ganhou estatuto oficial de instrumento político para a gestão patrimonial, na *Recomendação sobre a PUH*, em 2011, pela UNESCO. A exigência da definição do conceito foi sendo cada vez mais acentuada devido às circunstâncias de práticas e desenvolvimentos urbanos europeus, sobretudo, no período da transição do milénio.

As tensões existentes entre o desenvolvimento local e os processos de globalização estavam a assumir um impacto pronunciado na identidade e nos seus limites espaciais das cidades, alterando a sua configuração e imagem territorial na sua integridade visual, por vezes com alteração total da *skyline* e, inevitavelmente, assumindo um impacto sobre as populações que viviam nesses assentamentos urbanos. A UNESCO entendia que esta pressão, para um desenvolvimento rápido, traria consequências para as cidades, já que esta era uma nova ameaça à conservação das cidades com um forte carácter cultural e, em particular, daquelas inscritas na LPM (UNESCO, 2009). Por ser um tema quase transversal ao desenvolvimento urbano europeu, o caso de Viena¹⁰⁷² (Áustria) transformou-se num ponto-chave para o reconhecimento da necessidade de um debate específico sobre o conceito da PUH e todas as suas implicações.

Assim, a PUH¹⁰⁷³ reflete sobre a evolução e expansão concetual em torno do *património cultural*, codificada pelas camadas sobrepostas de desenvolvimento social, cultural e económico, assumindo as dimensões material e imaterial do território (Sonkoly, 2011; UNESCO, 2011, pp. 50–55). Por ter vindo a ser moldado pelos textos e debates promovidos pela UNESCO, ao longo dos anos, uma vez que as “Cidades Históricas” eram a categoria mais representada na LPM, podemos assumir a PUH como uma matriz cultural do território.

Pela pertinência desta implicação, cujo processo de definição do conceito ocorreu em simultâneo ao processo de candidatura da UC-AS a PM, este eixo estratégico deverá ser equacionado como sendo mais uma oportunidade de abordagem para uma avaliação e uma gestão integrada do espaço urbano, de modo a fomentar a sustentabilidade e o desenvolvimento das próprias cidades. Porque, se a PUH é uma matriz cultural territorial, então permite estabelecer as correlações existentes em vários *layers* que a compõem, desde as vertentes materiais, construídas ou naturais, até às imateriais, como as vivências, os usos e as tradições, que se embrenham e se estabelecem por apropriação em determinado território. E Coimbra tem essa particularidade: a sua PUH é uma matriz cultural territorial. E o bem classificado e inscrito na LPM, a UC-AS, faz parte integrante daquele que é considerado o valor refúgio da imagem da cidade.

De forma mais expressiva, a Alta com o núcleo do Paço das Escolas, como corolário daquela que, foi e é conhecida como a *Lusa Atenas* (Fig. 82), ao longo dos séculos que, sobre as águas do Mondego, é referida, vezes sem conta ao longo dos séculos, para inequivocamente se associar à Universidade e à própria cidade. Sendo assim, a singularidade desta realidade assume uma vertente material, relacionada com o resultado da

¹⁰⁷⁰ Informação avançada por Pedro Machado, presidente da Turismo Centro de Portugal, em 09/05/2017 (Agência Lusa, 2017).

¹⁰⁷¹ De acordo com Pedro Machado à Agência Lusa, de 09/05/2017, a propósito da aprovação da candidatura a fundos comunitários, no âmbito do Programa Operacional da Região Centro 2020, do projeto “Lugares Património Mundial do Centro” (Agência Lusa, 2017).

¹⁰⁷² Em 2005, o caso de Viena foi o motivo da primeira conferência específica sobre a PUH, dando origem ao *Vienna Memorandum*, sendo assumido como a primeira tentativa de definição do conceito, que se pretendia operativo. Cf. (Bandarin e Oers, 2012; Sonkoly, 2011).

¹⁰⁷³ A Recomendação sobre a PUH define-a, como sendo “*the urban area understood as the result of a historic layering of cultural and natural values and attributes, extending beyond the notion of “historic centre” or “ensemble” to include the broader urban context and its geographical setting*” (UNESCO, 2011, p. 52).

ocupação territorial ao longo dos tempos para estabelecer a cidade existente. Mas também, assume uma vertente imaterial, precisamente por ter uma identidade muito própria e intrínseca à relação com o seu espaço, onde as vivências urbanas se vão realizando e estabelecendo na apropriação e promoção da sua imagem.



Figura 82 – Vista da Biblioteca Joanina. Fotografia: JCC, 2017.

Tendo em conta a particularidade da PUH, da colina da *Lusa Atenas* e do seu território de influência, importava verificar que transformações sofreu ou tem vindo a sofrer, com o processo de candidatura e título PM, no contexto urbano.

No contexto do bem classificado, podemos identificar a intervenção no Colégio da Trindade, como sendo o caso que mais contribuiu para este eixo após a atribuição do título PM, pela sua visibilidade e interferência com as vistas do e sobre o Pátio das Escolas, como já foi referido.

Também não é despiciente o processo que se avizinha de concretização de um percurso de ligação entre a Universidade e a Baixa, através do Jardim Botânico, feito por acesso pedonal ou por um pequeno veículo municipal para transporte coletivo. E, esta situação só é concretizável devido à conjugação da reabilitação de alguns dos percursos dentro do Jardim Botânico (com apoio da CMC), da qualificação da entrada norte junto ao edifício das Física/Química e da reabilitação da Capela de São Bento, situada em pleno jardim, no limite poente do bambuzal. Com esta intervenção, irá ocorrer a abertura pública deste notável espaço verde da cidade, tornando parte da mata acessível.

Mas consideramos, sobretudo, que tem uma maior afirmação para a sustentabilidade do desenvolvimento e gestão deste eixo estratégico, alguns acontecimentos que foram sendo estipulados durante e pelo processo de candidatura, na área urbana de influência do bem classificado, por ser esse o espaço privilegiado para criar sinergias capazes de correlacionar a convivência entre as vertentes materiais e imateriais.

Talvez, o acontecimento mais evidente seja a requalificação das zonas ribeirinhas e frente de rio. Projetos como a reabilitação dos equipamentos Mosteiro de Santa Clara-a-Velha¹⁰⁷⁴ e Convento de São Francisco¹⁰⁷⁵, ou como a reabilitação de espaços de lazer, Parque Verde do Mondego¹⁰⁷⁶ com a construção da ponte pedonal Pedro e Inês¹⁰⁷⁷, permitiram devolver aos seus habitantes, residentes e utilizadores, esta área de cidade.

Estas dinâmicas, que foram acontecendo de forma paralela, mas com influência do processo de candidatura da cidade a PM, transformaram o rio numa plataforma de atravessamento, permanência e uso, principalmente, ao caminhante (Certeau, 1998, pp. 169–172), no contexto urbano imaterial, que percorre, deambula, pelas várias continuidades estabelecidas, que como dizia Fernando Távora, eram ações essenciais para se conhecer uma cidade¹⁰⁷⁸. A cidade nasce e renasce a cada dia e é preciso estar presente, para se acompanhar essa transformação, mapeando o espaço e fazendo parte da ação do território, que não deixa de ser uma condição geográfica, porque os processos de arquitetura transformam “*uma condição de natureza numa condição de cultura*” (Botta, 1996, p. 25).

Estes protocolos de relação estabelecidos pela PUH, tendo o espaço físico como suporte de modelos de intervenção e de utilização, podem unir as práticas de “conhecer para compreender”, entre o indivíduo, a comunidade e a sociedade com o território. Práticas que, nesse sentido, vão criando uma diversidade de visões individuais, criando e estabelecendo laços comuns e, por fim, definindo o lugar com todas as suas características e especificidades que o tornam único. De certa forma, a PUH pode ser uma das abordagens mais operativas para a gestão do espaço urbano, pois vai permitir avaliar em simultâneo as relações e ações estabelecidas entre a população e o território.



Fig. 83 – Vista aérea da Alta. Fotografia: Filipe Jorge, GCU, UC¹⁰⁷⁹.

Tendo essa hipótese como premissa válida, foi proposta uma possibilidade de ferramenta operativa emergente, para a monitorização e fiscalização das operações e intervenções realizadas nos contextos urbanos em áreas de influência de bens classificados, para a gestão da sua PUH (Capela & Murinho, no

¹⁰⁷⁴ Arquitetura de Atelier 15 (Alexandre Alves Costa Luís Urbano e Sérgio Fernandez) (2001-2008), galardoado com o prémio Europa Nostra 2010.

¹⁰⁷⁵ Arquitetura de João Luís Carrilho da Graça (2010-2016).

¹⁰⁷⁶ Arquitetura de MVCC Arquitectos (Mercês Vieira e Camilo Cortesão) (2002- 2004).

¹⁰⁷⁷ Engenharia de Cecil Balmond e Adão da Fonseca, inaugurada em novembro de 2006.

¹⁰⁷⁸ Em 1954, Távora dizia que “*para avaliar uma cidade como espaço organizado, apenas uma solução: percorrê-la, vivê-la, deambular pelas suas ruas, descer as suas encostas, subir aos seus pontos mais altos, habitar as suas casas, senti-la como um organismo vivo que não para, que dia a dia se altera*” (Távora in J. A. Bandeirinha, 2012, p. 59).

¹⁰⁷⁹ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

prelo). A proposta assumia a utilização de uma metodologia de projeto, a *Zona Visual de Influência* baseada na análise do sistema de vistas¹⁰⁸⁰, já considerada na candidatura da UC-AS a PM para justificar a questão levantada pelos especialistas do ICOMOS, sobre os limites da propriedade, a sua dimensão e a sua gestão futura (Fig. 83).

Verificando que, no caso de Coimbra, o bem classificado tinha uma posição privilegiada no contexto urbano, de onde se pode ver e ser visto, era atribuída uma responsabilidade na observação para as duas posições, quer pelas entidades competentes, quer pela população. Assim, esta ferramenta do projeto urbano era assumida como uma forma preventiva de proteção e salvaguarda. Qualquer análise técnica de monitorização, feita com recurso ao sistema das vistas, em fase de projeto, podia proteger o bem e o seu contexto urbano de uma futura intervenção que pusesse em causa o equilíbrio da PUH, devendo, por isso, ser considerada como um auxílio para a gestão e manutenção não só dos bens classificados, mas também para a sustentabilidade do desenvolvimento do seu território de influência.

3. Desenvolvimento urbano

Por fim, no terceiro eixo estratégico é proposto refletir sobre a oportunidade gerada em torno da atribuição de um título patrimonial, que acaba por ser um propulsor de algumas atividades económicas, a partir de três grandes componentes, a política, a turístico-cultural e a económica (Rebanks Consulting Ltd & Trends Business Research Ltd, 2009b). E nesse sentido, o desenvolvimento urbano evidencia-se, em paralelo e em complemento ao primeiro eixo, quer por contaminação quer pela oportunidade potenciadas pelas dinâmicas transformativas, inerentes ao primeiro eixo, mas que neste, se manifestam pela reabilitação urbana devido às transformações ocorridas nas novas vivências e usos urbanos.

Uma leitura sobre o processo de candidatura de Coimbra a PM verifica que, a sua primeira fase incide sobre os processos de patrimonialização que se vão intensificando na cidade, pelo reconhecimento dos seus espaços vitais e do seu valor, sobretudo, públicos. Esta abordagem permitiu que fosse expectável uma contaminação pela força transformativa no local, que resolvesse o pressuposto de requalificação urbana a partir da intervenção nesses espaços públicos, pela consecutiva integração de espaços adjacentes. Assim, este eixo assume-se como complemento do primeiro, ao nível do contexto urbano material, e também por isso, seu paralelo, porque a área urbana de influência daquele que era considerado o bem a classificar, durante o processo de candidatura, foi beneficiando das políticas adotadas e desenvolvidas para a proteção e salvaguarda do património.

Pode ser sublinhada a transformação que pode operar neste terceiro eixo, a requalificação do Convento de São Francisco (Fig. 84), arquitetura de João Luís Carrilho da Graça. As obras de requalificação incidiram nos espaços conventuais e, ainda, na construção de auditório, salas polivalentes e estacionamento. Em 2015, sob o projeto de Gonçalo Byrne, foi iniciada a empreitada de recuperação da igreja do Convento. O edifício reabriu em abril de 2016, como Centro Cultural e de Congressos, assumido pela CMC como “*um agente de desenvolvimento económico do território, impulsionando diversos setores estratégicos, designadamente o turismo*”¹⁰⁸¹, sendo que, já se observam resultados: Coimbra subiu 155 lugares no ranking mundial das cidades com mais congressos e convenções internacionais durante o ano 2016¹⁰⁸².

¹⁰⁸⁰ De modo geral e resumido, o sistema das vistas (*viewshed*) considera a área geográfica que é visível a partir de um determinado ponto, a partir da qual se estabelece uma bacia visual (*visual bay*), que é a área física, na terra, na água ou no ar, visível pelo olho humano a partir de determinado ponto. Cf. (Capela & Murtinho, no prelo).

¹⁰⁸¹ Cf. <http://www.coimbraconvento.pt/pt/convento-sao-francisco/historia/>, acedido em 16/05/2017.

¹⁰⁸² Cf. (Câmara Municipal de Coimbra, 2017).



Fig. 84 – Convento de São Francisco, Centro Cultural e de Congressos. Fotografia: JCC, 2017.

A área de influência do bem classificado UC-AS é, também por isso, território atrativo para a implementação de dinâmicas socioculturais e de usos, característicos de um contexto urbano imaterial, que se afirmam, cada vez mais, globalizados, inerentes aos padrões de vida europeia/ocidental contemporânea, sendo conhecido, por exemplo, o aumento produtivo de algumas dinâmicas económicas, nomeadamente a turística, após uma classificação da UNESCO, mas também é conhecida a controvérsia à volta do custo do aumento desmedido dessa realidade.

Desde 2009, que o crescimento do turismo e as pressões económicas que lhe estão associadas, em cidades históricas, tem sido apontado pela UNESCO, de forma direta, como uma das maiores preocupações que os responsáveis pela gestão dos sítios inscritos na LPM, deveriam ter em consideração (Bandarin e Oers, 2012, p. 67). O próprio ICOMOS tem uma *Carta Internacional do turismo cultural*¹⁰⁸³, onde aborda algumas questões e preocupações, desde 1976, relativas ao volume turístico aceitável para um sítio classificado, sem o prejuízo de ser o início da “destruição” da sua identidade, autenticidade e integridade (F. Lopes e Correia, 2004, p. 38) e, ainda, há autores que colocam a questão do turismo cultural como sendo um *cavalo de Troia* para os sítios PM (Caraballo Perichi, 2001) (Fig. 85).



Fig. 85 – Turistas na cidade. Casa dos Melos, UC. Fotografia: GNI, UC¹⁰⁸⁴.

¹⁰⁸³ Houve uma primeira versão que foi revista em 1976, em Bruxelas. Em 1999, a Carta foi retificada, no México. Está prevista a sua atualização, em 2017, no âmbito do Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento.

¹⁰⁸⁴ Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.

O aumento da atividade turística¹⁰⁸⁵, em Coimbra, permite verificar uma realidade acessível através da simples ação de percorrer as ruas, tanto na área PM, como na sua área urbana de influência: o aumento de turistas tem gerado investimentos e proveitos económicos, cuja face mais visível se traduz na disseminação de lojas de recordações (Fig. 86), no aumento do número de alojamentos turísticos e estabelecimentos de restauração, contribuindo para a reabilitação do parque edificado e dos espaços públicos.



Fig. 86 – Baixa, Rua Ferreira Borges. Fotografia: JCC, 2017.

Assim, o turismo cultural, enquanto dinamizador urbano, deve contribuir para o desenvolvimento sustentável da cidade, como sendo mais um fator associado a novos estilos de vida e de consumo promovidos pela sociedade contemporânea. Por isso, desenvolver metodologias, instrumentos e técnicas capazes de garantir essa sustentabilidade, é um desafio imperativo, que vigora com o crescimento do número de visitantes da cidade.

Mas existe “a outra face”, visto que, a pressão do turismo cultural é um processo de massas, sentido à escala global. É assumido, de modo geral, que causa danos no património, na sua componente material, pelo desgaste continuado do aumento do número de visitantes. E também, na sua componente imaterial, pelos conflitos gerados com os habitantes locais, que muitas vezes, não reagem positivamente às dinâmicas dessa nova realidade, nomeadamente, na oferta de comércio de *souvenirs* e de unidades de alojamento turístico, em particular, adjacentes às áreas classificadas. Talvez, o mais visível dessa particularidade, seja o abandono de lojas tradicionais e históricas, de todo o “saber fazer” e do produto tradicional, que conferia autenticidade e especificidade ao comércio local, para dar lugar, às lojas globais com produtos tipificados, que se encontram por todo o lado e não se diferenciam de lugar para lugar.

O comércio direcionado ao mercado turístico, que se estabelece preferencialmente nessas áreas adjacentes ao património, deve ser discutido, porque uma das tensões entre a globalização destas práticas e o desenvolvimento local sustentável, deve abordar a qualidade, porque quantidade já existe. Se a gestão destes sítios, não passar pelo planeamento destas dinâmicas de diferenciação do local, vai ser possível, erradamente, adquirir produtos tradicionais de Coimbra, em qualquer loja “tradicional”, em Lisboa, Porto, ou até, noutra cidade europeia. Por isso, há uma maior afluência aos espaços que se diferenciam pelo produto local ou regional, ou ainda pela procura de experiências culturais, como o fado e a Canção de Coimbra, neste caso (Fig. 87).

¹⁰⁸⁵ Os números do turismo representam um crescimento de 5% (Europa), em 2015 (World Tourism Organization, 2016, p. 15). Tal facto atribui ao turismo uma valência motriz e vital para a recuperação económica global, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (World Tourism Organization, 2016).

A autenticidade e a especificidade do local é aquilo que torna o sítio único, sendo, por isso, uma mais-valia para a preservação da identidade local. Esta diferenciação positiva, característica própria do local que se pretende único, só beneficia a qualidade da experiência de quem reside ou visita a cidade.



Fig. 87 – Alta de Coimbra, Escadas do Quebra-Costas/Rua Joaquim António de Aguiar. Fotografia: JCC, 2017.

E por isso, deve haver um compromisso entre todos os intervenientes no processo de patrimonialização, da gestão e política do espaço urbano até às comunidades locais, para que sejam criadas condições para a permanência dos habitantes e comércio tradicional, no local, tentando não repetir os erros do passado, em que muitos Centro Históricos foram deixados ao abandono. Uma cidade não se pode privar de residentes em áreas de grande reconhecimento emocional (Fig. 88). Este facto, já é o suficiente para prejudicar a cidade, porque o pior para qualquer cidade, é a falta de vida. Sem vida, a cidade cai.



Fig. 88 – Baixinha, Rua do Paço do Conde. Fotografia: JCC, 2016.

Este paradigma avalia a autofagia do turismo, sendo que o seu volume incontrolável é um dos fatores de risco para o património, e no fundo, para a cidade. Contudo, é necessário reverter esta prática e tornar esta atividade em mais uma que possa contribuir para um desenvolvimento sustentável da cidade, pensando que cada caso é sempre único, e que, por isso, deve ter e deve promover as suas especificidades.

Assim, o turismo deve ser um catalisador positivo para uma cultura de sustentabilidade do património e não, um fim em si próprio. E a busca de novos conhecimentos e experiências culturais, pela viagem que é

uma das atividades de lazer mais apreciadas pelas massas¹⁰⁸⁶, na contemporaneidade, pode ser vista como um recurso, do qual os bens inscritos na LPM se podem valer, para responder à oportunidade económica que daí resulta (Fig. 89). Num cenário de gestão de sítios PM, a promoção da viagem turística pode funcionar para gerar receitas e outros recursos, capazes de contribuir na sua própria gestão, manutenção e conservação.



Fig. 89 – Quebra-Costas. Fotografia: JCC, 2016.

Foi sob esta perspetiva que o Turismo do Centro de Portugal lançou a candidatura “Lugares Património Mundial do Centro”¹⁰⁸⁷ aos fundos europeus, que foi aprovada para realização de ações direcionadas ao envolvimento da comunidade, serviço educativo, programação cultural em rede, hospitalidade turística e comunicação, permitindo, não só estabelecer dinâmicas territoriais para a promoção do património, da história e da cultura dos quatro sítios PM, mas também, evidenciar a região centro, a partir deles (Agência Lusa, 2017).

Portanto, neste caso, entendendo o PM como um recurso do território e partindo da oportunidade publicitária do título patrimonial, foi possível reinventar soluções para enquadramentos não convencionais, dentro da lógica de abordagem deste terceiro eixo estratégico, mas que não deixarão de se refletir, pelo menos, nas dinâmicas socioculturais e de uso dos espaços classificados.

Considerações finais

A partir de três eixos estratégicos para uma gestão integrada e desenvolvimento urbano sustentável, assumidos no processo de candidatura de Coimbra a PM, foi feito um balanço sobre o processo transformativo visível e consequente da candidatura e título PM, que foi sendo operado em três níveis de contexto urbano: no do bem classificado, no da sua área urbana de influência, na vertente material, e no espaço das dinâmicas socioculturais, na vertente imaterial.

A primeira leitura que este trabalho permite salientar é que, uma candidatura patrimonial deve ser um ativo para a gestão e para o desenvolvimento urbano sustentável de uma cidade. Porque é um processo onde foi considerado um valor maior, que pelo seu reconhecimento, estabelece opções, intenções e compromissos de gestão, proteção e salvaguarda, com e para as gerações futuras.

¹⁰⁸⁶ Pedro Machado referia que “o produto cultural é o mais procurado pelos turista”, para justificar o aumento que o turismo cultural representa na economia (Agência Lusa, 2017).

¹⁰⁸⁷ A candidatura surge a partir da Rede de Património Mundial do Centro de Portugal (2016), que reúne os seus quatro sítios inscritos na LPM: o Mosteiro da Batalha e o Convento de Cristo em Tomar (1983), o Mosteiro de Alcobaça (1989) e a UC-AS (2013). Cf. (Agência Lusa, 2017).

Será, porventura, mais acessível, por ainda estar num estágio embrionário, ajustar ou redesenhar metodologias de gestão urbana, que não estejam a ser devidamente equacionadas, sobre o impacto que o processo de candidatura de Coimbra a PM teve na cidade.

O processo transformativo está visível ao nível do primeiro eixo estratégico equacionado, pelas ações a que a UC se tem proposto, através de inúmeras intervenções, na área do bem classificado, da qual é gestora, para garantir a continuidade do valor patrimonial recebido, por um lado, acrescentando valor ao existente, por outro. Com património que ainda não existia, à data da inscrição na LPM, de acordo com o que havia sido apresentado na candidatura, a UC-AS é um caso paradigmático, onde se classifica um bem patrimonial, que antes de ser, já era.

Mas também a própria cidade tem investido na requalificação de patrimónios e espaços urbanos, aproveitando o impulso gerado pela candidatura e pelo título, potenciando, em paralelo e em complemento ao primeiro eixo, políticas e dinâmicas que permitissem a requalificação do espaço público e privado, por toda a área urbana de influência do bem classificado.

Poderia, parecer incongruente, intercalar o eixo estratégico da PUH, entre aqueles, que se consideram paralelos e complementares no âmbito do contexto urbano. No entanto, verifica-se, por tudo o que foi apresentado e considerado, que o primeiro e o terceiro eixos só são paralelos e complementares, pela leitura de unidade introduzida pela matriz cultural territorial, que é dada pela abordagem material e imaterial da PUH, estabelecendo, assim, as correlações verificadas.

Logo, a PUH, para além de eixo estratégico potenciado pelo processo de candidatura a PM, que importa desenvolver e aprofundar, torna-se, também, numa chave de leitura para as transformações urbanas visíveis consequentes do processo de candidatura e do título PM. Porque quando se fala da recuperação do património ou do aumento do número de turistas na Universidade, fala-se, também, do edifício que foi ou que vai ser recuperado, ou transformado em qualquer tipo de alojamento turístico, ou edifício habitacional ou espaço comercial reabilitados, numa qualquer rua da Alta, da Baixa ou de Santa Clara.

É, portanto, pela abordagem transversal do contexto urbano e pela consciência do sistema de coexistência, onde a parte não é mais importante do que o todo, que a PUH pode contribuir para o desafio que se coloca na gestão para o futuro, destes territórios de identidade secular, como é o caso de Coimbra. Através de um planeamento integrado e integrante do contexto urbano, considerando quer a vertente material quer a imaterial, capaz de ser dinâmico e flexível para se ir ajustando às necessidades e exigências que vão sendo colocadas e equacionadas na vivência do quotidiano, é possível propor ações para uma maior concretização da qualidade do espaço urbano, tanto ao nível do espaço físico, como ao nível do sociocultural. Mas é possível, também, prevenir ações que possam ser prejudiciais ao contexto urbano, no seu todo ou de alguma parte, permitindo conferir à PUH, a mediação mais operativa na gestão urbana, enquanto sistema, monitorizando e avaliando, continuamente, os protocolos estabelecidos entre a população sobre/e o território, com recurso a equipas multidisciplinares, pois não pode ser esquecido, que a cidade é composta por pessoas, espaços e pelas relações que se estabelecem entre ambos. Entenda-se, por isso, que é por uma questão de qualidade de vida, que os processos de gestão da cidade se devem guiar.

É uma candidatura patrimonial, para além da produção de conteúdos que promovem o estudo e o conhecimento do bem proposto, quer pelos seus utilizadores diários quer pelas entidades locais, nacionais e internacionais que o gerem e o dinamizam, é também um processo que, não deixa de ser um projeto político de intenções, de estratégia e de intervenção para a área que se pretende classificar, para a sua área circundante e, no limite, para o seu território de influência. Porque no fundo, um bem classificado e inscrito na LPM é uma promoção mediática, que deve ser aproveitada, para responder à oportunidade económica

que resulta da classificação, tendo em vista a geração de receitas e recursos capazes de contribuir para a sua própria gestão, manutenção e conservação.

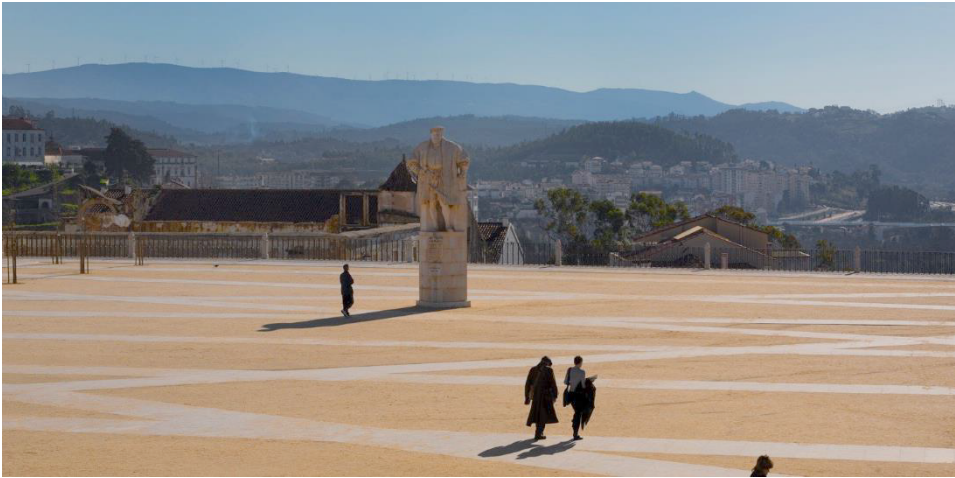


Fig. 90 – Caminhos, Pátio das Escolas. Fotografia: FG+SG, GNI, UC.

O direito à cidade é para todos, quer sejam residentes, trabalhadores ou turistas (Fig. 90). E nesse sentido, quem promove a sectorização da cidade através de acontecimentos para potenciar determinada indústria económica, como a do turismo, tendo como força motriz o património cultural, deve fazê-lo com equilíbrio e sensatez, sob pena de se descaracterizar aquilo que se quer preservar. Assim, um planeamento integrado e integrante permite propor, experimentar e ajustar medidas e estratégias que visem contribuir para um balanço equilibrado, entre residentes e turistas, que usam, ocupam e coexistem no mesmo espaço urbano. O aparente antagonismo que possa resultar dessa convivência, como a perda sucessiva de identidade dos sítios classificados causada pelo aumento de atividades turísticas, pode ser compatibilizado com a aceitação desse facto, através de ações direcionadas, enquanto consequência natural do processo de reconhecimento da excecionalidade do bem.

É preciso antecipar a realidade e tomar consciência do *tempo novo* e das suas contemporaneidades, num passado em permanente construção, mas também, preservar e ir construindo memória de um património, incessantemente, em transformação.

Parte IV

Título

No fundo, estamos a falar sempre de arquitectura.

Álvaro Siza Vieira, 2002¹⁰⁸⁸

¹⁰⁸⁸ Cf. (Siza, 2002, p. 19).

Capítulo 8: Conclusões

8.1 Síntese de resultados finais

Conforme esclarecemos na nossa introdução, esta tese de doutoramento em arquitetura procurou investigar de que modo uma candidatura a Património Mundial se pode concretizar como operador urbano, do seu contexto urbano de referência. Em função desse desígnio e sob a abordagem do estudo de caso, candidatura da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) a Património Mundial (PM), formalizámos um objetivo geral que pretendia compreender o processo transformativo que o fenómeno da candidatura da UC-AS a PM havia promovido e continua a promover, para o desenvolvimento do seu contexto urbano. Nesse sentido, a investigação do processo de candidatura da UC-AS a PM permitia esclarecer a sua emergência, o seu sistema de gestão e a sua concretização, referenciados ao seu contexto urbano, com especial incidência, nas áreas candidatas e depois inscritas na LPM, Alta, Sofia e respetiva zona de proteção.

Adicionalmente, através da nossa metodologia, pelo interesse em aprofundar e ampliar o conhecimento sobre o processo de candidatura da UC-AS a PM, formalizávamos uma estratégia de investigação do estudo de caso, a partir de uma perspetiva analítica, interpretativa e explanatória sobre o fenómeno identificado, a sua contextualização e as suas circunstâncias, bem como a sua implicação ou influência na realidade do seu meio.

Este espaço é dedicado a concretizar a apresentação de uma síntese de resultados finais, globais e particulares, que nos permitem proceder às conclusões finais, em função de todas as considerações parciais que foram sendo realizadas ao longo do trabalho e através das nossas matrizes de síntese geral e particulares. Estas matrizes estabeleciam as possibilidades de articulação temático-concetual promovida entre os vários domínios e as perspetivas de leitura, constituindo-se num instrumento de trabalho operativo e útil para a análise de conteúdos, que se determinou por uma continuidade evolutiva e dinâmica concretizada ao longo da nossa investigação. Por conseguinte, o desenho final da nossa Matriz de Síntese Global foi finalizado em 2018 e resultou da evolução da investigação, pela compreensão dos conteúdos documentais contrastados pela revisão bibliográfica que, por sua vez foram referenciadas às categorias de análise, até às observações que se iam realizando sobre a evolução das intervenções sobre o património arquitetónico e/ou sobre o seu contexto urbano de referência, bem como as interpretações e as considerações explanatórias que iam sendo realizadas.

Todavia, consideramos que a complexidade multifacetada do nosso objeto de estudo permite gerar uma variedade de evidências, referenciadas às categorias definidas para alcançar o nosso objetivo geral, embora seja expectável que outras variáveis ou categorias de análise e outras evidências e/ou possibilidades possam

(e devam) ser equacionadas no futuro, acompanhando ou problematizando a leitura desenhada no presente documento, de modo complementar ou inovador.

Deste modo, optámos pelo título Matriz de Síntese Global, precisamente, por considerarmos a sua disponibilidade para futuro.

Do mesmo modo que apresentámos a nossa Matriz de Síntese Global, com os resultados finais da nossa investigação, também se constitui oportuno apresentar as nossas Matrizes de Síntese Particular, em função da concretização da investigação realizada para cumprir dois objetivos específicos, subordinados, à compreensão dos processos de construção da Cidade Universitária de Coimbra, na Alta, por iniciativa do Estado Novo e de desclassificação da Igreja de São Domingos, na Rua da Sofia, cuja ‘Capela-mor inacabada’ se constituía Monumento Nacional desde 1910.

Conforme explicámos na nossa metodologia, em função de uma complexa rede de ligações e influências entre os domínios e as perspetivas de leitura, por vezes intercruzadas e transversais, desenhámos uma matriz de relações particular que nos permitiu desenvolver as investigações particulares, para cada um destes processos.

A nossa Matriz de Síntese Particular – Processo de construção da CUC (Alta) compreende os nossos resultados finais referentes à investigação mais aprofundada, sobre o processo de construção da CUC.

A nossa Matriz de Síntese Particular – Processo de desclassificação da Igreja de São Domingos (Sofia), compreende os nossos resultados finais referentes à investigação mais aprofundada, sobre o processo de desclassificação da Igreja de São Domingos, na Rua da Sofia.

À semelhança da nossa Matriz de Síntese Global, estas Matrizes de Síntese Particular, embora referenciadas às categorias definidas para alcançar os nossos objetivos específicos e geral, ficam disponíveis para lançar pistas para futuras investigações que, por complementaridade, acompanhamento ou problematização, considerem estes tópicos e/ou objetos estimulantes e com interesse de investigação.

MATRIZ DE SÍNTESE GLOBAL

		Perspetiva de leitura		
		Candidatura PM	Gestão do património	Desenvolvimento urbano
Domínio	UNESCO	Política internacional Universo PM: CPM1972 e LPM Universidades PM UC-AS/URH de Alcalá de Henares	Evolução do discurso filosófico-conceitual: <i>Operational Guidelines</i> Evolução das políticas: instrumento político – CPM1972: instrumento técnico – OG	Evolução da LPM Lista indicativa UNESCO/anti-UNESCO Instrumento político: Recomendação PUH
	Bem UC-AS	Processo de candidatura – 1ª, 2ª e 3ª fases Intenções: Alta PM, com ou sem CUC Agentes: MSF (1ª fase), GAAC (1ª fase), CMC (1ª, 2ª, 3ª fases), UC (2ª, 3ª fases) CUC como património UC-AS (3ª fase) – 22/06/2013 UC-AS PM PM: VUE, autenticidade, integridade, PM material e imaterial, critérios (ii) (iv) (vi) Emergência UC-AS: a arquitetura do conhecimento da UC (Ribeiro Lopes), responsabilidade e compromisso de futuro (Seabra Santos), contrato de futuro (Raimundo Mendes da Silva)	Emergência UC-AS: gestão integrada do património da UC (Fernando Marques) Área do bem; limite; imagem; memória coletiva; identidade – abordagem PUH Sistema de gestão UC-AS: Plano + Agentes + Instrumentos Agentes de gestão: UC, CMC e RUAS Alta e Sofia: propriedade UC: património em transformação Gestão do património: valor de património (desclassificação ISD) Património como premissa de projeto Valorização do património universitário Abordagem PUH: Sistema de vistas	Plano de gestão Instrumentos de gestão Alta e Sofia <i>Cidade Sofia</i> : Polo 0 – Sofia; Polo 1 – CUC + (Polo 2 – FCT; Polo 3 – Saúde) <i>Lusa Atenas</i> : Alta, Baixa, Santa Clara (Centro Histórico de Coimbra) PM: oportunidade e estratégia Concretização UC-AS: intervenção qualificada no património Concretização UC-AS: a arquitetura do conhecimento da UC (Ribeiro Lopes), responsabilidade e compromisso de futuro (Seabra Santos), contrato de futuro (Raimundo Mendes da Silva)
	Contexto urbano	Restabelecer a inter-relação <i>univer(sc)idade</i> Estratégia política e estratégia de intervenção: candidatura como operador de desenvolvimento urbano Gestão integrada: bem PM + contexto urbano	Proteção e salvaguarda do património urbano: cidade existente Valorização do património municipal Património como ónus de qualidade de intervenção urbana Intervenção qualificada como contaminação positiva Valorização do espaço público Abordagem PUH: <i>Lusa Atenas</i> /Sistema de vistas	Área de proteção (Centro Histórico de Coimbra) Cidade existente: construir no construído Intervenção urbana: projeto arquitetura de requalificação e reabilitação Sistema de gestão UC-AS: RUAS + Instrumentos de gestão Setores: construção, cultura e turismo

MATRIZ DE SÍNTESE PARTICULAR – PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CUC (ALTA)

		Perspetiva de leitura		
		Arquitetura	Protagonistas	Estado
Domínio	CUC	Processo de arquitetura Projeto e execução Universidade de Coimbra/Cidade de Coimbra FLUC/AAC	1ª CECUC 2ª CECUC CAPOCUC (1ª, 2ª e 3ª fases) Arquitetos: Raúl Lino, Luís Benavente, Cottinelli Telmo, Cristino da Silva, João Filipe Vaz Martins Arquiteto Alberto Pessoa	MOPC – ministros das OPC, Duarte Pacheco, Augusto Cancela de Abreu, José Frederico Ulrich, Eduardo de Arantes e Oliveira, Silva Sanches Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar
	Nacional	Arte e arquitetura modernas: exposições e congressos nacionais EMP/CAPOIZMB/CAPOCUC Planos de urbanização Universidade: Lisboa/Coimbra	Arquitetos: Cottinelli Telmo, Cristino da Silva, Porfírio Pardal Monteiro, Raúl Lino <i>Atelier</i> de Belém: Duarte Pacheco + Cottinelli Telmo + Sá e Melo António de Oliveira Salazar Duarte Pacheco/António Ferro	Políticas estratégicas e socioeconómicas nacionais (setor das Obras Públicas) Propaganda e imagem Ligações ultramarinas Relações internacionais
	Internacional	Arte e arquitetura modernas: exposições e congressos internacionais Estado da arte: Planos de urbanização e Cidades Universitárias Identificação de ‘Dossier 8’ e ‘Dossier sem título’ (Universidade de Bolonha)	Arquitetos: Albert Speer, Marcello Piacentini, Modesto López-Otero Adolf Hitler/Benito Mussolini/General Franco	Guerra Civil de Espanha (1936-1939) Segunda Guerra Mundial (1939-1945) Relações internacionais/diplomacia

MATRIZ DE SÍNTESE PARTICULAR – PROCESSO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO DOMINGOS (SOFIA)

		Perspetiva de leitura		
		Arquitetura	Protagonistas	Estado
Domínio	Construção	Processo de construção do convento, na Sofia: convento de S. Domingos e Colégio de S. Tomás de Aquino Projeto de arquitetura da ISD Projeto da Capela-Mor Projeto da Capela do Tesoureiro (CT)	Frei Martinho de Ledesma Duque de Aveiro, D. João de Lencastre Arquiteto-engenheiro Isidoro de Almeida Tesoureiro da Sé, Francisco Monteiro Escultor João de Ruão	D. Manuel I (1492-1521) D. João III (1521-1557) D. Sebastião (1557-1578) Regência de D. Catarina (1557-1562) Regência do cardeal D. Henrique (1562-1568)
	Classificação	1910: “ <i>ISD (capella-mor) inacabada</i> ” classificada Monumento Nacional 1923: CT classificada MN 1924/1925: propostas de novos arruamentos da Baixa 1939/1940: abertura R. João de Ruão 1966: reconstrução da CT no MNMC	Oliveiras de Águeda Arquiteto Luís Amoroso Lopes Diocese de Coimbra MNMC	DGEMN DGEMN, Secção de Coimbra DGESBA
	Desclassificação	1971: CT deixa de incorporar os MN 1978: processo de construção de Centro Comercial da Sofia 22/06/2013: UC-AS PM 27/11/2013: início do processo de desclassificação da ISD 13/04/2015: republicação da desclassificação da ISD	Ciferro	CMC Secretaria de Estado da Cultura DGPC DRCC

8.2 Síntese conclusiva global

Este espaço final, votado para a concretização formal deste nosso processo de investigação, desenha uma síntese conclusiva global referenciada ao nosso objetivo geral e inter-relacionando as considerações que, de modo parcial, foram sendo estabelecidas ao longo da nossa investigação. Efetivamente consideramos que o nosso objetivo geral – que se determinava em compreender o processo transformativo que o fenómeno da candidatura da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) a Património Mundial (PM) imprimia/imprime ao desenvolvimento do seu contexto urbano – foi sendo cumprido, à medida da evolução do nosso processo de investigação. Pese embora, a verificação e a demonstração do objetivo geral tenham sido concretizadas, paulatinamente, pela sucessiva produção científica, importa, neste espaço da quarta parte da nossa tese, fazer o balanço e a articulação dessas considerações prévias, das proposições e ideias que estipularam e concorreram para o delineamento desta tese.

Pela imagem à referência da finalização formal da candidatura da UC-AS a PM, atribuímos o Título a esta parte, pese embora, como já evidenciámos, o processo não tenha terminado por aí.

Para cumprir esta última etapa voltamos a ancorar o desenvolvimento desta síntese conclusiva global à construção da estrutura desta tese, que no fundo estabelece a construção mental entre as lógicas de composição inter-relacionais utilizadas para a investigação deste estudo de caso. Como explicávamos na introdução desta tese, mais do que avaliar o processo de uma candidatura a PM em si própria, para a nossa investigação interessava perceber as suas dinâmicas e interferências com a realidade do espaço ao qual se referenciava, sendo esta a perspetiva de leitura utilizada para conhecer, analisar e compreender o nosso objeto de estudo – a candidatura da UC-AS a PM.

Síntese conclusiva 1

Tendo em conta a especificidade deste objeto de estudo, do seu enquadramento e das suas circunstâncias, importava conhecer o domínio onde a candidatura da UC-AS a PM se havia desenvolvido. Nesse sentido, a primeira *oportunidade* deste estudo de caso passava por investigar as políticas, os conceitos e os discursos do âmbito da UNESCO que referenciavam e enquadravam, espacialmente, tanto do ponto de vista teórico-conceitual, como do ponto de vista físico, a compreensão da candidatura do bem referenciado à cidade. Tal compreensão permite-nos tecer algumas considerações adicionais que, para além de justificarem o título atribuído à parte I da tese – Oportunidade –, são relativas à problemática existente numa candidatura no âmbito da UNESCO e, deste modo, contribuir para acrescentar e reforçar o interesse científico nesta temática que nem sempre é evidenciada, embora basilar pelo enquadramento de um dos domínios do nosso estudo de caso.

A nossa primeira síntese conclusiva explica a eminente componente política atribuída a estes processos.

Com efeito, esta síntese pode ser compreendida pela conjuntura de várias considerações. A primeira considera a componente política destes processos, do ponto de vista internacional, nacional e local.

De facto, quem declara o Valor Universal Excecional (VUE) de determinado bem é um Estado-parte ou um conjunto de Estados-parte da Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972 (CPM1972), com jurisdição sobre esse bem. Essa declaração oficial desse(s) Estado(s)-parte tem por objetivo a sua aceitação, por parte da comunidade de Estados-parte da CPM1972, representados pelo Comité do Património Mundial (PM), enquanto responsável por todas as questões sobre o PM, de modo a que esse bem possa integrar um conjunto de bens reunidos na Lista do Património Mundial (LPM), aos quais, por sua vez, o VUE também fora reconhecido pelo Comité do PM. No fundo, todo este processo,

independentemente, da sua cada vez maior especificidade e da sua componente técnico-científica mais aprofundada, conforme se verificou no nosso artigo “Património Mundial: democracia e diversidade”, não deixava de se constituir num instrumento de construção de laços políticos entre os Estados-parte da CPM1972 que também pertencem à UNESCO (ou como Estados-membro, Estados-associado ou Estado-observador), referenciado à proteção do património. A lógica de ‘conhecer para compreender’ está subjacente a esta construção de laços políticos, apoiando-se na promoção da diplomacia e da tolerância para com o ‘outro’, através dos pilares fundamentais da base de atuação da UNESCO, educação, ciência e cultura, a partir do conhecimento da cultura e do património de cada um, como meio para atingir o grande objetivo de construção da paz mundial.

Do ponto de vista nacional, estes processos podem ser entendidos como estratégicos sob duas vertentes, a política externa e a política interna. Por um lado, sob a vertente da política externa, estes processos de candidatura a PM podem ser entendidos como plataformas de mediação para a consolidação de relações inter-Estados, dentro da mesma lógica exposta no argumento anterior, potenciando a diplomacia, a estabilização e a cooperação dessas relações, pese embora condicionada aos interesses nacionais de cada Estado-parte. Por outro lado, sob a vertente da política interna, estes processos de candidatura a PM podem ser vistos como uma oportunidade de gestão territorial, impulsionando uma estratégia ou eixo estratégico para implementação de uma política pública implícita ao ordenamento do território, na lógica de perspetivar o desenvolvimento de regiões ou territórios mais abrangentes, a partir dos recursos patrimoniais existentes nesses mesmos territórios. Desse ponto de vista, as Listas Indicativas de bens de cada Estado-parte, cujos bens inscritos podem vir a ter um reconhecimento do seu VUE – e que consiste na condição preliminar para uma futura candidatura oficial de determinado bem à LPM – constituem-se numa oportunidade de gestão territorial, enquanto instrumento de avaliação e de planeamento relativo a todos os bens suscetíveis da possibilidade de virem a desenvolver uma candidatura a PM. Embora podendo potenciar outras lógicas de associação, consideramos que esta possibilidade de leitura, análise e avaliação, deve ser articulada ao nível do território nacional, tendo em conta que a atratividade estratégica sobre estes espaços, aos quais são reconhecidas condições de uma futura candidatura a PM, pode ser geradora de dinâmicas e sinergias de desenvolvimento, por influência local e territorial, conforme verificámos e concluímos na nossa investigação¹⁰⁸⁹.

Do ponto de vista local, estes processos podem ser uma oportunidade de qualificação e desenvolvimento do bem que se pretende inscrever na LPM e do seu contexto espacial urbano, a partir da própria decisão de candidatura. Este pressuposto assenta na dedução que o reconhecimento do VUE do bem candidato à inscrição na LPM se torna num ativo para o desenvolvimento local e/ou territorial, reconhecido pelos vários agentes. Vários estudos, que referenciamos, demonstram o aumento do número de visitantes nestes espaços, após a inscrição na LPM, gerando receitas dentro da área de influência do bem, com forte impacto no setor das atividades ligadas ao turismo. Todavia, o benefício económico não se traduz, apenas no período pós-inscrição. Deste ponto de vista a decisão política de se avançar para um processo deste nível é, em si própria, uma ação estratégica de intervenção sobre o património arquitetónico e urbano, bem como de transformação das dinâmicas existentes, gerando e influenciando novas sinergias de ação, mesmo que a inscrição na LPM possa não vir ser concretizada. Concludentemente, a expectativa de inscrição de um bem na LPM pode, em muitos casos, ser a necessária força geradora para possibilitar uma mudança tanto ao

¹⁰⁸⁹ Com especial incidência nos artigos “Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos”, no capítulo 3 e “O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da UC-AS PM”, no capítulo 7.

nível da gestão do próprio bem ou sítio, como pela sua influência e contributo para os protocolos de gestão e planeamento de coesão territorial, uma vez que, as ações de proteção e salvaguarda sobre um património candidato a PM (ou com possibilidades de vir a ser) e reconhecido pelos diversos agentes, potenciavam uma transformação nas dinâmicas socioeconómicas dentro do seu território de influência e, por isso, cheias de especificidades próprias do lugar e de cada território.

Podemos estipular outra consideração, articulando esta primeira consideração exposta com uma componente educativa e pedagógica, a partir destes processos de candidatura de um bem a PM. Com efeito, a visibilidade dada ao âmbito do PM tem uma capacidade de estabelecer pontes entre diversas comunidades e culturas, a partir do conhecimento do património que cada uma opta por evidenciar. Esta capacidade de gerar interesse, no 'outro', sobre 'nós', constitui-se numa oportunidade de transmissão de conhecimento, através da plataforma PM, sobre os modos de relação entre uma comunidade e o seu património e território, cujas dinâmicas se estabelecem e manifestam, diariamente, no seu contexto material e imaterial. Adicionalmente, o conhecimento sobre o 'outro' constitui-se, inevitavelmente, numa oportunidade de conhecimento sobre 'nós próprios', sendo esta outra oportunidade da referida transmissão de conhecimento, como se verificava com a contextualização do processo geral de candidatura de Coimbra a PM e de modo transversal a toda a investigação. Esta consideração final poderia ser redundante (em relação à primeira), se não fosse entendida a importância das comunidades locais para a efetiva ação de proteção do património arquitetónico e urbano, por serem essas comunidades quem de facto vivencia a importância dessa realidade no quotidiano. Por conseguinte, esta plataforma do PM não só disponibiliza uma transmissão de conhecimento sobre os bens, em si próprios, mas também sobre as práticas da sua gestão e os modos das suas vivências.

A nossa terceira consideração realça a função dos conceitos, dos discursos e dos meios de implementação dos mesmos, contrastando com algumas leituras que vão sendo conhecidas no sentido de reequacionar o desenho da LPM, inclusivamente, avançando com a possibilidade do seu término, sob os argumentos de nada faltar inscrever na LPM, cuja 'dimensão' vai aumentando, para além da não evolução do texto da CPM1972.

Ora, esta nossa consideração não pode ser entendida fora de uma premissa basilar, tal que, a CPM1972 é um instrumento político criado pela UNESCO, dos mais bem-sucedidos ao nível da história, para serem atingidos os fins políticos a que a UNESCO se propôs aquando a sua constituição, nomeadamente, estabelecer relações diplomáticas e discursos de paz entre a comunidade internacional. Adicionalmente, a CPM1972, enquanto instrumento político, está sujeita a ratificação, aceitação ou adesão pelos Estados que, em liberdade, assim o desejem, desde que façam parte da UNESCO, como membro, associado ou observador. Consequentemente, a LPM, enquanto espaço de reunião dos bens aos quais lhes é reconhecido um VUE pelo Comité do PM, assume-se, por conseguinte, como um instrumento-reflexo de gestão dos propósitos políticos assumidos pela UNESCO, sob a dimensão da proteção do património cultural e natural do mundo.

Por esta leitura, não acompanhamos aquelas que defendem o fim da LPM, precisamente, por considerarmos que a LPM reflete o sucesso desse instrumento político que é a CPM1972. A filosofia política da Convenção reside na integração, cada vez mais abrangente, de patrimónios representativos da diversidade cultural existente, numa clara tentativa de democratização do acesso à LPM, não sendo, por esse facto, estipulado um limite máximo de inscrições na LPM. No dia em que a LPM cessar as suas funções, ou seja, quando deixar de reunir os bens com VUE reconhecido pelo Comité do PM, a CPM1972 perderá toda a sua capacidade política internacional, que lhe é atribuída pela realidade dos números, que tivemos a

oportunidade de verificar, no nosso artigo “Património Mundial: democracia e diversidade” e não nos parece plausível e verosímil que, do ponto de vista político, a UNESCO abdique de um dos seus grandes trunfos de gestão diplomática mundial.

Sob estes argumentos, adicionamos um outro relativo à evolução do discurso oficial do PM. A Convenção, como já referimos e enquanto instrumento político do qual os Estados fazem parte, não pode evoluir enquanto texto técnico, porque essa não é a sua função. A função de orientação técnica para a implementação da CPM1972 é atribuída ao texto das *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention* (OG) que, desde 1977, como verificámos no nosso artigo do capítulo 2, tem incorporado a evolução dos conceitos, dos discursos e das medidas políticas que foram sendo atualizadas e ajustadas às exigências de cada contemporaneidade, cujos resultados e atividades sugeriram de ações e debates teóricos e científicos, muitas vezes gerados e propostos a partir do próprio Comité do PM ou dos seus conselheiros, o ICCROM, o ICOMOS e a IUCN.

Deste modo e consequente a estes argumentos expostos, a nossa quarta consideração equaciona a gestão mais especializada destes processos – as candidaturas de um bem a PM –, designadamente, no quadro de ação do âmbito do PM, pela tendência verificada de uma maior especificidade, especialização e aprofundamento do conhecimento técnico-científico destes processos. Ou seja, a exigência dessa especificidade técnica não pode ser apenas direcionada à elaboração dos processos de candidatura e, por consequência, aos Estados-parte, sob pena de serem os quadros de avaliação desses processos, do âmbito do PM, a não estarem habilitados para a maior complexidade que a abrangência da diversidade do património exige, designadamente, ao nível de equipas multidisciplinares capazes de avaliar os processos nas suas múltiplas complexidades. Não se pode garantir a maior diversidade de património se não forem consideradas as possibilidades de leitura sobre essa diversidade e, consequentemente, sobre a complexificação inerente à abertura para essas possibilidades.

Esta leitura concorre para explicar o domínio da UNESCO e do PM e, por conseguinte, ser o contraste dos argumentos subjacentes ao discurso anti-UNESCO, designadamente, aqueles que imputam à UNESCO ou ao PM as implicações e as consequências – as negativas – que são verificáveis em alguns sítios depois de uma inscrição na LPM. De facto, essas implicações e essas consequências, sendo as mais comuns, direcionadas à ‘turistificação’ desses sítios e desses bens PM, compreendem-se pela agenda definida pelos gestores desses sítios e bens e não pelo facto da inscrição na LPM, em si. A inscrição de um bem ou sítio na LPM constitui-se numa oportunidade de criação de novas dinâmicas para o sítio ou bem PM, subjacentes ao património existente, o que cada comunidade, agentes e Estado-parte decidem assumir como prática de gestão para aproveitar essa oportunidade, deverá ser das suas inteiras responsabilidades. Sobre esta questão, possivelmente, caberá à UNESCO a responsabilidade de efetivar uma monitorização mais incisiva sobre estes casos, do ponto de vista técnico. Todavia e, em último caso, deverá ser sempre o Estado-parte, o maior responsável pelos destinos desses patrimónios, uma vez que, foi o Estado-parte o responsável pela declaração de VUE do bem.

Síntese conclusiva 2

Esta primeira síntese conclusiva, particularmente, a sua quarta consideração, dá-nos o mote necessário para se delinear a nossa segunda síntese conclusiva que distingue a componente da especificidade técnico-científica atribuída a estes processos, muito direcionada à produção de conteúdos para a compreensão do bem e do seu contexto, justificando, deste modo, o título atribuído à parte II da nossa tese – Candidatura. Tendo em conta o nosso objeto de estudo, compreende-se esta candidatura ancorada e enquadrada pelo campo disciplinar da arquitetura, uma vez que o seu grande objetivo passava por uma estratégia de

intervenção qualificada sobre o património universitário, acrescentando valor ao existente, conforme ficava explícito na apresentação do seu enquadramento, no Livro 1 do *dossier* de candidatura.

Como foi considerado ao longo da investigação, o principal desígnio de qualquer candidatura patrimonial caracteriza-se por alcançar a classificação de um bem, capaz de garantir a transmissão dos valores que lhe estão associados. Por princípio, esses valores constituem-se como elementos importantes para a construção de uma identidade comum de um grupo e presume-se que essa importância para a sua comunidade justifica a sua transmissão às gerações futuras. Deste modo, a nossa primeira consideração sobre esta síntese conclusiva compreende o sucesso do desenho de uma candidatura a PM referenciado à UC na cidade, contrariamente, àqueles que numa fase antecedente se estipularam. Como já tivemos a oportunidade de referir, a identidade de Coimbra durante muitos séculos havia sido consolidada na imagem da universidade, sendo-lhe reconhecida a capacidade para estipular os protocolos de organização do território, não só na cidade, como no país e no mundo. Esta noção dimensional da influência mundial da UC, não só a partir das geografias, como também da difusão das ideias, do conhecimento e da estabilização de um mundo lusófono, podia ser compreendido a partir da ideia-chave da implementação evolutiva do espaço da universidade na cidade de Coimbra, enquanto plataforma relacional entre os vários espaços – o espaço físico, o espaço do saber e do conhecimento e o espaço da lusofonia – ancorando e permitindo que o delineamento da candidatura da UC-AS a PM se concretizasse.

A abordagem a este fenómeno contemporâneo do desenvolvimento da candidatura da UC-AS para alcançar a sua inscrição na LPM da UNESCO pode concorrer para uma segunda consideração, a partir desta investigação, designadamente, o estabelecimento da correlação entre a necessária visão estratégica desta candidatura, com a sua indissociabilidade com um enquadramento ao campo disciplinar da construção e da arquitetura. Esta conclusão é verificada e demonstrada por diversos factos e resultados. Com efeito, ao longo do desenvolvimento da candidatura da UC-AS a PM foram demonstrados resultados visíveis na intervenção sobre o património universitário que, por influência, ia gerando e promovendo transformações no seu contexto urbano. Não era despropositada a ideia que grassava no mundo da arquitetura e da construção em Portugal, quando se referia que Coimbra seria o estaleiro de obras de intervenções sobre o património, nos próximos anos, como referia José de Aguiar, na entrevista que realizava ao reitor Fernando Seabra Santos.

A compreensão do desenvolvimento do processo de candidatura da UC-AS a PM tornava-se fundamental, para se demonstrar que, de facto, foram utilizadas referências explícitas a um processo de investigação em arquitetura, sob variados aspetos e perspetivas, mas desde logo, pela sua designação concetual que reportava a localização espacial, referenciada na cidade, onde o bem patrimonial se implantava. No fundo, a candidatura da UC-AS conseguia, através da referência espacial urbana, a construção da ideia de cidade, onde a universidade se distinguiu como geradora de arquitetura – tanto do ponto de vista tipológico, através do colégio universitário, como do ponto de vista morfológico, através da abertura da Rua da Sofia¹⁰⁹⁰ e da construção da Cidade Universitária de Coimbra¹⁰⁹¹ –, permitindo delinear o traço da cidade, ao longo do tempo.

Adicionalmente, a metodologia assente na *arquitetura do conhecimento da UC*¹⁰⁹², de Nuno Ribeiro Lopes, concretizava o regresso simbólico e material da universidade à Rua da Sofia, construída, precisamente, para

¹⁰⁹⁰ Sobre este tópico, consultar o artigo “Crónica de uma morte anunciada. Ou quando um Monumento Nacional perde o seu status”, no capítulo 5, da parte III, da presente tese.

¹⁰⁹¹ Para uma leitura mais aprofundada sobre este tópico, consultar o nosso “Capítulo 4 – Cidade Universitária de Coimbra Património Mundial”, na presente tese.

¹⁰⁹² Sobre este tópico, consultar o artigo “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade”, no capítulo 3, da parte II, da presente tese.

albergar o definitivo regresso da universidade portuguesa a Coimbra, em 1537. Ou seja, Nuno Ribeiro Lopes referenciava o sucesso de candidatura aos processos de arquitetura: por um lado, à referência da ideia de cidade, pelo contexto urbano Alta-Sofia; por outro lado, à intervenção de reabilitação do espaço urbano, pela qualidade do espaço recuperado através dos projetos e obras nos edifícios degradados; e, ainda, aos tempos necessários para a sua execução, pela necessidade do processo de candidatura ser dilatado o suficiente para poder fazer prova da sua influência direta, pelo menos, no processo de reabilitação do parque edificado universitário.

Uma outra perspetiva, ainda relacionada com a *arquitetura do conhecimento da UC*, de Nuno Ribeiro Lopes, é aquela referenciada ao modelo de investigação utilizado neste título metodológico, desde logo, referenciado à analogia da *arquitetura da cidade*, obra de Aldo Rossi, original de 1966 e fundamental para construção do pensamento e da teoria da arquitetura. A escolha do título metodológico esclarece, de algum modo, a teoria subjacente à construção do desenho da candidatura, sobretudo, porque permite estabelecer na relação da UC com a cidade, uma ideia de construção de cidade como um todo evolutivo constituído a partir das suas partes – a Alta e a Sofia –, representativas de períodos da história, de intenções e decisões. Adicionalmente, a relação da UC com a cidade (con)funde-se com os momentos espaciais de implementação da UC na cidade, alguns deles representativos da própria expansão da cidade.

Para além destes argumentos, podem ser adicionados outros, designadamente, aqueles que referenciam as áreas disciplinares, da maioria dos seus atores principais: o seu mentor, o reitor Fernando Seabra Santos, assim como o pró-reitor Raimundo Mendes da Silva, da área científica da engenharia civil e do seu coordenador executivo Nuno Ribeiro Lopes, da área científica da arquitetura.

Uma terceira consideração que abrange a globalidade do processo de Coimbra a PM referencia a problemática associada à Alta. Se havia certeza sobre a área a candidatar à inscrição na LPM, essa certeza concretizava-se na Alta. No entanto, dentro dessa certeza comum a todas as intenções, propostas e candidaturas de Coimbra a PM, a definição e delimitação da área da Alta a candidatar não foi consensual.

Com efeito, se a perspetiva de abordagem sobre o nosso objeto de estudo gerava uma problemática que, continuamente, se tem manifestado por um elevado interesse científico, tendo em conta a nossa experiência de desenvolvimento do processo de investigação, essa problemática reside sobre a compreensão acerca da inscrição de uma área relevante para o bem UC-AS na LPM, que resultou de demolição e de destruição de património arquitetónico e urbano da antiga Alta Universitária de Coimbra, para a construção de uma Cidade Universitária de Coimbra, sob o pulso de um regime ditatorial, a partir da década de 40 do século XX.

Em termos de candidatura, *per se*, seria um erro incongruente e inaceitável se a candidatura da UC-AS a PM, que apresentava como argumento fundamental da demonstração da sua autenticidade, a evolução histórica do estabelecimento da universidade na cidade, deixasse marginalizado o último grande momento de transformação urbana gerada pela UC na cidade – as intervenções do Estado Novo para a construção da CUC. Esse erro, a candidatura da UC-AS a PM não cometeu.

Em contraste, a candidatura da UC-AS a PM assumiu toda a história da UC, promovendo a sua divulgação e alterando o paradigma do entendimento sobre esta área da cidade que, embora tendo destruído património existente, acrescentou um outro valor, que se constituiu no valor atual. Deste modo, a candidatura assumia a UC-AS como um património cuja evolução se constitui no maior reconhecimento da sua autenticidade e cujo processo evolutivo demonstra ser uma fonte de ensino e de conhecimento sobre a história da arquitetura, dos sistemas construtivos e do desenho da própria cidade.

A oportunidade de estudar este caso da construção da CUC, de um modo mais aprofundado, precisamente, para informar e compor parte da complexidade multifacetada do nosso objeto de estudo, permitiu que algumas conclusões específicas pudessem ser alcançadas, as quais foram sendo reportadas nos seus referidos espaços, ao longo do nosso capítulo 4. Este interesse, para além de ser justificado pela problemática inerente ao contexto da candidatura da UC-AS a PM, também se enquadrava nos processos da arquitetura que se constituíam como um meio crucial para a educação de uma nova condição cultural, como se havia verificado com as intervenções de modernização do país, realizadas pelo Estado Novo.

Deste modo, ainda que não querendo replicar o que já foi dito, sublinhamos a nossa leitura sobre a importância do Atelier de Belém para a equação desta problemática. Por um lado, pela relevância que a metodologia de trabalho e de projeto que lhe era intrínseca demonstrou ter para as práticas evidenciadas – desde a concepção e realização da Exposição do Mundo Português, da urbanização da Praça do Império e Zona Marginal de Belém, até à construção da CUC – e que foram garantidas pela estabilidade do triângulo de poder – Duarte Pacheco, Cottinelli Telmo e Sá e Mello. A metodologia de projeto, para construção de cidade nova, assente na força da lei, nas expropriações, na *tabula rasa*, nas *demolições*, mostrava-se pertinente pela introdução de dicotomias, paradigmas e escolhas que influenciaram os espaços, os usos, os comportamentos e, conseqüentemente, a vida da cidade, transformando-a na cidade contemporânea. Por outro lado, a leitura da importância do Atelier de Belém demonstra que a construção da CUC só foi possível pela conjugação de uma brecha temporal onde todos os intervenientes convergiram sob um procedimento eficaz e expedito, para a implementação de uma política de progresso e de modernização dos recursos e dos ambientes urbanos. Adicionalmente e sobretudo para o caso específico da CUC, importa realçar a ‘imunidade’ que o Atelier de Belém demonstrou ter em relação à cidade existente, condição que Raúl Lino e Luís Benavente não detinham.

Outra leitura que merece ser realçada pela pertinência e oportunidade de promover outras abordagens teóricas, a partir das relações estabelecidas pelos processos de arquitetura, seus domínios e suas circunstâncias, constitui-se na consideração operativa do exemplo da CUC como património glocal, representativa de uma arquitetura concretizada num lugar, com as características de um tempo próprio e, simultaneamente, de uma política de poder, referenciadas tanto no palco nacional, como no internacional. Esta leitura estabelecia uma nova condição paradigmática à configuração de património a partir de construção nova.

Este novo paradigma seria confirmado, na concretização da candidatura da UC-AS a PM, sendo esta uma nova leitura de glocalidade, não só da CUC, mas de toda a realidade da área UC-AS. Nesse sentido, o dossier de candidatura apresentado ao PM permitia que, o conhecimento e o entendimento dos seus espaços referenciados à universidade na cidade, pela sua compreensão, pudessem ser transformados e, conseqüentemente, que estabelecessem um diálogo entre o legado recebido – do qual se tem pleno usufruto – e, aquele que criamos, de modo a contribuir com valor acrescentado, da contemporaneidade para o futuro. Como tínhamos referido, o valor atribuído ao património arquitetónico constitui-se capaz de reproduzir a diversidade das memórias, das experiências, das influências, das miscigenações, das contaminações, das transferências e, ainda, das transformações, para construir novas identidades associadas à, cada vez maior, troca de conhecimentos e conteúdos produzidos à escala global. Conquanto, esse património arquitetónico seja sempre condicionado ao seu local e à sua génese concetual, deverá estar disponível para, numa lógica de continuidade pela fruição do património, assumir uma exposição a novas interpretações, leituras e apropriações e, assim, permitir o seu reuso pelo redesenho e pela adaptação desses espaços, às necessidades impostas pelas novas condições de vida de um mundo cada vez mais globalizado.

Síntese conclusiva 3

Se para as primeiras sínteses conclusivas, referenciadas às articulações das relações expostas a partir das primeiras partes da tese, importava, de modo mais incisivo, disponibilizar as interpretações explanatórias, que dentro da lógica operativa ‘conhecer para compreender’, foram tendo em conta os dados processuais, as suas contextualizações, as suas análises e as suas interpretações consequentes e que foram sendo conjugadas de modo transversal durante o desenvolvimento do próprio processo de investigação, para as articulações desta terceira parte importa compreender as dinâmicas e sinergias de influência que se equacionaram, se estabeleceram e se desenvolveram, a partir da candidatura da UC-AS a PM e das suas problemáticas, para uma avaliação do restabelecimento da inter-relação univer(sc)idade. No fundo, a nossa parte III considera-se disponível para responder à nossa pergunta de investigação com a validação da premissa formulada. Por conseguinte, a nossa última síntese conclusiva esclarece o contributo da candidatura da UC-AS a PM para o desenvolvimento das suas áreas urbanas de referência, designadamente, a Alta, a Sofia e a respetiva zona de proteção, mas também da sua área de influência, a partir da estratégia política e da estratégia de intervenção sobre o património arquitetónico universitário, conforme foi sendo realizado na nossa parte III, tornando-se, deste modo, a justificação do seu título – Estratégia.

Nesse sentido, reafirmamos uma consideração que desta investigação se pode salientar: uma candidatura a PM deve ser um ativo para a gestão integrada da área candidata com o desenvolvimento urbano da sua área de influência, tendo em conta que a dinâmica da gestão integrada se torna fundamental para a equação da sustentabilidade do sistema. Como considerámos, uma candidatura de um bem ou sítio a PM constitui-se muito direcionada à produção de conteúdos para a compreensão do bem e do seu contexto, tendo em conta que se está a declarar um VUE. No entanto, a candidatura também se constitui num processo que, apesar de poder não alcançar o seu principal objetivo, não deixa de ser um projeto estratégico, com intenções e políticas para a sua área candidata e, para o caso da UC-AS, ainda concorria a intenção de intervenção qualificada sobre o património universitário a classificar e, por contaminação, para a sua área de proteção e, no limite, para todo o seu território de influência.

Sob esta perspetiva, consideramos que a gestão do património e os seus agentes implicados se tornam parcelas fundamentais e relevantes para o sucesso do processo, designadamente, pelas práticas quotidianas e pelas escalas de intervenção, muitas vezes transversais às temáticas e à sua diacronia, desde a dimensão político-administrativa e gestora dos bens ou sítios PM (candidatos ou efetivos), à dimensão técnico-científica e ainda à dimensão da cidadania. Por princípio, pela democratização do património e, por contaminação, da própria cidade, advogamos que o direito à cidade é para todos, no entanto, há que trabalhar para que esse direito possa ser, efetivamente, universal. A cidade, enquanto produto do coletivo e onde várias contemporaneidades se vão miscigenando e criando soluções que se tornam únicas e exclusivas, exige a disponibilidade de todos para que as ‘fronteiras’, que tendem a subsistir no território e que ainda permanecem no espaço urbano, se esvançam.

As diversas intervenções sobre o património universitário, tanto na área inscrita na LPM em 22 de junho de 2013, como na sua área de influência, ilustram o esforço, ao qual a UC se tem dedicado. O processo transformativo decorrente da candidatura da UC-AS a PM está visível e ativo, para garantir a responsabilidade e o compromisso que foram assumidos nos palcos internacionais, pela continuidade e proteção do valor patrimonial recebido, mas também acrescentando valor ao existente. A intervenção mais recente, que vem corroborar esta constatação, é a reabilitação do Estádio Universitário que, sendo assumida sob o mote de ser o palco principal para a realização dos jogos europeus universitários organizados pela UC, entre 15 e 28 de julho de 2018, se constitui em mais uma intervenção dentro da dinâmica propositiva

de qualificar o seu património, a que a UC se comprometera, quando assinou o designado ‘contrato de futuro’.

Esta dinâmica promovida a partir da estratégia de intervenção, induz a uma outra consideração, recorrendo à nossa consideração prévia a propósito da leitura paradigmática da configuração do património a partir da construção nova. Conforme tivemos oportunidade de considerar, a candidatura da UC-AS a PM apresenta património que ‘antes de ser, já era’, a partir do momento que inscreve espaços sob forma de projeto de arquitetura e, portanto, antes do espaço existir, isto é, antes de ser construído, já é PM.

Nesse sentido, impõe-se fazer uma leitura de confronto entre posições, a partir de duas hipóteses: ou o Comité do PM não domina o âmbito de um projeto de arquitetura – cujo objetivo será a construção de espaço, com todas as imprevisibilidades às quais um processo de arquitetura está sujeito, desde a fase de projeto até à fase final da construção, ainda mais, quando falamos de intervenção sobre uma área de ‘palimpsesto’ como é o caso da Alta –, correndo o risco de poder vir a ser construído uma outra versão do que havia sido considerado para inscrição na LPM; ou então o Comité do PM está ciente dessa realidade, acolhendo-a como uma condição da própria evolução processual da arquitetura e da construção de espaço – tendo o exemplo do processo de reabilitação do Colégio da Trindade, que acompanhou, paralelamente, toda a fase de candidatura e que se prolongou para depois da inscrição – e, portanto, não impeditiva para travar a inscrição na LPM. Pela nossa compreensão, a nossa leitura direciona-nos para a segunda hipótese, uma vez que a questão da arquitetura é sempre crucial para todos os casos de bens culturais inscritos na LPM, para além da diversidade de técnicos avaliadores e de responsáveis pelas diversas secções do PM serem da área disciplinar da arquitetura e da construção.

Em qualquer dos casos, a inscrição na LPM de projetos de arquitetura como parte do património cultural, paradigmática por si só – pese embora não sendo esse o motivo para o VUE da UC-AS ser justificado sob o critério (vi), ainda que a valência imaterial dessas ‘partes’ da área da candidatura seja uma realidade – rebate todos os argumentos que atribuem à UNESCO e ao PM uma preservação estática dos sítios, conferindo-lhes uma imutabilidade permanente e impossibilitando-os de puderem ter acesso aos processos transformativos de evolução ou de desenvolvimento. O caso da candidatura da UC-AS a PM impugna todas essas considerações, por demonstrar, precisamente, o seu contrário. Nesta nossa consideração, a candidatura da UC-AS a PM demonstra ser um laboratório privilegiado de experiências e dinâmicas próprias, por reunir parâmetros e conteúdos específicos à sua condição histórica, cultural e territorial e, sob essa perspetiva, reafirma-se como um estudo de caso que explana muitos equívocos que ainda persistem, sobretudo, dentro do domínio do PM e da UNESCO. Todavia e conforme referíamos na nossa introdução, relembramos que esta temática sobre a efetiva caracterização da LPM permanece disponível à investigação, uma vez que este domínio, em particular, não pode ser generalizável a partir de poucos casos estudados, por todas as considerações que fomos concretizando ao longo desta tese.

Na dinâmica evolutiva sobre o conceito ‘património’, sobretudo, pela sua expansão e incorporação das suas vertentes material e imaterial, a condição histórica, cultural e territorial da UC-AS tem operado uma variedade de leituras que vão sendo estabelecidas e incorporadas nas relações comunidade-território, por ações de conhecimento, compreensão, apropriação, uso e pertença. Nesse sentido, torna-se imperativo assumir que essa dinâmica evolutiva não termina na contemporaneidade, uma vez que os bens e sítios PM permanecem disponíveis, assim como todo o espaço urbano, a que novos valores e novas relações possam ser considerados. No entanto, a vantagem da previsibilidade permite a antecipação e o caso de Coimbra acrescenta *um saber de experiência feito*¹⁰⁹³, parafraseando o poeta, num momento em que se evoca a

¹⁰⁹³ Cf. (Camões, 1572, p. 77v).

prudência, pela memória sobre a responsabilidade e o compromisso de futuro assumidos, tendo em conta que o património cultural é um recurso não renovável do território. Portanto, pela nossa leitura, torna-se pertinente pensar nas possibilidades de abordagem para uma gestão integrada do património cultural e na sua sustentabilidade, dentro do seu contexto urbano que vai refletindo e absorvendo os novos modelos de vida e de consumo da sociedade contemporânea.

A partir da nossa investigação sobre o processo de candidatura da UC-AS a PM, tivemos a oportunidade de equacionar este vetor sobre o tema da sustentabilidade do património cultural, a partir da abordagem da Paisagem Urbana Histórica (PUH), uma recomendação da UNESCO para a gestão e o planeamento dos bens PM no seu contexto urbano, por estes estarem mais suscetíveis à pressão de uma irreversibilidade em caso de falha de intervenção. O processo em torno da Recomendação sobre a PUH (instrumento político da UNESCO de 2011) e o processo de candidatura da UC-AS a PM desenvolveram-se em simultâneo, mas algumas referências teóricas do primeiro sobre o segundo podem ser verificadas, sobretudo, na fase de interlocução com o ICOMOS.

Como tivemos oportunidade de referir, devido à sua condição histórica, cultural e territorial, a UC-AS apresenta uma localização privilegiada no seu contexto urbano e determinou-se essencial para a criação da sua identidade ao logo dos séculos pelas permanências que vão sendo incontornáveis, sobretudo, a colina da Alta, associada à estabilização da universidade na cidade, cuja imagem referencia a Lusa Atenas. Por ser um espaço de reconhecimento identitário e com uma forte valência cultural, não só pela vertente material, mas também pela vertente imaterial, considerámos a Lusa Atenas como a matriz cultural do território da cidade.

Deste modo, a Lusa Atenas como paisagem urbana histórica torna-se numa chave operativa de leitura da inter-relação entre a universidade com o seu território e, conseqüentemente, para as necessárias equações de gestão do espaço de futuro, considerando que a melhor gestão das tensões geradas pelo confronto entre espaço classificado e espaço não classificado será aquela que, de algum modo, se torna ‘invisível’, precisamente, porque consegue esbater essa tensão do ‘limite’. Ao bem classificado deve ser garantida a disponibilidade de relação com o bem não classificado, como uma continuidade necessária do espaço urbano, pelos seus espaços adjacentes e intersticiais, pelos seus utilizadores e com a necessária predisposição de se concretizar no tempo longo.

A lógica da adaptação desta recomendação, a cada caso PM e à sua gestão integrada, permite assegurar o princípio pelo direito à cidade para todos e, portanto, passível de conciliar as práticas que permitem pensar a sustentabilidade do património cultural com aquelas que permitem promover o desenvolvimento das próprias cidades. Sob esta perspetiva, a PUH torna-se numa chave de leitura para as transformações urbanas visíveis conseqüentes do processo de candidatura da UC-AS e da sua inscrição na LPM. Ou seja, mais do que pensar sobre o património em si próprio – que é uma ação bastante promovida –, a PUH pensa a abordagem e a integração do património cultural na envolvência do seu contexto urbano, assumindo a necessária transformação do pensamento e atitude em relação às dinâmicas de promoção para a concretização do reconhecimento do valor do património cultural sobre o seu território de influência.

Síntese de futuro

Para finalizar, tendo em conta as sínteses conclusivas concretizadas, entendemos que a *lição* de Coimbra, neste caso sobre a candidatura da UC-AS a PM, pode lançar pistas para qualquer outro futuro processo com contornos similares aos seus, pelas estratégias que delinearam a sua concepção e concretização, sendo certo que, a UC-AS, enquanto objeto de estudo, permanece disponível à investigação.

Consideramos que a variedade de abordagens que tivemos a oportunidade de investigar para concretizar a compreensão do nosso estudo de caso e depois para atingir o nosso objetivo geral, permitiram identificar algumas linhas de investigação de futuro, dentro da área disciplinar da arquitetura ou de outra que se possa enquadrar na transversalidade multidisciplinar dessas linhas de investigação. Conquanto a gestão de sítios PM reportem a uma grande componente política, não podem deixar de ter uma conciliação com a prática da gestão de espaços urbanos, uma vez que o património cultural inscrito na LPM se reporta ao seu lugar de implantação, sendo esse o objetivo real da LPM – a proteção de bens ou sítios existentes num determinado lugar.

Dessa perspectiva, consideramos que a abordagem da PUH se perspectiva operativa – embora ainda esteja numa fase inicial –, tendo em conta os resultados que se vão conhecendo nos casos-piloto onde foi realizada a experiência da sua implementação. Como proposta de futuro, parece-nos que Coimbra podia ser um caso de estudo sob esse propósito. A respeito dessa possibilidade, fomos equacionando a proposta de uma ferramenta preventiva sobre potenciais intervenções que causem prejuízo sobre o sistema urbano onde o bem classificado está inserido, baseada no sistema de vistas. Esta é uma ferramenta de projeto urbano e da arquitetura paisagística, cuja utilização em contexto urbano com forte ímpeto cultural, assente no património construído, poderia resultar numa possibilidade de auxílio à gestão e planeamento do bem classificado e da sua área de influência e vir a contribuir para uma abordagem da PUH sobre o património em contexto urbano. Coimbra teria condições para ser integrada neste estudo global sobre a implementação da PUH, que ainda está a ser estudada, na expectativa que a abordagem da PUH possa ser uma das mais operativas para a gestão do património em espaço urbano.

Todavia, algumas condições teriam que ser salvaguardadas para essa realização, designadamente, no âmbito da gestão do bem UC-AS inscrito na LPM. Conforme referimos na nossa investigação, a RUAS foi a melhor resposta teórica ao problema efetivo da gestão da complexidade inerente ao bem UC-AS. No entanto, consideramos que, na prática, a resposta não se constituiu tão eficaz como a sua concepção teórica, uma vez que, um bem inscrito na LPM se referencia ao seu espaço físico e de contexto urbano, não podendo ser entendido independente desse espaço urbano e, por consequência, da sua gestão arquitetónico-patrimonial e urbana.

Nesse sentido, consideramos que a gestão do bem PM, a UC-AS, para o futuro, devia ser referenciada à gestão do património arquitetónico e urbano e da gestão do espaço físico, tanto do património universitário, como da cidade. Adicionalmente, para continuar o trabalho de cooperação estabelecido entre os diversos agentes implicados durante a candidatura da UC-AS a PM, consideramos que deveriam ser reestabelecidas as equipas multidisciplinares de gestão integrada do espaço – já não candidato – mas agora, referenciado à Lusa Atenas, ou seja ao seu território de influência, independentemente, de Coimbra poder constituir-se caso de estudo para implementação da abordagem da PUH.

Tendo em conta os resultados obtidos pela cooperação estabelecida entre os agentes, durante a candidatura, consideramos expectável que os resultados para esta fase pós-inscrição da UC-AS na LPM pudessem manifestar o melhoramento das boas práticas na intervenção qualificada no património, no planeamento e na gestão do território com a valência do PM, uma vez que essa gestão está a ser realizada em nome do Estado, que foi o responsável pela declaração do VUE da UC-AS, nos palcos da política externa. Por conseguinte, dentro desta lógica de responsabilidade política, consideramos que, devido a essa condição de exceção destes quinze territórios com valência PM existentes no território nacional, caberia ao Estado Português uma efetiva monitorização de avaliação sobre a condição real destes espaços, pelos quais assumiu responsabilidade de proteção, no plano internacional.

Dentro da geometria dos agentes com interesse numa gestão qualificada destes bens e sítios PM, o âmbito do PM, enquanto gestor e responsável por toda a questão referente ao PM e, por inerência, aquele que pode fazer exigências de garantias técnicas aos Estados-parte, devia considerar algumas alterações em alguns procedimentos, precisamente, para antecipar equações problemáticas na futura gestão desses sítios. Esta consideração está referenciada à fase de avaliação técnica das candidaturas de bens a PM. Uma vez que, conforme foi concluído, as candidaturas de bens à LPM estão sujeitas a uma maior complexificação dos processos que têm por objetivo a justificação de um VUE, sendo para tal exigido o respetivo plano de gestão, o Comité do PM devia considerar ser atribuído a equipas multidisciplinares a responsabilidade das visitas técnicas sobre as condições existentes e reais do bem. Deste modo, estas equipas multidisciplinares poderiam ser capazes de avaliar com propriedade, todos os parâmetros suscetíveis de condicionar ou pôr em causa a efetiva gestão futura do bem. Do mesmo modo, uma segunda consideração similar deveria ser referenciada à fase pós-inscrição de um bem na LPM.

Por tudo o que foi exposto e considerado, torna-se expectável que esta tese possa ser considerada como um contributo para, primeiramente, acrescentar e ampliar conhecimento sobre a exceção destes casos referenciados, espacialmente, a uma valência PM e, em particular, sobre o estudo de caso da candidatura da UC-AS a PM; adicionalmente, tendo em conta a investigação realizada, que seja um contributo para informar, orientar e sugerir algumas pistas de atuação, para estudos que apresentem contornos similares ao nosso estudo de caso e, ainda, para que alguns pressupostos metodológicos possam ser melhor ajustados e/ou corrigidos; por fim, que tenha contribuído para o esclarecimento de alguns pressupostos que devem ser considerados para estes casos PM, especialmente, na vertente da prática da gestão e da intervenção sobre o património arquitetónico e urbano para esses contextos, uma vez que, como referimos, o conhecimento sobre o 'outro' pode e deve ser transformado em conhecimento sobre e para 'nós próprios'.

Outros artigos ficaram pensados e esboçados, embora por desenvolver, dentro da disponibilidade que a estrutura e a autonomia própria de cada parte e/ou capítulo, bem como a dinâmica desta investigação permitia. Nesse sentido, esta tese assume a responsabilidade de ser um trabalho-reflexo do seu objeto de estudo maior, a arquitetura e, como tal – parafraseando Pedro Vieira de Almeida –, não termina com esta formalização, prolongar-se-á no tempo.

Anexos

Quadros

Quadro 1 – Relação dos bens inscritos na categoria UPM, na LPM

Ano de inscrição	Nome do bem na LPM	Localização	Critérios (VUE)
1987	Monticello e a Universidade da Virgínia	Charlottesville, Estados Unidos da América	(i) (iv) (vi)
1998	Universidade e Recinto Histórico de Alcalá de Henares	Alcalá de Henares, Espanha	(ii) (iv) (vi)
2000	Cidade Universitária de Caracas	Caracas, Venezuela	(i) (iv)
2007	Campus da Cidade Universitária Central da Universidade Nacional Autónoma do México	Cidade do México, México	(i) (ii) (vi)
2013	Universidade de Coimbra – Alta e Sofia	Coimbra, Portugal	(ii) (iv) (vi)

Fonte: Centro do Património Mundial – World Heritage List. [online] Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/>

Quadro 2 – Relação dos bens portugueses inscritos na LPM

Ano de inscrição	Nome do bem na LPM	Categoria	Critérios (VUE)
1983	Centro Histórico de Angra do Heroísmo, Açores	Centro Histórico	(iv) (vi)
1983	Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Lisboa	Monumento	(iii) (vi)
1983	Mosteiro da Batalha	Monumento	(i) (ii)
1983	Convento de Cristo, Tomar	Monumento	(i) (vi)
1986	Centro Histórico de Évora	Centro Histórico	(ii) (iv)
1989	Mosteiro de Alcobaça	Monumento	(i) (iv)
1995	Paisagem cultural de Sintra	Paisagem cultural	(ii) (iv) (v)
1996	Centro Histórico do Porto	Centro Histórico	(iv)
1998, 2010	Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa e de Siega Verde	Sítio arqueológico	(i) (iii)
1999	Floresta Laurissilva da Madeira	Floresta (património natural)	(ix) (x)
2001	Centro Histórico de Guimarães	Centro Histórico	(ii) (iii) (iv)
2001	Região Alto Douro Vinhateiro	Paisagem cultural	(iii) (iv) (v)
2004	Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico	Paisagem cultural	(iii) (v)
2012	Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e suas Fortificações	Cidade histórica	(iv)
2013	Universidade de Coimbra – Alta e Sofia	Universidade	(ii) (iv) (vi)

Fonte: Centro do Património Mundial – *Portugal*. [online] Disponível em <http://whc.unesco.org/en/statesparties/pt>

Quadro 3 – Lista do Património Mundial em números (década 1977-1986)

Ano	OG	Estados-parte (CPM1972)	Bens inscritos na LPM					
			Total	Nº Estados-parte	Total/ano	Cultural	Natural	Misto
1977	OG1977-1 OG1977-2	34						
1978	OG1978	42	12	7	12	8	4	-
1979	-	48	57	22	45	34	8	3
1980	OG1980-1 OG1980-2 OG1980-3	55	84	17	27	22	5	0
1981	-	60	110	15	26	15	9	2
1982	-	69	134	15	24	17	5	2

1983	OG1983	77	163	14	29	19	9	1
1984	OG1984	82	185	13	22	15	7	0
1985	-	87	215	18	30	25	4	1
1986	-	90	244	16	29	23	5	1
TOTAL 1978-1986		90	244	62*	244	178	56	10

Fonte: Centro do Património Mundial – World Heritage List. [online] Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/>

Legenda:

* Número de Estados-parte que inscreveram pelo menos um bem na LPM.

Quadro 4 – Lista do Património Mundial em números (década 1977-1986): relação do número de Estados-parte que inscreveram bens na LPM, por região

Ano	Nº Estados-parte*	África	Médio Oriente	Ásia	Europa	Américas	Oceânia
1978	7	Etiópia Senegal 2	-	-	Alemanha Polónia 2	Canadá Equador EUA 3	-
1979	22	Egipto Etiópia Gana Rep. Democr. do Congo Tanzânia Tunísia 6	Irão Síria 2	Nepal 1	Bielorrússia Bulgária Croácia França Itália Macedónia Montenegro Noruega Polónia Sérvia 10	Canadá EUA Guatemala 3	-
1980	17	Argélia Etiópia Gana Rep. Democr. do Congo Tunísia 5	Paquistão Síria 2	-	Itália Malta Montenegro Noruega Polónia Santa Sé 6	Brasil EUA Honduras Panamá 4	-
1981	15	Costa Marfim Guiné Marrocos Senegal Tanzânia 5	Jordânia Paquistão 2	-	Alemanha França 2	Argentina Canadá EUA Guatemala Panamá 5	Austrália 1
1982	15	Argélia Costa Marfim Líbia Seychelles Tanzânia 5	Iémen 1	Sri Lanka 1	França Itália 2	Brasil Cuba EUA Haiti Honduras 5	Austrália 1
1983	14	Costa Marfim Seychelles 2	-	Índia 1	Alemanha Bulgária França Portugal Suíça 5	Argentina Canadá Costa Rica Equador EUA Peru 6	-
1984	13	Malawi Rep. Democr. do Congo Zimbabué 3	Líbano 1	Índia Nepal 2	Alemanha Espanha Santa Sé 3	Argentina Canadá Colômbia EUA 4	-
1985	18	Benim Líbia Marrocos Tunísia 4	Iraque Jordânia Turquia 3	Bangladesh Índia 2	Alemanha Bulgária Chipre Espanha França Noruega 6	Brasil Canadá Peru 3	-
1986		Líbia Zimbabué	Iémen Síria Turquia	Índia	Alemanha Eslovénia Espanha Grécia Portugal	Brasil Peru	Austrália

	16	2	3	1	Reino Unido Sérvia 7	2	1
TOTAL*	62	16	8	4	20	13	1

Fonte: Centro do Património Mundial – World Heritage List. [online] Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/>

Legenda:

* Número de Estados-parte que inscreveram pelo menos um bem na LPM.

Quadro 5 – Lista do Património Mundial em números (década 1987-1996)

Ano	OG	Estados-parte (CPM1972)	Bens inscritos na LPM					
			Total	Nº Estados- parte	Total/ano	Cultural	Natural	Misto
1987	OG1987	98	285	20	41	32	7	2
1988	OG1988	105	312	15	27	19	5	3
1989	-	108	319	6	7	4	2	1
1990	-	113	335	12	16	11	2	3
1991	-	121	357	15	22	16	6	0
1992	OG1992	130	377	14	20	16	4	0
1993	-	136	410	18	33	29	4	0
1994	OG1994	139	439	22	29	21	8	0
1995	-	145	468	20	29	23	6	0
1996	OG1996	146	505	25	37	30	5	2
TOTAL 1987-1996		146	505	72*	261	201	49	11

Fonte: Centro do Património Mundial – World Heritage List. [online] Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/>

Legenda:

* Número de Estados-parte que inscreveram pelo menos um bem na LPM.

Quadro 6 – Lista do Património Mundial em números (década 1987-1996): relação do número de Estados-parte que inscreveram bens na LPM, por região

Ano	Nº Estados- parte*	África	Médio Oriente	Ásia	Europa	Américas	Oceânia
1987	20	Camarões Marrocos Tanzânia	Omã Turquia	China Índia	Alemanha Espanha Grécia Hungria Itália Reino Unido	Bolívia Brasil Canadá EUA México Peru	Austrália
1988	15	Mali Rep. Central Africana Tunísia	Omã Turquia	Índia Sri Lanka	Espanha França Grécia Reino Unido	Cuba México Peru	Austrália
1989	6	Mali Mauritânia Zâmbia	-	Índia	Grécia Portugal	-	-

1990	12	Madagáscar 1	Uzbequistão 1	China 1	Alemanha Grécia Itália Rússia Ucrânia 5	Bolívia Peru Rep. Dominicana 3	Nova Zelândia 1
1991	15	Moçambique Níger 2	-	Sri Lanka Tailândia 2	Alemanha Espanha Finlândia França Roménia Suécia 6	Bolívia Brasil México 3	Austrália Indonésia 2
1992	14	Argélia 1	-	Camboja China Tailândia 3	Albânia Alemanha França Grécia Polónia Rep. Checa Rússia 7	EUA México 2	Austrália 1
1993	18	-	Iémen Uzbequistão 2	Filipinas Índia Japão Vietnam 4	Alemanha Eslováquia Espanha Irlanda Itália Roménia Rússia Suécia 8	El Salvador México Paraguai Venezuela 4	-
1994	22	Uganda 1	Geórgia Omã Turquia 3	China Japão Vietnam 3	Alemanha Dinamarca Espanha Finlândia Itália Lituânia Luxemburgo Rep. Checa Rússia Suécia 10	Colômbia México Peru Venezuela 4	Austrália 1
1995	20	-	-	Coreia Sul Filipinas Japão Laos 4	Alemanha Dinamarca França Holanda Hungria Itália Portugal Reino Unido Rep. Checa Rússia Suécia 11	Canadá Colômbia Chile EUA Uruguai 5	-
1996	25	Marrocos Mauritânia Níger Rep. Democr. do Congo 4	Arménia Geórgia 2	China Japão 2	Alemanha Áustria Espanha Finlândia França Grécia Holanda Hungria Irlanda Itália Portugal Rep. Checa Rússia Suécia 14	Belize México 2	Indonésia 1
TOTAL*		Argélia Camarões Madagáscar Mali Marrocos Mauritânia Moçambique	Arménia Geórgia Iémen Omã Uzbequistão Turquia	Camboja China Coreia Sul Filipinas Índia Japão Laos	Albânia Alemanha Áustria Dinamarca Eslováquia Espanha Finlândia	Belize Bolívia Brasil Canadá Chile Colômbia Cuba	Austrália Indonésia Nova Zelândia

		Níger Rep. Central Africana Rep. Democr. do Congo Tanzânia Tunísia Uganda Zâmbia		Sri Lanka Tailândia Vietnam	França Grécia Holanda Hungria Irlanda Itália Lituânia Luxemburgo Polónia Portugal Roménia Reino Unido Rep. Checa Rússia Suécia Ucrânia	El Salvador EUA México Paraguai Peru Rep. Dominicana Uruguai Venezuela	
	72	15	6	10	23	15	3

Fonte: Centro do Património Mundial – World Heritage List. [online] Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/>

Legenda:

* Número de Estados-parte que inscreveram pelo menos um bem na LPM.

Quadro 7 – Lista do Património Mundial em números (década 1997-2006)

Ano	OG	Estados-parte (CPM1972)	Bens inscritos na LPM					
			Total	Nº Estados- parte	Total/ano	Cultural	Natural	Misto
1997	OG1997	151	551	25	46	38	7	1
1998	-	155	581	20	30	27	3	0
1999	OG1999	157	629	32	48	35	11	2
2000	-	161	690	40	61	50	10	1
2001	-	167	721	23	31	25	6	0
2002	OG2002	175	730	8	9	8	0	1
2003	-	177	754	23	24	19	5	0
2004	-	178	788	28	34	29	5	0
2005	OG2005	181	812	28	24	17	7	0
2006	-	184	830	17	18	16	2	0
TOTAL 1997-2006		184	830	103*	325	264	56	5

Fonte: Centro do Património Mundial – World Heritage List. [online] Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/>

Legenda:

* Número de Estados-parte que inscreveram pelo menos um bem na LPM.

Quadro 8 – Lista do Património Mundial em números (década 1997-2006): relação do número de Estados-parte que inscreveram bens na LPM, por região

Ano	Nº Estados- parte*	África	Médio Oriente	Ásia	Europa	Américas	Oceânia
1997	25	Marrocos Quénia Tunísia	Paquistão	Bangladesh China Coreia Sul Nepal	Áustria Croácia Estónia Espanha França Holanda Itália Letónia Polónia Reino Unido	Brasil Costa Rica Cuba Dominica México Panamá	Austrália
1998			Turquia	China Japão	Alemanha Áustria Bélgica Chipre Espanha França Holanda Itália Portugal Rep. Checa Rússia Suécia	Bolívia México	Ilhas Salomão Nova Zelândia

	20	-	1	2	Ucrânia 13	2	2
1999		África do Sul Nigéria	Turquemenistão	China Filipinas Índia Japão Vietnam	Alemanha Áustria Espanha Finlândia França Grécia Holanda Hungria Itália Polónia Portugal Reino Unido Rep. Checa Roménia Rússia	Argentina Brasil Canadá Costa Rica Cuba Equador México São Cristóvão e Nevis	Indonésia
	32	2	1	5	15	8	1
2000		Lesoto Senegal Tanzânia	Arménia Azerbaijão Omã Uzbequistão	China Coreia Sul Japão Malásia	Alemanha Áustria Bélgica Bielorrússia Croácia Dinamarca Eslováquia Espanha Finlândia França Holanda Hungria Itália Lituânia Reino Unido Rep. Checa Rússia Suécia Suíça	Argentina Bolívia Brasil Chile Cuba Nicarágua Peru Suriname Venezuela	Austrália
	40	3	4	4	19	9	1
2001		Botswana Madagáscar Marrocos Quénia Uganda	Israel Uzbequistão	China Laos	Alemanha Áustria Espanha França Itália Polónia Portugal Reino Unido Rep. Checa Rússia Suécia Suíça	Brasil Cuba	
	23	5	2	2	12	2	-
2002		Egipto	Afeganistão	Índia	Alemanha Hungria Itália	México Suriname	
	8	1	1	1	3	2	-
2003		África do Sul Gâmbia Sudão Zimbabué	Afeganistão Cazaquistão Irão Iraqe Israel	China Índia Mongólia Vietnam	Espanha Itália Polónia Reino Unido Rep. Checa Rússia	Argentina Chile México	Austrália
	23	4	5	4	6	3	1
2004		África do Sul Mali Marrocos Togo	Cazaquistão Irão Jordânia	China Coreia Sul Índia Japão Mongólia	Alemanha (-1/2009) Andorra Dinamarca Islândia Itália Lituânia Noruega Portugal Reino Unido Rússia Sérvia Suécia	México Santa Luzia	Austrália Indonésia

	28	4	3	5	12	2	2
2005		África do Sul Egipto Nigéria	Bahrein Irão Israel Turquemenistão	China Japão Tailândia	Albânia Bélgica Bielorrússia Bósnia Estónia Finlândia França Itália Letónia Lituânia Noruega Rússia Suécia Ucrânia	Chile Cuba México Panamá	
	28	3	4	3	14	4	-
2006		Etiópia Gâmbia Malawi Maurícia Tanzânia	Irão Omã Síria	China	Alemanha Espanha Itália Polónia Reino Unido	Chile Colômbia México	
	17	5	3	1	5	3	-
TOTAL*		África do Sul Botswana Egipto Etiópia Gâmbia Lesoto Madagáscar Malawi Mali Marrocos Maurícia Nigéria Quénia Senegal Sudão Tanzânia Togo Tunísia Uganda Zimbabué	Afeganistão Arménia Azerbaijão Bahrein Cazaquistão Irão Iraqe Israel Jordânia Omã Paquistão Síria Turquemenistão Turquia Uzbequistão	Bangladesh China Coreia Sul Filipinas Índia Japão Laos Malásia Mongólia Nepal Tailândia Vietnam	Albânia Alemanha Andorra Áustria Bélgica Bielorrússia Bósnia Chipre Croácia Dinamarca Eslováquia Espanha Estónia Finlândia França Grécia Holanda Hungria Islândia Itália Letónia Lituânia Moldávia Noruega Polónia Portugal Reino Unido Rep. Checa Roménia Rússia Sérvia Suécia Suíça Ucrânia	Argentina Bolívia Brasil Canadá Chile Colômbia Costa Rica Cuba Dominica Equador México Nicarágua Panamá Peru Santa Luzia São Cristóvão e Nevis Suriname Venezuela	Austrália Ilhas Salomão Indonésia Nova Zelândia
	103	20	15	12	34	18	4

Fonte: Centro do Património Mundial – World Heritage List. [online] Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/>

Legenda:

* Número de Estados-parte que inscreveram pelo menos um bem na LPM.

Quadro 9 – Lista do Património Mundial em números (década 2007-2016), até 31/01/2017

Ano	OG	Estados-parte (CPM1972)	Bens inscritos na LPM					
			Total	Nº Estados- parte	Total/ano	Cultural	Natural	Misto
2007	-	185	851	21	22 (-/1994)	16	5 (-/1994)	1
2008	OG2008	185	878	23	27	19	8	0
2009	-	186	890	13	13 (-/2004)	11 (-/2004)	2	0
2010	-	187	911	17	21	15	5	1
2011	OG2011	189	936	23	25	21	3	1
2012	OG2012	190	962	25	26	20	5	1
2013	OG2013	190	981	17	19	14	5	0

2014	-	191	1007	23	26	21	4	1
2015	OG2015	191	1031	20	24	23	0	1
2016	OG2016	193	1052	18	21	12	6	3
TOTAL 2007-2016		193	1052	95*	224 (-2)	172	43	9

Fonte: Centro do Património Mundial – World Heritage List. [online] Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/>

Legenda:

(-1/1994) Número de bens retirados da LPM/ano de inscrição do bem.

* Número de Estados-parte que inscreveram pelo menos um bem na LPM.

Quadro 10 – Lista do Património Mundial em números (década 2007-2016): relação do número de Estados-parte que inscreveram bens na LPM, por região

Ano	Nº Estados-parte*	África	Médio Oriente	Ásia	Europa	Américas	Oceânia
2007	21	África do Sul Gabão Madagáscar Namíbia	Azerbaijão Iraque Turquemenistão	China Coreia Sul Índia Japão	Alemanha Bósnia Espanha França Grécia Sérvia Suíça	Canadá México	Austrália
2008	23	Maurícia Quênia	Arábia Saudita Cazaquistão Iémen Irão Israel	Camboja China Malásia	Alemanha Croácia Eslováquia França Itália Islândia San Marino Suíça	Canadá Cuba México	Papua Nova Guiné Vanuatu
2009	13	Burkina Faso Cabo Verde	Irão Quirguistão	China Coreia Sul	Bélgica Dinamarca Espanha Itália Reino Unido Suíça	Peru	-
2010	17	-	Arábia Saudita Irão Tajiquistão	China Coreia Sul Índia Sri Lanka Vietnam	França Holanda Rússia	Brasil EUA México	Austrália Ilhas Marshall Kiribati
2011	23	Etiópia Quênia Senegal Sudão	Emiratos Irão Jordânia Síria Turquia	China Japão Mongólia Vietnam	Alemanha Áustria Espanha França Itália Ucrânia	Barbados Colômbia Nicarágua	Austrália
2012	25	Camarões Chade Congo Costa Marfim Marrocos Senegal	Bahrein Irão Israel Palestina Turquia	China Índia Malásia	Alemanha Bélgica Eslovénia França Portugal Rússia Suécia	Brasil Canadá	Indonésia Palau
2013	17	Namíbia Níger	Irão Qatar Tajiquistão	China Coreia do Norte Índia Japão	Alemanha Itália Polónia Portugal Ucrânia	Canadá México	Fiji
2014	23	Botswana	Arábia Saudita Irão Iraque Israel Palestina Turquia	China Coreia Sul Filipinas Índia Japão Myanmar	Alemanha Dinamarca França Holanda Itália Rússia	Argentina Costa Rica EUA	

		1	6	Vietnam 7	6	3	-	
2015	20	-	Arábia Saudita Jordânia Irão Israel Turquia	China Coreia Sul Japão Mongólia Singapura	Alemanha Dinamarca França Itália Noruega Reino Unido	EUA Jamaica México Uruguai	-	
2016	18	2	Cazaquistão Irão Iraque Turquia	China Índia	Bósnia Espanha Grécia Reino Unido	Antígua e Barbuda Argentina Brasil Canadá México	Micronésia	
TOTAL*	95	18	África do Sul Botswana Burkina Faso Cabo Verde Camarões Chade Congo Costa Marfim Etiópia Gabão Madagáscar Marrocos Maurícia Namíbia Níger Quênia Senegal Sudão	Arábia Saudita Azerbaijão Bahrein Cazaquistão Emiratos Jordânia Iémen Irão Iraque Israel Palestina Qatar Quirguistão Síria Tajiquistão Turquia Turquemenistão	Camboja China Coreia do Norte Coreia Sul Filipinas Índia Japão Malásia Mongólia Myanmar Singapura Sri Lanka Vietnam	Alemanha Áustria Bélgica Bósnia Croácia Dinamarca Eslováquia Eslovénia Espanha França Grécia Holanda Islândia Itália Noruega Polónia Portugal Reino Unido Rússia San Marino Sérvia Suécia Suíça Ucrânia	Antígua e Barbuda Argentina Barbados Brasil Canadá Colômbia Costa Rica Cuba EUA Jamaica México Nicarágua Peru Uruguai	Austrália Fiji Ilhas Marshall Indonésia Kiribati Micronésia Palau Papua Nova Guiné Vanuatu

Fonte: Centro do Património Mundial – World Heritage List. [online] Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/>

Legenda:

* Número de Estados-parte que inscreveram pelo menos um bem na LPM.

Quadro 11 – Lista do Património Mundial em números (1977-2016): síntese da relação de bens inscritos, até 31/01/2017

Décadas	Estados-parte (CPM1972)	Bens inscritos na LPM					
		Total	Nº Estados-parte	Total/ano	Cultural	Natural	Misto
1978-1986	90	244	62*	244	178	56	10
1987-1996	146	505	72*	261	201	49	11
1997-2006	184	830	103*	325	264	56	5
2007-2016	193	1052	95*	224 (-2)	172	43	9
1978-2016	193	1052	165*	-	814	203	35

Fonte: Centro do Património Mundial – World Heritage List. [online] Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/>

Legenda:

(-1/1994) Número de bens retirados da LPM/ano de inscrição do bem.

* Número de Estados-parte que inscreveram pelo menos um bem na LPM.

Quadro 12 – Lista do Património Mundial em números: síntese do número de Estados-parte que inscreveram bens na LPM, por região, até 31/01/2017

Década	Nº Estados-parte*	África	Médio Oriente	Ásia	Europa	Américas	Oceânia
1977-1986	62	16	8	4	20	13	1
1987-1996	72	15	6	10	23	15	3
1997-2006	103	20	15	12	34	18	4

2007-2016	95	18	17	13	24	14	9
TOTAL*		África do Sul	Afganistão	Bangladesh	Albânia	Antígua e Barbuda	Austrália
		Argélia	Arábia Saudita	Camboja	Alemanha	Argentina	Fiji
		Benim	Arménia	China	Andorra	Barbados	Ilhas Marshall
		Botswana	Azerbaijão	Coreia do Norte	Áustria	Belize	Ilhas Salomão
		Burkina Faso	Bahrein	Coreia Sul	Bélgica	Bolívia	Indonésia
		Cabo Verde	Cazaquistão	Filipinas	Bielorrússia	Brasil	Kiribati
		Camarões	Geórgia	Índia	Bósnia	Canadá	Micronésia
		Chade	Iémen	Japão	Bulgária	Chile	Nova Zelândia
		Congo	Irão	Laos	Chipre	Colômbia	Palau
		Costa Marfim	Iraque	Malásia	Croácia	Costa Rica	Papua Nova Guiné
		Egipto	Israel	Mongólia	Dinamarca	Cuba	Vanuatu
		Etiópia	Jordânia	Myanmar	Eslováquia	Dominica	
		Gabão	Líbano	Nepal	Eslovénia	El Salvador	
		Gâmbia	Omã	Singapura	Espanha	Ecuador	
		Gana	Palestina	Sri Lanka	Estónia	EUA	
		Guiné	Paquistão	Tailândia	Finlândia	Guatemala	
		Lesoto	Qatar	Vietnam	França	Haiti	
		Líbia	Quirguistão		Grécia	Honduras	
		Madagáscar	Síria		Holanda	Jamaica	
		Malawi	Tajiquistão		Hungria	México	
		Mali	Turquemenistão		Irlanda	Nicarágua	
		Marrocos	Turquia		Islândia	Panamá	
		Maurícia	Uzbequistão		Itália	Paraguai	
		Mauritânia			Letónia	Peru	
		Moçambique			Lituânia	Rep. Dominicana	
		Namíbia			Luxemburgo	Santa Luzia	
		Nigéria			Macedónia	São Cristóvão e Nevis	
		Níger			Malta	Suriname	
		Quênia			Moldávia	Uruguai	
		Rep. Central Africana			Montenegro	Venezuela	
		Rep. Democr. do Congo			Noruega		
		Senegal			Polónia		
		Seychelles			Portugal		
	Sudão			Reino Unido			
	Tanzânia			Rep. Checa			
	Togo			Roménia			
	Tunísia			Rússia			
	Uganda			San Marino			
	Zâmbia			Santa Sé			
	Zimbabué			Sérvia			
				Suécia			
				Suíça			
				Ucrânia			
	165	40	24	17	43	30	11

Fonte: Centro do Património Mundial – World Heritage List. [online] Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/>

Legenda:

* Número de Estados-parte que inscreveram pelo menos um bem na LPM.

Quadro 13 – Lista do Património Mundial em números: síntese da relação do número de Estados-parte sem inscrição de bens na LPM, por região, até 31/01/2017

Nº Estados-parte	África	Médio Oriente	Ásia	Europa	Américas	Oceânia
	Angola	Kuwait	Butão	Mónaco	Bahamas	Ilhas Cook
	Burundi		Brunei		Grenada	Niue
	Cômodos		Maldivas		Guiana	Samoa
	Djibuti				São Vicente e Granadinas	Timor Leste
	Eritreia				Trinidad e Tobago	Tonga
	Guiné Bissau					
	Guiné Equatorial					
	Libéria					
	Ruanda					
	São Tomé e Príncipe					
	Serra Leoa					
	Sudão do Sul					
	Suazilândia					
28	13	1	3	1	5	5

Fonte: Centro do Património Mundial – World Heritage List. [online] Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/>

Quadro 14 – Lista do Património Mundial em números: síntese da relação do número de Estados-parte sem inscrição de bens na Lista Indicativa, por região, em 31/01/2017

Nº Estados-parte	África	Médio Oriente	Ásia	Europa	Américas	Oceânia
17	Guiné Equatorial Líbia Ruanda São Tomé e Príncipe Sudão do Sul	-	Singapura	Luxemburgo San Marino Vaticano	Antígua e Barbuda Belize Honduras Santa Luzia	Ilhas Cook Kiribati Niue Timor Leste
	5		1	3	4	4

Fonte: Centro do Património Mundial – World Heritage List. [online] Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/>

Referências Bibliográficas

- AAEC. (1991). *A velha Alta... desaparecida. Álbum comemorativo das Bodas de Prata da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*. (2ª edição). Coimbra: Almedina.
- Acciaiuoli, M. (1991). *Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes: «restauração» e «celebração»*. (Doutoramento em História da Arte Contemporânea). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Acciaiuoli, M. (1998). *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Acciaiuoli, M. (2015). Quando os arquitetos são poetas também. In M. Kol de Carvalho, M. C. Cameira, & J. P. Martins (Eds.), *Cottinelli Telmo: os arquitectos são poetas também* (Catálogo da exposição comissariada por João Paulo Martins "Os arquitectos são poetas também: Cottinelli Telmo 1897-1948", Padrão dos Descobrimentos, 2014-2015, pp. 83–98). Lisboa: EGEAC.
- Agência Lusa. (2017, Maio 9). Turismo do Centro investe 2ME na promoção de lugares Património Mundial. In *Diário de Notícias*. In <http://www.dn.pt/lusa/interior/turismo-do-centro-investe-2me-na-promocao-de-lugares-patrimonio-mundial-7995368.html>
- Aguiar, J. (1998). Guimarães: (re)habitação e conservação do património urbano. In Câmara Municipal de Guimarães - Gabinete Técnico Local (Ed.), *Guimarães, Cidade Património Mundial: um objectivo estratégico* (pp. 56–63). Guimaraes: CMG/GTL.
- Aguiar, J. (2005). *Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Aguiar, J. (2009). Cidade Antiga, Problemas Novos: como a conservação encara(ou) as intervenções em património urbano! In *Conferências: Centros Históricos e Vida Contemporânea*. Lisboa: IHRU.
- Aguiar, J. (2011). Após Veneza: do restauro estilístico para o restauro crítico. In J. Custódio (Ed.), *100 Anos de património: memória e identidade. Portugal 1910-2010* (2ª edição, pp. 219–235). Lisboa: IGESPAR IP.
- Aguiar, J., Correia, J., & Silva, C. S. (2011, Fevereiro). Conversas: Reitor Fernando Seabra Santos. In *Construção Magazine: Revista Técnico-científica de Engenharia Civil, Dossier: Intervenção no Património da Universidade de Coimbra* (41), 4–7.
- Alarcão, J. de. (1979). As origens de Coimbra. In *I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*. Coimbra.
- Alarcão, J. de. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Alarcão, J. de, André, P., Barreiras, P., Carvalho, P. C., Santos, F. P. dos, & Silva, R. C. da. (2009). *O Fórum de Aeminiun: A busca do desenho original*. IMC-Instituto dos Museus e da Conservação, MNMC-Museu Nacional de Machado de Castro e Edifer.
- Alberti, L. B., Espírito Santo, A. do, & Krüger, M. J. T. (2011). *Da arte edificatória*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas.
- Alçada, M. (Ed.). (1998). *Monumentos 8 - Dossier Universidade de Coimbra*, (8).
- Alçada, M. (Ed.). (2006). *Monumentos 25 - Dossier Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa*, (25).

- Almeida, C. de. (1991). *Crónica Conimbrigense*. Coimbra: Teatro Avenida de Coimbra, Lda.
- Almeida, M. L. de. (1937). *A Universidade de Coimbra: esboço da sua história. Parte II, A Universidade de 1580 a 1937*. Coimbra: Por ordem da Universidade.
- Almeida, P. V. de. (1994, III). A noção de “passado” na arquitectura das décadas difíceis. O caso de Lisboa. In *Rassegna – Questões de arquitectura do ambiente*, (Ano XVI, 59), 52–62.
- Almeida, P. V. de. (1997). Arquitectura e poder: representação nacional. In A. Becker, A. Tostões, & W. Wang (Eds.), *Portugal: Arquitectura do século XX* (pp. 93–97). Munique: Prestel.
- Almeida, P. V. de. (2000). *O tronco da Arquitectura Moderna – do racionalismo como borbulha*. Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo da CESAP/ESAP.
- Almeida, P. V. de. (2002). *A arquitectura no estado novo: uma leitura crítica*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Almeida, P. V. de. (2005). Uma definição de arquitectura (J.A. 109, 1992, p. 17). In *J. A. - Antologia 1981-2004*, (218–219), 139–140.
- Almeida, P. V. de, & Fernandes, J. M. (1986). *História da Arte em Portugal: a arquitectura moderna*. (Vol. 14). Lisboa: Alfa.
- Almeida, E. (2010). *O “construir no construído” na produção contemporânea: relações entre teoria e prática*. (Doutoramento em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). Faculdade de Arquitectura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. In 10.11606/T.16.2010.tde-26042010-150955
- Almeida, M. H. da C. (1979). Méritos e deméritos da história dominicana em Portugal. In *Arquivo Histórico Português Dominicano, Actas do I Encontro sobre História Dominicana* (Vol. II, pp. 19–28). Porto: Dominicanos.
- Almeida, S., Silva, R. C. da, Dias, V., & Perpétuo, J. (2012). O Lugar da Torre dos Sinos (Convento Velho de S. Domingos, Coimbra, notas para o estudo da formação dos terrenos de aluvião, em época moderna). In A. Teixeira & J. A. Bettencourt (Eds.), *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna* (Vol. 1, pp. 483–488). Lisboa: Centro de História de Além-Mar Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
- Alves, H., Couto, D. A. da R., & Mendonça, J. T. de (Trads.). (2013). *Antigo Testamento – Génesis, Êxodo e Cântico dos Cânticos*. Lisboa: Relógio d’Água Editores.
- Amaral, F. K. do. (1947, Abril). Uma iniciativa necessária. In *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (14 (2ª série)), 12–13.
- Amaral, F. K. do. (1970). *Lisboa, uma cidade em transformação*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Amaral, K. (1938, Fevereiro). O Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris de 1937. In *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, (1), 21–27.
- Amaral, K. (1956, Fevereiro). 2. Realizações contemporâneas. In *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (55–56), 6–13.
- Amendoeira, A. P. (2013, Novembro). Património Mundial e turismo: uma reflexão a propósito dos 40 anos da Convenção. In *Revista Património*, (1), 54–59.
- Andrade, C. S. (1988). Morreu a Alta, viva a Alta! In GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (Ed.), *Alta de Coimbra: história - arte - tradição* (Actas do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, de 23 a 28 de Outubro de 1987, pp. 309–313). Coimbra: GAAC.
- Argan, G. C. (1991). Il concetto di «centro storico». In J. R. Serra (Ed.), *Il concetto di centro storico. Ricerca archeologica, recupero, conservazione, riuso, protezione dei Beni Culturali* (pp. 15–22). Milano: Guerini e Associati.

- Arnaut, S. D. (1988). Valerá a pena? In GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (Ed.), *Alta de Coimbra: história - arte - tradição* (Actas do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, de 23 a 28 de Outubro de 1987, pp. 303–308). Coimbra: GAAC.
- Arquivo da Universidade de Coimbra (Ed.). (1987). *Os colégios da Alta Coimbrã: episódios da vida académica: exposição documental*. (Exposição integrada no 450º aniversário da transferência definitiva da Universidade para Coimbra (1537-1587), no âmbito do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra (Outubro de 1987)). Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- Arquivo Histórico Português Dominicano (Ed.). (1979). *Actas do I Encontro sobre História Dominicana, Batalha, 1977*. Porto: Dominicanos.
- Arquivo Histórico Português Dominicano (Ed.). (1984). *Actas do II Encontro sobre História Dominicana, Santarém, 1982*. Porto: Dominicanos.
- Arquivo Histórico Português Dominicano (Ed.). (1989). *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*. Porto: Dominicanos.
- Arquivo Histórico Português Dominicano (Ed.). (1991). *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*. Porto: Dominicanos.
- Askew, M. (2010). The magic list of global status: UNESCO, World Heritage and the agendas of states. In S. Labadi & C. Long (Eds.), *Heritage and globalisation* (pp. 19–44). Milton Park, Abingdon, Oxon, England ; New York, NY: Routledge.
- Astrana Marín, L. (1948a). Plano urbano de Alcalá de Henares entre los siglos XVI y XVII. In *Vida ejemplar y heroica de Miguel de Cervantes Saavedra* (Vol. I, pp. 226–227). Madrid: Instituto Editorial Reus. In <http://www.publicconsulting.com/pages/astrana/tomoI/images/226-227.htm>
- Astrana Marín, L. (1948b). *Vida ejemplar y heroica de Miguel de Cervantes Saavedra con mil documentos hasta ahora inéditos y numerosas ilustraciones y grabados de época*. (Vols. 1–7). Madrid: Instituto Editorial Reus. In <http://www.publicconsulting.com/pages/astrana/index.htm>
- Aureli, P. V. (2008). *The project of autonomy: politics and architecture within and against capitalism*. New York: Princeton Architectural Press.
- Aureli, P. V. (2011). *The possibility of an absolute architecture*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Aymonino, C. (1984). *O significado das cidades*. (A. Rabaça, Trad.). Lisboa: Presença.
- Bacon, M. (2001). *Le Corbusier in America: travels in the land of the timid*. Cambridge, Massachusetts/London, England: The MIT Press.
- Bandarin, F. (2010, Novembro). Il patrimonio tra conflitto, dialogo e sviluppo. In *Ratti Lectures*, Como, Itália.
- Bandarin, F., Hosagrahar, J., & Albernaz, F. S. (2011). Why development needs culture. In *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 1(1), 15–25. In <https://doi.org/10.1108/20441261111129906>
- Bandarin, F., & Oers, R. van. (2012). *The historic urban landscape: managing heritage in an urban century*. Chichester, West Sussex, UK ; Hoboken, NJ: Wiley Blackwell.
- Bandarin, F., & Oers, R. van (Eds.). (2015). *Reconnecting the city: the historic urban landscape approach and the future of urban heritage*. Chichester, West Sussex, United Kingdom: Wiley Blackwell.
- Bandeira, A. M. L. (1995). Movimento do Arquivo de 1993 e 1994. In *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XIII e XIV (1993-1994), 349–355.
- Bandeira, A. M. L. (1997). Movimento do Arquivo/1995. In *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XV e XVI (1995-1996), 553–556.

- Bandeira, A. M. L. (2015). Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra. In J. P. Paiva (Ed.), *Guia de Fundos do Arquivo da Universidade de Coimbra* (pp. 66–68). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. In <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1021-4>
- Bandeira, J. R. (1943). Cidades Universitárias: extracto de uma conferência proferida no IV Curso de Férias da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra (5/8/1941). In *Notícias Farmacêuticas*, 2 (Separata), 97–128.
- Bandeirinha, J. A. (1996). *Quinas vivas: memória descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa*. (2ª edição). Porto: FAUP Publicações.
- Bandeirinha, J. A. (1997). Edifícios da Associação Académica de Coimbra, Coimbra 1958-1959, Alberto José Pessoa com João Abel Manta. In A. Becker, A. Tostões, & W. Wang (Eds.), *Portugal: Arquitectura do século XX* (pp. 234–235). Munique: Prestel.
- Bandeirinha, J. A. (1998, Março). Os edifícios da Associação Académica e o Teatro Gil Vicente. In *Monumentos 8 - Dossier Universidade de Coimbra*, (8), 82–87.
- Bandeirinha, J. A. (2006). 1131-1993, as duas datas de um projecto – Fernando Távora, Santa Cruz e o Largo de Sansão. In *Monumentos 25 - Dossier Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa*, (25), 146–153.
- Bandeirinha, J. A. (2007). Candidatura a Património Mundial: Universidade de Coimbra numa encruzilhada de tempos e espaços. In *Rua Larga: Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, (15), 56–59.
- Bandeirinha, J. A. (Ed.). (2012). *Fernando Távora: modernidade permanente*. Matosinhos: Associação Casa da Arquitectura.
- Bandeirinha, R. (2013). *O limiar do claustro. Origens e práticas do Departamento de Arquitectura de Coimbra*. (Mestrado Integrado em Arquitectura). Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Baptista, M. R. P. (2008). *Arquitectura como instrumento na construção de uma imagem do Estado Novo*. (Licenciatura em Arquitectura). Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Bazin, G. (1960). La bibliothèque la plus fastueuse que j'aie jamais vue. In *Connaissance des Arts*, 66–71.
- Beudet, G. (2008). La mise en application de l'approche typo-morphologique protège-t-elle les perspectives visuelles importantes?/Does the application of a typo-morphological approach protect important views? In C. Cameron & C. Boucher (Eds.), *Le Patrimoine Mondial: Définir et protéger les «perspectives visuelles importantes»/ World Heritage: Defining and protecting «Important Views»* (pp. 67–75). Montréal, Canada: Université de Montréal.
- Bebiano, R. (1993). Literatura Militar da Restauração. In *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, (9–10), 83–98.
- Becker, A., Tostões, A., & Wang, W. (Eds.). (1997). *Portugal: Arquitectura do século XX*. Munique: Prestel.
- Béghain, P. (1998). *Le patrimoine: culture et lien social*. Paris: Presses de Sciences Po.
- Benavente, L. (1997). Biografia do Arquitecto Luís Benavente ao Serviço da Nação. In IAN-TT (Ed.), *Luís Benavente: arquitecto* (pp. 51–59). Lisboa: IAN-TT.
- Benedito, S. (1999). *Expressão: fascista? O percurso da cidade universitária de Coimbra como expressão de uma arte política*. (Licenciatura em Arquitectura). Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Benevolo, L. (1990). *Historia de la arquitectura moderna*. (original de 1977). Barcelona: Gustavo Gili.

- Benevolo, L. (1995). *A cidade na história da Europa*. (M. J. V. de Figueiredo, Trad.) (1ª edição). Lisboa: Editorial Presença.
- Bento, M. (1991, Maio). As fábricas de bolacha da nova acrópole de Coimbra. In *Via Latina*, 314–317.
- Bercé, F. (2000). *Des monuments historiques au patrimoine du XVIIIe siècle à nos jours ou «Les égarements du coeur et de l'esprit»*. Paris: Flammarion.
- Berque, A. (1998). Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In R. L. Corrêa & Z. Rosendahl (Eds.), *Paisagem, tempo e cultura* (pp. 84–91). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Boas, R. (2010). *A Rua Larga de Coimbra, das origens à actualidade*. (Mestrado Integrado em Arquitetura). Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra. In <http://hdl.handle.net/10316/14648>
- Boito, C. (2000). *Conserver ou restaurer: les dilemmes du patrimoine*. (F. Choay, Ed.) (trad. Jean-Marc Mandosio). Besançon: Éditions L'imprimeur.
- Borges, N. C. (1980a). *A Capela do Tesoureiro da antiga Igreja de São Domingos*. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro.
- Borges, N. C. (1980b). *João de Ruão escultor da Renascença Coimbrã*. Coimbra: IHA-FLUC.
- Borges, N. C. (1981). Alguns aspectos da segunda época de João de Ruão. In Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Ed.), *A introdução da arte da renascença na península ibérica. Actas do Simpósio Internacional: IV Centenário da morte de João de Ruão, Rouen 1500 - Coimbra 1580, 26-30 março 1980, Universidade de Coimbra* (pp. 23–52). Coimbra: EPATUR.
- Borges, N. C. (1987). *Coimbra e Região*. Lisboa: Editorial Presença.
- Borsi, F. (1987). *The monumental era: European architecture and design, 1929-1939*. New York: Rizzoli International Publications.
- Botelho, J. R., & Castro, C. (1956, Fevereiro). 4. Novas instalações universitárias em Portugal. In *Arquitetura: Revista de Arte e Construção*, (55–56), 30–34.
- Botta, M. (1996). *Ética do construir*. Lisboa: Edições 70.
- Bramão, M. H. (1971). *Livro de Ouro do Mundo Português – Moçambique*. Lisboa.
- Brandão, M. (1937). *A Universidade de Coimbra: esboço da sua história. Parte I, A Universidade de 1290 a 1580*. Coimbra: Por ordem da Universidade.
- Brandi, C. (2006). *Teoria do restauro*. (C. Prats, J. D. Rodrigues, J. Aguiar, & N. Proença, Trads.) (trad. ed. portuguesa, original de 1963). Amadora: Orion.
- Branquinho de Carvalho, J. (1947a). Coimbra Quinhentista. In *Arquivo Coimbrão: Boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra*, (X), 212–262.
- Branquinho de Carvalho, J. (1947b). Coimbra Quinhentista. In *Arquivo Coimbrão: Boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra*, (X), 212–262.
- Branquinho de Carvalho, J. (1948). *Coimbra Quinhentista: evocação de um século de grandezas e misérias*. (Separata do Arquivo Coimbrão, X). Coimbra: Coimbra Editora, Lda.
- Branquinho de Carvalho, J. (1958). Evolução de Coimbra, elementos para um relatório. In *Arquivo Coimbrão: Boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra*, (XVI), 340–348.
- Brites, J. (2005). Entre o Poder da Arte e a Arte do Poder: modernismo versus neoclassicismo monumentalista na arquitectura das décadas de 1920 a 1940? In *Separata da Revista Portuguesa de História da FLUC-Instituto de História Económica e Social*, XXXVII, 411–435.

- Brites, J. (2014a). *Arquitectura da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: filiais e agências da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: 1929-1970*. (1ª ed.). Lisboa: Prosafeita.
- Brites, J. (2014b). *O Capital da Arquitectura: Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos 1929-1970*. Lisboa: Prosafeita.
- Brites, J. (2017). Estado Novo, arquitetura e “renascimento nacional”. In *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitectura e Urbanismo*, 15(1)(online). In <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v15i1p100-113>
- Brito, V., & Camarinhas, C. T. F. (2007). Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa (1938). In *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*, (9), 164–190.
- Buchanan, C., & Ministry of Housing and Local Government. (1968). *Bath: a study in conservation: report to the Minister of Housing and Local Government and Bath City Council*. London: Her Majesty's Stationary Office.
- Buescu, A. I. (2005). *D. João III. 1502-1557*. (Vol. XV). Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Burrows, G. S., & Ministry of Housing and Local Government. (1968). *Chichester: a study in conservation: report to the Minister of Housing and Local Government*. London: Her Majesty's Stationary Office.
- Byrne, G. (1998, Março). Do espaço da tese à aula de arquitectura. In *Monumentos 8 - Dossier Universidade de Coimbra*, (8), 96–99.
- Byrne, G. (2006). *Geografias vivas = Living geographies | VI Bienal Internacional de Arquitectura de São Paulo = VI International Architecture Biennial, São Paulo, Brazil*. (6ª Bienal de Arquitectura de São Paulo - 2005, Ed.). Lisboa: Ordem dos Arquitectos e Caleidoscópico.
- Byrne, G. (2011, Fevereiro). Repavimentação do Pátio das Escolas. In *Construção Magazine: Revista Técnico-científica de Engenharia Civil, Dossier: Intervenção no Património da Universidade de Coimbra* (41), 40–41.
- Byrne, G. (2013, Novembro). Projecto de remodelação e ampliação do Museu Nacional de Machado de Castro. In *Revista Património*, (1), 108–113.
- Byrne, G., & Campos, J. P. F. de. (2013, Novembro). Remodelação do edifício sede do Banco de Portugal. In *Revista Património*, (1), 126–133.
- Cabral, C. B. (2011). *Património cultural imaterial: convenção da Unesco e seus contextos*. Lisboa: Edições 70.
- Cabral, M. V. (1982). O fascismo português numa perspectiva comparada. In *O Fascismo em Portugal: Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980* (pp. 19–30). Lisboa: A Regra do Jogo.
- Cacegas, F. L. (1767). *História de S. Domingos reformada por Fr. Luís de Sousa. Primeira parte*. (Vol. Livro III). Lisboa: Officina de António Rodrigues Galhardo.
- Calado, J. (1994). Introdução ou a razão de um projecto. In A. A. da Silva, *IST: Instituto Superior Técnico* (pp. 11–19). Lisboa: IST.
- Caldas, J. V. (1997). *Porfírio Pardal Monteiro: arquitecto*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses - Secção Regional do Sul.
- Calmeiro, M. R. (2013). A Paisagem Urbana Oitocentista, embelezamento e política na renovação da imagem de Coimbra. In *CEM Cultura, Espaço & Memória: revista do CITCEM*, 4, 71–90.
- Calmeiro, M. R. (2014). *Urbanismo antes dos planos: Coimbra 1834-1934*. (Doutoramento em Arquitectura). Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

- Câmara Municipal de Coimbra. (1994). *Regulamento do Plano Director Municipal (versão consolidada)*. CMC/DP. In <https://www.cm-coimbra.pt/index.php/servicos/documentacao-geral/menu-area-de-ficheiros/urbanismo/planos-municipais/plano-diretor-municipal/pdm-em-vigor/regulamento-2/4115-regulamento-pdm-versao-consolidada/file>
- Câmara Municipal de Coimbra. (2010a). *Plano Estratégico de Coimbra - 2ª fase (Documento Base e Complementar): Aprovação pela Câmara Municipal*. In http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2925&Itemid=
- Câmara Municipal de Coimbra (Ed.). (2010b). *Plano Estratégico de Coimbra. Documento base, 2 de Setembro de 2009*. In <https://www.cm-coimbra.pt/index.php/servicos/documentacao-geral/menu-area-de-ficheiros/urbanismo/p-e-p-u/pepu-fevereiro-2010/2922-documento-base/file>
- Câmara Municipal de Coimbra. (2017, Outubro 5). *Coimbra sobe 155 lugares no ranking mundial das cidades com mais congressos internacionais*. In <http://www.cm-coimbra.pt/index.php/areas-de-intervencao/cultura/atualidade/item/4894-coimbra-sobe-155-lugares-no-ranking-mundial-das-cidades-com-mais-congressos-internacionais>
- Câmara Municipal de Coimbra - Divisão de Planeamento. (2014b). *Plano Director Municipal*. (1ª Revisão). CMC/DP.
- Cameron, C. (2008). Comment le Comité du patrimoine mondial aborde-t-il la définition et la protection des «perspectives visuelles importantes»?/ How the World Heritage Committee deals with defining and protecting “important views? In C. Cameron & C. Boucher (Eds.), *Le Patrimoine Mondial: Définir et protéger les «perspectives visuelles importantes»/ World Heritage: Defining and protecting «Important Views»* (pp. 22–31). Montréal, Canada: Université de Montréal.
- Camões, L. de. (1572). *Os Lusíadas*. (1524?-1580). Em casa de Antonio Gôçalvez.
- Campos, A. de. (1939, Janeiro 31). 1140-1640-1940. In *Revista dos Centenários*, (1), 9–11.
- Capela de Campos, J. (2017a). A Paisagem Urbana Histórica como valor de projeto urbano. In P. Fidalgo (Ed.), *Estudos de Paisagem* (Vol. III, pp. 67–68). Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Capela de Campos, J. (2017b, Janeiro 3). A Paisagem Urbana Histórica como valor de projeto urbano. In *CIPLisboa2017 - 5ª Newsletter*. In <https://us14.campaign-archive.com/?u=f469b07e43ba72847c160277b&id=c50387b15c>
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2015). Chronicle of a death foretold. Or when a National Monument fails its status. In *Joelho - Revista de Cultura Arquitectónica, A Questão do Património* (6), 178–186. In https://doi.org/10.14195/1647-8681_6_18
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2016a). A conservação pela transformação: a Capela do Tesoureiro da autoria de João de Ruão. In M. Meneses, J. D. Rodrigues, & D. Costa (Eds.), *Livro de Resumos «Património, suas matérias e imatérias»* (pp. 119–120). Lisboa: LNEC.
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2016b). A recuperação dos valores: a Praça 8 de Maio em Coimbra. In M. Meneses, J. D. Rodrigues, & D. Costa (Eds.), *Livro de Resumos «Património, suas matérias e imatérias»* (pp. 123–124). Lisboa: LNEC.
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2016c). From the Paço Real to the Paço Real das Escolas: From the Duty of Remembrance to the Demands of Renovation. In B. Szmygin (Ed.), *Heritage in transformation: cultural heritage protection in XXI century: problems, challenges, predictions* (Heritage for future 1(3), digital, pp. 39–50). Florence-Lublin: Lublin University of Technology; International Scientific Committee for Theory and Philosophy of Conservation and Restoration

- ICOMOS; ICOMOS Poland; Romualdo Del Bianco Foundation. In <http://bc.pollub.pl/publication/13317>
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2017a). O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial. In *Cadernos de Geografia*, (36), 63–75. In https://doi.org/10.14195/0871-1623_36_5
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2017b). O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial. In F. Cravidão, N. Santos, C. Moreira, R. Ferreira, P. Nossa, & L. Silveira (Eds.), *Local identity and tourism management on world heritage sites. Trends and challenges. Conference Proceedings | Identidade local e gestão turística de sítios património mundial. Tendências e desafios. Livro de atas* (pp. 87–110). Coimbra: Departamento de Geografia e Turismo e CEGOT - Universidade de Coimbra. In <http://hdl.handle.net/10316/43476>
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2017c). O poder da imagem no processo de projeto da Cidade Universitária de Coimbra. In *Comunicação Pública [Online] - «Fotografia e Propaganda no Estado Novo Português»*, 12 (23). In <https://doi.org/10.4000/cp.1964>
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2017d). Património Mundial: democracia e diversidade. In *Estudos do Século XX* (17), 145–161. In https://doi.org/10.14195/1647-8622_17_8
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2017e). University City of Coimbra, «tabula rasa» as a project methodology. In *Joelho - Journal of Architectural Culture, Ideas and Practices for the European City* (8), 112–124. In https://doi.org/10.14195/1647-8681_8_7
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2018a). Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos. In R. Jacinto (Ed.), *Lugares e Territórios: património, turismo sustentável, coesão territorial* (pp. 57–77). Guarda/Lisboa: CEI - Centro de Estudos Ibéricos; Âncora Editora.
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2018b). Paisagem Urbana Histórica, a Lusa Atenas como matriz cultural de Coimbra. In R. Jacinto (Ed.), *Lugares e Territórios: património, turismo sustentável, coesão territorial* (pp. 19–41). Guarda/Lisboa: CEI - Centro de Estudos Ibéricos; Âncora Editora.
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2018c). Seguindo o fio de Ariadne: a Cidade Universitária de Coimbra como património glocal. In *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, (XXXI), 163–187. In https://doi.org/10.14195/2182-7974_31_1_6
- Capela, J. (2013, Dezembro). A classificação Património Mundial na problemática disciplinar da arquitectura. O caso de Coimbra. In *IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES apresentado na Coimbra C: dialogar com os tempos e os lugares - Arquitecturas, Representações e Tempos*, Coimbra, FEUC.
- Capela, J., & Murtinho, V. (no prelo). A World Heritage Application as an opportunity for urban intervention: the case of Coimbra. In M. Di Stefano (Ed.), *Heritage and landscape as human values - conference proceedings / ICOMOS Symposium « Patrimoine et Paysages en tant que Valeurs Humaines* (Vol. poster sessions). Florença, Itália.
- Capela, J., & Murtinho, V. (2015a). The dual logic of heritage in the field of architecture. In A. Castillo Mena (Ed.), *Personas y comunidades: Actas del Segundo Congreso Internacional de Buenas Prácticas en Patrimonio Mundial: (29 -30 de abril, 1 y 2 de mayo de 2015) | People and communities: Proceedings of Second International Conference on Best Practices in World Heritage: (29th - 30th*

- April, 1st and 2nd May, 2015) (pp. 124–145). Madrid: Universidad Complutense de Madrid. In <http://eprints.ucm.es/34899/>
- Capela, J., & Murtinho, V. (2015b). The University of Coimbra – Alta and Sofia. World Heritage Management Agents. In A. Castillo Mena (Ed.), *Personas y comunidades: Actas del Segundo Congreso Internacional de Buenas Prácticas en Patrimonio Mundial: (29 -30 de abril, 1 y 2 de mayo de 2015) | People and communities: Proceedings of Second International Conference on Best Practices in World Heritage: (29th - 30th April, 1st and 2nd May, 2015)* (pp. 573–590). Madrid: Universidad Complutense de Madrid. In <http://eprints.ucm.es/34899/>
- Capela, J., & Murtinho, V. (2018). Universidade de Coimbra — Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade. Em G. Filipe, J. Vale, & I. Castaño (Eds.), *Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospectiva [Documento electrónico]* (pp. 173–182). Lisboa: IHC-NOVA FCSH. In <http://ihc.fcsb.unl.pt/patrimonializacao-sustentabilidade/>
- Caraballo Perichi, C. A. (2001). Turismo cultural: Una opción sostenible o un caballo de Troya? In *Memorias Cátedra UNESCO: Gestión integral del patrimonio en centros históricos. Manizales-Caldas, Colombia, 18-28 Junio 2000* (pp. 229–238). Manizales-Caldas, Colombia: Universidad Nacional de Colombia, UNESCO.
- Cardoso, J. L. (2012). Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções. In *Análise Social*, XLVII (2º)(203), 370–400.
- Carneiro, A. (2004). *O património reencontrado – centro histórico de Guimarães, património da humanidade: a cidade enquanto memória, espaço de identidade e cidadania*. (Mestrado em Antropologia). Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga.
- Carvalho, D. B. de. (2008). *Monumentality in power: a portuguese case 1926-1974: the University of Coimbra and the construction of national culture*. Delft: D. B. Carvalho.
- Carvalho, J. M. L. de. (2007). *Conservação do património: políticas de sustentabilidade económica*. (Doutoramento em Arquitetura). Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Carvalho, J. M. T. de. (1913). João de Ruão. Prefácio. In P. Q. Garcia, *João de Ruão MD-MDLXXX: documentos para a biografia de um artista da renascença* (pp. V–XXXV). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Carvalho, R. de. (1996). *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Regime de Salazar-Caetano*. (2ª edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Casa Martín, F. da, & Garcia Bodega, A. (2014). La Universidad de Alcalá en la Provincia de Guadalajara. In J. Rivera Blanco & Universidad de Alcalá (Eds.), *Universidad de Alcalá. Patrimonio de la Humanidad – World Heritage* (2ª, pp. 58–69). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.
- Casanova, M. da C. L. (2014). O papel de Camillo Boito na distinção conceptual entre conservação e restauro. Eco da problemática no Portugal de oitocentos. In J. D. Rodrigues (Ed.), *De Viollet-Le-Duc à Carta de Venezia: teoria e prática do restauro no espaço ibero-americano. Livro de atas*. (pp. 23–30). Lisboa: LNEC.
- Castro, A. M. S. (1867). *Guia Histórico do Viajante em Coimbra e Arredores. Condeixa, Lorvão, Mealhada, Luso, Bussaco, Monte-Mor-o-Velho e Figueira (com gravuras)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Castro, A. de. (1940). *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade nacional*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Certeau, M. de. (1998). *A Invenção do cotidiano: artes de fazer*. (3ª edição). Petropolis: Editora Vozes.

- Chanthalangsy, P. (2013, Janeiro). Message from Francesco Bandarin, UNESCO's Assistant Director-General for Culture. In *Culture in Sustainable Development in the framework of the World Summit of UCLG*, Rabat.
- Chías Navarro, P. (1993, Setembro). Modesto López Otero: las imágenes de la Ciudad Universitaria de Madrid. In *Urbanismo: revista oficial del COAM*, (20), 116–121.
- Choay, F. (1965). *L'urbanisme utopies et réalités. Une anthologie*. Paris: Éditions du Seuil.
- Choay, F. (Ed.). (2002). *La conférence d'Athènes: sur la conservation artistique et historique des monuments, 1931*. Besançon: Imprimeur.
- Choay, F. (2008a). 5. Património: quale scommessa per la società? L'evoluzione del concetto di patrimonio. In A. Magnaghi (Ed.), *Del destino della città* (pp. 103–118). Florença: Alinea Editrice.
- Choay, F. (2008b). 8. Il regno dell'urbano e la morte della città. In A. Magnaghi (Ed.), *Del destino della città* (pp. 145–172). Florença: Alinea Editrice.
- Choay, F. (2008c). *Alegoria do Património*. (T. Castro, Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Choay, F. (2010). *Património e Mundialização*. (2ª edição). Évora: Editora Licorne, CHAIA.
- Choay, F. (2011). *As Questões do Património Antologia para um combate*. (L. F. Sarmiento, Trad.). Edições 70.
- CIAM-França. (1948a, Fevereiro). A Carta de Atenas, parte 1. In (M. de L. C. Rodrigues & F. C. Rodrigues, Trads.), *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (20 (2ª série)), 23–24.
- CIAM-França. (1948b, Março). A Carta de Atenas, continuação. In (M. de L. C. Rodrigues & F. C. Rodrigues, Trads.), *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (21 (2ª série)), 23.
- CIAM-França. (1948c, Abril). A Carta de Atenas, continuação. In (M. de L. C. Rodrigues & F. C. Rodrigues, Trads.), *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (22 (2ª série)), 23–24.
- CIAM-França. (1948d, Junho). A Carta de Atenas, continuação. In (M. de L. C. Rodrigues & F. C. Rodrigues, Trads.), *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (23–24 (2ª série)), 39–40.
- CIAM-França. (1948e, Julho). A Carta de Atenas, continuação. In (M. de L. C. Rodrigues & F. C. Rodrigues, Trads.), *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (25 (2ª série)), 19–21.
- CIAM-França. (1948f, Setembro). A Carta de Atenas, continuação. In (M. de L. C. Rodrigues & F. C. Rodrigues, Trads.), *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (26 (2ª série)), 19–20.
- CIAM-França. (1948g, Dezembro). A Carta de Atenas, continuação. In (M. de L. C. Rodrigues & F. C. Rodrigues, Trads.), *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (27 (2ª série)), 17–18.
- CIAM-França. (1949a, Janeiro). A Carta de Atenas, continuação. In (M. de L. C. Rodrigues & F. C. Rodrigues, Trads.), *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (28 (2ª série)), 15–16.
- CIAM-França. (1949b, Março). A Carta de Atenas, continuação. In (M. de L. C. Rodrigues & F. C. Rodrigues, Trads.), *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (29 (2ª série)), 15–16.
- CIAM-França. (1949c, Maio). A Carta de Atenas, continuação. In (M. de L. C. Rodrigues & F. C. Rodrigues, Trads.), *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (30 (2ª série)), 15–16.
- CIAM-França. (1949d, Julho). A Carta de Atenas, continuação. In (M. de L. C. Rodrigues & F. C. Rodrigues, Trads.), *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (31 (2ª série)), 17–18.
- CIAM-França. (1949e, Setembro). A Carta de Atenas, conclusão. In (M. de L. C. Rodrigues & F. C. Rodrigues, Trads.), *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (32 (2ª série)), 17–18.
- Clemente San Román, C., & Quintana Gordon, J. L. de la. (2016). La restauración y conservación de los edificios universitarios. In J. Rivera Blanco & Universidad de Alcalá (Eds.), *Universidad de Alcalá*.

- Patrimonio de la Humanidad – World Heritage* (3ª, pp. 70–91). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.
- Coelho, M. H. da C., & Matos, J. J. da C. (1986). O convento velho de S. Domingos de Coimbra (contributo para a sua história). In *Arquivo Histórico Português Dominicano, Actas do II Encontro sobre História Dominicana* (Vol. III/2, pp. 41–54). Porto: Dominicanos.
- Coello, F., Madoz, P., Raynaud, Alabern, C., & Bacot, P. A. (1853). *Madrid (Provincia) Mapas generales 1853: Madrid por el teniente Coronel, capitán de ingenieros D. Francisco Coello; las notas estadísticas e históricas han sido escritas por D. Pascual Madoz; el contorno por Raynaud; la topografía por Alabern; la letra por Bacot*. Cartografía, Madrid. In <http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000034824>
- Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, & Universidad Complutense de Madrid (Eds.). (1988). *La Ciudad Universitaria de Madrid I*. Madrid: COAM & UCM.
- Collins, G. R., Collins, C. C., & Sitte, C. (1980). *Camillo Sitte y el nacimiento del urbanismo moderno*. (R. Barba & E. Canosa, Trans.). Barcelona [etc.]: Gustavo Gili.
- Comissão Executiva dos Centenários. (1939a). *Revista dos Centenários*. (Comissão Nacional dos Centenários-Secção de Propaganda e Recepção, Vol. 1). Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional. In http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadosCentenarios/N01/N01_master/RevistadosCentenariosN1.pdf
- Comissão Executiva dos Centenários. (1939b). *Revista dos Centenários*. (Comissão Nacional dos Centenários-Secção de Propaganda e Recepção, Vol. 2–3). Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional. In http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadosCentenarios/N02_3/N02_3_master/RevistadosCentenariosN2e3.pdf
- Comissão Executiva dos Centenários. (1939c, Janeiro 31). Legislação: Portarias da Presidência do Conselho. In *Revista dos Centenários*, (1), 25.
- Comissão Executiva dos Centenários. (1939d, Março). Exposição do Mundo Português. Declarações do Senhor Dr. Augusto de Castro, Comissário Geral da Exposição. In *Revista dos Centenários*, (2–3), 5–13.
- Congresso Nacional de Arquitectura, & Tostões, A. (Eds.). (2008). *1º Congresso Nacional de Arquitectura*. (Edição fac-similada). Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Conselho Directivo Nacional.
- Conselho da Europa. (1954, Dezembro 19). *Convenção Cultural Europeia, assinada em Paris aos 19 de Dezembro de 1954*. In <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/dec717-1975.pdf>
- Conselho da União Europeia. (2014). *Conclusions on cultural heritage as a strategic resource for a sustainable Europe*. Bruxelas. In https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/educ/142705.pdf
- Contorni, G. (1993). *Erre come restauro: terminologia degli interventi sul patrimonio architettonico*. Florença: Alinea Editrice.
- Contreras, J. (2016). La Universidad de Alcalá y el «Futuro de Cisneros». In J. Rivera Blanco & Universidad de Alcalá (Eds.), *Universidad de Alcalá. Patrimonio de la Humanidad – World Heritage* (3ª, pp. 112–127). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.
- Conzen, M. R. G. (2004). *Thinking about Urban Form. Papers on Urban Morphology, 1932–1998*. (M. P. Conzen, Ed.). Berna: Peter Lang.

- Corboz, A. (1983). Le territoire comme palimpseste. In *Diogenes*, 31(121), 12–34. In <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/039219218303112102>
- Corner, J. (2002a). Origins of Theory (1990). In S. R. Swaffield (Ed.), *Theory in landscape architecture: a reader* (pp. 19–20). Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Corner, J. (2002b). Theory in crisis (1991). In S. R. Swaffield (Ed.), *Theory in landscape architecture: a reader* (pp. 20–21). Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Corrêa, R. L. (2013). O urbano e a cultura: alguns estudos. In Z. Rosendahl & R. L. Corrêa (Eds.), *Geografia cultural uma antologia* (Vol. II, pp. 57–69). Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Correia, A. (1942). *Identificações toponímicas: Largo da Portagem e imediações*. Coimbra: s. n.
- Correia, J. E. H. (2005, Setembro). O lugar de Vila Real de Santo António na história do urbanismo português. In *Planos: salvaguarda Vila Real de Sto António: projecto urbano Coimbra*, (9), 50–57.
- Correia, L. M. M. de V. (2011). A construção da identidade do território a partir dos monumentos: o lugar do contemporâneo. In *Revista Estudos do Século XX*, (11), 167–199. In https://doi.org/10.14195/1647-8622_11_11
- Correia, L. M. M. de V. (2015). *Monumentos, território e identidade no Estado Novo: da definição de um projecto à memorização de um legado*. (Doutoramento em Arquitectura (Teoria e História da Arquitectura), apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Correia, M. (1937, Dezembro). Ribeiro Sanches e a vida académica portuguesa. In *Via Latina*, 10.
- Correia, M. (1947). Cidade Universitária de Coimbra. In Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas (Ed.), *Quinze anos de obras públicas : 1932-1947. Livro de ouro* (Vol. 1, pp. 82–84). Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações.
- Correia, M. (1963). *Ao serviço da Universidade de Coimbra: 1939-1960*. Coimbra: Por ordem da Universidade.
- Correia, V. (1923). Prefácio. In Q. P. Garcia, *Documentos para as biografias dos Artistas de Coimbra* (pp. V–IX). Coimbra.
- Correia, V. (1932). As cartas de Fr. Brás de Braga para S.ta Cruz de Coimbra. In *Arte e Arqueologia*, I(4), 189–210.
- Correia, V. (1933). A Praça de Sansão e o Mosteiro de Santa Cruz em 1796. In *Arte e Arqueologia*, (1/ano II), 62–64.
- Correia, V. (1946). *Obras. Volume I. Coimbra*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Correia, V., & Gonçalves, A. N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. (Vol. II). Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- Corte Real, D. de M. (1721). *Decreto, que S. Majestade, que deus guarde, Foi servido mandar à Academia em 13 de Agosto de 1721*. Associação Vamos Renovar Lisboa. In <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/decreto-regio.pdf>
- Cosgrove, D. E. (1998). *Social formation and symbolic landscape*. Madison, Wis: University of Wisconsin Press.
- Cosgrove, D. E. (2002). Landscape as cultural product (1984). In S. R. Swaffield (Ed.), *Theory in landscape architecture: a reader* (pp. 165–166). Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Costa, A. A. (1998, Março). A Cidade e a Acrópole. In *Monumentos 8 - Dossier Universidade de Coimbra*, (8), 100–103.

- Costa, A. A. (2004). Editorial: Apresentação do concurso: Concurso de ideias para a reabilitação da Rua da Sofia. In Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, *ECDJ8: Sofia, concurso público de ideias para reabilitação da rua da Sofia* (pp. 6–7). Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. In <http://hdl.handle.net/10316.2/37548>
- Costa, J. P. C. G. da. (2016). O edifício da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1936-1956). In *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, 46/47, 49–62. In https://doi.org/10.14195/1647-8436_46_47_3
- Costa, M. C. da. (2012). João Rodrigues da Silva Couto e a ‘inovação museológica’ em Portugal no século XX (1938-1964). In M. Asensio, S. Lira, E. Asenjo, & Y. Castro (Eds.), *Historia de las Colecciones, Historia de los Museos* (Vol. 6, pp. 137–151). Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. In <https://sites.google.com/site/mikelasensio/brouard/iii-siam>
- Costa, J. P. O. e. (2005). *D. Manuel I. 1469-1521. Um príncipe do renascimento*. (Vol. XIV). Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Costa, M. H. (2001). *Os edifícios dos correios do Estado Novo - um compromisso: o modernismo de Adelino Nunes/ culturismo de Raúl Lino*. (Licenciatura em Arquitectura). Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Costa, S. V. (1998a). *A Cidade Universitária de Coimbra: um projecto de modernização cultural. Utopia e realidade*. (Mestrado em História da Arte Contemporânea). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Costa, S. V. (1998b, Março). A escultura monumental. In *Monumentos 8 - Dossier Universidade de Coimbra*, (8), 78–81.
- Costa, S. V. (2016). *O país a régua e esquadro: urbanismo, arquitetura e memória na obra pública de Duarte Pacheco*. Lisboa: IST Press.
- Craveiro, M. de L. (1983). Raúl Lino em Coimbra. In *Separata de Mundo da Arte*, (15), 31–44.
- Craveiro, M. de L. (1990). *Manuel Alves Macombos arquitecto da reforma pombalina da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade.
- Craveiro, M. de L. (2002). *O Renascimento em Coimbra: modelos e programas arquitectónicos*. (Doutoramento em História de Arte). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Cravidão, F. (1988). A Alta de Coimbra - que população? In GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (Ed.), *Alta de Coimbra: história - arte - tradição* (Actas do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, de 23 a 28 de Outubro de 1987, pp. 101–109). Coimbra: GAAC.
- Cristinelli, G., & Foramitti, V. (Eds.). (2000). *Il restauro fra identità e autenticità. Atti della tavola rotonda «I principi fondativi del restauro architettonico», Venezia, 31 gennaio-1 febbraio 1999*. Venezia: Marsilio Editori.
- Cruz, M. B. da. (1988). *O partido e o Estado no salazarismo*. Lisboa: Presença.
- Cruz, M. A. L. (2006). *D. Sebastião*. (Vol. XVI). Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Custódio, J. (Ed.). (2011a). *100 Anos de património: memória e identidade. Portugal 1910-2010*. (2ª edição). Lisboa: IGESPAR IP.
- Custódio, J. (2011b). Globalização e património cultural. In J. Custódio (Ed.), *100 Anos de património: memória e identidade. Portugal 1910-2010* (2ª, pp. 346–348). Lisboa: IGESPAR IP.

- Custódio, J. (2011c). Sociedade das Nações, Portugal e a Carta de Atenas (1931). In J. Custódio (Ed.), *100 Anos de património: memória e identidade. Portugal 1910-2010* (2ª, pp. 131–135). Lisboa: IGESPAR IP.
- Dantas, J. (1939, Janeiro 31). A «Revista dos Centenários». In *Revista dos Centenários*, (1), 1–2.
- Debray, R. (1997). *Transmettre*. Paris: Odile Jacob.
- Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Ed.). (1997). *A Alta de Volta: concurso de ideias para o plano de reconversão dos espaços dos colégios de S. Jerónimo, das Artes, Laboratório químico e area envolvente*. Coimbra: EDARQ - Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- D’Eramo, M. (2014, Agosto). Urbanicide in all good faith. In *Domus*, 982, Architecture, Opinion.
- D’Eramo, M. (2017). *Il selfie del mondo. Indagine sull’età del turismo*. Milano: Giangiacomo Feltrinelli Editore.
- DGEMN. (1979). 50 anos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais MHOP. Lisboa: DGEMN.
- Di Stefano, M. (Ed.). (2015). *Heritage and landscape as human values - conference proceedings / ICOMOS Symposium « Patrimoine et Paysages en tant que Valeurs Humaines*. (Proceedings of the Symposium held at ICOMOS’ 18th General Assembly, Florence, Italy, 9-14 November 2014). Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane.
- Diário de Coimbra. (1982a, Janeiro 1). Documento do GGU afirma ser via para solução de problemas. In *Diário de Coimbra*, p. 4.
- Diário de Coimbra. (1982b, Janeiro 18). “Formação ecológica” e “A cidade” debatidos em Coimbra. In *Diário de Coimbra*, p. 1 e 12.
- Diário de Coimbra. (1982c, Fevereiro 19). Recuperação do Centro Histórico de Coimbra será objecto de seminário a realizar em Outubro próximo. In *Diário de Coimbra*, p. 4.
- Diário de Coimbra. (1982d, Março 18). Recuperação e vivificação da Lusa-Atenas – Coimbra considerada como monumento de interesse europeu ou mesmo mundial. In *Diário de Coimbra*, p. 12.
- Dias, A. (2002). Mudar sem mudar - o património e o espaço público. In A. Costa, J. M. Guedes, P. Silva, & E. Paupérrimo (Eds.), *A Intervenção no Património. Práticas de conservação e reabilitação* (Compilação das conferências do Seminário «A Intervenção no Património; práticas de conservação e reabilitação», 2-4 de outubro de 2002, Porto e Viana do Castelo, pp. 113–122). Porto: FEUP.
- Dias, P. (1994). Coimbra como testemunho das grandes universidades históricas europeias. In *La Ciudad del Saber: Ciudad, universidad y utopia 1293-1993, Alcalá de Henares, julho 1993*, Coimbra: Pedro Dias.
- Dias, P. (2010). *Coimbra. A cidade do conhecimento e do mito da Lusa-Atenas*. Coimbra: CC-Turismo de Coimbra, EM.
- Dias, P., & Gonçalves, A. N. (2004). *O Património Artístico da Universidade de Coimbra*. (2ª edição revista e aumentada). Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- Dias, P., & Gonçalves, A. N. (sem data). *O Património Artístico da Universidade de Coimbra*. (edição revista e aumentada). Coimbra: Gradiva.
- Diderot, M., & D’Alembert, M. (Eds.). (1750). École Militaire. In *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers. Par une société de gens de lettres*. (Vol. 5). Paris: Chez Briasson, David, Durand et Le Breton.

- Domingues, G. de P. (1982). *Oração de André de Resende pronunciada no Colégio das Artes em 1551. Reprodução facsimilada, leitura moderna, tradução e notas.* (Reprod. facsimil. da ed. de Coimbra: João de Barreira, João Álvares, 1551). Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- Doxiadis, C. A. (1965). *Arquitectura em transição.* Coimbra: A. Amado Editor sucessor.
- Duarte, J. C. (1988). A Alta de Coimbra vista por Arnaldo Gama. In GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (Ed.), *Alta de Coimbra: história - arte - tradição* (Actas do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, de 23 a 28 de Outubro de 1987, pp. 111–113). Coimbra: GAAC.
- Duarte, M. D. (2003). *Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: ícone do poder. Ensaio iconológico da imagética do Estado Novo.* Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- Dvorak, M. (1971). Antologia di critici: Catechismo per la tutela dei monumenti. In *Paragone* (pp. 28–63). Florença: Sansoni Editore.
- Echeverría Valiente, E. (2005). *El Campus Universitario de Alcalá de Henares: análisis y evolución.* (Doutoramento em Arquitetura). Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid - Universidad Politécnica de Madrid, Madrid. In http://oa.upm.es/2668/2/ERNESTO_ECHEVERRIA_VALIENTE.pdf
- Echeverría Valiente, E. (2016). La Universidad en la Ciudad de Alcalá de Henares: Centro Histórico. In J. Rivera Blanco & Universidad de Alcalá (Eds.), *Universidad de Alcalá. Patrimonio de la Humanidad – World Heritage* (3ª, pp. 36–47). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.
- Encontros de Tomar (Ed.). (1997). *Encontros de Tomar: I encontro sobre o ensino da arquitectura na Universidade de Coimbra.* Coimbra: EDARQ - Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Esher, V., & Ministry of Housing and Local Government. (1968). *York: a study in conservation: report to the Minister of Housing and Local Government and York City Council.* London: Her Majesty's Stationary Office.
- Esperança, E. J. (1997). *Património, comunicação, políticas e práticas culturais.* Veja.
- Faria, J. S. (2006, Setembro). A Rua da Sofia e os estudos urbanísticos para a Baixa de Coimbra. In *Monumentos 25 - Dossier Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa, (25)*, 130–137.
- Fernandes, J. M. (1979a, Março). Para o estudo da arquitectura modernista em Portugal: a evolução estilística. In *Arquitectura*, (132), 54–65.
- Fernandes, J. M. (1979b, Maio). Para o estudo da arquitectura modernista em Portugal: a evolução estilística, parte 2. In *Arquitectura*, (133), 38–47.
- Fernandes, J. M. (1980a, Agosto). Para o estudo da arquitectura modernista em Portugal: a evolução estilística, parte 3. In *Arquitectura*, (137), 16–25.
- Fernandes, J. M. (1980b, Outubro). Para o estudo da arquitectura modernista em Portugal: a evolução estilística, parte 4. In *Arquitectura*, (138), 64–73.
- Fernandes, J. M. (1996). Obras Públicas. In F. Rosas, J. M. B. de Brito, & M. F. Rollo (Eds.), *Dicionário de história do Estado Novo* (Vol. Vol. 2: M-Z, pp. 676–679). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Fernandes, J. M. (1997). Arquitecto Luís Benavente. Uma obra e uma época. In IAN-TT (Ed.), *Luís Benavente: arquitecto* (pp. 11–49). Lisboa: IAN-TT.
- Fernandes, J. M. (2003). *Português suave: arquitecturas do estado novo.* Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- Fernandes, J. M. (2005). *Arquitectura Portuguesa – temas actuais II.* Lisboa: Edições Cotovia.

- Fernandes, J. M. (2013). 1936-37, Ano chave da arquitectura moderna, Portugal-Brasil. In M. L. B. Pinheiro & J. M. Fernandes (Eds.), *Portugal, Brasil, África: urbanismo e arquitectura: do ecletismo ao modernismo* (pp. 109–131). [Lisboa] : [São Paulo] : Casal de Cambra: UAL Universidade Autónoma de Lisboa ; FAUUSP ; Caleidoscópio.
- Fernandes, J. M. (2015). *Três modernistas: arquitetura do Modernismo em Portugal: uma síntese e alguns autores*. Lisboa] : [Coimbra: INCM, Imprensa Nacional-Casa da Moeda ; Imprensa da Universidade de Coimbra = Coimbra University Press.
- Fernandes, J. R. (2003). A cidade, os Municípios e as políticas: o caso do Grande Porto. In *Revista Sociologia: Departamento de Sociologia*, FLUP (Ed.) (pp. 1–19), (apresentado em A cidade: entre projectos e políticas, 30 junho 2003, Porto, Porto: Revista Sociologia: Departamento de Sociologia, FLUP). In <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo12471.pdf>
- Fernandes, J. R. (2012). Políticas Públicas e urbanismos no tecido antigo da cidade europeia. In *Revista Cidades - Grupo de Estudos Urbanos*, UNESP, 9(16), 118–143.
- Fernandes, J. R., Chamusca, P., & Pinto, J. R. (2013). Quantos centros têm o centro? Tempos e espaços no Porto, entre o centro de região urbana e os lugares do centro da cidade. In J. R. Fernandes, L. Cunha, & P. Chamusca (Eds.), *Geografia & Política, Políticas e Planeamento / Geography & Politics, Policies & Planning* (pp. 226–237). Coimbra: CEGOT-Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território.
- Fernandes, M. G. (2017). Morfogénese e intenções, planos e projetos de atravessamento da Baixa de Coimbra: outros contributos de um geógrafo. In F. Cravidão, L. Cunha, P. Santana, & N. Santos (Eds.), *Espaços e Tempos em Geografia: Homenagem a António Gama* (pp. 377–402). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. In https://doi.org/10.14195/978-989-26-1343-7_20
- Fernandez, S. (1988). *Percurso da arquitectura portuguesa 1930-1974*. (2ª edição). Porto: FAUP.
- Fernando Marques. (2014, Fevereiro). *Memória descritiva e justificativa - Conservação e Restauro da Porta Férrea - Paço das Escolas, Universidade de Coimbra*.
- Ferrão, B., & Afonso, J. F. (1996). A Evolução da forma Urbana de Guimarães e a Criação do seu Património Edificado. In Câmara Municipal de Guimarães - Gabinete Técnico Local (Ed.), *Candidatura de Guimarães a Património Mundial*. Guimarães: CMG/GTL.
- Ferrão, B., & Afonso, J. F. (1998). O património habitacional de Guimarães. In Câmara Municipal de Guimarães (Ed.), *Guimarães, Cidade Património Mundial: um objectivo estratégico* (pp. 36–51). Guimarães: CMG/GTL.
- Ferreira, C. A. (1993). Prefácio. In T. Gamboa (Ed.), *Património arquitectónico e arqueológico classificado* (Vol. I, pp. XIII–XXV). Lisboa: IPPAR.
- Ferro, A. (2007). *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- Fidalgo, P. (Ed.). (2017). *Estudos de paisagem*. (Vol. I). Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Figueira, J. (1992). Coisa Mental, Fernando Távora /entrevista. In *Unidade*, (3), 100–106.
- Figueira, J. (2006). No lugar da «Avenida Central». In *Monumentos 25 - Dossier Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa*, (25), 138–145.
- Figueiredo, A. C. B. de. (1996). *Coimbra antiga e moderna*. (ed. fac-similada da 1ª ed. de 1886, Lisboa: Livraria Ferreira). Coimbra: Almedina.
- Folgado, D. (2011). Património inclusivo. Das expectativas aos desafios. In J. Custódio (Ed.), *100 Anos de património: memória, identidade. Portugal 1910-2010* (2ª, pp. 323–335). Lisboa: IGESPAR IP.

- Fortuna, C., & Peixoto, P. (2002). A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas. In C. Fortuna & A. S. Silva (Eds.), *Projecto e circunstância: culturas urbanas em Portugal* (pp. 17–60). Porto: Edições Afrontamento. In https://ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/169_Projecto_e_Circunstancia.pdf
- Frampton, K. (2000). *História crítica da arquitetura moderna*. (J. L. Camargo, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- França, J.-A. (1974). *A arte em Portugal no século XX (1911-1961)*. (1ª edição). Lisboa: Bertrand.
- França, J.-A. (1976, Junho). 1930/1948, le fascisme pur et dur. In *L'Architecture D'Aujourd'hui*, (185), 2–7.
- França, J.-A. (1981). Arquitectura do Estado Novo 1930-1948. In *Arquitectura, Revista de Arte e Construção*, (142), 18–19.
- França, J.-A. (1997). Arquitectura e artes plásticas. In A. Becker, A. Tostões, & W. Wang (Eds.), *Portugal: Arquitectura do século XX* (pp. 86–91). Munique: Prestel.
- França, J.-A. (2002). *O modernismo na arte portuguesa*. (A. Quadros, Ed.) (4ª ed. (1ª ed. 1979, Instituto de Cultura Portuguesa, SEC-Ministério da Cultura e da Ciência)). Lisboa: Divisão de Publicações do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. In <http://bedigital.soaresbasto.pt/cops-master/ebooks/Jose%20Augusto%20Franca/O%20Modernismo%20na%20Arte%20Portuguesa%20%2875%29/O%20Modernismo%20na%20Arte%20Portuguesa%20-%20Jose%20Augusto%20Franca.pdf>
- Franco, M. de S. (1983a). *O programa «Coimbra antiga e a vivificação dos centros históricos» promovido pelo Museu Nacional de Machado de Castro em 1981-1983*. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro.
- Franco, M. de S. (Ed.). (1983b). *Riscos das obras da Universidade de Coimbra: o valioso album da Reforma Pombalina*. (Reprodução do manuscrito com o mesmo título de 1777). Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro.
- Franco, M. de S. (1984). *Quatro anos na direcção do Museu Nacional de Machado de Castro*. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro.
- Franco, M. de S. (2014). William Elsdén - a importância dos seus «riscos das obras da Universidade de Coimbra». Elementos inéditos sobre a sua vida e actividade. In *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, (23), 181–201.
- Frazão, M. (2000). *O G.T.L. e o Planeamento Urbanístico do Concelho*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.
- Freitas, D. M. (2016). *Museu Machado de Castro: memorial de um complexo arquitetónico enquanto espaço museológico (1911-1965)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio e DGPC.
- GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (Ed.). (1988). *Alta de Coimbra: história - arte - tradição. Actas do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, de 23 a 28 de Outubro de 1987*. (1ª edição). Coimbra: GAAC.
- GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (Ed.). (1995). *A Alta de Coimbra que futuro para o passado? 2º Encontro sobre a Alta de Coimbra. Exposição documental, Arquivo da Universidade, 22 de Outubro a 5 de Novembro de 1994*. Coimbra: Arquivo da Universidade.
- Gabrielli, B. (1992). *Il recupero della città esistente: saggi 1968-1992*. Milano: Etaslibri.
- Galopin, M., & Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998. (1997). *As exposições internacionais do século XX e o BIE*. Lisboa: Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998.

- Galván, F. (2016). Apresentação. In J. Rivera Blanco & Universidad de Alcalá (Eds.), *Universidad de Alcalá. Patrimonio de la Humanidad – World Heritage* (3ª, pp. 7–12). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.
- García Marquez, G. (2014). *Crónica de uma Morte Anunciada*. (15ª edição). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Garcia, P. Q. (1913). *João de Ruão MD-MDLXXX: documentos para a biografia de um artista da renascença*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Garcia, P. Q. (1923). *Documentos para as biografias dos Artistas de Coimbra*. Coimbra.
- Garrett, A. de A. (1975). *História da evolução dos Planos Gerais de Urbanização da cidade do Porto*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Gazeta dos Caminhos de Ferro. (1948, Outubro 1). Os nossos mortos. In *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, (1459), 530.
- Geertz, C. (1978). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Gesta, A. (1998). Sentimentos nativos. In Câmara Municipal de Guimarães - Gabinete Técnico Local (Ed.), *Guimarães, Cidade Património Mundial: um objectivo estratégico* (pp. 64–71). Guimarães: CMG/GTL.
- Ghilini, H. (1929, Março 9). Un plan d'ensemble de rues et de garages souterrains a Paris/Le garage en gratte-ciel. In *L'Illustration: Journal Universel*, nº 4488, pp. 247–251.
- Giovannoni, G. (1931). *Vecchie città ed edilizia nuova* (digitalização de 26/01/2009, Universidade da Califórnia). Unione tipografico-editrice torinese.
- Giovannoni, G. (1998). *L'Urbanisme face aux villes anciennes*. (F. Choay, Ed., J.-M. Mandosio, A. Petita, & C. Tandille, Trads.). Paris: Editions du Seuil.
- Gonçalves, A. (2006). Questões de pormenor no planeamento da salvaguarda. In *RevCEDOUA: Revista do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente*, (17), 35–50.
- Gonçalves, A. (2010). Áreas urbanas para (re)habilitar as relações entre cidade e património? In CEDOUA & Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Eds.), *O novo regime da Reabilitação Urbana* (pp. 75–91). Coimbra: Almedina. In <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/19988/1/%c3%81reas%20Urbanas%20para%20reHabilitar.pdf>
- Gonçalves, A. (2012). *Património urban(ístic)o e planeamento da salvaguarda: os seus contributos para a desagregação urbana e a necessidade de (re)habilitar a patrimonilização da cidade na sua (re)feitura*. (Doutoramento em Arquitetura). Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra. In <http://hdl.handle.net/10316/18582>
- Gonçalves, A. (2013). A dimensão urban(ístic)a do património. In *Arquimemória 4 sobre preservação do património edificado*. Salvador, Bahia.
- Gonçalves, A. N. (1963a, Maio 8). A Igreja do Convento de São Domingos, na Rua da Sofia I. In *Diário de Coimbra*, p. 1 e 9.
- Gonçalves, A. N. (1963b, Maio 22). A Igreja do Convento de São Domingos, na Rua da Sofia II. In *Diário de Coimbra*, p. 1 e 5.
- Gonçalves, A. N. (1963c, Junho 6). A Igreja do Convento de São Domingos, na Rua da Sofia III. In *Diário de Coimbra*, p. 9.
- Gonçalves, A. N. (1963d, Junho 26). A Igreja do Convento de São Domingos, na Rua da Sofia IV. In *Diário de Coimbra*, p. 1 e 5.

- Gonçalves, A. N. (1963e, Julho 16). A Igreja do Convento de São Domingos, na Rua da Sofia V. In *Diário de Coimbra*, p. 1 e 9.
- Gonçalves, A. N. (1982). *A igreja do Convento de S. Domingos na Rua da Sofia*. (Separata de Mundo da Arte). Coimbra: Imprensa de Coimbra Lda.
- Gonçalves, A. N. (1984a). A Igreja do Convento de S. Domingos na Rua da Sofia. In *Estudos de História da Arte da Renascença* Aveiro: Livraria Estante Editora.
- Gonçalves, A. N. (1984b). *Estudos de História da Arte da Renascença*. Aveiro: Livraria Estante Editora.
- Gonçalves, A. N. (1984c). Prováveis origens da arte de João de Ruão. In *Estudos de História da Arte da Renascença* (pp. 273–282). Aveiro: Livraria Estante Editora.
- Gonçalves, F. (1981, Julho). Urbanística à Duarte Pacheco. In *Arquitectura*, (142), 20–37.
- Governo de Portugal. (1932). *Diário do Governo nº 230, de 30/09/1932*. 1ª Série, pp. 1971-1986. In <https://dre.pt/application/file/28180>
- Gracia, F. de. (1992). *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación*. Madrid: NEREA.
- Grande, N., & Lobo, R. P. (Eds.). (2005). *CidadeSofia: cidades universitárias em debate*. (Actas do Seminário Internacional CidadeSofia, Coimbra, 2003). Coimbra: EDARQ - Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Graveto, P. (2005). *A zona histórica de Coimbra enquanto património permanências e transformações*. (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto.
- Gregotti, V. (1991). *Dentro l'architettura*. Torino: Bollati Boringhieri.
- Gropius, W. (1949, Maio). Sobre a ideia de monumentalidade (de Architectural Review). In *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (30 (2ª série)), 14.
- Guillaume, M. (1980). *La politique du patrimoine*. Paris: Editions Galilée.
- Halbwachs, M. (1971). *La topographie légendaire des Évangiles en Terre Sainte: étude de mémoire collective*. Paris: Press Universitaires de France.
- Halbwachs, M. (1992). Space and the collective memory. In *The collective memory*. Chicago: University of Chicago Press.
- Heitor, T. V. (2001). *A vulnerabilidade do espaço em Chelas: uma abordagem sintáctica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hitler, A. (1998). *A minha luta – mein kampf*. (A. C. Rangel, Trad.). Lisboa: Hugin.
- Huertas Lobo, J. (1956, Fevereiro). 1. Formação das Universidades. In *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (55–56), 3–5.
- Hugo, V. (1832). Guerre aux démolisseurs. In *Revue des Deux Mondes*, pp. 607–622.
- IAN-TT (Ed.). (1997). *Luís Benavente: arquitecto*. Lisboa: IAN-TT.
- ICOMOS (Ed.). (1965). *The monument for the man. (Records of the II International Congress of Restoration, Venice, 25-31 may 1964)*. Venezia: Marsilio Editori. In <https://www.icomos.org/index.php/en/charters-and-texts?id=157>
- ICOMOS. (1994, Novembro). *The Nara Document on authenticity (1994)*. ICOMOS. In <https://www.icomos.org/charters/nara-e.pdf>
- ICOMOS. (2005, Outubro 22). *Xi'an Declaration on the conservation of the setting of heritage structures, sites and areas*. In <http://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/xian-declaration.pdf>
- ICOMOS. (2013). *2013 Evaluations of nominations of cultural and mixed properties to the World Heritage List*. (ICOMOS Report for the World Heritage Committee: 37th ordinary session, Phnom Penh, June

- 2013 No. WHC-13/37.COM/INF.8B1). Paris: ICOMOS. In <http://whc.unesco.org/archive/2013/whc13-37com-8B1inf-en.pdf>
- ICOMOS - CIVVIH. (2012). *The La Valletta Principles for the safeguarding and management of historic cities, towns and urban areas*. Atenas: ICOMOS. In <http://civvih.icomos.org/sites/default/files/Valletta%20Principles%20Book%20in%205%20languages.pdf>
- ICOMOS - Regina Durighello. (2012, Dezembro 20). *GB/MA 1387: World Heritage List 2013. University of Coimbra - Alta and Sofia (Portugal) - Additional information (II)*.
- Iersel, M. van. (2007, Agosto 3). *People can't live in museums*. In <http://www.maximsurin.info/wp-content/uploads/pdf/people-can-t-live-in-museums.pdf>
- Iersel, M. van. (2014, Agosto 27). Unesco is not ISIS. In *Domus*, Architecture, Opinion.
- Insall, D., & Ministry of Housing and Local Government. (1968). *Chester: a study in conservation: report to the Minister of Housing and Local Government and the city and county of the city of Chester*. London: Her Majesty's Stationary Office.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (Ed.). (2018). *Estatísticas do Turismo 2017*. (ed. 2018). Lisboa: INE. In https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=320462327&PUBLICACOESmodo=2
- Jacobs, J. (1994). *The death and life of great american cities*. London: Penguin Books.
- Jadé, M. (2006). *Patrimoine immatériel: perspectives d'interprétation du concept de patrimoine*. Paris: L'Harmattan.
- Jencks, C. (1992). *Movimentos modernos em arquitectura*. (J. M. Lima, Trad.). Lisboa: Edições 70.
- João Mendes Ribeiro. (2013, Julho 19). *Memória Descritiva - Arquitectura, projecto de execução - Projecto de reabilitação das Estufas Tropicais e Espaço Ciência in Situ - Jardim Botânico, Universidade de Coimbra*.
- Jokilehto, J. (1986). *A history of Architectural Conservation - The contribution of English, French, German and Italian Thought towards an Internacional Approach to the Conservation of Cultural Property*. York, England. In http://www.icrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_05_HistoryofConservation00_en.pdf
- Jokilehto, J. (2005). *A History of Architectural Conservation*. Burlington: Elsevier Butterworth-Heinemann.
- Jokilehto, J. (2006). Considerations on authenticity and integrity in World Heritage context. In *City & Time*, 2(1), 1–16.
- Jokilehto, J. (2010). Notes on the definition and safeguarding of Historic Urban Landscape. In *City & Time*, 4(3), 41–51.
- Jornal Arquitectos. (1982, Agosto). Legislação: Regulamento do Centro Histórico da Cidade de Coimbra. In *Jornal Arquitectos*, p. 14.
- Jornal de Coimbra. (1996, Janeiro 24). Prof. Costa Lobo sugere alterações às obras em curso na Praça 8 de Maio. In *Jornal de Coimbra*, p. 8.
- Kol de Carvalho, M., Cameira, M. C., & Martins, J. P. (Eds.). (2015). *Cottinelli Telmo: os arquitectos são poetas também*. (Catálogo da exposição comissariada por João Paulo Martins "Os arquitectos são poetas também: Cottinelli Telmo 1897-1948", Padrão dos Descobrimentos, 2014-2015). Lisboa: EGEAC.
- Koolhaas, R., & OMA. (2010a). *OMA History: Cronocaos Venice Biennale 2010*. OMA. In <http://oma.eu/projects/venice-biennale-2010-cronocaos>

- Koolhaas, R., & OMA. (2010b). *OMA Venice Biennale 2010: Cronocaos. OMA's exhibition on Preservation*. OMA. In <http://oma.eu/projects/venice-biennale-2010-cronocaos>
- Kostof, S. (2009). *The city shaped: urban patterns and meanings through history*. (reprint ed. 1991). London: Thames and Hudson.
- Krüger, M. J. T. (2014). *Comentários à arte edificatória de Leon Battista Alberti*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Kühl, B. M. (2006). História e ética na conservação e restauração de monumentos históricos. In *Revista CPC*, (1), 16–40. In <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i1p16-40>
- Labadi, S. (2010). World Heritage, authenticity and post-authenticity: international and national perspectives. In S. Labadi & C. Long (Eds.), *Heritage and globalisation* (pp. 66–84). Milton Park, Abingdon, Oxon, England ; New York, NY: Routledge.
- Labadi, S., & Long, C. (Eds.). (2010). *Heritage and globalisation*. Milton Park, Abingdon, Oxon, England ; New York, NY: Routledge.
- Lacerda, & Zancheti, S. M. (Eds.). (2012). *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.
- Lacroix, M. (1997). *Le principe de Noé, ou, L'éthique de la sauvegarde*. Paris: Flammarion.
- Lalana Soto, J. L., & Santos y Ganges, L. (2011). El problema de las vistas relevantes en la conservación del patrimonio urbano. In *VIII Congresso Ibérico de Urbanismo «A mudança do ciclo: um novo urbanismo», 27-29 outubro 2011*, Covilhã: Universidade da Beira Interior. In [http://aup.org.pt/microsites/congresso/pdf/artigo%20\(13\).pdf](http://aup.org.pt/microsites/congresso/pdf/artigo%20(13).pdf)
- Landscape Institute, & Institute of Environmental Management and Assessment (Eds.). (2013). *Guidelines for landscape and visual impact assessment*. (Third edition). London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Le Bossé, M. (2013). As questões de identidade em geografia cultural - algumas concepções contemporâneas. In Z. Rosendahl & R. L. Corrêa (Eds.), *Geografia cultural uma antologia* (Vol. II, pp. 221–232). Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Le Corbusier. (s.d.). *Urbanisme*. Paris: Éditions Vincent, Fréal & Cie.
- Le Corbusier. (1937). *Quand les cathédrales étaient blanches. Voyage au pays des timides*. Paris: Librairie Plon.
- Le Corbusier. (1957a). Aujourd'hui (préface à une réimpression). In *La Charte d'Athènes; suivi de Entretien avec les étudiants des écoles d'Architecture. Avec un discours liminaire de Jean Giraudoux*. (reimp. da publicação de 1941/42, pp. 9–10). Paris: Les Éditions de Minuit.
- Le Corbusier. (1957b). *La Charte d'Athènes; suivi de Entretien avec les étudiants des écoles d'Architecture. Avec un discours liminaire de Jean Giraudoux*. (reimp. da publicação de 1941/42). Paris: Les Éditions de Minuit.
- Le Corbusier. (2003). *Conversa com os estudantes das escolas de arquitectura*. Lisboa: Edições Cotovia.
- Leitão Ferreira, F. (1729). *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra, dedicadas à Magestade Del Rey Nosso Senhor D. João V. Primeira Parte, que comprehende os annos, que discorrem desde 1288 até principios do de 1537*. Lisboa: Academia Real e Joseph Antonio da Sylva.
- Leniaud, J.-M. (1992). *L'utopie française: essai sur le patrimoine*. Paris: Éditions Mengès.
- Leniaud, J.-M. (2002). *Les archipels du passé. Le patrimoine et son histoire*. Paris: Fayard.
- Léon, J. M. H. (2013). *Autenticidad y monumento: del mito de Lázaro al de Pígalión*. Madrid: Abada Editores.

- Leoni, G. (2001). Távora e la conoscenza dello spazio. In *Casabella Rivista internazionale di architettura*, (693), 56–57.
- Lino, R. (1945). *Quatro palavras sobre urbanização*. Lisboa: Edições Valentim de Carvalho.
- Lobo, M. da C. (1988). A Alta e a habitação. In GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (Ed.), *Alta de Coimbra: história - arte - tradição* (Actas do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, de 23 a 28 de Outubro de 1987, pp. 49–62). Coimbra: GAAC.
- Lobo, M. de S. (1995). *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*. Porto: DGOTDU e FAUP Publicações.
- Lobo, R. P. (1999). *Santa Cruz e a rua da Sofia: arquitectura e urbanismo no século XVI*. (Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica). Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Lobo, R. P. (2006a). *Santa Cruz e a Rua da Sofia, arquitectura e urbanismo no século XVI*. Coimbra: Edições EDARQ.
- Lobo, R. P. (2006b, Setembro). Os colégios universitários de Coimbra - enquadramento na arquitectura universitária europeia e seriação tipológica. In *Monumentos 25 - Dossier Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa*, (25), 32–45.
- Lobo, R. P. (2006c, Setembro). Rua da Sofia um campus universitário em linha. In *Monumentos 25 - Dossier Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa*, (25), 24–31.
- Lobo, R. P. (2010). *A Universidade na cidade: urbanismo e arquitectura universitários na Península Ibérica da Idade Média e da Primeira Idade Moderna* (Doutoramento em Arquitectura). Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra. In <http://hdl.handle.net/10316/14585>
- Lobo, S. (2015). Cidade Universitária de Coimbra: o desenho do mobiliário na construção de uma «obra total». In J. P. Martins (Ed.), *Mobiliário para edifícios públicos em Portugal 1934-1974* (Exposição "O respeito e a disciplina que a todos se impõe: mobiliário para edifícios públicos em Portugal 1934-1974", 24/07-09/11/2014, MUDE, Lisboa, pp. 154–171). Lisboa: MUDE - Museu do Design e da Moda; Caleidoscópico.
- Lopes, F. (2012). *Património arquitectónico e arqueológico: noção e normas de proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópico.
- Lopes, F. (2013). *Zonas de proteção ao património arquitectónico: para que servem?* Casal de Cambra: Caleidoscópico.
- Lopes, F., & Correia, M. B. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lopes, L. A. (1983). *A alteração da pedra em monumentos e as acções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. (M. de S. Franco, Ed.). Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro.
- Lopes, N. R. (2012). Cidades requalificadas. O exemplo de Évora e o caso de Coimbra. In R. Jacinto (Ed.), *A cidade e os novos desafios urbanos* (Vol. Iberografias 20, pp. 59–64). Guarda/Lisboa: CEI - Centro de Estudos Ibéricos; Âncora Editora.
- Louçã, F. (2004). A globalização armada: crítica da crítica cínica. In *Revista Via Latina - Forum de confrontação de ideias: Ad Libitum: globalizações no plural*, (1), 84–97.
- Loureiro, J. P. (1964). *Toponímia de Coimbra*. (Vol. II). Coimbra: CMC.
- Lynch, K. (1989). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.

- Macco, M. di. (1996). Lezioni di orientamento: gli ultimi anni dell'insegnamento di Lionello Venturi nell'Università di Torino. La formazione di Giulio Carlo Argan. In *Ricerche di Storia dell'arte: Arti visive, conservazione e restauro*, (59), 17–32.
- Macedo, F. P. de. (2006). *Santa Clara-a-Velha de Coimbra: singular mosteiro mendicante*. (Doutoramento em História de Arte). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra. In <http://hdl.handle.net/10316/646>
- Macedo, M. (2006). A conquista do terceiro espaço Uma abordagem ao ensanche oitocentista de Coimbra. In *Monumentos 25 - Dossier Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa*, (25), 122–129.
- Machado, R. B. (2005). *Coimbra no mapa do regime em dois edifícios representativos: a consolidação - Portugal dos Pequenitos: a arquitectura das ditaduras cidade universitária de Coimbra: Portugal é Lisboa e o resto... é Estado Novo*. (Licenciatura em Arquitetura). Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Madahil, A. G. da R. (1937). *A insígnia da Universidade de Coimbra: esboço histórico*. (Separata de O Instituto: IV centenário da instalação definitiva da Universidade de Coimbra, Vol. 92, 1ª parte). Coimbra.
- Madeira, L. A. (2005). *Correspondência de um diplomata no III Reich: Veiga Simões – ministro acreditado em Berlim de 1933 a 1940*. Coimbra: Mar da Palavra.
- Magnaghi, A. (1998). Il patrimonio territoriale: un codice genetico per lo sviluppo locale autosostenibile. In A. Magnaghi (Ed.), *Il territorio degli abitanti: società locali e sostenibilità*. Milano: Dunod.
- Magnaghi, A. (2001). Una metodologia analitica per la progettazione identitaria del territorio. In A. Magnaghi (Ed.), *Rappresentare i luoghi: metodi e tecniche* (pp. 1–52). Firenze: Alinea Editrice. In http://www.lapei.it/public/2011/01/Rappresentare_020_Magnaghi1.pdf
- Magnaghi, A. (2010). *Il progetto locale. Verso la coscienza di luogo*. (2ª edizione accresciuta (1ª ed. 2000)). Torino: Bollati Boringhieri.
- Maia, M. H. (2005). *O restauro arquitectónico em Portugal (1825-1852)*. Porto: Escola Superior Artística do Porto.
- Marchi, L. Z. (2016). CIAM 8 — The Heart of the City as the symbolical resilience of the city. In *International Planning History Society Proceedings*, 17(2), 135–144. In <https://doi.org/10.7480/iphs.2016.2.1227>
- Marconi, P. (1999). *Materia e significato: la questione del restauro architettonico*. (2ª edição). Roma: Editori Laterza.
- Margarido, A. P. (1988). A morfologia urbana da «Alta» de Coimbra - suas condicionantes. In GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (Ed.), *Alta de Coimbra: história - arte - tradição* (Actas do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, de 23 a 28 de Outubro de 1987, pp. 79–100). Coimbra: GAAC.
- Marino, B. G. (2006). *Restauro e autenticità: nodi e questioni critiche*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane.
- Marques, P. (2003a, Outubro 14). Década e meia de avanços e recuos. In *Diário das Beiras*, p. 4.
- Marques, P. (2003b, Outubro 14). Prioridade das prioridades para Carlos Encarnação. In *Diário das Beiras*, pp. 2–3.
- Martín Jiménez, M. I. (2016). Patrimonio y paisaje en España y Portugal. Del valor singular a la integración territorial. In *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, (71), 347–374. In <https://doi.org/10.21138/bage.2286>

- Martins, G. d'Oliveira. (2009a). Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade. In *Património, herança e memória: a cultura como criação* (1ª edição, pp. 157–191). Lisboa: Gradiva.
- Martins, G. d'Oliveira. (2009b). *Património, herança e memória: a cultura como criação* (1ª edição). Lisboa: Gradiva.
- Martins, G. d'Oliveira. (2011a). Património como valor humano. In J. Custódio (Ed.), *100 Anos de património: memória e identidade. Portugal 1910-2010* (2ª, pp. 337–340). Lisboa: IGESPAR IP.
- Martins, G. d'Oliveira. (2011b). Património cultural – memória e criação em diálogo. In IGESPAR – Departamento de inventário, estudos e divulgação (Ed.), *Património/Estudos* (Vol. 11, pp. 31–35). Lisboa: IGESPAR e Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Martins, J. A. (2013). *E depois do carimbo? Análise da classificação da «Universidade de Coimbra - Alta e Sofia» como património mundial da humanidade*. (Mestrado Integrado em Arquitectura). Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra. In <http://hdl.handle.net/10316/24405>
- Martins, J., & Colaço, T. R. (Eds.). (1938). *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (reunidas)*. (Vol. 38). Lisboa: Sociedade Editora Frace, Lda.
- Martins, J. P. (1995). *Cottinelli Telmo, 1897-1848: a obra do arquitecto* (Mestrado em História da Arte Contemporânea). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Martins, J. P. (1998). *Cottinelli Telmo: 13 de Novembro de 1877 - 18 de Setembro de 1948*. (Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, Ed.). Lisboa: Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema.
- Martins, J. P. (2004). Arquitectura Moderna em Portugal: a difícil internacionalização. Cronologia. In A. Tostões & S. V. Costa (Eds.), *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970* (pp. 156–171). Lisboa: IPPAR, Ministério da Cultura.
- Martins, M. A. S. (2014). *A Universidade de Coimbra como Património Mundial: impactos no turismo na perspectiva do comércio local*. (Mestrado em Economia). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra. In <http://hdl.handle.net/10316/25382>
- Martins, M. J. R. (2014). *José Ângelo Cottinelli Telmo*. Direção-Geral do Património Cultural _ Ministério da Cultura. In http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Entity.aspx?id=94de3d43-77bd-4cc4-9bbd-29dbeeb740ed
- Martins, R., & Franca, M. (2017). Património cultural e investimento público na região centro de Portugal. Estudo de caso dos monumentos património da humanidade. In F. Cravidão, N. Santos, C. Moreira, R. Ferreira, P. Nossa, & L. Silveira (Eds.), *Local identity and tourism management on world heritage sites. Trends and challenges. Conference Proceedings | Identidade local e gestão turística de sítios património mundial. Tendências e desafios. Livro de atas* (pp. 367–383). Coimbra: Departamento de Geografia e Turismo e CEGOT - Universidade de Coimbra. In <http://hdl.handle.net/10316/43476>
- Mateus, M. A. (2018). O projecto da futura Casa da Jurisprudência. In Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Ed.), *O Colégio da Trindade* (pp. 30–35). Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Mateus, M. R. de A. (2010, Julho 23). *Memória Descritiva - Pedido de licenciamento/Processo nº 1773/04 - Tribunal Universitário Judicial Europeu - Colégio da Santíssima Trindade, Universidade de Coimbra*.
- Mateus, M. R. de A. (2011, Junho 17). *Relatório Prévio - Projecto de Reabilitação do Colégio da Trindade - Tribunal Universitário Judicial Europeu - Universidade de Coimbra*.

- Matos, M. C. (2000). *As cidades e os campi: contributo para o estudo dos territórios universitários em Portugal*. (Doutoramento em Engenharia do Território). Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Mattoso, J. (2006). *D. Afonso Henriques*. (Vol. I). Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Merdy, P. de. (1977, Dezembro). Reconversion des monuments historiques. In *L'Architecture D'Aujourd'hui*, (194), 20.
- Meskell, L. (Ed.). (2015). *Global Heritage: A Reader*. Wiley Blackwell.
- Meskell, L. (2018). *A future in ruins: UNESCO, World Heritage, and the dream of peace*. New York: Oxford University Press.
- Mesquita, A. R. (2007). *O melhor de dois mundos: a viagem do arquitecto Távora aos EUA e Japão - Diário 1960*. (Mestrado em Arquitetura). Darq, FCTUC, Coimbra. In <http://hdl.handle.net/10316/5879>
- Meyer, E. (2002). Situating modern landscape architecture (1992). In S. R. Swaffield (Ed.), *Theory in landscape architecture: a reader* (pp. 21–31). Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Ministério da Instrução Pública. (1924). Lei n.º 1700, de 18/12/1924. In *Diário do Governo n.º 281*, 1ª Série, de 18/12/1924, pp. 1858-1863. In <https://dre.pt/application/file/562563>
- Ministério da Instrução Pública - Direção Geral de Belas Artes. (1923). Decreto n.º 8938, de 20/06/1923. In *Diário do Governo n.º 131*, 1ª Série, de 20/06/1923, p. 688. In <https://dre.pt/application/file/319260>
- Ministério da Instrução Pública - Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes - Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes. (1932). Decreto-lei n.º 20985, de 07/03/1932. In *Diário do Governo n.º 56*, 1ª Série, de 07/03/1932, pp. 431-436. In <https://dre.pt/application/file/522951>
- Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias. (1943). *O novo edifício da Faculdade de Letras na Cidade Universitária*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações.
- Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias. (1958). *O novo edifício da Faculdade de Letras na Cidade Universitária*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações.
- Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias. (1961). *O novo edifício da Reitoria da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações.
- Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra. (s.d.a). *Cidade Universitária de Coimbra: edifício da Faculdade de Letras*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações.
- Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra. (s.d.b). *Cidade Universitária de Coimbra: instalações académicas*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações.
- Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra. (1956). *Cidade Universitária de Coimbra: edifícios da Faculdade de Medicina e Biblioteca*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações.
- Ministério das Obras Públicas & Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra. (1969). *Edifício da Secção da Matemática da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações.
- MNE-DGNP. (1980). Aviso, de 14/11/1980. In *Diário do Governo n.º 264/1980*, 1ª Série, de 14/11/1980, p. 3883. In <https://dre.pt/application/conteudo/458250>

- Mohen, J.-P. (1999). *Les sciences du patrimoine: identifier, conserver, restaurer*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- Moniz, G. C. (2004). O liceu moderno. Do programa-tipo ao liceu-máquina. In A. Tostões & S. V. Costa (Eds.), *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970* (pp. 67–81). Lisboa: IPPAR, Ministério da Cultura.
- Monteiro, J. C. (2006, Abril). Política e cidadania, entrevista a Alexandra Gesta. In *Arquitectura e Vida*, (70), 30–37.
- MOP & Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas (Eds.). (1947). *Quinze anos de obras públicas : 1932-1947. Livro de Ouro*. (Vol. 1). Lisboa: Ministério das Obras Públicas.
- MOP & Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas (Eds.). (1948). *Quinze anos de obras públicas: Exposição de obras públicas; II Congresso Nacional de Engenharia; I Congresso Nacional de Arquitectura*. (Vol. 2). Lisboa: Ministério das Obras Públicas.
- MOPC. (1932a). Decreto-lei nº 21696, de 30/09/1932. In *Diário do Governo* nº 230, de 30/09/1932, I série, pp. 1971-1972. In <https://dre.pt/application/file/28180>
- MOPC. (1932b). Decreto-lei nº 21697, de 30/09/1932. In *Diário do Governo* nº 230, de 30/09/1932, I série, pp. 1972-1974 In <https://dre.pt/application/file/28180>
- MOPC. (1932c). Decreto-lei nº 21698, de 30/09/1932. In *Diário do Governo* nº 230, de 30/09/1932, I série, pp. 1974-1975. In <https://dre.pt/application/file/28180>
- MOPC. (1932d). Decreto-lei nº 21699, de 30/09/1932. In *Diário do Governo* nº 230, de 30/09/1932, I série, pp. 1975-1986. In <https://dre.pt/application/file/28180>
- MOPC. (1932e). Decreto-lei nº 21875, de 18/11/1932. In *Diário do Governo* nº 271, de 18/11/1932, § 1ª Série, pp. 2237-2238. In <https://dre.pt/application/file/596857>
- MOPC. (1932f). Decreto-lei nº 22055, de 31/12/1932. In *Diário do Governo* nº 307, de 31/12/1932, 1º suplemento, I série, pp. 2721-2722. In <https://dre.pt/application/file/28180>
- MOPC. (1934a). Portaria de 04/12/1934. In *Diário do Governo* nº 294, de 15/12/1934, II série, p. 5413.
- MOPC. (1934b). Portaria de 11/12/1934. In *Diário do Governo* nº 294, de 15/12/1934, II série, p. 5413.
- MOPC. (1939). Portaria de 28/08/1939. In *Diário do Governo* de 06/09/1939, II série, p. 5070.
- MOPC. (1941). Decreto-lei nº 31576, de 15/10/1941. In *Diário do Governo* nº 78, de 05/04/1948, I série, pp. 910-911. In <https://dre.pt/application/conteudo/369672>
- MOPCI. (1910). Lei de 16/06/1910. In *Diário do Governo* nº 136, de 23/06/1910, pp. 2163-2166.
- Mora, M. (1993). Os projectos de remodelação do Paço das Escolas, ao tempo da reforma pombalina. In P. Dias (Ed.), *Actas do Colóquio A Universidade e a arte : 1290-1990* (pp. 129–167). Coimbra: IHA-FLUC.
- Moreira, C. O. (2017). World Heritage, tourism and destination management. Thinking from the University of Coimbra - Alta and Sofia, Portugal. In *Local identity and tourism management on world heritage sites. Trends and challenges. Conference Proceedings | Identidade local e gestão turística de sítios património mundial. Tendências e desafios. Livro de atas*. Coimbra: Departamento de Geografia e Turismo e CEGOT - Universidade de Coimbra.
- Moreira, R. (2007). Arquitectura: Renascimento e classicismo. In P. Pereira (Ed.), *História da Arte Portuguesa: Renascimentos (século XVI)* (reimpressão da 1ª edição de 1995-1997, Vol. 5, pp. 130–203). Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

- Moser, E. I., Kropff, E., & Moser, M.-B. (2008). Place Cells, Grid Cells, and the Brain's Spatial Representation System. In *Annual Review of Neuroscience*, (31), 69–89. In <https://doi.org/10.1146/annurev.neuro.31.061307.090723>
- Mumford, E. (2009). CIAM and the Communist Bloc, 1928-59. In *The Journal of Architecture*, 14(2), 237–254. In <http://dx.doi.org/10.1080/13602360802704810>
- Mumford, E. P. (2000). *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Mumford, L. (1961). *The city in history: its origins, its transformations, and its prospects*. New York: Harcourt, Brace & World.
- Murtinho, V. (2012). O dever da memória, o imperativo da renovação. In *Rua Larga: Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, (36), 8–9.
- Murtinho, V. (2016). De que tempo é este lugar. In *Rua Larga: Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, (46), 6–13.
- Murtinho, V., & Capela de Campos, J. (2018, Março). De Colégio da Trindade a Casa da Jurisprudência: a retoma do valor. In *Metálica: Revista da Associação Portuguesa de construção metálica e mista*, (49), 16–21. DOI 10.30779/cmm_metalica_49_02
- Murtinho, V., & Tavares, D. (1999, Outubro). A Dimensão Ética em Arquitectura. In *ECDJ: A polémica do Freixo - Fernando Távora*, (1), 47–57.
- Musso, S. (1988). *Questioni di storia e restauro dall'architettura alla città*. Milano: Alinea Editrice.
- Negreiros, J. de A. (2005). *A invenção do dia claro*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Neto, M. J. B. (2001). *Memória, propaganda e poder. O restauro dos monumentos nacionais (1926-1960)*. Porto: FAUP Publicações.
- Nora, P. (2011). *Présent, nation, mémoire*. Paris: Éditions Gallimard.
- Notteboom, B. (2011). Public and private histories: Charles Buls' travel albums. In *Imaging history. Photography after the fact* (Veys, D., pp. 75–86). Bruxelas: ASA Publishers.
- Nunes, A. L. P. (2005). *Dicionário de Arquitectura Militar*. Casal de Cambra: Caleidoscópico.
- Nunes, E. É., & Luzio, L. F. (2007). Entrevista com o Arquitecto Gonçalo Byrne. In *Revista de História da Arte – Cidades Portuguesas Património da Humanidade*, IHA-FCSH-UNL, (4), 297–307.
- Nunes, M. (1988a). Discurso de encerramento do Presidente do Encontro. In GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (Ed.), *Alta de Coimbra: história - arte - tradição* (Actas do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, de 23 a 28 de Outubro de 1987, pp. 337–339). Coimbra: GAAC.
- Nunes, M. (1988b). O património da Alta de Coimbra num contexto de universalidade. In GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (Ed.), *Alta de Coimbra: história - arte - tradição* (Actas do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, de 23 a 28 de Outubro de 1987, pp. 215–218). Coimbra: GAAC.
- Nunes, M. (2006, Agosto 6). A cultura no espaço e no tempo: Coimbra prepara candidatura a Património Mundial. In *Diário de Coimbra*, p. 20.
- Ó, J. R. do. (1987). Modernidade e tradição: algumas reflexões em torno da Exposição do Mundo Português. In *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia 1926-1959* (atas do colóquio realizado em Lisboa, de 4 a 6 de novembro de 1986, Vol. II, pp. 177–186). Lisboa: Edições Fragmentos.
- O Século. (1939, Junho 30). A Exposição do Mundo Português será uma afirmação de técnica nacional. De «O Século», de 4 de Junho de 1939. In *Revista dos Centenários*, (6), 11–18.
- Oers, R. van, & Roders, A. P. (2012). Historic cities as model of sustainability. In *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 2(1), 4–14. In <https://doi.org/10.1108/20441261211223298>

- Oers, R. van, & Roders, A. P. (2013). Managing Change: Integrating Impact Assessments in Heritage Conservation. In M.-T. Albert, R. Bernecker, & B. Rudolff (Eds.), *Understanding Heritage: Perspectives in Heritage Studies* (pp. 89–104). De Gruyter. In <https://doi.org/10.1515/9783110308389.89>
- Oliveira, F. P. (2011). Execução dos instrumentos de gestão territorial e mecanismos de compensação (Perequação). In M. R. de Sousa & C. A. Gomes (Eds.), *Estudos de Direito do Ambiente e de Direito do Urbanismo: Selecção de intervenções no Curso de Pós-graduação de Especialização em Direito do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Urbanismo* (pp. 235–264). Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. In https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/ebook_ambienteurbanismo_completo.pdf
- Ortigão, R. (2006). *O Culto da Arte (1896)*. Lisboa: Esfera do Caos Editora.
- Pacheco, A. A. (2013). *Construção de um mundo interior: arquitectura franciscana em Portugal, Índia e Brasil (séc. XVI-XVII)*. (Doutoramento em Arquitetura). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra. In <http://hdl.handle.net/10316/21841>
- Pagano, G. (1938). L'ordine contro il disordine. In *Casabella costruzioni*, (132), 2–3.
- Palla, V. (1949, Janeiro). Lugar da tradição. In *Arquitetura, Revista de Arte e Construção*, (28), 4–5.
- Pane, A. (2009, Maio). Da Boito a Giovannoni: una difficile eredità. In *'ANAFKH 57: numero monografico: rileggere Camillo Boito*, (57), 144–153.
- Pardal Monteiro, J. (2012). *Para o projeto global - nove décadas de obra. Arte, Design e Técnica na arquitetura do atelier Pardal Monteiro. Volume I*. (Doutoramento em Design). Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. In <http://www.pardalmonteiro.com/atelier/imag/ARTIGOS/Tese/Para%20o%20projeto%20global%20-%20Volume%20I.pdf>
- Pascoal, A. M. (2010). *A cidade do saber: estudo do património artístico integrado nos edifícios projectados pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro para a Cidade Universitária de Lisboa, (1934-1961)*. (Mestrado, Arte, Património e Teoria do Restauro). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa. In <http://hdl.handle.net/10451/3719>
- Paulo, C. (2000). *Estado Novo: a institucionalização de uma política urbanística*. (Licenciatura em Arquitetura). Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Pedersen, A. (2002). *Managing Tourism at World Heritage Sites: a Practical Manual for World Heritage Site Managers*. UNESCO-WHC.
- Pedreirinho, J. M. (1979, Julho). Arquitectura e fascismo em Portugal. In *História*, (9), 56–64.
- Pedreirinho, J. M. (1982, Outubro). A arquitectura do Estado Novo. In *História*, (45, 46, 47, 48).
- Pedreirinho, J. M. (1994). *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal, do século I à actualidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pedretti, B. (Ed.). (1997). *Il progetto del passato: memoria, conservazione, restauro, architettura*. Milano: Bruno Mondadori.
- Pedrosa, P. S. (2009). *Cidade Universitária de Lisboa (1911-1950): génese de uma difícil territorialização*. Lisboa: Edições Colibri, IHA-EAC-FCSH-UNL.
- Pereira, N. T. (1943a, Maio). Do mundo técnico - A Arquitectura e a Engenharia na construção. In *Técnica: Revista de engenharia dos alunos do IST*, (138), 360–364.

- Pereira, N. T. (1943b, Dezembro). As necessidades colectivas e a Engenharia (de Le Corbusier). In *Técnica: Revista de engenharia dos alunos do IST*, (142), 591–596.
- Pereira, N. T. (1944, Janeiro). As necessidades colectivas e a Engenharia (de Le Corbusier): conclusão. In *Técnica: Revista de engenharia dos alunos do IST*, (143), 658–663.
- Pereira, N. T. (1997). Arquitectura de Regime, 1938-1948. In A. Becker, A. Tostões, & W. Wang (Eds.), *Portugal: Arquitectura do século XX* (p. 39). Munique: Prestel.
- Pereira, N. T., & Fernandes, J. M. (1981, Julho). A arquitectura do fascismo em Portugal. (Texto apresentado no colóquio «O Fascismo em Portugal», realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em março de 1980.). In *Arquitectura*, (142), 38–49.
- Pereira, N. T., & Fernandes, J. M. (1982). A arquitectura do fascismo em Portugal. In A. C. Pinto (Ed.), *O fascismo em Portugal: actas do Colóquio sobre o Fascismo em Portugal* (atas do colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em março de 1980, p. 533 e ss). Lisboa: A Regra do Jogo.
- Pereira, N. T., & Fernandes, J. M. (1987). A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959. In *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia 1926-1959* (atas do colóquio realizado em Lisboa, de 4 a 6 de novembro de 1986, Vol. II, pp. 323–358). Lisboa: Edições Fragmentos.
- Pereira, P. (1997). (Re)trabalhar o passado: intervenção no património edificado. In A. Becker, A. Tostões, & W. Wang (Eds.), *Portugal: Arquitectura do século XX* (pp. 98–110). Munique: Prestel.
- Pereira, P. M. (2012). *Raul Lino – Arquitectura e Paisagem (1900-1948)*. (Doutoramento em Arquitetura). ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Persitz, A. (1936, Junho). Les Cités Universitaires. In *L'Architecture D'Aujourd'hui*, (6).
- Petitot, J. (1985). Local/global. In R. Romano, F. Gil (Ed.), *Enciclopédia Einaudi: Local/global* (ed. portuguesa, Vol. 4, pp. 11–71). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pimentel, A. F. (1998, Março). Domus Sapientiae O Paço das Escolas. In *Monumentos 8 - Dossier Universidade de Coimbra*, (8), 34–39.
- Pimentel, A. F. (2000). Cidade do Saber/Cidade do Poder: a arquitectura da Reforma. In A. C. Araújo, *O Marquês de Pombal e a Universidade* (pp. 291–318). Coimbra: Imprensa da Universidade. In http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0753-5_8
- Pimentel, A. F. (2005). *A morada da sabedoria: o Paço Real de Coimbra - das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra: Almedina.
- Pinho, A. (2009). *Conceitos e políticas europeias de reabilitação urbana: análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais. LNEC, Lisboa*. (Doutoramento em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura, UTL, Lisboa. In <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1439>
- Pires, E. M., Portugal, A. M., Mira, A., Cortesão, L., Grilo, J. T., & Gomes, M. M. M. (1998, Março). Intervenções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. In *Monumentos 8 - Dossier Universidade de Coimbra*, (8), 104–113.
- Portas, N. (1970). Prefácio. In B. Zevi, *História da Arquitectura Moderna* (ed. portuguesa de 1970-1973, Vol. 1, pp. 7–23). Lisboa: Arcádia.
- Portas, N. (1978). XV. A evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação. In B. Zevi, *História da Arquitectura Moderna* (ed. portuguesa de 1970-1973, Vol. 2, pp. 688–746). Lisboa: Arcádia.
- Portas, N. (1983). Conservar renovando ou recuperar revitalizando. (Programa «Coimbra antiga e vivificação dos centros históricos»). Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro.

- Portela Filho, A. (1987). *Salazarismo e artes plásticas*. (2ª ed. (original de 1982)). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação e Cultura. In cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/arte/15-15/file.html
- Presidência do Conselho. (1938). Decreto-lei nº 29087, de 28/10/1938. In *Diário do Governo nº 250*, I série, de 28/10/1938, pp. 1439-1441.
- Queirós, M. V., & Margarido, A. P. (1988). Estrutura sócio-económica e funcional da Alta de Coimbra. In GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (Ed.), *Alta de Coimbra: história - arte - tradição* (Actas do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, de 23 a 28 de Outubro de 1987, pp. 283–301). Coimbra: GAAC.
- Ramalho, M. M., & Belém, M. C. (Eds.). (2016). *Exposição do Mundo Português: explicação de um lugar*. Lisboa: Fundação Centro Cultural de Belém.
- Ramos, C. (2013). Távora e o sentido das permanências na contemporaneidade: do Largo de Sansão ao Plano Geral da Baixa de Coimbra. (p. 133). In *PNUM 2013: Forma Urbana nos Territórios de Influência Portuguesa Análise, Desenho, Quantificação*, Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Ramos, J., & Dias, E. (2015). Mosteiro de São Domingos de Coimbra. In J. P. Paiva (Ed.), *Guia de Fundos do Arquivo da Universidade de Coimbra* (pp. 410–411). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. In <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1021-4>
- Rangon, M. (1980). A conservação: uma ideia nascida no século XVI. In *Arquitectura*, (137), 38–39.
- Rebanks Consulting Ltd, & Trends Business Research Ltd. (2009). *WORLD HERITAGE STATUS: Is there opportunity for economic gain? Research and analysis of the socio-economic impact potential of UNESCO World Heritage Site status*. Cumbria: Lake District World Heritage Project. In <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/2009/WHSTheEconomicGainFinalReport.pdf>
- Rebello, J., & Faria, J. S. (Eds.). (2006). *Evolução do espaço físico de Coimbra: exposição*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- Recht, R. (1998). *Penser le patrimoine, mise en scène et mise en ordre de l'art*. Paris: Éditions Hazan.
- Relph, E. (2008). *Place and placelessness*. (1976 reprinted). London: Pion.
- Repartição de Estudos e Projetos – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra. (1993). *Memória descritiva e justificativa – Arranjo da Praça 8 de Maio Remodelação das infraestruturas de água e saneamento*. REP-SMASC.
- Ribeiro, M. B. (2017). *O Impacto do Turismo no Centro Histórico de Lisboa*. (Mestrado em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. In https://run.unl.pt/bitstream/10362/30068/1/Ribeiro_2017.pdf
- Ribeiro Sanches, A. (1959). *Obras*. (M. Correia & J. de Carvalho, Eds.) (Vol. 1). Coimbra: Por ordem da Universidade.
- Ribeiro Sanches, A. (2003). *Cartas sobre a Educação da Mocidade*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. In http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/cartas_educacao_mocidade.pdf
- Riegl, A. (1984). *Le culte moderne des monuments: son essence et sa genèse*. (D. Wiczórek, Trad.). Paris: Editions du Seuil.
- Rivera Blanco, J. (1995). Critérios y métodos de utilización de los monumentos con funciones universitarias. In C. Clemente San Román, J. Ibáñez Montoya, Universidad de Alcalá, & Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid (Eds.), *La ciudad del saber: ciudad, universidad y utopía, 1293-1993*.

- V Conferencia Internacional sobre Conservación de Centros Históricos y Patrimonio Edificado Iberoamericano (pp. 191–196). Madrid: Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid.
- Rivera Blanco, J. (2002). Nuevas tendencias de la restauración monumental. De la Carta de Venecia a la Carta de Cracovia. In A. Costa, J. M. Guedes, P. Silva, & E. Paupérrimo (Eds.), *A Intervenção no Património. Práticas de conservação e reabilitação* (Compilação das conferências do Seminário «A Intervenção no Património; práticas de conservação e reabilitação», 2-4 de outubro de 2002, Porto e Viana do Castelo, pp. 385–408). Porto: FEUP.
- Rivera Blanco, J. (Ed.). (2012). *Universidad de Alcalá: Patrimonio de la humanidad = World Heritage*. (1ª edición). Madrid: Universidad de Alcalá.
- Rivera Blanco, J. (2014). La Universidad de Alcalá, Patrimonio de la Humanidad Patrimonio Cultural Universal. In J. Rivera Blanco & Universidad de Alcalá (Eds.), *Universidad de Alcalá. Patrimonio de la Humanidad – World Heritage* (2ª edición corregida y ampliada, pp. 18–35). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.
- Rivera Blanco, J. (2016). La Universidad de Alcalá, Patrimonio de la Humanidad Patrimonio Cultural Universal. In J. Rivera Blanco & Universidad de Alcalá (Eds.), *Universidad de Alcalá: patrimonio de la humanidad - world heritage* (3ª edición corregida y ampliada, pp. 18–35). Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá.
- Rivera Blanco, J., & Universidad de Alcalá (Eds.). (2014). *Universidad de Alcalá: patrimonio de la humanidad - world heritage*. (2ª edición corregida y ampliada). Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá.
- Rivera Blanco, J., & Universidad de Alcalá (Eds.). (2016). *Universidad de Alcalá: patrimonio de la humanidad - world heritage*. (3ª edición corregida y ampliada). Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá.
- Roders, A. P. (2007). *Re-architecture: lifespan rehabilitation of built heritage, basis*. (Doutoramento em Arquitetura). Technische Universiteit Eindhoven, Faculteit Bouwkunde, Eindhoven.
- Rodrigues, J. M. (2013). *O mundo ordenado e acessível das formas da arquitectura: tradição clássica e movimento moderno na arquitectura portuguesa: dois exemplos*. (1ª ed.). Porto: Fundação Marques da Silva; Edições Afrontamento.
- Rodrigues, P. S. (2011). O longo tempo do património. Os antecedentes da República (1721-1910). In J. Custódio (Ed.), *100 Anos de património: memória e identidade. Portugal 1910-2010* (2ª, pp. 19–30). Lisboa: IGESPAR IP.
- Rogers, E. N., & Semerani, L. (1999). *Il senso della storia. Continuità e discontinuità. The sense of history. Continuity and discontinuity*. (F. Bucci & R. Neri, Eds.). Milano: Edizioni Unicopli.
- Rollo, M. F. (2010, Dezembro). Memória do I Congresso Nacional de Engenharia (1931). In *Revista Ingenium*, (120). In <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/memoria-do-i-congresso-nacional-de-engenharia-1931/>
- Rosas, F. (1990). *Portugal entre a paz e a guerra: estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesa: 1939-1945*. Lisboa: Estampa.
- Rosas, F. (1994). Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária. In *Análise Social*, XXIX(128), 871–888.
- Rosas, F. (2001). O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. In *Análise Social*, XXXV(157), 1031–1054.

- Rosas, F. (2007). Prefácio. In A. Ferro, *Entrevistas a Salazar* (pp. XXVII–XLVIII). Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- Rosas, F. (2012). *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. (1ª edição). Lisboa: Edições Tinta da China.
- Rosas, F. (2015). *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. (Edição de bolso). Lisboa: Tinta-da-China.
- Rosas, F., Brito, J. M. B. de, & Rollo, M. F. (Eds.). (1996a). *Dicionário de história do Estado Novo*. (Vol. 2: M-Z). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, F., Brito, J. M. B. de, & Rollo, M. F. (Eds.). (1996b). *Dicionário de história do Estado Novo*. (Vol. 1: A-L). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, L. (1995). *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval: património e restauro (1835-1928)*. (Doutoramento em História de Arte). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. In <http://hdl.handle.net/10216/25664>
- Rosmaninho, N. (1996). *O princípio de uma «revolução urbanística» no estado novo os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra, 1934-1940*. Coimbra: Minerva.
- Rosmaninho, N. (1998, Março). A Cidade Universitária de Coimbra no Estado Novo. O espaço disponível. In *Monumentos 8 - Dossier Universidade de Coimbra*, (8), 72–77.
- Rosmaninho, N. (2002). *O poder da arte: o Estado Novo e a cidade universitária de Coimbra*. (Doutoramento em História Contemporânea). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra. In <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/636>
- Rosmaninho, N. (2006). *O poder da arte: o estado novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Rossa, W. (2001). *Diver(s)idade urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da universidade*. (Doutoramento em Arquitetura). Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Rossa, W. (2002). *A urbe e o traço uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Rossa, W. (2006, Setembro). A Sofia, primeiro episódio da reinstalação moderna da Universidade portuguesa. In *Monumentos 25 - Dossier Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa*, (25), 16–23.
- Rossa, W. (2012). *Sumário pormenorizado da lição Património urbanístico: (re) fazer cidade parcela a parcela*. (Provas de agregação). Coimbra: Universidade de Coimbra. In <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21480/1/Patrim%20c3%b3nio%20urban%20adstico.pdf>
- Rossi, A. (2001). *A arquitectura da cidade*. (J. C. Monteiro, Trad.) (2ª edição). Lisboa: Ed. Cosmos.
- Rössler, M. (2015). The landscape approach - a global context for sustainability. In M.-T. Albert (Ed.), *Perceptions of Sustainability in Heritage Studies* (Vol. 4, pp. 59–69). Berlim: Walter de Gruyter. In <https://books.google.pt/books?id=iJsFCgAAQBAJ&pg=PT100&lpg=PT100&dq=D%20C3%A9finir+et+prot%20C3%A9ger+les+%20AB+perspectives+visuelles+importantes+%20BB+Defining+and+protecting+%20AB+Important+Views+%20BB+Montreal&source=bl&ots=KuqT-pBnDR&sig=B-AYQS6crPsbKZ0INV110-vOaK4&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjbo5unxdHVAhXEvhQKHVL1CuoQ6AEIMzAC#v=onepage&q=D%20C3%A9finir%20et%20prot%20C3%A9ger%20les%20C2%AB%20perspectives%20visuelles%20importantes%20C2%BB%20Defining%20and%20protecting%20C2%AB%20Important%20Views%20C2%BB%20Montreal&f=false>
- RUAS - Associação Univer(s)cidade. (2011, Dezembro 29). *RUAS - Associação Univer(s)cidade: Estatutos*. RUAS; Universidade de Coimbra. In <http://www.uc.pt/ruas/info/estatutos>

- RUAS - Raimundo M. Silva. (2012, Outubro 18). *University of Coimbra – Alta and Sofia, World Heritage Nomination. Additional Information (requested by ICOMOS). October 2012.*
- RUAS - Raimundo M. Silva. (2013, Fevereiro 25). *University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal) World Heritage List 2013. Additional Information (II) requested by ICOMOS. February 2013.*
- Rusillo, S. M. M., Francés, G. M., & Colina, O. A. (2016). *La difusión preventiva del patrimonio cultural*. Gijón: Ediciones Trea.
- Sachs, I. (1993). Estratégias de transição para o século XXI. In M. Bursztyn (Ed.), *Para pensar o desenvolvimento sustentável* (1ª ed., pp. 29–56). São Paulo: Editora Brasiliense. In https://www.academia.edu/9157557/Para_Pensar_o_Desenvolvimento_Sustentavel
- Sachs, I. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Salazar, A. de O. (1945). *Discursos e notas políticas, II, 1935-1937*. (Vol. II). Coimbra Editora, Lda.
- Salazar, A. de O. (1948). *Discursos, volume I, 1928-1934*. (4ª edição, revista e acrescida de prefácio do autor, Vol. I). Coimbra Editora, Lda.
- Salazar, A. de O. (1953). *À memória de Duarte Pacheco: Palavras proferidas pelo Senhor Professor Doutor Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, na inauguração do monumento a Duarte Pacheco, em Loulé, em 15-II-1953 - X aniversário da sua morte*. Lisboa: Secretaria Nacional de Informação.
- Salazar, A. de O. (1959). *Discursos e notas políticas, III, 1938-1943*. (2ª edição). Coimbra Editora, Lda.
- Salazar, N. B. (2010). The glocalisation of heritage through tourism: balancing standardisation and differentiation. In S. Labadi & C. Long (Eds.), *Heritage and globalisation* (pp. 130–146). Milton Park, Abingdon, Oxon, England ; New York, NY: Routledge.
- Santos, A. dos (Ed.). (1938a). *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*. (direção de J. A. Cottinelli Telmo). Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.
- Santos, A. dos (Ed.). (1938b). *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*. (direção de J. A. Cottinelli Telmo). Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.
- Santos, L. dos. (1988). Problemas urbanísticos da Alta de Coimbra, caracterização e hipóteses de solução. In GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (Ed.), *Alta de Coimbra: história - arte - tradição* (Actas do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, de 23 a 28 de Outubro de 1987, pp. 159–174). Coimbra: GAAC.
- Santos, F. S. (2006, Setembro). Universidade de Coimbra: matriz cultural da lusofonia e candidata a Património Mundial. In *Monumentos 25 - Dossier Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa*, (25), 6–7.
- Santos, L. (1982, Março 20). Uma lição que serve a Coimbra: Uma cidade histórica pode deixar de o ser... com o «progresso». In *Diário de Coimbra*, p. 5.
- Santos, M. S. (2012). *Memória coletiva e teoria social*. (2ª ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume.
- Saramago, J. (1981). *Viagem a Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Sarmiento, A. L. de M. (1941). II - Relatório (lido em 16-X-1940 pelo Ex.mo Reitor Doutor António Luiz de Moraes Sarmiento). In Universidade de Coimbra (Ed.), *Anuário da Universidade de Coimbra (1940-1941)* (pp. 25–38). Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- Scherer, R. (1993). Apresentação. In Le Corbusier, *A carta de Atenas (versão de Le Corbusier)* (trad. Rebeca Scherer, p. s.p.). São Paulo: Hucitec: Edusp.
- Secretariado de Propaganda Nacional. (1941, Julho). Campanha do bom gosto. In *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, (2), 20–21.

- Secretariado Nacional de Informação. (1956). *Mundo Português: imagens de uma exposição histórica: 1940*. Lisboa: Edições SNI.
- Senado da Universidade de Coimbra. (1929). *Livro de Actas do Senado da Universidade de Coimbra (1929-1935)*. (original, manuscrita, Vol. 4). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Serrão, J. V. (1987). *Itinerários de el-rei D. Sebastião: 1568-1578*. (2ª ed. corrigida e aumentada). Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Silva, A. S. (2016). Como Pensar na Globalização? Contributo sociológico para um Modelo de Análise Interdisciplinar. In *Notas económicas*, (43), 7–20. https://doi.org/10.14195/2183-203X_43_1
- Silva, A. C. da. (1981). Nota preambular e síntese. In Biblioteca Municipal de Coimbra (Ed.), *Anais do Município de Coimbra 1940-1959* (pp. I–XVIII). Coimbra: Coimbra Editora, Lda.
- Silva, J. H. P. da. (1984). *Pretérito presente: para uma teoria da preservação do património histórico-artístico*. (1ª ed. s.d. Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa do Património). Covilhã: Centro Cultural da Beira Interior.
- Silva, J. H. P. da, & Calado, M. (2005). *Dicionário de termos de arte e arquitectura*. Lisboa: Editorial Presença.
- Silva, J. M. da, & Lopes, N. R. (2014). O processo de candidatura a Património Mundial da Universidade de Coimbra: desafios e estratégias de gestão e salvaguarda. In L. Villegas, I. Lombillo, H. Blanco, & Y. Boffil (Eds.), *REHABEND 2014 Latin American Congress: book of abstracts* (p. 247). Santander: Universidad de Cantabria. In https://grupos.unican.es/gted/07_Foros%20T%C3%A9cnicos/REHABEND2014/Book_of_Abstracts_REHABEND_14.pdf
- Silva, J. M. da, Lopes, N. R., & Marques, C. (2014). O contributo dos “Planos Diretores dos Edifícios” para a gestão de longo prazo de conjuntos classificados. O caso da Universidade de Coimbra. In L. Villegas, I. Lombillo, H. Blanco, & Y. Boffil (Eds.), *REHABEND 2014 Latin American Congress: book of abstracts* (p. 37). Santander: Universidad de Cantabria. In https://grupos.unican.es/gted/07_Foros%20T%C3%A9cnicos/REHABEND2014/Book_of_Abstracts_REHABEND_14.pdf
- Silva, S. G. da. (2008). *A Exposição de Belém: novos elementos para a construção de uma “memória”*. (mestrado em Expressão Gráfica, Cor e Imagem). Universidade Aberta, Lisboa. In https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1340/1/Tese_LC590.pdf
- Silva, J. M. A. e. (1988). Os salatinas da Alta, fundadores forçados do Bairro de Celas. In GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (Ed.), *Alta de Coimbra: história - arte - tradição* (Actas do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, de 23 a 28 de Outubro de 1987, pp. 135–142). Coimbra: GAAC.
- Silva, J. G., Murinho, V., Mateus, M. A., Marcos, R. M. de F., & Moniz, A. R. G. (2018). *O Colégio da Trindade*. (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Ed.). Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Silva, R. M. da, & Aguiar, J. (2016). Urbanismo, edifícios e projectos de referência na Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, no quadro da sua inscrição na Lista do Património Mundial. In J. Rivera Blanco (Ed.), *Arquitectura universitaria. Ciudades patrimonio mundial: II Simposio Internacional de Arquitectura Universitaria* (pp. 123–153). Universidade de Alcalá: Universidad de Alcalá, Servicio de Publicaciones.

- Simões, C. S. (1988). Os estudantes e as Repúblicas na Alta. In GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (Ed.), *Alta de Coimbra: história - arte - tradição* (Actas do 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra, de 23 a 28 de Outubro de 1987, pp. 321–327). Coimbra: GAAC.
- Sitte, C. (1990). *L'arte di costruire le città: l'urbanistica secondo i suoi fondamenti artistici*. (D. Wieczórek, Ed.) (4ª). Milano: Jaca Book.
- Siza, Á. (2000). *Imaginar a evidência*. (1ª ed. (italiana) 1998). Lisboa: Edições 70.
- Siza, Á. (2002). Recuperação e manutenção. In A. Costa, J. M. Guedes, P. Silva, & E. Paupérimo (Eds.), *A Intervenção no Património. Práticas de conservação e reabilitação* (Compilação das conferências do Seminário «A Intervenção no Património; práticas de conservação e reabilitação», 2-4 de outubro de 2002, Porto e Viana do Castelo, pp. 19–26). Porto: FEUP.
- Smith, L. (2006). *Uses of heritage*. London New York: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Smith, L. (2017). Heritage, Identity and Power. In H.-H. M. Hsiao, H. Yew-Foong, & P. Peycam (Eds.), *Citizens, Civil Society and Heritage-Making in Asia* (pp. 15–39). Singapore: ISEAS Publishing.
- Solà-Morales, M. de. (1999). Progetto Urbano. In *Lotus Quaderni Documents: "Manuel de Solà, Progettare città/Designing Cities"*, (23), 60–79.
- Sónia Filipe. (2013, Março). *Colégio da Graça - Relatório Prévio*.
- Sonkoly, G. (2011). Historic Urban Landscape – A Conceptual Analysis. In International Conference of the Department of Urban Planning and Design and the Foundation for Urban Architecture, Budapest University of Technology and Economics, & Department of Urban Planning and Design (Eds.), *Urban renewal: essays on urban design = Városmegújítás: városépítészeti tanulmányok* (pp. 92–101). Budapest: BME Urbanisztika Tanszék.
- Sonkoly, G. (2012, Dezembro). The meanings of Historic Urban Landscape. In *Perspectives - Journal Réseau Français des Instituts d'Études Avancées*, (8), 20–21.
- Sontag, S. (1986). *Ensaio sobre fotografia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Soromenho, M. (2007). Classicismo, italianismo e ‘estilo chão’. O ciclo filipino. In P. Pereira (Ed.), *História da Arte Portuguesa: os classicismos (séculos XVI-XVII)* (reimpressão da 1ª edição de 1995-1997, Vol. 6, pp. 9–35). Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Sousa, F. L. de. (1844). *Annaes de ElRei Dom João Terceiro*. (A. Herculano, Ed.). Lisboa: Typ. da Soc. Propagadora dos Conhecimentos Uteis.
- Sousa, F. L. de. (1866). *Primeira parte da História de S. Domingos particular do reino e conquistas de Portugal, por Fr. Luís Cacegas, reformada em estilo e ordem, e amplificada em sucessos, e particularidades*. (3ª ed. (original 1623), Vol. I). Lisboa: Typ. do Panorama.
- Sousa, L. C. e. (2013). *Escrita e prática de guerra em Portugal 1573-1612*. (Doutoramento História (História dos Descobrimentos e da Expansão)). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa. In //hdl.handle.net/10451/8904
- Sousa, N. (2002). Programas de arquitectura militar quinhentista em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Italianos, italianização e intervenções até ao século XVIII : a ermida de S. João Batista na fortaleza do Monte Brasil. In *Arquipélago. História.*, 6, 53–224.
- Speer, A. (Ed.). (1941). *Neue deutsche baukunst/ Moderna arquitectura alemã*. Berlim: Volk und Reich.
- Speer, A. (1970a). *O III Reich por dentro: Memórias de Albert Speer*. (V. Motta, Trad.) (tradução para português; ed. original 1969, Vol. I). Lisboa: Livros Brasil.
- Speer, A. (1970b). *O III Reich por dentro: Memórias de Albert Speer*. (V. Motta, Trad.) (tradução para português; ed. original 1969, Vol. II). Lisboa: Livros Brasil.

- Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Stovel, H. (2000). «Nara» rivisitato: l’impatto del Documento di Nara sulla comprensione e l’uso del concetto di autenticità; «Nara» revisited: the impact of the Nara Document on understanding and use of the authenticity concept. In G. Cristinelli & V. Foramitti (Eds.), *Il restauro fra identità e autenticità. Atti della tavola rotonda «I principi fondativi del restauro architettonico», Venezia, 31 gennaio-1 febbraio 1999* (pp. 35–44, 243–250). Venezia: Marsilio Editori.
- Stovel, H. (2008). Origins and Influence of the Nara Document on Authenticity. In *APT Bulletin: Journal of Preservation Technology*, 39(2–3), 9–17.
- Struhl, K. J. (2007). Is Democracy a Universal Value? Whose Democracy? In H. van der Linden (Ed.), *Radical Philosophy Today: Democracy, Racism, and Prisons* (Vol. 5, pp. 3–24). Philosophy Documentation Center.
- Swaffield, S. R. (Ed.). (2002). *Theory in landscape architecture: a reader*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Táinha, M. (1956, Fevereiro). 3. Realizações e tendências actuais. In *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, (55–56), 14–29.
- Tavares, D. (1998, Março). Concurso para a requalificação dos espaços urbanos e dos edifícios: Plano Gonçalo Byrne. In *Monumentos 8 - Dossier Universidade de Coimbra*, (8), 88–93.
- Tavares, P. M., Guilherme, S., & Pereira, F. B. (2017). The cloister of Santa Clara-a-Nova monastery, analysis of the architectural typology used at the time of the portuguese restoration. In F. M. Mazzolani, A. Lamas, L. Calado, J. M. Proença, & B. Faggiano (Eds.), *PROHITECH’17- 3rd International Conference on Protection of Historical Constructions* (Proceedings of the 3rd International Conference on Protection of Historical Constructions, Lisbon, Portugal, 12 – 15 july, 2017, pp. 383–384). Lisboa: IST Press.
- Távora, F. (1993a). Plano Geral de Urbanização de Guimarães. In L. Trigueiros (Ed.), *Fernando Távora* (pp. 120–126). Lisboa: Editorial Blau Lda.
- Távora, F. (1993b). Plano Geral de Urbanização de Guimarães. In L. Trigueiros (Ed.), *Fernando Távora* (pp. 120–126). Lisboa: Editorial Blau Lda.
- Távora, F. (1993c). Praça 8 de Maio, Coimbra, 1993 – em curso. In L. Trigueiros (Ed.), *Fernando Távora* (p. 176). Lisboa: Editorial Blau Lda.
- Távora, F. (1993d). *Teoria geral da organização do espaço. Arquitectura e urbanismo. A lição das constantes*. Porto: FAUP Publicações.
- Távora, F. (1994). Arquitectura cultura e história. In *Revista Pós: «O estudo da história na formação do arquitecto»*, (especial), 18–21.
- Távora, F. (2008). *Da organização do espaço*. (8ª ed. (original 1962)). Porto: FAUP.
- Távora, F., & Ferreira, A. M. (1980). *Plano Geral de Urbanização de Guimarães*. Guimarães: CMG.
- Telmo, J. Â. C. (1936). *Os novos edifício públicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Telmo, J. Â. C. (1938, Outubro). Arquitectura efémera. In *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, (6), 161–164.
- Telmo, J. Â. C. (1939, Junho). Exposição Histórica do Mundo Português. In *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, (9), 249–258.
- Telmo, J. Â. C. (1944, Fevereiro). Um grande homem de acção. In *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, (19), 04-24.
- Tomé, M. (2002). *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP Publicações.

- Tomé, M. (2011). Arquitectura: conservação e restauro no Estado Novo. In J. Custódio (Ed.), *100 Anos de património: memória e identidade. Portugal 1910-2010* (2ª, pp. 167–174). Lisboa: IGESPAR IP.
- Torgal, L. R. (1998, Março). Coimbra: «Cidade-Universitária» ou «Cidade (e) Universidade»? In *Monumentos 8 - Dossier Universidade de Coimbra*, (8), 10–13.
- Torgal, L. R. (1999). *A Universidade e o Estado Novo – o caso de Coimbra 1926-1961*. Coimbra: Minerva.
- Torgal, L. R. (2009). *Estados novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural*. (2. ed. rev, Vols. 1–2). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Torgal, L. R. (2010). «Crise» e «crises» no discurso de Salazar. In *Crises do Século XX*, (10), 397–419. In http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_10_23
- Tostões, A. (1996a). Ministério das Obras Públicas. In F. Rosas, J. M. B. de Brito, & M. F. Rollo (Eds.), *Dicionário de história do Estado Novo* (Vol. Vol. 2: M-Z, pp. 585–598). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Tostões, A. (1996b). Pessoa, Alberto José (1919-1985). In F. Rosas, J. M. B. de Brito, & M. F. Rollo (Eds.), *Dicionário de história do Estado Novo* (Vol. Vol. 2: M-Z, pp. 719–720). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Tostões, A. (1997a). Modernização e regionalismo 1948-1961. In A. Becker, A. Tostões, & W. Wang (Eds.), *Portugal: Arquitectura do século XX* (pp. 40–53). Munique: Prestel.
- Tostões, A. (1997b). *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*. (2ª ed. (original de 1994)). Porto: FAUP Publicações.
- Tostões, A. (2008a). Arquitectura portuguesa do século XX. In P. Pereira (Ed.), *História da Arte Portuguesa: sentimento, autoria, conceito. A velocidade da moda e as vanguardas* (reimpressão da 1ª edição de 1995-1997, Vol. 10, pp. 4–47). Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Tostões, A. (2008b). O Congresso e «os verdes anos» 50. In Congresso Nacional de Arquitectura & A. Tostões (Eds.), *1º Congresso Nacional de Arquitectura* (Edição fac-similada, pp. 11–21). Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Conselho Directivo Nacional.
- Tostões, A., & Costa, S. V. (Eds.). (2004). *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa: IPPAR, Ministério da Cultura.
- Tostões, A., Costa, S. V., Figueiredo, R., & Folgado, D. (2004). 51 obras modernas. In A. Tostões & S. V. Costa (Eds.), *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970* (pp. 173–285). Lisboa: IPPAR, Ministério da Cultura.
- Trigueiros, L. (Ed.). (1993). *Fernando Távora*. Lisboa: Editorial Blau Lda.
- Trindade, L. (1998, Março). A Reforma Pombalina. In *Monumentos 8 - Dossier Universidade de Coimbra*, (8), 52–57.
- Turtinen, J. (2000). *Globalising heritage on UNESCO and the transnational construction of a world heritage*. Stockholm: Stockholms centrum för forskning om offentlig sektor, Stockholms universitet (Stockholm Center for Organizational Research, Stockholm University). In <http://www.score.su.se/pdfs/2000-12.pdf>
- UNESCO. (1963). *12C/Resolution - Recommendation concerning the safeguarding of the beauty and character of landscapes and sites (1962)*. UNESCO. In <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001145/114582e.pdf#page=142>
- UNESCO. (1992). *Textos e documentos: convenções, recomendações e resoluções da UNESCO sobre Património Mundial Cultural e Natural*. (Comissão Nacional da UNESCO, Ed.). Lisboa: CNU.
- UNESCO. (2009). *Executive Board Document 181 EX/29, April 2009*. UNESCO.

- UNESCO. (2011, Novembro 10). *Recommendation on the Historic Urban Landscape, including a glossary of definitions*. UNESCO. In <https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-638-98.pdf>
- UNESCO. (2012). *36 C/Resolution 15: Records of the General Conference 36th session, Paris, 25 october - 10 november 2011: Resolutions (41 Recommendation on the Historic Urban Landscape)*. (Vol. 1). Paris: UNESCO. In <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002150/215084e.pdf>
- UNESCO. (2014). *Basic Texts*. Paris: UNESCO. In <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002269/226924e.pdf#page=6>
- UNESCO. (2018). *Basic Texts*. Paris: UNESCO. In <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002617/261751e.pdf>
- UNESCO - Division of Public Information. (2010). *UNESCO*. UNESCO. In <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001887/188700e.pdf>
- UNESCO Intangible Cultural Heritage Section. (2016). *Basic Texts of the 2003 Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. Paris: UNESCO. In https://ich.unesco.org/doc/src/2003_Convention_Basic_Texts-_2016_version-EN.pdf
- UNESCO, & WHITRAP. (2016). *THE HUL GUIDEBOOK: Managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments. A practical guide to UNESCO's Recommendation on the Historic Urban Landscape. Launched at the 15th World Conference of the League of Historical Cities in Bad Ischl, Austria in 2016*. UNESCO. In <http://historicurbanlandscape.com/themes/196/userfiles/download/2016/6/7/wirey5prpznidqx.pdf>
- UNESCO World Heritage Centre. (2016). *Basic Texts of the 1972 World Heritage Convention*. Paris: UNESCO World Heritage Centre. In <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002449/244911e.pdf>
- UNESCO World Heritage Centre. (2017). *Basic Texts of the 1972 World Heritage Convention*. Paris: UNESCO World Heritage Centre. In <http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002599/259990e.pdf>
- Universidade de Coimbra. (1972a). *Estatutos da Universidade de Coimbra do anno de 1772. Livro I: Do curso theologico*. (II Centenário da Reforma Pombalina: Facsimile da ed. de 1772, Lisboa: Regia Officina Typografica, Vol. I). Coimbra: Por ordem da Universidade.
- Universidade de Coimbra. (1972b). *Estatutos da Universidade de Coimbra do anno de 1772. Livro II: Cursos juridicos das Faculdades de canones e de leis*. (II Centenário da Reforma Pombalina: Facsimile da ed. de 1772, Lisboa: Regia Officina Typografica, Vol. II). Coimbra: Por ordem da Universidade.
- Universidade de Coimbra. (1972c). *Estatutos da Universidade de Coimbra do anno de 1772. Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas*. (II Centenário da Reforma Pombalina: Facsimile da ed. de 1772, Lisboa: Regia Officina Typografica, Vol. III). Coimbra: Por ordem da Universidade.
- Universidade de Coimbra. (2005). *Projecto de Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO. (2012a). *Universidade de Coimbra - Alta e Sofia*. (N. R. Lopes, Ed.) (Universidade de Coimbra, Vols. 1–8). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO. (2012b). *Universidade de Coimbra - Alta e Sofia. Candidatura a Património Mundial*. (N. R. Lopes, Ed.) (Universidade de Coimbra, Vol. Livro 1). Coimbra: Universidade de Coimbra. In https://issuu.com/unescouc/docs/l1_uncoimbra_nomination
- Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO. (2012c). *Universidade de Coimbra - Alta e Sofia. Execução*. (N. R. Lopes, Ed.) (Universidade de Coimbra, Vol. Livro 6). Coimbra: Universidade de Coimbra. In https://issuu.com/unescouc/docs/l6_uncoimbra_execution

- Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO. (2012d). *Universidade de Coimbra - Alta e Sofia. Influências*. (N. R. Lopes, Ed.) (Universidade de Coimbra, Vol. Livro 4). Coimbra: Universidade de Coimbra. In https://issuu.com/unescouc/docs/14_uncoimbra_influences
- Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO. (2012e). *Universidade de Coimbra - Alta e Sofia. Plano de Gestão*. (N. R. Lopes, Ed.) (Universidade de Coimbra, Vol. Livro 2). Coimbra: Universidade de Coimbra. In https://issuu.com/unescouc/docs/12_uncoimbra_managementplan
- Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO. (2012f). *Universidade de Coimbra - Alta e Sofia. Planos directores*. (N. R. Lopes, Ed.) (Universidade de Coimbra, Vol. Livro 5). Coimbra: Universidade de Coimbra. In https://issuu.com/unescouc/docs/15_uncoimbra_masterplans
- Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO. (2012g). *Universidade de Coimbra - Alta e Sofia. Sumário executivo*. (N. R. Lopes, Ed.) (Universidade de Coimbra, Vol. sumário executivo). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO. (2012h). *Universidade de Coimbra - Alta e Sofia. Textos gerais*. (N. R. Lopes, Ed.) (Universidade de Coimbra, Vol. Livro 3). Coimbra: Universidade de Coimbra. In https://issuu.com/unescouc/docs/13_uncoimbra_generaltexts
- Universidade de Coimbra - Gabinete de Candidatura à UNESCO. (2012i). *Universidade de Coimbra - Alta e Sofia. Zona de protecção*. (N. R. Lopes, Ed.) (Universidade de Coimbra, Vol. Livro 7). Coimbra: Universidade de Coimbra. In https://issuu.com/unescouc/docs/17_uncoimbra_protectionzone
- Urbani, G. (2000). *Intorno al restauro*. (B. Zanardi, Ed.). Milano: Skira Editore.
- Urbano, A. A. D. (1928). *Melhoramentos de Coimbra. Projecto de novos arruamentos da cidade baixa*. Coimbra: Comissão de Iniciativa de Turismo.
- Vaccaro, A. M. (1996). The Emergence of conservation theory: introduction to part III. In N. S. Price, M. K. Talley Jr., & A. M. Vaccaro (Eds.), *Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage* (pp. 202–211). Los Angeles: The Getty Conservation Institute.
- Vale, L. J. (1992). *Architecture, power, and national identity*. New Haven: Yale University Press.
- Vallhonrat, C. (Ed.). (1997, Junho). *Application for inclusion in the List of World Heritage of the University and Historic Precinct of Alcalá de Henares - first university city model of modern times*. Universidad de Alcalá y Ayuntamiento de Alcalá de Henares.
- Van der Rohe, M. (1996). *Réflexions sur l'art de bâtir*. Paris: Le Moniteur.
- Vasconcelos, A. de. (1917). *Diário do que se passou em a cidade de Coimbra, desde o dia 22 de Setembro de 1772, em que o Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Marquês de Pombal entrou, até o dia 24 d'Outubro, em que partio da dita cidade*. (Separata da Revista da Universidade de Coimbra, VI, n.ºs 1-2). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Vasconcelos, A. de. (1937a). B) Os colégios universitários de Coimbra (fundados de 1539 a 1779). In *Escritos vários relativos à Universidade Dionisiana*. (Vol. I, pp. 155–295). Coimbra: Coimbra Editora, Lda.
- Vasconcelos, A. de. (1937b). *Escritos vários relativos à Universidade Dionisiana*. (Vol. I). Coimbra: Coimbra Editora, Lda.
- Vasconcelos, A. de. (1938). *Os Colégios Universitários de Coimbra*. (Vol. Q). Coimbra: Coimbra Editora, Lda.
- Veldpaus, L. (2015). *Historic Urban Landscapes: framing the integration of urban and heritage planning in multilevel governance*. Eindhoven: Eindhoven University of Technology.

- Veldpaus, L., & Roders, A. P. (2013). Historic Urban Landscapes: an assessment framework. In *IAIA13 Conference Proceedings' «Impact Assessment the Next Generation» 33rd Annual Meeting of the International Association for Impact Assessment*. Calgary, Alberta, Canada. In <http://conferences.iaia.org/2013/pdf/Final%20papers%20review%20process%2013/Historic%20Urban%20Landscapes%20-%20An%20Assessment%20Framework.pdf>
- Veldpaus, L., Roders, A. R. P., & Colenbrander, B. J. F. (2013). Urban Heritage: Putting the Past into the Future. In *The Historic Environment: Policy & Practice*, 4(1), 3–18. <https://doi.org/10.1179/1756750513Z.00000000022>
- Vieira, Á. (2003, Julho 12). Capital Nacional da Cultura: «A festa calou a crítica» em Coimbra 2003. In *Público*. In <https://www.publico.pt/2003/07/12/culturaipsilon/noticia/a-festa-calou-a-critica-em-coimbra-2003-1156839>
- Viollet-le-Duc, E.-E. (1875). Restauration. In *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle* (The Internet Archive, The Getty Research Institute, 2010, Vol. 8, pp. 14–34). Paris: V. A. Morel & C.te Éditeurs. In <https://ia800302.us.archive.org/14/items/raisonnedelarchi08viol/raisonnedelarchi08viol.pdf>
- Viterbo, S. (1912). Os Monumentos. In *O Archeologo Portuguez*, 30.
- Viterbo, S. (1988). *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. (Reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1899 da Biblioteca da INCM, Vol. I-A/G). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Vítor, A. F. (1999). A edificação das novas instalações do Arquivo. In *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XVII e XVIII (1997-1998), 171–225.
- Wigley, M. (1994). Oltre i ponti = Beyond bridges. In *Lotus International*, (81), 113–116.
- Wolters, R. (1941). Moderna Architectura Alemã. In A. Speer (Ed.), *Neue deutsche baukunst/ Moderna arquitectura alemã* (pp. 6–21). Berlin: Volk und Reich.
- World Heritage Committee. (1984, Janeiro). *WHC-CONF 009 VIII.29: World Heritage Committee, 7th ordinary session, Florence (Italy), 5-9 december 1983*. UNESCO-WHC. In <http://whc.unesco.org/archive/1983/sc-83-conf009-8e.pdf>
- World Heritage Committee. (1986, Dezembro 5). *CC-86/CONF.003/10: Report of the Rapporteur, 10th Session of the World Heritage Committee: Convention concerning the protection of the World Cultural and Natural Heritage (UNESCO Headquarters, 24-28 november 1986)*. UNESCO-WHC. In <http://whc.unesco.org/archive/1986/cc-86-conf003-10e.pdf>
- World Heritage Committee. (1988, Janeiro 20). *SC-87/CONF.005/9: Report of the World Heritage Committee, 11th Session: Convention concerning the protection of the World Cultural and Natural Heritage (UNESCO Headquarters, 7-11 december 1987)*. UNESCO-WHC. In <http://whc.unesco.org/archive/repcom87.htm#442>
- World Heritage Committee. (1994, Outubro 13). *WHC-94/CONF.003/INF.6: Expert Meeting on the «Global Strategy» and thematic studies for a representative World Heritage List (UNESCO Headquarters, 20-22 June 1994)*. In <http://whc.unesco.org/archive/global94.htm#debut>
- World Heritage Committee. (1996, Janeiro 31). *WHC-95/CONF.203/16: Report, 19th Session of the World Heritage Committee: Convention concerning the protection of the World Cultural and Natural Heritage (Berlin, 4-9 december 1995)*. UNESCO-WHC. In <http://whc.unesco.org/archive/repcom95.htm#723>
- World Heritage Committee. (1999, Janeiro 29). *WHC-98/CONF.203/18: Report of the 22nd Session of the World Heritage Committee: Convention concerning the protection of the World Cultural and Natural*

- Heritage (Kyoto, 1998)*. UNESCO-WHC. In <http://whc.unesco.org/archive/1998/whc-98-conf203-18e.pdf>
- World Heritage Committee. (2001, Fevereiro 16). *WHC-2000/CONF.204/21: Report of the World Heritage Committee, 24th Session: Convention concerning the protection of the World Cultural and Natural Heritage (Cairns, Australia, 27 november - 2 december 2000)*. UNESCO-WHC. In <http://whc.unesco.org/archive/repcom00.pdf>
- World Heritage Committee. (2005, Setembro 23). *WHC-05/15.GA/INF.7: Vienna Memorandum*. In <http://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-15ga-inf7e.pdf>
- World Heritage Committee. (2007, Julho 31). *WHC-07/31.COM/24: Report of the World Heritage Committee, 31st Session: Convention concerning the protection of the World Cultural and Natural Heritage (Christchurch, New Zealand, 23 june - 2 july 2007)*. UNESCO-WHC. In <http://whc.unesco.org/archive/2007/whc07-31com-24e.pdf>
- World Heritage Committee. (2013, Julho 5). *WHC-13/37.COM/20: Decisions adopted by the World Heritage Committee at its 37th session (Phnom Penh, 2013)*. UNESCO-WHC. In <http://whc.unesco.org/archive/2013/whc13-37com-20-en.pdf>
- World Heritage Committee. (2016, Outubro 26). *WHC.16/01: Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. In file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/document-57-6%20(2).pdf
- World Heritage Committee. (2017a, Junho 2). *WHC/17/41.COM/11: Item 11 of the Provisional Agenda: Revision of the Operational Guidelines*. In <http://whc.unesco.org/archive/2017/whc17-41com-11-en.pdf>
- World Heritage Committee. (2017b, Julho). *WHC.17/01 (12 July 2017): Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. UNESCO World Heritage Centre. In <https://whc.unesco.org/document/163852>
- World Tourism Organization. (2016). *UNWTO annual report 2015*. Madrid: UNWTO.
- World Tourism Organization - UNWTO, & Richards, G. (2018). *UNWTO Report on Tourism and Culture Synergies*. Madrid: UNWTO Publications. In <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418978>
- Yin, R. K. (2003). *Estudo de caso - planejamento e métodos*. (D. Grassi, Trad.) (2ª ed. 2001, reimpressão, supervisão e revisão Cláudio Damascena). Porto Alegre: Bookman.
- Yourcenar, M. (1996). That Mighty Sculptor, Time. In *Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage* (pp. 212–215). Los Angeles: The Getty Conservation Institute.
- Zancheti, S. M., & Loretto, R. P. (2015). Dynamic integrity: a concept to historic urban landscape. In *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 5(1), 82–94. In <https://doi.org/10.1108/JCHMSD-03-2014-0009>
- Zevi, B. (1970). *História da arquitectura moderna*. (Vols. 1–I e II). Lisboa: Dom Quixote.
- Zevi, B. (1982, Fevereiro). O grau zero é um valor essencial e constante do movimento modernista. In *Arquitectura*, (145), 40–41.
- Zevi, B. (1984). *A linguagem moderna da arquitectura*. Lisboa: Dom Quixote.
- Zevi, B. (1989). *Giuseppe Terragni*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Zimolo, P. M. (Ed.). (2000). *Il progetto del monumento: tra memoria e invenzione*. Milano: Mazzotta.
- Zucconi, G. (1997). «Dal capitello alla città». Il profilo dell'architetto totale. In G. Giovannoni, G. Zucconi (Ed.), *Dal capitello alla città* (1ª ed., pp. 9–70). Milano: Editoriale Jaca Book.

Fontes documentais

Arquivos institucionais

França, Paris, Institut Français d'Architecture, Centre d'archives de Cité de l'architecture et du patrimoine, Archives d'architecture du XXe siècle, Cód. Ref.: FR/IFA/SIAF/Cité de l'architecture et du patrimoine/Archives d'architecture du XXe siècle: *Fonds Carlu, Jacques (1890-1976). 010 Ifa*:

– [online] Objet CARJA-D-58-1. Dossier 010 Ifa 14. Doc. 10-37-001: 1958. Plan d'urbanisme du quartier de Belém, Lisbonne (Portugal): «Estudo de localização de novos edifícios públicos na zona marginal de Belém» signé M. Cristino da Silva, 27 mai 1954. In http://archiwebture.citechailot.fr/fonds/FRAPN02_CARJA/inventaire/vignette/document-13215, acedido em 13/03/2017;

– [online] Objet CARJA-D-58-1. Dossier 010 Ifa 14. Doc. 10-37-002: 1958. Plan d'urbanisme du quartier de Belém, Lisbonne (Portugal): plan d'urbanisme définitif de la zone périphérique de Belém signé J. Carlu et Luis Cristino da Silva, déc. 1958. In http://archiwebture.citechailot.fr/fonds/FRAPN02_CARJA/inventaire/vignette/document-13216, acedido em 13/03/2017.

Portugal, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra, Cód. Ref.: PT/CMC/ACMC:

– Pasta 1108.1: Processo de licenciamento do Centro Comercial Sofia, na Rua da Sofia, nº 149.

Portugal, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, Gabinete para o Centro Histórico, Cód. Ref.: PT/CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3 – GCH¹⁰⁹⁴: *Processo Património Mundial*:

– Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial – Coimbra, 1997

– Pasta 1/8: Candidatura UNESCO UC+CMC (2003-2014 – informações)

– Pasta 2/8: Candidatura UNESCO UC+CMC (2000-2014 – Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística – Divisão de Recuperação do Centro Histórico)

– Pasta 3/8: antigo processo PM 495-02-GCH: Pasta 1/01: informações e ofícios de 10/03/2000 a 20/06/2000; Pasta 1/02: outra correspondência UNESCO; Pasta 1/03: documentação cedida pelo IPPAR; Pasta 1/04: cópias autenticadas de actas CMC, actas AM, outros; Pasta 1/05: cópias de informações encontradas em arquivo; Pasta 1/06: textos utilizados na elaboração da pré-candidatura; Pasta 1/07: propostas e informações de pedido de esclarecimentos à DRH; antecedentes

– Pasta 4/8: antigo processo PM 495-02-GCH: Pasta 2: estudos, formulários, informações técnicas e recortes de periódicos; propostas de alteração de Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área Inscrita na Lista de Património Mundial da UNESCO, incluindo Zona de Proteção; listagem de ruas na zona intramuros da cidade de Coimbra

– Pasta 5/8: Candidatura UNESCO UC+CMC (2003-2014 – levantamentos, dados e reuniões)

– Pasta 6/8: Candidatura UNESCO UC+CMC (2003-2014 – ações de trabalho, organização de eventos e outros)

– Pasta 7/8: Candidatura UNESCO UC+CMC (2003-2014 – diversos)

– Pasta 8/8: Candidatura UNESCO UC+CMC (2003-2014).

¹⁰⁹⁴ Em abril de 2014, os serviços do Gabinete para o Centro Histórico, da Câmara Municipal de Coimbra, que haviam iniciado um processo de reorganização do processo “Património Mundial”, efetivavam algumas ações de alteração das referências e dos nomes do processo de arquivo e das suas pastas constantes tendo em conta a diversidade dos processos, das suas fases e das peças e documentos produzidos.

Portugal, Coimbra, Direção Regional da Cultura do Centro, Cód. Ref.: PT/DRCC/Processo 13/06-03-17 (XXII): “Proposta de eventual desclassificação da Igreja de S. Domingos (capela-mor) inacabada, sita em Coimbra, na Rua da Sofia, freguesia de Santa Cruz, concelho e distrito de Coimbra”.

Portugal, Coimbra, Universidade de Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, Cód. Ref.: PT/AUC/ACD/CAPOCUC: Fundo CAPOCUC:

- Dossier 3: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, Faculdade de Letras – desenhos (à data da pesquisa, não se encontrava inventariada);
- Dossier 8 (à data da pesquisa, não se encontrava inventariada);
- Dossier sem título (à data da pesquisa, não se encontrava inventariada);
- Pasta 3: cópias excedentes de propostas e informações diversas;
- Pasta 4: Arquivo Geral;
- Pasta 5: Paço das Escolas – Reitoria – Secretaria Geral, Biblioteca histórica, Museu de arte;
- Pasta 8: Desenhos e estudos de maquetes – 1941-1948 (Cottinelli Telmo);
- Pasta 8A: Desenhos e estudos de maquetes – 1948-1969 (Cristino da Silva);
- Pasta 22: Relatórios das Expropriações realizadas – 1ª fase – 1939-1942;
- Pasta 23: Relatórios e Expropriações realizadas – 2ª fase – 1943;
- Pasta 27: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1942-1943;
- Pasta 28: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1943-1944;
- Pasta 29: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1944;
- Pasta 29A: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1944-1945;
- Pasta 29B: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1945;
- Pasta 29C: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1945-1946;
- Pasta 29D: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1946;
- Pasta 29E: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1946-1947;
- Pasta 29F: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1947-1948;
- Pasta 29G: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1947-1948;
- Pasta 29H: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1947-1949;
- Pasta 29I: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1949;
- Pasta 29J: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1948-1950;
- Pasta 29L: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1950-1951;
- Pasta 29M: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1951-1953;
- Pasta 29N: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1953-1955;
- Pasta 29O: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1955-1956;
- Pasta 29P: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1956-1957;
- Pasta 29Q: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1957-1959;
- Pasta 29R: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1958-1959;
- Pasta 29S: Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1963-1964;
- Pasta 29T (1): Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1958-1961;
- Pasta 29T (2): Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1961-1962;
- Pasta 29T (3): Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1964-1965;
- Pasta 29U (1): Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1960-1962;
- Pasta 29U (2): Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1966-1967;
- Pasta 29V (1): Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1968-1970;
- Pasta 29V (2): Delegação da Comissão em Coimbra – expediente diverso – 1967-1969;
- Pasta 46: Viagem a Espanha da Comissão de Estudo – Missões de Estudo ao Estrangeiro;
- Pasta 101: Associação Académica – expediente diverso;
- Pasta 103: Plano de conjunto das obras;
- Pasta 104: Instalações da Cidade Universitária – 1938;
- Pasta 112-A: Relatórios;
- Pasta 134: Diversos trabalhos de urbanização;
- Pasta 156: FLUC – 1942-56;
- Pasta 183: Demolição, remoção de entulho e reconstrução de fachadas dos anexos adossados à Igreja de S. João de Almedina – Museu Machado de Castro (1944-1945);
- Pasta 203 [caixa 3]: Pessoal da CAPOCUC;
- Pasta 204: Relatórios;
- Pasta 208: Reparação dos Pavilhões e diversos trabalhos na Zona Marginal de Belém (Exposição do Mundo Português) – 1945-1946;
- Pasta 217: Aluguer duma dependência do antigo Pavilhão de Honra da Exposição do Mundo Português, à firma A. M. Almeida Lda. – 1946-1947;
- Pasta 271: Relatório da missão de estudo ao estrangeiro em abril/maio de 1948;
- Pasta 304: Exposição de luz e som nos pavilhões de Belém (Exposição do Mundo Português) – 1946-1947;
- Pasta 326: Ninho dos Pequenos (expediente sobre a desocupação do edifício e venda do terreno pela Junta de Província à Comissão) – 1947-1957;
- Pasta 327: Faculdade de Medicina. Programas (originais) – 1943;

- Pasta 340: Despachos ministeriais;
 - Pasta 361: Visitas de estudo ao estrangeiro de professores da Faculdade de Medicina e técnicos da Comissão;
 - Pasta 364: Instalações da Associação Académica ante-projecto de conjunto (reunindo o Centro Cultural e Desportivo e a residência dos estudantes junto da entrada principal da cidade universitária. Soluções A e B – 1954;
 - Pasta 367: 1954-1968 Pedidos ao estrangeiro de informações e catálogos sobre diversos materiais;
 - Pasta 460: Beneficiação e ampliação do Museu Machado de Castro (expediente);
 - Pasta 460A: Museu Machado de Castro, Coimbra. Beneficiação e ampliação – projecto;
 - Pasta 471: Viagens de estudo ao estrangeiro;
 - Pasta 471C: Viagens de estudo ao estrangeiro;
 - Pasta 514: Viagens de estudo ao estrangeiro;
 - Pasta 593: Zonas de protecção da Cidade Universitária de Coimbra;
 - Pasta 606: Relatórios – Visitas a Coimbra (dos ministros das Obras Públicas e da Educação, 1965 e 1970);
 - Pasta A05;
 - Pasta CUC 2008-75: Fotografias, livros, monogramas, publicações. 1942-1945;
 - Pasta CUC 2008-76 (222): Documentação avulsa (Amoroso Lopes e Álvaro da Fonseca) 1946, 1953-54, 1968, 1971 – Documentos vários;
 - Pasta CUC 2008-79 (694): Cidade Universitária de Coimbra – Planta geral e zonamentos, sem data;
 - Pasta CUC 2008-91: 1941-1960 – Cadastro dos bens do domínio privado (MOP);
 - Pasta CUC 2008-103: 1950-1956 – Demolições – plantas gerias;
 - Pasta CUC 2008-132 (20.1): Prédios do Bairro Sousa Pinto (demolições);
 - Pasta CUC 2008-136: Conjunto da Cidade Universitária: escadaria de acesso à Praça D. Dinis; Hospitais da Universidade; edifício de São Bento; Instalações académicas – em desenho contínuo, apresentando todos estes edifícios. Desenhador: Cunha Fernandes (alçados/rolo);
 - Pasta CUC 2008-142: Planta parcial da Cidade de Coimbra com a integração da Cidade Universitária e as suas instalações desportivas. Escala 1/1000 (rolo);
 - Pasta CUC 2008-145 (A01): 1966 – Conjunto da Cidade Universitária – Alçados/rolo;
 - Pasta CUC 2009-152: Cidade Universitária de Coimbra – Porta Férrea e D. Dinis (1949) – plantas gerais;
 - Pasta CUC 2009-158 (I): 1960-1967 – Hospital Escolar – processo I – documentação escrita, plantas e fotos Colégio das Artes e São Jerónimo;
 - Pasta CUC 2009-160: 1949 – Hospital Escolar (Walter Distel) – plantas, relatório explicativo por plantas;
 - Pasta CUC 2009-167 (49): FLUC – plantas – pormenores – arquiteto Alberto Pessoa;
 - Pasta CUC 2010-267 (102): Biblioteca Central Fachadas – Alberto Pessoa: 1943-1952: Biblioteca Central e Fluc, transformação das fachadas laterais e posteriores do edifício das Letras em Biblioteca Central;
 - Pasta CUC 2010-294 (64): 1952 – Praça D. Dinis e Rua Martins de Freitas – perfis com várias hipóteses alternativas para a Praça D. Dinis e Rua Martins de Freitas; A, B, C, D, E, F, G (MOP);
 - Pasta: Correspondência expedida (1941-1942), officios 1 a 500;
 - Pasta: Correspondência expedida (1942), officios 501 a 1000.
- Portugal, Coimbra, Universidade de Coimbra, Gabinete para as Novas Instalações – Reitoria, Arquivo digital do Gabinete de Candidatura à UNESCO, Cód. Ref.: PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital] *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial.*
- Portugal, Coimbra, Universidade de Coimbra, Gabinete para as Novas Instalações – Reitoria, Arquivo documental do Gabinete de Candidatura à UNESCO, Cód. Ref.: PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [documental] *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial:*
- Comunicação Social 2004|2005|2006;
 - Correspondência expedida;
 - Correspondência recebida 2006;
 - Correspondência recebida 2007|2009;
 - Faxes expedidos;
 - Informações 2004|2005 2006|2007;
 - Câmara Municipal de Coimbra;
 - Canção de Coimbra;
 - Candidatura Baixa Pombalina “anotada”;
 - Cátedra UNESCO;
 - Documentos UNESCO;
 - Legislação diversa;
 - Mecanismo financeiro do EEE (Espaço Económico Europeu) | PIT (Programa de Intervenção no Turismo);
 - Mecenato;
 - Museus/contrato-programa;
 - Outras candidaturas;
 - Património – Textos diversos | Papers Misc|SIRCHAL | Coimbra Group | Património Mundial;
 - POC – Designação do Projecto – Conservação do Pórtico Central, Grupo Escultórico e Escadaria da Via Latina – Paço das Escolas;

- POSI-verificações;
- POSI-UNESCO;
- POVT – Documentos prévios das 8 candidaturas para efeito de pedidos de parecer – julho 2008;
- Programação da Candidatura;
- Programas comunitários;
- Pró-Reitoria Cultura | Universidade VIVA | Cultura 2000 | 2004/2005
- Protocolos UC;
- QREN | QREN-Centro | 2007/2013;
- Regulamentos CMC;
- Sem título (documentos de trabalho – relatórios);
- Sem título (documentos vários de trabalho – versões e brochuras);
- Site – textos Comissão Científica;
- Universidade Viva;
- UNESCO|Portugal – Lista indicativa;
- Vários | UC | GCU;
- World Monuments Fund.

Portugal. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, Arquivo de Arte do Serviço de Belas Artes, Cód. Ref.: PT/FCG/AASBA/LCS: *Espólio Luís Cristino da Silva 1921-1976*: [online] Cota LCS 47: *Arranjo urbanístico da zona marginal de Belém, Lisboa [projetos de arquitetura] / Luís Cristino da Silva e Jacques Carlu, 1954-61*. In http://www.biblartepac.gulbenkian.pt/ipac/20/ipac.jsp?session=152M000584ER7.162781&profile=ba&source=~!fcgbga&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!193441~!4&ri=1&aspect=subtab86&menu=tab13&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=jacques&index=.GW&uindex=&aspect=subtab86&menu=search&ri=1&limitbox_1=COL01+=+LCS, acedido em 13/03/2017.

Portugal, Porto, Fundação Instituto Marques da Silva, Espólio Fernando Távora, Cód. Ref.: PT/FIMS/TAV:
 – FT-0265 Plano Geral da Baixa de Coimbra (1992-1993);
 – FT-0266 correspondência/ contabilidade/ obra pasta 1 (1992-1997).

Portugal, Sacavém, Forte de Sacavém, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, Cód. Ref.: PT/SIPA/DGEMN:

- CAM-0497/05: Arquitecto João Filipe Vaz Martins (1959);
- DSARH-PESSOAL-0041/01: Pessoal técnico. Arquitectos transferidos: Ministério das Obras Públicas. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Repartição dos Serviços Administrativos. Secção de Expediente Geral e Pessoal. João Filipe Vaz Martins (1968).
- DSARH-PESSOAL-0045/21: Pessoal técnico. Arquitectos. Concursos para a 3ª Classe. Processos individuais, L-Z: Luís Benavente;
- DSARH-PESSOAL-0343/04: Arquitectos: Relatório da missão do arquitecto Luís Benavente na 3ª Reunião do Conselho Científico do Institut International des Châteaux Historiques, na cidade de Turim, em Maio de 1963 (1963);
- DSARH-PESSOAL-0476/01: Ministério das Obras Públicas. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Repartição dos Serviços Administrativos. Secção de Expediente Geral e Pessoal. Luís Benavente. Aposentado conforme lista publicada no Diário Governo nº 198, II série de 25-8-72 (1933);
- DSARH-PESSOAL-0476/02: Biografia de Luís Benavente. Arquitecto (1967);
- DSARH-PESSOAL-0476/03: Relatório da missão do Arquitecto Luís Benavente no Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos, Veneza (1964).
- DSARH-PESSOAL-0572/01: Raúl Lino (1934), Processo 9;
- DSMN-0288/01: Pareceres do Arquitecto Raúl Lino (1937);
- DSMN-0288/02: Pareceres do Arquitecto Raúl Lino (1943);
- DSMN-0288/03: Pareceres do Arquitecto Raúl Lino (1948);
- DSMN-0289/01: Correspondência do Arquitecto Raúl Lino (1948).

Portugal, Sacavém, Forte de Sacavém, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, Cód. Ref.: PT/SIPA: *Processo PT020603170009: Igreja de São Domingos de Coimbra*.

Portugal, Sacavém, Forte de Sacavém, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, Cód. Ref.: PT/SIPA: *Processo PT020603250013 (IPA.00005683): Paço Episcopal de Coimbra/Museu Nacional Machado de Castro*.

Portugal, Sacavém, Forte de Sacavém, Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Cód. Ref.:

PT/SIPA: *Processo PT020603250022 (IPA.00002794): Capela do Tesoureiro:*

- PT DGEMN:DSID-001/006-0552/2: Capela do Tesoureiro/Capela da Assunção: Processo Administrativo (1940);
- PT DGEMN:DSID-001/006-0552/1: Capela do Tesoureiro/Capela da Assunção: Zona de Protecção (1941);
- PT DGEMN:DSARH-010/079-0203: Capela do Tesoureiro (Igreja de São Domingos) (1940);
- PT DGEMN:DSARH-010/079-0421: Obras nas zonas de protecção de diversos edifícios de Coimbra: Obras num prédio sito na Rua da Sofia, nº 123 a 125, zona de protecção da Capela do Tesoureiro (1944);
- PT DGEMN:DSARH-010/079-0426: Obras nas zonas de protecção de diversos edifícios de Coimbra: Obras na fachada do estabelecimento sito na Rua da Sofia, nº 123 a 125 (1944);
- PT DGEMN:DSARH-010/079-0204: Capela do Tesoureiro: processo geral (1954);
- PT DGEMN:DSARH-010/079-0530: Capela do Tesoureiro, em Coimbra: processo geral: Capela do Tesoureiro: processo geral (1966);
- PT DGEMN:DSARH-010/079-0531: Capela do Tesoureiro: obras na zona de protecção (1954).

Arquivos Pessoais

Portugal, Lisboa, Matilde de Sousa Franco, Cód. Ref.: PT/AP-MSF.

Portugal, Mealhada, José Andrade de Branquinho de Carvalho, Cód. Ref.: PT/AP-JABC.

Sítios

Câmara Municipal de Coimbra – <http://cm-coimbra.pt>, acedido a partir de 10/11/2012.

Diário da República Digital – <http://dre.pt>, acedido a partir de 17/11/2012.

ICCROM – <http://www.iccrom.org>, acedido a partir de 11/11/2013.

ICOMOS, Documentation Centre – <http://icomos.org/en/home-doc>, acedido a partir de 29/07/2013.

República Portuguesa – <https://www.portugal.gov.pt>, acedido a partir de 16/07/2013.

UNESCO, World Heritage Centre – <http://whc.unesco.org/en/documents/>, acedido a partir de 11/11/2012.

Universidade da Beira Interior, Centro de Estudos Judaicos –
http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_biografia.html, acedido a partir de 15/07/2017.

Universidade de Coimbra – <http://uc.pt>, acedido a partir de 25/09/2012.

